REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 210 - TERÇA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder
Eunício Oliveira - PMDB (62,68)

.....

Líder do PMDB - 19
Eunício Oliveira (62,68)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (137)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/SD) - 11

Líder
Gim - PTB (56,58,59)

Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,70)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (126)
Mozarildo Cavalcanti (57,125)

Líder do PR - 3
Alfredo Nascimento (41,70)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,76,131)

Líder do SD - 1
Vicentinho Alves (42,54,71,111)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23

Líder
Humberto Costa - PT (115,121)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,69,100)
Inácio Arruda (90,94,117,128)
Marcelo Crivella (36,120,127)

.....

Líder do PT - 14
Humberto Costa (115,121)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,28,93)
Anibal Diniz (27,103)
Paulo Paim (102)
Eduardo Suplicy (101)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,69,100)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,89,116)

Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (90,94,117,128)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,77)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120,127)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira (137)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 17

Líder
Wilder Morais - DEM (97,112,118,130)

Vice-Líderes
Mário Couto (32,61,122)
Jayme Campos (26,106,110,124)

.....

Líder do PSDB - 13
Aloysio Nunes Ferreira (6,64,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (72)
Paulo Bauer (7,31,74,80)
Ruben Figueiró (133)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,78)

PSB - 4

Líder
Lídice da Mata - PSB (29,38,82,129,134)

Vice-Líder
João Capiberibe (135)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de novembro de 2014 006
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2014 017
Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2014 020
Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014 054
Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014 086
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014 088
Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 118
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 127
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 130

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2014 148
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 172
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 182
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014 186
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2014 206
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2014 230
Ata da 40ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 38ª reunião da CE) **(vide item 1.1.4)**
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014 248
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2014 257
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 284
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 301
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 321
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014 324

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 336
Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2014 342
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014 369
Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014 395
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014 401
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 412
Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 416
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 445
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 448
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014 450

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 462
Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2014 485
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 498
Ata da 39ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 518
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014 536
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014 552

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2014 571
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 588
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014 607
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 618
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 628
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2014 632
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014 636
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014 660
Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 9 de dezembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 33ª reunião da CAE) (**vide item 1.1.1**)

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 682
1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2014 687
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2014 728
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 746
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2014 750
Ata da 67ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (Realizada em conjunto com a 38ª reunião da CE) **(vide item 1.1.4)**
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014 757
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2014 771
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2014 793
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014 806
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 830
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2014 846
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2014 874
Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 893
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 908
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 912
1.1.6.1 – Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2014 919
1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2014 949
Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2014 964
Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2014 985
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2014 1011
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014 1013
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2014 1032
Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014 1057
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2014 1088
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 1116
1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014 1123
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2014 1137
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 1146
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 1173
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 1179
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2014 1183
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 03 de dezembro de 2014 1184
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 1191
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 1198
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2014 1201
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2014 1212
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2014 1235
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2014 1244
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 1253

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014 1261
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014 1274
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014 1285
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 1289
1.1.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de novembro de 2014 (**Realizada em conjunto com a 39ª reunião da CE**)
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2014..... 1304
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2014..... 1326
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2014 1362

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às onze horas e onze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI (PR/MT)**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Ana Rita, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin, Delcídio do Amaral, João Alberto Souza e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Cícero Lucena, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA**, destinada à votação das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN (Mensagem nº 251/2014 na origem), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015" – LOA 2015. Até o encerramento do prazo, foram apresentadas vinte e quatro emendas de apropriação de despesa e uma emenda ao texto da lei perante a comissão. A Presidência designa relator das emendas o Senhor Senador Ivo Cassol (PP/RO). Realizada a leitura do relatório, encerrada a discussão e colocado em votação, o relatório foi aprovado, passando a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação da apresentação das seguintes emendas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO): 1) UO: 44101. Título: Gestão Socioambiental em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores familiares – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 2) UO: 03101. Título: Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 145.331.322. 3) UO: 34101. Título: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – AJUSTE O SUBTÍTULO – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 100.000.000. 4) UO: 29101. Título: Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional. Localidade: Nacional – NA. Valor do Acréscimo: 200.000.000. 5) Emenda de texto. Referência: Anexo V – Inciso II Alínea 1 Sub-item 1.3.1. Tipo de Emenda: Aditiva. Por fim, a Presidência submete aos membros da comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da desta reunião. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – **Senador Blairo Maggi,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Raymundo Franco Diniz

Secretário da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A reunião destina-se à votação das emendas desta Comissão, a CMA, ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que estabelece a Lei Orçamentária Anual 2015.

Até o encerramento do prazo, foram apresentadas 24 emendas de apropriação de despesa e uma emenda de texto.

Então, designo Relator das emendas o Senador Ivo Cassol, pelo Estado de Rondônia, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra, então, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, trata-se de parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresen-

tadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015, Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Autores: diversos.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 01, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 e 45, esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015), Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, conforme determinações do Anexo I do Parecer Preliminar (ParPre), nomeadamente: o Tribunal de Contas da União, a Defensoria Pública da União, os órgãos do Ministério Público e o Ministério do Meio Ambiente. Esse anexo ao ParPre ainda estabelece os limites de emenda a despesa a serem apresentadas por cada Comissão permanente. Nesse sentido, cabe à CMA quatro emendas de proposição e quatro de remanejamento.

Encontram-se sob análise deste Plenário 25 propostas de emendas, sendo 24 de apropriação e 01 de texto, elaboradas pelos Senadores Flexa Ribeiro, Ana Rita, Valdir Raupp, Gim Argello, Humberto Costa, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Rodrigo Rollemberg e Blairo Maggi.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo, reservadas à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, assim como no Parecer Preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Voto.

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo da questão da preservação e conservação ambiental de territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam: fiscalização da aplicação dos recursos federais (Tribunal de Contas da União) e provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações (Ministério Público Federal), além da prestação de assistência jurídica ao cidadão (Defensoria Pública da União).

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação (itens abaixo 1 a 4) e uma emenda de redação aditiva ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. "28.846.0909.0C04.0001" (acréscimo) do Tribunal de Contas da União, no valor de R$145.331.332, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg;

2. "18.541.2018.20VQ", (acréscimo) do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R$100.000.000, de autoria do Senador Humberto Costa;

3. "98.998.0581.2508" (inclusão) do Ministério Público Federal, no valor de R$100.000.000, de autoria do Senador Alvaro Dias;

4. "03.422.2020.2725.0001" (acréscimo) da Defensoria Pública da União, no valor de R$200.000.000, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Gim Argello; e

5. Emenda de redação aditiva que inclui o inciso II, alínea I, subitem 1.3.1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014. – Senador **Blairo Maggi,** nosso Presidente.

Relator: Senador Ivo Cassol.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo seu relatório.

Em discussão o relatório do Senador Ivo Cassol. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela apresentação das emendas.

Por fim, submeto às Srªs e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a ata será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Antes de finalizar, já que esta é a última reunião da Comissão que realizamos neste ano, eu gostaria de fazer um agradecimento especial aos nossos colaboradores, funcionários da Comissão, e vou citar o nome de um por um: Ana Paula Roncisvalle de Souza, Clara Fontenele Borges, Estevão Ledur, Ewerton Pacheco de Souza, José Mendes da Silva, nosso garçom, hoje aqui substituído pela Dona Diva, Karolyne Karen Laiter, Lindaura Araújo de Castro, Márcia Andrea Renno Silva Negreiros, Oscar do Carmo Júnior e o nosso Secretário, Raymundo Franco Diniz. Agradeço a todos e a todas pela colaboração nesses dois anos à frente desta Comissão.

Hoje, ao chegar aqui, Senador Flexa, eles me deram um presente. Eu disse: "Olha, é a última reunião", e eles já queriam fazer uma eleição para que eu aqui permanecesse no próximo mandato, na próxima legislatura. Não dá, mas agradeço a preferência do eleitorado da Casa.

Mais uma vez, agradeço a todos pelo empenho, pela dedicação e pela forma como conduziram esta Comissão, sempre presentes. Eu sempre iniciei muito cedo os trabalhos desta Comissão, e todos aqui estavam presentes, em seus postos e com a lição de casa já concluída, para que tivéssemos uma boa condução dos nossos trabalhos.

Então, muito obrigado a todos, de coração mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Ivo Cassol pelo relatório das emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Também gostaria de me associar a V. Exª ao agradecer o apoio e a dedicação dos servidores que nos ajudam, e em especial a Presidência, no trabalho da CMA.

Senador Blairo Maggi, V. Exª foi competente e determinado na condução da CMA ao longo desse biênio. Lembro-me de que, quando V. Exª foi indicado para a Comissão, vozes outras se elevaram, duvidando da condução da Comissão de Meio Ambiente com isenção por V. Exª. E Vª Exª deu a resposta a todos aqueles que, naquela ocasião, se fizeram referência e que deveriam, hoje, vir pedir desculpas a V. Exª, pelo trabalho que foi desenvolvido ao longo destes dois anos.

Quero deixar registrado, nos *Anais do Senado*, os parabéns a V. Exª pela condução desses trabalhos. Como V. Exª bem disse, começava as reuniões bem cedo, procurando quórum dos Senadores, para que pudéssemos deliberar projetos terminativos, e V. Exª foi incansável nesta condução da CMA.

Quero parabenizá-lo e desejar a V. Exª, a todos os membros e aos nossos auxiliares um feliz Natal e um 2015 de muita paz, muita luz e bençãos de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa, que sempre foi um participante assíduo desta Comissão. Todas as terças-feiras sempre esteve presente nesta Comissão e ajudou a conduzir os trabalhos.

Quero agradecer a V. Exª também pela forma como sempre tem se comportado, não só aqui nesta Comissão, mas nas demais também, no plenário. Um Senador atuante, participativo e que sabe o momento de apertar, mas sabe também o momento de negociar.

Esta Casa é o Parlamento, onde a gente tem que conversar. Se cada um de nós chegasse aqui nesta Comissão, no Senado ou na Câmara, com posições inflexíveis, não precisava existir o Parlamento, era só saber a opinião de cada um e fazer pela maioria. Mas não é assim que funciona. E aqui nesta Comissão é assim. Nós fizemos várias reuniões cujas posições foram mudadas, e não foram mudadas por mudar; foram mudadas porque só dessa forma se consegue avançar. Muitas vezes, nós não conseguimos alcançar os nossos objetivos finais, o que nós gostaríamos de atingir naquele momento. Mas o importante é que se avançou. E, num outro momento, Senador Flexa, podemos concluir, finalizar aquele projeto por que tanto lutamos.

Lamento, Senador Flexa, que V. Exª tenha um projeto lá do Vale do XV, lá no seu Estado, que também afeta o Estado de Mato Grosso, que nós não conseguimos levar à votação, por obstrução. Pelo menos nas últimas reuniões, o Governo orientou a sua Bancada para que não desse quórum para votarmos os projetos terminativos. Mas, como disse na última reunião, isso faz parte da democracia, e nós temos que entender que esse é

o jogo. Só acho que poderíamos ter feito um jogo mais aberto, dizendo: "Esse eu não posso; aquele eu quero esperar um pouco mais; esse aqui está liberado para votar". E não falo só por parte do Governo. Aqueles que são da oposição ou que têm uma posição mais independente e fazem parte da Comissão, eles poderiam estar presentes e fazer o enfrentamento com o Governo.

V. Exª aqui colocou da minha isenção durante esse período como Presidente. De fato, eu procurei ser o mais isento possível, não ter nem um lado nem o outro. Os colegas da Comissão, os membros da Comissão é que devem ter o poder de decidir, no voto, aquilo a que não se consegue chegar no consenso, na negociação. Então, infelizmente, nas últimas reuniões, nós tivemos isso, mas, como disse, há que se reconhecer que faz parte do processo, faz parte da democracia e faz parte do rito desta Casa.

Quero agradecer a V. Exª e aos demais Senadores presentes, ao Senador Ivo Cassol, que tem sido um companheiro aqui na Comissão, sendo frequente também. Em todas as nossas reuniões, ele esteve presente.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol para que se manifeste.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

Senador Blairo Maggi, demais colegas, é com imensa alegria que estamos chegando ao final de mais um ano. E, neste momento, quero aqui especialmente desejar um feliz Natal para toda a equipe que fez parte desta Comissão, além dos Senadores e Senadoras e assessores, dos assessores dos Ministérios e dos demais Poderes aqui também presentes, mas, especialmente, Senador Blairo Maggi, quem está em casa assistindo a nós e nos acompanhando, também desejo um feliz Natal e um feliz ano-novo.

Como V. Exª acabou de frisar, aqui é uma Casa em que temos que ouvir todo mundo e, ao mesmo tempo, tentar buscar o consenso. Muitas vezes, a gente se sente quase impotente por querer produzir e não conseguir porque, de alguma maneira, de algum lado, infelizmente acontece como agora há pouco V. Exª falou, quanto ao projeto do Senador Flexa Ribeiro, que queríamos ter colocado para frente e, infelizmente, não tivemos sucesso na penúltima reunião, na última reunião desta Comissão.

Ao mesmo tempo, somos persistentes, somos teimosos. Graças a isso, o Brasil hoje está diferente. Graças a essa coragem toda que a família... Como o seu pai, Senador Blairo Maggi, meu pai há muitos anos nos pegou ainda pequenos e fomos para a Região Norte. Conseguimos desbravar e fazer um dos Estados... Como o seu Estado do Mato Grosso, que V. Exª governou por 8 anos. Quero dizer a V. Exª que o povo do seu Estado, quando passo por lá ou estou nas redondezas de Rondônia, nos Municípios vizinhos do Estado de Mato Grosso, sente saudade da sua gestão como Governador do seu Estado. Também não é diferente no Estado de Rondônia, o trabalho que fiz também acompanhando meus pais, além de ser prefeito, ser governador do Estado de Rondônia e agora Senador da República.

Ao mesmo tempo, estamo-nos deparando no da a dia com essa bandalheira nacional. Por mais que esta Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização tenha produzido, a gente fica triste verificando que estamos hoje vendo derreter, por exemplo, a Petrobras, como tantos outros lugares por aí. Eu não pactuo com essa bandalheira, eu não pactuo com essa roubalheira, eu não pactuo com essa sem-vergonhice, eu não pactuo com todo esse esquema montado. Mesmo que às vezes eu cite um partido, quero deixar bem claro: "Cada um responde por seu CPF." Portanto, quem pisou na bola e quem cometeu erro tem que ser responsabilizado na forma da lei. A classe política não pode ser generalizada num todo – Senadores Flexa Ribeiro e Blairo Maggi – para que não se desestimulem as pessoas de bem, as pessoas sérias, para que volte a entrar na vida pública para ajudar a construir e fazer a diferença nos dias melhores. Hoje, infelizmente, a qualidade dos políticos do Brasil tem diminuído muito. Infelizmente, muitos são bons de bico, são bons para tomar café, são bons para contar causo de pescador, mas na hora de fazer a gestão, infelizmente, não têm a capacidade, não têm a competência necessária para atender a demanda. Quem sai no prejuízo é a população como um todo.

Cabe a nós – esta Casa, esta Comissão – criar mecanismos, criar legislação para facilitar a vida de todo mundo. Às vezes fico triste que criamos muita despesa para o Município, criamos muita despesa para o Estado. É muio fácil um Senador fazer algum projeto de lei, mas não ver a fonte de renda que há para cobrir essa despesa. Aí, está lá o prefeito na ponta da linha se arrebentando todo para tentar cobrir as despesas na área de saúde, na área de educação, na área de assistência social, em todas as outras áreas, na área de infraestrutura.

Da mesma maneira que estamos assistindo ao que está acontecendo com a Petrobras hoje, quero dizer, como membro titular desta Comissão de Meio Ambiente, que infelizmente vejo com tristeza que a diretoria da Petrobras sabia de todo esse esquema quando foi avisado em 2008 e em 2009 e não foram tomadas providências.

Está na hora de a Presidente Dilma, nesse novo mandato, a partir de 1º de janeiro, chutar o pau da barraca, botar ordem em tudo isso e qualquer composição política que venha a fazer jamais possa ser feita com interesses individuais ou separados. Tem que ser o interesse coletivo, que é o interesse do povo.

Portanto, sei que pressão é muito grande em cima do Palácio, mas o interesse do nosso povo é muito maior que o interesse individual de algum partido.

Faço parte de um partido, sou de uma base, faço parte da base do Governo Federal, mas não pactuo quando ficam pressionando, ficam coagindo para que, de repente, alguém fique mamando. Eu discordo disso, sabe por que, Senador Blairo? O senhor me deu apoio e os demais governadores quando, no começo de 2003, como Governador do Estado de Rondônia, eu pedi intervenção federal no meu Estado por causa do esquema podre que havia dentro da Assembleia Legislativa do meu Estado. Eu enfrentei a corrupção, enfrentei a bandalheira, enfrentei os desonestos corruptos do meu Estado e, quando não tive apoio em nenhum lugar, afora dos meus colegas, a exemplo de V. Exª, que esteve no meu Estado, tive que recorrer ao quinto poder, que, na época, era a imprensa.

A imprensa, o Fantástico, publicou. Lá, gravei os Deputados, gravei os bandalheiros, denunciei, e foi feita uma faxina no Estado de Rondônia. Com isso, consegui fazer o segundo mandato, com muita competência e seriedade, com obras e gestão voltada à população.

Hoje, entristece-me muito o fato de o meu Estado virar novamente uma bandalheira. Parece a Petrobras: só há esquema de corrupção. O Governador do meu Estado é o chefe da quadrilha que comanda o maior esquema de roubalheira.

Ontem, houve mais prisões no Estado. Há também esquemas no Estado. Isso é ruim, porque acaba prejudicando todo mundo.

As pessoas diziam: "Ah! Porque é de Rondônia". Na época do Fantástico, eu gravei que ladrão não tinha só em Rondônia, mas tinha também aqui em Brasília. E tinha muito! E, hoje, dá para perceber que aqui existem em qualquer quantidade. Então, onde há ser humano, há possibilidade de erro.

Nesta Comissão, aqui, temos a responsabilidade de criar mecanismos, no sentido de facilitar a vida, especialmente tanto do Ministério Público Federal, quanto do Ministério Público Estadual, que possam coibir e, ao mesmo tempo, ajudar os bons gestores a fazerem uma boa administração.

Sinto-me feliz por fazer parte desta Comissão. Deixo o meu abraço pela maneira simples e humilde, com que V. Exª sempre conduziu esta Comissão, não só como Presidente, mas como Senador também.

Fico feliz, porque, quando passo pelo seu Estado, como ontem, quando menciono o Senador Blairo Maggi, eles dizem: "Esse tinha de voltar; esse tinha de fazer isso; esse tinha de fazer aquilo". Na verdade, com certeza, ficará na história do nosso Estado e do Brasil, a gestão que V. Exª fez, assim como eu fiz no meu Estado de Rondônia.

Então, sinto-me feliz e realizado, mesmo tendo problema de tudo quanto é ordem, porque, na vida política, é assim: ninguém chuta cachorro morto. Só cutuca quem faz alguma coisa. Se alguém que me está assistindo aqui, acha que ninguém está mexendo com vocês, é porque vocês não se candidataram ainda a chefe de quarteirão. Quando você se candidatar a chefe de quarteirão no bairro de vocês, ou numa associação, vai sempre haver alguém para botar defeito em vocês. Pelo menos temos de aproveitar a vontade, a capacidade, a seriedade, das pessoas de bem, para fazer um Brasil melhor, um Mato Grosso melhor, um Pará melhor, uma Rondônia cada vez melhor.

Que Deus abençoe a todos! Sempre tenho pedido às pessoas, que têm o costume de ir à igreja, ou mesmo em casa, que sempre orem por mim, pela minha família, pelas autoridades, para que Deus nos possa abençoar, iluminar e nos dar saúde e paz. Do resto nós corremos atrás.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, Senador pelo Estado de Rondônia.

Quero, antes de finalizar, então, agradecer, mais uma vez, a todos da minha equipe aqui dita, também à Naiane, que é do meu Gabinete, à Monique, que está aqui, ao Castilho, que em todas as terças-feiras, cedo, estão aqui batendo ponto e cuidando para que tudo dê certo antes e depois da reunião.

Então, agradeço a presença e o trabalho de cada um, das senhoras e dos senhores, que são assessores de outros Parlamentares que frequentam esta Comissão, representantes de outros Poderes ou órgãos auxiliares da Administração Pública, que acompanham, ou acompanharam, no dia a dia, as nossas reuniões.

Sempre vejo o rosto de cada um aqui, quer seja jornalista, quer seja um representante de Ministério, do Governo, enfim, de todos os órgãos que têm interesses e que acompanharam as nossas reuniões durante esse período, para orientar as suas Bancadas, os seus Parlamentares e os próprios Ministérios que cada um aqui representa.

Então, quero agradecer do fundo do coração a todos e desejar um feliz Natal e um próspero ano de 2015. Que todos nós possamos estar de volta a partir de fevereiro, quando, então, são retomados os trabalhos não só nesta Comissão – não estarei aqui como Presidente, mas como membro –, mas em outras Comissões.

Desejo a todos um feliz Natal e um bom ano-novo. Que todos possam retornar, o que é o mais importante!

Muito obrigado a todos!

Declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Anibal Diniz, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Magno Malta e Marcelo Crivella. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 63ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 55ª a 62ª (quinquagésima quinta a sexagésima segunda) Reuniões da CDH e as Atas da 1ª e 2ª Reuniões da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ. Passa-se a pauta. **Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado**: Rejeitado o Projeto. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 5-CDR/CDH. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CDH. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 6. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013** – Terminativo – Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Autoria: Deputado Rogério Carvalho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS/CDH. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011** – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido da Relatoria. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relato-

ria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. **Resultado**: Retirado de Pauta a pedido da Relatoria. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009** – Terminativo – Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado**: Prejudicado o Projeto. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta, e pelo acatamento da Emenda nº 1-CE, incorporada na primeira Emenda. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nº 1-CE, 2-CDH e 3-CDH. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR/CDH. **Item 12. projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Sérgio Souza. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. **Resultado**: Vista concedida ao Senador Cyro Miranda. **Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012.** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado**: Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS/CDH. **Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Vista concedida ao Senador Cyro Miranda. **Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2013** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas para gestantes e mulheres acompanhadas de criança de até um ano e meio de idade em estacionamentos públicos. Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado**: Aprovado o Projeto. **Item 16. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999** – Não Terminativo – Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 66, de 1999. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999. **Item 17. Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013** – Não Terminativo – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Autoria: Deputado Vieira da Cunha. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 18. Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que "Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências". Autoria: Deputada Dalva Figueiredo. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Item 19. Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014** – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 6º da Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. Autoria: Deputada Nilda Gondim. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Adiado. **Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental,

bem como para casos de gestação de risco. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Adiado. **Item 21. Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para incluir entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2013** – Não Terminativo – Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. **Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013** – Não Terminativo – Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Item 24. Sugestão nº 11, de 2014** – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei n° 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara n° 16/13. Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OAB-SP. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. **Resultado**: Adiado. **Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela rejeição da matéria. **Resultado**: Adiado. **Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013** – Não Terminativo – Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado**: Lido o Relatório, é deliberado que serão realizadas audiências públicas acerca da matéria. Ficam adiadas a discussão e a votação. **Item 27. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 71, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros". Para tanto, sugiro que sejam convidados 1. Sr. José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; 2. Sr. Francisco Novelletto Neto, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol – FGF; 3. Sr. Fábio Koff, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; 4. Sr. Odílio Rodrigues Filho, Presidente do Santos Futebol Clube; 5. Sr. Joaquim Evangelista, Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol – SJPF; 6. Ministra Idelli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -SDH; 7. Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **Item 28. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 72, de 2014.** Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Márcio Borgneth, secretário do AudioVisual do Ministério da Cultura; 2. Jordão Pacheco, diretor da TVT – TV dos Trabalhadores; 3. Fernando Moreira, presidente da ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias. 4. Carlos Alberto Almeira, diretor da TeleSUR; 5. Rodrigo Lucena, presidente da ASTRAL – Associação Brasileira das TVs Legislativas; 6. Nelson Breve, presidente da EBC – Empresa Brasileira de Comunicação. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. **Item 29. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 73, de 2014** Requeiro a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de aviação Civil (ANAC). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Lívia Magalhães – Diretora Jurídica do MOAB; 2. Berenice Piana – inspiradora da Lei 12.764/12, que leva o seu nome; 3. Lorena Prado – Coordenadora do Grupo Autismo Jataí; 4. Representante da Empresa Inframérica – Concessionaria de Aeroportos no Brasil; 5. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência/SDH; 6. Representante do Ministério Público Federal; 7. Andrea Pontes – Advogada e Paratleta. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. **Item 30. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 74, de 2014.** Requeiro a realização de Audiência Pública, com o objetivo de de-

bater sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Floriano Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira; 2. Carlos Vital Tavares, presidente do Conselho Federal de Medicina; 3. Leide Izabem do Nascimento, presidenta da Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos e, 4. Osvaldo Albuquerque Sousa Filho, presidente do Conselho Federal de Enfermagem. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. **Item 31. Requerimento Comissão de direitos Humanos e Legislação participativa nº 75, de 2014.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, incluir na pauta relativa à Semana dos Direitos Humanos, que ocorrerá de 07 a 13 de dezembro do corrente ano, o evento relativo ao lançamento do livro intitulado: "A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente" publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 32. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Nº 70, de 2014.** Segundo a Agência Nacional de Águas – ANA, o volume consumido pela irrigação agrícola, indústria e mineração é cinco vezes maior que o demandado para o abastecimento público. Além de reconhecer que estamos em uma fase difícil do ponto de vista climático, é necessário iniciar uma profunda reflexão sobre os usos e os abusos dos recursos hídricos, populações atingidas pela escassez e sua relação com o modelo de desenvolvimento do País. A mineração, em especial, vem utilizando as águas de forma temerária. Em tempos de escassez hídrica, torna-se questionável permitir que os rejeitos da mineração sejam despejados em barragens. É sensato transportar os minérios através do bombeamento de enormes quantidades de água, como é feito nos minerodutos? Para buscar respostas a essa questão, solicito a realização de uma Audiência Pública para debater com técnicos e lideranças de populações atingidas pela escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração. Convidados: – Vicente Andreu – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; – Carlos Bittencourt – pesquisador IBASE; – Gustavo Gazzinelli – Articulação Bacia do Rio Santo Antônio – MG; Patrícia Generoso – REAJA – Atingida pelo Projeto Minas Rio; – Raimundo Gomes – CEPASP – PA. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado**: Aprovado. **Item 33. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa Nº 76, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de o tema "Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas" a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Bernadette Rogé; 2. Dr. Alfred Sholl-Franco; 3. Dra. Suzana. Herculano; 4. Dra. Françoise Molenat. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado**: Aprovado. **Item 34. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 77, de 2014.** Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que "Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências", para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **Item 35. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 78, de 2014.** Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 90, XIII, requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, junto a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, realize uma diligência na Superintendência Regional da Polícia Federal em Fortaleza/CE, local para onde foi conduzido coercitivamente o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro. Lima, de 71 anos, com o objetivo de colher informações sobre seu depoimento e realizar uma oitiva com o mesmo. Depois de passar mais de quatro décadas escondido sob a alcunha de "Camarão", o carcereiro da Casa da Morte, Antônio Waneir Pinheiro Lima, foi localizado no interior do Ceará. Conduzido para a Polícia Federal, ele reconheceu ter atuado como "vigia da Casa". A Casa da Morte, como ficou popularmente conhecida, situa-se no imóvel da Rua Arthur Barbosa, bairro Caxambú, Petrópolis, RJ. A casa, cedida ao Centro de Informações do Exército (CIE) pelo empresário alemão Mario Lodders, era bem isolada e praticamente não tinha vizinhos à época, o que facilitava as sessões de tortura. Considerado um dos piores porões de tortura da ditadura civil-militar. Conta-se que do local, também conhecido como Casa dos Horrores e Codão, ninguém saía vivo. A exceção é Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da VAR-Palmares, que conseguiu sair da casa graças a uma campanha internacional de denúncia de sua prisão clandestina. Autoria: Senador João Capiberibe. **Resultado**: Aprovado, com a deliberação de que participarão da diligência os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e a Senadora

Lídice da Mata. Às treze horas e cinquenta e oito minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Às quatorze horas e dez minutos o Senhor Presidente eventual Eduardo Suplicy devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Roberto Requião, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Paulo Paim, Angela Portela, Humberto Costa, Paulo Davim, Sérgio Petecão, Magno Malta, Anibal Diniz, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Cyro Miranda, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e onze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 55ª à 62ª reuniões da CDH e das atas da 1ª e 2ª reuniões da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, sou Relator dos itens 11, 21, 22 e 23.

Eu solicitaria à Mesa a inversão da pauta para que eu pudesse relatar esses quatro projetos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião, o item nº 11 é terminativo. Ainda estamos aguardando a chegada dos demais Senadores para que possamos aprovar os terminativos.

Consulto o Plenário se aprovam a inversão de pauta dos itens 22 e 23...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Itens 21, 22 e 23.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... dos itens 21, 22 e 23, para que os votemos agora, logo no início da reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Item nº 21, p. 395:

ITEM 21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 442, de 2012
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para incluir entre os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAE.*

Vou conceder a palavra ao Senador Roberto Requião para leitura do relatório.

Antes, porém, quero cumprimentar também a Senadora Angela Portela, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Roberto Requião, já que esta é a primeira reunião, após o período eleitoral, desta Comissão de Direitos Humanos. Portanto, nossa pauta está bastante recheada, com diversos projetos a serem apreciados; projetos terminativos e não terminativos.

Também aproveito para registrar a presença do Senador Humberto Costa.

Concedo, então, a palavra, ao Senador Roberto Requião para leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O projeto, Presidente, como V. Exª deixou claro, inclui no benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, durante o verão, as famílias com renda mensal de até três salários mínimos que tenham membros idosos.

Vamos à análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que tratem da proteção aos idosos, caso do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012.

No mérito, considero válidas as medidas buscadas com a proposição. Vale lembrar que a Constituição determina em seu art. 230 que cabe à família, à sociedade e ao Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Nessa direção é que o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 2003, define o envelhecimento como um direito personalíssimo, consignando ao Estado o dever de garantir a efetivação de políticas sociais públicas que proporcionem a vivência saudável dessa fase da vida.

O projeto atua no sentido de garantir qualidade de vida às pessoas idosas, especialmente durante o verão, estação do ano em que elas mais sofrem. Assim, alia-se às necessidades específicas a aplicação de medida seletiva que elege como beneficiárias as pessoas idosas integrantes de famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos, conferindo-lhes uma redução na tarifa elétrica somente durante o período de verão.

Anote-se que tal desconto na tarifa, para todas as famílias beneficiadas, varia conforme o gasto de energia, chegando a ser de 65% para as residências com índice de consumo inferior a 30 Quilowatts-Hora por mês, mas não ultrapassa os 10% para aquelas que consomem até 220. Para consumo superior a essa faixa, não há qualquer desconto. Ressalte-se, aliás, que esses critérios não estão sendo alterados pelo projeto em análise.

Não há óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria. No aspecto formal, contudo, sem prejuízo das pertinentes intenções que ensejaram a proposição, considero que se impõem reparos no tocante à sua redação com a finalidade de representar a medida buscada de maneira mais simples, sem interferir na legislação em vigor além do estritamente necessário.

Os ajustes ao texto são feitos, então, na forma da emenda adiante formulada.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

'Art. 2º .....

.....

§ 1° Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha entre seus membros:

I – pessoa com doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento;

II – pessoa idosa.

.....

§ 6° A exceção determinada pelo inciso II do § 1° aplica-se tão somente durante o verão, nos termos do regulamento. (NR)'"

Sala da Comissão.

São essas as emendas descritas.

Desta forma, opino pela aprovação deste brilhante projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que aparece renovada, emagrecida, como uma verdadeira sílfide no Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, esse projeto ainda deverá passar na Comissão de Assuntos Econômicos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há algumas observações que a Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia coloca como considerações que precisariam ser levadas em conta. Como a tarifa social de energia elétrica, em 2012, beneficiava 11,5 milhões de unidades consumidoras, quase 19% do total de unidades residenciais em todo o País naquele mês, os benefícios do TSEE necessitaram de suporte da Conta de Desenvolvimento Energético de R$161 milhões e das tarifas de consumidores de R$31,6 milhões.

A inclusão de novas famílias, conforme proposto no PLS em comento, acarretaria aumento no número de unidades consumidoras atendidas por essa política setorial e consequentemente na necessidade de recursos para suportar a concessão de descontos.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a aprovação do PLS acarretaria impacto tarifário de duas formas. Diretamente, dentro da estrutura tarifária das concessionárias ou permissionários de distribuição, e indiretamente, devido à maior necessidade de repasse à CDE, e na contramão, portanto, dos recorrentes pleitos da sociedade e dos recentes esforços do Governo Federal pela redução global dessas tarifas.

Eu gostaria, Srª Presidente, de recomendar melhor exame, mas como vai passar ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, isso poderá ser feito lá.

Então, não vou colocar objeção aqui agora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Suplicy.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu apenas quero cumprimentar mais uma vez o Senador Requião pelo apoiamento que dá a esse projeto e dizer que o entendimento que temos, da forma como o projeto é apresentado, com uma série de dados que teriam que ser comprovados, garante a segurança de que de fato esse será um benefício social.

Venho de uma região, diferente da região de V. Exª, diferente da região do Senador Requião, em que o verão lá tem a duração de 12 meses. Sabemos como é difícil para as famílias de baixa renda manter em casa, sob tratamento, pessoas com problemas de saúde ou idosos sem poder ligar o ar condicionado, por uma simples razão: não há dinheiro para pagar a conta de energia.

Então, incluir, mesmo que haja um gasto a mais – porque é isso que faz – na energia, que tira essas famílias da tarifa social, nesses casos seria muito importante e digo até fundamental à vida, Senadora Ana Rita, principalmente nessas regiões do País onde o clima é extremamente perverso com as pessoas.

No mais, dizer que o Senador Requião, depois da campanha eleitoral, voltou para cá muito mais rejuvenescido, Srª Presidente. Então, quero cumprimentá-lo também por esse ar rejuvenescido com que ele tem nos brindado, durante todos os dias aqui.

Presidente, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Apenas informando aos Senadores que chegaram. Já no início desta reunião houve uma inversão de pauta, solicitada pelo Senador Requião e aprovada pelos presentes, do item 21, esse que acabamos de votar, e também do item 22 e do item 23. Portanto, vou colocar em apreciação o item nº 22, p. 413.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2013
– Não terminativo -

Altera o art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senadora Presidente, de acordo com o art. 102-E, incisos V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão examinar matéria referente a proteção à família e à infância, o que torna regimental o exame do PLS nº 474, de 2013.

Esse PLS tem como objeto facilitar o acesso de enteado e menor tutelado de segurado da Previdência Social aos benefícios do sistema.

Não se observam óbices de constitucionalidade e de juridicidade.

Quanto ao mérito, não há como não concordar com o autor do projeto, que argumenta, em suas razões, que um dos maiores problemas para o acesso aos benefícios de nosso sistema previdenciário "seja a complexa teia de exigências formais que é erigida pela legislação".

De posse de tal diagnóstico, o autor logra detectar uma exigência formal redundante e se propõe a eliminá-la por meio do PLS nº 474, de 2013. Desaparece, então, a necessidade de declaração do segurado de que enteados ou menores por ele tutelados têm essa condição, uma vez que a comprovação da dependência econômica, que permanece como exigência legal contra fraudes, já a deixa naturalmente esclarecida.

Conforme o exposto, o meu voto é a favor dessa simplificação. Portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CAS, em decisão terminativa.

Item nº 23, p. 421

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, de 2013
– Não terminativo -

Altera a redação do inciso II do art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, dentre os requisitos principais considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços a serem executados por meio de contrato com a Administração Pública, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para a leitura do Relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vamos, Presidente, diretamente à análise do Projeto.

Conforme o disposto nos incisos III e VI, do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à nossa Comissão opinar sobre proposições legislativas pertinentes à proteção e garantia dos direitos humanos e à proteção e à integração física das pessoas com deficiência, como é o caso do PLS nº 554, de 2013, ora em análise.

Tal proposição procura atender ao imperativo de acessibilidade como garantia fundamental de acesso aos serviços e espaços públicos ou privados de uso coletivo. Com efeito, se barreiras efetivas, ainda que não intencionais, obstam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a esses serviços e espaços, perde-se significativamente o seu caráter público, configurando-se uma efetiva exclusão.

A acessibilidade guarda estreita relação com os valores de dignidade fundamental da pessoa humana e de pluralismo social e político, tão radicalmente ligados ao Estado Democrático de Direito. Com efeito, não se pode construir uma sociedade livre, justa e solidária, com barreiras efetivas ao exercício da liberdade e da cidadania de segmentos da população, como as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Basta essa simples constatação para que fique patente o mérito da matéria sob exame.

Nesse sentido, devemos somente oferecer um pequeno reparo à redação original da proposição que, inadvertidamente, é demasiado restritiva, ao mencionar somente pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida. Na verdade, a acessibilidade também deve ser garantida em prol das pessoas com outros tipos de deficiência, como as sensoriais, as quais ainda enfrentam obstáculos no acesso a espaços e serviços públicos ou destinados ao público. Para esse efeito, ampliando o alcance da Lei, basta suprimir a palavra "física", na qualificação da deficiência, tanto na ementa da proposição quanto no dispositivo por ela inserido na Lei de Licitações.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2013, e do inciso II que ele propõe incluir no art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a palavra "física".

Sala de Comissões.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O meu voto é pela aprovação com a emenda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O Projeto segue para análise da CCJ em decisão terminativa.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Presidente, parece que temos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...quórum para a votação nominal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Nós temos quórum para a votação nominal. Nós vamos, então, agora, iniciar pelo item nº 1, PLS 489. Esse...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, nós...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...projeto já foi lido, é apenas para colocar em votação.

Sim, Senador.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*.) – Havíamos requerido uma inversão de pauta. Começaríamos pelo item nº 11.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, mas nós colocamos em votação, Senador Requião, apenas os itens que eram projetos não terminativos.

Deixa... Nós vamos seguir a ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Porque não tínhamos quorum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não tínhamos quorum.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Temos quorum agora, podemos votar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, eu só queria solicitar a V. Exª, Senador Requião. Os cinco primeiros itens são projetos que já foram lidos, e a votação eu imagino que não seja demorada. Se V. Exª assim concordar, nós poderemos ler os cinco primeiros itens. Posteriormente, se o Plenário concordar, nós votaremos o item nº 11. Pode ser?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – *C'est toi qui voit*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com esse encaminhamento?

Eu coloco em votação o seguinte encaminhamento: nós vamos votar os cinco primeiros itens, porque os relatórios já foram lidos em reuniões anteriores, e em seguida nós vamos fazer a inversão de pauta do item nº 11, a pedido do Senador Requião.

Aqueles que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta do item nº 11.

Inicialmente, nós vamos para o item nº 1. É a p. 22 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2009
– Terminativo -

Altera os §§3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 27/04/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, com a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

– Em 23/10/2013, foi lido o Relatório e, em seguida, concedida vista ao Senador Paulo Paim.

O Senador Anibal Diniz não se encontra presente. Eu vou designar o Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi lido, é só votar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então o relatório foi lido em 23/10/2013, concluindo pela rejeição do projeto, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Paulo Paim.

Consulto o Senador Paulo Paim se há manifestação decorrente do pedido de vista.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo manifestação por parte do Senador Paulo Paim, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, que recebeu parecer contrário.

A votação é nominal. Então, quem vota com o Relator vota "não", concluindo pela rejeição do projeto.

Vou passar então à votação nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor vota "sim"... Vota "não". Desculpe. É com o Relator.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota "não".

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota "não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota "não".

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota "não".

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vota "não".

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O projeto foi rejeitado por unanimidade dos votos.

Item nº 2, p. 43

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas

pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.
Autoria: Senadora Angela Portela
Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR.
Observações: Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.
– Em 20/09/2011, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-CDR.
– Em 28/06/2012, o Relatório foi lido pelo Senador Eduardo Suplicy, Relator "ad hoc"; a matéria aguarda discussão e votação.

Concedo a palavra ao Relator ad hoc, Senador Eduardo Suplicy, para suas considerações, se assim julgar necessário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O projeto é de autoria da Senadora Angela Portela e é altamente meritório. Foram apresentadas cinco emendas, todas levando em consideração as próprias recomendações dos Senadores e do próprio Governo, do Ministério das Cidades, que é favorável com sugestões, Srª Presidente.

Não li todo o relatório agora porque já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já foi lido, não há necessidade.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as cinco emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, incluindo as cinco emendas aprovadas na CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, naturalmente vou acompanhar o Relator, mas não tinha visto, foi o Senador Paulo Davim, que confundo com o Paulo Paim, que me disse que há um probleminha de redação. A pessoa com deficiência e não portadora de deficiência. É só ajustar isso. É uma questão apenas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, o voto do Senador Paulo Paim é com o Relator, fazendo essa ressalva no sentido de que onde estiver "pessoas portadoras de deficiência" passa a ser "pessoa com deficiência".

Muito bem.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Voto conhecido.

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Por unanimidade, o projeto foi aprovado.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas de nº 1 até a de nº 5, da CDR, acatadas pelo Relator?

Aqueles que aprovam as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovadas as Emendas de nº 1 até a Emenda de nº 5, da CDR/CDH.

Item 3, p. 66.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.
Observações: Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.
– Em 06/03/2012, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com as Emendas nºs 1 e 2-CE.
– Em 11/12/2012, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Pergunto ao Senador Paulo Paim se gostaria de fazer algumas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só cumprimento a Senadora Vanessa Grazziotin pela mudança que faz no Estatuto do Idoso, que tive a alegria de apresentar. Aprimora-se, com isso, o conteúdo desse importante projeto, que é o Estatuto do Idoso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa, voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado por unanimidade o projeto.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, acatadas pelo Relator.

Aqueles que aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nº 1 e nº 2, da Comissão de Educação. Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos.

Item nº 4, p. 77.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de

dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.
– Em 20/11/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

Consulto a Senadora Angela Portela sobre se deseja fazer algumas considerações como Relatora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, eu queria, já que o relatório foi lido e é de conhecimento de todos os membros da Comissão, que já o colocássemos em votação.

O projeto é de autoria do Senador Humberto Costa, é um projeto que tem um mérito muito importante, porque modifica a Lei Maria da Penha e cuida das mulheres no que diz respeito à sua dependência financeira, para que se livrem dessa dependência e possam sair do ciclo de violência em que se encontram.

Então, pedimos já a votação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvada a emenda.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela, voto conhecido.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa, autor do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, o autor do projeto não vota.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Só estou consultando...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas já é recorrente na Comissão. A Senadora Angela Portela votou em projeto de sua autoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, mas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E outra observação, se V. Exª me permite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto está desconsiderado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Emendas que foram introduzidas na Comissão anterior fazem parte do relatório, não devem ser ratificadas aqui.

Elas já fazem parte do relatório, com a aprovação do Relator.

Nós estamos votando emendas que já foram aprovadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião, nos projetos terminativos, as emendas são votadas em separado, diferentemente dos projetos não terminativos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Claro, desde que sejam feitas na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator?

Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Vanessa se ausentou.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

A Senadora Vanessa está aqui no plenário. Precisamos do voto dela para garantir o quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ela está aqui, olha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, há dez Senadores em plenário. Estamos com quórum.

O SR. (Não Identificado) (*Fora do microfone*.) – Já me chamou?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O autor não vota, Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Vanessa, voto?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Eu estou aqui atrás, viu, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, por unanimidade, o projeto foi aprovado.

Consulto se podemos reproduzir, Senador Requião, o resultado da votação anterior à emenda apresentada pela relatoria.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a emenda.

Item nº 5, p. 88.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2012
– Terminativo -

Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.
– Em 11/12/2013, foi lido o Relatório; a matéria aguarda discussão e votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, se desejar fazer algumas considerações.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Apenas ressaltar a importância do projeto, Srª Presidente – importantíssimo –, na tentativa de manter as crianças junto a suas famílias. Por isso, nós fizemos o relatório pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto. A votação é nominal.

Senador João Capiberibe, voto conhecido.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Vanessa Grazziotin. (*Pausa*.)

Aguardamos a Senadora retornar ao plenário.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Projeto aprovado por unanimidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Foi aprovada a inversão de pauta do item nº 11. Vamos colocar, agora, em votação, p. 172.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.
Observações: Tramitação: CDR e terminativo nesta CDH.
– Em 03/07/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para a leitura do relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É um projeto do Senador Aloysio Nunes.

A iniciativa altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais de política urbana, chamada de Estatuto da Cidade, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, que contém as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ao inciso III do art. 3º do Estatuto da Cidade, o projeto acrescenta aos deveres do Estado, em conjunto com os demais entes federados, a promoção de "melhoria dos passeios públicos e do mobiliário urbano"; a seguir, modifica o inciso IV do mesmo artigo para estabelecer, como obrigação do Estado, a produção de "regras de acessibilidade aos locais de uso público".

Ainda trabalhando sobre o Estatuto da Cidade, o projeto dirige-se, em seu art. 41, que determina a obrigatoriedade do Plano Diretor para as cidades que discrimina, para acrescentar-lhe dois parágrafos. O §3º adicionado determina a elaboração de plano de rotas estratégicas, de modo a garantir a acessibilidade, e o §4º, também acrescentado pelo PLS nº 541, de 2011, estabelece que o plano de rotas estratégicas deverá, preferencialmente, ser elaborado sobre as rotas e vias já existentes que concentrem as fontes geradoras de circulação de pedestres, e de modo integrado com o sistema de transporte coletivo urbano.

Em seguida, o projeto passa à alteração da Lei de Acessibilidade. O *caput* do art. 3º desta última reza, como princípio, que o "planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida". A tal *caput* são acrescidos três parágrafos. O primeiro deles define o que seja passeio público e a quais requisitos estes obrigatoriamente atenderão; o segundo parágrafo acrescido regula a acessibilidade nos trechos de passeio público "formados pela confluência de duas vias", e o último adendo refere-se à qualidade do piso utilizado e a relação deste com a drenagem urbana.

O autor justifica sua proposta com o argumento de que ainda são necessários aperfeiçoamentos legislativos que efetivamente garantam a acessibilidade a todos, especialmente no tocante à locomoção em sentido estrito. Também seriam adequados aperfeiçoamentos normativos porque a norma técnica NBR 9.050, de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, não tem caráter cogente, não gerando, portanto, padronização, o que seria, ao ver do autor, necessário.

A matéria foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde recebeu parecer favorável nos termos de quatro emendas apresentadas pelo Relator, e a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de proposições que versem sobre a proteção e integração social de pessoas com deficiência, o que torna pertinente o exame do PLS.

Quanto ao mérito, a proposição, nos termos das emendas aprovadas pela CDR, merece todo o nosso apoio. Isso porque, embora a legislação brasileira sobre o tema encontre-se já bastante desenvolvida, o projeto

detalha aspectos relevantes da vida urbana, insuficientemente detalhados pelo legislador, logrando aperfeiçoar os preceitos existentes.

É importante porque a NBR, as normas técnicas, não tem o poder cogente que tem uma Lei. E elas estão, em determinados aspectos, em algumas legislações, atropelando até o Código Civil. Como no caso, por exemplo, de normas a respeito de reformas de prédios, apartamentos e residências. Tratávamos disso, agora há pouco, na Comissão de Constituição e Justiça.

No tocante à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição, concordamos com a análise da CDR, que nela encontrou óbices, ainda que ligeiros, e os corrigiu por meio de emendas. Nessa direção, o parecer da CDR alterou a atribuição indevida à União de obrigação de executar melhoria dos passeios públicos e mobiliário urbano, conforme aventado pelo inciso III do art. 3º do projeto em sua forma original, e corrigiu imperfeições de redação, além de modificar a ementa, tornando-a mais representativa da matéria em exame.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

É o voto, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Requião.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto do Senador Roberto Requião já é conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Desenvolvimento Regional, acatadas pela relatoria. (*Pausa.*)

Coloco em votação as emendas.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CDR com a Comissão de Direitos Humanos.

Item 6, p. 96.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2013
– Terminativo -

Altera os arts. 3º e 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e os arts. 4º e 10 da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Deputado Rogério Carvalho.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto,com as emendas nºs 1 e 2-CAS.

Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 19/02/2014, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, para aproveitar o quórum, eu vou direto à análise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É um projeto simples que, na verdade, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

E passo fazer a leitura da análise:

Compete à CDH examinar proposições pertinentes à proteção e integração social dos idosos, conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal. Tendo em vista o caráter terminativo da análise ora empreendida, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa da proposição também devem ser avaliados.

Não identificamos óbices de ordem constitucional à aprovação da matéria ora examinada, que não fere as regras aplicáveis à iniciativa e à competência legislativa delineadas na nossa Constituição Federal.

A juridicidade do PLC nº 62, de 2013, revela-se na aptidão para produzir os fins almejados sem ferir outras normas aplicáveis nem promover antinomia.

Por fim, a técnica legislativa não merece reparos, além daqueles já promovidos pela CAS.

No mérito, são dignas de elogios as alterações propostas, que asseguram participação direta dos idosos na formulação e na execução de políticas públicas voltadas para a sua faixa etária, bem como promovem maior cooperação nacional e internacional e apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas que interessem – e muito – a esse segmento populacional. Da mesma forma, é meritório o estímulo à formação e educação permanente dos profissionais de saúde geriátrica.

Voto.

Por essas razões, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 – CAS.

O projeto é de autoria do Deputado Rogério Carvalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Consulto o Senador João Capiberibe. Como vota, Senador?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O voto do Senador Paulo Paim já é conhecido.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Roberto Requião já se ausentou.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda, que é membro desta Comissão. Muito bem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto...

O Senador Magno Malta já votou.

Aprovado o projeto por unanimidade.

Todos votaram? (*Pausa*.)

Todos votaram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, nós vamos agora para os itens 7 e 8?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho.

Eu consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Aqueles que aprovam as emendas permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas as Emendas nºs 1 e 2-CAS e CDH.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, tanto eu quanto o Líder Humberto Costa recebemos um pedido – faço questão de dizer – da Câmara Brasileira da Indústria da Construção quanto a projetos de que eu sou Relator, um de V. Exª, outro do Senador Humberto Costa.

Eu tenho deixado bem clara a posição de que nós ouvimos todos. Eles nos procuraram para que eu retirasse os dois projetos de pauta. Eles não são contra os projetos, mas querem fazer alguns ajustes para que a gente possa votar na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O item nº 17?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nºs 7 e 8: um de V. Exª, outro do Líder Humberto Costa. Eu sou Relator de ambos os projetos, e faço questão de dizer que nós ouvimos todos, tantos os trabalhadores quanto os empreendedores, os empresários, na busca do bem comum.

Por isso, conversando com o Líder, eu retiro os dois projetos para ouvi-los, e quem sabe possamos votar já na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Os itens nºs 7 e 8 estão retirados da pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Anibal. Pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu atuo como Relator num projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy que tramita nesta Casa há 15 anos. E eu gostaria de render uma homenagem ao Senador Eduardo Suplicy, pedindo que apreciássemos essa matéria na reunião de hoje. É o PLS nº 66, item 16 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço muito a sua atenção, Senador Anibal Diniz. De fato, é muito grande a minha expectativa de votar esse projeto finalmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Anibal e ao Senador Eduardo Suplicy: nós temos quórum aqui para votar os terminativos; então, se nós pudéssemos avançar na pauta dos terminativos, assim que concluirmos a pauta dos terminativos, nós poderemos apreciar o item nº 16.

O Relator do item nº 9 é o Senador Cristovam Buarque. Ele não está presente. Nós vamos aguardá-lo.

Vou passar para o item nº 10, que está na p. 154.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, de 2009
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar.

Autoria: Senador Eliseu Resende.

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta, e pelo acatamento da Emenda nº 1-CE, incorporada na primeira Emenda.

Observações: Tramitação: CE e terminativo nesta CDH.

– Em 08/06/2010, a matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a Emenda nº 1-CE.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para leitura do relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Srª Presidenta, vou fazer um breve relato da análise do projeto, para que possamos votá-lo.

Quanto ao mérito do projeto, concordamos com o autor a respeito da necessidade de que a Lei de Acessibilidade seja alterada tanto para fixar o percentual mínimo de lugares destinados às pessoas com deficiência auditiva e/ou visual, quanto para especificar a localização de tais assentos. Dessa maneira, não restará dúvida a respeito da adaptação que se pretende estabelecer para que sejam incluídas todas as pessoas no usufruto de bens culturais.

Na oportunidade, também introduzimos no PLS dispositivo destinado a atualizar a terminologia da Lei da Acessibilidade, de maneira a torná-la compatível com a utilizada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, homologada pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 2006 e incorporada ao Direito brasileiro – com o *status* de emenda constitucional – em julho de 2008.

Por fim, importa observar que o projeto em exame contribui para a efetivação do direito ao acesso a bens culturais, atendendo ao disposto na Constituição Federal que, em seu art. 215, preconiza como dever do Estado garantir a todos o pleno exercício desse direito.

Nosso voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009, com emendas, e pelo acatamento da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, incorporada na primeira delas. Todos os Srs. Senadores e Senadoras têm aí as emendas e podem analisá-las.

Nosso voto é pela aprovação do projeto, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

A votação é nominal.

Eu colho o voto do Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Angela Portela tem voto conhecido.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as duas emendas apresentadas pela relatoria.

Quem aprova as emendas permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 2 e 3 da Comissão de Direitos Humanos.

A relatoria do item nº 12 é do Senador Antonio Carlos Valadares, que não se encontra presente. Eu vou passar para o item nº 13, p. 207.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.
Autoria: Senadora Angela Portela.
Relatoria: Senador Humberto Costa.
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.
Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.
– Em 13/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a proposição de autoria da ilustre Senadora Angela Portela insere, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispositivo para estabelecer requisitos a serem observados no uso de psicofármacos para crianças e adolescentes. Estabelece que a necessidade de utilização desses medicamentos deve ser comprovada, em conformidade com os protocolos clínicos do Ministério da Saúde ou de entidade por ele designada. Estabelece ainda que campanhas de esclarecimento para pais, educadores e alunos serão promovidas de forma permanente, com o objetivo de prevenir a medicalização psicofarmacológica indiscriminada, inadequada, desnecessária ou excessiva em crianças e em adolescentes.

A autora lembra que o uso de psicofármacos em crianças e em adolescentes vem crescendo vertiginosamente no mundo, originando questionamentos por parte de especialistas das diferentes áreas envolvidas na atenção à saúde física e mental dos indivíduos dessas faixas etárias. Lembra ainda que esses questionamentos derivam da visão de que há interesses econômicos de laboratórios farmacêuticos, reforçando a tendência de profissionais de saúde de prescreverem esses medicamentos e de transformarem um problema da área de aprendizagem em um problema biológico do indivíduo, com causa e solução médica. Esse é um processo hoje conhecido como medicalização. Por isso, a autora entende ser importante regular a matéria.

Essa proposição foi analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que a aprovou, acrescentando duas emendas.

Análise.

O projeto em exame trata de matéria compreendida no âmbito das competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal. Não foram identificados quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, a CDH opina sobre o mérito no que diz respeito à garantia e à promoção dos direitos humanos e também à proteção à infância, à adolescência e à juventude. Então, é pertinente a sua apreciação aqui.

Concordamos com os argumentos apresentados pela autora da proposição: é necessário prevenir a medicalização excessiva e desnecessária de crianças e de adolescentes. Concordamos também com a avaliação da CAS de que essa prevenção deve valer para todo tipo de medicamento, e não somente para os psicofármacos.

Contudo, merecem menção as valiosas conclusões da CAS, segundo as quais alguns dispositivos propostos pelo projeto carecem de uma característica indispensável às normas legais: a coercitividade. Também nesse ponto, estamos de pleno acordo com as observações daquele colegiado: a ausência de coercitividade é realmente observada no texto dos incisos I e II do *caput* do art. 14-A, inserido pelo projeto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. De fato, aquele dispositivo determina, no inciso I, que o uso de psicofármacos em crianças e em adolescentes deve ter comprovada a sua necessidade, mas não determina como isso deve ser feito ou a quem competirá a atribuição de comprovar a adequação da prescrição. Já o inciso II é um comando genérico, do qual não se pode discordar, mas de pouca efetividade no plano concreto.

Assim, segundo nossa visão, que vai ao encontro da posição da CAS sobre a matéria, o referido dispositivo deve ser excluído do texto do PLS nº 247, de 2012.

Reconhecemos, contudo, que a proposta busca sanar uma grave tendência da sociedade de transformar questões não médicas em problemas médicos. Essa postura gera sofrimento psíquico nas crianças, nos ado-

lescentes e em suas famílias. Afinal, uma vez tidos como "doentes", tornam-se "pacientes" e consequentemente "consumidores" de tratamentos, terapias e medicamentos. Como pessoas em formação, crianças e adolescentes são alvos fáceis da medicalização, tornando-se "doentes" estigmatizados e, consequentemente, muitas vezes excluídos social, afetiva e educacionalmente.

Ademais, a medicalização de nossas crianças e adolescentes é particularmente perversa, chegando mesmo a controlar suas ações e a submetê-los a situações delicadas: abafa questionamentos e desconfortos, oculta violências físicas e psicológicas e, pior, transforma-os em "portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem".

Assim, a proposta de autoria da Senadora Angela Portela é, sim, meritória. Afinal, sua intenção é reduzir os riscos impostos a crianças e adolescentes no que respeita ao uso excessivo e desnecessário de medicamentos e derrubar barreiras de exclusão social.

Por fim, entendemos que a solução encontrada pela Comissão de Assuntos Sociais – trazer para a lei a necessidade de, nas campanhas de educação sanitária, ser inserido o tema do uso indiscriminado, desnecessário e excessivo de psicofármacos – é a forma mais adequada para endereçar a matéria.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 247, de 2012, com as alterações promovidas pela Comissão de Assuntos Sociais, mediante as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Humberto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto. A votação é nominal.

Senador João Capiberibe, como vota?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Angela não vota porque é autora do projeto.

Senador Humberto Costa, voto conhecido.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Desculpem-me. Não chamei o Senador Anibal.

Já há votos suficientes. Por isso, Senador Anibal, V. Exª não vota. V. Exª é suplente. Já há votos suficientes aqui.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o projeto por unanimidade.

Consulto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2 da CAS, acatadas pela relatoria.

Quem aprova as emendas permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nºs 1 e 2 da CAS e da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, no âmbito da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça, nós temos interesse de ouvir o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro Lima, vulgo Camarão.

Esse cidadão foi carcereiro da Casa da Morte de Petrópolis, que era usada pelo Exército para torturar militantes e perseguidos políticos. Camarão foi localizado e preso no interior do Ceará após dois meses de busca pelo Ministério Público Federal.

A localização do carcereiro foi feita pela equipe do Ministério Público denominada Justiça de Transição, responsável pela investigação de crimes praticados nos porões da ditadura militar.

A única sobrevivente, Inês Etienne Romeu, foi presa e torturada na Casa da Morte e reconheceu o carcereiro.

Então, submeto a esta Comissão a aprovação de uma diligência externa para ouvir esse cidadão em Fortaleza. Ele está preso na carceragem da Polícia Federal. Submeto e vou encaminhar o requerimento por escrito logo mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, a Presidência acolhe a solicitação de V. Exª.

Vou colocar a matéria em votação após a votação dos projetos terminativos.

Vou apenas consultar o Plenário se concorda com a inclusão extrapauta da solicitação do Senador João Capiberibe.

Quem aprova a inclusão extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se puder uma sugestão de data, depois eu queira dar, porque vou estar lá e posso ir junto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

Depois, então, a gente retoma a inclusão extrapauta. No momento da votação nós vamos fazer esses encaminhamentos.

Só peço a compreensão do Senador João Capiberibe para garantir ainda a presença dos Senadores para que possamos concluir a votação dos projetos terminativos.

O item 14 tem relatoria do Senador Gim, que não se encontra.

Item 15, p. 324.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, de 2013
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas para gestantes e mulheres acompanhadas de criança de até um ano e meio de idade em estacionamentos públicos.
Autoria: Senador Anibal Diniz.
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações: Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Srª Presidente.

Como V. Exª já falou, a autoria do projeto é do Senador Anibal, que aqui está. Um projeto extremamente meritório. Ele visa à modificação para estender a obrigação da reserva legal a veículos conduzidos por mulheres gestantes ou acompanhadas de criança até um ano e meio de idade. Ademais, aumenta também o percentual da reserva legal de dois para três por cento do total das vagas do estacionamento.

Por fim, Srª Presidente, esse projeto foi encaminhado ao exame exclusivo e terminativo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e o projeto não foi alvo de emendas.

O projeto está plenamente adaptado e é correto em relação à constitucionalidade, em relação à juridicidade e, quanto ao mérito, a proposta é extremamente pertinente, sobretudo com o avanço no atendimento legal às pessoas com mobilidade física reduzida ou dificultada. O projeto considera que mulheres gestantes e pessoas acompanhadas por crianças de até um ano e meio de idade têm mais dificuldade de deslocar-se por conta do peso extra da criança que carregam, seja na barriga, seja no colo – o que é verdade, não é?

Ademais, deve-se considerar que a matéria tem repercussão na área de segurança pública, em função do aumento no número de abordagens às pessoas quando estão justamente entrando ou saindo de seus veí-

culos. Tal situação reclama uma ação mais positiva do Estado para amenizar o problema, ao menos em relação a determinados grupos da população temporariamente mais vulneráveis, como é o caso em questão.

Em decorrência disso, Srª Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei do Senado e, no mérito, por sua aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o projeto.

Votação nominal.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Anibal não vota porque é o autor do projeto.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Vanessa Grazziotin tem seu voto conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto por unanimidade.

Eu gostaria de fazer uma consulta aos Senadores aqui presentes. Nós estamos com três projetos terminativos cujos Relatores não estão presentes.

Quanto ao Item nº 9, o Senador Paulo Davim se dispôs a ser o Relator *ad hoc*. Eu vou retomar o item nº 9, que já está na pauta há um bom tempo, e, depois, poderemos entrar nos projetos não terminativos.

Se porventura o Senador Antonio Carlos Valadares chegar – ele está aqui na reunião ao lado, na Comissão de Desenvolvimento Regional –, nós retomaremos o item nº 12, para que o Senador Antonio Carlos Valadares possa também fazer o relatório.

Podemos proceder dessa forma?

Item nº 9, p. 140.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2009
– Terminativo -

Altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: Tramitação: CAS e terminativo nesta CDH.

– Em 14/10/2009, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAS.

Designamos agora o Senador Paulo Davim para ser o Relator *ad hoc*.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, eu inicio pela análise, porque esse projeto está aqui há muito tempo e todos nós já tomamos conhecimento dele.

Análise.

A garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes é obrigação de toda a sociedade, do Estado e da família, conforme disposto no art. 227 da Constituição de 1988.

Nesse modelo de cuidado adotado pelo Brasil, os conselheiros tutelares exercem uma função que supera o cumprimento dos deveres de todo cidadão na proteção integral à infância e à adolescência, pois assumem responsabilidades extraordinárias, frequentemente sacrificando seus interesses pessoais e seu bem-estar em prol da coletividade, não raro lidando com situações de grande pressão e estresse.

O projeto, ao instituir remuneração obrigatória e prever direitos sociais mais abrangentes em favor dos membros dos conselhos tutelares, sobretudo dos que se dedicam a essa atividade em regime de dedicação integral, prestigia o relevante trabalho desempenhado por essas pessoas que contribuem para a proteção integral da infância e da juventude.

Ao ser apreciado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 97, de 2009, recebeu três emendas que aprimoram significativamente a sua redação, evitando ofensa à autonomia municipal, em respeito à Constituição.

Contudo, impõe-se a constatação de que entrou em vigor a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que contempla integralmente o objeto da proposição ora examinada. Convém mencionar, ademais, que essa lei foi sancionada com veto a dispositivo que, no entendimento da Presidência da República, feria a autonomia municipal, refletindo a mesma preocupação que a CAS manifestou nas emendas, ao aprovar o PLS nº 97, de 2009. Também é pertinente notar que essa lei resulta de esforço legislativo paralelo ao PLS nº 97, de 2009, tendo as proposições correlatas tramitado separadamente, em razão de questões regimentais.

Feitas essas considerações, devemos, enfim, reconhecer que o propósito do PLS nº 97, de 2009, já foi satisfeito, estando prejudicada, portanto, a matéria, nos termos do art. 134 do RISF.

Em razão do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2009.

Como eu disse aqui, já foi contemplado pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012. Portanto, se já foi contemplado, está prejudicado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação a declaração de prejudicialidade do projeto.

A votação é nominal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Davim é o Relator *ad hoc,* e o voto é conhecido.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O suplente já votou. Então, já temos o número de votos suficiente. Obrigada.

O projeto foi aprovado por unanimidade.

Na verdade, foi aprovado o relatório apresentado pela prejudicialidade do projeto. O relatório apresentado pelo Senador Paulo Davim, Relator *ad hoc*.

Vou passar para o item 12. O Senador Antonio Carlos Valadares está presente. Página 196.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.
Autoria: Senador Sérgio Souza.
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI.
Observações: Tramitação: CI e terminativo nesta CDH.
– Em 13/11/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Serviços e Infraestrutura, com as Emendas nºs 1 e 2-CI.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, de iniciativa do Senador Sérgio Souza, que visa a estabelecer que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos 5% da frota adaptada para o embarque e desembarque de cadeirantes, sem necessidade de que deixem suas cadeiras.

Para isso, a proposição adiciona comando específico à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece critérios gerais para acessibilidade aos equipamentos urbanos pelas pessoas com deficiência.

Em suas razões, o autor alude à preferência natural dos cadeirantes por embarcar e desembarcar de táxis "sem a necessidade de ajuda externa ou de que sejam obrigados a ser retirados de suas cadeiras de rodas", de modo a se sentirem "capazes de gerir suas vidas sozinhos".

A proposição foi distribuída, primeiramente, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em que obteve parecer favorável, nos termos de duas emendas, que lhe alteraram a ementa e o texto principal, para neles incluir, como destinatários do novo comando que propõe, não apenas as empresas, mas também as cooperativas que operem frotas de táxis. Agora, na CDH, será apreciada em caráter terminativo.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre matéria referente à "proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência", o que torna regimental a apreciação do projeto em tela neste colegiado.

O projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, não incidindo no campo normativo reservado ao Presidente da República, sendo lícita, portanto, a iniciativa parlamentar.

Ainda no aspecto constitucional, importa destacar a competência comum, atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de cuidarem "da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência" (art. 23, II, da Constituição Federal); a competência da União para legislar, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre "proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência" (art. 24, XIV); e a determinação de que a lei disponha "sobre normas de (...) de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência" (art. 227, §2º), complementada pelo disposto no art. 244, que trata da adaptação dos veículos "atualmente existentes".

Os mencionados ditames constitucionais ensejaram a edição da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a denominada Lei da Acessibilidade, norma que a proposição em pauta pretende aprimorar.

Quanto ao mérito, pode-se observar com clareza a adequação da proposição às diretrizes constitucionais e legais, tanto no sentido formal, evidenciado acima, quanto no âmbito material. De fato, o espírito da legislação brasileira sobre o tema tem como metas simultâneas a solidariedade à pessoa com deficiência e a promoção de sua independência e autonomia. A proposição em exame tem a virtude de conciliar bem os dois lados, o que a torna digna de apoio.

Outrossim, vale dizer que estamos de acordo com as emendas propostas e aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, que estendem o comando também às cooperativas, visto que elas igualmente oferecem serviços de táxi.

Voto.

Ante as razões expostas, Srª Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2 oferecidas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

É o parecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Valadares.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto, mas antes discutir com o Senador Valadares. O mérito não se discute, mas, ao colocar cooperativas, eu recebi aqui uma informação de que as cooperativas não têm carro próprio; são cooperados. Então, seria preciso fazer um ajuste, porque, senão, indiscriminadamente, como é que se vão determinar esses 5%, se são cooperados, e as cooperativas não têm uma frota própria?

No projeto original, estava certo, porque não havia cooperados. Quando inseriram cooperados...

Então, eu gostaria de pedir vista, para poder discutir isso com o Senador Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental.

Pedido de vista concedido.

Eu vou passar para o Item nº 14, de relatoria do Senador Gim. Eu estou solicitando ao Senador Magno Malta que seja o Relator *ad h*oc.

Vamos verificar se o quórum permanece? (*Pausa*.)

Não há quórum suficiente para votar matéria terminativa. Então, nós vamos...

Ah, voltou o Senador. Vamos votar. Chegou um novo Senador aqui.

Item 14, na página 308.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2012
– Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Gim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Observações: Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH.

– Em 26/03/2013, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Como o Relator não se encontra presente, designo o Senador Magno Malta como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta para leitura do relatório.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente, antes de fazer a leitura do relatório, muito rapidamente, consulto V. Exª e também o Senador Capiberibe se poderíamos, logo em seguida, fazer a inversão, visto que vou pedir vista mesmo do projeto do item 26 e já que não haverá prejuízo – se V. Exª e também o Senador Capiberibe concordarem.

Em seguida, passo a ler o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Magno Malta está pedindo inversão de pauta do Item nº 26...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está pedindo vista? Mas, para pedir vista, tem de primeiro...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não, não.

Eu estou pedindo que, logo em seguida ao meu relatório, V. Exª faça o procedimento. Em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, em seguida, eu posso fazer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, o meu argumento é que não haverá prejuízo, visto que eu vou pedir vista mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Deixe-me só fazer o encaminhamento.

O Senador Anibal havia solicitado, inicialmente, a votação do Item nº 16. Eu solicitei ao Senador Anibal que aguardasse até terminarmos os projetos terminativos. Então, há o Item nº 16 para ser votado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só que agora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E há um requerimento, já apreciado, do Senador João Capiberibe, que é para colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe, para realizar uma diligência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, não.

Estamos aqui nos projetos terminativos. Vamos votar também o requerimento dele. Em seguida, eu peço que coloque o Item nº 26. Eu já até falei com o Senador Capiberibe, porque vou pedir vista.

Então, passo a ler o meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É um projeto muito bom o projeto do Senador Ciro, e a relatoria do Senador Gim é favorável.

V. Exª leu, e eu passo a ler esse item. E o voto é favorável.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 349, de 2012, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que propõe a alteração da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Lei de Acessibilidade, de modo a assegurar que as instituições financeiras providenciem o acesso adequado de clientes com deficiência visual às informações e aos objetos físicos (mormente o cartão de crédito ou débito) a serem fornecidos por tais instituições.

É um projeto meritório, Srª Presidente.

O voto é pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – GO) – Com a vênia do Senador *ad hoc*, eu vou pedir vista, porque há uma informação de que os cartões já têm hoje todas as informações para o deficiente visual. Com esse substitutivo, eles estão ampliando isso, o que requer uma reformulação geral no cartão, inclusive na quantidade de informações. Então, com a vênia do Senador Malta, eu gostaria de pedir vista para discutir isso, inclusive com o autor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental a solicitação do pedido de vista. Então, concedida vista ao Item nº 14.

Em seguida, conforme...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Há uma música no Brasil que diz: "Vige como tem Zé, Zé de baixo, Zé de riba".

Aqui é Ciro demais. Eu estou achando que estou relatando um projeto dele, que o estou elogiando. No entanto, ele pediu vista, e eu falei: "Mas não é seu?" Não, é do outro Ciro. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em seguida, nós vamos passar para o Item nº 16, projeto não terminativo, substitutivo da Câmara. Página 332.

ITEM 16

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 1999
– Não terminativo -

Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 66, de 1999.
Observações: Tramitação: CCJ e terminativo nesta CDH.
– Em 20/11/2013, a matéria foi aprovada na CCJ.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Srª Senadora Ana Rita.

Essa matéria tem a identidade, o DNA e as digitais do Senador Eduardo Suplicy, que é um militante histórico dessa causa. E não se fala desse assunto em qualquer lugar do mundo sem se fazer referência ao Senador Suplicy.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que institui a linha de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas.

A matéria, apresentada há quase 15 anos e aprovada no Senado Federal no ano 2000, recebeu alterações na Câmara dos Deputados, acolhidas pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania do Senado Federal no dia 20 de novembro de 2013. Depois de examinado pela CDH, o projeto será submetido ao Plenário da Casa.

Em sua forma original, a proposição, é composta por cinco artigos.

Em seu art. 1º, determina que o Poder Executivo, por intermédio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), deverá estabelecer uma linha oficial de pobreza, com vistas à sua erradicação. Por linha da pobreza, o projeto entende que seja o padrão de rendimento anual mínimo necessário para permitir que uma família e/ou uma pessoa possam suprir suas necessidades vitais.

O art. 2° prevê que o Presidente da República, por ocasião de sua posse, deverá estabelecer detalhadamente as metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas, a serem atingidas durante o seu governo. Também deverá apresentar ao Congresso Nacional balanços anuais acerca da evolução das metas estabelecidas (§2º), que devem orientar todas as iniciativas orçamentárias governamentais.

Já o art. 3° versa sobre a obrigação de a atual Presidência da República enviar, ao Congresso Nacional, as metas previstas no *caput* do art. 2°, 30 dias após a regulamentação da lei originária da proposição em apreço.

O art. 4° dá o prazo de 90 dias para a regulamentação da lei e, finalmente, o art. 5° estabelece a cláusula de vigência da norma legal a partir de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Eduardo Suplicy recorda afirmação do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que, por ocasião de sua posse no segundo mandato, afirmou pouco valer o Brasil se situar entre as maiores economias do mundo e continuar entre os primeiros em desigualdade social.

O autor também afirma que, em face das condições de extrema penúria em que vive parte considerável da população brasileira, e tendo em vista que um dos objetivos da República é a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais, apresenta-se a necessidade de estabelecimento de mecanismos e de critérios que permitam vislumbrar o caminho a ser percorrido, com vistas a atingir os objetivos fixados pela Carta Magna. Segundo ele, "a construção de uma linha de pobreza fornecerá uma referência na análise da extensão da miséria no Brasil e na consecução e orientação das políticas sociais".

Apresenta, ainda, exemplos de iniciativas semelhantes instituídas em diversos países e que resultaram numa maior consciência sobre o tema.

Já o substitutivo da Câmara dos Deputados reduz significativamente o texto original, resumindo seu escopo:

Prevê o estabelecimento da linha oficial de pobreza, definida como sendo o rendimento anual mínimo definido como sendo o rendimento anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou uma pessoa que viva sozinha possa adquirir bens e serviços necessários para uma vida digna, e estabelece que "as políticas públicas de erradicação da pobreza deverão conter metas nacionais e regionais de redução do número de familiares e de pessoas que estejam vivendo abaixo da linha oficial de pobreza".

Cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame dessa matéria e de todas as matérias que versem sobre a garantia e a proteção dos direitos humanos, o que torna regimental a análise do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que cuida de estabelecer medidas voltadas à erradicação da pobreza.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade, concorda-se aqui com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que vê as alterações da Câmara dos Deputados como um aperfeiçoamento do projeto inicial do Senador Eduardo Suplicy. Segundo a CCJ, tais alterações retiraram da proposição aspectos que poderiam ser considerados injurídicos, mantendo, contudo, uma redação consentânea com os objetivos do autor.

No texto original, considerava-se linha de pobreza o padrão de rendimento anual mínimo necessário para que uma família e/ou uma pessoa atendam a necessidades vitais, como já foi dito.

O substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados retirou da matéria o detalhamento que continha as obrigações a serem cumpridas pelo Poder Executivo e manteve, em essência, a definição da linha oficial de pobreza como balizador das ações governamentais voltadas para a erradicação da pobreza.

De 1999 para cá, o País avançou no desenvolvimento de políticas voltadas para a garantia da renda e redução da desigualdade social. No entanto, persiste a ausência de critérios para o estabelecimento da linha de pobreza. Os vários programas sociais em vigor são uma mostra da ausência desse balizador.

O Plano Brasil Sem Miséria, por exemplo, tem por finalidade superar a situação de extrema pobreza da população em todo Território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Nele, é considerada como uma situação de extrema pobreza a população com renda familiar *per capita* mensal de até R$70.

Outros programas em vigor que também se destinam a combater a pobreza mencionam faixas de renda de pobreza, umas diferentes das outras. Tome-se, por exemplo, a diferença de faixa de renda para ingresso no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é de um quarto de salário mínimo, e a do Programa Bolsa Família (PBF) que atende famílias com renda *per capita* inferior a R$70.

O fato é que o Governo Federal adota diferentes valores para definir pobreza, criando categorias como extrema pobreza e absoluta pobreza, sem, no entanto, clarificar as razões de adoção desses critérios.

É, de fato, difícil determinar a faixa de renda que defina alguém como pobre. Certamente não há padrão que escape de certa arbitrariedade, com pode ser verificado na literatura especializada sobre o tema, ou, ainda, nas experiências internacionais de padronização desse critério.

O mérito do projeto do Senador Eduardo Suplicy, e esse aspecto é o seu diferencial em relação aos parâmetros dos programas sociais em vigor. É que ele propõe a adoção de uma metodologia oficial de linha de pobreza e a explicitação dos critérios pelos quais ela foi construída. A medida, certamente, irá proporcionar debate na sociedade em torno da definição de um mínimo essencial para que as pessoas possam atender, com dignidade, às suas necessidades vitais.

Tal definição passa por um viés técnico, com certeza, mas apresenta aspectos políticos incontornáveis, revelando-se um indicativo do que a sociedade e seus representantes consideram tolerável em termos de carência social.

Ressalte-se, ainda, que os critérios hoje adotados estão relacionados intimamente à capacidade orçamentária de execução dos programas sociais. Eles podem determinar qual faixa de renda o Poder Executivo consegue atender com os recursos de que dispõe, mas evidentemente não representam a situação concreta de pobreza existente no País.

Assim, continua necessário enfrentar essa questão, e o projeto, na forma do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados, acertadamente aponta neste sentido.

Srª Presidenta, diante do exposto, o voto é pela aprovação com louvor desta proposição do Senador Eduardo Suplicy, através do substitutivo da Câmara dos Deputados, a aprovação do PLS nº 66, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que vai definir, de uma vez por todas, qual é a linha de pobreza no Brasil, instituindo critérios límpidos para dirimir essa dúvida que tanto instiga os sociólogos e economistas do nosso País.

Parabéns ao Senador Eduardo Suplicy, e o voto é pela aprovação, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal Diniz.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Rita, eu quero agradecer o parecer tão bem consubstanciado do Senador Anibal Diniz.

Eu quero dizer que, lendo os livros de Anthony Atkinson, da Universidade de Oxford, e do Professor James Tobin, prêmio Nobel de Economia, já falecido, mas um dos maiores economistas do século 20 e início deste século, eu vi as recomendações de que cada país, cada governo deveria ter metas de erradicação da pobreza.

E, obviamente, isso está presente na nossa Constituição, pois o art. 3º, inciso III, diz que é objetivo fundamental desta Nação erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades socioeconômicas, e também é o objetivo tantas vezes expresso pela Presidenta Dilma Rousseff.

É fato que ela tem considerado a pobreza extrema, muitas vezes até cita, U$1,25 como a própria ONU considera. Mas é importante que nós possamos ter, e pelo IBGE e pelo Ipea, a definição clara e talvez a definição, tanto da pobreza extrema, como também da pobreza absoluta.

Eu tenho a convicção de que nós poderemos chegar em breve ao dia em que não haja uma pessoa sequer no Brasil com o rendimento abaixo de certo nível. E justamente a proposta da renda básica de cidadania universal e incondicional para todos tem esse propósito.

Então, muito obrigado, Senador Anibal Diniz, pelo parecer de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 66 de 1999.

O projeto segue para análise do Plenário.

Vamos agora colocar em discussão... Já aprovamos a inclusão extrapauta do requerimento do Senador João Capiberibe. Eu coloco em discussão o requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, pela ordem.

Há outro requerimento que eu gostaria de apresentar, para que sejam votados os dois.

O requerimento é para uma audiência pública, para discutirmos aqui o uso da água na mineração.

Esse requerimento está sobre a mesa.

Eu peço inversão de pauta para que a gente possa votá-lo agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu aguardarei o momento, mas quero lembrar que eu tenho dois requerimentos que eu gostaria de propor a V. Exª.

Um deles eu sei que V. Exª está junto, que é do decreto dos movimentos sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos fazer o encaminhamento que havíamos combinado antes.

Nós vamos votar os dois requerimentos do Senador Capiberibe.

Em seguida, vamos apreciar o Item nº 26, que já está na pauta, a pedido do Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Há pouco, a TV Senado estava focalizando V. Exª um pouco mais aqui atrás. Vim, justamente, dar um abraço de agradecimento no Senador Aníbal Diniz, que agora está voltando. Quero dar-lhe um abraço. (*Risos.*)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Senador, parabéns! Parabéns aos dois!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A TV Senado é importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns aos dois Senadores que trabalharam conjuntamente na aprovação do projeto.

Consulto se as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores concordam com a inclusão do requerimento extrapauta, que solicita audiência pública para debater com técnicos e lideranças de populações atingidas pela escassez gerada pelo impacto do uso da água da mineração.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, Art. 90, XIII, requeiro que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, junto a Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade do Senado Federal, realize uma diligência na Superintendência Regional da Polícia Federal em Fortaleza/CE, local para onde foi conduzido coercitivamente o soldado reformado do Exército Antônio Waneir Pinheiro Lima, de 71 anos, com o objetivo de colher informações sobre seu depoimento e realizar uma oitiva com o mesmo. Depois de passar mais de quatro décadas escondido sob a alcunha de "Camarão", o carcereiro da Casa da Morte, Antônio Waneir Pinheiro Lima, foi localizado no interior do Ceará. Conduzido para a Polícia Federal, ele reconheceu ter atuado como "vigia da Casa". A Casa da Morte, como ficou popularmente conhecida, situa-se no imóvel da Rua Arthur Barbosa, bairro Caxambú, Petrópolis, RJ. A casa, cedida ao Centro de Informações do Exército (CIE) pelo empresário alemão Mario Lodders, era bem isolada e praticamente não tinha vizinhos à época, o que facilitava as sessões de tortura. Considerado um dos piores porões de tortura da ditadura civil-militar. Conta-se que do local, também conhecido como Casa dos Horrores e Codão, ninguém saía vivo. A exceção é

Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da VAR-Palmares, que conseguiu sair da casa graças a uma campanha internacional de denúncia de sua prisão clandestina.
Autoria: Senador João Capiberibe

Vamos colocar já em votação o referido requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Também coloco em votação o requerimento solicitado anteriormente pelo Senador João Capiberibe. Já foi votada e aprovada a inclusão extrapauta.

Nós vamos, agora, aprovar o requerimento para fazer uma diligência ao Estado do Ceará em função do assassinato...

Por favor, repita.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Para ouvir o soldado Camarão, que foi um torturador na Casa da Morte de Petrópolis, segundo o depoimento de Etienne Romeu, que é a única sobrevivente.

Proponho que a gente faça uma diligência externa para ouvi-lo lá em Fortaleza, na carceragem da Polícia Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, aqueles que aprovam o requerimento...

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Acho muito importante essa audiência que a Comissão fará lá na prisão em Fortaleza, como V. Exª mencionou. Mas queria recomendar que, se fosse possível, fosse realizada ainda no mês de novembro, pois o relatório da Comissão Nacional da Verdade será divulgado dia 10 de dezembro. Em princípio, no dia 10 de dezembro ou na semana em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Se possível, dia 10. Seria muito pertinente se essa informação...

Sei que o relatório da Comissão de Direitos Humanos está para ser finalizado ainda neste mês, mas uma informação dessa relevância poderá, obviamente, ser acrescida, e ainda há tempo de constar do relatório.

É a recomendação que faço, Senador João Capiberibe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acho que procede a recomendação do Senador Eduardo Suplicy.

Com certeza, quanto mais cedo for realizada a diligência, melhor, porque o resultado dessa diligência poderá, também, ser incluído no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sugiro que nós façamos essa diligência na próxima quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Na próxima quinta-feira.

Primeiro, vou votar a realização da diligência; depois, nós definiremos o dia e quem irá a essa diligência. Então, coloco em votação a realização da diligência para ouvir o carcereiro da Casa da Morte, lá no Estado do Ceará.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O Senador João Capiberibe está propondo que se faça na próxima quinta-feira.

É isso, Senador João Capiberibe? (*Pausa.*)

Na próxima quinta-feira.

Antes de mais nada, consulto quem deseja participar dessa diligência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem querer complicar, mas já complicando um pouco, quero dizer que a próxima quinta será dia 20 de novembro. Teremos, aqui, a entrega da Medalha Abdias, uma iniciativa da Senadora Lídice da Mata e deste Senador. Até vou a Fortaleza, mas vou no voo das 16h30min, na própria quinta. Na sexta estarei lá.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Podemos ir na sexta. Pronto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na sexta, eu me prontifico a acompanhá-los.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Combinado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador João Capiberibe vai. Então, o Senador Paulo Paim. Alguém mais se manifesta? (*Pausa.*)

A Senadora Lídice da Mata também vai analisar a possibilidade de ir. É isso?

Então, em princípio, são os três Senadores. É importante constar em ata, justamente para poder facilitar depois as passagens que precisam ser providenciadas.

Portanto, na próxima sexta-feira: Senador João Capiberibe, a Senadora Lídice, que vai avaliar a possibilidade de ir, e o Senador Paulo Paim já confirmou.

Então, aprovado.

Vamos apreciar agora o Item nº 26, a pedido do Senador Magno Malta. Logo em seguida, os requerimentos que já constam da pauta, uma boa parte de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, de 2013
– Não terminativo -

Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, submete-se à deliberação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 470, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que derroga o Livro IV do Código Civil e revoga diversos outros dispositivos legais para criar, em seu lugar, o Estatuto das Famílias.

Neste sentido, e conforme justificação apresentada pela autora, a proposição colhe contribuições do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) para oferecer novos parâmetros legais e agregar elementos doutrinários e jurisprudenciais que refletiriam melhor os princípios e valores expressos na Constituição e na sociedade, onde se vê uma significativa pluralidade de configurações familiares.

O PLS nº 470, de 2013, dispõe sobre a caracterização das entidades familiares; a atualização da disciplina aplicável ao casamento e ao divórcio, bem como às relações patrimoniais pertinentes; a equiparação da união estável ao casamento; acolhimento dos avanços jurisprudenciais relativos às uniões homoafetivas; as relações de filiação, a alienação parental, o abandono afetivo e as obrigações alimentares; a tutela e a curatela; aspectos processuais e procedimentais pertinentes ao Direito de Família.

A proposição foi distribuída para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram recebidas emendas.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-E, incisos III e V, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção à família. Convém mencionar que a CCJ deve opinar sobre Direito Civil, nos termos do art. 101, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o que abrange grande parte da proposição, de modo que esta análise será orientada conforme essa divisão regimental de competências.

O conceito de família não se encerra no campo jurídico, sendo reflexo da cultura e das relações sociais que tanto derivam das tradições quanto surgem espontaneamente entre as pessoas, queira ou não a lei. As famílias são as células sociais fundamentais nas quais, salvo raras exceções, os indivíduos nascem, crescem e estabelecem relações profundamente significativas e duradouras. Dessa forma, sendo a família um fato social antes de um instituto jurídico, cabe ao Direito proteger esse pilar fundamental da sociedade e disciplinar as relações familiares naturais ou sociais que se estabelecem entre as pessoas.

Um dos pontos de partida deste trabalho é reconhecer a importância da tradição e da estabilidade das relações familiares, pois a lei deve ser um reflexo da sociedade, de seus anseios e de seus valores. Não obstante, o Direito não pode deixar de reconhecer que a sociedade, os costumes e os valores são dinâmicos, estando em constante evolução, o que demanda constante reavaliação das leis pertinentes, para que o Direito não promova o engessamento artificial da sociedade e não se converta num amontoado de regras anacrônicas, ineficazes, desvinculadas da realidade social.

Pode soar estranha e prematura a iniciativa de atualizar todo um livro do Código Civil que tem pouco mais de dez anos. Porém, sabemos que as normas nele contidas refletem debates havidos há meio século, quando os valores patriarcais tradicionais eram muito mais fortes do que hoje.

Desde então, vimos avanços fundamentais na afirmação dos direitos humanos fundamentais, inclusive de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, no combate à discriminação e ao preconceito, inclusive, mas não somente relativos a gênero e à sexualidade. Nesse sentido, a proposição ora examinada já acerta desde o seu nome, pois remete à pluralidade de organizações familiares, admitindo tanto os vínculos naturais de filiação

quanto os fortes vínculos oriundos da afetividade, que se traduz na comunhão de vida, o casamento, a união estável, a adoção, a afinidade.

Ressaltamos, inicialmente, a opção pelo PLS nº 470, de 2013, de não discriminar as famílias com fundamento em gênero e sexualidade. O seu art. 20 fala em nubentes, sem especificar homem e mulher. Ao não limitar aos heterossexuais o direito de casar ou de constituir união estável, a proposição acolhe os avanços recentes, observados na sede judicial e administrativa, no sentido de não discriminar a homoafetividade. A família é, ao mesmo tempo, tema pertinente à intimidade de cada pessoa que a integra e à coletividade, que a acolhe e valoriza a organização familiar como base da sociedade.

Por essa razão e para evitar lesão à esfera privada das pessoas, as restrições às organizações familiares, só podem ser admitidas na medida em que são necessárias para preservar direitos dos membros da própria família e da coletividade. Ressalte-se que falamos em direitos, não em convicções religiosas ou valores morais, pois os direitos das minorias devem ser garantidos mesmo diante da vontade da maioria.

Em pleno Estado democrático de direito, a lei não pode operar contra o pluralismo e abrigar o preconceito, pois isso fere o respeito à diversidade humana e à dignidade fundamental de todos. Impor às minorias a opinião, as crenças ou os valores morais da maioria não é sinônimo de democracia e, sim, de intolerância, própria de regimes totalitários.

Se, felizmente, depois de longa luta contra o preconceito, podemos afirmar com plena clareza que a dignidade humana, fundamental, independe de gênero e sexualidade, não é legítimo que o Estado proíba ou discrimine a comunhão de vida entre pessoas não heterossexuais. Esse entendimento está solidamente ancorado em normas constitucionais relativas a direitos fundamentais, tais como o art. 1º, inciso III, que elenca a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil; o art. 1º, inciso V, que inclui entre esses fundamentos o pluralismo político, atualmente compreendido com respeito e tolerância, não somente à diversidade política, mas também às diferenças sociais, culturais e individuais; o art. 3º, inciso IV, que inclui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; o *caput* do art. 5º, que afirma a igualdade de todos perante a lei sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; o art. 5º, inciso X, que afirma serem invioláveis a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas; o art. 5º, inciso XLI, segundo o qual a lei punirá qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

No bojo da Constituição Federal de 1988, esses dispositivos que vedam a discriminação e protegem a intimidade, a vida privada, a honra e a diversidade, inclusive de gênero, identidade de gênero, sexo e orientação sexual, contradizem o argumento de que o casamento é limitado à união entre homem e mulher, a partir de uma interpretação derivativa do art. 226, §3º, que menciona a conversão da união estável entre o homem e a mulher em casamento. A prevalecer essa interpretação, mais restritiva, não se poderia considerar como família, à luz da Constituição, a comunidade formada entre adotantes e adotados, pois o §4º do mesmo art. 226 fala em "pais e seus descendentes". Ademais, conforme disposto no art. 5º, §2º, "os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados", de modo que a menção ao homem e à mulher, isoladamente, não pode contradizer todo o sistema de garantias dos direitos fundamentais e, particularmente, os outros dispositivos que mencionamos.

Todavia, dado que não é lícito ao Estado impor convicções sobre a fé íntima das pessoas privadas, não se pode proibir ou evitar que, no seio das organizações religiosas ou de quaisquer outras formas de relação com o que se considere sagrado, opções alternativas à heterossexualidade biológica e social sejam consideradas pecaminosas. O pecado é livre.

Podemos considerar lícito, portanto, que confissões religiosas defendam que a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade estejam em desacordo com a fé que pregam, mas não se pode tolerar a institucionalização do preconceito, da discriminação e da violência homofóbica no Estado democrático de direito. No mesmo sentido, não se pode admitir que esses valores e crenças pessoais, mesmo que sejam partilhados pela maioria da população, prevaleçam sobre o direito à família de homossexuais, bissexuais e transgêneros. A lei não altera a consciência nem as convicções íntimas das pessoas, mas é dirigida para a sua conduta, e o respeito à diversidade é condição *sine qua non* da democracia.

Esse, certamente, é o tema mais polêmico tratado no PLS nº 470, de 2013, mas também merecem destaque: o art. 13, §2º, que determina a extinção do parentesco por afinidade com a dissolução do casamento, exceto para fins de impedimento à formação de entidade familiar; e o art. 21, §1º, que condiciona a validade do casamento religioso ao registro no prazo de noventa dias, mas o admite como prova de união estável mesmo após o decurso desse prazo. São mudanças salutares, que refletem a evolução do Direito de Família no Brasil.

E há uma evolução permanente da sociedade, e o Estado não pode manter esse fosso, esse divórcio entre a lei, o direito e a sociedade.

Portanto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, eu quero, no mínimo, dialogar sobre o tema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. O Senador Magno Malta pede vista.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero ser aqui muito...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente.

Só um minutinho, Senador Paim, porque eu pedi vista, até porque são 303 artigos. É um estatuto. Isso demanda muita profundidade, razão pela qual peço vista.

Até porque o Senador Capiberibe destacou dois artigos. Então, demanda muita profundidade, um debate muito profundo, razão pela qual eu estou pedindo vista, Senador Paim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de pedir vista, também, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então é vista coletiva, não é isso?

Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, à Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olha, como já pediu vista coletiva o Senador Magno Malta... Eu ia fazer outro encaminhamento, mas já está decidida a vista coletiva, consequentemente... Porque, eu olhando aqui, Senadora Lídice...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me só dar minha opinião. Se eu a tivesse dado antes, talvez o encaminhamento fosse outro.

Esse aqui é um trabalho gigantesco. Eu trabalhei na concepção de alguns estatutos: o da igualdade racial; da pessoa com deficiência; do motorista. Praticamente discutimos uma atualização na CLT. E, veja bem, são quase 100 páginas.

Como é que nós vamos votar uma matéria dessas?

Reconheço aqui a competência, a qualidade de quem a elaborou. E V. Exª sabe a minha posição, Senadora Lídice da Mata.

Mas eu me sentiria – eu, eu – meio irresponsável se eu votasse um estatuto sem dialogar um pouco com a sociedade, ouvir... Até para valorizar o trabalho elaborado pela Senadora Lídice da Mata. Esse é o tipo de trabalho que, para mim, não tem como passar aqui sem se fazer no mínimo uma audiência pública, ouvindo a sociedade, porque é muita coisa.

Eu estive olhando aqui... E até porque... Senadora Lídice, se me permite, até pelo trabalho, que é um... Olha, é o Estatuto da Família! Olha a complexidade e a grandeza desse seu trabalho. Até para valorizar o seu trabalho. E aqui é a comissão de mérito; não é lá na CCJ. A CCJ vai dizer se é legal, se é inconstitucional ou não. A de mérito é aqui.

Eu sei que... Eu também, muitas vezes, até faço a leitura de um relatório em um minuto, para aprovar o projeto. Mas é um projeto de um, dois artigos que eu tenho muita convicção de que aquilo está correto e adequado e de que os Senadores acompanharam.

Mas, Senadora Lídice, a Srª fez um estudo brilhante, uma ideia brilhante, que merece ficar um tempo maior na nossa Comissão, para a gente caminhar para aprovar esse estatuto pela grandeza que ele merece.

Por isso, eu não entrei na vista e eu entraria em uma audiência para a gente, no mínimo, debater um pouco... Olha, eu não conheço nada aqui, eu não sei o que está escrito aqui...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Apenas pela grandeza do trabalho realizado e pela nossa responsabilidade. Aqui é a Comissão de Direitos Humanos. Consequentemente, é o lugar adequado para discutir o Estatuto da Família; não tem outro local.

Por isso, talvez, eu não sei se, pela minha fala, a gente caminhasse em comum acordo aqui, no mínimo, por uma audiência pública para, depois, ver como seria, digamos, o processo de votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos ouvir a autora do projeto, Senadora Lídice da Mata.

Depois, o Senador Marcelo Crivella.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Srª Presidente, eu quero agradecer a palavra e saudar o Senador Paim. Agradecer o relatório do Senador Capiberibe e também a solicitação de vista do Senador Suplicy, mas eu pessoalmente... E Magno Malta. Desculpe.

Eu, pessoalmente, compreendo que esse projeto merece um debate, sim, na Comissão. Um debate maior. Eu quero deixar tranquilo o Senador Magno Malta e outros Senadores que, por alguma, digamos assim, convicção, por qualquer motivação de convicção religiosa, desejarem ter um debate maior sobre esse tema, que eu não farei obstáculo algum a que isso aconteça.

Primeiro, porque considero que a família, como está dito, vai-se formando a partir de uma evolução de afirmação e prática social. Não fosse isso, nós não teríamos a Lei do Divórcio, que levou 12 anos em debate nesta Casa, de autoria do honrado, e orgulho para os baianos, Senador Nelson Carneiro – embora fosse eleito pelo Rio de Janeiro, onde fez sua vida pessoal e política.

Trata-se, o Estatuto das Famílias, de um debate que se iniciou inclusive no meio da associação de advogados de Direito de Família. Portanto, de pessoas que tratam do direito, da conquista do direito, da administração desse direito nas varas de família deste País, para garantir a guarda de muitos, para garantir alimentos para outros, para garantir, portanto, a sobrevivência, principalmente tendo como garantia essencial o direito dos filhos, o direito das crianças e do adolescente, do jovem em uma família.

Na semana passada, Senador Magno Malta, fui a São Paulo, e perto de mim estavam sentados dois rapazes. Eu estava ao fundo, prestando atenção à minha leitura. No entanto, um dos rapazes falava mais alto. E ele falava sobre uma criança. E o outro lhe perguntava: "Mas qual é a relação dela com o pai?". Era seu enteado. E ele dizia: "Não, a relação deles não é boa. Eu tenho que agir dessa forma, porque é a minha relação que conduz a orientação familiar dele, de valores, etc., porque a relação dele com o pai é muito ruim."

E falava também: "Mas como ele se dá com os seus filhos?" Ele: "Não, com os meus filhos, a relação é muito boa." Portanto, tratava-se de uma pessoa que havia sido casada, tinha filhos, hoje estava no segundo casamento e se referia à sua relação com o enteado e a sua relação com os seus filhos.

Eu fiquei, assim, parada e me lembrei de que, antigamente, uma conversa dessas era feita em tom muito baixo, para que os que estivessem ao lado não percebessem que se estava tratando de uma pessoa que era separada, de uma relação que tinha com outro. E me lembrava de um amigo meu, um pouco mais velho que eu, que me testemunhou que, certa vez, foi expulso, foi induzido a se retirar da escola quando seus pais se separaram, porque era assim que se conduzia naquele tempo, há 50, 60 anos. Em algumas escolas particulares do Brasil inteiro, isso era naturalizado.

Há, portanto, uma mudança de cultura, de costumes, de hábitos, o que levou a mudanças nas leis. É com essa intenção que nós trazemos esse estatuto ao debate, e não com a ideia de que ele pudesse aqui ser aprovado a toque de caixa, Senador Magno Malta, sem as contribuições dos demais, sem o óbice de alguns que pensam diferente, sem o debate dessas questões na sociedade.

Longe de mim a ideia de que uma coisa dessas pudesse ser aprovada aqui no repente. Eu quero deixar absolutamente tranquilos todos aqueles que tenham algum óbice à aprovação deste projeto. Ele está colocado para se debater com a sociedade brasileira, para ouvir todos os segmentos – os católicos, os protestantes, os evangélicos, os budistas, os que pensam a relação familiar de maneira diferente, os que não pensam ou pensam igual –, para que possamos evoluir a um posicionamento sobre este projeto.

Por isso, quero agradecer o relatório sintético, que sei que foi estudado, que me buscou para ouvir a minha posição durante muito tempo. Eu esperava que tivesse uma audiência pública pelo menos. Creio que veio à pauta muito mais porque estamos no final de um ano, de um período legislativo, e a Secretaria pensou, talvez, poder fazer isso rapidamente. Quero agradecer a todos, inclusive àqueles que o colocaram logo em pauta. Mas a minha posição, como autora deste projeto, é de que ele passe por um processo de debate intenso. Senão, ele não conseguirá servir ao seu objetivo, que é transformar-se numa lei moderna, numa lei que, em vez de deixar tensas as relações familiares, na verdade, abrigue e harmonize, no Direito Civil, as relações familiares em nosso País.

Portanto, quero solicitar aos Senadores que pediram vista coletiva que, eventualmente, possamos renunciar a essa vista coletiva e aprovar uma ou mais audiências públicas para tratarmos desse assunto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estou de acordo, Srª Presidente. Se o Senador Magno Malta considerar esse caminho adequado, se o Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minutinho. O Senador Eduardo Suplicy está se manifestando, como encaminhamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Exª considerar adequada a proposta que o Senador Paulo Paim e a autora consideraram muito adequada, que procedamos às audiências públicas, uma ou mais, para que aprofundemos a reflexão a respeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Quero, inclusive, destacar que não falo de experiências pessoais. Falo de análise da sociedade. Vivi em um tempo – já sou um pouco mais velha – em que os meus pais não foram separados e tenho formação religiosa de família religiosa por parte de pai e mãe, mas quero dizer que a minha proposição, portanto, é uma proposição para debate, para análise e para que nós possamos refletir, profundamente, sobre o Direito de Família no Brasil.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Presidenta, muito obrigado.

Eu acho que o Senador Paim e a Senadora Lídice sintetizaram, aqui, o pensamento da nossa Comissão. Nós precisamos aprofundar o tema, e, para isso, não tem coisa melhor, instrumento melhor do que as audiências públicas.

Eu mesmo pretendo encaminhar o requerimento, e acho que outros Senadores o farão, para que, com maturidade, ponderação e equilíbrio, possamos votar, aperfeiçoar e aprimorar o projeto da Senadora Lídice da Mata.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu que fiz o pedido de vista, quero, primeiramente, cumprimentar o Senador Paim, pela lucidez, ele que é o campeão de estatutos, que tantos benefícios têm trazido à sociedade; e a lucidez da nossa querida Senadora Lídice da Mata, a sensibilidade de entender a complexidade de um estatuto de 303 artigos, até porque a lei é feita da regra para a exceção, e, nunca, da exceção para a regra.

Existem valores, e, por isso, esse debate, que nem o tempo, nem a evolução, nem a internet vão mexer com eles, porque não têm o direito de mexer com esses valores. Então, o debate tem de ser profundo. E dizia ela, no final da sua fala: não foi o propósito, porque, se você faz isso, dessa forma, em vez de se chegar a algum ponto, a algum denominador, cria-se tensão nas relações.

Então, em nome dessa lucidez, penso, também, que esse debate não se esgota daqui para o dia 17, quando começa o recesso parlamentar. Nós precisamos ter, pelo menos, aí, cinco, seis, o que for, de audiências públicas, como dizia, também, a Senadora Lídice da Mata. E eu a estou citando aqui porque, quando nasciam os meus dentes, minha mãe já votava nela, na Bahia. Então, eu a vou citando, sempre, aqui, porque minha mãe sempre nos colocava para entregar santinho dela, na marra. Então...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Imaginem, imaginem essa realidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Já entreguei santinho dela na marra, mãe mandando.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Vocês acreditam nisso?!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, eu sugiro um calendário...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele está concluindo.

Senador Magno Malta, concluiu? Concluiu?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Opa, desculpa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Não, eu só citei que minha mãe... E mãe, do jeito que era, se estivesse viva...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Trata-se, portanto, de uma relação familiar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mãe, se fosse viva, já teria dado um "brigueiro" com ela, pelo telefone por ela ser a autora da lei.

Então, eu também retiro a vista, no sentido de que encaminhemos requerimento para que nós possamos produzir essas audiências públicas, debater com a sociedade – quem é a favor, quem é contra, respeitando quem é a favor, respeitando quem é contra. Quem sabe exista um ponto que nos faça convergir – está certo? –, em vez de se gerar tensão e criar relações mais difíceis ainda.

Parabéns à senhora, e eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu acho que o projeto é de uma relevância muito grande para a sociedade. Atinge pessoas de todas as classes sociais. É importante aprofundarmos o debate.

Imaginem, por exemplo, que o Código Civil francês, Srª Presidente, só fazia referência ao homem, o Código da Revolução Francesa. A mulher não existia. Agora, se nós analisarmos do Código Civil francês à nossa última versão do código, de dez anos atrás, houve um processo evolutivo que nada pode deter.

Então, eu acho que um calendário de audiências públicas seria fundamental para que pudéssemos debater, com total abertura, porque esse é um tema de interesse geral da sociedade; são direitos civis que estão em jogo. O Estatuto das Famílias amplia esse conceito de família, que é algo fundamental e com o qual convivemos no nosso cotidiano.

Portanto, vamos estabelecer esse calendário e travar o bom debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Então, o pedido de vista está retirado. O compromisso é de que os Senadores que aqui se manifestaram apresentem requerimento para que possamos fazer audiências públicas, uma ou duas, de acordo com a necessidade.

A Senadora Lídice vai apresentar o requerimento.

O Senador Paulo Paim vai apresentar, o Senador Magno Malta...

Se possível, dialoguem, para que possamos pensar juntos, aí, nas audiências públicas.

Então, desta forma, fica suspensa a discussão do Item nº 26, o Projeto de Lei nº 470, de 2013.

Nós temos diversos requerimentos para serem aprovados: há um projeto de lei, não terminativo, de minha relatoria, e eu queria ver se daria tempo, ainda, de votarmos esse projeto. Eu solicito ao Senador João Capiberibe.... Acabou de sair.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Senador Suplicy para presidir aqui, rapidamente. Pode ser, Senador Suplicy, enquanto eu faço a leitura do meu relatório?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Enquanto não começa a Ordem do Dia, nós podemos dar uma geral na pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Como sou Relatora do Item nº 18, eu vou passar a Presidência ao Senador Eduardo Suplicy, para que possa proceder aos encaminhamentos referentes a este item.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, como Relatora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o projeto que está na página. 362.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014.

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que "Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências".
Autoria: Deputada Dalva Figueiredo
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações: Tramitação: CDH e CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2014 (indexado como Projeto de Lei nº 5.297, de 2009, na Casa de origem), de autoria da Deputada Dalva Figueiredo, tem por finalidade alterar a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para estabelecer que, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal é pública e incondicionada.

Conforme justificativa oferecida pela autora, a iniciativa resulta da constatação de que muitas mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar deixam de denunciar seus agressores, por vergonha, por medo de sofrer represálias, por preocupação com o que possa acontecer com os filhos, por dependerem economicamente do agressor, por acreditarem que a agressão não se repetirá ou por não quererem prejudicar o agres-

sor, a quem estão emocionalmente apegadas. Esses entraves à denúncia são agravados pela interpretação que muitos magistrados dão à Lei Maria da Penha, no sentido de que a ação penal, nesses casos, é pública e condicionada à representação da vítima.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, sob a forma de substitutivo, havendo sido examinada pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 37, de 2014, foi distribuído às comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Eu vou passar à análise e vou tentar ser breve.

A Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência contra as mulheres. É um dos raros casos nos quais o Direito se adianta à evolução dos costumes, tendo em vista que o machismo e o paternalismo ainda são valores teimosamente impregnados na nossa sociedade, inclusive entre as mulheres. Alguns juízes chegaram a decidir *contra legem* por considerá-la incompatível com os valores culturais e familiares da nossa sociedade, como se as mulheres não passassem de objetos à disposição e à mercê dos cônjuges e companheiros.

Ocorre que essa lei tem um forte caráter educativo, que depende, em grande parte, de sua efetividade. Dessa forma, se um agressor escapa do rigor da lei, por qualquer razão, até mesmo por eventual complacência ou temor da vítima, prejudica-se todo o sistema de combate à violência contra a mulher. E cada mulher que, sendo vítima de violência doméstica e familiar, deixa de representar contra o seu agressor, e favorece, querendo ou não, a reprodução da violência sobre outras mulheres.

A única ressalva à proposição é a falta de clareza e concisão de sua ementa, que reproduz a ementa da Lei Maria da Penha sem esclarecer o teor da alteração proposta, assim afrontando as prescrições dos arts. 5º e 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Para sanar esse problema, apresentamos uma emenda ao final deste relatório.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2014, a seguinte redação: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer que, nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal é pública e incondicionada."

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estão insistindo muito para que a gente vá ao plenário para abrir a sessão. Sei que temos alguns requerimentos. Se pudéssemos... Eu sintetizo os meus dois requerimentos em 30 segundos. Se os outros fizerem o mesmo, dará tempo de chegarmos ao plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente, permita-me fazer uma questão. Quando um projeto é de um Parlamentar, normalmente conclui sua apreciação e votação no âmbito das comissões. O projeto de lei que institui a linha oficial de pobreza já havia sido aprovado na CCJ e hoje foi aprovado aqui. Pergunto: como todo projeto de Parlamentar, ele não é terminativo aqui? Precisa ir ainda ao Plenário? É a indagação que faço. Precisa ir ao Plenário?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele está voltando para a Câmara.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quando há um substitutivo da Câmara, precisa ser aprovado em Plenário? Está bem. Então, está resolvida a questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gostaria de reforçar: é um substitutivo da Câmara dos Deputados; portanto, precisa necessariamente passar pelo Plenário.

Gostaria de sugerir, como encaminhamento, que votássemos em bloco os requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso, já que não há divergência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Apenas faço um consulta. Tenho um requerimento extrapauta que trata da primeira infância, e precisamos aprová-lo hoje para dar tempo de realizarmos a audiência pública ainda no período necessário.

Então, consulto as Srªs e os Srs. Senadores... Se bem que tenho que repassar a presidência, porque o requerimento é meu. Então, devolvo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para que possa presidir e colocar em votação extrapauta o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O requerimento da Senadora Ana Rita...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O requerimento da minha autoria tem como objetivo debater o tema Aportes das Neurociências à Compreensão do Desenvolvimento Infantil – Novas Perspectivas.

Essa audiência será realizada no próximo dia 26 de novembro às 10h. Proponho que participem desta audiência os seguintes convidados: Drª Bernadette Rogé, Dr. Alfred Sholl-Franco, Drª Suzana Herculano e Drª Françoise Molenat.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) –

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de o tema "Aportes das Neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas" a ser realizada no próximo dia 26 de novembro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Bernadette Rogé; 2. Dr. Alfred Sholl-Franco; 3. Dra. Suzana Herculano; 4. Dra. Françoise Molenat.

Autoria: Senadora Ana Rita

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto a palavra à Presidenta Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, tenho dois requerimentos. Gostaria que me permitisse encaminhá-los com muita rapidez. Um deles é porque teremos, na próxima segunda-feira, uma audiência pública do combate ao racismo no campo de futebol. Esse é o requerimento. Uma vez aprovado, já está agendado para a próxima segunda-feira às 9h.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pergunto aos Srs. Senadores se poderemos votar em bloco, porque também há vários requerimentos de minha autoria, além desses da primeira infância, que nós estamos incluindo como extrapauta. Há um requerimento relacionado às TVs comunitárias, para que nós possamos debater esse tema...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...tão importante neste momento; também há um requerimento para discutir a questão de mobilidade das pessoas com deficiência, previsto para acontecer, agora, ainda nesta semana, dos Direitos Humanos; um requerimento relacionado a um projeto de que eu sou Relatora, de autoria da Senadora Ana Amélia, relacionado à regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Ela nos solicitou fazer audiência pública a respeito desse tema, e, então, estamos aqui apresentando o requerimento.

E o outro, também, é o lançamento de um livro: "A Inclusão na Educação Profissional: um novo jeito de ser docente".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, para incluir todos, há um, também, que é de minha autoria e há um de V. Exª, que é para discutir o decreto dos conselhos – que ele fosse aprovado no bloco também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que já está, também, extrapauta. Então, eu coloco em votação a inclusão do requerimento extrapauta, de autoria do Senador Paulo Paim, para discutir a Política Nacional de Participação Social, que é o decreto da Presidenta.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que "Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional

de Participação Social, e dá outras providências", para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST
Autoria: Senador Paulo Paim

Quem aprova a inclusão extrapauta permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovada a inclusão extrapauta.

Eu coloco em votação, em bloco, todos os requerimentos aqui relacionados.

(*Pausa.*)

Eu vou devolver a presidência ao Senador Eduardo Suplicy, porque diversos requerimentos são de minha autoria. Assim, como Presidente da audiência, S. Exª poderá colocá-los em votação. São diversos requerimentos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Aqueles que estiverem de acordo com os requerimentos mencionados pela Senadora Ana Rita, que referem-se ao decreto sobre participação popular.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E, de minha parte, um sobre o racismo em campos de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Um, sobre o racismo, do Senador Paulo Paim. Sobre as TVs comunitárias, a mobilidade de pessoas com deficiência, instrumentos cirúrgicos de regulamentação de profissão, um lançamento de livro e um outro sobre a primeira infância, todos da Senadora Ana Rita, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros". Para tanto, sugiro que sejam convidados 1. Sr. José Maria Marin, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; 2. Sr. Francisco Novelletto Neto, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol – FGF; 3. Sr. Fábio Koff, Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; 4. Sr. Odílio Rodrigues Filho, Presidente do Santos Futebol Clube; 5. Sr. Joaquim Evangelista, Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol – SJPF; 6. Ministra Idelli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -SDH; 7. Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
Autoria: Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Márcio Borgneth, secretário do AudioVisual do Ministério da Cultura; 2. Jordão Pacheco, diretor da TVT – TV dos Trabalhadores; 3. Fernando Moreira, presidente da ABTU – Associação Brasileira de TVs Universitárias 4. Carlos Alberto Almeira, diretor da TeleSUR; 5. Rodrigo Lucena, presidente da ASTRAL – Associação Brasileira das TVs Legislativas; 6. Nelson Breve, presidente da EBC – Empresa Brasileira de Comunicação.
Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de aviação Civil (ANAC).
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Lívia Magalhães – Diretora Jurídica do MOAB; 2. Berenice Piana – inspiradora da Lei 12.764/12, que leva o seu nome; 3. Lorena Prado – Coordenadora do Grupo Autismo Jataí; 4. Representante da Empresa Inframérica – Concessionária de
Aeroportos no Brasil; 5. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência/SDH; 6. Representante do Ministério Público Federal; 7. Andrea Pontes – Advogada e Paratleta.
Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Floriano Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira; 2. Carlos Vital Tavares, presidente do Conselho Federal de Medicina; 3. Leide Izabem do Nascimento, presidenta da Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos e, 4. Osvaldo Albuquerque Sousa Filho, presidente do Conselho Federal de Enfermagem
Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, incluir na pauta relativa à Semana dos Direitos Humanos, que ocorrerá de 07 a 13 de dezembro do corrente ano, o evento relativo ao lançamento do livro intitulado:
"A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente" publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro..
Autoria: Senadora Ana Rita

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que "Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências", para tanto, sugiro que sejam convidados os Representantes das Centrais Sindicais: 1. Arthur H. da Silva Santos – Presidente da CUT. 2. Paulo Pereira da Silva – Presidente da Força Sindical. 3. Ricardo Patah – Presidente da UGT. 4. Wagner Gomes – Presidente da CTB. 5. José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central Sindical – NCST. 6. Ubiraci Dantas de Oliveira – Presidente da CGTB. 7. Lourenço Ferreira do Prado – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST
Autoria: Senador Paulo Paim

Volto a palavra à Presidenta, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de encerrar esta reunião, quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que se fizeram presentes durante toda essa reunião e que contribuíram para que nós pudéssemos praticamente zerar a pauta prevista para o dia de hoje.

Então, agradeço profundamente, a todos os Senadores e Senadoras e, em particular, ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Paulo Paim, que ficaram até o final, no sentido de contribuir para o encerramento desta reunião.

Então. Muito obrigada, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento 71 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: "O racismo sofrido nos campos de futebol pelos jogadores negros". O Senhor Presidente esclarece que a audiência pública é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, exibe vídeo e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional; Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; José Carlos Torves, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas; Ronaldo Ferreira Tolentino, Integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da OAB. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Apresentar como sugestão para os clubes de futebol, que gravem nas camisas do time, usadas pelos jogadores, mensagens contra o racismo, bem como que promovam outras ações educativas e campanhas publicitárias, realizadas por seus jogadores; 2) Avaliar a proposição de projeto de lei para que as pessoas que pratiquem o crime de racismo sejam submetidas, também, a medidas socioeducativas e pedagógicas; 3) Realizar Audiência pública para debater a violência nos estádios de futebol; 4) Propor que uma entidade de caráter nacional também seja incluída como premiada pela medalha Abdias Nascimento (que premia as pessoas que mais se destacaram na luta contra o preconceito), entidade que poderá ser um clube de futebol. O Senhor Presidente agradece a participação dos Senhores convidados, destacando o Inter e o Grêmio, que dentre os clubes de futebol convidados, se disponibilizaram prontamente a participar da audiência. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 64ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 71, de 2014, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 12/11/2014, para debater o tema "O Racismo nos Campos de Futebol."

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* bit.ly-audienciainterativa ou pelo Alô Senado, através 0800-612211. Isso vai estar no vídeo da TV.

Foram convidados para este evento o Sr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; Sr. Carlos Alberto Júnior, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; José Carlos Torves, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional; Ronaldo Ferreira Tolentino, Integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Nós vamos, em seguida, com a assessoria, ver os que já estão presentes. (*Pausa.*)

Muito bem.

Enquanto aguardamos a chegada dos outros convidados que vão participar deste nosso debate sobre um tema tão importante, que trata do combate a todo tipo de preconceito – aqui, no caso, o eixo é o campo esportivo, mais precisamente no campo de futebol –, eu vou fazer uma introdução.

Primeiramente, agradeço a todos aqui presentes por atenderem ao convite para esse debate, tão relevante para o País, naturalmente na ótica dos direitos humanos. O momento é importante e oportuno para discutir o tema racismo no futebol, porque o calendário de 2014 está se encerrando e parece ter havido, lamentavelmente, retrocesso nessa linha de combate.

Lembramos aqui alguns fatos:

– Em jogo do campeonato paulista realizado no início da temporada, o atleta Arouca marcou um gol pelo time do Santos, e ajudou a equipe a vencer o Moji-Mirim por 5 a 2, mas a alegria da vitória foi abalada pelas ofensas racistas desferidas contra ele por parte da torcida rival, que o chamou de macaco e brandou que seu lugar era a África e não o Brasil.

– No campeonato gaúcho, quem sofreu discriminação, também há pouco tempo, foi o árbitro do jogo entre Esportivo e Veranópolis, Márcio Chagas da Silva, que teve o seu carro danificado e foi chamado de macaco por parte da torcida – faço sempre questão de dizer isso – ou por parte daqueles que estavam no estádio, de modo semelhante ao episódio do Arouca;

– Em outro jogo também realizado no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, entre Grêmio e Santos, pela Copa do Brasil, o goleiro Aranha sofreu também esse mesmo tipo de ofensa por algumas pessoas que estavam no estádio – eu não vou usar aqui o termo "torcida", porque, para mim, algumas pessoas que praticam esse ato não merecem nem serem chamadas de torcedores, nem do Grêmio, nem do Inter, nem do Santos, nem do Flamengo, porque são pessoas que cometem um crime e publicamente têm que responder por ele.

A pena aplicada pelo Tribunal de Justiça Desportiva foi a exclusão do clube do campeonato.

Chamar o negro de macaco tem sido a ofensa mais comum no ambiente do futebol e o mais evidente a revelar concordância com teorias já superadas, que pregavam a superioridade de uma etnia sobre a outra. É também considerar o brasileiro inferior a outros povos, porque somos, na verdade, uma mistura de raças. Não há Estado no País que seja composto por uma única cor da pele. Como já disseram, os jogadores – e cumprimento aqui essa iniciativa – em faixas que eu vi nos campos de futebol, somos todos brancos, negros, pardos, amarelos, índios. Essa é uma das riquezas da nossa formação, que significa a mistura cultural e genética. Qualquer tipo de discriminação racial no Brasil é, em si só, contraditória, porque o brasileiro que decidir investigar seu passado descobrirá o cruzamento de etnias, mas a contradição não tem sido suficiente para afastar os atos de intolerância racial, e os três episódios de ofensa que aqui citei são apenas exemplos de alguns que ainda se repetem no futebol, não só no Brasil, mas também no mundo. Não podemos ver com naturalidade, ficando quietos, a discriminação de qualquer tipo. O racismo mancha a história do futebol desde que chegou ao Brasil e não pode ser admitido.

No início, os negros eram proibidos de jogar nos principais times do Rio de Janeiro e São Paulo. Somente por volta de 50, o Vasco da Gama aceitou oficialmente esportistas negros. Foi o primeiro time a fazer a concessão.

Nos anos seguintes, o negro foi-se inserindo como atleta e, já na Copa da Suíça, em 1958, jogadores como Pelé, considerado o Rei do Futebol no mundo; Garrincha, a quem eu daria o mesmo troféu – eu acompanhei Pelé e acompanhei o Garrincha, que merecia também ser chamado Rei do Futebol; Nilton Santos e tantos outros – Didi é mais um que eu lembro aqui – encantaram o mundo com sua habilidade e mostraram em campo que os negros e os brancos, todos são bons de bola e são pessoas, independentemente da cor, que devem ser respeitadas e admiradas pela sua habilidade e não pela cor da pele, por exemplo.

Enfim, os quatro que citamos aqui foram os gênios da bola e poderíamos citar mais uma dúzia. Foram protagonistas da primeira conquista de uma Copa do Mundo pelo Brasil. A partir daí, a escolha dos negros atletas passou a ser mais meritocrática, do mesmo modo que já eram contratados por mérito brancos e negros atletas. No entanto, a mudança parou por aí, já que os demais estratos do futebol ainda hoje não têm o mesmo critério de acesso amplo em alguns Estados e em alguns países entre brancos e negros.

Não é demais dizer que nosso maior desafio é o de garantir igualdade de oportunidades em todas as áreas, seja no campo de futebol, seja na direção dos clubes, e assim nós, de fato, combatermos o racismo. A discriminação racial dos estádios é aquela do torcedor em relação a quem está presente no jogo, sobretudo jogadores e juiz, e é mais fácil combater porque está sujeita a flagrante. Por sua vez, o racismo que inibe a participação do negro na estrutura de poder do esporte é velado, difícil de flagrar e de combater, mas também é danoso.

Considero também importante mencionar que, fora do Brasil, as condutas racistas estão sendo, assim como em nosso País, denunciadas e combatidas, mas ainda precisam ser tratadas com mais rigor. Um caso emblemático do campeonato espanhol envolveu brasileiros. O jogador do Barcelona Daniel Alves sofreu ofensas raciais da torcida adversária, do Vila Real, que simulou sons de macaco e atirou bananas em campo. Numa res-

posta espontânea – vi o fato –, Daniel descascou a fruta e a comeu. Em apoio, o colega Neymar protagonizou a campanha "Somos Todos Macacos".

Aliás, houve uma série de contradições acerca dessa campanha, mas foi um gesto de solidariedade. Na campanha, pessoas proeminentes se deixavam fotografar comendo bananas e, em seguida, postavam as fotos na internet.

Inúmeros outros jogadores da Europa foram vítimas de injúria racial, a ponto de a Federação Internacional de Futebol (FIFA) ter demonstrado grande preocupação com o assunto.

Durante a Copa do Mundo do Brasil, os capitães das seleções foram instados a ler mensagens de combate ao racismo. Lembro-me de que a Presidenta Dilma, em evento em Caxias do Sul, disse que ela queria que essa fosse a Copa contra o racismo. Felizmente, não aconteceram atos de racismo nessa Copa.

As mensagens foram amplamente acolhidas pelo povo brasileiro, que também foi acolhedor na recepção aos estrangeiros, aqui, durante a Copa do Mundo.

O futebol internacional parece exercer forte influência no País, porque cada vez mais os brasileiros têm acompanhado os campeonatos europeus, e jogadores com passagens pelo Velho Continente têm vindo jogar no Brasil, ampliando o intercâmbio de atletas, culturas e informações.

Por esse motivo, entendo que nossas ações de combate ao racismo devem ser coordenada com a entidade máxima do futebol, bem como devemos dialogar com associações importantes do futebol mundial, como a União das Federações Europeias de Futebol (UEFA) e as federações da Inglaterra, Alemanha, Espanha.

Enfim, essa é uma introdução que faço.

Quero aqui também lembrar o caso do Tinga, no Peru, que foi agredido com ofensas raciais.

Então, após fazer essa pequena introdução recebida da Assessoria – não vou ler toda ela – a gente vai iniciar o nosso debate.

Com muita satisfação, porque, de pronto, ele aceitou ao convite e foi o primeiro a confirmar a presença, convido o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Gostaria de avisar que esta nossa audiência está sendo transmitida a o vivo para todo o Brasil tanto ela TV Senado, comentários e notas da Agência do Senado, e pela Rádio Senado.

Convidamos a Drª Deise Benedito, Assessora do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Seja bem-vinda! *(Palmas.)*

Convidamos o Sr. José Carlos Torves, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

Como o Carlos é gaúcho, se ele não ficar bravo, eu quero dizer que para a minha primeira campanha para Deputado Federal, Constituinte ainda, ele foi um dos coordenadores. Isso há 30 anos! Caso tenha arrependido, agora é tarde. *(Risos.)*

Convidamos o Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Esporte Clube Internacional.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

Também, se prontificou a aqui estar de pronto. É uma satisfação vê-lo aqui.

Convidamos o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, integrante da Comissão Especial de Direito Desportivo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Seja bem-vindo! *(Palmas.)*

O Tiago havia me dito que viria alguém da SEPPIR. *(Pausa.)*

Está chegando. Muito bem.

Eu vou seguir, aqui, a lista que me foi passada pela Assessoria.

Vamos iniciar com a apresentação de um vídeo sobre "O preconceito no futebol", que foi construído pela Assessoria da Comissão, juntamente com a do gabinete.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Olha, eu estou muito tranquilo aqui com o Inter e o Grêmio na mesa e quero até dizer que joguei no juvenil do Inter, do Grêmio e do Flamengo, que hoje é o Caxias. Aí, o Flamengo e o Juventude foram fundidos e eu virei Caxias. Então, estou em casa aqui. Sou Caxias. Na verdade, sou um torcedor quase fanático do futebol gaúcho.

Então, vamos começar – já combinamos aqui, na mesa – com o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

Ele tem o tempo de dez minutos, com mais cinco, totalizando 15 minutos. Se necessário, darei mais cinco minutos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Senador Paim, Senador que orgulha o Rio Grande do Sul aqui, no Congresso Nacional, independentemente de partido, pois tenho respeito por todos, demais componentes da Mesa, público presente, imprensa, parece-me que este convite para iniciar decorre do rumoroso caso Aranha, ocorrido na Arena do Grêmio e levado a julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Nós já temos, hoje – é um fato concreto, importante, parece-me que definitivo –, concluído um inquérito policial sobre aquele episódio e uma denúncia feita na Justiça em relação a crimes de injúria racial decorrentes daquele episódio.

Foram indiciados e denunciados quatro torcedores. Eu vou insistir: quatro torcedores, num público de 32 mil torcedores que estavam presentes na Arena do Grêmio naquela noite.

Eu não tiro nada da importância que foi dada ao fato e ao combate ao racismo, do qual a injúria racial é uma subespécie, porque, realmente, é um tema importante e relevante, e eu vou mostrar o quanto o Grêmio tem se dedicado no combate interno e externo ao racismo, mas, do ponto de vista da imputação ao clube de uma conduta que foi de poucos torcedores, eu não tenho dúvida de que houve um exagero e houve até uma injustiça, uma enorme injustiça, ferindo a própria lei, que prevê a responsabilidade do clube quando há um grande contingente de torcedores que a praticam.

Ora, nós temos hoje um inquérito policial indiciando quatro torcedores e uma denúncia contra quatro torcedores. E quiseram imputar a responsabilidade e a característica de racista ao clube Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

O Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense é o único clube no Brasil que tem estatutariamente na bandeira uma estrela dourada que representa o jogador negro do Grêmio campeão mundial pela seleção brasileira, campeão naquele campeonato mundial do México, o jogador Everaldo Marques da Silva. Estatutariamente é bandeira dourada, perdão, é estrela dourada na bandeira do Grêmio.

O autor do Hino do Grêmio – "Até a pé nós iremos" – foi e será eternamente Lupicínio Rodrigues, negro. Nesse Hino "Até a Pé Nós Iremos", ele plasmou a ideologia do Grêmio, a ideologia clubística do Grêmio, que é aquela de estar com o Grêmio onde o Grêmio estiver. Diz "até a pé nós iremos" para indicar que o Grêmio é um clube que não desiste nunca. O autor do Hino do Grêmio é um negro.

O Grêmio tem entre seus principais atletas jogadores negros, de tal maneira que, se se retirasse da história do Grêmio a participação importante desses jogadores negros, se eliminaria uma parte importante, fundamental, indissociável da história do Grêmio.

O Grêmio é um clube multirracial. Tem no seu estatuto a condenação de qualquer tipo de racismo, tem entre seus torcedores pessoas de todas as cores, raças, respeita e se orgulha disso.

Inclusive, se os senhores prestaram atenção, em um daqueles vídeos que foram constantemente transmitidos por uma cadeia de televisão, no que foi dado como sendo de ofensas racistas ao goleiro Aranha, perceberão que o grupo que aparece é um grupo de torcedores negros do Grêmio. Se tiverem a oportunidade, quando isso passar novamente, peço que prestem atenção. Naquele turbilhão que se criou, as pessoas não prestavam atenção ao detalhe. Porém, nós, que temos a responsabilidade de tomar as providências tanto internas quanto externas em relação ao fato do qual eu não tiro a gravidade – qualquer prática de crime é fato grave, e o crime de racismo e de injúria racial é não menos grave –, verão que houve uma exploração exacerbada, fora dos parâmetros, a tal ponto que eu vou me permitir ler um trecho que foi escrito. Estamos aqui sem *wireless*, está ligado o meu telefone celular, e aí fica mais lento, mas eu, em seguida, vou localizá-lo aqui – está aqui.

Isso foi escrito pelo consagrado colunista J. R. Guzzo e se referee se refere especificamente àquela intenção, e que acabou se materializando, de punição do Grêmio, clube, um clube de 8 milhões de torcedores, todos punidos pela ação de quatro pessoas – quatro pessoas, quatro torcedores –, indicados, indiciados no inquérito policial feito não só com testemunhas, mas também com gravação em alta definição e com áudios do episódio. A polícia concluiu por quatro torcedores. Diz o artigo aqui na parte final o seguinte:

Os defensores da medida alegam que ela se justifica porque serve de exemplo. Tudo bem. Os nazistas, durante a última guerra mundial, gostavam muito de dar esse tipo de exemplo: quando um de seus soldados era morto numa cidade ocupada, e não se sabia quem o havia matado; costumavam fuzilar dez, vinte ou mais moradores escolhidos ao acaso, a título de lição.

É bem pior, claro, ir para o pelotão de fuzilamento do que perder um torneio de futebol. Mas o fato é que os nazistas só aplicavam suas penas coletivas quando não conseguiam identificar o culpado; puniam alguns para assustar a todos. Aqui punimos todos para assustar alguns.

O Grêmio foi dos primeiros clubes do futebol brasileiro a incorporar, a aceitar e prestigiar, como vem prestigiando todos esses anos, jogadores negros. O Senador Paim, na fala inicial, mencionou que, no início do futebol brasileiro, jogadores negros não eram aceitos pelos clubes até que, parece, o Vasco da Gama foi o primeiro. O Grêmio foi um dos primeiros também. Inclusive, há uma crônica de Lupicínio Rodrigues dizendo "Por que

sou gremista". E o fundamento da declaração dele é de que o Grêmio aceitava participar do campeonato com jogadores negros, que, lá no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre na ocasião, eram chamados os "canelas pretas".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um aparte, para ser fiel à história também. Quero dizer que, recentemente, homenageamos aqui os 100 anos de Lupicínio, e o filho dele, Lupicínio Filho, cantou aqui no plenário do Senado, o Hino do Grêmio, acompanhado por dezenas de vozes espontâneas das galerias e do Plenário.

O SR. ADALBERTO PREIS – Bonito! Muito obrigado, Senador Paim.

Isso me faz também registrar que, recentemente, no programa do Jô Soares, esteve também o Lupinho, o filho do Lupicínio Rodrigues. Cantou o Hino do Grêmio e, para surpresa muito grande, grande número de participantes do auditório acompanhou o Lupinho cantando o Hino do Grêmio. Ele, Lupinho, filho de um negro, negro, disse que essa imputação ao Grêmio é uma bobagem. Diz ele que é uma grande injustiça.

Eu tenho aqui farto material desde anos e vou deixar aqui com o Senado.

O Grêmio vem fazendo palestras educativas nas suas categorias de base em relação à questão racial, em combate ao racismo, preparando seus jovens jogadores para não embarcarem nesse tipo de conduta condenável e respeitarem os jogadores, qualquer que seja a cor da pele. Vem fazendo campanhas públicas, e uma dessas, Senador Paim, exatamente é "100% negro, azul e branco", que são as cores da camiseta do Grêmio.

Cem por cento negro, azul e branco, e outras faixas com "não ao racismo", faixas que o Grêmio vem apresentando no *site* do clube, que os jogadores têm apresentado ao entrar no estádio, que têm sido apresentadas em campanhas com vídeos no telão da Arena do Grêmio, em Porto Alegre, o que era feito no estádio Olímpico.

O Grêmio assinou, junto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a campanha institucional contra o racismo, participou de forma ativa dessa campanha contra o racismo, e sempre, oficialmente, institucionalmente, fez questão de condenar o racismo em relação a qualquer etnia, digamos assim. O Grêmio é multiétnico, o Grêmio é um clube mutirracial.

Eu cumprimento, então, o Senador Paim por esta iniciativa, que considero da maior relevância. Realmente, esta é uma questão que é, prioritariamente, de educação do nosso povo no sentido de tratar todos de forma igual...

(Soa a campainha.)

O SR. ADALBERTO PREIS – Já deu dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já falou 15 e eu te dei mais cinco minutos. (*Risos.*)

O SR. ADALBERTO PREIS – Muito obrigado.

Eu não controlei o tempo, não pensei que fosse tanto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fique tranquilo.

O SR. ADALBERTO PREIS – Mas já estou concluindo.

Quem é de formação católica e cristã – não sei em relação a outras religiões, mas acredito que o princípio provavelmente seja o mesmo – aprende, adota a ideia de que todos nós temos uma alma, que essa alma é a mesma, é igual, independentemente da cor da pele, e que nós temos que respeitar o nosso próximo. Diz o ensinamento: amar o próximo como a si mesmo. E a alma de todos é igual, não há raça na alma de ninguém.

Eu concluo, então, Senador, mais uma vez ressaltando a importância desta iniciativa, dizendo que, não obstante a campanha, terrível campanha, terrível campanha, que foi feita contra o Grêmio tentando por no Grêmio a mancha de clube racista, o Grêmio não só não é um clube racista como, ao contrário, é um clube que combate o racismo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio, que, repito, quando a audiência foi marcada, de imediato disse que poderíamos contar com ele, que ele estaria aqui para dar sua contribuição.

Na verdade, há uma campanha nacional contra o racismo e o preconceito nos campos de futebol, no Brasil e no mundo.

Parabéns pela sua exposição, de alto nível, deixando claro que o Grêmio não é um clube racista, até porque – permita-me que eu diga isto antes, até para ajudar neste debate – foram torcedores isolados que fizeram aquele ato que nós todos condenamos e que sei que V. Exª também condenou.

Depois, aqui, na minha fala, eu dei o exemplo do que aconteceu em outro estádio de futebol, que, naturalmente, não envolvia o Grêmio, com um juiz, porque eu também não concordo com a tese de que o Rio Grande do Sul é Estado mais racista e preconceituoso. Não é verdade. Eu estou no Parlamento há 30 anos, os negros são em torno de 12% a 14% no Rio Grande do Sul e eu fui o Deputado Federal inúmeras vezes e fui o

Senador mais votado, com quase quatro milhões de votos, em seis milhões de eleitores, o que significa que, de cada três votos, dois votos eu recebi.

Isso mostra que essa é uma luta nacional e internacional contra todo o tipo de preconceito. Mas também eu não sou daqueles que aceitam dizerem que o Rio Grande do Sul é o Estado mais preconceituoso. Não é verdade! Só tem um Senador eleito pelo voto...

O SR. ADALBERTO PREIS – Um dos poucos Estados que teve um governador negro, inclusive com o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Teve um governador negro, um prefeito negro, inclusive com o seu voto, o grande Alceu Collares, nosso amigo, nosso parceiro, que foi Prefeito da capital. Tivemos o Carlos Santos, que foi o primeiro Presidente da Assembleia negro e que assumiu como Governador também lá no Rio Grande do Sul.

Isso apenas para dar uma ideia geral da história pública do Rio Grande.

Vamos, agora, na sequência, ouvir o Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, quero saudar V. Exª, Senador Paulo Paim, pelo convite ao nosso Ministério.

Infelizmente, a Ministra Luiza Bairros não pôde estar presente por compromisso já designado, mas pediu-me que a representasse nessa brilhante audiência, essa brilhante iniciativa de V. Exª – como sempre digo, o senhor é vanguarda aqui no Senado –, trazendo questões à pauta que são relevantes para a sociedade.

Eu queria, inicialmente, falar um pouco sobre a história do racismo no futebol. Isso é importante para que possamos nos situar, porque esse terreno tão fértil e que nos traz tantas alegrias vem marcando a nossa sociedade com a discriminação, com o racismo.

Logo no início, quando começou o futebol – infelizmente –, os negros eram os mais talentosos, como dizia a história, mas eles eram impedidos de jogar na liga principal do País. E, por uma revolta do Club de Regatas Vasco da Gama, que ainda não era a elite do futebol, foi formada uma outra liga. E vários dirigentes dessa liga, dita a liga de maior importância do futebol, saíram e disseram que não iriam jogar porque negros jogavam.

Essa é a história do nosso País. Essa é a história como começou o futebol.

Somente depois de muitos anos que conseguido integrá-los. E, pasmem: a única forma de integrar os negros naquela época, Senador, era em um jogo contra pretos e brancos, que acontecia todos os anos no dia 13 de maio. Antes, não podia haver essa integração. A elite deste País não permitia que os negros jogassem no mesmo time que os brancos. Isso estava de acordo com quase todos os grandes clubes do País. Então, é importante a gente situar a história do nosso País para que a gente reconheça, registre e não permita que isso retorne.

Antes de eu entrar mais especificamente no assunto, Senador, eu quero que o senhor me permita fazer uma singela lembrança do que acontece no futebol no nosso País.

Estava vindo para cá e lia uma reportagem, não é sobre jogador de futebol, mas sobre técnicos. Vocês sabem quantos técnicos têm na Série A do nosso brasileiro? Apenas um, que é o técnico do Fluminense, o Cristovão. Se a gente descer para as Séries A e B, Senador, só 15% são negros. E aí, a BBC, uma entidade de fora do nosso País, precisou fazer essa pesquisa, porque, infelizmente, nós não temos esses dados. E, para além disso, a gente percebe que os negros só estão entrando nos clubes como massagista, como auxiliar, mas para dirigir esses clubes e mostrar a diversidade do nosso País – é bom que se diga que nós não estamos querendo que todos os clubes sejam treinados por negros, a questão não é essa –, o que nós queremos e enxergar nos clubes brasileiros essa diversidade, que é a diversidade do nosso País, pois temos 51% de negros. Infelizmente, hoje, isso não é possível.

Então, é importante que a gente reflita sobre esse assunto para entender.

De antemão, solidarizo-me com o Adalberto, o Vice-Presidente do Grêmio, por achar que o Grêmio também não é racista.

Eu acho que a punição do Grêmio não é para servir somente de exemplo. Mas o Grêmio não foi imputado, Adalberto – desculpe-me dialogar diretamente com o senhor, Vice-Presidente do Grêmio –, única e exclusivamente para dar exemplo.

Existe um regulamento de futebol, ao qual todos os clubes são subordinados, sob a justiça desportiva, e lá, no seu art. 243, inciso g, tenta insinuar que o clube é responsável se a sua torcida cometer qualquer ato, não só de racismo.

Aí podemos relembrar os jogadores do Santa Cruz – só para concluir –, por exemplo, que, quando jogaram um vaso sanitário no estádio, o clube foi punido. Os clubes são responsáveis pelas suas torcidas, seja felizmente ou seja infelizmente. Eu não quero discutir aqui a valoração disso, mas a regra do jogo é essa. E todos os

clubes quando entram nesse campeonato sabem a regra do jogo. Mas não sou eu que conduzo a mesa, mas, se o Senador permitir, está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É até bom. Eu dizia aqui para o Presidente do Grêmio que fique bem claro: aqui não é o julgamento do Grêmio.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós estamos tratando do racismo no futebol. E como disse muito bem aqui o Dr. Carlos Alberto, ele também, como eu, acha que o Grêmio não é racista. Eu também acho isso, claramente também acho.

E digo mais: no meu entendimento – antes de passar para o aparte de V. Exª, e vou descontar do seu tempo –, que bom que você não é negro, porque, se o Grêmio mandasse aqui, neste momento, um representante da diretoria negro, seria só para mostrar que existe um negro. E não é isso que nós queremos. Nós queremos que brancos e negros façam o debate amplamente do combate ao preconceito.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Senador, se o senhor me permite, é porque aqui não é uma guerra de negros contra brancos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, em hipótese nenhuma.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não é isso, não se trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós queremos é combater o preconceito.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É claro. E mostrar a diversidade deste País. Eu acho que é o importante é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Queremos construir isso juntos.

Dr. Preis pede um aparte ao Dr. Carlos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Dr. Carlos, eu me senti até muito honrado pela maneira amigável pela qual o senhor se dirigiu a mim. Eu me senti muito honrado e lhe agradeço.

É só para esclarecer que esse dispositivo que o senhor invoca diz o seguinte: "Os torcedores são pessoalmente responsáveis, mas, quando um considerável número de torcedores do clube praticar o ato, aí o clube é responsável."

O considerável número de torcedores, no caso específico, foram quatro torcedores, quatro torcedores. Não foi um considerável número.

E para lhe dizer o seguinte: o Grêmio tem negros na sua direção e o Grêmio tem negros no conselho deliberativo. Um dos negros do conselho deliberativo do Grêmio, que, durante anos, foi do conselho deliberativo é exatamente o ex-Governador Alceu Collares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Volto a palavra ao Dr. Carlos Alberto.

O SR. ADALBERTO PREIS – Eu lhe agradeço.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não, por favor. Eu entendo. Eu acho que este debate, Senador, se o senhor me permite, mais uma vez, é muito salutar.

O futebol é uma das paixões nacionais. Eu acabei de ter filho agora e já comprei a camisa do meu time para o meu filho, porque eu acho que futebol é algo que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é o seu time?

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – É o Vitória, da Bahia, que ontem ganhou e já saiu da zona de rebaixamento. Então, já estamos um pouco mais felizes.

O meu pai era membro da diretoria do clube; eu me tornei, e isso vai passando de geração para geração. Então, acho que o futebol é uma grande paixão nacional. Mas o futebol também precisa despertar nas pessoas a consciência.

Eu entendo o que o Vice-Presidente nos traz, mas eu assisti o jogo no momento e isso ecoava no estádio. Não é possível que somente quatro pessoas. Eu acho que foram identificadas quatro, mas a rede de televisão que transmitia o jogo ecoava a palavra macaco. Ecoava!

Eu lembro que quando ouvi, eu falava assim: "Amanhã de manhã, eu estou fazendo já...". E já conversando com a diretoria do Grêmio.

E quero ressaltar aqui também, Senador, que, quando nós agimos de ofício, imediatamente, para a diretoria do clube, o clube respondeu imediatamente para nós, como uma forma de que não concorda com aquilo.

Então, acho que também precisamos ressaltar a disposição do clube em dialogar com o Poder Público para extinguir isso, mostrando todas as suas ações, que o Vice-Presidente também nos trouxe.

Com certeza, em 2014, houve cinco casos de racismo no futebol, somente em 2014. Então, é importante que nós verifiquemos o que está acontecendo no futebol. A Ministra Luiza determinou que a gente pudesse dialogar, sobretudo, com a Confederação Brasileira de Futebol. E já iniciamos o diálogo, Senador, no sentido de construir. A CBF já tem uma ação que se chama "Somos Iguais", que, agora, estamos aperfeiçoando junto com

ela. E já estaremos nessa semana no Rio de Janeiro para dialogar com a Confederação, para aprimorar, inclusive, instrumentos e mecanismos para denunciar o racismo na hora em que ele acontecer no futebol, nos estádios.

Estamos construindo ainda – não posso adiantar – uma ferramenta, um aplicativo, alguma coisa, para que possamos perceber que essa ação é, sobretudo, criminosa. É importante que a gente ressalte – acho que esta é a segunda vez que falo isto aqui, Senador – que o combate ao racismo é algo tão importante, que o legislador – e o senhor estava aqui à época – deu a ele *status* constitucional. O racismo é um dos dois únicos crimes previstos na nossa Constituição Federal, ou seja, o legislador deu *status* constitucional ao crime de racismo. É importante percebermos o que é que a sociedade encaminhava naquela época e combatermos isso.

Não é possível a gente tratar o racismo em qualquer campo da nossa vida, seja no trabalho, seja na convivência, seja no futebol, seja no esporte, como algo de menor potencial ofensivo. Ele atinge, sim, a sociedade. Atingiu o goleiro Aranha, atingiu o Márcio Chagas, atingiu o Arouca, atingiu diversos jogadores. Isso destrói a família. Você via, no dia posterior à ação, o filho adotivo do jogador dizendo que tinha orgulho do pai. Algumas pessoas falam, já ouvi algumas falarem que essa ação destruiu a vida da pessoa que cometeu o ato de racismo. Mas fico imaginando a vida no outro dia do filho adotivo desse jogador, ouvindo na sua escola que o pai dele era macaco ou sofrendo qualquer tipo de desdém.

Então, a gente também precisa olhar para o que o racismo faz com as pessoas e com as famílias dessas pessoas. Entendo que nós precisamos, cada vez mais, expurgar, retirar, exterminar qualquer prática, qualquer ato de racismo do futebol, do esporte. Isso não é só do futebol, não! Neste ano também, Senador, num jogo de vôlei, gritaram contra jogadores da seleção, contra o Wallace e contra outro jogador. Gritaram: "Macaco, macaco, macaco!".

Isso está proliferando de forma tão gritante, que a gente precisa – e acho que, mais uma vez, o Senado sai na frente, como vanguarda – achar um mecanismo de combater isso veementemente, ou expulsando esses torcedores, banindo esses torcedores dos estádios e dos jogos, ou de qualquer forma, Senador. Não podem proliferar e permanecer esses atos criminosos.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Eu assemelho o crime de racismo a um crime de potencial ofensivo gravíssimo, porque, apesar de não ferir de morte a vida dessas pessoas, ele fere a alma, ele fere o orgulho, ele fere o sentimento, ele desestabiliza emocionalmente a pessoa.

Recebo, Senador, muitas vezes, pessoas que foram feridas pelo racismo na sua vida, não no futebol, e percebo como elas chegam à minha sala, como elas chegam ao meu gabinete. Elas chegam ali totalmente destruídas.

A alma daquela pessoa se esvai naquele ato criminoso. Às vezes, é muito pior do que uma lesão corporal, é muito pior do que uma tentativa de homicídio, é muito pior do que esses crimes ditos graves da sociedade, porque você trabalha muito com o psicológico da pessoa. Racismo é você desumanizar, é você inferiorizar essa pessoa.

Então, quero dizer aqui, Senador, que a gente precisa – e o nosso Ministério se coloca à disposição de V. Exª – encontrar uma forma de exterminar o racismo não só no futebol, mas na nossa sociedade, para que possamos voltar aqui numa outra condição, para que a gente volte aqui comemorando os títulos, sobretudo o título do meu Vitória, que este ano não vai conseguir, mas, no próximo ano, a gente vai dar um baile tanto no Internacional quanto no Grêmio; para que a gente fale de coisas boas, e não falar sobre o racismo no futebol, que vem perdurando desde o início do futebol. Acho que essa peste precisa ser retirada do nosso tão lindo, do nosso tão comemorado, do nosso tão festivo futebol.

O futebol é para trazer alegria e para trazer união. Não é à toa que ele desbancou, logo que chegou aqui, todos os esportes nacionais que havia. Ele foi logo para o topo. Isso mostra a paixão e a comoção que ele desperta no nosso País. Então, precisamos ter um futebol que seja unido, um futebol que seja respeitado, um futebol que seja igualitário para todos e que demonstre a diversidade da nossa sociedade.

Por isso, Senador, agradeço mais uma vez a disposição de V. Exª em convocar esta audiência pública. Cada vez mais a gente consolida essa parceria da SEPPIR com esta Comissão, com V. Exª. Estaremos sempre aqui atendendo à convocação de V. Exª, contribuindo sempre com o pouco dos nossos conhecimentos.

Muito obrigado.

Desejo uma ótima audiência a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Informamos mais uma vez que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o País, Rádio Senado e ainda através da internet, portal e-Cidadania. A audiência é interativa.

Já falamos tanto de Grêmio e de Vitória! É bom que fale também o Inter.

Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Sport Club Internacional.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Sr. Senador Paulo Paim, em seu nome, quero agradecer este convite. Estou aqui representando a direção, a presidência do Sport Club Internacional de Porto Alegre.

Aproveito também a oportunidade para saudar, em seu nome, Sr. Senador, os demais membros da Mesa aqui presentes.

Fico até... pelas falas dos colegas aqui presentes sobre essa questão.

Quero falar que estou residindo aqui em Brasília há nove anos e meio. Hoje me dão a cedência de ser o representante do Sport Club Internacional aqui em Brasília, como cônsul do Inter e como diretor regional dos consulados das cidades satélites e dos bairros de Brasília.

Quero informar que, a respeito desse fato, já foi bem colocado aqui. Vou entrar por outra linha do debate, Senador, que diz respeito à questão da discriminação racial e do preconceito no futebol. E além do futebol. Infelizmente, a gente tem percebido, visto e ouvido falar disso, nesses últimos dias, o que vai além do futebol.

Quero colocar – aqui já foi bem colocado pelo Dr. Adalberto Preis, e o Carlos aqui contemplou – que, além disso, pessoal, acho que não é só aquele lado da torcida. Realmente, os torcedores estão sendo punidos e devem ser punidos. Só que, por outro lado, não vou colocar aqui toda a mídia.

Realmente, os torcedores estão sendo punidos e devem ser punidos. Só que, por outro lado, não vou colocar aqui toda a mídia, toda a imprensa, mas uma pequena parte, que de pequena se torna grande parte da mídia, da imprensa. E aí eu destaco – não vou destacar em nível nacional, em nível internacional – que na imprensa gaúcha, recentemente, há alguns dias, em um programa de tradição na rádio, no Rio Grande do Sul, dois entre os melhores debatedores da imprensa esportiva do futebol gaúcho se colocaram de uma forma, de uma baixaria, ao extremo de quase se agredirem. Aliás, agrediram-se sim, Sr. Senador, pessoalmente, ofendendo seus familiares, o que causou grande repercussão.

Por que quero chegar a essa linha, Senador? Imagino uma criança, um adolescente... Quando eu tinha filhos pequenos, meu pai me ensinou a levá-los ao estádio desde cedo, desde os 10, 11 anos, ao Beira Rio. Levei meu filho, levei minha filha. Minha filha é gremista, minha esposa atual é gremista, e eu sou dirigente do Inter – para vermos como existe ainda essa diversidade. Muitas vezes levei, Dr. Carlos, minha filha ao Olímpico para assistir ao jogo do Grêmio, sem problema algum. Sou um defensor do meio esportivo, do desporto. Mas quero chegar a essa linha, voltando à questão da rádio, em que os comentaristas meio que se digladiaram ali, em ofensas pessoais. Onde era para se dar o exemplo em discutir a essência do futebol, o debate do futebol, aquilo virou um campo de guerra pior que o estádio, a que a gente não quer assistir. De onde vem, Senador... Isso é para dar mídia? É para dar média? O futebol – e aqui posso falar em meu nome, porque tenho vários amigos, amigas e parentes, como falei, que são gremistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na sua fala, você falou que houve agressão entre dois comentaristas esportivos e que ofenderam seus próprios familiares.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se não me engano, foi na Rádio...

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Na Rádio Gaúcha, Sala de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na Rádio Gaúcha, envolvendo...

O SR. ALEXANDRE SANTOS – O Kenny Braga e o Sant'Ana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ouvi falar desse episódio, sim. Era só para me situar.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Voltando à questão, tenho vários amigos, aqui em Brasília e no próprio Estado do Rio Grande do Sul, e familiares meus torcedores do Grêmio. Minha filha é gremista.

Mas quero colocar o seguinte: que exemplo nós, o torcedor comum – digo "torcedor comum" no sentido daquele que vai ao estádio, que vai ao bar, como a gente costuma frequentar, aqui em Brasília, para assistir aos jogos, independente se é do Inter, do Grêmio, Flamengo, Vasco, São Paulo, Corinthians –, se o mau exemplo já está vindo da própria mídia, da própria imprensa. E quando digo "mídia", "imprensa", não estou generalizando; estou colocando uma questão pontual, em que fazem discriminação. Ou do próprio...

E aí, Senador, vou entrar nessa mesma linha de raciocínio, vou colocar para o senhor que tenho aqui uma cópia de um portal, que daí não entra na questão do futebol, mas sim na questão democrática, que vocês viram aqui recentemente. Como é que a gente quer... E aí, Dr. Carlos, a gente quer colaborar; a gente vem para esta audiência para discutir e tudo; da mesma forma, é um pleito de eleições democráticas, que é livre, espontâneo e vai para o debate. Como é que uma própria camada da sociedade começa a discriminar região A, B, C ou D da sociedade, ou porque é nordestino, ou porque é paulista, ou é carioca? Começam a discriminar. Discriminam,

e eu tenho aqui – não é o Alexandre que está inventando – tenho aqui discriminação pelo número de filhos que os familiares têm, Dr. Carlos; pelo número de filhos que foi induzido ao voto, Sr. Senador.

Quer dizer, a cultura nós temos que começar a mudar, a pensar, a clarear. Depois, a gente vai voltar à questão do futebol. Mas acho que isso está indo além, o trem está meio que descarrilhando e está indo além dessa questão aí. E quem deveria dar exemplo e nos ajudar e corrigir, que eu acho que é a mídia, são os portais e tudo, parece que gosta é de ver – com o perdão da palavra, uma palavra meio popular – o circo pegar fogo para dar mídia, ibope. Infelizmente, caminha-se para esse lado, e justamente a gente está aqui para ver isso mudar.

Voltando à questão do futebol, quero falar também que a gente costuma, eu costumo – sou morador de um bairro próximo aqui em Brasília – assistir aos jogos nos bares, com a torcida do Inter e demais membros de outras torcidas.

E quero dar um exemplo: ontem à tarde, assisti a um atleticano e um cruzeirense numa boa. Eles assistindo ao jogo do Cruzeiro. Aquela rivalidade – inimigos não, rivais no futebol –, numa boa, tranquilamente, sem problema nenhum. E infelizmente, Senador, culpa-se a dupla Grenal, inclusive a mídia, de ter criado uma espécie de a maior rivalidade, o maior clássico, e que os torcedores têm que ser separados, não podem assistir a um jogo juntos, porque já se criou um clima de guerra mesmo. De guerra e de ofensas pessoais, e, infelizmente, acabamos evitando de ir ou de convidar outras pessoas para assistirem a um jogo desses, num ambiente coletivo, em que não há como não passar por uma situação constrangedora.

Vou encerrar, Senador, mais uma vez agradecer e dizer que o Inter, a torcida do Inter e a direção do Inter estão presentes, conscientes em relação a essa questão. Sempre estiveram, não é de agora, não é deste momento, dos fatos que, infelizmente, ocorreram recentemente. Sempre defendemos a igualdade, a humanidade, sempre ficamos de portas abertas à questão desportiva.

Quero agradecer mais uma vez o convite. Devolvo a palavra ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Alexandre Santos, Diretor Regional dos Consulados do Sport Club Internacional, que, na sua fala, mostrou inclusive o preconceito dentro do processo eleitoral. Eu vi, daqui, casualmente, o documento que você tinha em mãos, referindo-se aos nordestinos, enfim, à sua capacidade de definir, de escolher quem seria o melhor candidato. É um absurdo, você tem toda razão. Nós temos que combater esse tipo de preconceito. Não é porque não escolheram a candidata ou o candidato de minha preferência que serão discriminados. Você tem toda razão, é um absurdo. E é por isso que esta audiência pública vai na linha de combater todo tipo de preconceito. Repito: não estamos aqui julgando especificamente este ou aquele caso ou este ou aquele clube. Por isso nós somos abrangentes, tanto na fala do Dr. Adalberto como na do Dr. Carlos Alberto, como agora, também, na do Dr. Alexandre Santos.

Muito bem. Agora vamos para a Drª Deise Benedito, que representa aqui a Diretoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na área da Ouvidoria Nacional.

A SRª DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer, mais uma vez, o convite que me foi feito, que foi feito à Ministra Ideli Salvatti, que infelizmente, por compromissos, não pôde estar presente. Também considero de fundamental importância esta oportunidade de podermos discutir a questão do preconceito e do racismo no futebol.

O Dr. Carlos, ouvidor da SEPPIR, registrou muito bem que houve cinco casos de racismo, só neste ano, nos campos de futebol. Na abertura desta reunião, foram mostrados alguns vídeos referentes a toda a campanha contra o racismo feita durante a Copa do Mundo.

Ouvindo a fala do Sr. Carlos, do Grêmio, e também do senhor do Internacional, uma das coisas que mais me chama a atenção é que a prática do racismo dentro dos jogos de futebol sempre existiu do ponto de vista de se ofender a integridade. Porque quando você chama a pessoa de macaco, como o Carlos disse, o que a pessoa sente, você animaliza o indivíduo, você desconstrói essa pessoa como pessoa humana, você reduz essa pessoa a uma condição de inexistência na sociedade. Então, quando os torcedores chamam de macaco é porque têm a certeza da impunidade, têm a certeza de que xingar... "Estou xigando, o que é que tem? É macaco mesmo, é preto, é macaco, é feito, é fedorento, é fedido..." Todos aqueles adjetivos de desconsiderar aquela pessoa como agente de direitos, uma pessoa que tem o direito de ir e vir assegurado.

A construção desse racismo se dá por práticas que já conhecemos, e são práticas que visam não só a redução, mas também atingir toda uma comunidade, porque eu não estou chamando o Aranha de macaco, eu estou dizendo que toda a população negra é animal, é macaca.

Então, essa ofensa é gravíssima do ponto de vista de que fere a dignidade de todos os homens negros e de todas as mulheres negras neste País.

E há um detalhe também: dizem que "a moça não teve a intenção". Quer dizer, esse "não ter a intenção" lhe dá o direito de chamar as pessoas daquilo que você quiser – "Eu não tive a intenção; eu xinguei, mas eu não sou racista" –, como se a prática de racismo não fosse só isso.

Esse sentido da prática dessa violação de direitos humanos é grave; por quê? Porque não há como se valorar aquilo que o outro sente quando é animalizado, quando sofre prática de racismo. Eu, particularmente, já fui chamada de "macaca"; e eu sei o que significa ser chamada de macaca quando você é humana, quando a cor da sua pele determina que você é um animal, que você pode ser reduzida à condição de animal. Isso é gravíssimo!

Então, a superação de todo trauma, toda mágoa, toda dor que fica quando você é ofendido é muito cruel. E não há recurso ou dinheiro que pague isso, que é resgatar a dor que lhe foi infligida.

Nessa questão dos jogadores de futebol, muitos jogadores, muitas vezes, são ofendidos. Ou jogando, ou no vestiário, acontece uma graça, sempre ocorre uma graça, mas, muitas vezes, esses jogadores, pelos seus compromissos com os times de futebol, com as empresas de publicidade, com uma série de coisas, negam-se a sair com a bandeira contra o racismo, porque eles assinam um contrato em que se estabelece "você não se expõe a isto, você não se expõe àquilo", e o jogador fica calado. Então, muitos jogadores deixam de vir a público para dizer "sofri racismo, fui vítima de racismo, lá dentro do clube rola assim em determinada situação", porque têm alguns compromissos financeiros implicados nisso. Assim, muitos ficam calados, ficam quietos.

No episódio do Daniel Alves, neste ano, a questão da banana, houve aquela campanha infeliz, dizendo "somos todos macacos". Essa campanha foi amplamente divulgada. Quer dizer, mais uma vez, considera-se que todas as pessoas, pelo ato de o Daniel ter comido a banana quando foi ofendido ao jogarem uma banana para ele, todos seriam macacos. Mas, graças a uma série de articulações – até cito o nome da *designer* do Rio de Janeiro Drª Júlia –, fez-se uma campanha interessante: "Macaco é macaco, banana é banana, e racismo é crime". E é isso! A grande verdade é essa.

E, em cima disso também, há outro detalhe: é a questão de assumir-se negro. Não é por que você virou jogador de futebol, está famoso, está com grana, está com dinheiro que você deixou de ser negro! Muito pelo contrário: se a polícia tiver que fazer uma batida policial em você, ela rapidinho vai saber". Pergunte à polícia quem é preto, quem é branco. A autoridade policial sabe rapidinho quem é negro, quem é branco, andando à noite num sábado ou numa madrugada! Então, a abordagem policial vai ocorrer.

Independentemente disso, eu acredito que, quando os jogadores de futebol são vitimados pelo racismo, também há aquela coisa de ficarem acuados, não só pelas razões várias que acabei de elencar aqui, mas também por aquela situação: "E agora?"

O Tinga veio a público. O Aranha fez um trabalho extraordinário na semana passada em Santos: ele fez uma palestra sobre a questão do racismo, junto com a Coordenadoria da Igualdade Racial de Santos. Isso foi muito interessante. Ele vem a público e vem dizer o que está sentindo e o que se deve combater, que é a não desvalorização da pessoa como ser humano.

Também há outro detalhe: nós estamos no mês de novembro, mês da consciência negra, e há uma questão mais séria. Nós falamos do Zumbi dos Palmares, mas há dois fatos que acontecem, e o Senador deve estar acompanhando. Uma das coisas mais importantes que estão colocadas para nós, como sociedade brasileira, é a questão da aprovação do PL 4.471, que visa ao fim dos autos de resistência, cujo objetivo é que sejam investigados os crimes que são praticados contra os jovens negros. Nós somos um País em que, só em 2012, entre 100 mil, mais de 52% de jovens que foram assassinados eram negros, na faixa de 15 a 29 anos.

E o que leva esses jovens a serem mortos e exterminados? A primeira coisa que está colocada é a cor da pele. Então, não só se matam esses jovens, mas se matam as esperanças, matando futuros médicos, advogados, engenheiros, cientistas que poderiam contribuir para o crescimento deste País e também contribuir futuramente com a aposentadoria. Muitas pessoas poderiam se aposentar daqui a alguns anos, o que não vai ser permitido, porque muitos desses jovens já foram ceifados na sua existência.

E há um outro dado para o que eu também gosto de chamar atenção. Neste mês de novembro, houve uma iniciativa muito interessante, há alguns anos, no ano em que foi assassinado o dentista, em São Paulo, Flávio Sant'Ana, que foi assassinado quando saía...

(Soa a campainha.)

A SRª DEISE BENEDITO – ... do carro dele, porque se acreditava que ele estava praticando um assalto. Ele foi morto pela Polícia Militar. No estádio de futebol, no mês de novembro, no estádio do Corinthians, uma das coisas mais emocionantes foi ver toda a torcida com uma faixa imensa dizendo "Zumbi somos nós".

E eu faço uma sugestão aos dois coordenadores dos times de futebol, em caráter de proposta mesmo. Eu acho que os times de futebol têm um compromisso muito forte não só por atingirem diretamente uma massa

de jovens, uma massa de torcedores, mas também há a questão de um contato público muito direto através do futebol. Então, eu acho que seria importante estimular mais campanhas contra o racismo. Eu acho que, durante todo o mês de novembro, todos os times do Brasil deveriam entrar em campo com um faixa em alusão ao fim do racismo neste País. Eu acho que isso seria uma das grandes iniciativas no combate ao racismo, que seria estimular as pessoas a refletirem sobre os danos da prática do preconceito e da discriminação.

E ele colocou muito bem que foram quatro pessoas que estavam ali chamando de macaco. A câmera focou precisamente aquelas quatro, mesmo que todo o estádio estaria contaminado ao chamá-lo de macaco, entre esses, negros. A esses negros que também o chamaram de macaco falta a consciência racial, a consciência de pertencimento, a consciência de que não são animais e de que não podem praticar crimes que ofendam a própria integridade da comunidade a que eles pertencem como negros.

Uma das coisas muito interessantes que eu gostaria de citar e que seriam importantes é que, no caso dos crimes de racismo na prática dessa jovem, por exemplo, o que seria feito é que cada pessoa que cometesse um ato de racismo fosse convidada a fazer um levantamento de recursos e a dirigir todos os recursos que levantou para as entidades negras. Essa pessoa não vai para a prisão, não vai ficar presa, não vai ser mais uma no espaço superlotado da prisão. Não, como pena alternativa, essa pessoa vai arrecadar recursos e destinar todos os recursos a entidades negras que precisam neste País. E ela vai participar de atividades do movimento negro, vai ministrar cursos de combate ao racismo, vai ministrar curso da Lei nº 10.639. Eu acredito que essas coisas é que devem ser feitas, porque se trata da questão da política pedagógica da sanção. Tem de haver a pedagogia de a pessoa entender que nós estamos numa sociedade em que temos de evitar todo tipo de preconceito e discriminação.

Outro ponto que o Sr. Alexandre colocou é o crescimento das ofensas pós-eleição ou durante a eleição neste ano neste País. É uma coisa, Senador, que me preocupa muito, porque eu vejo que, se não tomarmos cuidado, haverá um recrudescimento muito grande, principalmente, do movimento lei e ordem, que é o mais perigoso. É a prática tolerância zero. Quando se vão para as ruas, ofendem-se os nordestinos, porque votaram na Presidente; ofendem-se mulheres; ofendem-se negros; ofendem-se *gays*; ofendem-se lésbicas. Então, eu acredito que isso é uma coisa muito séria. Nós temos de refletir quais são as medidas que vamos ter de tomar no sentido de que a integridade física das pessoas seja preservada. E que se tenha a democracia, sim, pois tem de se assegurar que as pessoas se manifestem, sim, mas na linha do respeito, na linha da integridade, na linha da certeza de se poder se manifestar sem ofender.

(Soa a campainha.)

A SRª DEISE BENEDITO – Eu acho que isso é uma das coisas principais que temos de discutir.

E acredito também que a grande questão do racismo no futebol é estimulada dentro desse conceito de preconceitos que se está exarcebando na sociedade brasileira. Então, essa questão de ofender passa pela impunidade, a qual necessariamente não é uma pena de prisão, mas, sim, medidas pedagógicas que façam com que essas pessoas tenham a consciência do erro praticado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Muito bem, Drª Deise Benedito, Assessora direta da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na área da Ouvidoria, que além de também olhar de uma forma abrangente e universal essa luta contra o preconceito, inclusive deixou uma sugestão para que aqueles que cometerem esse tipo de crime – que é inafiançável, na verdade – tenham que responder com medidas socioeducativas.

Parabéns, Doutora.

E agora vamos para a nossa Federação Nacional dos Jornalistas, com o Presidente, Dr. José Carlos Torves. Por favor, Doutor.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite do Senador Paim.

Só fazer um reparo, porque atualmente estou como Diretor Institucional da Federação Nacional dos Jornalistas. E dizer que essa convocação para se falar sobre o caso de racismo mais explícito que aconteceu agora, nesse momento, do goleiro Aranha, do Santos... Essa iniciativa do Senador não é em cima do fato, não é gratuita.

Eu acompanho a vida política do Senador. Queria só resgatar que a Marcha Zumbi + 10 nasceu no gabinete do Senador. O projeto de lei que tornou o racismo crime inafiançável é de autoria do Senador.

Eu fui, durante 30 anos, repórter, comentarista, narrador de futebol, e posso dizer para vocês que o futebol está permeado pelo racismo. E que esses fatos, agora, chamam atenção em função de evoluções que tivemos, institucionais, da própria sociedade brasileira. E agora temos o Estatuto da Igualdade Racial, a SEPPIR – várias

instituições – e a legislação, que ajudaram a explicitar para a sociedade que a mesma deve reagir quando houver casos de racismo, porque antes aconteciam com naturalidade.

Em 1985, nós, com o auxílio do Senador, fizemos um seminário sobre racismo no jornalismo. E desse seminário nasceu a Conajira, Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial, em todo o País.

Eu até vou repassar para os arquivos do Senador essa cartilha que foi a semente dessa organização que criamos, nacionalmente, e que hoje tem contribuído muito com as políticas de igualdade racial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O título da cartilha é O *Negro na Mídia – A Invisibilidade da Cor.*

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Exatamente, porque na época nós fizemos um levantamento e lá no Rio Grande do Sul havia dois jornalistas numa emissora e mais um noutra, três, no total do Estado inteiro, que tinham visibilidade na mídia. Eram apenas três jornalistas na época da pesquisa, em 1985.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E não é muito diferente nos outros Estados.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi só porque lá você estava.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Com isso, quero dizer que, no Brasil, há três setores da sociedade que ainda não se democratizaram: um deles é o Judiciário; o outro é a imprensa, a mídia, que precisa urgentemente de democratização; e o futebol é o terceiro. A mudança que vem ocorrendo na sociedade – e temos de caminhar ainda culturalmente, para toda a sociedade ver essa evolução – refere-se à democratização desses setores.

O futebol tem seriíssimos problemas, como o caso de racismo, que ocorre e que escandaliza a sociedade, mas há outros que a gente vê na mídia, como a questão da violência. Eu mesmo, que passei a minha vida inteira trabalhando em campos de futebol, não vou mais a campos de futebol, com medo da violência.

Então, esses três setores precisam evoluir, precisam ser democratizados, para nós atingirmos um grau de civilidade necessário a outros setores do País.

É importante que o Congresso se debruce sobre o tema da democratização do esporte, do futebol, no Brasil, para que haja uma evolução, assim como sobre a regulação da mídia, que a sociedade vem pedindo há muito tempo e que deve ocorrer. Acho que, dessa forma, vamos contribuir para a melhoria não só do esporte como também da sociedade brasileira.

Acho que se vem trabalhando há muito tempo a questão do racismo no futebol. Acho que já tivemos uma grande evolução. O que aconteceu com o Tinga, com o Aranha, com outros jogadores e com árbitros de futebol era normal nos campos de futebol no Brasil. Hoje, nós nos escandalizamos com um ou outro fato, o que é sinal de que já evoluímos bastante. Mas precisamos avançar mais.

Não vou tomar mais tempo. Quero dizer que os jornalistas estão organizados e têm uma grande preocupação com a questão racial no Brasil e, mais do que isso, com a democratização do futebol, dos esportes.

Não é nenhuma novidade, nem é gratuito ou ocasional o fato de a CBF não estar aqui, pois ela é avessa ao debate público.

Eu queria agradecer o convite e deixar aqui a contribuição dos jornalistas, para que consigamos avançar ainda mais, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, José Carlos Torves, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas, que destaca aqui que temos de avançar muito para que o combate ao racismo e ao preconceito avance também no Judiciário, na imprensa e no esporte.

Vamos passar a palavra ao nosso convidado da OAB, que vai fechar a nossa Mesa, sem prejuízo das considerações finais dos nossos convidados: o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que é da Comissão Especial de Direito Esportivo da OAB, do Conselho Federal da OAB.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Sr. Senador Paulo Paim, primeiramente, em nome do Presidente Marcus Vinicius, do Conselho Federal da OAB, eu gostaria de agradecer o convite. E, na pessoa de V. Exª, cumprimento todos os demais integrantes da Mesa.

Começo minha fala, Sr. Senador, dizendo que a OAB é contra, repudia efetivamente toda a prática de violência no futebol, toda a prática de violência no esporte e, como não deveria deixar de ser, obviamente, o racismo como uma violência social, uma violência moral. A OAB repudia todas essas práticas e tem procurado desenvolver um trabalho educacional no combate à violência, no combate ao racismo.

O Presidente da OAB de Santa Catarina, que também é Presidente da Comissão de Direito Desportivo, Dr. Tullo, fez todo um trabalho de mídia para poder conscientizar os torcedores de que a prática de violência no futebol – e incluo também o racismo, Sr. Senador – prejudica a sociedade, prejudica o esporte e prejudica o time.

Particularmente, concordo com as palavras do Dr. Carlos Junior. E aqui cito o caso do Grêmio, porque foi o mais recente; é o caso aqui citado: efetivamente, o Grêmio não é uma entidade racista. O que aconteceu

com o Grêmio poderia ter acontecido com qualquer outro clube. Infelizmente, aconteceu com o Grêmio, num campeonato de nível nacional, numa fase decisiva do campeonato, em que a perda de pontos implicou sua desclassificação.

Mas penso, como disse o Dr. Carlos, que, em que pese o Grêmio não ser um clube racista, a sua torcida ou parte dela, por um ato infeliz naquele momento, praticou um ato de racismo. E o seu clube, na alegria e na tristeza, é responsável pela sua torcida.

Repito: isso não é exclusividade do Grêmio, não é exclusividade do Brasil, porque nós vemos também atos de racismo fora dos campos brasileiros, nos campos sul-americanos, no campo europeu, muitas vezes até mesmo por dirigentes de futebol.

Aqui destaco que, em outubro deste ano, o presidente da federação italiana de futebol foi suspenso por seis meses por prática de racismo. A Uefa o suspendeu por seis meses, porque foi flagrado numa atitude racista.

Então, essa não é uma exclusividade nossa, do Brasil. É do mundo como um todo, da sociedade como um todo. É uma prática que deve ser combatida também como um todo. O clube tem que fazer propaganda, material educativo e palestras educativas para poder conscientizar não só os seus jogadores, os seus dirigentes, mas também a sua torcida da não prática de racismo. Quando houver essa prática, as autoridades competentes devem combater isso veementemente, de forma exemplar, para que a torcida e o torcedor sintam que se ele fizer aquela prática de violência, aquela prática de racismo, ele não vai ficar impune.

Aqui destaco que isso ocorre não só no meio desportivo, mas, inclusive, criminalmente. Até há pouco tempo, se se praticasse um ato de racismo na sociedade, a pessoa saía de lá presa, havia inquérito policial. E por que dentro dos estádios isso não ocorria? Por que no futebol pode? Há uma permissividade muito grande no futebol dessa agressão mútua. E aqui destaco não só a questão da raça. É comum vermos torcedores xingando membros da torcida adversária de "favelados". Há, sim, aí também uma discriminação social. Torcedores que atribuem a uma torcida a homoafetividade. É outra discriminação.

Nisso, o movimento negro como um todo está de parabéns, porque não admite forma nenhuma de discriminação. É um exemplo para que outras organizações sociais, a sociedade organizada, o movimento da homoafetividade, os movimentos sociais combatam esses outros tipos de discriminação no futebol. Não apenas na questão do racismo, que chama mais a atenção, mas a permissividade no futebol já existe há muito tempo, e isso tem que ser combatido, Sr. Senador.

No caso específico do Grêmio, acho que a punição foi correta não pela questão, repito, do clube, mas pela questão pedagógica. Os torcedores e a torcida têm que saber que se praticarem algum ato contrário, vai haver consequências. Temos que acabar com esse sentimento de impunidade na sociedade como um todo, mas também no futebol.

Quero destacar também, Sr. Senador, que o esporte em si, mas muito mais o futebol, é um dos meios que mais possibilitam maior integridade social, até maior mobilidade social.

É no estádio de futebol que você vê o branco, o negro, o índio, o velho, o novo, a mulher – todos juntos –, o rico, o pobre; todo mundo junto se abraçando e torcendo pelo seu time. É muito bonito ver isso. Então, não podemos deixar que uma parcela dessa torcida – uma parcela pequena, mas uma parcela – acabe com isso. É tão bonito!

Então, são essas as considerações – não vou me alongar –, reiterando que a OAB tem procurado também promover campanhas educacionais contra a violência e o racismo no futebol e que, efetivamente, repudia todos esses tipos de atitude.

Novamente, agradeço o convite feito. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que aqui representa a OAB.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixou muito claro...

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Não sei se é possível quebrar o protocolo. Eu só queria fazer uma sugestão aqui aos clubes que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aqui você pode tudo, menos não quebrar o protocolo! (*Risos.*)

Pode falar.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Obrigado, Senador.

Eu estava aqui pensando, dialogando muito com Deise – porque nós somos colegas e parceiros não só de governo, mas também de vida –, e eu queria dar uma sugestão ao nosso querido Alexandre e ao vice-presidente Adalberto, e que eles pudessem levar isso também, para ecoar, porque os clubes, sempre, em todas as datas comemorativas, gravam nas suas camisas algum dizer. Acho que seria possível eles colocarem algo, dentro

deste mês de novembro e até o final do ano, como forma de externar que eles combatem o racismo nos seus clubes, não só através de ações, mas também visibilizando essas ações, porque muito do que os clubes fazem fica invisibilizado; a gente não percebe isso dentro da grande mídia. Acho que seria importante, se possível for, a título de sugestão, que esta Comissão indicasse aos clubes que até criassem uma camisa ou que criassem também – agora, como está na moda – uma *hashtag* dentro das suas redes. Porque os clubes, Senador, têm as suas redes. O Internacional tem a sua tevê, o Grêmio tem a sua tevê, os grandes clubes têm a sua tevê. Que criassem umas *hashtags* e pudessem difundir isso nas redes sociais; uma camisa alusiva ao combate ao racismo, dizendo que eles estão empenhados realmente. Porque nós acreditamos que eles estejam empenhados. Eles fazem ações, já foi demonstrado aqui que eles fazem ações. Mas também que essas ações pudessem ser visibilizadas para a sociedade e também para os seus sócios e também para a sua torcida. Porque acho que, assim, a gente contribui para o combate ao racismo, contribui para que essas manifestações possam ser exterminadas no futebol, com ações efetivas e visibilizadas desses clubes. Como há o "100% negro, azul e branco", do Grêmio, que pudessem ter na camisa: "aqui combatemos racismo". Não sou muito bom de *marketing*, não, sou advogado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica a sugestão.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Mas poderia ser assim: "racismo não", "aqui se combate o racismo"...

O SR. ADALBERTO PREIS (*Fora do microfone*.) – O Grêmio faz isso.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Que, dentro das suas próprias camisas, pudessem visibilizar isso, ou em uma entrada no clube com faixa, alguma coisa que a própria Deise já proporcionou, porque isso são ações reais que demonstram, realmente, para a sua torcida que ali não será permitido nenhum tipo de manifestação discriminatória. Então, a título de sugestão, acho que esta Comissão poderia dialogar com os clubes nesse sentido, até para ver se eles podem contribuir.

E nós colocamos, inclusive, a CPI à disposição para também, se for necessário alguma coisa, a gente contribuir com os clubes na formulação, na formação tanto dessas palestras que vão sendo feitas, como também dessas ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Estamos à disposição e queremos contribuir também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A Drª Deise pediu também para fazer um rápido comentário.

Depois, vamos para as considerações finais da Mesa.

A SRª DEISE BENEDITO – Acho bastante importante, Carlos, a sua informação, porque é importante que os clubes de futebol assumam determinadas responsabilidades. E, aí, penso que seria interessante todos os clubes de futebol, durante este mês de novembro, trazerem no seu uniforme: "Diga 'não' ao racismo"; "Novembro, mês da consciência negra". E no mês de junho: "Diga 'não' à homofobia". Também seria interessante, quando entrar o mês de junho, em que há a Parada Gay, que é a luta contra a homofobia, trazer: "Diga 'não' á homofobia"; "Homofobia é crime"; ou mesmo "Diga 'não' ao racismo", porque racismo é crime. Então, eu acho que seria bastante interessante isso, muito conscientizador.

E, na questão das formações dentro dos clubes de futebol, seria interessante também convocar o pessoal da SEPPIR, convidar o pessoal da Secretaria de Direitos Humanos, convidar o pessoal de associações de *gays* e lésbicas para fazer formações dentro dos clubes de futebol, com jogadores, com dirigentes. Porque, muitas vezes, as pessoas estão tão acostumadas a ofender a dignidade do outro sem perceberem que estão ofendendo: "Ah, mas eu não falei com essa intenção. Eu não sabia." Então, a partir dessa formação, se vai saber que tem que se respeitar o outro na sua integralidade. "Ah, mas ele é preto e eu só brinco com deficiência física." Não! O ser humano não é objeto de brincadeira. Não se pode brincar com as pessoas de qualquer forma. Então, eu acharia interessante também que os clubes de futebol tivessem essa interlocução maior com as entidades de direitos humanos no sentido de formações.

Outra coisa também, em cima do que o colega advogado colocou, eu acho fundamental que a OAB se abrisse para dentro dos estádios de futebol, para os dirigentes, dizendo: "Olha, as sanções são essas, essas e essas. Existe responsabilidade sim." Quer dizer, não é a paixão pelo time que vai dar oportunidade de ofender a integridade das pessoas. Eu sou torcedora do Corinthians, mas há o Vitória, o Internacional, o Grêmio, o Flamengo, e viva a diversidade! "É nóis!" Então, eu acredito que seja importante que esses espaços dos clubes de futebol sejam mais bem explorados. A minha sugestão é essa para o mês de novembro.

E para o mês de março, "não à violência contra a mulher". Entrar nos estádios com faixas de "não à violência contra a mulher". Acho que seria fundamental que todos os times de futebol fizessem isso. É a responsabilidade social dos jogadores e do time com a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos agora para as considerações finais dos nossos convidados.

Eu vou inverter: quem foi o primeiro será o último e quem foi o último será o primeiro.

Então, o primeiro agora vai ser o Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino, que aqui representa a OAB, para as suas considerações finais.

Permita-me apenas comunicar aqui que está em plenário o Sr. Alexandre Maciel Gomes, representante do Ajax Futsal do DF, que tem um projeto social de futebol com os catadores da Estrutural do DF. De fato, é o social com o esporte. Parabéns pelo seu movimento!

O Prof. Jailson Kaludo, representando aqui na plateia a Setorial da Pessoa com Deficiência e também é apaixonado pelo esporte. Meus cumprimentos.

Por favor, Dr. Ronaldo Ferreira Tolentino.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Sr. Senador, serei muito breve. Apenas, novamente, para agradecer o convite e dizer que a OAB está sempre disponível, de portas abertas. E eu me comprometo a levar a proposta feita aqui pela Mesa à Comissão de Direito Desportivo, ao Presidente Marcus Vinicius, de que a OAB promova palestras dentro dos clubes, conscientizando para esse lado legal das sanções cabíveis em caso de práticas de atos de violência e de racismo. Fica aqui o compromisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, doutor, pela contribuição. Vamos trabalhar juntos.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Alexandre Santos, diretor regional dos consulados do Inter.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Sr. Senador Paulo Paim, torcedor do Caxias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Do Caxias, que foi a fusão do Flamengo e Juventude. Então, o pessoal do Juventude pode se sentir contemplado também. E para quem está me ouvindo na minha cidade natal, Caxias, digo que eu optei pelo Caxias, foi pela fusão dos dois times em que eu tinha jogado nos juvenis. E depois – sou do tempo do Pastelão ainda –, o Pastelão me indicou e eu fui para os juvenis do Grêmio e do Inter. Só que eu não consegui entrar em nenhum dos dois, mas fiz o teste, pelo menos, e voltei para os juvenis de Flamengo e Juventude.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Só para lembrar, Senador, grandes treinadores, técnicos de futebol são do seu Caxias, iniciaram lá as suas carreiras: o Luiz Felipe Scolari, o Felipão, e o Tite, do Corinthians, entre outros. E é simpaticíssima a torcida do Caxias, aliás, de todo o Rio Grande. É bonito no País, o País do futebol, como o Dr. Tolentino falou, em locais onde levamos crianças e mulheres, não podemos fazer do espetáculo do futebol uma demonstração de preconceito e de discriminação, levando, às vezes, para o lado de tragédias, de brigas entre torcidas.

Este é outro tema, Senador, que eu sugiro que se levante: a violência nos estádios. É uma proposta que eu deixaria aberta para o senhor e para este Parlamento: a discussão futura sobre a violência nos estádios. Eu sou amante do futebol, frequento estádios sempre que posso, em qualquer Estado do País, de qualquer clube que esteja jogando. Gosto de assistir a uma partida de futebol. Ao vivo, melhor ainda. Quem não gosta? E, infelizmente, ficamos com receio de ir até um estádio próximo, como o Serra Dourada, ou em Taguatinga, com medo de sair de casa, com medo da violência, Senador. Temos receio de frequentar o estádio em razão da violência, e esse seria outro tema para se discutir.

Quero agradecer o convite, em nome da direção do Sport Club Internacional de Porto Alegre, e parabenizar a Mesa. É excelente este debate, que se leve adiante.

Drª Deise, levarei essa proposta ao Sport Club Internacional, ao Presidente Giovanni Luigi.

Agradeço aos membros que participaram, aos ouvintes, às pessoas que assistiram a este valoroso debate, Senador. E que não fique só no debate, que se leve adiante esta discussão, até chegarmos a um denominador comum, que é acabar com a homofobia, com o preconceito e com a discriminação racial.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Santos, Diretor do Consulado do Sport Club.

Alguém me lembrou aqui, pelo WhatsApp – agora tudo é WhatsApp, não é? –, que Lupicínio Rodrigues escreveu também um hino para o Inter, mas na disputa, na época, como ele já havia feito um para o Grêmio, acabou não ganhando. Mas escreveu também, mostrando que o coração dele era para todos, o grande Lupicínio Rodrigues.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Dr. José Carlos Torves.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Obrigado pelo convite.

Gostaria de colocar a Federação Nacional dos Jornalistas à disposição para avançarmos neste debate, especialmente sobre racismo no futebol, e não só no futebol, mas na vida, que é um compromisso da Federação Nacional dos Jornalistas, reafirmando a necessidade de democratização do futebol, da imprensa e do Judiciário, a fim de termos uma sociedade melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Torves, da Federação Nacional dos Jornalistas.

Agora, a Drª Deise, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª DEISE BENEDITO – Quero mais uma vez agradecer o convite que me foi feito para estar aqui e fazer duas sugestões.

Eu penso que, dentro da sua disponibilidade de estar envolvendo mais os times de futebol nas campanhas de combate ao racismo, seria também interessante que os jogadores de futebol gravassem peças publicitárias no mês de novembro...

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Você roubou minha ideia.

A SRª DEISE BENEDITO – É? Eu roubei sua ideia?

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Não, estou brincando.

A SRª DEISE BENEDITO – Ah, bom!

Que participassem também de campanhas publicitárias no sentido de combate ao racismo, contra a homofobia, a violência nos estádios e a violência contra a mulher. É importante que sejam jogadores de futebol, porque têm uma imagem, e essa imagem diz muito para o torcedor. Então, se é um jogador x, que eu adoro, que é o meu ídolo, eu penso: "Mas é fulano que está falando isso!". É a questão da credibilidade, tão dita dentro das campanhas publicitárias, não é? E, para vender esse produto, eu acho que deveriam ser vários jogadores independentes, não necessariamente só jogadores negros, mas jogadores brancos também, falando em combate ao racismo nessas peças publicitárias.

E também eu queria lembrar, Senador, a propósito de que vocês da Mesa falaram muito de Lupicínio Rodrigues, que eu tenho o privilégio de ter nascido no mesmo dia de Lupicínio Rodrigues, no dia 16 de setembro. Isso me deixa muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem próximo da primavera.

A SRª DEISE BENEDITO – É, bem próximo da primavera. Por isso é que estou cheia de flores. (*Risos*.)

E essa questão do Lupicínio é muito interessante, porque ele também nasce no mesmo dia em que foi fundada a Frente Negra Brasileira; a Associação de Proteção dos Desvalidos, em Salvador, que também tinha o objetivo de angariar fundos para a compra de cartas de alforria em 1830. Nada acontece por acaso.

Eu quero agradecer por este convite e quero dizer que a Secretaria de Direitos Humanos sempre vai estar à disposição para contribuir no combate a todas as formas de preconceito e discriminação que ainda existem na sociedade brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Deise Benedito, que falou pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Passamos a palavra agora ao Dr. Carlos Alberto Junior, Ouvidor Nacional da SEPPIR.

O SR. CARLOS ALBERTO JUNIOR – Mais uma vez, Senador, quero agradecer pelo convite, em nome da Ministra Luiza Bairros.

É uma grande satisfação esta aqui neste dia de hoje, conversando sobre um assunto ao mesmo tempo ruim, que é o racismo, mas de uma alegria muito grande, que é o futebol. Então, a gente precisa transformar esse polo negativo em uma ação positiva. É por isso que eu acho que estas sugestões nossas aqui, que tenho convicção de que serão analisadas por esta Comissão para darem prosseguimento a elas, levarão ao convite aos clubes para que façam isso de uma forma amigável; que eles possam, cada vez mais, engajar-se nessa campanha, que é uma resposta de responsabilidade social para a sociedade. Com isso, eu quero externar aqui toda a minha satisfação de estar aqui nesta Mesa tão representativa nesta manhã.

Quero dizer que, cada vez mais, eu entendo que as instituições privadas precisam moldar-se a essa responsabilidade social, estar mais junto da sociedade. E combater o racismo, combater a homofobia, combater a violência contra a mulher é estar junto com a sociedade, mostrando que este País é um país que combate qualquer forma de discriminação. Contudo, além de tudo isso, é preciso instituições fortes, sensíveis, para que a gente possa avançar numa nação igualitária, numa nação justa e com instituições fortes.

Por isso, mais uma vez eu agradeço e coloco-me à disposição. Quero me colocar não só à disposição da Comissão, mas também dos clubes, se eles entenderem que nós podemos contribuir com palestras, com as ações deles no combate ao racismo.

A Ministra me pediu que deixasse aqui a Ouvidoria à disposição; mas não só a Ouvidoria: a SEPPIR também está à disposição dos clubes para contribuir com essa formação, pela qual nós também achamos que somos responsáveis.

Então, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Eu acho que a gente dá um grande salto histórico hoje, Senador, no combate ao racismo no futebol.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto Junior, que falou em nome da SEPPIR.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Adalberto Preis, que fala em nome do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, ele que é Vice-Presidente. Depois eu vou para os encaminhamentos.

O SR. ADALBERTO PREIS – Eu acabo de receber uma fotografia de um historiador da história do Grêmio, com os seguintes dizeres: "Negro Adão Lima jogou no Grêmio por 10 anos e estreou em 1926." Há também outra informação: trinta jogadores negros jogaram no Grêmio antes do Tesourinha, que foi considerado o grande marco da abertura multirracial, digamos assim, no Grêmio.

Senador Paulo Paim, a gente sempre aprende. Eu estou contente, satisfeito por ter tido o privilégio de participar desta reunião. Aprendi muito com a visão de outras pessoas que têm experiências diferentes da minha, outros conhecimentos, algum tipo de conhecimento bem maior do que o meu sobre certas matérias.

Realmente, acho que foi uma reunião muito produtiva. Tive a oportunidade de apresentar a posição do Grêmio e ouvi, com satisfação, do Senador Paim, do Dr. Carlos Alberto e do Dr. Tolentino frases contundentes de que, no entendimento dele, o Grêmio não é uma entidade racista.

Se fosse só para ouvir isso, já teria compensado a minha vinda aqui, mas eu não posso deixar – eu até não gostaria disto, porque alguém pode achar que isto quebra essa clima propositivo, com o qual estou encaminhando este encerramento final – passar em branco a observação do Dr. Tolentino que disse que achou justa a condenação do Grêmio. Ele até pode achar isso do ponto de vista pessoal, é um direito que ele tem, mas, falando em nome da OAB, ele não pode dizer isso. Eu, como advogado antigo, muito mais antigo que o Dr. Tolentino, digo com convicção que, em nome da OAB, ele não pode dizer isso. Ele poderia dizer em nome dele, como uma convicção pessoal. Eu até atribuo isso a um fruto da juventude e tal, mas, por favor, em nome da nossa OAB, não. Não julgue em nome da nossa OAB, inclusive um processo que não conhece. Enfim, isso foi apenas um pequeno detalhe, um pequeno senão. Acho que foi uma contribuição importante também a que o Dr. Tolentino deu para todos nós, para esta Comissão do Senado.

Encerrando, ponho o Grêmio à disposição de todas essas iniciativas de combate ao racismo. O Grêmio já vem fazendo isso há vários anos, mas ele se incorporará com um vigor ainda maior a todas essas iniciativas que vierem a ser tomadas.

Muito obrigado. Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio.

O Dr. Ronaldo quer fazer uma rápida consideração. É legítimo pelo aspecto democrático desta Comissão.

O SR. RONALDO FERREIRA TOLENTINO – Como consideração final, acho que a frase ficou um pouco solta e isolada. Não foi justa a punição do Grêmio por ser o Grêmio, mas por um caráter pedagógico, um caráter educativo. Aqui, eu destaquei que foi o Grêmio, mas que poderia ter sido qualquer outra torcida. Com esta finalidade pedagógica e educativa de o torcedor saber que, se fizer alguma prática ilícita, haverá consequência, eu reafirmo o que disse, nesse contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Ficou bem na linha de que é a sua opinião, claro, e que aqui foi feito o contraponto do Dr. Adalberto. Isso é bom, porque vamos enriquecendo e aprendendo juntos, como foi dito.

Eu vou fazer encaminhamentos.

Foi proposto que esta Comissão apresente como sugestão aos clubes de futebol que, dentro do possível, gravem na camisa e façam divulgação em material usado pelos jogadores mensagem contra o racismo, bem como promovam ações educativas. Em parte, aqui já foi demonstrado que isso está sendo feito, mas o apelo, claro, é o de que continue esse movimento. Avaliar a proposição de projeto de lei para que as pessoas que pratiquem crime de racismo sejam submetidas também a medidas socioeducativas pedagógicas. Realizar audiência pública para debater exclusivamente a violência nos estádios de futebol em toda a sua abrangência. Gravar peças publicitárias contra os preconceitos, contra homofobia, contra a violência contra as mulheres.

Eu proponho o que vou falar aqui agora. Junto com a Senadora Lídice da Mata, nós criamos aqui, no Senado, a chamada Comenda Senador Abdias Nascimento. Essa medalha tem o objetivo de premiar aquelas pessoas que mais se destacaram na luta contra os preconceitos.

Neste ano – e vai ser no dia 20, agora, às 11 horas –, serão o Ministro do STJ Benedito Gonçalves; a Edna Almeida Lourenço, que foi relatora na África do Sul; Gilberto Gil, que vai receber a medalha pela sua luta contra o preconceito; o Martinho da Vila – e quero dizer que o Martinho da Vila reafirmou que estará presente conosco – vai receber a medalha contra o preconceito; o Milton Gonçalves também receberá a medalha Abdias

Nascimento pela sua luta contra o preconceito; Silvio Humberto dos Passos, indicado pela Senadora Lídice; e Francisco José do Nascimento, *in memoriam*, Presidente do Instituto Dragão do Mar.

Eu vou propor que todo ano, no dia 20 de novembro, uma entidade também seja incluída entre os agraciados com essa medalha. Oxalá, no próximo ano, já seja um clube de futebol, pela sua luta, pela sua forma de agir, a sua forma de conduzir a luta contra o preconceito no futebol! Eu presido essa Comissão e vou tomar a liberdade de já anunciar que, no próximo ano, nós teremos também uma entidade de caráter nacional que vai receber a medalha Abdias Nascimento.

E, na linha do que todos falaram aqui, a assessoria me lembrou de um caso que passo a ler:

Proprietário de time é banido da NBA por comentários racistas.

O proprietário do Los Angeles Clippers, Donald Sterling, foi banido da NBA por comentários racistas.

Além de não poder entrar mais nas instalações da liga nem manter contato com profissionais da NBA, Sterling foi multado em US$2,5 milhões (cerca de R$5,58 milhões) e terá que vender a equipe.

Os comentários racistas de Sterling aconteceram após sua namorada [uma modelo] postar uma foto em rede social ao lado do ex-astro da NBA Erwin [chamado] "Magic" Johnson.

Essa é uma forma também de demonstrar que não é só no futebol; este é um movimento internacional na luta contra todo tipo de preconceito.

Eu quero agradecer muito ao Inter e ao Grêmio por terem estado presentes. Fizemos convite a outros clubes, que não responderam. O Inter e o Grêmio responderam de imediato, dizendo que podíamos contar com eles para este debate, numa demonstração de que estão dispostos a ajudar a todos nesta luta nacional e internacional do combate ao preconceito e o racismo.

Agradeço muito a todos os nossos convidados.

Agradeço ao Adalberto Preis, Vice-Presidente do Grêmio Foot-ball, que esteve presente conosco; ao Carlos Alberto Junior, ouvidor da SEPPIR, que também esteve aqui – ambos deixaram contribuições –; à Drª Deise também, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; ao José Carlos Torves, da Federação Nacional dos Jornalistas; ao Dr. Alexandre Santos, dos Consulados do Inter aqui em Brasília – ele coordena os consulados –; e ao Ronaldo Ferreira Tolentino, que é da comissão especial da OAB que trata deste tema.

Enfim, encerro esta nossa audiência, agradecendo a cada um e cada uma, na certeza de que foi mais um momento para debater a nossa luta contra todo tipo de preconceito e racismo, na certeza de que, oxalá, daqui a uns anos, na hora de entregar a medalha Abdias, nós possamos entregá-la também a alguns clubes de futebol, pela forma como ajudaram nesse encaminhamento.

E fico aqui com a opinião unânime da Mesa, que considerou que nem o Grêmio, nem o Inter, nem o Caxias, nem o Esportivo de Bento é racista; mas que pessoas racistas estavam no estádio e, de forma desrespeitosa, lamentavelmente, ofenderam jogadores com palavras e gestos de preconceito.

Esperamos que eles superem tudo isso e que a gente faça do esporte o que realmente é: saúde, lazer, divertimento. E aqui foi dito que abraça todos: pobre, rico, negro, branco, índio. Não importa a origem, a procedência, a classe social, todos são abraçados pelo esporte. Eu sempre digo que o esporte, de fato, é vida, saúde, lazer, entretenimento; é alegria de ver o gol e as belas jogadas.

Eu, este fim de semana, vi um gol... No meu tempo era... O cara caindo meio de bicicleta, meio de chuleta, um belo gol.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Foi gol de bicicleta, na vitória do Sporte Club Internacional sobre o Goiás. Gol do zagueiro Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É. Foi do Paulão.

O SR. ALEXANDRE SANTOS – Do Paulão. Um belo gol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Inter entrou logo aqui. O Grêmio já falou bastante porque encerrou. Aí eu encerro a nossa audiência pública.

Até a próxima. Um abraço a todos.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 3/2014 – PLDO 2015

Às doze horas e um minuto do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 7, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Welling-

ton Dias, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Magno Malta. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: **Item Único**. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 – PLDO 2015, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências")**. Relatora: Senadora Ana Rita. Às doze horas e um minuto a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador Paulo Paim, para que possa relatar a matéria. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 3/2014 – PLDO 2015**:

CDH/SF - Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2015

Nº	EMENTA	PROGRAMA	AÇÃO	META	TIPO DA EMENDA/EFEITO
1	Prevenção da Violência contra as mulheres	2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento da Violência	210B - Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	163	Inclusão no Anexo I
2	Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência	2063 - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	210N - Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	16	Inclusão no Anexo I
3	Fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial	2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	210H - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento do Racismo e a Promoção da Igualdade Racial	14	Inclusão no Anexo I

CDH/SF - Emendas de texto ao PLDO 2015

Ementa	Tipo	Referência
1 - CDH - aumento real dos aposentados	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 35
2 - CDH - prioridade de aumento real aos benefícios do INSS	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 4
3 - CDH - relatório anual de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades de gênero, raça...	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 106 Parágrafo 1 Inciso I Alínea j
4 - CDH - relatório anual de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades de gênero, raça...	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 106 Parágrafo 3
5 - CDH - agências financeiras oficiais de fomento	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 89 Parágrafo 5 Inciso III
6 - CDH - transparência para despesas destinada ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 12
7 - CDH - priorizar programas e ações voltados ao enfrentamento à violência doméstica contra às mulheres	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4
8 - CDH - monitoramento do Plano Nac. Pol.	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 21
9 - CDH - integração do SIAFI aos planos orçamentários vinculados ao PNPM	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 21
10 - CDH - limitação de empenho ações enfrentamento violência doméstica contra mulher	Aditiva	Anexo III – Item 62
11 - CDH - discrimina dotações de enfrentamento à violência contra as mulheres na LOA	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 12
12 - CDH - desigualdade de gênero e étnico racial para as mulheres	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 4

Às doze horas e doze minutos o Senhor Presidente Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ana Rita e Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que assinada pela Senhora Presidenta será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. **–** Senador **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta Reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 03, de 2014, do Congresso Nacional, Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária de 2015 e dá outras providências.

Foram apresentadas 50 emendas perante esta Comissão.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que conduza os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedo a palavra, de imediato, à Senadora Ana Rita para leitura do Relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Poder Executivo encaminhou apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 03, de 2014, o PLN nº 03, de 2014, do Congresso Nacional, relativo à proposta das diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015, nos termos estabelecidos nos art. 48, inciso II; art. 84, inciso XXIII; art. 165, inciso II e art. 166, todos da Constituição Federal.

No âmbito do Congresso Nacional, o exame da matéria e a emissão de parecer compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO, nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional. E do parecer preliminar aprovado naquele Colegiado, cada Comissão Permanente do Senado Federal pode apresentar até três emendas de inclusão de ação ao anexo de metas e prioridades, sendo ilimitado o número de emendas ao texto.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foram apresentadas, no prazo estabelecido, 53 sugestões, sendo 41 ao anexo de metas e prioridades e 12 ao texto, conforme espelhos em anexo.

Fui escolhida Relatora da matéria que passo a analisar.

Análise das propostas.

Analisamos, inicialmente, adequação das sugestões às disposições da legislação vigente, em especial a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e o Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento que estabelece a necessidade de vinculação do objeto das emendas com as matérias que sejam regimentalmente afetas à Comissão de Direitos Humanos.

Nos termos da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, a competência da Comissão de Direitos Humanos abrange as seguintes subáreas temáticas: Presidência da República e Ministério Público.

Exame da admissibilidade.

O exame das sugestões de alteração do anexo de metas e prioridades nos permitiu concluir que:

a) As ações contempladas constam do Plano Plurianual vigente;

b) Todas as ações constantes das propostas de emendas recebidas estão entre as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão de Direitos Humanos e preenchem as condições estabelecidas no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento;

c) Nenhuma, em nosso sentir, infringe qualquer norma regimental.

No que se refere às emendas ao texto, também entendemos que os objetos tratados nas sugestões estão entre as matérias de competência desta Comissão e atendem ao disposto no referido parecer preliminar aprovado pela CMO. Podem, portanto, ser acolhidas.

Fazemos restrições apenas à Proposta nº 2, cujas informações estão imprecisas. Neste caso específico, estamos recomendando ao respectivo autor que faça os devidos ajustes na proposição e a apresente individualmente na CMO, pois nada obsta que a emenda seja apresentada desse modo naquele Colegiado.

Exame do mérito.

No que se refere ao mérito, consideramos as propostas relevantes e oportunas. São inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CDH. A limitação numérica imposta pelo parecer preliminar da CMO nos obriga, no entanto, a escolher apenas três das sugestões relativas ao Anexo de Metas.

Definição das propostas.

Tomamos a decisão de privilegiar os três grupos que têm despertado grande interesse desta Comissão: as mulheres, os negros e as pessoas com deficiência. Coincidentemente, essa também foi a preocupação manifestada pelos autores das propostas. Todos apresentaram proposição em favor daqueles grupos.

Estamos acolhendo em primeiro lugar as proposições que priorizam os gastos na Ação 210-B – Atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito do Programa 2016 – Política para as mulheres. Promoção da autonomia e enfrentamento à Violência (Propostas nºs 04, 17, 33, 41 e 51); em segundo lugar, acolhemos as propostas ligadas à Ação 210-N – Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, no Programa 2.063 – Promoção dos direitos de pessoas com deficiência (Propostas nºs 23, 37, 47 e 53); enfim, estamos acolhendo as propostas direcionadas para a Ação 210-H – Fomento a ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial, no Programa 2.034 – Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial (Propostas nºs 15, 28, 31 e 39).

Seguindo esses critérios, foram selecionadas para integrar as emendas da CDH ao Anexo de Metas e Prioridades, as Propostas nºs 04, 17, 33, 41 e 51, para compor a primeira emenda; 23,37, 47 e 53, para compor a segunda emenda e 15, 28, 31 e 39, para compor a terceira emenda.

Estamos sugerindo ajustes nas metas finais, na forma abaixo assinalada, para que se tornem coerentes com a técnica orçamentária e se conformem com as normas legais e regimentais.

Relativamente ao texto, com exceção da Proposta nº 02, sugerimos a esta Comissão que apresente todas as sugestões recebidas, as quais, do nosso ponto de vista, não afrontam as normas regimentais.

Ao final, estamos acolhendo 24 das 53 proposições apresentadas, e estamos contemplando a todos os colegas Senadores e Senadoras que participaram deste processo.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação, tal como apresentadas, das propostas de emendas de texto recebidas, ressalvada a Proposta nº 2 acima citada, e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades.

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Plano de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015.

Programa 2016 – Política para mulheres: Promoção da autonomia e enfrentamento da violência. 210-B – Atendimento às mulheres em situação de violência. Meta 163. Inclusão no Anexo I.

Programa 2063 – Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. 210-N, Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Meta 16. Inclusão ao Anexo I.

E ainda o Programa 2034 – Enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial. Ação 210-H. Fomento às ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial. Meta 14. Inclusão no Anexo I.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formulação e apresentação das emendas à CMO, inclusive transcrevendo a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida para o sistema de elaboração de emendas.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2014.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Propostas 4,17, 33, 41 e 51, para compor a primeira emenda; e 23, 37, 47 e 53 para compor a segunda emenda; e 15, 28, 38 e 39, para compor a terceira emenda.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável às Emendas 1, 2 e 3, da CDH, referente à inclusão de metas e de todas as emendas ao texto sugeridas, com exceção da Proposta nº 2.

Esse é o parecer da Comissão, Srª Presidenta.

O relatório está aprovado, na íntegra, como foi feita a leitura pela Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais nada a tratar nesta reunião, declaro encerrada a presente reunião e convoco imediatamente a segunda reunião da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos apreciar as matérias deliberativas.

(Iniciada às 12 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA APÓS A 65ª REUNIÃO, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e treze minutos do dia doze de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Flexa Ribeiro e Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas das 63ª a 65ª (sexagésima terceira a sexagésima quinta) Reuniões da CDH. Passa-se a pauta. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014 – Não Terminativo – Altera os arts. 2º e 6º da Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica. **Autoria:** Deputada Nilda Gondim. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 3. Sugestão nº 11, de 2014 – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei n° 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara n° 16/13. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. Resultado: Após a leitura do Relatório, é concedida vista coletiva nos termos regimentais. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. Resultado: Após a leitura do Relatório, é concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 79, de 2014. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Vírus EBOLA", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde; 2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; 3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial; 4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria; 5. Eugênia Pereira Saldanha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos seguintes convidados: Embaixadores de Cuba e dos Estados Unidos. EXTRAPAUTA. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 80, de 2014. Em aditamento ao Requerimento nº 79-CDH/2014, requeiro seja incluído o nome do Sr. MOHAMED YOULA, Embaixador da Guiné (Guiné-Conacri) no Brasil como debatedor na audiência pública aprovada para discutir as questões ligadas à calamidade provocada pelo vírus Ebola em países da África e sua projeção em outros continentes. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Eduardo Suplicy, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Flexa Ribeiro e Paulo Davim. Nada mais havendo a tra tar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 63ª à 65ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A pauta da nossa reunião de hoje consta de cinco itens.

A relatoria do primeiro item é do Senador Paulo Davim, que não se encontra presente neste momento.

Nós vamos para o item nº 2, p. 17.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para proibir a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco.
Autoria: Senador Gim
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 6, de 2013, que almeja proibir, quando da contratação de planos de saúde, conforme a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1988, a fixação de períodos de carência para exames e acompanhamento pré-natais e partos para mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para casos de gestação de risco. Para isso, a proposição acrescenta um terceiro parágrafo ao art. 12 da lei mencionada acima, com o seguinte conteúdo:

§ 3º É vedado o estabelecimento de quaisquer períodos de carência para a realização de exames pré-natais, de acompanhamento e tratamento obstétricos e de partos para as mulheres menores de dezesseis anos ou com deficiência física, sensorial ou mental, bem como para aquelas mulheres cuja gestação seja considerada de risco.

O autor justifica sua iniciativa com o argumento da hipossuficiência das mulheres nessas condições, o que deve dar lugar a um tratamento desigualmente favorável àquelas, de modo a corrigir a desigualdade inicial. Segundo ele, os custos emocionais e financeiros da gravidez somados acarretam situação excepcional que justifica a medida. Outrossim, ao ver do autor, a medida proposta não implica "alterações importantes na lucratividade dos planos de saúde", dada a "sólida curva de decréscimo da taxa de fecundidade nos últimos vinte anos, tendência que se projeta para os próximos vinte anos, pelo menos".

Após o exame por esta CDH, o projeto seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ele decidirá terminativamente.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

Compete à CDH o exame de matéria atinente aos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência e da juventude. Portanto, é regimental o exame desta proposição por esta Comissão.

Ressalto que não se observam óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto sob análise.

No tocante ao mérito, o projeto tem a importante virtude de estender, ainda mais, a aplicação do conceito de direitos humanos, sem deixar de ser economicamente viável, haja vista a queda histórica das taxas de natalidade entre nós. Merece, portanto, prosperar.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2013.

É o parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.

O Projeto segue para análise da CAS, em decisão terminativa.

Eu vou colocar em votação... Na verdade, nós vamos encaminhar, aqui, para que seja apreciado pelos Senadores, o item nº 5, p. 47, requerimento do Senador Paulo Paim.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Vírus EBOLA", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Dr. Arthur Chioro – Ministro da Saúde; 2. Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos; 3. Benigno Pedro Matute Tang – Embaixador Extraordinário da República da Guiné Equatorial; 4. Salvador Beck Landau – Cônsul Honorário da Libéria; 5. Eugênia Pereira Saldanha Araújo – Embaixadora da República da Guiné-Bissau.
Autoria: Senador Paulo Paim

Vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, na verdade, como o tema eu considero da maior importância, pois estamos falando da vida de milhares e milhares de pessoas, eu tanto encaminhei esse requerimento à Comissão de Assuntos Sociais como também a esta Comissão de Direitos Humanos, com os mesmos convidados.

A minha intenção, se for necessário mesmo, é fazer duas audiências públicas, mas, se for viável, podemos fazer uma única audiência unindo as duas Comissões – Direitos Humanos e Assuntos Sociais – para tratar da questão do vírus Ebola, que já é uma epidemia mundial e que merece um olhar cada vez mais cuidadoso, tanto em nível internacional como no Brasil, que também já tomou uma série de medidas.

Claro que eu entendo ser importante que o próprio Ministro da Saúde venha à Comissão e explique o que estamos fazendo no Brasil, e que os países, principalmente do Continente Africano, possam relatar como está essa situação trágica que está levando à morte milhares de pessoas pelo vírus ebola.

Este é o requerimento, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, V. Exª está sugerindo que seja uma audiência conjunta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu encaminhei dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um para a Comissão de Assuntos Sociais e um para cá.

Eu queria aprovar exatamente como está aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se houver alguma dificuldade de prazo, de horário, devido ao fim do ano, nós faríamos aqui. E se na reta final ambas as Comissões entenderem que pode ser feito em uma única audiência, eu também estarei à disposição. É uma precaução.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, na Comissão de Assuntos Sociais já foi encaminhado, nós vamos aprovar aqui e depois as Secretarias dialogam sobre a possibilidade de fazermos em conjunto. É bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Uma ponderação, Srª Presidente. Eu acho muito importante esta audiência, apoio inteiramente, e fico pensando o seguinte: houve, recentemente, uma cooperação dos Estados Unidos com o Governo de Cuba que causou bastante atenção, uma vez que ainda perdura o embargo dos Estados Unidos em relação a Cuba. Mas há alguns sinais importantes e o mais recente foi que os Estados Unidos enviaram uma equipe médica de especialistas na área de saúde para uma conferência em Cuba, onde estava presente um grande número de pessoas da área de saúde de Cuba que, justamente, em grande número, realizou missões para prevenir e cuidar do problema do Ebola lá nos países da África aqui designados, como a Guiné Equatorial, a Libéria e a Guiné Bissal.

O que eu penso aqui, caro Senador Paulo Paim, é se não seria o caso até de convidar o Embaixador de Cuba e, eventualmente, até o dos Estados Unidos, para os dois se entenderem bem e assim realizarmos um passo adicional para o estabelecimento das relações normais entre Estados Unidos e Cuba, porque eu sou muito favorável a que possam os dois países se entender e acabar com esse embargo.

É a sugestão que eu formulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podíamos convidar os dois então, tanto o Embaixador de Cuba quanto o dos Estados Unidos, e ambos se encontrarão aqui na nossa Comissão. Proposta do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para que aqui relatem o bom entendimento que houve, que foi até objeto de elogios pelo Secretário de Estado John Kerry sobre isso. Eu acho que seria, quem sabe, uma forma de nós como que soprarmos positivamente esta aproximação até que termine o embargo ou o bloqueio dos Estados Unidos em relação a Cuba, que já dura mais de cinquenta anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy, agradeço o encaminhamento, acho que nós não teremos nenhuma dificuldade de encaminhar esta questão. E inclusive me coloco à disposição para dialogar com o Senador Waldemir Moka para que possamos fazer, de fato, uma audiência conjunta, porque, com uma representação expressiva, caso todos venham, vai ser muito importante fazermos conjunta.

E também, eu tenho certeza, já tenho informação de que o Ministro da Saúde tem muito interesse em vir aqui para debater o tema. Então vamos trabalhar no sentido de fazermos uma audiência conjunta e, se for aprovado, também com os Embaixadores tanto de Cuba quanto dos Estados Unidos.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram, inclusive com essa sugestão do Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado, com a inclusão dos Embaixadores de Cuba e dos Estados Unidos como convidados.

Com a chegada do Senador Randolfe Rodrigues, nós vamos retomar, então, o item nº 3 da pauta, p. 28.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 11, de 2014
– Não terminativo -

Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei n° 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara n° 16/13.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014.
Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Srª Presidente.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 11, de 2014, encaminhada pela Comissão de Direito de Família e Sucessões da Seção de São Paulo da OAB, que propõe alterar o art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, de maneira que o seu item 1º, em vez de conferir primazia ao pai para a declaração de nascimento perante o Registro Civil de Pessoas Naturais, como prescreve a forma vigente, atribua tal prerrogativa aos pais, isoladamente ou em conjunto.

Em acréscimo, propõe a supressão do item 2º do referido art. 52, mediante o qual a mãe apenas pode declarar o nascimento do seu filho se o pai não o fizer.

O exame da SUG nº 11, de 2014, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se dá com base no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que, em seu inciso I, a esta Comissão atribui competência para opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Deve ser consignado que o PLC nº 16, de 2013, depois de aprovado na Câmara dos Deputados, já obteve pareceres favoráveis de ambas as comissões do Senado Federal para onde foi distribuído, que são esta mesma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta última em caráter terminativo, sendo que, após a interposição de recurso para a apreciação da matéria pelo Plenário, ainda recebeu a Emenda nº 1, de 2013, de Plenário, de autoria do Senador Aloysio Nunes, propondo o seu aperfeiçoamento. Depois de essa emenda ter obtido parecer favorável nesta Comissão, atualmente ela se encontra na espera de oportunidade para sua apreciação pela segunda Comissão a que foi distribuída.

Ante o exposto, votamos pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014, com base no disposto no art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sendo assim, é este o voto e esta a posição em relação a essa Sugestão, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Srª. Presidente.

Cabe vista?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Cabe.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, peço vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Regimentalmente, vista concedida.

Alguém mais se manifesta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Solicitada vista coletiva.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Srª. Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Armando Monteiro.

A iniciativa tem por finalidade alterar, no Estatuto da Criança e do Adolescente, as condições e o prazo máximo de aplicação da medida socioeducativa de internação aos adolescentes autores de atos infracionais considerados extremamente violentos. São assim qualificados os atos infracionais que resultem em morte ou lesão grave ou gravíssima, e que sejam: praticados com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel; causa de intenso sofrimento físico ou mental; praticados em atividades típicas de grupo de extermínio; praticados mediante pagamento ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; contra criança, idoso, enfermo ou gestante, equivalente a estupro de vulnerável ou extorsão mediante sequestro.

O PLS de 2014 foi distribuído para exame desta CDH em caráter terminativo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Nos termos do art. 102, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção à infância e à juventude. Sob esse prisma, passamos a examinar o PLS 160.

Como a própria autora da proposição reconhece, o sistema socioeducativo é muito mais eficaz do que o sistema penitenciário na prevenção da reincidência, as estatísticas variam em torno de algo como 20% de reincidência no sistema socioeducativo contra 80% no penitenciário. Traduzindo os números para os prognósticos sociais, o sistema socioeducativo recupera infrator, enquanto o penitenciário galvaniza o criminoso. Essa relação inversa na eficácia das sanções aplicáveis aos adolescentes e aos adultos deriva, em grande parte, da própria natureza das medidas aplicadas. A promoção de atividades educativas e o foco na reinserção familiar e social do adolescente infrator se opõe ao caráter punitivo e à realidade dantesca das prisões.

A brevidade da internação, prescrita no art. 121 do ECA é precisamente um dos fatores que evita a completa alienação social e familiar do adolescente infrator, criando condições mais favoráveis para sua ressocialização do que a reincidência, favorecendo seu ingresso na vida adulta como cidadão pleno e honesto, não como criminoso contumaz.

Finalmente, é pertinente mencionar que há ainda vícios de técnica legislativa e de redação no PLS 160, de 2014, em desconformidade com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Em razão do exposto, meu voto é pela rejeição desse projeto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vistas, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vistas. Alguém mais?

Então, pedido de vista, que é regimental, concedido ao Senador Flexa.

Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ainda sobre o requerimento do Senador Paulo Paim, acredito que ele tenha aqui sugerido os países que têm graves problemas com o Ebola. Ele citou Guiné Equatorial, Libéria, Guiné-Bissau.

Um dos países, Senador Paulo Paim, que inclusive o Embaixador me procurou e o Ministro Chioro atendeu, é justamente um dos mais graves é a Guiné-Conacri, que é outra Guiné e recebeu o apoio do Governo brasileiro. Então, me lembro de que o primeiro nome dele é Mohamed, Mohamed Ishida, mas não sei soletrar. Eu queria acrescentar, sugerir que seja acrescentado o nome do Embaixador da Guiné que, aliás, tive a informação de que o Presidente da Guiné–Conacri estará presente na posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 1º de janeiro, até como ato de agradecimento pela atenção dada pelo Governo brasileiro, em especial o Ministro Arthur Chioro. É a sugestão que formulo para acrescentar também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Como o requerimento, Senador Eduardo Suplicy, já foi aprovado, vamos agora colocar como extrapauta um requerimento de aditamento ao item nº 5, que já foi aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão do requerimento extrapauta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Colocamos em votação o aditamento sugerido pelo Senador Eduardo Suplicy, para incluir na audiência pública a respeito do ebola o Embaixador da Guiné-Conacri.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o aditamento.

O Senador Paulo Davim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Acho que é o mesmo. A Guiné-Conacri é a antiga Guiné Equatorial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então deve ser o mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então está empatado.

Acontece que aqui está Benigno Pedro Matute Tang como Embaixador Extraordinária da República da Guiné Equatorial. E o Embaixador que eu conheço da Guiné-Conacri é Mohamed.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está aprovado. Mas vamos confirmar com a Secretaria se são pessoas diferentes. De qualquer maneira, já está aprovada a inclusão...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Secretaria destrincha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... como um aditamento.

O Senador Paulo Davim acabou de chegar. Ele é o Relator do item 1. Então, vamos passar ao item 1 da pauta, p. 9.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2014
– Não terminativo -

Altera os arts. 2º e 6º da Lei n° 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.
Autoria: Deputada Nilda Gondim
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações: Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – O PLC nº 44, de 2014, altera o conteúdo do § 2º do art. 2º da lei referida para atribuir-lhes preferência ou prioridade de atendimento "em todas as instituições financeiras ou estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento".

A seguir, a proposição prevê, em caso de descumprimento dessa medida, multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise.

De acordo com os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, esta CDH é competente para opinar sobre proposições a respeito de direitos da mulher, de pessoas com deficiência e de pessoas idosas, o que torna regimental o seu exame do PLC nº 44, de 2014.

Não se veem óbices de juridicidade ou de constitucionalidade.

A iniciativa ora examinada é, na verdade, parte de um amplo conjunto de determinações legais no sentido de gerar igualdade de condições e de oportunidades àqueles concidadãos, que, caracterizados por uma peculiaridade (em decorrência de alguma deficiência ou dificuldade de locomoção, em razão da idade ou de condição especial de gestante ou lactente), enfrentam barreiras para o usufruto de seus direitos. Nesse sentido, a medida é louvável, acertada e consoante com o espírito da época e de nossa ordem constitucional.

Seus termos poderiam, entretanto, revelar maior sensibilidade às condições dos ofertantes dos serviços e mercadorias, que são, normalmente, bastante heterogêneas. O projeto, em sua forma atual, obriga todo e qualquer estabelecimento comercial ou similar em que existam caixas, balcões ou guichês para atendimento – isto é, obriga da mesma forma tanto uma grande multinacional quanto o sapateiro em seu quiosque, que atende clientes atrás de seu balcão. O caráter muito abstrato dos termos utilizados desconsidera realidades locais, circunstâncias econômicas, dimensão de empresas e outros fatores relevantes, obrigando indiscriminadamente o grande, o pequeno e o médio agente econômico. Na mesma direção, fixa multas facilmente absorvíveis por uma multinacional, mas devastadoras para uma pequena ou microempresa.

É nesse sentido que propomos emendas com o intuito de obrigar apenas aqueles estabelecimentos em que ocorre, a título constante e previsível, a formação de filas, e que, portanto, revelam volume de negócios compatível com a dimensão das multas estabelecidas.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. É assegurada preferência ou prioridade às pessoas de que trata o art. 1º, naquelas instituições financeiras e estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento e nas quais a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência,." (NR)

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

IV – no caso dos estabelecimentos comerciais e similares onde existam caixas, balcões ou guichês para atendimento, e nas quais a formação de filas seja previsível e constante, conforme a experiência, à multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

....."(NR)

Era só, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria fazer uma intervenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pergunto ao Senador Paulo Davim: o menor valor pago hoje, pelo Regime Geral de Previdência Social, é o valor do salário mínimo? É isso? (*Pausa.*)

Então, seria uma multa equivalente a mais de R$7 mil. V. Exª considera que esse seria o valor apropriado?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Na verdade, é o seguinte: como foi colocado aqui, as emendas salvaguardavam os pequenos negócios, os pequenos comércios. Agora, o que acontece é um des-

respeito tremendo, sobretudo nas instituições bancárias e financeiras. Existe lei que cria a prioridade no atendimento, mas que é desrespeitada de forma contumaz. Então, ou se moraliza de uma vez por todas, ou nunca vamos construir a cidadania neste País. E a forma de, não só nessa questão mas em tudo, a gente fazer valer a lei é criar uma multa que, realmente, seja sentida pela instituição. Essa multa, se fosse imputada para uma pessoa física, seria realmente muito pesada. Mas, para uma instituição, para um grande comércio, para uma grande empresa, ela não será exorbitante, como aparenta ser, *a priori*, aos olhos de quem lê.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só para termos consciência, está previsto para o próximo ano o valor do salário mínimo de R$788,06, o que significaria uma multa de R$7.880,60, ou seja, uma multa significativa para algo que pode ser recorrente. Estou chamando a atenção para isso, para que tenhamos bem em conta o valor da multa. Obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Só quero argumentar que, inclusive, houve o reajuste das multas de trânsito. Há multas de R$12 mil, de R$13 mil, para a pessoa física, para o indivíduo, para o cidadão que comete uma infração no trânsito. Por que houve esse reajuste? Na avaliação do Denatran, essa é a única forma capaz de diminuir e coibir o excesso de agressão às leis de trânsito. Infelizmente, o lugar mais sensível das pessoas ainda é o bolso. Então, isso é pedagógico também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais alguém gostaria de discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CDH favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos.

O projeto segue para a análise do Plenário.

Consulto os Srs. Senadores se ainda gostariam de se manifestar. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos. Tenham um bom dia.

Quero agradecer aqui profundamente a todos os Senadores e Senadoras que têm marcado presença nesta Comissão. Agora, estamos com a pauta mais aliviada. Todas as matérias estão sendo apreciadas dentro do tempo necessário.

Muito obrigada.

(Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e doze minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Angela Portela, Vanessa Grazziotin e a não membro Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença da Deputada Federal Keiko Ota (PSDB/SP). A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento 74 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema "A regulamentação da profissão de Instrumentador Cirúrgico". A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Maria Laura Savieto Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos – ANIC; Antônio José dos Santos, Diretor da Federação Nacional dos Médicos; Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário nesta ordem: José Lima Oliveira Júnior, Médico Cirurgião Cardiovascular do Incor, especialista em transplante de coração e coordenador da Comissão de Remoção de Órgãos da ABTO e Mário Eduardo Alves, advogado. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: 1) após a reunião a Senhora Presidenta coloca-se à disposição dos palestrantes e representantes de classe presentes no plenário para debater os aprimoramentos necessárias ao PLC nº75/2014, sobretudo no que diz respeito a) à regulamentação clara da situação

dos instrumentadores cirúrgicos que já estão no exercício profissional; b) aos pré-requisitos necessários para o exercício da profissão; c) à carga horária do profissional; e d) à redação de alguns dispositivos, a exemplo do art. 4º, II do Projeto de Lei. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras Ana Rita e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora ***Ana Rita,*** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 74, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita – esta que lhes fala, Presidente desta Comissão –, aprovado em 12 de novembro de 2014, para debater o seguinte tema: a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Bom dia a todos e a todas que aqui estão!

Quero cumprimentar, com muita alegria, os nossos convidados. E já passo a convidá-los para compor a Mesa.

Convido a Senadora Ana Amélia, Senadora que deseja contribuir com essa discussão, para compor a Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Ana Rita, eu, com muito prazer, farei isso.

Senadora Ana Rita, como V. Exª é Relatora dessa matéria que regulamenta a profissão do instrumentador cirúrgico, que é extremamente relevante, e nós estamos consolidando várias iniciativas legislativas que tratam da matéria de saúde, e sendo esse projeto de grande alcance, porque há também uma garantia de melhor qualidade da segurança do atendimento aos pacientes, então, essa é a preocupação de V. Exª e a minha e – repito – por ser um projeto de grande qualidade, tenho apenas uma dúvida. Eu acho que a audiência de hoje vai servir para isso e pode até ser uma audiência bem rápida.

Nós estamos, aqui, definindo a regulamentação para a profissão do instrumentador, só que fica uma dúvida para mim, como legisladora, ou seja, os que já estão exercendo a profissão como instrumentador cirúrgico vão ter confirmada essa posição ou a eles será dado um tempo de reciclagem, ou de transição, ou automaticamente como os demais que vão requerer algumas – digamos – capacitações para o exercício da profissão?

Então, parece-me que a única dúvida, e seria conveniente do ponto de vista da clareza da lei e V. Exª tem uma preocupação com isso, é exatamente definir se os instrumentadores cirúrgicos que já estejam exercendo essa atividade terão o reconhecimento tanto quanto os outros. Basta que tenha, digamos, o seu curso de revalidação, alguma especificação clara para dar segurança, inclusive jurídica, no exercício dessa profissão.

Então, parece-me que não há grande polêmica a respeito do tema que é de muita relevância, especialmente para os profissionais dessa área.

Obrigada, Senadora, também pelo seu apoio, queria publicamente registrar aqui a quem participa da audiência, a sua colaboração absolutamente – digamos – de abertura, de compreensão e de democracia ao aceitar uma sugestão, que é de interesse de todos.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia. Na verdade, como Relatora desse projeto, já posso até afirmar que o relatório está pronto, mas queremos receber a contribuição a partir desta audiência pública e também pela participação de V. Exª. Então, quero lhe agradecer por nos ter solicitado essa audiência pública, que é importante.

Senadora Ana Amélia, convido V. Exª para compor a Mesa.

Convido também para compor a Mesa o Dr. Luciano Gonçalves de Sousa Carvalho, Presidente da Associação Médica de Brasília (AMB).

Dr. Luciano já chegou? *(Pausa.)*

Convido também a Srª Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

Seja bem-vinda!

Convido também a Drª Maria Laura Savieto Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos (Anic).

Drª Maria Laura, seja bem-vinda!

Convido também o Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina CFM)

Seja bem-vindo, Dr. Mauro!

E ainda o Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Dr. Antonio, seja bem-vindo!

Eu farei, aqui, uma breve introdução, depois eu passarei a palavra à Senadora Ana Amélia, para que ela possa também se manifestar e, em seguida, nós daremos a palavra aos nossos convidados.

Quero informar que essa audiência, na verdade, atende a uma solicitação da Senadora Ana Amélia, para debater a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Trata-se do Projeto de Lei nº 75, de 2014, que está, hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, o qual, lá, eu sou a Relatora. Portanto, foi de iniciativa da Senadora Ana Amélia a realização dessa audiência pública, para que nós pudéssemos dialogar um pouco mais sobre o projeto no sentido de trazer maiores contribuições.

Na verdade, essa iniciativa se soma a outras iniciativas, que também tramitam aqui no Congresso Nacional, visando à regulamentação dessa profissão.

Os profissionais dessa área de saúde, que reivindicam a regulamentação, já se organizaram como categoria profissional em vários Estados, já levaram a diferentes instituições educacionais à reivindicação para conquistar o reconhecimento da necessidade de ser implementado o curso de formação específica para instrumentador cirúrgico. Aqui no Congresso Nacional, já articularam iniciativas de proposições legislativas com a finalidade de regulamentar a profissão.

Para o público que nos acompanha pela TV Senado e por todo o sistema de comunicação da Casa, esclareço que é importante este debate, pois diz respeito ao profissional que atua no ato operatório do qual participa como integrante da equipe médico-cirúrgica. O instrumentador cirúrgico ordena, controla e fornece o instrumental e material cirúrgico ao operador, cuidando para que não haja riscos de contaminação. Sua função é facilitar o trabalho do cirurgião, o que beneficia o paciente ao reduzir o tempo cirúrgico, de anestésico e, sobretudo, porque diminui os índices de contaminação pós-operatório.

A presença do instrumentador cirúrgico no mercado de trabalho é uma realidade inegável, constituindo-se em número significativo de profissionais de saúde em atividade nos centros cirúrgicos de hospitais de todo o mundo.

Eu quero, mais uma vez, agradecer aos nossos expositores por terem aceitado o convite para colaborar com a instrução do projeto de lei, o PLC nº 75, de 2014, que eu já mencionei, do qual eu sou Relatora.

Antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, é importante mencionar que nós recebemos diversas manifestações por parte de profissionais de saúde, especialmente da área médica, manifestando apoio ao projeto. Faço questão de ler o ofício da Escola Paulista de Medicina, da Universidade Federal de São Paulo, endereçado à minha pessoa, dizendo o seguinte:

Caríssima Senadora, venho, mui respeitosamente, encaminhar a V. Exª moção de apoio ao projeto supra de regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico, pelos motivos que se seguem:

1) a presença do instrumentador é fundamental para a boa e correta execução de qualquer procedimento cirúrgico, desde antes da operação, na seleção de instrumental e equipamentos necessários, passando por sua disponibilização durante o ato, até seu zelo e manutenção após o procedimento;

2) a maior parte das fontes pagadoras já reconhecem sua importância, reservando honorários específicos destinados a esse profissional;

3) a adequada formação desse profissional com cursos de excelência, capitaneados pela Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos – Anic;

4) há número suficiente de profissionais já formados em atuação.

Em vista do exposto, recorremos a seu esforço junto aos demais Senadores para aprovação do projeto.

É uma manifestação importante. Há outra manifestação de um angiologista cirurgião vascular, também manifestando seu apoio, bem como de outros profissionais.

Informo a todos vocês que acompanham esta audiência pública, especialmente às pessoas que acompanham pelos meios de comunicação do Senado, principalmente a TV Senado, que esta audiência trata da regulamentação de uma profissão altamente importante, extremamente necessária e que atinge todas as pessoas que passam por um processo cirúrgico: o instrumentador cirúrgico, que é o profissional que, ao lado do médico, do cirurgião, cumpre um papel altamente necessário. Sem ele, o médico terá, com certeza, muitas dificuldades. Possivelmente o médico não fará uma cirurgia se não tiver um instrumentador ao seu lado para repassar-lhe os instrumentos necessários no momento certo, de forma adequada.

Então, é importante até para conhecermos melhor o papel desse profissional e valorizarmos mais a atuação desses profissionais.

Vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, para que ela possa também se manifestar e, logo após, aos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Cara Senadora Ana Rita, cara Deputada Keiko Ota – muito prazer em recebê-la aqui, em nossa Comissão, é uma alegria muito grande; muito comprometida com as questões de saúde –, convidados, especialmente os que estão compondo a Mesa. Como eu disse, Senadora Ana Rita, a nossa iniciativa foi tão somente a de fazer – digamos – este detalhamento relativo aos que já exercem a profissão de instrumentadores cirúrgicos, homens e mulheres.

Apenas essa é a dúvida. Não há nenhum conflito. Pelo contrário. Como a senhora bem leu as correspondências, as categorias da área médica especialmente, todas elas envolvidas, apoiam integralmente, porque hoje estamos acompanhando aqui, no Congresso Nacional, as iniciativas da Câmara ou mesmo do Senado, na busca de uma regulamentação profissional para as categorias que integram todo o sistema de saúde.

E isso está no bojo exatamente desse projeto do Deputado George Hilton. Desde sua iniciativa, que começou lá em 2007 – imaginem, são sete anos, em 2007 – agora se concluiu, chegando à Câmara. O projeto foi aprovado na Câmara e agora chega aqui, ao Senado, com a relatoria competente da Senadora Ana Rita, que foi muito atenciosa, quando sugeri esta audiência apenas para dar este detalhamento.

Penso que o único ponto que precisa exatamente dessa clareza é a questão dos que já estão exercendo a profissão de instrumentadores cirúrgicos.

Quanto ao mais, agradeço, Senadora Ana Rita, mais uma vez. A senhora foi Relatora do projeto também na CAS, e ele passa pelas duas Comissões, CAS e... CDH ou só CAS? Somente CAS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Acho que só a CAS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só a CAS.

É terminativo na CAS, depois vem para o Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Aproveito para registrar, então, a presença da nossa Deputada Keiko Ota. A Deputada é a responsável pela intermediação entre a Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos conosco. Isso foi importante, porque nos deu oportunidade de conhecer a Drª Maria Laura, de dialogar um pouco mais com ela, de conhecer, inclusive, alguns livros publicados por ela e por outros profissionais, que falam desse tema. Então, foi uma boa oportunidade.

Obrigada pela presença, Deputada Keiko Ota, que é Deputada Federal pelo PSB do Estado de São Paulo.

Vou passar a palavra, então, à Maria Laura Savieto Alves, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos.

Nós temos o hábito de conceder a palavra por pelo menos dez minutos para cada convidado. Se houver necessidade, mais três minutos para poderem fazer as conclusões.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar também todos os presentes à Mesa. Agradeço-os muito. Quero agradecer aos componentes da Mesa pelo interesse.

Eu, que sou a Presidente da Associação, fico, assim, engrandecida com a presença de todos.

Estamos aqui exatamente para esclarecer quem é o instrumentador cirúrgico, porque muitas pessoas não sabem, inclusive como a nossa Senadora falou, não conhecem o profissional instrumentador cirúrgico, porque é um profissional que entra no centro cirúrgico, trabalha, faz a sua função, então, ele fica um pouquinho lá, distante das pessoas.

Sou instrumentadora cirúrgica. Fiz o meu curso em 1975, no Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Então, já faz algum tempo que sou instrumentadora, e a nossa preocupação, a grande preocupação nossa sempre foi exatamente a qualificação do profissional. Eu acredito que o instrumentador cirúrgico tem de ter um conhecimento muito grande para entrar em uma cirurgia. Ele tem de ser qualificado, e a preocupação foi muito grande.

Por isso, o primeiro curso aconteceu em São Paulo, no Hospital das Clínicas; depois veio um curso no Hospital São Camilo, de São Paulo, e eles viram que já havia um número suficiente, um número bom de instrumentadores cirúrgicos, que poderiam, assim, já ter um órgão, porque o instrumentador cirúrgico sempre ficou solto por falta de um órgão que estabelecesse, exatamente, a função do instrumentador cirúrgico.

Em 1976, com o Ministro Arnaldo Prieto, o Ministro viu que o instrumentador cirúrgico era auxiliar do cirurgião e não auxiliar da enfermagem. E, desde então, ficamos com esse problema, ou seja, não sabíamos onde estávamos.

Lá no São Camilo, então, eles acharam por bem fundar uma associação de instrumentadores cirúrgicos para ter algum órgão a que o instrumentador cirúrgico pudesse recorrer para saber de alguma coisa, como é que as coisas teriam que andar.

Fizemos muitos seminários, jornadas, muitos congressos nesse tempo todo. E nós também fomos lutar – a associação – perante o Conselho Estadual de Educação para regulamentar uma grade curricular que fosse

compatível com o conhecimento do instrumentador cirúrgico. Essa regulamentação dos cursos foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, na qual temos uma grade curricular que é de dezenove meses. Nós temos um ano de teórico, teórico prático na escola e depois seis meses no hospital, para ser o estágio. Então, isso deu para o instrumentador cirúrgico uma condição muito maior, uma condução muito melhor para que ele realmente saiba o que está fazendo num procedimento cirúrgico.

A nossa função é entrar no centro cirúrgico, saber muito bem onde nós vamos nos reportar, usar a roupa privativa, saber exatamente em que sala de cirurgia será o procedimento cirúrgico. Lá, nós vamos ver todo o material que vai ser utilizado naquele procedimento cirúrgico: fio cirúrgico, cateter, se está lá todo o instrumental necessário, para que aquele procedimento cirúrgico seja o melhor e o mais rápido possível, em prol do paciente.

A grande preocupação nossa é ver se aquele instrumental que está lá realmente foi esterilizado. Nós temos um integrador dentro da caixa. E, antes de montar a mesa, inclusive, nós vamos ver como é que está, se a esterilização foi completada, porque é uma grande responsabilidade nossa não contaminar, perceber todos os atos que estão sendo realizados naquele procedimento cirúrgico, inclusive quando estão abrindo o material, se não estão contaminando, porque nós precisamos de outros profissionais para abrir aquele material todo para nós.

Essa preocupação vem há anos e anos. A gente está nessa luta para qualificar realmente o profissional para que ele saiba e conheça os tempos cirúrgicos, o que é fundamental. Ele tem que conhecer muito bem anatomia e terminologias cirúrgicas para saber exatamente qual é a posição dele na cirurgia, se ele vai ficar ao lado direito, ao lado esquerdo. A equipe cirúrgica é formada pelo cirurgião, primeiro assistente, segundo assistente e instrumentador cirúrgico. Então, a gente tem que saber posicionar a equipe cirúrgica.

É por isso que a gente fala que o instrumentador cirúrgico é a terceira mão do cirurgião e é o ponto de equilíbrio de uma equipe, porque ele tem que realmente manter o equilíbrio no procedimento cirúrgico e notar os procedimentos de todos: como é que eles estão se escovando, se paramentando.

A nossa preocupação foi tão grande, que nós lançamos esse livro das condutas perfeitas que têm que ser seguidas para que não haja contaminação, uma boa degermação e uma antissepsia de tudo.

Também nós temos colegas que lançaram um livro.

Isso aqui é um tratado sobre fios cirúrgicos e agulhas. É muito importante que o instrumentador inclusive conheça os fios cirúrgicos para saber a origem desse fio, para saber se nesse paciente pode ser utilizado aquele fio, porque nós temos vários fios cirúrgicos, por exemplo, um *catgut,* que é de origem animal. Temos fios cirúrgicos de origem animal, vegetal e os sintéticos, que são minerais. E a gente tem que ver se aquele fio, por exemplo, o *catgut*, pode ser utilizado naquele paciente. Se for uma pessoa desnutrida ele não pode usar esse fio cirúrgico, porque o organismo vai absorver rápido, não vai haver uma cicatrização adequada e vai dar uma deiscência no paciente. É função do instrumentador cirúrgico saber inclusive se esses fios cirúrgicos são eficientes para aquela cirurgia, para aquele ato cirúrgico.

É uma formação muito grande que o instrumentador tem que seguir, e acho que, muitas vezes, muitas escolas deixam a desejar. E essa é a grande luta nossa de melhor qualificar o profissional. Que eles tenham, realmente, uma formação muito grande. Que ele tenha respeito ao ser humano que está ali. Que tenha humanidade por aquela pessoa. Que chame o paciente pelo seu nome. "Seu Antônio, o senhor está bem? Vamos entrar na cirurgia, eu faço parte da equipe. Depois vou vê-lo, vou visitá-lo, quando o senhor estiver no quarto." Então, fazer esse trabalho de humanização também, porque sempre nós notamos a carência do paciente no centro cirúrgico. Muitas vezes a gente vê ele aguardando a cirurgia num corredor, frio, gelado como é um centro cirúrgico, e ninguém se dirige a ele. Ninguém. E, ele tendo uma pessoa assim, ele vai ficar mais tranquilo, porque ele conhece alguém, ele viu alguém da equipe cirúrgica em que ele confia.

Então, acho que isso é um pouco das atividades do instrumentador cirúrgico.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – O tempo já venceu, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Sª tem três minutos ainda. Pode ficar tranquila.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Eu queria que apresentassem aquela projeção, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Eu queria também fazer essa homenagem ao meu grande mestre, Prof. Euryclides de Jesus Zerbini, que foi o meu mestre nos anos em que trabalhei no Incor, e ao meu grande Prof. Adib Jatene, que faleceu, infelizmente, há pouco. (*Palmas.*)

É a pessoa que tenho em grande estima. Falo que ele é meu irmão de alma, o Prof. Adib Jatene. Ele sempre foi uma pessoa honesta. Ele apoiava o instrumentador. Ele parava a cirurgia para ensinar você como era

aquele procedimento, como ele gostava que montasse o porta-agulha. Então, foi uma pessoa brilhante na nossa vida, e eu tive o privilégio de trabalhar com esses grandes: o pai da cirurgia cardíaca no Brasil, com quem trabalhei de 1980 até 1990, e com essa equipe, por quem tenho uma grande honra. Foi um grande privilégio ter tido esses mestres na minha vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Maria Laura Savieto, Presidenta da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos, pela exposição e também pela experiência de longos e longos anos como instrumentadora cirúrgica, que traz aqui todo seu sentimento. E uma coisa que a senhora colocou, que é fundamental para todo profissional, é fazer um atendimento humanizado. Quem já passou por uma cirurgia sabe o quanto é gelada uma sala cirúrgica em todos os sentidos, e a solidão em que, às vezes, o paciente fica, até na expectativa de ser operado e, muitas vezes, sozinho, aguardando a equipe chegar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E não conhece ninguém. Então aquele diálogo, aquela presença que vai além do profissional que está ali, mas da pessoa, da pessoa humana que está ali para fazer o atendimento. Então é importante isso.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos. Também, Dr. Antônio, por um tempo de dez minutos. Se houver necessidade, nós poderemos prorrogar o tempo.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar na pessoa da Senadora Ana Rita todos os presentes. E por parte da minha instituição, que é a Federação Nacional dos Médicos, agradecer a lisonja de haver sido convidado para debater um assunto que eu acho muito importante.

Não resta dúvida o que um profissional bem-formado e bem-intencionado pode fazer durante uma cirurgia. Eu li o projeto, ele já está pronto, mas acho que há algumas coisas que me deixam preocupado. Queria abrir a discussão.

Primeiro, eu queria saber quem pode ser instrumentador cirúrgico? Qual é o pré-requisito que a gente deveria ter para que alguém possa fazer o curso de instrumentador cirúrgico? Se ele já seria um profissional da área de saúde, vamos dizer, um técnico de enfermagem que se especializaria, ou se ele poderia, mesmo não tendo nenhuma experiência, fazer o curso e sair instrumentador. Nesse caso, acho que ele se tornando um profissional diferenciado dentro da sua área, ele mereceria ter um *plus*, um reconhecimento pelo seu trabalho.

A segunda coisa que me preocupa muito é a carga horária de trabalho desse tipo de profissional. Nós sabemos que, como foi apresentado aqui, por exemplo, a cirurgia cardiovascular, você tem um projeto que vai levar três horas, quatro horas, cinco horas, mas às vezes leva quinze horas, porque acontece uma intercorrência. Por mais exames que se façam – hoje nós estamos com os exames complementares bastante evoluídos –, mas, às vezes, por mais hábil que seja o cirurgião, por mais bem-estudado o paciente, surgem intempéries. Então, saber qual carga horária que nós destinaríamos a ele, regime, descanso, porque não é fácil ficar seis, oito, dez horas em pé.

Bom, então essas são algumas coisas que eu anotei.

Achava que esse restante aqui – "Congresso Nacional decreta" e etc..." –, nós poderíamos condensar, melhorar a redação, porque acho que muitos itens desses se sobrepõem uns aos outros. E há coisas aqui que, por exemplo, "tratando as autoridades..." Que autoridade? Então, eram "médicos e demais funcionários." Um exemplo que eu encontrei aqui.

Então, eu acho que não precisamos nos alongar muito.

É isso aí. O projeto está bom.

Aqui existe um artigo muito importante também, que eu coloquei. Por exemplo, às vezes, o instrumentador cirúrgico está numa cirurgia e, por um problema qualquer, a cirurgia se estende. Termina o horário de trabalho dele e não está programada a vinda de outro. É óbvio que ele não vai poder abandonar essa cirurgia, a menos que ele também tenha alguma coisa que o impeça de continuar trabalhando, passando mal, por exemplo. Para isso tem que haver uma especificação para essas horas que ele vai trabalhar a mais, fora do horário, para que ele não seja prejudicado, porque está prestando um ato de civismo ao não abandonar, ficando, prestativamente, no campo cirúrgico. Eu não sou médico-cirurgião, sou pediatra, assisti a muitas cirurgias...

Para terminar, precisávamos fazer um trabalho junto aos colegas cirurgiões para haver uma sistematização, uma maneira de haver bom entendimento entre o instrumentador e o cirurgião. Antigamente, isso era um ritual. O cirurgião, da maneira que virava para o instrumentador, a Drª Maria Laura, que já tem muitos anos de profissão, lembra-se disso, era um ritual. Depois, isso foi se perdendo, até por que essa profissão ficou improvisada dentro da sala. Então, precisa haver um entrosamento, senão um quer de um jeito, o outro quer de

outro, e a gente acaba não conseguindo o objetivo final. É preciso haver um entendimento, uma espécie de código, alguma coisa não na lei, mas que poderia ser incrementado depois.

Acho que não tenho mais nada a falar.

Quero apenas dizer da felicidade de estar aqui com vocês e poder dar a minha opinião. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Antônio José dos Santos, da Federação Nacional dos Médicos, pela contribuição que o senhor nos traz hoje, fazendo observações importantes, extremamente necessárias. Essa questão da carga horária, por exemplo, é algo que, realmente, deve ser observada com mais atenção para que o trabalhador não fique prejudicado.

Concedo a palavra agora à Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidente do Conselho Federal de Enfermagem.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – Bom dia a todos os presentes!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Exma Srª Senadora Ana Rita, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos. Gostaria também de fazer referência à Deputada Keiko Ota, aqui presente também, acompanhando os trabalhos, ao passo, Senadora, em que o Cofen fica extremamente agradecido pelo convite, pela oportunidade de a gente poder explicitar as nossas preocupações com relação a esse projeto.

Inicialmente, o Cofen tem uma posição de muita preocupação com esse projeto. Por quê? Ao analisarmos, vislumbramos várias zonas de sombreamento com a profissão de enfermagem. No art. 4º, dos incisos III ao VII, estão atribuições que já são concedidas por lei no exercício profissional da enfermagem. Então, a lei que regulamenta o exercício profissional da enfermagem é a Lei nº 7.498/86, que é regulamentada pelo Decreto nº 94.406. Basta dizer que alguns desses cuidados que seriam atribuídos a um instrumentador cirúrgico estão expressamente previstos na lei. Vou listá-los. Por exemplo:

I – prestar cuidados no pré e pós-operatórios;

II – circular nas salas de cirurgia e, se necessário, instrumentar;

III – executar atividades de desinfecção e esterilização, zelar pela limpeza e ordem do material de equipamentos e de dependências da unidade de saúde.

Então, esses são só alguns dos incisos que nós confrontamos para demonstrar que existe a previsão na lei do exercício profissional.

Um outro aspecto que também nos preocupa é relativo à questão de centros cirúrgicos, centros de material, que já são objeto de especializações da área da enfermagem. Então, parece-nos, não que a gente não entenda que seja legítimo, e é legítimo o pleito dos instrumentadores cirúrgicos, mas a enfermagem já faz isso desde que existe, desde que existe cirurgia, desde que foi regulamentado, então, há muito tempo a enfermagem já fez e faz.

Um outro diferencial a ser apontado é que nós temos 1 milhão e 500 mil profissionais de nível médio, – e se formos ampliar isso para a questão de enfermeiros, 2 milhões de profissionais – que atuam, exatamente, nessa área.

E um outro aspecto, também, que a gente gostaria de ressaltar, que é uma outra preocupação ao analisar, – e aí a gente faz com o olhar mesmo de órgão fiscalizador – é a quem esse profissional estaria subordinado? Quem, realmente, faria a fiscalização desse exercício profissional? Porque a Constituição é clara, os Conselhos de classe são braços do Estado que fiscalizam o exercício profissional para que, realmente, seja prestada uma assistência livre de imperícia, negligência ou imprudência na área a ser fiscalizada.

Então, essa é uma outra preocupação, porque ele vai lidar justamente com manipulação de – digamos assim – materiais, de instrumentais, a questão da qualificação. Quem vai controlar essa questão do material biológico? Quem é que vai verificar essas questões?

Então, essa é uma outra preocupação nossa, e aí eu falo, também, com conhecimento de enfermeira que atuou, durante algum tempo, em centro cirúrgico.

Então, o Conselho Federal de Enfermagem, ele tem uma posição, assim, muito preocupante com relação a esse projeto. Acredita, também, que ele não está maduro. Acredita que ele não está maduro, porque essas questões precisam ser mais bem debatidas e mais bem vista, para que, realmente, a gente não tenha uma lei que mais à frente a gente possa perceber que ela, na verdade, vem apresentar problemas e passe a ser até mais maléfica do que benéfica à sociedade.

É isso que nós tínhamos para o momento, Senadora Ana Rita.

Mais uma vez nós agradecemos a oportunidade, nos colocamos à disposição para qualquer dúvida, ou se for necessário, também, participar na construção de uma saída que seja, realmente, viável e benéfica para todos. E, mais uma vez, agradecer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem. Obrigada pela sua participação. E é sempre bom, também,

ouvir opiniões que venham contribuir, não é isso? Pois também a enfermagem é uma categoria importantíssima, que também tem um papel fundamental no processo cirúrgico, e aqui nós precisamos observar as questões e debater, mais uma vez, aqui.

Eu convido agora, para que nós possamos ouvi-lo, o Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Eu gostaria de cumprimentá-la; assim como à Senadora Ana Amélia; a enfermeira Irene Ferreira, Presidente do Cofen; a Srª. Maria Laura, Presidente da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos; o Dr. Antônio José, representante da Fenam; a Deputada Keiko Ota, em nome dos quais cumprimento a todos.

Eu vou ser bastante direto na minha fala, Senadora Ana, mesmo porque, às vezes, a gente fica assim pensando como demorou tanto tempo para poder regulamentar uma profissão tão importante?

Em relação à importância do instrumentador cirúrgico, eu sou cirurgião, sou cirurgião de trauma, na Santa Casa, em Campo Grande, que é o maior pronto-socorro de traumas do Centro-Oeste. Uma coisa é operar com instrumentador e outra, como falou o Dr. Fábio Jatene, completamente diferente uma cirurgia sem instrumentador. Então, acho que não vale a pena a gente perder tempo em relação à importância do instrumentador cirúrgico, que deve ser um profissional da inteira confiança do médico. Mas algumas coisas no projeto, que é totalmente necessário, também nos preocupam. E muito disso já fomos contemplados pela fala da enfermeira Irene Ferreira, Presidente do Cofen.

Nós aprovamos um parecer no Conselho Regional de Medicina, há um mês – ainda não está publicado –, que coloca o instrumentador cirúrgico realmente como profissional da área de enfermagem, justamente pelos motivos já expostos aqui pela Presidente do Cofen. A Lei da Enfermagem é bem clara nesse sentido, a Lei nº 7.498, de 1986, que fala que o auxiliar de enfermagem participa da equipe de saúde, mas não tece maiores comentários em relação à participação dele na atividade cirúrgica. Mas isso fica muito claro, como já foi colocado, pelo Decreto nº 94.406, de 1987, que, em sua letra "j" fala que, uma das atribuições do auxiliar de enfermagem é circular a sala cirúrgica e, se necessário, instrumentar. Além disso, é um reconhecimento a esse profissional. porque a formação de um profissional tão importante, tanto em relação ao sigilo do paciente quanto a tudo o que ocorre dentro da sala de cirurgia e da importância do desempenho do instrumentador no exercício de sua profissão, no nosso pensamento, realmente é necessário que ele tenha formação na área de enfermagem para que possa desempenhar melhor sua função.

Outro ponto do projeto e que realmente nos preocupa bastante é o art. 4º, II, que diz: "São deveres do instrumentador cirúrgico zelar pela dignidade do cirurgião e de sua equipe cirúrgica, tratando as autoridades e funcionários com respeito e independência, não prescindindo de igual tratamento."

Isso nos preocupa porque o cirurgião é o responsável pela equipe cirúrgica, aí incluído o instrumentador cirúrgico. Na realidade, existe uma hierarquia durante o ato cirúrgico, já que o cirurgião é totalmente responsável com tudo o que ocorre com seu paciente. Eu fico preocupado com essa redação. Eu não entendo o que é o termo "independência". Quer dizer, será que não estamos avançando um pouco mais do que seria prudente em relação às competências do instrumentador cirúrgico. Esse é um ponto importante do projeto e que acho tem de ser mais bem explicitado o que especificamente esse item quer dizer.

Basicamente, são essas minhas colocações. Em suma: que esse item tem de ser mais bem esclarecido; que, em nossa opinião, o instrumentador deve ter formação na área de enfermagem e também nos colocamos totalmente à disposição, Senador, o Conselho Federal de Medicina, para contribuir, no que for necessário, na elucidação desses pontos do projeto e até na melhor redação de alguns artigos, de forma que fiquem mais claros.

Agradeço o convite, por parte da Comissão, para que pudéssemos participar aqui deste tema tão relevante. Prazer imenso estar aqui com todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Nós recebemos também uma solicitação. Está presente entre nós... Aqui na Comissão de Direitos Humanos nós temos também a possibilidade de abrir algumas falas além a dos convidados que estão à Mesa. Então, o Dr. José Lima Oliveira Júnior, cirurgião cardiovascular do Incor, especialista em transplante de coração e Coordenador da Comissão de Remoção de Órgãos da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos. O senhor gostaria também de se manifestar? (*Pausa.*)

Vou lhe conceder três minutos para que possamos também ouvi-lo. Logo após, nós vamos retornar a palavra à Mesa para que as pessoas possam se manifestar diante dos questionamentos, das dúvidas que aqui foram colocadas, das preocupações que também foram colocadas. Acho importante aqui ouvirmos a opinião inclusive da Drª Maria Laura em relação aos questionamentos que foram colocados aqui, para que possamos

sair com um encaminhamento que realmente venha contribuir para melhorar o relatório, melhorar o projeto que foi apresentado.

O SR. JOSÉ LIMA OLIVEIRA JÚNIOR – Bom dia a todos. Agradeço, em nome da Senadora, a oportunidade e o privilégio de poder expressar a minha opinião no que se refere à importância e ao papel fundamental do instrumentador cirúrgico dentro do ato operatório.

Eu conheci a Srª Maria Laura, somos provenientes da mesma escola, toda a minha formação foi feita dentro da Universidade de São Paulo. Fui assistente do Professor Adib Jatene por dois anos e meio. O papel do instrumentador é fundamental. Essa relação que se estabelece entre o cirurgião e o instrumentador é uma relação íntima. Um bom instrumentador, que conheça os tempos operatórios e que esteja habituado à forma do cirurgião trabalhar, reduz o tempo operatório em até 30, 40%. Isso, para cirurgias de grande porte, é fundamental, é determinante no resultado operatório, na taxa de complicação pós-operatório e na mortalidade operatória.

Se nós considerarmos que temos um aumento significativo da expectativa de vida da população, em especial no Brasil, é de se esperar que a partir de 2030, como todos os dados do Ministério da Saúde apontam, que tenhamos no Brasil uma epidemia de doenças cardiovasculares e oncológicas, portanto, de doenças de tratamentos que exigem alta complexidade, de tratamento de tempo operatório muito longo. É fundamental que esse tempo operatório seja regrado, seja reduzido, para que os resultados sejam melhores. Isso impacta, do ponto de vista pessoal, no paciente, impacta do ponto de vista social, melhorando os resultados e diminuindo os custos que o Sistema de Saúde tem para tratar cada paciente.

Então, como profissional técnico, é fundamental o reconhecimento e a importância desses profissionais. A questão, obviamente, tem de ser colocada do ponto de vista trabalhista, em se saber quem vai regulamentar, quem vai fiscalizar, mas acho que o ponto principal desse projeto é que ele contempla os dois elementos mais importantes no centro cirúrgico: o cirurgião e o seu instrumentador. Acho que tudo aquilo que vier a auxiliar no desenvolvimento desse projeto tem de vir às expensas do cirurgião e dos instrumentadores.

Respeito profundamente a posição do Conselho Federal de Enfermagem, dos meus Colegas, mas acho que essa relação é inquestionável, ela tem impacto significativo nos resultados cirúrgicos e também do ponto de vista social e financeiro, como ouvi muitas vezes do Professor Jatene, que era reconhecidamente um médico que entendia de números, o quanto isso tem impacto para quem lida com saúde pública neste país.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. José Lima Oliveira Júnior, cirurgião do Incor. É importante a sua opinião, de um Instituto tão importante, que tem uma demanda de cirurgia muito grande, das mais complexas. Queremos aqui agradecer a presença do senhor, trazendo o seu depoimento, a sua experiência profissional.

Vou retomar a palavra. Gostaria de consultar a Mesa sobre quem gostaria de começar.

Primeiro, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Ana Rita, permita que eu registre a minha satisfação, porque esse tema não foi debatido com audiências públicas na Câmara, com a importância e a relevância da matéria exige. Fico feliz por terem me sugerido a proposta desta audiência pública, que está sendo extremamente valiosa.

A Maria Laura trouxe aqui um depoimento do filho do Dr. Jatene, mas uma gravação virtual não tem a mesma vida que um depoimento pessoal, como o Dr. Oliveira Júnior fez aqui, de corpo presente, mostrando a relevância desse processo. Quando o Dr. Antônio Santos falou sobre o tempo, eu me lembrei do médico. O médico também está na mesma situação de estresse de fazer a cirurgia. Então, se a preocupação é com o instrumentador, que dizer do médico que está abrindo o tórax de alguém que está fazendo uma cirurgia cardíaca? A substituição não é como num time de futebol, em que tem um cara aquecendo. Aí troca o jogador, ele vem com o orientador do técnico, ele está lá sentadinho e vem para o campo.

Nós estamos tratando aqui de uma coisa extremamente complexa, que é, digamos, um campo cirúrgico, uma área que está ali, um grupo de especialistas e, dependendo da complexidade da cirurgia, é uma equipe multidisciplinar, que está dentro da sala cirúrgica, e eu não sou médica, eu não entendo, até gostaria de não entrar nesse lugar, nesse centro, Doutor. Imagino. Com todo respeito, eu admiro muito os médicos, mas imagino, numa cirurgia que dure... Em nenhuma cirurgia, eu imagino, o médico pode ter a segurança de que a cirurgia vai demorar uma hora. Não pode. Não pode, porque ele, ao começar a cirurgia, pode se deparar com outros problemas do paciente, e ele vai ter que, ali, naquela hora, tomar uma decisão.

Se ele, como responsável pela cirurgia, não tem o poder de planejar tudo que vai acontecer, porque as coisas vão se alterando, também alterar a equipe dos instrumentadores, Dr. Antônio Santos, naquele momento, por conta de uma carga horária... Claro, é como, também, os comissários de bordo; eles trabalham seguidas

24 horas, depois, saem, param, ou o policial, essas categorias de estresse, que ficam descansando 24 horas. Aí, param, descansam 24 horas e voltam, porque tem um período de exigência.

Então, essas questões do problema do tempo, de definir a carga horária, todas as profissões têm que ter uma carga horária, mas eu penso no médico.Nós temos que, também, então, ver que carga horária é esta.

E a questão da Presidente, da Irene, do Conselho Federal de Enfermagem, fico confiante e acreditando que as ponderações dela não estejam baseadas apenas numa questão corporativa, Irene. Que elas estejam baseadas e fundamentadas no interesse do paciente. Porque, em última análise, quanto a todas as questões relacionadas à saúde, nós temos que pensar não só nos profissionais que exercem essas profissões, o médico, o enfermeiro, o instrumentador cirúrgico e todos os outros que estão no entorno, mas, sobretudo, na pessoa, no cidadão, homem, mulher, pessoa que for recorrer ao serviço médico, para que ele seja atendido com profissionalismo, ética, responsabilidade e comprometimento.

Então, tudo aquilo que a Maria Laura falou sobre o ambiente... Claro, a pessoa que vai se submeter a uma cirurgia, de qualquer tamanho que seja, já é uma pessoa fragilizada. Ela já chega psicologicamente carente, exatamente.

Então, é isso, todos esses elementos levam a valorizar toda equipe que está ali atendendo a esse paciente. Quanto mais envolvimento tiver com o aspecto humano disso, como sublinhou muito bem a Maria Laura, melhor será, até para a recuperação do paciente que ali está. Seja o sorriso do médico, batendo no ombro, "Olha, deu tudo certo. Foi tudo muito bem. Daqui a poucos dias você já vai estar comendo um grande churrasco" – não é Doutor? Que horror! A gaúcha tem que falar nisso, não é Doutor? Não pode fazer isso, não. Não vamos criar um problema para o doente. Mas é esse tipo de ambiente que vai dar maior tranquilidade ao paciente.

Penso, Senadora Ana Rita, que eu me considero aqui atendida, e acho que, agora, é preciso uma conversa que não vai se resolver nesta audiência, entre o Conselho Federal de Enfermagem e a Maria Laura, que está liderando o processo, para que haja, exatamente, um entendimento disso, seja possível conciliar, porque nós precisamos, sim, pelo que foi dito aqui, de assegurar aos instrumentadores cirúrgicos a sua regulamentação. Nós precisamos fazer isso, de uma maneira que, para a própria profissão do instrumentador, dê-lhes segurança jurídica do exercício da atividade profissional, que, como foi destacado, aqui, por todos, é extremamente relevante.

Dr. Mauro Luiz também falou a respeito disso e, também, entendeu, há uma superposição de tarefas e responsabilidades entre a Enfermagem e a Instrumentação Cirúrgica.

É preciso que nessa lei, e a Senadora Ana Rita tem muita habilidade para isso, haja o clareamento dessas dúvidas, para evitar, de novo, aí, não um choque do instrumentador com a enfermagem, mas com o próprio médico, porque se não tiver... Já discutimos, aqui, muito, o Ato Médico, Dr. Mauro, e o senhor sabe que não foi um embate muito fácil, mas é preciso, agora, não criar mais problemas além do que nós já temos em relação a esse assunto.

Então, Senadora Ana Rita, eu queria lhe agradecer novamente, porque a senhora me deu, aqui, a oportunidade de ver que era necessário, realmente, fazer a audiência pública.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu que agradeço, Senadora Ana Amélia, porque esse diálogo pode resultar, talvez, em algum aperfeiçoamento no projeto, se assim for acertado entre os envolvidos aqui. Mas, acho que, algum dos questionamentos que são colocados aqui à Mesa eu vou recuperar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Desculpa, Senadora Ana Rita, eu acho que o Dr. Mauro Luiz deu umas definições para esse clareamento. Eu acho que ele também terá, dentro do Conselho Federal de Medicina, uma boa contribuição para completar esse...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Sim. Isso. Então, assim, acho que o que o Dr. Mauro Luiz propõe, realmente, está aqui: Aprimorar a redação do projeto, a exemplo do art. 4º, inciso III, não é isso? Inciso II do projeto. Então, nós poderemos depois conversar um pouco sobre isso.

Mas também foi dito que é importante regulamentar, de forma clara, a situação dos instrumentadores que já estão no exercício da profissão. Definir melhor os pré-requisitos para o exercício da profissão, embora já tenha algo construído, formalizado. Essa questão da carga horária, que é um problema do instrumentador, mas é um problema de toda a equipe envolvida no processo cirúrgico, se uma cirurgia inicialmente prevista para durar quatro horas e, por alguma razão, demora três, todos os profissionais ali envolvidos não vão poder abandonar a cirurgia porque passou da carga horária. Todos estão submetidos a essa situação.

Então, é preciso, realmente, não é substituir o profissional na hora da cirurgia, mas é garantir que esse profissional que faça hora extra possa ter esse horário valorizado de alguma maneira. Então, algumas questões importantes são relatadas aqui.

Mas eu vou pedir à Dra. Maria Laura que ela se manifeste diante desses questionamentos. Mas eu faria também uma pergunta, – não sei se, talvez, esse também seja o sentimento de alguns – como é que está hoje,

no Brasil, a formação dos profissionais instrumentadores cirúrgicos? Como é a demanda? Se as faculdades ou universidades... como está a formação desses profissionais? Qual é a oferta que tem para o mercado de trabalho? Enfim, falar um pouco sobre a formação profissional dessa categoria tão importante.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – O profissional instrumentador cirúrgico é de nível técnico. Ele faz um curso técnico em Instrumentação Cirúrgica, como foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, e tem especialidade, inclusive. Quem? O profissional que é da Enfermagem, para eles instrumentarem, eles têm que fazer um curso de especialista em Instrumentação Cirúrgica. Isso foi definido pelo Conselho Estadual de Educação, onde entraram as pedagogas, todos os conselheiros e os dirigentes de ensino para discutir isso. Então, a formação dele é uma formação técnica de 19 meses, onde ele tem todas as matérias pertinentes ao ato cirúrgico, porque o instrumentador cirúrgico não vai cuidar do paciente, não vai ministrar medicamento ao paciente, a preocupação dele é durante o procedimento cirúrgico. Então, ele tem que ter formação para isso.

Ele é um profissional gabaritado para atender ao cirurgião, como falou o Ministro Arnaldo Prieto. O instrumentador cirúrgico é auxiliar do cirurgião. Portanto, ele tem que atender ao cirurgião, ele não vai atender, assim, outras pessoas. A função dele, realmente, é essa. Então, ele tem que ter formação para isso, conhecer isso. Na nossa grade curricular, que é uma grade curricular muito bem planejada pelos nossos pedagogos, pelos nossos assessores jurídicos, que nós entramos nessa grade curricular para ser aprovada pelo Conselho Estadual de Educação. Então, o instrumentador cirúrgico quer – e ele sempre lutou – os espaços dele. Eu acho que cada um tem o seu espaço.

A enfermagem tem o espaço dela – que é nobre, fantástico, maravilhoso – de cuidar do paciente, no leito, antes e depois da cirurgia. O instrumentador cirúrgico é exatamente preparado para estar ali, para não deixar, de jeito algum, que ocorram falhas, que esqueçam um material dentro do paciente como gaze, compressa, como vemos muitas vezes acontecer.

Vemos muitas falhas na saúde que são decorrentes da má formação dos profissionais, porque vemos falhas terríveis acontecendo por aí, são falhas enormes, porque não existe reciclagem, e nós lutamos sempre pela reciclagem do profissional instrumentador cirúrgico. Que ele esteja sempre se reciclando e sempre fazendo cursos. Temos cursos de especialização em videocirurgia, que é a última palavra. Em todas os procedimentos, em todas as especialidades é feita a videocirurgia. E estamos aí, inclusive, com a robótica, onde o instrumentador cirúrgico tem que se especializar para instrumentar o próprio robô. Isso é função do instrumentador cirúrgico.

Então, a função dele é definida, ele não vai medicar paciente. Inclusive, no nosso código de ética está lá, entre as funções do instrumentador cirúrgico, o que ele pode ou não fazer. Ele não pode fazer procedimentos invasivos. Ele tem de ter cuidado com todo um instrumental. Muitas vezes, vemos falhas na esterilização de materiais, e quanto a isso o instrumentador cirúrgico tem que saber, sim, exatamente quando e como foi esterilizado aquele material. Muitas vezes, vimos chegar ao centro cirúrgico campos – hoje em dia usam-se os descartáveis –, campos molhados.

Onde houve essa inspeção? Por que veio esse campo molhado. Isso não pode acontecer. É sinal de que ele não foi devidamente esterilizado. Material muitas vezes com a caixa molhada. Onde aconteceu? Quem inspecionou isso? É o instrumentador ali presente que vê isso, é função dele, inclusive, ver. É esse integrador, como aconteceu...

Então, é uma função do instrumentador, é uma especialidade dele.

Eu acredito que na nossa profissão, inclusive como foi falado, não temos carga horária definida, porque somos os primeiros a entrar no centro cirúrgico e os últimos a saírem. O mesmo acontece com o médico, porque se você tem uma cirurgia que, como foi falado, estava programa para durar uma ou duas horas e levou 10 horas, o instrumentador cirúrgico não pode abandonar o caso. Ele tem de continuar ali firme.

Eu já fiquei em cirurgia por 18 horas e saí uma vez para ir ao banheiro e tomar um café com leite, e não tive problema. A minha especialização é cardiologia. Quantas vezes nas madrugadas eu fui para o Incor para implante cardíaco. Eu nunca exigi e nunca precisei que houvesse carga horária nem precisei cobrar isso.

Eu estou na minha função. E nós avisamos muito bem quando vão fazer o curso: se alguém quiser ser instrumentador não pense que vai acontecer assim: "Vai haver uma cirurgia às 13 horas? Eu tenho compromisso às 14 horas". Isso não existe para o instrumentador cirúrgico. Ele tem de iniciar o procedimento cirúrgico e terminar.

Essa não é uma preocupação do instrumentador cirúrgico, se ele quer ser um bom profissional. Isso aconteceu muitas vezes. O Dr. Lima, que está aqui e trabalha também em cardiologia, sabe que nós não preocupamos com carga horária. Nós nos preocupamos, sim, com a saúde. É essa a grande preocupação que nós temos com a saúde no Brasil, para não haver esses erros grosseiros que estão acontecendo por má qualificação de profissionais. Esse é o nosso grande empenho.

Eu venho lutando há 20 anos para isso. E o professor Adib me falou: "Maria Laura, faça um curso de qualificação. Caia em cima das escolas que aí você vai ver como tudo fica mais fácil." São palavras do meu grande mestre.

Então, é o que nós fazemos: preocupamo-nos, sim, em reciclar o nosso profissional de instrumentação cirúrgica; não largá-lo aí. Ele tem de saber, sim, tudo o que acontece, o que apareceu e aquilo que é necessário para o bem do paciente.

É essa a grande preocupação: reciclar, porque vemos, em outras áreas, que não existe reciclagem do profissional. Estamos sempre dando cursos para que os instrumentadores cirúrgicos venham aprender, porque, hoje em dia, nós temos as empresas que levam o material para o hospital.

E nós cuidamos também do instrumental do cirurgião, porque ele tem as preferências dele. Ele tem o porta-agulha que ele gosta, o *clamp* vascular que ele gosta, a pinça que ele gosta. Então, nós, os instrumentadores cirúrgicos, é que cuidamos desse material: nós lavamos esse material; entregamos para a CME esterilizar o material, é aí que nós vamos ver se realmente foi esterilizado. Então, isso faz parte da formação do instrumentador cirúrgico.

Com certeza, eu tenho a minha consciência tranquila, porque o nosso lema sempre foi: responsabilidade, sinceridade e consciência – o grande lema nosso –, em prol do paciente. Vemos que, na saúde, o paciente está jogado. Ele se entrega na mão de um hospital, de um profissional, tem certeza de que aquele profissional é qualificado. E o que nós vimos é a falta de qualificação.

É essa a grande luta que a Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos tem: de realmente melhorar a qualificação dos profissionais da saúde. Esse é o grande problema, essa é a grande responsabilidade.

Então, é isso que eu tenho de falar, minha digna Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Drª Maria Laura, por esse depoimento tão vivo, tão forte, tão firme com relação ao trabalho que os instrumentadores realizam.

Eu vou sugerir um encaminhamento aqui para que nós possamos já ir trabalhando para encerrar esta audiência. Depois, vou retornar a palavra à Mesa para as considerações finais. Pode ser?

Eu penso que, após essa audiência, poderíamos conversar um pouco mais no sentido de ajustarmos o que pode ser aperfeiçoado, sem prejuízo da regulamentação da profissão, mas que possamos aperfeiçoar o projeto para que ele tenha uma qualidade maior ainda do que tem, talvez com a contribuição do Dr. Luciano, da própria Irene e, com certeza, da Drª Maria Laura.

Então, eu sugiro isto: que nós façamos as considerações finais e, assim que encerrarmos esta audiência, ficar aqui mais um pouquinho para fazer, então, essa conversa, esse diálogo.

Eu vou passar a palavra, já no início, para o Dr. Antônio José dos Santos, para que ele faça as suas considerações finais ou acrescente mais alguma coisa, a partir desse diálogo que nós tivemos até agora.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS – Eu queria só enfatizar a satisfação de participar de uma discussão tão importante acerca de um tema igualmente importante e me colocar à disposição para participar de qualquer evento em que eu possa dar contribuição.

Acho que o ponto nevrálgico é que me pareceu já haver uma rivalidade já instalada do Conselho Nacional de Enfermagem com quem exerceria a função de instrumentador cirúrgico. Mas, na minha opinião, com esses procedimentos como os que a senhora está fazendo se vai chegar a um denominador comum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Antônio José dos Santos.

Eu vou, agora, conceder a palavra ao Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, para que ele possa, também, se manifestar.

O SR. MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO – Obrigado, Senadora.

Estou muito tranquilo. O Conselho Federal de Medicina apoia integralmente o projeto – integralmente. É uma necessidade.

Realmente, acho que esses pontos são muito importantes, até para o próprio instrumentador, porque, em um primeiro momento, às vezes, a gente quer uma autonomia muito grande, adquirir determinadas competências, e, às vezes, a responsabilidade é muito grande.

Então, são esses os pontos. Eu acho que choca um pouquinho, realmente, com a Lei da Enfermagem, com relação, especificamente, àquele art. 2º, por causa da hierarquia que é necessário existir dentro do centro cirúrgico. Acho que são os dois pontos, mas essa é uma discussão, até certo ponto, menor, e o importante é aprovarmos o projeto.

O Conselho Federal de Medicina fica totalmente à disposição.

Agradeço, mais uma vez, o convite para estar presente nessa discussão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Mauro.

Vou conceder a palavra à Srª Irene do Carmo Alves Ferreira, Presidenta do Conselho Federal de Enfermagem.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – As nossas considerações vão se pautar, inicialmente, no fato de que não existe nenhum tipo de rivalidade com relação a enfermeiros, auxiliares, técnicos e instrumentadores cirúrgicos. Também, quero esclarecer que, quando fizemos as considerações que fizemos, isso foi pautado na questão do interesse público mesmo, em uma defesa da assistência de saúde com qualidade. Sabemos que temos tido vários problemas na área da saúde... Quer dizer, buscar alternativas que, talvez, não cheguem ao que se imagina, ao que se pensa; talvez, esse não seja o caminho mais adequado.

Eu queria, também, lembrar o seguinte: há Estados brasileiros em que sequer existe essa figura do instrumentador cirúrgico. Na Região Norte, por exemplo, se você for para o interior do Pará ou Rondônia, você não vai encontrar, isso é feito pelo auxiliar de enfermagem, pelo técnico de enfermagem, pelo enfermeiro.

Um outro aspecto, também, que eu queria trazer à consideração e que preocupa por demais é: A quem esse profissional vai estar subordinado? O Dr. Oliveira falou muito, fez até uma explanação bem interessante, mas eu me pergunto: E se não der certo? E se aquele profissional porventura... Porque nós sabemos que existem os bons profissionais, os profissionais atualizados e os profissionais desatualizados, ou os que são ruins mesmo por natureza. A quem ele vai responder? A quem, realmente, esse paciente que recebeu essa assistência – tudo bem que é uma assistência indireta –, a quem esse paciente vai reclamar? Ao Conselho Federal de Medicina? Ao Conselho Federal de Enfermagem? À enfermeira que, realmente, é a responsável pelo centro cirúrgico, é quem coordena as atividades do centro cirúrgico, ou à enfermeira do centro de material, que é, realmente, quem supervisiona todos em todas as fases do preparo – desde a lavagem à secagem e à esterilização?

Então, são esses os pontos que o Conselho Federal de Enfermagem traz para discussão, para ponderação, para que se avalie, porque no nosso entendimento, se esse projeto realmente não for ajustado – e eu percebo que existe uma tendência para ajustá-lo –, ele trará mais problemas, no futuro, do que soluções.

Lembrando, também, que, em São Paulo, existe uma situação diferenciada. O Conselho Estadual de São Paulo aprovou dessa forma o curso de instrumentação cirúrgica: agora, cada Estado tem, digamos assim, a sua legislação própria na aprovação. Então, a grade de São Paulo não é a mesma grade do meu Estado de Sergipe; a grade de Sergipe não é a mesma grade de Rondônia. Então, como ficaria isso? Nós teríamos dois mundos neste primeiro momento?

São essas dúvidas que temos, e entendemos que o projeto não está maduro, precisaria ser mais bem discutido, precisaria ser melhor fechado para que possamos, realmente, ter segurança, não só jurídica, não só a segurança jurídica, porque, por exemplo, a Drª Maria Laura, por quem eu tenho o maior respeito, falou assim: "um instrumentador entra, mas ele não tem hora de sair". Um instrumentador é autônomo? Ele vai ser autônomo, porque se ele for autônomo, realmente; mas se ele for contratado, você tem as questões da legislação trabalhista.

Então, são todas essas questões que não estão claras no Projeto. Por isso, mais uma vez reafirmamos a nossa posição de que da forma como está, o Conselho Federal de Enfermagem se posiciona, realmente, numa situação contrária ao Projeto da forma como ele se encontra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Irene do Carmo Alves, do Conselho de Enfermagem.

Eu vou, também, solicitar, à Drª Maria Laura que faça as considerações finais.

A SRª MARIA LAURA SAVIETO ALVES – Evidentemente, a gente sabe que a realidade do Norte/Nordeste é outra, sem dúvida nenhuma, mas por isso que nós queremos, exatamente, fazer com que o Brasil todo tenha esta formação. É a nossa luta. Eu não quero que só em São Paulo o profissional seja diferente, seja diferenciado. Tem que ser em nível de Brasil, eu acho, eu acredito.

Inclusive, uma vez me mandaram isso daqui, que é lá de uma enfermeira de Sergipe: "Lembramos aos profissionais de Enfermagem que não é de sua competência instrumentar cirurgias, e, conforme o art. 7º do Código de Ética do COFEN, 1993, esses podem recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência legal". Inclusive eu recebi isso daqui. É um problema sim.

Então, nós queremos, exatamente, regulamentar a profissão que é para alcançar nível nacional, para melhorar os cursos, a formação do instrumentador cirúrgico em nível nacional, não só em Estados que são privilegiados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, que têm a formação muito boa. E que esses itens que a Irene me mostrou aqui, nós conhecemos muito bem – muito bem –, sim, que está, inclusive... se necessário, se não tiver um instrumentador cirúrgico, o Auxiliar Técnico de Enfermagem... porque, hoje em dia, já foi extinto o Auxiliar, praticamente. Eles têm só mais três anos. O técnico, atendente, já foi, praticamente, excluído.

Então, nós queremos que esses profissionais aí sejam todos igualados em nível nacional, porque, a gente vê, a instrumentação cirúrgica só quer o seu espaço. Eu acho que as profissões, cada uma tem seu espaço, isso aconteceu com cirurgiões dentistas, na época, quando eles eram só técnicos – é ou não é? –, e em todas as profissões aconteceu isso, de que a formação dele não era adequada à função dele.

Mas isso daí, exatamente, com esta regulamentação, vai resolver esses problemas que existem, porque existem problemas, sim, em todo lugar, tanto que eu visitei o Brasil todo, todos os Estados brasileiros, e a América Latina, inclusive, para saber como ocorria esse problema lá, o meio, como nós podíamos fazer.

Então, nós estamos nessa linha de fazer uma coisa em nível nacional, que todos, todos os Estados tenham. Sergipe, inclusive, foi um dos primeiros Estados que conseguiu que a Diretoria de Ensino regulamentasse os cursos de instrumentação cirúrgica.

Lá tem o Hospital João Alves, tem os CEs – você foi Professora dos CEs –, em que o curso é regulamentado.

Então, é isso que nós queremos, moralizar, fazer com que todos os Estados entrem.

Inclusive, eu estou com estudos recentes, aqui, sobre esse problema aqui. Queremos ver se conseguimos fazer de forma padronizada em nível do Brasil, porque cada profissional faz de uma forma, e isso não pode acontecer. Então, isso tem que ser moralizado. E moralizado como? Regulamentando uma profissão, tem que ser daquela forma, não cada um fazer como quer. Essa é a minha preocupação, digníssima Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Muito obrigada, Drª Maria Laura.

O Dr. Mário Eduardo pediu também para fazer um comentário, embora já estejamos fazendo as considerações finais, mas é muito importante ouvi-lo, para que possamos também ter a contribuição do senhor. Então, por favor, Dr. Mário Eduardo Alves, que é advogado.

O SR. MÁRIO EDUARDO ALVES – Minha formação acadêmica é nas ciências jurídicas, já há quase 50 anos.

Exma Senadora, foi aqui dito sobre a responsabilidade civil dos atos médicos, dos atos cirúrgicos. Ora, para a cirurgia, o cirurgião-chefe acaba assumindo essa responsabilidade. E se agrava mais a situação desse cirurgião se for constatado que no bloco cirúrgico participou pessoa não qualificada. Ora, em que situação ficará esse médico na responsabilidade civil? A regulamentação da profissão fará com que esse cirurgião tenha um instrumento para poder atribuir responsabilidade ao profissional instrumentador cirúrgico, que hoje não tem. É responsabilidade do cirurgião.

Quero lembrar ao nobre representante do Conselho Federal de Medicina que o Conselho Nacional de Saúde, quando era Ministro o Professor Adib Jatene, disse bem especificamente: "O instrumentador cirúrgico é responsável principal do ato cirúrgico". Quem é o instrumentador cirúrgico? É um profissional especificamente qualificado para essa atuação. Ora, qual a atuação dele? Cuidar do instrumental, dos materiais, de tudo quanto ocorre na cirurgia, em função do cirurgião e não do paciente.

Em 1976, até houve apresentação de um projeto sobre a regulamentação da instrumentação cirúrgica em que ficou bem claro que o instrumentador cirúrgico, se tivesse que ser fiscalizado um dia, seria pelo Conselho de Medicina, não pelo de Enfermagem, porque estão mais ligados ao cirurgião do que à enfermagem os seus procedimentos.

Então, acho que existe aí, temos assistido durante muitos anos a um desejo muito grande da categoria de enfermagem de absorver tudo que ocorre na área da saúde: agentes de saúde, perfusão, etc. Vi uma movimentação da enfermagem buscando para si, dentro da enfermagem, essas atribuições. Elas querem abraçar, dentro da saúde, tudo, porque elas não conseguem dividir e somar.

Tenho dito em algumas palestras da área da saúde que, infelizmente, é com tristeza que a enfermagem, ao conquistar quatro funções, em 1976, está prestes a ficar só com a enfermagem. Está em extinção atendente, auxiliar, técnico.

E disse mais ainda, discordando da posição do nobre Vice-Presidente do Conselho Federal, que não é atribuição do enfermeiro instrumentar, porque a nossa Constituição diz que somente a lei, por iniciativa da União, pode regulamentar uma profissão, e, na regulamentação de enfermagem não consta a instrumentação cirúrgica – na lei que regulamenta a profissão de enfermagem.

Na regulamentação da lei, no tópico auxiliar de enfermagem, no artigo onde já entram atribuições do auxiliar diz: circular a sala, (vírgula) sem necessário instrumentar. Ora, na falta, na urgência, não tendo outro jeito, põe o auxiliar para instrumentar. Não se deu à enfermagem a prerrogativa de instrumentar porque é uma prerrogativa da União legislar a respeito dessa matéria. Decreto regulamentador não é autorizado a dizer da profissão, infelizmente.

Eu sou somente um médico, e vocês têm uma luta muito grande. Vocês estão sofrendo muito, também, na regulamentação de vocês, porque os médicos não têm sua profissão regulamentada, infelizmente. Eu acho que também deverá se cuidar melhor desse direcionamento médico se regulamentar a profissão, sim. São merecedores de maior clareza quanto a essa atividade tão nobre que é a Medicina. E a instrumentação cirúrgica, através de um trabalho que está sendo feito em termos nacionais, de luta de 25 anos, que proclama a regulamentação da profissão como autônoma, se sujeitando até à fiscalização do Conselho Federal de Medicina.

Não neguem a uma profissão tão nobre, tão bonita e que os cirurgiões tão dela necessitam e o paciente mais ainda, esperando que o bloco cirúrgico esteja somente com pessoas qualificadas. Não neguem essa re-

gulamentação tão esperada, tão desejada. É necessário à saúde e ao paciente essa regulamentação. É a segurança de uma melhor Medicina.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Mário Eduardo, pela contribuição para fecharmos esta audiência pública com a fala do senhor, como advogado. Isso é importante.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Dois minutinhos, então, Irene. Você pode falar, porque eu já quero encerrar.

A SRª IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA – Eu só queria trazer um esclarecimento dizendo o seguinte: o auxiliar e o técnico não estão extintos. O que foi extinto foi o atendente, porque hoje ele só é autorizado a realizar, pela lei, atividades de caráter rotineiro. O auxiliar está aí em pleno vigor; apenas foi modificada a questão de acesso dele às escolas técnicas.

Os profissionais de enfermagem só executam aquilo que está realmente determinado em lei, seja ela lei ordinária, ou não, seja ela decreto regulamentador, ou não. Então, eu só queria deixar isso claro porque, de repente, pode sair a ideia de que só vai existir o enfermeiro e que se está perdendo a divisão na profissão. Isso não é verdade.

Era isso, Senadora, que eu tinha para o momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Então eu quero finalizar esta audiência agradecendo à Senadora Ana Amélia, que fez essa provocação da audiência pública; agradecer à Irene do Carmo, que é Presidente do Conselho Federal de Enfermagem; agradecer à Maria Laura, Presidente da Associação Nacional dos Instrumentadores Cirúrgicos; agradecer, também, ao Sr. Mauro Luiz de Britto, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina; agradecer ao Dr. Antônio José dos Santos, Diretor da Federação Nacional dos Médicos; agradecer, também, ao Dr. José Lima, Cirurgião do Incor, pela presença, pela contribuição; agradecer ao Dr. Mário Eduardo, Advogado, que aqui se manifestou, e também agradecer muito ao Deputado Keiko Ota, que está presente o tempo todo e que nos ajudou neste diálogo aqui – não é? –, desde há duas semanas, para que nós pudéssemos realizar esta audiência.

E agradeço, também, a presença das demais pessoas que aqui estão, que colaboram e que ajudaram nesta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, com o seguinte encaminhamento: vamos continuar aqui para que possamos dialogar e resolver as questões que aqui foram suscitadas.

Então, muito obrigada pela presença de todos e uma boa tarde. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 73 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: "A diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280/2013 da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Lívia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento do Orgulho Autista Brasil – Moab; Andréa Pontes, Advogada, Paracanoísta e Paratleta da Confederação Brasileira de Canoagem; Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos; e Felipe Fritz Braga, Procurador da República. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário nesta ordem: Carla Maia Lima de Azevedo, jornalista e Simone Franco, mãe de autista e representante do Moab. A Senhora Presidenta concede a palavra

aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: 1) reunião entre os participantes da audiência pública, outras pessoas com deficiência e a Anac, a fim de que a última possa colher sugestões para aprimorar a Resolução nº 280/2013 da Anac. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 69ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 73, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: "A diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência, em especial a Resolução nº 280, de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Bom dia a todos e a todas! É um prazer recebê-los nesta audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos.

Hoje nós estamos aqui com a Comissão um pouco esvaziada, porque tivemos sessão durante praticamente o dia todo de ontem e à noite; terminou mais de 5 horas da manhã. Então, muitos dos nossos colegas Parlamentares ainda estão descansando, mas nada impede que nós façamos esta audiência pública para debater esse tema tão importante, principalmente nesta semana, que é a semana dedicada às pessoas com deficiência.

Quero já convidar os representantes que aqui se fazem presentes, para compor a mesa: Lívia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Seja bem-vinda! Obrigada pela presença.

Convido Andréa Pontes, advogada, paracanoísta, paratleta da Confederação Brasileira de Canoagem. Andréa já esteve conosco em outras ocasiões trazendo a sua experiência. Seja bem-vinda, Andréa! É um prazer recebê-la novamente.

Convido Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Bom dia, Rodrigo. Seja bem-vindo!

O Sr. Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Seja bem-vindo! Por favor.

Também convido o Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos. Muito obrigado pela presença. Seja bem-vindo, Sr. Marco Aurélio!

Não sei se já se encontra presente o Sr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República. Seja bem-vindo, Dr. Felipe!

Também deverá fazer parte desta Mesa a Deputada Rosinha da Adefal, que foi convidada para contribuir com a nossa discussão. Ela ainda não chegou, mas deve estar próxima do nosso plenário.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, vou fazer apenas algumas considerações iniciais, para que possamos nivelar um pouco as nossas preocupações e também contextualizar o tema que vamos debater aqui hoje.

Na verdade, a Comissão de Direitos Humanos traz para essa discussão um tema com que eu sempre me preocupo muito nas nossas reflexões quando se trata da acessibilidade para pessoas com deficiência.

Nós sabemos que é preciso ter uma preocupação mais ampla com a acessibilidade, porque quando a nossa preocupação é ampla, de garantir acessibilidade para todas as pessoas, com certeza, as pessoas com deficiência estarão sendo contempladas.

No entanto, há situações muito específicas, muito próprias das pessoas com deficiência. É o tema que nós queremos aprofundar aqui hoje. E muitas vezes nos deparamos com ações de injustiça relacionadas à acessibilidade, ações essas que restringem um dos direitos de todo cidadão e cidadã, que é o direito de ir e vir com dignidade e liberdade.

Nós nos perguntamos constantemente como podemos ajudar e o que podemos fazer para apoiar o avanço da acessibilidade e, assim, proporcionar uma vida mais digna para as pessoas com deficiência. E, nessa reflexão, deparamo-nos com o fato de que, nesta semana, ontem, no dia 3 de dezembro, comemoramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, data promovida pelas Nações Unidas desde 1998 com o objetivo de possibilitar maior compreensão dos assuntos referentes às pessoas com deficiência. E, se temos uma

data reconhecida internacionalmente, o que, sem dúvida, é de grande valia, qual será o motivo de ainda não conseguirmos ter, em nível internacional, uma acessibilidade eficiente em todas as instâncias da sociedade?

Falar em acessibilidade é também promover essa mobilização em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, bem como apoiar essa luta incessante por um mundo mais acessível.

Esta semana é assinalada pelo Senado Federal também como a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Inclusive, a abertura aconteceu aqui no Auditório Petrônio Portela, com a presença de diversas pessoas e, em particular, de crianças com deficiência. E, por isso, a Comissão de Direitos Humanos, engajada com esse tema e conhecedora de sua relevância, traz para esta audiência pública um assunto do interesse de todos e de todas, em especial das pessoas com deficiência.

Vamos aqui discutir o tema que trata da diminuição das barreiras de mobilidade digna para pessoas com deficiência. Sabemos que, quando falamos em acessibilidade digna, não nos estamos referindo apenas à acessibilidade arquitetônica, mas também à comunicacional, à atitudinal, à metodológica, à programática e a outras. Mas, hoje, a nossa audiência tratará mais especificamente sobre acessibilidade dos transportes aéreos.

Quero aqui aproveitar até para justificar, pois deveríamos ter aqui o intérprete de línguas, a pessoa que cuida da linguagem para pessoas com deficiência, a linguagem em Libras. Infelizmente, não tivemos condição de ter esse profissional aqui nesta manhã. Ficamos com essa dificuldade, pelo que pedimos desculpas inclusive a quem nos está acompanhando pela TV Senado.

Justamente na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, tivemos um triste episódio, do qual todos aqui devem ter tomado conhecimento, que marcou a falta de acessibilidade quando uma cadeirante, uma senhora de 38 anos, não aceitou ser carregada no colo e precisou arrastar-se para subir no avião. Foi algo bastante noticiado e que chamou a atenção de muitas pessoas. Isso se deu pelo fato de a companhia aérea estar sem os equipamentos necessários para o transporte da passageira. A GOL, responsável pelo voo, informou que o equipamento estava com defeito e que tentou conseguir emprestado com outra companhia, mas não obteve sucesso. Já a Infraero informou que o problema de embarque e desembarque é da companhia aérea.

Em 2011, episódio parecido ocorreu com a Deputada Federal Mara Gabrilli, que esperou duas horas para conseguir desembarcar no Aeroporto Internacional de São Paulo.

A Deputada ficou aproximadamente duas horas dentro de uma aeronave da TAM à espera de um ambulift, nome dado ao veículo motorizado que transporta passageiros com deficiência em locomoção. Em nota, a TAM informou que precisou ficar em uma posição remota, porque não havia posições livres para realizar o desembarque dos passageiros e, após o pouso, precisou esperar pela autorização para utilizar o equipamento.

Temos aqui, presentes nesta audiência pública, especialistas que discutirão a Resolução nº 280, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo.

Também vale lembrar que comemoramos, no próximo dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, dedicado a homenagear todos os cidadãos que lutam pelos direitos humanos, incentivando o fim de todos os tipos de discriminação. A Comissão de Direitos Humanos desenvolverá uma programação dedicada ao tema. A abertura acontecerá na próxima segunda-feira, às 9h da manhã, neste mesmo plenário, quando aproveito para convidar todos vocês, inclusive os que nos acompanham pela TV, para fazer parte deste momento planejado pela Comissão de Direitos Humanos.

Diante do compromisso da CDH com essas comemorações e pensando nas pessoas com deficiência, bem como na luta pelos direitos humanos contra qualquer tipo de discriminação, propomos este debate.

Reconhecemos que muitos foram os avanços e conquistas, mas não podemos esquecer que muito ainda falta para que realmente conquistemos um "desenho universal", tão almejado por todas e todos, um desenho universal que tem como objetivo definir produtos e ambientes que contemplem toda a diversidade humana, desde as crianças, adultos altos e baixos, anões, idosos, gestantes, obesos, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O desenho universal não é uma tecnologia direcionada apenas aos que dele necessitam; é desenhado para todas as pessoas. A ideia é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiência, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos. Persegui-lo em todas as instâncias é o que podemos fazer de melhor para a sociedade que respeita a diversidade e, para isso, nada melhor do que discutir propostas e direcionar os melhores caminhos a serem seguidos. Sem dúvida, o desenho universal, é o caminho para uma sociedade mais humana e cidadã e a direção que todos e todas devemos seguir, mas, enquanto não temos o tão almejado desenho universal e a tão almejada acessibilidade em todos os níveis, continuemos realizando ações em prol de que sejam um dia concretizados.

É só para introduzir, para dar uma esquentada na nossa conversa.

Vou, agora, passar a palavra aos nossos convidados. A ideia é ouvir, inicialmente, entidades e usuários do transporte aéreo que tenham mobilidade reduzida e que necessitem da acessibilidade adequada e, posteriormente, ouvir aqui as entidades tanto do Governo como o Ministério Público.

Então, vou passar a palavra para a Lívia Magalhães, Diretora do Departamento Jurídico do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), para que, no tempo de dez minutos, possa fazer a sua exposição.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Bom dia a todos! Cumprimento as autoridades presentes à Mesa em nome da Senadora Ana Rita.

Estamos aqui para debater sobre o direito à mobilidade digna das pessoas com deficiência, especificamente a Resolução nº 280 da Anac. Sou advogada militante e Diretora Jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil. Portanto, falo em nome dos autistas brasileiros e seus familiares.

De acordo com o censo do IBGE, 23,92% dos brasileiros declararam ser pessoas com alguma deficiência. Desse percentual, a estimativa é de que 2 milhões de brasileiros sejam autistas.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer para os senhores que o autismo é um transtorno global do desenvolvimento marcado por três características principais, que seria dificuldade na capacidade de comunicação, dificuldade de socialização e dificuldade de comportamento.

O grau de comprometimento pode variar entre leve, moderado e severo.

O grau leve é mais conhecido como Asperger; no grau mais severo, a pessoa se mostra incapaz de manter qualquer tipo de contato interpessoal, é portadora de um comportamento agressivo e, muitas vezes, de retardo mental.

Sabemos que, historicamente, as pessoas com deficiência enfrentam, enfrentaram e vêm enfrentando inúmeras dificuldades para terem seus direitos mais básicos reconhecidos e respeitados principalmente. As estatísticas do IBGE confirmam, desde o ano de 2000, que as pessoas com deficiência no Brasil não têm acesso à escola, transporte público, trabalho e demais atividades corriqueiras às demais pessoas. A situação é, realmente, muito grave.

Estamos aqui para debater o direito à mobilidade, especialmente quanto ao transporte aéreo. É importante diferenciar as pessoas com deficiências físicas e sensoriais das pessoas com deficiência mental ou intelectual. O foco das minhas considerações está na barreira da mobilidade das pessoas com deficiência intelectual, o que, muitas vezes, não é percebido fisicamente. É o caso dos autistas.

A deficiência intelectual está associada a limitações adaptativas em pelo menos algumas destas habilidades: comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho. No dia a dia, significa que a pessoa com deficiência intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns como as outras pessoas realizam. Muitas vezes, essa pessoa com deficiência intelectual se comporta como se tivesse idade inferior à sua idade biológica.

A Resolução nº 280 da Anac é salutar certamente em seu objetivo. Porém, o nosso receio diz respeito a alguns pontos específicos da resolução. O ponto crucial, sob o ponto de vista do deficiente intelectual, está no §1º do art. 6º da Resolução, que dispõe:

§1º Pode haver restrições aos serviços prestados quando não houver condições para garantir a saúde e a segurança do PNAE ou dos demais passageiros, com base nas condições previstas em atos normativos da ANAC, no manual geral de operações ou nas especificações operativas do operador aéreo.

Com a finalidade de avaliar tais condições, é facultado ao operador aéreo exigir a apresentação do formulário de informações médicas, chamado Medif, ou outro documento médico com as informações sobre as condições de saúde do passageiro.

O §1º do art. 10 determina ainda que esse documento médico e o Medif devem ser avaliados pelo serviço médico do operador aéreo especializado em medicina de aviação, com prazo para resposta de 48 (quarenta e oito) horas.

Portanto, na prática, é o serviço médico do próprio operador aéreo que determinará quem pode viajar ou não. Então, diante de tal realidade, surgem alguns questionamentos: como afirmar que essa avaliação será realizada de forma imparcial pelo serviço médico do operador aéreo? No caso de pessoas com deficiência intelectual, que podem ter comportamentos sociais considerados inadequados, como no caso dos autistas, eles podem ser impedidos de viajar? E se a pessoa com deficiência intelectual precisar viajar de última hora e não puder aguardar a avaliação do serviço médico? Ela será impedida de viajar?

Trata-se de uma discriminação velada, especialmente quanto à pessoa com deficiência intelectual. Afinal, se há alguma possibilidade de surtos psicóticos, como, por exemplo, os esquizofrênicos, eles nunca poderão viajar de avião?

Então, nós do Moab temos informações de familiares de pessoas com deficiência, mães e pais de autistas, que precisam esconder a condição dos seus filhos, de portadores de transtornos do espectro autista, com receio de não poderem viajar com eles. Há relatos, inclusive, de uma "lista negra" de pessoas que tiveram a sua viagem recusada, e o receio dos pais é de que nunca mais os seus filhos, sejam crianças, adolescentes ou adultos autistas, possam viajar de avião, uma vez recusada a sua viagem.

Nós temos o caso da Srª Lorena Prado, mãe de um autista de sete anos, que vivenciou uma situação na qual foi impedida de viajar. Ela ligou para a companhia Azul para viajar com a família a São Paulo – ela, o marido e o filho. A atendente, na finalização do pedido, perguntou se eles precisavam de algum serviço extra. O pai, ingenuamente, mencionou que o filho era autista. No mesmo momento, a atendente disse que ele não poderia viajar sem preencher o formulário que lhes seria enviado. Se fosse autorizado, ele poderia viajar. Ela disse ainda: "Mas os senhores podem comprar as suas passagens enquanto aguardam a resposta quanto a seu filho". Ocorre que os pais não iriam viajar sem a criança. Então, eles preferiram cancelar a viagem por conta desse impedimento quanto à viagem de seu filho. Outra questão: eles seriam informados 24 horas antes da viagem se seu filho estaria autorizado a viajar.

Então, essa é uma situação de restrição de direitos, da liberdade de ir e vir das pessoas. E a Convenção Internacional da ONU dispõe:

A discriminação por motivo de deficiência significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro.

Dessa forma, abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.

A falta de participação ou inserção das pessoas com deficiência em clubes, empresas, escolas ou em atividade de lazer, turismo, esporte, entre outras, já evidencia a discriminação. Portanto, o paradigma de que as pessoas com deficiências físicas ou mentais fogem dos padrões universais e que isso é um problema que não diz respeito à sociedade deve ser rompido.

A grande preocupação do Moab em relação, especificamente, à Resolução nº 280...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – ... é que ela seja um instrumento de exclusão e discriminação das pessoas com deficiências intelectuais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode concluir.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Já concluí. Obrigada. Acho que, pontualmente, dois minutos após.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas pode concluir, Lívia, se o desejar. A campainha toca faltando um minuto para o fim do seu tempo.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Sim, a nossa preocupação diz respeito às pessoas com deficiência intelectual especificamente. Com certeza, as pessoas com deficiência física e sensorial devem ter a sua acessibilidade garantida, mas, no caso das pessoas com deficiência intelectual, é um pouco mais complicado; é um pouco mais complexa essa avaliação de quem pode viajar e de quem não pode. Quais são os requisitos? Quais são os critérios, uma vez que a resolução diz que o serviço médico do operador aéreo é quem autorizará?

Então, a nossa preocupação é essa. O receio dos pais é de que os seus filhos sejam impedidos de viajar pelo simples fato de eles, em algum momento, poderem ter algum comportamento inadequado.

Não sei se vocês conhecem algum autista pessoalmente, mas o autismo tem graus diferentes, e o autista tem um transtorno global de desenvolvimento que afeta muito o seu comportamento.

Para quem não conhece, parece uma criança birrenta, malcriada, mal-educada. As pessoas acabam achando que a culpa é dos pais, que os pais não educaram. As pessoas não sabem que esse comportamento faz parte do espectro autista. Então, ele pode, em determinado momento, gritar, se debater, deitar no chão, rolar no chão. As pessoas ainda não estão prontas e abertas a entenderem que esse não é um comportamento voluntário; é um comportamento involuntário.

Então, o nosso receio é este: pelo fato de eles terem esse comportamento e de alguma forma incomodarem pessoas, eles serão privados do direito de viajar de avião? Essa é uma questão crucial do ponto de vista do movimento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Lívia.

A Lívia traz aqui para a gente a realidade das pessoas autistas, crianças e adultos autistas, que têm uma realidade diferenciada também de outras pessoas com deficiência. O autismo ainda não é tão conhecido assim. É um debate razoavelmente novo, recente e que as pessoas ainda não conhecem.

É preciso realmente ter uma atenção especial para esse tipo de deficiência, e as crianças e adultos não podem ser privados de sua liberdade, porque se têm dificuldades para viajar poderão ter dificuldades em outro ambiente. É preciso saber conviver com essa realidade. E a criança não pode ficar privada, porque, se a criança fica privada, a família também fica privada nessa questão.

Muito obrigada, Lívia, por sua presença e por sua participação.

Vou conceder a palavra à Andréa Pontes, que já esteve conosco aqui em outros momentos e que tem uma experiência também muito própria. É paratleta de canoagem e faz parte da Confederação Brasileira de Canoagem.

Por favor, Andréa.

A SRª ANDRÉA PONTES – Bom dia. Primeiramente, queria cumprimentar todos os componentes da Mesa e agradecer pelo convite que foi feito.

Vim aqui para falar um pouquinho sobre algumas modificações que julgo serem pertinentes em relação à Resolução nº 280 e passar um pouquinho da minha experiência como deficiente física e usuária do transporte aéreo.

Eu vejo que a Resolução nº 280 apresenta modificações bastante significativas, mas vejo muitas dificuldades das companhias aéreas em colocar alguns desses tópicos em prática.

Eu selecionei alguns tópicos que julgo importantes, mas, frente ao tempo, vou resumi-los.

A primeira questão que acho importante trazer à baila aqui é a do acompanhante. Até então, era uma situação muito confusa. A resolução anterior não era clara, e eu mesma passei por uma série de empecilhos ao tentar realizar a compra da minha passagem e da passagem do acompanhante.

A Resolução nº 280 deixa claros os casos em que é possibilitada ao passageiro que necessite de atendimento especial a solicitação do acompanhante, que são os casos de passageiros que viajam em macroincubadora; que possuam algum impedimento mental e intelectual ou que necessitem de alguma assistência para realização de necessidades fisiológicas durante o voo.

Isso ficou bem claro nessa resolução agora. A solicitação é feita; a companhia aérea tem um prazo de 48 horas para responder a essa solicitação. E ficou também bem específico que o acompanhante deverá viajar no assento adjacente.

Também consta nessa mesma resolução que o acompanhante vai ter direito a um desconto, num valor igual ou inferior a 20% do valor do bilhete aérea adquirido pelo passageiro que necessite de atendimento especial, conforme art. 27, §1º.

Contudo, há menos de um mês, eu adquiri uma passagem aérea pela companhia TAM e fiz essa aquisição através de pontos. E esse desconto me foi negado.

Até gostaria de puxar para a discussão o Marcelo e o Marco, porque a Resolução não deixa bem explícita essa informação, mas eu entendo que a aquisição de passagem aérea por pontos também é uma moeda, no caso, virtual, hoje em dia muito usada. Se eu posso usar esses pontos para comprar batedeira, liquidificador, conforme o Multiplus oferece, como é que fica? Será que já posso puxá-los para a discussão, ou deixamos para o final?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANDRÉA PONTES – Está bem. Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Deixe-me explicar aqui. Acho importante que se explique, senão a gente faz uma conversa paralela.

Você faz a sua fala e apresenta todas as questões. O Marcelo vai anotá-las, e, depois, no momento em que ele for manifestar-se, irá responder às questões que você está levantando e às de outras pessoas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANDRÉA PONTES – Lembro sim, Marcelo. Então, esse seria o meu primeiro questionamento.

Bem, depois queria trazer à baila aqui algumas modificações que achei bem bacanas e que têm muito a contribuir: o Medif (*Medical Information Form*) e o Fremec (*Frequent Traveller Medical Card*).

Em cada voo realizado, o passageiro que necessite de atendimento especial deveria preencher um formulário denominado Medif. Então, para todo voo realizado, o passageiro previamente deveria realizar uma consulta médica, porque esse formulário deveria ser preenchido por um médico.

A Resolução nº 280 trouxe – não me recordo em qual artigo –, de forma muito sábia, a criação do Fremec. Então, o Fremec, que é para todo deficiente físico que utilize o serviço aéreo com frequência, é um cartão. Então, o que acontece? Esse cartão vai ter uma validade determinada e evita que, a cada voo, a pessoa tenha

de apresentar esse relatório médico. Essa é uma inovação da lei bem interessante, que vai facilitar bastante a vida de usuários frequentes.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA (*Fora do microfone*.) – Art. 6º.

A SRª ANDRÉA PONTES – Art. 6º. Obrigado, Marcelo.

Então, é o art. 6º que determina a criação do Fremec.

Só para tentar ajudar quem está assistindo a esta reunião, o trâmite burocrático do Fremec se dá através da companhia aérea. Então, entramos no *site*, onde haverá os documentos necessários para a solicitação do cartão. O passageiro envia esses documentos à companhia aérea, que é responsável pela confecção do cartão.

Depois, até vou deixar alguns contatos meus. Quem tiver alguma dúvida pode entrar em contato comigo, que explico como funciona.

Bem, a Resolução nº 280 também criou o funcionário responsável por assistência ao passageiro com necessidade de atendimento especial. Era uma figura que, até então, a gente não tinha, e isso também deve ser ressaltado de forma positiva. Muitas vezes, chegávamos ao aeroporto, íamos fazer o *check-in* e, enfim, vinham três ou quatro atendentes da companhia aérea. Em que pese o fato de eles serem dotados de muito boa vontade, por muitas vezes, esse atendimento era um pouco truculento, talvez por falta de experiência.

Então, a criação dessa figura do funcionário responsável somente por essa assistência também tende a facilitar muito a vida da pessoa que apresente alguma deficiência física ou outros casos.

Também achei bem interessante a criação, através da Resolução nº 280, do chamado controle de qualidade, em que os operadores aéreos e aeroportuários devem dispor de um sistema de controle de qualidade do serviço prestado ao passageiro que necessite de atendimento especial.

Esse controle de qualidade vai servir como uma coleta de informações sobre o atendimento: como foi; quando a pessoa foi atendida; de que forma foi; observações; se tudo aconteceu de forma correta. Esse banco de dados deve ser mantido por dois anos.

Acho muito interessante essa figura por dois aspectos.

Acho que qualquer intercorrência que o passageiro que necessite de atendimento especial tenha solicitado, qualquer intercorrência, poderá solicitar depois e até mesmo questionar com base na prestação, na falha ou até positivamente.

Segundo, acho que esse banco de dados também pode servir para muitas empresas aéreas, para a criação de estatísticas: "O serviço falhou aqui." "O que aconteceu?" "Temos tantos funcionários que precisam de tal tipo de acessibilidade." Enfim, acho que disso podem sair dados estatísticos que venham a contribuir para a qualidade do serviço.

Por fim, vou fazer mais um questionamento – tenho pouco mais de um minuto e dá tempo –, aproveitando que o representante da Anac está aqui. Não vou sabatiná-lo, mas vou...

A resolução prevê que o passageiro que necessite de assistência especial seja o primeiro a entrar na aeronave, mas, em contrapartida, ele tem de ser o último a sair. Discordo um pouco, porque, muitas vezes, a poltrona é pequena, não estamos em uma situação de extremo conforto. Se precisar ir ao banheiro, em que pese as aeronaves terem a cadeira menor que circula entre os corredores, é um banheiro extremamente desconfortável. Então, na medida em que o deficiente físico é o primeiro a entrar e o último a sair, o lapso temporal que ele permanece dentro da aeronave se torna muito maior. Se pegamos um voo – por exemplo, eu, que sou gaúcha – de Brasília a Porto Alegre, que tem a duração de duas horas e quinze minutos, o meu tempo de permanência dentro da aeronave acaba sendo muito maior pelo fato de eu ter sido a primeira a entrar e a última a sair.

É muito engraçado: quando a gente é o último a sair, a gente começa a se dar conta de algumas coisas. Há aquelas pessoas que encontram um amigo que não viam há tempo, há os que se esquecem da mala e vêm no contrafluxo. É meia hora para sair de uma aeronave. Chega a ser engraçado. Tem o que quer tirar foto na cabine. E eu não posso sair enquanto todos não deixarem a aeronave.

Então, eu me contraponho. É uma crítica que faço, e fica uma sugestão de tentar mudar a questão de ser o primeiro a entrar e o último a sair.

Só para concluir rapidamente, acho que a Resolução nº 280 é mais específica que a anterior, tende a ser muito mais benéfica ao público que vai ser abrangido por ela, mas tenho muitas dúvidas, na prática, de como vai ser, como as companhias aéreas vão fazer para se adaptar a essa resolução.

Senadora, peço só um minuto para concluir. Tenho recebido através de rede social muitos questionamentos com relação às 48 horas: "Ah, Andrea, agora, tenho que avisar 48 horas antes que eu preciso viajar. Como eu faço?". "Se eu precisar comprar uma passagem na hora, como fica?" Tenho recebido muitas perguntas sobre esse tópico.

Só para esclarecer – depois, o Marcelo pode também fazer mais algumas considerações –, o que entendi da leitura que fiz, do estudo que fiz a respeito da Resolução nº 280 é que esse prazo de 48 horas prévio que

consta na resolução é tão somente para as pessoas que necessitarem da utilização de algum equipamento específico; e não para o cadeirante. Isso não existe. Se eu quiser comprar uma passagem ali agora, posso chegar lá, comprar e embarcar. Agora, se, para minha comodidade, para o meu conforto, para a minha segurança, eu quiser fazer alguma exigência, precisar de algum equipamento, aí, sim, preciso avisar 48 horas antes. "Mas, se eu não avisar, não vou poder embarcar?" Não! Pode embarcar, apenas talvez eu não faça uma viagem de forma tão confortável. O prazo para solicitação do acompanhante é 72 horas antes.

Ficam aqui as minhas considerações. Espero ter contribuído um pouco.

Enfim, Marcelo, vou lembrá-lo a respeito dos meus dois questionamentos.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – É um prazer.

Eu passei o artigo errado. Perdão. É o art. 10, §3º.

A SRª ANDRÉA PONTES – Art. 10, §3º.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Andréa Pontes.

A Andréa Pontes, em pouco tempo, expressou aqui diversas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, apresentou sugestões para buscar resolver esses problemas. Queremos aqui agradecer à Andréa Pontes pela sua contribuição a esse debate.

Posteriormente, Andréa, você retoma a palavra, caso as respostas não venham a atender, ou caso você necessite de mais esclarecimentos.

Vou conceder a palavra ao Rodrigo Abreu de Freitas, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, trago um abraço do Secretário Antônio José e cumprimento a todas e a todos presentes à Mesa no nome da Senadora Ana Rita. Obrigado pelo convite.

Ao falar sobre acessibilidade, vamos falar, primeiro, sobre a pessoa com deficiência. A própria convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência nos diz que a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre impedimentos de natureza física, sensorial, intelectual e mental, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir a participação plena da pessoa na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Então, aqui, o conceito da pessoa com deficiência traz uma novidade grande: a questão das barreiras. Estas é que vão impedir o desfrute de uma vida plena em sociedade. Daqui, posso tirar o conceito de acessibilidade, porque esta nada mais é do que eliminar barreiras. Essa discussão aqui é muito saudável, porque nós tentamos eliminar as barreiras no transporte aéreo.

A acessibilidade não é apenas para as pessoas com deficiência. Todos nós somos beneficiários da acessibilidade. Quem aqui não esteve em um restaurante, com muito barulho, querendo assistir ao jornal, mas, ao olhar lá, não consegue entender. E quando a pessoa liga o *close caption*, você consegue entender. Não é verdade? Numa calçada, se ela estiver acessível, posso empurrar o carrinho do bebê, puxar a minha mala. Isso é muito comum em aeroportos.

Então, a falta de acessibilidade em aeroportos também atrapalha as pessoas que não têm deficiência. Aqui em Brasília mesmo, uma vez, ao chegar com a minha mala, tive dificuldade para chegar ao ponto de ônibus.

Então, a acessibilidade não vem apenas beneficiar a pessoa com deficiência, mas a todos. Por isso, a Senadora falou muito bem quando explicou o "desenho universal" para todas as pessoas; não apenas para pessoas com deficiência.

Quantas são as pessoas com deficiência?

A nossa colega Lívia Magalhães já falou sobre o total da população brasileira que se declarou com alguma deficiência nesse censo: um total de 45,9 milhões de pessoas com deficiência, quase 24%. Um em cada quatro brasileiros declararam ter alguma deficiência nesse último Censo de 2010.

Então, estamos falando de um número pequeno. Desses, 6,6 milhões com deficiência visual grave; 4,4 milhões com deficiência motora grave; e 2,2 milhões com deficiência auditiva grave. Aonde estão essas pessoas? Se há tantas pessoas, por que não estamos vendo tantas pessoas assim? Pela falta de acessibilidade.

É o ciclo da invisibilidade. Se eu não forneço acessibilidade, a pessoa não sai de casa, porque não tem acessibilidade. Se ela não sai de casa, por que vou fornecer acessibilidade?

Então, cabe a nós quebrar esse ciclo e começar a fornecer acessibilidade, para que possamos garantir a equiparação de oportunidades, que é o que preza a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência.

Mais um item que eu posso trazer também é a questão da população idosa. O último censo também trouxe um dado de que prevalência de deficiências sensoriais está na população acima de 60 anos. E, como o

Brasil tende a envelhecer – a cada ano que passa estamos envelhecendo cada vez mais –, enquanto a taxa de crescimento anual da população total é de 0,57% ao ano, a população de idosos cresce 3,78% ao ano. Em 2001, tínhamos 9% da população e, em 2011, já eram 12% da população.

Outra tendência também da sociedade brasileira é a obesidade. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, em 2012, 51% da população já apresentavam excesso de peso. Em 2012, já contamos com mais da metade da população brasileira com excesso de peso.

Esse é outro item também que deve ser levado em consideração quando falamos em acessibilidade no transporte aéreo – poltronas, espaços apertados. Tudo isso a gente tem de levar em consideração quando falamos em acessibilidade.

É importante essas discussões públicas. Por isso fico feliz em ser convidado, porque, para pensarmos sobre acessibilidade, para falarmos sobre os direitos da pessoa com deficiência, nos temos de ouvir as pessoas com deficiência. Esse é o princípio básico do "nada sobre nós sem nós".

Eu não vou me estender, principalmente sobre a Resolução nº 280, porque nós temos especialistas da Anac aqui para falar sobre ela. Mas eu quero dizer que esta Resolução nº 280, em relação à Resolução nº 9, que era a resolução anterior, teve alguns avanços muito importantes também.

Há a questão da pessoa que teve de arrastar-se pela escada, por exemplo, porque ela não queria ser carregada no colo. Na verdade, carregar no colo, hoje, pela Resolução nº 280, já é proibido, até por uma questão de dignidade e de segurança. E aí vêm alguns outros problemas que surgem nos aeroportos, como, por exemplo – a Resolução nº 280 foi bem clara desta vez –, sobre a responsabilidade do ambulift, aquele veículo para se colocar a pessoa dentro da aeronave quando está estacionada em uma posição remota, quando não tem a ponte de embarque, ou quando tem mas não foi alocada na ponte de embarque. Então, a responsabilidade agora está bem clara lá e há inclusive um cronograma de implantação nos aeroportos. Então, um avanço importante também da Resolução nº 280.

A questão do procedimento de comunicação. Isso é algo que deve ser levado em consideração nos aeroportos – aí eu falo, aqui, para os operadores aeroportuários e companhias aéreas. Essa comunicação entre os dois é de suma importância. Aeroportos que possuem mais de 30 pontes de embarque, por falta de comunicação, ou não sei que outro problema pode acontecer ali, acabam alocando uma aeronave fora da ponte de embarque, em uma posição remota, dificultando muito mais o acesso de pessoas com deficiência. Então, é uma outra questão que devemos levar em consideração, ou seja, essa comunicação entre a operação do aeroporto e a empresa aérea.

Essa resolução também trouxe uma definição um tanto quanto polêmica, com a qual eu concordo, que é a questão do termo PNAE, Passageiro com Necessidade de Assistência Especial, e que engloba não apenas pessoas com deficiência. Por isso esse nome; não é só pessoa com deficiência, mas são pessoas com deficiência, pessoas que têm restrição de mobilidade de qualquer natureza, crianças... Então, é um termo que traz novidade e que pode trazer alguma polêmica, mas é um termo correto até.

Outra questão que eu trago à tona refere-se ao fato de sempre pensarmos na Resolução nº 280, pensamos sempre nos aeroportos visando à Resolução nº 280. Mas a Resolução nº 280 não fala, por exemplo, sobre acessibilidade arquitetônica, sobre a acessibilidade física dos aeroportos.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Para isso, nós temos a Norma nº 9.050, temos o Decreto nº 5.296, e temos outras legislações que também devem ser observadas nos aeroportos, para que não fique de lado, por exemplo, a questão da integração entre os modais. Acho que uma das grandes dificuldades que as pessoas com deficiência podem encontrar, na verdade, talvez não seja a maior dificuldade nos aeroportos em si.

Até deixo aqui a pergunta para as pessoas com deficiência que estão nesta plenária, mas acredito que muitas devem ter dificuldade na interface entre o modal aéreo e o outro modal, seja metroviário, seja rodoviário. "Eu saí do aeroporto. E agora? Vou pegar um ônibus, vou pegar um metrô? Como é essa acessibilidade até lá?"

Então, também é outra coisa que devemos levar em consideração quando falamos de acessibilidade.

Espero ter contribuído e estou aqui na mesa ainda. Continuo e, se alguém tiver alguma pergunta...

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rodrigo Abreu de Freitas pela sua contribuição, Coordenador de Acessibilidade da Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Com certeza, teremos um tempo, depois, para fazer um debate aqui.

Obrigada, Rodrigo, pela sua contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Marcelo de Souza Carneiro Lima, Gerente-Geral da Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Dr. Marcelo, eu sei que muitas questões foram feitas. Temos um tempo de dez minutos. Na verdade, nesta manhã, estamos com certa dificuldade de ampliar muito o tempo, em função do meu horário inclusive, mas sei que muitas questões o senhor deve responder. Se o tempo não for suficiente, poderemos ampliá-lo um pouco mais.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Agradeço a palavra, agradeço a presença de todos, em nome da Senadora.

Vou fazer uma apresentação rápida e, depois, entramos nas respostas. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, pode ser.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Quero apresentar aos senhores um projeto que a Anac vem coordenando, que chamamos de Pacto pela Acessibilidade, para lhes trazer o engajamento, mostrar o trabalho que a agência tem feito para melhorar a acessibilidade para todas as pessoas, as pessoas com deficiência e todas as pessoas que se utilizam da aviação.

O primeiro ponto que acho importante ressaltar é que de nada adianta uma norma boa, ou de nada adianta uma fiscalização eficiente se não houver uma mudança de cultura. As pessoas saberem que precisam respeitar o próximo, precisam respeitar a pessoa com deficiência, assim como respeitam qualquer outra pessoa. A mudança de cultura é muito importante, e isso depende de cada um de nós, que somos formadores de opinião, e não aceitar um tratamento menos digno, ou não aceitar qualquer tipo de discriminação. Então, tenho isso como fator chave. A mudança de cultura vai trazer enormes benefícios para todos.

Quero mostrar um grupo de trabalho que foi formado. Vou contar, de forma bem sucinta, um pouco da história dele, até pela restrição de tempo.

Começou com uma reunião com o Ministério Público Federal de São Paulo, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Dr. Pedro, e a federação nacional dos surdos. Eles fizeram uma auditoria e demonstraram uma série de problemas na aviação, para os surdos.

Nós nos debruçamos sobre esse assunto, pensamos nos problemas, analisamos todas as dificuldades e pensamos em elaborar um planejamento de fiscalização específico para a acessibilidade. Já fazemos a fiscalização desde a Resolução nº 09, que era a resolução anterior à de nº 280. A Anac tem a fiscalização de acessibilidade, mas decidimos mudar a forma de fazer essa fiscalização.

Como podemos melhorar? Como podemos atender melhor o nosso cliente? Esse é o foco desse trabalho.

Aí, pensamos: talvez não seja a melhor proposta melhorar a acessibilidade apenas para as pessoas com deficiência auditiva, mas vamos trabalhar em todos os aspectos de acessibilidade. Então, combinamos uma reunião com o Ministério Público Federal e com a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). E propusemos esse trabalho: "Olha, não vamos ficar presos às dificuldades das pessoas que têm algum tipo de deficiência auditiva; vamos melhorar a acessibilidade como um todo. Vocês topam? Vocês acreditam que esse é o melhor?".

Tivemos o apoio e o engajamento de ambas as instituições e começamos esse trabalho, que é focado principalmente na consulta aos clientes sobre o serviço de transporte aéreo, que são os principais *stakeholders* – não apenas a Feneis, mas todos que utilizam a aviação –, utilizando um lema, que acho que tem de ser sempre trazido e que o Rodrigo abordou, que é "nada sobre nós sem nós".

É muito difícil, para quem não tem algum tipo de deficiência, entender as dificuldades da pessoa que a tem. Então, de nada vai adiantar fazermos um belíssimo trabalho de planejamento, um belíssimo trabalho de fiscalização, se não levarmos em consideração os clientes. Nós temos que ouvir as pessoas que efetivamente utilizam o modal aéreo. E esta é a principal proposta desse trabalho: levantar os principais problemas, entender quais são as dificuldades, e esse ser o foco da fiscalização. Ali, a Anac vai atuar de forma mais firme, mais rígida e com uma presença mais intensa.

Precisamos também do treinamento de servidores da Anac, específico. Eu trouxe até alguns manuais que nos foram doados, como o manual da Deputada Federal Rosinha, o manual da Deputada Federal Mara Gabrilli, que têm sido os nossos livros de cabeceira para que a gente tenha um treinamento e consiga prestar um serviço cada vez de melhor qualidade. Então, isso demanda um estudo mesmo para conhecermos as dificuldades.

Conscientização dos nossos servidores, dos nossos fiscais também. Como eu disse, mudança de cultura é essencial. De nada adianta um belíssimo trabalho de planejamento se nós não internalizarmos, nos nossos servidores e em todas as pessoas, a importância desse trabalho.

Envolvimento de todos os segmentos da sociedade. A ideia é que esse grupo de trabalho seja o mais participativo e representativo possível, envolvendo desde a Secretaria de Direitos Humanos, que tem sido um parceiro – aqui faço um elogio à parceria, ao trabalho que temos feito em colaboração – que tem nos ajudado

muito, temos aprendido muito; o Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) , que recebeu a nossa proposta com excelente acolhimento, fez a deliberação, elogiou a proposta e também se colocou à disposição para nos auxiliar; a Secretaria Nacional do Consumidor, que tem um papel fundamental; o Ministério Público Federal, que desde o início tem feito esse trabalho conosco – o próprio Dr. Fritz, que está aqui na Mesa, fez uma palestra para a Anac, e eu vou abordar esse ponto.

O Poder Legislativo também está conosco desde o início. Iniciamos esse trabalho com a Deputada Federal Mara Gabrilli e com a Deputada Federal Rosinha da Adefal e já temos o projeto para ampliá-lo. Já temos uma reunião marcada com uma equipe de Senadores e Deputados – o nosso assessor parlamentar está organizando esse encontro – e queremos trazer o Legislativo para esse grupo cada vez mais.

E todas as associações que defendem as pessoas com deficiência são bem-vindas para contribuir, para auxiliar nesse trabalho.

O que nós já fizemos efetivamente?

Fizemos um curso de Inspetor de Aviação Civil (Inspac), na modalidade "especialização de serviços aéreos", no qual já colocamos essa mudança de cultura, essa priorização na fiscalização da acessibilidade, e já mostramos esse trabalho.

Tivemos um encontro dos núcleos regionais de aviação civil, que são os núcleos da Anac que estão presentes em 22 aeroportos no Brasil; são unidades descentralizadas da Anac capazes de realizar fiscalização, para podermos, efetivamente, mudar a cultura e conscientizar os nossos servidores.

Houve uma palestra da Deputada Federal Rosinha da Adefal. A Deputada Mara Gabrilli também ia participar, mas, infelizmente, por problemas pessoais, não pôde. Foi uma palestra muito interessante, muito esclarecedora.

Houve a palestra também do Dr. Fritz, que aqui compõe a Mesa, que também foi uma palestra muito importante para todos nós.

Fizemos um ementário, detalhando a norma nos mínimos itens jurídicos, para que a fiscalização seja mais eficiente.

Elaboramos um manual de fiscalização específico de acessibilidade e tivemos esse projeto aprovado em reunião de diretoria. A Anac é uma agência reguladora, com uma diretoria colegiada, e são os diretores que tomam a decisão. Então, esse projeto tem o respaldo da diretoria da Anac; foi aprovado em reunião de diretoria.

Só para vocês entenderem a dificuldade da Norma nº 280, apenas a título ilustrativo: ela envolve quatro das grandes áreas finalísticas da agência. A agência é muito especializada e trata de temas muito distintos, desde a minha gerência, que é a Gerência-Geral de Ação Fiscal (GGAF), que trata efetivamente da fiscalização, até a área de Superintendência de Padrões Operacionais (SPO), que trata de treinamento de pilotos, treinamento de tripulantes, toda a parte de operação da aeronave; Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária (SIA), que trata de toda essa parte de infraestrutura e um pouco de aeronavegabilidade, que é a parte de construção de aeronaves, certificação de produtos e manutenção de aeronaves.

Então, não é uma norma simples; é uma norma bem complexa. E aproveito a fala da nossa colega Andréa, que realmente traz diversas questões. E a nossa proposta não é resolver de forma ditatorial de que a interpretação é essa. Não. É trazer todos para construirmos essa interpretação, para que seja a melhor possível para todos os clientes.

Enfim, qual é a metodologia deste trabalho? Nós iniciamos com um questionário para todos os *stakeholders:* os clientes, as associações, as federações. Ele foi apresentado no Conade. Vou deixar para os senhores, está disponível no *site* da Anac, está disponível no Facebook, e todos que puderem contribuir, puderem responder esse questionário ou puderem repassá-lo a colegas, quanto mais informação nós tivermos, melhor vai ser o nosso trabalho, para que possamos, efetivamente, incorporar as solicitações...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – ...de todos os clientes.

O Legislativo também tem participação nesse questionário, o Ministério Público Federal, SDH e Senacom (Serviço Nacional do Comércio).

Vamos definir uma matriz de prioridades na fiscalização, para que, efetivamente, traga uma sensação de mudança, para que a gente atue nos pontos que são mais críticos; incorporação na rotina dos núcleos regionais de aviação civil e inspeções específicas nesses pontos.

Só ilustrando o que é essa matriz de prioridades. Nós vamos definir os itens que, na visão do nosso cliente, têm a probabilidade mais alta de serem descumpridos e, caso sejam descumpridos, tenham um impacto alto para a dignidade, para a segurança e para a experiência no voo da pessoa. Esse é o quadrante em que a

Anac precisa atuar com mais rigor, para o qual a gente precisa deslocar a nossa fiscalização e estar vigilante constantemente.

Depois, temos um quadrante também importante, que é de probabilidade baixa de acontecimento, mas, caso aconteça, o impacto é alto. Esse também é um quadrante de muito monitoramento.

Depois, temos dois quadrantes que serão objeto de fiscalização, sim, mas de forma menos constante, porque são esses dois pontos que vão trazer um benefício efetivo para o nosso cliente, que é a probabilidade alta de acontecer, mas com impacto é baixo, e a probabilidade baixa com impacto baixo. Isso, na visão do próprio cliente.

Por fim, a continuidade do projeto, além do inquérito civil público que se iniciou com o Ministério Público Federal. Nós queremos levar esse projeto com ações de curto, médio e longo prazo, levantar os principais problemas encontrados pela fiscalização e continuar ouvindo o nosso cliente, fazer uma retroalimentação nesse planejamento, para que ele efetivamente seja atualizado com os problemas que forem surgindo; elaboração de um plano de melhoria, adequando as empresas aéreas e aeroportos com as melhores práticas mundiais; e uma preparação para as Olimpíadas. Independentemente de estarem na Resolução nº 280, vamos trazer para o Brasil as melhores práticas mundiais. E, para isso, a gente precisa dos senhores.

Participação efetiva também do Ministério Público Federal, não só no inquérito civil público, mas como parceiro. Tivemos uma reunião muito produtiva com o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão. Ele colocou o Ministério Público Federal como parceiro. Institucionalmente, tem-nos ajudado e vai contribuir nesse projeto a longo prazo; tem conhecimento técnico, representatividade da sociedade em ações proativas, assim como todos os outros parceiros que nós citamos: Legislativo, SDH, associações e qualquer outra entidade que cuide da defesa das pessoas com deficiência.

Cronograma do projeto de curto prazo: obviamente, a gente tem que estabelecer prazo, senão a gente não torna pragmático esse projeto. Até dezembro de 2014, fazer uma mudança no planejamento da fiscalização, levando em consideração as primeiras respostas desse questionário; incorporação à rotina dos núcleos regionais de aviação civil e incorporação às nossas operações de fiscalização, que já acontecem, mas que serão agora focadas naqueles principais problemas.

Em médio prazo, até dezembro de 2015 – esse prazo está sob análise, e a gente pensa em trazê-lo para junho de 2015: execução das novas ações de fiscalização, continuidade; estudo dos principais problemas; avaliação desse planejamento – e, se for o caso, atualização dele; proposição de um plano de melhoria com as melhores práticas mundiais.

E, a longo prazo, junho de 2016, devemos ter finalizado, porque isso precisa começar. A partir de dezembro de 2015, nós iniciamos a fiscalização desse plano, de melhoria, execução das ações de fiscalização, que continua – isso não para, é uma fiscalização paralela; e auditorias específicas em preparação para as Olimpíadas e Paralimpíadas, que são os jogos que vão necessitar de uma prestação muito importante de todos.

Deixo para os senhores o nosso questionário. Peço, mais uma vez, a participação de todos. É um questionário um pouco extenso, mas que vai, sim, trazer uma melhoria. Você pode salvar, o senhor pode continuar em outros dias, não precisa responder num dia só, pode dividir em vários dias, pode levar um mês para responder, mas, efetivamente, quem responder vai nos ajudar a conhecer melhor a situação. Ele está disponível no Facebook da Anac e no *site* da Anac, que é www.anac.gov.br. Caso a pessoa tenha algum tipo de dificuldade com a internet, nós também colocamos a Anac à disposição. A pessoa com deficiência ou qualquer outra que queira responder esse questionário pode ir até a Anac, dirigir-se ao protocolo da Anac aqui em Brasília, e nós teremos o maior prazer em recebê-lo e inserir as respostas da pessoa no sistema. Temos, inclusive, uma pessoa para ler esse questionário, caso a pessoa tenha algum tipo de deficiência visual. Isso tudo está à disposição dos senhores para tentar contribuir com o assunto.

Solicitamos a gentileza de compartilhar o *link* com todos que puderem contribuir com esse assunto.

Assim, encerro minha apresentação.

Há alguma dúvida específica?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dr. Marcelo, quero agradecer a apresentação do senhor. Eu poderia lhe conceder mais cinco minutos para que o senhor respondesse as questões apresentadas pela Andréa e também pela Lívia. Será que é possível em cinco minutos?

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim?

Então, vou pedir para marcar o tempo.

Mais cinco minutos.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Vou me apressar aqui.

Convido, antes de mais nada, todos os senhores para uma reunião na Anac para que o assunto não se encerre nesta audiência. Convido todos a irem até a Anac para podermos discutir e debater o tema, a resolução. Nós queremos, cada vez mais, agir em parceria com os senhores. Então, convido todos para uma reunião futura na Anac. Nossa casa está aberta para vocês, é só fazer o convite. O nosso contato está aqui, eu deixei o nosso *e-mail*, deixei o meu cartão com todos os senhores. Temos aqui o nosso assessor parlamentar, o George, que também pode fazer esse encaminhamento.

Vou abordar os pontos levantados pela Drª Lívia: o uso da Resolução 280 para discriminação. Nós, efetivamente, esperamos que ela não seja uma desculpa para a discriminação. A Resolução 280 trouxe avanços muito importantes da resolução antiga, a Resolução 9. Obviamente, toda norma precisa estar em constante evolução, inclusive num tema como este, que tem uma evolução teórica, uma evolução de tecnologia muito rápida. Então, foi construído com participação de todos os clientes com o SDH, houve o apoio da própria Secretaria de Direitos Humanos para a elaboração dessa resolução. Ela traz uma série de avanços, mas eu concordo que ela traz uma série de dúvidas e uma série de riscos que nós precisamos fiscalizar de forma intensa, para evitar que as empresas ou os aeroportos utilizem a norma como fator de discriminação.

Efetivamente, no caso do Medif, por exemplo, eu acho que foi dado um instrumento fantástico de cobrança de todas as pessoas, que é o art. 11 da norma, que diz: "Art. 11. A recusa da prestação do serviço de transporte aéreo ao PNAE [...]". Deixo claro que o PNAE não é portador de necessidades especiais, mas Pessoa com Necessidade de Atendimento Especial, que envolve as pessoas com deficiência, idosos e todos os outros. Nós sabemos a inadequação do termo PNE. Então, quando eu digo PNAE, é a Pessoa com Necessidade de Atendimento Especial.

A recusa da prestação do serviço [...] ao PNAE deve ser justificada por escrito no prazo de 10(dez) dias, [e deve ser] exclusivamente com base nas condições previstas no §1º do art. 6º. [Que] [...] quando não houver condições para garantir a saúde e a segurança [...] [da própria pessoa] ou dos demais passageiros, com base nas condições previstas em atos normativos da ANAC, [que, efetivamente, serão somente no sentido de segurança, pois a Anac nunca vai fazer um ato no sentido de prejudicar o embarque das pessoas com deficiência] no manual geral de operações ou nas especificações operativas [...] [que também somente tratam da parte de segurança, pois não podemos, nunca, colocar a pessoa numa situação de risco de vida.

§2º O operador aéreo deve divulgar as condições gerais e restrições ao transporte do PNAE e de suas ajudas técnicas e equipamentos médicos.

Isto exatamente para trazer um custo para qualquer empresa aérea que opte por negar, ela vai ter um custo, depois judicial, um custo de imagem e um custo com regulador, porque, se não for, efetivamente, em questões objetivas e que eles consigam comprovar, eles serão punidos pela agência e, efetivamente, pelo Judiciário em eventuais ações. Então, isso é importante. Não pode ser em qualquer caso.

E o parágrafo único do art. 11 deixa claro também que o eventual desconforto ou inconveniente causado a outros passageiros ou tripulantes não constitui justificativa para a recusa da prestação de serviço do transporte aéreo.

Então, é muito importante deixar claro: não pode ser utilizado como fator de discriminação. Se isso acontecer, nós pedimos que, por favor, nos repasse. Nós precisamos dessas informações. Por isso também, nessa reunião os senhores podem trazer os casos específicos para fiscalização.

No caso da Drª Andréa Pontes, a recusa do desconto, simplesmente pelo fato de ter sido adquirido por pontos, está completamente equivocada. A senhora tem direito aos pontos. Não foi de graça. A senhora pagou. Esse é um benefício que a empresa concede para que a senhora continue comprando na empresa. Então, na verdade, os pontos não foram de graça. Efetivamente, foram pagos em algum momento. É uma moeda virtual que hoje se troca por qualquer outro produto.

Então, devem, sim, ser garantidos todos os direitos ao passageiro que adquire por pontos. Se a senhora tem um cartão de embarque, a senhora é passageira como qualquer outro. A empresa que agir de forma diferente será punida pela agência. Se a senhora puder encaminhar esse caso, nós abriremos o procedimento de apuração.

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Fico muito feliz também em ouvir os elogios de diversos componentes aqui à norma. A gente fica muito feliz em saber que a norma teve um avanço. Sabemos que ela sempre pode melhorar, mas, efetivamente, ela traz uma garantia de direitos para os senhores, e ficamos muito felizes em saber disso.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – No caso do embarque prioritário, que a senhora colocou, eu só quero dizer que o embarque prioritário tem dois motivos: ele tem o motivo de segurança e o motivo na parte da dignidade. Vou explicar de forma sucinta. Mas, caso a senhora não queira embarcar prioritariamente, a senhora tem o direito de recusar e de dizer "eu vou entrar por último; eu não quero embarcar prioritariamente." A senhora pode embarcar por último.

O que o comando da norma vem preservar? A parte de embarque, o pátio de aeronaves, onde a senhora passa até a aeronave, é uma área de risco. Então, a senhora tem que percorrer essa distância o mais rapidamente possível, porque, em uma situação de risco, em uma situação de urgência, a senhora tem prejudicada a capacidade de se proteger. Então, por que se coloca o embarque prioritário? Para que você possa fazer o embarque sem nenhum tipo de obstrução, para que possa embarcar da forma mais célere possível, saindo daquele espaço. E ali devem estar todos os equipamentos de auxílio para serem colocados no compartimento da aeronave, no *overhead bin* da aeronave. Por isso o embarque prioritário.

Na mesma lógica o desembarque por último, para que também percorra todo esse trajeto sem nenhum tipo de obstrução. E, no caso de uma conexão, a senhora tem o desembarque prioritário em relação a todos os outros passageiros para não perder o próximo voo.

Então, esta foi a intenção da norma: preservar a segurança da pessoa com deficiência naquele momento do embarque. Mas, caso a senhora opte, "não quero embarcar prioritariamente; isto, para mim, é um transtorno", a senhora pode embarcar após todos os outros.

A SRª ANDRÉA PONTES – O que eu questiono com maior veemência é o fato de o desembarque ser por último, porque isso acaba aumentando muito a minha permanência dentro da aeronave.

Depois, Marcelo, se me permitir, a gente pode conversar e ver a possibilidade de achar uma maneira melhor.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Sim.

A SRª ANDRÉA PONTES – Porque várias pessoas portadoras com deficiência reclamam porque acabam ficando um lapso maior de tempo dentro do avião.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Perfeito. É a mesma lógica de o desembarque ser o mais rápido e célere possível naquele período.

E a questão da dignidade. Nós temos casos de pessoas com deficiência que foram hostilizadas por passageiros, porque o passageiro tem necessidade de desembarcar muito rapidamente da aeronave. Então, é uma faculdade a senhora poder esperar e evitar esse tipo de constrangimento. Mas estamos abertos a ouvir e a entender todas as demandas nas reuniões futuras.

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada, Marcelo, mas vou dar procedência, depois, à discussão contigo.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Claro! Claro!

A SRª ANDRÉA PONTES – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós estamos com problema de tempo, Andréa. Depois, nós vamos fazer uma outra rodada e você poderá complementar. Eu só peço ao Dr. Marcelo para ir concluindo.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Na conclusão, quero deixar clara uma solicitação da Deputada Mara Gabrilli, da inspeção de cadeirantes.

A senhora tem a faculdade de ir para uma sala reservada, por toda uma questão de privacidade, mas ela também pode ser feita em local visível, aberto a todos. É uma faculdade, não uma obrigação. Isso é importante na inspeção de segurança ali no pórtico de raio X.

Finalizando, falarei sobre o caso de Foz do Iguaçu, que foi um caso muito triste noticiado esta semana.

A Anac encaminhou no mesmo dia. Nós ficamos sabendo às 10 horas da manhã do caso e ao meio-dia e meia eu já tinha uma equipe embarcando para o aeroporto para fazer uma fiscalização. A equipe já fez a inspeção, e eu vou receber o relatório na sexta-feira. Em apurações preliminares até divulgadas para a imprensa, pode haver uma multa de até R$300 mil.

Nós queremos utilizar esse caso para não deixar que isso aconteça. Carregar no braço é inaceitável; da forma como foi, é muito pior. Muito triste ver uma cena como essa. E nós vamos apurar as responsabilidades tanto do aeroporto quanto da empresa aérea. Ambos têm responsabilidade para o embarque. Ali nós precisamos saber quem efetivamente deu causa ao que aconteceu.

Por fim, a norma traz mais clareza para os direitos, para os deveres do cidadão – lembrando também que existem deveres –, para que possa ser dado o melhor atendimento possível, e a Anac quer melhorar, cada vez mais, a acessibilidade para todos.

Há questões que estão fora do nosso alcance, e nós pedimos o apoio dos senhores, como, por exemplo, na parte intermodal, que o Rodrigo bem abordou: às vezes, nós garantimos a acessibilidade no aeroporto, mas, quando a pessoa com deficiência chega, não existe um táxi adaptado na cidade; temos uma dificuldade em

homologar um equipamento, o ambulift, para aeronaves ATR, que são aquelas aeronaves pequenas, menores. Não existe ainda um equipamento tecnicamente viável. Precisamos do apoio do Inmetro para que possamos homologar, porque também não vamos obrigar a empresa a utilizar um equipamento que pode não ser seguro para o embarque, e nós não temos nenhum tipo de *enforcement* sobre esses organismos.

Nós pedimos apoio para, juntos, melhorarmos a acessibilidade para todos. Esse é o nosso objetivo, esse é o nosso compromisso. E estamos à disposição sempre que necessário. Estão convidados. A Anac é a casa dos senhores também.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada.

Queremos, aqui, agradecer ao Marcelo de Souza Carneiro Lima, que é o gerente geral de Ação Fiscal da Anac.

Quero, também, Marcelo, além de agradecer, ao mesmo tempo, parabenizar pela clareza da sua exposição, em que você colocou aqui as questões, que foram pontuadas de forma rápida, e também pela abertura para ouvir as pessoas, as entidades e receber todas as demandas apresentadas por esse setor, por esse segmento da sociedade, no sentido de buscar as saídas, buscar as soluções. Então, parabéns e obrigada pela atenção que você demonstrou aqui perante todas as pessoas presentes.

Quero reforçar aqui o *e-mail* que foi deixado pelo Marcelo, que é geop@anac.gov.br. Então, quem está nos acompanhando pela TV pode também anotar esse *e-mail* e, se porventura precisar solicitar alguma informação ou mesmo algum esclarecimento ou apresentar alguma reclamação, com certeza poderá fazê-lo também por este *e-mail*: geop@anac.gov.br.

Aproveito este momento também para registrar a presença do George Alex Lima de Souza, que é o chefe da assessoria parlamentar, que se encontra aqui presente, também se colocando à disposição para dialogar com as pessoas que estão aqui e também futuramente.

Registro a presença da Carla Maia Lima de Azevedo, que é cadeirante e gostaria de falar.

Assim que a Mesa terminar, Carla, passaremos a palavra para você se manifestar.

A Deputada Rosinha ligou para cá e pediu para avisar que está em outra atividade, em outro evento. Ela é Procuradora Adjunta nas Quintas Femininas, e hoje é o assunto é sobre mulheres que ficaram deficientes por violência doméstica, em função da violência praticada pelos maridos, pelos companheiros.

A Deputada tem uma participação especial neste debate e vai fazer o possível para estar aqui conosco. Mas, se ela não puder vir, nós sabemos que podemos contar com ela. Inclusive, o Marcelo trouxe aqui o guia elaborado pelo mandato da Rosinha da Adefal, uma pessoa altamente comprometida com essa luta. Se ela não puder estar presente hoje, ela, com certeza, estará em outro momento.

Eu vou passar a palavra agora para o Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos.

Sr. Marco, da mesma forma, sabemos que muitos questionamentos também estão sendo feitos. Nós lhe daremos um tempo de dez minutos e, se houver necessidade, mais cinco minutos, assim como concedemos para a Anac.

O SR. MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA – Em primeiro lugar, Senadora Ana Rita, peço perdão pela minha voz, que está péssima.

Eu gostaria de cumprimentar o Senado Federal e a senhora pela brilhante realização desta reunião para discutir um tema tão importante e caro para para todos os brasileiros, sobretudo num momento especial em que precisamos realmente avançar para assegurar a dignidade de todos os cidadãos no direito de ir, vir e se locomover.

Eu aqui represento a associação nacional das empresas que administram os aeroportos recentemente concedidos e privatizados, que são os aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília (Aeroporto JK), Natal, Confins e Galeão. Nossa associação é uma pessoa jurídica de direito privado que existe há apenas um ano. Estamos, portanto, trabalhando há pouco tempo para auscultar os problemas não só das concessionários, mas também dos usuários dos aeroportos que estão sob nossa responsabilidade e sob nossa administração.

As empresas concessionárias assumiram esses aeroportos há apenas dois anos, sendo que os casos de Confins e do Galeão foram assumidos a partir de setembro deste ano. De lá cá, estão sendo realizados grandes investimentos não apenas na modernização de todo o sistema aeroportuário, do sítio aeroportuário concedido, como também investimentos para melhorar exatamente o atendimento dos passageiros. Evidentemente, passamos por grandes apuros, até porque as obras nesses aeroportos interferiram diretamente na qualidade do atendimento prestado não apenas a necessitados e portadores de deficiências, mas a todos os passageiros brasileiros que iam aos aeroportos em processo de obras e ali tinham que enfrentar toda sorte e todo tipo de problema.

No caso das concessionárias e dos aeroportos recentemente privatizados e passados para o setor privado, cumpre a nós informar que estamos projetando, já estamos executando e investindo em todo tipo e toda sorte de modernizações e de equipamentos que possam efetivamente minorar os problemas, sobretudo aqueles enfrentados pelos portadores de necessidades especiais, de atendimento e de necessidades especiais.

Em particular, eu me refiro até, o que o Marcelo lembrou, a esse episódio que ocorreu no aeroporto de Foz do Iguaçu, em que não havia, naquele momento, um ambulift. Bom, nos aeroportos que foram concedidos, felizmente, todos eles já dispõem de abulifts e de pontes específicas para embarque remoto. Os embarques remotos, inclusive, que são um grande problema para os portadores de necessidades de atendimento especial, no caso dos nossos aeroportos como Brasília, são raríssimos hoje. Todos eles são feitos pelas pontes de embarque que facilitam sobremaneira o acesso das pessoas às aeronaves.

Eu elogio profundamente a Resolução nº 280, que foi baixada em 2013, portanto uma legislação bastante recente, que aprofunda a discussão, que, aliás, motiva o debate que vocês estão fazendo hoje e que permite a apresentação das contribuições como a da Andréa Pontes, para que tudo isso possa ser aperfeiçoado rapidamente, para se evitarem os constrangimentos a que a maioria dos deficientes é obrigada a enfrentar hoje não só em aeroportos, mas em diversas situações.

No caso dos nossos aeroportos, as obras ainda estão prosseguindo. Nós ainda estamos no princípio do processo, primeiro, de reforma de terminais e, depois, da construção de novos terminais. Esperamos que– isso não vai acabar nunca, isso é igual a uma fazenda: não acaba, não tem fim –, pelo menos até o final de 2015, os aeroportos brasileiros apresentem uma nova realidade para os cidadãos. Por exemplo, São Gonçalo do Amarante, que foi totalmente construído pela concessionária em 18 meses, tem rampas de embarque e desembarque, rampas de acesso nos estacionamentos, vagas com prioridades demarcadas e claramente demarcadas, sistema sonoro, piso tátil, elevadores e elevadores nos *gates*, banheiros já com cabines especiais e cadeiras de rodas para assistência 24 horas para os que delas precisarem. Então, isso está ocorrendo em todos os aeroportos. Nós estamos nesses processos de arrumação e de preparação.

Eu reconheço: temos ainda muitos problemas. Espero que isso possa estar equacionado e resolvido no mais breve espaço possível de tempo.

E acho mais: acredito que há pontos fundamentais que nós precisamos aperfeiçoar não só nos aeroportos dos concessionários, privados e públicos, no caso da Infraero, mas também em relação aos cidadãos e à legislação. Nós precisamos avançar mais, sobretudo melhorar os processos de informação. A Andréa levantou aqui uma questão. Hoje, nos nossos aeroportos, nós estamos treinando as pessoas para poder dar um atendimento de qualidade às pessoas necessitadas de atendimento especial, porque um dos grandes problemas que existiam e persistem na maioria dos aeroportos é o problema de informação. A informação precisa fluir, e as pessoas precisam saber onde buscar a informação. Nós estamos em processo de investimento pesado nessa questão.

Basicamente, eu queria, primeiro, deixar aqui a informação de que, em breve, espero, os aeroportos brasileiros terão, sobretudo os nossos aeroportos, que são os concedidos, condições de realmente poder atender bem a sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero agradecer ao Sr. Marco Aurélio, Diretor de Comunicação Institucional da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos.

Que bom que também as empresas se colocam abertas, disponíveis, para fazer os ajustes necessários, que têm a resolução da Anac como um instrumento a ser seguido e que, com certeza, estão dispostas a se adequar cada vez mais para oferecer esse atendimento de qualidade não só para os usuários de um modo geral, mas, em particular, para as pessoas com deficiência, reconhecendo, inclusive, os vários tipos de deficiência!

Eu fiquei aqui pensando: imagine um usuário do transporte aéreo que está sozinho e é surdo-mudo. Como ele vai se comunicar, como ele vai transitar se não tiver alguém que faça a linguagem em braile? Isso se torna muito mais difícil. Aliás, em braile, não, mas em Libras. Desculpe, pensei na questão da visualização. É a linguagem em Libras, que também é uma necessidade nesses espaços públicos de atendimento a muitas pessoas. Com certeza, esse tipo de problema deve estar também acontecendo.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Felipe Fritz Braga, Procurador da República, para que também, aqui, no prazo de dez minutos, possa se manifestar.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Exmª Srª Senadora Ana Rita, senhores presentes à mesa, auditório que nos assiste, mídia, quero agradecer pelo convite e desejar a todos bom dia.

Nós do Ministério Público Federal trabalhamos com direito, somos advogados, e estamos mais habituados a ouvir reclamações e trabalhar para a sua solução.

Gostei do que ouvi aqui, que acho muito importante. Nós que trabalhamos com direitos, com acessibilidade, não podemos nos contentar com respostas, respostas óbvias, respostas naturalistas, respostas que se

contentem com as regras vigentes. É muito importante a sociedade civil envolvida não aceitar essas respostas e os prestadores de serviços também não se contentarem com as respostas que têm para o momento.

A história do conceito de acessibilidade, por si, já mostra, em plano macro, isso que eu estou dizendo. Quer dizer, até pouco tempo atrás, fazendo uma viagem a um passado não tão distante, nós estaríamos acostumadíssimos a ler com tranquilidade manchetes como estas, manchetes, dispositivos de decretos que tratam a pessoa com deficiência como inválido: "A reabilitação profissional visa propiciar aos beneficiários inválidos...", uma norma previdenciária. Manchetes de jornal: "Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes", "Servidor inválido pode voltar". Isso é algo absolutamente inaceitável, que beira o crime, mas algo normal, aceitável, justificável até pouco tempo atrás. Ou então expressões como "incapazes", "escolas para crianças incapazes"... A própria AACD significava Associação de Assistência à Criança Defeituosa; hoje é Associação de Assistência à Criança Deficiente. Não foi preciso mudar a sigla, mas era urgente a mudança de seu significado. E a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Quer dizer, todos esses conceitos são inaceitáveis hoje, mas já foram plenamente aceitáveis. E as respostas que nós temos hoje um dia serão plenamente inaceitáveis também.

Somente a partir da década de 80 a gente passa a, inclusive, chamar as pessoas com deficiência por denominações que já vão se aproximando da dignidade, graças, claro, a não se aceitarem respostas.

Hoje, nós falamos em "pessoa com deficiência". É uma forma de falar das pessoas com deficiência que não esconde, não camufla, não procura termos, meios-termos, e que ressalta a dignidade, porque ressalta o fato de ser uma pessoa e essa pessoa ter uma deficiência. Quer dizer, o principal é a pessoa. Não podemos eliminar, nunca, a palavra "pessoa". É algo que absorve, em si, a luta para que a pessoalidade seja sempre enfatizada.

A história da luta pelos direitos da pessoa com deficiência no plano jurídico perambulou por diversas normas, decretos, instruções, até chegar ao conceito mais adequado atualmente, que é o da Convenção de Nova York, de 2007, que foi assinada pelo Brasil e aprovada pelo Congresso Nacional com quórum de emenda constitucional. Por esse motivo, ela tem a mesma eficácia de uma emenda constitucional. Os direitos ali expressos têm o mesmo valor que todos os dispositivos da Constituição. É possível ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal por ofensa a essa convenção. É o único tratado internacional, até o momento, que tem essa eficácia constitucional.

Lendo essa definição, ressalta algo extremamente importante: que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e agora, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Eu aqui explico a importância disso. Deficiências são aquelas limitações funcionais que, na interação com as barreiras existentes na sociedade, excluem a pessoa. Deficiência é só aquilo que exclui e é tudo aquilo que exclui em razão dessas barreiras. Portanto, a deficiência é, por excelência, a condição a que nós devemos nos referir quando falamos em inclusão. Deficiência é aquilo que exclui.

O decreto que havia, Decreto 3.298, que era o mais moderno, fazia umas definições muito técnicas, métricas, sobre acuidade visual, sobre limitação auditiva, que eram uma metodologia deficiente, porque matemática, quando a deficiência é um conceito que se extrai de uma condição social. Haverá um dia em que uma deficiência que hoje é reconhecida como deficiência não o será mais, porque, por algum motivo, seja pelos meios assistivos, seja pela forma como os serviços são prestados, aquilo não causa mais exclusão. Então, situações que hoje nós não conhecemos, que sequer são tratadas por normas como o decreto que trata de critérios matemáticos e que não são reconhecidas como deficiência podem vir ainda a ser reconhecidas como deficiência.

A Drª Lívia e a Senadora Ana Rita mencionaram a importância de falar sobre o autismo, porque ainda é uma condição pouco conhecida e, do ponto de vista da deficiência, tem de ser mais tratada.

Deficiência – isso também está na convenção, entre seus considerandos – é um conceito em evolução, portanto. É um conceito em evolução. Isso mostra o dinamismo. Quando se trata com deficiência, não se podem aceitar respostas prontas. Tudo muda em deficiência. A gente edita uma norma e no dia seguinte começam a aparecer os furos, as críticas. Nós temos de estar com ouvidos abertos para tratar a pessoa com deficiência com dignidade.

A maior barreira, reconhecidamente, para se tratar da temática de deficiência são as barreiras atitudinais. Quando nós vamos formar uma comissão num órgão público, uma equipe, nós precisamos ter pessoas que tenham acesso ao conhecimento, que estudem as normas, as experiências, os casos concretos e práticos, e que sejam engajadas. Por que têm que ser pessoas engajadas? Por que não podem ser pessoas que fazem um curso de não sei quanto tempo, recebem diploma e pronto, estão habilitadas a tratar daquele tema? A gente pode emitir relatórios, preencher formulários e mostrar: "Está aqui, cumprido, nós temos essas pessoas com diploma, que fizeram o curso não sei onde e têm capacitação para tratar deficiência." Isto não basta. Têm que ser pessoas engajadas, justamente pelo fato de o conceito de deficiência ser dinâmico, de avanços tecno-

lógicos que fazem com que meios assistivos que eram adequados amanhã sejam indignos. Houve um dia em que carregar uma pessoa no colo para subir até o avião foi defensável, foi tomado como algo digno; hoje não é mais, é inaceitável!

Vou avançar aqui.

Eu queria tratar de um tema extremamente importante. Nós temos os princípios da dignidade, respeito pelas diferenças, isonomia, liberdade, autonomia, independência, segurança e acessibilidade como princípios básicos com que o operador de direito trabalha para tratar essas questões relacionadas à deficiência. E em relação à mobilidade no transporte modal aéreo, a Resolução nº 280, sem dúvida nenhuma, é o resultado de um esforço extremamente importante da Anac, que foi construído de forma muito participativa e, por este exato motivo, a sua qualidade técnica, é uma importante conquista.

O Dr. Rodrigo mencionou que ainda remanesce importante problema, que é interoperabilidade dos vários transportes modais, mas eu diria que há ainda um problema antigo que a sociedade civil vinha discutindo com muita ênfase, que é referente à gratuidade no transporte aéreo. Isso é muito importante!

A gente tem, hoje, gratuidade no sistema aquaviário, no sistema rodoviário, no sistema ferroviário, mas nós não temos no sistema aéreo, um problema que está em discussão há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos! É incrível! Mas está há mais de 20 anos. A sociedade civil fez muito barulho uma época, mas já faz um tempo que esse problema está adormecido.

Nós temos a Lei nº 8.899, de 1994, que concedia passe livre às pessoas com deficiência, carentes economicamente, no transporte coletivo interestadual. Ponto. Isto é, abrange todas as modalidades de transporte coletivo interestadual. "Ah, mas aéreo não é coletivo interestadual!" É claro que é. Nós estamos acostumados a ouvir falar de "coletivo" como o "busão" que você pega ali na esquina. Não, transporte coletivo interestadual são todos os transportes coletivos interestaduais. É isso que diz a lei, que decidiu o Congresso Nacional e que foi sancionado pela Presidência da República.

Não vamos nos contentar com respostas fáceis e prontas de que coletivo é o "busão". Não é! É tudo!

Mas a lei de 1994 dizia que em 90 dias seria regulamentada. Portanto, em 90 dias saiu o decreto? Não. Seis anos depois, saiu o Decreto nº 3.691. Finalmente foi regulamentada. E dizia o seguinte: "As empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos para pessoas com deficiência." Previa a gratuidade. Só que o decreto, que, salvo engano, tem só três artigos, inseriu no art. 2º: "O Ministro de Estado dos Transportes disciplinará, no prazo de até trinta dias, o disposto neste Decreto."

Parece algo inofensivo, mas foi a punhalada nas costas. Por quê? Porque o Ministro dos Transportes não tem competência normativa para disciplinar sobre transporte aéreo; só para transporte aquaviário, ferroviário e rodoviário. Morreu! Jogaram uma pá de cal nesse pleito, que já vinha desde antes de 1994 nas discussões para aprovação da lei.

Então, hoje o que nós temos é esse decreto. E como ficou a coisa? O Ministério Público Federal ajuizou diversas ações. Recebemos muitas representações entre os anos 2003, 2006, o que levou ao ajuizamento de pelo menos cinco ações civis públicas no Brasil, em Estados diferentes.

Coloco o exemplo de Uberlândia. Perdemos na primeira instância, mas ganhamos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e atualmente está eficaz. Ela é somente contra a GOL, a empresa GOL. Tem eficácia nacional.

No Ceará, também ajuizamos contra diversas empresas. Perdemos no primeiro grau e perdemos no segundo grau. O Ministério Público não recorreu contra essa decisão. Transitou em julgado. Pelas leis aplicáveis, isso não impede que sejam ajuizadas outras ações coletivas ou individuais.

Foz do Iguaçu também ajuizou uma ação. Inicialmente, foi procedente, na primeira instância, o Tribunal confirmou a sentença procedente e, atualmente, está em recurso... Não. Perdão! O Tribunal não confirmou, o Tribunal cancelou e está no Superior Tribunal de Justiça.

Há ação no Pará. Essa foi muito bem sucedida. Atualmente, há uma sentença eficaz só para o Estado do Pará. Há outra ação no Pará, também com outro andamento.

Ou seja, são ações absolutamente irracionais ou talvez de uma racionalidade que simplesmente não ajude. Não há regulamentação. No Judiciário, não conseguimos nenhuma uniformidade em relação a essas decisões. Os Tribunais Regionais Federais e o Superior Tribunal de Justiça ora entendem que isso não precisa de regulamentação, porque é um direito fundamental o direito ao transporte aéreo – vejam só, atualmente é reconhecido por alguns tribunais como direito fundamental –, ora os Tribunais entendem que essa é uma matéria que, evidentemente, afeta o equilíbrio econômico e financeiro e, portanto, depende de regulamentação. Quer dizer, em primeiro lugar, o equilíbrio econômico e financeiro.

Então, terminando, Senadora, esse é um tema extremamente importante e está sendo esquecido. Vejo pessoas da sociedade civil inquietas, mas ainda não vejo a sociedade civil mobilizada. Temos a felicidade de ter o Marcelo, que é de uma grande abertura, um parceiro, que gosta do trabalho em parceria... Acho extrema-

mente importante os Poderes, o Legislativo, o Executivo, e a própria Anac, como agência reguladora, se envolverem nesse processo de acessibilidade ao transporte aéreo.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos ao Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República, pelos esclarecimentos, pela exposição, inclusive recuperando aqui um pouco o conceito, em que avançamos muito nesses últimos anos, de pessoa com deficiência. Esse conceito também precisa cada vez mais ser apropriado pelas empresas, pelas instituições do nosso País.

Estamos com problema de tempo, mas queremos ouvir também a Carla Maia e a Simone Franco, que é mãe de autista. Como nosso tempo é pequeno, vou conceder a vocês três minutos. Eu gostaria muito que vocês atendessem esse prazo para que possamos terminar dentro do tempo necessário aqui.

Então, Carla Maia Lima de Azevedo, você poderia se apresentar um pouco melhor e fazer a sua fala.

A SRª CARLA MAIA LIMA DE AZEVEDO – Agradeço a oportunidade de estar me colocando aqui.

Meu nome é Carla Maia. Assim como a Andréa, me divido em duas atividades. Sou repórter e atleta, e aqui vou abrir aspas na minha profissão de repórter para falar estritamente como cidadã, porque acredito que posso contribuir pelo fato de eu viajar muito, por ser atleta.

Tenho uma tetraplegia. Não mexo as mãos, diferentemente da Andréa, que é paraplégica e mexe as mãos e tem uma vida mais independente, e necessito sempre de cuidados constantes de uma cuidadora ao meu lado, a Suzana.

Então, a questão do acompanhante foi um ganho muito forte para nós pessoas com deficiência e foi uma coisa que começou a ser mais respeitada agora, a partir da Resolução nº 280. Antes, o que passavam para nós, usuários, era que as empresas aéreas faziam de tudo para dificultar. Não existia explicação nem no *site*. Era terrível conseguir informação sobre como proceder para se conseguir o desconto.

Hoje em dia, está muito mais fácil. Está acessível. No *site* há informações, e a gente consegue esse desconto por meio do Medif.

Eu tenho uma tetraplegia desde 1998. Não é algo que vá ser mudado, e a questão do Medif é muito trabalhosa, porque é preciso ir ao médico, há um prazo em que passa a valer, e imagino que tenha sido por isso que foi feito o Fremec (*Frequent Traveller Medical Card)* para facilitar. Bom, eu tentei fazer o Fremec para facilitar a minha vida e não ter que fazer o Medif sempre, mas tive um grande problema: para fazer o Fremec, eles me dão oportunidade de colocar três pessoas fixas. As pessoas que me ajudam não são familiares; são cuidadoras profissionais, com carteira assinada, que me ajudam, que são empregadas. E a participação delas é rotativa. A Suzana está há três anos comigo. Vai casar no final do ano, vai sair. Então, às vezes, uma pessoa fica um ano, dois anos. Eu não tenho como colocar três pessoas. Inclusive, mandei *e-mail* para a empresa aérea, e eles me responderam que o nome das pessoas é fixo e que poderiam até me passar isso. Aí, perguntei se não poderia mudar isso depois? Aí, ele não me respondeu, porque já tinha respondido. Não tinha como ele colocar no *e-mail* que eu não poderia mudar o nome das pessoas.

Então, o que acontece? Acabo sendo obrigada a usar sempre o Medif, porque eu não tenho como fixar o nome de três pessoas que vão me acompanhar.

Bom, outro problema é essa questão de colocar o nome da pessoa que me auxilia, da cuidadora. Muitas viagens e muitas competições eu sei com seis meses de antecedência que vai haver.

(Soa a campainha.)

E com quanto mais antecedência eu compro a passagem, melhor preço eu consigo. Mas, como eu tenho de dar o nome da cuidadora, caso eu a troque perto do evento, eu perco todo o valor do bilhete e tenho de comprar outra. Então, acabo tendo de comprar muito em cima da hora.

Bom, outro item de que gostaria de falar. Minha contribuição para este...

Estou de costas para o tempo. Se vocês me orientarem...

O art. 23 da Resolução nº 280 garante a gratuidade de um item, que seria uma cadeira de rodas. Eu tenho uma tetraplegia, diferentemente da Andréa, que consegue transferir-se sozinha e fazer suas necessidades num toalete precisando apenas apenas de uma cadeira de rodas. Mas eu uso uma cadeira de rodas de banho, para tomar banho, que é mais uma mala. Nesse caso, com apenas um item gratuito – eu já tive problemas de embarque com isso –, não se beneficia também essa cadeira de rodas de banho, que é uma necessidade minha para fazer minhas necessidades fisiológicas, de higiene e para tomar banho.

Bom, eu gostaria de dar minha contribuição ao caso da Kátia, do aeroporto de Foz do Iguaçu. Na hora em que a gente compra passagem no *site*, a gente já avisa que tem deficiência. A gente tem a opção de colocar que faz uso de cadeira de rodas. E, se ela pediu o Medif – não sei se ela pediu –, a empresa deve ser avisada 72 horas antes. Não era para... Eu acho que as empresas aéreas têm tempo hábil de saber, com antecedência,

se tem ambulift, se precisa carregar um equipamento e se é preciso de alguém para auxiliar no transporte. Há tempo hábil. Basta se organizar.

E a minha última contribuição é para o Dr. Marco Aurélio, em relação ao aeroporto daqui, de Brasília, já que não há... Venho sofrendo muita dificuldade na hora do desembarque, porque não há estacionamento para pessoa com deficiência perto do portal de desembarque.

Então, o que acontece hoje? Por causa das obras, o que acontece? Eu saio do desembarque, subo com malas nos elevadores – é complicado andar em cadeira de rodas carregando duas malas, porque tem a mala da cadeira de banho e mais a mala –, subo para o embarque, porque lá é o único lugar onde posso estacionar o carro ao lado e colocar as malas no veículo.

Peço até desculpas, porque eu saí um pouco. Fiquei num embate ético aqui, por ser repórter, mas gostaria que ficasse bem claro que essas são as minhas colocações como cidadã. Vamos separar as coisas e conseguir contribuir como repórter de uma forma isenta para que outras pessoas com deficiência possam também colocar as suas necessidades e melhorar a fiscalização e os procedimentos.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carla.

É um prazer conhecê-la. É a primeira vez que você está conosco nesta reunião, nesta Comissão. É um prazer conhecê-la.

Parabéns pela sua tranquilidade em colocar as questões, que são muito específicas de pessoas que têm a mesma deficiência que a sua. Isso é importante, porque a Anac também precisa conhecer essas especificidades, para poder ir ajustando a resolução. É isso que imagino aqui.

Depois, o Dr. Marcelo vai-se colocar.

Vou passar a palavra agora para a Simone Franco, que é mãe de autista e faz parte da diretoria do Moab.

A SRª SIMONE FRANCO – Bom dia.

Eu queria falar mais sobre a questão do meu filho, mas, dada a premência de tempo, vou ser mais objetiva e me focar mais nas críticas e sugestões que tenho a apresentar.

Em relação à questão dele, meu filho viaja de avião conosco desde os dois meses de idade. Ele tem seis anos e, até o momento, nunca precisei fazer um formulário. Mas, neste ano, sabendo que a coisa tem apertado, que as exigências têm aumentado, fiquei com receio e resolvi providenciar essa papelada.

No contato com as companhias, percebi um certo despreparo das pessoas e uma ponta de estigma. Falei a um rapaz que me atendeu numa companhia aérea que meu filho era tranquilo, que está acostumado e adora viajar de avião, que temos controle total sobre ele, que ele tem acompanhamento médico e toma medicação regular, que não há problema algum. Ele adora viajar. Ele chega a um aeroporto e só quer sair de lá de avião. Enfim, ele adora viajar.

O funcionário me disse que precisava que eu fizesse o formulário para que eles soubessem que eu estava no voo. Por que ele quer saber que eu estou no voo? Os passageiros são normais, entram e se acomodam, e meu filho faz do mesmo jeito.

Mas, enfim, fiz esse formulário. Uma coisa que me chamou a atenção foi o fato de que médico responsável pelo atendimento dele tem de preencher os dados, colocar carimbo, mas a companhia aérea se dá o direito de avaliar, no serviço de saúde dela, e negar. Mesmo que o médico do meu filho diga que ele tem condições de viajar, a palavra final vai ser da companhia aérea. Eu questiono isso. Acho isso um pouco arbitrário.

Quer dizer, por que a palavra final vai ser do médico da companhia aérea, que nem conhece o meu filho? Não sei nem se ele conhece o autismo. Ele vai desconsiderar o que o médico do meu filho vai falar? Então, essa é uma questão que não só se aplica ao autismo, mas a outras deficiências.

Bem, além dessa questão do meu filho, tenho também um familiar que é idoso e tem dificuldade de locomoção, que tem mobilidade reduzida. Quando ele viaja, é preciso requisitar uma cadeira de rodas. Ele tem de passar por todo esse processo.

Eu estava observando, há pouco, o Código Brasileiro de Aeronáutica. Há um item que fala das facilidades, um dispositivo. Se não me falha a memória, trata-se do parágrafo único do art. 22. Entre as facilidades, que não está incluída lá, mas que acho que poderia ser pensada – inclusive, isso é algo para o Legislativo trabalhar –, por que não se incluir cadeiras motorizadas, para que as pessoas, de uma certa forma, não dependam dessa assistência da companhia aérea? Ela chega a um terminal e este disponibilizaria um assento...

A minha mãe, para quem, de vez em quando, eu preciso pedir esse serviço, tem esse problema de mobilidade, mas consegue manejar uma cadeira dessas. Se ela pudesse chegar a um aeroporto, dirigir-se a um local, solicitar, e eles fornecessem uma cadeira, ela poderia ir, tranquilamente, sozinha até a ponte de embarque.

Então, é preciso pensar nessa possibilidade de facilitar a vida das pessoas. Acompanhante eles exigem em qualquer circunstância. À medida que você preenche o formulário Medif, independentemente da situação de deficiência ou da necessidade especial apresentada, você tem de cumprir as regras que eles estabelecem.

Acho que precisa ser observada essa questão da arbitrariedade, de eles decidirem quem vai viajar, porque a Constituição Federal e a Convenção garantem o direito de ir e vir das pessoas, e os deficientes também são cidadãos que precisam ter seus direitos respeitados.

Era isto que eu tinha a dizer.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Simone Franco, mãe de autista, que também tem pessoa idosa na família com mobilidade reduzida.

Quero agradecer muito a vocês duas, tanto à Carla quanto à Simone, pela intervenção, pela exposição, porque isso contribui para o enriquecimento deste debate. Não quero ser intransigente, mas preciso sair desta Comissão pelo menos às 11 horas e 15 minutos. Então, estou com o meu tempo bastante reduzido também.

Vou conceder a palavra novamente à Mesa e solicitar que, num prazo máximo de dois minutos, vocês possam fazer a intervenção, mas quero aqui fazer o registro de encaminhamento sugerido pelo Marcelo de haver uma reunião específica com as entidades e com as pessoas... Pude perceber que a Anac tem uma atuação bastante receptiva, aberta, que está disposta a analisar e atualizar a Resolução. Enfim, até de criar uma nova Resolução. O Sr. Marcelo vai-se posicionar. Acho que esse é um encaminhamento bastante concreto.

Além disso, a Comissão de Direitos Humanos, colhendo todas as sugestões aqui feitas, fará os encaminhamentos pertinentes posteriormente.

Quero agradecer a presença de todos vocês.

Vou passar a palavra para a Lívia, seguindo a mesma ordem inicial, para que, num tempo de dois minutos, a senhora possa se manifestar.

A SRª LÍVIA MAGALHÃES – Eu gostaria de fazer três perguntas ao Sr. Marcelo, representante da Anac.

Tendo em vista a exigência do Medif, as pessoas com deficiência intelectual, aquelas a que me estou atendendo no momento, poderiam embarcar apenas se comprarem a passagem com antecedência ou elas teriam algum óbice para embarcar de última hora? Enfim, eu gostaria de saber sobre isso.

Eu gostaria de saber se a Anac exige que os operadores aéreos possuam médico psiquiatra para avaliar as pessoas com deficiência intelectual e também se as sanções aplicadas aos operadores aéreos estão sendo efetivamente cumpridas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lívia.

Vou passar a palavra agora à Andréa Pontes, para que ela possa fazer as suas considerações finais.

A SRª ANDRÉA PONTES – Eu apenas gostaria de agradecer o convite e a participação de todo mundo. Acho que essa reunião foi de grande valia. Acho que a norma ainda pode ter algumas melhorias, mas poucas, e espero que, na prática, ela realmente seja cumprida, o que já vai ser um grande ganho a todas as pessoas que necessitam de assistência especial.

Eu sugeriria à Senadora mais discussões, mais audiências, sobre o tema, porque ele gera bastante polêmica.

Então, fica só o meu agradecimento pela oportunidade. Fiquei muito surpresa com a receptividade do Marcelo e do Marco no sentido de trabalharmos juntos. Coloco-me à disposição.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Andréa.

Passo, então, a palavra ao Rodrigo Abreu de Freitas, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS – Obrigado.

Eu também gostaria de agradecer pelo convite. Essas reuniões são muito proveitosas, porque é uma oportunidade de ouvir o público sobre a regulação que o Governo tem feito para as pessoas com deficiência.

Acho que a fala do Procurador Felipe foi fantástica quando ele disse que, como a deficiência é um conceito em evolução, as normas estão sempre em evolução. Essas discussões são benéficas exatamente por causa disso, para que possamos discutir as normas e conseguir estar sempre progredindo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigado, Rodrigo.

Concedo a palavra, agora, ao Marcelo de Souza Carneiro, representante da Anac.

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – Serei breve. Reforço o encaminhamento da reunião. Podemos tratar de qualquer outro assunto ou mesmo dúvida sobre as perguntas e os encaminhamentos de hoje na próxima reunião, com mais tempo, para que possamos ter um debate qualificado.

Com relação às três perguntas, a deficiência intelectual ou qualquer outra deficiência que não necessite de uma assistência especial, de um equipamento especializado, não depende de prazo. O prazo é colocado para quando é necessário algum tipo de equipamento ou de assistência. E é importante também ressaltar que o art. 2º do §9º diz que a ausência de informação sobre assistência não inviabiliza o transporte do PNAE quando houver concordância do passageiro em ser transportado com as assistências que estiverem disponíveis ali, exatamente para, em um caso de emergência ou de urgência, as empresas aéreas não utilizarem a norma como uma desculpa. Não queremos que a norma seja utilizada como uma desculpa...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DE SOUZA CARNEIRO LIMA – ... pelos operadores ou pelas empresas aéreas.

Médico psiquiatra. Sim, a empresa aérea tem que ter um especialista no assunto. Como ela pode avaliar o Medif se não houver um especialista naquele assunto para se pronunciar. Então, sim, deve haver no quadro médico da empresa especialista naquele assunto.

E as sanções são cobradas. A Anac é, hoje, a melhor agência reguladora e o segundo melhor órgão, salvo engano, na arrecadação de multas aplicadas dentro do Governo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Marcelo de Souza Carneiro, da Anac.

Agora, passo a palavra para o Marco Aurélio, diretor de comunicação da Associação Nacional de Empresas Administradoras de Aeroportos.

O SR. MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA – Senadora, meus cumprimentos, pela iniciativa.

Eu gostaria de salientar o seguinte: acho que essa resolução e os debates em torno dela terão, provavelmente, o mesmo significado da Lei de Defesa do Consumidor e do Procon.

Acho que agora precisamos de informação, acompanhamento e fiscalização e que a sociedade, sobretudo o cidadão, se posicione e reclame sempre os seus direitos.

Deixo aqui a nossa Associação à disposição de todos para receber sugestões que possamos levar para os operadores aeroportuários, que são os nossos associados.

Obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Marco Aurélio. Da mesma forma, também agradecemos muito a presença do senhor, a disponibilidade de estar aqui e também a abertura de poder colher as sugestões e também as queixas que cada um está colocando.

Concedo agora a palavra, também para as suas considerações finais, ao Dr. Felipe Fritz Braga, Procurador da República.

O SR. FELIPE FRITZ BRAGA – Bom, coloco aqui o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria Geral da República. e a procuradoria da República aqui do DF, MPF, para receber reclamações.

Ouvi aqui formulações muito interessantes que, na verdade, são falhas principiológicas que há, ainda, na própria norma ou na aplicação da norma.

Então, eu anotei e me comprometo a levar isso avante dentro do MPF. Em especial, marquei três aqui que acho muito importantes. Agora, vocês, sociedade civil, não deixem de formular todos esses problemas e falhas que vocês veem e, de alguma forma veicular, seja levando à Anac... No Brasil, temos uma problema sério de sub-registro de reclamações. "Ah, isso é culpa das pessoas que não fazem o B.O?" Não, não é isso, é culpa também dos canais, que são ruins. Você tem um desgaste imenso para fazer suas reclamações. Mas, vocês que estão mobilizados, que vieram a uma audiência pública, não podem deixar de formular e, de alguma forma, veicular isso, na forma de representações, colocando isso para exposição da sociedade civil, pois só assim resolvemos os problemas.

Muito obrigado a todos.

Extremamente encarecido, Senadora, pelo convite, em nome, inclusive, do Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, e agradeço à Mesa também por ter podido participar desse debate.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigado, Dr. Felipe.

Para concluir, quero pedir desculpas a vocês. Hoje está sendo um dia bastante atípico aqui no Senado, porque terminamos a sessão de ontem às cinco e meia da manhã e, então, as pessoas praticamente não dormiram essa noite e por isto estamos com ausência de Senadores aqui na parte da manhã. A maioria virá à tarde. Por isso, não pude também ter essa mobilidade de colocar alguém para ficar no meu lugar. Eu preciso viajar. Tenho apenas 10 minutos para chegar ao aeroporto. Espero conseguir. Se não, o Dr. Marco Aurélio vai ter de me ajudar.

Então, agradeço profundamente a todos os nossos convidados. Este é um debate altamente necessário. Precisamos continuar com este debate. Infelizmente, a gente não conseguiu fazer o aprofundamento necessário aqui hoje, mas é um tema que fica em aberto. A Anac está disponível para continuar dialogando.

Sugiro, Dr. Marcelo, que, ao abrir para as entidades, talvez a própria Presidência da República, que haja um grupo de trabalho um pouco mais amplo para que possa construir, coletivamente, essas normas e esses regulamentos para poder facilitar a vida de nossos usuários que têm mobilidade reduzida e as mais variadas dificuldades encontradas nesse processo.

Então, agradeço profundamente a presença de todos vocês e também nossas desculpas a nossos convidados por nosso tempo bastante reduzido.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada e um bom dia a todos vocês.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 75 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para debater o seguinte tema: "Abertura da Semana dos Direitos Humanos com o lançamento do vídeo da Agência e Jornal Senado *Toda Loucura será Protegida?* e do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente* publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB – Universidade Católica de Brasília – e a Editora LiberLivro". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Valter Junior de Mello, Cantor, Compositor e Professor de softwares leitores de tela, que canta a música *Quem são eles?*; Larissa Bortoni, Jornalista da Secretaria Agência e Jornal do Senado; Geraldo Caliman, co-autor do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*; Loni Elisete Manica, autora do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 75, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovada em 12 de novembro de 2014, para debater o seguinte tema: abertura da Semana dos Direitos Humanos, com o lançamento do vídeo da TV Senado sobre a Lei Antimanicomial e do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*, publicado pela Unesco a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro.

Bom dia a todos e a todas. É um prazer recebê-los e recebê-las aqui nesta manhã de hoje. Pedimos desculpas pelo atraso, mas em transporte aéreo sempre há um probleminha na hora do desembarque. Então, pedimos desculpas por esse tempinho que vocês ficaram esperando.

Eu quero já convidá-los para compor a nossa Mesa.

Convido Valter Júnior de Mello, cantor, compositor e professor de *softwares* leitores de tela.

Seja bem-vindo, Valter. (*Pausa.*)

Muito obrigada pela presença, Valter. É um prazer muito grande recebê-lo aqui hoje.

Convido também a Larissa Bortoni, jornalista da Secretaria, Agência e *Jornal do Senado*.

Seja bem-vinda, Larissa.

É um prazer recebê–la. Muito obrigada pela presença.

Também convido o Padre Geraldo Caliman, coautor do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Seja bem-vindo, Padre Geraldo, nosso conterrâneo do Estado do Espírito Santo. É um prazer muito grande recebê–lo. Muito obrigada pela presença. É uma alegria muito grande.

Convido também a Loni Elisete Manica, autora do livro *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Seja bem-vinda.

Nós estamos aqui também aguardando a presença do Senador Paulo Paim, que, por problema no trânsito aqui em Brasília, ainda não pôde chegar. Assim que chegar, ele vai ocupar este espaço.

Antes de dar prosseguimento com os nossos convidados, vou fazer algumas considerações iniciais a respeito da Semana de Direitos Humanos e a respeito também das temáticas de que trataremos aqui hoje.

A data de hoje tem para nós um significado muito especial: hoje abrimos a semana em que se comemora mais um aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o seu 66º aniversário, a se completar no dia 10 de dezembro.

A Declaração nasceu em 1948, quando a humanidade emergia dos horrores de uma guerra mundial marcada pelo genocídio, em um cenário em que alcançar a plenitude dos direitos humanos para todos parecia muito mais um sonho do que uma meta. E, desde então, ela tem sido simultaneamente um norte e uma baliza para todos aqueles que buscam essa plenitude. Ao longo dessas seis décadas e meia, vimos os direitos humanos sendo paulatinamente conquistados. E ampliados. Vimos a sua evolução.

Fruto daquele momento, o foco inicial era o direito do indivíduo, a limitação da atuação do Estado sobre a esfera da liberdade individual. Protegem-se, então, os direitos civis e políticos: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade formal, à participação política, às garantias processuais... São os Direitos de Liberdade, que compõem a primeira dimensão dos direitos fundamentais da pessoa, protegendo-a de uma atuação negativa do Estado.

Sucedem-se as liberdades positivas, que conferem ao Estado o poder-dever de intervir, quando presente uma relação de hipossuficiência, visando garantir o equilíbrio entre os desiguais. A proteção se amplia, assim, para os direitos econômicos, sociais e culturais: direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, ao lazer... São os Direitos de Igualdade, que integram a segunda dimensão dos direitos fundamentais, orientando uma atuação positiva do Estado, voltada à satisfação das necessidades da coletividade.

Sobrevêm, então, os direitos humanos de terceira dimensão, agregando os direitos que pertencem a todos os indivíduos, em uma ordem de titularidade coletiva ou difusa. A proteção, agora, se estende à humanidade em seu todo: o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente, à qualidade de vida, à utilização e conservação do patrimônio histórico e cultural, à comunicação. São os Direitos de Solidariedade, voltados à proteção da humanidade em si, compreendida como as atuais e as futuras gerações.

E é neste momento histórico, em que já se fala em quarta e quinta dimensões dos direitos humanos, envolvendo a genética e as comunicações eletrônicas, é neste momento que se insere a atuação da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal. Porque, se muito já se caminhou na senda dos Direitos Humanos, muito ainda há a trilhar.

Não é sem tristeza que assistimos cotidianamente a notícias de violações de direitos humanos por toda parte. É certo que muitas dessas situações já existiam, embora ocultas sob um manto de "normalidade", e agora vão sendo reveladas e denunciadas como as violações que são. Mas, ainda assim, essa realidade nos revela o quanto ainda falta a percorrer até que alcancemos verdadeiramente os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada como um ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, propondo a adoção de medidas progressivas, de caráter nacional e internacional, para assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos. Foi um ponto de partida e é ainda uma diretriz na luta por direitos humanos, razão por que permanece atual.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem procurado dar sua contribuição na concretização desse ideal, colocando-se como um canal de veiculação dos direitos humanos em amplo espectro.

Se considerarmos todo o período do Biênio 2013-2014, terão sido 164 reuniões, sendo 116 Audiências Públicas e 48 Reuniões Deliberativas ou de Trabalho, Nelas analisamos 104 proposições legislativas e 205 requerimentos, todos vinculados aos direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos ainda recebeu e deu

tratamento a 182 denúncias relacionadas a violações desses direitos, bem como realizou 6 diligências externas, com a adoção das providências recomendadas em seus relatórios.

Nesse período de quase dois anos em que me foi dada a honra de presidir a CDH do Senado abordamos com muita seriedade temas de profunda relevância social, relativos às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos homossexuais, aos idosos e também às crianças e aos jovens, aos indígenas e também aos demais povos tradicionais, às populações marginalizadas e às vítimas de qualquer tipo de violência ou de omissão do Estado.

Em conjunto com a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, a pauta da CDH incorporou o debate sobre os 50 anos do golpe militar, com a realização de audiências e diligências que ajudaram a desfazer as sombras lançadas sobre esse período, seus agentes e suas vítimas, seus financiadores e a imbricação com a sociedade civil. E, até por essa razão, é com grande expectativa que aguardamos a apresentação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, prevista para 10 de dezembro.

Com a nossa contribuição, a legislação brasileira já recebeu importantes aprimoramentos, como a Lei de Cotas para Negros em Concursos Públicos, a Lei Menino Bernardo de combate à violência contra as crianças, a Emenda Constitucional que estendeu direitos trabalhistas às domésticas, a Lei Berenice Piana de proteção aos direitos das pessoas com autismo, entre tantas outras. Muitos outros temas permanecem com a discussão em aberto, merecendo ainda nossa total atenção, como nas questões relativas à regulação da mídia, ao trabalho escravo, às políticas inclusivas, ao combate à homofobia e a toda forma de preconceito, e tantas mais.

Nesse processo, muitos foram os que nos trouxeram suas sugestões, denúncias, opiniões.É gratificante perceber que obtivemos bons resultados em muitos casos. É reconfortante saber que, mesmo no insucesso, estivemos sempre do lado de quem luta pelos direitos humanos. Foi emocionante ver o brilho nos seus olhos, ainda quando esse brilho vinha marejado de lágrimas, de alegria ou de revolta.

Um pouco dessa emoção está exposta em nossa pequena mostra de imagens, que apresenta alguns dos momentos simbólicos que marcaram a atuação da CDH, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Compreender a diversidade dos atores envolvidos é reconhecer a universalidade desses princípios e a importância da atuação do Parlamento em favor da dignidade da Pessoa Humana.

Essa mesma emoção nos envolve hoje, nesta abertura da Semana dos Direitos Humanos, com uma gama diversificada de atividades. Além da exposição de imagens, veremos a apresentação de um uma reportagem multimídia da Agência Senado, acerca da Lei Antimanicomial. Em continuidade à comemoração do Dia internacional da Pessoa com Deficiência, teremos o lançamento do livro *A inclusão na educação profissional: um novo jeito de ser docente*", de autoria da Drª. Loni Elisete Manica, servidora desta Comissão, em conjunto com o Prof. Dr. Geraldo Caliman.

E ainda, com apoio da Agência Senado, teremos a veiculação pela internet da campanha "Direitos Humanos, direitos de todos", imagens de momentos históricos e simbólicos de nossas lutas no âmbito da CDH e do Senado Federal à luz dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então, é com muita alegria, com a sensação realmente de dever cumprido que, nesta Comissão de Direitos Humanos, aproveito para agradecer a todos os Senadores e a todas as Senadoras que contribuíram com esta Comissão, mas em particular aos servidores da Casa, aos servidores da Comissão de Direitos Humanos e também à Agência Senado, à TV Senado, à Rádio Senado, ao *Jornal do Senado*, que deu ampla publicidade às atividades desta Comissão.

Agora, vou passar a palavra ao Sr. Valter Júnior, que cantará a letra da música que retrata quem são eles, as pessoas com deficiência.

Então, Sr. Valter Júnior, uma pessoa com deficiência visual, vai fazer o registro também de quem são as pessoas com deficiência e vai cantar a música "Quem são eles?", de sua autoria. Fique à vontade, Valter. A palavra está com você.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Obrigado. Peço licença para ficar de pé só um pouco, uma vez que vou cantar. Será melhor. E tomo a liberdade, em nome da Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para cumprimentar todos os componentes da Mesa, bem como todos os presentes.

Claro, muito me honra estar aqui, em especial pelo fato de conhecer a Loni, autora do livro, já há aproximadamente uma década. Eu a conheci dentro desse contexto. Serei verdadeiro em dizer que, nos últimos dez anos, ela nada mudou. Pelo contrário, no que mudou e eu pude perceber, ela não se cansa de buscar soluções e caminhos que venham tornam a vida de pessoas como eu, com deficiência, uma vida de maior qualidade e que possam, por si só, nos facilitar novas conquistas.

Reconheço o privilégio que tenho – e parece estranho dizer isso. Tenho 46 anos e fiquei cego aos 22. Melhor fosse que eu não tivesse ficado cego, mas, se eu fosse escolher um tempo para ficar cego e tivesse es-

colhido agora, teria feito bem, porque pessoas com deficiência de décadas passadas não puderam usufruir de privilégios que hoje temos.

Eu, por exemplo, estou ansioso por ler o livro, e o farei não no formato impresso em tinta, mas, sim, na sua versão digital, e posso fazer isso confortavelmente utilizando um *software* leitor de telas gratuito e podendo, assim, conhecer não só o seu conteúdo, como também compartilhá-lo.

Dessa forma, saúdo com alegria – e sei que tenho em meus pares coro com relação a isso – as muitas conquistas que temos alcançado, em vários campos, também com relação aos direitos.

E vou cantar uma canção que procura retratar um pouco do que é a realidade cotidiana de um deficiente visual. Essa canção tem o objetivo de fazer ver que, quanto mais conhecemos a realidade de uma pessoa com deficiência, mais nos vemos despidos de preconceitos, vemos paradigmas sendo quebrados e percebemos que está bem ao nosso alcance tornar a vida de pessoas assim uma vida melhor, uma vida com mais qualidade, ao tempo em que esse relacionamento empresta para nós também muitos ganhos. Por isso, quando a canção pergunta "Quem são eles?", ela apenas quer apontar a realidade de pessoas como eu, que são deficientes visuais, mas que são normais como todos nós.

Obrigado.

(Procede-se à execução de música.)

Os olhos não veem, mas o coração sente muita coisa. Também por isso, mesmo cegos eles podem ver.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Valter, que voz bonita! Muito bonito! Parabéns. É uma alegria ter você aqui hoje. Pela primeira vez, alguém nesta Comissão canta. Que bom! Muito bem! Obrigada. Foi um momento muito gostoso.

Agora nós vamos passar a palavra para Larissa Bortoni, jornalista da Agência e Jornal do Senado, que é responsável – é isso, Larissa? – pelo lançamento do vídeo em comemoração à Lei Antimanicomial. O nome do vídeo é: "Toda Loucura Será Protegida?"

Por favor, Larissa. Fique à vontade.

A SRª LARISSA BORTONI – Queríamos começar mostrando a abertura desse trabalho, porque, além de um vídeo, na verdade, é um trabalho multimídia da Agência e *Jornal do Senado*. Esse trabalho está em vídeos como esse e textos; há ainda uma reportagem para a Rádio. Além disso, o *Jornal do Senado* vai lançar, acho que amanhã, o Especial Cidadania com esse tema.

Encaramos esse tema tão relevante e tão pouco tratado não apenas pela mídia, mas tão pouco tratado no Brasil inteiro, que decidiu dar um tratamento mais carinhoso a esse assunto.

A abertura do nosso trabalho é esta. Por favor...

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

A SRª LARISSA BORTONI – Essa, então, é a abertura do programa. É um produto grande, é um produto, como se diz no jargão jornalístico, "coxudo", um produto grande.

Antes de começar a falar um pouquinho sobre ele, estou aqui como representante de turma. Como boa jornalista, estou morrendo de vergonha porque sei entrevistar, mas essa coisa de falar em público acho um pouco pior do que levar injeção na testa – nunca levei injeção na testa, mas deve ser pior.

Eu sou representante da turma. Esse trabalho não foi feito sozinho. Esse é um trabalho da equipe da Agência Senado. No cerne, no conteúdo maior, trabalhamos eu, Tadeu, que esse moço aqui e o Cacaso, que é aquele moço ali. Agradecemos muito o apoio que recebemos do Marco Antonio Reis, que chamamos de Marcão, que é o Diretor da Agência e nos apoiou muito nesse processo. Além de ser polêmico, é um tema complicado, é um tema escondido.

A ideia de fazer esse material surgiu em fevereiro, quando surgiu a notícia da morte do cineasta Eduardo Coutinho pelo filho. Eu confesso que, até então, eu não sabia nada sobre a lei antimanicomial. Absolutamente nada: o que prevê, quais são os tratamentos, nada! E nós fomos aprendendo ao longo desse processo.

Várias pessoas reforçaram que essa lei busca dar cidadania. Muito mais do que uma lei médica, é uma lei que pretende dar cidadania. O Ministério da Saúde não sabe ao certo quantas pessoas com transtornos mentais há no Brasil, mas estima que seis milhões de pessoas sofrem com transtornos mentais considerados graves.

Por exemplo, na campanha – eu estava acompanhando a campanha –, aqui em Brasília e a nacional, me assustou um pouco que nenhum candidato tocou nesse assunto. É uma invisibilidade incrível. No final, chegamos à conclusão de que a lei é muito boa. A aplicação da lei está muito atrasada no País.

Nós temos cinco mil Municípios mais ou menos, 5500 Municípios e existem 2,1 mil CAPS só, menos da metade do número de Municípios. E o que são as residências terapêuticas? Com o fechamento dos manicô-

mios, muitas pessoas, muitos internos não tinham para onde ir porque eles perderam completamente o contato com a família. E as residências foram criadas num regulamentação da lei, para atender a essa demanda.

São só 274 residências terapêuticas no Brasil. Na Região Norte, por exemplo, só há residência terapêutica no Estado do Tocantins e, mesmo assim, apenas uma. Aqui na Capital do País, não há nenhuma residência terapêutica.

Então, eu queria convidá-los todos; esse material, que é da Agência e do *Jornal do Senado,* está disponível na página do Senado. Acho que vale muito a pena ver.

Vou contar só uma historinha rápida. Sábado eu fui a um churrasco e minha amiga Yara disse ao filho Caetano:

"Foi ela que fez, ela que escreveu". Ele tem 16 anos. Ele falou: "Me conta". Eu comecei a contar e, lá pelas tantas, pensei: "Estou enchendo o saco desse moleque, ele deve estar querendo fazer qualquer outra coisa no churrasco além de me ouvir falar sobre lei antimanicomial". Fui fazer outra coisa. Lá pelas tantas, estou pegando o churrasco, pegando comida, está o Caetano atrás de mim me cutucando: "Conta mais, explica mais". Por isto já valeu o esforço: um menino de 16 anos, classe média alta, lindo, estar interessado no assunto.

O produto ficou muito bom. Nós estamos orgulhosos dele. E pedimos o apoio da Comissão para que possamos, na Agência Senado, desenvolver outros produtos com essa mesma linha.

A minha última frase. Na campanha, o Gregório, menino da Porta dos Fundos, quando perguntaram para ele em quem iria votar, naquela confusão, ele escrevendo na *Folha*, apanhando de todo mundo, falou que iria votar no partido do ser humanismo. E eu acho que esse momento é, no País e no mundo, o momento de aumentarmos o nosso ser humanismo, o se importar com o ser humano. Acho que o partido do ser humanismo é o partido que merece o maior voto de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Larissa Bortoni, jornalista da Secretaria Agência e *Jornal do Senado*, por esta grande contribuição que a Agência e *Jornal do Senado* também oferecem, nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Eu vou agora conceder a palavra ao Professor Geraldo Caliman, Coordenador da Cátedra da Unesco e coautor do livro que será lançado. O Prof. Geraldo fará um breve comentário sobre a Cátedra da Unesco que trata dos direitos humanos, de onde foi originado o livro que será lançado.

Por favor, Prof. Geraldo, fique à vontade.

O SR. GERALDO CALIMAN – Inicialmente, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, da nossa bela terra do Estado do Espírito Santo, e também dizer da satisfação de apresentar este livro junto com a autora, que é a Loni, porque, mais do que o livro, está em foco aqui a figura, a presença das pessoas com deficiência.

Loni criou o Programa Senai de Ações Inclusivas e o projeto. Trabalhou nele por muitos anos. Depois, ela vai explicar tudo isso. E não se poderia perder, simplesmente, só na experiência, já que a experiência é também muito importante. Nós não poderíamos perder só na experiência, precisávamos também sistematizar essa grande experiência cientificamente, para disponibilizar esses conteúdos para as universidades, para a sociedade e para as políticas públicas como bem expressou aqui e estava presente também o meu colega lá do Doutorado em Educação, Prof. Cândido Gomes, que já foi assessor aqui no Senado.

Esse livro, diz ele, resulta de uma extensa, quase heroica, pesquisa. Trata de um grupo altamente vulnerável da sociedade, o das pessoas com deficiência. Diz ele: "Pouco se ilumina o elo mais fraco da corrente, porque às vezes, para muita gente é mais conveniente esquecer este elo".

Aqui, nessa pesquisa, eu fiz a *expertise* metodológica, mas quem estava à frente, operacionalmente, de toda pesquisa, em todo o Brasil – é de abrangência nacional –, foi a Loni.

Eu queria também lembrar que a nossa Cátedra da Unesco, intitulada Juventude, Educação e Sociedade, que eu coordeno, está muito preocupada em trabalhar sobre os temas dos direitos humanos de grupos específicos da sociedade, de maneira particular de grupos "esquecidos" ou, lembrando a palavra já dita aqui, "invisíveis".

Nós temos as seguintes publicações do ano passado: *Violência e Direitos Humanos*, com um grupo de *experts*, nacionais e internacionais; *Pedagogia da Alteridade*, onde nós lembramos os direitos humanos na situação de migração e de pessoas desenraizadas de suas culturas; também deste ano, *Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã*, focalizando a educação em direitos humanos no meio universitário; e, por último, na sequência, este que é *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência*, tratando do perfil do docente desse ramo da educação profissional.

São quatro livros, entre dez publicações, mais especificamente publicados pela Cátedra Unesco e pela Universidade Católica de Brasília, sempre dentro do programa de mestrado e doutorado em educação da Universidade Católica de Brasília. Estão ali mais de 20 *experts*, nacionais e internacionais, sempre focalizando esses temas.

Assim, é com prazer que apresentamos essa pesquisa de vários anos – quatro anos de dura pesquisa –, que pode contribuir muito para o Brasil nessa área da educação profissional de pessoas com deficiência. Porém, quem deve falar mais é quem executou, quem trabalhou nessa pesquisa do começo ao fim e que tem uma experiência muito grande, a Loni.

Então, deixo a ela essa palavra e agradeço a oportunidade de estarmos aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Professor Geraldo Caliman.

Senador Paulo Paim, por favor, dirija-se à Mesa. Sente-se aqui, por favor.

É um prazer receber o Senador Paulo Paim.

Muito obrigada pela presença.

Eu quero, mais uma vez, agradecer as palavras do Professor Geraldo Caliman, que já esteve conosco em outras oportunidades. E quero dizer que sempre é uma alegria receber um conterrâneo do Estado do Espírito Santo aqui nesta Comissão.

Muito obrigada pela presença e pelo trabalho realizado.

Eu vou passar a palavra à Srª Loni e, depois, ao Senador Paulo Paim.

Assim, concedo a palavra à autora do livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente,* a doutora em educação Loni Manica, que fará um breve resumo do que trata o livro.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Em primeiro lugar, eu quero agradecer imensamente à Senadora Ana Rita por permitir que nós fizéssemos esse lançamento aqui na Comissão de Direitos Humanos.

V. Exª foi autora do Requerimento, o que me propiciou grande satisfação em saber que eu estaria aqui, no local de trabalho onde eu atuo, a Comissão de Direitos Humanos, podendo falar e lançar o livro que trata das pessoas com deficiência.

Um agradecimento especial ao meu Senador Paulo Paim. E falo "meu" porque foi ele que me trouxe para cá. E ressalto que S. Exª tem sido uma pessoa incansável na área de Direitos Humanos.

Ao Valter, pelas palavras carinhosas. Ele, que tem me acompanhado realmente na última década, é um excelente professor de *softwares* leitores de tela. Nós já realizamos inúmeros trabalhos para a capacitação de professores para que possam trabalhar com informática com alunos cegos. E ele é muito bom nessa área. Criamos várias apostilas e fizemos grandes trabalhos no Brasil todo, inclusive com educação a distância. Então, um agradecimentos especial ao Valter pelas palavras carinhosas.

Parabéns à nossa colega pelo filme. Também acho superinteressante que nós possamos estar aqui, na nossa Casa, lançando e mostrando o que vocês fazem com tanta dedicação.

E um agradecimento ao meu orientador, o Professor Caliman, que, nem preciso falar, esteve comigo durante os cinco anos da caminhada da pesquisa. Não foram cinco dias; foram longos cinco anos, que, aliás, passaram tão rápido.

Acho que era um envolvimento e o trabalho que a gente fazia em conjunto. Então, um agradecimento especial ao meu orientador.

O que eu preciso ainda lembrar aqui? Da minha família, que esteve ao meu lado; meu esposo, que está aqui; o meu filho e as minhas filhas, que fazem parte da minha vida. Durante esses cinco longos anos, muito os abandonei. Foram longos fins de semana em que eu ficava trancada no meu quarto. Eles souberam me apoiar. Então, é um agradecimento especial a minha família.

Aos meus pais, e tenho certeza que estão ligados, no Rio Grande do Sul, na televisão do Senado, que, para eles, isso é uma coisa muito importante. Para eles, tenho certeza, é o reconhecimento de uma educação e de um trabalho que eles fizeram. Minha mãe é uma lutadora na área de direitos humanos, Presidente das Apaes do Rio Grande do Sul. O meu pai é um pequeno... Não tem terra, mas tem vontade de ser agricultor. Tem uma chácara onde trabalha todos os dias. Não tem a formação. Não teve a escola formal, mas é uma pessoa extremamente competente em tudo o que faz. Então, beijo a eles, no Rio Grande do Sul. Fica o meu reconhecimento ao meu pai e à minha mãe, que estiveram comigo, e meu reconhecimento aos meus irmãos.

Quero dizer que essa pesquisa, eu a dedico especialmente ao meu irmão, Sérgio Luiz, que é deficiente intelectual. Quando eu nasci, ele já existia, mas não sabia caminhar nem falar. Fui eu que pude acompanhá-lo nesta vida. Sempre me toca lembrar que, quando eu entrei na escola pela primeira vez com ele, de mãos dadas, ele é um pouco mais velho que eu, as crianças e todos chamavam-no de "louquinho". Não era "deficiente" nem "pessoa com deficiência". "Lá vem o louquinho!", e outros nomes que não vale a pena lembrar. Isso me entristecia. Entristecia a ele. Muito eu lutava na escola para que aqueles adjetivos, aquelas coisas mudassem. Ele não conseguiu ser incluído em uma escola regular, mas conseguiu ser acolhido por uma ONG, onde conseguiu se desenvolver e fazer um trabalho.

Então, esse livro é uma dedicação especial ao meu irmão, que me ensinou que as pessoas com deficiência sabem amar, sabem fazer, sabem ser competentes, sabem ir e vir, sabem fazer muito mais do que imaginamos, basta que apostemos nelas e proporcionemos oportunidades.

Esse livro, e o Prof. Caliman já falou, tem um grande objetivo. A ideia é atingir os docentes que atuam com pessoas com deficiência na educação profissional. Como o professor falou, fui gestora à frente de um programa no Brasil todo, em que pude criar e disseminar, com a parceria do Senai, em todas as escolas do Senai, que foram as escolas que me acolheram para que pudéssemos fazer essa pesquisa. Tenho esse reconhecimento e um agradecimento a essas escolas. Conseguimos ir para todo o Brasil fazendo uma pesquisa e coletando dados, o que nos gerou muito material. Não foi possível colocar em um livro esse material. Então, dividimos. O nosso primeiro livro vai tratar do docente. Qual é o novo jeito e o jeito de ser docente das pessoas com deficiência na educação profissional? Para isso, tem as falas, a compilação de 48 professores que atuam com alunos com deficiência em todo Brasil, 35 pessoas com deficiência que estavam dentro da educação profissional e 28 gestores que puderam fazer parte. A coleta da pesquisa não foi muito fácil. Os alunos, em grande parte, eram analfabetos. Tínhamos que fazer uma pesquisa de gravação e transcrever. Mas foi muito gratificante.

Esse primeiro livro trata só de uma primeira parte da pesquisa que é voltada ao docente. O nosso segundo livro vai tratar, então, dos limites e das possibilidades de fazer inclusão na educação. Não era possível colocar tudo aqui. É bom que ficou bem direcionado ao professor, aquele que realmente coloca a mão na massa, aquele que está na sala de aula e que precisa, às vezes, de uma luz para saber trabalhar ou direcionar ou fazer um trabalho com as pessoas com deficiência.

Esse livro tem 14 capítulos. Perpassa desde um diálogo inicial em que coloca os principais aspectos legais da educação tanto para pessoas com deficiência como não, mas os aspectos legais da educação. Um capítulo fala sobre o que é a pesquisa. No terceiro capítulo, foi construída uma linha do tempo, a partir de um estudo teórico que fiz que vai desde o início, quando eram exterminados até a era da inclusão.

Não faz muito tempo que eles eram mortos ou escondidos dentro de casa. Esse Capítulo 3 fala especialmente dessa linha do tempo das pessoas com deficiência.

No Capítulo 4 eu trato especificamente da educação e da escola inclusiva. O que é essa escola inclusiva? No quinto eu falo sobre o docente que quer trabalhar com uma educação inclusiva. No sexto, falo sobre quem é esse discente. Quais foram os conceitos? Como ele era chamado? Como ele hoje é chamado? Por que terminologias a gente costumou chamar? Por quê "excepcional"? Por quê "mongol"? Por quê alguns termos, alguns pejorativos, que hoje nós não usamos, graças a Deus, chamando-os de pessoas com deficiência? No Capítulo 7 eu falou um pouco sobre como foi feita a pesquisa mesmo. No 8, quem são os sujeitos que participaram ativamente da pesquisa e no 9 eu começo, então, a apresentar o perfil dos alunos pesquisados, a falar do que eles pensam, do que desejam de um professor que vai atuar com eles. No Capítulo 11, então, eu chamo os docentes e falo do que eles pensam como professores, do que eles poderiam fazer, do que fazem e do que não conseguem fazer. No Capítulo 12, então, a questão das principais categorias.

Claro que, para eu poder fazer chegar às principais categorias, eu precisei fazer um cruzamento de todas as respostas, de todos os respondentes, para chegar, então, às categorias finais, que vou passar, rapidamente, aqui para vocês.

A partir do cruzamento dos dados, então, a gente pôde chegar a algumas principais conclusões que são... (*Pausa.*)

Então, esse é o caminho que foi trilhado para chegar aos resultados.

Nós temos aqui um perfil docente, com todos os nossos pesquisados, os alunos, os gestores e os próprios docentes, e os limites e possibilidades da inclusão.

Esse primeiro livro trata desse primeiro item voltado ao perfil docente.

Os segmentos respondentes, os resultados e, depois, então, o cruzamento e os resultados a que chegamos e que originaram esse primeiro livro.

A primeira coisa que eles pedem e que sai aqui no livro parece uma coisa banal. Noventa e nove por cento dos alunos colocaram que querem, dentro de um perfil docente, que a paciência seja levada em consideração, que o professor tenha paciência para escutar, para crer que ele também tem potencial, para entender que esse aluno também pode contribuir com aquela aula, com aquele conteúdo que ele vai trabalhar. Isso foi muito colocado.

A metodologia e a avaliação. Nem sempre a metodologia podem ser iguais. Um aluno surdo que entende Libras e que conhece a logística e também a linguística da Libras, que é diferente do português, vai precisar de uma prova em Libras. Um aluno cego talvez precise de um *software* da prova dentro do computador. E assim por diante. Então, a metodologia, a avaliação nem sempre pode ser a mesma, e isso é muito forte dentro desse trabalho que a gente apresenta aqui.

O tempo, pessoal, também parece uma coisa banal. O professor tem conteúdos a vencer e o aluno diz assim: "Deixa. Eu posso levar dois anos, mas me deixa. Vai um pouco mais lento comigo, porque eu vou conseguir, só preciso de um pouco mais de tempo".

A questão da qualificação eles cobram muito. Os professores também colocam. Parece-me que é assim: "Eu posso fazer a inclusão com a formação que eu tenho..." Mas o que eles pedem é que nós tenhamos uma qualificação maior, que a gente saiba o que é uma pessoa com deficiência, que tipos de deficiência existem, o que é fazer e educar uma pessoa com deficiência, que conteúdo eu posso trabalhar, que material adaptado eu posso fazer, e isso requer qualificação do professor.

Aprendizagem mediada. Que o professor não seja o dono do saber, que o aluno possa contribuir. Aliás, ele tem muito a contribuir. Ele sempre diz assim: "Olha, se você não sabe o que fazer, me pergunta que eu ajudo". Então, o diálogo é super importante, como proceder dentro de uma sala de aula, e o aluno pode, então, apoiar.

A superação do preconceito é uma coisa que apareceu muito forte tanto nos gestores quanto nos professores e quanto nos alunos. Eles ainda entendem que existe uma discriminação e um preconceito muito fortes. Quando o professor recebe um aluno com deficiência, ele diz: "Ah, não, eu não consigo, não vai dar, pode mandar de volta, porque eu não tenho qualificação."

E, aí, também, entra todo um aparato de discriminação com que nós convivemos durante muitos anos e, até pouco tempo, nós não tínhamos essas pessoas com deficiência convivendo no nosso dia a dia. Esse preconceito, realmente, ainda existe e é muito forte.

Então, uma das coisas que eles colocam, muito relevante, é que o professor precisa agregar na sua didática, na sua metodologia essa superação e entender que ele é um aluno, que ele pode e tem condições de render dentro da sala de aula.

Ousado, a ousadia do professor. Eles dizem assim, os alunos, principalmente: "Se o professor tem medo, não tenha medo. Tente. Pelo menos, você está tentando. Agora, se você ousar, eu não vou nem saber que você está tentando e até vou ficar triste. Então, seja ousado em inovar, em tentar fazer o diferente e, também, humilde, para me perguntar como é que pode ser." Ou seja: "Se você é surdo, como é que eu posso lhe dar aula? Eu posso falar na sua frente, você faz leitura labial? Você prefere que eu coloque o intérprete?" O surdo, o cego: "Você entende Libras? Você entende Braille? Você quer o material em Braille? 'Não, não conheço.' Você quer num *software*?"

Fale com o seu aluno, seja humilde, porque o seu aluno, às vezes, sabe mais do que você.

Aqui, eu dou o exemplo de um professor que trabalhava com cursos de mecânica de autos e ele falava assim: "Loni, eu aprendi com uma pessoa com deficiência e, hoje, eu não escolho mais quem é o meu aluno. Eu não quero saber. Eu entro na sala de aula sem saber se eu tenho pessoas com deficiência ou não, porque eu fui resistente, eu não quis atender a um aluno cego e eu era um professor que me dizia inclusivo. O aluno cego chegou e eu falei: 'É impossível descer com esse aluno nas oficinas de mecânica, é impossível que esse aluno vá poder fazer mecânica de autos, e nós oferecemos para ele milhões de cursos dentro daquela escola: 'Tem informática, tem não sei o quê.' Tentamos vender outros, ele disse: 'Eu não quero. Eu quero ser mecânico.'" O professor falou: "Então, infelizmente, não vai ser aqui, porque eu não posso lhe atender."

Graças a Deus, ele teve a lucidez, foi ao Ministério Público, o Ministério Público deu o aval na hora, ele voltou para a escola e disse: "Vocês têm que me aceitar, por bem ou por mal. É lei e eu tenho que estar aqui."

O professor disse – no depoimento do professor: "Que bom, que bom que eu tive essa oportunidade, porque quando eu ia dar aula teórica, ele sabia tudo. Aquele aluno sabia tudo. Ele tinha pesquisado mecânica de autos a vida toda dele. Eu percebi que ele sabia muito mais do que eu. Quando nós fomos para a prática, que eu morria de medo, quando eu ligava o motor, ele já detectava onde estava o problema. Ele me deu uma aula, ele me ensinou que o limite estava na minha cabeça e não na forma como ele, aluno, queria ser e fazer. Tornou-se um grande mecânico e pode trabalhar."

Então, são depoimentos que eu tive nessa pesquisa e que são ricos.

Trabalhar os pré-requisitos. Os alunos, normalmente, não têm formação. Eles não foram alfabetizados, eles não têm uma... A nossa história revela que eles não estavam incluídos na educação, consequentemente, grande parte das nossas pessoas com deficiência ainda é analfabeta ou tem uma escolaridade muito baixa. Sessenta e três por cento deles ainda não terminaram o primeiro grau – esse foi o último censo.

Então, eles pedem para o professor: "Tenha paciência. Trabalhe um pouquinho um pré-requisito, porque, mesmo sendo um curso profissional básico, que não exija que eu tenha uma formação de escolaridade, eu posso render. É só ter um pouquinho de paciência e, talvez, trabalhar alguns requisitos mínimos, básicos, de que preciso."

Desenvolver essa prática intimamente relacionada à cidadania e ao trabalho socioeducativo. Transmitir valores.

Aqui, pessoal, eu coloquei algumas das nossas sugestões que estão no livro e eu termino, aqui, falando uma frase de um aluno com Síndrome de Down que foi pesquisado. Ele falou assim: "Se eu fosse um professor, eu ia dizer para ele assim: 'Professor, um recado para o senhor. Ouça o aluno, tenha carinho, entenda que o aluno com deficiência também tem o que lhe dar.'" Quer dizer, é a paciência, é o carinho, é o poder saber dar, transmitir um conhecimento, sabendo que ele também tem um conhecimento e que, nessa troca, eles crescem juntos.

Então, o meu agradecimento especial, também, aos professores da OCB e a todo o Brasil, que me acolheu nessa pesquisa. Esse resultado não foi de um dia, foi de cinco anos, e foi um trabalho imenso a que nos dedicamos, com orientação do Prof. Caliman, para que pudesse trazer alguma colaboração ao mundo da educação, ao mundo da pesquisa.

Graças a Deus, estou aqui, por convite do Senador Paulo Paim. Parei dentro do Senado, que é uma Casa que faz leis, um lugar onde nós temos uma comissão que trabalha com direitos humanos. E foi aqui, então, que esse livro pôde se lançado. Agora ele vai ao mundo. Com o apoio da Unesco, ele chega às escolas, aos professores. E que o professor possa ter isso não como receita, mas como um olhar diferente: no que eu já faço, muito bem, continue fazendo; no que eu não faço, é o que eu vou buscar fazer. Não existe uma receita única. Cada aluno é próprio, é indivíduo, é único. E esse aluno eu trato como um ser único.

Então esse é o nosso *trailer* do livro para que vocês possam divulgá-lo e façam uma boa leitura.

Obrigada mais uma vez, Ana Rita, pelo reconhecimento e pela oportunidade que a senhora nos deu de estar aqui fazendo o laçamento. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Drª Loni Manica, Doutora em Educação, que lança hoje o seu livro, feito com muito orgulho, com muita dedicação, intitulado *A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente*.

Parabéns, Loni, pelo trabalho e parabéns ao Prof. Geraldo, que foi o orientador. Realmente uma construção de cinco anos e que nos traz um produto tão importante, que vai ser muito útil a todos os professores, educadores, gestores na área de educação.

Recebam os nossos parabéns!

E é um orgulho tê-la na Comissão de Direitos Humanos como nossa Assessora.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, para que também faça as suas considerações nesta audiência tão bonita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, que Preside a reunião; demais convidados; Loni, que hoje lança o livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, sendo coautor do livro e também professor o Dr. Geraldo Caliman; a Larissa Bortoni, com quem eu tenho a alegria de trabalhar há muito tempo aqui no Senado, aliás, um dos principais livros que eu lancei teve a participação dela, livro que eu lanço na Feira do Livro, em Porto Alegre, todos os anos. Ela é jornalista e é Secretária da Agência e Jornal do Senado. O Valter Junior de Mello, cantor, compositor e professor de *softwares* leitores de tela.

Valter, eu pude assistir à sua apresentação. Assim que cheguei, tive que me inscrever e, passando na sala da Secretaria-Geral do Senador, vi que estava todo mundo lá fixado à tela, assistindo e ouvindo a sua apresentação. Ao ver toda a sua sensibilidade e competência, eu me lembrei – e a Loni o conhece muito bem – do meu chefe de gabinete, no Rio Grande do Sul, há 12 naos, que é o Santos Fagundes e é totalmente cego. Com toda a sua competência mostrada aqui, lembrei-me do Santos, lá, que é um articulador político e é totalmente cego. Não pense que eu o tenho como chefe de gabinete porque eu sou bonzinho não. Não tem nada de bonzinho; é porque ele é bom mesmo. Se ele não fosse bom, ele já teria saído.

Então, uma salva de palmas para todas as pessoas deficientes, por tudo o que representa a sua figura hoje aqui. (*Palmas.*)

Se me permitirem, gostaria de ler um texto, não é muito longo, é curtinho, porque leitura de texto longo cansa todo mundo. A Loni, como é muito competente, já fez a dela de improviso. Mas, antes, eu queria fazer um cumprimento especial à Senadora Ana Rita.

A Senadora Ana Rita tem demonstrado, para todos aqueles que duvidavam, quem é da assessoria da Bancada sabe, está aqui a Rose, que, quando eu saí da Comissão – a minha fotografia está ali atrás daquele painel – muitos falavam que a Comissão iria afundar, porque ninguém vai substituir o Senador Paim. A Ana Rita, veio, assumiu, deu um nó em todo mundo, ninguém conseguiu desmanchar o nó, tendo em vista a sua capacidade, a sua competência, fez um trabalho brilhante, que ninguém mais se lembra do Paim. Então, uma salva de palmas a nossa Ana Rita. (*Palmas.*)

Se puder, uma hora dessas, diga que eu fui o seu antecessor.

Tem uma frase da qual eu gosto muito, que diz: o bom mestre é aquele que prepara quem vai substitui-lo e este ultrapassa o mestre. Se um dia eu fui um pequeno mestre, aqui está uma grande mestra, que superou àquele que deu os primeiros passos aqui nesta Comissão.

É um orgulho estar aqui a seu lado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só atrasei porque há greve em Brasília, dos motoristas de ônibus, e uma greve justa, porque as empresas não lhes pagaram o salário de novembro ainda. Não pagaram novembro, não pagaram o décimo terceiro, e eles estão em greve. Então, eu, pacientemente, fiquei duas horas no tráfego, mas fiquei solidário a eles.

Olhem, quem chega atrasado tem o problema de repetir tudo o que os outros já disseram, não é? Mas vou falar rapidamente aqui da importância do dia 10 de dezembro, dia em que o mundo inteiro festeja o dia internacional dos direitos humanos. A data foi escolhida na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos responde pelo registro dos direitos humanos básicos que devem assistir todos os cidadãos. Essa declaração foi assinada por 58 Estados e tem como objetivo promover a paz, a preservação da humanidade, principalmente após o conflito da Segunda Guerra Mundial, que matou, que assassinou milhões de pessoas. O dia 10 de dezembro passa, então, a ser dedicado a homenagear todos os cidadãos que lutam pelos direitos humanos, incentivando o fim de todos os tipos de discriminação e, consequentemente, os defendem um mundo mais justo e mais igualitário para todos.

Agora, na quarta-feira, em todo o mundo, estarão acontecendo os eventos para promover os direitos humanos dos homens e mulheres. A data é também assinalada em nosso País pela entrega, claro, do Prêmio Nobel da Paz, que, neste ano, foi dirigido a duas pessoas: um indiano, Kailash Satyarthi e uma paquistanesa, Malala Yousafzai, que inclusive esteve aqui no Brasil. Um indiano de 60 anos recebe o prêmio por ser um ativista dos direitos das crianças na Índia e a menina Malala por sua militância a favor da educação das meninas em sua região natal no Noroeste do Paquistão. Ela sobreviveu inclusive a uma tentativa de assassinato promovida pelos talibãs em 2012. O próximo dia 10 será marcado pelo clamor oriundo de todos os cantos do mundo em prol da igualdade de oportunidades e contra todo e qualquer tipo de preconceito.

O Brasil também se engaja nessa luta com inúmeros eventos. O Senado Federal registra a data com várias atividades. E este evento que hoje realizamos aqui faz parte dessa bela agenda. Esse evento traz pessoas ligadas ao tema, em especial, juntam-se a nós representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mais do que justo que esse evento aconteça aqui, Senadora Ana Rita, exatamente na Comissão de Direitos Humanos, exatamente por ser o órgão do Senado que trata de todos os temas relacionados a essa área. Esta Comissão, que tive a honra de presidir por dois mandatos, hoje é muito bem, muito bem mesmo, presidida pela ossa querida Senadora Ana Rita. É aqui, nesta Comissão, que ouvimos, durante anos e anos, os apelos, as denúncias, os pedidos de socorro, os clamores de inúmeras, inúmeras, inúmeras pessoas que procuram a CDH, munidos, talvez, de uma última esperança para a resolução dos seus problemas.

Lembro a todos vocês, com um exemplo que gosto de dar sempre, a Lei dos autistas. Eles procuraram vários setores da sociedade. Ninguém os ouvia. Por fim, procuraram a nós, aqui, na Comissão de Direitos Humanos. E, tanto eu como a Senadora Ana Rita, a Senadora Angela Portela, ouvimos, debatemos com a Bancada do Partido dos Trabalhadores e hoje exite a Lei dos Autistas, graças a esse movimento feito pela Comissão dos Direitos Humanos. A lei se chama Berenice Piana. Nós demos esse nome à lei – nós, da Comissão – porque ela foi a pessoa que veio nos procurar quase desesperada. "Procurei a todos, ninguém nos ouviu". Enfim, a Comissão, claro, com o apoio da Presidenta Dilma, que sancionou a lei.

Nós, Senadores, temos obrigação de ouvir a todos, bem como de unirmos esforços para resolver ou, ao menos, amenizar o sofrimento que eles demonstram.

Enfim, estou feliz de estar aqui participando da abertura dos trabalhos desta semana tão importante, e fazemos isso assistindo ao lançamento de duas obras diretamente criadas para as pessoas com deficiência – um filme e um livro.

O filme, idealizado pela nossa TV Senado, que trata de questões relacionadas aos direitos humanos, merece o nosso reconhecimento, pela Agência Senado, enfim, por toda a equipe do Senado, pelo excelente trabalho que está sendo feio aqui na Casa.

A segunda criação e um livro, que, no dia de hoje, está sendo lançado para o Brasil e para o mundo. Trata-se de um livro que resulta de uma ampla pesquisa, realizada no Brasil, sobre a educação profissional para a pessoa com deficiência. Pesquisa esta que foi realizada, como aqui foi dito pela autora e, tenho certeza, pelo coautor junto às escolas do Senai, instituição da qual, tenho a honra de lembrar, fui aluno. Foi no Senai que eu dei o primeiro passo para chegar onde estou hoje. Eu era vendedor de frutas em Porto Alegre. Com 12 anos, fiz um teste para o Senai, passei, e a minha vida mudou.

Então, meus cumprimentos. Temos um pouco a ver com o livro que tu escreves, pois é de onde eu vim.

Esse livro da Loni – e me permita que eu a chame assim, como você pode, claro, me chamar de Paim, como eu chamo aquele cidadão ali, de camisa listrada, de Júnior... Não vou chamar de "teu esposo"; vou chamá-lo simplesmente de Júnior. Não vou dizer se é engenheiro, arquiteto ou se não é nada, mas vou tratá-lo apenas por Júnior, como ele me trata por Paim. Enfim, desse livro da Loni, no qual eu e a Senadora Ana Rita tivemos o privilégio de nos pronunciarmos logo nas primeiras páginas, é com prazer que digo que conheço a autora, pois ela foi – e hoje está aqui dando uma mão para a Comissão de Direitos Humanos – da minha assessoria, e trouxe para o Senado esse belíssimo trabalho que, hoje, nós estamos aqui assistindo ser transformado em livro.

Quero aqui, neste momento, cumprimentar a todos que lutam por um mundo mais justo e que não medem esforços para que os direitos humanos sejam fortalecidos no Brasil e no mundo.

Quero apresentar o meu reconhecimento aos autores do vídeo e aos autores do livro. Ambas as criações tratam de temas relacionados diretamente a esta Comissão.

Para terminar, aproveito para lembrar que, além desta data, o Senado também está festejando a VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em homenagem ao dia 3 de outubro, que marca o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência...

Aqui, no caso, é 3 de dezembro. Eu lembrei outubro, porque outubro é uma data muito importante para mim – para mim, não para vocês! (*Risos.*)

O dia 3 de dezembro marca o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Assim, são muitos os motivos que nos trazem a esta reunião, neste momento, pois sabemos que ainda temos muito a fazer e caminhos a percorrer. Contudo, precisamos reconhecer que houve avanços. Avançamos e queremos avançar ainda mais.

Os direitos humanos são direitos de todo homem, de toda mulher, de todo negro, de todo branco, de todo índio, de todo cigano, de toda pessoa com ou sem deficiência. Os direitos humanos são direitos dos idosos, dos homossexuais, do rico, do pobre; enfim, de todos os seres humanos.

Direitos humanos são direitos e conquistas do indivíduo e envolvem assuntos que objetivam a existência desta Comissão, a nossa querida e conhecida CDH.

Direitos humanos são o resultado de lutas diárias, como a luta pela dignidade, a luta pela justiça, a luta pela vida.

Direitos humanos são direitos que nós, Senadores, Senadoras e toda a população, temos que reconhecer e trabalhar para que, de todas as formas, possamos chegar ao dia em que ninguém, ninguém mesmo, seja discriminado neste País.

Direitos humanos são os seus, são os meus, são os nossos. Façamos esse direito ser cumprido.

Vida longa à 8ª Semana da Pessoa com Deficiência que estamos realizando. Vida longa à Semana dos Direitos Humanos que iniciamos no dia de hoje. Vivam os direitos humanos. Que a gente busque uma melhora na qualidade de vida para todos, não só no Brasil, mas no mundo. Vivam todos os militantes dos direitos humanos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Parabéns, também, pelo seu trabalho, pela sua atuação, pela dedicação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... para descontrair só. E parabéns à assessoria, que construiu o texto também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo!

E pela dedicação à luta das pessoas com deficiência.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em parceria com a Agência Senado, veicula ao longo da Semana dos Direitos Humanos, a campanha "Direitos Humanos, direitos de todos e todas", apresentando alguns momentos históricos e simbólicos da luta pela dignidade da vida e da pessoa humana.

Essas lutas foram vividas e retratadas no âmbito das ações da Comissão de Direitos Humanos e do Senado, com apoio da assessoria e repórteres fotográficos da Agência, entre eles, Vinícius Ehlers, aqui da Comissão de Direitos Humanos, Jonas Pereira e Marcos Oliveira, da Agência.

Liberdade de expressão, respeito à diversidade religiosa e de gênero, combate à discriminação e preconceito, dignidade do trabalho e acessibilidade são alguns dos temas da campanha, que envolve direitos fundamentais propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos apresentados ao mundo há 66 anos pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A campanha visa a valorizar a atuação e a participação da sociedade na construção da democracia plena e presença inequívoca do povo nas demandas junto ao Parlamento, especialmente com esta Comissão de Direitos Humanos, que tenho a honra de presidir.

Aí, no telão, apresentamos as imagens associadas a alguns dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu vou fazer a leitura de alguns direitos, porque as letras aí são pequenas.

Na primeira imagem, o art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Na outra imagem, o art. 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Também o art. 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

E, no art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos, sem qualquer distinção, têm direito a igual remuneração por igual trabalho.

E no art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Então, são algumas imagens que trazemos; imagens de momentos históricos vividos aqui na Comissão de Direitos Humanos e também no Senado Federal. Só para citar alguns desses momentos, uma das imagens aqui apresentadas são indígenas, ciganos, povos de matriz africana e outros povos tradicionais que debatem seus direitos na CDH. É essa imagem.

Uma outra imagem trata da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, a PEC das Domésticas, que garantiu a igualdade de direitos trabalhistas para milhões de brasileiras e brasileiros, que é essa imagem que está posta aí.

Essa imagem aí trata de pessoas com deficiência que debatem avanços e desafios em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Uma outra imagem traz aqui a participação, democratização da comunicação e liberdade de expressão em debate na Comissão de Direitos Humanos, que é essa que está posta ali.

E por último a criminalização da homofobia, em debate na CDH. Também foi um debate importante que deu ampla visibilidade a esse tema.

Além desse, houve outros temas importantes. (*Palmas.*)

Agora, para já ir caminhando para o encerramento, vou conceder a palavra ao Prof. Geraldo Caliman, coautor do livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, para que faça suas considerações finais.

O SR. GERALDO CALIMAN – Primeiramente agradeço muito a oportunidade de podermos apresentar esse livro aqui. Como eu disse, o foco é sempre as pessoas com deficiência. A gente espera que realmente ele sirva para a sociedade se referenciar nesse tipo de trabalho, nesse tipo de pesquisa.

Eu queria deixar dois brindes para os Senadores junto com o livro de hoje. Também outros três irmãos tratam da área de direitos humanos, como eu falei no início: *Violência e Direitos Humanos: Espaços da Educação*; sobre pedagogia e direitos humanos, *Direitos Humanos na Pedagogia do Amanhã*; *Pedagogia da Alteridade: para Viajar a Cosmópolis*, cada um com grupos específicos.

Nós damos esse brinde à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que bom! Obrigada, Professor.

Vamos tirar uma foto, aproveitando o momento.

Muito obrigada.

O SR. GERALDO CALIMAN – Peço à Loni que também dê o brinde ao Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos tirar uma foto os quatro.

Vamos pedir ao nosso convidado Valter para participar da foto coletiva.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor Geraldo, pela presença, pelo carinho e pelo presente que nos concedeu aqui hoje.

Muito bacana! Muito obrigada!

Eu vou passar a palavra agora para a Larissa Bortoni, jornalista da Agência e do *Jornal do Senado*.

A SRª LARISSA BORTONI – Eu queria agradecer o convite da Comissão, por dar essa oportunidade para a gente apresentar esse material. É um produto que a gente gostou muito de fazer, um produto difícil de fazer.

Eu não queria me alongar muito. Assim, eu queria convidar os senhores e as senhoras a assistirem um trechinho de um dos vídeos que trata do preconceito sofrido pelas pessoas que têm transtornos mentais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª LARISSA BORTONI – Esse é um pequeno trecho de um dos vídeos. Como eu disse, são cinco vídeos, um áudio e aquele vídeo de abertura.

Volto a agradecer a Comissão pelo convite e dizer que a Agência Senado e o *Jornal do Senado* estão à disposição dos senhores para futuras parcerias.

A intenção nossa é produzir mais material jornalístico com essa temática.

Muito obrigada e bom dia! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito a oportunidade para agradecer também a Agência Senado e o *Jornal do Senado* e todos os meios de comunicação do Senado, que têm uma sensibilidade muito grande pelos temas tratados aqui na Comissão de Direitos Humanos, mas em especial com relação às pessoas com deficiência. Estamos fazendo a abertura hoje de uma semana em que diversas outras atividades vão acontecer e, com certeza, sempre contando com o apoio, a contribuição e com a presença da TV Senado, da Agência Senado e da Rádio Senado.

Aproveito para informar que esta programação... (*Pausa.*)

Aproveitando aqui para informar essa agenda.

Amanhã à tarde, às 14 horas, vamos tratar do "Minerodutos, escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração". Na quarta-feira, dia 10, será apresentado aqui o relatório final da Comissão Nacional da Verdade – é muito importante esse momento –, no aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando será divulgado o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. E na quinta-feira, nós teremos uma audiência aqui para debater o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Esses são alguns dos temas que esta Comissão está promovendo, sempre com apoio da TV, da Rádio, da Agência Senador e do *Jornal do Senado.*

Muito obrigada, Larissa. Em seu nome, fazemos aqui esse profundo agradecimento a todos vocês.

Vou passar a palavra para a Loni Elisete Manica, que é autora do livro, para que ela também faça as considerações finais. E, ao final, vamos ouvir o Valter.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Senadora, as considerações são, na verdade, agradecimentos. Estou muito feliz pelo dia de hoje. Com certeza, para mim, é um momento único, um momento em que consigo colocar e passar para a sociedade o esforço que nós fizemos durante esse tempo.

Um agradecimento ao meu sogro e minha sogra, que foram meus corretores durante todos esses cinco anos. E ao grupo de acessibilidade, que está aqui, do Senado, que batalha tanto nessa área. Aos meus amigos, aos meus colegas, todos.

Eu vou encerrar dizendo dois trechinhos que foram escritos pelos Senadores e que estão aqui no meu livro.

Senadora Ana Rita:

Sou partidária de que direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e têm interligação com democracia e com desenvolvimento. Reconheço o avanço e conquistas no que se refere ao respeito às diferenças, à participação social, à redução das desigualdades e ao enfrentamento a todas as violações de direitos humanos. Seguimos lutando para que um dia todas e todos tenham seus direitos respeitados.

Senador Paulo Paim:

O tema da deficiência reivindica seu espaço nas reflexões sobre cidadania, direitos humanos e inclusão social agregando valor ao conceito de desenvolvimento. Almejamos ultrapassar a lógica do assistencialismo e acreditarmos nos princípios da autonomia e da emancipação das pessoas com deficiência. Buscamos a equiparação de oportunidade de uma educação de qualidade, contribuindo assim para melhores oportunidades no mundo do trabalho. Creio que planejar os caminhos do futuro com essa perspectiva é transferir para o ser humano a centralidade das reflexões acerca daquilo que esperamos de uma sociedade desenvolvida.

Muito obrigada, Senadora Ana Rita e Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Loni. É um prazer e um orgulho para nós ter você aqui conosco na nossa Comissão. Parabéns. Que Deus a ilumine. Continue com essa disposição de escrever, de pesquisar sobre esse tema que é de fundamental importância, é de uma ajuda imensa para todos nós.

Não é por acaso que deixamos o Valter para o final, porque eu pedi ao Valter para cantar novamente. Quem não gostaria de ouvir o Valter novamente? Então, Valter Junior de Mello, cantor, compositor e professor de softwares leitores de tela.

Com a música do Valter, nós já vamos fazendo o encerramento da nossa audiência.

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Eu quero agradecer e dizer que após cantar, vou contar com a ajuda do professor, bem como de Loni, para passar às mãos de vocês um CD que tem a música que eu cantei ao início, bem como um CD para todos que aqui estão, não é? Eu só fiquei um pouquinho intimidado, porque ele entregou o livro, teve foto, fez tudo isso e eu não vou ter a mesma habilidade. Cego, tanto para entregar as coisas quanto para fotos é mais difícil. E vou pedir licença para ficar de pé.

Essa canção que vou cantar, eu, alvo de tanta generosidade e privilégio de poder cantar uma música na abertura, não julguei que fosse cantar uma segunda, motivo pelo qual eu não trouxe um instrumental e vou cantar a capela.

Essa canção eu vou utilizar para ilustrar a realidade de colegas meus, portadores de deficiência, que numa reação ao julgamento de alguns que poderia levá-los a crer que são incapazes, às vezes migram para outro extremo e querem se mostrar mais capazes do que são. A gente não precisa disso. Nem aceitar uma incapacidade, nem nos acharmos capazes de tudo. Por isso, nós podemos caminhar, portadores de deficiência e pessoas consideradas normais até, sem essa dificuldade. Pelo contrário, um ajudando outro.

Eu vou cantar uma canção de um personagem histórico muito ligado a índices fluviométricos. Falo de Pedro, o discípulo de Cristo. Houve um episódio, narrado nas Escrituras, em que fala do momento em que ele confiou demais em si e foi quando ele negou o seu Mestre. Mas ele percebe e caminha depois disso de uma forma equilibrada. É isso o que eu quero cantar. E que seja esse o convite a todos nós: caminharmos de forma equilibrada nos ajudando mutuamente.

(*Procede-se à execução de peça musical.*)

O SR. VALTER JUNIOR DE MELLO – Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Valter. Foi um prazer, uma alegria e uma honra recebê-lo nesta manha de hoje, aqui, no Senado. Muito obrigada pelo CD. Fiquei feliz. Iria até perguntar como eu faria para ter acesso a suas músicas. Não sabia que você tinha trazido um CD para nós. Muito obrigada!

Quero fazer um convite a todos que aqui estão. Após o encerramento desta audiência pública, estaremos oferecendo aqui um pequeno coquetel. É muito simples, mas com muito orgulho preparamos para todos vocês. Todos estão convidados a permanecer mais um pouco e se deliciar dessas coisas gostosas que aqui estão.

Ao final, estaremos também distribuindo o livro, segundo a Loni, gratuitamente – Olha que beleza! –, com a possibilidade de ter o autógrafo da nossa autora. Muito obrigada!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada! Bom dia a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senadora Ana Rita e do Senador João Capiberibe. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 70 de 2014-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, aprovado em 12/11/2014, para "debater com técnicos e lideranças de populações atingidas a escassez gerada pelo impacto do uso da água na mineração". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Patrícia Generoso, Representante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas Rio em Conceição do Mato Dentro – REAJA; Maria Teresa Corujo, Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; Anacleta Pires da Silva, Atingida pelo Projeto Grande Carajás, da Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos do Estado do Maranhão; Gustavo Gazzinelli, Coordenador da Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio de Minas Gerais; Eldis Camargo Santos, Especialista em Educação

Ambiental – Representante da Agência Nacional de Água – ANA; Carlos Bittencourt, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. O Senhor Presidente solicita aos convidados que expliquem a forma de utilização da água na extração do minério, o que é feito. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar ofício à Presidenta da República Dilma Rousseff solicitando o agendamento de uma reunião com a presença de representantes da CDH do Senado, de representantes do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela e de vereadores de Belo Horizonte, para tratar dos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela, criado no dia 13/10/2014, ressaltando a questão da segurança hídrica para Belo Horizonte e sua região metropolitana; 2) encaminhar ofício à Agência Nacional das Águas (ANA) informando sobre a questão e demandando um posicionamento a respeito, visto que atuam no âmbito da gestão de águas e vêm desenvolvendo estudos e planos voltados à garantia de abastecimento de águas nos grandes centros urbanos brasileiros; 3) encaminhar ofício ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), salientando a preocupação com os limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela que não protegeram adequadamente a bacia do Ribeirão da Prata e a maior parte da serra, o que significa a desproteção do aquífero e dos mananciais de água que são fundamentais para o Rio das Velhas, no qual está instalada a Captação de Bela Fama que é vital para Belo Horizonte e sua região metropolitana; 4) Ofício à COPASA, na pessoa de Nelson Guimarães (Superintendente de Produção de Água da Região Metropolitana de Belo. Horizonte e responsável pelos Sistemas Integrados e pela sua macro operação), solicitando especial atenção à questão da Serra do Gandarela e do Ribeirão da Prata e sua relação com o Rio das Velhas e a captação de Bela Fama; e 5) apresentar projeto de resolução com o objetivo de suspender todo e qualquer licenciamento para novos minerodutos, até que haja condicionantes claros estabelecidos. O Senhor Presidente concede a palavra para o Sr. Nilson Moulin, assessor do gabinete do Senador João Capiberibe, presente no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senhora Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe. Às dezesseis horas o Senhor Presidente devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Às dezesseis horas e treze minutos a Senhora Presidente Ana Rita passa a presidência dos trabalhos para o Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito boa tarde, senhores convidados e senhoras convidadas! Muito boa tarde a todos e todas! Muito boa tarde à nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita!

Esta audiência pública tem por objetivo analisar os impactos do uso da água na mineração.

Nós, a sociedade brasileira, temos um enorme descaso pelos recursos naturais. Na verdade, nós temos toda uma história de destruição do patrimônio ambiental, e isso vem desde o período colonial e continua até hoje; continuamos exportadores de natureza.

Eu gostaria de fazer aqui uma saudação especial ao Movimento dos Atingidos pela Mineração, o MAM coletivo de entidades que vem cumprindo um papel estratégico na organização da sociedade em torno dos impactos decorrentes da mineração, e que mobilizou lideranças de doze Estados do Brasil, que estão presentes nesta audiência pública.

Sejam bem-vindos ao Senado e à CDH todas as lideranças do MST, do Sine, da CNBB, da CPT, da Fase, do Ibase e da WWF, Comissão Pró-Índio, de São Paulo, Levante Popular da Juventude e demais organizações aqui presentes.

Boa tarde a todos e todas que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado.

Vou fazer uma breve introdução. Mas, antes, eu gostaria de declarar aberta a 71ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Agradeço a presença da nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos e a consulto se S. Exª não gostaria de presidir.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, é um prazer vê-lo presidindo essa audiência. Ainda mais que o requerimento e de sua autoria. Aqui estarei acompanhando e contribuindo no debate se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Como eu dizia, farei uma rápida introdução para iniciarmos esta audiência pública.

O Brasil inteiro se encontra alarmado com o problema da escassez de água que atinge o País, em especial o Estado de São Paulo. Além da escassez nos centros urbanos, o desperdício da água é inimaginável. De

cada 100 litros de água tratada, chega nas torneiras dos consumidores menos da metade. Há um desperdício gigantesco, o que mostra claramente que nós somos uma sociedade que não temos a menor preocupação com a utilização da água.

O que antes era taxado como alarmismo de ambientalista, agora tornou-se uma grave e fatídica realidade. É um fato. As atividades desenvolvidas pelo ser humano, comprovadamente, já afetaram o ciclo hidrológico do País e a manutenção da disponibilidade hídrica histórica.

É uma problemática que envolve o modelo de desenvolvimento do Brasil e a concepção de mundo que queremos construir para as gerações presentes e futuras. No que tange ao uso da água, na mineração, vivemos uma situação bastante inusitada, no Brasil. De maneira geral, grandes volumes de água são utilizados como um insumo gratuito pelas grandes mineradoras para transportar os recursos minerais extraídos do subsolo. Parece estranho, mas não se trata de nenhum engano. É a mais pura realidade. Uma das atividades econômicas mais lucrativas do mundo, que é a mineração, transporta o objeto da sua riqueza, os minérios, gratuitamente, deslocando e poluindo grandes volumes de água.

Essa é uma situação decorrente do planejamento inadequado do Estado brasileiro, que precisa imediatamente ser corrigido. E esse quadro se torna mais grave ainda devido ao exponencial crescimento do número de concessões de outorga de uso da água emitida pela Agência Nacional de Águas (ANA) para a mineração.

Um exemplo da gravidade da situação é o fato de que o número de outorgas para o uso da água concedidas a mineradoras superou as outorgas concedidas à indústria, no Brasil, em 2012. Ou seja, no Brasil, desde 2012, utiliza-se mais de água na mineração do que na indústria. E é mais um grave indicador da reprimarização da economia nacional, que deve ser objeto de profunda reflexão, o que mostra que nós seguimos ainda o modelo colonial de dependência externa, destruição ambiental e de escravização de mão de obra, a exploração absurda do trabalhador.

A construção de minerodutos gigantescos, que utilizam até 3 milhões de litros de água por hora para transportar minérios, deve ser regulada e fiscalizada fortemente pelo Estado nacional, fazendo a cobrança pelo uso, em todos os casos, haja vista que esses minerodutos utilizam, em uma hora de funcionamento, uma quantidade de água suficiente para abastecer uma cidade com 500 mil habitantes, em uma hora de utilização. E quase o total desses minerais saem sem valor agregado. Ou seja, a exportação de matéria-prima para o resto do mundo.

O Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Meio Ambiente deveriam ter um papel estratégico nesse cenário, visto que nem a ANA, tampouco os Estados, isoladamente, possuem envergadura para equacionar essa problemática.

O planejamento, a gestão e a implementação dos mecanismos de cobrança pelo uso da água devem ser uma prioridade nacional. O Brasil não pode tornar secundário o processo de criação de comitês de bacias hidrográficas e agências de água.

É inadmissível que a Bacia Amazônica – e eu moro na foz do Rio Amazonas –, por exemplo, uma das principais bacias hidrográficas do mundo, não possua comitê de bacias e agências de água em pleno funcionamento, com ampla participação e controle social de recursos hídricos da região, que são fundamentais para o equilíbrio climático nacional e mundial.

A grande disponibilidade hídrica na Bacia Amazônia não pode ser justificativa para que a Agência Nacional de Água não priorize a implantação de comitês de bacias na região. Muito pelo contrário. Quanto maior a riqueza do recurso, maiores devem ser as precauções para o seu uso adequado.

Não podemos incorrer na velha máxima em que a vítima só tranca a porta depois que o ladrão invade. Não podemos nem admitir a hipótese de iniciar a implantação de comitê de bacia e da regulação do uso da água na mineração somente após a crise hídrica chegar a patamares insuportáveis.

Com essas considerações iniciais, quero passar a palavra aos palestrantes, com o objetivo de avançar na regulação dessa problemática central para contemporaneidade, no Brasil.

Eu diria também, que queremos, como resultado desta audiência pública, deste debate, poder formular algumas propostas de lei, alguns projetos de lei, no sentido de controlar melhor o uso da água no Brasil.

E agora, passamos, então, aos convidados que, de antemão, agradeço por terem comparecido, por estarem presentes nesta audiência importantíssima, porque nós pouco discutimos no Parlamento esse tema e, para nós, são fundamentais as informações que possamos colher a partir desta audiência pública.

Eu gostaria de convidar o pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, do Ibase, Sr. Carlos Bittencourt. (*Palmas.*)

Eu gostaria também de convidar o Sr. Gustavo Gazzinelli, coordenador da Articulação da Bacia do Rio Santo Antônio de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Eu gostaria de convidar a Srª Anacleta Pires da Silva, atingida pelo projeto Grande Carajás, do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, no Estado do Maranhão. (*Palmas.*)

Convido também Patrícia Generoso, representante da Rede de Acompanhamento e Justiça Ambiental dos Atingidos pelo Projeto Minas Rio em Conceição de Mato Dentro (Reaja).

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Convido Eldis Camargo, Especialista em Educação Ambiental, representante da Agência Nacional de Águas (ANA). Eldis, eu conheço de muitos e muitos anos na militância em defesa do meio ambiente. (*Palmas.*)

E, por último, convido Maria Teresa Corujo, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela. (*Palmas.*)

Comunico que o Plenário 15 está transmitindo a reunião pelo telão. Então, quem não conseguiu acomodação aqui no nosso plenário pode se dirigir ao Plenário 15, porque a reunião está sendo transmitida lá pelo telão.

Somos, aqui, seis expositores. Temos uma limitação de tempo aqui no Senado, porque, às 16h30 começa a Ordem do Dia – em geral a Ordem do Dia começa às 16h30 – não é isso, Senadora Ana Rita? –, no mais tardar às 17 horas, dependendo do entendimento das lideranças.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Hoje, vai começar às 16 horas. Então, vamos começar rápido a nossa audiência pública, porque na hora em que começar a Ordem do Dia teremos que suspender nossa audiência. Mas, em geral, os Líderes – vocês sabem que no Senado, e na Câmara é igual, são os Líderes que mandam; são os Líderes dos partidos que dizem a hora que começa –, enfim eles se entendem pouco. Então, às vezes, a gente pode começar lá pelas 17 horas. Mas não vale a pena correr o risco.

Assim sendo, eu gostaria de chamar a Srª Patrícia Generoso para usar da palavra por dez minutos, com uma prorrogação que depois vou revelar. Mas, inicialmente, por dez minutos iniciais, com direito a prorrogação.

Você tem uma apresentação, Patrícia?

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Boa tarde a todos!

Meu nome é Patrícia Generoso Tomás. Eu sou de Conceição do Mato Dentro. Conceição era, até pouco tempo, conhecida como a capital mineira do ecoturismo. Atualmente, temos alguns outros títulos indesejáveis que estão sendo agregados à nossa cidade, por conta de um empreendimento minerário de grande impacto e de grande proporção da Anglo American.

O senhor falou do período colonial e da exploração mineral que se fazia no período colonial, mas a exploração mineral que se está propondo atualmente, principalmente em Conceição, é pior do que a que se fazia no período colonial, porque utiliza água como transporte para o minério. Então, passamos aí 500 anos e estamos numa situação ainda pior na minha visão.

Eu trouxe ali, então, só um retrato do que é o Projeto Minas Rio, que é uma extração de minério a céu aberto, com uma cava prevista para 12 quilômetros de lavra, com um projeto de expansão já também programado e sendo entabulado, com mineroduto de 525 quilômetros, passando por 37 Municípios, sendo 25 mineiros, e sete fluminenses, com a utilização de 2.500 m^3/h, suficiente para abastecer 220 mil pessoas, e com gravíssimos problemas ambientais, sociais, com o caos que se instaurou, não só na região de Conceição do Mato Dentro a Alvorada de Minas, onde o processo foi licenciado, a cava, como também pelos 525 quilômetros que passou o mineroduto e também no Porto de Açu.

Esse projeto é um caos, é uma destruição do início ao fim, do ponto inicial ao ponto final. Do ponto inicial, com assoreamentos e aterramentos de nascentes e com um caos social, ao ponto final com a salinização das terras e das águas, tornando improdutiva toda uma região e alcançando pequenos proprietários.

Essas imagens, eu trouxe só para destacar que todas são convênios e acordos, financiamentos feitos pelo BNDES, todos eles em datas anteriores ao licenciamento ambiental. Então, é uma coisa que a gente não pode deixar de discutir, quando se discute a questão da água, da mineração, é também a subversão que está decorrendo desses processos, como as decisões políticas têm sido maiores do que as ambientais e sociais e de viabilidade ambiental e social.

O Projeto Minas Rio, para vocês terem ideia, tem um número de condicionantes maior do que Belo Monte. Então, em 2012, havia 362 condicionantes no Projeto Minas Rio só no projeto de licenciamento da cava, sem falar do mineroduto, da linha de transmissão e de todas as outras estruturas de beneficiamento. Só no projeto de licenciamento da cava, em abril de 2012, tínhamos 362. O projeto foi licenciado agora, a licença de operação foi concedida em setembro, dia 29 de setembro, numa reunião em que teve, inclusive, força policial ameaçando a comunidade, prendendo algumas de nossas lideranças, e com inúmeras condicionantes descumpridas.

Bom, isso é um retrato do que eram os nossos rios. Ali uma cachoeira, a Cachoeira do Passa Sete, que era referência para todos nós, era onde as crianças da escola faziam os piqueniques, era o nosso lazer. E essa cachoeira foi detonada, embora não tivesse nenhuma previsão, não tivesse sido, sequer, mencionada no licen-

ciamento ambiental. E ela está abaixo da barragem de rejeito. Sem nenhuma justificativa, a empresa detonou. Nós conseguimos entrar, fotografar, denunciar e hoje há um processo de investigação no Ministério Público, em que a empresa reconhece lá como dano e propõe uma indenização de R$20 mil.

Essa é minha família e as nossas águas. Aquilo é um retrato. Eu tentei colocar ali os mesmos pontos. Então, essas eram as nossas águas e essas são hoje o que a Anglo American trouxe para nós, na nossa comunidade.

Essa estrutura, essa erosão é uma barragem de contenção. Não é nem a barragem de rejeitos. A barragem de rejeitos desse empreendimento está projetada para uma área de 950 hectares, com mais de 15 nascentes dentro dessa área e com uma altimetria de 85 metros. Essa é a barragem de contenção que a empresa, com a engenheira e a boa técnica dela, não conseguiu garantir que não rompesse. Então, a empresa que apresentou uma barragem de contenção de sedimentos, não é nem a barragem de rejeito, não conseguiu ter uma boa técnica e uma boa engenharia e houve esse dano. Em razão desse dano, todos esses assoreamentos foram para os nossos cursos de água. Hoje, a empresa tem licenciada uma barragem de rejeito, com 950 hectares e com 85 metros de altimetria. Temos lá várias comunidades a menos de um quilômetro da jusante dessa barragem de rejeitos e eles querem nos garantir que a boa técnica deles assegura que podemos continuar vivendo abaixo dessa barragem.

O nosso rio é quase o mesmo ponto.

Esse é o Lúcio Pimenta. Eu queria aqui citar um frase do Lúcio e do Antônio, da família Pimenta, de Conceição. Esse Projeto Minas Rio, em razão de todas essas violações ambientais, sociais, inaugurou um novo tipo de atingido, que é o massacrado. Então, lá em Conceição, não dizemos que somos atingidos. Nós já somos, além de atingidos, massacrados. Não usamos mais o termo atingidos. Usamos o termo massacrados. Somos massacrados pelo Projeto Minas Rio da Anglo American.

Esses são os nossos cursos de água. Ali é parte da comunidade rural, que tinha lá algumas criações. As criações que vão tomar água no rio estão atolando com esse grande número de sedimentos que foi carreado em razão daquele transtorno, daquele assoreamento que vocês viram.

Enfim, além disso tudo, nós temos o mineroduto.

Eu queria voltar aqui. Essa foto aqui é de uma propriedade em Santa Maria de Itabira. Aquilo ali é uma parte do mineroduto. Os proprietários e toda a comunidade, quando foram procurados, disseram a eles que passaria um cano. Não disseram a eles que utilizariam máquinas, não disseram a eles qual era a dimensão do cano. Todos nós do meio rural, quando imaginamos que um cano vai passar na nossa propriedade, imaginamos um cano como se fosse um cano de água, um cano de mangueira. Quando vemos uma situação dessas... As pessoas que foram indenizadas tiveram indenizações irrisórias. Essa senhora, por exemplo, a proposta que a empresa tem é de construir uma passarela para o gado dela passar. Enfim, inviabilizando qualquer tipo de continuidade de vida.

Ali é a questão do Açu, que eu quis trazer também. De uma ponta a outra, esse empreendimento destrói tanto as águas quanto a propriedade, a possibilidade de as pessoas continuarem mantendo suas vidas. Então, o Porto do Açu foi construído num local que, fisicamente, não era apropriado para se construir um porto. Fizeram um quebra-mar e também tiveram que tirar a areia e levar para o continente. Com isso, a água da areia foi descendo, atingiu o canal e salinizou tanto as águas quanto as terras.

Este Município de Açu, por exemplo, é o maior produtor de abacaxi. Todos os proprietários tiveram suas produções inviabilizadas. Eu acho tão drástico. Salgaram a terra deles. Quando você quer expulsar alguém de um lugar... É tão difícil de entender isso, salgar a terra, salgar a água.

Aqui, atualmente; essas fotos são recentes. Com o quebra-mar que se construiu e com as intervenções ambientais que foram feitas, hoje o mar avança na cidade. Entra mar adentro em Açu. Essa é uma foto recente, dos dois últimos meses. Essa é a situação do Projeto Minas Rio de uma ponta a outra.

Nós, da comunidade, temos tentado fazer intercâmbios, buscar o autoconhecimento e algumas soluções.

Entre os impactos – eu coloquei ali – está a supressão de nascentes. Essa supressão de nascentes – eu quero frisar novamente – não é só em Conceição, não é só onde se tem a cava. Ela é no percurso dos 525 quilômetros. O jornal *O Tempo*, de Minas Gerais, fez uma série de reportagens trazendo vários danos, várias queixas em relação a esse empreendimento. Chama-se "Um mineroduto que passou em minha vida". Em Conceição, nós produzimos alguns vídeos também. Chamam-se "Conceição: guarde nos olhos".

O tempo é curto. Eu gostaria de propor a vocês conhecer um pouco mais esse projeto. Eu quero demonstrar aqui uma preocupação. Como o senhor disse, esse é um modelo que parece... Eu costumo dizer que se os holofotes não se voltarem a Conceição, nós estaremos inaugurando um novo conceito de atingido, massacrado, e também um novo conceito de empreendimento: aquele em que se fazer tudo errado vai ser a praxe, porque esse empreendimento continua sendo anunciado como um empreendimento que... Hoje, por exemplo, vindo para cá, no aeroporto de Belo Horizonte, estava lá, como um empreendimento que valoriza a comunidade.

Também recentemente, ontem, foi lançado um artigo sobre a influência negativa da Anglo, falando exatamente disso: como se usa a publicidade enganosa para enganar tanto as pessoas quanto a sociedade em geral. Então, nosso papel é discutir isso, é trazer esses danos todos à luz, para que esse não seja um novo modelo de empreendimento que massacra pessoas, que viola os direitos e que usa a água em um momento que eu não gosto nem de dizer que é de crise, porque crise é passageira, mas nós estamos vivendo um momento de escassez de água, e estamos inaugurando modelos que usam a água na mineração para o transporte de minério.

Atualmente – só mais um último dado –, em um Município vizinho a Conceição, Morro do Pilar, nós tivemos o licenciamento ambiental de um novo mineroduto, de uma nova cava, e de um novo porto. É um empreendimento com mineroduto, mina e porto em Morro do Pilar, um Município vizinho de Conceição. Teremos lá, dentro de uma mesma bacia, distante menos de 15 quilômetros de um ponto a outro, dois minerodutos. O governo de Minas realmente tem adotado uma política de não valorização das águas e das comunidades, e é isso que a gente precisa denunciar e cobrar.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – É chocante. Em nome da atividade econômica... Teria que se fazer um balanço para ver se, até do ponto de vista econômico, há sustentabilidade em um projeto desse tipo, porque esse minério é transportado para o Porto de Açu e, de lá, para o exterior, sem agregação de mão de obra, praticamente sem valor agregado e deixando um rastro de destruição.

Senadora Ana Rita, eis um trabalho para o próximo ano, porque esse tipo de informação, os brasileiros e as brasileiras não conhecem, não conhecem mesmo.

Eu nunca ouvi uma notícia dessa no Jornal Nacional, da Rede Globo, ou no Jornal da Record, até porque eu também não assisto ao jornal todos os dias. Mas, eventualmente, uma matéria dessa dramaticidade que nós vimos chamaria a atenção do País.

Realmente, você tem inteira razão, Patrícia. Você tem que chamar a atenção para o que está acontecendo lá, para a opinião pública, para os tomadores de decisão.

Dando sequência, eu gostaria de convidar a Srª Maria Teresa Corujo, do Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – Boa tarde!

Pode pôr a apresentação, por favor.

Obrigada, Senador, pela oportunidade.

Estou trazendo aqui uma questão envolvendo mineração e água, que não tem diretamente a ver com o mineroduto. É outro aspecto muito grave, que tem envolvido a questão da mineração e que, como o Senador falou, a população não sabe.

Pode passar.

Nós temos um movimento, em Minas, há sete anos, chamado Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, e essa foi a primeira arte que a gente fez; Serra, Água e Vida. Essa é uma paisagem ainda do jeito que está lá, na Serra do Gandarela.

Para quem não conhece, essa região fica pertinho de Belo Horizonte. Como se está vendo ali, aquele quadriculado é a região metropolitana de Belo Horizonte.

A Serra do Gandarela...Eu gostaria de ficar lá perto. Há como? *(Pausa.)* Obrigada.

Essa modernidade...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Fernanda.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – Ótimo, melhorou.

Então, a Serra do Gandarela fica aqui, nessa linha tracejada, é a linha de cumeada da Serra do Gandarela. Aqui está Belo Horizonte, para vocês terem uma noção, e aqui está o Rio das Velhas. Vocês vão entender por que é importante quando a gente fala de bacia hidrográfica.

Aqui, na Serra do Gandarela, essa cor verde e azul é uma classificação das águas, feita em 1997 e em 1994. Então, vocês podem observar que as águas dessa margem do Velhas estão em muito melhor qualidade do que as desse lado de cá do Rio das Velhas. E o que isso tem a ver com o que estamos falando aqui, mineração e água?

Em Belo Horizonte, a região metropolitana depende de vários sistemas integrados – são quatro. Esses sistemas integrados de abastecimento de água da Copasa de Belo Horizonte têm reservas de água. Esse sistema aqui, que é o do Rio das Velhas, não tem reserva de água. A captação dele, que abastece a população que depende desse sistema, que é algo em torno de 2 milhões de habitantes, depende de uma única captação, que é esse pontinho aqui, a captação de Bela Fama. Por quê? Porque, como o Rio das Velhas sempre teve muita água – porque nasce aqui, no Alto Velhas, onde ainda há qualidade ambiental, e vai descendo – e como sempre esse território naturalmente fornecia muita água, no Rio das Velhas foi feita uma captação que não tem

reserva de água. Então, depende da água que há no próprio rio. E essa água abastece hoje algo em torno de 2 milhões de habitantes, envolvendo Belo Horizonte e outros Municípios. E a Serra do Gandarela colabora com quantidade e qualidade de água que chega ao Rio das Velhas – fundamental para que o Rio das Velhas tenha condição de abastecer-se dessa captação. E, depois do Rio das Velhas, essa água continua colaborando para um rio que já chega a Sabará com classe três.

O Ribeirão da Prata é um dos ribeirões cujas águas todas nascem na Serra do Gandarela. A Serra do Gandarela está aqui. Isto aqui é a proposta da barragem de rejeito, que a Vale pretende fazer bem na região da Bacia do Ribeirão da Prata, que chega a Raposos com classe um. É uma água em que basta pôr um filtro para se beber, não há tratamento caro, como a maioria da nossa água.

A distância entre Raposos, aonde o Ribeirão da Prata chega, e a captação do Bela Fama, é de cinco ou seis quilômetros só. Estamos diante de quê?

Nós tivemos à beira de uma situação, em Belo Horizonte, Senador, que também não veio muito à mídia, muito semelhante a São Paulo. A Copasa teve que apelar para uma mineradora liberar água da Lagoa dos Ingleses, porque não estava chegando água suficiente ao Rio das Velhas, para chegar na captação do Bela Fama.

E onde é que a gente vai chegar em relação ao Gandarela? Eu vou passar aqui, depois eu volto lá.

A Serra do Gandarela, nós estamos lutando esse tempo inteiro para preservar essa serra, precisamente da mineração. Existe um grande projeto da Vale, chamado Mina Apolo, para a Vale seria a segunda Carajás. Nós pedimos um parque nacional e uma reserva de desenvolvimento sustentável, e agora, no dia 13 de outubro, infelizmente, foi criado um parque nacional que, de novo, econômico, deixou de fora toda a área que a Vale precisa para a Mina Apolo, a área que essa empresa precisa, e essa área que também a Vale precisa para a mina Baú.

Essa áreas são, precisamente, as áreas que justificaram uma luta de sete anos, porque são nessas áreas que estão os principais atributos para defender esse lugar, inclusive, água – eu não vou falar dos outros. Essas cachoeiras, que eu vou mostrar agora, bem rápido, de classe especial e classe um, elas ficaram fora do parque nacional, porque estão na área de interesse da mineração, para tirar minério de ferro e exportar para a China.

Deixaram de fora do parque nacional, precisamente, mais da metade das áreas de cangas do Sigel sistema ferruginoso, que é, precisamente, o que possibilita tanta água nessa região.

Não protegeram a Bacia do Ribeirão da Prata, que é o Ribeirão que chega em Raposos com classe um, a 5 quilômetros de Bela fama, e que é reserva estratégica para garantir o abastecimento de Belo Horizonte. Compromete – essa proteção que não protege – outras cachoeiras no caminho e o Balneário do Raposos, e compromete, lagoas de altitude – estamos falando de águas, essas estão em Barão de Cocais.

Colocaram o parque nacional nas áreas em que as comunidades não queriam o parque nacional, queriam reserva de desenvolvimento sustentável. Isso significa, para a Serra do Gandarela, que é tão importante para a água, a perda de todos esses territórios. Para quê? Para a mineração Mina Apolo, da Vale, o Piaco, da Vale, Baú, da Val. Isso significa... olha aí os polígonos de interesse minerário.

Então, o desenho feito do parque nacional, deixando de fora essa área, pela qual a gente lutou, esses anos todos, é para atender esses interesses de minerários. Esses são os direitos minerários, lá no DNPM, que é a intenção da Vale de minerar.

A mineração chega, assim como a Anglo American tem lá no aeroporto de Belo Horizonte, e é revoltante, dá vontade de pichar, que ela é uma empresa de sustentabilidade, a Vale, para nós, diz que se é importante para Minas, é importante para a Vale. No entanto, nós temos documentos, e a gente acompanhou, foi ela a empresa que fez tudo para que esse parque fosse decidido criá-lo dessa forma, e foi decidido, infelizmente, pelo Governo Federal.

A mineração, e eu quis pôr um dado, não é verdade que ela traz riqueza para a população. Quem vive em cidades mineradoras sabe, e nós hoje temos o instrumento da Ciência, porque sempre desqualificam nosso discurso, que diz o seguinte: os Municípios – isso foi colocando dados da região metropolitana e o colar – que têm exploração de minério de ferro. O que é que diz esse desenho que fica confuso? É o seguinte, onde tem PIB de indústria automaticamente sobe ou desce o PIB de serviço, porque as duas situações estão ligadas. Onde tem PIB de agropecuária, muita agropecuária, está na contramão de indústrias e serviços. Lógico, regiões brasileiras que têm muita agropecuária não são regiões industriais. E o que é que juntou nessa estatística, que é um instrumento científico? Onde tem CFEM de ferro, é onde tem os maiores índices de pobreza. E isso são dados numéricos, são baseados na linguagem científica, que comprovam aquilo que nós não precisamos disso para ver; que os Municípios como Barão de Cocais, Conceição do Mato Dentro, Itabira, Congonhas, todos os Municípios que têm mineração, principalmente de ferro, não são Municípios que têm qualidade de vida.

Então, para finalizar, é uma questão de uma escolha. A nossa escolha tem sido lutar esse tempo inteiro contra a mineração na Serra do Gandarela.

Infelizmente temos que continuar lutando, porque esse parque nacional não cumpre o seu papel.

Isso é lá na área de Mariana, um complexo Mariana, chamado Mina da Alegria. O que eles querem fazer com todo o território brasileiro que tem minério é explorar, sem parar, tudo. Eles colocam que não há alternativa locacional, porque o minério está ali, então tem que minerar ali. Então nós temos que começar a dizer: "Não há alternativa locacional para lugares que têm água e que geram água e que doam água." Porque isso é fundamental nesse contraponto. Minério não se bebe. E nós temos lutado muito.

Eu trouxe aqui, no pouco tempo que foi permitido. É uma situação extremamente grave, porque nós estamos falando de 2 milhões de pessoas, fora os Municípios ao redor do Gandarela, que dependem dessa água e que se não se impedir a mineração naquela região, vai-se inviabilizar o abastecimento, porque não há outro lugar para vir água. Então não é questão do mineroduto, mas é questão do espaço natural que permite água. Mas é a mesma situação do norte de Minas. Todos os lugares que têm esse tipo de contexto, eles, a mineração vai além. Perdem-se os espaços que possibilitam recarga, acúmulo e doação de água. E isso é muito grave, porque não há retorno, é irreversível.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – V. Sª ainda tem um tempo de três minutos.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – Então eu vou aproveitar para explicar, ninguém conhece, eu aprendi nesse tempo, por que onde há minério é que há água? Eu passei rápido porque achei que não ia dar tempo, mas então, se eu tenho três minutos, vai dar tempo, porque isso é uma coisa que não explicam para nós também em lugar nenhum, e seria fundamental nos territórios que têm minério de ferro.

Olha só: lá na nossa região, Minas, e há em outros lugares – aí está o contexto de como é o subsolo –, aqui em cima nós temos cangas. Por isso é que as nossas serras no quadrilátero – que eles chamam ferrífero, e nós chamamos aquífero –, elas são muito duras, as cangas. Então elas mantêm as nossas serras bonitas, quando a gente vê quando vai a Minas, porque elas protegem da erosão ao longo dos milhões de anos. E embaixo há os itabiritos. Os itabiritos cauê são precisamente o ferro que a Vale quer levar. E o que é que acontece aqui? As cangas são duras, mas são porosas, elas têm microfuros. Então a água, ao longo das chuvas, desce pelas cangas bem devagar, vai purificando, e ela se acumula e circula nos itabiritos. Então, quando a mineração chega para tirar ferro, nesse tipo de situação de solo, ela explode as cangas, faz pilhas de estéril, porque não interessa comercialmente, depois vai explodindo os itabiritos, que é onde está o minério de ferro, encontra muita água, usa a água, ou põe a água para outra vertente, e aquelas nascentes que havia do lado de cá, e do lado de cá da serra, começam a secar, às vezes até 4 quilômetros de distância.

E as pessoas não percebem por que está faltando água. Por quê? Porque esse sistema natural, perfeito, de recarga, acúmulo, circulação e doação de água natural, por isso aquelas cachoeiras belíssimas, o Ribeirão da Prata, mais de duas mil nascentes, é porque esse espaço está intacto. Então se esse espaço for minerado para ser a segunda Carajás, é lógico que qualquer pessoa percebe que isso tudo vai ser perdido.

E, para finalizar, há aí situações concretas. Olhem Itabira: sessenta anos de Vale, problemas graves de água. Está lá colocado. A falta de água é um dos graves problemas e um dos preços mais altos que os itabiranos, 110 mil pessoas, pagam por ter a maior mineradora do mundo. Pela sua própria atividade, ela passou a se valer cada vez mais das fontes de água do Município.

Congonhas. Olha, Congonhas está com graves problemas de água. Muita mineração de ferro em Congonhas. O superintendente da Copasa diz: "A água está no minério; se tira o minério, pode faltar água." Então a nossa discussão sobre mineração também tem que ir para a questão da mineração em si, o direito de a gente dizer "não pode minerar aqui." Porque ou é uma coisa, ou outra.

É isso, ouviu, Senador?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado.

Convido a Srª Anacleta Pires da Silva, que é atingida pelo projeto Grande Carajás, Quilombo Santa Rosa do Espeto, do Estado do Maranhão. A senhora tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Ao soar a campainha, a senhora ainda terá cinco minutos.

A SRª ANACLETA PIRES DA SILVA – Boa tarde a todos!

Então, gente, estou aqui também para falar um pouco dos conflitos sobre o tema água.

Vou falar um pouco da mineração da Grande Carajás. Aqui, algumas coisas já foram contempladas na fala das companheiras do que eu queria falar. E nós, atingidos pela Vale, no Maranhão, acrescentamos a palavra "não" à Vale, ou seja, não vale, porque aquilo que vale preserva e é vida.

A primeira coisa com relação a esse empreendimento, a Grande Carajás, é que começou a matar os peixes. Com a construção da ferrovia, nos territórios onde passavam os igarapés, fizeram grandes placas de concreto e isso impossibilitou a passagem dos peixes que chegavam até a nossa mesa.

E hoje a gente tem lá mais uma grande tristeza, ou seja: vemos, durante 24 horas, os carros dessa "não" Vale fazendo estrada nos leitos dos nossos igarapés. Isso é doído.

Então, começou matando os peixes; matou os nossos igarapés e, agora? Ou vamos criar propostas e fazer uma mulher verdadeira ou vamos morrer todo mundo. Isso porque a Grande Carajás está concentrada no Maranhão, mas sabemos que ela é uma doença mundial. E a mulher verdadeira a que eu me referi aqui, apesar de eu ter iniciado a minha fala e ainda não ter me identificado, é porque me comoveu o nome que inicia o meu nome: meu nome é Anacleta, sou do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim, Maranhão. Ana significa mulher verdadeira. Então, se há a ANA responsável pela água, está na hora de fazer as suas ações valer. E essa mulher verdadeira é uma boa mãe. Uma terra sem água não é nada.

Fazer o mundo feio, assim diz Paulo Freire, depende de cada um de nós. E eu tenho a certeza de que a oportunidade que Deus está nos dando nesta Casa, como o Senador falou: "Nunca ouvi...", também muita gente não sabe. Mas eu quero deixar aqui uma outra versão: muita gente não ouve, muita gente não sabe. Agora o que eu quero é que muita gente sinta, porque esse é um sofrimento de todos.

Por que São Paulo está sem água? Eu não consigo falar da falta de água do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, com os igarapés mortos. Ontem, em nossa discussão, alguém falou: "Estamos envenenados, por causa do veneno deixado por essas mineradoras nas nossas águas". Mas eu não consigo falar, como já disse, só do Quilombo. Por que São Paulo sem água? Por que Minas sem água? Por que Brasília sem água? Por que o mundo sem água? Está na hora de todos pararmos e fazermos uma reflexão, ou seja, sem água não somos ninguém.

Na minha fala inicial, disse que eles começaram matando os peixes. Nós conseguimos viver, por alguns momentos, sem comer nada; agora, sem beber é mais difícil. Por isso é triste quando eu falo do sentir, porque isso está aqui dentro.

A falta da nossa água traz tantas consequências, não é? Onde está a nossa produção? Sem água não se produz, porque sem água não temos vida. Se é para tomarmos uma posição, que comecemos a agir. Para resolver o problema é preciso ação. Acredito, como já disse, que a oportunidade é esta: de, ao sairmos desta Casa, assumirmos o compromisso de fazer uma superação neste nosso Planeta, que está gritando 24 horas. A mãe Terra clamando, porque já lhe cortaram as pernas, tirando o direito de sobreviver de tantos povos que está a mercê da situação, e eu faço parte dele. Hoje, estão tirando os braços, onde estão as mãos que fazem todos os movimentos da massa, que nos preparam a alimentação, que lavam a nossa roupa, que fazem tantas outras ações, colocando no papel para que a mente não esqueça. Então, a mãe Terra está gritando por isso.

Como a companheira falou, a mineração acaba com a água. Ela falou: "Não se bebe mineração" e não se come mineração. Então, nós temos que fazer uma boa reflexão para que quem nunca ouviu passe a ouvir. Acredito que, nesse momento, o mundo inteiro estará sentindo essa reflexão, porque a dor está no meio de cada um de nós. A gente passa a sentir de fato essa dor também, porque só se procura o médico quando se está doente, muitas vezes pelas oportunidades. Estamos todos doentes e não estamos sentindo, porque todo mundo já teve oportunidade de ouvir. Quem é que nunca tomou água aqui? Todos nós já tomamos água, e sabemos que essa água está faltando em nossas casas. Quando falta na nossa casa, falta na casa de todo ser humano. A colega mostrou como ficaram aqueles animais, como ficaram debilitados pela falta de água. A água, hoje, para nós, se não fizermos a reflexão do que significa para cada um de nós, que é a água que está nos conduzindo, com certeza... Não vamos esperar, como ouvimos muitas pessoas falando, 20, 30 anos. É muito tempo, do jeito que as coisas se aceleram, para quem não vale e fica dizendo que vale, tirando a cada instância. O exemplo de eu dizer não vale é porque a gente observa que no nosso Quilombo tinha apenas uma obstrução de Igarapé. Hoje, esse Igarapé está com duas. Ela está preocupada com uma segunda Carajás. Minha colega, está prestes a termos a terceira, porque, no meu Quilombo, Santa Rosa, as duas já existem. Porque quando essa "não" Vale duplicou aquela ferrovia foi mais uma Carajás implantada no nosso País e no nosso mundo, porque sabemos também que ela não é uma questão somente do Brasil, é uma questão em nível mundial.

Então, mais um apelo à ANA, mulher verdadeira: que ela faça a boa ação e que ela não goste, mas ame, porque quem ama preserva; quem gosta, usa. E essa ANA tem é que amar, amar cada ser, para que ela possa fazer essa boa ação de preservar essa água que nos dá vida 24 horas.

Outra coisa também que é muito forte, quando se fala dessa mineração, é a capitação – isso também foi dito nas falas das companheiras – das águas. A forma como é feita, acabando... Se a gente pensar: só a Santa Rosa é atingida pela Vale, porque a ferrovia corta o território. Mas nós temos próximo o nosso povoado, a 18 quilômetros, um rio também que está lá se acabando, que é o rio da nossa cidade, o Rio Itapecuru. Para passar pelo Rio Itapecuru, precisava-se de um embarcação; hoje podemos atravessá-lo a pé. Por quê? Por causa da capitação das águas também para essas empresas que estão implantadas lá dentro dos territórios maranhenses, no nosso País.

Então, essa era a nossa questão.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª ANACLETA PIRES DA SILVA – Então, se é para continuar, temos que agir, e agir para valer. Que cada um de nós, daqui a dez anos, possa voltar a esta Casa com uma outra aparência, não com essa aparência de tristeza, de sentimento, mas uma aparência de alegria, de prazer e vida, e poder estar aqui dizendo que o homem destrói, mas que o homem constrói.

Espero eu, uma mulher, e até gostaria de pedir a vocês uma salva de palmas bem calorosa a essas mulheres, em nome desta Ana, porque toda fala aqui começou pelas mulheres, oportunidade em que agradeço ao nosso Senador. (*Palmas.*)

Então, essas são falas de mulheres verdadeiras, de mulheres mães, clamando por aquela mãe que nos dá todo o sustento da nossa vida, que é a mãe Terra. E se nós não zelarmos pela nossa mãe, quem vai zelar por ela? Ninguém, não é, gente?

Então, esse é o apelo que eu deixo a cada um de vocês e a esta Casa também, para que passem a ouvir, a ver e a sentir, juntamente com cada uma de nós que está trazendo essa mensagem aqui, e que essa mensagem seja uma mensagem de denúncia mesmo, para fazer valer as nossas ações.

Meu muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Anacleta Pires da Silva, que é do movimento atingido pelo projeto Grande Carajás.

O quarto convidado é Gustavo Gazzinelli, que é o coordenador de articulação da Bacia do Rio Santo Antônio, de Minas Gerais, que tem a palavra.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Senador Capiberibe, muito obrigado pelo convite, muito obrigado à Comissão, à Senadora Ana Rita. Também agradeço o apoio do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, que nos deu apoio também para estar aqui.

Eu vou fazer uma fala rápida e, depois, vou ao ponto que acho fundamental, que é um pouco da estratégia que a mineração e o Governo têm adotado para tentar viabilizar o processo da mineração, passando por cima das leis e de princípios legais importantes.

Antes, eu queria fazer uma correção: eu não sou coordenador de articulação da Bacia, sou um assessor e tenho participado de todas as atividades de articulação da Bacia do Rio Santo Antônio. Sou conselheiro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas.

Eu acredito que não seja possível minerar sem fazer uso da água. Então, a economia das mineradoras e os modos de produção das mineradoras incluem a questão do lavar minérios – e não acredito que, no momento, haja qualquer tecnologia para substituir o uso da água para lavar o minério –; a água usada para gerar eletricidade – boa parte desses megaprojetos de eletricidade no País é para abastecer o complexo minerosiderúrgico, não sei qual é o percentual, mas é um percentual muito alto, e, então, muitos dos impactos que são causados por esses grandes projetos hidrelétricos são para atender à mineração –; e agora esta novidade, que não é bem uma novidade, da água para transportar minério por meio de mineroduto. Há pouco tempo, eu tive acesso a um trabalho que mostra que, na maioria dos países onde há mineroduto, os minerodutos não passam de 200 quilômetros. Aqui, no Brasil, não. Por exemplo, a partir de Minas Gerais, há minerodutos na faixa de 500 quilômetros. E o pessoal canta a maior vitória "Temos o maior mineroduto do mundo", como se fosse uma maravilha.

Essa economia feita em cima da nossa água vai contra uma deseconomia, a deseconomia que é a subtração de águas subterrâneas, geosistêmicas, a subtração de nascentes, porque na medida em que se fazem pilhas de estéreis e em que se vão aprofundando as cavas da mineração, vão-se abaixando as nascentes, vão secando as nascentes; a subtração da qualidade da água; a subtração de usos para abastecimentos e outras atividades econômicas; e a subtração da fartura. Por exemplo, Minas Gerais já foi considerada a caixa-d'água do Brasil, naquela época em que o Brasil era mais o leste que o norte. Hoje, o Brasil é um país maior, o norte assumiu uma posição que ele não tinha na década de 60, na década de 50, quando se falava que Minas Gerais era a caixa-d'água do Brasil, mas, de qualquer forma, é um Estado que tem muita água, mas não podemos nos beneficiar dessa água, porque hoje tem de se fazer contingenciamento de uso de água, e a companhia de saneamento de Minas Gerais pede às pessoas que elas economizem água. Enquanto isso, as mineradoras estão tirando água do subsolo, e ninguém está pedindo para elas para economizarem água. E há o lazer também, que é uma atividade muito importante, muito ligada à água. Ela tem um valor muito simbólico nesse sentido.

Se é que esse marco regulatório da mineração vai sair – eu espero que não, da forma como está sendo proposto –, que tenhamos também um marco regulatório da água. Aliás, em 1934, quando eles criaram o Código de Minas, na mesma data, eles criaram o Código de Águas. Quando Getúlio Vargas criou o Código de Minas, em 1934, no mesmo dia, ele publicou o Código de Águas. Então, esse marco regulatório tem de garantir os usos múltiplos, monitorar a qualidade e assegurar a economia popular, o valor simbólico, os usos comuns

e tradicionais, memória e referências de qualidade. Hoje, em algumas regiões, como o quadrilátero ferrífero e aquífero de Minas Gerais, praticamente todos os rios de qualidade estão sendo impactados pela mineração. Então, vai chegar o dia em que não vai haver um rio de qualidade, com água de qualidade, do jeito que a natureza nos deixou, para falarmos: "Oh, a água que vocês estão piorando a qualidade dela pode ser desse jeito aqui, que é o jeito que a natureza nos deixou".

Então, existe uma trajetória dos órgãos públicos e das empresas de tentar acabar com os rios de preservação permanente e até de lutar contra lei que estabeleça rios de preservação permanente, porque daqui a pouco nós não vamos ter mais memória da qualidade da água em uma determinada formação geológica. A água que nasce em uma determinada formação geológica. Então, o pessoal vai falar: "Não, a água que a gente tem é essa aqui, já piorzinha, vamos continuar com ela". É nivelar por baixo. A questão dos usos mais exigentes e prioritários, os direitos humanos e coletivos.

Hoje nós temos uma lei de recursos hídricos, que é uma lei importante, e que eu acho que, muitas vezes, a gente se esquece de lutar pelas questões que já estão colocadas. Então, por exemplo, assegurar o objetivo da política é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Vou pular algumas coisas aqui. São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos os planos de recursos hídricos, o enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes – eu vou falar um pouco desse termo "usos preponderantes" – e outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

Sobre o enquadramento dos corpos da água, que é o tema principal da minha fala, deve ser feito em classes e segundo os usos preponderantes. Ele visa a assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas e diminuir os custos de combate à poluição das águas. Ou seja, você não pode hoje tentar enquadrar um curso d'água para piorar a qualidade da água, porque isso aumenta o custo de combate à poluição, que é um custo público.

E o que os governos, acredito que até a Agência Nacional das Águas, vários setores, Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais têm feito é tentar estabelecer que o uso preponderante é baseado em uma tendência, presente ou futura, de uso da água quantitativamente. Então, eu vou mostrar isso para vocês.

Aquilo que a companheira Teca estava falando agora há pouco... Isso daqui é de um relatório da Mineações Brasileiras Reunidas de 2007. Hoje é uma empresa que foi comprada pela Vale, faz parte da Vale. O aquífero Cauê, que é a mesma formação cauê de minério de ferro, é o principal sistema aquífero do quadrilátero ferrífero. Por isso, nós estamos falando quadrilátero ferrífero e aquífero. E trata-se de um aquífero de circulação profunda.

Em linhas gerais, qual é o problema? Do ponto de vista hidrológico, esses pontos de descarga, aqueles que vêm do aquífero Cauê, caracterizam-se por apresentar baixa variabilidade sazonal de vasões. O que significa isso? Significa o seguinte: por exemplo, no período seco, que é uma das estações, um dos períodos sazonais, há uma variabilidade pequena da água fornecida pelos reservatórios, que são as jazidas de minério de ferro.

(Soa a campainha.)

As jazidas são os aquíferos, então, na época da estiagem, elas continuam fornecendo muita água e isso acaba sendo muito importante para a reserva, para a segurança hídrica das regiões.

Isso aqui são algumas coisas que já foram faladas. Eu vou pular aqui e eu vou mostrar, vou dar um exemplo, eu acho, do que o Governo tem tentado fazer. E esse aqui é o plano de recursos hídricos de uma Sub-bacia do Rio Doce, que é a do Rio Piracicaba, onde está boa parte da mineração de ferro em Minas Gerais. A outra é a Bacia do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, que são dois afluentes do Rio São Francisco.

Aqui é o mapa da Bacia do Rio Doce, e aquele à esquerda ali, aquela tripinha ali que está toda marcada em vermelho, é a Bacia do Rio Piracicaba. Isso é o que eles chamaram de cenário tendencial de 2030. É essa Bacia aí, o Rio Piracicaba.

Então, eu queria só ler algumas partes aqui, só para vocês terem uma ideia de como a coisa é feita, como é que a sujeira é feita.

Sobre a participação das unidades no PIB regional, a Bacia do Rio Piracicaba concentrava 40% da atividade econômica regional, sendo a principal unidade em termos econômicos de toda a Bacia do Rio Doce, pois concentra as grandes usinas siderúrgicas da região e também as minas.

Sobre os usos de água na Bacia do rio Piracicaba é predominante o abastecimento industrial, que corresponde a 51% do total de retiradas estimadas. Então, aqui eles fazem uma pequena *pizza*, mostrando o uso da água do Rio Piracicaba: 51% vão para o abastecimento industrial e 44%, para o abastecimento humano.

Bom, aí eles fizeram o prognóstico: "Os cenários tendenciais configuram-se, portanto, em uma ferramenta", e mostram o gráfico indicando que o uso da água de 2006 a 2030 muda. "O uso para abastecimento humano vai ficar mais ou menos alinhado, e o uso industrial vai aumentar muito".

"Observa-se nitidamente a demanda [isso era um plano lá da Bacia] industrial sobrepondo-se aos demais usos, apresentando uma taxa de aumento de 117%. O segundo uso preponderante, unidade e abastecimento humano, aponta crescimento na demanda, mas não tão significativo quanto o uso industrial. Os dados reforçam a importância do setor industrial na unidade".

Aí, eles começam a falar dos trechos que estão mais ou menos legais, não legais.

> "Como identificado anteriormente, algumas sub-bacias, rios e afluentes do Piracicaba produzem impactos significativos na qualidade da água."

Lá embaixo: "Observa-se uma degradação praticamente contínua do rio Piracicaba, a partir da foz do Rio Santa Bárbara, permanecendo Classe 4 até o final da unidade. O Rio Santa Bárbara apresenta uma baixa qualidade de água superficial, mesmo antes do Rio de Barão de Cocais".

Aqui, esse trecho do Rio Piracicaba e do Rio Santa Bárbara.

Vamos retornar à anterior (*Pausa*.)

Aqui, vocês estão vendo as águas em cores azuis são as águas Classe Especial, e as em verde, são Classe 1. São as duas melhores qualidades de água que há. Este aqui é o rio Santa Bárbara na região. Agora, vocês vão ver que a partir deste trecho, ele vai virar Classe 2. Aqui temos uma mineração da Vale, que se chama Gongo Soco. Aqui vão entrando outras minerações da Vale.

Aqui é um grande complexo de mineração da Vale que justificou a Classe 2 do rio. Agora, estão dizendo que o rio Santa Bárbara, voltando à anterior, "apresenta uma baixa qualidade da água superficial, mesmo antes do rio de Barão de Cocais".

Aqui é onde começa baixar a qualidade. Esse córrego vem dessa mina de Gongo Soco e encontra com o córrego principal que é o formador, um dos dois principais formadores do rio Santa Bárbara, que a montante era um rio de alta qualidade.

Então, ele começa a misturar e, uns 500 metros à frente, já virou isso aí.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Era a qualidade que havia.

Temos, aqui, o saldo hídrico calculado. O cenário tendencial, o cenário para o desenvolvimento, eles não discutem o tipo de tecnologia que será empregado na mineração. A única coisa que se quer dizer é que aquele rio vai piorar de qualidade. Então, a classe dele, o uso preponderante é o uso que a estatística diz, com base no cenário tendencial, ela será mais preponderante para o uso industrial, como se você pudesse relativizar o uso humano, mesmo que proporcionalmente menor.

Aqui, eles propõem a solução: desenquadrar toda a Bacia e deixar só a calha principal do rio enquadrada.

Essa é a política que é coordenada pela ANA, coordenada pelo Ministério de Meio Ambiente, coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais.

E nós temos de atentar para isso, porque são as formas de tentar passar por cima daqueles princípios.

Aqui são os complexos de mineração na região de Belo Horizonte. Você vê, por exemplo, aquele complexo, que é um complexo único, ficaram pequenas minas. Antes eles diziam que era uma coisa localizada. Isso aqui é algo em torno de 30 quilômetros de extensão. Esse aqui é o complexo Mariana, da Vale também, algo em torno de 30 quilômetros de extensão. Aqui, em torno de Itabira, são mais ou menos 20 quilômetros de área de mineração contínua. Então, realmente são impactos muito significativos nos direitos que temos da água.

O tempo acabou. Encerro aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Convido Eldis Camargo, Especialista em Educação Ambiental, que representa a Agência Nacional de Águas, que tem a palavra.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Boa tarde a todas e a todos! Eu queria agradecer o convite em nome da Agência Nacional de Águas. Cumprimento o Exmº Sr. Senador Capiberibe, a Senadora Rita e todos os meus companheiros de Mesa.

Pessoalmente, quero demonstrar o profundo respeito ao movimento de vocês.

A minha fala está ligada àquilo que diz o requerimento do Senador, ressaltando a reflexão sobre os abusos de recursos hídricos. Vou ressaltar, nessa reflexão, a questão da participação pública na mineração e dividir em três partes. Na primeira parte, vou falar um pouco das questões de fundo: sobre o que a gente precisa refletir, o que a gente vai precisar regulamentar, o que falta. Na segunda parte, vou falar do estado da arte, o que está sendo feito no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos Comitês de Bacia, e falar um pouco da atuação da ANA a respeito.

A primeira questão de fundo em que a gente tem que pensar é que estamos aqui neste Parlamento e temos que dar graças a Deus pela possibilidade de falar, porque, até então, nunca a gente teve essa possibilidade perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Então, hoje, nós, sociedade organizada, podemos intentar nossos desejos, nossas solicitações perante esses três Poderes.

Lembrando, ainda, a questão da água. O que é a água? É um elemento natural. E essa confusão que existe, em primeiro lugar, em determinar a água como recurso, a água como elemento e como ela entra no arsenal jurídico, nessa arquitetura jurídica. Não existe um conceito jurídico do que é um recurso hídrico. Então, temos uma Política Nacional de Recursos Hídricos sem saber o que é recurso hídrico juridicamente, o conceito jurídico disso, mas a água superficial e a água subterrânea são recursos ambientais, pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente. Portanto, até então, o conceito da água e toda a construção jurídica e social que a gente faz têm que ser feitos pelos parâmetros da legislação ambiental, porque não temos o conceito de recursos hídricos. Ela se torna um recurso por conta da poluição e da escassez. A gestão, então, a partir de agora, que temos uma lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, com sistema de gestão, conforme falou nosso colega, até então tínhamos um Código de Águas em que existiam até águas privadas, águas particulares, e nós vamos discutir qual o teor dessa água, de quem é essa água hoje em dia. Lembrando que, na gestão, temos uma abordagem química, física e vamos dar, então, ênfase, pela minha própria formação, à questão jurídica; como é essa construção, essa arquitetura jurídica.

A primeira questão de fundo da Constituição é de quem é essa água? Quem é essa água? Vocês vão ver que, para recursos hídricos, a água é um domínio público; para recursos minerais, a água é da União; e, para a questão ambiental, a água faz parte do meio ambiente, é um recurso ambiental, é um bem de uso comum de todos.

É um bem difuso, um bem de todos, que determina toda outra construção jurídica.

Então, temos o que chamamos de um domínio iminente, ou seja, o Poder Público não é dono da água, a água é de todos. Então temos outra visão de cuidar dessa água.

O segundo ponto importante e que causa muita confusão, a Unidade Federal, somos um País Federativo, e essa visão de bacia hidrográfica que é espacial. A dificuldade de montar essa administração. Imaginem, na Bacia do São Francisco, são sete Estados, como eu vou fazer essa conjugação de todos os Estados? Eu tenho que ter um pacto federativo muito forte, um arranjo muito forte para poder montar. E, recentemente, a ANA montou esse Pacto Nacional pela Gestão das Águas, que está sendo assinado por cada um dos Estados. Todos os Estados já assinaram na intenção de valorizar as ações do Estado, porque um dos princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos é a descentralização. Então, valorizar os Estados para poderem ter os seus mecanismos concretizados também e fazer um arranjo da Nação em torno de uma bacia. Então, a nossa visão não é mais uma visão territorial, de unidade territorial dentro de um sistema federativo, mas uma unidade de bacia hidrográfica.

Outra questão diz respeito às competências. Na área de recursos hídricos, a competência para administrar a água é exclusiva da União. E a competência para legislar, atribuição para legislar é privativa da União, e os Estados podem legislar somente a partir da edição de uma lei complementar. Então, muitos Estados hoje têm suas legislações, mas, provavelmente, poderíamos dizer que é até inconstitucional, porque esse parágrafo único que dita que os Estados podem legislar a partir de uma lei complementar deveria ser regulamentado.

E vocês vejam que não combina com as competência do meio ambiente. A água tem um componente de recurso hídrico e um componente de recurso ambiental. Vocês veem aqui, por exemplo, que a competência material de administrar a água para o meio ambiente é uma competência comum entre União, Estados e Município e Distrito Federal e...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Por favor, a senhora poderia se aproximar um pouco mais da mesa por causa da TV Senado. A TV está cobrindo.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Só que eu vou ficar de costa para vocês.

Eu queria chamar a atenção aqui nesta competência comum, para esta Casa Legislativa, por exemplo, para a questão da mineração, que é do inciso XI do art. 23 da Constituição e não está regulamentada. Ou seja, é competência comum de todos os Entes Federados explorar e fiscalizar os recursos minerais. Então, isso aqui não está regulamentado e nós dependemos dessa regulamentação.

Essa lei complementar que falou sobre a competência comum da questão ambiental não agregou a questão de recursos hídricos. E a competência para legislar na área ambiental é da União e dos Estados, sendo que os Municípios também podem legislar.

O que quer dizer isso tudo? É muito complicado entender toda a dimensão dessa arquitetura.

A lei de recursos hídricos determinou a articulação da União e dos Estados, tendo em vista recursos hídricos de interesse comum, e se montou um sistema de gestão.

Como ficam a mineração e a água nessa confusão toda? Ou seja, nós temos o domínio da União na mineração, domínio da União e dos Estados nos recursos hídricos, domínio de todos no meio ambiente. As competências são diferenciadas também. Então, como ficou a mineração?

Nós temos a Política Nacional de Recursos Hídricos, uma parte já citada pelo Gustavo, mas nós temos dois instrumentos importantes, que é o de gestão de recursos hídricos, onde a mineração vai encontrar guarida em todos esses instrumentos: no Plano Nacional de Recursos Hídricos, que pode ser nacional, estadual ou por bacia; no enquadramento, na outorga e na cobrança.

Vejam que cada um deles tem o seu similar como instrumento de meio ambiente. Então, no Plano Nacional, tenho o zoneamento ambiental, a outorga, a licença, a cobrança, a compensação.

(Soa a campainha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Na parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, isso aqui é muito novo. Pela primeira vez, nós montamos um sistema de gestão dentro de uma concepção só de comando e controle. Ou seja, hoje em dia, nós temos vários atores dentro de um sistema com várias atribuições. Como estou destacando aqui a participação pública, os agentes, as pessoas podem participar tanto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos quanto dos Comitês de Bacia.

Dentro do órgão executivo, como é a ANA, existem as audiências públicas e as consultas públicas. Se vocês entrarem, por exemplo, no *site* da ANA, existem vários convites para vocês participarem das audiências públicas sobre temas que estão sendo discutidos.

Lembro ainda que, em relação ao fundamento da lei, em situações de escassez de água, a prioridade é o consumo humano. O que estou querendo dizer é que vocês têm caminhos para exigir que seja cumprida a lei e sempre proporcionar usos múltiplos. Lembro também que há bem pouco tempo, antes da edição da Lei de Recursos Hídricos, nós tínhamos a hegemonia do setor elétrico. Hoje em dia, a gente tem a possibilidade de que todos tenham o seu caminho.

Na questão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a gente já tem várias resoluções que falam sobre mineração. Muitas resoluções. Então, aqui, nós temos esta que fala sobre diretrizes de integração entre gestão de recursos hídricos e águas minerais, diretrizes para elaboração do Plano de Utilização da Água Mineral, integração para outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Lembro que esses são normativos nacionais que devem ser observados pelos Estados.

Existem outros para água subterrânea. Tivemos agora, recentemente, uma resolução, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de outorga e licença, lembrando que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem assento da sociedade civil. Nós temos aqui um representante da Fonasc, o João Climaco, por exemplo, que é sempre atuante nas questões de água.

Eu trouxe aqui uma figura que achei do Instituto Brasileiro de Mineração. Vocês veem que esse instituo brasileiro, que não sei se os representa bem ou não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Então, vocês têm que ter uma representação aqui forte. Vejam: estão aqui, estão aqui e atuam em todo o comitê. Cadê a representação da sociedade civil que trabalha com mineração?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Pois é, mas dentro do Conselho. Por isso a importância de vocês estarem presentes aqui.

Finalmente, o que a ANA vem fazendo. A ANA ainda é uma adolescente. Ela tem 14 anos. Ela ainda está concretizando muita coisa. Lembrem-se de que estamos montando um sistema de gestão. Sei que muitas vezes a gente não tem tempo para poder concretizar tudo que seria necessário agora, mas está sendo feito.

Aqui, está a finalidade da ANA. A ANA cuida de águas de domínio da União; não de águas de domínio do Estado, mas ela fiscaliza. Existe um indicativo muitas vezes de mediação. A gente tem vários usos para pouca água. Então, a ANA tem que mediar esses usos. Se vocês entrarem no *site* da ANA, existem vários cursos que todo mundo pode fazer a respeito do sistema de gestão. Presta apoio aos Estados.

Aqui, esta conjuntura todo ano é disponibilizada, e vocês podem perceber a montagem dos comitês, como foram montados. Aliás, é importante destacar que a ANA não é responsável pela criação dos comitês. A responsabilidade é do Conselho Nacional, ou seja, existe a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e ali há todas as regras de como a sociedade, os usuários e o Poder Público podem se unir para a montagem de um comitê, que tem que ser aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Aqui, há todo o levantamento recente da questão de estiagens e chuvas no Brasil. Nós temos lá também, na ANA, o acompanhamento diário de como está a situação de escassez de água, tentando montar arranjos e pactos com os Estados.

Recentemente, também foi editada essa lei de barragens, não é?

(Soa a campainha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – De segurança de barragens, que vocês também podem acompanhar.

Aqui, quantas barragens existem na área de mineração. O resto são hidrelétricas.

Esse quadrinho fala de águas subterrâneas e de águas superficiais.

Aqui, outro trabalho da ANA que está sendo feito. A ANA não tem competência em relação a água subterrânea, mas montou um programa de água subterrânea, com o estudo, o levantamento de alguns setores, que já está pronto e que vocês podem também verificar no *site* da ANA.

Aqui, um histórico das outorgas dadas pela ANA e que podemos...

Aqui, a mineração. Como foi indicado, o maior usuário mesmo é o setor de irrigação. E mineração vem aqui.

(Soa a campainha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Eu posso deixar esse eslaide depois para vocês.

Aqui, o histórico, desde que a ANA começou a atuar, das outorgas dadas.

Nesse quadrinho, nesse vermelhinho mais escuro, vocês podem ver onde estão as áreas de mineração.

Aqui, o exemplo, na Bacia do Rio Paraíba, do volume médio usado para a água. Então, temos: em azul, saneamento; em vermelho, indústria; em amarelo, agricultura; e, em verde, mineração. Na Bacia do Rio Paraíba.

Concluindo, de que precisamos? Precisamos de algumas regulamentações, principalmente na questão de os Estados poderem legislar e na questão de domínio de água, como fazer esse pacto de gestão.

(Soa a campainha.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Na questão de participação social, cada vez mais a sociedade deve intentar e participar dos Comitês de Bacia no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Capacitação: é muito importante saber o que diz a lei e buscar o sentido da lei perante o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Assim como a regulamentação e a informação.

Existe uma história indígena que diz que devemos sempre colocar as palavras para andar. Se nós não as colocamos para andar, elas começam a se enrolar em nossos pés. Nós temos uma Constituição maravilhosa e temos uma lei de recursos hídricos que dá a possibilidade para que todos os interessados participem, temos apenas que colocar essas palavras brasileiras para andar.

Eu agradeço. Valeu. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado. Obrigado.

Agradeço a Srª Eldis pelas informações e vamos ao último convidado, o Sr. Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Com a palavra.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Obrigado.

Como todos, quero agradecer o convite. Mais uma vez, estamos usando este espaço da Comissão de Direitos Humanos, através do Senador Capiberibe e da Senadora Ana Rita, para debater a mineração.

Eu acho que uma das tarefas que temos, como comitê nacional, é desmistificar o debate da crise hídrica como responsabilidade individual de cada um. Às vezes, passa-se a ideia de que está faltando água no Brasil porque fulano tomou um banho de vinte minutos e não um banho de dez minutos, como deveria ser o certo. É óbvio que não queremos estimular o sobreconsumo, o uso inconsciente da água, mas fica evidente que o problema da água no Brasil não é um problema causado individualmente pelas pessoas.

Um dado que aparecia na própria apresentação da Eldis, no início, era que a mineração, a indústria e a irrigação consomem cinco vezes mais água do que o abastecimento público. Então, esse já é um dado significativo para entender como está feito o arranjo hídrico no Brasil.

Falando especificamente da mineração, vou passar rapidamente por um cenário que muitos aqui do comitê já passaram várias vezes, a fim de analisar o crescimento da mineração. E ele tem relação direta com a expansão do uso da água.

Então, o produto mineral brasileiro, na última década, cresceu mais de 500%. Isso não é qualquer coisa. Houve uma expansão significativa. A própria participação da mineração no PIB cresceu mais de 156%, também

na última década. Isso significa que, no próprio arranjo produtivo nacional, a mineração começa a ter um papel cada vez mais forte, por causa do aumento dos preços.

Aqui, para não falar só de preços, a gente tem o aumento quantitativo, em volume da produção de minérios. Então, a extração de areia cresceu mais de 50% entre 2002 e 2011; a de bauxita, mais de 140%; a de brita, mais de 71%; a de caulim, 57%; de cobre, 597%; de ferro, 87,80%; e por aí vai. Então, nós temos um crescimento da produção material de minérios significativo, e com vias de se expandir.

Estes são dados do Plano Nacional de Mineração 2030. O cenário é o minério de ferro passar de 351 mil toneladas em 2008 para um bilhão de toneladas em 2030. E por aí vai. O ouro de 55 toneladas... São crescimentos de 5, 6, um crescimento muito significativo da produção minerária e metalúrgica, e isso tem efeito também sobre o consumo de águas. Aliás, é bom frisar, e eu sempre digo isto: a mineração não é... Nós não estamos falando aqui de uma indústria de bombons, que quase não polui, que produz em pequena escala; estamos falando de extração em grande escala, em larguíssima escala. Se pegarmos Conceição do Mato Dentro, Carajás, a maioria dos casos que estamos tratando aqui são de escala imensa. E uma experiência que nós temos no Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração é que, por exemplo, aqui temos dezenas de comunidades, mais de 12 Estados representados, e poderíamos colocar aqui nesta mesa cada uma das comunidades, e cada uma das comunidades iria narrar um problema com água. Essa é a realidade da mineração no Brasil.

Aqui é o quadro da reprimarização econômica, de que alguém falava aqui no início. O Brasil, na década de 60, exportava mais de 85% de produtos primários e menos de 10% de produtos manufaturados. Temos ali um xis na década de 80, pois o Brasil passa a exportar mais produtos manufaturados e menos produtos primários; mas veremos, lá no final da década de 2000, que os produtos primários passam a ser a base das exportações brasileiras. Isso tem impactos na produção mineral – a agroindústria e a mineração são o centro dessa exploração –, e isso tem impactos em quê? Nas outorgas de água, a mineração já ultrapassou a indústria no número de outorgas de água, como dizia o Senador, e a irrigação só segue crescendo.

Aqui é a participação no PIB. Vou ser breve, mas vê-se que justamente a indústria de transformação, que cai de 17,2 para 14,6, é o que cresce a indústria extrativa mineral, que sobe de 1,6 para 4,1. É quase uma relação de equilíbrio interno da produção brasileira, de diminuição da indústria de transformação para o crescimento da indústria extrativa.

Um elemento importante: a mineração, além de consumir muita água – vou falar disso com mais detalhe em seguida –, consome muita energia. Se olharmos aqui, se somarmos os setores de cimento, ferro-gusa e aço, ferro-ligas, mineração e pelotização, não ferrosos e cerâmica, vamos chegar a 38,635 milhões toneladas equivalentes de petróleo (TEP) consumidas em 2012. Isso significa 15,2% da demanda energética nacional. Também aquele mito de que a gente precisa expandir as hidrelétricas no Brasil por causa do Programa Luz para Todos é mentira. Você vai ver que quem demanda fortemente a energia no Brasil não é a demanda residencial: é o consumo industrial minerário. E aí, se você pensar dentro do setor industrial, esses setores ligados à mineração respondem por 43,4 da demanda do setor industrial. Isso tem que ver também, obviamente, com a expansão da hidreletricidade no Brasil, especialmente na Região Norte, a principal fronteira de expansão da mineração hoje.

Aqui a gente tem um quadro de demanda, disponibilidade... Isso produzido pelos próprios relatórios de conjuntura hídrica que a Eldis estava apresentando aqui antes, comparando 2006 e 2010. A gente vai ver, com exceção da Bacia Amazônica, que tem um quadro de abundância muito grande, que é difícil você medir os aspectos de demanda diante da disponibilidade, mas, com exceção da Bacia Amazônica, em todas as outras regiões hidrográficas brasileiras, você vai ter um quadro em que a situação crítica, muito crítica ou preocupante crítica e muito crítica ou preocupante vai ter um crescimento significativo nesse breve intervalo de tempo, entre 2006 e 2010, se olharmos a Bacia do Paraná aqui.

Se olharmos as demais bacias, todas vão ter uma expansão razoável do cenário crítico, preocupante ou muito crítico, na relação demanda/disponibilidade. Quer dizer, está se demandando cada vez mais do que há disponível. Aí é um debate também sobre a capacidade de a Agência Nacional de Águas regular ou gestar todo esse processo.

Aqui é um quadro das cobranças pelo uso de água. Vemos uma evolução significativa, obviamente, de 2003/2004 para 2012.

Essas são diversas formas de pagamentos. Os pontinhos vermelhos são os pagamentos por hidroeletricidade. Essa, hoje, no Brasil, é uma prática já instalada. Quer dizer, a hidroeletricidade paga por água no Brasil. Há um processo instalado para fazer isso. Mas a mineração e os outros usos não.

Esse azulzinho aqui, que só está nessa região aqui, aqui e aqui, representa os únicos lugares em que os governadores já aprovaram a cobrança de água. Nos outros lugares, o comitê estadual aprovou a cobrança e o comitê de bacia estadual aprovou a cobrança – são esses outros azuis.

E o rosinha é o único comitê interestadual, que, se não me engano, é a Bacia do São Francisco, onde foi aprovada a cobrança. Então, todo o resto do Brasil não se encontra regularizada nem sequer a cobrança de água.

Não estou falando que a cobrança de água seria o mecanismo para solucionar os problemas. Eu acho que é só uma parte desse mecanismo. Mas isso mostra uma total dificuldade de controle, mesmo de implementação de mecanismos.

Aí é uma contradição que vale a pena ressaltar. O princípio da descentralização é um princípio importante, porque isso estimula os entes a participarem igualmente. Mas, ao mesmo tempo, desresponsabiliza o órgão nacional de construir uma política centralizada também, de estímulo e ampliação rápida, urgente, diante da crise hídrica que a gente está vivendo, de ampliação do controle sobre os usos, de cobranças sobre os usos e por aí vai. Esse quadro mostra que, na verdade, há, no litoral brasileiro basicamente, aqui em regiões metropolitanas importantes, as cobranças institucionalizadas. Nas outras regiões, não há instalação ou regularização de cobrança alguma.

Um dado muito importante para a gente levar em conta também é a questão do consumo consuntivo. Consumo consuntivo é aquele em que o uso da água que se retira do rio não é devolvido ao seu curso na integralidade retirada. Por exemplo, hidrelétrica, navegação não é consumo consuntivo, a água continua ali.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Caramba!

Mas a mineração, a indústria, todos esses fazem consumo consuntivo.

Entre 2000 e 2010, esse consumo cresceu 51,34% – isso aqui é dado da ANA, a fonte é a ANA.

Em todas as regiões hidrográficas, veremos que, em 2000 era um e, em 2010, era outro e significativamente maior. Então, esse é um dado preocupante.

Aqui temos um dado menos atualizado, que a Eldis tinha apresentado, mas é aquele mesmo quadro que ela mostrou, em que a mineração vai ultrapassar a indústria. A indústria com 762 à época, e eu já vi ali que a mineração tinha chegado a 983. Então, isso se expandiu no último período e já está mais forte ainda. Então, em número de outorgas, a mineração já tem uma participação mais significativa.

Aqui é a relação outorga/consumo. Este dado é importante para desmitificar uma coisa: diz-se muito que a irrigação é a principal fonte de consumo de água no Brasil. Ela é a principal fonte de outorgas, mas não necessariamente a principal fonte de consumo. Por quê? Porque aqui, na coluna azul, a gente tem o número de usuários. Então, o setor agropecuário responde por 56,04% do número de usuários – é, de longe, o maior –; a indústria, só 7,2%; o saneamento, 6,7%, e só vai caindo.

No entanto, apesar de ser responsável por 56,4%, ela só é responsável por 30,8% da captação em volume. Isso significa que o uso por unidade de outorga é menor. Por quê? A indústria utiliza apenas 7,2% das outorgas, mas, no entanto, é responsável por 16,65% do volume. Então, quer dizer, aqui temos mais outorgas e menos volume, e, aqui,menos outorgas e mais volumes.

Esse dado, em si, representa que a indústria e a mineração estão incluídas aí dentro e são responsáveis por um volume por outorga mais significativo do que o setor de irrigação. Às vezes, o número de outorgas da irrigação mistifica um pouco. Se olharmos aqui, vamos ver que a irrigação é responsável por 5.567 outorgas; a indústria e a mineração, por apenas 1,5 mil outorgas ou um pouquinho mais. Então, há uma diferença grande, mas, se você olha o consumo, você verá que o consumo não é tão mais significativo.

Há um elemento importante que, hoje, a gente estava discutindo e que, inclusive, a Julianna Malerba, da FASE, tinha colocado no nosso debate. A proposta do Relator Leonardo Quintão, que está infringindo o Código de Ética e Decoro da Câmara por relatar matéria de interesse específico das empresas que o financiaram – isso infringe o Código –, diz que, sem prejuízo de outros usos estabelecidos no contrato de concessão, as mineradoras poderão usar as águas necessárias para as operações da concessão, observadas as disposições, obviamente. Mas elas poderão usar essas águas.

Aqui, há um dado interessante: há um desnível, um desencontro entre os dados do DNPM sobre barragens e os dados da ANA sobre barragens. O DNPM diz que há 598 barragens ativas e inativas, 389 dentro do Plano Nacional de Segurança de Barragens, e 52 cavas exauridas por barramento, como Serra Pelada e outras. Os dados da ANA citam apenas 264 barragens por mineração. Essa é uma coisa importante para a gente colocar no relatório, para ver onde está esse furo. Há um furo. Obviamente, há um furo, e a gente precisa saber onde está esse furo, que, provavelmente, está nos dados da ANA.

As barragens são um drama para a maioria das pessoas que estão vivendo aqui. Houve pessoas mortas agora em Itabirito por conta do rompimento de barragem. Esse é um drama recorrente.

Há ainda o problema da poluição. O tempo é muito pouco. Eu ia citar os problemas que aparecem. Há uma série de problemas que a mineração cria para os usos das águas. O Gustavo colocou alguns, a Teca colocou

outros, a Patrícia abordou outros. Há assoreamento, salinização, lixiviação, drenagem ácida, poluição, rompimento de ciclos hidrogeológicos. Há um monte de problemas.

Esses são dados da Vale, no seu Relatório de Sustentabilidade, o que serve quase para rirmos. No Relatório de Sustentabilidade da Vale, eles assumem que, em 2011... Aqui está o descarte total de efluentes líquidos gerados por tipos de destinação. Em 2012, eles jogaram 19% dos efluentes líquidos nos oceanos. Ou melhor, em 2012, foram jogados 17% nos oceanos, 76% em rios, em reservatórios e em barragens e 7% em outros. Quer dizer, eles estão assumindo aqui que eles estão jogando os seus efluentes líquidos nos reservatórios, nas barragens, nos mares, em tudo mais. E, aqui, eles falam quais são os tipos desses efluentes: os efluentes líquidos industriais representam 72,2 milhões de metros cúbicos; os efluentes líquidos oleosos, 0,5 milhão de metros cúbicos; e os efluentes líquidos que não demandam tratamento, que são os mais limpos, somente 21 milhões de metros cúbicos. Então, há 72 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos industriais, pesados, problemáticos, que estão sendo jogados nessa proporção em rios, em reservatórios, em barragens, em oceanos. Imaginem os impactos que isso está gerando também para a qualidade das águas!

A ANA também tem bons dados. É preciso ressaltar o esforço que a Agência Nacional de Águas tem feito pelo menos na produção de dados. Há um salto qualitativo nos últimos dez anos, principalmente, na produção de dados e tudo mais. Mas há também um buraco enorme no alcance do problema que está na base das comunidades que estão aqui e do Brasil em geral.

Então, por exemplo, na questão dos minerodutos, é fundamental que a gente constitua uma regulação específica para minerodutos, na verdade uma regulação ultrarrestritiva, se não proibindo o uso de minerodutos no Brasil na situação em que a gente está vivendo.

Vou falar da Bacia do Rio Santo Antônio. É o que a Patrícia falava e o que o Gustavo também falava. Você está autorizando, a menos de 20 quilômetros de um mineroduto para o outro, o Mineroduto Minas-Rio, que tem 525 quilômetros de extensão. Em geral, usa-se o dado metro cúbico por hora. Esse dado ilude um pouco. O que é metro cúbico? Ninguém sabe. A gente usa litro. Então, esse mineroduto vai usar 2,5 milhões de litros de água por hora para transportar minério, para retirá-lo de Minas Gerais e levá-lo para o Rio de Janeiro. E não há um tubo para fazer voltar essa água. Essa água sai de lá e não volta mais. É transposição de bacia. É isso o que está acontecendo. E, na mesma Bacia do Rio Santo Antônio há o Mineroduto Manabi, que sai do Morro do Pilar, com 511 quilômetros. O pessoal lá da Bacia do Santo Antônio se orgulha não só porque tem o maior do mundo, tem o segundo maior do mundo também.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO (*Fora do microfone*.) – Não, o pessoal não, só o governo de Minas.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Só as empresas, não é?

Esse outro mineroduto vai usar três milhões de litros d'água por hora. Há uma projeção de que em Minas Gerais os minerodutos que estão em construção vão usar 15 milhões de litros de água por hora. Isso significa destruição de uma bacia hidrográfica, de bacias hidrográficas; inviabilização de modos de vida. Se isso não é uso concorrencial, inviabilização do uso principal para dessedentação de animais e uso humano, isso é o quê, é o quê?

Então, na verdade, mais uma vez eu acho que o princípio da descentralização permite que os governos estaduais, os comitês de bacias estaduais venham legislando sobre a água em seus Estados e permitindo que esse tipo de coisa seja encaminhado, inclusive, com corrupção, porque um dos secretários lá de Minas Gerais – estávamos comentando no almoço – um tal de Adriano, foi pego agora facilitando empreendimentos minerários do Sr. Eike Batista. A gente tem visto, com os escândalos que se perpetuam agora no Brasil, como tem sido feito o processo de instalação de empreendimentos, de obras, na verdade, onde o Poder Público, o interesse público está completamente sequestrado pelo interesse privado.

Eu tentei aqui muito rapidamente apresentar dados que eu considerava mais significativos. A gente, de fato, tem aqui uma centena de dados e de problemas para apresentar. Acho que o princípio da descentralização e tudo o mais não pode ser um mecanismo de que a ANA e as outras agências se utilizem para lavar as mãos dos problemas que a gente está vivendo nos territórios, porque os governos estaduais, os comitês de bacias muitas vezes não vêm dando conta desse problemas, portanto eu acho que é importante a gente avançar na busca de mecanismos de regulação que deem conta, que criem esse pacto, mas tomara que seja breve a solução.

Por exemplo: eu estou tentando encaminhar algumas coisas, não sei se está sendo pescado pela relatoria, mas, por exemplo, a questão dos minerodutos é uma questão central; não podemos permitir... Por que a questão? É um recurso gratuito, já que eu mostrei no dado anterior que o pagamento pelo uso da água não está sendo efetivado na maioria das bacias; é um uso gratuito, barato, e por que é que as mineradoras optam pelo mineroduto? Construir ferrovias, comprar vagões, o que é outro problema, passa por cima das comunidades, também é problemático e é muito mais caro. No mineroduto eles põem um cano, bombeiam com água, que é grátis, e transportam o minério. É óbvio que dessa maneira é muito mais fácil.

A gente veio aqui, agradecendo mais uma vez essa audiência, fazer um chamado a atentar para esse problema. Não é possível que a gente só dê atenção à água quando ela acabe. É necessário a gente se antecipar aos problemas e tentar eliminar os fatos causadores dos problemas. E a gente está identificando muito claramente a questão da mineração como o centro disso.

Só anunciar algumas coisas importantes. A gente, do Comitê, além do esforço de luta, de mobilização, também tem feito um esforço de reflexão. Hoje temos presentes aqui três pesquisadores, a Gabriela, a Sílvia e o Luís, que estão em curso com uma pesquisa sobre os impactos da mineração na água. A gente está mapeando todos os casos de impactos da mineração na água, construindo um quadro nacional dos problemas que a gente está vendo e esse é um esforço importante que a gente está construindo para ver os impactos. E, na verdade, essa audiência pública aqui e também a nossa plenária do Comitê – porque está realizando-se ao mesmo tempo aqui a plenária – é muito importante para isso.

Assim, agradecer mais uma vez e vamos juntos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer a todos os convidados pelas informações que nos trouxeram e dizer-lhes que nós vamos ter que voltar a nossa atenção para o problema do uso da água. É fato que nós estamos concluindo este ano e muita coisa deverá acontecer a partir do próximo ano.

Eu tenho aqui uma revista do Senado, a revista *Em Discussão!*, em que o tema principal é a escassez de água. Agora nós temos que verificar qual é o viés da análise que está aqui concentrada na revista.

Temos a Senadora Ana Rita, que é a Presidente da nossa Comissão, a quem eu tenho a honra de passar a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Primeiramente, eu quero aqui parabenizar todos os nossos convidados e convidadas; parabenizar o Senador João Capiberibe pela iniciativa de trazer novamente este debate sobre a questão da água, sobre a questão da mineração.

A Comissão de Direitos Humanos já teve a oportunidade de, em outros momentos, fazer debates sobre esse tema, mas hoje agregou muita informação nova e que realmente nos impactou.

Da minha parte, eu me senti bastante impactada, inclusive com as imagens aqui apresentadas pela Patrícia, e isso me fez pensar duas coisas. Primeiro, é meio irônico nós todos, nas nossas cidades, nessas campanhas para preservar água, para não consumir em excesso, para ter cuidado com a torneira para não ficar aberta, para não ficar pingando, para tomar banho mais rápido, na hora de escovar os dentes fechar a torneira. Há toda uma campanha para economizarmos água, diante dos desafios que a gente tem de falta de água, e aí eu vejo aquelas imagens apresentadas pela Patrícia e pensei que o povo brasileiro parece que está sendo enrolado, porque com uma situação como essa, rios totalmente comprometidos, aquela imagem dos animais que vão beber água no rio e, de repente, não conseguem sair porque o rio virou um grande lamaçal por causa da extração do minério e as águas todas sendo afetadas, isso realmente nos impacta muita. Então, essa é uma questão que eu gostaria de colocar e que nos traz uma grande interrogação: como resolver isso de tal modo que haja solução de fato, e que não demore tanto?

Por outro lado, fico pensando também nos órgãos de fiscalização, de licenciamento ambiental. Muitas vezes, um pequeno empreendimento, uma coisa pequena, uma empresa pequenina que quer se instalar enfrenta tantas dificuldades para conseguir o licenciamento ambiental, e uma obra desse jeito, uma mineradora com esse potencial, com essa capacidade, tem o licenciamento ambiental. Eu fico me perguntando, quais são os critérios, quais são as regras que para alguns é tão restritivo e para outros é tão...? Eu confesso que, na qualidade de Senadora, eu fico me perguntando isso e me sinto meio que impotente diante desse quadro.

E, então, nós temos uma legislação que define normas, define critérios, define uma série de coisas, mas eu vejo que há um descompasso entre o que a lei prevê, o que está sendo regulamentado, o que já foi regulamentado e o que é executado na prática. Parece que há coisas que não combinam. Eu estou falando agora como uma cidadã, também. Não consigo ter resposta para essas questões. Então, deixa-me bastante impactada esse descompasso entre o que a legislação prevê e a realidade de fato. Há alguma coisa no meio do caminho que não nos atende. Então, essa extração do minério precisa ser repensada.

Está para ser votado no Congresso o Código de Mineração, algo que ainda não foi suficientemente debatido. Na minha opinião, muito pouco ou quase nada houve aqui no Senado Federal. E esse Código precisa, realmente, ser muito debatido, muito, para que a gente possa ter respostas para essas questões. Aí me preocupa – a nossa representante da ANA aqui – o fato de que nós não podemos demorar muito, porque quando tivermos um Código que realmente possa nos contemplar, a realidade já foi toda comprometida.

Estou meio que fazendo um certo desabafo aqui, eu fiquei realmente muito preocupada com isso que foi colocado aqui, que não é novidade para nós, porque já fizemos esse debate aqui em outros momentos.

A Maria Teresa já esteve conosco, aqui, em outros momentos, mas confesso que essas exposições hoje foram muito fortes, elas trouxeram novos elementos também.

Sr. Presidente, eu gostaria, ainda, porque V. Exª que vai fazer os encaminhamentos desta audiência. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para trazer um outro tema que embora pareça não ter muito a ver, também tem a ver, que é o descaso com relação às áreas indígenas.

Eu recebi uma informação agora cedo, do Conselho Indigenista Missionário, de que em menos de 24h, no Estado de Mato Grosso do Sul, depois de um grupo armado atacar área do Tekoha, no Município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, lideranças dos Kaiowá e Guarani – porque alguns estão aqui hoje, inclusive, estão lá, no meu Gabinete, agora, conversando –, lideranças da comunidade afirmam ter recebido uma ligação do proprietário da Fazenda Burana, em que a pessoa que fez a ligação afirmou que, hoje, quarta-feira, na verdade, entre 14 e 15 horas, haveria um novo ataque contra os indígenas, e ofereceu dinheiro para saírem da área, e os indígenas, as lideranças indígenas não aceitaram.

A agressão com hora marcada poderá acontecer na sequência do desaparecimento de uma jovem indígena, porque na segunda-feira, no dia de ontem, essa jovem chamada Júlia Venezuela Almeida, Guarani-Kaiowá, de 17 anos, caiu depois de ser baleada e foi arrastada, colocada sob um caminhão, um carro, enfim, e, até agora não foi localizada essa pessoa.

Tudo indica que, possivelmente, ela esteja morta, e ela é filha de um índio que também foi assassinado em função da mesma luta, na mesma área, um tempo atrás.

Então, eu trago esta informação, aqui, rapidamente, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara já está se manifestando sobre isso e nós, da Comissão de Direitos Humanos, contamos, aí, também, com o Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente desta Comissão, vamos nos manifestar com relação a esses fatos.

Então, a falta de demarcação das terras indígenas está levando à morte de muitos índios e diversos fazendeiros e, de uma maneira arrogante, está tirando vida de pessoas, envolvendo diversos capatazes, enfim, e, aqui, de acordo com os relatos, foram muitos carros que chegaram na área, em torno de 40 carros, fazendo cavalo de pau, numa arrogância, numa petulância muito grande.

Então, eu faço esse registro aqui porque também é um problema a que nós precisamos dar um encaminhamento.

Então, é isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, parabéns pela audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, e, nesse momento em que a senhora traz a denúncia de agressão a lideranças indígenas no Mato Grosso do Sul, a comunidade indígena sofre uma outra agressão nesse momento: a Comissão Especial que analisa a PEC nº 215 está reunida com a ideia de aprovar, trazer para o Congresso, a homologação das futuras áreas demarcadas nas comunidades indígenas.

Isso aí num retrocesso absurdo. É, exatamente, para paralisar, porque o processo de demarcação e homologação de terras indígenas é extremamente demorado. Tem casos que foram demarcados, foram reconhecidas como terras indígenas, depois, demarcadas, depois, homologadas, mas o processo foi parar na Justiça, e já levam 10, 15 anos, sem que essas comunidades possam recuperar as suas terras.

Então, há, na verdade, uma conspiração contra a comunidade indígena, e tem um braço político, que está aqui, dentro do Parlamento, que são os representantes dos setores mais agressivos contra os indígenas e, inclusive, que contratam essa PEC nº 215. Nós recebemos uma denúncia de que um Assessor da Confederação Nacional da Agricultura foi que elaborou o Parecer do Deputado Serralho, que é o Substitutivo da PEC nº 215, que está sendo votada, possivelmente, daqui a pouco, na Comissão Especial da Câmara.

Então, na verdade, há uma conspiração, realmente, contra aquilo que é fundamental preservar, as comunidades indígenas, os recursos naturais desse País, enfim. O que a gente observa, e, infelizmente, o Parlamento, o nosso Parlamento, a nossa representação política é financiada pelas mineradoras.

Uma parte dos Parlamentares aqui recebem financiamento dessas mineradoras e defendem o interesse dessas mineradoras. Voltando à questão específica do uso das águas pelo setor mineral.

Creio que poderíamos... creio não, gostaria que pudéssemos estabelecer aqui alguns encaminhamentos. Acho que precisamos de uma lei de proteção da água. Não basta o código de água que está aí. Acho que teríamos que ter uma lei mais clara para cobrar pelo uso de forma diferenciada, porque você usa a água, nós usamos, todos nós aqui usamos água em nossas casas e pagamos uma taxa não pela água propriamente dita, mas pelo serviço; é caríssimo captar, tratar, distribuir. A água é, de fato, um serviço muito caro. Mas as mineradoras usam água e para o uso de água industrial também ninguém conhece a tabela de preços. Acho que temos de fazer uma lei capaz de...Vamos dar um encaminhamento, solicitar à Consultoria do Senado que nos apresente alguns estudos e algumas propostas para que possamos legislar e, sobretudo, proteger a água.

Outra questão. Há o código da mineração. A pergunta é: da mineração ou das mineradoras? Acho que temos de nos debruçar sobre essa questão e analisarmos, estudarmos e fazermos repercutir na sociedade. O grande problema é que não temos meios de comunicação. É muito difícil que a sociedade se mobilize por algumas causas, uma mobilização mais geral que force, digamos, mudança de posição aqui no Parlamento. É difícil até porque a atividade econômica é muito valorizada, porque a partir dela geram-se empregos, e as pessoas querem o emprego não importando o custo que, muitas vezes, esse emprego exige da natureza.

Mas é importante que trabalhemos, criemos grupos de acompanhamento desse código das mineradoras, para que possamos influenciar ou tentar influenciar e propor algumas modificações. A mesma coisa é trabalhar um sistema de proteção mais eficiente, digamos. Temos uma legislação que protege nossas florestas, mas vemos que, a cada ano, temos uma perda significativa. Ainda que haja legislação, não conseguimos fazer valer, digamos, a lei para o conjunto da sociedade brasileira.

O Brasil até hoje ainda tem prisão especial para quem tem diploma de curso de nível superior. Então, esses criminosos têm sempre algumas regalias e podem, inclusive, atropelar a lei, podem deixar de cumprir a lei. Sou de um Estado que também tinha mineração, com um componente econômico importante. Hoje já é quase insignificante, a mineração no Amapá deixou de ser a atividade econômica número um, hoje corresponde a menos de 5% do PIB. Mas ela continua existindo lá com muitas dificuldades, numa associação muito corrupta também com o Estado e também com as instituições que deveriam controlar esses aspectos mais nocivos da mineração.

Enfim, talvez seja o caso de pensarmos realmente numa tabela de preço do uso da água diferenciada para mineração. Já que os minerais são exportados como matéria prima e o custo da água tem de ser contabilizado, nós não podemos... nós estamos exportando natureza em forma de soja, em forma de vários produtos extrativos. E aí, chega a mineração...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – O mineroduto gasta dois centavos por metro cúbico.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – "Dois centavos por metro cúbico", essa informação... E quem paga isso? Não paga um centavo?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – A mineradora paga. Eu fiz a conta aqui. Dá R$196,980 mil por mês. Agora, imagine em uma cidade de 288 mil habitantes, cada habitante consome 250 litros de... pelos três milhões que você falou, que são os números mineroduto.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – O dado estava equivocado, em vez de 500 mil habitantes, tinha uma população de 250 mil habitantes em 24 horas, é isso?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Na verdade, eu fiz as contas aqui. O mineroduto... Com base nesse cálculo que o Carlos falou aqui, 3 milhões de litros por hora, então são 3 mil metros cúbicos. Imaginando que cada habitante consuma por volta de 250 litros, é um quarto de metro cúbico. Então, para cada metro cúbico, quatro habitantes. Então, 3 mil metros cúbicos por hora abastecem 12 mil habitantes por dia. 12 mil vezes 24 – que é o número de horas do dia – dá 48 mil metros cúbicos. Não, não, não. Está errado. Dá 288 mil habitantes. E, ao preço de dois centavos – que é o cobrado na Bacia do Rio Doce, na cobrança do uso da água, o metro cúbico do mineroduto é dois centavos –, então, isso daria, eu fiz as contas aqui, R$196.980 mil por mês.

Aí eu pergunto: uma cidade de 288 mil habitantes, quanto será que ela paga de conta de água por mês? A cidade inteira, só pelo consumo residencial?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu queria consultar se um ou outro palestrante aqui poderia explicar como se dá o transporte de minério nos minerodutos – quem poderia dar uma explicação – com o uso da água? Isso, para o telespectador da *TV Senado* acho que é muito importante, para que o telespectador, as pessoas que a nós estão assistindo, que estão nos ouvindo possam entender, de fato, como acontece esse transporte de minério impulsionado pela água. Quem pode nos explicar?

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Eu posso dizer um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com a palavra, Patrícia Generoso.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Pois eu posso dizer um pouquinho, não muito tecnicamente, que quanto menor o volume de minério maior o volume de água, e esse volume de água... ainda que o minério não esteja sendo explorado e o mineroduto não esteja sendo utilizado para o transporte de minério, a água sempre tem que estar em curso, ela é bombeada.

Então, ela é captada em um local – no caso aqui no mineroduto Minas-Rio, na Bacia do Rio do Peixe –, ela é bombeada para um local onde tenha a planta de beneficiamento. Então, a água nova vai para a planta de beneficiamento. De lá tem uma estação, uma bomba também, que faz com que haja propulsão da água junto com o minério. E para que esse minério não se deposite, então é preciso que o fluxo de água seja constante. E a cada "x" quilômetros – eu não sei precisar aqui – tem uma outra bomba que... Como tem perdas no cami-

nho, em alguns pontos também tem uma nova captação, e entra também uma nova captação de água para a propulsão do minério.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Na proporção de 70% de minério e 30% de água.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Vamos usar o microfone com... O senhor pode ligar, por favor.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – E não é só água e minério. Porque sempre a gente escutou falar "pasta", água e minério. Envolve amido e... é amônia ou soda cáustica?

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Amônia.

A SRª MARIA TERESA CORUJO – ...e amônia. Então, na realidade, essa pasta para fazer circular o minério nesses tubos e por gravidade, por bomba, ao longo dos quilômetros, tem também um aspecto de produto químico.

Então, se houver vazamento, como já aconteceu num teste em Conceição do Mato Dentro, quando houve uma grande mortandade de peixes, provavelmente aquele curso d'água não vai ter mais a sua saúde de água e de peixes.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Nem foi só de peixes, porque, além de peixes, semoventes também.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Isso. Isso significa possibilidades inúmeras desse mineral, desse mineroduto funcionando 500 km, se houver rompimento em algum lugar, quem estiver ali ao lado, perto... Então, nós estamos diante de outra aberração construída em prol da mineração e do lucro da mineração ser cada vez maior. Então, eu não cogito nem a hipótese. Para mim, tem que ser um caminho de impedir imediatamente novos licenciamentos de minerodutos e cancelar os minerodutos já existentes. Eu posso aproveitar o ensejo para dar uma sugestão de encaminhamento, Senador?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Só uma coisa da proporção, para ficar claro. Em geral, em média são 70% de minério para 30% de água, para ter noção. Então, em 26 milhões de toneladas, você pode imaginar a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu ouço a sua sugestão.

A SRª PATRÍCIA GENEROSO – Senador, a questão da água com a mineração é tão grave que nós não temos tempo de percorrer os caminhos tradicionais de novas leis, de fiscalizar o cumprimento das leis, Senador.

Às vezes me pego pensando que nós estamos numa guerra, só que não declarada, e nós estamos falando de segurança nacional não no sentido de sermos ameaçados por outros países. Nós estamos falando de segurança nacional na perspectiva de não termos condições de nos perpetuar como país por falta de água, disseminando-se numa velocidade como o Carlos mostrou, porque querem minerar tudo o mais rápido possível.

Então, eu penso que nós teríamos que buscar caminhos até dentro do Senado ou jurídicos para ver que condições existem para buscar alternativas imediatas ou para moratórias. Por exemplo, que não se licencie absolutamente nenhum empreendimento que impacte água, qualquer que seja a forma, enquanto não houver a clareza do que isso vai significar.

Não sei se o senhor sabe, mas minerodutos envolvem ainda uma legislação da década de Ditadura em que a mineração é declarada de utilidade pública. Nós estamos usando mecanismos da Ditadura que eram usados para salvaguarda da soberania nacional para essa monstruosidade. Para mim, essas legislações tinham que ser imediatamente abolidas. Mineração não é utilidade pública. Então, não se pode usar isso para minerar APP, fazer mineroduto, fazer caírem liminares porque é de utilidade pública.

Nós temos que tentar arranjar mecanismos, Senador, emergenciais, como se nós estivéssemos num estado de sítio perante uma ameaça nacional, porque nós estamos falando de segurança hídrica. Agora é São Paulo, é o rio São Francisco, é a Bacia do rio Doce, são todos os lugares. Nós temos que construir alguma saída urgente, emergencial, imediata. Não dá para ficar esperando essas formas que a gente veio construindo.

A Agência Nacional das Águas tem um papel nisso, tem que avaliar que mecanismos existem para imediatamente serem suspensos e não ser licenciado mais nenhum empreendimento de grande e médio porte que impacte água, qualquer que seja a forma desse empreendimento. Eu acho que isso tem que constar com um encaminhamento, porque nós estamos falando de vida. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem!

Com a palavra, Eldis Camargo.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Bom, já esclarecer um ponto que foi levantado pelo Carlos. Essa discrepância de barragens do DNPM e dos dados da ANA tem por base que a ANA só cuida de águas de domínio da União e o levantamento do DNPM é de todas as barragens. É muito importante entender essa divisão de águas. É um absurdo. Mas há águas da União e águas do Estado. Isso foi a Constituição que disse.

Outro ponto é a questão da cobrança, a qual acontece diante de um sistema montado e se inicia na vontade do comitê. Não é a ANA que faz a cobrança, ela só arrecada e distribui novamente para a Bacia. Então, tem todo um sistema que precisa ter agência e toda uma legislação para isso.

A Agência Nacional de Águas, assim como qualquer setor público – da nossa colega Teca –, só pode fazer o que está na lei. Então, não poderemos agir se não houver algum tipo de iniciativa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – ...que tem que montar. E outra coisa importante...

O SR. NILSON MOULIN – Tem que mudar a lei. A lei foi feita para as mineradoras no período colonial. Isso tem que mudar.

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Aí tem que ficar aqui uma das sugestões. Tem que mudar e ver como está essa nova legislação, se atende a isso que a sociedade está solicitando aqui.

Outro dado importante também, para quem puder acompanhar – e o dever é acompanhar, nós devemos acompanhar –, é o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que foi lançado há um mês. Então, teremos de acompanhar porque justamente tem essa intenção.

A ANA é só executora da política, ela não faz a política, entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ELDIS CAMARGO SANTOS – Isso está na lei.

A ANA implementa a política.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Pois não, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Acho que na questão dos minerodutos é importante... O minério é espatifado, passa no moinho e fica num tamanho muito pequenino para passar na água.

Agora, uma coisa importante que a gente não fala, por exemplo, no caso da Anglo American, cujo mineroduto teve a licença de operação do Ibama. O que aconteceu? Esse mineroduto era para transportar 24 milhões de toneladas, mas o plano de exploração de desenvolvimento da minha da Anglo American é para 66 milhões de toneladas, ou seja, eles vão aumentar a produção e na hora em que chegar em 26, 27 milhões de toneladas, vão precisar de um segundo mineroduto. Isso não é discutido com a sociedade.

A Manabi, que é outra empresa que eles estão tentando passar lá, é igual era a do Eike Batista, uma empresa de fachada. Ela está querendo fazer um mineroduto, mas a previsão de produção dela é de 66 milhões de toneladas. Então, vai precisar no mínimo de dois minerodutos.

Então, eles dão a licença e o que acontece? Na hora em que você vai tentar embargar na justiça, o que o juiz vai falar? Como a gente já vê as decisões judiciais, sabe que ele falará: "Não, já se investiu dinheiro aqui, o sistema que foi aprovado é esse e não dá para ser outro sistema".

Se você somar três minerodutos, dá mais ou menos o custo de uma ferrovia. Só que, então, ele prefere fazer o mineroduto porque a água é barata e o capital inicial que ele vai investir é muito menor do que o da ferrovia. Aí, quando atingir o nível de produção, vai para o segundo mineroduto. O local por que o mineroduto passa é o mesmo no qual já foi instalado o primeiro mineroduto. Por exemplo, a Empresa Samarco, que é a pioneira nos minerodutos no Brasil, já está no terceiro mineroduto, na mesma região.

A questão para a qual eu queria chamar atenção é que a água não é considerada bem comum, porque hoje a política de recursos é separada da política de meio ambiente. Então, se você vai no capítulo da Constituição que trata do meio ambiente, que é o art. 225...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Não. Você falou que esse capítulo considera meio ambiente um bem comum, mas não cita a água em nenhum dos termos do art. 225. Ele não cita a água e não dá *status* para a água da mesma forma que dá para a biodiversidade, para muitas coisas.

Então, a verdade é que hoje a gente precisa de uma emenda constitucional que coloque um inciso lá dizendo que a água é bem comum. Isso não está ali, do ponto de vista jurídico hoje, da mesma forma que ela não é considerada um direito humano. Então, fez-se esse absurdo.

O Conama editou a Resolução nº 369, que passou a declarar a mineração como um bem de utilidade pública. Eles não tiveram o pudor...

Isso começou no Governo do FHC e terminou com Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, no Governo Lula. Começou com o FHC, com os mineiros que estavam lá no Ministério do Meio Ambiente essa Proposta de Resolução 369 que declara a mineração de utilidade pública, e não faz sequer um inciso falando: quando

houver outra utilidade pública anterior a essa utilidade pública da mineração, ela tem prioridade. Que é, por exemplo, o caso do abastecimento público.

Então, hoje, você entra no *site* do Departamento Nacional da Produção Mineral, está lá, na primeira página tem um selo Resolução 369 e a turma de mineração acha que o direito à utilidade pública da mineração é tão importante quanto o abastecimento público. E o Governo legisla.

Então, agora quero discordar da Elis, da Eldis só num ponto. A ANA, por exemplo. Existe um cidadão da ANA que se chama Rodrigo Flecha, você deve conhecê-lo. Rodrigo Flecha vai dar cursos para os comitês de bacias de Minas Gerais e vende essa ideia toda de que falei ali, que mostrei ali, que é a meta, é a projeção de uso. É isso que está desconstruindo a política de recursos hídricos por pessoas da ANA que fazem política sim, fazem política sim; e a ANA vai nos momentos de votação e vota junto com o setor da mineração.

Então, acho que hoje esse é um problema sério que nós temos. Nós não temos uma Agência Nacional de Águas que está defendendo a água, não, ela está defendo o contrário. E o Governo Federal, infelizmente, anda a reboque da mineração. E, no caso do Governo do Minas Gerais, é uma quadrilha, é uma quadrilha criminosa. (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Então, fico indignado quando vem um Senador como o Aécio Neves e fala que tem uma quadrilha no atual Governo, sendo que ele foi um dos chefes da quadrilha que acabou, que implantou a mineração a qualquer custo em Minas Gerais.

Foi ele que barrou o licenciamento da mina, da mina não, do Parque Nacional da Serra do Gandarela, porque o Governo Federal, ... falou: se o Governo do Estado apoiar, está criado o parque do jeito que a gente propunha, do jeito que estava lá na proposta do ICMBio, proposta original. No governo estadual do Aécio Neves, do Antonio Augusto Anastasia, o novo Senador eleito fez tudo para sabotar o Parque Nacional da Serra do Gandarela porque são capachos, são capachos da mineração. Isso que é a verdade! E, do ponto de vista da expropriação da natureza, da água, isso é uma quadrilha organizada! (*Palmas.*)

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI – Vai ver hoje o que é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou o Conama. Vai ver a composição para ver o que é a sociedade civil lá dentro. Não é nada! Ela não tem voto nenhum!

Agora, nós temos vários companheiros dos movimentos sociais que são equivocados porque acham que não devem participar dos conselhos pois já são votos vencidos.

Então, se for assim, adeus política! Porque o Parlamento hoje, a maioria é vendida, boa parte, não sei se são 300 picaretas, como dizia o Lula, talvez sejam 400, não sei. Mas o problema é o seguinte, nós temos que participar da política, da política de meio ambiente, da política de recursos hídricos e da política institucional.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Você pode usar, é a última intervenção, daqui a pouco tenho de encerrar.

O SR. NILSON MOULIN – Alô.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Está gravando, identifique-se, por favor.

O SR. NILSON MOULIN – É coerente o que você falou em relação ao Aécio Neves e Minas Gerais, tudo que fez de errado e as mentiras. É coerente com a política do Fernando Henrique.

Quando Fernando Henrique privatizou a Vale, o que já vinha desde o tempo da ditadura foi acentuado e ficou. Então, é coerente com essa linha de vender o patrimônio público que beneficia o grande capital nacional e internacional, e uma parte foi levantada aqui.

Eu creio, Senador, que esse tipo de debate precisa ser ampliado, retomado ano que vem, com audiência pública nessa linha.

Sobre o que foi proposto aqui o Carlos falou muito bem, todos deram contribuições muito importantes para retomarmos em audiências públicas: a questão da água como questão central dessa nossa república desgovernada e vendida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Quanto a essa questão da minoria, da não participação em função de ser minoria, aqui no Parlamento, em alguns temas nós somos minoria mesmo. Temos três ou quatro defendendo algumas posições e a maioria esmagadora é aquela que defende o sistema.

Vamos aos encaminhamentos.

Tenho aqui algumas propostas. A primeira seria o ofício à Presidente Dilma solicitando o agendamento de uma reunião com representantes da Comissão de Direitos Humanos do Senado, representantes do Movimento pela Preservação da Serra da Gandarela e Vereadores de Belo Horizonte para tratar dos limites do Parque Nacional da Serra da Gandarela, criado no dia 13 de outubro de 2014, ressaltando a questão da segurança hídrica para Belo Horizonte e sua região metropolitana. Vamos encaminhar o ofício solicitando essa audiência com a Presidente Dilma .

O segundo ponto seria o ofício à Agência Nacional de Águas (ANA) informando sobre a questão da água e demandando um posicionamento a respeito, visto que atua no âmbito da gestão de águas e vem desenvolvendo estudos e planos voltados à garantia de abastecimento de água nos grandes centros urbanos brasileiros.

Terceiro, ofício ao Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) salientando a preocupação com os limites do Parque Nacional da Serra da Gandarela, que não protegeram adequadamente a Bacia do Ribeirão da Prata e a maior parte da Serra, o que significa desproteção do aquífero e dos mananciais de água que são fundamentais para o Rio das Velhas, no qual está a captação de Bela Fama, que é vital para Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Quarto, um ofício à Copasa, na pessoa de Nelson Guimarães, Superintendente da Produção e Tratamento de Água da região metropolitana de Belo Horizonte, responsável pelo sistema integrado e pela sua macro-operação, solicitando especial atenção à questão da Serra da Gandarela e do Ribeirão da Prata e sua relação com o Rio das Velhas e a captação de Bela Fama.

O quinto ponto, que vamos trabalhar aqui no Senado, será o encaminhamento de um projeto de resolução suspendendo todo e qualquer licenciamento de mineroduto até que os condicionamentos do mineroduto Minas-Rio sejam respondidos. São mais de 360, não é? (*Pausa.*)

Então, nós vamos preparar um projeto de resolução legislativa suspendendo todo e qualquer licenciamento para novos minerodutos e vamos tentar aprovar aqui na Casa. (*Palmas.*)

Aí, então, a gente vai precisar contar, de fato, com a mobilização daqueles que se preocupam com o futuro do nosso País, com o futuro da nossas cidades, porque, pelo que está posto aqui, o que está acontecendo em São Paulo está se reproduzindo em Belo Horizonte e vai acontecer no País como um todo.

Para encerrar, eu gostaria de dizer, a gente sente que o Brasil da democracia melhorou enormemente. Os dados estão aí. Recentemente, o IBGE nos forneceu os dados da expectativa de vida no Brasil. Chegamos a 74 anos e 9 meses. Eu sou de uma geração cuja expectativa de vida era 40 anos, e eu estou com muita sorte de estar por aqui contando essa história. A mortalidade infantil era de 140 crianças a cada um mil nascidas vivas. Hoje caiu para 15 crianças para cada um mil nascidas vivas. O Brasil melhorou.

Agora, o que não é possível é continuarmos melhorando com um custo ambiental tão pesado, não só na questão da utilização da água, mas também da floresta. Nós temos graves problemas na Amazônia, nós temos um avanço da fronteira agrícola, uma conversão de florestas heterogêneas em monocultura, que é algo absurdo, e que precisa, também, de controle. O País, infelizmente, não fiscaliza nem os centros urbanos, a periferia das nossas cidades é completamente abandonada. Imaginem os lugares mais isolados.

Enfim, houve avanços, mas eles aconteceram, sobretudo, na melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, na democracia. Dos anos 80 para cá, os dados melhoraram enormemente, e a gente precisa continuar melhorando, mas tem que estar com o olho no futuro.

Nós não podemos deixar para as gerações futuras o desastre. Nós temos que, claro, garantir a nossa sobrevivência, mas garantir a sobrevivência daqueles que virão.

Eu queria finalizar agradecendo a todos os nossos convidados e pedindo a vocês que a gente possa continuar juntos, com essa mesma preocupação de preservar os recursos naturais do nosso País, o patrimônio de todos nós brasileiros e brasileiras. Seja do Norte, seja do Sul, esses recursos são nossos.

Eu quero agradecer aos convidados. Digo a vocês que alguns resultados, alguns produtos sairão desta audiência pública.

Obrigado. Um grande abraço. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 11 HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e dez minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, João Capiberibe, Marta Suplicy, Eduardo Suplicy, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jayme Campos, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Álvaro Dias. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta registra a presença do Vice-Governador eleito do Estado do Espírito Santo, César Colnago, e lhe concede a

palavra. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 66ª a 71ª Reuniões. Em seguida, informa que a Reunião ocorrerá em duas partes, a primeira, reunião de trabalho com o objetivo de apresentar o Relatório do 2º Semestre de 2014 e o Relatório Geral – CDH, Biênio 2013/2014. A segunda, deliberativa. Às treze horas e dezesseis minutos, a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paim. Às treze horas e vinte e oito minutos o Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim devolve a presidência dos trabalhos a Senhora Presidenta Ana Rita. A Senhora Presidenta faz encaminhamento, coloca em votação e aprova requerimento para que a Mesa do Senado encaminhe representação contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP/RJ) junto a Câmara dos Deputados, por conduta discriminatória contra as mulheres, em especial contra a Deputada Maria do Rosário, ocorrida no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 09/12/2014. Passa-se à apreciação da Pauta. 1ª Parte: Reunião de Trabalho. Finalidade: Apresentação do Relatório do 2º Semestre de 2014 e do Relatório Geral – CDH, Biênio 2013/2014. Resultado: O Relatório foi apresentado e discutido. 2ª Parte. Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição da matéria. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição do Projeto. Item 3. Sugestão nº 11, de 2014 – Não Terminativo – Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei n° 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara n° 16/13. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Item 4. Sugestão nº 5, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. Item 5. Sugestão nº 6, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Sugestão nº 8, de 2014 – Não Terminativo – Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. **Autoria:** Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo acolhimento da Sugestão nº 8/2014 para que seja examinada por Subcomissão especial a ser criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Resultado: Adiado. Item 7. Sugestão nº 14, de 2014 – Não Terminativo – Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal. **Autoria:** Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por ad hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, em número de duas ou mais, se necessário, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo como convidados o Procurador Regional da República, Dr. Guilherme Schelb, Pastor Silas Malafaia, Procurador Regional Ronaldo Albo,

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, e Juíza de Direito, Dra. Hermínia Azoury, ambos do Estado do Espírito Santo, Psicóloga Dra. Elisete Malafaia, Pr. Renê Terra Nova, Dr. Ives Gandra Martins e igualmente o Ministro Ives Gandra Martins Filho, Dra. Marisa Lobo, psicóloga, 1 representante da ANAJURI – Associação Nacional dos juristas Evangélicos do Brasil, 1 representante dos Juristas de Cristo do Brasil, 1 representante da Comissão de Vida e Família da CNBB, estes, conforme designação das respectivas entidades. para discorrerem e debaterem sobre o Projeto de Lei do Senado, número 470, de 2013, que dispõe sobre o Estatuto da Família. Para as referidas audiências, proponho, ouvida a Comissão, as datas de 05 e 12 de março de 2015. **Autoria:** Senador Magno Malta. Resultado: Não lido. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 81, de 2014. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 77/2014, seja alterada a lista de convidados. Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Sr.Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT; 2. Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical; 3.Sr. Gilberto Carvalho, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República; 4.Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; 5. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; 6. Representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC; 7. Sra. Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional da Saúde; 8. Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Ex-Ministro da Fazenda e da Administração Federal; 9. Gilson Dipp, ex Ministro do Superior Tribunal de Justiça; 10. José Geraldo, Professor e Ex-Reitor da Universidade de Brasília. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº , de 2014. Nos termos do art. 73 combinado com o inciso III do art. 76 do Regimento Interno requeiro a criação da Subcomissão Temporária para debater proposições legislativas que julgar cabíveis relativas à regulamentação do uso medicinal, recreativo e industrial da Cannabis e seus componentes, formada por 5 membros titulares e 5 suplentes, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: Não Lido. Extrapauta. Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013 – Não Terminativo – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Autoria:** Deputado Vieira da Cunha. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 82, de 2014. Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, c/c o art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Federal Elcione Barbalho. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 83, de 2014. CONSIDERANDO o desrespeito e a agressão cometidos pelo Deputado Jair Bolsonaro contra as mulheres, em especial contra a Deputada Federal Maria do Rosário durante a Sessão 284, às 13 horas e 46 minutos, do dia 09/12/2014, (Deliberativa Extraordinária – CD) da Câmara dos Deputados. CONSIDERANDO que o comportamento do Deputado Federal ofendeu os princípios mais básicos dos direitos humanos, protegidos pela Constituição Federal, e é, por isso, incompatível com o decoro parlamentar; CONSIDERANDO que o ataque cometido pelo Deputado Jair Bolsonaro contra a Deputada Maria do Rosário atingiu não apenas a deputada, mas a dignidade da mulher, o esforço secular do Parlamento para avançar na proteção dos direitos humanos, na diminuição das desigualdades de gênero, na diminuição da violência contra a mulher, escopo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e do próprio Senado Federal; A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no art. 55, inciso II, § 2º da Constituição Federal, que trata da perda de mandato de parlamentar federal, e art. 3º, inciso VII, art. 5º, incisos I, II, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados; REQUER que a Mesa do Senado Federal apresente à Mesa da Câmara dos Deputados a competente representação contra o Deputado Jair Bolsonaro por quebra de decoro parlamentar, bem como adote as demais providências legais ao seu dispor destinadas à defesa das prerrogativas constitucionais dos integrantes desta Casa Legislativa. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião (72ª), que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 72ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 66ª a 71ª reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião está dividida em duas partes. A primeira parte será uma reunião de trabalho para apresentar os relatórios dos trabalhos desta Comissão e a segunda parte deliberativa de proposições.

Então vamos à primeira parte da reunião, que é a apresentação do relatório do segundo semestre de 2014. Eu não vou fazer a leitura deste relatório, mas ele está à disposição de todas as pessoas que assim desejarem conhecer. Eu vou fazer a leitura do relatório do Biênio 2013/2014, que é o relatório final da Comissão de Direitos Humanos.

O biênio 2013/2014 da Comissão de Direitos Humanos iniciou-se em 28 de fevereiro de 2013, com a eleição da Senadora Ana Rita para a Presidência e do Senador João Capiberibe para a Vice-Presidência da Comissão.

Logo no início dos trabalhos, foi aprovado o Plano de Trabalho da CDH para o biênio, a partir das diretrizes apresentadas pela Presidenta, e instaladas quatro Subcomissões, que igualmente definiram seus planos de trabalho: a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata e Vice-Presidência da Senadora Ângela Portela; a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe e Vice-Presidência do Senador Randolfe Rodrigues; a Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, sob a Presidência do Senador Paulo Davim e Vice-Presidência da Senadora Lídice da Mata; e a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, sob a Presidência do Senador Paulo Paim e Vice-Presidência do Senador Eduardo Suplicy.

Ao encerrar-se esse biênio 2013/2014, a CDH apresenta um balanço das ações desenvolvidas com resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Entre fevereiro de 2013 e dezembro de 2014, a Comissão de Direitos Humanos e suas Subcomissões realizaram um total de 161 reuniões, incluindo audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho, sendo que ainda temos quatro audiências públicas agendadas para ocorrer antes do término do biênio.

Foram 118 audiências públicas com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram, que envolveu mais da metade dos membros da Comissão.

No âmbito da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, foram realizadas três audiências públicas, e uma na Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quarenta e oito audiências foram realizadas em caráter interativo, garantindo participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa. Centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, que incluíram desde Ministros de Estado até acadêmicos, religiosos e representantes de diversos movimentos sociais.

Os temas tratados nas audiências públicas são de enorme repercussão social, tais como: resultados da política externa brasileira de direitos humanos; Convenção de Haia e situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos; adoção de crianças; novas configurações de famílias; casamento civil igualitário; envelhecimento e situação dos idosos; direitos das mulheres; criação da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; resultado da pesquisa do Ipea intitulada Estupro no Brasil; políticas públicas; política nacional de participação social; cotas no serviço público; TVs comunitárias e Canal da Cidadania digital; Programa Mais Médicos; mobilidade urbana; alfabetismo no Brasil e necessidade de sua erradicação; doença falciforme; vírus ebola; internação compulsória de dependentes químicos; humanização do parto do Brasil; direito das pessoas com deficiência; Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência; direitos e políticas públicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down; conscientização em relação ao autismo; mobilidade digna para pessoas com deficiência; marco legal dos povos tradicionais; situação dos povos indígenas; situação de adolescentes e jovens indígenas; conflitos agrários; agronegócio dos pequenos agricultores – Programa de Aquisição de Alimentos; emissão de poluentes na siderurgia; cultivos transgênicos e seus impactos; direitos dos trabalhadores; trabalho escravo; crimes trabalhistas e competências da Justiça do Trabalho; direito de greve no serviço público; regulamentação da PEC das domésticas; assédio moral no serviço público federal; direitos humanos e conquistas dos militares; mapa da violência no Brasil; combate à violência doméstica e familiar; criminalização dos movimentos sociais; violência contra os profissionais da comunica-

ção; violência contra ativistas de movimentos sociais e socioambientais; extermínio de jovens negros; racismo no futebol; abusos de agentes do Estado ditatorial; necessidade de revisão da Lei da Anistia; desaparecidos da democracia; violação de direitos humanos contra jornalistas do País durante a ditadura militar; participação e as ações ilegais efetuadas por representantes da polícia política brasileira durante o golpe militar que depôs o Presidente chileno Salvador Allende; implementação das recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 10 de dezembro de 2014.

E, ainda, para analisar a proposta de regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha, objeto de sugestão popular recebida pelo portal e-Cidadania, que recebeu mais de 20 mil apoiamentos de internautas, sob relatoria do Senador Cristovam Buarque, foram realizadas seis audiências, organizadas em blocos temáticos e com ampla participação popular.

Nas audiências da Comissão de Direitos Humanos houve o lançamento de importantes publicações e projetos, como: revista *Em discussão!*, com o tema "Adoção – Mudar um Destino", do Senado Federal; Movimento Ação Integrada – por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis do trabalho escravo contemporâneo, de iniciativa do Sinait e da OIT; *Mulheres nas Eleições 2010*, livro organizado por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão; *Relatório Figueiredo,* disponibilização da cópia digital do documento, que apontou violência de agentes públicos contra os povos indígenas nos anos 1960 e estava desaparecido há 40 anos; *Publicidade de Alimentos e Crianças*, livro editado pelo Instituto Alana em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância e o núcleo de pesquisa internacional da Universidade de Harvard; *A Inclusão na Educação Profissional: um novo jeito de ser docente*, livro publicado pela Unesco, UCB e Editora LiberLivro; Toda loucura será protegida?, matéria multimídia produzida pela Agência Senado sobre a Lei Antimanicomial; Direitos Humanos, Direitos de Todos, exposição de imagens produzidas pela CDH com momentos simbólicos da atuação desta Comissão relacionadas à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 66 anos em 10 de dezembro de 2014.

Em consonância com a política de transparência pública, a CDH fez editar boletins informativos para divulgação das suas atividades.

Em maio de 2013, o *Boletim da CDH* apresentou o relato dos trabalhos até ali desenvolvidos pela Comissão e noticiou as atividades previstas para o período subsequente. Renomeado para *Boletim Direitos Humanos em Pauta*, houve mais quatro números.

Em dezembro de 2013, o nº 1 destacou o debate de projetos como o PLC 122, sobre a criminalização das práticas de discriminação e ódio, e apresentou um balanço da atuação da Comissão e de seus membros, no segundo semestre de 2013.

Em fevereiro de 2014, o nº 2 focou a diligência realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, e os mecanismos de legislação participativa no Senado e na CDH.

Em março de 2014, o nº 3 foi dedicado especialmente às mulheres, com diversas matérias afetas ao tema e atenção especial para o combate à violência contra a mulher.

Em outubro de 2014, o nº 4 trouxe ao centro do debate a questão: "Direitos Humanos para quem?", além de um balanço das atividades desenvolvidas em 2014.

No mesmo período, a Comissão de Direitos Humanos realizou 38 reuniões deliberativas, examinando 104 proposições legislativas, sendo: 59 projetos de lei do Senado; 1 substitutivo da Câmara dos Deputados; 24 projetos de lei da Câmara; 19 sugestões legislativas apresentadas pelo programa Jovem Senador ou diretamente pela sociedade civil, que, sendo aprovadas, passaram a tramitar como PLSs de autoria da Comissão de Direitos Humanos; 1 projeto de resolução do Senado para alteração do nome da atual Ala Filinto Müller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes.

Com a nossa contribuição, a legislação brasileira já recebeu importantes aprimoramentos, como a Lei de Cotas para Negros em Concursos Públicos; a Lei Menino Bernardo, de combate à violência contra as crianças; a emenda constitucional que estendeu direitos trabalhistas às domésticas; a Lei Berenice Piana, de proteção aos direitos das pessoas com autismo; entre tantas outras.

Muitos outros temas permanecem com a discussão em aberto, merecendo nossa total atenção, como as questões relativas à regulação da mídia, ao trabalho escravo, às políticas inclusivas, ao combate à homofobia e a toda forma de preconceito, e tantas mais.

Se no início da nossa gestão a falta de quórum presencial obrigava a protelar indefinidamente a votação de matérias terminativas, ao longo desse período, o crescimento da participação dos Senadores membros reverteu essa tendência de esvaziamento, garantindo a apreciação de 25 proposições em caráter terminativo.

Além disso, a CDH aprovou 205 requerimentos apresentados por seus Senadores e Senadoras membros da Comissão.

A Comissão recebeu, nesse período, 182 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando a seu esclarecimento e solução.

A CDH realizou ainda seis diligências: em Rio Verde, Goiás, para verificar *in loco* os prejuízos provocados pela pulverização aérea de agrotóxico que atingiu a escola municipal e a situação de estudantes e trabalhadores da educação; nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, para visitar locais em que ocorreram torturas e desaparecimentos de presos políticos, durante o período ditatorial, para os quais há proposta de transformação em centros de memória e verdade; no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Maranhão, ainda durante o recesso parlamentar, em janeiro de 2014, para verificar e discutir, *in loco*, as condições das vítimas de ataques de violência determinados supostamente por líderes de facções criminosas e as condições dos detentos, seus familiares, bem como a situação dos agentes penitenciários; em Santa Maria, Rio Grande do Sul, para avaliar a atuação dos Poderes Públicos em relação à tragédia na boate Kiss e buscar a adoção de medidas pelo Senado Federal em favor das famílias das vítimas e sobreviventes e a prevenção de novos acidentes da mesma natureza; na capital do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães, ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2014.

Com esses números e a qualidade da atuação do conjunto do colegiado – aproveito para agradecer a participação e o empenho dos Senadores e Senadoras membros da Comissão –, posso afirmar, com toda a segurança, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, alcançou, neste biênio 2013/2014, expressivo resultado e contribuiu enormemente para a ampliação das conquistas e a consolidação dos direitos humanos em nosso País.

Agradeço, por fim, à equipe da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos, que sempre se empenhou para que tudo corresse a contento e para que pudéssemos obter os resultados expressivos que ora apresentamos.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução das realizações da Comissão de Direitos Humanos neste biênio. Quero aqui, novamente, mostrar os gráficos do quanto avançamos durante todo esse período, os gráficos evolutivos das reuniões deliberativas. Ali, acho que dá para ver. (*Pausa.*)

Então, dá para vocês perceberem o quanto nós avançamos em termos dos projetos. A figura nº 1 são as reuniões realizadas; a figura nº 2 são as matérias deliberadas. O relatório está à disposição de todos vocês.

Há um outro gráfico, em formato de *pizza*, que trata da distribuição temática das matérias deliberadas. Nós podemos perceber aqui o grande índice de matérias relacionadas às pessoas com deficiência e também às mulheres, idosos, povos tradicionais, enfim, um volume muito grande de matérias já aprovadas.

E temos o gráfico também das audiências públicas. O outro gráfico fala das audiências públicas, dos temas das audiências públicas, também bastante variados. Vocês podem perceber que há uma variedade imensa de temas. Muitos temas foram debatidos aqui, nesta Comissão, e foram propostos pela maioria dos Senadores que compõem esta Comissão.

Então, aqui, quero fazer um agradecimento a todos os colegas Senadores e Senadoras que contribuíram com o nosso trabalho.

Aproveito também para registrar a presença do Deputado Federal, capixaba, do nosso Estado, hoje eleito Vice-Governador, Deputado Cesar Colnago, do PSDB do Espírito Santo, que se encontra presente, acompanhando a leitura do nosso relatório.

Muito obrigada pela presença, Deputado César. É um prazer recebê-lo aqui.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim, caso queira se manifestar com relação ao relatório.

Aproveito a oportunidade também para agradecer muito ao Senador Paulo Paim, que foi muito assíduo nesta Comissão, deu sustentação ao nosso trabalho o tempo todo. Contamos com a participação de vários Senadores, mas o Senador Paulo Paim foi um dos que estiveram sempre ao nosso lado, nos ajudando, defendendo e colaborando conosco.

Agradeço também profundamente ao Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, que teve uma dedicação brilhante ao nosso trabalho; ao Senador Randolfe, à Senadora Angela, enfim, a todos os Senadores que aqui puderam colaborar.

Eu não posso deixar de fazer um agradecimento, embora já o tenha lido – está registrado no relatório –, à nossa equipe, porque eu digo que, se nós tivemos a oportunidade de realizar o trabalho que foi feito, isso foi graças a uma equipe séria, competente, dedicada e, mais do que isso, que abraçou a causa dos direitos humanos. Para se trabalhar numa Comissão como esta, que defende os direitos da pessoa e muitas vezes trata de matérias complicadas, polêmicas, é preciso também haver uma equipe dedicada.

Aproveito para registrar também a presença da Senadora Marta Suplicy, que agora retorna ao Senado e continua membro desta Comissão. Desenvolveu um trabalho muito importante como Ministra da Cultura e também, como Senadora, sempre foi uma grande parceira, uma grande aliada da Comissão de Direitos Humanos, em particular na matéria que trata de cotas raciais. A Senadora Marta Suplicy deu uma grande contri-

buição para que essa matéria fosse aprovada na CCJ, em particular, mas também passou por esta Comissão. Então, muito obrigada, Senadora Marta!

Eu vou conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se vacilar, vira uma reunião de homenagem a nossa querida Senadora pelo trabalho que ela fez aqui com a gente, não só nesse campo, mas também no campo das mulheres, na luta contra os preconceitos, na luta principalmente pela liberdade de orientação sexual e religiosa.

Enfim, Senadora Marta Suplicy, V. Exª é uma figura da qual esta Comissão tem muito orgulho, por saber que se fez presente aqui durante inúmeras reuniões, dezenas de reuniões. Lamentamos a sua falta quando V. Exª saiu para ser Ministra, mas que bom que voltou!

Queria dar este depoimento antes que ela saísse. É uma satisfação tê-la de volta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigada por suas palavras, Senador Paim e Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita.

Hoje há a posse no TCU, por isso também a nossa Comissão está um pouco esvaziada.

Mas nós não poderíamos deixar passar em branco – não sei se foi abordado o tema anteriormente, e me parecer ser da competência da Comissão de Direitos Humanos – o episódio que ontem nós vivemos aqui em relação à Deputada Maria do Rosário. Tratar dele compete também ao Senado, porque era uma reunião de Congresso, estávamos nós lá na hora do debate.

Tenho pensado no que nós poderíamos fazer. Tenho acompanhado os dados de violência no País, os dados de violência no meu Estado, que só aumentam, e particularmente os dados, agora, da violência contra a mulher em geral, violência doméstica, mas também contra jovens estudantes, os crimes de estupro e abuso nas festas universitárias e em outras. São todos temas que nos preocupam como mulheres, mas também nos preocupam como cidadãos, porque os que estão estuprando são pessoas que vão exercer profissões, vão ter contato com a população, vão ter contato com mulheres, poderão ser novos Abdul – como é o nome dele? –, aquele que estuprava as pacientes.

Sei lá, eu acho que é uma questão de costumes, é uma questão de valores. Tento entender o que se passa, mas me foge também. Acho que tem muito a ver, basicamente, com família, criação, questão de gênero, respeito e, ainda, resquícios de machismo. Mas, mais que tudo, tem a ver com impunidade, e aí nós voltamos à nossa Casa. Tem a ver com impunidade, porque o cidadão que perpetrou essa fala criminosa é um cidadão que não faz isso pela primeira vez, não faz isso sem querer, ele fez isso já contra a própria Deputada alguns anos atrás; se não me engano, ele é reincidente.

Ontem eu me vi coletando assinaturas – todas nós, Ana Rita ajudando, todas as Deputadas e Senadoras. Eu pensava, na hora em que coletava aquelas assinaturas... E depois ouvi da própria ofendida, Maria do Rosário: "Olha, eu estou cansada de solidariedade, porque solidariedade não muda nada, não está resolvendo o problema." Então, estou fazendo uma consulta para ver o que podemos fazer. Talvez, no Supremo, possamos entrar com uma ação. Precisamos pensar em alguma coisa mais séria, porque, inclusive, não adianta nada, nem desculpas esse cidadão pede, ele vai praticar e vai dizer que está certo, que é isso mesmo.

Então, era essa questão que eu queria deixar para a nossa Comissão, Presidenta, para que a senhora possa, inclusive, nos ajudar a pensar em algo mais concreto, para que nós não fiquemos só no manifesto ao Presidente Henrique Alves, que desta vez me disse que pelo menos uma suspensão vai ter que acontecer – falou assim, em particular; não sei se vai acontecer.

Eu fico muito desanimada. Esse cidadão teve mais de 450 mil votos, muitos votos, em qualquer lugar são muitos votos. Agora, ele tem esposa, ele tem nora, ele deve ter uma porcentagem grande de eleitoras mulheres. Algumas, provavelmente, pensam exatamente como ele, mas não são todas que pensam assim. Fico imaginando se não há ali, naquele seio de eleitoras dele, alguém que vá – ou a própria esposa, na intimidade da casa – dizer a ele: "Olha, tudo tem limite; calma, não se trata assim uma pessoa, não se trata assim uma colega de trabalho." Não há voto que compense uma postura como essa. Isso é um testemunho de retrocesso para o País, é uma postura que nos envergonha a todos como nação. É vergonhoso ter no Congresso Nacional uma pessoa que se refira assim a uma colega de trabalho.

Então, eu acho que a coisa é muito séria e que nós devemos, como Comissão de Direitos Humanos, ter uma postura além da solidariedade, algo mais concreto, algo mais proativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Marta, depois...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois quero falar do seu trabalho, permita-me ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Mas eu quero só... Porque amanhã nós teremos...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu quero interromper um minutinho para dizer que isso é mais relevante ainda quando levamos em consideração que a Presidenta da nossa Comissão é

quem hoje mais entende de violência contra a mulher, porque andou este País inteiro, recebeu inúmeras denúncias e encaminhou inúmeras formas de lidar com isso – mas acho que nunca pensou que dentro da nossa Casa iríamos ter um caso desse porte.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senadora Marta, o que me preocupa também é que fatos como esse, reincidente aqui no Congresso Nacional, tenham desdobramento nas demais Casas Legislativas estaduais e municipais. Sei de vereadores que trataram vereadoras dessa forma e não se fez nada. É preciso realmente que o Congresso Nacional dê exemplo, para que situações como essa não aconteçam nas outras Casas Legislativas. Realmente, quem faz isso precisa sofrer uma punição rigorosa. Então, cabe à Câmara dos Deputados tomar uma atitude severa, isso precisa ser cobrado com certeza.

Amanhã pela manhã nós teremos aqui uma audiência pública na qual debateremos o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade. A Deputada Maria do Rosário estará presente como nossa convidada. Nesse momento, a Comissão de Direitos Humanos vai se posicionar, através de um pronunciamento, através de uma nota, no momento em que ela estiver presente aqui amanhã.

Mas concordo plenamente com a Senadora Marta: a nota é importante porque dá visibilidade ao fato, mas precisamos realmente pensar em algo que dê um basta a esse tipo de situação, porque não é a primeira vez que isso acontece. Esse Deputado já se manifestou dessa forma aqui dentro – não sei se a Senadora Marta se lembra – com a Senadora Marinor Brito, nesta Comissão aqui, por causa de matérias com as quais ele não concordava. Ele não pode tratar as mulheres dessa forma. Ele pode ter as suas discordâncias, opiniões diferentes a respeito das matérias que tramitam aqui, mas não pode agredir verbalmente, com palavras de baixo calão, dizer coisas que ninguém diz publicamente. Não se pode ter esse tipo de comportamento dentro de uma casa legislativa com uma colega de trabalho. Se faz aqui, publicamente, imagine nos espaços privados o que deve acontecer! Então, é uma coisa em relação à qual realmente precisamos nos posicionar de forma mais corajosa e mais firme.

Deputado Cesar Colnago, gostaria também de se manifestar?

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Eu só, com a permissão do Senador Paim, queria dizer... Eu achei que a Comissão da Verdade fosse se reunir hoje. De toda forma, foi muito bom ter encontrado a minha conterrânea, que fez um belíssimo trabalho e que, com certeza, deixa uma história marcante na defesa do Estado democrático, na luta contra a violência.

Acho que a Senadora Marta colocou bem: a questão número um é a questão da impunidade. A segunda é o exemplo. Quer dizer, esta Casa não pode dar esse tipo de exemplo, porque o que acontece aqui reverbera para todas as casas brasileiras, não só para as Casas Legislativas, mas para as famílias, esse tipo de comportamento. Você pode discordar, você pode ter posições diferentes, mas você tem que respeitar acima de tudo as pessoas, os Parlamentares, todo cidadão brasileiro. É inaceitável esse tipo de atitude, que é reincidente. E aí vem a questão da impunidade, que campeia em todos os cantos deste País. Nós temos que mudar isso e acho que esta Casa tem que dar exemplo.

Mas queria, Ana Rita, dar-lhe parabéns por seu trabalho, pelo tanto que andou por este País, pelas inúmeras audiências e também pelo resultado dos processos aqui, dos projetos que tramitaram nesta Comissão tão importante. Nada é tão importante, num Estado democrático de direito, como a questão dos direitos humanos. E V. Exª é um exemplo prático dessa atividade – eu conheço V. Exª lá do nosso Estado. V. Exª abrilhantou muito, e abrilhanta, este Senado com a sua posição de rigor, de dedicação e de combate sempre aos extremos da violência e dos desajustes.

E aí, Marta, acho que o grande problema – não vou aqui teorizar – é a questão... Acho que nós vivemos um momento no mundo, e particularmente no mundo ocidental, do esvaziamento do ser. Recentemente estava lendo um livro chamado *Um Mundo sem Limite: ensaio para uma clínica psicanalística do social*, que diz que o consumo acima de tudo e a perda dos valores fundamentais da convivência democrática, com certeza, levam a comportamentos dos mais variados, quase à banalização do mal, muito presente nas sociedades, e, acima de tudo, à falta de limites, que gera aquilo que muitas vezes, num processo civilizatório, não se pode aceitar.

Acho que o combate à impunidade, a correção e a valorização daquilo que é fundamental para a vida humana passam muito pelo debate nesta Casa e principalmente nesta Comissão.

Portanto, ao parabenizá-la, quero apostar que o mal e essas coisas tão violentas não vão prevalecer e que nós teremos uma sociedade, num processo civilizatório, muito mais harmônica no sentido de construir, através do debate, da educação e de valores que são tão importantes para a sociedade, um mundo melhor, e não um mundo que, em determinados momentos e em determinados aspectos, caminha mais para a barbárie do que para a evolução de suas sociedades. Quero parabenizá-la, porque eu acho que V. Exª aqui – sou testemunha lá pelo Estado – colocou o seu tijolinho na construção de um mundo melhor e, com certeza, de um Senado cumprindo a sua missão. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Deputado Cesar Colnago, obrigada pela presença, obrigada pelas palavras, muito obrigada.

Agradeço também à Senadora Marta pelo reconhecimento do trabalho e também por sua dedicação à defesa dos direitos das mulheres.

Senador Paulo Paim para concluir sua intervenção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que, claro, concordo 100% com tudo o que falou aqui a Senadora Marta Suplicy e também o Deputado Federal e hoje Vice-Governador reeleito Cesar Colnago, do Espírito Santo.

A Maria do Rosário é uma grande figura pública do nosso País, Ministra de Direitos Humanos, uma liderança incontestável do nosso Estado, uma das Parlamentares mais votadas do Rio Grande. Pela forma como ela foi ofendida, de fato, merece uma reação que não seja só manifestação de solidariedade à minha querida amiga Deputada Maria do Rosário. Vamos trabalhar juntos para aqui, quem sabe, com a provocação feita pela Senadora, construirmos uma reação que tenha repercussão tão forte como a agressão feita. A agressão feita não tem limite.

Sou obrigado a também dar este depoimento, porque recebi recentemente correspondência de um Estado, e não quero aqui atingir a todos, tenho esse cuidado, que vem com nomes de professores – quero deixar bem claro: há alguns professores, assim como há alguns Parlamentares que agem assim – que usam o direito de decidir quem vai passar e quem não vai passar, agem dessa mesmo forma citada em relação à violência contra as mulheres. São meninas e meninos que me mandaram esse depoimento, e nós estamos buscando mais instrumentos para provar efetivamente quem são para não ficar uma imagem que abranja uma categoria. Vamos trazer a denúncia para o nosso Congresso.

Mas, Senadora, além desse apoio que daremos – naturalmente vamos trabalhar juntos em relação ao que fez o Deputado Bolsonaro, tenho que dizer o nome dele –, eu queria, neste momento em que V. Exª faz um balanço do trabalho da Comissão, cumprimentá-la; cumprimentá-la com muito carinho, com muito respeito.

Vou repetir coisas que eu já disse aqui na Comissão e na nossa Bancada. V. Exª foi uma grande surpresa para muita gente que não conhecia o seu trabalho. Como V. Exª foi vice numa época em que fui presidente, para mim não foi surpresa. V. Exª fez aqui um belíssimo trabalho, um excelente trabalho, sem mais aquela história de que só sicrano ou beltrano é que poderiam dirigir a Comissão para dar resultado. O resultado foi além, e muito além, de todos aqueles que a antecederam. V. Exª, claro, aqui não falou em números, mas, se olharmos para o passado, seu trabalho está muito além.

Dou esse depoimento com muita alegria. E lamento muito que no próximo ano V. Exª não esteja aqui conosco. Por opção, claro, do Partido e em razão de decisões no Estado, V. Exª não estará aqui como Senadora, mas fará muita, muita falta. Sei que V. Exª não sairá da vida pública. Continuará sendo essa guerreira, essa lutadora, uma mulher que faz o bem sem olhar a quem e que, muitas vezes, em nome do bem comum, abre mão da sua vida particular. Aqui foi citado o número de viagens que fez pelo País. Eu não fiz o número de viagens que V. Exª fez, quer seja representando a CPI de combate à violência em relação às mulheres, quer seja representando esta Comissão.

Então, eu quero apenas dar o depoimento de que a Casa perde, mas o Espírito Santo e o Brasil ganham, porque V. Exª não sairá da vida pública. Lá do seu Espírito Santo continuará fazendo a grande política, o bom combate, o bom embate, em benefício de todo o povo brasileiro. E como direitos humanos é uma causa universal, V. Exª há de ultrapassar as fronteiras, defendendo, da forma como faz, com tanta competência, os direitos humanos.

Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Sinto-me muito feliz pelas palavras de V. Exª . Não sei se mereço tanto, mas creio que cumprimos aqui o que é obrigação nossa. Todo Parlamentar tem um trabalho a ser feito, e eu pude aqui me dedicar a esse trabalho.

Quero agradecer inclusive à nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que me indicou para assumir esta Presidência. Foi uma conquista e um reconhecimento da nossa Bancada. Fiz isso com muito gosto. O Parlamento é isto: é o serviço que prestamos à sociedade, atendendo às necessidades de uma população, a meu ver, que mais precisa do serviço público e mais depende do Estado. Eu acredito que a Comissão de Direitos Humanos me deu a oportunidade de fazer esse trabalho. E não fiz sozinha, com certeza, não é, Senador Paulo Paim? V. Exª é testemunha disso. Nós fizemos em conjunto. As subcomissões aqui funcionaram. Foi uma dinâmica de trabalho que nos possibilitou trazer aqui hoje o resultado do esforço conjunto de toda uma equipe de trabalho.

Aproveito, ainda, para me reportar à situação da Deputada Maria do Rosário. Eu gostaria de aqui fazer um apelo. A postura do Deputado Jair Bolsonaro não foi uma postura isolada. Foi uma postura reincidente.

Adotaremos providências formais; aliás, já estamos adotando, inclusive com uma queixa contra ele. Penso que, primeiro, ele não atacou apenas a pessoa Maria do Rosário, a cidadã, a Parlamentar, a militante de direitos humanos, a ex-Ministra Maria do Rosário. Ele agrediu as mulheres brasileiras com suas palavras, mas, em particular, o foco da agressão dele foi contra as pessoas que lutam pelos direitos humanos. O objetivo central foi atacar os direitos humanos. Várias falas, reportagens que pude ler, posteriores ao fato, dão esse entendimento. Ele agrediu todas as pessoas, homens e mulheres que lutam pelos direitos humanos em nosso País. Ele tem aversão a direitos humanos, não consegue assimilar o que são direitos humanos. E esse é um problema.

Portanto, cabe, na minha opinião, uma reação coletiva, uma reação das mulheres Parlamentares, e já estamos nos mobilizando para isso, uma reação do seu Partido, porque o partido que tem um Parlamentar com esse tipo de comportamento e que dá um péssimo exemplo à sociedade não pode permanecer...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Qual é o partido dele?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É o PP.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Podemos falar com a Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Senadora Ana Amélia também se manifestou a esse respeito ontem. Nenhum partido deve acolher alguém que tem esse tipo de postura, que é contrário a qualquer princípio, a qualquer atitude.

A Mariana está me sugerindo que talvez nós pudéssemos aprovar uma representação da Comissão de Direitos Humanos junto à Câmara com relação a isso. Se houver concordância, eu acho que poderemos encaminhar uma representação, como Comissão de Direitos Humanos do Senado, junto à Câmara dos Deputados.

Para concluir minha fala, além de o Partido ter que se manifestar, também acredito que as mulheres brasileiras, os movimentos de mulheres deveriam se manifestar, assim como as eleitoras do Deputado. Elas não podem apoiar e eleger uma figura como essa. Estou dizendo, com todas as letras: trata-se de uma pessoa que não pode permanecer no convívio democrático, pois não tem postura democrática. Nós precisamos dar o exemplo.

Ficam as minhas indagações. Além do que podemos fazer aqui formalmente, a partir do nosso Regimento, junto à Justiça e junto à Presidência da Câmara, eu acho que a sociedade precisa se manifestar, por meio de todos os segmentos que eu acabei de relacionar.

Então, fica aqui a sugestão de esta Comissão de Direitos Humanos encaminhar uma representação junto à Câmara.

Se vocês concordam, podemos fazer uma elaboração agora ou...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Poderíamos fazer uma elaboração e depois colher as assinaturas da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Dos membros da Comissão?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De todos, claro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De todos os membros da Comissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Podemos aqui aprovar, então, esse encaminhamento?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Podemos?

Em votação o referido encaminhamento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos encaminhar e colher as assinaturas dos demais membros da Comissão para que possamos fazer uma representação junto à Câmara dos Deputados.

Agradeço as presenças do Deputado Cesar Colnago e da nossa Senadora Marta Suplicy.

Estamos concluindo a primeira parte da nossa reunião.

Volto a informar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, só para registrar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... que, para alegria nossa, vieram aqui prestigiar a reunião, pois sabiam do balanço que V. Exª faria no dia de hoje, eles que também batem palmas porque acompanham o seu trabalho, o Warley, Presidente da Cobap, e o Vereador Julio Ramos, lá de Catanduva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Sejam bem-vindos. Obrigada pela presença. Muito obrigada.

Aproveito para dizer que os relatórios estão à disposição. Nós poderemos imprimir para aqueles que tiverem interesse, mas estão disponíveis também na internet.

Vamos, então, agora, passar para a segunda parte da nossa reunião, que é a parte deliberativa.

Do primeiro item da pauta, pág. 15, a relatoria é de V. Exª, Senador Paulo Paim.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2014
– Não terminativo -

Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.
Autoria: Deputada Elcione Barbalho
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: Tramitação: CDH e CTSEGPUBL (Comissão Temporária destinada a debater e propor soluções para o financiamento da Segurança Pública no Brasil).

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro, eu quero agradecer a V. Exª a generosidade de sempre, a grandeza que marca a sua atuação como Líder – é uma das Líderes da nossa Bancada e das mulheres do Brasil e também desta Comissão.

Quando aconteceu o lamentável incidente da boate Kiss no Rio Grande do Sul, em que morreram em torno de 250 pessoas, nós nos deslocamos – aprovados nesta Comissão – para aquela cidade e acompanhamos o luto, a tristeza, num ginásio esportivo, onde os corpos daqueles jovens estavam sendo velados pelos familiares.

Quando voltamos de lá, por iniciativa dos três Senadores do Rio Grande, nós organizamos aqui uma comissão especial para debater a gravidade do fato acontecido, com repercussão internacional, e outros que vinham acontecendo no Brasil e no mundo, como incêndio em casas de espetáculos. Muito bem.

A Senadora Ana Amélia foi a Presidenta, eu fui o Relator do trabalho dessa comissão e, concluído o trabalho, o que nós fizemos? Nós o remetemos para a Câmara dos Deputados, porque lá havia uma comissão que tinha iniciado um trabalho antes do nosso, liderado pelo Deputado Paulo Pimenta, que coordenou essa comissão, e a Relatora lá foi a Deputada Elcione Barbalho.

O nosso trabalho e o daquela comissão foram fundidos num único relatório. Então, este relatório que ora apresento, na verdade, é o brilhante trabalho feito sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta junto com o trabalho que nós fizemos aqui no Senado da República. E é com enorme tristeza que venho apresentar relatório que vai nessa linha. Mas, ao mesmo tempo, com a expectativa de que este relatório iniba, coíba, não permita mais que fatos como esse aconteçam.

Eu fui procurado inúmeras vezes pela comissão das famílias que perderam seus filhos – muitos perderam dois ou três filhos no mesmo momento – nesse incêndio. Eles pediram muito que nós apresentássemos o relatório do projeto para que o Brasil tivesse uma norma mínima. É claro que esse debate ainda vai continuar. Para mim, ele deve continuar a vida toda, no sentido de aprimorar a legislação.

Então, mediante esta fala rápida, homenageando os familiares, que até hoje choram as mortes dos seus entes queridos, faço a leitura do relatório.

Relatório.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 33, de 2014, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.

O art. 2º prevê que o planejamento urbano municipal deverá observar normas especiais de prevenção e combate a incêndios e desastres editadas pelos Municípios, respeitada a respectiva legislação estadual.

Tais normas abrangerão locais ocupados por cem ou mais pessoas, ou número menor, caso só possua uma rota de fuga; seja ocupado por idosos, crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção; ou contenha muitos materiais inflamáveis.

O dispositivo também prevê que o prefeito municipal poderá conceder autorização especial para a realização de eventos integrantes do patrimônio cultural local ou regional, desde que adote medidas preventivas, verificadas pelo Corpo de Bombeiros Militar ou, na sua falta, por equipe técnica da Prefeitura, treinada e conveniada para esse fim.

O art. 3º, Srª Presidenta Ana Rita, atribui aos Corpos de Bombeiros Militares a incumbência de planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar (inclusive com possibilidade de aplicação de advertência, multa, interdição e embargo) as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público.

O dispositivo também prevê que os Municípios que não possuírem unidade de Corpo de Bombeiros Militar poderão, mediante convênio, criar e manter serviço próprio de prevenção e combate a incêndios e atendimento a emergências.

O art. 4º estabelece condições a serem observadas no processo de aprovação da construção, instalação, reforma, ocupação ou uso de estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público perante o Poder Público municipal, voltado à emissão de alvará de licença ou autorização, ou documento equivalente.

Tais condições são: a observância da legislação estadual sobre incêndio; a facilidade de acesso para socorro e evacuação; o uso de materiais menos inflamáveis e chuveiros automáticos; a conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou similares; e o atendimento das exigências do Corpo de Bombeiros Militar.

O art. 5º institui fiscalizações e vistorias periódicas pelo Poder Público municipal e pelo Corpo de Bombeiros Militar.

O art. 6º prevê a observância de atos normativos expedidos pelos órgãos competentes e as normas da ABNT ou similares.

O art. 7º prevê a suplementação das diretrizes estabelecidas no projeto pelos entes subnacionais, consideradas as peculiaridades regionais e locais.

O art. 8º prevê a inclusão, no prazo de seis meses, de disciplinas relativas a prevenção e combate a incêndios e desastres nos cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura e nos cursos de tecnologia e ensino médio correlatos.

O art. 9º prevê curso específico de prevenção e combate a incêndio para oficiais e praças dos setores técnicos e de fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares.

O art. 10 dispõe que o Município e o Corpo de Bombeiros Militar manterão na internet informações sobre os documentos de licenciamento. Também prevê que os estabelecimentos comerciais ou de serviços com *site* na internet deverão divulgar nele seus alvarás e outros documentos de licenciamento.

O art. 11 dispõe que os responsáveis pelo estabelecimento comercial ou de serviços manterão seu alvará e documentos de licenciamento visíveis ao público. O dispositivo também prevê que a capacidade máxima do local deverá ser informada.

O art. 12 criminaliza o descumprimento de determinações do Município ou do Corpo de Bombeiros Militar relativas a prevenção e combate a incêndios e desastres, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

O art. 13 define como atos de improbidade administrativa certas condutas ou omissões de Prefeito ou de oficial de Corpo de Bombeiros Militar, como a inobservância de prazo máximo para o trâmite administrativo voltado à emissão de alvará ou laudo.

O art. 14 prevê, em caso de projeto que envolva incentivos fiscais da União, a possibilidade de exigência de certificação no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (Sbac) quanto à segurança de eventos e instalações.

O art. 15 prevê o cadastramento, em sistema unificado nacional, das informações sobre incêndios em áreas urbanas.

Os arts. 16, 17 e 18 alteram o Código de Defesa do Consumidor para proibir as comandas em casas noturnas e para prever como prática abusiva e crime a conduta de permitir superlotação.

Eu me lembro de que essa proposta foi apresentada aqui pelo Senador Jorge Viana.

O art. 19 altera o Código Civil para determinar que entidade designada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) ou a ABNT estabelecerão as construções sujeitas à inspeção técnica periódica após o vencimento do prazo de garantia do construtor em relação à solidez e segurança dos edifícios ou outras construções, bem como a periodicidade de sua realização.

Também prevê que o proprietário ou usuário dos edifícios ou outras construções fica obrigado a assegurar livre acesso para a realização de vistorias pelo Poder Público municipal, pelo Corpo de Bombeiros Militar e pelos responsáveis técnicos pelos projetos de arquitetura e engenharia.

O art. 20 harmoniza a proposição com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

O art. 21 permite que os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenheiro e de arquiteto exijam a apresentação dos projetos técnicos, devidamente aprovados pelo Município.

O art. 22 confere tratamento diferenciado para empresas de pequeno porte e microempresas.

O art. 23 determina a vigência no prazo de 180 dias da publicação.

A matéria será, ainda, submetida ao exame da Comissão Temporária Destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil (CTSEGPUBL).

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

O projeto foi inicialmente distribuído somente à CTSEGPUBL.

No entanto, foi aprovado o Requerimento nº 474, de 2014, de nossa autoria, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), para que esta Comissão fosse ouvida.

De fato, de acordo com o art. 102-E, V e VI, do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições que tratem da proteção à família, às pessoas com deficiência, à infância, à juventude e aos idosos.

O objetivo do PLC nº 33, de 2014, é evitar tragédias como a morte de 242 pessoas em decorrência do incêndio na boate Kiss, ocorrido em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria.

Veja bem, Srª Presidenta, já estamos no fim de 2014, o incidente foi em 27 de janeiro de 2013, e, daquele momento até hoje, nada, nada foi aprovado aqui no Congresso para combater esse tipo de crime.

O projeto é conveniente e oportuno, por dispor sobre a segurança contra incêndio e pânico em nível nacional, com foco na prevenção, no licenciamento e na fiscalização, visando à preservação de vidas humanas.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 33, de 2014, da forma que chegou à Casa, já que ele é o somatório do relatório que eu havia aqui apresentado e o relatório feito na Câmara, sob a coordenação do Deputado Paulo Pimenta e também da Deputada Elcione Barbalho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Parabéns pela relatoria deste projeto tão importante!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, se me permitir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há um apelo muito grande dos familiares para que eu peça também a urgência aqui na Comissão, a fim de o projeto ir ao plenário. E já estamos conversando com o Senador Renan Calheiros sobre a possibilidade de ele ser votado na semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vamos concluir a votação da matéria, para depois votarmos a urgência.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise para a Comissão Temporária Destinada a Debater e Propor Soluções para o Financiamento da Segurança Pública no Brasil.

V. Exª está apresentando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, este é mesmo o objetivo.

Como o projeto teria que ser aprovado numa comissão, e foi aprovado hoje nesta aqui, a partir deste momento, com base no Regimento, nós podemos pedir a urgência, via Comissão, para que ele vá diretamente ao plenário e não vá a outras comissões, como foi feito hoje pela manhã, por exemplo, na Comissão de Assuntos Sociais. Um projeto lá aprovado, que teria que ir a outras comissões, aquele que fala do setor imobiliário – nós estávamos lá e também os que atuam nesse setor –, iria para outras comissões, porque lá não era terminativo, mas foi aprovado o requerimento e ele vai ser debatido no plenário, provavelmente, hoje à tarde. Se com o setor imobiliário pôde acontecer isso – e eu votei favoravelmente, inclusive, pensando no trabalho dos corretores –, se os corretores merecem essa homenagem – e acho que merecem mesmo, por isso, votei com muita convicção –, eu também gostaria muito que o Senado tivesse o mesmo procedimento, homenageando os familiares de 242 pessoas, eu diria, criminosamente assassinadas, covardemente, por falta de segurança no espaço em que estavam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É regimental a solicitação de V. Exª.

Coloco em votação o requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim, requerimento de urgência.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Vamos passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.
Autoria: Senador Armando Monteiro.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Observações: Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.
– Em 19/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

O relatório já foi lido em 19 de novembro de 2014, concluindo pela rejeição do projeto, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro.

Foi apresentado voto em separado, que conclui pela aprovação do projeto.

Concederia a palavra ao Senador Cyro, que não está aqui no momento. Ele veio falar comigo e disse que está retirando o voto em separado porque, pelo Regimento, não haveria condição de apresentar esse voto em separado aqui hoje.

Então, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pela rejeição do projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pela rejeição do projeto.

O projeto, agora, segue para análise na CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 11, de 2014
– Não terminativo -

Sugere o Projeto de Lei que altera a Lei n° 6.015/73, para permitir em igualdade de condições à mulher, aos pais homoafetivos, socioafetivos, bem como filiação decorrente de reprodução assistida proceder ao registro de nascimento do filho, substituindo o Projeto de Lei da Câmara n° 16/13.
Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo/OABSP.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Pelo arquivamento da SUG nº 11, de 2014.
Observações: Tramitação: CDH.
– Em 19/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva.

O relatório foi lido em 19 de novembro de 2014, concluindo pelo arquivamento da sugestão, oportunidade em que foi concedida vista coletiva.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão nº 11, de 2014.

Considerando que, dos demais projetos não terminativos que estão na pauta, não se encontram presentes os relatores e, para os outros, os terminativos, nós não temos o quórum presencial, eu vou colocar em apreciação o item extrapauta.

Portanto, eu, como sou Relatora deste item, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para fazer a inclusão deste projeto extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do PLC nº 68, de 2013, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já está extrapauta.

Neste momento, eu convido a Relatora para que dê o seu parecer. Antes, seguindo o protocolo, passo a ler a matéria.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2013
– Não terminativo -

Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
Autoria: Deputado Vieira da Cunha
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

O Deputado Vieira Cunha é do PDT, do Rio Grande do Sul.

A Relatora é a Senadora Ana Rita, à qual concedo a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2013 (PL nº 369, de 2009), do Deputado Vieira da Cunha, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*).

Em seu art. 1º, a proposição apresenta a definição de intimidação sistemática. Ademais, observa que o referido programa poderá fundamentar ações do Ministério e de Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

No seu art. 2º, lista as situações que indicam uma possível situação de intimidação sistemática. Já no art. 3º, traz sete possíveis classificações a se atribuir à intimidação sistemática, a saber: verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e virtual. No art. 4º, apresenta nove diferentes objetivos do supramencionado programa.

Na sequência, estabelece, no art. 5º, que o combate à intimidação sistemática, em diferentes formas, é dever de estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas.

Por fim, no art. 6º, determina que relatórios bimestrais serão produzidos a fim de planejar ações. No art. 7º, estabelece que entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias de forma a atender aos objetivos e diretrizes do programa. Ao final, no art. 8º, define que a lei resultante entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

O autor da proposição observa que milhões de crianças, em escolas de todo o mundo, são vítimas da intimidação sistemática, também conhecida por *bullying*. Tal prática acaba por afetar a personalidade e a saúde física e mental das vítimas, como também gera repercussões marcantes nas famílias, na comunidade e na própria economia nacional.

O PLC em análise foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na qual teve o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*.

Análise.

O PLC nº 68, de 2013, é consentâneo com as previsões do art. 24, inciso XV, do art. 48, *caput*, e do art. 59, inciso III, da Constituição Federal, bem como do art. 213, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Ademais, a lei ordinária é a espécie normativa adequada para o tratamento da matéria.

Nos termos dos incisos III, V, VI e VIII do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família, proteção à infância e à juventude e controle das políticas governamentais relativas à proteção à infância e à juventude, temas esses que guardam afinidade com o projeto em exame. Desse modo, não se verificam vícios de constitucionalidade ou, tampouco, de regimentalidade. De igual modo, não se constatam vícios de juridicidade, de legalidade ou de técnica legislativa.

A proposição em exame decerto possui grande mérito. Afinal, salta à vista de todos o processo de violência sistemática por que passam diversas pessoas ao longo de fases da vida – em particular, durante a infância e a adolescência. A violência sistemática é um comportamento exercido por aquele que traz alta intolerância à diferença. Assim, a não aceitação do outro em sua particularidade transforma o intolerante num verdadeiro algoz.

Convém lembrar que o entendimento contemporâneo em matéria de direitos humanos é aquele que se pauta pelo respeito à diferença e por sua aceitação. É imperativo o estímulo a uma cultura de não violência, na qual crianças e adolescentes, em particular, são orientados no sentido de aceitarem a pluralidade do mundo em que vivem. A formação de tal cultura, é de se ressaltar, colabora não só para a paz como também para a formação de adultos com maior inteligência emocional.

O presente projeto, portanto, visa a jogar luz sobre o sério problema manifestado pela intimidação sistemática. De maneira prudente, a proposição cria um programa que tem espírito educacional e não punitivo, como certamente é de se evitar. Afinal, a alternativa penal deve sempre ser a última a se usar na solução dos conflitos. Para comportamentos criados pela intolerância, a educação ainda é a melhor solução.

Em síntese, o projeto cria uma imprescindível ferramenta para combater e prevenir a violência sistemática (*bullying*). No entanto, para melhor eficácia e aplicabilidade, ele merece pequenos ajustes.

O programa criado por este projeto descreve uma série de atos e situações que extrapolam a intimidação e se caracterizam, de fato, como violências, o que nos obriga a adequar o conceito aos casos descritos.

Os arts. 2º e 3º que tratam da classificação das ações de violência sistemática se sobrepõem, sendo necessária sua junção para atender à melhor técnica legislativa.

Quanto aos objetivos do programa, é necessário focar o programa no âmbito educacional, tendo em vista que o conceito de *bullying* é, inclusive, muito próprio da educação.

O voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2013 (PL nº 5.369, de 2009, na origem), nos termos da emenda substitutiva.

Eu não vou fazer a leitura da emenda, porque a parte inicial já foi autoexplicativa.

É este, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, na forma da emenda substitutiva que apresentou a nobre Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a se constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo).

Em seguida, ainda exercendo a Presidência, eu passo a palavra à Senadora Ana Rita para que ela advogue o seu requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, aqui, estamos solicitando a realização de uma audiência pública. Embora já tivéssemos solicitado e aprovado anteriormente o requerimento de audiência pública, o referido requerimento altera substancialmente a lista de convidados que eu estou propondo para a audiência pública que vai tratar do decreto de participação social.

Na verdade, o requerimento aqui está sendo omisso com relação ao objetivo, mas o objetivo é fazer o debate sobre o decreto de participação social, que ganhou uma ampla repercussão. Aqui, no Senado, ele tem sido debatido. Nós já fizemos uma audiência pública sobre esse assunto e entendemos que o debate deve permanecer. O tema é importante. O objetivo dessa audiência pública é fazer o aprofundamento da questão. O objetivo desse requerimento é apenas alterar a lista de convidados.

Então, nós estamos convidando o Sr. Vagner Freitas, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical; o Sr. Gilberto Carvalho, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); um representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); a Srª Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional da Saúde; Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, ex-Ministro da Fazenda e da Administração Federal – nós estamos, inclusive, em fase de consulta para verificar a sua disponibilidade –; o Sr. Gilson Dipp, ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça; e o Sr. José Geraldo, Professor e ex-Reitor da Universidade de Brasília.

Conforme eu disse, trata-se da continuidade de um debate já iniciado por esta Comissão. Também tivemos a oportunidade de fazer esse debate na CCJ.

Entendemos que esse assunto continua na pauta. O decreto ainda não foi apreciado pelo Congresso e merece todo aprofundamento. Então, eu peço aqui aos colegas Senadores o apoio a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o requerimento da nobre Senadora Ana Rita, que se soma a um requerimento que nós já tínhamos apresentado, mas, depois, em conversa que tivemos, houve alteração na configuração dos convidados. Por isso, ela apresenta um requerimento que complementa aquele.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Isso.

Eu não mencionei, mas o requerimento inicialmente apresentado é do Senador Paulo Paim. Em comum acordo, fizemos uma alteração da listagem dos convidados. Também, ele tem o apoio do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quem concorda com o requerimento aqui lido e explicitado com muita clareza pela Presidenta desta Comissão permaneça como se encontra...

Primeiro, em discussão o requerimento. Alguém quer discutir o requerimento? (*Pausa.*)

Como ninguém quer discutir o requerimento, nós encaminhamos a votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra, novamente, à Presidenta desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Já caminhando para o encerramento desta reunião, como não há outras matérias a serem apreciadas, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 72ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Estou recebendo a informação de que foi deliberado, agora, neste momento, na Comissão Mista de Orçamento, o prazo para apresentação de emendas: até à próxima terça-feira. Então, esta Comissão de Direitos Humanos também poderá apresentar emendas.

Nós já temos aí algumas demandas. E nós precisamos apreciar essas emendas no mais tardar até à próxima terça-feira. Possivelmente, haverá aqui uma reunião deliberativa para que possamos apreciar as emendas da Comissão para o Orçamento de 2015.

Então, previamente, todos já estão convocados para a próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos que eu proponho seja na terça-feira, às 11h30 da manhã. Pode ser? Há acordo? (*Pausa.*)

Fica convocada reunião para a próxima terça-feira, às 11h30, para a apreciação das emendas ao Orçamento de 2015, emendas encaminhadas por esta Comissão de Direitos Humanos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 12 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita e Paulo Paim. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos dos Requerimentos nº 77 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e nº 81 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovados em 12/11/2014 e 10/12/2014, respectivamente, para *debater o Decreto nº. 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta da República, que "Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social, e dá outras providências"*. A Senhora Presidenta informa que a audiência pública tem caráter interativo, com possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República; Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; José Geraldo de Sousa Júnior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da UnB; Marcelo Lavenère, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde; Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores. O Senhor Senador Paulo Paim solicita a exibição de vídeo e a Senhora Presidenta permite a exibição. A Senhora Presidenta concede a palavra a João Barbosa de Arruda, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, presente no plenário. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar gravação da Audiência Pública para todos os Senadores, bem como o vídeo exibido durante a reunião e; 2) solicitar comissão geral no Plenário do Senado Federal para esclarecer o tema. A Senhora Presidenta agradece e apoia a sugestão da cidadã Angela Maria Rodrigues Costa, enviada por meio do Portal e-Cidadania, no sentido de instituir o "Dia Nacional da Participação Social". A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Paulo Paim. Nada mais ha-

vendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezessete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 73ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nº 77, de 2014, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, e nº 81, de 2014, da CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovados em 12 de novembro de 2014 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para debater o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidência da República, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social e dá outras providências.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no link bit.ly\audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Bom dia a todos vocês. Quero aqui cumprimentar todos os nossos convidados para esta audiência pública de hoje. Eu convido, inicialmente, os que já estão presentes nesta Casa.

Convido o Dr. Gilson Langaro Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Seja bem-vindo, Dr. Gilson! (*Palmas.*)

Convido o Prof. José Geraldo de Sousa Júnior, coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB.

Seja bem-vindo, Prof. Geraldo! (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Marcelo Lavenère, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. (*Palmas.*)

Nós estamos aguardando a presença do Pedro Pontual, diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, que confirmou sua presença confirmada, do Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, e da Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, que também já confirmou presença.

Esta audiência pública é uma iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Rita, que preside esta audiência.

Estamos aguardando também a chegada do Senador Paulo Paim.

Eu quero já agradecer profundamente a presença do Ministro Gilson Dipp, do representante da CNBB, o Sr. Marcelo Lavenère, e também do Prof. José Geraldo, que já foi reitor da UnB.

Eu vou fazer algumas considerações iniciais. Em seguida, vamos passar, então, para os nossos convidados.

Esta é a segunda audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza para debater a política de participação social. A primeira tinha como objetivo principal discutir formas de sensibilizar o Parlamento para assimilar as palavras de ordem que mais ecoam no seio social desde as manifestações de junho do ano passado, que são: "vocês não nos representam." Como já afirmei anteriormente, a expressão, sem dúvida, nos alerta no sentido de que a democracia representativa, por si só, não dá conta das aspirações populares e da cidadania. A democracia plena vai além e exige participação social direta nas decisões sobre os rumos do País. Em nossa Carta Magna, esse mandamento vem afirmado e reafirmado em diversos artigos que asseguram a participação social para a conquista de direitos e da cidadania através de políticas públicas.

Infelizmente, na Câmara dos Deputados, a maioria dos Parlamentares desprezou as vozes das ruas e suspendeu um mecanismo fundamental que pretendia orientar e regulamentar a política de participação social no Governo. Agora, a proposição legislativa se encontra no Senado Federal. Daí a razão principal da nossa segunda audiência pública hoje.

Queremos estimular e desencadear um novo processo de mobilização para que as vozes das ruas possam ecoar nesta Casa de tal forma que o Senado não siga a Câmara na sua conduta antidemocrática, impedindo a participação da sociedade brasileira nos rumos do País. Neste sentido o nosso esforço para trazer os melhores especialistas no tema e representantes da sociedade para aprofundar o debate e contribuir na sensibilização para que o Senado mantenha em vigor o decreto presidencial que institui e regulamenta a política de participação social.

Então, faço aqui estas considerações iniciais para que possamos, rapidamente, traçar aqui um panorama de como se deu esse processo da discussão do decreto aqui, no Congresso Nacional. Nós esperamos que esta audiência pública possa avançar no sentido de sensibilizar o Senado Federal para que o referido decreto seja

aprovado, algo que, na minha opinião e na opinião de muitos, não é uma grande novidade, porque nós já vivemos um processo de participação social desde a elaboração da nossa Carta Magna, da Constituição brasileira. E os diversos conselhos hoje existentes no País, que são inúmeros, tanto em nível federal quanto estaduais e municipais, já demonstram a importância e a necessidade de fortalecer esses mecanismos de participação social. Diversas conferências estão sendo realizadas. Conseguimos realizar, recentemente, com muito sucesso, a Conferência Nacional de Educação, que discutiu já a implementação do Plano Nacional de Educação. Diversas propostas foram apresentadas, com a participação efetiva da sociedade, de professores, de estudantes, dos movimentos sociais de um modo geral. Isso demonstra o quanto são importantes esses canais de participação social, não só os conselhos mas também outros mecanismos como as conferências e diversos outros já existentes.

O Senado mesmo tem mecanismos de participação social. Esta Comissão, por exemplo, é um espaço importante de participação social, porque é Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Aqui, nós já tivemos a oportunidade de aprovar diversos projetos de iniciativa da sociedade que nos foram apresentados através do portal e-Cidadania e outras matérias estão em tramitação, inclusive algumas até polêmicas, mas o Senado já acolheu algumas porque conseguiram a adesão, através do e-Cidadania, de mais de 20 mil apoiamentos e outras foram apresentadas por cidadãos, através de suas respectivas entidades, como é o caso, por exemplo, do autismo. Hoje, se nós temos uma lei do autista, isso é fruto desse processo de participação que o Senado Federal tem. E pode ser também através do Programa Jovem Senador, que também é um espaço de participação dos nossos jovens, que são escolhidos nas suas respectivas cidades, vêm para cá representar os Estados e aqui, como Senadores jovens, apresentam também as suas iniciativas. Todas elas passam por esta Comissão inicialmente e depois tramitam normalmente nesta Casa.

Então, é importante fortalecer esses espaços de participação social. Assim, o decreto vem reafirmar, vem consolidar algo que já existe, que funciona, que tem dado certo e que dá voz a todas as pessoas, independentemente de serem Parlamentares.

Então, faço aqui este registro porque é com muito gosto que nós realizamos esta audiência pública com o objetivo de sensibilizar também os nossos Parlamentares.

Reforço, mais uma vez, que quem está nos acompanhando pela TV Senado pode dialogar com os nossos convidados aqui através do portal e-Cidadania, cujo *link* é bit.ly/audiência interativa, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Já chegaram mais duas pessoas, que vou convidar para a Mesa. Também o Senador Paim já está chegando.

Seja bem-vindo, Senador Paim!

Eu já o convido para sentar-se aqui ao meu lado. (*Pausa.*)

O Senador Paim está fazendo a opção de ficar sentado aqui e nós vamos nos revezando nesse debate.

Por favor, professor, sente-se aqui do nosso lado.

Convido agora a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Seja bem-vinda, Maria do Socorro!

É um prazer recebê-la mais uma vez aqui. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Desculpe-me pelo atraso. Problemas familiares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não se preocupe.

Está chegando o Prof. Pedro Pontual, Diretor do Departamento de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Convido também para estar aqui conosco o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Sr. Luiz Gonzaga!

Então, para os nossos convidados que chegaram agora, nós já fizemos aqui uma breve introdução colocando a importância da discussão do referido decreto.

Parece-me que o Prof. Pedro tem um compromisso às 11 horas.

O SR. PEDRO PONTUAL – O Ministro me convocou para uma reunião às 11 horas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, podemos começar pelo senhor ou o senhor quer...

O SR. PEDRO PONTUAL – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ser?

O SR. PEDRO PONTUAL – É preciso fazer uma introdução?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu já fiz e passaria diretamente a palavra ao senhor. Pode ser, professor?

O SR. PEDRO PONTUAL – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De dez a quinze minutos. Acho que poderíamos dar quinze minutos, porque o tempo hoje está tranquilo. Serão quinze minutos para cada um. Nós vamos marcar o tempo com o cronômetro. Então, vocês poderão se orientar pelo cronômetro. Serão quinze minutos e, depois, mais um ou dois minutos para poder fazer a conclusão. Pode ser, professor?

O SR. PEDRO PONTUAL – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vou passar a palavra ao Prof. Pedro Pontual, que está aqui representando a Secretaria-Geral da Presidência da República e é Diretor do Departamento de Participação Social.

O SR. PEDRO PONTUAL – Bom dia a todos e todas.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita, companheira e militante, há muitos anos, na luta pelos direitos humanos, e agradecer a todos os demais colegas da Mesa que aceitaram o convite para este debate a respeito do Decreto nº 8.243, editado no último dia 23 de maio pela Presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social.

Acho que é importante começar dizendo que a polêmica criada em torno desse decreto, tanto na Câmara como no Senado e na mídia, tem um aspecto positivo no sentido de que ela, como disse o Ministro Gilberto Carvalho no primeiro artigo que escreveu após a bendita polêmica, tornou o tema da participação social, o tema da democracia participativa visível para o conjunto da sociedade brasileira e tem-nos permitido fazer um debate sobre a importância desse tema e sobre seu caráter estratégico na construção da sociedade brasileira. Mas ela tem um aspecto negativo porque tem sido marcada, particularmente pelos setores conservadores, tanto da mídia como da sociedade brasileira, por argumentações que, no nosso modo de ver, não têm nada a ver com o texto do decreto. Em alguns casos, temos a impressão de que partem das pessoas sequer leu o decreto, a começar, eu diria, por essas argumentações de caráter mais ideológico e político – eu diria até que não são argumentações, mas clichês – de que esse decreto iria instituir uma república bolivariana no Brasil, uma república soviética, que iria instituir o comunismo no Brasil, clichês absolutamente descabidos em relação a um decreto que eu diria que tem a pretensão muito modesta, ainda que extremamente relevante, de dar uma organicidade, uma sistematicidade ao conjunto das instâncias e dos mecanismos de participação social que vêm sendo criados ao longo das últimas décadas na sociedade brasileira e que, em particular, tiveram uma expansão bastante significativa a partir de 2003.

Então, qual o objetivo do Decreto nº 8.243? Ele busca, de um lado, integrar, fortalecer e articular os mecanismos e instâncias democráticas de diálogo e de participação social na atuação e na relação entre o Governo Federal e a sociedade brasileira. Ele busca conceituar as instâncias e os mecanismos de participação delimitando o objeto do decreto. Ele estabelece objetivos e diretrizes relativas ao conjunto dos mecanismos e instâncias de diálogo criados para possibilitar um diálogo sobre os programas e as políticas públicas.

Ou seja, a partir da conceituação, que a gente estabelece aqui, das instâncias de participação, dos conselhos de políticas públicas, das comissões de políticas públicas, das conferências nacionais, da Ouvidoria Pública Federal, das mesas de diálogo, do fórum interconselhos, das audiências públicas, das consultas públicas e do que a gente chama de ambientes virtuais de participação social, na verdade, o que propõe o Decreto? Propõe uma conceituação e um aperfeiçoamento dessas instâncias estabelecendo alguns critérios mínimos básicos para o seu funcionamento, sem prejuízo do funcionamento que já existe nos conselhos instituídos. É um Decreto que vale, digamos assim, como orientação para os conselhos e comissões a serem criados. Obviamente, ele pode também servir como referência para uma autoavaliação, uma reformulação, digamos assim, das instâncias já existentes.

Por outro lado, ele abre, claro, espaço para o surgimento de novas formas de participação, assim como fortalece, digamos, uma escuta mais ampliada da sociedade através dos mecanismos proporcionados pelos ambientes virtuais de participação e, particularmente, pela participação via internet.

Portanto, o Decreto, na verdade, organiza as instâncias de participação social existentes no Governo Federal, institui o que a gente chama de Sistema Nacional de Participação Social.

Qual é a diferença entre a política e o sistema? A política é isto que estou dizendo aqui: as diretrizes, os objetivos, as conceituações, os critérios mínimos para o bom funcionamento. E o Sistema Nacional de Participação Social é a proposta de que esse conjunto de mecanismos se articulem melhor entre si, criem uma sinergia no seu funcionamento que lhes dê mais força.

Então, dou para vocês o exemplo muito concreto das conferências nacionais. Há muita queixa, muitas vezes, dos seus participantes de que não conseguem acompanhar o andamento das resoluções das conferências nacionais.

Então, nós estamos propondo, aqui, no Decreto, ao falar sobre os critérios de funcionamento dos conselhos, que os conselhos passem a se responsabilizar pelo monitoramento e acompanhamento das resoluções das conferências nacionais.

O Sistema Nacional de Participação Social também tem, é claro, uma dimensão que a gente chama de federativa. O Decreto tem validade para o âmbito do Governo Federal, mas, paralelamente ao Decreto, nós desencadeamos um processo, que foi bastante rico, de construção, com os secretários estaduais de 20 Estados, das mais diferentes forças políticas, de construção daquilo que a gente chama de Compromisso Nacional pela a Participação Social.

O que que é isso? É uma adesão voluntária que Estados e Municípios fazem a um conjunto de compromissos que são derivados desse Decreto, que foram construídos coletivamente com esses Estados e Municípios – nós já temos 11 Estados que assinaram o compromisso e mais de 40 Municípios –, com o objetivo de fortalecer os processos e as instâncias de participação social lá no Estado e nos Municípios, que é onde a gente sabe que a participação chega mais próxima do cotidiano da vida do cidadão.

Portanto, este é o sentido do Decreto.

Então, cabe esclarecer aqui algumas coisas que têm sido colocadas na polêmica. Deixando de lado aquelas ideológicas, que eu acho que nem vale a pena comentar, porque não têm nada a ver com o Decreto, a algumas delas eu acho que vale a pena fazer menção.

Primeiro: argumenta-se que esse Decreto estaria invadindo as funções do Legislativo. Esse Decreto não faz isso. Ele, na verdade, organiza os mecanismos e instâncias de participação social no âmbito do Poder Executivo, com o mais profundo respeito pelas instâncias que são próprias do Poder Legislativo, até as instâncias de consulta que o Legislativo tem – audiências, consultas públicas, mecanismos de iniciativa de lei popular –, e também porque, digamos assim, as resoluções, as construções que se dão nesses mecanismos de instâncias do Poder Executivo são encaminhadas ao Congresso, que tem poder deliberativo sobre isso.

Eu vou dar o exemplo concreto do PPA. O PPA foi construído num processo de consulta a conselhos e organizações da sociedade civil através do chamado Fórum Interconselhos, experiência, aliás, para nosso orgulho, premiada pela ONU entre as dez experiências mais exitosas de gestão pública no último mês de junho.

Bem, as propostas que surgem no Fórum do Conselho, depois, são incorporadas, todas aquelas que cabem ser incorporadas, na Mensagem do PPA que o Poder Executivo encaminha ao Congresso Nacional, e é o Congresso Nacional que, em última instância, aprova o PPA.

Portanto, não há invasão nenhuma das atribuições que são próprias do Poder Legislativo.

Outro argumento que tem sido utilizado é o de que nós estaríamos criando conselhos populares, na suposição de que esses conselhos populares seriam uma forma de privilegiar os movimentos sociais, especialmente aqueles ligados ao Partido dos Trabalhadores, etc.

Esse Decreto não fala, em nenhuma linha dele, em conselho popular. Conselho popular, em primeiro lugar, é uma instância autônoma da sociedade civil que existe em muitos Municípios do Brasil. Os conselhos a que nós estamos nos referindo aqui são órgãos de Estado, criados pelo Poder Executivo, com representação da sociedade civil e com representação a mais diversa de todos os setores da sociedade civil, de empresários, de trabalhadores, de movimentos sociais, institucionalizados ou não, de usuários... Portanto, não há nenhum caráter de privilegiamento de nenhum setor da sociedade civil.

Pergunta-se por que a Presidenta o fez na forma de um decreto, não de um projeto de lei? Primeiro, porque o art. 84 da Constituição brasileira dá a Presidenta a prerrogativa de instituir, na forma de decreto, uma política ou um programa público, desde que ele não crie um órgão novo ou uma despesa nova para o Poder. E, de fato, esse Decreto não faz isso; ele organiza e institucionaliza as instâncias já existentes. Portanto, está no âmbito das prerrogativas da Presidenta fazê-lo na forma de um decreto.

Como está meu tempo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Dois minutos.

O SR. PEDRO PONTUAL – Dois minutos? dá para concluir.

Isso não exclui – eu queria deixar aqui em aberto – que, depois de experimentadas as diretrizes, os princípios, as sugestões de critérios mínimos de funcionamento, etc, a gente possa, na futura legislatura, num amplo diálogo com a sociedade e com o Parlamento, vir a constituir um projeto de lei que institua, aí até de um modo mais amplo...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO PONTUAL – ... a Política Nacional de Participação Social.

Eu terminaria dizendo que, embora o processo de construção desse Decreto venha sendo engendrado, digamos assim, desde 2011, desde o início do mandato da Presidente Dilma, e seja fruto de um processo de construção das últimas décadas, onde esses mecanismos e instâncias foram sendo institucionalizados na sociedade brasileira, eu diria que também o Decreto, em certo sentido, é uma resposta às vozes das ruas, que se manifestaram sobretudo em junho do ano passado, quando, para além das demandas por mobilidade urbana, saúde, educação, segurança, etc, havia um clamor claro sobre mais participação. Nós queríamos participar da vida brasileira. Assim, esse decreto é uma resposta também a essa demanda.

E nós consideramos também que ele, digamos, se transformará, efetivamente, em uma política de Estado, no seu pleno sentido, a partir disso, que hoje é quase um consenso na sociedade brasileira, que é a necessidade de uma reforma política em que a gente tenha não só o aperfeiçoamento dos mecanismos da legislação eleitoral, mas também a incorporação, como organismos de Estado, dos mecanismos de democracia participativa e de democracia direta.

Então, era um pouco o que a gente queria colocar aqui a respeito do Decreto.

Vou pedir muitas desculpas por não poder ficar para o momento do debate, mas fui convocado pelo Ministro. Nós estamos num momento de transição, na Secretaria-Geral, para o novo titular. Mas agradeço muito a iniciativa da Senadora Ana Rita de propor esta audiência pública. Sei, pela qualidade dos meus colegas da mesa e dos que estão presentes à reunião, que haverá um bom debate sobre a questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Prof. Pedro Pontual, pelos esclarecimentos aqui colocados, inclusive esclarecendo justamente os questionamentos que algumas pessoas têm feito a respeito do Decreto. Isso é bom para sanar toda e qualquer dúvida que as pessoas ainda possam ter, principalmente por parte dos colegas Senadores e Senadoras, que deverão, em breve, votar este decreto.

Eu quero apenas registrar que o Senador Paulo Paim também é signatário desta audiência pública. Nós acertamos uma nova composição da Mesa, porque, numa reflexão com o Senador Paulo Paim, concluímos que queríamos uma Mesa que realmente tivesse condição de responder os questionamentos que surgiram a partir da discussão que aconteceu na Câmara, para que possamos avançar.

Posteriormente, passarei a palavra para vocês, mas precisamos seguir o ritual de ouvir primeiro toda a Mesa.

Ouviu, meu companheiro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas ele vai sair às 11 horas. Depois a gente... Antes de ele sair, deixe-o terminar e depois a gente ouve o senhor. Pode ser?

Vou passar a palavra para o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. Gilson Dipp, que também terá 15 minutos para se manifestar.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Bom dia a todos.

Quero cumprimentá-los na pessoa da Senadora Ana Rita e do Senador Paulo Paim, meu conterrâneo.

Eu confesso que fico, às vezes, perplexo com tamanha reação em relação a um decreto absolutamente constitucional e absolutamente dentro dos limites legais inerentes à representação popular e aos poderes do Chefe do Executivo.

Primeiro, eu escrevi um artigo, enquanto estava na magistratura, que examinei pelas discussões que vinham se dando, sobre o aspecto jurídico, constitucional e legal, e, segundo, avancei tentando entender o aspecto político, ideológico e de manifestações partidárias em relação a um decreto que me pareceu, sempre, tão simples e objetivo.

O que a Constituição determina? Art. 84, a que o Paulo Pontual já fez referência...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pedro Pontual.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Pedro Pontual. Desculpe-me. É que um Pontual trabalhou comigo na Comissão da Verdade é parente dele. E que é Pedro também, não é? Estou com Paulo na mente.

O art.84 permite que a Presidente da República, ou o Presidente ou quem venha a ser, tenha como sua iniciativa fortalecer, articular movimentos de instâncias democráticas, fortalecer o diálogo entre a Administração Pública Federal e a sociedade civil e uma lei de 2003 prevê que ela seja assistida e assessorada, nesse trabalho, pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Participação social, na Constituição e na realidade brasileira, se verifica a todo o momento. Está aqui a Presidente de Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Educação.

Eu, em Porto Alegre, tive a experiência muito engrandecedora – o Paim sabe disto – do Orçamento Participativo, que hoje está disseminado por inúmeros Municípios deste imenso Brasil.

Sob o aspecto constitucional e legal, a Presidente pode regulamentar não só os dispositivos constitucionais como aqueles dispositivos legais que tratam da participação popular. E poderia até nem ser regulamentado por decreto ou por nenhum instrumento. A eficácia da participação popular é assegurada pela Constituição e pela lei. Ou seja, quis-se, aqui, fazer uma ampla gama de esclarecimento de modo de participação sistêmica da sociedade. E sociedade não é a sociedade organizada no sentido de que essa sociedade seja uma organização partidária.

Nós estamos em um regime democrático, e a democracia não se encerra, não se esgota com a eleição de Parlamentares, não se esgota com a elaboração de leis pelo Parlamento. A democracia é um processo contínuo de evolução que admite a participação do cidadão. E essa participação do cidadão, quando for conveniente, quando for necessária – eu não vou repetir leis nem artigos que justificam –, ela se torna de todo conveniente. E um determinado governo eleito, democraticamente, pela maioria dos eleitores tem o direito de organizar essa participação social da maneira mais adequada, porque isso pode ser não só um compromisso de governo, pode ser um compromisso de política partidária – e a democracia não funciona sem partidos políticos – e pode ser um ato de discrição administrativa, o ato discricionário de a administração organizar o modo de executar as suas políticas públicas.

Um determinado governo pode eligir com maior ou menor intensidade, para a constituição de suas políticas públicas, a escolha de sua participação popular. E outros governos podem, mesmo com a permissão legal e constitucional, deixar essa questão como secundária, podem não tê-la como importante. Agora, se houve um compromisso de cunho partidário, ideológico e programático, eu iria mais além: aquele que foi o eleito tem o dever de cumprir com os objetivos planejados e prometidos. Mas não é só o dever; ele pode até ser responsabilizado politicamente, e até judicialmente – isto é da doutrina do direito constitucional –, caso não cumpra com os objetivos e com os planos efetivamente prometidos.

Eu não vejo como possa o Decreto ser criticado no aspecto de que se estaria excluindo aqui a representatividade parlamentar. Os dispositivos regulatórios do decreto não interferem, de maneira nenhuma, no processo eleitoral.

É essa a preocupação das duas Casas? Se for essa, não se preocupem. O Decreto não influi nas políticas partidárias, não influi na existência de partidos políticos, não interfere na realização periódica de eleições democráticas, com todos os seus sistemas de controles e garantias. Não se cria um órgão público através do Decreto, não se criam despesas públicas. Uma leitura desavisada do Decreto torna isso aparente.

Qual é a interferência no processo parlamentar? Será que estariam diminuídos os outros tipos de participação popular? Claro que não! O plebiscito, o referendo, a iniciativa popular para projetos de lei, tudo está devidamente constitucionalmente resguardado, e essa é uma assertiva que é mister que se faça, porque, nas justificativas para os decretos legislativos que estão tramitando pelo Congresso Nacional – o Decreto já foi aprovado na Câmara, mas não passou pelo Senado, e há decretos legislativos para anular o Decreto Presidencial aqui no Senado –, terão de se debruçar novamente sobre essa realidade.

O Decreto, na essência, define diretrizes gerais dos objetivos da PNPS. E, nessas diretrizes gerais, fica evidente que há o reconhecimento da participação pública nas políticas de execução de políticas administrativas e públicas.

Quanto aos objetivos, há que se dizer claramente que o Decreto reflete uma opção política legítima do Governo em eleger a participação como forma de governar. Ou as formas de governar têm limites? Ou a eleição não visa exatamente a escolha de um programa, de uma forma de governar? Ou ela pode ser tolhida *a posteriori* por fatos concretos, objetivos ou subjetivos criados ao sabor dos ventos?

Essa foi uma metodologia escolhida pelo Governo inerente ao regime democrático. Eu já disse que o Presidente pode editar decretos para regulamentar o art. 84, para regulamentar a Lei de 2003, mesmo que seja, Marcelo, um regulamento autônomo de organização do Poder Executivo. Essas questões são inatacáveis.

E, mais ainda, o art. 5º do Decreto diz que os órgãos de governo deverão ter em mente a participação social, para a execução de políticas públicas, considerando a possibilidade de eles serem ou não consultados. Isso deixa uma margem. Por exemplo: se, em algumas políticas de governo, a participação popular não for, naquele momento, viável para a discussão de um determinado projeto ou se seria desnecessária a participação popular naquele projeto, ela não será, a critério das políticas públicas, não haverá a participação social nos termos do decreto. Deixa uma margem de não obrigatoriedade para que alguns projetos, às vezes, de ordem técnica, por exemplo, possam não possibilitar esse tipo de participação mais ampla.

A proposta também tem o propósito de privilegiar a participação direta da sociedade dentro daqueles limites impostos pela lei. E isto foi feito pelo Decreto, que sempre vai considerar as instâncias e os mecanismos de participação social no momento em que ele for avaliável para que essa oitiva contribua efetivamente para a melhoria dos serviços ou que, às vezes, vamos admitir, até possa prejudicá-lo.

A Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais. Isto até o Judiciário está fazendo. São os métodos alternativos de solução das controvérsias sociais, através de mediação...

(Soa a campainha.)

O SR. GILSON LANGARO DIPP – ..., através de uma série de consultas. Quando eu estava no Conselho Nacional de Justiça, isso virou política pública do Judiciário, pelo temor de uma mesa de monitoramento que possa solucionar eventuais discordâncias ou conflitos entre a sociedade.

Podem criticar o conteúdo através do Decreto de um conteúdo técnico formal, mas, se ele for atacado, Socorro e Prof. José Geraldo, apenas por divergência ideológica, isto não é admissível. A ideologia faz parte da democracia. Hoje tantas críticas são feitas aos partidos políticos porque eles deixam de ter programas, conteúdos e ideologias claras e definitivas.

Uma crítica que se ouve: arregimentar a sociedade pelo governo subtrairia a base de representação do Parlamento.

Essa sustentação escorrega em dois pontos. Em primeiro lugar, de certa forma, mostra uma insegurança – desculpem-me – dos Parlamentares quanto à sua real representatividade da sociedade, não pela Senadora Ana Rita ou pelo Senador Paim, mas pelo nosso sistema político eleitoral, eivado de dificuldades imensas.

Ora, essa fraqueza, essa dúvida não pode se manifestar desse tipo.

Em segundo lugar, aquela decisão equivocada e ultrapassada de uma democracia ainda está presa a puras formalidades da escolha de seus representantes. Democracia é muito mais que isto! É muito mais que isto!

Diz-se que o Governo, com esse Decreto, vai arregimentar a sociedade com as instâncias sociais para a sua sustentação política. Faz parte do jogo democrático. Todo e qualquer governo tem o direito e até o dever de sustentar-se democraticamente por suas bases, seja por suas bases parlamentares, seja por suas bases sociais. E é melhor sustentar-se na base da participação social do que, muitas vezes, sustentar-se num governo em que tenha que haver uma distribuição de benesses para efeito de representatividade. Essa representatividade sustentada nesses termos é que pode, sim, ser criticada.

Estou encerrando.

Se vocês lerem os artigos correspondentes ao processo legislativo, ao Poder Legislativo, vocês verão que o Decreto não afronta um dispositivo constitucional, nem de perto, daqueles dispositivos que tratam da prerrogativa do Legislativo. E não vem, no Decreto, nenhum limite de extravasar as instâncias legais de abuso de poder ou de uso meramente político-partidário.

Portanto, eu fico até surpreso – e quem está falando é alguém que passou a vida no Judiciário –, fico surpreso que tenha havido tanta reação a um decreto legitimamente elaborado, nos moldes legais e constitucionais, que visa nada mais do que dar maior voz ao cidadão, ao eleitor, ao interesse social, que se sobrepõe a todo e qualquer outro interesse, seja de que dimensão for.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, pelas palavras, pelas afirmações, pelas convicções vindas de um representante do Poder Judiciário. Isto é muito importante, porque fortalece o Decreto. Eu e o Senador Paim temos a mesma opinião em relação a isso e defendemos esse Decreto com muita força, com muita veemência, porque nós também temos uma experiência de participação social. A gente vivenciou, toda a nossa vida, os movimentos sociais, representando a sociedade nesses espaços de tomada de decisão. E quando se tem a oportunidade de confirmar isso aqui – e nós encontramos essa dificuldade dentro do Legislativo –, eu digo que, da mesma forma como o senhor se sentiu meio surpreso com essas reações, que nós também nos sentimos bastantes surpresos com essas reações.

Então, muito obrigada pela afirmações que o senhor passou, porque isto ajuda as pessoas que estão nos ouvindo, que estão nos acompanhando a reformular os seus conceitos, a reformular as suas opiniões a respeito de uma política pública tão importante que é a da participação social.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Professor José Geraldo de Sousa Júnior, coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos da UnB.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Muito bom dia a todas e a todos.

Cumprimento, inicialmente, a Senadora Ana Rita, Presidente desta reunião e da Comissão, o Senador Paulo Paim, os participantes da Mesa e os presentes no plenário, bem como os que nos acompanham pelo auditório mais amplo proporcionado pela TV Senado.

Eu vou procurar figurar a minha abordagem aqui numa outra perspectiva. Levando em conta o fato de que o Pontual já circunscreveu a motivação e a qualificação do decreto do ponto de vista técnico e que, do ponto de vista constitucional, jurídico e também político, o Ministro Gilson Dipp já o fez de forma bastante

explicativa, fundamentada e, eu diria, até brilhante quanto ao alcance da medida normativa, eu vou procurar trabalhar no ponto de vista mais social. Diferentemente deles e da própria Senadora, que dizem que se surpreendem com a reação, eu quero dizer que eu não me surpreendo, porque vejo nisso, Senador Paim, exatamente mais um momento dessa tensão social e histórica que vivenciamos em nosso País em razão do legado colonial que nos constitui como formação econômica, social e política. Quer dizer, esse legado social é uma história de exclusão, de negação de cidadania, de negação de direitos e de dificuldade de reconhecimento do outro como identidade que se constitua com qualidade política. Nós somos um povo que tinha, há pouco tempo, um sistema escravocrata. Quando vejo aqui representantes de uma central sindical, não posso deixar de pensar que já tínhamos uma Constituição no País inspirada nos ideais dos direitos humanos com o trabalho reduzido à condição de escravidão. Quer dizer, nem de cidadania se falava. Falava-se do não reconhecimento da identidade humana do trabalhador, porque, do ponto de vista jurídico, o regime do trabalho era o mesmo regime civil das coisas. O trabalhador podia, como qualquer objeto, ser comprado, ser vendido, e, na velha representação do direito civil romano, em relação às coisas de que nos tornamos proprietários, podíamos usá-lo, fruir e abusar dele. Quer dizer, nós somos essa sociedade que, muito recentemente, é marcada pelo paradigma social do patrimonialismo – os outros reduzidos à condição de coisa –, do patriarcalismo – sentido do privado prevalecendo sobre o público –, do racismo, Senador, que nos mobilizou a todos.

E ainda sou muito grato à Senadora Ana Rita, que presidiu, na minha universidade, na Universidade de Brasília, uma audiência pública do Senado para nos ajudar a fortalecer a concepção de cotas raciais, que, depois, foram reconhecidas no Supremo Tribunal Federal, do racismo, que está aí, doo sexismo, Senador e Senadora, que não está lá fora, na ameaça do perigo iminente, que subordina, pelo domínio sexual, o homem em relação à mulher, mas que está no Parlamento. Não fugimos do perigo da tribuna do Parlamento, não nesta Casa, felizmente, mas em episódios dramáticos e recentes, ainda não totalmente resolvidos.

Então, é essa sociedade que, na sua construção de identidade social, só recentemente consegue construir uma representação da dignidade da cidadania fundada no direito porque até aqui, fruto dessa herança colonial, ela esteve sempre fundada no favor. Por isso que os intérpretes da nossa história e da nossa construção social sempre nos advertiram desse processo. Estamos no ano de 2014 e estamos celebrando o centenário de Victor Nunes Leal, o autor de *Coronelismo, Enxada e Voto*, livro no qual, a exemplo de outros intérpretes, como Sérgio Buarque de Holanda ou, no Rio Grande do Sul, Raimundo Faoro, ele lembra que o poder é constituído pelo favor, pelo prebentismo, pelo coronelismo, pelo clientelismo, pelo nepotismo.

O Ministro Dipp, no Conselho Nacional da Justiça, conduziu debates tremendos em que o nepotismo estava encrustado no próprio Poder Judiciário. Ou do "cunhadismo", como, por exemplo, Darci Ribeiro figura nos seus escritos sobre a configuração do povo brasileiro.

Então, essa cultura do favor, mediada pelas condições do nepotismo, pelas condições do clientelismo e pela configuração de uma sociedade hierárquica que faz com que essas tensões nunca tenham se resolvido plenamente, porém, que nunca foram assimiladas de forma conformista.

A história social do Brasil é uma história da luta pela afirmação do direito. Por isso que a dimensão da cidadania – colocada como condição de participação que está na nossa Constituição atual e na representação de noção de democracia que nós podemos configurar neste ponto – é, de outro lado, a luta da afirmação da cidadania como emergência social do povo que se organiza para afirmar direitos.

Não por acaso o escritor José Murilo de Carvalho, no livro célebre que se chama exatamente *Os Bestializados*, lembra que muito recentemente – ele está falando da formação da República – a principal questão que se colocou foi saber se havia povo no Brasil, porque quando se aplicavam os critérios eletivos próprios do sistema delegado de representatividade mediada por muitos fatores: raça, gênero, renda, a nossa primeira Constituição era censitária. A atual é chamada, Senadora, Constituição Cidadã. A primeira, de 1824, é chamada Constituição da Mandioca.

Nós damos apelidos às nossas Constituições, a Polaca. A primeira era da mandioca, por quê? Porque era uma representação censitária. O homem de bem não era o homem que tinha dignidade, era o proprietário. Era o homem que tinha bens. E, portanto, pressupor a possibilidade de protagonismo social – lembra José Murilo de Carvalho nesse livro – era examinar não como a cidadania se construiu dramaticamente pela luta, pelo sufrágio, também pela luta e pelo sufrágio, mas notadamente pela revolta.

E, nesse livro, quando ele faz a pergunta: "Há povo no Brasil?", ele faz inventário do processo eleitoral, por exemplo, para configurar a primeira representação da República emergente e chega à constatação de um número pífio quanto ao exercício da cidadania. E ao se perguntar, então, como é que o povo se manifesta? Ele não teve outra alternativa senão dizer: "Se manifesta pela revolta."

Então, ele pôde falar de uma cidadania ativa contraposta a uma cidadania passiva, em que se deposita o voto e se desvincula do acompanhamento da gestão, para uma cidadania ativa em que a presença social trans-

formadora transforma a multidão em povo, transforma a massa inorgânica em protagonismo realizador da política, transforma a política numa dimensão da responsabilidade de desenvolvimento da sociedade e transforma a questão social numa questão de política e não de polícia, como disse em pleno século XX um antigo prefeito de São Paulo, depois presidente da República, Washington Luís, que a questão social era questão de polícia.

Então, essa tensão não se resolveu teoricamente, porque foi possível construir interpretações desse processo histórico de luta por direitos. Ela se mantém cotidianamente, se mantém quando, por exemplo, nós nos surpreendemos com as demandas das empregadas domésticas de terem direitos. Como a senzala pode querer arvorar-se a algum benefício político decorrente daquilo que é, então, privilégio da casa grande? Como o trabalhador de qualquer natureza, da cidade ou do campo, pode querer se reivindicar como titular de direito, quando ainda temos um sistema de redução à condição análoga de escravo?

Há pouco tempo, aqui nas vizinhanças de Brasília, fiscais do Ministério do Trabalho foram assassinados no interesse dos detentores de terra e da produção agrícola, porque mantinham e mantém hoje...

O Papa Francisco pediu que se levasse em conta a condição econômica de uso de trabalho escravo, trabalho de criança na produção dos bens de consumo de uma sociedade que, mantida essa distinção e essa hierarquia, transformou, com relação às elites, a cidadania em um sistema de realização de consumo e manteve a demanda popular por direitos como uma subcidadania, como uma forma tutelada, como uma forma controlada de conformismo político e de subordinação política.

Eu queria dizer que não me surpreende esse debate, porque ele é a reprodução de um processo que nós, ainda, não conseguimos resolver plenamente. As razões políticas e jurídicas estão aí colocadas. Tanto o Pontual quanto o ministro mostraram a experiência da construção da democracia e, na nossa experiência de construção da democracia, como uma obra inacabada, como uma obra de realização de direitos... Vejam que a nossa Constituição, inclusive, fruto da participação política, da participação social... Todos nos lembramos...

Marcelo, você representa, aqui, a Comissão de Justiça e Paz, e eu tive o privilégio de, em nome dela, na Constituinte, prestar depoimento em uma das comissões e acompanhar, naquele momento, a materialização, no plano da elaboração constitucional, desses valores da cidadania participativa, desta ideia de que a Constituição não é um almoxarifado onde se depositam direitos reduzidos à sua forma legislativa. Ela é um sistema de interlocução a partir do qual os direitos são continuamente elaborados; e continuamente elaborados pela própria Constituição, que diz que aquele elenco que ela descreve não exclui outros direitos que derivem da natureza do regime ou dos princípios que a Constituição adota.

Portanto, ela se afirma como uma obra aberta que tem que ser constituída, não porque especialistas, técnicos ou representantes sejam os detentores exclusivos da possibilidade de traduzir em normas o que se debate na sociedade, mas porque ela é um instrumento que permite à sociedade estar presente e ativa, formulando os seus próprios projetos, as suas próprias propostas. Daí, esse caráter de uma cidadania de participação, que é o que designa o nosso sistema constitucional e...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – ...caracteriza o processo político e social atual da sociedade brasileira.

Então, não quero me repor, aqui, no aprofundamento dessa discussão, que é necessária e acho que, com o aval de tais credenciais postas, aqui, na mesa, tanto do ponto de vista jurídico-constitucional quanto do político-social, considerando a composição da Bancada aqui, traduz bem esse processo. Quer dizer, uma experiência em que, sem recuar um milímetro do sentido histórico de construção da representação, e ela tem que ser radicalizada – mais representação –, não se reivindica, com medidas como decreto, redução na atividade da representação; reivindica-se mais representação...

Aqui, vejamos, a representação e a participação estão articuladas. A Senadora abriu,mostrando inúmeras situações em que essa relação proporcionou novos instrumentos normativos, legislativos, novas categorias da dimensão da política. Mas se reivindica, também, que, ao lado dela, a democracia direta e participativa, nos termos em que se amadureceu no contexto da nossa sociedade e que a Constituição foi capaz de traduzir e, quem sabe, em uma nova Constituinte se possa aprofundar, esses elementos estejam vivos e orientadores da nossa capacidade protagonista.

Porém, a tensão existe. Estamos vendo a rua retomada pelo modo elitista de preservação daqueles privilégios. Lembram-se do Getúlio Vargas? Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei.

Então, é preciso que o protagonismo social se coloque ativamente no diálogo com as instituições, mas que seja autônomo – *autonomos*, auto, a si próprio; *nomos*, Direito em grego. E que se deem a si próprios o Direito na sua elaboração, num cotidiano radicalizado na sua mais livre expressão da política. E aí ouvir, de fato, a rua.

Não por acaso, eu trabalho, Senadora, a senhora sabe, com um projeto que se chama Direito Achado na Rua, que tenta traduzir aquilo que se elabora já pré-legislativamente como representação das juridicidades emergentes, que os tribunais reconhecem, que a sociedade trabalha, que os dicionários atualizam: ocupar ou invadir? É propriedade ou moradia? E que nós somos capazes de realizar no amadurecimento da nossa condição da política.

Eu espero que o Senado, que sempre teve uma visão federativa ampla, seja capaz de se manter à altura das expectativas que a sociedade deposita nele, para poder verificar, a exemplo do que aqui foi dito, que não há nenhum deslize do ponto de vista técnico, nenhum deslize do ponto de vista jurídico, nenhum deslize do ponto de vista político.

Há, sim, essa luta social que continua a se apresentar como tensão, enquanto luta por dignidade, cidadania e Direito, que se expressa, muitas vezes, nesse embate ideológico a que se referiu o ministro, em que o mais dramático neste momento é a tensão entre politizar relações sociais, luta de emergência dos novos protagonismos, ou criminalizar essas ações sociais. É resistência elitista daqueles que agora até têm coragem de voltar às ruas e abrir espaço para o seu fascismo subentendido que, no fundo, no fundo, quer de novo salvaguardar o privado, no qual sempre pôde trocar favores, porque não têm condições políticas para reconhecer o Direito, que é a dimensão republicana da qual nós não podemos arredar pé.

Então, essa é a contribuição que eu queria trazer, Senadora, mais uma vez agradecendo a sua iniciativa e, de antemão, dizendo que o Senado vai perder muito com a sua volta à planície. Mas é lá na planície onde realmente a gente se alimenta de novas condições de liberdade e de Direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – De nada. Obrigada, Prof. José Geraldo, que é o Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da UnB. É sempre um prazer ouvi-lo, viu, professor? Não é a primeira vez que o senhor atende a um convite nosso. Já esteve aqui em outros momentos. E é sempre bom ouvi-lo. Acho que esta Mesa está sendo muito rica.

Eu quero apenas mencionar, Prof. Geraldo – e também demais presentes –, que nós já estamos recebendo opiniões pelo e-Cidadania. Eu vou passar para todos vocês para que possam ler as opiniões das pessoas, mas, ainda, percebe-se que há muita desinformação. Esta Mesa, com certeza, pode contribuir para mudar a maneira de pensar de alguns. Talvez alguns tenham uma maneira de pensar diferente, e isso a gente tem que respeitar. Mas, às vezes, as pessoas também se posicionam de forma talvez não tão real por falta de informação, por falta de debate, por falta de conhecimento.

Então, o objetivo desta audiência pública é justamente proporcionar este debate, algo que, na minha opinião, é essencial para que as pessoas se posicionem. Se, a partir de um debate como este, as pessoas mantêm o seu pensamento, a sua visão, a democracia nos exige e nos pede que haja respeito às opiniões diferentes. Mas é importante para quem nos acompanha procurar se informar e não emitir opiniões apenas de forma descontextualizada, de forma despolitizada, sem conhecimento de causa.

Então, eu acho que é importante realmente observar isso. Vou, inclusive, professor, passar para o senhor. Depois das considerações finais, vocês poderão inclusive se manifestar com relação às questões que estão chegando.

Nós ouvimos a UnB, passo a palavra para a CNBB, o Sr. Marcelo Lavenère, que é representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por um tempo, igualmente, de quinze minutos.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Bom dia a todas e a todos. Saúdo todos os presentes na pessoa da nossa Senadora Ana Rita. E quero fazer especial homenagem a essa figura que tem demonstrado um cidadão brasileiro que ultrapassa as estreitas ou largas fronteiras do Poder Judiciário, que é o Ministro Gilson Dipp. (*Palmas.*)

No início dos nossos trabalhos, ouvimos a opinião do Governo a respeito do decreto de participação social.

Depois ouvimos a opinião de um membro do Poder Judiciário, mostrando como o decreto de participação social é absolutamente compatível com o quadro constitucional e o quadro legal e democrático do povo brasileiro, que, portanto, não encerra nenhuma violação aos princípios jurídicos e aos princípios do Direito.

Depois ouvimos a opinião do cientista político Prof. José Geraldo, que traz a sua reflexão científica, a sua reflexão oriunda do seu trabalho na academia, a contribuição da universidade, portanto, para este debate.

E eu venho aqui orgulhosamente me manifestar em nome da CNBB, é verdade, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mas com a pretensão de representar um pouco mais que a CNBB, representar a sociedade civil brasileira, com quem a CNBB e outras organizações têm estabelecido uma parceria muito grande.

Neste momento, a CNBB, a OAB, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, a Plataforma dos Movimentos Sociais, a UNE, a UBES, a CUT, a CTB, o MST, o Levante Popular da Juventude, a Consulta Popular, finalmente, mais de cem entidades estão reunidas num movimento chamado coalizão, que pretende realizar no nosso País uma reforma política democrática, uma reforma política, uma reforma dos costumes políticos,

uma reforma das estruturas políticas, para que se afeiçoem muito aos ideais que informa o decreto que neste momento estamos discutindo.

Portanto, tenho neste momento o papel de dizer para os nossos telespectadores, para os presentes, para o Senado Federal o que é que população brasileira, o que é que o povo brasileiro, o que é que a sociedade civil brasileira pensa a respeito desse projeto.

Nós sabemos que nem sempre a população e o povo tiveram os seus destinos decididos por outras pessoas que não a comunidade. Mas em um determinado momento da história do mundo foi necessário fazer isso. O aumento da população, as distâncias fizeram com que se pensasse uma forma de que o povo participasse do poder, de que o povo participasse do governo, de que o povo exercesse a sua cidadania, de que o cidadão exercesse a sua cidadania e não ficasse afastado de dar sua opinião.

Como não era possível que cada um fosse escutado, fosse ouvido em cada momento, concebeu-se uma forma de um governo, de uma democracia chamada representativa, em que o cidadão escolhe o seu representante num determinado foro, pode ser o Congresso Nacional, pode ser a Câmara de Vereadores, pode ser a Assembleia Legislativa do Estado e outras instâncias também, não somente as instâncias políticas, para que os seus representantes levassem a sua opinião, os seus desejos, as suas necessidades, para que fossem levadas em conta.

Infelizmente, nos últimos 50, 60 anos, um pouco depois da 2ª Guerra Mundial, o mundo inteiro assistiu à falência, de certa forma, à derrota, ao descrédito desse sistema representativo. Daí, trocando em miúdos, a frase "vocês não me representam, os políticos não me representam", o povo, o eleitor, o cidadão não se sente mais representado pela classe política. Isso é defeito só dos políticos? Não, não é defeito só dos políticos. É defeito do sistema político também. É defeito da nossa formação colonial, como mencionou o Prof. José Geraldo, do nosso patrimonialismo.

Um dos autores que ele citou, o gaúcho que foi Presidente da OAB, Raymundo Faoro, escreveu o livro intitulado *Os Donos do Poder*. Quem é o dono do poder? O dono do poder é o Presidente da República, é o Prefeito do Município, é o Presidente da Assembleia Legislativa Estadual? Não! Essas autoridades não são donas do poder. Elas servem ao poder, são empregadas do poder, são funcionárias do poder, são pessoas que estão ali não para receber os epítetos de Excelência, de Majestade, como no tempo da Monarquia, mas para exercer o poder que não é deles.

O Presidente da República não nasceu com o poder de Presidente da República. O Governador do Distrito Federal não nasceu com o poder de Governador do Distrito Federal, nem muito menos se eleito como foi agora, recentemente. Adquiriu um direito próprio. "Eu sou Governador, tenho direito próprio". Não, companheiro! Você ainda não é nada mais do que o representante daqueles que o elegeram. Não é a sua voz que tem que valer. Não é o seu interesse que tem que ser ouvido. Não são as suas condições pessoais que têm que ser respeitadas, mas você tem que respeitar as condições pessoais do seu eleitor, daqueles que formaram opinião pública e que o elegeu. Você não está aí para ser servido, mas para servir.

Da titularidade do poder o que se diz? Uma frase que todo o mundo sabe: "Todo poder emana do povo". Não é conversa fiada, não. Só é conversa fiada para os Deputados da Câmara Federal que, de maneira raivosa, hostil, preconceituosa, retrógrada, tomaram uma atitude absolutamente histérica e psicopata, traduzindo um decreto como o do Ministro Dipp, que não é considerado nenhum extraordinário revolucionário, alucinado, mas um homem ponderado, um homem de experiência, um homem que honrou o poder, o Poder Judiciário.

Não vejo motivo para isso. É como se a gente, por acaso, passasse por um amigo na rua e dissesse: "Oh, companheiro, você hoje está bem, você está com o aspecto bom". E, de repente, aquele companheiro dissesse: "Você está me ofendendo? Você quer me matar? Você quer me desqualificar? Está ferindo a minha honra? Como eu estou ferindo a sua honra se eu estou dizendo que você está com o aspecto bom?

Este decreto não desqualifica ninguém. Esse decreto não põe ninguém, os poderes, ninguém em causa, nem os retira, apenas diz aquilo que nós sabemos, que qualquer criancinha sabe: "O poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por intermédio dos seus representantes".

Um americano que não era comunista, nem socialista, nem bolivariano disse: "A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo". E a gente disse na Constituinte que uma Constituição sem povo é um omelete sem ovos. Nós podemos fazer omelete sem ovos? Mas a Câmara Federal pensa que pode. Os Deputados da Câmara Federal pensam que eles são os titulares do poder nacional. Não o são. Eles usurpam o poder da população brasileira. Usurpar quer dizer roubar. Eles roubam. Eles se apossam da titularidade da soberania do povo para dizer: "Não concordamos que o Governo faça um decreto com a pretensão, com a ousadia de ouvir povo". Vejam vocês!

Companheiros e companheiras, essa é a mesma reação de quem diz que agora os aeroportos estão cheios de gente que nunca andou de avião, que as ruas estão com trânsito ruim, congestionadas, porque muita gente que não tinha carro agora tem. Que absurdo!

Então, esse pessoal quer viver igual às elites? Esse povinho quer viver como as elites? Essas pessoas não veem que em todas as circunstâncias da nossa vida estamos mudando essa concepção.

Nós tínhamos uma escola em que o professor mandava e acabou; palmatória no menino. Não tinha conversa, era palmatória; e o pai e a mãe do menino achavam que era isso mesmo e que o professor podia bater de palmatória no filho que estava fazendo rebeldia dentro da sala de aula.

Sou de uma formação antiga em que havia o chefe de família, o homem, e a mulher era uma incapaz, era reduzida a uma pessoa que tinha uma perturbação mental, não tinha direito nem de comprar uma coisa no supermercado se não fosse presumida a autorização do marido.

Mas a escola mudou. Hoje, os conselhos escolares estão participando. Não tem um professor que consiga impor aos seus alunos o que ele quer, porque senão os alunos saem da sala de aula, reclamam, batem o pé e dizem "aqui não, violão".

Na família, hoje, não é só a mulher que adquiriu a patente de coparticipante da família. Duvido que algum de nós que tenha família – e todos nós temos -, possa impor aos nossos filhos de 11,12 ou 13 anos – e não estou falando de filhos com 18 anos de idade – adolescentes, pré-adolescentes, alguma coisa que não seja pela convicção, que não seja pela racionalidade, que não seja pelo carinho. Se a gente disser que é para ser assim e pronto, o filho ou a filha não fazem.

A mesma coisa a gente vê na igreja. Antigamente, os bispos, os padres eram os donos da Igreja Católica. E falo isso porque estou aqui representando a CNBB. Então, o que o padre dizia, acabou; o que o bispo dizia, acabou; o que o Papa dizia então... E agora temos um Papa que chama os movimentos sociais, temos um Papa que abre os braços para dizer: "venham me ajudar nessa construção de uma visão religiosa, da divindade, da solidariedade, da caridade". Recentemente, convocou os movimentos sociais do mundo inteiro – islâmicos, protestantes, evangélicos, africanos, asiáticos, católicos – para discutir a possibilidade desses movimentos serem reconhecidos legitimamente.

De modo que é com muita tristeza e mais indignação que o povo brasileiro, que a sociedade civil brasileira, que a CNBB, que a OAB, o movimento que combate a corrupção eleitoral, portanto os segmentos populares do povo brasileiro – e tenho a honra de representá-los neste momento -, enfim, nós dizemos não ao atraso, ao retrocesso, ao preconceito e à falta de espírito cívico da Câmara Federal, que rejeitou de forma raivosa, de forma hostil, um decreto que é absolutamente jurídico, constitucional, sociológico, histórico, popular, democrático, onde é dito que todos podem participar do poder. Não queremos ficar alheios à divisão do poder, não queremos ficar do lado de fora da casa comendo as migalhas, mas ter direito de sentar à mesa e de partilhar os bens da vida com aqueles que são teoricamente os nossos representantes.

Devo dizer também – para terminar, porque o meu tempo se torna curto – que responsabilizo oficial e expressamente uma mídia comunicativa brasileira, elitista, mercadológica, vendida ao capital e que defende os interesses de todos, menos do povo brasileiro. E que nos desinforma, e que mente para a população e que seleciona o que a população pode ou não pode saber e, portanto, mantém a população desinformada.

O que leva alguém a dizer: professor Marcelo, por que esse decreto é para a gente perder as nossas casas! Vi uma pessoa formada dizer isso. Como é que vai perder a sua casa? "Não, porque é a sovietização, o negócio da Venezuela, do bolivarianismo, vão tomar tudo, o povo agora é que vai tomar tudo". Que Deus quisesse que o povo tomasse tudo! Bendito fosse Deus, bendito Deus se o povo tivesse o direito de tomar tudo, porque tomaram os terrenos da cidade, do movimento sem-teto, tomaram as terras mais férteis deste País para plantar a soja e o açúcar, tomaram as riquezas todas, de tal forma que temos hoje, no mundo inteiro, uma concentração de riqueza condenada pelo Piquet.

De modo que condena, neste momento... o povo brasileiro condena a desinformação que está sofrendo, em virtude da mídia brasileira, televisão, rádio, jornal, os grande jornais, a grande mídia, desinformando, mentindo e selecionando aquilo que eu posso conhecer e o que eu não posso conhecer. Devo dizer também que a sociedade civil brasileira não se nega a participar dessa construção. A sociedade civil brasileira, através da iniciativa popular, Ministro Dipp, fez a Lei nº 9.840, trouxe para o Congresso Nacional a iniciativa popular de uma lei contra o abuso do poder econômico, portanto contra a compra do voto.

A sociedade civil propôs ao Congresso Nacional, e teve muita dificuldade para aprovar, a lei da ficha limpa, a lei que tira aquele que roubou, aquele que fraudou, aquele que não agiu corretamente na política que, portanto, não pode participar da política. E a sociedade civil brasileira está lutando mais uma vez pela reforma política democrática, uma reforma política que afaste o poder econômico do financiamento eleitoral, de tal forma que os representantes, teoricamente os representantes do povo brasileiro se tornaram... por um vício

do sistema eleitoral, por esse financiamento do sistema eleitoral que hoje é legal no Brasil, a lei permite, não é ilícito o financiamento eleitoral por parte das empresas, das empreiteiras, das construtoras de estradas etc. Isso é legal. Mas de tal forma esse sistema se tornou viciado que quem se elege financiado pelo dinheiro do capitalista, do tubarão, não representa o povo que votou nele, representa aquele que o elegeu. Dizem que quem paga a banda escolhe a música. Se estou pagando a banda, se estou pagando o DJ, escolho a música que quero que ele toque.

De modo que estamos fazendo uma campanha muito grande. Aqui faço, para encerrar, um apelo aos presentes e aos que nos escutam pelas tecnologias eletrônicas, no sentido de apoiar uma reforma política e democrática que basicamente afaste o capitalista, o capital, o poder econômico das empresas financeiras, dos bancos, das grandes pessoas jurídicas deste País de serem determinantes de quem se elege e de quem não se elege.

Por último, a minha condenação veemente ao fato de que estando no Supremo Tribunal Federal um processo proposto pela OAB para tirar o dinheiro do capitalista das eleições e tendo o Supremo Tribunal Federal votado já por 6 x 1 a maioria, dizendo que é inconstitucional o dinheiro das pessoas jurídicas, que este processo esteja parado desde o mês de fevereiro, porque o Ministro Gilmar Mendes pediu vista desse processo, sentou em cima dele e nega ao povo brasileiro o direito de ver o final da prestação jurisdicional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Marcelo. Com certeza, toda essa exposição que o senhor faz aqui hoje nos contempla profundamente, reflete também o anseio, a angústia, a opinião de muitas pessoas. Parabéns pela exposição do senhor. Espero que esta Casa, que o Congresso Nacional realmente dê uma resposta com relação à reforma política. Não podemos mais conviver com este modelo eleitoral que realmente desvirtua toda uma representação nos espaços de poder, especialmente no Legislativo brasileiro, seja ele aqui no Congresso Nacional, mas também nas casas legislativas estaduais e municipais e principalmente no Congresso Nacional. É preciso realmente mudar essa forma, então a reforma política bem feita, debatida, construída coletivamente pode e com certeza deverá realmente mudar muito essa forma de convivência aqui no Legislativo brasileiro, algo que realmente nos deixa bastante indignados, em alguns momentos.

Então, parabéns, Dr. Marcelo.

Eu também gostaria de lembrar que o senhor já foi Presidente da OAB nacional, no período em que houve o *impeachment* do Ex-Presidente Collor. Então, o senhor marcou, com certeza, a nossa história brasileira também com a sua atuação através da Ordem dos Advogados do Brasil.

E, hoje, nós agradecemos profundamente a CNBB. Ela é uma grande parceira das lutas sociais, mas também é uma grande parceira da Comissão de Direitos Humanos. Quando convidada, ela sempre se fez presente. E, hoje, de uma forma muito brilhante também, através da presença do senhor. Então, muito obrigada.

Eu vou passar a palavra a Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde. Ela me dizia agora, há pouco, que a abertura da Conferência Nacional de Saúde está se dando hoje. Ela já tem agenda agora à tarde. Então, a presença da Maria do Socorro aqui é muito simbólica, neste momento da realização da Conferência Nacional de Saúde.

Você também dispõe de quinze minutos, Maria do Socorro.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Muito obrigada, Senadora. Bom dia a todas e todos. Senador Paim, Senadora Ana Rita, para mim é uma honra compor esta mesa com autoridades que têm o compromisso com a democracia brasileira. Acho que já faz diferença de uma outra audiência pública que também já foi realizada – Câmara e Senado juntos – a um período atrás.

Eu só quero colocar um pouco que esta noite não foi fácil para mim para eu estar até com condições de participar desta audiência, primeiro, porque tenho uma mãe de 94 anos que teve um sintoma de enfarto. E eu saí, às quatro horas da manhã, de uma unidade de pronto atendimento.

Eu quero dizer isso porque só existe uma unidade de pronto atendimento a três quilômetros da minha casa – eu moro em Valparaíso –, exatamente porque temos, a partir da luta política, da luta social, o direito a um SUS, a um Sistema Universal de Saúde. E, a três quilômetros, eu pude socorrer a minha mãe com 94 anos de idade.

A boa coincidência também é de hoje iniciarmos a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, olhando o quanto o Brasil precisa responsabilizar mais o Estado e também o setor patronal, empresarial, pela proteção da classe trabalhadora brasileira.

Nós estamos, hoje, com cerca de 1,5 mil delegados e delegadas de todo o Brasil, com a participação de todas as centrais sindicais e de movimentos sociais, em que estaremos defendendo o direito da classe traba-

lhadora, tanto da ativa, como também dos aposentados, em responsabilizar o Estado, a partir também dessa política pública que é o SUS.

Quero colocar aqui que esta pauta custa muito caro aos movimentos sociais. Custa muito caro a nós, porque, como já disse o Prof. Geraldo, as outras formas que tínhamos de participação eram por meio da revolta popular.

E a nossa agenda não mudou muito nos últimos tempos. Apesar dos avanços sociais, dos avanços políticos, continuamos com movimentos sociais com muitas questões sociais não resolvidas. Tanto é que a nossa luta ainda é por direitos, a nossa luta ainda é por participação, a nossa luta é por proteção, porque também pagamos imposto, e a nossa luta é por uma sociedade mais democrática. Então, custa muito caro para nós.

E é importante virmos a esta Casa exatamente porque temos a sensação, como eu disse – eu creio que todos os que me antecederam –, de que somos meio que utilizados nas eleições diretas, pelo voto direto, porque uma Casa, como a Câmara, nos procura no período eleitoral, os seus representantes nos procuram no período eleitoral, e, depois, parece que viram as costas para a sociedade, para o povo, como se estivéssemos, na verdade, também alijados de questionar as pautas e a forma como essas questões são tratadas, seja na Câmara, seja no Senado.

Eu acho que tínhamos de estar discutindo aqui de que democracia o Brasil precisa. Depois de trinta anos tentando garantir a consolidação desse processo democrático, é lamentável que ainda tenhamos de vir para uma audiência pública argumentar, para o conjunto de Deputados e Senadores, argumentar para a sociedade brasileira, sobre a importância da democracia, sobretudo, da democracia que garanta a participação direta. É lamentável!

E é lamentável também quando a agenda da sociedade está muito clara para dizer que nós queremos mudanças, e mudança exige exatamente participação, escuta permanente ao povo brasileiro.

Mas como a gente sabe que a democracia brasileira não rompeu com as práticas conservadoras, a sociedade se democratizou mais do que o Estado. O Estado ainda é muito perverso, o Estado é permeado de interesses de conflitos, o Estado brasileiro ainda reproduz muito mais os interesses de uma elite econômica do que, na verdade, a expressão das necessidades do povo.

Então, justifica a gente estar aqui, e é com muita honra que dividimos esta Mesa. Quero dizer que na condição de Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, depois de 77 anos de existência desse conselho e de 25 anos de SUS, tivemos eleições diretas, muito recentemente, que garantiram a participação dos segmentos de usuários na Presidência desse Conselho.

No Conselho Nacional de Saúde, eu represento a Contag, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, represento o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e o segmento dos usuários.

Então, para termos essa noção de que mesmo o Conselho de Políticas Públicas, que tem uma missão tão nobre, que é contribuir para a formulação da política de saúde brasileira, contribuir para a sua avaliação, contribuir para a sua fiscalização, onde existem contradições na garantia desse direito e na qualidade dos serviços, lamentavelmente demorou muito tempo para a gente chegar à condição de um usuário assumir a Presidência desse Conselho. E eu tenho essa honra de, exatamente também pelo voto direto de vários setores representados naquele Conselho, assumir esta Presidência.

Mas eu gostaria de colocar o quanto a sociedade brasileira ainda é muito politica e socialmente desigual, e nós vemos isso quando a nossa pauta tem tanta legitimidade e, mesmo assim, ainda temos muita dificuldade nas negociações para obtermos êxito.

Então, uma sociedade que, politica e socialmente é muito desigual, conselhos e conferências, como propõe o decreto, com certeza são a garantia básica de participação. Temos outros instrumentos como aqui já foram colocados de que lançamos mão, mas que boa parte da população ainda desconhece: o plebiscito, o referendo. Mas no caso, é mais determinante para nós – e aí quero fazer uma fala muito mais política. Já foram trazidos aspectos mais jurídicos, normativos e sociais. A gente tem que se despojar, como fez o representante da CNBB, e colocar o que para nós tem representado a reação, sobretudo da Câmara, em relação ao decreto de participação social.

É uma reação política lamentavelmente conservadora; lamentavelmente contraditória com o rumo que a sociedade brasileira quer e espera dos poderes instituídos. E é muito lamentável também que isso só ajude a criminalizar a politica. Isso ajuda radicalmente a que a população mais desinformada ou que se informa a partir da grande mídia ou da mídia corporativa negue o direito de participar e de decidir os rumos do País.

É um desserviço que os Parlamentares que são contra esse decreto ou contra a natureza, o sentido a que ele se propõe, prestam à população, depois que passamos tanto tempo em uma ditadura e depois que estamos exatamente querendo aprimorar os mecanismos de participação para que se tenha inclusive mais poder popular.

Enquanto outros países da América Latina estão discutindo o poder popular, o poder que vem do povo, da base comunitária, o Brasil ainda está no caminho da social democracia, com todos os poderes tentando manter um diálogo, tentando manter uma mediação e nós temos reação extremamente conservadora dessa natureza. É um desserviço, um retrocesso, uma contramão em todos os sentidos daquilo que conseguimos construir.

Eu acho que já foram colocados aqui alguns sentidos políticos de negação desse instrumento. Para nós, não é tanto discutir o instrumento. Ele pode, sim, ser melhorado; ele pode sofrer alguns ajustes. Mas o sentido a que ele se propõe não pode ser questionado. E para nós é uma sinalização lamentável a indisposição da Câmara – e se o Senado seguir o mesmo caminho – de querer realmente discutir a reforma política neste País.

Para nós, a impressão que dá é a de que barra um decreto para impossibilitar um debate aberto, transparente, com participação efetiva da sociedade em torno da reforma política. Essa é a impressão que nos dá, porque o outro sentido, da indisposição de pensar o decreto como um instrumento importante, é de não querer discutir a redistribuição de renda ou pensar políticas sociais redistributivas.

Fiz questão de colocar aqui a minha ida à Unidade Básica de Saúde, esta madrugada, com minha mãe. Se eu estivesse em outro País, a conta, com certeza, poderia chegar a minha casa, daqui a algum tempo, do atendimento que ela teve. Mas a gente está exatamente discutindo aqui a importância de um País, desigual como o Brasil, com a riqueza produzida pela força do trabalho, sobretudo; a gente está discutindo aqui a garantia do Estado em redistribuir renda a partir de serviços públicos. Esse é outro sentido também importante do decreto, quando coloca que conselhos e conferências são importantes. Para a gente é, sobretudo, o ganho que a gente teve de poder discutir como redistribuir poder, como redistribuir riquezas e como garantir também políticas e serviços de qualidade.

Temos ainda no Brasil áreas muito refratárias, e é importante que a gente coloque aqui. Nas área refratárias, a participação, como já foi colocado também pelos representantes da CNBB e do Judiciário, que nos antecederam, e pelo próprio Professor Geraldo, nas áreas refratárias, que têm um poder político e econômico determinante na nossa sociedade, tenta se voltar contra os interesses populares. Essas áreas, por exemplo, se tivessem maior participação, o Brasil poderia estar em outro patamar da democracia.

Então, quero colocar, por exemplo, a comunicação. É lamentável ver que boa parte da mídia corporativa está muito mais a serviço dos interesses econômicos e políticos do que informar, conscientizar a população. Então, a área da comunicação, por exemplo, precisaria ter muito mais participação da sociedade para a gente dizer que meios de comunicação nós queremos, qual o papel do Estado de regular esses meios de comunicação, que tipo de comunicação e de informação nós queremos que chegue às nossas casas.

Há outras áreas refratárias, como a infraestrutura, o quanto a gente precisaria discutir saneamento básico, discutir obras de grande impacto hoje, como rodovias, portos, aeroportos; o quanto seria importante que a população tivesse participação em áreas como o meio ambiente. Temos, sim, o Conselho de Meio Ambiente, mas temos outras decisões que passam na Câmara, no Senado ou no próprio Executivo que muitas vezes não favorecem o debate e a participação social, temos impactos ambientais danosos, desmatamento, temos queimada, e nem por isso a população é consultada.

Temos áreas refratárias ainda do ponto de vista da ciência, tecnologia e inovação. Um País como o Brasil precisa investir em pesquisa, em ciência e inovação, garantir serviços públicos de qualidade, e nós não temos participação efetiva nessas áreas.

Temos ainda a própria área da questão agrária. Até hoje o Brasil tem uma dívida extremamente relevante do ponto de vista de democratizar o acesso à terra, o acesso à água, e nós queremos participar de forma mais efetiva dos rumos do País no que se refere à distribuição das riquezas naturais. Ou seja, temos muitos argumentos para dizer o quanto o Brasil avançou, mas precisa ainda avançar, do ponto de vista da participação social, para que a gente possa influenciar mais nos rumos e nas transformações que o Brasil requer.

Citei essas áreas de infraestrutura, comunicação, meio ambiente, área econômica. Que bom seria que a gente pudesse opinar sobre os juros também neste País, porque a gente paga muito caro; que bom seria se a gente pudesse discutir as taxas de impostos que a gente paga, e são embutidas, muitas vezes, na folha de pagamento dos nossos salários ou dos produtos que a gente consome, compra no mercado, e nada disso nos é permitido, mesmo num País que tem uma democracia de referência para outros países.

Então, em muitas áreas a gente não tem participação, e essas áreas hoje são determinantes para o crescimento do País, para o desenvolvimento do País. Como eu represento, no Conselho Nacional de Saúde, as populações rurais, pela Contag, nós sabemos o preço que é não ter saneamento básico que chegue à casa de cada trabalhador, de cada trabalhadora, garantir água para a produção da agricultura familiar, garantir água para o consumo humano, garantir água nos seus quintais. E isso, hoje, é uma pauta de grande relevância, não só para o Brasil, mas para o Planeta. Então, como nós vamos decidir os rumos nesse sentido? É a partir da participação social, é a partir dessa forma direta de participação, não é?

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – E queria, ainda, colocar aqui que nós temos que garantir a sustentabilidade dos avanços que nós tivemos neste País. Nós temos vários conselhos de políticas públicas, nós temos conferências de várias áreas de políticas públicas e de direitos, mas, mesmo assim, o poder deliberativo desses espaços de participação ainda não é tão incisivo na decisão de prioridades no País em relação aos rumos que os governantes, muita vezes, tomam em determinadas áreas, mesmo que a gente tenha posição contrária; por exemplo, a privatização e a terceirização de setores estratégicos.

Então, a gente quer defender, aqui, com muita veemência, a importância desse decreto. O Conselho Nacional de Saúde tem 144 entidades que o compõe, entre titulares e suplentes, e nós fizemos um debate, durante a consulta pública e pós consulta pública da Política Nacional de Participação Social, e defendemos – não é? –, com toda a clareza que nos é necessária, esse instrumento, e ainda por cima a garantia da participação social.

Eu quero finalizar, Senadora, ainda reafirmando que nós esperamos que o decreto seja bem discutido e bem acolhido, também no Senado, para não dar a impressão à população brasileira de que há uma indisposição de participação mais efetiva no debate da reforma política. Acho que se o decreto for tratado como um obstáculo, uma trava, para nós da sociedade brasileira, mais do que em relação à participação e ao destino das políticas públicas neste País, é uma trava e um obstáculo muito explícito de indisposição de diálogo com a sociedade para discutir uma pauta que é a prioridade, hoje, da nossa sociedade, que é a reforma política.

Então, a gente está aqui com muita satisfação, entendendo que o momento é oportuno, no início de uma nova Legislatura, no início de um novo Governo, para que as coisas recoloquem-se da forma mais democrática possível. O Brasil não pode ocupar, dentro da imprensa nacional e internacional, o lugar de um país pouco democrático ou conservador, colocando as vísceras – não é? – de uma cultura brasileira, de uma cultura política que pouco se modificou, mesmo apesar da luta da sociedade.

Então, esse é o apelo que a gente faz, e convido, também, quem puder para participar da abertura da Conferencia, que se realiza agora, a partir das 14 horas, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, aberta também ao público, mas, depois da abertura, com certeza, teremos a restrição e a garantia de participação de só quem está na condição de delegado.

Então, é essa a contribuição, Senadora, e a gente agradece a participação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Maria do Socorro de Souza, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

Aproveito, aqui, em nome também do Senador Paulo Paim, com certeza, para desejar uma boa conferência, para desejar sucesso nesse trabalho, assim como aconteceu na Conferência Nacional de Educação. Então, a Saúde tem uma caminhada muita longa – não é? –, de muitos anos; é uma política que vem sendo construída com a participação de várias entidades, de vários setores da sociedade, e o Sistema Único de Saúde, hoje, é o melhor sistema que nós podemos ter. E que as conferências contribuem para aperfeiçoar cada vez mais, para qualificar cada vez mais o nosso Sistema Único de Saúde. Então, parabéns, boa sorte na realização da conferência.

Eu vou passar a palavra...Não sei se o Senador Paim gostaria de...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sigo o ritual de ouvir todos os convidados primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos ouvir o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores. Assim que nós ouvirmos o Luiz Gonzaga, o Senador Paulo Paim vai se manifestar e nós vamos abrir, pelo menos, para três pessoas aqui do público, para também terem a oportunidade de se manifestar, com um tempo mais reduzido, é claro, porque já estamos avançados no horário.

Já há uma pessoa inscrita. Peço à Secretaria para colher o nome dela. E mais duas poderão falar, se houver ainda interesse dos demais de se manifestarem.

Então, o Luiz Gonzaga disporá de 15 minutos, assim como os demais.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom dia, Senadora Ana Rita, Presidente desta Comissão; Senador Paulo Paim, que tem sido também o nosso ícone dentro desta Casa em defesa dos direitos dos trabalhadores; todos os meus pares de Mesa que já falaram!

Eu queria iniciar minha fala dizendo do momento que estamos vivendo e deste debate. É um momento rico. Se pararmos para analisar, é um momento rico, em que a sociedade pode nos ouvir e participar desta reunião, que a TV Senado transmite para todos os cantos do Brasil.

Nós analisamos todos os debatedores da Mesa. Quando a gente fala por último, a gente tem o privilégio de observar todas as linhas de pensamento, todas as defesas e todas as críticas que, talvez, sejam feitas aos modelos.

Na minha abertura de fala, pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando o Sr. Presidente José Calixto Ramos, que não pôde estar aqui – ele nos designou para fazer esta representação –, quero cumprimentar os meus colegas da Nova Central. Na pessoa do Milton, eu cumprimento todos e toda a Plenária.

Nós estamos vivendo um momento no nosso País em que esse modelo que, até então, impera venceu. Esse modelo que estamos vivendo em nosso País está de rótulo vencido. Há um ciclo, e esse ciclo já está vencido. E nós estamos aqui tendo a oportunidade de debater o novo ciclo, a nova era, o novo momento para a sociedade civil.

Vimos, no decorrer deste ano, os movimentos sociais de rua, vimos muitas manifestações, e muitas delas poderiam não ter ressonância, mas elas se desencadeiam. Até pela lei da Física, há coisas que acabam por vencer. Há esse modelo nosso de País, de sociedade e de política, e é o momento de nós iniciarmos, como estamos fazendo aqui, e de construirmos um novo modelo. Estamos no século XXI, com a democracia em curso.

Eu analisei dois momentos aqui, neste discurso. O primeiro é o momento do decreto. Realmente, avaliei que ele tem total segurança jurídica, que ele tem total respaldo na questão jurídica. Estive analisando o decreto. O Senador Paulo Paim, inclusive, pediu a Nota Técnica do decreto. Observei tudo e vi que tudo estava dentro do que se poderia propor. Observei também o Professor falando do outro lado, da questão do nosso eminente juiz. Ele falou da total legalidade do decreto, da constitucionalidade. Eu também não vejo nenhuma preocupação com esse lado. O grande problema que está estabelecido é o modelo que vivemos, é a situação social.

O Professor muito bem falou. Muitas das minhas falas o Professor já fez, colocando o modelo que vivemos e a inserção da sociedade, o fato de trazer a sociedade para dentro desses debates. Mas o que acontece no nosso País? São momentos que vamos vivendo passo a passo. Temos de fazer os debates. Nesta Casa, no Congresso Nacional, tudo aqui tem de ser muito bem debatido. O Senador Paulo Paim é protagonista do movimento sindical, da representação dos trabalhadores.

Há alguns anos, juntamente com as centrais sindicais, estamos fazendo o debate em torno da defesa dos trabalhadores e de algumas conquistas que nós, ao longo do tempo, estamos buscando. E estamos avançando. Uma das conquistas é a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais. Então, são debates nos quais, aos poucos, ao longo do tempo, vamos avançando.

Agora, no modelo que vivemos no nosso País, o capital é que domina e é o interlocutor do poder. Então, fica muito difícil nós implantarmos alguns avanços para a sociedade civil no modelo que nós temos implantado. O que é necessário? Nós temos de fortalecer e articular os mecanismos democráticos de diálogo, as ações conjuntas entre a Administração Pública e a sociedade civil.

Se não tivermos com essas interações, muito dificilmente nós vamos superar, nós vamos vencer, nós vamos dar oportunidade ao povo, à sociedade, porque entre a sociedade ainda existe um abismo muito grande. Existe um abismo muito grande entre o poder e a sociedade.

Por que esse abismo? Porque a sociedade não participa. A nossa Constituição, a nossa Carta Magna nos dá direitos que ainda não alcançamos. Muitos pontos da Constituição não foram regulamentados. Por conta disso, o ponto do povo ainda não está sendo respeitado, tanto é que quantos projetos nós temos de iniciativa popular nesta Casa, aprovados, ou que chegam a esta Casa e são colocados em votação. Por quê? Porque a sociedade civil ainda não tem, dentro desta Casa, ressonância, não tem respeito, reconhecimento, como bem colocado pelo nosso debatedor, porque é a voz do povo. Nada vem sem que o povo constitua. Só que o povo constitui alguma coisa. Ao chegar dentro deste Poder, é colocado manta, é colocada uma capa, e há um isolamento do povo.

Mas não há como se fugir deste debate. Eu vejo que este debate vai se estender por algum tempo, porque a sociedade hoje clama por mudança.

Hoje, está acontecendo no nosso País a deterioração dos Poderes. Sinceramente, eu digo que, nos rincões mais distantes do nosso País, a sociedade já sabe o que acontece, a sociedade já sabe o que quer, a sociedade sabe do que necessitamos para transformar o País, para transformar o homem. O homem, hoje, precisa de mudança, precisa de transformação. Com a evolução do homem, nós precisamos implantar novo modelo. Esse modelo que está aí se superou. O modelo político de hoje não dá mais para continuarmos defendendo. Ele já estagnou, ele se superou. São ciclos. Como vivíamos antigamente na escravidão, e a escravidão teve que ser passada para um novo modelo, nós estamos ainda no modelo da escravidão, em que o capital escraviza o trabalho. Estamos vivendo a escravidão, porque o capital escraviza o trabalho. Nós precisamos romper com esse modelo. Nós precisamos trazer os representantes a esta Casa, a este Congresso, a este Parlamento, mas os representantes que têm essa visão, que têm esse compromisso, que têm essa preocupação, porque, hoje, no sistema em que nós vivemos, nós sabemos que os grandes representantes desta Casa, que é a Casa que constitui as leis do nosso País, não estão verdadeiramente debruçados, colocados, preocupados com a transformação da sociedade, porque eles vêm comprometidos com outras visões, com outras preocupações aqui dentro. E

tudo passa, tudo se inicia por uma reforma política de verdade. Só que essa reforma política não pode ser feita por esta própria Casa, porque esta Casa, nós sabemos, que é corporativista; é uma Casa que legisla em causa própria. Acho que teríamos que ter um modelo político em que o político não pudesse ficar simplesmente olhando só para o Parlamento. Ele tem que olhar para a sociedade. Ele tinha que ter uma meta de alcançar na sociedade, de prestar contas, trazer resultados, trazer benefícios, porque, se não, nós não vamos avançar. Nós não vamos trazer a transformação do homem, e o homem precisa ser transformado. Desde a existência do homem, quando Deus fez o homem, Deus criou o homem para que o homem evoluísse. Se pegarmos a história, se pegarmos os passos do homem, o homem está em evolução. E nós estamos vivendo num País estagnado. O homem não está evoluindo dentro do nosso País, porque as leis não estão evoluindo para que o homem possa dar passos mais adiante.

Os meus colegas de Mesa já fizeram grandes debates, falaram de grande temas, e, só observando as falas de todos, acho que esses temas que estamos debatendo serão temas para o ano 2015, ano 2016 para a reforma política, porque tudo se inicia pela reforma política. Tudo o que fizermos aqui, se a reforma política não avançar... Porque a reforma política impede tudo isso de acontecer. Como é que vamos eleger o representante de um Município, o representante do Estado, o representante da União, se ele não tiver esse compromisso verdadeiro do diálogo social com a sociedade civil?

Interessante que, no momento político, fica muito fácil de esse diálogo chegar a envolver a sociedade.

Depois que termina a eleição, o diálogo se encerra, os projetos, os compromissos, as presenças se encerram, só daqui a quatro anos se abrem novamente projetos, discursos. E nós precisamos vencer esse modelo, eu vejo não dá mais para convivermos com esse modelo. Então, os atores, os responsáveis, que são poucos, nós sabemos... Nesses debates são, aqui, 83 Senadores, são 513 Deputados Federais, nós não vemos esses debates aqui. Tanto é que um barulho surgiu nesta Casa quando alguma coisa se falou na sociedade civil, quando se sinalizou que alguma coisa poderia inserir a sociedade civil dentro de um contexto. Então, nos preocupa muito quando ainda não vivemos, não temos uma clareza de reforma política, de reforma transformadora da sociedade.

Então, era essa a nossa fala. Queria agradecer a todos, ao Senador Paim, à Senadora Ana Rita, e dizer-lhes que a responsabilidade de vocês é muito grande, de estar conduzindo... É um momento, este é o momento que a sociedade, que o Brasil, que o País vive, e este momento será o momento de uma transição. Nós estamos numa transição e isso será relevante e importante, tudo e todos que estão comprometidos com esse processo.

Naturalmente nós sabemos que um decreto por si não vai resolver o problema, um decreto só escrito, um decreto só pontuado, não vai resolver o problema, esse debate tem que ocorrer na sociedade, no poder político, ele tem que envolver todos os poderes, em todas as esferas de poder, em toda a sociedade, para que ela venha a entender, para que venha a compreender, para que ela venha a aceitar, participar, mas de uma forma que não seja para ser usada politicamente, que não venha a ser um sistema que alguém venha usar e tirar proveito, mas que seja um sistema de transformação da sociedade.

É a nossa fala. Parabéns a todos. Que todos tenham uma boa tarde.

Vamos avante. Viva o Brasil e viva a democracia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que aqui hoje tem uma representação – todos os que estão de camisa amarela aqui estão representando a Nova Central.

Obrigada pela presença de vocês e obrigada, Luiz Gonzaga, também, por sua presença, por atender o nosso convite.

Eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Paim e, em seguida, para as pessoas inscritas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, antes de me dirigir à Mesa, repasso o pedido que me fizeram. Será que não poderíamos, durante quatro minutos, passar um vídeo? Foi uma solicitação de parte do movimento social sobre o tema. Se for possível – o vídeo tem 4 minutos –, nós o passaríamos e eu falaria em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, com certeza. Há possibilidade de passá-lo agora?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Inclusive, o Prof. Dalmo Dallari era um dos nossos convidados para esta audiência, mas, em função de uma agenda muito apertada que ele tem, não foi possível vir. E que bom que nós tivemos a oportunidade de ouvi-lo por esse vídeo. Obrigada pela sugestão de quem passou.

Obrigada, Senador Paim.

Então, V. Exª, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda bem que eu pude bater palmas. Porque se o vídeo fosse contra o que eu penso eu estaria ferrado. "Agora ele vai advogar e colocou um vídeo contra o que ele pensa!" Mas, felizmente, o vídeo foi sugestão do movimento social, e eu sou um otimista, acredito sempre que vai dar certo, e deu certo. Porque, sem ver, não vi o vídeo, acreditei que daria certo, e felizmente deu.

Mas, Srª Presidenta Ana Rita, nossos queridos convidados e convidadas; Dr. Marcelo Lavenère, sua história, sua vida e seu depoimento avalizam o decreto; o Dr. Gilson Dipp, meu parceiro, gaudério lá do meu Rio Grande, faz uma exposição brilhante e didática – e vou dizer, na minha fala, o que proponho para avançarmos neste debate –; o Dr. José Geraldo, sem sombra de dúvida, deu aqui uma aula, pegou mais o viés político da questão, com a profundidade de quem é, de fato, mais do que um professor, um cientista político nessa área; a Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Drª Maria do Socorro de Souza, falou do dia a dia, da prática, dos conselhos que já existem, estão funcionando, estão contribuindo para a formulação de políticas públicas, e lamenta aqui a posição tomada, infelizmente, na Câmara dos Deputados; o Luiz Gonzaga, da Nova Central Sindical, representando aqui o Calixto, mostra que o debate do decreto é importante, mas também quer que se avance muito mais, que se debata muito mais outras questões além do decreto, que tem também a sua razão de ser.

Eu gostaria de aqui fazer uma fala muito rápida. Eu fico nas duas posições aqui. O Dr. Dipp e Dr. Marcelo praticamente disseram que ficaram perplexos, porque o decreto não tem nada. Já o Dr. José Geraldo coloca que não ficou perplexo e não duvidava que isso fosse acontecer, porque os setores conservadores reacionários não querem de fato a participação popular. Então, os dois, no fundo, têm razão. Eu, num primeiro momento, confesso que fiquei perplexo quando eu vi a reação ao decreto. Mas, depois, fui para a linha do Dr. José Geraldo, no sentido de que não era de duvidar o que viria daqueles que não querem, de fato, que haja uma reação popular organizada.

Enfim, eu quero dizer que avalizo todos os depoimentos colocados na Mesa, na minha humildade e simplicidade do alcance que temos aqui no Parlamento. Estou na Casa há quase 30 anos e devo ser um dos poucos Parlamentares que entraram e nunca saíram. Outros saíram e saíram bem. Por exemplo, o Lula saiu e foi Presidente da República; o Fernando Henrique, Presidente da República; e outros tantos. Eu não saí daqui para nada, nem para ser vereador nem para ser deputado e nunca me aventurei a um espaço no Executivo. Mas eu estou muito preocupado. Eu acho que nós estamos passando o pior momento, da Constituinte para cá, em matéria de direito dos trabalhadores. E todos aqui sabem do compromisso histórico que eu tenho com essas causas. Esse decreto, para mim, seria uma forma de avançarmos, para não permitir que esse retrocesso avançasse, inclusive no Judiciário. Eu estou muito preocupado com o Judiciário.

O decreto, por exemplo, dos quilombolas, se não pedisse vista, seria anulado. Um decreto do Presidente Lula simplesmente regulamentando as terras dos quilombolas.

Vi, recentemente, no Supremo Tribunal Federal – e me assustei –, que trabalhador que usa equipamento de segurança não terá nem o adicional que o empregador paga nem aposentadoria especial.

A desaposentadoria, que para mim é algo normal, trivial, que já é aplicada na área pública toda – Executivo, Legislativo e Judiciário –, está lá e virou um inferno. Mesmo a posição do relator de dizer que daria para o Congresso seis meses para definir, enfim, senão o Supremo ia decidir, também não avança. E a Ministra Rosa Weber, se não me engano, já tinha dado parecer favorável, recuou, pediu vista e não deixa a matéria avançar. E, claro, isso tudo nos deixa aqui muito, muito preocupados. E são iniciativas no Judiciário e dentro do Legislativo. A terceirização avança e caminhamos de volta para o trabalho escravo. Avança e sabemos que avança.

Agora, há um projeto, que casualmente eu peguei para relatar, que diz que um fiscal do ministério que for a uma empresa uma vez só poderá voltar dois anos depois e só pode avisar que estão matando gente lá dentro, mas não pode autuar nem pode parar as máquinas. Isso é fato e é real. E vieram querer negociar comigo para que eu não desse parecer contrário. Eu disse: "Olha, não há como! Eu até sento para dialogar. Mas, com essa redação, pelo amor de Deus!" Como é que eu vou aceitar que a primeira autuação é um comunicado que esta água aqui está sendo envenenada, só que, daqui a dois anos, eu não volto lá, e a água pode continuar sendo envenenada. Se, em dois anos, eu comprovar que ela tem veneno, vai morrer muita gente, daí eu voltarei lá de novo.

Há muitas coisas acontecendo. Como diz o outro e eu disse no plenário esse dias, eu não acredito em bruxa, mas que há, há. E aí o movimento sindical tem que colocar as barbas de molho.

Eu estou assustado, inclusive com o novo Congresso. O número de lideranças populares comprometidas com os movimentos sociais quase caiu pela metade, e bons Parlamentares simplesmente não voltaram. Está aqui na Mesa uma delas: Senadora da República atuante, fez um brilhante trabalho nesses anos aqui, o que é inegável. Foi candidata a Deputada e não se elegeu. É inexplicável! Só dei o seu exemplo, porque a senhora está aqui neste momento. Mas eu poderia citar o nome de quase mais 40 ou 50 bons Parlamentares que não voltaram.

Quando eu vi o decreto, até me animei um pouco um pouco. Se você abre mais espaço para o movimento social, popular se apresentar, como eu me apresentei no passado, como o Lula se apresentou – não estou me comparando ao Lula –, como o Olívio Dutra se apresentou, como Miguel Rossetto, que ouvi ali, brilhante, brilhante... Miguel Rossetto, para mim, vai ser um dos melhores ministros desta República. E outros, como Jaques Wagner, que se apresentaram lá atrás.

Agora, vejam a Jornada de Junho. Quantos líderes surgiram na Jornada de Junho? Eu não sei. Se tiver um aqui, me diga. Eu não sei! Houve alguém da Jornada de Junho ou de Julho que se apresentou para o mundo político e se elegeu? Eu não sei de nenhum. Pode ser que haja, mas eu não sei.

Então, o quadro é, de fato, um quadro preocupante para o hoje e para o amanhã. E que este espaço aqui, das conferências, dos debates, dos conselhos, vá interagindo com a sociedade, para formarmos as novas lideranças. Claro que seria bom! E é um espaço onde os líderes populares poderão se apresentar para a sociedade brasileira. E como alguém pode ser contra isso? Não querem que as pessoas falem? Só quem tem mandato? Vou tirar aqui a minha carteirinha de Senador para falar; o de gravatinha aqui dentro pode falar.

É inexplicável. É inexplicável. Nós teremos um Congresso, com certeza, mais conservador do que este, e estou muito preocupado também com o Judiciário. Na linha que está indo, eu estou muito, muito preocupado com o Judiciário. Difícil, muito difícil as questões dos movimentos sociais, dos movimentos populares avançarem lá. Talvez! Talvez com o decreto consumado, ou seja, nós derrotando o que eles apresentaram na Câmara aqui no Senado. Aí a gente abre um espaço maior para que a sociedade venha a interagir nesta Casa, com o objetivo de avançarmos com as propostas dos movimentos sociais e populares.

Eu não quero falar muito, mas quero aqui levantar muito mais as minhas preocupações.

E aqui quero elogiar toda a Mesa. E, elogiando a Mesa, Senadora Ana Rita, eu vou conversar muito com o Presidente Renan Calheiros – e que não seja só no meu nome isso –, no sentido de que... Nós não temos que ter medo do debate; não temos medo do debate; e, para mim, eu acho que outras centrais sindicais deveriam também avançar e ser convocadas; lamento; se não me engano, foi convidada pelo menos mais uma, que não se fez presente; não entendi o porquê, e não tenho por que não dizer que foi a CUT que foi convidada, deveria estar aqui e não está. Acho que ela errou, errou. Eu fui um dos fundadores da CUT; fui vice-presidente, com o Meneguelli; nós fomos do dia em que fundaram a CUT. Eu acho que está errado a CUT não estar aqui neste debate no dia de hoje; no mínimo, tinha que mandar um representante. Mas, enfim, não estou aqui para criticar, porque teria que criticar outros.

Nós temos que avançar para que o movimento sindical, como fez a Nova Central, participe mais ativamente desse debate. E que nós façamos uma comissão geral no plenário do Senado, antes da votação dessa matéria. Se votar hoje no plenário, perde. Perde! Por isso, esta audiência pública é importante. E estou falando porque eu pergunto para muita gente: "Leu o decreto?""Não li, mas sou contra. Não sei, não vi, mas sou contra."

Eu acho que a explanação que os senhores fizeram aqui, com o brilhantismo de quem tem história... Não foi como quem vem aqui, pega um livro e resolve ler o livrinho aqui. Não! Aqui são homens e mulheres que têm história. Eu acho que nós deveríamos fazer o que chamamos de comissão geral. Eu acho um absurdo: na Câmara, nós tínhamos muito isso. Aqui no Senado, eu vou propor até que se mude o Regimento, já que é a participação popular... Eles dizem: "Ah, não! Nós podemos ouvir aqui". Então, vamos ouvir numa comissão geral, lá no plenário. Convocam-se todos os Senadores, e vamos fazer o debate. E que venha quem é contra também. Isso é bom. Qual é o problema? E que venha quem é contra também. E vamos fazer o debate lá, com Deputados, Senadores e os painelistas, e vamos ver... Aí, como aqui foi dito, eles dizem – aí eu falei na Bancada inclusive – que esse decreto visa a substituir o Parlamento e passa por cima da Constituição. É o que é dito na rua. Aí você vai ao sindicato, explica para o cara. E ele diz: "Ah, bom! Se é assim, Paim, tudo bem."

Ora, nós temos que fazer o debate aberto. Esse é o tipo do tema que não tem, de jeito nenhum, de aceitar a votação sem que haja um grande esclarecimento para a sociedade, que os senhores deram aqui com uma competência enorme. Eu confesso: eu não tinha dúvida, mas, se eu tivesse alguma dúvida, eu sairia daqui convencidíssimo de que nós temos de derrubar esse tal de decreto – outro, não é? – que veio da Câmara para derrubar o decreto da Presidenta. Não tem maldade, não tem nada a não ser dizer: "Nós queremos ouvir ainda mais a sociedade".

Já não há o Conselho Político da Presidenta que reúne sindicalistas, empresários e todo mundo? E muita coisa que surge lá não vem para cá por medida provisória ou por projeto de lei? E qual é o problema? É ilegal, então? Lá, estão empresários e trabalhadores.

E todos os outros conselhos que existem? Podemos aqui dar o exemplo mais direto da Conferência da Saúde. Se o resultado da Conferência da Saúde vai para a Presidenta num documento, o que vocês esperam? Vocês esperam que a Presidenta acate tudo, de preferência. É claro que não vai acatar tudo, mas pode ser que, lá, no meio, ela diga: "Olha, eu acho isso aqui interessante. Vou mandar como projeto de lei ou como MP". Eu

prefiro um projeto de lei, mas pode mandar como MP, se entender que isso é a vontade da sociedade brasileira. Daí não vale? Qual é o crime que vocês cometeram? Ou vocês têm de dizer na Conferência de Saúde: "Olha, nós vamos cometer um crime agora se mandarmos alguma sugestão dessa Conferência para o Parlamento"? Aí é crime. Aí não dá, não é?

Ou os encontros das centrais sindicais? Vocês fazem um encontro com toda as centrais – e eu defendo que tem de fazer um encontro com todas as centrais sindicais urgentemente – para tirar uma pauta mínima e mandar para a Presidenta. E, se a Presidenta acata ou se vocês mandam para o Congresso e o Congresso acata, vocês vão ser presos, cometeram um crime. É isso que é dito.

A formulação desse decreto vai ser um ato criminoso contra a democracia. É brincadeira, não é? É brincadeira.

Enfim, eu queria falar muito mais isto: é uma alegria enorme ouvi-los. Fico feliz por ter sido um dos – foram eu e a Senadora Ana Rita – que provocaram este momento. Quando eu vi que o decreto foi aprovado lá – na verdade, é rejeitar o nosso decreto –, quando eu vi que aprovaram lá a rejeição do nosso, nós conversamos com a Senadora Ana Rita e propusemos, de forma conjunta, esta audiência. É claro que seria muito bom que todos os Senadores ouvissem.

E fica aqui um pedido já: primeiro, eu vou pedir, querida Senadora, que a gravação deste vídeo seja remetida a todos os Senadores – são 81, não é muita gente –, que todos recebam uma gravação na íntegra deste vídeo; a segunda questão é que saíamos com o compromisso de fazer uma comissão geral no plenário do Senado para que ninguém diga: "Ah, mas eu votei enganado, porque não sabia o que estava acontecendo". Eu não sou jurista, mas não há esta história de dizer que não conhece a lei. Você vai sofrer as consequências da lei conhecendo ou não conhecendo. Como o decreto não tem nenhuma consequência negativa, mas só consequência positiva, eles terão de votar, no meu entendimento, favorável ao decreto da Presidenta e contra o decreto que vem da Câmara dos Deputados.

Parabéns a V. Exª. Foi um dia nobre. Fiquei muito feliz com a exposição de todos.

Um abraço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Com certeza, o encaminhamento da gravação desta audiência pública para todos os Senadores é essencial. Eu acho que é importante a TV Senado também publicizar esta audiência pública em diversas outros momentos. Acredito que isso seja possível. Eu acho que esta audiência está ao vivo, mas que ela seja replicada em outros momentos para que o cidadão comum que, neste momento, está trabalhando e que não tem acesso possa acompanhar este debate em outros horários, à noite ou no final de semana, para que ele possa compreender a importância deste decreto.

Senador Paim, vou passar para V. Exª também ler – já passei para toda a Mesa – as manifestações que vieram pelo e-Cidadania e pelo Alô Senado. Lamentavelmente, a maioria das pessoas que se manifestaram aqui se manifestou contra o decreto, mas, quando lemos a razão de as pessoas se manifestarem, as pessoas, realmente, não têm informação. O que o Dr. Marcelo colocou é fundamental. A grande mídia não tem interesse de passar as informações verdadeiras. De um modo geral, é isso. Então, manipula as informações. E nós temos uma população brasileira que tem pouco acesso à informação, por várias razões, ou porque as informações não chegam ou porque as pessoas não se interessam, e, quando tem, tem de forma equivocada. Isso é grave no nosso País, isso é muito grave, porque ter uma população, na sua grande maioria, desinformada ou com informações equivocadas, compromete o futuro do nosso País, compromete profundamente.

E achar que a escola que vai dar conta de tudo... Não é! Porque muitos dizem: "Ah, isso é papel da educação, tem que discutir isso nas escolas." As escolas, tanto de nível médio, quanto de nível superior, têm um papel fundamental, também, numa informação correta, mas a grande mídia... E as pessoas preferem, realmente, a TV Globo – e vou citando os nomes aqui que passam informações completamente distorcidas, muitas vezes, não têm interesse – e outras redes de televisão também.

Acho que é importante as pessoas se apropriarem das informações. A TV Senado cumpre um papel, na minha opinião, altamente importante, assim como a TV Câmara, a TV Justiça. Essas têm um papel fundamental, proporcionam debates fundamentais. As pessoas têm que se orientar, têm que se informar, têm que procurar conhecer. É claro, as pessoas são livres para emitir as suas opiniões e manifestar as suas opiniões. O contraditório, também, é fundamental, desde que seja bem fundamentado, desde que seja com base em informações corretas.

A gente também fica meio indignado, dá vontade de falar uma série de coisas, mas, no meu papel, aqui, de Presidente, eu não posso.

Eu vou passar a palavra agora para o...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta, me permita, só por uma questão de justiça ao STJ: a desaposentadoria passou por unanimidade, se não me engano, no STJ, e está no Supremo.

Permita-me também que eu diga, e eu sei que são 30 segundos a mais, que aquela do Fundo de Garantia eu não engoli também. O Fundo de Garantia do trabalhador, o empresário deixa de pagá-lo 10 anos, 20 anos, 30 anos, e, depois, só vai ter que pagar os últimos 5 anos. Decisão do Supremo. O empresário, com o mínimo, digamos, de má-fé, não precisa ser uma cara de grande boa-fé, faz o seguinte: "Eu não vou pagar mesmo. Deixa correr. O trabalhador quer ficar no emprego." E, depois, ele vai pagar somente os últimos 5 anos.

Por isso que eu me referia à Justiça, mas, muito mais, ao Supremo. O STJ, para mim, tem... Não é porque está na sua presença. Pode ver que, dificilmente, eu venho à Tribuna criticar o STJ, mas já critiquei o Supremo.

Desculpem, mas eu tinha que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o TST também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, para já caminharmos para o encerramento, eu vou conceder a palavra ao Sr. João Barbosa de Arruda, que é, também, da Nova Central Sindical. Após a fala do João Barbosa, não tem mais ninguém inscrito. Ele é a única pessoa inscrita.

Por três minutos, João Barbosa.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós vamos passar para a Mesa, para fazer as considerações finais, porque a Maria do Socorro tem que abrir a Conferência Nacional de Saúde e nós, às 14h, temos outra audiência pública. Nós estamos com o horário já bastante avançado.

João Barbosa de Arruda.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Bom dia e boa tarde a todos. Meu nome é João Barbosa. Eu sou diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. A minha profissão é carpinteiro.

Quando o Dr. Pedro terminou a fala dele, pedi para falar, imediatamente, porque já senti que deveria levar diretamente para os Municípios o debate, para vir de baixo para cima – entendeu? –, para que os Municípios e Estados já comecem a discutir.

Não sei se está saindo a minha voz.

Vejo que o Congresso Nacional, e muitos no Senado também, não tem interesse nenhum de a sociedade ter conhecimento das coisas. Da Constituição de 1988, e não vou citar os outros belíssimos artigos, vou citar apenas o art. 7º, que trata da creche para a criança, do salário mínimo digno para o trabalhador, da segurança, da saúde, direito de todos e dever do Estado. Há gente morrendo no chão, falta de médico, falta hospital, falta leito, falta tudo. Falou-se de auditor fiscal morrendo. Há 2.400 auditores fiscais para mais de 2 milhões de habitantes, e, na época da Copa, éramos 70 milhões, trabalhador morrendo à míngua...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais de 200 milhões.

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Somos mais de 200 milhões de habitantes para 2.400 auditores fiscais do Ministério do Trabalho, o que é uma vergonha. Os trabalhadores estão morrendo à míngua.

Agora o Senador, com todo conhecimento, fala do FGTS, porque os malditos estão lesando os direitos dos trabalhadores, ferindo o direito constitucional, legislativo, as convenções e outros direitos mais. Se esses políticos que estão aí estivessem preocupados, regulamentariam pelo menos o art. 7º da Constituição Federal. Isso já beneficiaria milhões de trabalhadores, porque ele trata de todas as esferas, do nascimento até a aposentadoria do trabalhador brasileiro.

Quando eu entrei no mercado de trabalho, entrei para me aposentar com o salário que eu estava no mercado, mas veio o fator previdenciário. Essa foi a única lei do mundo que retroagiu ao tempo em que eu nasci. É a única lei do mundo, porque não existe outra que retroage. A lei entra em vigor na data da sua publicação. Eu, que estava no mercado na época da aposentadoria, "levei ferro" – desculpem-me, mas o trabalhador fala assim –, e também milhões de trabalhadores.

Então, que interesse tem esta Casa? Que interesse tem o Congresso, com exceção das pessoas que estão preocupadas, em discutir com a sociedade? Eles querem mais é tirar o seu proveito, e a sociedade que se dane!

Aqui falou uma conselheira que está com a mãe no hospital. Isso a gente vê todos os dias. Eu moro na Ceilândia, onde há pessoas que morrem no chão, na fila de um hospital. Morrem no chão! Mulher dá à luz a uma criança, como dizem no Ceará, parindo no pé da parede. E as pessoas é que pegam água da torneira para lavar a criança. Isso na Capital Federal!

Aqui, nas obras do Distrito Federal, há trabalhadores morrendo à míngua. Ainda há pessoas cavando buracos no chão para fazerem as suas necessidades. Eu tenho foto, tenho tudo, tenho filme, tenho denúncia do Ministério Público. Obras públicas, obras públicas, obras públicas! Dentro do próprio prédio do Ministério do Trabalho, agora, numa reforma, foi embargada a obra e a empresa foi autuada. Isso foi dentro do próprio Ministério do Trabalho, onde estão os auditores. E tem mais: se tiverem construindo uma obra, se não houver

morte, o fiscal não pode ir lá. É determinação do próprio Ministério do Trabalho, que eu não sei de onde vem, que o fiscal só pode ir se houver grave e iminente risco, mas um canteiro de obra constitui grave e iminente risco do momento em que ele é cercado até o final. E essas pessoas não têm nenhum conhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BARBOSA DE ARRUDA – Mas, obrigado. Se fosse para falar, iríamos falar o mês todo aqui e não acabaríamos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. João Barbosa de Arruda, pela contribuição, pelas reflexões que o senhor traz.

Eu vou agora conceder a palavra aos nossos convidados para que possamos fazer as considerações finais.

Maria do Socorro, que está com o horário bastante espremido, do Conselho Nacional de Saúde.

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – Agradeço a gentileza.

Acho que o debate coloca a fragilidade ainda da democracia brasileira, mas eu acho que o nosso papel é ressaltar as potencialidades dela, primeiro, porque, se a gente compara com outros países da América do Sul e da própria Europa, países que estão em crise financeira, vemos que o Brasil avançou bastante.

Eu acho que a fala do Senador Paim retrata, inclusive, que há diversas formas de participação. O decreto trata mais daquelas que são instituídas. Poderíamos até desconsiderar a necessidade de um decreto, porque há portaria, leis municipais, leis estaduais, leis federais. Por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde tem uma lei federal que garante que todos os conselhos de saúde sejam instalados e instituídos em todos os níveis. Então, poderíamos até prescindir da necessidade desse decreto, mas jamais prescindir da necessidade de debater qual a democracia que o Brasil ainda precisa consolidar. Somos um país onde os políticos ainda acham que, depois de eleitos, não têm que fazer uma discussão com a sociedade de forma aberta e transparente, onde os políticos ainda compram votos, onde os políticos ainda não trazem para o centro do debate uma agenda que interesse à sociedade.

E eu quero reafirmar aqui que o que nós queremos é que tanto a Câmara quanto o Senado discutam como agenda nacional o enfrentamento da desigualdade política e social e, conjugado com o debate da desigualdade social e política, a reforma política. Eu acho que é um grande gancho para fazer o debate, Senador, porque a nossa democracia foi capturada, sem sombra de dúvida, pelo poder econômico, por um poder também que financia boa parte das candidaturas, e tem sido capturada também pela mídia corporativa, que o tempo inteiro desconstrói o que a democracia e a cidadania brasileira a duras penas tenta construir.

Acho que é importante deixar claro para todos os que participaram aqui do debate, a partir dos *e-mails* e tudo, que nós não estamos aqui defendendo um legado de um partido...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – ...ou fazendo aqui uma queda-de-braço entre o Governo e a oposição.

Custou muito, em um país da dimensão do Brasil, construir uma democracia com a participação popular. Se não fosse a participação popular, nós não teríamos aposentadoria, nós não teríamos um sistema universal, nós não teríamos uma assistência social, nós não teríamos outras políticas e outras garantias que vão no campo da democracia, exatamente porque, como o Brasil é muito desigual, precisamos distribuir renda e riqueza, e faz parte do papel do Estado e da sociedade construir esses caminhos.

O que nós estamos fazendo aqui é garantir que o Brasil seja menos desigual, garantir que o Brasil seja mais voltado para os interesses da população. Somos a favor disso, e quero colocar aqui que eu acho que nós não estamos concorrendo com a democracia representativa, mas queremos que ela seja mais legítima. Se estão questionando a importância dessa outra forma de participação direta, nós temos muito mais elementos para questionar a legitimidade da democracia representativa, à medida que ela tem sido capturada pelo grande poder econômico e pela mídia corporativa.

Portanto, o que nós estamos fazendo aqui é o dever político de defender, depois de trinta anos da democracia brasileira, os melhores caminhos para a transformação de que o Brasil necessita. Não há sombra de dúvida que conselhos, conferências, fóruns, comitês, mobilizações têm muita legitimidade, e o mundo precisa disso. Nós precisamos cuidar disso para a gente que está aqui construindo este País, mas também para as futuras gerações.

O apelo que fazemos é que a juventude não crie uma descrença dessa forma de participação. Entendemos que precisamos melhorar, mas a juventude é, com certeza, o segmento da população brasileira que mais precisa ser convencido de que esse é o melhor caminho de construir uma sociedade melhor.

É isso, Senadora Ana Rita. Conte sempre com o Conselho Nacional de Saúde.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Maria do Socorro, Presidenta do Conselho Nacional de Saúde, mais uma vez, sucesso durante a Conferência Nacional de Saúde.

Eu vou passar a palavra, então, seguindo essa ordem, para o Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor de Assuntos Parlamentares da Nova Central Sindical.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Nas nossas considerações finais ao Senador Paulo Paim, ao Plenário e à Mesa, queremos agradecer a oportunidade de participar de um tema tão importante como este, um tema importantíssimo em que nós debatemos a respeito da sociedade civil. Na Nova Central Sindical de Trabalhadores, a nossa luta, a vida inteira, tem sido pelas garantias dos direitos dos trabalhadores. Queremos aqui, de presença, agradecer a participação de V. Exª, nesta Casa, porque nós sabemos que a senhora realmente vai estar em outro ciclo em 2015.

O Senador Paim falou algo preocupante, porque a próxima Casa que está chegando é uma Casa conservadora, é uma Casa que não tem o compromisso, não vem compromissada com os trabalhadores. Isso nos preocupa muito, porque esta Casa é a Casa dos debates, dos embates. O Senador Paulo Paim tem se colocado 24 horas à disposição da classe trabalhadora, em todos os níveis. Nós temos o Senador Paulo Paim como referencial: qualquer coisa, a gente já corre logo para o gabinete do Senador Paim. Ele sempre ouve, sempre insere, mas é difícil.

Estamos no século XXI. No século XXI, nós sabemos que o que prevalece ainda é o capital. O capital sempre está oprimindo o trabalho. Nós sabemos que o capital prevalece, que as leis ainda não estão – como se diz? – bem definidas entre o capital e o trabalho.

O Senador Paulo Paim tinha uma luta antiga, como Deputado Federal, para colocar o salário mínimo em US$100, mas existia um grande mito de que o salário mínimo, nesse patamar, iria quebrar o País. E nós estamos aí como o mito que existia de que manga com leite era veneno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para lembrar aquele tempo, permita-me dizer que foi manchete, no principal jornal do Rio Grande do Sul, na época eleitoral, a demagogia do Paim em querer que o salário mínimo chegasse a US$100. Diziam que isso poderia quebrar o País.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Resultado: recebi quatro milhões de votos em 6 milhões de eleitores. O povo não é tão burro como alguns pensam.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Pois é, Senador.

O grande mito do capital é como aquele de que manga com leite era veneno.

Nós estamos vendo muitas coisas ainda. Nós temos que quebrar esses paradigmas, esses mitos do capital.

Se verdadeiramente formos abrir os 500 anos de República, quem são os grandes concentradores de renda do País? Os grandes concentradores de renda do País, dos 500 anos de República para cá, aumentaram as suas riquezas, aumentaram as suas concentrações de renda, e o trabalhador não avançou, a não ser pelas nossas grandes lutas. Esta Casa é uma casa de grandes lutas, de muitas lutas.

Nós queremos parabenizar a Senadora Ana Rita.

Senadora, a senhora deixou o seu legado nesta Casa, deixou a sua história. A sua trajetória ficou marcada nesta Casa, porque o reflexo da sua construção será para a eternidade por muitas e muitas boas lutas e por boas conquistas que a senhora deixou.

Então, que os outros que surgirão venham não só pensando em olhar para o seu próprio grupo, mas também pensando em olhar para a Nação, para a sociedade civil.

Esse debate da sociedade civil é importantíssimo. Podem marcar o dia 15 de dezembro de 2014 como um passo que nós demos, sim, porque muitos passos... Como eu falei, quando o Senador Paim fazia o debate sobre o salário mínimo de US$100, esse tema foi iniciado, continuado, tornou-se constante, e viramos essa página.

Aqui nós temos a oportunidade de estar com os debatedores, os responsáveis, para iniciarmos e perdurarmos os debates. Um dia, nós vamos virar essa página. Vai ser muito difícil, mas nós temos coragem de enfrentar – a Nova Central, o Sindicato dos Trabalhadores e a sociedade civil.

Então, obrigado a todos.

Que Deus nos abençoe! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Luiz Gonzaga de Negreiros, pela sua presença. Agradeço também a presença dos demais companheiros da Nova Central Sindical.

Eu vou passar a palavra para o Prof. José Geraldo de Souza Júnior, Professor da UnB e Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Também queria registrar a satisfação de ter podido participar desse debate e eu o faço homenageando a Senadora e o Senador, que, em boa hora, pautaram essa agenda, tanto mais agora com a ideia de amplificá-la.

De fato, o que nós temos percebido, não só neste momento, mas também em outras discussões, é que, de um lado, há ignorância no sentido de compreender o alcance da proposta.

Mesmo vendo aqui as questões que chegam – a maioria contra –, nós notamos que as primeiras manifestações são, em geral, contra, porque elas já trazem a pré-compreensão, o preconceito. Depois, na medida em que o debate prossegue e com os esclarecimentos, elas vão mudando, e mesmo algumas que são contra não são propriamente contra. Elas querem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Que eles percebam que foram enganados.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Isso. Tem a ver com o que o Marcelo pontuou, ou seja, a construção de uma opinião pública, que não é uma opinião pública, mas uma opinião publicada; e tem a ver com o fato de que, para além da dimensão hierárquica da sociedade, com essa luta tremenda entre o favor e o direito, entre a democracia e o autoritarismo, as hierarquias, a nossa experiência é de construção de uma sociedade com maior diálogo e com maior capacidade de participação.

Eu estou vendo a Maria do Socorro sair para a conferência. A primeira conferência de saúde é de 1937, no governo Getúlio. Isso está na nossa história.

O Marcelo representa aqui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quer dizer, o método que é aquele que o Pontual lembrava ser a característica desse projeto. Ele não inventa nada – o Ministro Dipp mencionou isso. Ele sintetiza, sumaria e organiza, do ponto de vista da Administração Pública. Não interfere em outras áreas, portanto não inova. Revogar o Decreto é, mais ou menos, como revogar a lei da gravidade. Quer dizer, fazer não significa que as conferências continuem a se realizar, que a participação não se efetive, porque todos os elementos previstos no Decreto derivam de disposições que estão na Constituição, nas leis orgânicas, nos estatutos, assim como, por exemplo, o SUS, que foi mencionado – ou Suas, que diz respeito à sua área –, que, em função dessa organicidade derivada da experiência e da Constituição, já tem organismos de participação em quase todos os cinco mil e não sei quantos Municípios brasileiros, com funções deliberativas, consultivas, fiscalizadoras e de capacitação.

Então, a participação é uma demanda do social. Ela existe, como a lei de gravidade existe. O processo da política é constitutivo do protagonismo social. Se a lei ficar contra, vira folha de papel. E a materialidade das relações sociais vai se institucionalizar pelo protagonismo, que acho que é algo que decorre desse processo. Mas é importante construir institucionalidades, porque os direitos humanos, os direitos sociais, os direitos políticos têm uma vocação constituinte, quer dizer, eles se institucionalizam. E, como método, é importante organizar a Administração Pública, para que, nos projetos, nas propostas, nas iniciativas, os mecanismos de participação e de controle social possam ser materializados em inovações de natureza administrativa ou da própria gestão.

Então, acho que a iniciativa da Senadora e do Senador cria essas condições de debate, e tenho certeza de que o discernimento político, o diálogo dos parlamentares com suas bases vão permitir um melhor entendimento e até, se for o caso, o aperfeiçoamento desse instrumento, que em tão boa hora estamos debatendo.

Muito obrigado, mais uma vez. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Professor José Geraldo.

É importante a presença do senhor aqui, porque, com a UnB se manifestando de forma tão clara, como o senhor se manifestou aqui hoje, podemos afirmar que outras universidades, que têm o mesmo compromisso com a formação, com a educação do nosso povo, também têm posições como essa. Então, isso fortalece a nossa luta, especialmente aqui dentro do Congresso, numa disputa muito difícil e muitas vezes desigual também.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Gilson Dipp, Ministro do STJ.

O SR. GILSON LANGARO DIPP – Quero agradecer, mais uma vez, o convite que me foi formulado, de estar aqui com a Presidente, Senadora Ana Rita, com o Senador Paim, com os meus queridos Marcelo Lavenère e Professor José Geraldo – nosso líder sindical.

Quero dizer que reitero e ratifico tudo aquilo que disse no início, mas o faço sem qualquer índole preconceituosa. Participação social, controle social são conceitos que estão inseridos flagrantemente na Constituição de 1988 – o Senador Paim acompanhou –, em vários artigos da Constituição. São fundamentos constitucionais.

Eu acho que é necessário que o Estado brasileiro, através principalmente dos seus três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário... E o Paim tem muita razão em criticar principalmente – e eu o faço, há muito tempo – certas decisões do Supremo Tribunal Federal, principalmente quando se trata de cumprimento de convenções e tratados internacionais, naquelas que se referem, Professor, aos direitos humanos...

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Ministro, aliás, eu ouvi o senhor dizer isso de viva voz, desculpe-me, no lançamento da jurisprudência da Corte Interamericana. O senhor dizer isso de viva voz. Que bom!

O SR. GILSON LANGARO DIPP – ...ao cumprimento das decisões das cortes internacionais.

Convenções internacionais, pela Emenda Constitucional nº 45, têm força de emenda constitucional. Essa história do Estado, da soberania do Estado, o conceito de ordem pública, de bons costumes são conceitos ultrapassados nessa nova ordem constitucional internacional. Eu não posso desprezar uma decisão de uma Corte Interamericana de Direitos Humanos, à qual, o Brasil, livre e soberanamente, sim, aderiu, e fazer com que elas simplesmente não existam, não aconteçam.

O que eu quero dizer é que os três Poderes precisam se despir um pouco das paixões políticas e ideológicas e levar em conta um pouco mais o interesse social, o bem comum. (*Palmas.*)

Temos que projetar um Brasil para o futuro com a participação de todos os organismos, institucionais e não institucionais, mas principalmente da sociedade, organizada ou não. Com isso, eu quero dizer que o cidadão, o brasileiro, merece consideração maior do que essa discussão – para mim, inócua – sobre como, quando e como se deve dar uma participação de índole constitucional, que é a participação social, solidária do cidadão.

Muito obrigado por tudo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Gilson Dipp, Ministro do STJ, pela presença. Confesso que eu não o conhecia tão bem. Hoje, eu fiquei muito feliz com as manifestações do senhor. Como eu estou aqui, no Senado, há quatro anos apenas, eu não tinha tido a oportunidade de ouvi-lo pessoalmente. Fiquei muito feliz com a presença do senhor e com as manifestações aqui colocadas. Muito obrigada! É com certeza uma grande contribuição.

Eu vou agora passar a palavra para o Dr. Marcelo, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para que também faça o seu pronunciamento final.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Senadora Ana Rita, Senador Paim, manifestar, claro, no início destas palavras de encerramento, a convicção da sociedade civil, da CNBB, dos organismos que estão compondo aquele movimento da coalizão por uma reforma política, democrática, pela oportunidade de nós estarmos aqui malhando água mole em pedra dura, mas dizem que água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós vamos malhar nessa pedra dura, nós vamos insistir o tempo todo, nós vamos conseguir que o caminho da história não seja pervertido ou desviado.

Mas eu queria, encerrando, dizer uma palavra para todos aqueles que mandaram um mensagem contrária ao que foi dito aqui. Não foram muitos, inclusive, em alguns momentos, foram sete ou oito opiniões de uma mesma pessoa, de modo que o grupo foi restrito àqueles que, de plano, dizem que o decreto fere a Constituição, que o decreto representa um golpe no Poder Legislativo para o Governo ficar cada vez com mais força. Para essas pessoas que não acreditam na participação social, para essas pessoas que estão mal-informadas, para essas pessoas a quem nós dissemos, aqui, que temos consciência de que os mecanismos de comunicação que chegam não são aqueles mais puros, não oferecem uma água pura para ser bebida, mas um processo já desgastado de influência, de autoritarismo, para elas, queremos dizer que ponham a cabeça para pensar...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO LAVENÈRE – ...que tenham consciência de que nenhum dos que vieram aqui, hoje, está defendendo nem o Governo, nem partido político, nem ideologia. Nós estamos ficando, apenas, no caminho daquilo em que o mundo está caminhando.

Todos nós sabemos a história daquela mãe que, vendo o desfile estudantil ou militar e observando que todos os desfilantes estavam com o passo certo e o seu filho era o único que estava com o passo errado, numa visão distorcida, disse: "É. Todos estão errados. Só o meu filho é que está certo". O mundo inteiro está na contramão daquilo que a Câmara Federal decidiu, o Norte da África, a Espanha, os Estados Unidos, com os jovens que ocuparam e ainda ocupam a rua financeira Wall Street, a juventude brasileira, que também foi para as ruas.

Então, vamos acreditar que os nossos políticos não vão ficar na contramarcha, no contrapé, no retrocesso da história, e que nós, malhando, cada vez mais, e sempre com esperança e confiança, na pedra dura, vamos construir a nossa cidadania de terra, trabalho e pão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Marcelo. Leve o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa admiração, também, para a CNBB, que sempre esteve, aqui, conosco, nesses momentos importantes. Muita obrigada pela presença do senhor.

Eu vou fazer o encerramento, apenas destacando algumas coisas. Primeiro, o Senador Paulo Paim sugeriu que nós enviássemos, para todos Senadores e Senadoras, cópia desta audiência pública. Acho que é possível

providenciar isso e vamos providenciar o mais cedo possível. Outro ponto, esse dos internautas, uma das pessoas que fez contato sugere que possamos instituir o Dia Nacional da Participação Social.

Eu quero agradecer a essa internauta, a Ângela Maria Rodrigues Costa, por essa sugestão, porque isso vai garantir que este debate sobre a participação social permaneça também. Quando se cria o dia, esse dia, assim como tem o dia de categorias profissionais, sempre se destina para o debate. Então, criando-se o Dia Nacional da Participação Social, acho que vai possibilitar que este assunto continue, sempre, na pauta, para os próximos anos, sem que haja dificuldades no debate.

Quero, também, agradecer a todos os internautas que se manifestaram, aqui, de diversas formas. Uma boa parte dos que se manifestaram, disse da sua experiência de ser conselheiro em âmbito municipal.

É claro que os mecanismos de participação social existem e precisam ser fortalecidos e ampliados, mas também têm as suas dificuldades de funcionamento. As experiências locais precisam ser debatidas, porque, nem sempre, nos Conselhos, há, de fato, uma dinâmica local que possibilite a participação de todos, mas não podemos achar que uma dificuldade em determinado local possa servir de motivação para dizer que a participação popular não existe ou que o Decreto não contempla. Nós precisamos, realmente, levar esses debates para os espaços locais.

Então, qual é o recado que eu deixo, aqui, para os internautas que se manifestaram a partir dessas experiências locais ou mesmo estaduais? Que motivem as Câmaras Municipais, que motivem as Assembleias Legislativas a fazerem esse debate. Acho que é importante. Levem o Decreto para o seu espaço local e façam o debate a partir deste Decreto. Esta audiência pública pode ser uma motivadora. As pessoas poderão, em contato conosco, buscar cópia desta audiência pública e repercutir esse debate no espaço local, ouvindo aqui os nossos convidados mais uma vez. Acho que existem várias formas de continuar dialogando e aprofundando o tema.

Eu quero agradecer muito a todos os nossos convidados por atender o nosso convite e também reafirmar o que alguns disseram: é uma Mesa que não teve contraponto, mas é uma Mesa altamente representativa, conforme o Dr. Marcelo já ia nominando. Nós temos a representação do Poder Judiciário; temos a representação da sociedade civil, através da CNBB, que fala em nome da igreja católica e tem uma amplitude muito grande; temos a representação da UnB, Universidade de Brasília, que pode não estar falando em nome das demais universidades, mas é uma representação de uma universidade altamente reconhecida e respeitada no nosso País; temos aqui a representação de trabalhadores, como é o caso da Nova Central Sindical; e temos a representação de um dos conselhos, o mais antigo, o Conselho Nacional de Saúde. Então, é uma Mesa diversa, uma Mesa que tem representação de diversos setores.

Este debate não se encera aqui hoje. Acredito que o Senado Federal, assim como o Senador Paim está propondo, tem que fazer novos debates. Então, é um diálogo permanente. Esse decreto exige e possibilita isto: fazer esse diálogo com outras forças. E a Comissão de Direitos Humanos está aberta para receber, inclusive, representação de algum setor que se sinta não contemplado e queira também manifestar sua opinião. Sendo assim, a Comissão de Direitos Humanos é uma espaço aberto para esse diálogo.

Senado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Rita, se me permitir, até para contemplar esse setor, nós vamos procurar, sim, fazer uma comissão geral no Plenário do Senado para falar dez a favor, dez contra, não há problema de número. Vamos fazer o debate no Plenário, tranquilamente, para que eles se sintam contemplados. Se for essa a decisão de V. Exª, nos vamos provocar um debate com os 81 Senadores e convidados. Os convidados fazem a exposição e os Senadores questionam, ou não, contra ou favor.

Só uma última frase para responder a ele aqui. À vezes, falam que o Senado é conservador, mas o Senado já acabou com o fator há sete anos. Com um projeto de nossa autoria, por unanimidade, o fator foi acabado. A Câmara é que não vota.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, quando à sugestão de V. Exª de levar esse debate para o Plenário, contamos com a sua contribuição no sentido de conversar com o Presidente Renan e esse debate ser ampliado para o espaço que é o Plenário do Senado Federal.

Então, ficamos com esses encaminhamentos, com essas observações e com os nossos agradecimentos a todos os nossos convidados.

Muito obrigada mesmo pela contribuição que todos vocês nos deram.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Um bom-dia a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.)

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 14 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença da Senhora Senadora Ana Rita. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento nº 72 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/11/2014, para discutir "o papel das TVs Comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um Direito Humano fundamental". A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Evelin Maciel, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – ASTRAL; André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho – REDETVT; Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Ecilla Bezerra, TV Comunitária de Peruíbe – SP; Moysés Corrêa, TV Comunitária do Rio de Janeiro – RJ; Paulo Contim, Acesp – Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco; Phillippe Aboud, TV comunitária de Belo Horizonte; Ney Hugo, Casa das Redes e Mídia Ninja; Igor Santos, TV Comunitária de Recife – PE; Professor Geldo, TV Reflexo – Recanto das Emas. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) Encaminhar à Presidenta Dilma documentos da ABCCOM com apelo para acelerar a criação do Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitários; 2) Fazer Gestões junto à Presidência da República para que: a) haja uma política de maior incentivo para a Radiodifusão comunitária; b) haja a criação de uma política nacional de mídia comunitária; c) seja aprovada a CFRP – Contribuição Financeira da Radiodifusão Pública, que contemple também as TVs comunitárias a cabo; d) incentive os prefeitos a criarem os canais da cidadania; e) sejam transformadas as TVs comunitárias em pontos de cultura e escolas de mídia comunitária; f) aumente o valor das inserções de publicidade institucional da Secom da Presidência da República nas TVs Comunitárias; g) a Ancine passe a considerar produtoras as TVs comunitárias e não meramente exibidoras; h) que haja reserva de espectro para os canais comunitários; 3) estudar uma revisão da legislação existente, para que contemple as necessidades das TV´s comunitárias. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 74ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 72, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 12 de novembro de 2014, para discutir o papel das TVs comunitárias para o fortalecimento da comunicação como um direito humano fundamental.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, o link é: bit.ly/audienciainterativa; e do Alô Senado, através do número: 0800 612211.

Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Muito obrigada pela presença. Agradeço aos nossos convidados e convidadas que se fazem presentes.

Para compor a nossa Mesa, eu vou convidar o Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários. (*Palmas.*)

Muito bem, Paulo. Seja bem-vindo! Muito obrigada.

Convido para compor a Mesa a Evelin Maciel, Vice– Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral). (*Palmas.*)

O André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). (*Palmas.*)

Obrigada, André, pela presença. Seja bem-vindo. Muito obrigada.

Convido também o Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, Rede TVT. (*Palmas.*)

Muito obrigada. Seja bem-vindo!

E também o Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR. (*Palmas.*)

Obrigada pela presença.

Eu quero, inicialmente, justificar um pouquinho do atraso. Nós tivemos uma audiência pública pela manhã, que terminou quase às 14h. Então, tivemos um pequeno atraso, mas vamos agilizar aqui os trabalhos.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados e convidada, faço aqui algumas considerações iniciais para contextualizar, principalmente para os nossos internautas, para quem nos acompanha pela internet e pela tv, a importância desta audiência pública que estamos fazendo agora, na tarde de hoje.

O dia 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, já está marcado na história de nosso País pela divulgação do relatório da Comissão da Verdade, que oficializou a percepção dos combatentes das lutas políticas e sociais nos anos de chumbo. A tortura foi uma política de Estado.

Sessenta anos se passaram da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Declaração é um marco na história da luta pela efetivação dos direitos humanos em todo o mundo.

Hoje, no Senado, realizamos esta audiência pública, solicitada pela Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), para discutir o papel das tvs comunitárias no fortalecimento da comunicação como um direito humano fundamental, sabedores que uma das questões centrais do debate sobre direitos humanos no Brasil é a definição do papel dos meios de comunicação nesse processo.

Em seu livro *A Era dos Direitos*, o filósofo italiano Norberto Bobbio discorre acerca da teoria dos direitos humanos a partir da construção daquilo que cunhou de gerações de direitos.

Afirma Bobbio que as gerações se sucedem e se somam ao longo da História, que coloca diante do homem necessidades e desafios. Essas gerações de direito são, portanto, reflexo dos avanços tecnológico e moral das sociedades. Diante dessa construção de Bobbio nos parece que a realidade global está a exigir o entendimento de que estamos diante de uma nova geração de direitos humanos cujo centro é o direito à comunicação. Esse deveria ser considerado um direito humano a ser colocado no topo de nossa luta cotidiana à medida que a maneira como ela se configura interfere decisivamente na garantia ou negação de outros direitos. Devemos ver o direito à comunicação como um direito universal que serve de base a todos os demais direitos humanos.

Em seu art. 19, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o que procurar receber e difundir sem consideração de fronteiras informações e ideias por qualquer meio de expressão. A mídia tem a capacidade de formatar valores, difundir ideias e definir comportamentos. Nesse sentido, pode desempenhar um papel positivo ou negativo. Por um lado, pode atuar como vetor estratégico na elaboração e uma cultura de respeito aos direitos humanos. Por outro, pode reproduzir e dar legitimidade a violações desses direitos, dando respaldo ideológico à constituição de uma sociedade baseada no preconceito e na opressão. A mídia comunitária seja televisiva, bem como a de rádio, desempenha um papel educativo para a sociedade ao mostrar na prática que outra comunicação é possível, uma comunicação centrada no respeito aos direitos humanos e na participação social, na própria elaboração da comunicação.

Nas TVs comunitárias, as pessoas são consideradas como produtores de conteúdo e não apenas como consumidores. As redes sociais estão a mostrar, cada vez com mais intensidade que todos nós somos mídia. Vamos aproveitar essa audiência para debater fortalecer o papel das TVs comunitárias em todo o País e encontrar meios de ajudar a financiar esse importante direito humano, que é o direito à comunicação. (*Palmas.*)

Com base nessas reflexões iniciais é que queremos realizar esta audiência pública de hoje no sentido de construirmos mecanismos de comunicação, de fortalecimento da comunicação popular, da comunicação comunitária, mecanismos que possam realmente assegurar a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros informações as mais confiáveis possíveis. E até debatíamos hoje mais cedo um pouco essa questão no que se refere por exemplo à luta pelos direitos humanos de modo geral e particularmente com relação ao decreto de participação social, que hoje enfrenta algumas dificuldades justamente porque vivemos ainda numa sociedade onde os grandes meios de comunicação, ao que avaliamos e refletimos, não cumprem, na sua fidelidade, na sua integralidade, uma comunicação de fato verdadeira, onde as informações sejam colocadas de forma real, concreta, que possam oferecer às pessoas condições de análise, condições de reflexão as mais reais possíveis, as mais corretas possíveis.

Então, é nesse ambiente que queremos fazer esta audiência pública de hoje à tarde. Para isso, contamos, com certeza, com a contribuição de todos que estão aqui. Eu vou passar, então, a palavra ao Paulo Miranda, que é o Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, ABCCom, para que, num tempo, Paulo, de dez minutos... outras pessoas possivelmente também queiram se manifestar. Então, nós vamos, primeiro, ouvir a Mesa e dar a oportunidade a outras pessoas que queiram também se manifestar sobre este assunto. Então, Paulo, esteja à vontade.

O SR. PAULO MIRANDA – Muito obrigado, Senadora, por esta disposição da senhora de estar aqui, conosco, mesmo com o plenário estando em atividade.

Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer por esta audiência pública, que, para nós, é um marco na democratização da comunicação, principalmente agora, começando o segundo Governo da Presidente Dilma, um momento de reflexão para colocarmos algumas coisas na mesa, para colaborar com a nova comunicação no País que tanto desejamos.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer a quem vem sempre colaborando muito conosco, como a frente com a Deputada Luiza Erundina; o Senador Paulo Paim, que sempre nos recebeu aqui, antes de a senhora assumir a Presidência. Como estávamos conversando, agora há pouco, por causa da audiência do ano passado que a senhora fez ao lançar esta cartilha, que vou até deixar com a senhora, pois é a única que eu tenho e está até datada com o dia da audiência...

Hoje, a cartilha está no Brasil todo e já serviu de base para que 320 cidades pedissem o Canal da Cidadania. Quer dizer, as pessoas estão querendo municipalizar a comunicação, e o prefeito não faz isso porque ele se acha o bonitinho, nem com direito a ter um canal, mas porque há uma política do Governo brasileiro e porque as pessoas que querem uma TV comunitária dentro do Canal da Cidadania estão lá, na cola do prefeito, pedindo: "Olha, por favor, peça o Canal da Cidadania. Vamos fazer esse Canal da Cidadania."

Então, vou deixar, em mão, esta cartilha, porque a senhora é a responsável por ela.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone*.) – Obrigada. As minhas acabaram também.

O SR. PAULO MIRANDA – Acabaram todas. E é um papel que deveria ser do Ministério das Comunicações, do Governo Federal – estar fazendo essa divulgação para ajudar o Brasil a ter uma outra comunicação.

Há um outro documento que gostaria muito de passar, em mão, para a senhora. É uma carta que enviamos à Presidente Dilma Rousseff e, também, ao Ministro Aloízio Mercadante – um ofício, aliás. Anexa, há a data de 8 de maio de 2014, e é a única versão que conhecemos da contribuição financeira para a radiodifusão pública no Brasil, que seria uma forma de financiar as TVs comunitárias do Brasil, as universitárias, as públicas, a EBC e transformaria o Fistel em um fundo para essas emissoras públicas do campo público brasileiro.

Como nós não andamos sozinhos, trabalhamos junto com a Evelin, Astral, das TVs legislativas, com esse papel fundamental que serve ao País hoje, e por meio da qual estamos, aqui, nos manifestando para muita gente que está em casa nos assistindo e que vai nos ver, depois, com as reprises. Este documento é fundamental, então, queremos que a senhora peça à Presidente Dilma Rousseff que agilize a aprovação desta contribuição.

E mais, também. Queremos esta audiência porque, do jeito que está, não contempla as atuais TVs comunitárias no cabo. Só no dia em que formos para a onda aberta, no modelo digital. Para que possamos aperfeiçoar esta proposta, deixo-a, também, com a senhora.

Também queria agradecer muito esta participação e esta presença que sempre temos em nossos fóruns, em nossas lutas – da Evelin, da Astral, da Abepec, da ABTU, da TVT, que está, aqui, representada pelo Sanches. A Ancine, que, enfim, também, nos reconhece, consegue nos enxergar hoje e está com um projeto maravilhoso, no País, de 60 milhões para a produção audiovisual para as emissoras públicas. Porém, há mais um probleminha. São 60 milhões só para produtoras. Tudo bem que para nós TVs comunitárias será muito bom. Vamos receber 60 milhões de produção de excelência, mas a nossa capacidade tecnológica para fazer essa transmissão de excelência é muito frágil, porque há muitas TVs comunitárias que ainda transmitem em analógico.

Quer dizer, faz-se uma produção de alta definição, mas vamos passar em analógico. Vai cair a qualidade, e o povo brasileiro merece ver com toda a qualidade que for produzida no mercado. Nós não somos contra jogar 60 milhões no mercado, mas nós gostaríamos do apoio desta Comissão para que a Ancine nos visse, também, como produtores, porque, afinal, as TVs comunitárias são produtoras. Nós temos que pagar contas de água, luz, salários, impostos, essa coisa toda.

É uma outra preocupação que, além das muitas que a senhora já tem, é para fortalecer esse campo público da comunicação.

Então, hoje estamos aproveitando essa audiência pública que a senhora nos concede aqui na Comissão de Direitos Humanos para fazer esse apelo porque, para nós, o direito à comunicação é um direito humano. Não se faz a comunicação sem os meios de comunicação alternativos, porque o Brasil ainda não tem uma po-

lítica de mídia comunitária, não tem ainda uma política de mídia alternativa para fazer essa mistura. Está aqui o Geldon, da TV Recanto das Emas; está aqui o Everardo, da Casa das Redes, que envolve Mídia Ninja, Fora do Eixo, TVs comunitárias que estão aqui presentes; o Igor e o Maurício, de Recife; o Moisés, do Rio de Janeiro; o Paulo, de Osasco; Ecilla, de Peruíbe; a Letícia Caiafa e o Felipe, de Belo Horizonte, de onde vem a primeira TV comunitária que existiu no Brasil e que está no ar desde 1995, é a mais antiga, criada pelo nosso Didi, Presidente de Honra da ABCCom.

Então, temos já uma trajetória muito grande, já estamos desde 1995 nessa trajetória, nessa luta. E achamos que se avançou muito pouco. Avançamos muito em termos de legislação, mas pouco em termos de financiamento, de capacidade de produção, transformação das TVs comunitárias em escolas de mídia comunitária, transformação dessas TVs comunitárias em pontos de cultura, para não só incentivar a participação lá dentro, mas atraindo, levando as pessoas lá para dentro. Essas TVs comunitárias fazem contato direto com o povo brasileiro e já são mais de cem emissoras no Brasil.

Outro coisa que gostaríamos muito de falar nesta audiência de hoje é que conseguimos, enfim, ser reconhecidos, depois de quase terminando o Governo da Presidente Dilma, pela Secom, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

E aí vem mais um porém. Abrimos as portas agora em outubro, mas a veiculação das mídias que eles estão nos oferecendo varia de R$11,00 a R$150,00. Quer dizer, é muito pouco. Imagina se a Secom, da Presidência da República, vai pagar para a TV Globo R$11,00 pela veiculação de uma peça publicitária. Que visse com olhos diferentes essa política de comunicação comunitária tão necessária no Brasil, e não essa discriminação tão grande, em que se dá tudo para o mercado, só para as *big* TVs que já são bilionárias, famílias bilionárias no Brasil, que recebem o dinheiro dos nossos impostos para se enriquecerem cada vez mais.

A mídia alternativa comunitária, que abre as suas portas para a sociedade é discriminada, com poucos recursos, sendo que existe dinheiro. Dinheiro não é problema. Nós não vimos recursos como um problema. Para nós, o dinheiro existe, nós queremos muito o orçamento participativo, democrático nesse bolo da publicidade brasileira.

Para a senhora ter um ideia, pela TV comunitária de Brasília, este ano, já passaram mais de cem jovens e crianças, aprendendo a fazer televisão comunitária, todas de escolas públicas do Distrito Federal numa parceria com os sindicatos dos professores.

Imagina, cem emissoras fazendo isso no Brasil todo.

As TVs que realmente estão juntas com a comunidade, estão abertas à comunidade, têm o acesso público, têm esse novo conceito – nós já temos essa experiência toda –, mas ainda somos pouco valorizados pelo Governo brasileiro pela ausência dessa política nacional de mídia comunitária.

Na hora em que entramos então no foco dos direitos humanos, sentimos muita falta de produção dos direitos humanos dentro das TVs comunitárias. Então, quanto mais se fortalecer esse setor, melhor será para o povo brasileiro e para a democratização da comunicação realmente.

E se misturarmos tudo, todas as TVs universitárias, legislativas, comunitárias, EBC, as educativas culturais, com as rádios comunitárias, nós imaginamos que poderíamos estar gerando hoje, no Brasil, cerca de 200 mil empregos nessa comunicação comunitária alternativa.

Então, fica minha participação aqui rapidamente, porque a senhora tem que voltar para o plenário, nessa audiência, no momento certo, de início de segundo Governo da Presidenta Dilma, para que se possa enxergar o que esta Comissão de Direitos Humanos está propondo, fazer essa comunicação alternativa possível no Brasil. Eu agradeço muito à senhora novamente por esta audiência. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo, inclusive pela pontualidade. Foi bastante pontual. Obrigada pela sua manifestação.

Com certeza, a Associação Brasileira de Canais Comunitários pode contar com o apoio da Comissão de Direitos Humanos. Faremos aqui os encaminhamentos propostos, principalmente com relação à Presidenta Dilma, para que, de fato, nós tenhamos aqui uma comunicação pública que valorize as TVs comunitárias, as rádios comunitárias, de acordo com a política proposta pela Associação Brasileira e por todos vocês que aqui estão.

Acho que é importante garantir a sustentabilidade financeira desses espaços de comunicação, que têm muita dificuldade de sobreviver por conta própria, não é verdade? E o apoio governamental é importante para ter uma TV, canais que possamos ter alternativos para a sociedade. Então, faremos aqui os encaminhamentos conforme solicitado, está bom, Paulo?

Muito obrigada.

Vou passar a palavra para a Evelin, Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativos (Astral).

A SRª EVELIN MACIEL – Olá! Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite, uma oportunidade muito boa de falar aqui no Senado. Eu circulo mais pela Câmara dos Deputados, então, poucas vezes cruzo para o Salão Azul.

A gente acompanha o trabalho das emissoras comunitárias há muito tempo e sempre desse lado supostamente mais privilegiado porque nós temos orçamento próprio. Então, a gente consegue tocar nossos projetos com mais celeridade, com cumprimento de prazo, e tudo porque a gente tem essa facilidade de ter orçamento.

Eu não vou entrar nos nossos problemas das emissoras legislativas, vou-me ater às questões da radiodifusão comunitária. Acho que realmente as TVs comunitárias e as rádio comunitárias são o principal veículo de acesso para os cidadãos poderem fazer com que seus conteúdos cheguem às rádios e TVs, mas a gente precisa ter política para isso. Não basta só a vontade porque, para fazer conteúdo com qualquer mídia, a gente já tem a internet, as redes sociais, a gente já consegue fazer circular algum conteúdo, mas não é disso que a gente está falando. Quando a gente vai para a radiodifusão, a gente tem um potencial de ser ouvido, de ser assistido imenso. E é a mídia preferencial do brasileiro, então, a gente não pode abrir mão dessa oportunidade de estar na casa das pessoas, de estar ao lado das grandes emissoras.

Como o Paulo falou, não existe política clara para a radiofusão comunitária no País. A gente abre essa exceção para a política da Ancine, que é muito importante em relação a conteúdo, mas, em relação a uso de espectro, reserva de espaço no espectro não existe, não existe uma política de financiamento. Então, é muito difícil o fortalecimento da radiodifusão comunitária baseado só no esforço pessoal.

Assim, em relação à rádio, eu acho que é uma legislação que precisa ser revista, não é, Senadora? É completamente limitante, é feita para, se andar, andar muito pouco, ter pouca visibilidade, apesar do esforço e até das exceções de rádios de sucesso, mas, de maneira geral, não existe... Há limitação da potência de transmissor e tudo, até de qual canal se usar nas cidades. Eu sei que eu estou chovendo no molhado, mas tenho que apontar um pouquinho do que eu vejo.

Em relação à televisão, eu acho que a situação é mais complicada por não existir, não é? Porque acho que existir no canal por assinatura, como foi criado, é muito bom, é um espaço excelente, mas para aquele brasileiro que tem condição de pagar a assinatura e ter acesso àquele conteúdo.

Então, não é justo para com a própria população, e o que estamos vendo nessa migração para o sistema é uma falta de diálogo em relação aos canais comunitários.

No nosso caso, das legislativas, temos um projeto claro, já temos 30 transmissores ligados, vamos ligar mais 20, em 2015, e nós só conseguimos espaço nessa transição da venda da faixa de 700MHz, que são esses canais que vão do 52 ao 68, justamente porque nós já estávamos em operação, porque a reserva que existia – que foi feita em uma portaria, que esses canais, essa faixa seria usada pelos canais públicos –, ela deixou de existir, a portaria foi extinta e não se colocou nada no lugar.

Então, é um momento muito importante, muito importante que a faixa da radiodifusão está sendo comprimida, da televisão está sendo comprimida e não existe nenhuma perspectiva, ninguém aponta um caminho para onde irão esses canais da cidadania e aqueles outros canais criados no Decreto de TV Digital, que são da cultura, canal da educação e o próprio canal do Executivo, que não necessariamente pode ser o da EBC.

Mas reserva de espectro sozinha também não garante nada, se não tiver recurso para implantar. Então, lembro que, na construção de uma política para isso, é muito importante a gente conseguir um modelo. Onde serão encaixados esses canais da cidadania? Em que transmissor? Porque nós estamos falando de uma necessidade física. Você tem que ter um transmissor para colocar esses canais no ar em cada localidade. Então, quem é que vai apresentar recurso para a compra desse transmissor? Uma média de R$500 mil para cada transmissor, Senadora, para colocar isso no ar.Então, de onde vai vir esse recurso? Uma vez decidido isso e com quem esse transmissor vai ser dividido, porque ele pode servir a várias emissoras, como vai ser feito o custeio dessa operação? Engenheiro responsável? Aquela parte do dia a dia da operação, pagar energia, porque não basta também falar: Toma aqui, entra aqui esse transmissor. Mas, como é que vai ser mantido esse transmissor? E as outras demandas legais, as outras obrigações legais que vêm junto com isso.

Esse importante passo de sair da TV por assinatura para TV aberta traz junto um monte de obrigações que são muito caras e também tem que estar previsto numa política clara de como é que vai ser mantido isso, que são as legendas ocultas, que é uma obrigação legal, o controle de áudio, que parece que não é nada, mas custa mais R$30 mil para você fazer isso. E outras obrigações que vêm, quando você está trabalhando com radiodifusão aberta.

Então, nós somos parceiros, nós nos adiantamos nesses últimos anos, implantando os nossos transmissores, porque a gente tem muito claro com quem a gente deve dividir esse transmissor, que eu estou me referindo. Hoje nós dividimos TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia e TV Câmara Municipal, mas nós estamos abertos para qualquer diálogo que possa facilitar a instalação nas cidades onde nós já estamos. Nós não quisemos nos

distanciar, por falta de pensamento do que poderemos fazer juntos, mas por uma necessidade prática de que nós tínhamos o recurso e precisávamos instalar até para garantir a existência desses canais.

Então, foi um trabalho difícil de fazer. É uma construção coletiva. Nada disso estava pronto. Está muito claro entre nós, parceiros da Rede Legislativa, que nós estamos construindo esse modelo juntos. Não tem nada pronto, mesmo porque a legislação também não está pronta. Por exemplo, essas preocupações em relação à legenda oculta, ao controle de áudio, que são coisas práticas que a gente já pode sofrer uma fiscalização.

A gente não sabe se a obrigação legal disso é só nossa, da Câmara dos Deputados, porque nós somos os consignatários, o canal está no nosso nome ou se cada canal que ocupa aquela faixa tem que cumprir tudo. É claro que a gente acha que tem que cumprir, mas não está escrito.

Então, é difícil para um funcionário público prever um gasto sem uma previsão legal, concreta: Olha, vocês têm a obrigação de fazer isso. Então, a gente busca muito a interlocução com o Ministério e a Anatel para a gente não se exceder em nada, mas a gente realmente, em muitos momentos, a gente pisa em ovos, porque a gente não tem uma legislação clara para o uso da multiprogramação. Espero ter contribuído e estou à disposição para o debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Evelin Maciel, Vice-Presidente da Associação de Televisão e Rádios Legislativas.

Você é da Câmara? Câmara dos Deputados. A TV Câmara tem contribuído muito, tem prestado um belíssimo trabalho, assim como a TV Senado e Rádio Senado, Rádio Câmara também.

E essa troca, esse debate é fundamental a partir das experiências que cada um está desenvolvendo.

Vou passar a palavra agora para o André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC.

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Obrigada, Senadora Ana Rita. É com satisfação que estou representando aqui o presidente da EBC, Nelson Breve.

Esse espaço que nós discutimos é tão importante que ele causou impacto desde os anos 70 em toda a Europa e mesmo nos Estados Unidos, com a apreensão de empresas públicas voltadas à transmissão local. Os Estados Unidos um modelo um pouco diferente, todo mundo conhece o modelo europeu.

No Brasil, se engatinhou desde os anos 80, quando se iniciou o processo das rádios livres, muito diferente do processo que depois nós abraçamos mais tarde, a Rádio Chilique, que era um cruzamento entre a PUC e a USP, em São Paulo. Tive o prazer de participar porque era da Rádio USP na época. Era um trabalho voltado para o espaço artístico. Era um espaço de expressão, mas não tinha a conotação específica de um movimento, era mais uma necessidade de ter voz para contrastar com os aspectos "standarizados" daquilo que o rádio apresentava tanto no rádio AM como na possibilidade do nascimento do rádio FM, que surgia naquela época.

Mais tarde o crescimento da rádio comunitária, veio a surgir e um livro muito importante que era a *Reforma Agrária no Ar*, que bate diretamente nessa proposta de espaço público. E o que é importante de se pensar que direito de se comunicar é também direito de expressar e de produzir. A gente não fala só sobre direito de comunicar sob o ponto de vista de que a gente trabalha apenas para ouvir ou para preencher espaços de programação. Isso é um lado importante de investimento na infraestrutura, na veiculação de programas, no espaço de uma indústria audiovisual, enfim, tudo isso é fundamental num país como o nosso, que é diverso, que tem uma série de possibilidades culturais diferenciadas e que precisam estar presentes nos espaços de comunicação e nas mídias eletrônicas. Mais do que isso, é estimular a produção, estimular a expressividade.

E a Internet veio trazer isso com bastante facilidade. Hoje você consegue, a custos bem baixos, trabalhar em programas pouco menos elaborados, no Youtube, por exemplo, ou até mais elaborados. Hoje já se permite fazer isso. Percebe-se hoje a questão da digitalização em todas as frentes, em todas as plataformas.

Mas acho que é importante a gente relembrar algumas coisas. A TV digital surge no mundo nos anos 90 e ela é uma tentativa, mesmo naquela época, de fazer frente ao avanço que já começava a haver da Internet . Apesar da alta definição ter sido desenvolvida pelos japoneses no sistema analógico nos anos 80, foi nos anos 90 é que ela realmente, vamos dizer assim, teve um impulso muito grande. E esse avanço se dá nesse contexto da Organização Internacional de Telecomunicações ter trabalhado, porque ela é uma organização que não representa especificamente o campo social. Ela é uma associação *muitistakholder,* então trabalha exatamente com todas as empresas do mundo. E eles tomaram a decisão de que essa banda larga tinha uma proposta de crescimento e, portanto, esse crescimento deveria ser o culpado inclusive pelo espectro. Isso gerou exatamente a faixa de 700MHz, até porque ela é o filé-mignon, porque permite que você faça a equação entre longevidade, ou seja, você ter um investimento que faz uma vez e não precisa fazer tão cedo. São investimentos em torres, investimentos em equipamentos. E você também tem a possibilidade de ter um retorno de qualidade, de serviço melhor.

Era uma equação desejada pelas operadoras de telefone e, portanto, quem ocupava esse espaço eram as emissoras de televisão. Então, começou um processo, que foi apoiado pelas empresas de insumo, também pelas empresas de audiovisual – grandes empresas de audiovisual – de fazer conteúdos pagos e diminuir o espaço dos conteúdos gratuitos. E isso acabou gerando um trabalho no mundo, de apoio à TV a Cabo, à TV por satélite, e cada vez mais se diminuíram os espaços da TV aberta. Isso é tão verdade que essa influência chegou ao Brasil também.

A Lei de Acesso Condicionado, que é tão aplaudida por todos e que realmente trouxe grandes vantagens com relação ao investimento da Ancine, investimento de outros setores, na questão da produção audiovisual, traz, no bojo, como foi dito aqui, uma perversidade porque ela não alcança a população de baixa renda; alcança apenas as pessoas que têm recursos e, portanto, parte do mundo, que não é o caso por exemplo dos países que influenciam diretamente a Organização Internacional de Telecomunicações, países como a América do Sul, a América Central, a África e o Sudoeste da Ásia que perfazem 4 bilhões e 600 milhões de pessoas.

Portanto, esse é um número bastante elevado de pessoas que não têm internet no mundo, não têm nenhuma internet. Diga-se de passagem, desses 4 bilhões e 600 milhões de pessoas, 1 bilhão não tem energia elétrica. Então é realmente um caos e, se você considerar, num País como o Brasil, que tem 44% de internet domiciliar, tem 98% de TV analógica domiciliar e, portanto, tem uma participação muito grande da radiodifusão, seja através do rádio, seja através da televisão, acho que deveria ter sido feito um esforço maior do que foi feito nos últimos quatro anos, para que pudéssemos ter um investimento naquilo que foi realizado até o segundo mandato do Presidente Lula, que foi exatamente a TV digital ter um avanço maior, inclusive como oportunidade para que os grupos que trabalham com o público de baixa renda, que fazem o trabalho comunitário, que fazem o trabalho local tivessem espaços de divulgação, como foi previsto no Decreto nº 5.820.

Esse decreto cria o Canal da Cidadania, com esse aspecto local, com o aspecto de você ter a Prefeitura, a Câmara e outros elementos locais, as associações de bairro, as associações ligadas às universidades, aos centros comerciais locais, que financiando esse canal para que ele pudesse, não só promover a ligação com a produção independente, a produção em *superstation*, ou seja, em canais nacionais, mas também promover a produção local, com isso dando condições às pessoas, como disse o Paulo, serem capacitadas para poderem criar os seus programas. Mas a preocupação maior que temos neste momento, além de toda essa questão de ocupação de espaço, que é fundamental, é saber para onde vai essa televisão que está celeremente correndo para um projeto convergente.

Não vai demorar muito, em todo mundo, para que as questões estejam muito claras, quer dizer, já há uma tendência muito forte de uma relação entre a TV aberta e a TV por *streaming,* quer dizer, aquilo que chamamos de *over the top,* que é o Netflix, melhor especificar assim. Já há nos Estados Unidos, 19% da população americana, principalmente jovens de baixa renda, já estão trabalhando com o Netflix e TV aberta e desligando o cabo.

Quer dizer, então chama-se c*ord cutting* esse tipo de sistema. O Brasil não está nesse passo ainda porque ainda tem uma gordurinha para crescer na TV a cabo e também porque ainda não está exatamente neste mesmo pé. Mas, como nos Estados Unidos a TV a cabo impera, como há 87% dos lugares com TV a cabo, você acaba tendo procura de uma nova tendência mesmo. Por que acontece isso? Porque a pessoa tem que assinar as duas. Eu acho até que muita gente faz isso ainda, assina a TV a cabo e assina o *over the top*, assina o Netflix, mas já está acontecendo um tipo de seleção no público de baixa renda, que tem o problema no bolso e vai ter que escolher um desses canais pagos, um desses sistemas de plataforma paga. E complementa com a TV aberta, porque ele vai ver esportes, ele vai ver noticiário, ele vai ver tudo o que for ao vivo na televisão aberta.

Então essa é uma tendência mundial. Eu acho que as pessoas deviam se preocupar também no Canal Comunitário com essa questão de aproximação da TV convergente, porque ela também pode auxiliar no aspecto do *must carry* no aspecto da luta por estar no espaço do cabo, que é uma luta justa, honesta e que tem que ser vencida. Ela nasceu assim na Lei do Cabo, em 1995, nunca foi exatamente implementada da maneira que deveria ter sido feito e, ao mesmo tempo, temos a possibilidade da TV aberta, com os canais da cidadania.

Eu queria só lembrar que o Canal da Cidadania é o canal local, portanto, é lotado na prefeitura local ou em um dos órgãos representativos da Administração Municipal. Eram quatro canais, e, agora, são cinco, aumentaram um canal. Quer dizer, você tem um subcanal e a possibilidade de, nesse transmissor, ter uma série de *encoders,* e você transmite.

A gente luta muito – e eu queria falar nesses trinta segundos finais – pela interatividade. Quer dizer, trata-se exatamente de usar o projeto que estamos fazendo na EBC, que se chama O Brasil 4D. Quem quiser visitá-lo, em Brasília, está em Ceilândia, e é um projeto ligado exatamente a fornecer projetos sociais, aplicativos sociais, produtos sociais, para essa população de baixa renda, como marcar consulta no SUS. Estamos estreando agora isso, como mexer na parte financeira, poder tirar saldo e extrato pela televisão, enfim, coisas que vão facilitar a vida das pessoas. Para quem estiver interessado, está aí, depois eu posso passar. É o Brasil 4D e EBC.

Agradeço. O meu tempo está estourado. Qualquer coisa, estou à disposição. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, André Barbosa, representando aqui a EBC, como superintendente executivo de relacionamento institucional da EBC.

Então, obrigada pela presença. Agradeço também ao Sr. Nélson, Presidente da EBC, que disponibilizou a vinda do senhor aqui.

Vou passar a palavra para o o Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, Rede TVT.

O SR. VALTER SANCHES – Quero agradecer e saudar a Senadora Ana Rita pela iniciativa da audiência pública e pelo convite, saudar todos da mesa, todos os participantes desta audiência.

Quero manifestar também que fiquei muito feliz hoje, de manhã, porque cheguei mais cedo e acompanhei uma parte da audiência de parte da manhã. E fiquei muito feliz em ver que o vídeo utilizado para ilustrar a audiência era uma reportagem nossa, da TVT.

Então, nos dá muita felicidade em saber que estamos cumprindo o nosso papel de estarmos inseridos nos temas, pois, em outras TVs, não seria vista uma reportagem sobre esse tema, em especial, com esse enfoque que nós demos, ouvindo os lados, enfim, manifestando essa felicidade.

Sobre a questão, embora a TVT não seja uma TV comunitária, ela é uma TV educativa, fruto de uma luta de mais de trinta anos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, quando, desde a época, o Presidente Lula lutava pelo direito de ter uma concessão de rádio e de TV.

E nós, finalmente, conseguimos em 2009. Mas é uma TV educativa. Nós somos afiliados à rede pública de televisão, e nós participamos desse movimento em que nós cooperamos intensamente com as TVs comunitárias. Hoje, os nossos conteúdos, distribuímos e exibimos o conteúdo de 14 TVs comunitárias do Brasil, principalmente do Estado de São Paulo, mas também de Brasília. E temos uma parceria intensa com a ABCCom.

Eu acho que, com a questão da comunicação, não dá para ser inocente com a comunicação. A comunicação não é uma coisa menor, hoje em dia. Acho que há um tempo, quando os conhecimentos, a cultura, a informação, as tradições eram passadas na família, na comunidade mais próxima, na igreja, ou na escola, era tudo mais fácil para transmitir.

Hoje, a versão da realidade, a interpretação da realidade nos é dada pelos meios de comunicação. E, se eles têm uma visão parcial dessa realidade, isso acaba deformando a formação das pessoas. Então, hoje, nós temos um problema, no Brasil, que é esse absurdo desequilíbrio entre as diferentes áreas da comunicação.

Então, nós temos uma comunicação privada que é praticamente um monopólio. A comunicação privada, no Brasil comercial, hoje, se formos ver, em termos de audiência, é mais de 95%. Talvez seja até mais. Não tenho esse dado. E os últimos 5% são para serem divididos entre todos os outros. E isso estou falando em rádio e TV aberta, na TV e rádio aberta de radiodifusão, o que é um problema sério.

Nos países em temos uma sociedade um pouco mais progressista, existe aquela coisa do um terço, um terço, um terço: um terço, comunicação comercial privada empresarial; um terço, comunicação estatal e pública; um terço, comunicação da sociedade civil. Um equilíbrio maior. Em muitos desses países, as TVs públicas são líderes de audiência. No Brasil, existe uma absurda concentração, não só econômica, de poucas famílias que detêm grande parte dos meios de comunicação, inclusive com propriedade cruzada de outras modalidades de comunicação.

A distorção dessa concentração tem um impacto na formação das pessoas, porque a comunicação comercial é voltada ao retorno publicitário. Então, se é voltada ao retorno publicitário, ao anunciante que paga, lembro que se diz que "quem paga a música, quem paga a banda instrui como vai ser a dança". É exatamente o que acontece. Como é que uma televisão vai falar, por exemplo, de problema de obesidade infantil, se o grande patrocinador dela é uma grande indústria alimentícia, e a gente sabe que alimentos industrializados contribuem para a obesidade infantil. As TVs legislativas também fazem um ótimo trabalho, para tentar mostrar, dar transparência ao Congresso Nacional, às ações do Congresso, à abertura que o Congresso tem com a sociedade, mas, se olharmos a TV comercial, o que se fala é que o Congresso Nacional é um lugar onde se trabalha pouco, ganha muito, rouba dinheiro. É essa visão que a sociedade tem, há uma militância das TVs comerciais contra o processo legislativo. Em relação à saúde, nunca se mostram as boas práticas de políticas públicas, seja de saúde ou educação, nunca se mostram. Mostra-se o caos dos serviços públicos, porque, normalmente, os grandes anunciantes são grandes empresas de educação, grandes empresas de planos de saúde, não há interesse de mostrar as boas práticas de políticas públicas. Sem falar também de todo o conteúdo. Se você está voltado para o retorno do anunciante, você precisa daquele padrão estético, pessoas jovens, magrinhas, bonitas, loiras, brancas. Nunca vai haver um idoso, um deficiente, um público LGBT, negros, enfim, sem falar em conteúdos que expõem a criança à publicidade de cerveja, conteúdos que ela não consegue entender.

Quando tentamos abrir uma discussão com relação a isso, seja público, seja com as próprias TVs privadas ou rádios privadas, eles dizem: "Mas é o que o público quer, isso é o que o público quer". Sempre lembro do Ariano Suassuna, que tivemos a felicidade de entrevistar alguns meses antes de ele falecer, quando ele esteve em São Bernardo. Ele falava assim, quando um repórter perguntou para ele: "As TVs dizem que não passam poesia porque o público não gosta". Ele falou: "A gente não costuma dizer que o cachorro gosta de osso? É porque a gente só dá osso para ele. Se der um filé e um osso, ele vai preferir o osso?" Não existe opção de conteúdos, a verdade é essa. Não é que o público goste. O público assiste a espetacularização da violência, o sexismo, o machismo, o individualismo que se tem na TV, esse incentivo, porque não há opção. É um monopólio!

Por isso, as TVs e rádios públicas e comunitárias têm tanta importância, porque só elas vão ter a possibilidade de difundir outros conteúdos de afirmação de culturas regionais, de demonstração de iniciativas importantes para a promoção de direitos humanos. Tenho muita felicidade, também, de a TVT estar hoje com um programa no ar que fizemos para a TV Brasil, que a gente está exibindo conjuntamente, que é o programa Mais Direitos Mais Humanos. Recomendo a todos que assistam, porque é um programa muito bom, que fala dos direitos humanos de forma bem ampla. Isso jamais teve espaço, mostrar alguém que faz um trabalho com jovens com Down no Rio de Janeiro, ou alguém que preserva o direito dos travestis no sistema prisional no Rio Grande do Sul. Ninguém vai mostrar isso na TV.

Então, só as TVs do nosso campo é que podem mostrar isso.

Só quero manifestar que somos uma TV instituída pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, hoje uma fundação mantida conjuntamente pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, com muito esforço, porque a gente praticamente banca 100% dos nossos custos – que não são poucos, o custo todo da exibição em si, do satélite, transmissor, *uplink*, dessa parafernália toda que custa uma nota...

(Soa a campainha.)

O SR. VALTER SANCHES – Temos algumas coisas que nos ajudam, que são alguns convênios que fazemos com a TV Brasil, com o Ministério da Cultura, com a Ancine, mas estão longe de cumprir com nossos custos.

Apesar de estarmos registrados na Secom, a destinação de verbas para nós é praticamente inexistente.

Então, diante disso, acho que o Senado... Eu queria saudar mais uma vez a iniciativa do Senado, da Comissão, da Senadora, de colocar este assunto em discussão, e manifestar todo nosso apoio tanto ao projeto de lei de iniciativa popular da Lei da Mídia Democrática, para regulamentar os artigos da Constituição em relação à comunicação eletrônica no Brasil, quanto às propostas da ABCCom aqui apresentadas de forma de sustentação, que é a forma que podemos ter de melhorar a qualidade de sustentação dessas TVs do campo público e comunitário e que podem – são as únicas – promover mais uma possibilidade de haver mais alternativas, mais vozes e mais imagens na TV brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Agradecemos ao Valter Sanches, Presidente da Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho.

Agradeço muito a presença, reafirmando aqui a importância das TVs comunitárias, das rádios comunitárias, a partir de uma experiência que vocês vivenciam no ABC Paulista. Não é isso?

Vou convidar agora o Carlos Alberto Almeida, Diretor da TeleSUR.

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Muito boa tarde a todos e a todas. Sou grato, Senadora Ana Rita, pelo convite. Queria parabenizar essa iniciativa da senhora, até porque ela tem uma característica democrática e inclusiva, ela inclui uma parte da comunicação, que é aquela que é considerada os primos pobres, o patinho feio – não estou falando dos que estão comigo na Mesa, mas TVs comunitárias – que bravamente, heroicamente resistem e conseguem se manter de pé. Então, parabéns por sua proposta extremamente inclusiva, de considerar também a necessidade democrática de ouvir as nossas vozes, as nossas posições, muitas vezes, as nossas queixas.

Eu gostaria de dizer que aprendi muito com tudo que foi falado pelos que me antecederam aqui. É importantíssimo que esse campo público que está aqui representado na Mesa seja fortalecido, expandido e qualificado e isso depende de políticas públicas cada vez mais consolidadas. Isso tem acontecido em vários países da América Latina.

Agradeço, em nome da TeleSUR, o convite que a senhora nos faz porque, pela TeleSUR, temos conseguido registrar, comprovar, mostrar ao mundo inteiro que tem havido mudanças significativas em vários países na América Latina no âmbito da comunicação. Por exemplo, nós temos que – para retomar aquilo que está escrito na pauta, na comunicação comunitária como fortalecedora de um direito humano – quando a televisão é usada para expandir direitos humanos, direitos democráticos, direitos sociais, direitos trabalhistas, ela está cumprindo essa função, afinal de contas, não se inventou uma parafernália tão cativante, tão deslumbrante e

tão brilhante para que estivesse a serviço de interesses primitivos, baixos e embrutecedores dos seres humanos. Pelo contrário, a televisão tem que ter uma função de revelar a beleza da vida e a necessidade da justiça social, que está acontecendo nos processos de transformações sociais que os povos estão construindo.

E, já que aqui falo em nome da TeleSUR, gostaria de dizer, por exemplo, que, em alguns países da América Latina, a mudança do panorama de radiodifusão é muito muito significativa. E dou alguns exemplos: a tentativa do golpe de Estado, ou do golpe de Estado de 47 horas, realizado contra o Presidente Hugo Chávez, em 2001. Esse golpe foi revertido a partir do papel desempenhado por uma televisão comunitária – a Catia TVe. Foi a Catia TVe, que está instalada num dos bairros mais populosos de Caracas, que fez o questionamento sobre onde estava o Presidente, porque a televisão comercial dizia que havia renunciado, quando ele estava sequestrado e preso em lugar ignorado – e foi, a partir da denúncia feita pela Catia TVe, uma TV comunitária, que a população desceu e ocupou as ruas de Caracas, exigindo a volta do Presidente, que havia sido eleito.

Então, foram direitos humanos defendidos pelas TVs comunitárias. Aí temos um momento ápice na história recente da televisão comunitário na América Latina, em que a Catia TVe, num dos bairros mais populosos de Caracas, que tem quase 1 milhão de habitantes, fez a mobilização em torno da defesa dos direitos democráticos. Nada mais substancial na defesa de um direito humano que exigir o respeito ao direito do voto do cidadão, o voto democrático – isso foi um exemplo de Caracas, um exemplo da Venezuela, em que a TV comunitária cumpriu essa função.

Quando da crise de 2011 do Equador, em que se tentou também desestabilizar o governo democrático do Presidente Rafael Correa, foram as rádios e TVs indígenas e comunitárias que se mobilizaram para exigir o cumprimento da Constituição e suprir a necessidade de um debate que não se fazia pelas TVs comerciais, porque elas, simplesmente, sonegavam o debate democrático que estava acontecendo e que era uma tentativa de golpe a um governo constituído democraticamente pelo voto. E foram essas rádios dos índios, TVs comunitárias, inclusive, indígenas que cumpriram essa função também. Isso ocorreu no Equador.

No caso da Bolívia, temos uma novidade muito importante: há quatro anos, o Presidente Evo Morales, que acaba de ser reeleito democraticamente, com quase 70% dos votos, declarou que estava cansado de ser chamado de narcopresidente. Convidou os proprietários dos todos os grandes meios de comunicação, rádio, jornais e televisão, e perguntou a eles: "Podem provar que eu sou narcopresidente?" E isso ocorreu no gabinete dele, no gabinete de Presidência.

Os magnatas se entreolharam. Não tinham provas, evidentemente, não tinham provas dessa aberração. Então, ele disse: "Olha, a partir de agora nós vamos incentivar a nossa comunicação pública."

E, primeiro, fundou um jornal popular chamado *Cambio*. Hoje, quatro anos depois, é o jornal de maior tiragem da Bolívia, maior circulação da Bolívia, e se iguala ao jornal *La Razón*, que tem 73 anos de existência – já se equiparou, e o preço é quatro vezes menor. Ele também é publicado digitalmente, vocês podem acionar aqui pela internet: *Cambio* na Bolívia, que é um jornal muito, muito interessante, e defensor, inclusive, da integração latino-americana e, mais do que isso, promoveu, oferecendo as condições técnicas, evidentemente, as condições econômicas de financiamento público, para a construção de uma rede pública de rádios indígenas.

Sabem que a maioria do povo na Bolívia, como no Equador, é de população indígena? Então, já existe essa rede de rádio, que se chama Radio Patria, que emite cada qual dependendo da região, do idioma local, respeitando, portanto, as características culturais dos povos originários. Isso é uma grande contribuição – que não é divulgada aqui, evidentemente, e sabemos o porquê – do governo do Presidente Evo Morales.

E, mais recentemente, na Argentina, com a aprovação da nova lei, a Lei de Meios, que fez aquilo que o Sanches mencionava: um terço do espectro é para o Estado; um terço, para as empresas; e um terço, para a comunicação sem fins de lucro, ou seja, para o setor social ou comunitário. Com isso, surgiram rádios indígenas, TVs universitárias – 50 TVs universitárias de rede aberta digital –, e se estabeleceu um sistema de TV digital pelo qual cada cidadão da Argentina pode acionar 28 canais sem pagar um tostão.

O André Barbosa mencionava aqui o dilema que nós ainda temos, de que há, praticamente, na minha visão, um *apartheid* audiovisual no Brasil. Ou seja, quem não pode pagar não acessa esses canais. Na Argentina, 70% da população tem acesso à TV por assinatura. E, com essa TV digital, não é necessário pagar nada. Inclusive, lá, a TeleSUR já é um canal de sinal aberto também, sem necessidade de pagar qualquer coisa.

E no Uruguai – isso vai agradar muito a todos nós, mas, certamente e especialmente, ao Sanches – a Central Sindical PIT-CNT, do Uruguai, a partir de agora, vai passar a ter um canal de televisão digital aberto. Qualquer um que ligar a televisão poderá acioná-lo.

Então, são mudanças concretas...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – ... que estão acontecendo aqui.

Como não há mais tempo, eu gostaria só de fazer uma sintonia no canal da Presidenta Dilma Rousseff. Ela defendeu a regulação econômica da mídia. Essa regulação econômica deve incluir, primeiro, uma tática, que é considerar que não há maioria neste Congresso para exigir o tudo ou nada. Temos que fazer aquilo que é possível para avançar. E, nesse avanço, eu proponho que as TVs comunitárias sejam consideradas parte do espectro da economia solidária.

Vejam bem: nós poderíamos ter, no Brasil – se são 5,8 mil Municípios, por aí –, pelo menos 5 mil canais comunitários, fazendo a diversidade cultural, regional, fazendo a integração. Porque, por exemplo, em uma TV comunitária, como a daqui de Brasília, por exemplo, a vice-presidente é uma diretora do sindicato, mas está na diretoria executiva também um companheiro que representa os deficientes visuais. E temos, inclusive, um programa que é conduzido – coisa rara em televisão – por um deficiente visual, para, inclusive, trazer essa necessidade.

Então, estimular a economia solidária significa aumentar a capacidade de promover a cultura, promover a informação e, com isso, promover a economia da educação, da informação e da cultura, gerando nos Municípios uma descentralização e o fortalecimento de uma produção audiovisual, que vai gerar emprego, vai gerar renda, mas, sobretudo, vai gerar democracia e defesa dos direitos humanos.

E, neste momento – e aí termino –, em que estamos ameaçados por vozes sombrias, que tentam falar em desestabilização, em golpismo, claramente, no Brasil, é o momento também de as TVs comunitárias fazerem, como já fizemos no passado, em outros momentos, as forças democráticas, a defesa da legalidade democrática, ou seja, uma nova campanha da legalidade, e as TVs comunitárias e as rádios comunitárias podem contribuir para assegurar o funcionamento da democracia para que o Brasil possa continuar mudando e pagar a sua dívida enorme, social, que tem para com o povo, acumulada durante 500 anos, mas, sobretudo, pagar também a dívida informativa e cultural que se construiu, em forma de montanha, contra o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carlos Alberto, diretor da TeleSUR, pelas suas reflexões.

Eu estava aqui pensando. Acho que várias sugestões desta Mesa já foram colocadas. Vamos ouvir agora mais alguns representantes que aqui estão, mas o nosso objetivo é também deixar aqui alguns encaminhamentos concretos a partir dessa reflexão. Já foi apresentado aqui, pelo Paulo, um documento, que esta Comissão também vai reforçar junto à Presidenta Dilma, mas, se houver mais alguma sugestão, algum outro encaminhamento, nós o faremos, com o objetivo justamente de fortalecer a rede pública de comunicação, principalmente as rádios e TVs comunitárias.

Tenho plena concordância com o Carlos, acho que é preciso sim, a exemplo de outros países, criar uma rede realmente de rádios e TVs que possa dialogar e que possa informar de forma mais precisa a nossa população. Nós não podemos ficar, muitas vezes, submetidos a informações que nem sempre – aquilo que alguém dizia, acho que foi o Valter – são imparciais, a grande mídia não é imparcial e nem sempre está do lado de quem realmente quer ouvir uma informação correta. Sempre há, de certa forma, algum desvio nessas informações. Então, é preciso criar novas alternativas, fortalecer o que existe e ampliar o que é necessário.

Vou passar a palavra agora para quem já nos solicitou, estou com uma lista aqui de sete pessoas inscritas. Vamos ouvir as sete pessoas. Vou conceder três minutos para cada um, por causa do nosso tempo, por isso pedimos que sejam breves nessa exposição.

Está aqui inscrita Ecilla Bezerra, da TV Comunitária de Peruíbe.

Seja bem-vinda. São três minutos. Vamos pedir a quem controla o tempo para marcar três minutos.

A SRª ECILLA BEZERRA – (Ecilla Bezerra) – Boa tarde. Obrigada, Senadora, por esta oportunidade. Eu gostei demais da fala de todos, cada um colocou uma realidade diferente, mas todas essas diferentes realidades são a nossa realidade total.

Sou presidente da TV Comunitária de Peruíbe e Itanhaém. Agora a nossa operadora já está cabeando Itanhahém, entramos no Canal 16, analógico, e no Canal 8, digital.

A nossa TV Comunitária, agora, em 28 de fevereiro de 2015, fará 17 anos de existência. São 17 anos de muito sofrimento financeiro para mantê-la. Nós temos sede própria, durante quatro anos passamos pagando aluguel, era uma coisa terrível. Então, surgiu uma oportunidade de comprarmos uma sede própria, um prédio na avenida principal da cidade de Peruíbe, que foi financiado pelo Banco do Brasil, que pagamos durante 15 anos. Este ano foi o último. Aleluia! É nosso agora.

Entre tudo que ouvi aqui, nós passamos inclusive o programa da TVT lá em Peruíbe, passamos a OAB, várias associações que têm interesse em divulgar o trabalho, nós temos também a produção local. Nessa produção local, descobrimos uma coisa muito interessante, que também tem muito a ver com o que o Valter Sanches falou. A TV aberta...

(Soa a campainha.)

A SRª ECILLA BEZERRA – ...pode manipular porque, normalmente, coloca no ar aquilo que interessa. A pessoa fala dez minutos e ela coloca 30 segundos. Não é o nosso caso, a gente consegue colocar...

Já terminou meu tempo?

A gente consegue deixar a pessoa falando às vezes até por meia hora. Então, temos muitos políticos que têm um interesse enorme em dar entrevista para a TV Vale das Artes, lá na minha região, e, quando se trata das TVs abertas, eles dão uma coletiva rapidinha.

Então, alguém perguntou uma vez para o Governador: "Por que o senhor faz uma coletiva com as TVs abertas e dá esse tempão separadamente para a TV Comunitária?" Ele falou: "Porque a TV Comunitária me deixa falar na íntegra o que desejo".

Essa é uma realidade.

A outra coisa que eu gostaria demais de falar, antes que o meu tempo acabe, é referente ao pagamento, porque somos uma TV Comunitária elitizada, porque só quem tem dinheiro é que pode assistir. Tivemos uma apresentadora lá que foi eleita Rainha dos Pagodeiros, porque ela levou todos os grupos de pagode para se apresentarem na nossa TV. Isso porque, obviamente, vários cantores nos procuram porque querem vender o seus discos também em Peruíbe e Itanhaém, não só em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

A questão do idoso. Muito se fala do jovem, é muito programa para jovem, mas a realidade do brasileiro não é bem essa. O futuro do Brasil é o velho, realmente. Estamos abrindo, lá em Peruíbe, dois programas voltados para a terceira idade, que eu acho muito importantes.

Eu gostaria aqui de aproveitar para agradecer à Secom, que, finalmente, vai nos agraciar com as PIs, que nós gostaríamos que fossem eternas, não só agora, neste finalzinho de 2014.

Engrosso aqui a ABCCom, a luta para todos nós.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ercilla Bezerra, da TV Comunitária de Peruíbe.

Vou conceder a palavra ao Moisés Correa, da TV Comunitária do Rio de Janeiro.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer, primeiro, à Senadora Ana Rita pela oportunidade que a ABCCom tem de realizar este fórum. Queria fazer minhas as palavras do nosso Presidente, o Paulo Miranda, que representou bem o pensamento das TVs comunitárias. Como o tempo é curto, vou me concentrar apenas em um aspecto do debate.

Eu acho que é justo entender que a internet é um campo novo e um campo democrático de enfrentamento do debate e da manifestação de comunicação, mas eu queria, primeiro, saudar a Secom por ter aceito a luta já de vários anos da ABCCom para voltar a anunciar a publicidade institucional e de utilidade pública, porém os recursos são muito pequenos.

Eu queria mostrar uma contradição entre o que há na Constituição e a criação teórica do Tribunal de Contas da União. A Constituição, no art. 223, diz que "compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão (...), observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal".

Nós sabemos que a distribuição da mídia, Senador, é feita por um tal de critério técnico, mídia técnica, inventado pelo Tribunal de Contas, obviamente, inteiramente de interesse das TVs comerciais.

O último levantamento divulgado diz que, de 2000 para cá, a TV Globo recebeu R$5,86 bilhões. O SBT e a Record receberam R$1,63 bilhão e R$1,5 bilhão. A internet, apenas 5,3%. Se é complementar, como é que se pode explicar que a mídia pública não tenha os recursos que são públicos? Tudo bem que a Nestlé, sei lá, as multinacionais ponham o dinheiro na Rede Globo, façam o que queiram com o dinheiro deles. Agora, quanto ao dinheiro público, tem que aplicar o que está na Constituição. A Constituição fala que é complementar. Na hora de distribuir a verba não é, é o sistema de audiência? Isso não está na Constituição. Então, é necessário, pelo menos, abrir um debate público sobre isso.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância da Secom, agora disposta a voltar a colocar os anúncios nas TVs comunitárias, esse sistema precisa ser mais aprofundado.

Eu não posso me exceder mais. Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Moysés Corrêa.

Desculpe, é por causa do nosso tempo, mas também não queremos que a explicação de vocês, que a fala de vocês fique prejudicada. Então,se houver necessidade de complemento, por favor, podem fazer.

Vou convidar a Letícia Caiafa, da TV Comunitária de Belo Horizonte.

O SR. PHILLIPPE ABOUD – Licença, boa tarde. Meu nome é Phillipe. Estou aqui representando a TV Comunitária de Belo Horizonte, junto com a Diretora Executiva, e representando também o Dr. Edivaldo Farias, Presidente de honra da ABCCom.

Eu gostaria de agradecer pelo espaço à Senadora e a toda a Mesa, as discussões que foram levantadas até agora, e falar um pouco do contexto de Belo Horizonte.

A gente vive em Belo Horizonte um contexto muito positivo. Primeiro, porque a TV de cidadania, a TV Comunitária de Belo Horizonte comemorou 19 anos de atuação regional no dia do aniversário de Belo Horizonte, que fez 117 anos, e também pela nossa TV apresentar uma vasta programação voltada para a defesa dos direitos humanos, pelo desenvolvimento social e regional, bem como garantindo a pluralidade de pensamento, a pluralidade ideológica, contribuindo nas lutas pela reivindicação de uma TV mais democrática e inclusiva.

A TVC BH, atualmente, produz seis programas próprios sem nenhum apoio comercial, programas esses que muito dificilmente conseguirão ser apoiados pela iniciativa privada justamente por garantir a visibilidade dos movimentos sociais, por trazer as reivindicações dos movimentos sociais para a TV e trabalhar temas tão polêmicos e tão importantes para a sociedade.

Então, nesse sentido, nós gostaríamos de somar a tudo o que já foi dito, considerando fundamental que o Legislativo caminhe conosco junto com a ABCCom para a criação do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento das TVs Comunitárias, visto, inclusive, que a democratização da mídia foi uma das reivindicações dos brasileiros nas jornadas de junho de 2013 e, hoje, são as TVs Comunitárias que atuam na linha de frente na defesa dos interesses da comunidade e regionais dos cidadãos.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Phillippe, que falou no lugar da Letícia, pela TV Comunitária de Belo Horizonte.

Obrigada pela presença.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Paulo Contim, da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco.

O SR. PAULO CONTIM – Boa tarde a todos!

Senadora, obrigado pelo espaço. Quero cumprimentar a Mesa em nome da nossa representação, Paulo Miranda, que muito tem debatido e representado e falado coisas muito pertinentes às questões das TVs Comunitárias.

Eu penso, Senadora, que se houver uma comissão da verdade, daqui a alguns anos, sobre a comunicação, eu acho que muita coisa vai aparecer dessa ditadura que nós estamos vivendo das grandes TVs, das TVs comerciais, haja vista os números que foram colocados do financiamento.

As TVs Comunitárias subsistem, muitas vezes, por conta do idealismo dos seus dirigentes, das entidades que representam, porque sem o financiamento público já é um suplício, quanto mais sermos impedidos de ter qualquer atividade comercial. Há em projetos de lei, como o do Berzoini, que estão sendo tramitados, devem entrar em pauta a qualquer momento, permitindo que se tenha um apoio comercial, mas, hoje, nós estamos mesmo sobrevivendo por pura teimosia e por grandes defensores como nós estamos vendo aqui à mesa.

Eu fiquei contente em ouvir o Valter, porque ele conseguiu resumir – o Valter e todos que falaram, mas o Valter, em especial – muitas das coisas que eu gostaria de falar. Ele foi o meu porta-voz. Porque nós temos as TVs abertas aí, e é violência física, violência moral, exposição banal do corpo em horário inadequado, enquanto que, nas nossas TVs, nós fazemos uma autorregulamentação nas TVs Comunitárias, nas TVs públicas não governamentais, até porque entendemos que somos opção. Hoje, acredito e grande parte das TVs, acho que a maioria das TVs Comunitárias...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CONTIM – ... acreditamos que somos uma nova e grande opção para a democratização da comunicação brasileira. Nós somos laicos, suprapartidários e, acima de tudo, democráticos.

Então eu acho que uma grande contribuição está sendo dada. É histórico estar aqui no Senado Federal sendo ouvido, tendo a oportunidade de colocar os nossos anseios e sair daqui com a certeza de que tem muito mais gente inteligente, muito mais gente que pensa na democracia do nosso País, no fortalecimento das instituições que apoiam as TVs comunitárias.

Eu só tenho muito a agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo Contim, da Associação dos Canais Comunitários de São Paulo e da TV Comunitária de Osasco.

Vocês já perceberam que nós temos uma representação aqui bastante variada, de diversos Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais...

Agora, vou convidar o Sr. Igor Santos, da TV Comunitária de Recife. Então, vemos que há uma representação nacional aqui muito importante.

O SR. IGOR SANTOS – Boa tarde, Senadora. Obrigado pelo espaço.

A gente é do Recife, da TV Comunitária, e faz parte da direção da Abccom nacional.

Eu queria só complementar algumas coisas, porque a mesa expôs muito bem todas as dificuldades que os canais comunitários passam e também todas as facetas do que é ser um canal da sociedade, que a gente vem tentando construir ao longo desses anos de TV comunitária e de associação de TVs comunitárias.

Hoje o espaço das TVs comunitárias tem crescido. Apesar de a gente estar no cabo, um terço da população brasileira já tem TV a cabo. E, nesse último encontro da Ancine, através de uma pesquisa interna da Ancine, foi comprovado que, dentro do campo das TVs públicas, as TVs comunitárias são as que mais fazem produção de conteúdo local. Daí a importância das TVs comunitárias quando se fala em produção de conteúdo local, em ser voz da comunidade, em ser representativo para as comunidades como veículo de comunicação. Essa era uma das coisas importantes para ser colocada.

Além disso, a gente também trata de outro aspecto quando é TV comunitária, que é ser também escola de mídia, produzir e formar novos profissionais nas nossas cidades. Muitas vezes a gente perde esses profissionais para as emissoras comerciais, que pagam melhor e tal, mas partiu dali, dessa iniciativa, saiu de lá das TVs comunitárias essa formação.

Para finalizar, agradecer a Secom, apesar de serem muito poucos recursos. Se a gente realmente quer valorizar as TVs comunitárias, se realmente queremos dar um novo tamanho à participação da sociedade na comunicação brasileira, os recursos têm que ser bem maiores, mas já é um início. E que esse recurso não seja interrompido. Já houve outro recurso que partiu da Secom para as TVs comunitárias, mas foi interrompido. Acho que o importante é que não seja interrompido e que ao longo dos anos seja acrescido, porque seria uma forma de realmente a gente elevar a outro patamar a participação da sociedade na comunicação brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Igor, da TV Comunitária de Recife. Obrigada pela presença.

Vou passar, então, a palavra ao Professor Geldo, da TV Reflexo, Recanto das Emas.

O SR. GELDO FERREIRA DE ARAÚJO – Boa tarde a todos!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Boa tarde.

O SR. GELDO FERREIRA DE ARAÚJO – Boa tarde, Senadora Ana Rita.

Agradeço à ABCCom pelo convite.

Realmente o que foi tratado aqui é importante, principalmente na questão dos direitos, porque a gente vem de escola pública e percebe que os nossos jovens têm uma visão equivocada do que foi a ditadura. É tanto que a gente vê alguns jovens pedindo a ditadura para retornar.

Então é importante. Acho que as TVs comunitárias podem fazer realmente essa ponte com a escola para demonstrar ao aluno que a ditadura foi uma coisa péssima e que ela nunca mais deve voltar, não só no Brasil, mas em qualquer outro país.

Através da comunicação, a gente está aprendendo com esses jovens. Hoje, trouxemos alguns, hoje era dia realmente de nota, mas eles estão aqui porque eles gostam e acreditam nessa nova possibilidade.

A escola realmente não está mais atrativa, mas com a questão da comunicação com as TVs, ela pode ser uma fonte de atração também para diminuir a evasão das escolas.

Agradeço a todos e a todas. Espero realmente um olhar nesse sentido de que possa haver a criação do fundo para ajudar.

Agradeço a todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Professor Geldo, pela exposição breve, mas de uma provocação profunda.

Muito obrigada.

Concedo a palavra agora, por último, ao Ney Hugo, Casa das Redes e Mídia Ninja.

O SR. NEY HUGO – Boa tarde a todas e a todos, também agradeço à ABCCom pelo convite.

A Mídia Ninja não tem um histórico de TVs comunitárias. Aqui a gente está mais para ouvir, para entender mais, se aproximar e se somar na luta também. Mas, trago algumas considerações para contribuir a partir do nosso ponto de vista em relação ao momento histórico da comunicação hoje. A internet potencializou muito isso, mas claro que já vem de uma luta anterior das TVs e das rádios comunitárias.

Hoje, o que acontece? Um símbolo, não há mais aquela figura da reportagem do cinegrafista amador que a TV mostrava. Hoje, a pessoa que tem alguma filmagem interessante para a mídia não manda mais o VHS para a TV, como o cinegrafista amador. Ela posta no Youtube e no Facebook, a TV vai lá e paga. Somado a isso,

hoje vemos um constrangimento maior da grande mídia em caluniar as coisas, em manipular as informações ou omitir outras. Quando as redes sociais estão falando muito de determinado assunto, fica constrangedor para a mídia omitir aquilo. Isso não tem quebrado o monopólio ainda, mas tem impedido algumas manipulações, fazendo as movimentos sociais terem algumas conquistas em vários sentidos, para reforçar mesmo essa questão de que essa inovação tecnológica que vem desse momento histórico se soma a todos um acúmulo de luta das TVs e das rádios comunitárias. Há essa questão de que a internet não está em todo lugar, como já foi falado aqui antes. Há lugar onde não existe nem energia elétrica, há o radinho de pilha, muitas o AM. Muita gente não sabe que quanto ao AM, por exemplo, um transmissor aqui em Brasília, de madrugada...

(Soa a campainha.)

O SR. NEY HUGO – ... quando as ondas estão mais calmas, em AM chega lá na Califórnia. Então, olhem o potencial disso para ser, de fato, uma comunicação que descentraliza a informação, que chega nos lugares mais remotos. Na Amazônia há muito trabalho de rádios comunitárias nesse sentido. Isso potencializa muito a questão da cultura, não só a arte, a música, o teatro, isso também, mas no sentido de identidade mesmo, de um povo, de um território, seja uma RA, uma aldeia ou um quilombo. Esse tipo de comunicação fortalece muito isso, para que o território seja valorizado e que, ao mesmo tempo, ele seja protagonista do mundo, protagonista das narrativas do mundo, porque ele está falando com propriedade daquele local,a partir de todas as outras notícias que ele recebe do mundo. Como foi falado aqui também, não é simplesmente um receptor passivo da informação, mas passa a ser um emissor de conteúdo também. Aí, a gente entende o que jornalismo é uma coisa e comunicação é outra. Jornalismo é profissão; comunicação é inerente ao ser humano e é direito humano, como foi colocado aqui no começo.

Parabenizo pela luta. Estamos à disposição para estarmos juntos nessa perspectiva "glocal", que é o pensar global e agir local. A comunicação tem papel fundamental nisso para que esse tipo de cultura seja feito com esse protagonismo, sendo até mundial, mas, ao mesmo tempo, livre da opressão comunicacional globalizada, que é aquela que esmaga e impede a manifestação cultural daquele território.

Então, estamos juntos aí, gurizada. E parabéns à Senadora e à EBC também. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, muito obrigada, Ney Hugo, da Casa das Redes e da Mídia Ninja; obrigada pela presença. E vocês da Mídia Ninja sempre se fazem presentes aqui; volta e meia, vocês estão presentes aqui nos debates da Comissão de Direitos Humanos. Então, muito obrigada pelo apoio que vocês têm nos dado também.

Vou passar para vocês alguns encaminhamentos – tive ajuda aqui do Paulo, através do documento que foi entregue. Então, vou fazer aqui uma exposição rapidamente das propostas. Se houver algo que não estiver contemplado, vocês ajudem a complementar.

Mas, antes, gostaria de dizer o seguinte: esta audiência pública de hoje está se dando num momento – embora tenhamos feito um debate sobre as TVs comunitárias, rádios comunitárias, já há alguns meses – extremamente importante, até porque apareceu nas falas da maioria de vocês um pouco esse contexto atual. Na semana passada, por exemplo, tivemos aqui uma audiência pública importante, para debater o conteúdo do relatório da Comissão Nacional da Verdade. Hoje pela manhã, discutimos o Decreto de Participação Social, e também não foi a primeira vez em que fizemos um debate sobre o decreto.

Tivemos, há uns dois meses, a oportunidade também de fazer esse debate e, agora à tarde, discuti a questão das TVs comunitárias, rádios comunitárias, a importância dessa mídia popular, vamos dizer assim, comunitária, como um direito humano das pessoas tanto das TVs quanto das rádios. E aí me ocorre uma coisa importante, que disse no início, que é o papel educativo que essa rede de mídias, tanto televisivas, quanto das rádios, têm no processo de educação do nosso povo. E quero aqui aproveitar para parabenizar todos vocês pelo esforço, pela coragem, pela determinação e, embora com poucos recursos, com poucas possibilidades muitas vezes, vocês estiveram trabalhando no sentido de criar essas alternativas que discutem localmente com uma visão global, discutem as questões locais. Conforme disse o nosso amigo Ney Hugo, isso é fundamental e, então, quero parabenizar vocês.

Espero que essa audiência pública de hoje possa contribuir para fortalecer esses instrumentos como uma política pública de fato, que tenha recursos públicos, que tenha, de fato, as condições para que esses canais dessas TVs comunitárias, rádios comunitárias, possam ser ampliadas no nosso País e que estejam presentes em todos os Estados e que possam, de fato, cumprir o seu papel na democratização dos meios de comunicação! Acho que é fundamental tudo isso que vocês estão expressando aqui e que tem total apoio da Comissão de Direitos Humanos, porque, conforme já dissemos e vocês também disseram, ter o acesso à comunicação e ter acesso às informações é um direito humano de todas as pessoas.

Então, o documento que foi entregue aqui pelo Paulo será encaminhado pela Comissão de Direitos Humanos à Presidenta Dilma, com apelo para acelerar a criação do Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias. (*Palmas.*)

Nós vamos fazer gestões junto à Presidência para que haja uma política de maior incentivo para a radiodifusão comunitária; para que haja também a criação de uma política nacional de mídia comunitária; que seja criado um Fundo Nacional de Apoio e Desenvolvimento das TVs Comunitárias, como já disse no início; que seja aprovada também a contribuição financeira da radiodifusão pública, que contemple também as TVs comunitárias a cabo; que haja um incentivo aos prefeitos para criarem os canais da cidadania; que sejam transformadas TVs comunitárias em pontos de cultura e escolas de mídia comunitária; o aumento do valor das inserções de publicidade institucional da Secom, da Presidência da República, nas TVs comunitárias; e também que a Ancine passe a considerar produtoras as TVs comunitárias, e não meramente exibidoras. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu agregaria aqui também algo que a Evelin nos disse, na sua fala: a necessidade também de observarmos a nossa legislação hoje e verificarmos, fazermos, se possível, uma atualização, uma revisão da nossa legislação para que ela contemple também as necessidades.

A SRª EVELIN MACIEL (*Fora do microfone.*) – E a reserva de espectro para os canais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E a reserva de espectro para os canais. Então, agregamos aqui também essa sugestão que a Evelin nos traz.

Acho que é isso.

Pergunto aos colegas da Mesa se teriam ainda alguma contribuição, bem como às pessoas que aqui já se manifestaram, se contemplam...

Por favor.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, eu queria que a senhora analisasse uma possibilidade.

A Câmara Municipal do Rio, dos vereadores da capital, aprovou uma decisão interna no sentido de, no orçamento do próprio Legislativo municipal, contemplarem na mídia também as tevês comunitárias e rádios comunitárias. Então, acho que valeria – não sei se o Paulo concorda –, dado o peso que tem aqui a Comissão e o Senado, enviar uma comunicação às Câmaras municipais no sentido de dizer que isso foi aprovado no Rio e que, em um debate aqui, se viu a importância de que os vereadores do Brasil todo discutam isso para abrir espaço e apoiar essa mídia.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Também agregamos essa sugestão.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – E o Paulo pode passar para a senhora as informações, o projeto que foi aprovado etc., para facilitar essa comunicação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Moysés – não é isso?

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Uma sugestão é que, no âmbito da Secretaria Nacional da Economia Solidária, as tevês comunitárias sejam contempladas através da aprovação de projetos que movimentam a economia solidária, em âmbito regional, municipal, local das comunidades, e que tenham também a capacidade de sustentar essa atividade, já que ela tem uma relação direta com aquela economia solidária lá do Município. Isso pode dar uma grande dinamização nessa atividade, já que nós, de certa forma, também somos uma economia solidária. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Senadora, eu queria acrescentar também uma coisa. Acho que precisamos pensar no fundo de base para os Canais da Cidadania. Acho que teremos uma dificuldade muito grande junto às prefeituras, porque elas não têm recursos. Nós sabemos da situação em que se encontram as prefeituras, principalmente as médias e pequenas. Para viabilizarmos, realmente, o Canal da Cidadania, vamos ter que pensar em uma sustentabilidade que pode passar por um trabalho ligado a um fundo, que é um fundo que parece ser uma política que vai ser empregada pelo Ministério das Comunicações, já que foi lançada através do própria Decreto nº 5.820, que agora foi estabelecido através de uma portaria ministerial. Acho que essa sustentabilidade não está prevista nesses dois documentos originários da Presidência da República e do Ministério, então, precisaríamos cuidar dessa situação, porque, senão, não vai sair do papel o Canal da Cidadania. Precisaríamos mesmo de um fundo, e esse fundo vai beneficiar todos, não só a comunicação institucional da cidade, mas toda a comunicação comunitária, da universidade local. Acho que seria fundamental agregar essa política que o Ministério está fazendo e essa ideia do fundo de participação dos canais comunitários. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, só para fazer um pequeno complemento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Apoiando a iniciativa do André, acho que essa proposta é fundamental – debatemos até na reunião da ABCCom –, porque são 5.572 Municípios, e até agora, sexta-feira, em um levantamento que fizemos, são duzentos e quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOYSÉS CORRÊA – São 320 prefeituras. E um dos problemas que notamos, em contato com as prefeituras, é que a prefeitura vai pedir ao Ministério das Comunicações o Canal da Cidadania e vai ter que arcar com o transmissor e a antena, que são os mais caros. Então, é muito importante essa proposta do André Barbosa no sentido de criar linhas de financiamento ou, no Ministério de Ciência e Tecnologia, no BNDES, etc., uma maneira para que, para as prefeituras, não seja tão oneroso o primeiro movimento, para estender isso por um prazo para as prefeituras fazerem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Moysés. Acho que isso é tranquilo no sentido de fazer o nosso encaminhamento.

Acredito que as sugestões aqui colocadas são, na minha opinião, fáceis de serem resolvidas, havendo boa vontade. Então, acredito que o Governo acolherá as sugestões aqui propostas.

Então, vou fazer esse encaminhamento, em nome da nossa Comissão. Acredito que o Ministério das Comunicações precisa realmente abraçar essa causa e dar todo o apoio necessário. Acho que o momento exige isso, a realidade está exigindo isso, a conjuntura está exigindo isso. O momento é propício.

Acho que, naquilo que compete à Comissão de Direitos Humanos, nós vamos fazer os encaminhamentos. Agora creio ser importante, através das entidades, as quais vocês estão aqui representando, poder acompanhar e fazer as cobranças também no sentido de ir monitorando o andamento daquilo que estamos propondo.

Vou passar a palavra aos demais membros da Mesa, para que possamos já fazer as considerações finais.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Miranda, para que possa também, num prazo de três, no máximo cinco minutos, fazer suas considerações finais.

O SR. PAULO MIRANDA – Senadora, vou usar bem menos do que esse tempo que a senhora me propõe. Volto a agradecer à Comissão de Direitos Humanos, uma instância sagrada para nós neste espaço aqui do Senado Federal e, com certeza absoluta, a cada ano que a gente vem aqui, a gente vem com boas notícias e mais um pacote de reivindicações.

Faço um apelo aos nossos colegas de TVs comunitárias que estão nos assistindo, que estão nos acompanhando pela internet, aos estudantes de comunicação, às lideranças sociais brasileiras, para que adotem as TVs comunitárias, assumam as TVs comunitárias cada vez mais e vamos fazer essa outra comunicação possível no Brasil de que tanto a gente precisa e pedir ao Governo brasileiro e aos governos estaduais e municipais que acelerem esse processo e que passem a valorizar esse setor da nossa comunicação.

Por fim, faço um apelo, usando a mídia do Senado Federal, que tem uma potência muito grande, para que os prefeitos e vereadores que estejam nos assistindo passem a conhecer este direito, que é o de ter o Canal da Cidadania no seu Município, para que, no seu Município, possa haver uma outra comunicação e fazer ali a regionalização da produção jornalística, artística, educativa, cultural, da promoção dos direitos humanos em cada Município no Brasil.

Ficam aqui esse nosso recado e, mais uma vez, os nossos agradecimentos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Paulo.

Passo a palavra à Srª Evelin.

A SRª EVELIN MACIEL – Quero apenas agradecer e me colocar à disposição, Senadora, para um eventual trabalho de redação de uma normatização para o que é multiprogramação hoje, porque realmente estamos vivendo um vácuo que gera muita instabilidade, muita insegurança para implantação da TV digital em multiprogramação, que é do que a gente está falando aqui.

Quero fazer uma provocação aqui, um convite, se for o caso, para o André e para o Beto Almeida para eles falarem mais um pouquinho sobre o caso da Argentina, onde tivemos um encontro recente, promovido pela EBC, das TVs públicas no mundo. E o caso da Argentina me impressionou muito, André, pelo fato de estarem já lá seis canais públicos abertos. Então, se vocês tiverem um pouquinho mais de informação sobre isso, é de dar inveja a nós. Então, eu queria que vocês falassem um pouquinho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Evelin. Com certeza, vamos acolher a sua contribuição, caso tenhamos aqui a necessidade de fazer uma nova redação ou atualizar a nossa legislação.

Então, vou passar a palavra ao Sr. André Barbosa, da EBC.

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Quanto à questão da legislação, a Evelin está correta, é muito importante. Nós temos uma lei de 1962, regulamentada em 1967. Quer dizer, não existia nem FM na época. Havia a TV preto e branco e o rádio AM. Hoje estamos em um momento totalmente diferente. Se não tivermos hoje uma legislação que possa acompanhar as necessidades não apenas tecnológicas, mas as necessidades de comunicação mais rápida, mais ágil das redes sociais, envolvendo a televisão numa convergência que possa caminhar no sentido da interatividade. Alguém falou sobre a questão da participação, ali atrás, gostei muito da fala dele.

Pessoal de Recife, eu me lembro da TV Viva, primeiro grande exemplo que nós tivemos de televisão participativa, nos anos 80; TVT, com que eu tive a felicidade de trabalhar muitos anos.

É muito auspicioso ver que o pessoal continua essa batalha, mas precisamos, realmente, enfrentar a questão da legislação. Eu poderia citar aqui várias coisas que temos. Uma delas é apropriar-se de regras que possam modernizar a televisão. Uma delas é passar dados pela televisão, não só passar programa. Talvez estejamos com uma visão um pouco conservadora sobre aquilo que a televisão pode fazer. A televisão não precisa apenas passar programas ou passar audiovisual. Ela pode passar dados também pelo *broadcast*. Esse, inclusive, é um projeto que estamos fazendo na RBC, o qual engatinha com muita dificuldade, mas, aos poucos, estamos abrindo esse espaço, que se chama Brasil 4D, como eu citei. Vocês vão encontrar isso no Youtube ou no Google, ou onde vocês quiserem. Vocês vão ter todos os exemplos, inclusive o relatório do Banco Mundial

Sobre a Argentina, é um trabalho belíssimo que foi feito lá algum tempo atrás, ainda no governo Nestor Kirchner, no qual se iniciou uma discussão muito difícil com os meios. O pessoal confunde um pouco e a confusão tem um pouco de sentido porque se encara, pelos meios mais conservadores, como uma luta do governo Kirchner com o Clarín. É verdade em parte isso, porque o Clarín mantinha a propriedade cruzada, mantinha todo um projeto ligado à liderança de fornecimento de papel. Por exemplo, todo o papel gráfico passava pelo Clarín e ele dava o papel para quem ele quisesse. Então, você não tinha como fazer comunicação pública. Você tinha de comprar do Clarín porque ele tinha as remessas das bobinas de papel.

Entre outros exemplos, a TV a cabo, o grande sistema analógico de TV a cabo argentino, que está desde os anos 70, era também dominado pelo Clarín. Então, confundiu-se um pouco a história de uma luta entre o Clarín e o governo argentino. Mas é muito maior do que isso. Não é apenas luta contra um órgão de comunicação. É a presença mesmo da voz pública, da voz das comunidades através dos meios de comunicação de massa.

Eu acho que todos sabem que eles estão tendo um problema e eu queria alertar todos. Naquela terça parte, que é exatamente a parte mais sensível, que é a parte da questão pública, questão ligada às vozes, às TVs e rádios comunitárias, há falta de recursos. Então, com essa falta de recursos, às vezes, você não consegue complementar a sua programação, a não ser com programação de terceiros. Esse não era o plano original.

Está havendo muita crítica a isso na Argentina, mas acho que essa crítica é um pouco maldosa, porque a construção de um processo como esse não pode ser feito com um condão de mágica, ou então, você conseguir verbas de uma hora para outra, num sistema e num cenário que nunca favoreceram as entidades comunidades e públicas.

A Evelin falou sobre os canais que foram criados agora junto à ARSATSA, que é o sistema de satélites argentino. Realmente, são 19 canais, novos públicos. Entre os canais, podemos citar alguns, que já considero edificantes. A própria sociedade argentina já o considera assim, como Paka Paka, o Canal Encuentro e outros de esporte, o Canal Incaa. São canais incríveis, que facilitam a interlocução entre os vários grupos sociais argentinos, como os indígenas, por exemplo, ao norte da Argentina e na Patagônia, ou mesmo a questão ligada aos grupos industriais em Córdoba, Santa Fé, Buenos Aires.

Então, eu queria passar um pouco a palavra ao Carlos Alberto, que entende mais do que desse assunto e está mais ligado a isso.

Eu só quero parabenizar, porque a crítica que fazem hoje sobre não ter a presença ainda muito massiva de grupos comunitários se deve, realmente, a um avanço necessário na relação de fundos, que eles também têm a necessidade de criar. Nós também vamos esbarrar com esse problema, na medida em que isso for implantado no Brasil.

O Brasil é um pouco diferente, tem muito mais emissoras. O Brasil foi criado como um cenário comercial. O cenário público, o sonho do Roquete Pinto, morreu nos anos 30, quando Getúlio instituiu o comercial na rádio. Assim, hoje, nós temos um número enorme de emissoras comerciais e muito poucas emissoras públicas em comparação ao grupo de emissoras comerciais. Isso é um problema para o Brasil, é um problema de direito adquirido, de questões de propriedade. E isso nós vamos ter que estudar juntos também com essa mudança de legislação. Mas isso não pode assustar nem pode inibir a nossa luta para que as comunidades e o direito público sejam geridos na sua totalidade – e ele está na Constituição para isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, André Barbosa.

Então, agora, com a palavra o Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO ALMEIDA – Muito telegraficamente, aproveitando a deixa do André, só citando algumas coisas que já estão existindo por aí.

Na Argentina, com a nova lei, estão sendo criados 50 canais universitários digital, porque há 50 universidades. Cada universidade vai ter um canal de TV digital e um canal digital de rádio também aberto – aberto, aberto. Então, essa é uma grande novidade.

Eu queria lembrar, em relação ao Canal Encuentro, mencionado aqui, que a TV Comunitária de Brasília está iniciando os preparativos para transmitir alguns desses programas, que são realmente o requinte, o supremo requinte da concepção de televisão inteligente, humana, e tal. Isso é muito importante.

Vale citar como informação também que, este ano, na Venezuela, foram criados a TV da PDVSA, que é a petroleira de lá – aqui a Petrobras apanha feito cachorro, não tem como responder; para responder, tem que comprar horário naquele canal que ataca para poder fazer sua própria defesa. Foi criada a TV das Forças Armadas – aqui, só tem a Rádio Verde Oliva, que, aliás, é uma boa rádio, surpreendentemente uma boa rádio. Foi criada, também, lá a TV da Juventude e a TV da ciência, que se chama ConCiencia. São quatro canais novos, públicos, estatais – estatais no sentido de financiamento estatal – e as TVs Comunitárias e rádios comunitárias na Venezuela têm financiamento público e podem fazer uso de satélite, através de um fundo público aprovado já há cinco anos.

Bom, essas, então, seriam as novidades que valem a pena citar. E apenas dizer o seguinte: as TVs comunitárias estão de parabéns, porque nós não fazemos propaganda de veneno; nós não fazemos a defesa da concentração da terra; nós defendemos os direitos humanos; nós defendemos a legalidade democrática; nós defendemos a Constituição, a Carta da Terra, a Carta das Nações Unidas, temos orgulho de fazermos essa defesa e estamos prontos para defender, diante de qualquer ameaça que caia hoje sobre a Presidente Dilma Rousseff, a defesa da legalidade democrática.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Carlos Alberto, pela sua fala conclusiva aqui.

Passo a palavra ao Sr. Valter Sanches, da Rede TVT.

O SR. VALTER SANCHES – Eu só queria, mais uma vez, agradecer aqui e registrar que acho que nós estamos dando mais um passo para a consolidação desse polo, porque me identifico como parte de um polo de comunicação pública junto com a EBC, com as TVs legislativas, os canais da cidadania, os canais comunitários e outras iniciativas que, hoje, outras plataformas propiciam. Apesar de o nosso sindicato ter esse investimento histórico nesse projeto, nós não consideramos uma coisa para sermos proprietários disso daí, mas, sim, que a gente faça isso, construa isso de forma colaborativa, como já são nossas reportagens.

Eu acho que são dois caminhos que andam juntos, a luta pela democratização da comunicação – então, a imperiosa necessidade de pôr para frente o projeto de lei, de iniciativa popular, da mídia democrática –, mas também esse é um polo de gente que está fazendo comunicação – não está apenas lutando para democratizar, mas está fazendo – e,com isso, já está contribuindo para a democracia. Agora, não vamos ser ingênuos de achar que a gente pode fazer isso heroicamente, como a gente vem fazendo há anos, e que precisamos de apoio, como eles estão fazendo.

Agora, essa luta, com certeza, vai dar frutos. Vou citar só um exemplo. Não sei se vocês souberam de um caso, de uma reportagem que nós fizemos, que teve muitas visualizações, mais de 300 mil, sobre um menino de uma escola da periferia de São Paulo falando sobre racismo. Não sei se vocês viram esse vídeo. É bem provável que tenham visto. O menino se chama Gustavo. Convido vocês a verem. E ele fala com eloquência. Ele tem dez anos e fala sobre o tema do racismo com uma eloquência impressionante.

A produção de um programa de uma certa televisão que é dona do mercado nos procurou para contatar o menino, para levá-lo para o programa do Dia Nacional da Consciência Negra. Então essa televisão, a Vênus Platinada, nos procurou para pegar o contato, porque ela não tem tecnologia de fala de negro, não sabe falar de negro. Então ela teve que se render a nós para poder achar o contato do menino que falava isso. Agora, o mais importante não é só isso. Mais importante é saber que existem milhões de meninos, de talentos e de pessoas que fazem coisas significativas para as suas comunidades que são invisíveis para a velha mídia, são invisíveis. E são as pessoas que constroem de fato o País.

Então é possível a gente mostrar esses bons exemplos, essas boas práticas, desde que a gente tenha condição e estrutura. E eu acho que a gente está dando mais um passo para contribuir com isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem!

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Senadora, só um pedido para a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. MOYSÉS CORRÊA – Nós somos TVs. Eu tenho um programa na TV Comunitária do Rio e a gente quer passar esta audiência, repeti-la, porque está ao vivo, está na Internet, mas a gente queria receber em qua-

lidade, em DVD, para fazer transmissão para os canais. Acho que os outros canais também têm interesse nisso. Se pudesse agilizar... O Paulo é o nosso contato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós nos comprometemos, então, a passar para todos vocês que estão aqui e utilizaram a palavra e para os demais membros da Mesa uma cópia do DVD. Isso é possível. Podemos providenciar isso.

Então eu quero agradecer profundamente ao Valter Sanches, ao Carlos Alberto Almeida, ao André Barbosa, à Evelin Maciel e ao Paulo Miranda, que vieram aqui colaborar conosco, participar deste debate e contribuir com essas reflexões. E ainda agradecer à Ecilla Bezerra, ao Moysés Corrêa, ao Paulo Contim, ao Philippe, ao Ney Hugo, ao Igor Santos e ao Prof. Geldo, a todos vocês que vieram aqui e participaram ativamente, dando também a contribuição de vocês.

Eu quero, neste final de audiência pública, reafirmar o nosso compromisso de fazer o encaminhamento das propostas aqui colocadas e dizer que amanhã nós teremos uma reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos. É o último prazo que nós temos para apresentar emendas de comissão, e nós aqui apresentamos uma emenda. Eu tomei a iniciativa de apresentar uma emenda para atender à EBC. Estive conversando com o Presidente da EBC e no diálogo que nós tivemos assumimos esse compromisso. Então acredito que é uma oportunidade que a gente tem. A Comissão só pode aprovar três emendas. Queremos que o colegiado tenha acordo nessa proposta nossa de fazer uma emenda para atender à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. E vamos trabalhar para que se crie o fundo, para que as TVs comunitárias e rádios comunitárias possam também ter oportunidade de receber recursos públicos e assim poder crescer, avançar e se fortalecer cada vez mais. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Martha Suplicy e Eduardo Suplicy. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos dos Requerimentos nºs 79 e 80, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, respectivamente, aprovados em 19/11/2014, para "debater sobre o Vírus ebola". A Senhora Presidenta informa que a audiência é realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados nesta ordem: Alex Ellis, Embaixador do Reino Unido; Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde; Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau; Indranil Chakrabarti, Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento – Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 75ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 79/2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, e 80/2014, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovados em 19 de novembro de 2014, para debater sobre o vírus ebola.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal *e-Cidadani*a – *link:http://bit.ly/audiência interativa*, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Bom dia a todos e a todas. É um prazer recebê-los aqui nesta audiência pública. Aproveito para registrar a presença do Senador Paulo Paim, que irá presidir esta audiência pública.

Por isso, convido-o para já compor a nossa mesa. Vou apenas fazer a abertura. É ele quem vai conduzir os trabalhos, pois é autor do requerimento.

Antes, quero registrar a presença do Embaixador do Reino Unido, Sr. Alex Ellis.

Muito obrigada pela presença, Embaixador. O senhor estará representado aqui através do Sr. Indranil Chakrabarti, que convido para compor a Mesa, Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.

Muito obrigada pela presença, Sr. Indranil. Por favor, sente-se aqui. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa a Embaixadora da República da Guiné-Bissau, a Srª Eugênia Pereira Saldanha Araújo.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Estamos aguardando a chegada do Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, que já está aqui no Senado, mas ainda não conseguiu encontrar nossa sala.

Vou ceder esse espaço.

Embaixadora, sente-se aqui na cadeira do Senador Paulo Paim, que vai presidir esta audiência pública.

Eu vou ficar acompanhando daqui.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... protocolar, mas gostaria muito que o Embaixador estivesse também aqui, ao lado da Embaixadora, na mesa, pelo tempo que puder. Quando ele tiver de sair, poderá fazê-lo, mas seria muito bom que...

O SR. ALEX ELLIS (*Fora do microfone.*) – Acho que vou sair agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Vai primeiro sentar aqui um pouco. O Embaixador é muito bem humorado. Ele foi conversar comigo e ficamos rindo o tempo todo, mas é claro que, depois, aprofundamos o tema importante, como aquele que levou a sua visita ao meu Gabinete ontem.

Faço questão que V. Exª se sente à mesa. E digo mais: neste momento em que V. Exª estiver aqui, eu vou convidar minha querida Senadora Ana Rita, para que possamos tirar essa foto, a fim de que fique registrado.

Embora os Senadores e as Senadores estejam correndo por todas as Comissões, devido à votação da LDO, essa foto, para mim, é importantíssima, quando vamos discutir a questão do vírus ebola. (*Pausa.*)

Ok. Olhando lá, sorrindo.

Agradeço.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a Secretaria Geral da Comissão organizou um vídeo sobre o tema. Então, como a Mesa está montada, a Senadora já fez a abertura, nós passaremos ao vídeo de imediato.

Nesse período, Senadora Ana Rita, teremos tempo para que o representante do Ministério da Saúde possa chegar.

Então, vamos ao vídeo. Depois, vamos ao debate.

O vídeo é curto, com duração de 3 minutos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, belo trabalho. Nossos cumprimentos à equipe da Senadora, que nos apresenta o vídeo, e à equipe que produziu o vídeo com todo o seu conteúdo. Quero cumprimentar a assessoria tanto do gabinete como da Comissão, porque é um trabalho conjunto que faz com que as coisas aconteçam.

O nosso querido amigo e Embaixador do Reino Unido Alex Ellis vai ter que se retirar. Então, solicitei a ele, e ele concordou, que fizesse uma saudação, depois eu faço uma fala também sobre a questão e vamos aos nossos debatedores.

Por favor, Embaixador Alex, Embaixador do Reino Unido.

O SR. ALEX ELLIS – Bom-dia a todos. Muito obrigado, Senador.

Queria agradecer a todos a oportunidade para o meu país, o Reino Unido, de fazer parte deste painel. De fato, para nós, é uma honra, ainda mais estando ao lado da Embaixadora da Guiné-Bissau, colega, dos colegas de Ministério da Saúde, com quem já falamos bastante, Dr. Claudio.

É muito interessante para mim que este debate seja feito na Comissão de Direitos Humanos, isso para mim é muito interessante, relevante. O que isso quer dizer? Quer dizer que uma situação como essa não é a situação de um país distante, de um país que está longe, marca o fato de que o direito humano é fundamen-

tal para qualquer pessoa no mundo, não é direito humano para a pessoa do Acre, de Roraima, direito humano para a pessoa do Reino Unido, é direito humano para todos. Lutar internacionalmente contra a questão do ebola é uma questão de direitos humanos. Além da questão médica, além da questão de desenvolvimento, é um direito humano.

Tenho a honra de representar o único grande país que conseguiu chegar à meta de 0,7% em termos de desenvolvimento para a ajuda aos mais pobres do mundo. Faz parte do nosso trabalho promover a justiça social.

Fico muito contente também com a presença do meu colega Indranil, do Ministério do Desenvolvimento, que fala português muito melhor do que eu – ele estudou aqui. Indranil está em muitas histórias dos tempos de luta contra a pobreza nos anos 80 – isso ele pode contar mais tarde –, ele marchava muito em São Paulo, não é, Indranil? Marchava pelos direitos fundamentais aqui no Brasil. Fico contente de saber que ele faz parte desta Mesa.

Lamento ter que sair, mas agradeço-lhe muito, Senador, por ter criado esta reunião hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero dizer ao Sr. Alex que essa iniciativa é do Senador Suplicy, que está aqui prestigiando sempre a Comissão, a quem agora eu dou a palavra, porque aqui Senador e Senadora falam quando quiserem e os convidados vão ter que aguardar.

Com a palavra o Senador Suplicy. E depois eu ainda vou falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só para assinalar que o bom português do Embaixador Alex Ellis se deve a ele ter se casado com uma esposa portuguesa e ter sido Embaixador do Reino Unido em Portugal. Mas ele, aqui, já está se acostumando e quase perdeu o sotaque português, que só permanece no diálogo com sua esposa. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Está registrado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Embaixador eu sei que terá de se retirar e nós começaremos os nossos trabalhos.

Eu, de pronto, reafirmo aqui a composição da Mesa. Já está conosco o Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde – MS. Está conosco aqui, à minha esquerda, a Drª Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau. E aqui ao meu lado – não vou dizer à direita – o Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, Dr. Indranil Chakrabarti.

Meus amigos, é uma alegria enorme. Agradeço à Presidenta Ana Rita, que por eu ser um dos autores do requerimento propôs que eu coordenasse os trabalhos desta manhã com um tema tão importante. Como disse muito bem o Embaixador, a questão dos direitos humanos é uma questão internacional e não tem fronteira. Estamos tratando de vidas.

Assim, faço aqui uma pequena introdução, porque acho que é um dia importante no cenário brasileiro, quando vamos falar de algo que preocupa a todos.

Discorro da seguinte forma: o tema que nos reúne aqui hoje é sério, muito sério, é preocupante e merece uma grande reflexão. Vamos colocar nossa atenção mais uma vez sobre o recente surto do chamado vírus ebola na África Ocidental. A situação de fato é muito grave. O último balanço da Organização Mundial da Saúde, divulgado em 31 de outubro passado, indica que essa epidemia do ebola infectou 13,567 mil pessoas e causou até o momento, pelas informações que recebi, em torno de cinco mil mortes, desde o início do ano.

Os países mais afetados – aqui, naturalmente, os painelistas, mais do que eu, poderão fazer colocações – são Libéria, Serra Leoa, Guiné-Conacri, mas também já houve casos na Espanha, nos Estados Unidos, em Mali, na Nigéria e no Senegal.

O ebola não é um vírus qualquer. Pela simples leitura dos números vemos que ele tem um índice de mortalidade que se aproxima dos 50%. Então, é de fato algo grave, como eu dizia, muito, muito letal. Só não é pior porque não é transmissível pelo ar, como é o caso do vírus da gripe.

De acordo com o Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-moon, nenhum país ou organização pode derrotar o ebola sozinho, pois se trata de uma epidemia que possui dimensões econômicas, humanitárias, políticas e de seguranças amplas e profundas.

Precisamos também acompanhar bem de perto o que está sendo feito pelo nosso Governo brasileiro, União, Estados e Municípios no sentido de preparar a nossa população.

Para mim que venho da área da segurança, da prevenção, a palavra de ordem fundamental nesses casos é prevenção. Enfim, preparar a nossa população para a eventual – ou mesmo sua ameaça – chegada do vírus

ebola no Território Nacional. Ainda que as possibilidades de isso acontecer sejam remotas segundo muitos especialistas, precisamos estar preparados. Prevenir, prevenir, prevenir.

O Governo brasileiro também está prestando solidariedade aos países afetados. O trabalho está sendo realizado em ação conjunta entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Relações Exteriores.

É importante mencionar isso devido aos profundos e indissolúveis laços históricos que unem o Brasil e a pátria mãe África. Além disso, é importante pontuar que o ebola não é um problema de um ou outro país, ele é um problema mundial, uma vez que o Criador fez de nós todos, aos seus olhos, irmãos. Somos uma grande família que habita o Planeta Terra. Então, como irmãos, vamos nos unir e fazer o que pudermos, todos, para vencermos o vírus ebola.

Repito, direitos humanos não tem fronteira. Essa luta é de todos os homens e mulheres de bem. Sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Pela ordem que está aqui – eu não sei se há alguma preferência – Dr. Claudio é o primeiro. Pode ser?

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH (*Fora do microfone.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Então, vamos lá.

Dr. Claudio Maierovitch é Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde – MS. Em seguida, falará Drª Eugênia, pela ordem, e por fim falará aqui Indranil Chakrabarti.

Dr. Claudio, por favor.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Muito bom dia.

Inicialmente, agradeço o convite feito. É uma honra estar aqui nesta Casa na presença dos Senadores, que simbolizam da melhor forma o respeito à luta pelos direitos humanos no nosso País e na Casa Legislativa.

Infelizmente, estamos num dia atípico. Eu precisei percorrer umas seis tentativas de entrada no Congresso Nacional até conseguir chegar até aqui, então, peço desculpas pelo atraso, mas consegui ver a segunda metade e a parte final da apresentação e tinha visto esse documentário. Acredito que ele nos dispensa de trazer muitas das informações que já foram apresentadas aqui sobre a doença, para que possamos pensar um pouco mais nas questões mais próximas de nós, nas questões reais.

Como já foi dito aqui, nós estamos diante de uma importante tragédia humanitária. Por vícios culturais nossos – que não são só nossos –, nós, habitualmente, pouco sabemos do que acontece no continente africano e é um traço muito forte que isso pareça muito distante de nós, e temos enfrentado isso na nossa discussão, nas nossas capacitações com os profissionais brasileiros em relação ao enfrentamento dessa crise.

Nós tivemos, no final do ano passado – completamos um ano, aproximadamente –, o início da comunicação de casos da doença pelo vírus ebola no continente africano. Essa epidemia permaneceu muito pouco falada, quase silenciosa nos meios de comunicação até a metade deste ano, quando, dada a exuberância dessa epidemia, o número de vidas ceifadas, a tragédia humanitária que se abateu sobre os três países africanos, a Organização Mundial da Saúde declarou uma emergência mundial pela epidemia.

Em números um pouquinho mais atuais, até o dia 10 deste mês tivemos um número aproximado de 17 mil a 18 mil casos de ebola em todos os países afetados, com quase oito mil mortes.

Nós temos, desde o início da epidemia, acompanhado passo a passo o que está acontecendo, aquilo que diz respeito ao Brasil como risco e aquilo que o Brasil pode fazer como cooperação internacional, como atitude solidária com os países afetados.

São três os países onde há transmissão que é chamada de intensa e disseminada: Guiné – e há que se tomar um cuidado, dada a pouca familiaridade que nós temos no Brasil, muitas vezes, com a geografia africana. Existem três países com nome de Guiné: Guiné-Bissau – Saúdo a embaixadora aqui presente – Guiné Equatorial e Guiné-Conacri. Conacri é a capital. Ela é chamada de Guiné-Conacri.

Além da Guiné, Libéria e Serra Leoa estão entre os países mais pobres do mundo, os países que têm menos estrutura para enfrentar adversidades, e que têm, ao longo de sua história recente, guerras civis,e outros episódios também igualmente ameaçadores – igualmente eu não digo –, fortemente ameaçadores à vida, à organização social, ao bem-estar das pessoas daqueles três países. Isso certamente é o pano de fundo para o que acontece hoje.

Têm sistemas de saúde que quando não são inexistentes, são completamente desestruturados, com condições precaríssimas de vida em especial nas comunidades rurais, que é onde presume-se que começou a epidemia. O que nós tínhamos de antecedente – a maior parte no continente africano – em relação ao ebola eram epidemias localizadas que afetavam comunidades rurais, nenhuma delas com uma dimensão que sequer se aproximasse do que nós vivenciamos hoje.

É uma doença que, embora conhecida desde 1976, sempre chamou pouca atenção do restante do mundo e daqueles que poderiam investir em pesquisa e desenvolvimento de qualquer tipo: medicamento, vacina, diagnóstico. Uma doença que era considerada exótica, de populações pobres isoladas, que não ameaçavam os países centrais...

Como vai, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Anuncio a visita aqui, neste momento, da Senadora Vanessa Grazziotin, que é também uma lutadora nos direitos humanos.

A correria na Casa está grande, mas, assim mesmo, ela veio aqui para registrar a sua presença.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Saúdo a Senadora também.

Trago para as preocupações brasileiras o que tem acontecido, porque como eu disse, não vou ser repetitivo e não teria capacidade nem muito menos despertaria o interesse, como o fez essa apresentação anterior.

No Brasil, nós passamos a acompanhar o que vem acontecendo no continente africano com três tipos de preocupação. A primeira preocupação era que, caso nós recebêssemos um viajante oriundo de um desses países com a doença, de que forma nós garantiríamos atendimento adequado a essa pessoa, de forma a propiciar-lhe as melhores condições possíveis para sua recuperação? Em segundo, num episódio desse, de que forma nós garantiríamos a integridade dos profissionais de saúde e de outras pessoas no Brasil, que viessem a ter contato com essa pessoa, para que não houvesse a transmissão em Território brasileiro, para que nós não tivéssemos casos secundários e muito menos a possibilidade de surtos ou expansão da doença? Em terceiro lugar, não menos importante, de que maneira o Brasil poderia aliar-se ao esforço internacional para apoiar as medidas adotadas em relação à epidemia no continente africano?

Constituímos, no Ministério da Saúde, um mecanismo que é ativado em períodos de crise, chamado Comitê de Operações de Emergência de Saúde (COE). Esse comitê reúne todos os segmentos do Ministério da Saúde que podem ter alguma participação em relação a essa resposta. É um mecanismo de governança excepcional, justamente para que o Ministério da Saúde consiga enfrentar uma crise de caráter excepcional sem se perder nas cisões burocrático-administrativas que marcam a própria máquina pública na sua dificuldade ou demora na resposta a crises que exigem resposta rápida.

Passamos também a reunir semanalmente o grupo executivo interministerial que reúne – não me lembro o número exato – 24 ministérios e instituições do Governo Federal, todos eles com algum tipo de envolvimento na resposta. Isso vai desde o Ministério dos Transportes até o Ministério das Relações Exteriores, envolve área de agricultura, desenvolvimento social; são diversas as pastas e instituições, não apenas ministérios, mas outras organizações que têm algum tipo de envolvimento relativo à preparação do Brasil para uma emergência dessa natureza.

Passamos também a nos reunir, de forma virtual, por via de conferência, semanalmente, com todas as secretarias estaduais de saúde, uma vez que o Ministério da Saúde tem um papel de coordenação, um papel normativo, mas quem tem o ônus e a responsabilidade direta da execução das ações são as secretarias municipais e as secretarias estaduais de saúde. Elas, sim, têm a administração direta dos serviços de saúde.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde passou à preparação do seu próprio sistema e do Sistema Único de Saúde, primeiro para a detecção precoce de casos que pudessem chegar ao Brasil, tanto no momento de chegada de viagem como... Uma vez que o período de incubação da doença, ou seja, o tempo entre o contato com o agente infectante e o desenvolvimento da doença pode demorar até 21 dias, nós tanto poderíamos receber pessoas que chegam com a doença como pessoas que chegaram com saúde ao Brasil e vieram desenvolver a doença posteriormente. Isso significa que não basta um alerta para os pontos de entrada do Brasil, com destaque para os principais aeroportos brasileiros, mas também um alerta para o conjunto de serviços de saúde brasileiros, especialmente aqueles que têm portas abertas para o atendimento de urgências, para o atendimento básico à saúde, em qualquer lugar deste País. Então, foi feito e continua um esforço enorme de sensibilização, informação, capacitação dos profissionais para que, caso haja qualquer tipo de risco ou qualquer tipo de suspeita de chegada de pessoa com a doença, os serviços estejam preparados para o atendimento adequado.

Ao mesmo tempo, isso não pode significar uma sensibilidade excessiva, em especial na situação que mencionei anteriormente, com o desconhecimento que nós, brasileiros, temos do continente africano. Neste período, já tivemos diversos acionamentos, aproximadamente um acionamento por dia, de casos supostamente suspeitos, porque, já no primeiro contato, conseguimos esclarecer que não se tratava de um caso suspeito, uma vez que vinha de outros países da África que não os países afetados pela doença.

Mencionei anteriormente três países com transmissão intensa e disseminada, porque consideramos em nossa avaliação de risco que somente esses três países oferecem a possibilidade de que saiam viajantes que possam chegar aqui com potencial de transmissão da doença. Em outros países, houve casos isolados, como foi o caso da Espanha, que já é considerada uma área fora de risco; o caso do Senegal, o caso da Nigéria, ou pequenos surtos – desculpe, na Nigéria houve um surto, sim –; no Mali, tivemos alguns casos; nos Estados Unidos, tivemos alguns poucos casos.

No entanto, nesses países de poucos casos, todos eles foram relacionados diretamente a algum caso que chegou de algum dos países afetados, e em todos eles foi possível saber quais foram os contatos, qual foi a história, qual foi o percurso que o vírus teve para desencadear cada um dos casos. Então, isso nos deixa

confortáveis para considerar que nenhum desses outros países era de risco. No entanto, nós, ao longo deste período, vivenciamos diversas situações em que percebemos que, muitas vezes, a atitude do serviço de saúde traz junto uma série de conceitos e, principalmente, preconceitos, que são muito presentes na nossa sociedade.

Quer dizer, o fato de uma pessoa de cor negra, de raça negra, chegar falando uma língua diferente já colocava em pânico alguns profissionais de saúde, porque, para muitos deles – e aqui não faço um juízo de valor, mas uma consideração, mais uma vez, sobre o quanto nós desconhecemos do continente africano – o continente é quase um país só. Nós sabemos a heterogeneidade e a riqueza de culturas de variedades de todos os tipos que há no continente africano.

Então, nós tivemos uma infinidade de alarmes falsos. Muitas vezes, alarmes falsos significavam matéria rica para a mídia, significavam isolamento da unidade de saúde, significavam uma preocupação muito grande.

Tivemos um único episódio em que um caso foi classificado como suspeito de verdade.

Acredito que é interessante relatar, brevemente, este caso, porque ele é muito bom para ilustrar como está a preparação brasileira.

Então, nós tivemos, no Município de Cascavel, no Paraná, a chegada de uma pessoa a uma unidade de saúde, que relatou ser proveniente de um dos três países afetados e que tinha tido febre. Isso se enquadra, exatamente, na nossa definição de caso. Nós procuramos uma definição de caso que fosse muito específica em relação à origem geográfica, porém que fosse abrangente do ponto de vista da sintomatologia da manifestação clínica, uma vez que a doença pode não começar com características típicas como nós vemos na televisão, mas com um mal-estar, um cansaço, uma febre, que, no início, pode ser leve.

Neste caso, os profissionais da unidade de saúde suspeitaram, rapidamente, que pudesse ser uma pessoa portando o vírus ebola, com doença pelo vírus ebola, e adotaram as medidas de segurança que são indicadas pelos nossos protocolos, e tivemos um trabalho muito intenso em colaboração com o sistema de Saúde, com a Fundação Oswaldo Cruz, com diversos outros colaboradores, para elaboração de protocolos que estão na página de internet do Ministério da Saúde, atualizados quase diariamente, que foram adotados de forma que não houvesse exposição a risco desses profissionais.

Imediatamente, as equipes de vigilância e saúde do Município e do Estado do Paraná foram avisadas e nos comunicaram, também imediatamente, da suspeita do caso. Discutimos o caso, por telefone mesmo, vendo que se enquadrava na nossa definição e que deveria, portanto, ser acionado o protocolo para a remoção dessa pessoa da localidade com destino àquele que nós definimos como o hospital de referência nacional, o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, que pertence à Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Então, nessa mesma noite, acionamos a Força Aérea Brasileira, que tem se colocado à disposição e celebrou um termo de cooperação com o Ministério da Saúde para o transporte de doentes e suspeitos de portar a doença pelo vírus ebola, e a aeronave foi para Cascavel levando uma equipe nossa para apoio à investigação do caso e também para trazer o paciente para o Rio de Janeiro, onde ele foi atendido pelo serviço de atendimento médico de urgência do Estado do Rio de Janeiro e levado para o Instituto Nacional de Infectologia.

Esse caso para nós foi exemplar, primeiro porque serviu para uma resposta a diversos dos nossos temores. E nosso primeiro e maior temor é de que a detecção, a suspeita de um caso seja mais demorada do que deveria ser e haja contato direto com outras pessoas que podem, portanto, adquirir o vírus, que embora só seja transmitido pelo contato, tem uma alta transmissibilidade por essa via. E é um traço cultural nosso a proximidade física, o toque. Acho que isso marca muito fortemente o espírito do brasileiro, e, infelizmente, num caso desses isso traz os riscos relativos ao contágio da doença.

Então, isso foi um teste muito importante para o nosso sistema, embora nós tivéssemos anteriormente realizado exercícios de simulação de chegada de aviões do continente africano, de retirada de pessoas do aeroporto. Fizemos, na semana passada, um exercício da chegada de um viajante marítimo, de uma pessoa, num navio que chegou em Santos, com suspeita da doença. Então, esses exercícios todos têm nos ajudado muito a pensar nas situações e são até uma preparação para uma situação real.

Naquele momento, nós tínhamos uma situação que poderia ser real. Era uma situação de suspeita real. Felizmente, aquele caso não se confirmou. Nós tivemos uma boa agilidade do sistema para um transporte seguro de amostra de sangue para o nosso laboratório de referência nacional, localizado em Ananindeua, vizinho de Belém, no Estado do Pará, o Instituto Evandro Chagas. E depois de dois exames negativos, pudemos relaxar as medidas de controle.

Esse caso acontecido no nosso País ilustra muito fortemente a preparação do País para as duas primeiras possibilidades que eu assinalei. Elas são o momento da chegada de um caso, o cuidado adequado para esse caso e o impedimento da transmissão no Continente americano, no Território brasileiro.

Também ilustra uma série de dificuldades, entre elas dificuldades em relação ao trato com os meios de comunicação. E aqui assinalo que as nossas equipes tiveram, inclusive, alguns obstáculos para terem acesso ao local onde estava hospedado o paciente na cidade de Cascavel, porque diversos jornalistas... Havia uma multidão

de representantes da mídia que queriam alguma informação atual, o que é compreensível, o que é louvável. Mas isso apontou para uma necessidade de uma organização melhor nessa relação, até para que os jornalistas não se expusessem a riscos desnecessários ao entrarem num ambiente que onde poderia ter contaminações ou manter contato com outras pessoas que eventualmente poderiam estar doentes, numa abordagem inicial.

No entanto, foi possível verificar o competente trabalho da equipe do Município de Cascavel, do Estado do Paraná, do Estado do Rio de Janeiro e, ouso dizer, da nossa equipe que tem se dedicado muito a isso também, num ambiente em que ainda tem muitas dúvidas. Como me referi anteriormente, essa é uma doença que despertou sempre muito pouco interesse em pesquisa, poucos investimentos. Então, qualquer tema científico que diga respeito à proteção ou ao tratamento desperta uma infinidade de dúvidas.

Nós pudemos assistir no vídeo depoimento da colega brasileira sobre as medidas de proteção. Nós fizemos quase meia dúzia de revisões quanto aos nossos protocolos, quanto à nossa indicação para as medidas de proteção, para o tipo de equipamento de proteção indicado, uma vez que essa dúvida acontece no mundo inteiro. Nós tínhamos menos dúvidas antes da transmissão na Espanha. No entanto, mesmo num país europeu, num país que tem o seu sistema de saúde organizado, houve transmissão, houve contaminação de um profissional saúde que, em tese, estava devidamente protegido. Então, esses episódios têm ensinado ao mundo inteiro, têm trazido algum nível de segurança para o mundo inteiro.

Ao lado disso, nós procuramos também, com relação ao Governo brasileiro, mobilizar esforços para que se pudesse colaborar de alguma forma com o esforço internacional. Houve algumas limitações, houve algumas solicitações informais. Não houve uma solicitação formal da Organização Mundial da Saúde para que nós enviássemos equipe, mas houve alguns pleitos informais que não puderam ser atendidos, porque nós não tínhamos como garantir um transporte seguro, naquele momento, de um brasileiro que fosse participar de um esforço internacional oficialmente, como representante do Governo brasileiro, e que, eventualmente, numa fatalidade, adoecesse e tivesse que ser transferido para o Brasil em condições adequadas e seguras de transporte aéreo. Hoje, temos condições um pouco melhores, já discutidas com a Força Aérea Brasileira.

No entanto, o Ministério da Saúde fez a doação, no momento inicial, de 15 kits que são utilizados no atendimento a desastres no Brasil. Falamos em kits, na verdade são caixas de cerca de 400 quilos com diversos tipos de medicamentos e materiais utilizados no atendimento a desastres. Cada um deles com a previsão de atendimento a cerca de 500 moradores, por um período de três meses. Então, o Ministério da Saúde brasileiro doou 15 desses kits para os três países. Posteriormente, mais quatro desses kits foram enviados diretamente.

Logo neste primeiro momento também, o Ministério da Saúde transferiu à Organização Mundial da Saúde, por intermédio da Organização Pan-Americana de Saúde, R$1 milhão como uma iniciativa inicial na cooperação internacional. Mais tarde, um outro valor de cerca de US$2,5 milhões foi aportado também, em especial como contribuição do Brasil à Organização Pan-Americana de Saúde na preparação da região toda da América do Sul, da América Central e do Caribe, para uma resposta a uma possível entrada de epidemia.

O Governo brasileiro também mobilizou uma quantidade grande de alimentos, não me lembro os números exatos, mas são cerca de seis mil toneladas de arroz, cinco mil e alguma coisa toneladas de feijão, para serem doados àqueles países.

Vamos destacar aqui também o que tem sido o relato dos profissionais que retornam do continente africano, das organizações que atuam nos países afetados e o contato com essas organizações tem sido cotidiano, é que a doença é um problema gravíssimo, no entanto as condições de vida, as condições de miséria, a fome da população nesses países tem sido extremamente agravada pela doença.

A doença interrompeu boa parte das relações internacionais de comércio dos três países, comprometeu fortemente a produção agrícola em muitas localidades em que a doença se espalhou, em que comunidades foram fortemente atingidas. E dos relatos que recebemos muitas vezes o desafio maior não é apenas o tratamento do caso, mas é o tratamento de pessoas num estado de desnutrição gravíssimo e muitas vezes o serviço de saúde onde também faltam alimentos, faltam medicamentos, faltam condições mínimas para o atendimento.

Então, são serviços insuficientes do ponto de vista numérico, serviços que são muitas vezes distantes das localidades onde estão acontecendo os casos e que também têm uma insuficiência muito grave no que se refere aos seus recursos materiais, recursos humanos para o atendimento às pessoas. Então, a doação de alimento certamente significava um apoio importante para os países.

Por fim, mais recentemente, houve a aprovação de um crédito extraordinário para apoio às ações relativas à epidemia do vírus ebola, que já resultou na doação de mais US$5 milhões à Organização Mundial da Saúde, às organizações não governamentais também, particularmente à Cruz Vermelha Internacional, para atendimento a esta crise que ainda persiste.

Temos acompanhado a situação epidemiológica, temos alguns poucos sinais positivos nas últimas semanas, particularmente com uma ligeira redução do número de casos na Libéria. No entanto, não é possível falar em qualquer ideia de otimismo em relação a este futuro próximo. A situação é gravíssima, as medidas

adotadas internacionalmente certamente ajudam a enfrentar a situação, mas ainda são insuficientes para que haja a velocidade necessária. E quando falamos em velocidade, temos que nos lembrar que não contamos em minutos, contamos em vidas perdidas a cada hora nos países afetados.

Tivemos aqui contato com várias representações de países que têm participado ativamente. Saúdo aqui a Embaixadora de Guiné-Bissau, cujo Ministro da Saúde teve contato com o nosso Ministro da Saúde também, em especial pela identidade cultural e linguística, com a possibilidade de que déssemos algum apoio.

Temos tido contato aqui com a Embaixada do Reino Unido, com a Embaixada dos Estados Unidos também, na busca de que tenhamos ações concertadas, numa resposta que deve deixar de lado eventuais diferenças, tendo como objetivo principal o apoio aos países afetados e uma resposta organizada.

Aquilo que temos para nós é repetido, o tempo todo, não só no Ministério da Saúde brasileiro, mas acredito que internacionalmente. Ainda que os países estejam preocupados em se protegerem, a melhor proteção que eles podem ter é se a crise na África for debelada. Então, as medidas de proteção adotadas no território de cada país certamente são importantes, mas o mais importante realmente é que haja a interrupção da epidemia e da transmissão no continente africano.

Muito obrigado. Desculpe-me se me estendi. Fico à disposição para qualquer questão que seja colocada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, que fez uma bela exposição, realista, sobre a realidade do vírus ebola no nível internacional, mas principalmente sobre as medidas adotadas pelo Brasil.

Ele atualizou, inclusive, os nossos dados. Estávamos falando de algo em torno de cinco mil mortes. O Dr. Claudio diz que já estão acima de oito mil, mais ou menos oito mil mortes.

E há outro dado que recebi também, o de que haveria algo em torno de quatro mil crianças órfãs. Mas estávamos trabalhando com cinco mil. Consequentemente, esse dado também deve ter aumentado; deve haver aí mais de cinco mil crianças órfãs na África Ocidental – diz, pelo menos, o material que recebi –, muitas vezes de pai e mãe, porque ambos acabam falecendo devido ao vírus, e, em alguns casos, falece um, o pai ou a mãe.

Mas vamos agora – depois teremos a oportunidade do debate – passar a palavra para a Drª Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República de Guiné-Bissau.

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Muito obrigada, Sr. Senador Paulo Paim, Presidente desta reunião.

Eu começava por cumprimentar todas as Srªs e Srs. Senadores presentes neste ato; por cumprimentar aqui, à nossa mesa, o Dr. Claudio, que fez uma explanação muito abrangente acerca da situação da epidemia; o Conselheiro da Embaixada do Reino Unido, para dizer que para Guiné-Bissau – é a apresentação da Embaixada – é uma honra e um grande privilégio poder trazer algumas informações que tem em relação a essa grande epidemia que assolou a África Ocidental.

Gostaria, em primeiro lugar, de dizer que Guiné-Bissau, felizmente – volto a dizer de novo, felizmente –, ainda não tem nenhum caso da epidemia. Como estamos circunscritos na zona da África Ocidental, somos mesmo vizinhos da nossa irmã Guiné-Conacri; então, há sempre aquela... não diria confusão, mas aquela sempre inclusão de implicar, digamos assim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela semelhança do nome.

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Pela semelhança do nome, com Guiné-Bissau, no caso da epidemia.

Já falou o Dr. Claudio muito bem que nós temos três Guinés ou quatro Guinés agora, porque há a Guiné-Papua, que fica na zona da Austrália. Mas a Guiné-Conacri é um país que faz fronteira com Guiné-Bissau na zona sul e na zona leste.

Portanto, há toda uma possibilidade, ou havia toda a possibilidade de ser contaminada por razões de que as nossas fronteiras são tão flexíveis, de que não há um rigor. As pessoas mesmo se transportam de um lado para o outro, a pé, portanto há um grande risco.

Contudo, em Guiné-Bissau, a primeira ação que houve foi a de fechar as fronteiras, de leste a sul, com a Guiné-Conacri e também com o Senegal, que é outro país que se circunscreve na zona onde nos encontramos situados.

Então, depois dessa primeira atitude de fechar as fronteiras, criou-se uma comissão de vigilância epidemiológica no país, de alerta, porque, como sabem, as nossas carências em domínios de auxiliares de diagnósticos são imensas, mas para este caso poder-se-ia fazer uma ação, digamos, de solicitação agressiva para que os países e os parceiros pudessem dar algum apoio.

Felizmente, o eco da solicitação do governo foi ouvido; Guiné-Bissau criou essa comissão de vigilância com equipamentos que são extremamente caros. Só em jeito de informação podem saber que se sabe que um doente contaminado chega a custar 120 mil euros em tratamento, neste caso concreto de epidemia de ebola, tendo em

conta os equipamentos, os medicamentos, os fármacos e tudo que são aplicados para o tratamento e a diária e tudo; mais ou menos se estima nesse montante, em termos de euros, o custo que tem essa epidemia por paciente.

Então, como vinha explicando, felizmente, nós, na Guiné-Bissau, não temos ainda até hoje registrado nenhum caso, continuamos com a comissão de alerta e de vigilância epidemiológica ainda a funcionar a todo momento e, entretanto, na semana passada já se abriu a fronteira com o Senegal e com a Guiné-Conacri por razões também humanitárias, tendo em conta que esta sessão desse encontro tem a ver com os direitos humanos, porque toda a fluência de abastecimento de gêneros alimentícios que vêm do Senegal e da Guiné-Conacri ficou de certo modo prejudicado; teve que se abrir as fronteiras para o abastecimento que nós temos com relação a esses países.

De maneira que, neste momento, nós temos registrados cerca de oito mil óbitos, como falou o Dr. Claudio, e temos cerca de 18.464 pessoas infectadas, que estão ainda em tratamento. Temos aí a relação a técnicos de saúde infectados nesses três países: 639 técnicos de saúde infectados. Temos, em termos de óbitos, em nível de técnicos de saúde, sem falar da população, cerca de 349 elementos também, óbitos registrados em nível de técnicos de saúde.

Como falou o Dr. Claudio também há um bocadinho, houve casos muito pontuais no Senegal, na Nigéria e também os casos devido a mudança ou trânsito das pessoas que estiveram em tratamento na África e que regressaram para os países, caso concreto de alguns missionários que pertenciam à Espanha e que regressaram e levaram também, de certa maneira, a epidemiologia. Mas houve ações pontuais com as quais se conseguiu driblar a epidemia, ou seja, a doença.

Na verdade, é uma epidemia extremamente perigosa, como sabemos, porque nós tínhamos só hábito de ter a questão de cólera, destaca o Dr. Claudio, que já para nós seria também uma grande epidemia que se registrava periodicamente na Guiné-Bissau e que também produzia "n" óbitos, mas, com o caso do ebola, a situação se tornou muito mais preocupante, razão por que se criou realmente essa comissão de vigilância epidemiológica para estarmos completamente alerta.

A Guiné-Conacri ainda registra casos, mas dos três países mais afetados, a Serra Leoa está em piores condições, porque a Serra Leoa, além de ter casos ainda muito maiores que os dois países, também tem outras carências muito acentuadas, alimentares, hábitos tradicionais, problemas de pobreza muito preocupantes, de maneira que, dos três países, Serra Leoa se encontra em piores condições neste momento.

Felizmente, a Guiné-Conacri já está a respirar de certa maneira com a situação em relação à epidemia, por isso mesmo que a Guiné-Bissau teve que abrir a fronteira; na Libéria também está sensivelmente melhorada a situação em relação a Serra Leoa.

De resto, as informações que eu tenho para partilhar eram essas. Foi realmente um privilégio. Eu contava até que estivesse cá o meu colega embaixador da Guiné-Conacri para também conosco participar dessas mesmas preocupações. E darmos mais algumas informações mais detalhadas em relação à epidemia, digamos assim. Mas, infelizmente, como não se encontra, e como somos vizinhos, eu posso falar, e como falei já de certa maneira, em relação à Guiné-Conacri.

Volto a agradecer, mais uma vez, ao nosso Senador Paulo Paim por nos ter convidado para partilhar minimamente, porque o Dr. Claudio, da OMS, fez-nos uma radiografia global em termos da situação, quer internacional em relação à epidemia, quer focalizada mesmo nas medidas que o Brasil tem já preparadas e provistas para a situação.

Só uma questão também que carecia de dizer, porque como nós temos fracos meios de diagnóstico, por exemplo no caso de Guiné-Bissau, para se avaliar uma epidemia, para um estudo leva-se cerca de três semanas, por exemplo, o que não acontece aqui no Brasil, com os equipamentos que tem, com a Fiocruz, com as capacidades de resposta que tem em nível de auxiliares, de meios de diagnóstico, que são muito mais rápidos e eficientes. Daí que nós realmente... Foi o que nós pedimos, o apelo que fizemos aos parceiros, para nos facilitar e para nos proporcionar esses meios de diagnóstico e para nos apoiar em termos desses equipamentos específicos mesmo para essa patologia, porque como tivemos a oportunidade de ver, tem que se tapar completamente, todo o corpo, mas em todos os aspectos, para evitar as possibilidades de contágio.

Portanto, muito obrigada por este bocado que me foi proporcionado de partilhar com os Srs. Senadores nesta reunião, e mais uma vez obrigada ao Senador Paim por esta iniciativa de trazer esta questão para ser abordada e falada neste nível, porque na verdade, é um direito. O primeiro direito humano é o direito à vida. O outro que tem a ver é o direito à saúde. E se na verdade temos que ter essas considerações todas, este momento foi muito primordial para partilharmos esse bocadinho. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau. V. Exª é muito simpática, viu? A sua fala é tranquila e comunica com muita tranquilidade ao povo brasileiro, porque esta nossa audiência pública é transmitida para todo o Brasil, e as suas informações são muito, muito precisas.

E veja, quando o Dr. Claudio falou, eu trabalhava com um número menor. O Dr. Claudio já me disse que eram mais de 17 mil pessoas infectadas. A Drª Eugênia já fala que são 18,4 mil pessoas infectadas. Como disse bem o Dr. Claudio, é alarmante, é preocupante, e confirmado aqui pela Drª Eugênia. E esse dado aqui, que 349

técnicos já morreram. Quer dizer, homens e mulheres que estavam lá trabalhando, em solidariedade àqueles que foram atingidos pela epidemia, faleceram servindo e fazendo o bem a todos.

E essa questão da Guiné é tão complicada, que olha bem o que eu vou ler aqui, num relato de uma revista de comunicação no Brasil. Olhem o que diz: "Os dados incluem duzentos novos casos desde a atualização feita na segunda-feira." Ainda falava em 6 mil, já são 8 mil. "Oito mil pessoas infectadas pela doença". A maioria das transmissões aconteceram onde? Na Guiné, ponto. (*Pausa*.)

...Libéria e Serra Leoa. Não diz qual a Guiné, e consequentemente, quando a gente aqui no Brasil ouve, diz "olha, um dos principais países atingidos é a Guiné." Mas não é a Guiné-Bissau. Você esclareceu muito bem, é a Guiné-Conaquine?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Conacri.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Conacri. Conacri, não é?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – É uma colônia de expressão francesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma colônia de...

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode, é importante esclarecer, que fique claro, não é?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Pois é, a Guiné-Conacri...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quando lá fora usam o nome do Brasil errado, todos nós reclamamos aqui, viu?

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Claro, claro, tem toda razão. Guiné-Conacri é uma das antigas colônias da França, como sabem, tanto é que é de expressão francesa, língua oficial de trabalho, e a língua que prevalece é o francês. E nós, como estamos limitados...

Porque a nossa luta... Agora um parêntese entre parênteses. A nossa luta de libertação nacional foi cedida pelo espaço de Guiné-Conacri, onde esteve a sede do PAIGC, com o nosso saudoso Amilcar Cabral.

Portanto, nós temos realmente muita ligação. Temos relações até de familiaridade – digamos assim –, mas há um vínculo que nos separa em termos geográficos e linguísticos para além da cultura, que a cultura africana é mais ou menos afim. Nós somos, de fato, muito diferentes. Eles são francófilos, nós somos lusófonos.

É um país que tem uma população de mais de dez milhões de habitantes. Nós somos um país com 1,7 milhão de habitantes. Portanto, há muitas diferenças que existem entre nós. Mas não seria bom realmente, porque no Brasil o conceito que se tem da África é que se trata de um bloco único, um país único, quando nós somos 54 países africanos atualmente.

Com a cisão do Sudão – Sudão do Norte e Sudão do Sul –, nós ficamos agora com 54 países – norte, sul, centro, ocidental e oriental. Portanto, ainda subdivididos em vários blocos, com várias línguas, porque nós temos inclusive um país na África que fala espanhol, tanto é que esse país agora está incorporado, foi admitido muito recentemente no Bloco do CPLP, que é a Guiné Equatorial. É o único país que fala espanhol. De resto, as línguas do nosso continente são português, francês, espanhol e inglês. Portanto, há uma grande diferença.

Muito obrigada por esta exposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem pela explicação. Dá uma aula para todos os brasileiros e brasileiras.

Nós vamos passar a palavra ao Conselheiro para Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, o Sr. Indranil Chakrabarti.

Agradeço muito a você, Conselheiro, porque o Embaixador do Reino Unido nos visitou ontem e ele soube que íamos ter o debate da questão do ebola, uma iniciativa nossa e do Senador Suplicy e, de pronto, ele se apresentou para participar do debate. Isso é muito bom. Há algumas Embaixadas que a gente convida. Não estou fazendo crítica, nem vou citar nome desta ou daquela Embaixada. Às vezes dizem: "Não, não podemos, quem sabe, vamos ver". E o Embaixador de pronto disse: "Eu estarei aqui. Eu gostaria de participar do debate, mas como eu tenho outro compromisso, mandarei um especialista na área". Você é o *top* de linha neste assunto no Reino Unido. Ele disse que você estaria aqui para nos colocar a par de como o Reino Unido está vendo este tema.

Meus cumprimentos! Muito bom tê-lo aqui. A palavra é sua.

O SR. INDRANIL CHAKRABARTI – Muito obrigado, Senador Paim. Obrigado aos outros palestrantes, o Diretor de Vigilância, Claudio Maierovitch, e à Embaixadora Eugenia Pereira Santana de Araújo.

Realmente, um grande privilégio para a Embaixada do Reino Unido estar aqui e poder falar um pouquinho mais sobre a resposta do Reino Unido à crise do ebola.

Só para explicar um pouquinho, o Reino Unido é um país que tem um Ministério autônomo para cooperação internacional e desenvolvimento, chamado DFID, em inglês, Departamento para Desenvolvimento Internacional.

Aqui no Brasil, a gente tem uma longa história de cooperação bilateral com o Brasil até o ano de 2005. A partir do ano de 2005, nosso papel aqui é trabalhar junto com o Brasil e com entidades brasileiras na coope-

ração trilateral ou na cooperação Sul/Sul. Então, neste momento, temos fortes parcerias com entidades como Embrapa, Ministério de Desenvolvimento Social, para compartilhar boas experiências brasileiras na área de diminuição de pobreza para países de baixa renda, principalmente países da África. Só para explicar um pouquinho o papel do meu Ministério no desenvolvimento internacional.

Eu estou aqui. Fico dentro da Embaixada britânica. Estou há 18 meses aqui. Uma vez mais, muito obrigado pelo convite.

Eu vou falar um pouquinho sobre a resposta do Reino Unido à crise do ebola.

Essa é uma apresentação que eu fiz ao final de novembro, em um evento no Rio de Janeiro com a Fiocruz e com a PUC, Universidade PUC do Rio de Janeiro.

Agora, terão um pouquinho de paciência comigo, com a tecnologia. Bom, acho interessante contextualizar um pouquinho a questão do ebola em Serra Leoa. Depois também do que falou a Embaixadora da República de Guiné-Bissau, acho que tem um conhecimento não muito expandido aqui sobre África como continente e sobre os países da África. Então, vou começar contextualizando um pouquinho.

Serra Leoa é o foco da resposta do Reino Unido na crise do ebola na África Ocidental. Antes do ebola, Serra Leoa estava em firme trajetória de um país fragilizado para uma economia média. Serra Leoa registrava um índice de crescimento econômico de 20% no ano passado. Era o país que mais crescia economicamente em todo o mundo.

O Presidente Koroma caracterizou a crise do ebola como uma luta pela verdadeira sobrevivência da nação. Então, do lado direito do meu eslaide você vê algumas estatísticas básicas sobre Serra Leoa. Serra Leoa foi uma antiga colônia britânica. Serra Leoa foi um destino para os escravos libertados. Eles tinham a oportunidade de voltar para a África e Serra Leoa era um dos países para onde eles podiam voltar.

Serra Leoa passou por uma forte guerra, uma severa guerra civil, nos anos 1990. É um país que tem uma grande riqueza mineral, principalmente na área de diamantes, mas também ouro e outros minerais.

A resposta do Reino Unido está em três eixos. Primeiro, na área de leitos; segundo, na área de sepultamentos; e, terceiro, na área de comunidades. Nós doamos até agora £$231 milhões, mais ou menos uns U$400 milhões para responder a essa crise. O Reino Unido mobilizou 750 soldados, proporcionando mobilidade, engenharia e planejamento.

E nós estabelecemos três centros de tratamento do ebola. Você vê na foto, do lado esquerdo, os três centros principais no país de Serra Leoa: um no Sul, um no meio (Hastings), um no Norte (Goderich).

Então, como falei, nosso foco, nossa abordagem em Serra Leoa é em três áreas principais: leitos, sepultamentos e comunidades. Apoiamos o estabelecimento de setecentos leitos de tratamento em Serra Leoa. Leitos para pessoas que padecem a doença do ebola.

Também estamos financiando um centro de saúde para funcionários internacionais, para encorajar e tranquilizar outros governos para também mandarem os seus esforços. Existe agora um sistema de que, se tem um profissional de saúde de qualquer país que fique infectado, a União Europeia financia a evacuação desse profissional para um país da comunidade europeia. E, depois, o tratamento para esse profissional está coberto pelo sistema de saúde que trabalhe, que ele ou ela tem.

Segundo, área de sepultamentos. Como vocês viram no vídeo no começo do evento de hoje, na África Ocidental os sepultamentos são culturalmente muito importantes.

É comum, nos sepultamentos, haver um contato pessoal entre os familiares do morto e o morto. Também há a prática da lavagem do corpo, lavagem à mão. Essas práticas culturais são uma das razões pelas quais o vírus se espalhou tão rapidamente. Também é comum nos sepultamentos que familiares, vizinhos e outros membros da comunidade do morto venham beijá-lo. Então, são vias de transmissão clássicas para o vírus. Para responder a essa questão de sepultamento e às questões culturais, que vocês sabem que são bem profundas em uma sociedade, nós estamos dando 10 milhões de libras para mobilização social, tentando assegurar os enterros seguros dos mortos por ebola. Então, é uma organização social. A questão é tentar convencer as comunidades a utilizar práticas de enterros mais seguras do que as práticas tradicionais. Também ONGs e instituições de caridade do campo vão trabalhar para acordar práticas que permitam honrar os seus amigos e parentes enquanto os corpos são enterrados, garantindo segurança.

A terceira área é a área de comunidades, a área de trabalhar com comunidades para, primeiro, poder isolá-los imediatamente, para que eles possam ser transferidos com segurança para um centro completo de tratamento, e também ajudar as comunidades a construir centros de assistência para que as pessoas que suspeitem que possam ter ebola possam procurar um diagnóstico rápido. Nossa resposta é acompanhada por uma resposta internacional realmente enorme. A maior contribuição internacional foi dos Estados Unidos. O Banco Mundial e a União Europeia também patrocinam muito. Empresas privadas, como Rio Tinto, empresa de mineração, que fez uma doação à OMS (Organização Mundial da Saúde) de 100 mil libras. A London Mining, uma companhia do setor extrativo, que tem muita atuação na Serra Leoa, também construiu um centro de tratamento com 130 leitos em Serra Leoa, e doou mais 100 mil libras. E como vocês podem ver na parde

direita do eslaide, outros países também estão respondendo a essa crise internacional: Cuba, Austrália, Canadá, Alemanha, Itália, até Filipinas e Coreia do Sul. Mas também, como foi anunciado no dia 24 de novembro, agora há uma resposta brasileira que também é significativa. O Brasil fez um compromisso – um *pledge* – de R$25 milhões na resposta à disseminação do vírus ebola. Até agora, o Brasil contribuiu com R$18 milhões. Esses fundos foram repassados às Nações Unidas – R$12 milhões à Organização Mundial da Saúde, R$4,4 milhões ao programa mundial de alimentação e R$1,5 milhão a um fundo fiduciário de combate ao ebola.

Finalmente, quero falar da questão de mulheres e crianças. Essa é uma questão muito importante para nós, do Governo britânico, pelas seguintes razões: primeiro, as mulheres constituem mais de 50% da população. Muitas vezes, nas respostas humanitárias desse tipo, a condição e a situação das mulheres e das crianças são esquecidas.

Eu vi que o Senador que está sentado ao meu lado tem um artigo que fala da situação das crianças na África Ocidental. Então, eu queria falar um pouquinho sobre o que nós estamos fazendo particularmente para atingir a questão da mulher e da criança.

Primeiro, estamos trabalhando com nossos parceiros para ter informações confiáveis sobre o impacto do ebola em homens e mulheres, porque vai ter um impacto diferente. O ebola não afeta todo mundo igualmente. E nós supomos que as mulheres vão ser mais impactadas pela questão do ebola do que os homens. A razão principal para isso, como as mulheres da sala bem sabem, é que, nas culturas tradicionais, é muito comum a mulher tomar o papel fundamental, dentro do ciclo familiar, de tratar e cuidar dos doentes. Então, com esse papel tradicional que as mulheres têm em muitas sociedades, não somente na África Ocidental, é muito provável que elas sejam mais atingidas pelo vírus do ebola do que os homens.

Estamos apoiando ONGs locais para apoiar a conscientização do problema, prevenção, resposta e disposição de matérias de higiene para ajudar e prevenir a prorrogação do ebola, abordando, especificamente, o impacto sobre as mulheres e as meninas.

Crianças. Eu trabalhei quatro anos em Zimbábue antes de vir para o Brasil, e uma das consequências muitas vezes esquecida da epidemia do HIV aids, na África Austral, é o impacto indireto sobre crianças. Todo mundo se lembra dos homens e mulheres que morrem de aids na África Austral, mas muitos desses homens e mulheres são pais e mães. Então, o efeito indireto na parte austral desse continente sobre as crianças é incrível. Zimbábue, por exemplo, é um país em que uma em cada quatro crianças é órfã por causa da aids. Nosso foco é sobre os adultos – deve ser sobre os adultos –, mas há o impacto, muitas vezes, indireto sobre as crianças.

A comunidade internacional acha que 2,5 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade vivem em áreas afetadas pelo vírus ebola.

Através do apelo da Unicef, o governo do Reino Unido está provendo £300 mil, R$1 milhão, para fornecer pacotes de alimentação, proteção psicossocial e social para 150 mil crianças, porque, como vocês sabem, morre o pai, morre a mãe, e a criança fica, muitas vezes, isolada, sem fonte de alimentação, sem qualquer apoio. Ou seja, isso é um aspecto fisiológico. Também há o aspecto psicológico. Criança de três ou quatro anos de idade sem pai e sem mãe tem um aspecto psicológico muito, muito forte.

Além disso, estamos dando um suporte de £130 mil para o fundo de resposta de emergência do ebola, para a criação de centros de cuidados provisórios para as crianças que tenham sido identificadas com ebola.

Depois, com certeza, vamos dar apoio para que essas crianças que ficarem órfãs possam ser registradas, possam achar um membro sobrevivente da família delas, o que também será muito importante depois que essa crise passar.

Muito obrigado.

Eu vou deixar de falar aqui. Estou disponível para qualquer pergunta de vocês, Senador Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Indranil Chakrabarti, Conselheiro para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional.

A intenção desta audiência pública é exatamente esta: situar um pouco o quadro aqui dentro do Congresso Nacional, no Senado da República sobre a questão da epidemia do ebola. Temos uma visão do que estava fazendo a comunidade internacional, o que foi colocado muito bem aqui pelo Dr. Indranil, pela Drª Eugênia e pelo Dr. Claudio, e, claro, queremos saber quais as medidas preventivas que o Brasil está adotando, o que também foi colocado pelo Dr. Claudio.

Eu fiz questão, pelo material que recebi, de destacar as preocupações que estávamos tendo com as crianças. Os dados que recebemos mostram que pai e mãe que são infectados pela doença acabam morrendo e que as crianças ficam praticamente abandonadas.

É preciso que haja, além da procura dos parentes, uma solidariedade internacional para mais investimento, inclusive, no continente africano, principalmente nos países afetados pela epidemia do ebola.

Entendo que esta reunião cumpriu o seu objetivo. Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado. Milhões de pessoas assistiram a esse debate.

Eu cumprimento a comissão organizadora do gabinete e da Comissão de Direitos Humanos pelo vídeo sobre o momento, que foi bem ilustrativo.

E agora, passo às considerações finais dos nossos três convidados.

Vou chamar, primeiramente, o Dr. Claudio, que foi o primeiro a falar, para fazer suas considerações finais sobre o tema da audiência pública de hoje da nossa Comissão de Direitos Humanos.

O Dr. Claudio é da Casa.

Eles também são da Casa, mas não tanto quanto o senhor.

O SR. CLAUDIO MAIEROVITCH – Parte do Governo brasileiro.

Muito obrigado.

Eu, mais uma vez, queria destacar aqui a importância deste momento, de o Senado Federal se mobilizar em torno desse tema. Infelizmente, acho que essa preocupação não será tão curta quanto nós gostaríamos. Embora, no Brasil, a chance de chegada de uma pessoa com a doença seja mínima, uma vez que os países afetados hoje têm mecanismos de triagem das pessoas que deixam o país e que o Brasil também tem os mecanismos de identificação de quem chega ao País para a informação, não para qualquer tipo de restrição, da mesma forma, a possibilidade de transmissão da doença no Brasil é muito pequena, pois os serviços de saúde estão preparados. Acho que existe um nível de informação bastante razoável no que se refere à população brasileira. Acho que essa iniciativa contribui também para aumentar o nível de informação da nossa população, mas, ainda assim, esse não é um tema do qual possamos pensar em nos despreocupar. Acho que todas as medidas tomadas dão uma segurança bastante razoável do ponto de vista doméstico. No entanto, a nossa preocupação com a solidariedade internacional e com outras medidas que possam estar ao alcance do Governo brasileiro e dos brasileiros deve se manter em pauta como uma preocupação constante.

Mais uma vez, agradeço por esta oportunidade. Para mim, é uma honra estar aqui com a Srª Embaixadora, com o Conselheiro Indranil, com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores que estiveram presentes, com os servidores do Senado, das comissões que participaram da preparação. E nós continuamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Claudio Maierovitch, Diretor de Vigilância de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Passo a palavra ao Conselheiro Indranil Chakrabarti para que faça suas considerações, seus comentários finais.

Eu vou deixar você, como representante do continente africano, para fazer o encerramento.

O SR. INDRANIL CHAKRABARTI – Obrigado, Senador.

Acho que já falei muito. Eu só queria concluir com algumas observações.

Primeira. Vocês com certeza ouviram que a taxa de transmissão do ebola está diminuindo. É certo. Está diminuindo de 1,4 para 1,2. O que significa isso? Significa que as previsões estatísticas dizem que, a partir de janeiro, o número de casos de ebola pode estar diminuindo. O que isso quer dizer é que, neste momento, os casos de infecção do vírus ebola ainda estão aumentando. O que o Embaixador Alex Ellis falou no começo é que isso não é só um desafio para a Guiné, para a Serra Leoa, para a África Ocidental, pois é um desafio para o mundo inteiro, por dois motivos. Primeiro, pela questão da universalidade dos direitos humanos. A Declaração dos Direitos Humanos, como falou o Embaixador aqui, faz referência a direito a uma vida digna, direito a uma vida saudável, com saúde. Então, a questão do vírus ebola é uma questão de direitos humanos. Segundo, é um desafio para a comunidade internacional pela seguinte razão: o que nós estamos vivendo agora é um momento histórico em que as infecções conseguem se espalhar muito mais rapidamente do que anteriormente. Vocês viram isso com o caso da sars e estão vendo agora com o vírus ebola. Há várias razões para isso. Não sou epidemiologista, mas sei que há razões bem conhecidas, e a mobilização das populações é uma delas.

Um passo muito importante para combater um vírus desse tipo, como o ebola, é combatê-lo na área de infecção mesmo, ou seja, na África Ocidental. Só que, nos países mais afetados na África Ocidental, o sistema de saúde está superlotado. Tudo isso está me levando a dizer que a resposta internacional à crise do ebola é crucial, é muito importante. A crise não passou ainda, essas infecções estão aumentando. Então, a resposta internacional tem de estar presente e tem de aumentar também. Nós, a cada semana, estamos treinando e enviando profissionais de saúde para a região, mas precisamos de mais profissionais de saúde, não só do Reino Unido, mas do mundo inteiro. Precisamos também de pessoas que trabalhem nos laboratórios, precisamos de químicos, principalmente de cloro. Qualquer contribuição que outros países do mundo possam dar para esse desafio será muito importante, uma contribuição muito bem recebida, principalmente para os países que são foco do vírus ebola.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Indranil Chakrabarti, que é Conselheiro para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento do Ministério do Reino Unido.

Como quero deixar que a Drª Eugênia encerre, vou ler um documento que recebi que mexe com todos nós nessa linha do que falamos, que direitos humanos não têm fronteira. O direito à vida é um direito de todos. Essa luta na questão do ebola, como exemplo, é uma luta internacional. O apelo feito pelo Conselheiro, assim como, entendo eu, pelo Dr. Cláudio e pela Drª Eugênia, vai na linha de que a solidariedade internacional tem de aumentar porque este é um bom combate, como digo, que estamos travando, o combate em defesa da vida. Enfim, rapidamente, atualizando os dados, ebola deixa ao menos 5 mil crianças órfãs na África Ocidental. Surto da doença provocou mais de 8 mil mortes na Libéria, Serra Leoa, Guiné Conacri, Nigéria, conforme a OMS.

O que diz o documento?

Ao menos 5 mil crianças de Guiné, Libéria e Serra Leoa perderam um ou ambos os pais por causa do vírus do ebola, segundo estimativas divulgadas nesta terça-feira pela Unicef. "Milhares de crianças estão enfrentando a morte da mãe, do pai ou de membros da família por causa do ebola", disse o Diretor Regional da Unicef para a África Ocidental e Central, Manuel Fontaine, que acaba de regressar de uma visita de duas semanas a Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa.

Um dos principais problemas que essas crianças enfrentam é o fato de que, frequentemente, seus familiares os rejeitam pelo medo do contágio, que é letal, devido à doença, afirmou o Unicef. "Essas crianças necessitam, urgentemente, de especial atenção e apoio. Geralmente, os órfãos são adotados por algum membro da família mais próxima, mas, em algumas comunidades, o medo que rodeia o ebola está ficando mais forte do que os próprios laços familiares", disse o representante da Unicef.

O organismo alerta que, dado que a epidemia se intensificou nas últimas semanas, a cifra de órfãos pode duplicar até os próximos meses. Segundo os últimos dados, da Organização Mundial da Saúde, o surto que já hoje ultrapassa a 8 mil mortes pode aumentar.

"O ebola está tendo impacto emocional nas crianças, principalmente quando elas ou seus pais têm de ser isolados para o tratamento", afirmou a agência das Nações Unidas. Para acelerar a resposta ao ebola, o Unicef está buscando "formas tradicionais e inovadoras", para ajudar e proporcionar, às crianças, "o tratamento físico e emocional de que necessitam".

Na Libéria, a agência das Nações Unidas está ajudando o governo a formar centenas de trabalhadores sociais e de saúde mental e trabalha com as autoridades locais das regiões mais atingidas para ajudar a fortalecer o apoio da família e da comunidade às crianças afetadas pelo ebola, assim como atender os que foram rechaçados por suas comunidades ou cujas famílias morreram.

Em Serra Leoa, milhares de sobreviventes do ebola agora imunes à doença serão formados para atender e apoiar as crianças em quarentena nos centros de tratamento. O Unicef também trabalha com organizações aliadas para reunir as crianças separadas de suas famílias, por meio de uma extensa rede de busca de familiares em todo o país, que também oferece assistência psicológica às crianças.

Na Guiné, a agência das Nações Unidas para a infância e organizações aliadas darão apoio psicossocial a cerca [atualizado aqui] oitenta mil crianças e famílias vulneráveis nas comunidades afetadas pelo ebola.

"O ebola está tornando uma reação humana básica para consolar uma criança doente em uma sentença de morte potencial", disse Fontaine.

A grande maioria das crianças afetadas pelo ebola ainda está sem atenção adequada.

Ele diz mais: "Não podemos responder a uma crise dessa natureza em escala de forma habitual. Necessitamos de mais coragem, solidariedade, criatividade e mais recursos", finaliza ele.

Assim, encerramos a nossa audiência pública agradecendo aos convidados: o Dr. Claudio, a Drª Eugênia e o Dr. Indranil.

Eu li esse documento porque é um documento em que a Unicef pede que haja a solidariedade do mundo, a solidariedade internacional, para que mais investimentos sejam feitos na infraestrutura para combater essa epidemia que afeta países da África, mas que pode atingir inúmeros outros países do mundo.

É claro que, antes de encerrar esta fala minha, com este documento, eu queria, então, que a Drª Eugênia, que, aqui, legitimamente, e acho que o faz com orgulho, fala em nome do continente africano sobre a epidemia do ebola.

A SRª EUGÊNIA PEREIRA SALDANHA ARAÚJO – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Em conclusão, eu gostaria de reforçar e saudar, mais uma vez, a iniciativa da convocação desta audiência, bastante pertinente, que vai servir de um veículo de mobilização da opinião internacional em relação a essa realidade que é solicitada a dar resposta aos problemas que acabamos de ouvir aqui, neste momento, que foram bem especificados.

De maneira que a sociedade internacional deve, realmente, sobretudo, pensar para dar resposta em relação às crianças. Nos países africanos, onde temos uma esperança de vida muito curta, se, efetivamente, essas crianças não forem bem apoiadas em termos psicossociais e afetivos, porque perdem os familiares, perdem os progenitores e ficam à deriva, se não houver uma sociedade internacional para dar essas respostas, vai ser muito complicado garantir o futuro dessa geração.

Portanto, acho que, mais uma vez, não seria demasiado reforçarmos que esta audiência vai servir de mobilização para a opinião internacional ter em conta a situação dessa epidemia que assolou os países africanos da África Ocidental, precisamente Serra Leoa, Guiné-Conacri e a Libéria e, em um ou outro caso, o Senegal e a Nigéria, que foram prontamente ultrapassados, para uma resposta que é necessária para, realmente, essas crianças terem com o que sobreviver.

Apesar de existir, nos países africanos, muita solidariedade, porque a convivência, dentro da comunidade, é bastante fraterna, é bastante solidária, tendo em conta a questão dessa epidemia, acho que as pessoas ficaram mesmo com medo do contágio e têm reagido com algumas precauções e até, em algumas situações, com segregação em relação a essas crianças. Podemos até entender assim.

Então, seria, mais uma vez, conveniente para a opinião pública internacional que esta audiência servisse realmente para mobilizar as pessoas, para chamar a atenção das pessoas, para darem uma resposta, humanamente falando, uma vez que a Comissão é de direitos humanos, a essas crianças, que precisam realmente de um apoio, não só material, mas, como perderam os familiares, até de apoios afetivos e psicossociais para poderem, depois, integrar normalmente à comunidade onde se encontrando vivendo sem grandes problemas.

De maneira que, mais uma vez, em nome do grupo africano – no Brasil, temos 34 embaixadas africanas; quer dizer, a maioria dos 54 dos países africanos tem embaixada aqui, no Brasil – e também em nome dos meus colegas embaixadores, agradecemos esta iniciativa, louvamos esta iniciativa. É uma iniciativa muito pertinente, que carece, realmente, de várias opiniões para que se possa realmente conseguir mobilizar formas e recursos, sobretudo recursos financeiros, para os países que estão afetados.

Muito obrigada, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim. Costuma-se dizer aqui: vou parabenizá-lo por esta iniciativa que teve de convocar esta audiência pública, bastante frutífera, porque vai servir para expandir a discussão sobre o problema que tem assolado os países e também de explicar que é Guiné-Conacri, vizinha da Guiné-Bissau, que está infectada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Eugênia Pereira Saldanha Araújo, Embaixadora da República da Guiné-Bissau.

Eu aproveito este momento, porque, tanto o documento da Unicef, como todos aqui na mesa falaram, e agora a Drª Eugênia, criou-se um certo medo. E por que eu vou falar da palavra "medo"? Eu estou me dirigindo agora, aqui, ao povo brasileiro e, com muito carinho, ao meu Rio Grande do Sul.

Nós somos o País do mundo que mais tem descendentes da África, do continente africano. Milhares de africanos estão hoje no Brasil. E criou-se, em algumas cidades, o medo de que esses homens e mulheres, a maioria jovens, africanos que estão aqui no Brasil possam trazer a contaminação.

Eu quero dizer, nesta nossa audiência pública, que está sendo transmitida para todo o Brasil – e me socorro aqui do Dr. Claudio, principalmente –, que não há um caso no Brasil. Não há um caso! O único caso foi investigado a fundo e descobriu-se que o cidadão não estava contaminado.

Por exemplo, há muitos companheiros – eu digo companheiros –, irmãos nossos que vieram da África, no Acre, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e mesmo aqui, em Brasília. Eles estão em inúmeros Estados e estão sendo acolhidos. Lembro-me de que, no Rio Grande do Sul, muitos são profissionais da mais alta qualidade. Estão integrados, porque aqui, no Brasil, hoje – para satisfação nossa –, não há falta de emprego. Eles estão, na sua ampla maioria, empregados, reconhecidos, inclusive com a documentação necessária, com o trabalho integrado, do Itamaraty e do Ministério do Trabalho, mas, em algumas cidades que eu já visitei, já me passaram essa preocupação. Então, eu quero dar esse testemunho aqui, do lado da nossa querida Eugênia, que falou em nome do continente africano, do lado do Indranil, Conselheiro, do próprio Alex, Embaixador, e do lado do Dr. Claudio, que falou pelo Governo brasileiro, de que, felizmente, no Brasil não existe um único caso.

Então, fiquem todos tranquilos, porque não é porque no Brasil não existe um único caso que a gente não vai trabalhar primeiro em medidas preventivas internas de forma permanente. Eu sou técnico em segurança do trabalho, e a palavra de ordem para o supervisor técnico em segurança do trabalho é prevenção.

Mas queremos, também, que o Brasil se some, cada vez mais, aos outros países do mundo nessa caminhada, nessa cruzada internacional em defesa da vida. Avançamos muito aqui, no Brasil, na questão da aids e, agora, a questão do ebola é um compromisso de todos nós.

Termino dizendo: os direitos humanos não têm fronteira. Essa é uma caminhada universal de homens e mulheres do mundo todo que fazem o bem sem olhar a quem.

Viva a vida!

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 10 minutos.)

ATA DA 76ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30HS NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 13/2014 – PLOA 2015

Às doze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões nº 2, sob a Presidência da **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Marta Suplicy, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Álvaro Dias. O Senhor Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: **Item Único**. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014 do Congresso Nacional (Lei de Orçamento Anual – LOA 2015), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015".** Relatora: Senadora Ana Rita. Às doze horas e trinta e seis minutos a Senadora Ana Rita passa a presidência para o Senador João Capiberibe, para que possa relatar a matéria. O Senhor Presidente passa a palavra à Senadora Ana Rita, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório da Senadora Ana Rita, que é **aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 13/2014 – PLOA 2015**:

R$ 1,00

ÓRGÃO	UO	SUBTÍTULO	GND	MA	VALOR
Emenda 1:					
64000 - Secretaria de Direitos Humanos	64101 - Secretaria de Direitos Humanos	20ZN.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Nacional (Seq: 4210)	3	90	80.600.000
Acrésc. de Meta: 2.950 RP: 2			3	40	281.200.000
			3	30	453.200.000
		Subtotal			**815.000.000**
Emenda 2:					
65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	210A.0001 - Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres - Nacional (Seq: 4227)	3	90	150.000.000
Acrésc. de Meta: 2.000 RP: 2			3	40	0
			3	30	0
			4	30	0
			4	40	0
			4	90	250.000.000
		Subtotal			**400.000.000**
Emenda 3:					
67000 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	67101 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	210H.0001 - Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial - Nacional (Seq: 4259)	3	90	640.000.000
Acrésc. de Meta: 1.990 RP: 2			3	40	200.000.000
			3	30	128.900.000
			4	90	300.000.000
			Subtotal		**1.268.900.000**
		TOTAL			**2.483.900.000**

Às doze horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente João Capiberibe devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta propõe a dispensa, leitura e aprovação da Ata desta Reunião que é aprovada. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ana Rita, João Capiberibe e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos **e** Legislação Participativa, a presente Ata que assinada pela Senhora Presidenta será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora ***Ana Rita,*** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 76ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN – Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2015 –, que estima receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Foram apresentadas 94 emendas perante a Comissão.

Como sou Relatora das emendas, passo a Presidência ao Vice-Presidente, Senador João Capiberibe.

O Senador João Capiberibe vai presidir e eu vou relatar as emendas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bom dia.

Bom dia a todos,

Bom dia a todas.

Bom dia, Srª Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – É uma satisfação chegar ao mês de dezembro. Daqui a pouco, estará todo mundo de recesso, merecido, depois de muito trabalho.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Leio o parecer da Comissão de Direitos Humanos.

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 13, de 2014, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2015. O projeto encontra-se na fase de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, a CDH pode participar do processo por meio da apresentação de até seis emendas à despesa, sendo três de apropriação e três de remanejamento. Não há limite para apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 94 sugestões de emendas, todas de apropriação, cujas cópias constam em anexo. Dezesseis participaram do processo.

Fui designada Relatora da matéria, que passo a analisar.

Análise das propostas.

Orientaram-nos, nesse parecer, o Regimento Interno do Senado Federal (RISF) – art. 102-E –, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006-CN (arts. 43 e 44), e o parecer preliminar aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no último dia 10.

Todas as sugestões objetivam aumentar dotações de programações constantes do PLOA 2015. A Sugestão nº 10 beneficia a unidade orçamentária do Ministério da Justiça, fora, portanto, da competência deste Colegiado, nos termos do art. 102-E do RISF e do art. 43 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

As sugestões são, inegavelmente, de interesse nacional, mas a limitação numérica imposta pela Resolução nº 1/2006-CN nos força a acomodar as propostas em apenas 3 (três) emendas desta Comissão.

Composição das emendas da CDH.

Estamos optando pela aprovação integral de todas as sugestões que contemplem as ações 20ZN.0001 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Nacional; 210A.0001 – Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – Nacional; e 210H.0001 – Fomento às ações afirmativas e outras iniciativas para o enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial nacional.

Essa seleção atende aos interesses maiores deste Colegiado. Para as demais proposições que não foram atendidas neste momento, sugerimos a apresentação de emendas individuais como meio de acrescentar recursos a todas as áreas de competência desta Comissão.

Voto do Relator.

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação do tipo acréscimo, conforme demonstrado na tabela anexa, nas modalidades de aplicação e nos grupos de natureza de despesa apresentados na tabela anexa.

A Emenda nº 1 é justa e consolida sugestões constantes das Propostas 13, 20, 57, 71, 87, 91, a Emenda nº 2 das Propostas 9, 32, 44, 53, 67 e 83 e a Emenda nº 3 das Propostas 14, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 50, 64 e 80.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO, juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para elaboração das emendas permanecem como consta nas Propostas 13, 9 e 14, respectivamente.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer.

Em anexo está o demonstrativo das emendas, conforme lido aqui no relatório.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Em discussão o Relatório.

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nobre Senador João Capiberibe, Senadora Ana Rita, é bom que fique bem claro para o Plenário, como V. Exª me explicou, que V. Exª só pôde atender três emendas, de todas que foram apresentadas, e que usou o critério do maior número de solicitações e também usou o critério – e aí eu vou chegar aonde quero – de que se levasse em consideração aqueles setores que só podem apresentar emenda aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e que não seriam, em hipótese alguma, contemplados em outras comissões.

E aí eu já me situo, mediante a conversa que tive com V. Exª, porque apresentei uma emenda ao Ministério Público do Trabalho, que tem feito um trabalho belíssimo na linha dos direitos humanos. Está aqui, inclusive, o Procurador-Geral, o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo. Nas minhas emendas, eu assegurava recursos para o Ministério.

Dialogando com V. Exª, V. Exª me explicou, inclusive, que uma emenda sua, que era para as rádios comunitárias, V. Exª também não pôde atender – se houver algum equívoco na minha fala, você pode me alertar ou me corrigir –, como também não pôde atender essa emenda de minha autoria, porque os outros setores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... inclusive sua, nesse sentido, porque teve que tomar uma decisão em favor daqueles setores que dependem desta Comissão e que não seriam agraciados, enfim, que não seriam contemplados em outras Comissões.

Acho que tenho que fazer esta colocação porque, quando apresentei a emenda, eu disse que aqui dialogaria com V. Exª nesse sentido. Diante da resposta que V. Exª me deu, não tenho outra alternativa a não ser respeitar a decisão da Relatoria.

Não sei se V. Exª quer complementar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero aqui, então, reforçar o que o Senador Paulo Paim disse.

Foram apresentadas, pelos Senadores, 94 sugestões de emendas. Entre essas sugestões, várias que foram apresentadas com relação à SDH, várias com relação à Seppir, várias com relação à SPM, também com relação à juventude, também com relação ao Ministério Público do Trabalho... Diversos Senadores, inclusive eu, o Senador Paim, parece-me que o Senador Capiberibe também apresentou e outros Senadores apresentaram em torno de 13 emendas para o Ministério Público do Trabalho. Para a SDH foram cerca de 42 sugestões de emendas, para a Seppir também acho que foi uma quantidade... Não me recordo agora. A SDH, a Seppir e a SPM, que estamos contemplando, realmente só podem apresentar emendas aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Outros, como é o caso, por exemplo, do Ministério Público do Trabalho, além da Comissão de Direitos Humanos, podem apresentar na Comissão de Constituição e Justiça e, parece-me, em outra comissão. Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, atendem os órgãos todos ligados à Presidência da República e o Ministério Público. Então, todos os órgãos ligados à Presidência da República só podem apresentar aqui; o Ministério Público do Trabalho pode apresentar em outra comissão.

Como são vários órgãos ligados à Presidência da República e órgãos ligados diretamente à questão dos direitos humanos, como é o caso, por exemplo, da SDH, a Secretaria de Direitos Humanos, a Seppir, Secretaria

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SPM, Secretaria de Políticas para as Mulheres, estarão sendo contempladas. Ficarão de fora ainda a juventude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Os idosos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e também as ligadas à radiodifusão, a EBC...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive os idosos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu orientei as pessoas da EBC que aqui estão a procurarem saber como foi na Comissão de Infraestrutura, porque eles também podem apresentar na Comissão de Infraestrutura. E eles demandaram aquela comissão. Então, é o fortalecimento do sistema público de radiodifusão e comunicação que seria ação, o objeto da EBC, que seria importante contemplar.

Na relatoria, nós avaliamos e pegamos uma ação só, porque é uma emenda só, da SPM, uma sugestão ligada à Seppir e uma sugestão ligada à SDH. Pegamos ações que são mais abrangentes, porque, depois, internamente, cada uma dessas secretarias pode fazer o remanejamento interno. Então, foi a forma que encontramos.

Há outra questão que acho que precisamos resolver para os próximos anos – e nós não conseguimos resolver até hoje –, porque apenas esta Comissão e a Comissão de Desenvolvimento Regional é que podem apresentar três emendas. Todas as demais comissões, a Comissão de Educação, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Meio Ambiente e as demais comissões existentes, podem apresentar quatro sugestões, quatro propostas de emenda. Esta comissão tem uma abrangência imensa e só pode apresentar três emendas. Então, o dilema aqui é muito grande. Por isso, avaliamos que essa decisão contempla o maior número de sugestões apresentadas e contempla o maior número, também, de Parlamentares que apresentarem emendas. Então, a razão do nosso relatório é esta.

É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem.

Eu também, Senador Paim, apresentei uma sugestão para o Ministério Público do Trabalho em função do combate ao trabalho escravo, que eu acho que é um combate de grande importância, mas entendo que o coberto é curto, que escolher três de 94 sugestões exige um exercício enorme de estabelecer critérios e prioridades para chegar a esse número.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que conclui pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3.

A Emenda nº 1 ajusta e consolida as sugestões constantes da Propostas nºs 13, 20, 57, 71, 87 e 91, a Emenda nº 2 consolida as Propostas nºs 9, 32, 44, 53, 67 e 83 e a Emenda nº 3, as Propostas nºs 14, 26, 27, 28, 29 , 30, 31, 50, 64 e 80.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável às Emendas nº 1, 2 e 3 da CDH.

Retorno a presidência à Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de encerrar a presente reunião, agora como Presidenta desta Comissão, quero fazer um registro, inclusive para o relator da CMO, o Senador Romero Jucá.

Das comissões existentes aqui no Senado Federal, conforme eu havia dito, a Comissão de Assuntos Econômicos tem condição de apresentar quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Assuntos Sociais, quatro de apropriação e quatro de remanejamento e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Da mesma forma, a Comissão de Educação pode apresentar quatro de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, quatro de apropriação e quatro de remanejamento, a Comissão de Serviços de Infraestrutura também, quatro de apropriação e quatro de remanejamento e a Comissão de Desenvolvimento Regional de Turismo – que, como eu havia dito antes, não é essa que tem três – também tem quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

As únicas comissões que devem apresentar três emendas de apropriação e três de remanejamento são a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, comparando com todas as demais comissões, a Comissão de Direitos Humanos fica extremamente prejudicada. E aqui faço um apelo para que se altere o decreto... Não é isso? (*Pausa.*)

É um projeto de resolução. Esse projeto de resolução... Quero o número dele aqui, por favor.

É a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, define quantidade de emendas que cada comissão deve apresentar.

Então, faço aqui, publicamente, um apelo ao Relator da Comissão Mista de Orçamento, o Senador Romero Jucá, e aos demais membros desta Comissão para que possam propor uma alteração nessa resolução,

para que, nos próximos anos, a CDH também possa apresentar pelo menos quatro emendas de apropriação. A ansiedade e a expectativa das pessoas e dos órgãos que têm nesta comissão um espaço de apresentação de emendas é grande. A Comissão tem uma amplitude muito grande, mas não tem a mesma possibilidade de atendimento como as demais comissões.

Então, fica aqui este registro e fica aqui este apelo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Tem uma sugestão que achei interessante. Já que temos três emendas e as outras comissões têm quatro, poderíamos votar a quarta e encaminhar para o Relator. Lá, então, ele tomaria a decisão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pensamos em fazer essa sugestão. A orientação que recebi da consultoria é que, possivelmente, não vai ser atendida. Mas, se o Senador acha importante, poderemos fazer esse...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como diz o outro, a tentativa é válida. Se não vai levar ou não, não sei.

Eu concordaria com a sugestão dele. Quem sabe se resolva essa questão, principalmente do Ministério Público. Nós três fizemos emendas para o Ministério Público.

Se V. Exª concordar, é claro, já que os três fizemos para o Ministério Público.

A tentativa é válida, e o Ministério Público poderá dialogar lá com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A única preocupação que estamos tendo aqui é de que, se deixarmos para decidir lá na Comissão Mista de Orçamento, eles poderão substituir uma dessas três já aprovadas aqui por uma que estamos colocando em quarto lugar. Então, se for assim, em quarta posição ficaria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós temos que fazer o acordo firmado nos moldes aqui feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... porque aí tem o Ministério Público do Trabalho, tem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Porque já foram votadas, inclusive, as três primeiras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é.

Tem o Ministério Público do Trabalho, tem a EBC, que também pediu emendas, tem a da juventude também. Então, há várias outras.

Nós teríamos que tomar essa decisão, mas não sabendo se há espaço para colocar isso no relatório encaminhado, que é um relatório formal.

Não tem.

Vai confundir a Comissão.

Tem que definir três.

Então, acho que é meio arriscado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, só uma sugestão... Eu estou querendo ajudar. Já estão votadas as três. Isso é fato.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Entendo a preocupação da Srª Presidente e acato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É lamentável, mas é esse o nosso dilema. O que nós vamos fazer, não é?

Então, ficamos assim? Há esse acordo, então?

Já votamos as três emendas e vamos encaminhar as três.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradecemos a todos os Senadores.

Nós temos agora uma reunião deliberativa. Pedimos a permanência dos Srs. Senadores aqui nessa reunião.

(Iniciada às 12 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 77ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA LOGO APÓS A 76ª REUNIÃO, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e cinquenta e sete minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Marta Suplicy, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Alvaro Dias. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião. Passa-se a pauta. Pauta. Item 1. Sugestão nº 5, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pela rejeição da Sugestão. A matéria vai ao arquivo. Item 2. Sugestão nº 6, de 2014 – Não Terminativo – Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador João Capiberibe. **Relatório:** Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado. Item 3. Sugestão nº 14, de 2014 – Não Terminativo – Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal. **Autoria:** Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH pelo arquivamento da Sugestão. Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. **Autoria:** Deputado Neilton Mulim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CI. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad hoc:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Extrapauta. Item 7. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 84, de 2014. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requeiro que esta comissão reproduza trezentos (300) exemplares do relatório final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, e da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade foi publicado em 10 de dezembro 2014, e é dividido em três volumes. Este é resultado de dois anos e sete meses de trabalho desta comissão, criada para apurar e esclarecer, indicando as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988 (período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras), com o objetivo de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A Comissão Camponesa da Verdade (CCV) foi criada em 2012, fruto do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. O Relatório final do Grupo de Trabalho enumera as violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas no período compreendido entre 1946-1988. **Autoria:** Senador João Capiberibe e outros Resultado: Aprovado. Item 8. Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2014. Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam anexadas as assinaturas recolhidas pela campanha "50 Dias contra a impunidade" da Anistia Internacional ao PLS 237, de 2013, que pleiteia os seguintes pontos: – Revisão da Lei de Anistia de 1979, eliminando os dispositivos que impedem a investigação e a sanção de graves violações de direitos humanos; e cumpra a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, investigue e puna os crimes contra a humanidade cometidos por agentes do Estado durante o regime militar. – Aprovação de legislação que adapte as disposições do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional sobre crimes contra a humanidade e crimes de guerra no direito interno Brasileiro. – Apoio e desenvolvimento de políticas de memória, como a abertura de arquivos e o estabelecimento de museus, para manter presente a história das violações de direitos humanos no Brasil e evitar a repetição das mesmas. Solicito também ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que seja dada a celeridade na aprovação do projeto supracitado. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião (77ª), que é dada por

aprovada. A Senhora Presidenta despede-se, agradece a colaboração dos Senadores membros e elogia o empenho dos Servidores da SACDH no biênio no qual presidiu a CDH. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senadora* **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 77ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 73ª a 76ª Reuniões da CDH e, ainda, a aprovação da Ata da 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Proponho a dispensa...

Nós vamos passar, então, para os itens da pauta.

Os Senadores já estão com a pauta em mãos, nós estamos aqui...

Nós temos seis itens de pauta e temos, também, alguns extrapautas, que são requerimentos. Há um requerimento extrapauta.

Temos condições de votar os três primeiros itens, que são não terminativos. No entanto, como os Relatores não estão presentes, solicito aos Srs. Senadores, se possível, que sejam Relatores *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, eu vou fazer um apelo, porque nós temos alguns problemas... O outro é a reunião da Bancada, que é à uma hora.

Se a gente votar os três primeiros, que a gente faça uma síntese do relatório, que, inclusive, pelo que eu vejo, é pela rejeição. Como a gente vai acompanhar o relatório, sem ler todos os documentos, que são páginas e páginas, podemos ir direto ao voto, já que é pela rejeição, porque pelo menos conhecemos a matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu solicito a V. Exª incluir o meu requerimento extrapauta, que está sob a mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, primeiramente, vamos votar os três relatórios. Mas, antes, consulto se os Srs. Senadores aprovam a inclusão extrapauta do requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... apresentado pelo Senador João Capiberibe.

Aprovada a inclusão extrapauta.

Nós vamos, então, votar os três primeiros itens e, depois, o extrapauta.

Item 1...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... mas o problema é de tempo. Depois você pega o item 2. Eu vou direto ao voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item nº 1 da pauta. Está na página 10.

ITEM 1

SUGESTÃO Nº 5, de 2014
– Não terminativo -

Dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, o destino dos recursos e a sua fiscalização.
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Designo o Senador Paulo Paim Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 5, de 2013, que dispõe sobre a ampliação da participação da União no financiamento da educação, com o destino dos recursos e a sua fiscalização.

A sugestão é boa, mas considero improcedente. Acompanho o voto do Relator, que, em função do que foi aqui levantado por nós, é pela rejeição da Sugestão nº 5.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão.

Passamos ao item 2.

Está na página 23.

ITEM 2

SUGESTÃO Nº 6, de 2014
– Não terminativo -

Estabelece novas regras sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Como a Senadora Vanessa Grazziotin não está presente, estou designando o Senador João Capiberibe Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin faz várias considerações sobre a Sugestão e, em seguida, analisa detalhadamente e conclui com o voto pela aprovação da Sugestão nº 6, de 2014, para que passe a tramitar como proposição desta Comissão de Direitos Humanos, nos termos que seguem. Ela relata o Projeto de Lei do Senado. Portanto, ela aproveita a Sugestão e pede que seja aprovada, de acordo com o relatório.

Era isto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Passamos ao item 3 da pauta.

Está na página 36.

ITEM 3

SUGESTÃO Nº 14, de 2014
– Não terminativo -

Encaminha proposta de Projeto de Lei instituindo um sistema de ouvidorias, no âmbito do Poder Executivo Federal.
Autoria: Centro Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator ad hoc, para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, fez uma análise detalhada da questão e, como aqui é uma decisão que caberia ao Executivo, não é contra a

proposta, que acha até interessante. Mas, se a ouvidoria fosse aqui, na Casa, poderíamos decidir. Mas já temos a Ouvidoria da Casa. Como o Executivo é uma instância e essa iniciativa deveria, de preferência, vir de lá para cá, pela complexidade e análise que ela faz, ela termina dizendo que, em razão do que aqui foi exposto, conclui pela inadmissibilidade.

Ela não é contra, mas entende que esse não é o foro correspondente à Sugestão nº 14 e, consequentemente, pede que vá ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, pelo arquivamento da sugestão.

Como os demais itens da pauta são terminativos e nós não temos quórum para apreciá-los, vamos ao item extrapauta, já aprovado, de iniciativa do Senador João Capiberibe.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Presidente da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, requeiro que esta Comissão reproduza 300 exemplares do relatório final da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Camponesa da Verdade, Violação de Direitos do Campo, de 1946 a 1988.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente; Sr. Senador Paim, na semana passada, a Comissão Nacional da Verdade apresentou relatório final de seu trabalho, depois de dois anos e meio, que constata os absurdos cometidos principalmente no período da Ditadura Militar, de 64 a 85.

Essa história é desconhecida da sociedade brasileira. Esse relatório precisa ser divulgado, precisa chegar às bibliotecas das universidades, das instituições. Para isso, nós precisamos dele impresso. Então, a ideia é que esta Comissão de Direitos Humanos, por sua Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, dê essa contribuição com a divulgação do relatório. Para isso, eu peço o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para reafirmar. Sou totalmente favorável ao trabalho feito. O Senador está pedindo o mínimo: que haja essa reprodução, para que a gente possa divulgar melhor o trabalho realizado pela Comissão da Verdade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria apenas de fazer o registro de que eu também apresentei o mesmo requerimento, também como item extrapauta, nos mesmos termos. Então, eu gostaria de saber se podemos assinar junto com o Senador João Capiberibe, e, assim, eu retiro meu requerimento, porque é a mesma coisa. São 300 cópias do relatório para atender às demandas. Foi, na verdade, uma solicitação da reunião que apreciou o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Então, retiro meu requerimento e gostaria de subscrever o requerimento do Senador João Capiberibe. Talvez, Senador João Capiberibe, se o próprio Senador Paulo Paim também subscrever o seu requerimento, possamos fazê-lo em conjunto.

Consulto o Senador João Capiberibe se podemos encaminhar dessa forma.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tranquilo?

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço muito ao Senador Paulo Paim, ao Senador João Capiberibe, a todos os assessores, colaboradores que nos ajudaram nesta atividade matutina, ajudando-nos no relatório, inclusive, das emendas ao Orçamento da União para o ano de 2015, e também, neste momento, na aprovação dos projetos de lei.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, eu sei que esta é a última reunião sob sua presidência. Eu não poderia deixar de, em rápidas palavras, muito rápidas, dizer de nossa satisfação de estar aqui, no plenário, sob sua presidência competente, de qualidade, de generosidade, grandeza. V. Exª é uma Presidenta que sempre olhou para todos e que, nesse período de dois anos, foi um verdadeiro símbolo dos

direitos humanos. Ainda ontem, aqui, eu ouvia uma série, eu diria, de estadistas que estavam aqui, como, por exemplo, o Ministro Dipp, do STJ, e tantos outros, que estavam aqui, na Mesa, todos reconhecendo o belíssimo trabalho que V. Exª fez.

Eu repito o que disse ontem: eu não entendo – não entendo e estou preocupado, e por isso aprofundamos e avançamos na reforma política – uma Parlamentar como V. Exª não ter sido reeleita, como Deputada ou mesmo como Senadora, porque, no meu entendimento, V. Exª merecia ser reeleita Senadora. E isso é uma demonstração de que, como uma das convidadas disse ontem, o poder econômico está se apropriando do Congresso Nacional, porque eu sei que a sua disputa no Estado foi desigual sob o aspecto financeiro. Então, mais do que nunca, nós temos que discutir, aprofundar uma reforma eleitoral e política para que uma injustiça como essa... Foi feita uma injustiça. Isto é fato. Não estou aqui julgando o voto de cada cidadão, mas o resultado final foi uma injustiça, pelo brilhante trabalho que V. Exª fez durante todos os anos do seu mandato aqui no Senado da República. Se eu estivesse no Espírito Santo, pode ter certeza absoluta de que eu votaria em V. Exª tanto para Senadora como para Deputada. Eu votaria com muita tranquilidade. Aprendi a respeitá-la e ser mais seu amigo. Eu sempre digo que amigo é uma palavra muito cara para mim,pois são muito poucos. E eu digo a V. Exª, com muito carinho, que eu tenho um enorme prazer em dizer que eu sou seu amigo e que eu queria muito que V. Exª fosse minha amiga. Independentemente dos caminhos que viermos a ter que traçar ao longo de nossas vidas, com certeza, estaremos sempre na mesma trincheira.

Vida longa a pessoas que pensam como V. Exª, especialmente a V. Exª!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Ouvindo essas palavras do senhor, eu me sinto extremamente emocionada, porque o Paulo Paim é um Senador que tem uma trajetória de muitos anos nesta Casa e que é muito respeitado pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras brasileiras. V. Exª sempre defendeu a causa daqueles que mais precisam. Então, eu me senti, nesse período, também muito próxima, muito amiga. E vocês, tanto o Senador Paulo Paim quanto o Senador João Capiberibe, sempre foram muito presentes nesta Comissão de Direitos Humanos.

O Senador João Capiberibe, inclusive, na Comissão da Verdade, na nossa Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, teve uma dedicação imensa para poder produzir aqui uma grande contribuição que serviu de apoio, de subsídio para a Comissão Nacional da Verdade. Então, esta Comissão trabalhou muito, nesse período, com apoio, com a presença e a participação de muitos de vocês.

Então, eu me sinto muito feliz e quero agradecer muito a todos vocês. Quero agradecer a todos os assessores que aqui estão, à Rose, nossa companheira, que está sempre aqui, que é da Liderança do nosso Partido e que sempre está nos ajudando, avaliando os projetos e nos orientando, quero agradecer aos assessores dos Parlamentares, do Senador Paim, do Senador João Capiberibe e dos demais Senadores, à Regina da SPM, que está aqui, e à Marinete da SDH, ligadas à Presidência da República, que também sempre estão nos orientando, nos ajudando e sempre se fazendo presentes. Então, eu quero agradecer muito a todos vocês.

Eu confesso, Senador Paim, que eu não tinha muita segurança, no início, de conseguir presidir esta Comissão, que é muito demandada, uma comissão que foi, nesse período, então, muito demandada, por causa da Comissão Nacional da Verdade, das denúncias de violações de direitos humanos que acontecem em vários Estados do País, da violência contra as mulheres e também de direitos de trabalhadores muitas vezes não respeitados, não garantidos, por causa da situação carcerária no País, que é um caos muito grande em vários Estados, da questão indígena, que também foi muito debatida, da violência contra a mulher, da violência contra a criança, da questão da adoção, da questão do tráfico de pessoas, por causa, enfim, de diversas demandas que passaram por aqui.

E eu digo, Senador Paim, que ser Presidente de uma Comissão como esta não é para qualquer pessoa. Não pode e não deve ser, porque ela precisa ter compromisso com essas causas, precisa ter afinidade com essas lutas, precisa realmente ter disposição de apoiar. E aqui – digo isto com muita tranquilidade – nós temos uma equipe de trabalho que fez muita diferença. A nossa equipe merece os nossos aplausos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero citar aqui a Mariana, secretária desta Comissão, que, com muita dedicação, com muito zelo, com muito cuidado, tomou conta de tudo que passou por aqui. Ela conferiu tudo, nada saiu desta Comissão sem passar pelas mãos dela. Todos trabalharam, mas o olhar final sempre foi da Mariana.

Cito o Augustino, uma pessoa que todos nós conhecemos e que tem uma articulação muito grande com os movimentos sociais.

Onde está o Augustino?

Ele sempre dialogou com os movimentos sociais, com os movimentos indígenas, com quilombolas, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a Via Campesina... Enfim, ele sempre teve muito diálogo com esses setores.

Não vou citar o nome de todos vocês, mas uma boa parte dos assessores está aqui, a Loni e tantos outros estão aqui... Não vou ficar citando para não correr o risco de esquecer alguém que está lá na sala. Mas quero agradecer a todos e a todas vocês que contribuíram com este trabalho, à equipe do nosso gabinete de Senadora... Aqui estão o Pena e o Jonathan... Enfim, houve um trabalho coletivo aqui.

E quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras, que se dedicaram, alguns com mais assiduidade, outros com menos, porque tinham outras comissões como prioridade de trabalho, mas todos, de uma forma ou de outra, contribuíram muito com esta Comissão. O Senador Randolfe, o Senador Paulo Davim, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Marta, enfim, vários Senadores passaram por aqui e deram a sua contribuição.

Portanto, quero agradecer muito a todos vocês e dizer que amanhã vou fazer um pronunciamento de despedida. Amanhã vou ocupar a tribuna do Senado e vou fazer o meu pronunciamento na parte da tarde, fazendo esses agradecimentos e uma prestação de contas do nosso trabalho. Assim, convido todos vocês para, se puderem, estarem presentes para acompanhar o nosso pronunciamento.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Senadora Ana Rita, foi muito bom trabalhar com a senhora. Foi bom mesmo. Foi uma experiência muito interessante, numa Comissão que trata de temas sensíveis da sociedade brasileira, que é autoritária e que não tem cultura democrática, o que temos que reconhecer. A senhora tem essa sensibilidade com o sofrimento das pessoas e trouxe para esta Comissão, abriu esta Comissão para amplos debates e discussões de segmentos que não têm voz.

Nós sabemos que o Parlamento é ocupado pela força do poder econômico. São eleitos pela força do dinheiro, com raras e honrosas exceções. E os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira não têm voz. Portanto, é muito importante ter uma Senadora como a senhora no Parlamento, conduzindo uma comissão como a Comissão de Direitos Humanos.

Para mim, foi uma belíssima experiência. Aprendi muito aqui. E tenho certeza que a senhora vai fazer muita falta no ano que vem. São poucos aqueles que têm essa identidade com o conjunto e que sabem conviver com as diferenças da sociedade brasileira e respeitá-las.

Assim, quando a gente se despede de alguém que tem essa sensibilidade, a gente sabe que ela, no futuro, vai nos fazer muita falta.

Mas eu não poderia deixar de me despedir pedindo um pouco mais de trabalho de V. Exª. É que nós recebemos aqui... A Anistia Internacional fez uma campanha de coleta de assinaturas pedindo a revisão da Lei de Anistia e a encaminhou ao Presidente do Senado, que nos encaminhou.

É verdade que nós temos pouco a fazer com este pedido, a não ser, talvez, encaminhar, através da Comissão de Direitos Humanos, uma solicitação, em anexo à formalização desse abaixo-assinado da Anistia Internacional, para que a Comissão de Relações Exteriores vote o projeto de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, do qual sou Relator. Na verdade, seria um pedido, um apelo para que a Comissão de Relações Exteriores colocasse em pauta esse projeto de revisão da Lei de Anistia.

Era este o último trabalho, agradecendo muitíssimo pela sua presença aqui, que foi importante para todos nós.

Eu tenho certeza de que os movimentos sociais, aqueles segmentos mais vulneráveis do País, de que nós tratamos aqui – a questão indígena, a questão quilombola, a questão dos sem-terra, a questão de invasões que ocorreram em áreas dessas populações sem voz –, nós trouxemos para cá, inclusive com essa questão importantíssima da revisão da memória histórica do nosso País, de mostrar para os jovens que a democracia custou vidas, que a democracia custou enormes sacrifícios. A Comissão cumpriu esse papel com a sua condução.

Muitíssimo obrigado por tudo. Eu agradeço, em nome do povo brasileiro, pela sua contribuição, pela sua participação aqui na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Eu vou fazer o seguinte encaminhamento, então, com relação à solicitação de V. Exª: recebo essa solicitação como um requerimento de V. Exª...

Então, coloco em votação a aprovação desse pedido, desse requerimento, para que possamos encaminhar em nome da Comissão.

Aqueles que aprovam o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será encaminhada, então, pela Comissão de Direitos Humanos, a solicitação de V. Exª.

Finalizando mesmo, agradeço profundamente a todos vocês. Carrego comigo uma experiência muito grande, muito forte, que, para a minha vida, será bastante útil.

E agradeço particularmente a vocês dois. São dois Senadores que sempre estiveram conosco em todos os momentos. Então, muito obrigada pelo apoio, pelo carinho, pela presença, pela solidariedade, muitas vezes, porque, em alguns momentos, a gente precisa ter a solidariedade, como tivemos que ter agora, pela manhã, para a aprovação das emendas. Então, agradeço pela compreensão de todos vocês, para que a gente possa continuar.

Eu tenho absoluta certeza de que a gente sai, mas o trabalho continua, porque vocês vão permanecer aqui, pois o Senador Paim, o Senador Capiberibe e outros Senadores que fazem parte desta Comissão permanecerão aqui. Então, esse trabalho vai continuar, com certeza, com o mesmo vigor, com a mesma disposição. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 12 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor **Senador João Capiberibe**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, com a presença do Senador João Capiberibe e das Senadoras Não Membro, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos dos Requerimentos nº 43/2014 e 44/2014, ambos aprovados em 21/5/2014, de iniciativa do Senador João Capiberibe, para debater *A implementação das recomendações que constarão no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* e para *realizar o lançamento do livro "Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar".* O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e apresenta os senhores convidados, solicitando que tomem lugar à mesa. Dando prosseguimento aos debates, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nessa ordem: Wadih Damous, Representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Pedro Dalari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade e Justiça; Deputado Federal Assis do Couto; Gilney Viana, Coordenador do Projeto "Direito à Memória e Verdade" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Diva Santana, Representante dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; Francisco Celso Calmon, Representante da Rede Brasil da Memória, Verdade e Justiça; Ela Wiecko V. de Castilho, Vice Procuradora-Geral da República; e Eugênia Augusta Gonzaga, Presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. O Senhor Presidente justifica a ausência da Ex-Secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes e manifesta seu apoio a ela, em razão das agressões sofridas pelo Deputado Jair Bolsonaro. A Senhora Senadora Ana Rita também manifesta a sua solidariedade à Deputada Maria do Rosário. O Senhor Presidente registra a presença de diversas pessoas presentes no plenário, e passa a palavra às seguintes: Betinho Duarte, da Comissão da Verdade em Minas Gerais; Laurenice Noleto, da Comissão Jornalistas de Goiás; Ivete Caribé da Rocha, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná; Jarbas Silva Marques, da Comissão Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Cesar Cordaro, da Comissão da Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo; Vicente Rodrigues, do Arquivo Nacional/ Memórias Reveladas; Paulo E. C. Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; e Edivaldo Nunes Cajá, ex-preso político de Pernambuco. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: solicita aos representantes de comissões da verdade presentes no plenário, em especial a OAB, a Comissão Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB, que encaminhem cópias dos Relatórios respectivos à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de que possam ser divulgados pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – *Senador* **João Capiberibe,** Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, Srª Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 43 e 44, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, ambos aprovados em 21 de maio de 2014, de minha iniciativa, para debater a implementação das recomendações que constarão no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Esta audiência pública conta com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ambas da Câmara dos Deputados.

Nós proceder em duas etapas. Para compor a primeira mesa, tenho a honra de convidar – e desde já agradecer – o Deputado Federal Assis do Couto.. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Para completar a nossa mesa, convido o Deputado Gil Vianna, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também um ex-combatente da democracia. (*Palmas.*)

Na segunda mesa, nós teremos a participação de Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos; Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça; Ela Wiecko, vice-Procuradora-Geral da República; e a Deputada Maria do Rosário Nunes, ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero esclarecer que hoje teremos várias atividades que se iniciam com a presente audiência pública. Logo após, iremos até o *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, onde faremos um ato intitulado "Reconhecer é preciso, reviver nunca mais." Esse ato tem o objetivo de marcar o encerramento do ano como o ano da democracia, da memória e do direito à verdade para o Congresso Nacional e para toda a sociedade. No decorrer do ato, teremos o lançamento de dois importantes livros: *Brado Retumbante*, do escritor e jornalista Paulo Markun, e *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar, de* Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

No período da tarde, teremos o Foro Legislativo Nacional de Direito Humanos pelo Direito à Memória, Verdade e Justiça, que ocorrerá na Câmara dos Deputados. Tudo isso dentro da semana de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidado; é, para nós, uma honra recebê-los. Esta Subcomissão foi criada com o objetivo de contribuir, colaborar e dar visibilidade a todo esse trabalho de recuperação da nossa memória histórica e também no sentido da promoção da justiça.

Com essas considerações, passo a palavra à Senadora Ana Rita, que é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia a todos e todas.

Eu quero aqui, com muita satisfação, cumprimentar todos os representantes das comissões estaduais da verdade aqui presentes; quero cumprimentar também o Deputado Assis do Couto; o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão e Justiça; também o Wadih, que se faz presente aqui, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e assim cumprimento também o Gilney Viana, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e os demais presentes, que farão parte da segunda mesa de debate, de reflexão da Subcomissão de Direitos Humanos.

A apresentação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade se dá num momento muito simbólico. Primeiro porque "descomemoramos", neste ano, 50 anos do golpe civil militar. Segundo, porque após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, setores reacionários e de extrema direita têm saído às ruas, inclusive jovens, para pedir uma intervenção militar e o retorno da ditadura. Por certo são jovens demais para saber o real significado de um regime político dessa natureza.

Muito rapidamente quero aqui parabenizar a Presidenta Dilma por ter instalado a Comissão Nacional da Verdade, tão fundamental para que o Brasil pudesse trazer à tona a verdade de um período sombrio de nossa história. É preciso que o trabalho da Comissão não pare por aí. Sabemos das dificuldades que foram enfrentadas para que se pudesse ter acesso às informações, principalmente pela resistência por parte de setores importantes das Forças Armadas que não disponibilizaram os documentos necessários, nem colaboraram para que os crimes cometidos nos quartéis fossem apurados e responsabilizados.

Mais do que conhecer a verdade, recompor nossa história coletiva é fundamental para o avanço do processo civilizatório brasileiro, para o aprofundamento da nossa democracia que a atual Lei de Anistia seja revogada e os crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes de Estado punidos.

É preciso fazer justiça em relação a essas violações a direitos humanos para que possamos avançar no enfrentamento desses mesmos crimes que, infelizmente, se perpetuaram em nossa democracia, a exemplo dos

crimes que continuam sendo cometidos contra os pobres, os negros, os indígenas, quilombolas, moradores de ruas e das periferias, a população LGBT.

Espero que esse relatório seja um instrumento capaz de fazer avançar, neste Parlamento, pautas como a desmilitarização das polícias e o fim dos autos de resistência, legado nefastos deste triste período de nossa história.

No mais, a Comissão de Direitos Humanos está completamente à disposição para que as recomendações da Comissão Nacional da Verdade sejam observadas e cumpridas, além de ser parceira de primeira hora para que possamos consolidar cada vez mais nossa jovem democracia.

Reconhecer é preciso; reviver nunca mais.

Então, parabéns à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, por ter tomado a inciativa de articular esse momento tão importante. E quero aqui, em nome de todos os membros da nossa Comissão, agradecer muitíssimo a presença de todos vocês, em especial dos membros da Comissão Nacional da Verdade por fazerem aqui, no Senado Federal, a apresentação do conteúdo do relatório, que foi realizado com muita disposição e também com muita alegria durante todo esse período.

Então, agradeço profundamente a presença de todos vocês. E um bom dia para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos dar sequência, porque nós temos alguns convidados com problema de agenda, de tempo.

Eu apenas gostaria de destacar que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça e o trabalho que nós também aqui realizamos tem o objetivo claro de fazer chegar as informação às novas gerações.

É fundamental que entendamos que a democracia só fez bem para este País; mas antes da democracia, nós tivemos uma página difícil de ser virada, e que terminou com o sacrifício de centenas de brasileiros e de brasileiras e que só agora vem a público por meio do relatório oficial do Estado brasileiro, que faz uma prestação de contas dos crimes praticados na ditadura. As consequências desse levantamento e da apresentação do relatório certamente será motivo de grandes debates daqui em diante.

Nós, Parlamentares, temos o costume de usar a palavra por muito tempo, mas não vou fazer isso, até porque um momento como este, para mim, é sempre muito difícil. O meu depoimento eu prestei num livro que eu escrevi, onde eu falo de tudo aquilo que nós passamos ao longo da prisão, toda essa fase dura que nós tivemos que enfrentar, muitos de nós que estão aqui presentes tiveram que viver para poder reconstituir a democracia brasileira.

Dando sequência, então, eu gostaria de começar ouvindo o Dr. Wadih Damous, que foi um grande colaborador nesse processo de recuperação da nossa memória.

Com a palavra, Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WADIH DAMOUS – Senadora Ana Rita, Senador Capiberibe, saudando-os, eu saúdo a todos os componentes da Mesa, em particular meu colega Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Quero, mais uma vez, agradecer o convite de estar aqui, novamente, colaborando com esta Subcomissão.

Obviamente quem vai falar com conhecimento de causa do relatório é o Dr. Pedro Dallari. Ainda não li o relatório, ainda não tive, Senadora, tempo de ler mais detidamente o relatório. Conheço as linhas gerais, até porque sempre mantivemos diálogo com a Comissão Nacional da Verdade. Mas ontem, na OAB, onde realizamos um ato público que foi muito bonito, carregado de simbolismo, eu dizia que era um momento histórico e que nós tínhamos que considerar, independentemente das críticas que aqui e ali se façam das restrições, que se façam ao trabalho da Comissão Nacional, nós tínhamos que entender que aquele era um momento histórico importante e que o relatório significava e significa um avanço político no que diz respeito às dimensões dos temas ligados à memória, à verdade e à justiça.

Só com muita má vontade – e já ouvi algumas declarações nesse sentido – nós podemos recusar a importância do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Tem que ter muita má vontade para se fazer isso.

Para considerar se foi um avanço, antes do relatório, antes do advento da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais, comparando com hoje, é a mesma coisa? Não. Não é a mesma coisa. Nós avançamos. O relatório mostra isso. Há algumas frustrações? Há. Algumas dessas frustrações, e acho que a maior delas, isso todos nós reconhecemos, Dr. Pedro Dallari reconhece, e não se pode creditar à Comissão Nacional da Verdade a responsabilidade por isso, a maior frustração diz respeito aos desaparecidos políticos. Essa é a nossa maior frustração. Nós não podermos, até este momento, dizer aos familiares, dizer aos entes queridos dos desaparecidos onde eles foram enterrados, o que fizeram dos seus corpos.

O que nós temos até hoje são depoimentos de agentes daquela época, e esses depoimentos devem ser recebidos com cautela, porque esses indivíduos sempre agiram na sombra e com base na mentira. Então, o que eles falam, o que eles dizem não pode ser levado ao pé da letra. Não pode ser levada ao pé da letra a infor-

mação do ex-Delegado Cláudio Guerra – se não me engano –, que diz que corpos foram incinerados na Usina Cambaíba, em Campos, porque ele é desmentido pelo Coronel Paulo Malhães, por exemplo, que disse para nós: "Trata-se de um bravateiro, isso não é verdade, porque nós não iríamos entregar corpos para saírem pela estrada de Petrópolis até Campos para serem incinerados". Então, quem está falando a verdade: o Cláudio Guerra, Paulo Malhães, ou os dois mentiram? Então, essa parte, essa dimensão dos desaparecidos resta em aberto.

A Comissão Nacional está encerrando seus trabalhos dia 16. Se não me engano, Pedro, ela encerra definitivamente a sua atuação, e vai caber às comissões estaduais da verdade, ao Ministério Público, à Comissão de Mortos e Desaparecidos darem continuidade a esse trabalho, que, aliás, era um trabalho que precedia a própria criação da Comissão Nacional da Verdade.

Às vésperas do fechamento do relatório, a Comissão Nacional foi informada do aparecimento de duas ossadas. Uma delas já identificada. A outra, há a possibilidade de se tratar da ossada de Stuart Angel. E nós vamos dar continuidade a isso, nós vamos, enfim, continuar com essa linha de investigação. O que nós pretendemos é tomar do relatório algumas de suas recomendações como roteiro de atuação, por exemplo, na nossa comissão. Acho que as comissões estaduais, a partir do relatório, deveriam promover um encontro nacional das comissões estaduais, das comissões municipais, no sentido de tomar algumas das recomendações e algumas das linhas de investigação da Comissão Nacional, e, no que diz respeito ao âmbito de cada uma, dar andamento em linha de continuidade àquilo que foi iniciado pela Comissão Nacional da Verdade.

Então, eu acho que as recomendações do ponto de vista de se preocupar com o cenário brasileiro atual, andou bem. Nós temos recomendações de políticas públicas na área de segurança, com a recomendação para o fim dos autos de resistência, desmilitarização da polícia, que são mazelas que se intensificaram à época da ditadura.

Nós sabemos que a tortura não foi inventada pela ditadura, aliás os militares aprenderam a torturar com a polícia. Não faz parte, ou não fazia parte da formação dos integrantes das Forças Armadas Brasileiras o ensino da tortura. Eles foram ensinados pela polícia, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, e isso está plenamente documentado hoje, através de depoimentos. Se graduaram com a polícia e se pós-graduaram nas escolas das Américas, mas os professores primeiros foram as forças ordinárias de segurança pública.

Então, Senador Capiberibe, a tortura precedeu à ditadura, foi aperfeiçoada na ditadura e continua depois da ditadura. Mortes em confronto como farsa foram aperfeiçoadas pela ditadura e continuam hoje sob o nome de autos de resistência. Então, nós temos que interpretar as recomendações, que são extensas, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, e lutar, a partir do relatório, para que se transforme em políticas públicas, da formação das nossas Forças Armadas.

As nossas Forças Armadas têm uma formação que remonta à Guerra Fria, baseada no inimigo, agora no inimigo interno, antes era o cenário de guerra fria, em que havia o inimigo externo, que tinham as quintas colunas, aqui no Território Brasileiro, e que tinham que ser combatidas. Hoje o inimigo interno são os pobres, negros, jovens, favelados das nossas periferias, que acabam se tornando alvo da noção do inimigo. Então, nesse sentido, as recomendações, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, devem ser levadas como luta para que se transformem em políticas públicas.

E, por último, é sempre bom ressaltar as dificuldades que temos todos nós que estamos trabalhando com essas questões ligadas à memória, à verdade e à justiça, aqui no Brasil. Dificuldades de natureza institucional. As Forças Armadas Brasileiras não colaboram. Não colaboram. É algo que, efetivamente, nos envergonha. As dificuldades que nós tivemos, ao longo de todos esses anos, de conseguir documentação, de ouvir os ex-agentes, foram dificuldades quase que intransponíveis. E isso, efetivamente, acaba condicionando o trabalho das comissões. Embora a atual geração de militares não tenha participado da barbárie daquele tempo, mas o seu silêncio e a sua falta de colaboração tornam essas novas gerações coniventes com o que aconteceu nos idos de 70, na época da ditadura militar. Acabam se tornando cúmplices, porque acobertam os crimes dos seus antecessores. E isso é algo que acaba por influenciar negativamente no trabalho das comissões. O melhor que as Forças Armadas Brasileiras fariam para tirar essa mancha da sua imagem, da sua reputação, era colaborar. Infelizmente, não foi esse o caminho adotado.

E as dificuldades da Comissão Nacional, das comissões estaduais, já começaram na própria tramitação da lei. Os debates parlamentares acerca da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade mostram que já se tentaram criar obstáculos ali, ao estender, por exemplo, o tempo de investigação.

Como é que em dois anos vai se investigar um período de 1946 até 1985? E uma série de outros obstáculos que, ao fim e ao cabo, nós procuramos contornar da melhor maneira possível. Muitas vezes, não logramos êxito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WADIH DAMOUS – ... em determinados objetivos exatamente por conta desses obstáculos institucionais.

Eu quero aqui, mais uma vez, reiterar as felicitações que fiz ontem à Comissão Nacional da Verdade. Trata-se de um documento importantíssimo. Vai caber a nós, agora, sobretudo às comissões que sobrevivem à Comissão Nacional da Verdade, dar andamento, dar continuidade a essas linhas de investigação e aprofundar as linhas gerais que foram traçadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Então, basicamente é isso. Muito obrigado. Obrigado, Senadora Ana Rita; obrigado, Senador Capiberibe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Nós é que agradecemos, Dr. Damous. Obrigadíssimo por sua presença.

Eu lembro que esta Comissão se deslocou ao Rio de Janeiro, tanto é a dificuldade que a Comissão Nacional da Verdade enfrentou e nós também enfrentamos. A primeira visita feita a um espaço das Forças Armadas pela Comissão do Rio foi com a nossa presença lá no quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Antes isso era quase impossível. Foi impossível realizar essas visitas e verificar os locais, porque a tortura aconteceu exatamente nos prédios, nas repartições do Estado. Havia a parte clandestina, mas a tortura se praticava a menos de 200m do Palácio do Planalto, com o tivemos a oportunidade de ouvir relatos de jornalistas de Brasília que foram presos e torturados no Comando do Estado Maior do Exército. Então, era muito próximo daqui.

Eu gostaria de registrar um encaminhamento, um ofício enviado pela Comissão Estadual da Verdade da Bahia, que apresenta o jornalista Francisco Ribeiro dos Santos Neto, que representa a Comissão Estadual da Verdade nesta audiência pública. Eu gostaria que o jornalista se apresentasse, só para a gente o conhecer.

Muito obrigado pela presença da Comissão da Bahia. (*Palmas.*)

Nós temos aqui o depoimento do jornalista Pinheiro Salles, da Comissão Nacional da Verdade. Muito obrigado. Eu gostaria que o jornalista também se apresentasse. (*Palmas.*)

E aqui está o livro, que nós vamos lançar na Câmara dos Deputados, chamado *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. As autoras do livro estão aqui, a Leneide Duarte-Plon e a Clarisse Meireles. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença.

Vamos ouvir, agora, o Presidente da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, Dr. Pedro Dallari – com a palavra.

O SR. PEDRO DALLARI – Muito bom dia, Senadora Ana Rita. É uma satisfação estar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, em evento organizado pela sua Subcomissão de Verdade, Memória e Justiça, que tem à frente o valoroso Senador João Capiberibe, a quem saúdo. Quero também saudar os meus companheiros de Mesa, Deputado Assis do Couto; Dr. Wadih Damous; Gilney Viana, com quem compartilhei nesses últimos meses muitas conversas em torno, justamente, do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Foram parceiros muito importantes, aos quais eu registro o agradecimento da Comissão. Quero saudar todos os que vão participar deste evento também companheiros de caminhada, minhas senhoras e meus senhores.

Ontem, a Comissão entregou o relatório à Senhora Presidenta da República, cumprindo, assim, disposição da lei que instituiu a Comissão, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Senhora Presidenta da República em novembro de 2011, e, nesse sentido, deu atendimento à disposição do art. 11, que estabelecia que, ao final das suas atividades, assinaladas para 16 de dezembro de 2014, portanto daqui a cinco dias, nós deveríamos apresentar um relatório que contivesse a descrição das atividades da Comissão, os fatos investigados e as conclusões e recomendações. E foi isso o que nós fizemos.

Antecipamos em alguns dias para poder fazer com que a data de entrega do relatório coincidisse com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, para expressar que esta iniciativa é mais uma naquela caminhada permanente em prol dos direitos humanos e da sua promoção.

Fizemos também a entrega à sociedade – meu colega Wadih Damous já mencionou o evento na Ordem dos Advogados do Brasil, algumas pessoas aqui estavam presentes ––, foi um gesto da Comissão entregar o relatório à sociedade brasileira e lá fizemos a apresentação do relatório.

Viemos ao Congresso Nacional; aqui entregamos este conjunto de oito tomos, correspondentes a três volumes, 4.400 páginas, ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, exatamente porque era nosso entendimento que, se não fosse o Congresso Nacional, a Comissão não teria nascido com o peso que teve.

Um dos diferenciais importantes da Comissão Nacional da Verdade do Brasil é não ter sido instituída por decreto ou por ato presidencial, mas, sim, por lei votada pelo Congresso Nacional. Isso nos deu uma autonomia muito importante.

Procuramos nesses últimos três dias agendar a entrega também ao Presidente da Câmara dos Deputados. Infelizmente, S. Exª não teve disponibilidade de agenda e, por isso, não conseguimos fazer, como era o nosso desejo, a entrega também à Câmara dos Deputados.

Entregamos o relatório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e entregamos o relatório ao Procurador-Geral da República, Dr. Janot.

Portanto, procuramos na data de ontem prestar contas do trabalho realizado pela Comissão, em atendimento ao mandamento legal.

Foi-me pedido que fizesse uma breve apresentação sobre o relatório. Então, eu vou tomar alguns minutos do Senador Capiberibe para fazê-lo na mesma metodologia. E peço desculpas para aqueles que estiveram ontem na OAB, que eu usei na data de ontem a que me parece a mais adequada, que é apresentar o relatório assim como todos os milhões de brasileiros podem ver.

Então, eu vou pedir aos colegas que estão nos ajudando aqui que coloquem no ar o *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vocês vão ver o relatório exatamente como qualquer pessoa que está na sua casa pode ver. Então, vocês podem entrar no *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vão entrar na matéria do relatório e tem lá "faça o *download* do relatório".

Como é um volume de informação muito grande, é muito pesado, eles estão separados nesses nove blocos, mas isso não significa nove volumes ou nove tomos. São nove instrumentos de acesso.

O relatório está dividido em três volumes. O primeiro volume se refere à parte geral, que foi elaborada de maneira estritamente vinculada à observância da lei. Eu peço, então, que você abra, por favor. Vinícius, por favor, abra o primeiro volume.

Pode ir baixando, a primeira página é em branco, mesmo. Vai baixando um pouco. Você tem que ir baixando suavemente pela setinha da direita, porque o documento é muito grande.

Então, o volume um do relatório. Eu gostaria que você fosse até o índice, Vinícius. Há lá os membros da Comissão. É um livro. Na verdade, o que nós estamos colocando no *site* é fac-símile do que está oficialmente publicado. Os membros, toda a equipe que trabalhou.

Aqui estão mencionados, nesse expediente, todos os que trabalharam na Comissão Nacional da Verdade e todas as comissões parceiras com as quais fizemos convênios, todas as comissões estaduais, municipais e setoriais.

Descendo mais um pouco, vamos ao índice, pode parar aí.

Após a apresentação, a parte I, que contém dois capítulos, responde justamente à determinação da lei de que o relatório deveria conter as atividades da Comissão Nacional da Verdade. Então, o Capítulo I fala da criação dos antecedentes, as experiências internacionais e atividades estão no Capítulo II, bastante abrangente, inclusive uma parte que eu menciono porque ela está dando uma certa confusão, que é a Seção C, que fala do relacionamento com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Outro dia até saiu uma notícia de que as Forças Armadas iriam listar todos os documentos que eles haviam entregue à Comissão Nacional da Verdade. Aí eu disse ao jornalista: "Não precisa, nós já listamos." Então, na Seção C, eu digo claramente tudo que nós recebemos, as diligências que fizemos, ou seja, não tenho nenhum tipo de perspectiva de ficar falseando as informações. As divergências que existem são de matéria substantiva, e elas estão explícitas.

Aquilo que nós recebemos nós reconhecemos, e ontem fiz questão de dizer na manifestação à Senhora Presidenta que o relacionamento institucional como Ministério da Defesa sempre foi muito bom. Nós não temos problema de relacionamento com o Ministério da Defesa. O que nós não temos é informação. é outra história. Quer dizer, não há substância, mas o relacionamento é muito cordial.

A parte II trata das estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos, que é outra determinação, porque a lei nos obriga a apurar os fatos de maneira circunstanciada, identificando estruturas e instituições, locais e autorias. Foi o que fizemos.

Então, a parte II está ali, com os capítulos que tratam da parte das estruturas. Há um contexto histórico, depois os órgãos e procedimentos de repressão política; depois, as conexões internacionais no Capítulo V e a Operação Condor, que é enfocada, especificamente, no capítulo mais abaixo, no Capítulo VI.

A parte seguinte, a parte III, tem os métodos e práticas nas graves violações aos direitos humanos. Aqui eu quero sublinhar os seguinte: quando a lei fala em graves violações de direitos humanos, o que ela entende por "graves violações dos direitos humanos"? Nós fomos de uma fidelidade absoluta à lei. Ela fala em tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, seguindo o padrão internacional.

Nós acrescentamos a isso a abordagem das detenções ilegais. Por quê? Porque a detenção ilegal é a porta de entrada para essas outras infrações de natureza penal. Portanto, nós, após fazermos, no Capítulo VII, um quadro conceitual para mostrar que nós iríamos trabalhar em cima de um quadro de referência consistente do ponto de vista teórico, fomos percorrer cada um desses tópicos.

No Capítulo VIII, detenções ilegais e arbitrárias. descrevem-se os procedimentos, as práticas, com farto testemunho. Todo o relatório é permeado por testemunhos das vítimas, por depoimentos de terceiros, ou seja, nós procuramos fazer do documento do documento um documento vivo.

O Capítulo IX vem na sequência e trata de tortura. No Capítulo X, nós desmembramos, no enfoque da tortura, a temática da violência sexual, da violência de gênero e violência contra crianças e adolescente, que é algo que nos chocou enormemente e aparece como um padrão. Ou seja, a violência sexual não era algo que era apenas produto da barbárie daquele que torturava. Era um procedimento que tinha método para procurar desestruturar aqueles que eram torturados.

No Capítulo XI, execuções e mortes decorrentes de tortura. Vejam que são capítulos longos, com 60 páginas, 70 páginas, 80 páginas. No Capítulo XII, desaparecimentos forçados, que estão associados à ocultação de cadáver.

Então, vejam que a preocupação da Comissão foi não ser opiniática. Não há análise, é fato. Fato! Essa é uma recomendação que eu dou muito às comissões da verdade estaduais e municipais, que vão fazer os seus relatórios.

Quanto mais o relatório trabalha no universo dos fatos mais consistente ele é. Opinião todo mundo tem, mas contra fatos bem identificados não há argumentos, daí a força do nosso relatório.

Depois, seguindo, a parte IV fala da dinâmica das graves violações dos direitos humanos, casos emblemáticos, locais e autores. Nós falamos, no Capítulo XIII, dos casos emblemáticos, alguns casos que têm importância até para entender a estrutura da repressão, como o caso do Rio Centro, por exemplo.

O Capítulo XIV é dedicado à Guerrilha do Araguaia porque nós entendemos que é um episódio de relevância nesse contexto todo e que merecia esse enfoque.

O Capítulo XV, que venho chamando de "atlas do terror", instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos. Nós listamos uma a uma; algumas pela sua relevância em termos do número de vítimas com mais destaque, mas todas estão listadas porque nós identificamos, tanto as unidades militares e policiais; depois, a estrutura clandestina, cujo março para nós é a Casa da Morte de Petrópolis, em 1971. Embora já houvesse algumas unidades que operassem antes, a Casa da Morte é o marco, e os navios-prisões, que é pouco conhecido do povo em geral.

Depois, o Capítulo XVI, que está dando grande polêmica aí, e chamando mais atenção: autoria das graves violações de direitos humanos. A crítica vem de todos os lados. Ou seja, que nós não devíamos ter feito isso, porque não é algo que seria adequado fazer a essa altura, passados já tantos anos; nunca se fez isso dessa maneira; ou, então, faltou gente.

Eu vou dizer para vocês a única razão pela qual a gente fez isso: é porque a lei manda. A lei diz que nós temos identificar a autoria. Portanto, nós identificamos a autoria. Recolhemos tudo que tinha de informação em todos os casos ao longo do relatório e fizemos uma lista de 377 pessoas. Classificamos por três categorias e desenvolvemos, embora não seja a especialidade de nenhum dos membros da Comissão de Direito Administrativo ou procuramos trabalhar uma categorização distinguindo a responsabilidade político-institucional que envolve, por exemplo, os Presidentes da República; a responsabilidade pela gestão de estruturas, que envolve a administração dos locais de repressão; e a autoria direta de graves violações pela prática de ato de tortura.

Fizemos, em relação a cada um dos 377 nomes, a identificação da imputação que está sendo dada. No caso daqueles de autoria direta, vocês vão verificar, no Capítulo XVI, inclusive a identificação das vítimas que estão associadas àquele caso.

Depois, no Capítulo XVII, fizemos uma abordagem sobre o Judiciário na ditadura, ou seja, para enfocar como a ditadura não só introduziu uma política de Estado baseada nas graves violações dos direitos humanos, como, em paralelo, através do AI-5, neutralizou o Judiciário para que ele não pudesse exercer o monitoramento daquela política de Estado.

Todo o nosso esforço foi para demonstrar que essas graves violações foram produto de uma ação muito orquestrada do Estado brasileiro e era, realmente, uma política de Estado.

Finalmente, a parte V tem um único capítulo, conclusões e recomendações. Está lá o conjunto de quatro conclusões e 29 recomendações. Nós evitamos fragmentar as recomendações em 500 recomendações de varejo. Nós procuramos tratar daquilo que nos parecia mais importante, mais relevante, como decorrência das investigações da comissão.

Então, esse é o volume 1 do relatório, que responde de maneira estrita ao que está na lei. Em tese, é o que nós teríamos que ter entregue. Peço, então, ao Vinícius que localize o volume 2 para nós, esse é um tomo só. Desça lá para o índice, Vinícius. Ele reflete um conjunto de textos autorais – aumente um pouquinho, porque eu já não consigo enxergar e imagino que tenho alguns colegas jovens há mais tempo que também já não conseguem –, de responsabilidade individual.

Não são textos aprovados ou votados pela Comissão, mas a Comissão reconheceu que houve um esforço muito grande de grupos de trabalho em produzir uma investigação sobre aspectos de segmentos sociais, o impacto das graves violações sobre esses segmentos sociais, e nós entendemos que era importante acolher isso no relatório. Então, não é parte daquilo que foi deliberado pelo Colegiado, mas o Colegiado entendeu ser relevante incorporar, e esse volume 2, então, tem esses textos. No começo de cada um, há identificação do membro do Colegiado responsável pelo texto e da equipe que trabalhou.

Então, tratamos das violações dos direitos humanos no meio militar, no meio dos trabalhadores, dos camponeses, das igrejas cristãs, dos povos indígenas, da universidade.

Há dois textos no final – abaixa um pouquinho, Vinícius, para a gente conseguir ler –, três textos que tratam de ditadura e homossexualidades, que é uma abordagem bastante inovadora; civis que colaboraram com a ditadura. E, no 9, a resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos. São textos que não estão naquela estrutura do volume 1, mas que nós achamos que trazem muitos elementos. Uma parte do material deles até é aproveitado no volume 1, quando se fala das vítimas, quando se fala das pessoas, mas aqui o corte é diferente. O corte é por segmento social, não pelos métodos ou estruturas.

Finalmente, o volume 3 é o mais extenso, são três mil páginas, os que estão de capa branca, cinco tomos do volume 3, que versam sobre as vítimas. São 434 vítimas, entre mortos e desaparecidos políticos, de quem nós tivemos a preocupação de fazer uma ficha, um perfil de cada um deles, enfocando a história de vida e de morte. Então, tem a lista completa.

Eu queria, Vinícius, que você fosse a uma das fichas que abrimos lá, em um dos volumes, vá a outro volume que já tínhamos aberto, para vocês verem. Pegue cada pessoa, vai baixando devagarinho. Tem toda a biografia – esse método se aplica a todos os 434 casos –, a biografia da pessoa, considerações sobre o caso até a instituição da CNV. Então, o tempo todo, a gente homenageia muito quem nos antecedeu. Nós não começamos essa investigação; desde a década de 70, as vítimas vêm sistematizando informações; valemo-nos imensamente das comissões já instituídas no âmbito do Estado: a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, originalmente, que depois passou à SDH – vejo aqui a sua Presidente, que quero saudar –; a Comissão de Anistia. E, do ponto de vista da sociedade civil, os comitês populares de verdade, memória e justiça; os grupos de familiares.

Então, a gente procura enfocar o que já havia. Circunstâncias de desaparecimento e morte. Nós procuramos fazer aquilo que a lei mandou, a circunstanciação do evento. Pode baixar mais um pouquinho. Muito detalhado sempre. Mais um pouco. Vejam que são textos longos. Depois, o local do desaparecimento, a identificação de autoria. Aqui, para cada caso, nós estabelecemos a cadeia de comando do caso. Qual era a cadeia de comando que impactou aquele caso? Quais os órgãos em que a pessoa passou e, dentro de cada órgão, qual era a cadeia de comando, até se chegar aos perpetradores diretos. Pode baixar mais um pouquinho. Autoria direta, o nome dos agentes. Vejam que houve um cuidado. Pode haver erro? Sem dúvida. Em 4.400 páginas vai haver algum erro, alguns, muitos, mas houve um trabalho muito meticuloso para que não houvesse, naquele Capítulo XVI, imputações que pudessem ser desqualificantes do capítulo.

Pode baixar mais um pouquinho.

Aqui nós listamos, até para auxiliar a continuidade das investigações, todas as fontes que utilizamos para apurar aquele caso específico, todos os documentos no arquivo da Comissão Nacional da Verdade, como se localiza aquele documento, porque todo esse acervo vai para o Arquivo Nacional. Então, qualquer pesquisador, com base nisso, terá acesso direto aos documentos, porque nós sabemos que essa investigação tem que ter continuidade. Isso tudo está no *site* da Comissão, acessível a todos.

E, da mesma maneira que a Comissão não foi o princípio da investigação, ela não é o final. Quer dizer, o que estamos oferecendo à sociedade é uma plataforma que sistematizou um conjunto enorme de informações que herdamos. Nós procuramos melhorar, acrescentar, aperfeiçoar e oferecemos à sociedade brasileira na forma de uma base de dados que está muito organizada e, portanto, facilitará o trabalho das comissões da verdade que vão ainda trabalhar ao longo de 2015, das entidades, da sociedade civil, da universidade, da imprensa investigativa, do Parlamento brasileiro. Ou seja, há um conjunto enorme de dados que vão levar algum tempo para serem digeridos. Nós procuramos organizar toda a informação para facilitar o máximo possível o leitor. É uma obra de referência. Ninguém lê isso aqui como se fosse um romance. Os índices foram bem estruturados para que as pessoas possam ir ao foco do que interessa na investigação. Então, esse cuidado com o método, com a apresentação foi algo com que a Comissão teve preocupação o tempo todo.

Finalizo falando das recomendações. Eu não vou me deter a todas elas, mas falo das recomendações a partir das nossas frustrações. Nós temos duas frustrações, dois objetivos que não conseguimos alcançar e, então, recomendamos para aqueles que vêm depois de nós, porque no dia 16 nós seremos história, não teremos mais existência.

A primeira delas, que já foi mencionada pelo Wadih Damous – eu não tenho nenhum problema em ter reconhecido publicamente: nós não conseguimos avançar na localização dos desaparecidos, dos restos mortais dos desaparecidos. Tentamos, nos empenhamos ao máximo, mas foi algo que fica ainda por ser feito.

Nós localizamos e entregamos à família o corpo, os restos mortais de Epaminondas de Oliveira. Localizamos, mais recentemente, os restos mortais de dois desaparecidos no Rio de Janeiro, que estavam enterrados como indigentes. Nós conseguimos estabelecer a relação. Não entregamos os restos mortais, porque terá que se fazer, agora, a exumação para a comprovação. Avançamos em alguns casos. Temos informações bastante substanciosas de casos que nunca vão ser equacionados, porque os corpos foram ou incinerados ou jogados no mar. Temos indicações precisas nesse sentido. Portanto, esses restos mortais não vão ser localizados. Agora, há um volume enorme de casos que podem e devem ser localizados. Nós temos a existência já de ossadas que ainda dependem de apuração. Nós avançamos nisso, mas pouco.

Um dos legados importantes da Comissão – e nós apoiamos mais do que foi propriamente nossa responsabilidade; tem mais a ver com a Secretaria de Direitos Humanos, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo – foi a constituição, na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), de um centro de antropologia forense para analisar, inicialmente, o caso das vítimas da vala comum do cemitério de Perus, em São Paulo. Isso é importante porque não só vai se fazer a análise desses casos, mas se cria, na universidade, uma estrutura permanente, que é um legado da Comissão, é algo que vai ficar depois como um centro, que não temos no Brasil, que faça isso em bases permanentes e na universidade, que não é o espaço da polícia, não é o espaço que pode, enfim, não ter, talvez, a autonomia ou a independência para fazer isso.

Há o caso das ossadas do Araguaia, que estão aqui na UnB, ainda sob custódia da Polícia Federal, ao que teremos que dar seguimento, mas me parece que isso é fundamental e envolve as Forças Armadas.

No caso do Araguaia, as Forças Armadas sabem onde estão os corpos dos desaparecidos, porque todos morreram ali num contexto de uma operação militar. O Exército e as Forças Armadas fizeram enfrentamento, prenderam as pessoas, executaram-nas e desapareceram com o corpo.

Então, quem sabe? Quem fez isso. Não tem milagre, está certo? Enquanto não houver a informação, não vai se saber. E elas precisam reconhecer onde estão os corpos. Por mais que tenhamos insistido, não conseguimos essa informação.

A segunda frustração, que tem a ver com essa... E aqui eu encerro no Senado Federal. É bom fazer aqui, porque acho que aqui há uma questão institucional importante, que é a seguinte: não é possível que as Forças Armadas continuem sem reconhecer a responsabilidade institucional que tiveram nesse episódio. (*Palmas.*)

É inaceitável! A Comissão Nacional da Verdade não é uma ONG, com todo respeito que merecem as ONGs. É um órgão do Estado brasileiro. Fez uma apuração meticulosa. Ao longo do ano, foi apresentando relatórios preliminares de pesquisa que mostravam esse caráter de política pública do Estado brasileiro na adoção de violações de direitos humanos. E a todo momento as Forças Armadas diziam que não se manifestavam sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o que já era esquisito, porque, se a Comissão é um órgão de Estado, e um órgão de Estado está falando que outro órgão fez alguma coisa, como o órgão não se manifesta? Tem que se manifestar. Enfim, estavam aguardando o relatório. Pois bem, agora há o relatório.

Eu não tenho nenhuma dúvida do compromisso democrático das Forças Armadas contemporâneas. Não tenho nenhuma indicação de que tenha algum tipo de viés antidemocrático ali, mas o fato concreto é que esse silêncio gera, naturalmente, insegurança na sociedade, porque se, expostos todos esses fatos, todo esse quadro, essa cadeia de comando, as Forças Armadas ficarem em silêncio, esse silêncio vai ganhar uma eloquência enorme, vai significar que não há por parte das Forças Armadas ainda a convicção de que não tenha sido correto fazer o que fizeram e, portanto, de que isso não possa vir a ser uma alternativa no futuro. Na medida em que as Forças Armadas reconheçam que houve graves violações, que houve o protagonismo das Forças Armadas nisso, que não deveria ter acontecido isso e que não vai acontecer mais isso, isso representará a superação desse período da história. Claro, vai continuar a temática da responsabilidade individual, o Judiciário vai discutir, agora, uma série de casos, se há no Parlamento propostas de revisão da Lei de Anistia. Isso vai ter sequência, mas, do ponto de vista institucional, o silêncio das Forças Armadas agora será algo grave – será algo grave! –, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DALLARI – ...não há razão para que não haja uma explicação do que houve.

E aí eu acho que o Parlamento brasileiro tem um papel muito importante, Senadora Ana Rita e Senador João Capiberibe. O Parlamento vota o orçamento deste País. As Forças Armadas têm recebido enorme apoio do Parlamento e da sociedade brasileira. Hoje, os maiores investimentos ou gastos públicos no Brasil, individualmente tomados, são com as Forças Armadas. O maior investimento, hoje, no Brasil é o submarino em propulsão

nuclear que está sendo desenvolvido pela Marinha. O Parlamento aprovou um orçamento com recursos substanciosos para a renovação da frota de jatos na Força Aérea Brasileira, com a compra dos jatos suecos Gripen no começo deste ano. Há um investimento substancioso de recursos para a Embraer para o desenvolvimento do cargueiro que vai substituir os aviões cargueiros Hércules, que são muito antigos. E a sociedade tem apoiado isso. A sociedade tem dado respaldo às Forças Armadas. O Parlamento tem votado as verbas orçamentárias. Não há reciprocidade, no entanto. Esse gesto que está existindo de apoio não está sendo retribuído pelo reconhecimento das Forças Armadas do que houve no passado. Não há contribuição no sentido da reconciliação nacional, que só virá com esse reconhecimento. Não é um detalhe, é algo fundamental do ponto de vista institucional, porque, se é publicado um relatório com esse cuidado, com essa densidade, com essa acolhida pela sociedade brasileira, que está sendo muito importante... Foi muito interessante: ontem, fui ao plenário do Senado e conversei com Senadores de diversos partidos. Não há oposição ao que foi apresentado. Essa não é uma temática que está dividindo o País, como outras temáticas. Essa não é! Então, não há sentido.

Acho que o Senado Federal tem uma responsabilidade nisso. A todo momento, vêm aqui os comandantes militares e o Ministro da Defesa, discutem-se projetos para as Forças Armadas.

É importante colocar na pauta do Senado e da Câmara, nesse diálogo com as Forças Armadas por que as Forças Armadas, então, não reconhecem que houve esse quadro. Porque também o silêncio do Senado e da Câmara acabará reforçando essa ideia de que esse é um assunto que se esgota no relatório da Comissão.

É evidente que não estou aqui querendo fomentar nenhum tipo de crise institucional. Antes de tudo, sou de família mineira, está certo? Quer dizer, não tenho nenhum tipo de vocação para atear fogo no circo, mas é importante que haja esse gesto, porque esse gesto vai representar, realmente, uma solução definitiva.

Portanto, de todas as recomendações do relatório – e são todas importantes –, a primeira é a mais importante, a meu ver, mais até do que a temática da responsabilidade individual – mais até! Sei que o que estou falando pode ter certa polêmica, mas mais até! É a responsabilidade político-institucional das Forças Armadas pelas graves violações que ocorreram no Brasil no período de 1964 a 1985, que ocorreram em próprios do Estado, com funcionários do Estado, a partir de uma política de Estado. Portanto, tem que haver o reconhecimento disso pelo Estado e pelo órgão que deu protagonismo a isso, está certo?

Senadores, desculpando-me um pouco por ter me estendido no tempo, espero ter apresentado, com isso, para a plateia tão importante e significativa, mais do que o relatório, a exposição de motivos, vamos dizer assim, a lógica que está por trás da estruturação desse relatório e por que nós acreditamos ter contribuído com um documento que vai ser uma referência para a continuidade dos trabalhos das instituições e da sociedade brasileira, em especial do Senado da República.

Muito obrigado pela acolhida aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Prof. Pedro Dallari, pela sua explanação sobre o relatório, que, certamente, vem para dentro desta Casa. Nós vamos nos debruçar sobre as consequências desse relatório.

Eu queria comunicar às pessoas que estão mal acomodadas que esta audiência pública está sendo transmitida pelo telão no plenário nº 3. Aqueles que não conseguiram acomodação aqui podem se dirigir ao plenário nº 3, onde está sendo reproduzida toda a audiência pública.

Eu queria também informar que o Dr. Wadih Damous teve que se ausentar porque está com voo marcado para 10h30. Então, ele pediu desculpa por ter que se retirar antes da conclusão desta audiência pública.

Vamos dar sequência. Tenho a impressão...

O SR. PEDRO DALLARI – Eu posso ficar mais um pouquinho ainda. Eu tenho que ir para a Comissão. Eu vou pedir desculpas, antecipadamente, por ter que me ausentar. Vocês não sabem o inferno que é coordenar um órgão público que vai ser extinto daqui a cinco dias. É uma experiência dramática, porque, daqui a cinco dias, tenho que devolver o celular, tudo acaba, nós deixamos de existir no mundo e há ainda uma série de providências. Então, posso ficar até às 11 horas, Senador, e, logo em seguida, vou ter que fazer *forfait* aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Federal Assis do Couto, Presidente da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Câmara Federal.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Apenas uma saudação inicial, Senador João Capiberibe, Presidente da Subcomissão, e aproveitar para fazer um registro em relação à nossa Subcomissão de mesma finalidade na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidida pela Deputada Luiza Erundina. Ela se encontra afastada por problemas de saúde e, durante esta semana, não pôde estar aqui. Senão, com certeza, a Deputada Luiza Erundina estaria aqui conosco.

Quero também saudar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; saudar o Gilney Viana, companheiro de longa data; Pedro Dallari, pelo brilhante trabalho também aqui, com

certeza, exposto a todos. Parabéns a toda a Comissão, àqueles que colaboraram, pela contribuição importante neste momento da história brasileira. Parabéns mesmo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Minha saudação também a todos presentes, familiares, militantes desta importante causa, jornalistas, todo o pessoal da imprensa aqui presente.

Não vou me estender, Senador, por conta também de outros compromissos. Quero apenas registrar aqui um pequeno pronunciamento e, para economia de tempo, na Câmara, damos como lido. Já temos essa experiência da Câmara. Gostaria de deixar registrados nesta reunião alguns pontos, algumas afirmações que fizemos neste pequeno pronunciamento que faria aqui nesta Comissão. Sei que teremos outras atividades ao meio-dia, à tarde, estaremos juntos até o final da tarde de hoje.

Muito obrigado. Um grande abraço. Parabéns.

Viva a democracia! Tortura nunca mais! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Deputado. Vamos tirar cópia do seu pronunciamento.

O tempo aqui no Senado é mais generoso, porque somos 81; na Câmara, são 513. Então, realmente é essa prática lá.Aqui no Senado é meio raro, não lembro de ter ouvido alguém...No plenário, não é? Mas, mesmo assim, no plenário o tempo para nós é mais generoso, é verdade. Apesar de eu não ter essa trajetória parlamentar, minha trajetória é mais executiva do que parlamentar, ainda assim, estou aprendendo a falar aos poucos, estou aprendendo a ser parlamentar no exercício do mandato de Senador neste último agora, porque o primeiro foi só para me defender, então eu não podia fazer outra coisa.

Dando sequência, passo a palavra ao combatente na luta pela liberdade, um dos militantes que têm uma larga trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, o Deputado – para mim sempre Deputado – Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Obrigado, Senador Capiberibe, que preside esta Subcomissão; Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos; nosso presidente Assis do Couto, lá na Câmara; e o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari.

Dr. Pedro, o senhor vê que puseram aqui verdade e justiça, o senhor está vendo? Então, a coisa parece que está na cabeça de muitas pessoas.

Primeiro, eu queria fazer três observações, não vou ser muito extenso.

A primeira observação, além do agradecimento, é registrar, o Dr. Pedro sabe que aqui temos familiares de mortos e desaparecidos, aqui temos representantes de comitês pela verdade, memória e justiça, representantes de comissões, temos pesquisadores internacionais sobre a Comissão Nacional da Verdade, temos militantes presos que viveram, conviveram, sofreram, foram vítimas na linguagem jurídica. Nós não gostamos muito dessa coisa de vítima, fica parecendo que ficamos nos autovitimando sucessivamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILNEY VIANA – Também não é herói.

O Paulo Jabur, que conviveu conosco lá na Frei Caneca, disse em uma entrevista: "Nós não somos heróis, se querem falar de algum herói, falem de outras pessoas que deram sua vida."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILNEY VIANA – Sobreviventes, exatamente.

Sobre o relatório, aqui temos também pessoal da Secretaria de Recursos Humanos, particularmente a Drª Eugênia Fávero, que é presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, que é parte desse processo e uma parte importante.

Primeiramente, Dr. Pedro, companheiros e companheiras, senhores e senhoras, eu não tive tempo, obviamente, de ler todo o relatório, é muito grande. Mas eu dei uma assuntada naqueles prolegômenos conceituais da introdução, porque ali eu queria fazer uma observação, que é importante, para valorar e para também criticar. Segundo, dei uma assuntada na lista dos 434 mortos e desaparecidos e também nas recomendações.

E como não poderia deixar de ser, como eu trabalhei bastante essa questão dos povos indígenas, e mais especialmente dos camponeses, eu dei uma passada de olhos lá, muito rapidamente. Então, posso incorrer em algum erro aqui também. Mas é preferível que a gente arrisque a deixar de fazer. Nós somos daquele tipo de gente, Senador, que já lutamos por chance menor de 20%. Se aqui há mais de 50%, nós estamos bem folgados para poder lutar.

Primeiro, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade é vitoriosa. Eu queria começar por isso. Porque, Dr. Pedro, o senhor não estava na Comissão ainda, e nós fizemos uma audiência, que talvez fosse nesta mesma sala, quando analisamos o projeto de lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

Nós, as chamadas vítimas, lutadores e lutadoras, tínhamos um desânimo muito grande. E uma parcela de nós achávamos que ia ser uma comissão da meia verdade. Alguns de nós assinamos documentos nesse sentido.

Eu não o fiz porque eu sempre acredito na luta e acho que, ainda que a Comissão pudesse ter limitações no seu projeto de lei e ter também limitações na sua constituição, a luta, a mobilização não só dos familiares dos mortos e desaparecidos, dos ex-presos, dos comitês e comissões, isso iria criar um ambiente político que favoreceria o avanço da Comissão. Eu acho que, nesse sentido, essa avaliação que alguns de nós fazíamos foi verdadeira e foi positiva.

Acho até que a Comissão Nacional da Verdade não teria avançado tanto se não tivesse esse ambiente político criado pelos comitês, comissões e por pesquisadores, universidades. Isso não desmerece a Comissão, mas merece também aqueles e aquelas que lutaram na esfera da sociedade civil, inclusive aqui do Parlamento.

O Senador Capiberibe falou sobre aquele evento onde o comandante do 1º BPE, na verdade o comandante do ex-Doi-Codi, lá na Barão de Mesquita, que barrou a Comissão da Verdade do Rio, em que a intervenção dos Senadores foi muito importante, foi muito eficiente, naquele momento. Então, há coisas assim, que somaram. Isso foi muito importante.

Por que eu considero o relatório importante? Porque aquelas expectativas negativas que nós tínhamos foram suprimidas em parte. Depois eu vou falar as grandes debilidades que eu vejo. Se não tivessem anotado que os crimes eram política de Estado, que os crimes cometidos são imprescritíveis e não anistiáveis, e que os seus perpetradores estarão sujeitos a judicialização, ou seja, responderão criminalmente, administrativamente, penalmente, essa coisa toda que o Ministério Público tem muita competência para fazer e o está fazendo – é bom que se diga.

E a questão da anistia, porque a anistia, na verdade, particularmente com o juízo do Supremo Tribunal Federal, coonestou, validou uma interpretação que nunca foi a nossa, de que a anistia anistiou torturadores.

Eu tenho dúvidas até de que tenha sido a compreensão do Congresso Nacional, embora essas leis de transição no Brasil sempre tenham um grau de dubiedade que facilita interpretações de um lado ou de outro.

A lista de perpetradores. O fato de ter a lista ali, que pode ser incompleta... Eu acredito que é incompleta, eu queria deixar claro.

O SR. PEDRO DALLARI (*Fora do microfone.*) – Nós escrevemos, o que nós juntamos é onde há provas irrefutáveis.

O SR. GILNEY VIANA – Onde há mais evidências, provas irrefutáveis.

Pois é. Então, veja bem, eu acerto isso e acordo e foi previdente ter feito essas anotações. O fato de existir e o fato de ter colocado os ditadores no topo, isso para nós é muito relevante. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – É relevante, porque haverá um dia em que os retratos deles não constarão nem nas academias militares, muito menos nos prédios públicos. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – Então, as recomendações, particularmente da punição aos perpetradores do crime de lesa-humanidade, as desculpas das Forças Armadas e a continuidade... Esses são elementos que considero centrais e positivos.

É positivo para quem lutou de uma forma para sair da invisibilidade o fato de que a Comissão da Verdade tenha relatado aqueles anexos, particularmente alguns trabalhadores que lutaram não foram reconhecidos, os povos indígenas e os camponeses.

Permita-me dizer que o reconhecimento não exime da crítica que vou fazer logo a seguir, mas falo isso porque participei da Comissão Indígena, da Comissão Camponesa e sei quanto era a ansiedade de que alguma força do Estado reconhecesse seus crimes, que não os reduzisse à invisibilidade histórica que eles têm sido. Assim o foi na Comissão de Anistia, assim o foi na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, por força de uma série de combinações legais, interpretações, *modus operandi* e concepção inclusive de como travar essa questão.

Então, na discussão da Comissão Indígena, Dr. Pedro, alguns de nós mais radicais falavam assim: "Ou coloca a coisa ou não aceitamos colocar no primeiro time", porque vocês, na verdade, colocaram duas categorias de mortos e desaparecidos. São 434 e milhares de povos indígenas e milhares de camponeses. Isso, a meu ver, é o ponto mais débil desse relatório. É o ponto fraco. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA – Então, qual é a consequência disso? A consequência desse ponto fraco – falei dos pontos fortes e falo do ponto fraco – é que se condena à invisibilidade aqueles que mais sofreram e que não tiveram um partido político, não tiveram uma comissão especial de mortos e desaparecidos, que heroicamente jogou para frente a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Eu acompanhei todo esse processo, porque era no meu gabinete, na minha residência que se reunia a comissão de familiares – e está aqui a Diva, mas estava a Crimeia, a Suzana, a Iara, o Ivan, que ali forjou toda uma forma de pressionar para que ela pudesse andar adiante. Então, foi por isso que rompemos barreiras. Acho que vamos precisar de outras lutas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILNEY VIANA – Permita-me um pouquinho de tempo, Senador. Acho que vamos precisar de outras lutas para romper a barreira que ainda está imposta à Comissão Nacional da Verdade ou seu subsequente.

Vou dar exemplo de algumas coisas que não foram... Além da exclusão dos camponeses indígenas e de outros – inclusive tem de militares e é bom que se diga – a verdade sobre todos os casos ainda ficou muito a dever, particularmente daqueles que não foram examinados. Outra coisa, o não reconhecimento de violação de direitos coletivos. Gostaria até de discutir isso com quem entende de Direito, porque se individualiza a coisa. Há direitos coletivos que foram violados, inclusive se o senhor deve entende que os Waimiri Atroari, que foram bombardeados no Amazonas, porque lançaram os mesmos panfletos que lançaram contra os guerrilheiros do Araguaia, lançaram contra os Waimiri Atroari, que não tinham noção de Estado, não falavam português, e que literalmente estavam de flecha contra canhões, contra metralhadoras, contra napalm. Ora, alienação do agente do Estado e a percepção de autoridade totalmente falha, totalmente louca. Isso devia, é direito coletivo. Nós queremos a reparação de direitos coletivos também.

Bem, encaminho para o final falando o seguinte, de uma certa forma, em relação ao 434 mortos e desaparecidos, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade ficou presa ao mesmo conceito que limitou a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos. Mas lá a delegação era menor. Lá, eu acho que foi uma coisa cruel o que a Comissão Nacional da Verdade fez, sabe por quê? Porque lá o ônus da prova estava para os familiares. Então, o que foi incluído lá foi luta de familiar, exceto os 136, que já foi luta de familiar anterior, de ex-preso, de preso, que os denunciaram, porque os que são testemunhas sobreviventes que viram esses crimes.

Então, eu acho que é uma concepção. E, aí, eu entro na fase final. O conceito que anima a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos não é o mesmo, *data venia* – aqui que eu estou entrando em terreno perigoso, do jurídico – que orienta a Comissão Nacional da Verdade, que admitiu o conceito de crime de lesa-humanidade, fez todo o histórico, comparou a comissão daqui, o que é legal, com duas outras comissões. Mas só não comparou o efetivo das outras duas comissões, que lá reconheceu o direito indígena, reconheceu o direito coletivo, reconheceu o massacre, independente das vítimas serem militantes. O que caracteriza é o crime! Essa é a teoria, é o conceito, que vem de Nuremberg. E mesmo da Declaração da ONU.

Então, essa limitação eu acho que, quando vai conceitualmente, eu acho que você tem essa percepção, mas quando vai no operativo, não tem correspondência, foi limitado ao que era antes.

Termino dizendo o seguinte, é duro... eu acompanhei um pouco essa trajetória e me esforcei para contribuir. A Secretaria de Direitos Humanos se esforçou, a Comissão Especial, a Comissão de Anistia, todos nós nos esforçamos, os comitês assim o fizeram, as comissões o fizeram. Mas havia um grau – o senhor sabe disso, não é Dr. Pedro? – de dificuldade da Comissão da Verdade de aceitar uma contribuição que fosse das vítimas, dos ex-presos, dos familiares. Um grau muito grande. Eu acho que depois, quando o senhor assumiu – reconhecer mérito, porque a crítica de quem faz tem que reconhecer mérito –, melhorou essa relação, fez uma exposição pública melhor e melhorou bem, mas ainda ficou muito a dever.

Bem, termino dizendo que, em nome dos 1.200 camponeses, dos quais nominamos inclusive os seus autores – aqueles que foi possível –; em nome de milhares de indígenas que foram renegados e dos quais – pelo menos lá na Secretaria nós temos um trabalho – mais de 400 nominados; em nome daqueles indígenas que o Estado reconheceu – aqui tem cinco, poderíamos passar para a Comissão Nacional da Verdade –, no relatório Figueiredo, de que os agentes do Estado assassinaram, dentro do próprio SPI, antes do golpe; em nome desses excluídos eu digo o seguinte: a luta continua! (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado Gilney Viana.

Esta Subcomissão procurou estabelecer um diálogo com as Forças Armadas, com o Ministro da Defesa. Nós tivemos a oportunidade – eu queria só relatar aqui para o Presidente da Comissão que está aqui –, nós procuramos o Ministro da Defesa para, exatamente, buscar um diálogo no reconhecimento das responsabilidades institucionais das Forças Armadas. Conversamos, inclusive tivemos uma reunião com todos os comandantes junto com o Ministro da Defesa, e colocamos a necessidade que a Comissão aponta, do reconhecimento das nossas Forças Armadas como esse passivo de direitos humanos, que é o legado da ditadura.

Tivemos alguns impasses nessa discussão tensa, nessa conversa inicial, mas ficamos de retomar o diálogo. Mas nós, que participamos daquela primeira reunião com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o Ministro da Defesa, tomamos a decisão então de aguardar o relatório para retomar o diálogo.

Agora, sim, nós vamos retomar o diálogo com as Forças Armadas no sentido de que elas reconheçam os abusos cometidos. Nós vamos insistir nesse tema com os nossos comandantes, mostrando que eles não têm nenhuma responsabilidade pessoal com o que aconteceu, mas têm responsabilidade institucional. E a sociedade brasileira exige, cobra que isso seja claramente explicitado.

Pode ficar certo, Sr. Presidente, o trabalho que os senhores fizeram na Comissão nós vamos, de todas as maneiras, aqui, mesmo com nossas limitações, tratar de dar continuidade.

É só um encaminhamento que nós estamos dando, em nome da Subcomissão e da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria também registrar aqui a passagem da Senadora Lídice da Mata, que, em função de retorno a Salvador, não pôde acompanhar esta audiência pública conosco.

O Presidente da Comissão, Prof. Pedro Dallari, pediu a palavra, e vamos concedê-la.

O SR. PEDRO DALLARI – Eu pedi a palavra, pois também vou ter que... Bom, estamos encerrando esta primeira Mesa também, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – A primeira mesa.

O SR. PEDRO DALLARI – Então, eu pedi a palavra apenas para fazer alguns comentários em relação à fala do Gilney, para que pelo menos fique aqui a posição da Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão teve uma preocupação muito grande, na elaboração do relatório, de produzir um documento que fosse muito consistente, pois nós tínhamos, e temos, clareza de que o relatório representa, em relação às Forças Armadas, em relação ao Estado brasileiro, um fato político muito importante. Como nós estamos demandando algo que é de extrema dificuldade, nós sabemos, que é o reconhecimento pelas Forças Armadas do que houve, e é, além de tudo, a responsabilização criminal, civil e administrativa de todos aqueles que deram causa às graves violações de direitos humanos, nós tínhamos clareza de que o relatório teria que ser muito consistente no sentido de poder ser utilizado pela sociedade a fim de se lograr esses objetivos.

Isso nos levou a ser muito rigorosos em relação às indicações de autoria, às indicações de vítimas, não porque nós evidentemente achemos que não há muito mais autores e que não há muito mais vítimas, mas nós quisemos fazer algo que fosse uma seleção à prova de qualquer tipo de crítica, para não dar margem ao argumento de que o relatório seria impreciso, de que o relatório seria algo insuficiente, de que seria um documento político ideológico. Vejam que as Forças Armadas, os militares da Reserva têm tentado passar essa versão, e ela não está ganhando aderência, está certo? Porque ninguém está enxergando o relatório como um documento político ideológico.

E houve uma opção clara, sim, de o relatório ser meio conservador em alguns pontos de vista, de sistematizar e colocar informações sobre as quais nós já tínhamos um quadro informativo mais sólido. Então, é evidente que nós temos completo conhecimento, Gilney, da situação dos povos indígenas, da situação dos camponeses, mas nós não teríamos condições de dar o mesmo tratamento metodológico aos – foi o números que nos foi trazido – 8,5 mil índios que teriam morrido nesse processo que nós demos aos 434 casos. Nós cometeríamos o erro de não contemplar adequadamente os 8,5 mil índios e, além de tudo, de minimizar o estudo feito em relação aos 434 casos.

Então, houve uma preocupação muito grande com a consistência. Por isso a solução dada, que eu acho que foi bastante adequada, que foi a seguinte: contemplar no volume 1 aqueles casos sobre os quais nós pudemos fazer um histórico muito detalhado, e há camponeses, e, ao mesmo tempo, contemplar, no volume 2, através daqueles capítulos específicos sobre camponeses e indígenas, no qual a contribuição de pesquisadores envolvidos foi fundamental, para refletir essa nova fronteira da investigação e criar, com isso, condições para o seu desdobramento. Foi uma decisão que considero prudente da Comissão Nacional da Verdade porque contemplou os temas, e nunca isso havia ocorrido num documento oficial do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, o fez de maneira a preservar um documento que deu realce maior àqueles fatos onde o quadro informativo e o de sustentação é maior.

Então, é o que eu digo para vocês: pode haver erros? Pode haver, mas o documento é muito consistente, é muito consistente. E isso é o que dará condições de ele ser um instrumento político, porque, se ele não fosse consistente, a imprensa não estaria dando a cobertura que está dando, os Senadores não teriam segurança para usá-lo como instrumento. Então, houve, realmente, foi uma opção. Isso não foi esquecimento, não foi lacuna, não foi desvio ideológico: foi uma opção metodológica pelo rigor. E isso eu vou defender e peço que as pessoas entendam, porque nós tivemos clareza do papel que esse relatório poderia ter e pode ter na história política do Brasil. E, portanto, tivemos esse cuidado.

Acho também importante, no momento em que nós vamos entrar agora num debate difícil, num debate duro com as Forças Armadas, que haja, no debate – e o debate tem que ser feito –, muita preocupação em relação aos papéis que vão ser exercidos

No seu caso, Gilney, você é uma figura fundamental da história da luta social, política brasileira dos direitos humanos. Nós temos uma quilometragem juntos há muitos anos, mas você, hoje, é parte do Governo brasileiro, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (*Risos.*)

O SR. PEDRO DALLARI – Então é importante você...

O SR. GILNEY VIANA (*Fora do microfone.*) – Antes de tudo, com o povo! (*Risos.*)

O SR. PEDRO DALLARI – Eu sei, mas é importante você esclarecer... (*Palmas.*)

O SR. PEDRO DALLARI – ... se essa posição é a do Governo brasileiro, porque, como nós vamos entrar, agora, num terreno difícil, num momento importante, é muito importante que se procure entender quais são os papéis. Então eu sugiro – e eu quero que você continue a falar tudo o que você está falando –, mas eu sugiro que você faça, assim, um preâmbulo, o seguinte: "Vou falar em meu nome pessoal". Porque, senão, pode gerar o uso da sua locução como se essa fosse a posição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em relação ao relatório. E, se for, não tem problema, isso é da vida. Eu sou advogado há 33 anos, eu vivo o contraditório com a maior tranquilidade, mas é importante que os papéis fiquem claros e as funções fiquem clara. Não foi esta a posição da Presidenta da República ontem, que, verbalizando pelo Presidente da República, acolheu o relatório.

Isso não significa, obviamente, que não possa haver muita crítica, mas é importante calibrar e dar identidade às críticas, porque isso gerará para o público a percepção de como é que o relatório é recebido pelo Governo. Na medida em que o relatório seja tido como algo que o Governo tem uma posição insatisfatória em relação a ele, o que é legítimo se for essa a posição do Governo, isso é como eu disse: a Comissão não fez um relatório para agradar ao Governo. A Comissão fez um relatório para agradar ela própria e para procurar atender ao que a lei mandou. Mas, se for o Governo, isso tem uma implicação do ponto de vista da forma como as Forças Armadas, como a sociedade, como o Estado vão perceber o relatório. Então, a forma como nós vamos discutir o relatório é importante, por conta do caráter de um instrumento político relevante que ele tem hoje. É uma arma, no sentido positivo de promover mudanças. Então, é uma ponderação fraterna que eu faço ao amigo: faça sempre esse preâmbulo, porque nós vamos viver momentos difíceis agora, momentos, realmente, de certa tensão. Eu tenho clareza disso e é importante a gente ter clareza desse contexto.

Quero aproveitar, então, já que eu vou ter que me retirar, para agradecer, enormemente, esta oportunidade. É o primeiro debate de que eu participo e, para mim, foi muito especial fazê-lo, em primeiro lugar, no Senado da República, na Comissão de Direitos Humanos, e na sua Subcomissão presidida pelo Senador Capiberibe, por quem eu tenho, realmente, uma admiração extrema e que nos ensina com a sua trajetória de vida sobre esse tema que nós versamos no dia de hoje.

Então, muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Nós, em nome da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos, agradecemos os nossos ilustres convidados.

E eu queria registrar aqui, e também agradecer, a presença da Deputada Ana Lúcia Vieira, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Sergipe. Obrigado pela presença de V. Exª.

O SR. GILNEY VIANA – Posso só fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Pois não.

O SR. GILNEY VIANA – Eu não quero fazer um debate com o Pedro, mas só falar o seguinte: eu me sinto muito à vontade para fazer a crítica, mesmo sendo do Governo.

Como dizia, vou responder com um poema de um poeta catalão, assassinado pelos franquistas: "*Estoy y siempre estaré con los que nada tienen y hasta el nada que le quieren llegar*". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Esta mesa está suspensa, e eu passo, em seguida, a convidar a próxima mesa. (*Pausa.*)

Bom, dando sequência, eu gostaria de dar início à segunda mesa desta audiência pública, chamando para compor conosco aqui a Srª. Diva Santana, que representa os familiares de mortos e desaparecidos.

Diva, por favor. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil da Memória, Verdade e Justiça. (*Palmas.*)

Convido a Vice-Procuradora-Geral da República, a que temos a honra de estar aqui conosco e a quem recebemos com muito entusiasmo, Ela Wiecko. (*Palmas.*)

Por último, convido a Srª Eugênia Gonzaga, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (*Palmas.*)

Estava convidada para compor esta mesa a Deputada e ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, mas, como todos sabemos, ela foi vítima de uma violência, de uma agressão, há poucos dias, que partiu de uma pessoa que, infelizmente, nos envergonha no Parlamento. O Deputado Bolsonaro agrediu a Deputado Maria do Rosário de uma forma absolutamente inusitada, o que de fato nos cria constrangimento de ter que conviver com esse tipo de atitude no Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

A nossa expectativa é que haja punição para este caso, porque este é um Colegiado e fica muito difícil a gente conviver com esse tipo de situação.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveitando a oportunidade do registro da ausência da Deputada Maria do Rosário, registro também que, ontem, na reunião deliberativa da Comissão de Direitos

Humanos, nós aprovamos um requerimento que será encaminhado ao Presidente do Senado Federal, com o objetivo de que a Mesa Diretora possa fazer uma representação, que o Senado Federal apresente à Mesa Diretora da Câmara uma representação contra o referido Deputado.

Não vou fazer a leitura por causa do nosso tempo, mas em relação ao Deputado Jair Bolsonaro, que usou de palavras criminosas com relação à nossa Deputada, a Comissão de Direitos Humanos solicita que a Mesa Diretora da Câmara possa fazer uma representação por quebra de decoro parlamentar. (*Palmas.*)

E que também adote as demais providências legais ao seu dispor destinadas à defesa das prerrogativas constitucionais dos integrantes desta Casa. Sabemos que a Deputada está sofrendo constrangimentos nos corredores da Câmara dos Deputados. E nós não podemos permitir que isso aconteça dentro de uma Casa Legislativa, como é o Congresso Nacional, com relação a uma Parlamentar, ex-Ministra dos Direitos Humanos, e isso acaba repercutindo e tendo também um rebatimento sobre outras pessoas, sobre outros militantes na área dos direitos humanos.

Então, faço aqui esse registro. A Comissão de Direitos Humanos deliberou sobre isso. Nós já estamos encaminhando à Mesa Diretora do Senado para que solicite à Mesa Diretora da Câmara que faça esta representação contra o referido Deputado.

Então, é esse registro que gostaria de fazer neste momento, nesta manhã de hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigada, Senadora.

Registro a presença de Cesar Cordaro, da Comissão da Verdade do Município de São Paulo; Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória, Verdade e Justiça, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Laurenice Noleto, da Comissão da Verdade, de Goiás; Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Ah, do Sindicato dos Jornalistas de Goiás. É que está tão abreviado...

Muito obrigado.

Pinheiro Salles, a que já fiz referência, da Rede Brasil do Centro-Oeste; Francisco Celso Calmon, que compõe a nossa mesa; Gisele de Almeida – não dá para entender direito o que está escrito aqui sobre o que representa Gisele. Obrigado pela sua presença. Vicente Rodrigues, do Arquivo Nacional Memórias Reveladas; Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul.

Em seguida, vou registrar outras presenças, e vamos dar início a essa segunda mesa.

Passo a palavra à Srª Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos.

A SRª DIVA SANTANA – Bom a todos e todas. Saúdo a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Faço também uma saudação e um agradecimento ao Senador João Capiberibe pelo convite.

Na pessoa de familiar de desaparecido político e como Conselheira da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fui convidada a fazer parte desta mesa.

Porém, antes de iniciar, queria me juntar a essa solidariedade à Deputada Maria do Rosário e lembrar que esse senhor – não sei nem como dispensar o tratamento – já é reincidente nessas insinuações e nessas ofensas morais também à dignidade humana. Lembro-me de que, certa vez, ao passar na porta de seu gabinete, tinha um desenho com um cachorrinho pensando – a gente tinha retornado da região do Araguaia –, e tinha essa foto na porta, com o cachorrinho pensando: "Quem gosta de osso é cachorro". Então, eu acho que a gente tem que lembrar sempre que a gente não pode esquecer o que ofende à moral e à dignidade humana. Eu acho que a gente não pode esquecer. Dizem que lembrar o passado é saudosismo. Mas eu acho que não. Acho que o que fere os direitos humanos a gente nunca pode esquecer, porque é uma luta constante, é uma luta diária. A promoção dos direitos humanos é uma luta diária e constante.

Eu quero agradecer a todos os camaradas que estão presentes aqui nesta sala, aos familiares em primeiro lugar, aos ex-presos políticos. Penso que são figuras, os ex-presos principalmente, que felizmente ficaram vivos para não deixar essa história sucumbir.

Eu digo que a anistia veio em 1979, e esse passado não morreu porque ficaram essas pessoas, estes ex-presos que felizmente se encontram atuantes na luta pela redemocratização do País, na luta pela memória, na luta pela verdade e na luta pela justiça.

Ficaram os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que entenderam a necessidade naquele momento da anistia, necessitava-se de uma anistia, porque muitos se encontravam presos e muitos estavam fora ou na clandestinidade, no exílio ou na clandestinidade, e precisavam retornar ao seu País, ao convívio do seu povo.

Então, eu entendo que foi a anistia necessária, mas nós brasileiros também entendemos que a luta ali não acabou. E por isso nós estamos aqui.

O Gilney relembra muito bem das reuniões na sua casa, das reuniões, na casa de Deputados, que a gente fazia aqui, das reuniões no Rio de Janeiro, em Minas, na Bahia. Esses familiares se organizaram após o segundo

congresso da anistia, que foi realizado na Bahia em 1979, e não deixaram essa luta morrer, os familiares, os ex-presos, os setores da sociedade que tinham sensibilidade e compreensão. E eu me lembro sim, eu me lembro de toda a nossa luta. E fico muito emocionada quando me lembro das dificuldades.

Hoje, graças à luta do povo brasileiro, nós estamos vivendo uma democracia, e que esta democracia também está permitindo, porque nós poderíamos estar numa democracia e num governo em que questões como essas não fossem discutidas, em que a Comissão da Verdade não fosse criada e começasse. E não foi a Comissão da Verdade, na verdade, eu acho que quem começa a escrever as páginas dessa história foram os familiares, foram os ex-presos políticos. E, a partir dessa luta, criaram uma lei, a Lei nº 9.140/95, que de início já reconhece os 133 desaparecidos, depois foram acrescentados mais. E pela forçação de barra e pela força da luta, foram reconhecendo também aqueles que morreram nos presídios, nas torturas, até ali dado como troca de tiros ou suicídios. Essa Comissão criada se debruçou sobre este trabalho com muito afinco, com muita responsabilidade e concluiu a verdadeira mentira sobre os suicídios. Essa lei também foi ampliada.

Paralelo a isso, a Comissão da Anistia faz um levantamento de todo o processo dos ex-presos, depoimentos dos ex-presos, nesse bojo desta luta, fruto da nossa luta, mas nós não conseguimos. É muito penosa a luta por conquistas do povo brasileiro, no geral, seja do sindicalista para melhorar o salário, para melhorar a condição de trabalho, por liberdades, seja de qualquer setor da sociedade. É muito penosa a nossa luta. E, como tal, essa nossa também é uma luta, continua sendo, e acredito, pelas recomendações que a Comissão da Verdade fez, vai continuar mesmo porque nós, enquanto familiares de mortos e desaparecidos políticos, enquanto defensores dos direitos humanos, não vamos abandonar essa luta.

Então, as páginas dessa história começaram a ser escritas a partir da luta pela anistia no Brasil. Eu acho que hoje chegamos primeiro a uma comissão que foi criada na Câmara Federal, composta por cinco Parlamentares, uma comissão especial. Não era uma CPI. A gente queria uma CPI, mas não tinha espaço. Claro, não tinha espaço para mortos e desaparecidos e criou-se uma comissão especial. Desta Comissão, fizeram parte, na época, o Deputado Sigmaringa Seixas, o Deputado Zé Dirceu, o Deputado Roberto Valadão, Deputado Haroldo Lima. Eram cinco Deputados. Não estou lembrando bem quem foi o outro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª DIVA SANTANA – O Nilmário Miranda.

Nilmário presidiu esta Comissão. Então, esta Comissão aqui, no topo do Congresso Nacional, começa a aparecer a partir dessas discussões. E dessas discussões são elaboradas as leis. Sentamo-nos e nos debruçamos várias vezes, nesses auditórios, para discutir a Lei nº 9.140. Esta lei é pioneira, aprovada em 1995. É pioneira porque começa o Estado brasileiro ao reconhecer os 133 desaparecidos, abre uma perspectiva para o reconhecimento das outras mortes e a responsabilidade deste Estado sobre essas mortes.

A Comissão da Anistia também se organiza. E o Estado brasileiro reconhece também as torturas, as clandestinidades, a falta de liberdade daquelas pessoas que viveram isso, que, acho, chega a casa de mais ou menos – não estou falando aqui em números verdadeiros, não sou da Comissão da Anistia, pelo conhecimento que tenho, sou de um Conselho do Memorial da Anistia, vamos nos reunir daqui a pouco, não é Betinho? – 70 mil processos, cerca de 60 mil analisados pela Comissão da Anistia, em que a maioria confirma as violações aos direitos humanos no País.

Eu acho que são vitoriosas tanto a Lei nº 9.140 como a Comissão de Anistia, a Comissão Nacional da Verdade, que, para mim, nos últimos tempos, de 2010 para cá, favoreceu reviver essa discussão na sociedade brasileira.

E acho, para concluir... Ah, sim, eu estou relembrando porque não vou esquecer. Na minha opinião, com a Comissão da Verdade, como foi com o livro *Memória e Verdade*, organizado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e lançado pelo governo Lula, se tornou oficial: o Estado brasileiro assume oficialmente, com livros assinados por Presidente da República, que houve graves violações e crimes de lesa-humanidade no País. Naquele livro ali está tudo escrito oficialmente. Agora, a Comissão da Verdade lança o seu relatório, que é também o Estado brasileiro constatando essa verdade, que tudo fizeram e fazem até hoje para ocultar da história do Brasil.

Então, na minha opinião, esta página não foi virada. E nós precisamos virar a página da história. Nós precisamos restabelecer a verdade, nós precisamos que se faça justiça.

Eu, enquanto Conselheira da Comissão, e tenho familiar desaparecido, tenho irmã e um cunhado desaparecidos, de repente me sinto familiar, já estou tão incorporada nessa luta que para mim todos são meus familiares. Eu não falo de um só, falo de todos os desaparecidos políticos. A minha dor eu transmito assim. Sinto que a minha dor é grande, e acho que têm dores muito maiores do que a minha, das mães e dos pais dos filhos que se encontram desaparecidos. Eu não tenho filho desaparecido. Portanto, a minha dor é de irmã, não é a dor de uma mãe. Como mãe, eu poderia... Mas eu não tenho filho desaparecido. Então, a dor dos pais, na minha opinião, é uma dor muito maior do que a dor da ausência de uma irmã, pelo sofrimento que passou.

Eu fico muito emocionada nessas atividades porque é como se eu estivesse começando agora, é como se eu tivesse começando a lutar. Eu falo muito de mim, porque é como se eu tivesse começando a lutar agora, indo por este País, cavando buraco aqui, cavando buraco, e, quando chega lá, é mentira, não tem osso. A gente se sente enganada, impotente. E com uma luta... Tem hora que passa na cabeça: "Pô, a minha luta é frustração em cima de frustração". Mas ao mesmo tempo a violência daqueles que sofreram é tão grande dentro dessa violência.

Como ia dizendo, eu não posso me esquecer de um documento, de um processo que fui relatora, do Pedro Paulo Bretas. O que o pai daquele menino conta, gente... E ele foi banido do País, ele retorna, mas ele, um estudante de medicina, um menino brilhante, a família diz, adquire esquizofrenia e desaparece até hoje, e isso nem a Comissão da Lei nº 9.140 me responde, nem a Comissão da Anistia responde, nem a Comissão Nacional da Verdade. Por isso que digo que esta página não foi virada. A gente precisa continuar lutando.

Deixo o meu recado aqui porque tenho essa força. Estou com 70 anos, mas tenho ainda esta força de continuar lutando pela verdade, pela memória e pela justiça neste País.

Me junto ao Gilney quando ele se lembra dos camponeses e dos índios. Eu fui relatora também de um processo do Nativo da Natividade, que foi preso na ditadura militar, foi, depois da democracia, dirigente sindical e foi assassinado a mando do prefeito da cidade. Fui relatora e pedi, sugeri o deferimento do pedido porque alguns achavam que não se enquadrava na lei porque não estava no prazo. Mas essas coisas eu acho que a luta e a compreensão humana vão rompendo e mostrando que a pessoa foi uma perseguida.

A gente não pode deixar de investigar as mortes dos advogados Paulo Fonteles, Eugênio Lira, na Bahia, e tantos outros, João Batista; a gente não pode deixar de fora tantos outros.

Então, acho que as recomendações da Comissão da Verdade deverão ser aprimoradas e trabalhadas pelo povo brasileiro, pela sociedade civil organizada, a quem acredito e credito muito poder, para a gente virar a página dessa história com a memória, a verdade e a justiça.

(*Soa a campainha.*)

A SRª DIVA SANTANA – Muito obrigada, Senador João Capiberibe. Muito obrigada a todos e a todas pelo convite. E quero parabenizar esta Casa pelo entendimento de debater essas questões, para que a nossa luta avance. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Diva Santana. Eu estou convencido de que esse trabalho de recuperação da memória, incluindo a reparação com ações judiciais, é importante não só em busca do passado, mas pelo presente. Temos uma sequência: o que foi feito no passado continua a ser feito no presente com setores e segmentos sociais diferentes. O desaparecimento forçado, a ocultação de cadáver, temos vários casos que, praticamente, ocorrem no Brasil inteiro.

A falta de punição, a omissão do Estado brasileiro, diante do que foi feito no passado, terminou institucionalizando a tortura que continua sendo praticada nas delegacias de polícias em todo o País, e temos um caso emblemático que é daquele ajudante de pedreiro Amarildo, da Rocinha, que, em poucas horas, desapareceu. Depois de preso, em poucas horas, seu corpo desapareceu, e não mais voltou a aparecer. Então, acho que é fundamental – viu, Diva? – que continuemos essa luta, pelo presente e pelo futuro do nosso País, pelo respeito aos direitos humanos.

Tenho aqui a Carta de Recife, que nos foi trazida pelo Sr. Edival Nunes Cajá, ex-preso político de Pernambuco e Coordenador do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco. É uma carta assinada por várias entidades que se comprometem à divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Eu queria também registrar a presença da Srª Lúcia Alencar, Coordenadora do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará, que é do Instituto Frei Tito de Alencar. (*Palmas.*)

Eu queria também registrar a presença do Sr. Marcelo Santa Cruz, Vereador de Olinda, do Partido dos Trabalhadores, que é Coordenador do Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco e irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz, de quem já recebemos aqui familiares, em depoimento na Subcomissão. (*Palmas.*)

Eu queria também registrar a presença da Srª Cléia Nice Porto, da Contag, representante da Comissão Camponesa da Verdade; do Sr. Vandeir Rodrigues, do Sindicato dos Bancários de Brasília; da Srª Josefa Santos, da Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr. Renato da Silva Alves, do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr. Lindoval... não dá para entender; do Sr. Antônio Abdan Silva, Sindicato dos Bancários de Brasília; da Srª Luciana, do Instituto de Estudos da Religião; da Srª Clarisse Meireles, que já destacamos, jornalista que escreveu, em pareceria com a Srª Leneide Duarte-Plon, o livro que vai ser lançado, logo mais, na Câmara dos Deputados; do Sr. Francisco Ribeiro Neto, jornalista da Comissão de Anistia do Estado da Bahia; da Srª Jéssica Sousa Oliveira, da Comissão da Verdade da Bahia; do Sr. Gustavo José Carvalho de Sousa, do Ministério da Justiça; da Srª Shana Marques Prado dos Santos, da Comissão Nacional da Verdade; e da Srª Samanta do Carmo, jornalista da TV Brasil.

Vamos dar sequência a essa segunda Mesa.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Calmon, que representa a Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça.

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Eu inicio dando meu bom-dia aos meus companheiros que combateram a ditadura, que resistiram, que foram aprisionados, sequestrados, torturados, alguns banidos, e que estão aqui presentes. Nós estamos com uma representação em maioria neste plenário.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Podemos até votar – exatamente, Betinho. Estamos com representação do Sul – Aluizio Palmar está aí, o Norton está chegando –; representação do Nordeste, que já foi lida; do Sudeste – Betinho –; do Centro-Oeste – Pinheiro, Nonô –, de Santa Catarina também... Aliás, Santa Catarina não: do Paraná temos a Ivete; do Distrito Federal – o Sérgio e o Jarbas Marques.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, minha conterrânea e militante de direitos humanos.

É lamentável que vamos fazer um debate sem a presença de algum representante da Comissão Nacional da Verdade – eles estão com a agenda carregada. O Gilney teve o privilégio de fazer o primeiro contraditório, mas temos muitos contraditórios a fazer.

Mesmo não tendo lido os oito tomos, eu li as recomendações. Não foi uma grande surpresa para nós. Há dois anos e sete meses, tínhamos uma expectativa até um pouco aquém do que trouxe o relatório, mas ele deixou a desejar. Na visão da Rede, deixou a desejar, embora com isso não queira diminuir o trabalho deles, considerando o período que tinham que abranger, considerando as dificuldades que tiveram, desde recursos humanos até a colaboração dos órgãos de Estado. O trabalho é um início para que se dê continuidade ao que mais almejam os componentes da Rede, que é a justiça, sem a qual, acreditamos, não haverá jamais a reconciliação.

E a lei, ao determinar a criação e o papel da CMV, é muito genérica e muito precisa. Ela não fala em alguns casos, ela não fala em algumas mortes, ela não fala em alguns desaparecimentos, ela não fala em alguns locais de tortura e extermínio: ela fala em todos. Então, à medida que o relatório não cumpriu rigorosamente a determinação da lei, fica algo para o futuro, e esse algo, inclusive, já foi manifestado em entrevista e ontem também pela Presidenta da República, ao dizer que estamos inaugurando um processo de desenvolvimento da verdade.

Já foi colocado aqui, mas queremos fazer coro, que a questão do quantitativo de mortos e desaparecidos tem um simbolismo muito maior do que foi dito pelo Dallari quando disse que a precisão técnica levou a fixar o número de 434, que a Comissão evitou um foco político e ideológico. Só que não existe nada fora da política, e a leitura que se vai fazer no Brasil e fora do Brasil é que a nossa ditadura matou e fez desaparecer 434, quando nós sabemos que estudiosos já falam de um número em torno de 11 mil ao incluir camponeses e indígenas. Então, é um número que desfoca a realidade e, por isso, vai ser utilizado por aqueles que têm dificuldade de aceitar o que foi a barbárie da ditadura.

Locais de tortura e extermínio, também a Comissão não foi capaz de ir a todos, inclusive àquele que, há uns três ou quatro meses, se tornou reportagem nacional por conta de Miriam Leitão, jornalista famosa, ter ficado no 38º BI, de nossa terra, onde sofreu as barbáries, não diferentes das que nós sofremos, mas, por ser uma colunista do jornal *O Globo*, teve a dimensão que teve. A Comissão Nacional da Verdade teria que, novamente, em um foco político, ter ido àquele local para deixá-lo registrado como um centro de tortura e também de possível extermínio.

Tivemos essas faltas.

Tivemos uma falta que, julgo, temos de levantar e discutir dentro do Congresso, fora do Congresso, que é a questão da Lei da Anistia: revisar ou reinterpretar? A revisão corre o risco de estar aceitando que a interpretação passada era legal, era tecnicamente legal, tanto que estamos revisando e estamos dizendo: "Não, ela não absolve os torturadores." Mas, no momento em que se fizer isso, não vai existir o princípio de que a lei não retroage em prejuízo de alguém? Vamos a outro ponto: se acontecer isso, vai parar no STF, ou seja, vai acabar lá também a interpretação para se, no caso de qualquer revisão, de qualquer mexida, vai poder retroagir, e nós estaremos dizendo, então, que aquela interpretação era uma interpretação tecnicamente legal.

A Comissão Nacional da Verdade tinha condições de demonstrar que não houve o tal pacto, que foi uma das premissas do Eros Grau. Não está provado esse pacto! Quem participou dele, como o foi... Até porque existiam dois projetos de Lei da Anistia em que um venceu pela diferença de cinco mil votos. (*Pausa.*)

Cinco votos, perdão.

A reinterpretação, também, a nosso juízo, foi um açodamento, em 2010, da OAB, e não algo integrado com todas as forças, em um momento em que havia a possibilidade de se interpretar a composição do STF. Hoje, há uma composição diferente; hoje, nós podemos voltar a pensar nisso. Mas, acima de tudo, se usa sempre que a Lei da Anistia, principalmente aos que advogam a anistia para os torturadores, os agentes de Estado que cometeram os crimes de lesa-humanidade, é recíproca. Ontem mesmo, dizia o Ministro Mello que, além de ser recíproca, a anistia é esquecimento, como se a história pudesse ser esquecida, como se a ditadura pu-

desse ser esquecida, como se o golpe pudesse ser esquecido. Se ela é recíproca, e o §2º da Lei, que fez com que companheiros nossos permanecessem na prisão após a promulgação da lei, é o mesmo parágrafo que, se aplicado aos agentes da ditadura, eles terão de ser condenados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – Então, a Lei da Anistia, ela perpetrou as graves violações de direitos humanos na medida em que deixou esses companheiros presos e não obedeceu à isonomia constitucional. Então, vá para um lado ou vá para outro, os agentes de Estado que cometeram esses crimes têm de ser responsabilizados, têm de ser penalizados, não por nós, mas acima de tudo porque, só assim, nós vamos poder colocar um marco na democracia brasileira, um marco em que a gente poderá dizer: Tortura nunca mais! Ditadura nunca mais! Democracia sempre mais!

Mas, até lá é preciso tomar cuidado com algumas sugestões, aparentemente consequentes, aparentemente louváveis, mas que podem ter um viés que não nos satisfaça. Exemplo: as Forças Armadas devem pedir desculpas à Nação. Verdade absoluta! Mas o pedido das Forças Armadas não substitui a Justiça, não substitui a penalização, a criminalização dos agentes que cometeram esses crimes de lesa-humanidade. O maior exemplo, comprovado, insofismável, de que as Forças Armadas não colaboraram foi o Hospital Central do Exército. Fomos lá, falamos com toda direção, general, coronéis, etc, e eles negaram que tivessem os nossos plantões médicos, mas, depois, uma denúncia anônima fez com que o Ministério Público e a Polícia Federal descobrissem que havia um depósito com essas fichas médicas no hospital.

Nós temos a concepção de que o golpe, tendo sido ilegítimo, ilegal, plantou uma árvore que deu todos os frutos podres, e cada galho dessa árvore tem de ter um antídoto para que não mais aconteça. E nas recomendações, nas 29 recomendações, não é isso o que se encontra. Também não se encontra o papel dos Estados Unidos no golpe, um papel que previa que, se houvesse resistência do povo brasileiro, existiria o plano de dividir o País em dois, e o Governador Magalhães Pinto seria o Governador da parte leste para cima. Isso não é uma questão de achar, mas está comprovado nos arquivos do próprio Estados Unidos que já foram liberados.

Os atores e fatores do golpe ainda não estão exaustivamente analisados, tanto que se elogia muito – e se deve elogiar – aqueles órgãos e próceres da República que lutaram contra a ditadura, mas nós tivemos órgão e próceres da República que acolheram o golpe. E, quando se vê o País, hoje, trocando a paranoia do comunismo pela paranoia a ser criada, o que se tenta disseminar, do bolivarianismo, isso exige que todo brasileiro, e, principalmente, de nós que vivemos essa parte, explicite o que foi esse golpe, o que produziu essa árvore podre da história do Brasil.

Então, tudo isso nos remete aqui e temos de ter a continuidade deste trabalho. O trabalho não foi suficiente, embora tenha sido um trabalho que, dentro da precariedade, dentro da falta de colaboração, foi exitoso. A CNV, em sua recomendação, fala de um órgão, um órgão que nós acreditamos que deva ser um órgão de Estado – não está explicitado isso – com representação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Federal e de três entidades representativas da sociedade civil, um órgão com sede e representação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON – ...que daria guarda, manutenção e continuidade deste trabalho.

Mas isso também não é suficiente, porque o que aconteceu no Brasil não aconteceu de forma isolada. E, aí, nós temos a Operação Condor, que também não foi suficientemente aprofundada no relatório da CNV. Por isso, estamos propondo a constituição da Comissão da Verdade do Cone Sul. Sabemos que algumas Comissões da Verdade de outros Estados da América do Sul avançaram mais que a do Brasil. O Brasil também tem uma contribuição a dar na integração do continente, seguindo a linha do Mercosul, seguindo a linha do Unasul, que seria a criação dessa Comissão, que teria a vantagem de fazer com que, na medida em que há troca de experiência, com que cada Estado avance um pouco mais, de tirar o peso de um Estado só e de passá-lo para o ambiente maior em que vamos, mais uma vez, ter o envolvimento dos Estados Unidos nesse sentido.

Nosso atraso é tanto que, ontem, no meu Estado, depois de 16 anos de uma lei de reparação aos capixabas que foram atingidos pela ditadura, depois de 16 anos em que houve o primeiro projeto de lei não aceito, a Assembleia Legislativa teve à mão esse projeto de lei, enviado pelo Governo atual, que está deixando, e elaborado pelo Fórum Direito à Memória e à Verdade, mas o Governador que vai assumir, que tem o domínio da Assembleia Legislativa, orientou que não se aprovasse essa lei.

Esses atrasos que existem em alguns Estados do Brasil fazem com que nós, da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, entendamos que nossa luta só foi alcançada com um patamar de vitória, mas que vai continuar enquanto não houver a criminalização daqueles que fizeram à Nação brasileira, aos filhos desta Mãe Gentil, as barbaridades dos crimes de lesa-humanidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Quero registrar a presença de Aluízio Palmar, ex-preso político, perseguido e sobrevivente – ele é do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; José Francisco, da Comissão da Verdade e do Sindicato dos Bancários de Brasília; Fabrício Paes, Diretor de Memória da UNE, representando, simbolicamente, Honestino de Guimarães, mártir da resistência à ditadura; Márcio Araújo, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; Maria da Conceição Alves, da Consultoria Legislativa do Senado; Mila Landin, também da Consultoria do Senado; Nilo da Silva, da Universidade... (*Pausa.*)

Não consigo ler.

A presença de Lucas Goes, da SDH; Francisco Bruno, da Liderança do PSB; Leonel Sousa, da CSB, de São Paulo; e Francisco, ex-preso político de Pernambuco.

Nós temos aqui uma lista de pessoas que gostariam de intervir, mas, às 12h, exatamente, nós teremos o lançamento do livro *Um Homem Torturado: nos Passos de Frei Tito de Alencar*. Vai ser lançado às 12h. Então, nós temos uma limitação de tempo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Explique onde é o lançamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Será no *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, no corredor em frente da Taquigrafia, não é isso? Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko. (*Pausa.*)

Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO – Eu saúdo a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe, que presidem esta audiência pública, aos demais integrantes da Mesa e a todas as pessoas que acompanham esta audiência pública presentes aqui ou em outros lugares *on-line*.

Incumbiu-me o Procurador-Geral da República, que está ausente da cidade, que eu o representasse nesta audiência pública, o que demonstra bem o sentido do reconhecimento da relevância desta audiência pública e, sobretudo, da oportunidade, muito embora o relatório tenha sido lançado ontem, e, por conseguinte, muitos aqui já externaram a impossibilidade de ler o conteúdo integral, o que é nosso caso também. Essa rapidez demonstra o envolvimento do Poder Legislativo, especialmente do Senado, em dar uma resposta à sociedade brasileira a partir das conclusões do documento, do relatório que foi publicado e das recomendações.

Então, o que é preciso dizer, do ponto de vista do Ministério Público – e aqui quero frisar mais uma vez que, substituindo ou representando o Procurador-Geral da República, eu estou representando todo o Ministério Público brasileiro, não só o Ministério Público Federal, mas também todos os Ministérios Públicos estaduais, porquanto o Procurador-Geral da República preside o Conselho Nacional do Ministério Público –, deste lugar de fala do Ministério Público, é que este relatório, além de ser um fato político, é um fato jurídico. E isso para nós, do Ministério Público, é muito importante, porque ele gera consequências jurídicas, consequências em nossa atuação extrajudicial, mas, sobretudo, judicial.

Ressalto que o relatório foi produzido por um órgão de Estado e que, como foi também muito pontuado pelo seu Presidente, Presidente da Comissão Nacional da Verdade, foi um documento feito com o rigor metodológico e com fatos comprovados em documentos, e não em opiniões; enfim, em uma cadeia de elementos probatórios que permitiram a emissão de conclusões. Entre essas conclusões, para nós, do Ministério Público, duas são extremamente importantes: a Conclusão nº 2, da Comprovação do Caráter Generalizado e Sistemático das Graves Violações dos Direitos Humanos, Conclusão, que permite a Conclusão nº 3 – elas estão encadeadas –, da ocorrência, no período analisado, de crimes contra a humanidade. Essas duas conclusões dão um suporte ao Ministério Público naquilo que foi agora solicitado – e que também consta do Relatório –, que é a punição dos torturadores.

O Relatório dá uma base de comprovação fática. Ela já existia, mas – eu repito – ela é agora qualificada com uma declaração do próprio Estado brasileiro por um de seus órgãos. Então, isso vai permitir, com maior largueza, a atuação do Ministério Público Federal, que já vem sendo realizada, nas ações penais propostas em primeiro grau, e também a atuação junto ao Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 153, que ainda pende de julgamento de embargos de declaração. Nessa ação, o Sr. Procurador-Geral da República, muito recentemente, encaminhou uma manifestação escrita em que ela segue exatamente os mesmos argumentos, as mesmas conclusões agora presentes neste relatório. Então, é um fato também o Relatório que deverá ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Também, chamou-me a atenção, na Mesa anterior, quando o Dr. Pedro Dallari explicava o conteúdo desse relatório, o volume 2, que é um volume que contempla análises autorais. Ele explicou que não foram votadas, mas também foram produzidas com um rigor metodológico e, também, são muito importantes para a atuação do Ministério Público Federal. E eu gostaria de ressaltar uma delas, que já foi, inclusive, ressaltada pelo Dr. Gilney Viana, que é aquele relatório relativo aos direitos indígenas e que traz elementos muito claros de que havia uma

política de Estado de supressão dos povos indígenas. E isso é muito importante para a discussão atual dentro do Supremo Tribunal Federal, onde, a partir do julgamento da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, foram estabelecidas algumas condicionantes, e uma delas, que ganha foros agora de uma norma que deve ser seguida, é a de que, se num determinado local os indígenas não estavam no dia 05 de outubro de 1988, eles perderam o direito. Então, esse documento que foi produzido pela Comissão Nacional da Verdade mostra como os povos indígenas foram espoliados pelo próprio Estado. E não é justo que, agora, nós não reconheçamos essa espoliação e exijamos – que é isso que está sendo exigido – que eles provem que resistiram contra o Estado brasileiro para se manter em determinado local até o dia 05 de outubro de 1988.

Numa leitura rápida das recomendações, eu procurei verificar o que havia de específico em relação ao Ministério Público, e localizei a Recomendação nº 7, que trata da retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito, providência que o Ministério Público já tomou em algumas situações. Mas, naturalmente, agora, com essa recomendação – como, aliás, em outras –, se impõe que o Ministério Público Federal, bem como os Ministérios Públicos Estaduais se debrucem numa estratégia que dê uma resposta – não é? – coordenada e rápida a todas aquelas questões em que se exige atuação direta do Ministério Público, porque sempre haverá um largo campo de atuação posterior. Ou seja, porque há muitas recomendações que são dirigidas à Administração Federal, ao Governo. Então, na medida em que essas recomendações, elas não forem implementadas, o Ministério Público, ele, também, tem o campo de atuação contra a omissão dos administradores.

Eu gostaria, ainda, de ressaltar que, no âmbito do Ministério Público Federal, temos grupos de trabalho e, até, três órgãos internos que se ocupam das questões que são colocadas no relatório diretamente relacionadas ao que aconteceu no período da ditadura civil-militar, mas, também, das consequências – não é? – dessa ditadura, que são consistentes na persistência da tortura, nas buscas e apreensões fora da lei, enfim, em todas as atividades que são exercidas, principalmente, pelas polícias e que não seguem as regras do Estado democrático de direito. Então, temos grupos de trabalho e, inclusive, a criação, também muito recente, de uma câmara de coordenação e revisão no Ministério Público Federal do controle externo da atividade policial e do sistema prisional, que já tem se ocupado, exatamente, dos temas especificamente levantados nos itens 12, 13 e 14 das recomendações. E, também, é importante referir que, no Conselho Nacional do Ministério Público, que congrega todo o Ministério Público brasileiro, também há uma preocupação e reuniões no sentido de aprimorar, de fortalecer a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na fiscalização do sistema prisional.

E um outro órgão que tem se ocupado, dentro do Ministério Público Federal, é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e, nesse âmbito, um dos temas, também levantado nas recomendações, é o ensino nas Forças Armadas. É um tema que já foi objeto de alguma preocupação, mas que, realmente, ele precisa de um maior empenho, porque não é só no ensino, mas, também, no recrutamento – não é? – do pessoal das Forças Armadas; e, depois, no ensino é que nós temos que dar uma especial atenção de que isso se faça de acordo com os valores democráticos que estão sinalizados pela nossa Constituição.

Então, Srª Senadora, Sr. Senador, esses são os comentários, as observações e a manifestação imediata do Ministério Público, e que, sem dúvida, poderiam ser, até, mais meticulosos, não fosse, justamente, essa compreensão de todos de que não houve ainda a possibilidade de fazer uma análise detida de toda essa riqueza que o relatório da Comissão Nacional da Verdade nos traz.

Muito obrigada, então, por esta oportunidade de...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – V. Exª tem mais cinco minutos.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO – Eu sei, mas acho que existem outras pessoas, também, que querem falar. Eventualmente, podemos, até, manter um diálogo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Drª. Ela.

A questão indígena é preocupante hoje, extremamente preocupante. Nós acompanhamos, aqui na Comissão, em várias oportunidades, depoimentos de indígenas que são violentados, perseguidos, que têm suas terras invadidas, e nós temos encaminhado e buscado solução, sendo em alguns Estados mais graves do que outros. No caso de Mato Grosso do Sul, nós fizemos uma diligência externa, estivemos nas áreas de conflito. Mas nós estamos avançando muito pouco, até porque a própria Justiça terminou se transformando num grande entrave, os processos demoram décadas para serem resolvidos e a comunidade fica sem o direito de retornar às terras que lhe pertencia de fato, e que aquilo que a Constituição garante, seus direitos originários, está sendo desrespeitado, porque a justiça que tarda não é justiça. E, agora, com essa interpretação do Supremo extremamente preocupante – que o direito seja reconhecido só a partir de 1988 –, para as comunidades indígenas é uma situação muito temerosa – não é? E, aqui mesmo na Câmara, tramita a PEC nº 215, que, se aprovada, aí, então, é que nós vamos ter o entrave definitivo no processo de demarcação, de homologação das terras indígenas.

Mas vamos dar sequência. Eu passo a palavra à Srª Eugênia Gonzaga, por favor.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA – Muito boa tarde a todos e todas.

Agradeço o convite feito pelo Senador João Capiberibe, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares, especialmente a Senadora Ana Rita.

Drª Ela Wiecko, minha parceira de Ministério Público Federal – se eu posso falar assim, pois somos da mesma instituição, mas a tenho como grande referência de atuação e de exemplo para mim; Diva, querida, familiar e também, agora, parceira na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; e Francisco, muito boa tarde.

Bem, estou aqui, hoje, na qualidade de Presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, função que passei a desempenhar apenas agora, em julho de 2014. E recebi esse convite, obviamente, pelo trabalho que eu desempenhava antes como Procuradora da República. Então, acho que tenho que me ater mais a esse período do que agora, como Presidenta da Comissão, e depois dizer o que nós podemos fazer de agora em diante, porque acho que a Comissão Especial sobre Mortos, ela pode ser tida como a nossa primeira Comissão da Verdade no Brasil e ela é a destinatária natural desse legado imenso relacionado à continuidade das buscas pelos corpos dos desaparecidos políticos e de tantos outros – não é?

Bem, a Comissão Nacional da Verdade foi criada após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. É bom que a gente sempre se lembre disto: O Brasil é um dos países mais atrasados, aqui, na América do Sul no seu dever de fazer justiça de transição. Nós, no Ministério Público, fizemos parte de um grupo pequeno de Procuradores que começaram e deram início a essas medidas visando a uma mínima reparação, a uma mínima justiça de transição. Sendo assim, eu tive a honra de ser uma das coautoras das primeiras ações de responsabilização de pessoas, como Romeu Tuma, como Carlos Brilhante Ustra, como Harry Shibata. Todos eles já foram réus desde os anos 2006, 2007 e 2008, mas eram iniciativas isoladas e sempre com essa imensa dificuldade relacionada à Lei da Anistia, mas que nós fomos enfrentando, até porque começamos no âmbito cível. Então, registro, também, aqui, a postura do Dr. Marlon Weichert, colega Procurador, que esteve comigo e com outros valorosos colegas à frente desses temas. Mas, como eu disse, eram iniciativas isoladas, muito difíceis e muito sem estrutura. A própria busca pelos corpos dos desaparecidos políticos, eu venho acompanhando isso desde o ano de 2002, ela só chegou ao Ministério Público Federal pela total omissão do Estado brasileiro nesse tema. É uma situação dramática – não é? – de 1,4 mil ossadas exumadas no Cemitério de Perus desde 1990 ainda precisando de análise, as buscas no Araguaia ainda de maneira muito incipientes, e tantas outras frentes de trabalho abertas.

Bem, constatamos que era preciso uma Comissão Nacional da Verdade como uma das medidas que o Estado brasileiro precisava tomar. E começamos a bater nessa tecla até muito antes da condenação do Brasil pela Corte Interamericana. Mas não tivemos essa felicidade: a Comissão foi instaurada apenas após a condenação. E, no inicio, nós, até, éramos muito críticos em relação à Comissão, porque já começava pelo seu tempo de duração: dois anos para se apurar vinte anos. Era uma medida quase impossível, uma tarefa quase impossível. Logo que a Comissão da Verdade foi criada os discursos todos eram: não estamos aqui para justiça. O Gilney, com sua percuciência observou muito bem, não é Comissão Nacional da Verdade e Justiça, foi só Comissão Nacional da Verdade.

E não se falava em justiça e responsabilização. Era um tabu isso há dois anos, porque também tínhamos acabado de receber esse banho de água fria do Supremo Tribunal Federal, dizendo que a Lei da Anistia, conforme foi muito bem observado aqui, teria anistiado também os agentes, e a lei não diz isso, o texto da lei não diz isso. Pacto até hoje não aprendi na faculdade, Drª Ela, que pacto fazia parte do corpo da lei. Eu não soube isto, que o texto da lei incluía o pacto prévio. Então, um método de interpretação histórico que eles não explicam nos livros de hermenêutica. Primeiro, temos que verificar que pacto gerou aquela lei. Temos de ver o momento histórico, mas respeitar pactos é uma situação realmente bem inusitada. Mas, enfim...

Então, vem a Comissão Nacional da Verdade com este tabu, com esta dificuldade de falar em responsabilização, com esse pouco tempo, e veio. Só que hoje eu discordo das críticas que estão sendo feitas aqui. Acho que com esse pouco tempo o resultado apresentado é muito bom. Acho que foi feito um grande movimento, acho que tivemos momentos emocionantes na Comissão Nacional da Verdade como a situação em que foram exumados os restos mortais de Jango, de João Goulart. Independentemente de quem foi João Goulart, eu não discordo nem concordo com ele, mas era um presidente da República enterrado sem nenhuma honra de Estado e ele teve essa dignidade. Foi feita a cerimônia dele com todas as honras de um presidente da República, porque ele simplesmente foi deposto, foi quebrada essa trajetória dele. Acho que teve momentos muito importantes.

Outro ponto é que proliferaram as comissões da verdade, isso foi extremamente positivo, porque a Comissão Nacional da Verdade não pretendeu ser exclusiva. Então, ela não é a única a apresentar a sua posição. Isso fez com que, eu acho, seja muito enriquecedor todo esse clima criado.

E mais, ontem, me chamou muita atenção bastante interessante que tinha na hora da entrega. Um número um em romano junto do banner, imenso, da Comissão Nacional da Verdade. Era um izinho pintado de amarelo. Dá-se a entender que pode ser esta a primeira Comissão Nacional da Verdade, dá-se a entender. Acho que ficou subliminar isso. (*Palmas.*)

Acho que ficou.

Outro ponto foi muito importante sugerir a criação de um órgão permanente e já dizer aquilo a que veio. Então, ela aumentou os nomes. Estou extremamente feliz com o fato de terem sido indicadas as responsabilidades, porque isso, como eu disse, era um tabu. Eu não imaginava, aqui falando por mim, como já foi recomendado aqui anteriormente, falando por mim, eu não imaginava que chegassem a tanto com a nominação e de tantos nomes. Acho que o Ministério Público Federal agora tem...Já vinha trabalhando, já possuía mais de uma centena de inquéritos instaurados. O Ministério Público Federal já vem trabalhando nisso há muito tempo e já tem um grande caminho trilhado, mas acho que esse relatório, como disse muito bem a Drª Ela, é um fato jurídico importantíssimo, reconhece como crime contra a humanidade, cita nomes, diz as circunstâncias. Tudo isso acho que permite um avanço imenso.

Obviamente o nosso óbice ainda está no Poder Judiciário, e precisamos lutar em relação a este óbice. Mas ele não está só no Poder Judiciário. Temos um óbice imenso na opinião pública também, porque hoje falam aqui tanto de um Bolsonaro da vida, que não é a primeira vez que comete atos incompatíveis com a ética parlamentar, mas ele é o mais votado. Acho que isso reflete... E eu não acredito que as pessoas todas que votem nele concordem com essas coisas, eu não acredito nisso. Eu acredito, sim, que falta muita comunicação, falta muita abertura. (*Palmas.*)

Nós estamos vivendo uma crise imensa de dificuldades de comunicação desses princípios. Segunda-feira, no Sindicato dos Engenheiros, falei: nós defendemos princípios e não esta posição ou aquela, defendemos justiça social, um Estado democrático de direito, com respeito à propriedade privada, que cumpra sua função social. É incrível que não consigamos explicar essas coisas para as pessoas.

Então, acho que temos realmente muitos obstáculos e muita coisa a ser feita. Nesse sentido, para encerrar a minha fala, me colocando aqui nesta qualidade de membro e presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tive muito orgulho em aceitar, fiquei muito feliz, porque com o Ministério Público Federal vim batendo frequentemente nesta tecla de que a Comissão precisava ser estruturada. Então, recebi uma resposta muito importante: então venha presidir, vamos ver o que vai sugerir. E não é fácil, realmente não é fácil. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade foi criada com toda estrutura, esta Comissão que foi criada em 1995, que é fruto da vitória dos familiares que o Gilney falou aqui, dessas pessoas que não desistiram nunca, reunindo-se em suas casas, levando documentos, fazendo coisas incríveis sozinhas, sem nenhum apoio do Estado, só por causa delas nós estamos aqui hoje. Só por causa delas o Ministério Público passou a trabalhar o tema. Só por causa delas temos uma comissão da verdade, e esta Comissão é fruto dessa imensa vitória. Só que ela é fruto daquele tipo de vitória que dá com uma mão e tira com a outra, porque foi uma comissão criada sem absolutamente nenhuma estrutura. Então, hoje chega pedido lá para fazermos exumação do corpo do Stuart Angel. Nós não temos equipe para fazer essa exumação. Fizemos isso de uma maneira *ad hoc* nos Estados, com a colaboração dos IMLs, com o Ministério Público acompanhando. Eu brinco que acompanhei tantas exumações desse jeito que já tenho mais horas do que muito médico legista, de tanto que fizemos. Mas foi de uma maneira que não era a maneira correta. Exumar um corpo não é chamar um médico e um policial e abrir a sepultura. Tem que ter um arqueólogo, tem que ter um geólogo, tem que ter as pessoas que retratem a maneira como aquele corpo estava, tem que ter a maneira certa de tirar. Então, até hoje não vemos fazendo isso de uma maneira correta. Esperamos que tudo isso sirva para conseguirmos revisar a lei que cria a Comissão Especial sobre Mortos. Essa Comissão tem um óbice, Gilney, ela não tem como trabalhar em corpos de pessoas que não tiveram ligação com a militância política, que não se envolveram em conflito armado pela militância política. Então, hoje, nem que queiramos reconhecer a questão dos indígenas, não tem como ser pela Comissão. Mas essa lei precisa ser revista, porque, assim como a lei da anistia, ela tem que tratar de casos de exceção. E todos esses são casos de exceção. (*Palmas.*)

Como foi dito, a história de que tivemos 434 vítimas não reflete a verdade. A ditadura produziu milhares de vítimas no Brasil e essa questão indígena é da maior gravidade, ela está no cerne de toda nossa história. Só que não vejo como sendo um defeito do relatório, acho que o relatório dá meios para continuarmos, elementos para que prossigamos de uma maneira definitiva na Justiça de transição brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Eugênia Gonzaga.

Agora estamos com o lançamento do livro, mas vamos abrir a palavra a algumas pessoas que gostariam de se manifestar da plenária e vamos ouvi-las.

Eu queria destacar a necessidade, para a democracia, da existência dos radicais. É fundamental. Precisamos conviver com... Agora eles precisam aprender a conviver com a democracia. Essa é a grande dificuldade. A votação não me impressiona, sabe por quê? Porque, hoje, eleição no nosso País é marcada pelo poder econômico, ela é determinada, ela é determinante.

Nós temos aqui um debate, que vai ser travado no próximo ano, que é a reforma política. Não é possível uma eleição futura, nos mesmos moldes da de outubro passado, é inadmissível. A composição da Câmara e do Senado, se nós criticamos a que está aí, a que vem será, talvez, um pouco mais complicada. É a força do poder econômico, e nós vamos acompanhar de perto isto, na hora em que o Supremo liberar os nomes dos políticos envolvidos com os escândalos da Petrobras.

Em relação à Justiça, realmente, é preocupante. Nós temos essa preocupação de que, quando os processos chegam à Justiça, há lentidão, vão se arrastando, se arrastando, e, principalmente, quando diz respeito às comunidades indígenas, isso é um problema sério, mas o último recurso que nós temos, na hora do conflito, é o Judiciário. E quando o Judiciário se comporta da forma como nós temos presenciado, a nossa preocupação se torna maior ainda.

Mas, enfim, vamos ouvir aqui o Sr. Betinho Duarte, da Comissão da Verdade de Minas Gerais.

Agora, o tempo, eu vou pedir a compreensão para que a gente possa pegar um pouquinho do lançamento do livro.

O SR. BETINHO DUARTE – Boa tarde a todos. Cumprimento o Senador João Capiberibe, todos da Mesa e todos os presentes. Como ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ex-prefeito interino, Senador, eu vou tentar cumprir o prazo regimental.

Eu tenho três sugestões a fazer, três elogios e uma crítica.

Antes de fazer as sugestões, eu queria dizer que eu estou vivendo momentos impactantes na minha vida, momentos maravilhosos da minha vida, como eu nunca vivi. Eu queria dizer, inclusive, que eu acabei de voltar de Cuba, não porque os fascistas nem a elite branca me mandaram para Cuba, mas porque fui participar do intercâmbio cultural Brasil e Cuba, passando o filme Marcas da Memória, 50 anos do golpe militar, que teve uma aceitação incrível.

Eu queria dizer até, Senador, que, se o senhor pudesse, com a Senadora Ana Rita, aprovar aqui uma solicitação ao Presidente Barack Obama para que libertasse os três heróis cubanos que estão ainda presos, nos Estados Unidos, para que eles passem o Natal em casa, seria de fundamental importância. (*Palmas.*)

As minhas três sugestões são – inclusive não são minhas, são da rede, já discutimos há muito tempo atrás, e não venham dizer que é revanchismo –:

1) A realização de um tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar. Tentamos fazer isso, no ano passado, e não conseguimos. Fica essa ideia da realização desse tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar.

2) A frente nacional em defesa da democracia e contra o fascismo, também estamos discutindo na rede. A Presidenta Dilma foi reeleita, tem que tomar posse e governar. Isto é uma balela: "Fora Dilma!" Isto é crime: "Fora Dilma", impeachment e intervenção militar. Isso é crime constitucional. Não aceitamos isso, em hipótese alguma. Falam em intervenção militar para combater a corrupção, mas, na essência do golpe, havia corrupção, os que deram o golpe eram corruptos. É só pegar o caso de Itaipu, Angra dos Reis, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Serra Pelada e Petrobras, que foi saqueada naquela época. Lembro também que os torturadores ficaram riquíssimos, porque quando eles invadiam os nossos aparelhos, saqueavam tudo. Ficaram riquíssimos. Em Minas, inclusive, são hoje proprietários de minas de ouro e de outras minas. No Rio de Janeiro, transformaram-se em bicheiros e presidentes de escolas de samba.

3) Essa questão de colocar na internet é meio complicada. Queremos sugerir à Presidenta Dilma, que imprima milhares desses relatórios, para que vão para as escolas, para as universidades, enfim, porque, ontem, por exemplo, tive dificuldade em ler o relatório. Veja bem, isso é documento histórico que deve ir para escolas, universidades, bibliotecas, para que a população tenha acesso. (*Palmas.*)

Elogios.

Eu quero primeiro, inicialmente, elogiar o Gilney. (*Risos.*)

Gilney é um companheiro de longa data, inclusive ex-Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Minas Gerais. Ele estava preso em Linhares. Fizemos uma campanha, mas ele não foi anistiado. A companheira dele na época me procurava: "Betinho, Betinho, vamos fazer alguma coisa porque senão o Gilney não vai sair." E nós fizemos e ele saiu. Então, o Gilney, naquela época, há muitos anos, já levantava a ideia de formação de comitês, e agora eu vou elogiar a Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, porque graças a essa rede nós conquistamos vários avanços. São mais de cem comitês – não é isso, Calmon? – no Brasil inteiro. São mais de cem comitês, comissões, etc.

E o último elogio eu faço à Comissão Nacional da Verdade, que estão de parabéns. Podemos fazer alguma ressalva, mas um trabalho de 2 anos e 7 meses para investigar 42 anos é um trabalho fantástico e, na verdade, um ponto de partida e o início de uma longa caminhada pela frente.

E, por último, a crítica que eu gostaria de fazer, é exatamente ao Ministro, e eu não devia nem fazer nem citar o nome dele, tampouco, Marco Aurélio Mello. Eu não sei por que, voltando de São Paulo, eu comprei o *Estadão*. Eu não tenho o costume de ler nenhum jornal, por sinal, porque eu acho que a imprensa, de um modo geral, é do Partido da Imprensa Golpista, mas o Anivaldo Padilha me sugeriu ler porque ele deu uma entrevista. E eu vi essa entrevista aqui do Marco Aurélio Mello, e eu caí para trás. Ele fala que, um Ministro do Supremo mexer em um assunto para punir os torturadores, como querem os integrantes da Comissão Nacional da Verdade, é impensável, nas atuais regras constitucionais. E ele ainda fala, "crime continuado como? Na passagem para a democracia, se as pessoas não apareceram é porque estão mortas". A minha leitura é que são lixos. "O essencial da questão não se altera e, portanto, o espírito de conciliação negociado deve prevalecer". Negociado com quem? Os torturadores não negociavam com a gente. Colocavam na cadeira para o interrogatório e no pau de arara. E todos nós sabemos que tortura é crime de lesa-humanidade, imprescritível, inafiançável, e o Brasil assinou esse tratado de estar na Constituição e tem que ser cumprido. Não venham com essa conversa de que tortura não pode punir, até porque tem gente falando em faixa etária. Lei e tratado não tem faixa etária. Até porque os torturadores espancaram e torturaram bebês e crianças. Nós conhecemos um caso: o Fleury, no colo da empregada, deu um tapa na cara de um bebê, que ficou com sequelas, e, recentemente, esse rapaz suicidou-se.

Então, na verdade, em página virada... Eu pergunto para vocês, que página virada é essa? Eu pergunto a Diva: que página virada é essa, Diva? Eu pergunto ao Togo, cujo pai é desaparecido político: que página virada é essa? Eu pergunto ao Gilney, que foi barbaramente torturado: que página virada é essa? Não tem página virada para nós, não. A página não vai virar, e as nossas cicatrizes jamais serão lavadas se não houver justiça, mesmo assim as cicatrizes ficarão. (*Palmas.*)

Queremos justiça Senador, e vamos ter essa justiça, custe o que custar!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Anistia é esquecimento, não é? Mas muitos companheiros, como o Gilney Viana, não foram esquecido. Não esqueceram o Gilney. Não esqueceram tantos outros, não é? Houve um pouco a contradição de quem defende o indefensável.

Vamos conceder a palavra à Laurenice Noleto, da Comissão de Jornalistas de Goiás.

A SRª LAURENICE NOLETO – Eu faço questão de fazer uso da palavra, porque o tema que me traz aqui a falar é justamente de uma importância muito grande, que foi muito pouco colocado aqui, a não ser pela Drª Eugênia, que levantou a questão da comunicação. No registro, no levantamento de vários comitês, inclusive das comissões de jornalistas formadas pelo Brasil todo, em uma coordenação da Federação Nacional dos Jornalistas, que também criou a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, nós fizemos muito levantamento sobre a participação de jornalistas que foram vítimas da ditadura, como temos aqui na bancada, Pinheiro Sales, um dos jornalistas que deve ter sido o mais torturado do Brasil, e Jarbas, outro exemplo de resistência, de jornalista que foi extremamente torturado. E eu tenho o meu marido, que foi vítima – que eu escrevi agora recente um livro sobre a vida dele –, Vilmar Antônio Alves, que foi sindicalista em Goiânia e em Brasília.

Tenho a informação que o Dr. Pedro me deu ali na saída, porque não tive tempo de ler também o relatório, de que a questão da comunicação está, sim, contemplada no item 8, Capítulo VIII, e não sei o quê. Não deu tempo de eu ler ainda. Mas eu quero chamar a atenção de todos nós, e, principalmente, de quem hoje vai trabalhar a continuidade do trabalho apresentado pela Comissão da Verdade, principalmente vocês companheiros que estão aqui de lutas e com representatividade, sobre a importância do papel da imprensa, ontem, no golpe, e hoje. Nós estamos vendo se repetir muita coisa que aconteceu para o pré-golpe de 64. Os Ipes e Ibad de ontem têm novos nomes hoje. Pode ser Millenium. Pode ter vários outros nomes. Mas nós temos consciência disso e precisamos nos preocupar com isso, porque, se não for tratada a questão da comunicação, a repetição da história é muito provável que aconteça, e as nossas vítimas da comunicação, vai ficar sem sentido o sacrifício delas. O empresário comprometido de ontem, continua comprometido hoje, e ele precisa ser denunciado e precisa ser vigiado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Eu passo a palavra à Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

A SRª IVETE CARIBÉ ROCHA – Bom dia! Bom dia à Mesa, especialmente na pessoa do seu Presidente, Senador João Capiberibe! Bom dia à Senadora Ana Rita!

Minha fala é muito rápida, até porque é complementar àquilo que o companheiro Francisco já falou. Realmente pensarmos e lutarmos pela constituição desta Comissão da Verdade do Cone Sul, porque o meu grupo de trabalho na Comissão Estadual da Verdade do Paraná e Teresa Urban, que foi do grupo de trabalho Operação Condor, verificamos, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Chile, a existência de muitos documentos, e nós não conseguimos dar conta do trabalho. Então, é extremamente importante a criação da Comissão do Cone Sul e também de uma justiça especializada para o julgamento desses crimes. A Argentina tem isso. Tive oportunidade de assistir a um julgamento. E foi, para mim, muito impactante, porque ela funciona das 8h até a hora que terminar, com juízes especializados na questão.

Então, eu acho que nós temos que pensar, também, em algo parecido, porque o exemplo é muito bom.

Agradeço muito e vou dar a oportunidade a outros companheiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra o jornalista Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato de Jornalistas do DF.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – Senador, antes de nós, o Sindicato dos Jornalistas, num projeto que a Nonô falou sobre a criação pela Fenaj, essa subcomissão, além de enfrentar os quartéis... O depoimento mais importante sobre a repressão em Brasília foi dado nessa sala ao senhor. Foram os colegas jornalistas presos, e nós identificamos, a 200 metros do Congresso e a 300 metros do Palácio do Planalto, nos centros de tortura que a Marinha fez e nos centros de tortura que o Exército fez no prédio do Exército, ao lado do Prédio da Marinha. Foi extremamente importante esse depoimento à subcomissão. Antes, a Senadora Ana Rita, quando a gente ainda lutava pela criação da modificação do projeto da Comissão da Verdade, colocou o plenário à nossa disposição, da Iara, do Gilney, dos companheiros de Brasília, pela responsabilidade territorial física que a gente tem de representar aqueles que não podem vir.

Nos depoimentos aqui, nós vimos que esse centro da Marinha foi porque... A crítica que nós fazemos à Comissão da Verdade é que, em Brasília... Só faltou que a gente fizesse requerimento à Comissão Nacional da Verdade para dizer os locais de tortura em Brasília. E sou também membro da Comissão da Verdade da OAB-DF e, por exemplo, em Brasília, a partir de 1968, da invasão da Universidade de Brasília, quando a Marinha coloca o Capitão Azevedo como Reitor, a Marinha passa a centralizar a repressão a todo o campo social em Brasília. Essa foi a razão de montar o centro de tortura no Ministério da Marinha. Ao passo que todos aqueles, nós, que fomos torturados nos quartéis de Brasília... A concentração da repressão foi na Polícia do Exército e nos vários quartéis aqui em Brasília. Então, nem isso nós conseguimos na Capital da República. Quer dizer, o que foi fornecido em primeira mão ao Senado, através da subcomissão, o nosso Sindicato, a nossa comissão, colocou à disposição da Comissão da Verdade.

Então, a história da repressão... Por exemplo, os companheiros que estavam presos na PE, no PIC... o Antônio Bandeira, que chefiou a repressão à guerrilha, trazia cabeças e mãos para identificar aqui na PE. Vários companheiros viram latas de querosene chegando com cabeça e mão para identificar aqui aqueles que foram mortos lá e que não foram identificados lá. Eles trouxeram para Brasília. O Antônio Bandeira trouxe.

Agora, nós vamos dar sequência. Por exemplo, a Comissão da Verdade não viu a agressão à Brasília, a destruição da Universidade de Brasília, e à OAB-DF. A primeira Comissão de Direitos Humanos no Brasil foi criada aqui na OAB-DF. E o Newton Cruz invadiu, no estado de emergência, a OAB. E uma coisa precisa ser ressaltada: a OAB foi invadida no estado de emergência, eles botaram fogo, a OAB-DF não tem nenhuma história administrativa e, pasmem, o Presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, que depois foi Senador e Presidente do Supremo tribunal Federal, sofreu um processo. Eles botaram fogo na OAB e acusaram o Maurício Corrêa de ter sido ele quem botou fogo na OAB. Vejam o cinismo!

E a padronização, a padronização de tortura, por exemplo. Eu fui torturado aqui pela equipe do Meira Mattos, que chegou de São Domingos. E a padronização de tortura... O senhor falou de iniciar pela Polícia Civil. Sim, em parte, mas a escola de tortura do Panamá... Por exemplo, a Ivete sabe, conheceu um sobrevivente que hoje está falecido e que sofreu o mesmo padrão de tortura que eu sofri aqui no Batalhão da Guarda Presidencial, que era um padrão de destruição mental que eles chamavam de escovão. Colocavam os companheiros de processo e me afogaram em tinas de urina e fezes. E o Ildeu Manso, além de no Paraná sofrer esse mesmo padrão de tortura, teve lesões que o levaram à morte.

Então, não se discutiu – isso que foi colocado por outros aqui – o padrão de tortura adotado pelos Estados Unidos, na escola do Panamá, e os torturadores. Três dias atrás o parlamento dos Estados Unidos viu o que o Bush... O que eles ensinaram a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JARBAS SILVA MARQUES – ...240 mil militares, eles voltaram a fazer. Não precisaram das mãos sujas dos militares na América Latina. Eles mesmos fizeram pelo mundo.

Então, a grande falha desse relatório que eu vejo é até hoje o Supremo Tribunal Federal estar assentado, desde o Nelson Jobim, no processo que a família do Presidente João Belchior Marques Goulart entrou para responsabilizar o governo dos Estados Unidos pelo golpe de Estado. Por que é que esse STF, que é um tribunal de exceção, cria essa anomalia do tal pacto que não existiu? E a luta é do cinismo das pessoas que querem, como o Marco Mello, ensinar a vigarice para mais vigários.

Assim, eu quero lembrar ao senhor que essa Subcomissão teve acesso a uma coisa que estava sepultada: os centros de tortura do Exército e da Marinha, a 200 metros do Congresso Nacional e a 400 metros do palácio de despacho do Presidente da República, o Palácio do Planalto. Isso foi montado aqui, na Esplanada dos Ministérios, e, graças a sua presidência na Subcomissão, pela primeira vez na história, conseguimos provar que a ditadura foi extremamente vergonhosa.

Juscelino Kubitschek. Na comunicação do Figueiredo com o Contreiras, ele diz, em um documento oficial, que Ivete ficou de pegar, descoberto no Paraguai pelo Almada, de aplicar o código 12 no Juscelino. O código 12 é matar.

Então, está na hora de a gente continuar e estender essa luta em busca da verdade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Agora nós temos o último inscrito aqui, que é o Cesar Cordaro.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ (*Fora do microfone.*) – E o Cajá.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Com certeza. Você quer usar da palavra? Então vai ser o último. Logo em seguida do Cesar Cordaro, então o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da prefeitura do Município de São Paulo. (*Pausa.*)

Então vai ser o último. Logo em seguida ao Cesar Cordaro, o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. CESAR CORDARO – Sr. Presidente, Senador Capiberibe, Senadora Ana Rita e demais integrantes da Mesa, é com muita satisfação que eu participo deste evento. Represento aqui a Comissão da Verdade Memória e Verdade, da Prefeitura de São Paulo, recém criada. Essa Comissão foi instalada no dia 25 de setembro passado, tardiamente, mas vem na esteira daquilo que foi muito bem colocado pela Drª Eugênia Gonzaga em relação ao cumprimento da condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

São Paulo teve uma atuação importante, foi o centro de tortura onde o maior número de pessoas sofreram as graves violações de direitos humanos, e não havia sentido não haver uma comissão da verdade para analisar e apurar a participação da estrutura do Município nessa cadeia de repressão.

Eu vejo com bastante felicidade o resultado geral do relatório da Comissão da Verdade. Em que pesem as eventuais falhas apontadas, eu acho que o resultado é bastante positivo porque, como já foi dito, ele oficializa a posição do Estado em reconhecer as graves violações de direitos humanos como política de Estado. E, nesse aspecto, eu acho que a conclusão da Comissão Nacional da Verdade foi muito feliz e muito importante.

Acho que o aspecto fundamental da Comissão Nacional da Verdade, a partir desse resultado colhido, foi frisado pelo advogado Wadih Damous, que é justamente o esforço que deve ser feito agora para que as recomendações da Comissão sejam transformadas em políticas públicas. E que as eventuais lacunas que ocorreram tenham canais institucionais para que possam ser ampliadas e possam ser preenchidas. Ou seja, como disse o Pedro Dallari, foi uma plataforma a partir da qual efetivamente vai se desencadear a ampliação de todo esse processo que é fundamental para a democracia no Brasil.

E, para encerrar, aqui eu gostaria de falar uma opinião pessoal. Eu acho que nós devemos continuar a perseguir a luta pela realização da justiça. A situação que vivemos hoje e que já foi frisada nos diversos depoimentos, a conduta que a polícia adota em relação ao povo pobre e preto das periferias das grandes cidades, sem dúvida, decorre da impunidade. A impunidade em relação à tortura é inadmissível. A consciência democrática não pode permitir que prevaleça essa impunidade.

E, para responder talvez de uma forma que venha a amenizar a notícia que o companheiro Betinho Duarte leu sobre a posição do Ministro do Supremo, eu gostaria de ressaltar que na ADPF nº 320, que o PSOL promoveu pedindo o cumprimento da sentença da Corte Interamericana...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR CORDARO – ...o Ministério Público – já termino – deu um parecer dizendo que os crimes de natureza permanente devem ser apurados e devem buscar a responsabilidade dos seus agentes. E disse também que os crimes praticados com graves violações de direitos humanos são crimes de lesa-humanidade e não estão sujeitos nem a prescrição nem a anistia.

Era isso o que eu queria dizer, muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu cometi um equívoco aqui, há mais gente na lista; nós temos mais três pessoas e eu vou respeitar aqui a lista, Edival. Temos mais o Vicente Rodrigues e o Paulo Parucker.

Com a palavra o Vicente Rodrigues, que é do Arquivo Nacional Memórias Reveladas.

O SR. VICENTE RODRIGUES – Rapidamente então. Meu nome é Vicente Rodrigues, sou do Arquivo Nacional e da Rede Memórias Reveladas.

Dois pontos que eu ia tratar do relatório, o relatório é muito grande, mas no que se refere aos sapatos, nós, sapateiros do Arquivo Nacional, já demos uma olhada no que é que há de arquivo e de referência aos arquivos da ditadura nesse relatório.

Em primeiro lugar, há 381 referências a acervos, só acervos federais no Tomo I do Volume I. Então, é razoável dizer que foi uma Comissão que trabalhou bem com os arquivos, dentro de tempo, dentro das limitações e com o que ela tinha à mão.

Por outro lado, assim como não houve avanços na identificação dos locais onde estão os desaparecidos políticos, também não houve avanço significativo na localização dos acervos desaparecidos. Talvez inclusive haja uma identidade entre esses dois desaparecimentos, porque os grupos interessados em fazer a informação desaparecer talvez sejam relacionados, ou, muito provável imaginar isso, são relacionados com os que fizeram gente desaparecer.

Então, apenas esses dois aspectos, pontuando que a documentação, embora eu tenha elogiado que a Comissão da Verdade fez um bom trabalho ao utilizar a documentação, é muito grande. Então, ela só arranhou, na verdade, o volume total. Se a gente pegar o volume total da documentação, ela só arranhou, por falta de tempo, por falta de pesquisadores, por falta de possibilidade de tratar vários temas, então é necessário mais pesquisadores.

E o segundo ponto era referenciar talvez essa identidade entre o desaparecimento de acervos e o desaparecimento de pessoas, e, talvez, chegar às pessoas por quem fez desaparecer os acervos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Obrigado. Dando sequência, passo a palavra a Paulo Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB.

O SR. PAULO PARUCKER – Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e, especialmente, de falar nesse espaço muito simbólico, pois se trata aqui da Subcomissão de Direitos Humanos.

Três aspectos principais para ser bastante rápido. Primeiro: lembrar que esse trabalho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade é um trabalho coletivo; devemos dar toda a congratulação possível, mas lembrar que é um trabalho coletivo que envolveu a colaboração das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais de sindicatos, de universidades, etc., etc.

O segundo aspecto: essa narrativa é uma narrativa historiográfica, é contar uma história, mas ela é também política. E nós sabemos que a justiça não se exerce no vácuo, então cabe a nós darmos sequência a essa pressão política para que consigamos avançar nesse aspecto.

E, por fim, o terceiro aspecto que eu queria ressaltar é que, embora haja essa discussão de 434 vítimas, ou 500, ou 8 mil, eu gostaria de lembrar que é necessário a gente abordar isso com um conceito ampliado de vítimas, não é, porque as graves violações, é claro, sem desmerecer toda a dor das famílias que têm desaparecidos e das pessoas que sofreram torturas, enfim, dos assassinatos, etc – a censura é uma grave violação, a proibição de manifestações é uma grave violação –, todas essas coisas aconteceram com a população, então é preciso que a gente tenha essa noção de que a vítima é também a pessoa comum, é a população do País.

São esses três aspectos que eu gostaria de lembrar. E, por fim, convidá-los a que, em abril de 2015, vamos fazer a entrega do relatório final da Comissão da Verdade da UnB e será um prazer recebê-los nesse momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Muito bem. O último inscrito... Mas antes eu gostaria de registrar a presença do Cláudio Antônio de Almeida, que também faz parte da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. Muito obrigado pela presença.

O último inscrito é Edival Nunes Cajá, ex-preso político, de Pernambuco.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ – Bem, eu sou membro da coordenação do Comitê Memória, Verdade e Justiça, de Pernambuco; presidimos o Centro Cultural Manoel Lisboa, de Pernambuco, e fui membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, quando presidida por Dom Helder Câmara.

Fui sequestrado nesse período, torturado barbaramente, e pelo fato de não ter dado uma só informação sobre mim e sobre meus companheiros, então eles iniciaram o processo para o meu assassinato. E a sorte é que, dado o prestígio internacional de Dom Helder, essa tortura veio a público e os estudantes da Universidade

Federal iniciaram uma greve, pois eu pertencia à comissão que organizou o 1º ENE e estava organizando o 2º ENE, o Encontro Nacional dos Estudantes, preparatório para reconstituir a UNE. Dessa forma, pude sobreviver por conta dessa greve e por conta das denúncias de Dom Helder no exterior.

Estou falando de mim porque recentemente – a gente está cuidando da memória coletiva, mas também vimos necessidade de cuidar e de registrar a nossa própria memória, pelo menos enquanto a gente tem memória – eu fui à auditoria, junto com o Marcelo Santa Cruz, que é advogado nas horas em que é possível entre a luta pela memória e a luta pelo parlamento lá de Olinda, com uma petição para reivindicar a cópia do processo, um dos primeiros que foi feito contra torturadores. Saí da prisão e, logo em seguida, fiz um processo. Eu e meu advogado, o Dr. Eduardo Chaves Pandolfi, que era o Presidente do Comitê Brasileiro de Anistia em Pernambuco, fomos à Polícia Federal para abrir um processo contra a Polícia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ – Abrimos o processo. Tentaram nos demover da abertura do processo contra os torturadores. Havia sido uma operação conjunta do DOI-Codi com a Polícia Federal em Pernambuco. Então, tentaram nos demover da abertura desse processo lá. Mas o meu advogado interveio e disse: "Não. Ele tem esse direito. Ele quer abrir o processo. Isso está na Constituição, está no Estatuto? O Regimento da Polícia Federal permite que seus agentes torturem?". Ele disse: "Não, é claro!""Então, por que ele não pode abri-lo? Ele esta ajudando a Polícia Federal, ao trazer os nomes dos torturadores." Então, com essa relutância, abriu-se o processo, e o encaminhamos à Auditoria Militar.

No dia do julgamento, eu fui para lá. Estavam os cinco lá. E, na subida da escada, desde o primeiro andar até eu chegar lá, eles foram me ameaçando dizendo que me pegariam na saída. Então, fui obrigado a falar – meu advogado também, nessa hora, não quis falar – na hora em que abriu a sessão e a perguntar se era possível fazer dentro da Auditoria as ameaças que eu estava sofrendo. Uma mulher estava pela primeira vez lá como auditora. A juíza togada perguntou para os policiais presentes se havia alguém me ameaçando. Disseram: "É claro que não, doutora! Ele está vendo fantasmas."

Então, nesse clima, fizemos esse processo e denunciamos lá. Eles o arquivaram por falta de provas testemunhais. Eles reconheceram as provas documentais, retiradas do IML. O exame de corpo de delito foi feito depois, e as feridas vão sendo apagadas. Havia dez dias de incomunicabilidade. Mesmo depois, estava lá escrito que eu tinha sido ferido com instrumentos contundentes. Então, pegamos uma cópia e a entregamos lá. Mas a Auditoria disse que, apesar de haver provas documentais, faltavam as provas testemunhais e arquivou o processo por falta dessas provas.

Então, fomos pegar a cópia desse processo. Chegamos à Auditoria. Isso não ocorreu no passado, mas agora, seis meses atrás. Não foi isso, Marcelo? (*Pausa.*)

Chegamos lá com o ofício, peticionando a cópia desse processo, que deveria estar lá ou em Brasília. Esperamos um mês, dois meses, e fomos novamente lá. Chegando lá, recebemos a cópia do processo em que fui acusado. Mas disseram que a cópia do processo em que nós acusamos os torturadores tinha sumido. Disseram: "Não existe. Não há mais. Não existe."

Então, o que acho que deveríamos ter incluído nesse relatório? Devemos pugnar, daqui para frente, pela exclusão dessa Justiça e desses tribunais de guerra em época de paz. É extinção simplesmente! Se não há guerra, para que diabos servem essas auditorias e o Superior Tribunal Militar? Para julgarem civil e para julgarem militar? Não estamos em guerra. Por que não se pode reivindicar formalmente a extinção desse aparato caríssimo? Estão construindo edifícios novos para as auditorias e para o Superior Tribunal Militar. Quando não há guerra, isso é uma irracionalidade. Não há motivo para isso. Não há guerra alguma dentro do País. E se estão investindo recursos nisso, quando eles faltam para a educação, para a saúde. Estão construindo prédios de tribunais de guerra!

Então, Sr. Presidente, eu queria falar duas coisas. Uma delas era essa denúncia. Sonegam esses documentos, qualquer documento que tenha prova contra torturador. As várias peças que nós tínhamos, nós as entregamos. Elas estavam lá. Não ficamos com a cópia e não temos acesso a elas, porque se trata de acusação a torturadores.

A segunda questão é a seguinte: realizamos, em Pernambuco, o II Encontro Norte e Nordeste dos Comitês Memória, Verdade e Justiça, e já ficou anunciado o III Encontro no Ceará. A companheira Lúcia Alencar, que estava lá representando o seu Comitê, com mais cinco companheiros, assumiu esse compromisso de realizar esse III Encontro já no início do segundo semestre no Ceará.

Quero afirmar que, enquanto houver um só desaparecido – e são centenas; com certeza, o número está perto de alguns milhares –, os nossos Comitês de Memória, Verdade e Justiça não serão desativados, seguirão em frente. Temos a esperança de encontrar, sim, as circunstâncias e os restos mortais, para dar uma sepultura digna a esses combatentes, a esses heróis do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB – AP) – Estamos chegando ao final desta audiência pública destinada a analisar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. Na verdade, a partir de agora, nós vamos ter muito trabalho pela frente, vamos tratar de encaminhar várias questões.

Jarbas, da OAB, da UnB, do Sindicato dos Jornalistas, encaminhe uma cópia para nós, para que a gente possa também solicitar informações, requerer informações junto aos Ministérios, enfim, ver o que é possível fazer dentro da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça da CDH do Senado.

Nós, evidentemente, vamos, sim, tomar algumas medidas nas próximas reuniões da Comissão e apresentar algumas propostas de encaminhamento.

A Eugênia foi embora, mas eu gostaria de dizer que o Brasil melhorou muito, o Brasil da democracia é outro País. Os dados mostram, quando você se debruça na evolução da queda da mortalidade infantil e da expectativa de vida, a gente observa que, no Brasil da democracia, nós fizemos avanços significativos. Tenho certeza de que qualquer tentativa de golpe redundaria, evidentemente, numa guerra civil. Não tem como, não cabe mais, não tem a menor possibilidade de se aceitar um golpe ou uma quebra da institucionalidade. Estamos vivendo o mais longo período de estabilidade democrática no País e não vejo como se quebrar isso sem que se provoque, de fato, uma guerra civil no País. Até porque a vida, de fato, melhorou para amplos segmentos populares, e isso é consequência da democracia. E as pessoas sabem disso. Mesmo sem ter acesso à comunicação para travar esse debate, as pessoas sentem que hoje nós vivemos infinitamente melhor do que viveram os nossos pais e os nossos avós.

Então, isso é o que nos dá a garantia de seguir em frente. O que nós precisamos é fazer com que essas conquistas se consolidem e avancem. Entre elas, evidentemente, a reparação e se fazer justiça, a partir do relatório: mobilizar o Ministério Público, mobilizar a opinião pública, trazer para dentro da Casa o debate. Aqui mesmo temos um problema sério. Todos os dias, para chegar ao meu gabinete, passo por uma ala que é uma homenagem a um torturador. Para quem foi torturado, isso faz com que a gente nunca esqueça. Até hoje não conseguimos modificar isso. A Ala Filinto Müller está aí para mostrar que há uma resistência política, que mostra também outra característica de um País que só muito recentemente está construindo a cultura democrática. Então, ainda temos que avançar muito, mas tenho certeza de que vamos continuar avançando. Quem provou da democracia gostou e não abre mão dela de maneira nenhuma.

Eu queria agradecer a todos aqueles que participaram desse debate riquíssimo, que fortalece a democracia e nos estimula a continuar lutando aqui no Senado. Não somos tantos, mas, com a força que vem dos movimentos sociais, a gente traz aqui para dentro um debate, uma discussão que termina provocando avanços.

Eu queria finalizar convidando todos para o lançamento do livro, que está acontecendo já neste momento, a Senadora Ana Rita se adiantou, e vamos para lá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quinze minutos do dia trinta de outubro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Fernando Collor, Randolfe Rodrigues, João Capiberibe, João Alberto Souza, Ana Amélia, Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM** 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy para solicitar inversão de pauta para deliberação antecipada do item 7 desta pauta. Inversão aprovada. Usa a palavra o Senador João Alberto Souza e o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM** 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 51, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que

"Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégicas de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio." Usa a palavra o Senador Luiz Henrique. Aprovado. **ITEM** 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 52, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de avaliar a trajetória da indústria de defesa no Brasil – a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa – e tratar dos desafios enfrentados atualmente para concretizar o chamado legado de defesa." Aprovado. **ITEM** 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 53, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional. Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados: • Paulo Abrão Pires Júnior – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; • João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva – Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça; • Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; e • Rossana Rocha Reis – Professora do Departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo." Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Sérgio Petecão. Aprovado. **ITEM** 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com o objetivo de discutir a eventual liberação, pelo Governo brasileiro, da importação de café. Para tanto, recomendamos a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Senhor Neri Geller." Aprovado. **ITEM** 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US$ 434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil. Para tanto, recomendo a presença da senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)." Aprovado. EXTRA PAUTA: **ITEM** 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar da recente assinatura do contrato relativo ao Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego Gripen NG, de origem sueca, incluindo itens como simuladores, logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro. Considerando-se questionamentos sobre as ações a serem desenvolvidas pós-contrato e também sobre o aumento dos valores acordados inicialmente (US$ 900 milhões acima do previsto), conforme noticiado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica para os esclarecimentos necessários." Aprovado. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, que registra a presença do senhor Norberto Soares Paiva, Presidente da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez. EXTRA PAUTA: **ITEM** 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termo do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, de minha autoria, que 'altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.'" Usa a palavra o Senador Luiz Henrique e a Senadora Ana Amélia. Aprovado. **ITEM** 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Concede pensão especial aos ex-integrantes do "Batalhão Suez". O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o relatório. Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1 a 4 – CRE, com 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Anibal Diniz. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental para a abertura dos nossos trabalhos, damos início à 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura, assim como a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Primeiro item da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2014
– Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para apresentação do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de fazer um apelo aos demais integrantes que ainda não estão presentes, tendo em vista que, daqui a pouco, nós iremos examinar o projeto de lei do Senador Humberto Costa relativo à pensão vitalícia aos ex-integrantes da tropa brasileira conhecida como o Batalhão Suez. Muitos dos seus representantes vieram aqui e estão na expectativa. Trata-se de um projeto de caráter terminativo e precisamos ter o quórum. Então, transmito o apelo aos que estão nos seus gabinetes para virem aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço licença ao Senador Luiz Henrique para me associar à manifestação de V. Exª e sensibilizar os nossos colegas Senadores para que nós possamos dar quórum, considerando que esse projeto é terminativo na Comissão de Relações Exteriores. É fundamental que possamos concluir esta votação, compensando, reconhecendo o trabalho do Batalhão Suez.

No final de 1956, o Brasil foi um dos países a enviar tropas para fiscalizar o cessar-fogo do conflito na Península do Sinai. O Batalhão Suez, que constituía a força emergencial das Nações Unidas, possuía tropas de treze países diferentes. Foi uma missão de paz. Mas sete dos nossos soldados não voltaram, vítimas de acidentes. Foi a primeira vez que o Brasil participou de uma força de paz das Nações Unidas. Foram vinte contingentes enviados com cerca de 6 mil homens do Exército Brasileiro, que, durante seus dez anos, tiveram presença no Sinai.

Em 1988, a Unef recebeu o Prêmio Nobel da Paz. A Unef é exatamente a Força de Emergência das Nações Unidas.

O projeto que estamos deliberando assegura o pagamento de pensão, no valor de dois salários mínimos, aos ex-integrantes do batalhão que tenham renda inferior a dois salários mínimos, ou àqueles que não possuam meios para prover a sua subsistência e de sua família. Evidentemente que, pelo esforço, pelo patriotismo desses brasileiros, nós gostaríamos que essa compensação fosse muito maior, Senador Luiz Henrique, mas essa foi a construção possível com o Governo.

Daí a necessidade de nós reconhecermos o esforço do Batalhão de Suez e de, contando aqui com a presença dos nossos Srs. Senadores, em caráter terminativo, concluirmos essa votação, conforme apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy, que reforço e agradeço.

Registro a presença aqui de diversos desses brasileiros que fizeram parte do Batalhão de Suez. Sejam os senhores muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional! Esta é a oportunidade que nos dá de manifestar todo o respeito pela missão de paz de que todos os senhores fizeram parte, em nome do Estado brasileiro.

Muito obrigado. Sejam todos bem-vindos.

Nós, então, devolvemos a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia, assinado em Brasília, em 14 de setembro de 2010.

No meu relatório, eu estabeleço plena concordância com os aspectos constitucionais, legais e jurídicos do projeto.

Na análise, convém destacar, de início, que o Acordo em apreço é complementar ao disposto na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em 1944. Com efeito, as partes do presente tratado também o são na Convenção de 1944. O novo texto visa, assim, estabelecer serviços aéreos entre e além de seus respectivos territórios.

O estabelecimento de serviço aéreo regular entre Brasil e Quênia, além de representar o fortalecimento das relações bilaterais, indica o estreitamento de vínculos com o continente africano. E eu quero ressaltar exatamente esse aspecto da diplomacia brasileira, no sentido de ter um protagonismo solidário com as nações africanas, estabelecendo um conjunto de ações em que o Brasil pode muito beneficiar nações africanas ainda em desenvolvimento, como pode beneficiar-se de outras que se encontram em estágio de desenvolvimento semelhante ou, em alguns aspectos, até superior ao Brasil.

A região africana congrega países a que estamos ligados há muito tempo por relacionamento amistoso e sólido. Além disso, em face da página negra da escravidão, é significativa a população afrodescendente que incorporou na nossa cultura valores essenciais na música, na dança, na culinária, na arquitetura. Ou seja, o Brasil tem fortes raízes africanas, inclusive com muitas palavras e expressões oriundas daquele continente.

Nesse sentido, o acordo em análise é, a vários títulos, oportuno. Ele, por certo, favorecerá o intercâmbio comercial e humano entre nossas populações, sobretudo o intercâmbio cultural. São por igual dignas de registro as possibilidades de ampliação de trocas comerciais entre os dois pactuantes e o intercâmbio com os demais países da região.

Por fim, observa-se que o documento segue, em linhas gerais, os tratados desta natureza que vinculam o Brasil a outras soberanias. Há, portanto, preocupação com designação e autorização de empresas aéreas, segurança operacional e da aviação, tarifas aeronáuticas, apoio de solo, direitos alfandegários, reconhecimento de certificados e licenças, troca de informações, aprovação de horários, proteção de meio ambiente, entre outras. O acordo, de resto, adota as prescrições da Organização da Aviação Civil Internacional para instrumentos bilaterais que visam o estabelecimento e a exploração de serviços aéreos entre os respectivos territórios.

Quero assinalar também, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que é mínimo o fluxo de viagens, o fluxo de turismo entre o Brasil e os países africanos. O turismo brasileiro no sentido de visitas ao exterior é um caminho de elefante viciado, em direção à Europa e aos Estados Unidos principalmente. É preciso quebrar essas rotas convencionais e estabelecer meios de uma integração turística, humana, cultural entre o Brasil e os países africanos. E esse Acordo estabelece uma porta para ampliar esse fluxo.

Voto.

Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, pelo seu mérito inequívoco, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2014.

Salvo melhor juízo das Srªs e dos Srs. Senadores, este é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador Luiz Henrique.

Algum dos Srs. Senadores deseja discutir o relatório? *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos suspender a deliberação desse relatório enquanto aguardamos quórum para deliberação na Comissão de Relações Exteriores.

Passamos à leitura dos demais itens que compõem a nossa pauta.

Está havendo uma votação concorrente com a nossa reunião, que trata da estruturação de carreira dos delegados do Departamento de Polícia Federal e temos um conjunto de Senadores presentes nessa votação. Por isso não estão aqui.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador João Alberto.

A palavra é de V. Exª.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – É sobre esse item 7.

Nós não temos quórum para votá-lo. Eu também tenho dúvida sobre a sua constitucionalidade.

Eu gostaria de perguntar a V. Exª se nós não poderíamos fazer uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça sobre esse projeto do item 7.

Eu me lembro que, em questões análogas a esta, nós não tivemos condições de votar aqui no Senado Federal. Já que não há número suficiente, até para ganhar tempo, talvez fosse interessante encaminharmos para saber se constitucionalmente é possível votarmos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço ao Senador Eduardo Suplicy, na condição de Relator designado, pois estudou a matéria, que possa se manifestar a respeito...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... dessa questão levantada pelo Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de informar ao Senador Henrique...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não, é o João Alberto, não é o Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Perdão, Senador João Alberto.

Eu gostaria de informar que, ao fazer este parecer, eu levei em conta um outro projeto já aprovado pelo Senado com respeito aos soldados da borracha. Justamente, tendo em conta uma situação semelhante àquela quando se concedeu o direito a um benefício aos soldados da borracha. Ao examinar este projeto do Senador Humberto Costa, decidi por ser favorável à pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez, com alguns cuidados, conforme V. Exª poderá observar.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – A constitucionalidade?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Nós já examinamos um projeto de igual natureza, que foi aprovado pelo Senado, relativo aos soldados da borracha.

Então, gostaria de informá-lo que o próprio Senado considerou constitucional e aprovou um projeto de natureza semelhante. Aqui seria, portanto, um tratamento de equidade em relação àqueles que participaram da missão de paz que foi objeto inclusive de reconhecimento internacional pela ONU.

De tal maneira que estes obtiveram reconhecimento internacional ao receberem o Prêmio Nobel da Paz, em 1988, e a medalha da Força de Emergência das Nações Unidas outorgada pelo Secretário-Geral da ONU. Finalmente, receberam reconhecimento nacional oficializado em 23 de maio de 1958, pelo Decreto nº 43.800, que considera a referida missão serviço nacional relevante.

Portanto, não seria justo que os ex-integrantes do Batalhão Suez ficassem à míngua de qualquer compensação pecuniária, o que constitui o mínimo que o Estado brasileiro pode fazer para resgatar moral e materialmente a sua dívida com esses verdadeiros heróis nacionais.

De tal maneira que eu, inclusive, fiz algumas emendas para considerar, por exemplo: a primeira medida modifica o art. 1º, que estabelece o teto de dois salários mínimos para o valor da pensão especial, nos moldes do que está proposto para os chamados soldados da borracha. Portanto, ficou similar. A outra emenda evita que o benefício pessoal seja estendido a terceiros, para que não haja qualquer exagero. A terceira emenda suprime o §2º do art. 5º, para possibilitar que todos ex-membros da tropa que prestaram serviço nacional relevante ao Canal de Suez possam perceber a missão, desde que estejam dentro das limitações impostas pelo art. 1º. E a quarta determina que o reajuste anual do benefício seja realizado sob o mesmo índice do INSS para as aposentadorias.

Ou seja, aqui se trata de um reconhecimento pelos relevantes serviços prestados e reconhecidos internacionalmente.

E, assim como se concedeu uma pensão vitalícia aos chamados soldados da borracha, avaliei que seria próprio e certamente considerado como adequado e constitucional por parte do Senado, que já aprovou medida semelhante para os soldados da borracha.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, não entro no mérito da questão; acho, inclusive, muito justo. Só quero me pronunciar ao Senado: já tivemos, em outras oportunidade, questões semelhantes a esta, inclusive com ex-colega nosso, que foi Deputado comigo, o Juruna, quando apresentamos aqui. Não conheço o projeto dos soldados da borracha, se é oriundo do Executivo ou do Legislativo.

Então, no caso do Juruna, tivemos que reformar o projeto e fazer uma indicação à Presidência da República, para que mandasse um projeto, propondo a pensão, que não poderíamos constitucionalmente aumentar despesas. Daí, Sr. Presidente, sou plenamente favorável, só quero que o nosso comportamento não seja nulo amanhã e tenhamos entraves lá na frente e até prejudicar quem queremos ajudar.

Não sei se esse caso é de uma indicação à Presidência da República, para que mande o projeto e nós aprovaríamos. Daí eu ter dúvidas se constitucionalmente poderíamos aprová-lo. Essa era a minha dúvida.

Aí pergunto a V. Exª se posso solicitar que seja encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, para dar um parecer a respeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A autoria do projeto que concedeu o benefício aos soldados da borracha foi de autoria de Senadores do Norte do Brasil, especialmente da Senadora Vanessa Grazziotin e outros. Vou pedir até à assessoria que possa obter o nome de todos, mas com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Jorge Viana.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Jorge Viana foi outro que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Jorge Viana, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, entre outros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exatamente, entre outros, foram os Senadores dos Estados do Norte do Brasil, que conheciam mais de perto o que havia ocorrido com os soldados da borracha.

Portanto, foi de iniciativa de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – De qualquer forma, estamos sem quórum, para fazer deliberação do item 7 deste projeto, mas V. Exª tem a prerrogativa, como Senador, de encaminhar à Mesa do Senado solicitação para que a Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª dispõe dessa prerrogativa. Mas esse requerimento que V. Exª solicita deve ser feito não à Presidência da Comissão de Relações Exteriores, mas ao Plenário da Casa. O Plenário da Casa e a Mesa é que devem deliberar sobre esse requerimento, mas...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sobre a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, sobre a prerrogativa de V. Exª em requerer que seja consultada a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois não, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Enquanto não houver a formalização desse requerimento, isso não susta o processamento da matéria nesta Comissão. De qualquer maneira, estamos sem quórum para deliberar essa matéria.

Vamos aguardar o quórum e vamos passar à leitura dos demais itens da nossa reunião, que compõem a nossa pauta sem, entretanto, deliberarmos por ausência de quórum.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, com fundamento no art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégicas de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Nós estamos convidando para essa audiência pública o Embaixador Rubens Ricupero, assim como o jornalista William Waack. Ambos já teriam sinalizado a confirmação de presença em nossa Comissão para uma avaliação sobre as escolhas, os caminhos, os resultados e as consequências da política externa conduzida até aqui pelo Governo da Presidente Dilma e uma prospecção, considerando o quadro conjuntural da política externa global.

Esse requerimento é de nossa autoria.

Como não há quórum, vamos apenas deixar sua leitura feita, aguardando que possa haver quórum para discussão e deliberação.

Mas discussão pode ser feita se algum dos Srs. Senadores desejar discutir, naturalmente, a propriedade e a oportunidade de um debate como esse, considerando que estamos na antevéspera, na anteporta de um novo governo, considerando os resultados das eleições e a importância da política externa brasileira.

Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O requerimento de V. Exª, aliás, como em geral as iniciativas que V. Exª tem adotado nesta Casa, é da maior pertinência e da maior oportunidade, até porque hoje a imprensa se divide entre críticas e loas à gestão do Itamaraty. É importante que nesse debate a Nação possa ter uma visão mais concreta da gestão do Ministério das Relações Exteriores. Eu mencionei há pouco, na análise daquele acordo aéreo internacional que vai estabelecer uma linha direta com a África, salientei o quão

importante tem sido esse protagonismo solidário do Brasil com o continente africano. Então, é essencial que a Nação acompanhe pela TV Senado esse debate.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª a incorporação de dois nomes, de duas pessoas: uma que tem uma visão proativa em relação à política executada no atual Governo, o ex-secretário-geral do Itamaraty, Embaixador Ruy Nogueira; e o ex-Embaixador Rubens Barbosa, que assessora hoje a Fiesp e tem outra visão a respeito. Se V. Exª e o Plenário concordarem, acho que essa mesa redonda seria enriquecida com a participação dos Embaixadores Rubens Barbosa e Ruy Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos integralmente a solicitação, a sugestão e a proposição de V. Exª, considerando a propriedade desses dois profissionais do Corpo Diplomático brasileiro.

O sentido é exatamente este, Senador Luiz Henrique, Srªs e Srs. Senadores: é passar em revista, é fazer uma reflexão, é fazer um diagnóstico acerca dos caminhos adotados até aqui e da prospecção em relação ao futuro, considerando a política externa como fator importantíssimo para o dia a dia dos brasileiros.

Então, nós acolhemos a sugestão de V. Exª. Vamos integrar esses dois importantes nomes que V. Exª sugere e vamos, agora com quórum, deliberar sobre esse requerimento, considerando a chegada do Senador Petecão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esse requerimento, que propõe audiência pública para discussão da política externa brasileira, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a palavra, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para sugerir a V. Exª que consiga agendar essa audiência ainda nesta Sessão Legislativa, tendo em vista a importância do tema. V. Exª conseguir fazer esta audiência pública, ainda no mês de novembro ou, na pior das hipóteses, na primeira semana de dezembro, será muito importante. Até por que novo Governo se instala, e ele próprio poderia ser suprido desses debates que vão se realizar aqui a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O sentido é exatamente este, Senador Luiz Henrique, é dar protagonismo ao Senado, a esta Casa, que debate e delibera as questões relacionadas à política externa. E estamos programando, como V. Exªs verão, três ciclos com audiência pública, ainda no exercício de 2014: uma, para discutirmos política externa; outra, para discutirmos política de defesa nacional; e uma terceira, para discutirmos a importância do aprimoramento da estrutura da inteligência em nosso País como componente da estratégia de defesa.

De modo que queremos agradecer a V. Exª pelo apoio.

Considerando que o relatório do Senador Luiz Henrique em relação ao item 1 já foi apresentado, e não tínhamos quórum, colocamos em votação o parecer do Senador Luiz Henrique que trata de acordos sobre serviços aéreos entre o Governo brasileiro e o Governo da República do Quênia.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de avaliar a trajetória da indústria de defesa no Brasil – a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa – e tratar dos desafios enfrentados atualmente para concretizar o chamado legado de defesa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

É similar ao debate que pretendemos fazer em relação à política externa brasileira, ou seja, onde estávamos, onde estamos e para onde caminharemos, com que ameaças e oportunidades em relação à nossa defesa nacional, à política industrial brasileira de defesa. Então, a ideia é que pudéssemos ter aqui profissionais do Ministério da Defesa, que pudéssemos ter aqui a Academia, que pudéssemos ter aqui também a representação de entidades que estão participando de importantes projetos, como é o caso do FX-2, como é o caso da contratação dos nossos submarinos à propulsão nuclear, e tantos outros projetos que são importantes não apenas para a defesa, mas são importantes também para inovação, para tecnologia, considerando o interesse dual dessas iniciativas e dessa plataforma para o nosso País.

Em discussão este requerimento de audiência pública para passarmos em revista a política nacional de defesa aqui em nossa Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também temos aqui o item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional.

Para tanto, solicitamos a presença dos seguintes convidados:

• Paulo Abrão Pires Júnior – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;

• João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva – Diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça;

• Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;

• Rossana Rocha Reis – Professora do Departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

A nossa proposta tem o sentido de debater e discutir a política de imigração em nosso País, considerando sobretudo que, nos últimos anos, o nosso País vem sendo destino de muitos migrantes, não apenas da América do Sul, mas de outros continentes, e há necessidade de o Estado brasileiro se organizar, se estruturar em torno dessa questão, para não apenas acolher, mas dar um caminho seguro a essas pessoas que buscam em nosso País uma alternativa de vida. Então, achamos que estamos com profundas vulnerabilidades nesse campo.

Esse é um debate que, a meu juízo, faz todo o sentido com esse contexto, sobretudo com relação à migração haitiana, à migração de irmãos nossos africanos e de outros países que estão nas nossas fronteiras, no nosso Brasil profundo, pressionando por políticas que possam dar segurança, que possam dar viabilidade e fazer com que essas pessoas encontrem mercado de trabalho, capacitação, acolhimento humanitário em nosso País. Esse é o sentido da audiência pública.

Pede a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Ricardo Ferraço, caros colegas Senadores e Senadoras, bom dia.

Eu queria cumprimentá-lo por essa iniciativa, como pelas demais também, dos requerimentos anteriores, caro Presidente Ricardo Ferraço. E, dentro da lista de convidados, para um tema tão relevante, é verdade – temos acompanhado também esses imigrantes vítimas de violência, como aquele menino cuja mãe pedia para o bandido não matá-lo, no colo da mãe, uma imigrante boliviana em São Paulo –, penso que poderíamos ter aqui também, na lista de convidados, a entidade que representa e que deve ter os imigrantes. Porque estamos vendo só um lado, o lado institucional, mas não o drama, e eventualmente essas pessoas poderão, através da sua representação legítima, de uma entidade que as represente, tratar dessa questão, ou por meio dessas instituições humanitárias, ONGs ligadas à CNBB ou qualquer outra que trate dessas pessoas, que são os imigrantes.

E ainda podemos ouvir a própria Polícia Federal, no campo das fronteiras, da fiscalização de fronteiras, porque há também uma leva enorme que poderá contribuir com informações preciosas a respeito disso. Mesmo que a Polícia Federal, como outros órgãos que suscita aqui ou sugere V. Exª, como o Secretário Nacional do Ministério da Justiça, a própria Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça, mas acho importante a visão que tem a Polícia Federal. Porque aqui também tratamos, na Comissão de Relações Exteriores, sobre drones, e trouxemos a Polícia Federal, o Ministério da Aeronáutica, que são os agentes que operam o dia a dia em relação à fronteira.

Então, a minha sugestão é a de tentar identificar essa entidade que trata com os imigrantes ou a entidade que os representa e também a questão da Polícia Federal de fronteira.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acolho as contribuições de V. Exª, na condição de autor, para que possamos ter aqui a Polícia Federal e possamos ter aqui a presença de uma entidade ou de entidades que estejam atuando, vivendo e contribuindo com esse desafio em nosso País, até porque

o desafio da imigração não é apenas um desafio brasileiro. Estamos observando que até mesmo a Organização das Nações Unidas constituiu unidade própria para tratar desse tema. Não apenas o nosso continente, e não apenas o Brasil, mas também o continente europeu está se estruturando de maneira mais organizada para dar destino, acolhimento a essas pessoas que buscam um porto seguro em outros países em função de uma série de questões na origem – problemas étnicos, problemas de guerras, problemas de crises estruturais de toda ordem.

Então, parece-me importante que esta Comissão possa debater esse tema. E nós vamos tentar fazê-lo ainda este ano, porque vamos aproveitar intensamente os meses de novembro e dezembro para dar uma atividade muito dinâmica a esta Comissão, tratando desses temas ao longo dos meses subsequentes.

Pede a palavra o Senador Eduardo Suplicy, assim como o Senador Petecão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – No mesmo sentido que falou a Senadora Ana Amélia, que propôs uma dessas instituições de caráter humanitário que têm acolhido os imigrantes, eu gostaria de sugerir que, como membro da Pastoral dos Imigrantes, o Padre Paolo Parise, que justamente é o pároco da principal Igreja Católica em São Paulo que tem recebido e acolhido... Inclusive foi feito um entendimento junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, ao Prefeito Fernando Haddad, ao seu Secretário de Direitos Humanos, para melhor acolher os haitianos que estavam...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senegaleses.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senegaleses, africanos, angolanos... Agora já há um edifício em frente à igreja, onde mais imigrantes podem dormir, onde são acolhidos, e também toda a dificuldade que estavam tendo está sendo facilitada para que possam regularizar seus documentos, a carteira de trabalho e assim por diante. De maneira que esse Padre Paolo Parise tem muita experiência e conhecimento das dificuldades. Então, na mesma direção da Senadora Ana Amélia, esse é um possível nome que poderia contribuir significativamente, como representante da Pastoral do Imigrante.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós acolhemos a contribuição de V. Exª, o trabalho extraordinário que faz o Padre Paolo Parise, da Pastoral, e seria uma honra e um prazer poder conhecer um pouco de sua visão e experiência, ele que tem vivido na prática, no dia a dia, o enfrentamento e o acolhimento desses imigrantes que estamos acolhendo em nosso País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exato. Tenho o telefone dele; depois posso encaminhá-lo à Secretaria, porque muitas vezes já dialogamos. Estive lá presente e observei todo esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª pela contribuição e passo a palavra ao Senador Petecão, representante do Estado do Acre, que tem sido porta de entrada de muitos desses imigrantes, sobretudo haitianos; é conhecedor dessa realidade, até mesmo porque fizemos uma visita em missão ao Acre para conhecer essa realidade e é com muito prazer que acolhemos a manifestação de V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Ferraço, na mesma linha dos colegas, do Senador Suplicy, que fala dessa receptividade do povo de São Paulo para com esses imigrantes, vem aqui a nossa fala de preocupação com esse fluxo, com essa entrada de imigrantes lá no nosso Estado e diante dessa situação que o mundo vive. Penso que seria prudente que o Governo brasileiro reforçasse a fiscalização e o tratamento na área de saúde para que nós possamos dar tranquilidade à população brasileira. O número de imigrantes é grande, como o senhor conhece, como o senhor viu, as condições em que eles entram no nosso País, com que eles chegam ao nosso País são as piores possíveis. Então, acho que é prudente que o Governo brasileiro possa dar uma atenção especial à região do Acre, de Brasileia, de Assis Brasil, que é por onde eles entram, para que nós não estejamos criando uma situação difícil para o povo brasileiro.

Outra situação, Sr. Presidente, que não tem muito a ver com a nossa Comissão, mas que tem a ver, e hoje assumi o compromisso de onde eu estiver e quando eu tiver oportunidade colocar, é a situação que o meu Estado do Acre hoje está passando. Para que o senhor tenha uma ideia, eu viajo hoje à noite e não sei que dia vou poder voltar do Acre, porque nós não temos voos regulares. Nós temos apenas dois voos, que são na madrugada, para os acrianos e as pessoas que estão no Acre se deslocarem para outros centros. O que está acontecendo no Acre hoje é um absurdo! Nós não temos passagem para... Nós não temos condições.

É preciso que as empresas – tanto a TAM como a Gol – possam aumentar o número de voos. O aeroporto está em reforma. Eles acabaram com os voos que nós tínhamos durante o dia. Agora temos apenas dois voos durante a noite. Está impossível. Eu viajo hoje à noite e não sei quando posso voltar. Inclusive estou entrando com um requerimento aqui na Mesa, porque estou impedido de trabalhar aqui no Senado, porque não tenho como voltar do Acre para Brasília. Imagine aquelas pessoas que não tem uma condiçãozinha melhor. As pessoas que hoje dependem de sair do Acre através do transporte aéreo estão totalmente impossibilitadas. Aqui fica o meu repúdio, a minha indignação em nome do povo acriano, e pedindo que as empresas, tanto a TAM, como a Gol, como a Anac... Nós estamos encaminhando expediente à Anac para que tomem as devidas providências.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Exª.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, de 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com o objetivo de discutir a eventual liberação, pelo Governo brasileiro, da importação de café. Para tanto, recomendamos a presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Senhor Neri Geller.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 55, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta no âmbito das Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir o contrato firmado entre a Petrobras e o Governo da Bolívia, pelo qual ficou definido que a estatal brasileira pagará US$ 434 milhões ao país vizinho pelo envio de excedente energético do gás natural exportado ao Brasil.

Para tanto, recomendo a presença da senhora Maria das Graças Silva Foster, presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Há ainda outro requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de tratar da recente assinatura do contrato relativo ao Projeto FX-2, da Força Aérea Brasileira, que consiste na aquisição de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego Gripen NG, de origem sueca, incluindo itens como simuladores, logística inicial e, sobretudo, a transferência de tecnologia necessária para a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro.
Considerando-se questionamentos sobre as ações a serem desenvolvidas pós-contrato e também sobre o aumento dos valores acordados inicialmente (US$ 900 milhões acima do previsto), conforme noticiado, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convidará o Comandante da Aeronáutica para os esclarecimentos necessários.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 57, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, de minha autoria, que "altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida".

Autoria: Ricardo Ferraço

Ou seja, diferentemente de um conjunto de países como os países que compõem a OCDE, como os Estados Unidos, o nosso País tem considerado paraíso fiscal um conjunto de países que são alvo de empresas brasileiras que, por sua capacidade empreendedora, por sua eficiência, se transformaram em multinacionais. São companhias e empresas que geram oportunidades para brasileiros aqui e mundo afora. São companhias que, quando buscam algum desses países que trabalham com tributação favorecida, o fazem não por buscarem ambientes fiscais favorecidos, mas por buscarem oportunidades. É o caso, por exemplo, da BR Foods, uma extraordinária multinacional brasileira, que está sendo fortemente prejudicada quando busca mercados, como no caso dos Emirados Árabes. Ou empresas como Embraer, como WEG Motores, como Petrobras, como Vale do Rio Doce, quando querem se instalar em países como Cingapura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Marcopolo.

Qual a razão de o Brasil considerar esses países paraísos fiscais se a OCDE, se os Estados Unidos e tantos outros países não consideram? Isso tem representado uma restrição na expansão da presença de empreendedores brasileiros mundo afora, gerando oportunidades e divisas para o nosso País.

Esse projeto de minha autoria está designado ao Senador Luiz Henrique como Relator, e a ideia é que nós pudéssemos trazer a esta Comissão entidades, trazermos aqui a Receita Federal, trazermos aqui o Ministério da Fazenda, trazermos aqui a iniciativa privada, para que nós pudéssemos fazer uma discussão sobre a oportunidade de atualizarmos essa legislação, que me parece absolutamente retrógrada em relação ao que o mundo moderno está fazendo.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que pede a palavra para discutir essa audiência pública, na condição inclusive de Relator dessa matéria. Em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, é mais um requerimento lúcido e oportuno de V. Exª. Quero cumprimentá-lo por isso. Quero agradecer a designação como Relator dessa matéria, que é realmente da maior importância.

E ela reflete um descompasso que existe em nosso País. Enquanto a iniciativa privada se atualiza, se moderniza, avança tecnologicamente, abre suas janelas para o mundo desenvolvido, apropria novas técnicas, novos sistemas, novas tecnologias, o Governo – e eu falo o Governo como um todo, todos os níveis – mantém-se atrelado a realidades passadas. Considerar um país como Cingapura um paraíso fiscal é realmente uma atitude retrógrada.

Por isso é importante esse debate que se vai fazer, e eu próprio vou fazer, posteriormente, sugestão de nomes de empresas, de dirigentes de empresas que têm forte inserção internacional, como essas que V. Exª já mencionou. Eu poderia citar, por exemplo, a Embraco, que é a única empresa brasileira que é líder mundial no seu setor. A Embraco, que tem sede em Joinville, cidade que eu governei por três mandatos de prefeito, produz compressores e detém – é uma cifra impressionante – 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano. Isso significa dizer que de cada quatro geladeiras ou *freezers* produzidos no mundo, uma tem compressor Embraco, e de cada duas produzidas nos Estados Unidos, uma tem compressor da empresa brasileira Embraco.

E a Embraco está na China, a Embraco está nos Estados Unidos, a Embraco está na Itália, a Embraco está na Eslováquia.

Eu gostaria, desde já, de sugerir o nome do Presidente para a América do Sul, João Carlos Brega, para ser um dos empresários a serem sabatinados.

Parabéns a V. Exª pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo novamente pela iniciativa desse debate, Senador Ferraço. E penso que, pela relevância dele, daria maior relevo ainda se pudéssemos, do ponto de vista regimental, fazer junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, porque o alcance transcende essa relação diplomática de relação comercial com os países na expansão das empresas brasileiras. O Rio Grande do Sul tem muitas empresas. Falei da Marcopolo, mas temos a Tramontina também com uma grande inserção internacional, a própria Agrale, Random, empresas que estão hoje projetadas internacionalmente e que, é claro, contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Então eu penso que, nesse aspecto, daria maior relevo ainda ao tema tratado se pudéssemos fazer conjunta com duas comissões para reforçar a relevância que tem a matéria.

Felizmente o Governo tomou uma decisão sábia, porque estava indo no caminho inverso, de tributar as empresas brasileiras lá fora. E houve um consenso, um freio de arrumação para evitar essa retirada da competitividade das nossas empresas que operam no exterior, trazendo grandes ganhos para o avanço tecnológico, para a inovação tecnológica, uma visão mais globalizada do comércio e de produtos também. Então estamos aí nesse processo.

Quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa.

Da mesma forma, queria também registrar – estamos aqui para isso – a presença do Norberto Soares Paiva, que é Presidente da Associação Brasileira dos Integrantes do Batalhão Suez, aguardando a votação do projeto do Senador Humberto Costa, que tem relatoria do Senador Suplicy, que fez as vezes de secretário desta Comissão ao ligar para os colegas Senadores para que viessem aqui para dar quórum, porque se trata de uma matéria terminativa e é necessária a presença do número regimental. Então...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Temos a boa notícia de que o ex-Presidente da República e ex-Presidente da CRE Fernando Collor está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse é exatamente o sentido, Senadora Ana Amélia, dessa iniciativa legislativa, porque, na prática, um conjunto relevante de empreendedores brasileiros, de corporações brasileiras está sendo punido...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vale do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...pela elevada tributação do Estado brasileiro. E há uma elevada tributação simplesmente em razão de considerar que este ou aquele país é paraíso fiscal porque trabalha com tributação favorecida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ora, nós não podemos colocar no mesmo nível países que são alvo de mercado importante para as companhias brasileiras.

Então o sentido é fazer esse debate.

Agradecemos a contribuição de V. Exª.

Vamos trazer não apenas o Governo para que faça a defesa, enfim, da manutenção desse critério, que é um critério, inclusive, na contramão do mundo civilizado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A pergunta óbvia é a seguinte: por que considerar países como Cingapura paraíso fiscal se a OCDE não considera, se os Estados Unidos não consideram? Que tipo de inovação, que tipo de sustentação tem uma tese como essa em nosso País que não encontra coro, que não encontra guarida mundo afora?

Na verdade nós precisamos ter a compreensão clara de que precisamos ampliar a presença brasileira no mercado mundial, e não trabalhar na contramão desse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aumentando a competitividade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para aumentar a competitividade. E nós precisamos que as nossas companhias possam ter igualdade de competição mundo afora. Esse é o sentido.

Portanto, colocamos em discussão.

Não tendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o requerimento dessa audiência pública.

E vamos, de imediato, ao item 7.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a chegada do Senador Fernando Collor, João Capiberibe e Randolfe, agora nós termos quórum suficiente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Passo, portanto, a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, para que, na condição de Relator, possa fazer um breve resumo sobre esse importante projeto que V. Exª já relatou.

Já apresentou o seu relatório e nós precisamos deliberar, tendo agora o quórum regimental por ser essa uma proposta terminativa, que procura fazer justiça, que procura reconhecer o papel dos brasileiros, os brasileiros que fizeram parte da Força de Paz, o histórico Batalhão de Suez.

A palavra é de S. Exª para um breve resumo para que possamos proceder à votação, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu já assinalei aqui o reconhecimento internacional para essa missão em Suez que recebeu o Prêmio Nobel de Paz, em 1988, a medalha da Força de Emergência das Nações Unidas, outorgada pelo Secretário-Geral da ONU, e receberam o reconhecimento Nacional, oficializado pelo Decreto 43.800, de 1958, que considera a referida missão "serviço nacional relevante".

Com a finalidade de aperfeiçoar a matéria, apresentamos quatro emendas. A primeira, para estabelecer o teto de dois salários mínimos para o valor da pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão de Suez, nos moldes do que está proposto para os chamados soldados da borracha; a segunda suprime os §§2º e 3º do art. 1º para evitar que o benefício pessoal seja estendido a terceiros; a terceira suprime o §2º do art. 5º para possibilitar que todos os ex-membros da tropa que prestaram serviço nacional relevante no Canal de Suez possam perceber a pensão, desde que estejam dentro das limitações impostas pelo art. 1º, e a quarta, que determina que o reajuste anual do benefício seja realizado com o mesmo índice utilizado pelo INSS para as suas aposentadorias.

Assim, o art. 1º diz que:

É assegurado o pagamento de pensão especial vitalícia, no valor de dois salários mínimos mensais, aos ex-integrantes da tropa brasileira, conhecida como "Batalhão Suez", que tomaram parte na Força Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral da [...] [ONU], [...] de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional da região compreendida entre o Canal de Suez e a linha de Armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução, recrutados nos termos da Lei 2.953, [...] de 1956 e do Decreto 61, de 22 de novembro de 1956.

Nesta oportunidade, gostaria de dizer o quanto que todos nós brasileiros desejamos que na região do Oriente Médio, seja com respeito ao Egito, Israel, Palestina, Síria, Irã, todos os demais países do Oriente Médio, possam efetivamente viver em paz e que atendam ao apelo ainda ontem feito pelo Papa Francisco para que não se continue o que ele denominou a Terceira Guerra Mundial

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a S. Exª.

Ao tempo, registramos aqui, com alegria, a presença do Embaixador Pedro Borio entre nós, na Comissão de Relações Exteriores.

Consulto às senhoras...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Foram marcadas inúmeras audiências públicas para esse período de novembro e dezembro, são poucas, são três semanas. Também gostaria de dizer que o Ministério de Relações Exteriores tem a preocupação de que possamos também arguir embaixadores designados que estão aguardando. Quem sabe, tenhamos que fazer até reuniões extras. É o apelo que transmito a V. Exª, até porque eu tenho até o final de dezembro e gostaria muito de terminar a minha missão aqui na CRE, da qual sempre participei como Senador, arguindo mais alguns embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª, seguramente, fará muita falta, não apenas nesta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, como em todo o Senado, pela lisura, pela postura, pela forma amável com que exerce com convicção aquilo que pensa e nós, em algum momento, teremos a oportunidade de homenageá-lo. Evidentemente, estaremos sendo sensibilizados pela manifestação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de V. Exª, a quem nós agradecemos.

Consulto as Srªs e aos Srs. Senadores.

Nós vamos colocar em votação o projeto em caráter terminativo, que exige a manifestação pessoal de cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? Voto conhecido, na condição de Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – "Sim", obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin. A palavra é de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não só para fazer aqui uma homenagem, que merece de todos nós essa homenagem e o reconhecimento, mas pela justeza do projeto também, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – "Sim", com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Presidente, desde já entristecido com a ausência enorme que será resultado da falta do nosso grande Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que veio da renda mínima para a eficiência máxima, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Ele estava aqui entre nós até bem pouco tempo. Solicito à assessoria que possa ver a localização do nosso Senador Randolfe.

Senador João Capiberibe. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, voto "sim", claro.

Também penso que a grande homenagem que faremos ao Senador Suplicy seria atender à solicitação que ele fez para a sabatina dos Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos seguramente buscar a conciliação da sabatina dos Srs. Embaixadores com os temas que nós temos aqui, apesar de fazer o registro aqui de profundo incômodo pela forma como têm sido tratadas as nossas missões diplomáticas no Brasil. Consta que, neste momento, 30 dos Srs. Embaixadores de outras nações com as quais o Brasil mantém relações aguardam deferência do Poder Executivo, da Presidência da República, para apresentarem suas credenciais. Parece-me de bom-tom...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Inclusive, Sr. Presidente, o nosso Embaixador da Alemanha está aguardando há seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não me parece concebível que Embaixadores como o da Alemanha e os de mais 29 países tenham de aguardar seis meses para apresentação de suas credenciais, considerando as nossas relações com esses países. Então, eu peço também ao Senador Eduardo Suplicy que, sensibilizado com a sua demanda, nos ajude a sensibilizar o Governo brasileiro para com esse tratamento que não me parece adequado a uma República da dimensão do País. Não estamos tratando com deferência as nossas missões diplomáticas. E os países com que o Brasil mantém relacionamento aguardam, há muitas meses, pela possibilidade e pela oportunidade de apresentarem suas credenciais.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu falo sobre o tema depois, mas eu queria concluir a votação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vamos votar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Exatamente. Eu ia perguntar se tinha encerrado a votação. Não, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – PA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A matéria é aprovada à unanimidade dos presentes. (*Palmas.*)

Cumprimento o Batalhão de Suez por essa luta, por essa conquista, por essa militância. De nossa parte, foi uma honra reconhecer o esforço de paz que todos os senhores exerceram ainda no ano de 1956. Essa iniciativa do Senador Humberto Costa, acompanhada à unanimidade dos Senadores desta Comissão, faz esse mais absoluto, carinhoso e respeitoso reconhecimento ao exercício dos senhores em nome da paz e da Nação brasileira. (*Palmas.*)

Consulto ainda, ao fim, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos repetir a votação para as emendas que foram oferecidas pelo Relator, Senador Eduardo Suplicy. Se todos estiverem de acordo, vamos ratificar a votação. (*Pausa.*)

Fica, portanto, aprovado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... com as emendas que foram incorporadas pelo eminente, ilustre e querido Senador Eduardo Suplicy.

Pede a palavra a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ressalto que é um projeto do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, fiz aqui o registro dessa importante iniciativa do Senador Humberto Costa, que foi acompanhada à unanimidade pelos Senadores que compõem esta Comissão, numa demonstração de reconhecimento ao trabalho do Batalhão de Suez, ainda no ano de 1956.

Pede a palavra a estimada e ilustre Senadora Ana Amélia.

A palavra é de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Ricardo Ferraço, eu queria apenas endossar a manifestação oportuna, necessária, inadiável de V. Exª a respeito da aceitação das credenciais de embaixadores de países com os quais o Brasil tem relações.

O Senador Luiz Henrique aqui fala do Embaixador da Alemanha, seis meses à espera da creditação.

Então, eu gostaria de aproveitar a presença do Embaixador Pedro Borio, que aqui representa o Ministério das Relações Exteriores, para, na pessoa dele, ampliar a manifestação de V. Exª, na hora em que o Brasil sai de um processo eleitoral bastante relevante, sob todos os aspectos, nesta hora em que precisamos ativar a economia brasileira, só o faremos na medida em que tivermos um ambiente favorável, de confiança, de bom relacionamento com os países que mais investem no Brasil. Cito a Alemanha, porque o Senador Luiz Henrique mencionou o caso da Alemanha, que é um dos países da União Europeia com maior peso na economia brasileira.

E o embaixador, em geral, e no Brasil também, tem uma representação não apenas diplomática, mas ele é o elo que une os interesses brasileiros e alemães, seja o caso citado agora da Alemanha, mas também como Estados Unidos, Brasil, França, Argentina, e assim sucessivamente, nós temos que ter, como disse V. Exª, uma agilização nesses procedimentos. Não acontece isso em relação aos países em que os nossos embaixadores são recebidos. Às vezes até em países onde a monarquia vigora e tem que haver uma dupla acreditação.

Renovo e reforço a manifestação de V. Exª em relação a essa demora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria compartilhar com S. Exªs a iniciativa de solicitação de uma audiência junto ao Ministro-Chefe da Casa Civil para que nós, Senadores da Comissão de Relações Exteriores, coletivamente, pudéssemos buscar o entendimento e um diálogo com o Poder Executivo a respeito da forma pouco delicada, pouco diligente que o nosso Governo, que o nosso Estado – porque estamos diante de uma tarefa de Estado e não de Governo – tem tratado as nossas missões, os nossos embaixadores.

São quase 30 países que aguardam há meses pela oportunidade de representarem suas credenciais. Não me parece adequado esse tratamento que estamos dando.

Então, se S. Exªs concordarem, vamos pedir uma audiência ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que já foi Senador da República, para que o Governo brasileiro possa priorizar essa agenda, credenciando os embaixadores que deram essas missões que têm com o nosso País amplos e plenos relacionamentos em todos os campos, culturais, comerciais e assim por diante.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de pleno acordo com a sugestão de que possamos fazer esse apelo à Presidenta Dilma Rousseff, que certamente, agora, concluído o processo eleitoral, e com a vitória dela – V. Exª sabe que ela teve muito trabalho com o Senador Aécio Neves –, concluída a disputa e vencedora terá a maior boa vontade. Mas eu gostaria de fazer parte desta missão junto ao Ministro Aloizio Mercadante para fazer o apelo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos, então, solicitar a S. Exª o Ministro Mercadante uma audiência para que possamos tratar desses assuntos que me parecem da maior relevância para o Estado brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas para aduzir a referência feita pelo Senador Suplicy. Essa demora revela também a inconveniência do processo de reeleição no Brasil. Porque a reeleição acaba envolvendo o candidato à reeleição num procedimento político da disputa e a Administração fica à deriva, por assim dizer, num período extremamente expressivo.

Então, mantenho a posição contrária à reeleição no País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estou absolutamente convencido da necessidade de nós eliminarmos o processo de reeleição, o mandato com cinco anos, para trabalhar a alternância de poder, que vai fazer muito bem à democracia brasileira. Eu estou em linha com o pensamento de V. Exª.

Ouço com prazer o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Ferraço.

Em relação ao requerimento de sua autoria que aprovamos há pouco para uma audiência pública a respeito do aditamento contratual na aquisição dos FX-2, eu fui informado que já existe um requerimento de igual teor para uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Consulto V. Exª sobre a possibilidade ou não de fazermos essa audiência conjunta, de tal maneira que possamos reunir as autoridades numa mesma sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A nossa audiência pública aqui não é especificamente para tratar do aditamento.

Nós fizemos aqui alguns debates para tratar das preliminares da contratação desse importante projeto para a defesa nacional. Contudo, não é apenas para a defesa, mas para a política nacional, para a indústria nacional de defesa, considerando os elementos que acompanham essa aquisição – não somente o equipamento, mas a transferência de tecnologia, que é algo fundamental para dar ao nosso País autonomia.

Se houver uma determinada convergência desses objetivos, eu não vejo óbice algum de que possamos tratar dessa audiência coletivamente, como Congresso, unindo as duas Casas que compõem o Parlamento brasileiro.

Vamos buscar o entendimento com a Comissão de Relações Exteriores, com o Deputado Eduardo Barbosa, para que possamos agir em conjunto, o que vai racionalizar muito o debate em torno desse importante tema.

Agradeço a iniciativa de V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Sugiro, inclusive, à Secretaria da nossa Comissão de Relações Exteriores já manter contato com a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores da Câmara para, em havendo convergência do objeto e também da data a ser definida, a gente poder fazer essa audiência conjunta, de tal maneira que a gente tenha uma audiência mais prestigiada, ainda, com a junção das duas Casas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pessoalmente entrarei em contato com o Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da CREDN, que é a Comissão de Defesa da Câmara, na busca dessa convergência, atendendo à solicitação e ao encaminhamento de V. Exª.

Não havendo mais nada a ser tratado, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado. Até a próxima quinta-feira, se Deus quiser.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezessete minutos do dia seis de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Assina a lista de presença o Senador, não membro desta Comissão, Fleury. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e apresenta os expositores convidados que se encontram à mesa. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema desta reunião. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. Tem início a apreciação da PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de examinar o legado da política externa do atual Governo, de suscitar reflexões sobre opções estratégias de rumos futuros para o Brasil nessa área, bem como de identificar propostas e iniciativas que mereçam ser levadas em consideração pelo próximo Presidente da República, no período de transição para novo quadriênio. Convidados: William José Waack, Jornalista; e Murillo de Aragão, Presidente da Arko Advice Pesquisas. O Presidente concede a palavra ao Sr. Murillo de Aragão, para a sua exposição. O

Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Embaixador da Eslováquia Milan Cigán; Primeiro Secretário da Embaixada da Rússia Alexander Perevendentsev; Primeira Secretária da Embaixada da França Elena Tonev-Diviné; Conselheiro da Embaixada da Espanha Javier Salido Ortiz; Embaixador Pedro Bório do Ministério das Relações Exteriores; Primeiro Secretário, Seção Política, da Embaixada dos Estados Unidos Steve Simpson; Assessora da Seção Política da Embaixada dos Estados Unidos da América Gabriela de Campos Teixeira Fontenele; Ministra da Embaixada da República do Paraguai Helena Felip Salazar; Ministro da Embaixada da República do Paraguai Osvaldo Ostertag; Primeiro Secretário da Embaixada da República do Paraguai Rodrigo Velázquez Aguirre. Em seguida, o Presidente concede a palavra ao Sr. William Waack. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Mozarildo Cavalcanti. Os expositores apresentam novas considerações. Usa a palavra o Senador Antonio Aureliano e o Senador Luiz Henrique. Os expositores apresentam outras considerações. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O senhor William Waack responde questionamentos. Usa a palavra o Senador Fleury. O senhor William Waack responde questionamentos. O Presidente apresenta suas conclusões e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro abertos os trabalhos da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Já conosco à Mesa dois dos nossos convidados, o jornalista William Waack e o Presidente da Arko Pesquisas, Murillo de Aragão, dois especialistas em política externa que aceitaram o nosso convite para que pudéssemos, aqui, dialogar um pouco sobre os caminhos, as escolhas, o cenário, as consequências, uma avaliação sobre a nossa política externa brasileira, as escolhas que o País tem feito, as consequências e os impactos que essas escolhas e essas decisões têm produzido na política externa brasileira.

No Brasil democrático e plural, a política externa que nos projeta no mundo cabe ao Poder Executivo, é definido pela Constituição Federal como prerrogativa do Poder Executivo. Mas o debate, o aprofundamento, o acompanhamento daquilo que o Poder Executivo faz em relação a nossa política externa é dever e obrigação do Parlamento brasileiro e, sobretudo, da Comissão de Relações Exteriores, que tem a prerrogativa e tem se esforçado muito para exercer um protagonismo em torno desse tema.

As prioridades diplomáticas devem servir às necessidades internas e o serviço prestado pelo Itamaraty é essencial, à medida que contribui para problemas e desafios nacionais. Como política de Estado, os compromissos e implicações derivados da atuação internacional do Brasil não se esgotam em um ou outro governo, devem e precisam ser políticas de Estado, requerem que o sentido geral da política externa e suas principais linhas de ação estejam solidamente assentados em indispensáveis bases de caráter nacional.

A continuidade também é requisito indispensável de toda política externa. É essencial que a projeção da conduta de um Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos. Por isso, precisa construir sua trajetória internacional com base na confiança que se expressa pela coerência de suas ações. Tenho convicção de que a área da política externa é desses segmentos em que um segundo mandato poderá servir para extraordinária inflexão e reflexão. Nós estamos com a nossa Presidente da República reeleita e é o momento de perguntarmos se vamos dobrar as nossas apostas em torno das opções que fez no primeiro mandato ou se vamos fazer uma reflexão, uma avaliação daquilo que foi bem, daquilo que foi muito bem, daquilo que precisa ser corrigido, de modo a melhorar, acelerar, fortalecer o papel e o protagonismo do nosso País em escala global.

Continuamos sendo um País muito fechado. As exportações brasileiras ainda representam apenas 20% do Produto Interno Bruto brasileiro. Se comparado com outros países da dimensão do nosso País, isso é muito pouco. A nossa participação no mercado global é superior apenas em 1%, o que mostra extraordinário campo de crescimento que a nossa política comercial tem pela frente.

Estamos meio que acomodados com o papel que o mundo nos reservou como fornecedor de matéria-prima ou precisamos, agregados à política externa, desenvolver um conjunto de medidas internas, inclusive de política industrial, que possa dar competitividade aos nossos produtos, aos nossos serviços, precisamos trabalhar a presença empreendedora do brasileiro e do País em tantos cantos do mundo? A nossa indústria continua absolutamente dependente – é o caso da indústria manufatureira – da América do Sul, sobretudo da Argentina, que vive problemas estruturais muito complexos.

O Brasil tem se acomodado diante de seu papel de líder natural da América do Sul. Assistimos, de maneira perplexa, à estruturação do Tratado de Tordesilhas em pleno século 21, vendo a América do Sul se dividir em duas regiões, uma região do Atlântico e uma região do Pacífico, a do Pacífico muito mais antenada, muito mais conectada com o que está acontecendo no dinamismo das cadeias globais de produção.

Então, para discutir política externa e para discutir política comercial nesta fase de transição é que nós estamos recebendo aqui os nossos convidados para um diálogo e uma conversa com os Senadores que compõem a Comissão de Relações Exteriores. Agradecemos muito, portanto, ao Murillo de Aragão e ao William Waack pelo tempo e pela disposição de estarem aqui conosco refletindo, fazendo avaliações e cenários a respeito do que está por vir. É muito importante que façamos aqui um diagnóstico, ainda que, talvez, seja insuficiente diagnosticar. De toda forma, eu acho que prospectar cenários para o nosso País à luz dos nossos desafios é muito importante. Portanto, agradecemos muito a disposição dos senhores de participarem conosco deste debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pede a palavra a ilustre Senadora Ana Amélia, que ouço com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, primeiro, cumprimentar a iniciativa de V. Exª, Presidente Ricardo Ferraço, por esta audiência pública, trazendo dois nomes respeitados na área da comunicação e da avaliação diplomática, econômica e política. Isso é extremamente relevante nesse momento em que estamos indo, como disse V. Exª, para o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff.

Mas eu queria fazer dois registros também, porque, na última reunião da CRE, V. Exª, com o apoio dos demais colegas Senadores, cobrou – e aqui quero registrar a ação do Embaixador Pedro Borio nesse sentido – a adoção de uma ação mais propositiva na apresentação das credenciais, uma vez que vários embaixadores, inclusive o embaixador da Alemanha – como William Waack fala um alemão perfeito, entenderá melhor –, há oito meses aguarda a apresentação de credenciais. Não há mais a justificativa de que havia uma campanha eleitoral. Então, na segunda-feira, estão marcadas 30 apresentações de credenciais de embaixadores, que estão aguardando essa liberação diplomática – claro que isso não implicava ausência de atividades, mas é um ato formal e necessário. Então, cumprimento V. Exª, porque segunda-feira haverá a apresentação de 30 embaixadores.

Cumprimento também a iniciativa do Itamaraty de cobrar do governo da Venezuela a incursão, sem avisar o Itamaraty, de uma autoridade da Venezuela firmando contratos com Organizações Não Governamentais brasileiras, o que tem implicações diplomáticas relevantes. Não se pode tapar o sol com a peneira num caso desses. Amigos, amigos, mas diplomacia à parte, temos que respeitar os códigos desse relacionamento. Então, eu queria, neste caso particular, dizer que a iniciativa do nosso Chanceler Figueiredo foi adequada e necessária para evitar algumas dúvidas relativas à interferência interna, de assuntos internos, inadequada, como aconteceu nesse episódio.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós agradecemos a intervenção sempre oportuna e qualificada de V. Exª ao fazer o registro desses fatos que vinham causando extraordinário constrangimento por um conjunto muito grande de embaixadores, que aguardavam, há meses, uma definição – há o caso do embaixador do Paraguai, membro efetivo e pleno do Mercosul, que há quase 12 meses aguardava para receber suas credenciais. Mas, com essa confirmação de que na segunda-feira, Sua Excelência, a Presidente da República Dilma Rousseff, receberá os embaixadores.

Penso que nós daremos um passo importante. A Comissão procurou colocar em pauta esse tema, na direção de contribuirmos para as mais elevadas tradições do bom relacionamento com esse país, com o qual mantemos relações diplomáticas.

Agradeço a V. Exª.

Sem mais delonga, vamos passar a palavra para o Murillo de Aragão.

Muito obrigado, Murillo, por sua presença, pela exitosa contribuição que, seguramente, o senhor dará neste importante debate, até porque estamos saindo de uma eleição presidencial em que o tema política externa não frequentou de maneira preferencial os debates. Mas a política externa tem uma importância muito grande nos destinos do País, e é para isso que estamos aqui recebendo os senhores com muita alegria.

Por favor, a palavra é sua, Murillo.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Obrigado, Senador Ferraço.

É um prazer e uma honra estar aqui, na Comissão, juntamente com o jornalista William Waack.

Quero agradecer a presença também do Senador Jarbas Vasconcelos, da Senadora Ana Amélia, do Senador Mozarildo Cavalcanti e dos embaixadores aqui presentes.

A política externa é parte das nossas reflexões, análises e estudos, e a acompanhamos com atenção em nossa empresa, em nossos trabalhos, em nossas pesquisas.

Devemos dizer que, nos últimos anos, na minha opinião, o Brasil ganhou maior expressão internacional a partir de vetores conhecidos de muitos, como a abertura econômica, iniciada na era Collor; o Plano Real; as privatizações; a redução das desigualdades no governo Lula; e a existência também de um ambiente macro-

econômico de maior qualidade e estabilidade, o que permitia que as relações econômicas e de comércio ganhassem maior dinamismo.

No campo diplomático, obviamente, houve avanços importantes. O próprio Mercosul é um grande avanço. É importante destacar que dinamizou o comércio regional. O Brasil, nos últimos anos, por exemplo, entre 2000 e 2011, obteve superávits no comércio em pelo menos oito anos, vendendo produtos industrializados. Além disso, o Tratado também distensionou a relação sempre tensa com a Argentina. Os mais antigos lembram que a relação entre Brasil e Argentina não era uma relação tranquila. Existia sempre algum tipo de... Saúdo a Senadora Vanessa Grazziotin por sua presença. Como vai? Tudo bem? Com o Senador Mozarildo eu já tinha falado. Tudo isso, obviamente, nesse âmbito das relações em nossa região, foi muito importante.

Mais recentemente, o Brasil promoveu e investiu em fóruns macrorregionais e extrarregionais que merecem o reconhecimento do esforço da nossa diplomacia, como a Unasul e a Celac. Houve também outras iniciativas, como o fortalecimento do BRICS. E há mais algumas, como a Aspa e o Ibas, que reforçaram o papel do Brasil fora do âmbito regional. Enfim, há um reconhecimento maior da nossa presença internacional. Fomos capazes de desenvolver uma relação melhor com a China e com a Rússia, apesar de haver grandes assimetrias entre nós. Mas o Brasil se mostrou capaz de ter parcerias estratégicas também mais além das tradicionais opções que sempre apareceram para nós em primeiro lugar.

Enfim, assisti, de forma modesta e pontual, como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a vários eventos da sociedade civil do Brasil com a sociedade civil dos países do BRICS, da Comunidade Europeia, promovendo o diálogo, promovendo a integração e a troca de experiências como uma espécie de paradiplomacia importante no sentido de aproximar os países, de reduzir o grau de desconhecimento e o distanciamento que existia e ainda existe do Brasil em relação ao mundo. Estamos ainda longe. Somos um País globalizado de certa forma, mas não somos um País internacionalizado. A nossa economia ainda é muito fechada. Nossa participação no comércio, como destacou o Senador Ferraço, é pequena.

Então, existem esforços que merecem ser reconhecidos e que, de certa forma, resultaram em alguns pequenos eventos, ou melhor, significativos eventos, como a escolha do José Graziano na FAO, do Roberto Azevedo na direção da OMC e da própria escolha do Brasil como País-sede da Copa e das Olimpíadas. Isso tudo faz parte de uma nova época em que vivemos, tendo a Diplomacia e a política externa brasileira como eixos centrais.

No entanto, apesar disso tudo, temos coisas e aspectos que não agradam e que revelam a perda de dinâmica na política externa, especialmente nos últimos anos. A saída do Presidente Lula resultou numa espécie de perda de prioridade da política externa no novo Governo, quer dizer, a mudança da Presidência trouxe essa espécie de rebaixamento da importância da política externa nas preocupações do Governo. Isso, evidentemente, fica refletido praticamente quando se nota que quase 38 embaixadores ficam esperando quase um ano – alguns, quase um ano – para apresentarem suas credenciais junto à Presidência.

Dentro desse quadro, temos que também olhar o futuro, que importa mais, e, olhando nesse sentido, algumas coisas me chamam a atenção.

O primeiro aspecto do qual uma nova política não deve prescindir ou no qual deve se concentrar é no restabelecimento da nossa relação com os Estados Unidos. O Brasil não pode prescindir de uma relação diplomática à altura da nossa relação comercial, cultural, financeira e empresarial. A verdade é que a nossa relação nesses níveis é muito mais intensa e consistente do que a própria relação diplomática. Então, há uma grave assimetria. A Diplomacia não reconhece ou não dá a prioridade que os agentes privados dão a essa relação. É necessário haver uma conciliação desses interesses, e é importante que a relação com os Estados Unidos ganhe um novo nível. Isso não quer dizer que a gente deve, como País, deixar o olhar latino-americano da nossa política externa, que é um legado muito positivo dos últimos anos.

Eu me lembro que, quando fui estudar na Inglaterra, no final dos anos 70, início dos anos 80, eu não tinha a noção de que eu era latino-americano ou sul-americano. Eu não tinha essa percepção. Eu era brasileiro, e os outros eram, sei lá, peruanos, chilenos, bolivianos, o que fosse, mas eu não tinha a noção de que eu participava de uma região. Isso é importante. Nós temos os nossos vizinhos, e um país que tem mais de 15 mil quilômetros de fronteiras terrestres com esses países não vai ter a ilusão de querer fazer uma política, se desenvolver, resolver seus problemas de natureza social e econômica sem que haja um impacto, um reflexo em nossos vizinhos de fronteira terrestre. O Brasil não poderá construir muros para impedir o fluxo migratório, se amanhã voltarmos a apresentar taxas de crescimento muito relevantes em relação aos demais países. Isso é impossível. Então, não há como ter uma visão de desenvolvimento do Brasil sem considerar a nossa inserção na América do Sul.

Portanto, entendo que, nesse sentido, esse olhar latino-americano na nossa politica, que é um ganho dessas últimas décadas, deve ser obviamente preservado, até porque temos que avançar em outras questões, de infraestrutura e do próprio comércio, enfim. Agora, também entendo que isso não significa que a gente, como país, vá abandonar os outros grandes movimentos internacionais que ocorrem no Pacífico, mais perto de

nós, com a Comunidade Europeia, que devem ter uma nova visão. Quer dizer, não podemos deixar de buscar maior integração com a Europa e maior integração com os Estados Unidos. Isso não significa, na minha opinião, abandono ao nosso olhar latino-americano.

No tocante ao olhar latino-americano, temos também, por exemplo, que fortalecer o diálogo entre os Congressos, na região, e fortalecer, institucionalizar a eleição dos Deputados nacionais para o Parlamento do Mercosul. Isso tem que ocorrer.

O Brasil está adiando, a cada quatro anos, a entrada em vigor desse dispositivo, já acordado no âmbito do Mercosul e que necessita da aprovação do Congresso Nacional, das regras da eleição dos Deputados nacionais. Isso são aspectos relacionados à região.

Então, eu pontuei que a integração deve ser fortalecida, mas não em detrimento do nosso diálogo e integração com os Estados Unidos e com a Europa.

Temos que trabalhar também para fortalecer a imagem do País como um *soft power.* O Brasil é um país, por excelência, *soft power.* O Brasil não é um país que tenha inimigos. O Brasil tem uma agenda positiva. E o Brasil tem que fortalecer essa agenda positiva e essa imagem positiva, para também servir de via ao comércio, à cultura, à diplomacia, ao turismo. Temos uma presença ridícula no universo do turismo mundial. Temos uma presença ridícula no comércio internacional. Temos, então, que expandir e ter políticas consequentes de expansão da imagem do País fora. E o *soft power*, a imagem positiva que nós temos como país, como cultura, como expressões da nossa cultura, a bossa-nova, o samba, o futebol, os produtos, a moda, a culinária, enfim, devem ser trabalhados nesse sentido.

A questão internacional hoje não é meramente diplomática no sentido tradicional, nem econômica, nem apenas uma discussão de tarifas comerciais. Ela transcende tudo isso. Esse olhar é que é necessário termos também na política externa.

E, objetivamente, além disso, acredito que uma das medidas práticas que devem ser colocadas é o fortalecimento da Agência Brasileira de Cooperação, que pode ser uma plataforma mais eficiente para projetar o Brasil e fortalecer nossas relações.

Enfim, são esses os temas que eu gostaria de colocar.

E, finalmente, diria também, como palavra final, para termos condição de ouvir o William Waack, que tem muito mais a dizer sobre o tema, e também as indagações dos Senadores, dois aspectos finais. O primeiro é o envolvimento da sociedade civil na diplomacia. Quer dizer, a política externa brasileira não tem que ficar isolada no Itamaraty e longe, distante da sociedade civil. Deve haver uma aproximação, deve haver uma integração. Não digo que tenha que existir uma subordinação, mas a sociedade civil num país tem condição de instruir, de explicar, de transmitir seus anseios, suas necessidades, suas visões, que podem fortalecer e tornar a nossa política externa mais eficiente. O segundo é, sobretudo, ter o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que, do mesmo modo que temos que quebrar – diria – a caixa-preta da política externa, ao trazer a sociedade e outros organismos para o debate, temos que fortalecer o Ministério das Relações Exteriores. E é imperativo que ele esteja aparelhado com pessoal, com instalações, com recursos, para projetar os nossos interesses no âmbito externo.

Enfim, seriam essas as nossas contribuições iniciais.

Eu estou à disposição para fazer outras colocações e responder perguntas, Senador, se forem objeto do debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com certeza será.

Gostaríamos, antes de passar a palavra ao William Waack, cumprimentar e agradecer a presença do Corpo Diplomático que nos honra aqui: o Embaixador Pedro Borio, membros das Embaixadas da França, do Paraguai, dos Estados Unidos da América, da Espanha, da Eslováquia e da Rússia.

Sejam todos muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal!

Passo a palavra ao William Waack.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Bom dia a todos!

Minha saudação a todas as autoridades e pessoas presentes aqui. Para mim é, evidentemente, um privilégio e uma honra muito grande ter sido convidado e poder contribuir como cidadão a um tema que eu, por razões profissionais, acompanho há várias décadas.

Eu vou ser mais abrangente, pois tenho certeza de que virão perguntas mais específicas que a gente poderá abordar, então, na sua sequência.

Eu gostaria de tentar justificar em alguns pensamentos mais provocativos, porque eu considero que a política externa brasileira nos últimos anos falhou e está levando o Brasil à irrelevância relativa e, na minha

opinião, a nossa política externa repete o que a gente conhece de outras situações do Brasil, que é a grande distância entre o que o País poderia ser e do que o País na verdade é.

Eu acho que isso decorre de um problema muito mais abrangente do que simplesmente atribuir a culpa a este ou àquele formulador de política externa, seja ele um indivíduo em algum palácio, seja ele uma instituição, seja ele o conjunto de entidades. Acho que a falha fundamental da nossa política externa tem a ver com um problema central do País, que é não saber o que ele quer ser no mundo. Nós não temos uma definição do nosso papel. E isso, em parte, resulta da nossa extraordinária posição geográfica, não que eu seja um determinista e que adote como dogma que a geografia condiciona o papel internacional de cada país ou de cada nação.

Mas, de fato, hoje à noite, nós brasileiros somos abençoados, porque nenhum de nós vai dormir hoje preocupado se há algum ente querido participando de um conflito internacional, se está matando ou morrendo. Isso é uma bênção!

Por outro lado, do ponto de vista das relações internacionais, é uma maldição, porque nós, como sociedade, temos escassa compreensão da amplitude, abrangência, profundidade, escopo e natureza dos principais conflitos internacionais. Nós estamos simplesmente muito longe de qualquer conflito internacional relevante, seja ele comercial, seja ele geopolítico, no seu sentido clássico da palavra, seja ele por disputas de fronteiras, seja ele religioso, é um fator importantíssimo para a compreensão da natureza das relações internacionais hoje, por mais que a gente lamente isso – nós, seculares e positivistas.

Em outras palavras, o que o Brasil quer ser no mundo? Nós não fomos capazes de definir isso nos últimos anos. Vem daí a apropriação de algumas importantes decisões de política externa por um grupo político que tem uma definição clara e uma visão, no entender desse grupo político, que é o PT, de como deveria ser o papel do Brasil nas relações internacionais e o seu lugar no mundo. Estou falando isso sem um julgamento moral ou de valor. Eu estou querendo, em primeiro lugar, estabelecer com vocês o que eu considero que sejam fatos de consenso, a partir dos quais a gente consiga chegar a uma apreciação da situação do Brasil hoje nas relações internacionais e na constelação dos povos, na constelação dos países.

Na opinião desse grupo, a visão de mundo que esse grupo tem e toda – na minha experiência como jornalista – é a percepção que os agentes políticos ou econômicos têm da realidade ao seu redor que os levam a tomar decisões que tomam. A percepção desse grupo político da constelação internacional é a de que a supremacia de uma superpotência cedeu lugar a uma rearticulação no mundo multipolar no qual esses outros países se juntam no eixo formado, orientado para acabar com o mundo no qual uma superpotência determina o que os outros podem ou o que não podem. É uma visão, na minha opinião, completamente equivocada e que deixa absolutamente de lado todas as evoluções e desenvolvimentos recentes nas relações internacionais, particularmente a integração econômica entre os principais blocos e deixa de lado um princípio fundamental, a partir do qual se cometeu uma série de erros de política externa. É quase um dogma em política externa que ela não é feita em torno de amizades, ela é feita em torno de interesses. Não adianta fazer política externa achando que eu terei amigos que devolverão a minha solidariedade assim expressada. Isso é um erro de amadores, é um erro que a gente vem cometendo há mais ou menos 12 anos.

Não soubemos definir os nossos interesses em termos daqueles que sejam os interesses percebidos pelo País. Nós defendemos interesses de um agrupamento político. As pessoas que comungam os pensamentos políticos e o mesmo tipo de ideologia desse grupo estarão satisfeitas, estarão realmente achando que estão sendo recompensadas naquilo que fizeram. Não acho que a postura política do grupo seja idêntica aos interesses nacionais.

O Brasil, como país muito maior do que qualquer grupo político, de qualquer denominação, de qualquer espectro – e isso que me parece –, por falta de uma definição nossa de qual é o nosso lugar no mundo. O que nós queremos ser? Uma potência regional com interesses limitados? Queremos ser uma potência de projeção de poder internacional, seja ele *soft power*, como se referiu o Murillo, seja ele com a projeção, sim, através dos elementos clássicos de exercício do poder, que são força econômica, capacidade de intervenção militar, articulação diplomática, presença forte nas organizações multilaterais? Ou queremos ter um papel reduzido, levado apenas em função deste ou daquele objetivo de curto prazo? Não está claro para nós, como sociedade, infelizmente.

Eu sou um profissional de comunicação e, por razões profissionais, sou obrigado a calibrar exatamente aquilo que eu percebo que é interesse do público, e o público brasileiro, infelizmente, para o meu gosto pessoal, tem escasso interesse por assuntos internacionais, assim como tem escasso interesse por política, assim como tem escasso interesse por educação, assim como tem escasso interesse por discussão de valores. Eu estou falando do público de massa, público ao qual eu me dirijo como profissional de comunicação todas as noites através de um telejornal de uma emissora com o alcance e a penetração que tem a emissora para a qual eu vendo os meus serviços.

Colocadas essas questões fundamentais, eu me pergunto se, depois dessa eleição, nós passamos por uma redefinição do que me parecem ser nossas falhas essenciais, que são, em primeiro lugar, como sociedade, como Nação, entender qual é o nosso papel internacional e defini-lo. Em segundo lugar, se aqueles que me parecem que foram os erros fundamentais na aplicação daquilo que o grupo que está no poder considera ser o interesse dele, de fazer política externa em função de suas afinidades ideológicas, se esses passos serão corrigidos.

Muita gente acha que os fatos se impõem, especialmente esse é o pensamento de economistas. Eles enxergam os fatos – por exemplo, escasso crescimento de determinado país e índices de inflação – e consideram que esses são os fatos que se impõem. Na minha experiência profissional, não. Não acho que políticos e não acho que agentes que tomam decisões enxergam os fatos tais como eles possam ser definidos em números. Eles enxergam os fatos em função de sua percepção política da realidade, e a percepção política que nós temos da realidade internacional no Brasil hoje, depois da reeleição, me parece ser a mesma de antes: nós estamos empenhados numa articulação do eixo sul-sul que não existe, não existe.

Se perguntarmos a um chinês ou, quem sabe, aos russos que estão aqui, que são clássicos leitores de geopolítica e, por força da posição deles na história, na cultura e na geografia europeia, entendem o que é balanço de poder, entendem o que é relacionamento e equilíbrio entre forças internacionais, se perguntarmos a eles se existe um eixo sul-sul, provavelmente, particularmente no caso do chinês, isso provocará um sorriso de certo sarcasmo ou um sorriso de certa pena de quem estabelece as relações internacionais hoje como um confronto entre norte e sul no qual os que estão no norte são aqueles que impedem que aqueles que estão no sul assumam o papel que a geografia, que a justiça, que quaisquer valores políticos que se queira definir, de antemão lhes atribuiu. Não. Eu acho que a mesma visão que nós temos – nós, governo brasileiro – das relações internacionais, na minha avaliação, equivocada nos últimos anos, é que nos impede de adotar o que eu acho que seria necessário.

Com isso vou encerrar. São breves palavras que eu acho necessárias, porque é muito fácil definir: nós temos que reintegrar o Brasil aos grandes blocos de poder internacional sem que isso signifique, de maneira alguma, qualquer tipo de submissão. Eu discordo da narrativa político-eleitoreira feita relativamente à política externa brasileira recente de que éramos submissos e deixamos de ser: nunca fomos, desde o Império. Acho que essa é uma narrativa que prejudica a compreensão do nosso papel, em primeiro lugar, e é extraordinariamente negativa do ponto de vista da educação das jovens gerações. Nunca vi o Brasil como um país submisso, nem mesmo durante a ditadura militar – e muitos, hoje, a ela atribuem uma automática submissão aos Estados Unidos. Se formos lembrar, o rompimento dos acordos de cooperação militares com os americanos foi feito pelos militares brasileiros, por outros motivos, por estarem bravos com a perseguição que sofriam, com toda razão, aliás, do presidente americano por questões de direitos humanos. Seja o que for, adotar como narrativa da nossa história recente a ideia de que éramos submissos e deixamos de ser é pura e simplesmente uma enganação e não nos leva a lugar algum.

O que nos torna mais ou menos relevantes é a nossa capacidade de integração e de entendimento do que está ao redor e, principalmente – e esta é a minha convicção pessoal –, de que o País tem que ser o líder da sua região. Deixou de ser. Passou a ser amigo de quem é meu amigo. Deixou de representar os seus interesses essenciais, que são, não importa o grupo político que esteja no poder, a nossa projeção nesse espaço e a nossa afirmação internacional, que pode ser através do *soft power*, como o Murillo reitera – é um conceito com o qual não trabalho muito, mas respeito, é uma ideia, particularmente nas redes sociais.

Por último, isso está sendo corrigido? Dificilmente. Só o será com pressão da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, William.

Nós vamos abrir as participações dos nossos Senadores e dos cidadãos brasileiros que nos acompanham através dos canais de comunicação do Senado, com as redes sociais, para que nós possamos receber aqui uma participação direta da sociedade brasileira.

Eu faria a primeira reflexão tanto ao Murillo como ao William, pegando carona, William, nesse seu encerramento e me valendo do ensinamento do poeta: como encantar o mundo se você não encanta a sua aldeia? Como ter protagonismo para além da nossa região se nós não conseguimos uma integração ou se nós não conseguimos, mesmo que de forma compartilhada, liderar a nossa própria região? E liderar não é impor, liderar é conquistar, é fazer alianças e cooperações que possam ser boas para os cidadãos que habitam não apenas o Brasil, mas a nossa região. E o meu questionamento vai nessa direção.

Nenhum de nós discute a importância, a relevância do Mercosul. O Prof. Celso Lafer, certa vez, cunhou que o Mercosul não é opção, o Mercosul é destino. Não apenas pelas razões econômicas, mas pelas razões territoriais, regionais, de defesa, de comércio, de integração. É óbvio que o Mercosul está sangrando. Obvio que o Mercosul está na UTI. Como fazer para fortalecer o papel do Mercosul em relação a essas regras que, de certa

forma, estão engessando até mesmo a soberania brasileira? Nos últimos anos, mais de 500 acordos foram feitos mundo afora, e nós só tivemos a capacidade de fazer acordo com o Egito, com a Autoridade Palestina e com Israel. Há mais de dez anos, trabalhamos para fazer um acordo com a União Europeia, não que esse acordo seja importante a todo e qualquer custo, tem de ser um acordo que nos interesse, em bases de interesses mútuos.

O fato objetivo é que o nosso Mercosul precisa ser repensado para ser fortalecido, ou seja, se nós deixarmos o Mercosul ir como vai, eu não sei qual sobrevida que ele terá, até porque os nossos principais parceiros estão enfrentando problemas estruturais muito grandes, até por conta de quererem inventar a roda ou de quererem fazer chover de baixo para cima. Em nenhuma região do mundo, nós estamos vendo a tentativa de iniciativas na governança pública que me fazem ter a convicção – pelo menos, a minha convicção – de que não há a menor chance de dar certo. E os últimos indicadores, sejam sociais, sejam econômicos, asseveram essa posição. Enfim, como fazer para que nós possamos fortalecer o Mercosul de modo que o Mercosul, que é um excepcional ideia, possa produzir os resultados que o Brasil precisa e que os nossos irmãos precisam?

Nós temos uma dependência muito grande de termos uma boa relação, nos nossos quase 17 mil quilômetros de fronteira, onde temos problemas muito complexos. Todos nós sabemos que problemas, como a importação das drogas – que não são produzidas aqui em nosso País – e uma leniência estratégica do nosso País em não estabelecer alianças e políticas de fronteira de modo a combater o tráfico lá e não aqui. E isso tem uma consequência grave no dia a dia das famílias brasileiras em função da epidemia da violência pública, da escalada da violência e de termos o problema do consumo e do tráfico das drogas no centro dessa questão. Enfim, nós temos desafios muito grandes aqui na região que não passam apenas pela interação comercial, nós temos tantas outras questões.

Então, eu queria que tanto o Murillo como o William pudessem refletir um pouquinho sobre essa questão regional. Porque para termos protagonismo para além da região é necessário que a gente tenha uma organização estruturada dos nossos objetivos. O Brasil não sabe o que quer ser no globo e o Mercosul também não sabe o que quer ser ou acha que pode estabelecer um tipo de encaminhamento de autossuficiência: podemos ser uma ilha, podemos nos isolar. Nós falamos aqui e repetimos, quer dizer, é muito irrelevante a participação do Brasil e do próprio Mercosul no mercado global e isso representa oportunidade para os brasileiros.

Então, eu queria ouvir um pouquinho sobre essa reflexão mais regional, sobre as perspectivas do Mercosul com a manutenção desse engessamento das regras, em que tudo o que um faz só pode ser feito se todos concordarem, e o futuro e a perspectiva, na visão de vocês, com relação ao futuro do Mercosul.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, pois vamos acumular um conjunto de massa crítica para, em seguida, gostaríamos de ouvi-los a esse respeito.

Lembro que o Mercosul já chegou a representar, na área comercial, 16% da nossa balança comercial e, hoje, representa 8%. Há uma profunda redução da presença brasileira e há um desvio de comércio muito efetivo nesses países por parte da China, que tem financiado largamente a Venezuela, que tem financiado largamente a Argentina, e o chinês trabalha com pragmatismo absoluto os seus interesses – o que está absolutamente correto –, e o Brasil assiste a isso se conformando em perder a liderança em nossa região.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Ricardo Ferraço, colegas Senadores e Senadoras, queria cumprimentar a valiosa contribuição que William Waack e o Murillo dão para a Comissão de Relações Exteriores e para o Brasil.

No Mercosul – eu sou de um Estado que é a prova prática da sua disfunção – nós somos concorrentes e não somos complementares para buscar terceiros países. A origem de muitos problemas está aí. Um bloco não pode funcionar bem – e eu sou de um Estado exportador – em que a Argentina prefere importar sapatos da China em vez de pagar o sapato que encomendou no Rio Grande do Sul. Refiro-me a 750 mil pares de sapatos que ficaram estocados no Brasil, porque a Argentina não cumpriu o contrato. Aí realmente é muito difícil. E não houve nenhum esforço de um entendimento da diplomacia, dos agentes públicos, no sentido de resolver essa pendência. Ficou o prejuízo com os produtores de calçados, apurados, que acreditaram que uma importação encomendada e não oferecida, não foram levar produtos lá, foram encomendados, e os sapatos não entraram na Argentina por imposição dos licenciamentos prévios do governo argentino.

Então, eu começo por um assunto bem prático da relação ali, e fora a burocracia que temos na fronteira. Fizemos acordos de fronteira que não funcionam. Hoje para atravessar a fronteira, você é submetido a uma série de rigores, o que é bem diferente da União Europeia, em que você passa de um país para outro sem nenhuma dificuldade, não precisa nem se identificar. Mas ali precisa de uma série de coisas; até na exigência de que o seu automóvel, se estiver circulando ali, precisa de uma série de equipamentos que é diferente no Brasil. Acho que só se entende integração e Mercosul quando, na fronteira viva, você vai praticar isso. Já é melhor a nossa relação com o Uruguai, talvez por serem menos pretensiosos e mais pragmáticos nessa relação. Digo isso para aduzir.

O Murillo sublinhou muito a necessidade da questão da região latino-americana, que é muito importante. De fato, eu fiz uma viagem de 7 mil quilômetros, de carro, saindo do Acre até San Borja, pela Bolívia, Peru, Chile, Argentina, uma das coisas mais fantásticas do mundo. Quero dizer estradas maravilhosas, asfaltadas por empresas brasileiras e tudo muito bem sinalizado, mesmo em 4.900 metros de altitude, no altiplano boliviano. Então, foi, realmente, uma experiência inédita.

Nós temos o bloco bolivariano, liderado por Venezuela, composto pelo Equador, pela Bolívia e pela Argentina com uma visão ideológica – eu diria – de liderança sobre os demais, inclusive sobre o Brasil. E temos um grupo independente, que eu incluiria o Uruguai, o Chile, com uma política mais pragmática na relação. E um bloco focado – eu diria – mais em economia, que é a Colômbia, o Peru – o Peru surpreendentemente – e o Paraguai. Então, dentro de tudo isso, aonde nós temos que ficar nisso que você sugere de integração latino-americana? De que lado? O Brasil, como insiste o William Waack, diz ser líder de um processo e de não ser liderado, por um ou outro bloco. Não se trata de hegemonia, de supremacia, de comandar, como sublinhou ali.

William, você fala que houve um apequenamento da diplomacia brasileira pela falta de definição de uma política externa vigorosa. Eu lhe pergunto: que consequências esse apequenamento da falta de uma definição, porque, durante muito tempo – eu também acompanhava como jornalista –, desde o regime militar, desde a redemocratização e até, recentemente, o grande objetivo do Brasil é ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esqueceram-se disso. Isso era relevante? Tinha algum significado nesse processo, hoje, mundial de tanta turbulência? Por que isso, realmente, deve permanecer como objetivo e tentativa de o Brasil conquistar mesmo esse assento permanente nas Nações Unidas? Que consequências temos para a área econômica do País e para os fóruns internacionais dos demais blocos dessa falta de definição de uma política externa vigorosa, que seja de acordo com o tamanho deste País no concerto mundial?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós não questionamos aqui, a legitimidade de quem, democraticamente, vence as eleições, em fazer as escolhas. Porque nós estamos aqui a questionar são os resultados dessas escolhas para a sociedade brasileira.

Houve um esforço muito grande – o Murilo destacou aqui – nos últimos anos no governo Lula e no Governo Dilma. Mais de 40 embaixadas foram abertas; mais de 12 consulados foram abertos. Pergunto eu: qual é o resultado disso para a sociedade brasileira? Em que pesem as nossas relações com a África, que precisam ser intensificadas, a África continua representando, ainda, 5% das nossas exportações. De igual forma o Oriente Médio, onde nós temos um campo extraordinário de expansão, dadas as boas relações do nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

É. Temos conquistado a presidência da OMC e da FAO. Pode não ter todo o espaço necessário...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim. O Brasil apostou todas as suas fichas no multilateralismo, que não revelou qualquer tipo de eficiência, infelizmente, mundo afora, e deixamos de apostar nas relações bilaterais. O que as regiões, mundo afora, vem fazendo, inclusive, na percepção clara de um giro do Atlântico para o Pacífico, e o Brasil, absolutamente, isolado desse contexto.

Mas ouço, com imenso prazer, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os convidados e já pedir desculpas, porque eu cheguei atrasada, ao Dr. Murillo e ao William Waack.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que iniciamos antes de V. Exª chegar. Peço desculpas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu cheguei muito cedo aqui, até fiz a minha inscrição. Mas já estava aqui a Senadora Ana Amélia. Eu nunca consigo chegar antes da Senadora Ana Amélia, nunca; e olha que eu chego cedo. Mas antes da Senadora Ana Amélia e do Paim eu não ganho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. Então, eu demoro um pouquinho mais para chegar.

Mas, enfim, infelizmente eu não vou poder ficar até o final do debate porque daqui a pouco vou para minha querida Amazônia. Mas eu, aqui, acho vou ser a voz discordante. Eu discordo – é a minha opinião – porque tenho uma análise completamente inversa daquela que foi posta aqui. Eu não acho que a gente possa dizer que, primeiro, há uma indefinição na política externa brasileira.

Eu não acho que podemos dizer que há um apequenamento, e que isso aconteceu nesses últimos 12, anos na política externa brasileira, porque os elementos que temos para analisar, todos eles, não apontam nessa direção. Pelo contrário.

E aí eu quero fazer justiça: desde o governo anterior ao governo do Presidente Lula, o Brasil sempre foi um País respeitado internacionalmente, porque nós nunca nos metemos em conflito. Pelo contrário. Quando nós entramos, é para tentar ajudar a resolver os conflitos. No governo anterior e neste Governo exatamente. Ou nós nos esquecemos do que aconteceu em 2010, quando estávamos prestes a viver uma situação delicadíssima internacionalmente, com uma possível invasão do Irã? Foi o Brasil que, juntamente com a Turquia, diferente do Conselho de Segurança na ONU – não quero falar do país A ou do país B, mas o Conselho de Segurança da ONU que já está ultrapassado, um Conselho que não prega e não defende, na prática, a paz, mas que ajuda muito a guerra, e suas resoluções estão virando letra morta, porque não são cumpridas. Não nos esqueçamos que foi o Governo brasileiro, o Brasil junto com a Turquia, que conseguiu um acordo, porque, de fato, lutavam pelo acordo a favor da paz e não da guerra.

Então o Brasil sempre foi, no mundo, um País respeitado. Digo aqui e repito, faço justiça: na época do Presidente Fernando Henrique o País era respeitado. E depois do Presidente Fernando Henrique, nos últimos 12 anos? A minha avaliação não é a de que o Brasil se apequenou não; o Brasil se agigantou.

E nós temos muito claro o que nós queremos. O que queremos não é entrar na Alca da forma como queriam colocar o Brasil. Certamente chegaríamos lá para cumprir ordens. O que precisamos fazer – e aí concordo com o Senador nosso Presidente –, é atravessar essas dificuldades todas que temos que atravessar, é fortalecer os blocos, blocos dos quais participamos, não é só um bloco, o Mercosul talvez seja o mais evidente, mas não é o único, para, aí sim, lutarmos em pé de igualdade com os fortes.

Eu não sei se trago em mim uma carga muito forte da luta contra a discriminação, porque eu sou lá do Norte, e costumam dizer que quem vive no Norte não sabe votar, não é inteligente. Então, trago essa carga de quem sofreu discriminação, apesar de ter nascido lá no Sul. Eu fiz o caminho inverso: saí do Sul e fui para o Norte, e de lá eu não saio, porque luto para transformar o Norte e o Nordeste para se igualar ao Sudeste do País.

Eu acho que não podemos dizer que vivemos em um País democrático enquanto 40% da produção se concentra em uma única região, em um único Estado. Isso não é um País. O nosso Brasil é muito maior do que isso. Temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

Quanto à Amazônia, eu não tenho dúvida alguma, a nossa grande riqueza não é o pré-sal, a nossa grande riqueza é a Amazônia brasileira. Ela é o futuro. Agora mesmo, estamos em uma contenda com a União Europeia, que acabou de pedir a abertura de um painel perante a OMC contra o Brasil, contra política de incentivo fiscal. Para onde foi dirigida? Para a indústria automobilística, eletroeletrônico, mas a de informática tudo no Sul, e retirou a Zona Franca. Porque ficaria muito feio para a Europa manter a Zona Franca no papel, visto que ela é o modelo de maior defesa da nossa floresta hoje. Concreto! Por que o Amazonas tem o maior nível de preservação ambiental? Não porque os nossos Governadores foram mais eficientes. Não! É porque temos um modelo alternativo; a pressão da floresta. É alternativo. Então, pelos fatos, não por uma questão de eu querer ser assim ou assado; são pelos fatos.

Eu costumo dizer que falar é muito fácil. Agora, não precisamos falar, temos que analisar os fatos. Será que um país que dirige a OMC hoje é um país que tem se apequenado no cenário internacional? Não é assim! "Ah, mas nós ganhamos a OMC! Nós temos a FAO". Esse é um país que se apequenou? Não! Não é fruto de um país que tenha se apequenado. Hoje, um brasileiro, o Embaixador Roberto Azevêdo, dirigi OMC. Mas não é só isso não. Dirigimos a FAO, com José Graziano, como aqui foi colocado. Por que será? Por que temos muito a ensinar. Claro que temos muitas dificuldades a enfrentar, a corrupção é uma delas, mas a corrupção, não vamos nos esquecer, não é coisa do partido A ou B. É algo inerente ao sistema capitalista. Inerente.

E essa não é uma luta de ontem ou será de amanhã, é uma luta do cotidiano. Mas nós também dirigimos a Convenção da Biodiversidade. O Dr. Bráulio, que foi Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, dirige a Convenção Mundial da Biodiversidade no âmbito das Nações Unidas.

E aí eu poderia falar muito mais coisas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O microfone é de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não, porque estou no meu horário e vou ser mal-educada, porque não vou nem ouvir os outros.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O microfone é de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu não vou poder ouvir os outros, porque já tenho que sair para o aeroporto. Mas gostaria que falassem sobre o BRICS, já pedindo desculpas por não ouvi-los. Mas quero dizer que acho esquisito abrir um debate sobre cenário internacional e não tocar no BRICS. Desculpe-me, talvez eu não tenha ouvido tudo o que o disse Dr. Murillo, que deve ter falado do BRICS. Um banco que está sendo criado com mais de 100 bilhões é coisa pouca, pequena? Hoje, o BNDES trabalha com um montante de recursos quase maior até do que o Banco Mundial e do que muitos organismos internacionais de fomento. Será que esse banco é pouca coisa, é coisa pequena?

Agora, há sim uma decisão. Nós não queremos abaixar a cabeça, queremos falar em pé de igualdade, não importa com quem seja. Todos iguais. Todos iguais. É isso que queremos.

Acho que vivemos um momento difícil no Brasil – não só no Brasil, mas em todo o continente –, aliás, o mundo inteiro vive, então, vamos precisar, neste momento, de muita unidade. Até para dialogar internacionalmente precisaremos de muita unidade.

Aí temos de nos despir de quaisquer questões que são mais individuais, partidárias, e nos vestirmos com a roupa do Brasil.

E o Brasil que eu ouço falar lá fora, o Brasil que eu vejo lá fora não é o Brasil que eu estou ouvindo aqui agora de "o coitado que não sabe o que quer". Sabemos o que queremos. "Não sabe o que fazer." Sabemos o que fazer e estamos fazendo, tenho certeza. Eu mesma fui incrédula quando ouvi, pela primeira, falaram dos BRICS.

O Brasil dá cartas na Convenção Internacional sobre Biodiversidade. Lá não somos BRICS, somos *basic*. Somos *basic*. E isso tudo não anda mais rápido não é por conta do nosso País – aliás, o pouco que anda é por conta do nosso País –, mas, se não anda mais rápido, é por conta daqueles que falam muito em direitos humanos mas não respeitam os direitos humanos, falam muito em meio ambiente, mas não respeitam o meio ambiente, que são os Estados Unidos. Este nunca assinou o Protocolo de Kyoto.

Neste ano vamos ao Peru, na Conferência sobre mudanças climáticas; ano que vem, será em Paris, prazo máximo para a assinatura de um acordo. E o Brasil já disse: "Nós somos do anexo B e não do A, mas topamos entrar no anexo A. Vamos fazer esse acordo, topamos colocar metas vinculantes".

Então, Presidente, muito obrigada pelo espaço que me foi dado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a riqueza do contraditório que V. Exª coloca, porque isso é que dá riqueza a esses debates que fazemos aqui.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, vamos ouvir os nossos...

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Posso responder muito rápido, porque sou treinado nisso? Já que ela vai embora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor, William.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Sou muito grato ao que a senhora mencionou, porque exatamente comprova o que digo, que é a confusão entre o supérfluo e o essencial.

Como não é o Brasil que manda na OMC, é um diplomata de passaporte brasileiro. Se a gente... Chego aí rápido da mesma maneira

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas é supérfluo também.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Se a gente considerar que o Sérgio Vieira de Mello era um brasileiro que foi bombardeado em Bagdá, não foi o Brasil que foi bombardeado em Bagdá. O presidente da OMC acaba de declarar que a OMC tem de saber o que quer, porque ela está condenada à irrelevância. É o Brasil que condenou a OMC à irrelevância? Não. Nós temos um funcionário de carreira, um brasileiro lá; não é o Brasil mandando na OMC. É uma confusão grave entre o que é supérfluo e o que é essencial.

Os BRICS não existem como grupo de política exterior. O banco é chinês. É um grande negócio para a China e da China. Nós tentamos fazer o banco ficar aqui. Não ficou porque não temos relevância suficiente para administrar os US$100 bilhões no entendimento dos outros BRICS.

Os BRICS têm uma característica essencialmente peculiar do ponto de vista deles: toda vez que eles têm que resolver alguma coisa com os Estados Unidos, eles resolvem direto, não como grupo. O que mostra como os BRICS pensam. É um grande truque, porém não serve.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Presidente, peço desculpas ao nosso convidado. Eu gostaria imensamente de ficar, mas tenho certeza de que vamos ter outras oportunidades. Eu sabia que ia criar essa situação, mas tenho de ir mesmo, senão perco meu voo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não tem situação; o que tem é um debate amplo e democrático em que nós...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, mas eu também gostaria de falar de novo, porque o bom é a réplica e a tréplica. Até nos debates da Globo tem réplica e tréplica. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, mas V. Exª não vai falar porque não pode, porque os microfones estão abertos para V. Exª.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Os debates da Globo são comandados pelo TSE. A regra é estabelecida pelos partidos, infelizmente. Os políticos se protegem do público através das regras.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, uma boa viagem e um bom retorno para casa.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, ilustres convidados, eu sou Parlamentar do Mercosul já pela segunda vez, e quero ficar nessa discussão, inclusive endossando o que já falou o Presidente Ferraço, porque teremos uma reunião agora dia 10.

Quero dizer que sou da parte do Brasil que está geograficamente colada à Venezuela, e nós até pagamos um preço alto por isso. Refiro-me à questão de fronteira. Agora mesmo, um acordo assinado há alguns anos, já em vigorar, estará sujeito a alterações nos marcos existentes e, portanto, milhares de pessoas estão ameaçadas de sair de lá, inclusive já com obras públicas construídas nessa área, tanto no Brasil, quanto na Venezuela. A saída é tão simples, porque está no próprio acordo, que diz que havendo entendimento de ambas as partes, o acordo poderá ser alterado. Mas, realmente, a diplomacia brasileira não tomou nenhuma iniciativa.

Aqui na Comissão de Relações Exteriores, o Senador Ferraço, atendendo a um requerimento de minha autoria, criou uma missão especial da CRE, nós fomos lá, levantamos todos os dados oficiais e, no entanto, estamos concluindo um relatório que vai terminar ficando ao arbítrio da chancelaria brasileira, quer dizer, do Governo brasileiro. Esperamos que a gente possa ter outro mecanismo mais forte.

Dia 10, lá, eu vou levar esse problema e mais outros. Por exemplo, na parte comercial, a Venezuela, hoje, praticamente não importa nada via Roraima, mas importa de Minas Gerais, de São Paulo. Então, nós brasileiros que estamos lá em Roraima apenas pagando o pato.

Portanto, eu espero também suscitar no Mercosul, mais uma vez aliás, essa questão, já que a Venezuela entrou para o Mercosul, não vou ficar no mérito de como entrou, mas é preciso, por exemplo, que, mesmo relativizando a importância do Mercosul, pelo menos tenhamos relações diplomáticas e comerciais, e, principalmente, de respeito aos cidadãos brasileiros. Nós temos notícias de milhares de brasileiros, principalmente de Roraima, que estão presos na Venezuela. O próprio Presidente Maduro anunciou que vai fazer uma revisão, uma reestruturação na polícia, porque a coisa está incontrolável até para ele. Porque mataram um deputado aliado a ele, e ele agora vai fazer essa revisão. Porque realmente é um achaque.

Quem vai, por exemplo, de Boa Vista à Ilha de Margarita, que tem que passar por pelo menos três estados, sofre achaques de toda natureza, tanto extorsão, quanto ameaça de prisão e até prisão. Caminhoneiros nossos que foram à Venezuela comprar cimento e ferro, que são mais baratos para nós do que comprar do Brasil, também foram presos por questões simplesmente inventadas.

Então, eu acho que é importante falar sobre essa questão do Mercosul. Vou deixar as outras questões para os outros Senadores, mas quero me fixar a questão do Mercosul notadamente.

Foi bom ter ouvido a Senadora Ana Amélia, que mostrou também as dificuldades que estão tendo lá no extremo sul. Lá no extremo norte são piores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª traz um depoimento e um testemunho de problemas do dia a dia, da rotina, que podem parecer, aos olhos de muitos, irrelevante, mas para quem está lá na fronteira, como V. Exª está, como a população de Roraima está, esses fatos revelam a inexistência de uma relação que possa se estabelecer com base nessas reciprocidades. E as relações não são de governos, são de Estado. Porque os governos vêm e vão, mas os Estados vão precisar buscar destinos e caminhos comuns para essas e tantas outras realidades.

Vamos passar a palavra aqui aos nossos convidados.

Tem a palavra o Dr. Murillo de Aragão.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Bom, as observações foram muito relevantes. Evidentemente, a apresentação do William foi extraordinária. Ele é um pensador da política externa.

Eu tentei, na minha apresentação, ser pontual e pragmático, em de pontos que eu vejo essenciais para a melhoria da nossa política externa, como, por exemplo, o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, é evidente, também, que temos que olhar e o Governo deve também entender que ele é produto de uma grande coalizão. Essa coalizão tem diversidade de entendimentos acerca de várias coisas, entre elas a própria política externa.

Então, a nossa política de governo também deve expressar a pluralidade da coalizão que sustenta o Governo, como também deve atentar e se orientar pelos interesses que uma política de Estado deve ter. Não podemos misturar uma política de partido, com uma política de governo, com uma política de Estado.

Evidentemente a receita é ter mais pragmatismo e menos ideologia. Toda a questão ideológica ganhou grande relevância porque houve, sem dúvida, um grande sucesso na administração, principalmente na administração do Presidente Lula, e isso, então, deu ao governo autonomias para avançar em áreas como a política externa. Nesse sentido, então, houve, sem dúvida, uma contaminação de questões partidárias e ideológicas que não atendem ao interesse nacional.

Vejo que a conjuntura de hoje favorece uma visão mais pragmática da política externa e espero que o atual Governo eleito da Presidenta Dilma tenha uma visão mais pragmática da política externa e menos ideológica.

Em parte, responderia à pergunta da Senadora Ana Amélia – se o Brasil deve se aliar ou aos bolivarianos ou aos pragmáticos. Acho que não há dúvida de que o Brasil tem que primeiro se aliar aos interesses do Brasil, e isso significa ter uma conduta mais pragmática e menos ideológica. Ter uma conduta de Estado e não de governo, muito menos partidária.

O Mercosul, para ser fortalecido, tem que deixar de ser um conjunto de políticas de governo nacionais. E hoje o que acontece é que o Mercosul está submetido aos humores da política nacional. Então, as fronteiras do Rio Grande do Sul ou o trânsito de brasileiros pela Venezuela estão sujeitos ao ambiente conjuntural vivido pela Venezuela, não a regras estáveis de uma relação de tratado, que deveria existir. Quer dizer, estamos submetidos a isso, que, evidententemente não funciona e é um entrave ao progresso e ao fortalecimento do Mercosul.

No nosso caso, a despeito disso, eu não considero que a política externa dos últimos 12 anos tenha sido um fracasso total. Não foi. Eu até pontuei aqui a própria eleição de Roberto Azevêdo; a questão da FAO; das Olimpíadas; da Copa do Mundo; da abertura de embaixadas; do comércio com a África, que, mesmo ainda sendo pequeno, aumentou muito nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em valores proporcionais, não. Nós continuamos. O que aumentou foi a corrente de negócios.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – A corrente de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas em valores proporcionais nós continuamos do mesmo tamanho.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Em valores proporcionais, sim, mas houve um aumento. Enfim, temos hoje uma maior exposição e possibilidades.

Agora, é evidente que houve, também – como eu pontuei –, nos últimos quatro anos, uma degradação da qualidade da política externa, em que predominou a micropolítica externa pontuada pelos interesses específicos.

Eu acho que o momento da eleição é o momento da recuperação da política externa, apontando as três variáveis. Primeira, sendo mais pragmático e menos ideológico. Não temos mais as condições fiscais, econômicas e financeiras para exercer uma generosidade e comprar apoios. Quer dizer, temos que ser pragmáticos. Segunda, temos que fortalecer o Ministério das Relações Exteriores. E temos também que ter a participação da sociedade no debate, porque a sociedade vai trazer os problemas, como foram apontados pelo Senador Mozarildo e pela Senadora Ana Amélia, a dificuldade que a cidadania tem, que o empresariado tem, que o turista tem nessa relação específica do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – William, por favor.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – O meu foco, como vocês perceberam, é o foco de um jornalista político e de um apaixonado leitor de história. Se a gente considerar o que o Mercosul é hoje, a gente é obrigado a pensar que o Mercosul não surgiu do nada, o Mercosul é uma instituição criada, em boa parte, em função da experiência que os europeus demostraram para o mundo inteiro após a Segunda Guerra Mundial, primeiro nos acordos comerciais e acordos de cooperação na indústria do carvão entre a França e a Alemanha – os dois que tinham sido inimigos nos últimos cem anos ali –, que evolui para a Comunidade Europeia e que evolui para a União Europeia. E se a gente considerar hoje a crise do Euro, os economistas dizem: o Euro, como proposta econômica e monetária, não poderia existir; existe porque há por trás do Euro uma proposta política.

Então, a ideia do Mercosul no seu surgimento não é simplesmente a de uma união aduaneira, é a de uma proposta política de integração de países. E se a gente olha para a história do Mercosul nesses últimos anos, a gente tem uma distância suficiente para perceber como é que isto, do ponto de vista histórico e político, caminhou. Enquanto havia uma proposta política em torno do Mercosul, de fortalecimento de um bloco, enquanto os outros países do mundo se fortaleciam em blocos também, este setor razoavelmente caminhou. Quando o foco político do Mercosul passou a ser o de ser oposição a um determinado outro país, ou oposição a essa criatura do Norte contra o Sul, o Mercosul assume uma outra postura, um outro significado, e sofre por isso hoje, na minha opinião.

O Mercosul definido como união aduaneira ou integração comercial é uma coisa; o Mercosul definido como um grupo de países que têm afinidades ideológicas é outra coisa. E eu não estou fazendo um julgamento de valor, eu estou simplesmente estabelecendo a evolução desses fatos. Então, o problema do Mercosul hoje, além de todas as questões que os dois Senadores levantaram, práticas e imediatas, é, de fato, um problema da sua definição política. Por isso é que eu volto sempre a este ponto: detrás de toda postura de política externa existe a tradução de uma vontade, de um interesse, de uma articulação estratégica de um país ou de um grupo de países.

Parece-me bastante clara, hoje, qual é a articulação estratégica do Mercosul. É uma articulação estratégica de acordo com uma determinada visão da situação internacional nesta parte do Planeta. Eu não estou dizendo que essa articulação é correta ou errada neste momento da minha fala. Agora, sim, acho que essa articulação

é equivocada, acho que ela nos leva aos resultados que estão sendo conferidos. Os resultados não são positivos, do ponto de vista dos cidadãos que enfrentam as dificuldades que vocês mencionam, do ponto de vista da nossa política comercial e do ponto de vista do que seriam, no meu entendimento pessoal e particular, os interesses ampliados e a longo prazo do nosso País.

Isso muda no momento? Talvez alguns fatos se imponham. O principal que me parece que vai se impor no Mercosul é o de que, se o Brasil não procurar outros acordos comerciais, e nós já estamos muito atrasados nisso, não há Mercosul que nos salve. Não podemos ficar parados como estamos. O resto do mundo está caminhando de maneira muito rápida. A nossa distância, relativamente aos países mais prósperos e desenvolvidos, continua a mesma de 12 anos atrás. Se a gente for medir qual era a proporção do PIB *per capita* brasileiro em relação ao PIB *per capita* americano há 12 anos, é a mesma de hoje, e eles passaram por uma crise monumental, da qual começam a se recuperar agora.

Então, fica a minha pergunta no ar. Se não houver uma reformulação dos nossos objetivos políticos em relação ao Mercosul, não há medidas pontuais que façam com que este grupo, surgido numa outra visão das relações internacionais, cumpra o papel que nós idealmente achamos que ele deva cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos ouvir o Senador Antonio Aureliano, mas antes eu gostaria de perguntar aos nossos convidados. O Brasil, há um bom tempo, fez o chamado Livro Branco de Defesa Nacional, que foi coordenado pelo Ministro Nelson Jobim. A meu juízo, deixou um extraordinário legado, estruturado, à Defesa Nacional e à política de defesa industrial do Brasil. O Itamaraty fez, também, ano passado, o chamado Livro Branco da Política Externa Brasileira, ouvindo especialistas, ouvindo um conjunto de segmentos do setor privado, do setor público, ouvindo, enfim, as universidades. E a minha expectativa é de que, como conclusão desse debate do Livro Branco da Política Externa Brasileira, nós possamos ter ali as diretrizes da política externa brasileira.

A minha consulta e a minha pergunta é se os senhores conhecem a consequência daquele grande e rico debate que foi conduzido pelo Itamaraty, um debate democrático, em que as visões mais plurais puderam manifestar as suas posições, porque, até aqui, o Itamaraty não apresentou as conclusões. E também pergunto se vai transformar esse complexo debate, rico debate que foi conduzido pelo Chanceler Figueiredo numa ação de política de Estado, ou se aquilo foi meramente um factoide para que nós pudéssemos discutir e debater. A pergunta é se os senhores conhecem a consequência efetiva do Livro Branco da Diplomacia Brasileira.

Mas vamos ouvir, antes, o Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, senhores representantes das Embaixadas aqui presentes, Sr. William Waack, Sr. Murillo Aragão, primeiro, eu queria parabenizar pela colocação tanto o Murillo Aragão quanto o William Waack, porque, em poucas oportunidades, eu vi uma síntese tão bem feita do momento que nós vivemos na Diplomacia brasileira. Queria parabenizá-los, porque foi resumida, clara e transparente, no momento em que nós vivemos o maior desprestígio da política externa brasileira.

Nunca, na história do País, houve tanto desrespeito ao povo brasileiro no que se refere a uma atuação do Ministério das Relações Exteriores, e digo por quê; porque nós, em primeiro lugar, temos uma ação descoordenada, quando se tem um Presidente da República que não determina adequadamente quais as funções que o Chanceler deve exercer de forma a ter uma política de Estado, como bem colocou o Murillo, porque é fundamental distinguir política partidária, política de Governo e política de Estado. A história da Diplomacia brasileira optou pela política de Estado, em que as diretrizes e o fundamento da orientação devem ser, antes de mais nada, pragmaticamente: o que é fundamental e necessário para que o País se fortaleça na relação entre os povos? Isto é fundamental: política de Estado clara, desde Rio Branco.

Como colocou muito bem, com muita clareza, a nossa política é independente, sempre foi, nunca passou por dependência nenhuma, a não ser agora, quando nós temos uma dependência política. Foi definido, o Brasil vive um momento de absoluta liberdade democrática, mas optou por uma dependência política; dependência política de uma ideologia em que, em determinado momento, tanto a Venezuela quanto Cuba se colocaram em relação ao mundo, hoje, frágil, e o Brasil está subordinado a ela. Ficou subordinado.

Então, cada vez mais, a gente observa a política externa, que é fundamental que ela tenha independência e que os povos se inter-relacionem cada vez mais, inclusive com os que competem mais. Vou dar um exemplo claro: hoje, a polarização do mundo está entre Estados Unidos e China, é claro. Qual é o país, o maior credor da China? Os americanos. Quer dizer, existe uma interdependência enorme. Isso quer dizer o quê? A dívida americana – são US$4 trilhões que a China detém de títulos americanos – significa o quê? Que os chineses são extremamente dependentes dos americanos e vice-versa. Estão, absolutamente, em sintonia, caminhando juntos.

Quando se coloca que a política externa do ex-Presidente Lula foi vitoriosa sob certos aspectos, eu diria o seguinte, que o Presidente Lula, com a sua condição de homem que fez propaganda para o País, propaganda

positiva... Um País como o Brasil, que consegue que um homem como o Presidente Lula, com as suas virtudes pessoais, chegue à Presidência da República, em um País com as suas diferenças, isso é uma propaganda positiva do País! Nosso País é um país de alternância social, que permite – não tem castas, é um País livre – que um homem que veio do Nordeste dê uma declaração clara da hegemonia nesse próprio Sudeste. Ele foi se fazer politicamente no Sudeste e se elegeu Presidente da República. Então, a política externa, em determinado momento, deu certo porque ele, a pessoa dele, não a política externa especificamente, por que já vinha em um outro caminho, mas ele, fez propaganda positiva.

É necessário que, neste novo Governo, a Presidente da República tenha consciência de que é fundamental ter um Ministério de Relações Exteriores que tenha, realmente... Eu diria até o seguinte: poucas pessoas, homens públicos, nesta Comissão... Eu diria que não... Porque a Comissão de Relações Exteriores não sabem nem o nome do Ministro! Não sabe quem é que está mandando no Itamaraty, porque você tem uma dualidade de poder. É claro! Nós não sabemos quem é que faz a política externa brasileira. Hoje, não existe uma diretriz clara. Então, é fundamental, é de extrema importância que nós, realmente, cobremos isso.

Meu caro Presidente, a sua clareza, inclusive defendendo os interesses – eu acompanhei muito a atuação de V. Exª nesta Comissão –, dando demonstração clara de independência, no sentido de representar bem o povo brasileiro nesta importância que existe... Política externa é vital para os países hoje – é vital. Hoje estamos em uma situação extremamente complexa, e nós não temos uma orientação clara sobre como atuar, a não ser a de que o Brasil, hoje, no que se refere ao Cone Sul, é liderado, não é líder.

Pela sua extensão territorial, todos os países, os países continentais, hoje, no mundo – não há nenhum país continental que não lidera a sua área, não há nenhum –: Rússia, Canadá, Estados Unidos, Índia, China, Austrália, todos esses países continentais têm a obrigação, é histórico isso, têm que caminhar.

Hoje, o Brasil é um País que não lidera e, evidentemente, tem muito orgulho de ter pessoas o representando. Há o Graziano na FAO, há um ministro o representando na OMC, o que eu acho importante, mas são coisas pontuais e de mérito individual, não de uma ação certa da diplomacia brasileira.

Então, é fundamental que nós tenhamos... Eu diria o seguinte: não é questão... Foi colocada, aqui, pela nobre Senadora Grazziotin, que a corrupção é uma consequência clara do capitalismo. Não! A corrupção não é uma consequência do capitalismo; a corrupção está intrinsecamente vinculada ao ser humano. Cabe, sim, à organização das sociedades estabelecer critérios e atuações com leis e punições que, realmente, a diminuam, porque a corrupção está no cerne, dentro do ser humano.

Eu gostaria de saber desses nobres palestrantes quais seriam as posturas necessárias, na visão de cada um, para o andamento do processo de o Brasil retornar à liderança na relação de Estado entre os povos, liderança que é natural, mas que não está sendo exercida adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Antonio Aureliano.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique. Em seguida, vamos ouvir os nossos convidados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de pedir excusas pelo meu atraso. Eu gostaria de ter estado aqui durante as apresentações dos ilustres convidados: o professor Murillo e o jornalista William. Por isso, vou fazer uma pergunta tópica apenas. Vou ser bem breve, já que eu não tive oportunidade de assistir às palestras, porque eu tinha outros compromissos nesta Casa.

Meses atrás, nós aprovamos aqui, sabatinamos aqui o Embaixador que o Itamaraty estava enviando para São Cristóvão e Névis, que tem uma população relativa à de um pequeno Município brasileiro. E aquilo chamou muito a atenção da Comissão – o Presidente se lembra disso – pela desimportância daquele posto. E, na época, então, a justificativa era de que o Brasil tinha estabelecido um protagonismo solidário, principalmente na África e na América Latina.

Como os senhores veem essa expansão de embaixadas brasileiras que ocorreu na última década?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Murillo.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Eu volto ao ponto central, talvez, de todas as minhas observações. Nós temos que distinguir o que é política partidária, o que é política de governo, o que é política de Estado. E, quando eu falo política de governo, é importante ressaltar que o governo expressa uma coalizão de partidos.

Eu tenho a impressão, aliás, eu tenho a certeza de que essa expressão nunca foi devidamente respeitada, vamos dizer, na elaboração de uma política de governo ante o que deveria nortear tudo isso que é uma política de Estado. Daí, então, temos visto situações em que a expansão de Embaixadas, por exemplo, atende a conceitos e interesses partidários ou ideológicos ou conceituais que não têm grande relevância para o País.

Isso também é fruto não apenas dessa situação, mas também do distanciamento da sociedade em relação à política externa, quer dizer, o fato de que a política externa opera longe do que ocorre nas relações financeiras do mundo, nas relações comerciais e nas relações culturais. A política externa tem que incorporar

esses interesses para buscar os nortes que irão prevalecer, esse diálogo entre o que é política de governo e o que é política de Estado.

E o terceiro ponto é a própria autonomia e fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores não apenas materialmente, mas ideologicamente. O que se vê é que, nos últimos anos, o Ministério perdeu poder na formulação e na relevância e na própria defesa do que seria uma política de Estado.

Então, eu não sou contra a expansão de Embaixadas, mas acho que ela deve ocorrer com fundamentos muito claros e atendendo a objetivos muito específicos de uma política de Estado. E, muitas vezes, quando se mistura a política partidária com a política de governo, e a própria política de governo não é uma expressão do governo que a instrumentaliza – porque ela é uma coalizão –, então, há distorções que têm que ser revistas.

O sucesso econômico dos últimos anos terminou, de certa forma, nublando os defeitos da nossa política externa, mas, na medida em que as questões econômicas se apresentam de forma mais negativa, ficam mais evidenciadas as fragilidades da nossa política externa e a necessidade de ter uma política externa mais forte e mais pragmática.

Enfim, essa é a observação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sobre o Livro Branco do Itamaraty...

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Olha, sobre o Livro Branco... Eu acompanhei pelo noticiário a realização. Na época da elaboração, até tive contatos aqui com ex-Ministros e ex-Embaixadores que foram chamados também para dar sua opinião. Enfim, eu acho que foi uma grande iniciativa. Mas ela não deve ser isolada; o Livro Branco deve ser uma construção permanente. Deve-se ouvir o que está acontecendo nas esferas sociais e econômicas do País em bases permanentes.

Então, a iniciativa de S. Exª tem um caráter simbólico muito forte, é uma bela iniciativa, mas aconteceu e se perdeu no meio da irrelevância da política externa na nossa conjuntura, o que não deveria ser assim. Deveríamos ter um debate constante sobre o que está acontecendo no âmbito da política externa do País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

William, por favor.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Vou ser mais estrutural agora. Anotei os pontos que ficaram em aberto.

Começando pelo Livro Branco do Itamaraty, parece-me que eu não participei desse; eu participei da elaboração do Livro Branco da Defesa, tem um artigo meu, fui contratado pelo Ministério da Defesa para escrever um artigo e participei de algumas reuniões, particularmente com o pessoal da Marinha e um pouco também com o pessoal da Aeronáutica, para pensar estas questões de defesa.

Tivemos ali o mesmo tipo de reflexão que já deixei aqui na sala a todos vocês: carece o País de definições claras de seus papéis internacionais, de seus objetivos, de como chegar lá. Isso ficou muito claro nas questões de defesa. Tivemos recentemente uma indefinição em torno da tecnologia de reequipamento dos aviões de combate da FAB, dos caças de intercepção, que é ao mesmo tempo uma decisão política. Difícil imaginarmos decisões tomadas no âmbito da Defesa que não sejam eminentemente questões políticas. Então, o Brasil optou por uma linha tecnológica que não é apenas uma linha tecnológica no reequipamento da Força Aérea, é também uma opção em termos de como vamos trabalhar para os próximos 30 anos em termos de inserção no mercado internacional de defesa, que é um componente importante na política externa de qualquer país.

Em que medida essa medida é essencial do ponto de vista do direcionamento da nossa cooperação tecnológica com grandes potências, e estamos falando da Suécia, que é uma grande potência em termos tecnológicos, e da integração que ela tem no mercado de defesa europeu, em que termos essa decisão foi tomada por uma dor de fígado, porque espionaram o telefone celular da Presidente ou aquilo foi uma definição realmente de política de defesa, vamos precisar ainda de um pouco de tempo e de um pouco de documentação para estabelecer exatamente quais foram os fatores que levaram a esta ou àquela decisão.

Livro Branco do Itamaraty. Parece-me uma defesa saudável e genuína de um corpo extraordinariamente bem formado e responsável por aquilo que se chama em inglês de *civil servants*, ou seja, funcionário público que serve ao Estado e não ao governo de ocasião. O Itamaraty sempre foi um desses bolsões de excelência no serviço público brasileiro, assim como a Receita Federal, assim como o Banco do Brasil, assim como boa parte da assessoria econômica do Ministério da Fazenda. E é como essa burocracia – entendida aqui não como um problema, burocracia entendida como um órgão que se entende como existente pelo mérito e pelo funcionamento –: responde ao fato de ter sido diminuído do ponto de vista político e ideológico, como o Itamaraty o foi nesses últimos 12 anos.

Acho, qualquer que seja o objetivo político de um governo, um erro grave prescindir da *expertise* do funcionamento e da categoria que tem uma instituição como o Itamaraty. Assim que vi a formulação deste Livro Branco: como uma maneira de dizer "nós temos aqui décadas de experiência de planejamento e de formulação de política externa". Isso não pode ser deixado na mão de amadores, que têm a sua visão de mundo particular e

a aplicam através da Presidência da República. Parece-me um dos erros essenciais dos últimos anos prescindir da *expertise* de um corpo no qual o País investiu durante tanto tempo, que é formação de capital humano sobretudo. É assim que se entende o funcionamento de uma instituição burocrática: formação de capital humano.

BRICS. Não vou responder às questões levantadas com muita propriedade pela Senadora porque seria de uma deselegância profunda. Sou conhecido como um jornalista de opiniões contundentes, porém tento não ser deselegante. Não quero, de maneira alguma, aqui falar algo que ela não tenha oportunidade de avaliar, responder, contestar e fazer os seus pontos. Mas eu queria explicar por que digo que os BRICS não funcionam como um grupo de política externa. Basta olharmos para cada um deles.

Se olharmos, por exemplo, para a Rússia, que é um país com o qual tenho uma ligação afetiva imensa, porque fui correspondente em Moscou justamente quando a União Soviética deixou de existir, de 1991 até 1996, e tenho pela alma russa uma admiração e uma afetividade imensa – adoro a Rússia! –, a Rússia vive um momento político-internacional extraordinariamente especial, que é, de novo, projetar aquilo que a Rússia acha que é o seu papel como potência internacional. Está vítima de sanções dentro de um conflito armado perigosíssimo no leste da Europa. É uma situação absolutamente peculiar.

Temos a China, que é a potência emergente rival em escala planetária em relação à principal potência, que até agora foi a superpotência do planeta.

Temos a Índia, que tem não só com a China uma relação extraordinariamente complexa e perigosa, mas também com Estados Unidos uma relação especialmente complexa e perigosa. Basta a gente lembrar qual é o papel da Índia nos conflitos regionais naquela parte da Ásia e o seu perigoso – perigoso – acordo nuclear com os Estados Unidos.

Essas grandezas de relações internacionais estão anos-luz do nosso papel internacional. Com isso eu não quero dizer que o Brasil é um país pequeno ou menor, ou que eu tiro a minha camisa verde e amarela. Aliás, eu gosto de dizer, aos meus colegas sobretudo, que eu fui atleta, fui capitão da seleção brasileira de handebol, eu sei o que é estar numa quadra defendendo o País com as estrelas no coração. Então, quando eu digo que o Brasil hoje é um país menos relevante do que era, eu digo com dor. Não digo simplesmente como analista político; digo porque isso me afeta como brasileiro, porque eu acho que nós iríamos ser mais importantes do que somos hoje, e não o somos por erros próprios, não porque outros países nos impedem de assumir aquilo que a gente acha que é o nosso destino manifesto.

Isso eu digo porque no debate político-eleitoral, particularmente no debate eleitoral brasileiro hoje, é impossível defender qualquer posição mais nuançada sem que algum imbecil venha dizer que o outro é isto ou aquilo, ou é contra o País, ou é da elite branca rica. É ridículo o ponto ao qual chegamos no nosso debate político-eleitoreiro. Isso é uma culpa do *marketing* político, e fica o meu recado aos senhores políticos também: está difícil discutir política a sério no Brasil com essa mania que todo mundo tem de ter repercussão imediata através de redes sociais, sem pensar em qualquer consequência sequer a curto prazo. Nós estamos falando do prazo de segundos.

Por último, a expansão em embaixadas. De novo, de novo, se a gente olha para a realidade, se simplesmente expandir embaixadas garantisse a qualquer país maior relevância ou presença, nós seríamos obrigados a nos perguntar por que é que a China está tomando do Brasil o lugar que sempre foi nosso em Angola, na África. Por que é que a China é capaz de expandir os seus interesses e ocupar espaços que deveriam ser os nossos espaços na África? Por que é que a China está ocupando os espaços que deveriam ser nossos nos Estados Unidos, no mercado sobretudo? Por que é que a China está ocupando nosso espaço na Argentina? Aí, com a Venezuela é um pouquinho mais embaixo ainda o problema, porque há um tipo de associação política do qual eu espero que a gente passe longe.

A questão não é simplesmente a multiplicação da nossa representação formal nos países; a questão é a formulação das nossas políticas e da nossa estratégia. Isso é muito mais importante, e os chineses nos dão lições diárias disso. Os chineses têm uma visão histórica e cultural do papel deles que nos falta. É esse o ponto ao qual eu sempre volto, porque é muito fácil ficar, do meu lado, como jornalista, pondo o dedo no Governo, acusando o Governo, xingando o Governo, críticando o Governo, qualquer que seja o governo; mas eu não acho que essa seja uma postura que ajude. O que eu acho é que a gente tem que provocar essa reflexão.

Daí que eu realmente, com toda sinceridade – isto não é uma formulação diplomática ou simplesmente de ocasião, e nem é puxa-saquismo, para usar uma expressão bem popular –, é essencial esse tipo de atitude que esta Comissão toma, porque aqui estão representantes do povo realmente, os eleitos diretos para representar o que se chama em inglês de *constituencies*, os grupos de cidadãos articulados em torno dos seus interesses. E esse debate é essencial, porque é isto, na minha opinião, como disse logo na minha primeira intervenção, que está na raiz desses problemas que a gente percebe: a nossa sociedade se interessa pouco pelo assunto, infelizmente. Eu, como jornalista, me esforço. Eu tenho um programa que apresento, entre outros, na

televisão fechada, onde a gente consegue discutir um pouco sobre política externa; mas na televisão aberta é difícil, o público reage de outra maneira, infelizmente. E esse é um processo a longo prazo.

Por último, é um clássico da política externa no qual nós ficamos envolvidos nesses últimos anos, Murillo, e você, como observador, sabe, aquele velho dilema entre agir no mundo por princípios ou agir no mundo por interesses. Quais deles deveriam, realmente, orientar a tomada de decisões? Nós somos defensores absolutamente irredutíveis de princípios como os direitos humanos. Isso que vai orientar o nosso comportamento em organismos multilaterais, sejam eles as Nações Unidas, sejam eles as organizações diversas, por exemplo, o Fundo Monetário. Há discussões de direitos humanos particularmente na concessão de empréstimos. O Banco Mundial é um grande exemplo. Ou copiamos princípios um pouco daquilo que lemos na história das grandes potências: percebe-se que os princípios são úteis em determinados momentos da sua atuação no mundo e, em outros momentos, esquecemos os princípios, porque vão atrapalhar? É um falso dilema, na verdade. Ele é colocado por nós, jornalistas, muitas vezes, e é uma pergunta fácil de ser feita a ministros de relações exteriores de qualquer país, a começar pelo nosso: o senhor está agindo por princípios ou está, simplesmente, defendendo aqueles que são os interesses claros, nus, despidos de qualquer tipo de escrúpulo em relação ao que acontecerá depois, como, por exemplo, vender armas para ditadores? Vender arma para ditadores produz empregos em casa – concordam comigo? –, e viola qualquer princípio básico de defesa de direitos universais, como os direitos humanos. É um falso dilema, no fundo. Ele é colocado a nós de maneira artificial quando, na verdade, o nosso problema no Brasil, hoje, não é dizer: o princípio da política externa brasileira é o da não intervenção. Em nome do quê?

Nós caímos exatamente nesse erro, recentemente, quando dissemos que não interferimos no que está acontecendo no leste da Europa, não falamos sobre o que está acontecendo no Oriente Médio, não nos pronunciamos sobre o que está acontecendo em guerras em países vizinhos, particularmente no caso da Colômbia, porque não intervimos. É hipócrita, em bom sentido, e é fácil de ser dito, é fácil de ser defendido em debates políticos eleitoreiros na televisão, porque, na verdade, é a expressão de um problema que está lá atrás, ao qual já me referi: falta a nós essa definição fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Diante dessa perspectiva e desse diagnóstico, que cenários nós podemos estabelecer como possível para os próximos anos? Nós estamos diante de um novo Governo, com a mesma Presidente, com a mesma base política. É possível imaginar se há possibilidade de a curva do aprendizado ter sinalizado algum nível de inflexão? Ou dobrar a aposta em torno das escolhas que foram feitas, porque as escolhas são impecáveis e produziram excepcionais resultados para a população brasileira?

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – Senador Ferraço, em primeiro lugar, eu não acredito no que o senhor diz: que a base política é a mesma. Não é a mesma. A base política pode ter o nome dos mesmos partidos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Isso, os mesmos partidos.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO – É, mas o comportamento não será o mesmo. A circunstância política do segundo mandato da Presidente Dilma é completamente diferente da que havia no início do seu mandato. O grau de hostilidade, de divergências e de incidências dentro da base política é muito grande. O Governo terá dificuldades em progredir com suas iniciativas no Congresso no ano que vem. E, se o ambiente econômico for mais instável, essas dificuldades serão ainda maiores.

É claro que o Governo ganha a eleição, mas encontra, sim, uma sociedade dividida – não apenas dividida em dois, mas dividida em três, porque houve também um elevado número de abstenção, votos brancos e nulos.

Então, não é um desafio fácil. E esse desafio ou os desafios político-econômicos que estão pela frente, no mínimo, vão obrigar o Governo a ter uma postura mais pragmática, menos romântica e menos ideológica. No mínimo, vão exigir que se olhem os fundamentos. E os fundamentos estão numa política de Estado, numa política externa que seja uma política de Estado. Quanto mais tempo o atual Governo demorar a entender essa dinâmica, pior será para o País e pior será para o próprio Governo também.

Então, eu não acredito na curva do aprendizado apenas porque as pessoas vão aprendendo com o tempo. Até porque eu me lembro de que as melhores composições do meu querido Paul McCartney foram feitas quando ele era um adolescente. Hoje, o que ele compõe não tem 10% do valor do que ele fez quando tinha vinte anos. Então, a curva do aprendizado do Paul McCartney é um horror, porque a decadência é evidente! Agora, ele é o Paul McCartney pelo que fez aos vinte anos de idade. Não tenho essa visão otimista da velhice no sentido de que quanto mais velho você está mais você aprende, mais experiente você é e menos erros você comete. Não é verdade. Não acredito pura e simplesmente na curva do aprendizado. Eu acredito, sim, é que as circunstâncias mudaram.

Como o Brasil é um país de espectro analítico muito curto, ele se influencia muito pelas circunstâncias. Então, as circunstâncias vão obrigar a que tenhamos uma política externa diferente. E acredito, volto a dizer,

que o papel central dessa nova política externa será o Congresso Nacional, o fortalecimento do Ministério das Relações Exteriores não apenas material, mas ideológico, como instituição, e também a maior participação da sociedade civil, principalmente dos maiores interessados, que são os trabalhadores e os empresários.

Eu lembro aqui, para finalizar a minha observação, que, quando do debate dos caças, os trabalhadores da Suécia mandaram uma mensagem de apoio à escolha dos caças suecos pelo Brasil, dizendo que estavam muito satisfeitos por que o avião iria, em parte, ser feito na Suécia e, em parte, aqui no Brasil. Ou seja, havia uma interação e um interesse no que está acontecendo. Hoje, isso não existe.

De certa forma, a política externa no Brasil, que era uma caixa-preta só do Itamaraty, foi sequestrada pelo Governo a partir de uma orientação partidária. Hoje, nós temos de trazer de volta a política externa tanto para o Ministério das Relações Exteriores, mantendo, é claro, a política de governo como um dos vetores, mas também de ter os interesses da sociedade. E o Congresso é fundamental nesse fortalecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Prof. Murillo Aragão, pela presença e pela oportunidade, pelas contribuições com o nosso debate.

A Senadora Ana Amélia pede a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria fazer um registro, caro Presidente Ricardo Ferraço, renovando os cumprimentos pela iniciativa desta audiência, aproveitando o gancho, pois se falou muito da falta dessa verdadeira política externa brasileira, com cara, com definição e com objetivos. Isso não significa, pelo menos no meu caso, desvalorizar os nossos profissionais que fazem a diplomacia brasileira, os embaixadores. Nós temos um grupo grande de pessoas muito qualificadas. Eu pego somente o gancho do Murillo, da história dos aviões comprados da Suécia, os caças, para falar de uma Embaixadora – e puxo brasa para o meu assado, porque ela é do Rio Grande do Sul –: Leda Lúcia Camargo, que até há pouco comandava a Embaixada do Brasil na Suécia. Ela é dessas diplomatas que, realmente, executam a diplomacia com o zelo necessário para isso. Então, não estamos fazendo juízo de valor sobre o exercício, mas sobre a falta de uma política que vem de chefia, vem do líder, vem do governo que define a política. Os diplomatas são executores da política. É apenas para exaltar essa qualidade.

Uma questão dentro dessa lógica que foi falada, sobre essa narrativa equivocada da nossa situação na diplomacia. Nós tivemos agora Willian Waack, uma situação com a Itália em relação à extradição de um brasileiro com passaporte italiano, o Pizzolato, mas antes disso houve um antecedente. O Brasil duvidou, eu acho, das instituições democráticas italianas quando manteve no Brasil o Cesare Battisti. Eu lhe pergunto se isso está mais no campo jurídico, diplomático ou político.

Foi dita aqui também uma frase: que a corrupção é um mal do sistema capitalista. Acho que a corrupção não tem ideologia. A corrupção está na máfia russa, a corrupção está em Cuba, a corrupção está na China, a corrupção está nos Estados Unidos, a corrupção está na Europa. Então, a corrupção não tem ideologia, parece-me.

É apenas para encerrar.

Eu queria agradecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que foi dito é que a corrupção não é intrínseca do capitalismo, e, sim, do ser humano. É o contrário. Ela pode acontecer em qualquer modelo, em qualquer sistema. Foi isso o que o Senador Antonio Aureliano disse. Pelo menos, essa foi a minha interpretação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas não foi ele quem falou.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, muito bem.

William, com relação ao futuro, que aposta podemos fazer? Ainda que o Murillo tenha questionado aqui a curva do aprendizado, se não funcionou bem para o Paul McCartney, pode funcionar bem para tantas outras... O Dr. Nelson Rodrigues já nos indicou as evidências disso. Os fatos, as condições de pressão, volume e temperatura podem nos levar a uma reflexão sobre a necessidade de repensarmos a política externa brasileira? Qual é a sua aposta, William?

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Eu vou lá. Eu queria começar pela última observação da Ana Amélia em relação ao Cesare Battisti. É um caso clássico, no qual uma visão de mundo impõe a um país uma postura de política externa, mesmo que não tenha sido essa a intenção.

É óbvio que, do ponto de vista do Ministro da Justiça da época, o Cesare Battisti, o grupo ao qual ele pertencia, não era um terrorista, era um lutador da liberdade. Eu, como correspondente na Europa, cobri essa época da Brigatti Rossi; do Baader-Meinhof, na Alemanha; do IRA (Irish Republican Army), na Irlanda do Norte, que é um outro grupo, porém, agindo com os mesmos métodos do terrorismo. E a sociedade europeia, começando pela alemã, pela francesa, quando tinha *action directed,* e a sociedade italiana conseguiram combater o fenômeno do terrorismo dentro das instituições democráticas e dentro das leis próprias. Deram um exemplo, aliás, a que os Estados Unidos poderiam ter chegado, evitando ter feito algo como Guantánamo.

Então, desse ponto de vista, na minha interpretação e de acordo com os meus valores, eu acho que pessoas como Battisti foram julgadas por sistemas judiciais independentes dentro do Estado de Direito. Não foi a interpretação de um representante do nosso Governo. Isso impôs ao Brasil, particularmente perante os países europeus, uma perda de imagem substancial, talvez irrecuperável, porque eles têm uma consciência histórica grande do que é a compreensão de valores fundamentais. Nós demonstramos nesse episódio ter escassa compreensão do que são valores fundamentais e um dos mais fundamentais é o império da lei. Achar que a justiça italiana é a expressão da justiça de classe, porque esse é o vocabulário político desse determinado grupo, é, no meu entender, um equívoco maior do que o equívoco em relação aos fatos. É um equívoco conceitual perigoso.

Essa é a minha resposta em relação a esse problema.

Agora, o que podemos esperar do futuro? Eu acho que temos de começar a resposta tentando imaginar que mundo é este que nos espera aí fora, quais são os principais elementos que estão em movimento no mundo lá fora e o que isso significa para nós. Isso não é uma tese de doutorado nem vai ser aqui uma exposição acadêmica.

Nós temos claramente o mundo andando da esfera do Atlântico para a esfera do Pacífico. Isso vai nos prejudicar, porque se entendemos oceanos e, ao longo da história da humanidade, oceanos não foram obstáculos, foram estradas de comunicação, nós somos obrigados a entender o mundo que está vindo por aí como um mundo que muda o seu eixo para lá, coisa, aliás, que os Estados Unidos entenderam já há algum tempo, tanto é que se propõem a desviar o seu eixo para o Pacífico. Isso vai beneficiar alguns países, e vai prejudicar outros países.

Se nós não entendermos a natureza dessa transformação fundamental que está acontecendo no mundo, provavelmente seremos deixados para trás. Ninguém está preocupado conosco, brasileiros, porque somos simpáticos, jogamos futebol, temos samba, somos gente conhecida pela alegria de viver. Ninguém atribui a isso qualquer fator relevante para a política internacional. Desculpe. Estou brincando com o seu *soft power*. Eu sou criado, fui educado numa universidade alemã e acabei virando um *realpolitiker*, como se diz. Sou um adepto da *Realpolitik*. Nesse ponto, os europeus saberão me ler muito bem; os chineses também.

O que esse mundo significa, esse mundo de transformação, para nós? Que nós temos alguns conflitos internacionais de natureza política, cultural e histórica, e nós não estamos entendendo o seu alcance e a sua profundidade. E o principal deles é o peso da religião nas relações internacionais. Para alguém que foi criado, como eu fui criado, na militância política, no secularismo e no positivismo, ser obrigado a reconhecer isso... Eu fui repórter enviado a vários conflitos no Oriente Médio, hoje eu faço um *mea-culpa*, eu entendi pouco o peso da religião na fundamentação e no desenvolvimento desses conflitos. Quando a gente reage, como o Brasil reagiu recentemente na questão do extremismo islâmico, simplesmente dizendo: "Vocês países ocidentais foram lá e invadiram aquele lugar, arrumaram essa bagunça e esses malucos que estão lá cortando a cabeça das pessoas só existem porque os países ocidentais criaram esta confusão", nós estamos trocando os sintomas pelas causas, ou seja:

1 – Nós temos um mundo que, na sua configuração mais abrangente, está mudando um eixo de um oceano que foi o oceano principal nos últimos 500 anos para o Pacífico, onde a potência que foi a grande potência do planeta por cinco mil anos volta a ser uma das grandes potências;

2 – Nós temos conflitos de natureza cultural e histórica de alcance e profundidade imensos que nós não estamos sabendo entender de novo porque a nossa leitura desses conflitos é uma leitura imediatista, baseada inclusive, na minha opinião, nos livros errados.

Nós, como país, pertencemos a uma esfera cultural. Nós somos parte do mundo ocidental, nós falamos uma língua que vem do Latim, a maior parte das pessoas no Brasil que se declaram religiosas pertencem a religiões cristãs. É muito claro de que lado do mundo nós estamos. Nós precisamos assumir esse lado. Essa é uma questão de valores, essa é uma questão cultural e histórica muito mais abrangente do que dizer: "Vocês invadiram o norte do Iraque e agora aquilo virou uma bagunça, então vocês que se virem para se livrar desses caras; vocês são os culpados disso." Isso é bobagem.

Nós estamos diante, sim, de uma humanidade que volta a pensar em termos que a gente achava resolvidos pelas guerras religiosas na Europa no Século XVI e XVII. Esqueçam! Uma boa parte do mundo hoje continuará regida por conflitos religiosos de natureza arcaica, irracionais, porém de consequências graves – chineses, russos e indianos que o digam! A nossa distância desses conflitos não nos permite entender a natureza, a abrangência e o perigo que eles representam.

Diante disso o que esperar do futuro prático, imediato? Nós vamos ter, nos próximos dois anos, um Presidente americano que se tornou anteontem um *lame duck*. Os republicanos ganharam o legislativo nos Estados Unidos. E isso impõe a um país com o qual nós temos várias negociações importantes um hiato, aí, de

mais ou menos dois anos nos quais vamos lidar com um homem que está lá, porém não manda. Isso não é muito bom para nós.

Nós temos a União Europeia embarcada numa crise muito grave, com consequências que vão obrigá-los a olhar para o próprio umbigo. Isso sem falar do conflito no leste da Ucrânia que coloca ao Brasil uma questão de política exterior essencial, que é em que medida o respeito ou não à ordem estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial nos interessa. Somos parte dessa ordem ou nós queremos terminar com ela? Porque se nós consideramos que a anexação de territórios através do uso da força pode ser tolerada, nós estamos abrindo uma porta. Nos interessa abrir a porta? Essa definição tem que ser dada também.

Se a gente é amigo do Irã, porque o Irã subverte um regime de não proliferação, do qual o Brasil faz parte e aderiu, nós temos que perguntar também se isso nos interessa. Em outras palavras, vocês já perceberam onde eu quero chegar. Nós precisamos, para esse futuro próximo, tomar definições fundamentais. E não as vejo acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nessa perspectiva qual é o futuro do multilateralismo em relação às alianças e aos acordos que regionalmente se constituem ao longo do mundo?

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Vocês gostam de ler velhos que andaram muito nos dois lados da fronteira? Foram de um lado do balcão e do outro? Eu vou citar um nome que na minha juventude era execrado. Eu, como estudante, tinha ódio desse cidadão. Quando eu o ouvia com aquele sotaque alemão horroroso, eu tinha pavor: Henry Kissinger. Ele acaba de escrever um livro interessantíssimo, para quem gosta de relações internacionais, que se chama *World Order*. Aos 93 anos, ele tem certa perspectiva. Precisamos saboreá-lo com todo o cuidado que isso exige.

Mas o Kissinger é um adepto daquilo que se chama *power politics*, ou seja, o equilíbrio das diversas potências. Ele é um adepto de um acontecimento histórico que é tratado pela literatura relevante com bastante abundância, que foi o Congresso de Viena em 1815, quando, após uma guerra planetária naquela ocasião – as guerras planetárias são as que, de certa maneira, moldam o que aconteceu, que foram as Guerras Napoleônicas –, países em equilíbrio precário se juntam para estabelecer uma forma de convivência. Ele faz esse paralelo. E esse paralelo precisa ser relativizado diante de algo que é nosso, que é a revolução da informação e a existência das redes sociais.

Então, nós temos hoje um mundo interessantíssimo, porque, ao mesmo tempo, é um mundo clássico no sentido de potências que buscam um equilíbrio precário sem que uma seja capaz de impor a sua vontade e, ao mesmo tempo, de instantaneidade e possibilidade de as pessoas, a custo zero, se comunicarem instantaneamente com qualquer parte do mundo. Aí está a observação interessantíssima que ele faz no livro que eu quero deixar para reflexão de vocês: os dirigentes que tomam decisões hoje o fazem olhando para as redes sociais ou estão preocupados com o longo tempo estratégico? Qual é a qualidade das decisões de política externa tomadas hoje pelas pessoas que estão mais preocupadas com a repercussão imediata em segundos nas redes sociais, sejam elas quais forem? Qual é o papel das redes sociais nas transformações políticas que aconteceram recentemente? Eu estou falando – vocês já captaram – das revoltas no mundo árabe. Como é que essas duas coisas combinam: o mundo multipolar onde potências procuram um modo de convivência ao mesmo tempo em que têm que ser obrigadas a lidar com cadeias produtivas que desconhecem fronteiras nacionais e a revolução da informação que dá a qualquer habitante de qualquer parte do planeta a possibilidade de se comunicar instantaneamente?

É isso que torna o nosso mundo atual, do ponto de vista da política externa, tão difícil de ser entendido, tão fascinante de ser avaliado e tão perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Fleury, V. Ex ª pede a palavra. Nós vamos encerrar a nossa audiência pública com a manifestação de V. Exª.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM – GO) – Uma comparação com o estudo de V. Exª sobre a Comunidade Europeia e o Mercosul. Nós andamos de forma parecida, porque eu acredito que a formação dos dois era para melhorar vários países, o comércio e o trânsito. Logo depois se criou o Mercosul, acredito que copiando a Comunidade Europeia. Hoje como V. Exª vê isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

William.

O SR. WILLIAM JOSÉ WAACK – Eu vou ser breve, porque eu vejo que a hora está adiantada.

É mais ou menos aquilo a que me referi anteriormente: os europeus chegam ao consenso sobre a necessidade de cooperar, porque percebem que não é mais possível passar por um cataclisma com outra guerra, com uma terceira guerra. A gente pode considerar do ponto de vista histórico também qual foi a pressão que a existência do bloco socialista exerceu para que os países do ocidente da Europa se fundassem. A expansão da Comunidade Europeia para os países que pertenceram, em boa parte do tempo, à órbita da União Soviética é,

de certa maneira, a consagração desta constatação: a de que há sempre uma relação entre a situação política internacional mais abrangente e os fatores domésticos mais imediatos.

No nosso caso, se a gente lembrar o que era o Brasil e a Argentina durante boa parte da década de 60 e 70, países que chegaram a competir inclusive no campo nuclear e que, por meio não só do Mercosul, deram o que até agora é o único exemplo extraordinariamente positivo de enterrar uma rivalidade no campo que pode levar à fabricação de armas de destruição em massa, se a gente lembrar os acordos assinados em 1991, acordo quadripartite entre o Brasil, Argentina, Agência Internacional de Energia Atômica de Viena e a formação de uma comissão especial, pelo qual hoje brasileiros e argentinos desarmaram-se, não só no ponto de vista de desenvolvimento de tecnologias consideradas sensitivas, mas do ponto de vista da maneira como um enxerga o outro, é um grande exemplo internacional de cooperação e de possibilidade de abertura de horizontes.

Foi nesse contexto que o Mercosul surgiu. Ele surgiu não só como uma "cópia", entre aspas, de um projeto, bem ou malsucedido, mas um projeto de enorme amplitude, que foi o da fundação da Comunidade Econômica Européia, e, depois, União Européia. Mas ele surgiu, também, como uma proposta política de cooperação e de formação e fundamentação de confiança.

Quando esse projeto político assume a postura que ele tem hoje, as consequências são outras, porque ele deixou de ser um projeto político de formação de confiança e cooperação mútua entre países que se viam como rivais e, até certo ponto, como inimigos, em um momento da história, e passou a ser um bloco em oposição ao que esses países consideram que são os males para a sua existência: basicamente, o imperialista ianque. É uma maneira de ver o mundo. Se ela traz os resultados adequados, necessários para a prosperidade desses países, é uma outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

Nós vamos chegando ao fim da nossa audiência pública, agradecendo muito aos nossos convidados, que nos honraram com as suas experiências, com suas visões, trazendo, a meu juízo, enormes contribuições ao debate democrático, aberto, franco à Comissão de Relações Exteriores e a tantos brasileiros que nos acompanham pela TV Senado Brasil afora, agradecendo às mais diversas missões diplomáticas que nos honram aqui com suas valiosíssimas presenças, às Srªs e aos Srs. Senadores que participaram conosco desta audiência pública.

Muito obrigado, Willian Waack; muito obrigado, Murillo Aragão. Até uma próxima oportunidade.

Vamos encerrar esta reunião.

Na próxima quinta-feira, aqui estaremos, de novo, com outro tema relacionado à política externa, à defesa e à inteligência, que fazem parte do nosso foco.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador Jarbas Vasconcelos, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República Libanesa." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda

Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República de Belarus." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Jorge Geraldo Kadri, Marco Antonio Diniz Brandão e Paulo Antonio Pereira Pinto. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às doze horas e três minutos e reaberta às doze horas e seis minutos. Atua como secretária a Senadora Ana Amélia e como escrutinadores os Senadores Antonio Aureliano e Luiz Henrique. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 58, DE 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o "Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)" recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda: Abertura: • Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente); • Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juízes Federais); • Denise Hamú (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil). Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental: • Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores); • Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro do Superior Tribunal de Justiça); • Ben Boer (Professor da University of Sidney Law School – Austrália e Wuhan University – China). Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação: • Peter Burdon (Professor da Adelaide Law School – Austrália). Tema: Ética e ODSs; • Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional – Estados Unidos). Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs; • Owen McIntyre (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork – Irlanda). Tema: Água e ODSs; • Carl Bruch (Pesquisador do Environmental Law Institute – Washington DC). Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito; • Karl Rabago (Professor da Pace University – Nova York). Tema: ODSs e Energia; • Timo Koivurova (Professor da University of Lapland – Finlândia). Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos; • Ian Hannam (Pesquisador – Austrália). Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs; • Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental). Tema: ODSs e a Implementação Legal." Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 59, DE 2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidada o sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experiências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia." Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Eduardo Suplicy. Aprovado o Requerimento, com substituição do convidado Embaixador Diego Alfredo Molero Bellavia pelo Encarregado de Negócios Sr. Reinaldo Segóvia. ITEM 6 – MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 7 – MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FRANCISCO CARLOS SOARES LUZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Hachemita da Jordânia." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Pedro Simon, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 9 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Subme-

te à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 905, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 21 de novembro, para participar de evento na Câmara Americana de Comércio, em Washington D.C, nos Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do país no mesmo período." O Presidente designa Relator, Senador Antonio Aureliano, que profere o relatório. Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 11 – MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia." É designado Relator ad hoc o Senador Antonio Aureliano. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 12 – MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia." É designada Relatora ad hoc a Senadora Ana Amélia. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jarbas Vasconcelos,** Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25º Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Vamos iniciar os trabalhos com os três primeiros itens da pauta, que são: o primeiro item é a indicação pelo Governo Federal, a Presidência da República, do Sr. Ministro Jorge Geraldo Kadri para exercer as funções de Embaixador junto à República Libanesa. O Relator foi o Senador Pedro Simon. O item 2 da pauta é também a mensagem presidencial indicando o Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã. O relatório foi do nobre Senador Eduardo Suplicy. E o item 3 da nossa sabatina de hoje é também a indicação do (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos iniciar os trabalhos com os três primeiros itens da pauta, que são:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JORGE GERALDO KADRI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República Libanesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto na República de Belarus.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1 – Em 17/07/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A relatoria *ad hoc* do item 3 foi do nobre Senador Luiz Henrique.

A Presidência convida para que tomem assento à mesa os aludidos Embaixadores: o Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República Libanesa; o Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para República Socialista do Vietnã; bem como o Embaixador Paulo Antonio Ferreira Pinto, indicado para a República de Belarus.

Concedo a palavra ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo Sr. Senador e Relator do meu processo, Pedro Simon, a quem eu agradeço muito especialmente, Exmos Srs. Senadores e Senadoras, senhoras e senhores:

É uma honra e um grande privilégio comparecer novamente a esta Comissão, e uma grande alegria poder servir ao Brasil no Líbano, país cuja maior diáspora se encontra no Brasil e cuja relevância no plano regional é superior às suas dimensões geográficas.

Para ajudar a entender a complexidade do Líbano atual, eu me permitiria apenas registrar historicamente os principais fatos que aconteceram nos últimos 70 anos e que vão moldar o Líbano atual, e vão moldar a política externa e a política interna praticada pelo governo libanês.

Primeiro, houve a criação do Estado de Israel, em 1947, com tudo o que isso significa; a chegada dos refugiados palestinos, em 1970, procedentes da Jordânia, em centenas de milhares; a guerra civil longa e penosa pela qual o Líbano passou, de 1975 a 1990; a entrada do exército sírio, no Líbano, durante a guerra civil, e a permanência por 30 anos; a chegada do Hezbollah, como sabemos, o exército de Deus, os guerreiros de Deus, de inspiração iraniana, que permanece como um ator importantíssimo e incontornável no Líbano atual; as sucessivas guerras com Israel – foram pelo menos quatro. A retirada do sul do Líbano de Israel foi, em grande medida, feita pelo Hezbollah, daí a popularidade que esse grupo religioso e político tem no Líbano.

De 2000 a 2005, o Líbano voltou a crescer de maneira importante, mas, em 2005, tivemos outro fato relevante, que foi o assassinato do Primeiro-Ministro à época, Rafiki Hariri. Aparentemente, esse atentado foi de inspiração síria, o que provocou uma grande comoção no país e a expulsão, a retirada do exército sírio, finalmente, depois de 30 anos. Isso também causou uma polarização política e a criação de dois grandes movimentos: o Movimento 8 de Março e o Movimento 14 de Março, o primeiro de inspiração mais de esquerda e o outro de inspiração mais de centro-direita. Como se isso não bastasse para moldar a realidade do Líbano, dois outros fatos relevantes muito importantes e atuais vieram complicar o cenário político no Líbano: exatamente a guerra da Síria, que continua até hoje sem previsão de término, e a criação do Exército Islâmico.

Esse é o quadro histórico que nós temos para o Líbano, que dá a dimensão dos desafios que o Líbano tem que enfrentar. Quais desafios?

Primeiro, o Líbano tem que buscar a melhor convivência possível com Israel. É uma realidade, e isso tem que ser devidamente interpretado.

Como lidar com o Hezbollah, que é um estado dentro do estado, que é popular, que tem a legitimidade do voto, mas que tem, ao mesmo tempo, um exército mais poderoso que o exército do Líbano. O governo libanês tem que conviver com essa realidade.

Como atenuar a influência síria, que, durante 30 anos, permaneceu no Líbano e que, mesmo tendo saído, deixou raízes importantes seja no exército libanês, seja no próprio grupo Hezbollah? Então, esse é um desafio também importante.

Como mediar o conflito regional de todo o Levante, que é o conflito entre sunitas e xiitas? E agora esse conflito já aparece internamente no Líbano como uma força importante desagregadora.

Como administrar a crise humanitária que o Líbano vive hoje? São 1,13 milhão, pelos últimos números, refugiados sírios, vivendo em tendas, em condições sub-humanas no Líbano, e cerca de 400 mil palestinos, que lá estão há 45 anos, há 44 anos. É um grande desafio que o Líbano tem de enfrentar.

E como superar o impasse político interno no Líbano? A comunidade cristã perdeu importância com o passar dos anos. Eram 62%, hoje são 30% da população. Os sunitas e xiitas juntos correspondem a cerca de 60% da população do Líbano. Então, o pacto interno que existe dentro do Líbano tem de ser repensado, e isso é um desafio a ser superado. O Presidente do Líbano não foi escolhido ainda – seis meses –, muito em função dessa disputa de poder interno e da necessidade de encontrar um novo arranjo institucional.

Bem, para superar todos esses problemas, o Líbano conta com os parceiros internacionais, com as instituições internacionais, e o Brasil tem um papel relevante: tem credibilidade e o capital-simpatia. O Brasil pode ser um ator importante para apoiar o Líbano para vencer e superar todos esses desafios.

Com relação às relações bilaterais, elas são excelentes no nível político-diplomático. Atestam essa relação privilegiada as visitas presidenciais nos dois sentidos, a visita de Parlamentares nos dois sentidos, a de empresários. A última visita presidencial foi a do Sr. Vice-Presidente Michel Temer, que esteve no Líbano, em 2011. Foi um evento bastante importante para as relações bilaterais.

A cooperação consular vem se desenvolvendo de maneira bastante rápida.

No plano multilateral da defesa, o Brasil participa da Unifil, na missão da ONU. Nós temos um navio, o Capitânia, da frota naval, que faz a proteção das águas do Levante. São 270 homens e um navio. E há a perspectiva em estudo de que o Brasil possa enviar um pequeno contingente de soldados, entre 300 e 600, em algum momento, no futuro. Isso não está aprovado ainda, é apenas uma proposta e, naturalmente, vai depender de os Srs. Senadores e Deputados examinarem a conveniência dessa medida.

No plano bilateral, muito pontualmente, foi aprovada a criação de uma adidância militar no Líbano. Então, isso vai ser um instrumental para o nosso trabalho em campo.

No plano ainda multilateral diplomático, foi criado o Gial, Grupo Internacional de Apoio ao Líbano. O Brasil foi convidado e é parte. Então, esse é um novo vetor de possibilidade de cooperação do Governo brasileiro na recuperação, nos desafios, na superação dos desafios que o Líbano enfrenta.

Com relação à economia, comércio e investimento, o comércio é pequeno, cerca de US$370 milhões, essencialmente exportações brasileiras de produtos básicos: carne, derivados de carne, café, etc. Oitenta e cinco por cento da pauta é de produto primário. Então, esse é um trabalho que pretendo, caso aprovado pelos Srs. Senadores e pela Senhora Presidenta da República, dinamizar.

Há também oportunidade de investimentos no setor de construção civil, portos, estradas, represas. A Andrade Gutierrez acaba de ganhar uma concorrência para construir uma represa, no valor de US$250 milhões. Essa é uma oportunidade. E devo visitar também não só a Andrade, como diversas outras companhias, para ver o que a Embaixada pode fazer para ajudar a dinamizar.

Há o interesse importante da Eletrobras, porque o Líbano está renovando todo o seu sistema elétrico de geração e distribuição de energia. Temos, então, outra oportunidade. Há o interesse da Petrobras, um capítulo à parte, mas podemos tratar disso, também, com muita satisfação, durante a sessão de perguntas e respostas.

Na área de alimentos processados, o Brasil, também, tem um potencial grande, porque o brasileiro e os produtos brasileiros são muito bem recebidos, por razões mais ou menos óbvias, no Líbano.

Bom, qual será o sentido da minha missão, então? Eu vou partir, evidentemente, de uma base sólida, de um relacionamento muito especial que é o relacionamento Brasil-Líbano e focar a minha gestão em três pilares principais.

O principal deles será dar maior dimensão econômica às relações – politicamente, as relações são excelentes, mas, economicamente, há um longo caminho a percorrer.

Três novos projetos que estão, neste momento, sendo examinados pelo setor comercial da embaixada dão uma pista de que é possível alcançar essa diversificação. Primeiro, a compra de aviões da Embraer. A empresa Middle East Airlines, a MEA, empresa libanesa estatal, quer comprar aviões da Embraer para fazer frete regional. Então, esse é um projeto em que vamos trabalhar com muito carinho. Há um projeto, também, de aquisição de 250 ônibus para o Ministério de Obras Públicas do Líbano. A Anfavea já foi informada, e nós vamos trabalhar para ver se conseguimos viabilizar esse projeto pontual. E há compras de material de defesa. A Arábia Saudita alocou US$3 bilhões para ajudar o Líbano em um contexto bastante amplo, mas, também, para a aquisição de armamentos e material não letal. O Brasil tem capacidade de atender a uma pequena parcela desse montante, e trabalharemos nisso.

Agora, outras providências que poderão ser importantes para ajudar a alavancar as relações econômico-comerciais são três:

Promover a conectividade, que é um problema grave, pois não há ligação aérea, por exemplo, entre São Paulo e Beirute. Somos, em São Paulo, cerca de 4 a 7 milhões de descendentes de libaneses – as estatísticas variam. Isso, por si só, justificaria uma linha aérea direta São Paulo-Líbano.

Acordos comerciais. Um acordo Mercosul-Líbano está bastante adiantado, pelo que fui informado, e poderá ser assinado o acordo-quadro inicial já neste mês de dezembro, quando a Argentina vai assumir a Presidência *pro tempore* do Mercosul. Um pedido libanês, também importante, é a assinatura de um acordo de bitributação, que é uma demanda de todos os países da região que têm recursos para fazer investimentos no Brasil, mas que não têm conseguido, da nossa Secretaria da Fazenda da Receita Federal, o sinal verde para lançar.

Um terceiro aspecto importante recente é a criação do Conselho Empresarial Brasil-Líbano. O embaixador é o presidente de honra desse Conselho, que reúne empresários dos dois países que se reúnem, periodicamente, com uma plataforma para estabelecer as possibilidades de cooperação na área de investimento, na área de comércio. É o mecanismo que eu pretendo utilizar da melhor maneira que eu puder.

O segundo pilar – e, rapidamente, eu já caminho para a conclusão – seria promover a cooperação na área da defesa. Essa é uma área que está despontando como, realmente, uma área factível de cooperação. O Brasil é especialista na área, por exemplo, de combate a terrorismo. Não é o caso do Líbano, mas é especialista em combate na selva, e outro tipo de cooperação. Formação de oficiais: essa área já está em andamento – temos onze aspirantes libaneses na Escola Naval, no Rio de Janeiro. Então, essa é uma área que, também, merece uma atenção especial. Eu pedi hora com o Sr. Ministro Celso Amorim para tratar dessa questão, entre outras, na área da defesa.

Por último, mas não menos importante, pretendo empreender ações de caráter cultural e educacional com o objetivo de promover o Brasil na paisagem cultural do Líbano. Nós temos um centro cultural muito bem montado e organizado, inaugurado pelo Vice-Presidente Michel Temer, e eu, como tenho experiência na área cultural, vim dessa área – chefiei uma divisão no Itamaraty e, também, no Paraguai, fui responsável pela área cultural –, pretendo dinamizar ainda mais esse centro, que já é bastante dinâmico.

Seriam essas as considerações de caráter geral que faria.

Agradeço muito aos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado ao Embaixador Jorge Geraldo.

Em função do quórum baixo na presente reunião, a Presidência declara aberto o processo de votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que quiserem votar, já podem fazê-lo.

Concedo a palavra ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para representar o Brasil na República Socialista do Vietnã.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, gostaria de registrar que fico muito honrado pelo fato de V. Exª presidir a reunião, eu o conheço de algum tempo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Fico, repito, muito honrado de ser o senhor o Presidente na minha sabatina.

Também gostaria de dizer que fico muito honrado pelo fato de o Senador Eduardo Suplicy ser o meu Relator. Ao tempo em que fui assessor parlamentar do Ministro Celso Amorim, eu frequentei, evidentemente, esta Casa, com muito prazer e muito proveito, e aprendi a admirar as qualidades humanas de homem público do Senador Suplicy. Muito obrigado, Senador.

Gostaria de registrar também o meu agradecimento ao Ministro Figueiredo por ter escolhido o meu nome para essa função e à Senhora Presidenta da República por ter enviado o meu nome ao escrutínio da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Os senhores todos conhecem o Vietnã, sabem perfeitamente bem da história vietnamita. É um país altivo, que sempre lutou pela sua sobrevivência, que derrotou várias forças estrangeiras. Todos sabem que a França foi derrotada em Dien Bien Fu, em 1954. Temos todos ainda muito presente que o Vietnã derrotou a maior potência militar do mundo, os Estados Unidos, na década de 70. Acho que todos temos bem claras as imagens ainda, daquela guerra: imagens terríveis de crianças fugindo desnudas pelas estradas e de monges em chamas e a imagem icônica da retirada, da queda de Saigon, em 1975, com a evacuação da Embaixada americana feita por helicópteros. Foram fatos que afetaram profundamente a minha geração e acho que muitos aqui se recordam desses acontecimentos ainda bastante vivos em nossa.

Depois da retirada americana, da queda de Saigon, o Vietnã viveu alguns momentos difíceis: readaptação, reformulação interna, procura de um rumo que pudesse assegurar a consolidação do país como um país unido, próspero e com futuro. Na década de 80, chegou-se a uma solução que foi a implantação de um modelo socialista clássico, de partido único, mas com uma grande liberdade econômica, como se fosse o modelo chinês de atividade econômica, em que o Estado controla a atividade política, através de um partido único, mas a atividade econômica é permitida com grande flexibilidade. Os investimentos estrangeiros são admitidos. Esse modelo que o vietnamita chama de Doi Moi, ou renovação, fez bastante sucesso, permitiu que o Vietnã, nas décadas seguintes, seguisse um caminho de grande desenvolvimento, de grande consolidação internacional.

O Vietnã, hoje, é membro de praticamente todas os organismos internacionais do mundo. É profundamente amigo dos Estados Unidos, de todas as potências ocidentais. Tem uma presença marcante nas negociações da Asean. Está negociando com os Estados Unidos uma parceira transpacífica, junto com outros países. É, portanto, um país que tem se inserido com muito sucesso no mundo em geral.

Internamente, é um país que tem ainda grandes dificuldades'. Não é um país desenvolvido, é um país em desenvolvimento, mas teve enorme sucesso na superação da pobreza extrema. Tem programas muito bem sucedidos de criação de emprego, de transferência de renda. Tem sido, enfim, um modelo evolutivo, na verdade, também de participação política.

O Vietnã não é um país paralisado, ao contrário, é um país onde as ideias circulam. Há toda uma circulação de ideias que pode levar a uma mudança, ainda, a uma evolução do país para outros cenários, de modo que creio que o Vietnã tem assegurado, hoje, uma presença importante no cenário internacional, no comércio internacional. Pouca gente sabe, mas o Vietnã é um dos maiores exportadores do mundo, por exemplo, de telefones celulares – a Samsung praticamente fabrica seus celulares no Vietnã, e com grandes investimentos; anteontem, a Samsung anunciou, por exemplo, US$5 milhões para a nova fábrica de celulares e de equipamentos eletrônicos no Vietnã. É um país que, cada vez mais, atrai investimentos, em razão da alta taxa, por exemplo, de alfabetização – mais de 95% do povo é alfabetizado –; e dos baixos salários, é verdade, mas também da alta produtividade. Então, é um país que tem condições de continuar crescendo, tem crescido a taxas muito elevadas de 5%, 6%, na última década, e seguirá assim, suponho, no futuro.

Nossas relações bilaterais se iniciaram em 1989, já há bastante tempo; faz, portanto, 25 anos neste ano. A nossa embaixada foi criada em 2004, e, devo mencionar, foi para lá um grande embaixador, um dos melhores diplomatas de sua geração, foi o primeiro embaixador, o Embaixador Ítalo Zappa, que teve um importante papel no reconhecimento de Angola. Ele foi nosso embaixador em Cuba, embaixador no Vietnã, um homem de grande importância na inserção do Brasil nas novas nações que se criavam naquele momento.

As relações Brasil-Vietnã têm seguido de modo bastante satisfatório, sobretudo no âmbito do comércio. Nosso comércio passou de cerca de US$100 milhões para cerca de US$2 bilhões em apenas dez anos. É, portanto, um fato concreto que realmente são relações sólidas e que têm um futuro muito promissor. Exportamos, sobretudo, matérias-primas – milho, soja –, e importamos, hoje em dia, calçados – é a nossa principal importação do Vietnã –, mas também componentes eletrônicos. E a Samsung brasileira, certamente, importa

alguma coisa do Vietnã e começa agora a exportar também componentes eletrônicos feitos no Brasil para o Vietnã, para a composição final dos aparelhos lá. É, portanto, digamos assim, uma área em que muita coisa pode acontecer, em que a criatividade pode ter lugar. Há um grande desafio pela frente, mas grandes oportunidades.

As relações políticas também têm seguido de forma bastante adequada, bastante bem, mas creio que exigem um pouco mais de força, um pouco mais de priorização. Creio que, talvez, seja o que procurarei fazer, caso seja aprovado por V. ES, priorizar as relações políticas, porque elas podem abrir caminhos para as outras relações, para a cooperação cultural – e devo lembrar que o Vietnã tem o centro de estudos de Língua Portuguesa dos mais importantes da Ásia, criado com parceria Brasil-Portugal, mas que temos que apoiar cada vez mais. Há perspectivas no plano da defesa, perspectivas no plano de cooperação cultural-científica, mas tudo isso depende de maior aproximação política. É a aproximação política que abre caminho para esse tipo de atividade.

E é isso em que pretenderia, enfim, concentrar os meus esforços, e creio que, para isso, devo contar também com cooperação do Congresso Nacional. É importante. Está em preparação uma viagem ao Vietnã de um grupo de amizade Brasil-Vietnã e, mais adiante, em março, abril, virá também outra viagem de Parlamentares brasileiros para a União Interparlamentar. Creio que esse caminho da cooperação entre parlamentos é um caminho importantíssimo a ser seguido, e acho que deva ser reforçado.

Acho que é isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão.

A Presidência concede a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Exmo Sr. Senador Jarbas Vasconcellos, que muito nos honra na Presidência da Mesa; Exmo Sr. Senador Luiz Henrique, Relator da minha indicação; Srs. Senadores aqui presentes; colegas, senhores e senhoras:

Entre os três países a serem examinados hoje aqui, sem dúvida, a Belarus é o menos conhecido. Por isso, vou me aprofundar um pouco nas referências tanto aos dados do país, quanto aos esforços de inserção internacional da Belarus.

A Belarus ficou mais nítida no mapa da Europa Oriental, no norte da Ucrânia, entre a Polônia e a Rússia, em função da crise ucraniana ora em curso. A capital do país, Minsk, por exemplo, aqueles que tinham alguma notícia sobre a cidade sabiam apenas que Lee Oswald lá residiu, na época da União Soviética, antes de voltar aos Estados Unidos e assassinar o Presidente Kennedy. Hoje em dia, Minsk é um local de conversações, de negociações entre o Presidente da Rússia e o Presidente da Ucrânia para tentar resolver o problema em curso na Ucrânia. Além disso, a Belarus tem uma posição estratégica, que cresceu em importância, em área de turbulência política, enquanto permanece o interesse pela inserção econômica bielorrussa no projeto Eurásia, ambicionado pelo Presidente Putin.

Aquela ex-república soviética, a propósito, possui área de cerca de 200.600km^2, equivalente ao Estado do Paraná, e população de 9.500.000 habitantes, equivalente ao Estado de Pernambuco. A sua renda *per capita* é estimada em US$7,5 mil por ano.

Na área atual de turbulência política em que se situa a Belarus, haverá o fortalecimento seja de um modelo de governança nos moldes ocidentais, seja de um novo "paradigma civilizacional" – entre aspas –, ora defendido pelo dirigente russo. Em outro desenvolvimento, inclusão da Belarus em união aduaneira com a Rússia terá repercussão nos dois principais itens da pauta de exportação do Brasil para Belarus, que são carne bovina e aviões.

De início, cabe lembrar que, enquanto Bela significa branco, o nome do país não pode ser traduzido por Rússia Branca. O Rus não se refere à Rússia, mas descreve área da Europa Oriental coberta por neve e povoada por eslavos, em oposição à Rutênia Negra, controlada por povos lituanos. O nome Belarus referia-se, então, a uma região específica no centro da Europa e não a uma nação, até o final do século XIX.

A estruturação do território bielorrusso nos moldes de um Estado moderno ocorreu a partir de 1920, com sua inclusão na União Soviética. Durante o período da República Socialista Soviética Bielorrussa, o país adquiriu estrutura de Estado nacional pela primeira vez em sua história. Suas instituições nacionais eram e continuam a ser fortemente moldadas pelas criadas na Rússia soviética, daí não causar surpresa que a moldura institucional hoje existente em Minsk sirva para manter a Belarus em área de influência russa, isto é, a forma de governança com fortes traços autoritários, herdados do período soviético, servem à formulação de políticas nacionais, que, ainda hoje, com grande facilidade, se alinham com orientações ditadas por Moscou. Esse quadro, no entanto, não significa que haja total submissão da Belarus a políticas ditadas pela Rússia. Na prática, haveria um movimento pendular através do qual Minsk procuraria balancear seus interesses ora favorecendo Moscou, ora Bruxelas, a capital da União Europeia.

Conforme mencionado no parágrafo inicial, no entanto, a crise na Ucrânia colocou a Belarus em novo patamar, tanto por situar-se em área de turbulência política, quanto por aumentar a determinação da Rússia em manter a economia bielorrussa no âmbito de sua esfera de influência. Nota-se, a propósito, que, por trás da ofensiva da Rússia sobre a Ucrânia, há mais do que interesses geopolíticos e econômicos. O Presidente russo, Vladimir Putin, estaria sendo influenciado também pelo euroasianismo, ideologia nacionalista nascida na década de 1920 e reescrita após o desmoronamento da União Soviética.

No artigo Um Novo Projeto de Integração para a Eurásia: o Futuro que Nasce Hoje, publicado em 4/10/2011, Vladimir Putin defende a criação de uma União Euroasiática a partir da fusão de mecanismos de integração existentes e herdados da União Soviética, idealizada como um dos polos de poder no mundo contemporâneo e ponte entre a Europa e a região da Ásia-Pacífico.

A teoria, reafirmo, qualifica de identidade russa, nascida da fusão de Eslavos e povos de origem turca. A Rússia seria um terceiro continente, situada entre a Europa e Ásia, antes de quase desaparecer no Século 20. Esta linha de pensamento se opunha tanto ao ocidente liberal, considerado decadente, quanto a soviéticos que baniram o cristianismo ortodoxo da Rússia, assim como seus valores tradicionais. O presidente russo, então, adotou o discurso que ressalta a ideia de tradição, cara à igreja ortodoxa russa, recusando o multiculturalismo, o feminismo, a homossexualidade e o que chama de valores não tradicionais de origem ocidental.

O tratado para criação da União Econômica Eurasiana, com sede em Moscou, foi assinado em maio deste ano, pelos presidentes da Rússia, da Belarus e Cazaquistão, após 20 anos de negociações entre essas três ex-repúblicas soviéticas, que juntas, incluem 170 milhões de pessoas. O grupo deveria incluir Armênia, Quirguistão e Tadjiquistão a partir de 2015. Na prática, a União Eurasiática reconstituiria a maior parte do território da União Soviética, cujo esfacelamento foi considerado por Putin como uma das maiores tragédias do Século 20. O objetivo era manter a Ucrânia sob sua influência, fazendo-a participar de seu projeto e da União Eurasiática, não admitindo sua deriva em direção ao Ocidente.

O Brasil mantém relacionamento muito próximo com a Rússia. Acreditamos que a nossa capacidade de trabalhar com Moscou se fortalece na medida em que melhor compreendamos sua dinâmica política. Por isso, é muito útil conhecer visões de vizinhos daquele país, como a Belarus.

As relações da Belarus com a Rússia caracterizam-se, conforme já citado, por movimentos alternativos em direção à Rússia e o Ocidente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro. A aproximação com Moscou tem sido conveniente para o Presidente da Belarus, Presidente Lukashenko, na medida em que o ajuda a contrabalançar pressões da União Europeia e dos Estados Unidos por maior abertura política para o País. A Rússia também é crucial para a Belarus em razão das deficiências energéticas que obrigam a pequena república a importar petróleo e gás natural do vizinho a preços subsidiados.

O Governo Putin tem intensificado a pressão econômica e política sobre ex-repúblicas soviéticas, como a Ucrânia e a Moldova, que estariam em vias de assinar acordo de associação e livre comércio com a União Europeia. De sua parte, embora estimule as ex-repúblicas soviéticas a seguir caminho europeísta, a União Europeia tem sido marcadamente cautelosa nas críticas à Rússia.

No que diz respeito a relações bilaterais, o comércio bilateral tem sido deficitário para o Brasil, que importa grande quantidade de cloreto de potássio e exporta sobretudo fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar.

A Belarus apoiou a candidatura do Prof. José Graziano à Direção-Geral da FAO, assim como ofereceu suporte ao pleito brasileiro de um assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a despeito dos seguidos votos do Brasil contra o país no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Devemos trabalhar para fortalecer o arcabouço jurídico bilateral. Proponho – caso aprovado por V. Exªs – focar nossos esforços em acordos que possam apresentar resultados práticos e benefícios de nossa sociedade a projetos em análise com acordos de cooperação econômica e proposta de acordo para promover a cooperação nos campos científico, educacional e agrícola. Ao Brasil interessa, sobretudo, diversificar a pauta, ainda muito concentrada em poucos produtos. Preocupa-nos igualmente o grande déficit que temos com a Belarus.

No que diz respeito ao comércio de carnes, é preocupante a manutenção do embargo à carne bovina brasileira, tendo em vista as informações técnicas já prestadas pelo Brasil sobre o assunto e as decisões da Organização Mundial de Saúde Animal de manter o risco sanitário do País no nível mais baixo possível. Caso aprovado por V. Exªs, pretendo incrementar junto às autoridades Belorussas pressão política para solução desse entrave injustificável.

Há também o comércio de aeronaves com a Belorus. A Belavia, empresa da Belorus assinou um contrato com a Embraer, no ano passado, em 2013, para a compra de dois jatos E195. Os dois aterrissaram em Minsk, em abril e maio, respectivamente. A Embraer havia fornecido à Belavia duas aeronaves modelo 175, em 2012.

Avaliamos positivamente a decisão da Comissão de Tarifas para Aeronaves que, até 2019, no caso da Belarus e do Cazaquistão... Agradecemos a postura da Bielorus em defesa da postergação das tarifas.

Como conclusão, eu gostaria de afirmar que, neste que parece que é o momento atual de turbulência causado pela crise ucraniana, que coloca a Bielorus diante de alternativas de formas de governança com traços ocidentais ou sob a influência do projeto Euro asiático de Moscou, venha a ser fortalecida a sua abertura política, que facilita a interlocução e o incremento das relações econômicas e comerciais com o Brasil.

Diante do possível cenário favorável de abertura política e econômica, caso seja aprovado por V. Exªs, pretendo trabalhar com empenho no sentido de um relacionamento cada vez mais produtivo entre o nosso País e a Bielorus.

Era o que eu tinha a apresentar de início. Estou aberto evidentemente a eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – A lista de inscrição para uso da palavra tem as assinaturas da Senadora Ana Amélia, que não se encontra presente, e, como segundo inscrito, do Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª tem a palavra.

Eu pediria aos Embaixadores que anotassem as perguntas para que pudessem ser respondidas em bloco.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quantas pessoas precisarão (*Inaudível.*) perceba que muitas (*Inaudível.*)

Gostaria, prezados Embaixadores, Jorge Geraldo Kadri, Marco Antonio Diniz Brandão e Paulo Antonio Pereira Pinto, de lhes perguntar, tendo em conta os conflitos que caracterizaram os países onde os senhores representarão o Brasil, que passos avaliam os senhores deveriam ser dados para que não se desenvolva aquilo que o Papa Franscisco chamou de Terceira Guerra Mundial, que já estaria em curso, em especial no Oriente Médio, onde tem sido tão difícil superar as diferenças entre Israel e a Palestina. Desde que houve a Primavera Árabe nos diversos países do Oriente Médio, iniciou-se um processo, por vezes interrompido por conflitos, tais como o que o senhor mencionou na Síria, que acabam afetando toda a região, inclusive o Líbano.

Ao Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, vai para um país que precisou enfrentar uma guerra muito longa, conforme salientou, primeiro para conseguir a sua independência em relação à França e depois para conseguir a unidade do País, o Vietnã do Sul e o Vietnã do Norte, conseguindo derrotar, conforme salientou, a nação com maior poderio bélico no mundo. Felizmente parece que o Vietnã caminha na direção da consecução da paz, a paz que precisa ser consubstanciada na realização da justiça. Salientou o senhor que, no Vietnã, tem havido passos consideráveis, mesmo sendo uma nação em desenvolvimento, com uma renda *per capita* bem menor que a brasileira, mas, ainda assim, com a diminuição das disparidades de renda e de riqueza. Agradeço se puder nos relatar um pouco mais sobre como isso tem sido possível.

Ao Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto gostaria de indagar como, na região onde era antes a União Soviética, em especial, tendo em conta os conflitos que ainda, de alguma forma, perduram na Ucrânia, mas que afetam toda a região da antiga União Soviética, como Bielorus, tem se desenvolvido as ações para que também possa haver a efetiva realização da paz com base na realização da justiça.

É capaz de eu já ter dado nas ocasiões em que estivermos juntos aqui e em outras arguições, mas vou lhes dar a sétima edição de meu livro *Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta* e lhes dizer, sendo eu Senador até 31 de janeiro do próximo ano – e é da democracia que tenha sido escolhido outro Senador para os próximos oito anos representando São Paulo –, que vou continuar batalhando pelas ideias que aqui tenho sempre defendido. Gostaria de lhes relatar que, como Copresidente de Honra da Rede Mundial de Renda Básica, estarei inúmeras vezes viajando por países. Posso lhes dizer que, em 2016, por exemplo, estarei no 16º Congresso Internacional da Basic Income Earth Network, que se realizará na Coreia do Sul, em Seul. É a primeira vez que a Bien vai se reunir na Ásia, depois da última reunião havida em junho em Montreal.

Como o Sr. Marco Antonio Diniz Brandão também foi Embaixador na Índia, gostaria de lhe dizer que tem havido experiências muito interessantes no mundo. Inclusive na Índia, por dois anos, recentemente, no Estado de Madhya Pradesh, se fez uma experiência de distribuir a seis mil habitantes de vilas rurais, semelhantes a outras vilas rurais onde moram seis mil habitantes, uma renda básica modesta, 300 rupias por mês – os menores até 14 anos receberam 50% desse valor – e se verificou, por comparação entre aquelas vilas rurais onde houve essa distribuição de renda básica e aquelas onde não houve, que os resultados são altamente positivos. É possível que, em janeiro, eu seja convidado para estar presente em uma conferência internacional na Índia para examinar os progressos havidos.

Eu relato isso para lhes dizer que continuarei à disposição dos Srs. Embaixadores brasileiros em cada país para debater e interagir a respeito do propósito de, em cada país, se instituir uma renda básica. Quem

sabe, uma vez instituída em todo o Planeta Terra, inclusive em países como o Iraque, que pertence à área do Oriente Médio...

Em 2008, estive acompanhado do Embaixador brasileiro em Bagdá para transmitir-lhes que poderiam, por terem extraordinária reserva petrolífera, seguir o exemplo do Alasca, que, após 32 anos da distribuição igual para todos os seus 700 mil habitantes, de um dividendo que, nesse ano, foi U$S1.884 por habitante – o Alasca, em 1980, era o mais desigual dos 50 estados norte-americanos –, se tornou o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. Em 1976, quando foi feito um referendo para perguntar aos 300 mil habitantes de então se eram favoráveis a que se procedesse à separação de parcelas dos royalties decorrentes da exploração do petróleo para formar um fundo que iria fazer essa distribuição de dividendos, 76 mil disseram sim, 38 mil disseram não. Hoje, é considerado suicídio político para qualquer liderança no Alasca propor o fim desse sistema tão bem avaliado que ele o é. Três livros foram publicados, nos EUA, no ano passado ou nos últimos dois anos, sugerindo que as nações sigam o exemplo do Alaska.

Então, a minha preocupação, no dia de hoje, é como vamos estabelecer condições de justiça em cada um dos países para onde os senhores irão, para que não haja mais conflitos bélicos e se perceba que muitas pessoas já morreram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, Srªs e Srs. Senadores, no ano de 1876, D. Pedro II fez uma viagem de quatro, cinco dias ao Líbano, no mês de novembro, e levou uma grande comitiva de dirigentes governamentais e empresariais. Foi uma visita que o Líbano celebra até hoje. O Imperador visitou universidades, manteve contato com grandes intelectuais lilbaneses, como o matemático Ibrahim Al-Yazigi e como Cornélio Van Dick, que eram professores da Universidade Americana de Beirute. Foi conhecer todo o acervo arquitetônico, histórico da antiga nação fenícia. Fez uma viagem muito interessante. Foi ao interior, foi ao campo, onde consultou os camponeses pobres para imigrarem para o Brasil. Isso, em 1876. Em 1880, começou a imigração que hoje é um fato marcante na construção da nossa Pátria, do nosso desenvolvimento, pela importante presença de descendentes libaneses na política, na educação, na saúde, na vida artística, no meio empresarial.

Eu perguntaria ao ilustre Embaixador se há, no Líbano, ainda uma memória desse fato e a que ponto esse fato representa um aspecto importante nas relações líbano-brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Concedo um aparte a V. Exª;

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Apenas para dizer que o meu pai foi daqueles que vieram do Líbano nessa ocasião. Apenas isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aliás, sobre o Senador Pedro Simon, eu já contei uma história aqui, e ele confirmou.

A história que me contaram: ele saiu pelo Rio Grande para mostrar que libanês, sírio, armênio, grego, turco, eram povos diferentes, mostrava o mapa de geografia, e era aplaudido pela sua capacidade didática, pela sua retórica. Um dia, ao sair de uma dessas palestras, havia um grupo conversando – e ele enfatizava muito que chamar o libanês de turco se devia ao de fato que, na época da emigração, o Líbano pertenceu ao Império Otomano e os passaportes eram turcos. E aí, na hora que o Senador Pedro Simon estava saindo, três pessoas estavam comentando: "Mas esse turquinho fala, não?" (*Risos.*)

Não adiantou. (*Risos.*)

Então, eu gostaria de saber do Embaixador Brandão, que vai ao Vietnã, qual é a importância histórica, hoje ainda, do líder Ho Chi Minh.

O líder Ho Chi Minh é famoso por frases notáveis, como aquela em que dizia: "Podemos facilmente compreender uma criança que tem medo do escuro, a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz".

E a outra frase fantástica, que eu lembro, das leituras que fiz, que demonstra que ele era uma pessoa otimista e tinha uma fortaleza espiritual muito grande, é quando ele diz: "Podemos perder muitas batalhas, mas somente ao perder o bom humor é que nós poderemos nos sentir derrotados".

Com relação a Belarus, eu queria abordar um assunto que interessa muito ao meu Estado, que é a abertura do mercado bielorrusso para a carne suína catarinense.

Santa Catarina é o único Estado que é atestado pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de aftosas sem vacinação. Eu tive a honra, como Governador, de receber esse diploma na sede daquela entidade, em Paris.

E, por isso, hoje, nós exportamos para o mundo todo, para mercados muito exigentes como o japonês. Estamos prontos já a começar exportar para os Estados Unidos. E a própria Rússia, que havia feito embargo à nossa carne, por conta de certo equilíbrio na sua balança comercial com o Brasil, voltou a comprar a nossa carne suína, em função do conflito com a Europa.

Eu lhe perguntaria como podemos fazer gestões para que a nossa carne suína conquiste o mercado bielorusso? Por outro lado, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: 70% da população bielorrussa é de etnia russa, não obstante esse fato, há – como se manifestou na Ucrânia – algum sentimento de não integração à Rússia Imperial, e sim, de ligar-se ao Mercado Comum Europeu?

Seriam essas as três perguntas, saudando os três diplomatas e reafirmando aquilo que tenho dito aqui: os senhores representam a melhor massa crítica deste País, que é o Itamaraty.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradecendo ao senador Luiz Henrique, concedo a palavra à Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jarbas. Quero cumprimentar aqui os embaixadores presentes, com os quais eu tive a possibilidade de estar no dia de ontem. Quero cumprimentar o Embaixador Jorge Geraldo Kadri – encontramo-nos na Conferência do Clima, na COP19, na Polônia – ,o embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto e, da mesma forma, o Embaixador Marco Antonio, e desejar sucesso a todos na continuidade da missão, porque os senhores cumprem um papel muito importante para o País.

Assim como nós representamos a nossa população, e nós Senadores, as nossas unidades da Federação aqui no Senado, os senhores representam o Brasil em outros países – muito importante –, com os quais procuramos sempre ampliar as nossas relações, sejam culturais, econômicas ou sociais. Então, quero desejar, desde já, a todos, ao Embaixador que vai para a Belarus, o Líbano e o Vietnã.

É uma pena que, possivelmente, deveremos ir ao Vietnã, e o Embaixador ainda não esteja lá, porque ainda vai assumir. Mas é isso, no relatório do Vietnã que nós lemos aqui, eles destacam muito a importância dessa relação de amizade entre Brasil e Vietnã, e eu tenho tido a possibilidade de estar com certa frequência na Embaixada do Vietnã com alguns empresários, com alguns produtores, sobretudo de café.

Então, de fato, o Vietnã tem uma história, que é uma história conhecida no mundo inteiro, uma admiração do mundo inteiro, porque foi a sua gente, da forma mais simples, em um ambiente muito parecido com a minha região, que venceu o mais poderoso no momento de guerra. Então, a nossa geração já cresceu ouvindo muito essas histórias. E o Vietnã procura construir o seu próprio caminho.

Creio também, apenas para reforçar o que disse o Senador Suplicy, no que o Embaixador e os membros da embaixada nos questionam muito e querem cada vez mais aprofundar os conhecimentos acerca das políticas sociais de inclusão, esse é o objetivo maior. É um país pequeno, mas de uma população grande para o seu tamanho, muito grande. Então, acho que o Brasil tem muito ainda a trocar, muitas ideias a trocar, muitas experiências – daqui para lá e de lá para cá. Eu quero desejar ao senhor também e ao Vietnã todo o sucesso, assim como aos nossos queridos embaixadores, que, tenho certeza, não encontrarão tempos tão tranquilos, mas também nem tanto mar no Brasil, mas todos os desafios que vêm são bons desafios.

Eu acho que o que importa é que nesse mundo cada vez mais globalizado a gente possa estreitar nossas relações cada vez mais, e sempre dentro dessa ótica de buscar a cooperação. O Brasil não é visto como um país interventor, um país imperialista, é visto com muito respeito, e isso devemos à atitude da nossa diplomacia, que eu digo que não é desse Governo, não é do governo passado, é uma história que a gente já carrega conosco.

Então, cumprimento desejando a todos o sucesso.

Obrigada, Presidente Jarbas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Há oradores inscritos. Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu lamento não ter podido estar aqui desde o início da arguição dos embaixadores. Acho que os nossos convidados conhecem bem a dinâmica daqui da Casa, em que são várias reuniões de Comissões acontecendo ao mesmo tempo. Infelizmente nós não podemos... Acho que é um dos postulados de Euclides, se eu não me engano, que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço ao mesmo tempo.

Eu perdi inteiramente a exposição do Embaixador Kadri. Seguramente, ele já abordou um tema sobre o qual eu gostaria de ouvir alguma palavra, em relação às repercussões da crise da Síria na estabilidade política penosamente encontrada no Líbano.

Ao Embaixador no Vietnã, minha pergunta vai sobre as relações com a China. Seguramente, o senhor abordou antes de eu chegar como estão as relações hoje com esse país poderoso, com o qual o Vietnã teve, ao longo dos séculos, relações tempestuosas, para dizer o mínimo.

E, ao ouvir o Embaixador Pereira Pinto, faço uma indagação... Na verdade, é mais uma especulação, porque nós vemos várias repúblicas que se afastaram, que se desintegraram da antiga União Soviética, e que hoje vivem uma situação semelhante a esta que o senhor citou de Belarus: ao mesmo tempo, têm ligações profundas com a Rússia, com a antiga União Soviética, relações de tradição, religião, relações de semelhança de estruturas políticas; mas, por outro lado, há também a pressão, a tentação, às vezes até o interesse real de uma aproximação com a União Europeia.

A política ucraniana vive esse vai e vem. Belarus também. Vários países, como a Moldávia, a Geórgia, estão também pressionados, de um lado, pressão do Império Russo, e, de outro lado, as possibilidades que se abrem para integração com a União Europeia. Ou, pelo menos, o estreitamento das relações econômicas que poderão levar depois ao estreitamento das relações políticas.

Pergunto ao Sr. Embaixador: o senhor vislumbra algum tipo de estabilidade, possibilidade de criação de um bloco, de uma coordenação entre esses países que estão vivendo entre a cruz e a caldeirinha, para que eles pudessem conjuntamente adquirir forças para pesar na balança das relações entre a Rússia e a União Europeia?

Há uma coordenação de esforços entre esses países para constituírem, digamos assim, um contraponto entre essas duas pressões?

É mais uma especulação. Não sei se V. Exª tem elementos concretos para me responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE. *Fora do microfone*.) – ... a sabatina. E assim peço aos Senadores que não votaram que... O Senador Aloysio, que não votou...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Um minuto, Senador. O Senador Suplicy, o Senador Simon e Luiz Henrique.

V. Exª com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu não tive como chegar no horário, por um compromisso que me obrigou a chegar mais tarde. Eu era o Relator do Ilustre brasileiro que vai nos representar no Líbano. Peço desculpas a V. Exª.

Mas quero, ainda que atrasado, dizer que confio muito no trabalho de V. Exª. Acho que V. Exª desenvolverá um papel muito importante e muito significativo na hora em que estamos vivendo.

Eu sou descendente de libaneses. Meu pai e minha mãe vieram de lá. Lá já estive, convivi e tenho muito respeito e muita admiração pelos meus ascendentes.

O Líbano, na minha opinião, é uma terrível vítima da série de problemas e dificuldades, em termos de raça, de religião, de poderio econômico, de interesses internacionais de outros países que veem nisso que está acontecendo no Oriente Médio... até os fabricantes de arma veem potencial com gente que compra e com gente que aceita.

Eu consegui ouvir o Senador Suplicy falar na Primavera Árabe. Realmente, aquilo chamou a atenção, porque foi a primeira vez, no mundo, que a chamada manifestação popular por meio das redes sociais de comunicação... E é um fator importante hoje, na humanidade, pois, de certa forma, racha o monopólio da grande mídia.

Em muitos países ou em meia dúzia, como no Brasil, rádio, jornal e televisão controlam praticamente o pensamento, a vida intelectual e os acontecimentos.

Existe essa manifestação nova da mocidade através da mídia, formando pessoas que se comunicam pelo mundo afora. A primeira manifestação que impressionou ocorreu exatamente lá no Oriente, quando, inesperadamente, sem que ninguém imaginasse, sem luta, sem violência e sem morte, os jovens se manifestaram, foram às ruas e derrubaram uma ditadura com uma infinidade de tempo, ou seja, uma das mais antigas do mundo. É verdade que pensamos que era o início de algo que viria e se propagaria, mas, logo depois, a violência redobrou e está hoje mais presente do que nunca.

Eu vejo uma possibilidade nesse mundo em que estamos vivendo. Quando assisti ontem ao Presidente americano, que está no pior momento de sua credibilidade... Quando o Sr. Obama foi candidato, fui várias vezes à tribuna do Senado achando que era um fato novo, que alguma coisa de diferente estava acontecendo, não apenas por ele ser o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, mas também pelo seu discurso, pelas suas ideias, pela sua propagação, garantindo que ia terminar com o problema impressionante, num país moderno como os Estados Unidos, que é a questão das pessoas que não tinham fundo de saúde e viviam na miserabilidade, sem condição nenhuma. A sua plataforma era excepcional. No entanto, hoje vemos que ele está num índice de credibilidade inferior ao que o Bush tinha e hoje é uma pessoa praticamente ridicularizada por parte da sociedade. Pois esse homem assinou, junto o Presidente da Rússia, um acordo com relação ao meio ambiente, com relação aos cortes que ocorrerão no futuro, o que não deixa de ser uma questão importante e significativa nesse sentido.

Eu vejo isso com otimismo. É muito tênue, quase difícil ver aonde vai chegar. Mas, quando o Brasil senta à mesa com a China, com a Rússia, com a Índia e com a África do Sul, tentando criar um bloco que tenha algumas entidades, se considerarmos que somos um dos maiores países em extensão do mundo e em população, vejo essas iniciativas como um fato muito positivo e muito concreto.

Quando vejo o Papa, este novo Papa, por quem tenho um respeito e uma admiração muito profunda, acho que é um fato novo. Eu talvez seja um órfão na espera de alguém que possa... Confiei até na Presidente Dilma. Quando ela assumiu, eu fui à tribuna dizendo que ela demitiu o primeiro, o segundo e o terceiro ministro por corrupção. Eu achei que ela ia fazer, que ela seria realmente... Na verdade, ela não teve condições. Não é nem culpa dela. A culpa é nossa que não demos a ela uma base para que pudesse ter o mínimo de interferência. E deu naquilo que deu. Mas eu acho que este Papa realmente vai fazer algumas mudanças importantes na nossa Igreja. Na hora em que ele... Esse número de clérigos, inclusive bispos, abusando de crianças, se transformou num fato que era levado, empurrado com a barriga. Hoje, eles estão na cadeia e foram colocados na rua. Aquele banco do Vaticano, de que se falava tanto, com aqueles escândalos, ele cortou e resolveu as questões. Eu vejo que alguma coisa está se modificando dentro dessa realidade.

Creio que V. Exª vai para lá num momento realmente muito significativo.

Eu tenho dito – e aproveito para dizer a V. Exª – que vejo o problema do Oriente Médio com muita mágoa. Ali havia algo que era absolutamente justo e compreensível. Os israelitas tinham direito a ter o seu território, a sua pátria. E, exatamente quando terminou a grande guerra e as fronteiras praticamente desapareceram, Rússia, Estados Unidos e Inglaterra fizeram da maneira que quiseram. Inclusive, racharam a Alemanha ao meio, dividiram Berlim em duas cidades.

E eles criaram o Estado de Israel. E criaram bem, acho que foi correto. Mas a lei que criou o Estado de Israel criou a Palestina, que são os caras que estavam ali. Então, eles reconheceram um pedaço de Israel e um pedaço da Palestina. E instituíram o Estado de Israel, e até hoje não instituíram a Palestina. Então, vê-se essa luta toda, porque não sei quantos milhões que estavam há 500, 600, 800 mil anos morando naquela terra foram expulsos, e não tinham para onde ir.

E nós, o Líbano – nós, eu falo, no sentido patriota do meu pai – pagamos o preço. O Líbano era considerado um país como a Suíça: não tinha exército, era pacífico, os bancos tinham os créditos de todos os países árabes, inclusive alguns países da Europa. Pelo porto do Líbano escoavam as necessidades de toda a região. Beirute era considerada uma cidade fantástica, como diziam muitas pessoas, ela era uma Paris orientizada. a Paris do Oriente, porque tinha tudo que tinha Paris. Mas havia uma questão a mais: tudo do mundo oriental, tudo que havia no Oriente, também havia lá. Então, havia uma filial do Folies Bergère, a dança do ventre e tudo o mais. Era uma cidade fantástica!

E o que aconteceu? Terminaram com a Palestina, extinguiram. A ordem da ONU, a determinação da ONU era criar os dois – um pedaço da Palestina e um pedaço de Israel. Criaram Israel e botaram para a rua os palestinos. E 600 mil foram, no Líbano, um no colo do outro, ali para a fronteira, numa vila, acampados, sem coisa nenhuma, sem nada e ficaram ali. E aí, como é absolutamente natural, essas pessoas começaram a fazer rixa com os palestinos, como até hoje. Eu acho fantástico, luta entre os árabes e os judeus. Os árabes atiram bomba de foguete, molotovzinho para lá, e levam uma bomba de não sei quantos, que mata não sei quantos aqui. Então, a imprensa publica: "Os árabes lançaram duas bombas e uma pessoa perdeu, outra..." Aí vem uma bomba do outro lado, derruba um edifício e morrem não sei quantas pessoas.

Então, ali, esses 600 mil começaram a cutucar, começaram a provocar o Estado de Israel. E o Estado de Israel foi revidar. Só que, na hora de revidar, não revidou apenas ali, naquele pessoal – revidou foi de bomba mortal... Destruiu Beirute, uma cidade fantástica, espetacular foi destruída, desmanchada, desmoronada. E o mundo assistiu isso, como assiste isso com a maior tranquilidade. Quer dizer, a ONU não tem condições, se quisesse, de dizer: "Não, vamos estabelecer, a ordem é essa, a decisão foi essa, vai ter isso"?

Agora, é deliberado, na minha opinião. Quer dizer, as grandes nações não têm interesse em que haja entendimento e, por isso, não deixam aquilo que é absolutamente natural. Viva o Estado de Israel, tenha independência, que vá adiante, prospere, mas dê um pedaço de terra aos palestinos para que, eles estando ali, possam viver e não estejam se metendo a fazer as coisas que estão fazendo no mundo inteiro.

Então, diante dessa triste realidade é que eu pergunto a V. Exª: como V. Exª verá e poderá ver o que está acontecendo? Porque há uma coisa interessante acontecendo: agora não é mais o problema de luta de igreja, de fé, de não sei o quê. Agora é o terrorismo. Estão criando associações e é por isso que o americano está realmente mais preocupado que todo mundo. Essas associações estão no sentido de fazer terrorismo, de destruir, de causar guerra, causar luta e cada vez em política mais alucinatória. Lá mesmo, entre eles, sequestram 150 garotas para servir de programa, estão fazendo coisas que o céu é o limite.

Eu pediria a V. Exª, realmente, nesse sentido, o que eu vejo... Q

Quanto ao amigo do Vietnã, eu digo aqui, realmente, o que foi dito pelos meus colegas anteriores.

O Vietnã tem uma história! É o país que ganhou a guerra dos Estados Unidos. Nesse sentido, primeiro, lutou contra uma colonização que a França queria deixar pela vida inteira. Segundo, independente, racharam ao meio. E foi a guerra mais longa, mais cruel e mais absurda que os americanos fizeram. Ela foi tão grande que os próprios americanos, que são tão orgulhosos da ida dos soldados, das suas armas, para defender a "liberdade" – entre aspas – nessa guerra do Vietnã, a opinião interna era radicalmente contra. Realmente vejo hoje o Vietnã... São dois países que eu vejo com respeito, o Vietnã e a Coreia do Sul, que de repente estão crescendo, desenvolvendo, avançando e se transformando em países de indústria quase que de primeiro mundo.

Com relação à Belarus, eu vejo uma situação que até hoje considero interessante. Na festa dos 25 anos da queda do Muro de Berlim, estava como convidado especial o então Primeiro-Ministro da Rússia que, com a sua ação, com a sua maneira de ser, querendo diminuir o poderio do comunismo, querendo dar mais independência, quando ele viu, terminou com a União Soviética. E ele pagou um preço caro politicamente dentro do país. Foi candidato a presidente e teve 1% dos votos. Mas estava lá ele homenageado. Acho que foi uma homenagem justa. Essa é uma grande realidade.

Vejo ali uma coisa interessante. Com relação à guerra que está acontecendo ali do lado, são situações muito delicadas. Naquela província são todos russos. Então, ali, acho que é difícil de se fazer a distribuição de como é, de como não é. Alguém já falou que a Rússia deveria pensar em fazer uma espécie de, em vez de ser União das Repúblicas Soviéticas, aquelas repúblicas que se tornaram independentes, que são independentes, era um milagre e ao mesmo tempo um absurdo, elas todas unidas, igreja diferente, religião diferente, raça diferente, língua diferente, costume diferente, tudo diferente... Poderiam fazer como a Inglaterra até hoje tem, e parece mentira, a Austrália pertence à comunidade britânica, e a Rainha da Inglaterra é a grande autoridade. A Índia pertence à comunidade britânica, e a Rainha da Inglaterra é a grande autoridade. O Canadá pertence à comunidade britânica. Então eles poderiam fazer uma coisa nesse sentido de entendimento, que desse autonomia absoluta, mas parassem com essa questão de pensar num novo entendimento que acredito realmente nunca vai haver.

Peço desculpas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradecemos a intervenção de V. Exª, Senador Pedro Simon.

Para concluir a sabatina, com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Depois da aula do nosso querido Senador Simon, dos questionamentos de todos os Senadores que me antecederam, Senador Aloysio, Senadora Vanessa, Senador Luiz Henrique, Senador Suplicy, quero dizer que as questões todas relacionadas à crise da Síria, Oriente Médio, envolvendo os países também na Rússia... Vou me valer aqui do que o Senador Luiz Henrique fez defendendo a sua Santa Catarina em relação à Belarus, sobre a carne suína.

O Rio Grande do Sul também é um Estado exportador, não só em relação à carne suína. Eu pediria a todos os outros nossos Embaixadores do Vietnã, do Líbano e também da Belarus atenção especial. Claro, como sou Senadora do Rio Grande, tenho que defender os interesses do nosso Estado. Não só de todas as carnes, mas também de frutas, que exportamos para o Líbano, animais vivos exportamos para o Líbano, e ainda uma pauta enorme de manufaturados, para onde tiver possibilidade.

Não posso deixar de mencionar também o trabalho importante e relevante do Embaixador que vai servir à Belarus, Paulo Antonio Pereira Pinto, no episódio de grande repercussão no Rio Grande em relação à liberação do menino Iruan em Taiwan.

Pelo trabalho feito, então, parabéns, porque isso ficou na memória dos gaúchos pelo seu envolvimento, o que valorizou mais ainda o Itamaraty.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Encerrada a lista de inscrição dos Senadores que sabatinaram os Embaixadores e, nos termos da legislação, concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Ministro Marco Antonio Diniz Brandão.

Solicitando a todos os três Embaixadores que, de forma sucinta, possam responder às indagações dos Senadores e Senadoras presentes.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Muito obrigado, Presidente.

Gostaria de me referir, antes de mais nada, ao que perguntou o Senador Suplicy, os seus comentários sobre a paz no mundo.

Acho que ele próprio tem a receita, que é a justiça social, o entendimento entre as pessoas. Eu sou muito orgulhoso de ser membro de uma profissão que trabalha para isso. A diplomacia, no fundo, trabalha para

o diálogo, para o entendimento entre os homens. É este o caminho que acho que deve ser seguido em todos os foros, em todas as relações bilaterais: a procura da justiça, do entendimento, do diálogo, acho que esse é o caminho. Não há outro.

Sobre a questão da renda no Vietnã, acho que o Vietnã tem vários caminhos para a distribuição de renda. O principal deles é a geração de empregos. Não há qualquer dúvida de que o Vietnã tem procurado realizar investimentos, atrair investimentos externos para criar empregos. A criação de empregos é a preocupação básica e constante do governo vietnamita. E eles têm tido um grande sucesso nesse particular.

O crescimento do país demonstra que, a cada ano, as exportações, a produção interna cresce. Isso, evidentemente, absorve cada vez mais mão de obra e dá renda necessária para a saída dos níveis mais baixos de pobreza, elevação da renda, e também manutenção de uma renda mínima para quem precisa dessa renda mínima.

Há também caminhos de distribuição de renda mais direta. O Vietnã tem um controle de preços muito eficaz: preços de alimentos, preços de produtos básicos. Já que o Estado lá tem uma presença muito importante, eles conseguem fazer um mecanismo de controle de preços muito eficaz e que tem sido bastante exitoso.

O Brasil pode também contribuir com os nossos exemplos, o que nós fazemos em relação à distribuição de renda. E os vietnamitas têm-se mostrado muito interessados em conhecer a nossa experiência. Acho que é um caminho que devemos seguir.

Sei que o senhor passará também agora a ter uma presença internacional importante nessa área. Espero que o senhor possa ir ao Vietnã, enquanto eu estiver lá. O prazer será todo meu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Espero seguir sua sugestão.

Obrigado.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Obrigado, Senador.

O Senador Luiz Henrique falou sobre Ho Chi Minh.Ho Chi Minh é o último nome pelo qual o grande líder foi conhecido. Ele, na verdade, teve vários nomes. Adotou vários nomes. Nasceu com um nome e durante a sua vida toda...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dizem que esse nome era o nome de um mendigo. Ele tomou de um mendigo.

O SR. MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO – Possivelmente. Há várias histórias sobre Ho Chi Minh, que era um homem absolutamente extraordinário. Um dos grandes líderes da humanidade, um dos grandes homens que o século XIX, século XX produziram.

Há histórias de que ele teria vindo ao Brasil como tripulante de um navio cargueiro. Parece que esteve no Rio de Janeiro. Então, a figura histórica que ele representa no Vietnã, realmente é o pai da pátria, a figura principal. Deve-se lembrar que a antiga Saigon chama-se Ho Chi Minh. Da mesma forma como Washington adotou o nome do grande herói da independência americana.

Em todas as notas, o dinheiro vietnamita, têm impresso a figura de Ho Chi Minh. O seu mausoléu, em Hanói, é objeto de visitação popular constante. É uma figura realmente fundamental, acho que não só para o Vietnã, mas de importância fundamental para o mundo, pelo o que fez pelo seu país e pelo exemplo que deu de humildade, foi um homem muito humilde, mas, também, de grandeza da alma e de liderança.

Acho que foi isso o que ficou de Ho Chi Minh, um grande legado.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, as menções ao Vietnã, ao papel que o Brasil pode ter. Devo-lhe dizer que vou ao Vietnã por minha própria escolha, foi minha escolha, porque eu tenho uma grande admiração por este País também, e acho que é um País que tem com o Brasil possibilidades imensas de parceria, de cooperação, e eu creio que isso pode ser explorado por todos nós e deverá ser explorado por todos nós para o bem dos dois países, para o bem do mundo, na verdade.

Agradeço muito as suas palavras.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira falou da China. E de fato a história toda do Vietnã é uma história de confronto e amizade com a China. Desde o surgimento da Nação do Vietnã, há períodos intermitentes de independência da China e de integração ao espaço político chinês. E isto tem sido uma constante nos últimos dois mil anos, na verdade. E pouca gente sabe, ou é pouco lembrado, mas houve uma pequena guerra, Vietnã-China, em 1979, quando o Vietnã interveio no Camboja para depor o regime do Khmer Rouge, houve, no norte do Vietnã, uma invasão chinesa e uma guerra de dois meses que foi importante, bastante importante.

Hoje as tensões se concentram muito, digamos assim, nas iniciativas chinesas quanto ao Mar do Leste. O mar territorial, algumas ilhas, cuja soberania é disputada, não só com o Vietnã, mas com outros países da região também.

A China tem sido muito insistente, muito ativa nessa procura de colocar realmente a sua soberania sobre o Mar do Leste. E o Vietnã tem reagido, mas de uma maneira muito pragmática. Não se deve esquecer que a China é um grande parceiro do Vietnã, embora o Vietnã reaja de uma maneira bastante clara quanto às tenta-

tivas chinesas de impor a sua soberania ao Mar do Norte, ao mesmo tempo o Vietnã tem sido hábil o bastante para conduzir a questão de modo diplomático. E eu creio que eles terão sucesso porque é um povo muito pragmático e bastante hábil no que fazem.

O Senador Simon mencionou a guerra com os Estados Unidos, e é verdade. Foi uma vitória totalmente clara, realmente o Vietnã ganhou uma guerra, com meios muito inferiores do que dispunham os Estados Unidos, pela força do seu povo, pelo heroísmo do seu povo, pela vontade de se libertar. E é bastante notável o fato de que não há mágoa no Vietnã, o Vietnã não guardou mágoa. Eles, hoje, têm, nos Estados Unidos, um parceiro importante, cada vez mais. Desde a época do Presidente Clinton, houve uma aproximação consistente, hoje eles têm, com os Estados Unidos, uma posição de altivez, como sempre tiveram em relação a qualquer outro país, mas, também, procuram a cooperação, sem qualquer tipo de amargura ou de mágoa e, isto, é um sinal importante de como o país atua no mundo, na arena internacional.

A Senadora Ana Amélia falou das exportações do Rio Grande do Sul para o Vietnã. E eu, claro, acho que será objeto de grande atenção, eu acho, da embaixada, de minha parte, e eu sugeriria que se pudesse, de repente, fazer missões de entidades empresariais, exportadoras do Rio Grande do Sul, ao Vietnã e outros países da Ásia, que são importantes mercados, e, eu acho, que isso teria um grande efeito.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço ao Sr. Marco Antonio Diniz Brandão e concedo a palavra ao Embaixador Jorge Geraldo Kadri.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela pergunta que fez, uma pergunta de uma dimensão que, evidentemente, é da maior complexidade. Quantas pessoas ainda precisam morrer para que o bom senso prevaleça no Oriente Médio?

Antes de fazer os comentários, eu quero dizer que sou pessimista, infelizmente. Eu sou um homem essencialmente positivo, mas neste particular, eu devo dizer que a situação ainda perdurará por algum tempo. Eu não vejo luz no final dessa disputa, Sr. Senador Pedro Simon, infelizmente.

Bom, eu passo então a fazer os comentários. A região é extremamente conflituosa, por razões diversas, por interesses diversos; interesses comerciais (petróleo); interesses religiosos, históricos. A Palestina estava há dois mil anos vivendo em sua terra; Israel vivia antes também, por milhares de anos. Então é uma complexidade muito grande.

Há uma disputa xiita-sunita, religiosa, que remonta à morte do Profeta Maomé, que também não é o caso de entrar aqui, mas pode ser motivo de uma conferência, para entender que os xiitas ficaram, durante mais de mil anos, numa posição inferior e agora eles têm finalmente o momento histórico de assumir uma relevância maior na região. Então, esse também é o pano de fundo de uma disputa múltipla, de múltiplas facetas.

Muito bem. A ONU, a Liga Árabe, as lideranças regionais, que são conflitantes, os Estados Unidos e a Rússia, no plano geral, os parceiros internacionais, entre os quais o Brasil, todos estão, de uma maneira ou de outra, tentando fazer valer o bom senso, fazer valer o diálogo. Mas os interesses ainda são conflitantes, não comungam para uma mesma direção.

Foram responsáveis por isso também as potências coloniais. Inglaterra e França dividiram aquela região do Levante – Iraque, Síria, Jordânia, Palestina e Líbano – conforme seus interesses.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Tarefa do Lawrence, famoso.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – O Lawrence da Arábia, é. Foi, foi objeto desse filme famoso, Lawrence da Arábia.

E infelizmente os povos da região, que pensaram que iam ter uma independência completa, acabaram sendo divididos de maneira artificial. Então a Síria, até o século XIX, englobava a Palestina, a Jordânia, o que era a Fenícia, toda essa região. Com essa divisão colonial, o Líbano ficou de um tamanho diferente do que ele tinha. Agora, as tribos vivem nas fronteiras, são primos, irmãos, falam a mesma língua, mesmos costumes, mesma comida. Então, é muito complicado.

Nós temos essa divisão artificial, nós temos a presença de Israel, que é uma presença marcante, que vem, conforme falei na minha pequena exposição, complicar muito mais o cenário, porque Israel traz consigo os Estados Unidos, os Estados Unidos trazem a Rússia – isso no plano global. No plano regional, nós temos Irã e Síria apoiando o Hezbollah no Líbano, que é uma coisa importante.

Essa visão xiita tem se alastrado pelo levante e é forte. Nós temos a Turquia, também com interesse concreto, porque tem os curdos, que querem um Estado curdo, que tem uma parte que está na Síria, outra parte está no Iraque, outra parte está na Turquia. Então, são várias mãos que estão atuando nessa região, que é uma região importante, milenar, que tem muita riqueza e que tem Israel.

Então, isso tudo junto dá um panorama de difícil solução a curto prazo. A saída, se a gente pudesse dizer em duas palavras, seria tolerância e diálogo. E talvez, complementando, que Israel, enfim, os Estados Unidos aceitassem a resolução das Nações Unidas, de criação de dois Estados. Mas o que a gente vê hoje é um distanciamento desse compromisso. Os assentamentos aumentam cada vez mais, enfim, a dinâmica está indo no sentido da separação, e não do casamento de interesses.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O senhor permitiria um brevíssimo aparte, se o Presidente conceder? (*Pausa.*)

Pouco antes de eu visitar o Iraque, em 2008, li uma entrevista do técnico brasileiro da seleção de futebol do Iraque, que havia conseguido ganhar o campeonato de futebol da Ásia. E ele então disse: "Quando eu comecei a treinar o time, era muito difícil fazer os s xiitas passarem a bola para os sunitas e daí para os curdos, mas na hora em que eu consegui harmonizar o time, fomos campeões."

É uma imagem muito interessante de como justamente esse espírito do Brasil, que inclusive existe no futebol, de levar as pessoas a se confraternizarem, é algo muito relevante.

O SR. JORGE GERALDO KADRI – Muito obrigado, Sr. Senador Eduardo Suplicy. Apenas complementaria essa questão dizendo que, efetivamente, os cristãos, que desempenhavam uma espécie de fiel da balança, de procurar harmonizar os interesses, são cada vez menos. Hoje são apenas 30% da população. Então, o que até os anos 70 era possível, com os maronitas, os melquitas, etc., que tentavam de alguma maneira acomodar os interesses... Uma boa parte dessa população migrou, inclusive para o Brasil. Isso realmente faz falta. Essa tolerância, esse diálogo, estão fazendo falta na região, mas é de uma complexidade que todos aqui conhecemos.

Eu passarei, então, à segunda pergunta, do Senador Luiz Henrique. Eu agradeço muito a pergunta. É uma pergunta da maior simpatia. Eu tenho um orgulho e uma satisfação em respondê-la, porque os meus avós vieram de Zahle, os meus pais também, então eu sou de primeira geração de filhos de libaneses. Efetivamente, a ida de D. Pedro II criou um ambiente que perdura até hoje. Até hoje eu me encontro com embaixadores libaneses mundo afora – eu já servi em diversos lugares – e eles comentam: "D. Pedro II esteve lá". Isso foi marcante. O Brasil recebeu com braços abertos e, hoje em dia, entrando diretamente na pergunta do Sr. Senador Luiz Henrique: sim, no Líbano esse fato ainda é marcante, e é marcante em várias dimensões. Por exemplo, não se encontra – isso eu li em livros e notícias – uma família no Líbano que não tenha um parente no Brasil. Não há uma rua em qualquer cidade do Líbano, nas aldeias, que não tenha alguém que fale português do Brasil, que entenda um pouco do português do Brasil.

Então, o Brasil tem realmente um capital a explorar, e é uma coisa gratuita. Gratuita não, porque é história, mas é uma coisa natural. Eu sou um exemplo típico. Eu me sinto brasileiro, 100%, mas eu tenho que reconhecer que tenho uma origem libanesa, e isso me dá um orgulho muito grande, como o Senador Pedro Simon muito bem mencionou. Então, eu acho que esse aspecto histórico deve, sim, facilitar o meu trabalho, e muito, no Líbano. O Líbano, para mim, vai ser um desafio não apenas profissional, mas um desafio pessoal de reencontrar as minhas origens. Isso deve ajudar muito, Sr. Senador.

Eu quero agradecer a Senadora Vanessa Grazziotin pelas palavras gentis, pelos votos de sucesso; e ao Senador Aloysio Nunes, de São Paulo, minha terra.

A repercussão da crise síria no Líbano é, infelizmente, uma realidade. As forças políticas libanesas se reuniram em torno da mesa e aprovaram o Acordo de Baabda, que era um acordo entre as forças políticas para impedir o transbordamento da crise para o exterior, para as fronteiras do Líbano. Infelizmente, isso não foi possível e ficou muito claro que não seria possível a partir do momento em que o Hezbollah entrou no conflito sírio a favor do Assad, o Presidente sírio. A partir daí, os Hezbollahs, que são muçulmanos, passaram a combater e a matar centenas de milhares de sunitas muçulmanos. A partir daí, os sunitas libaneses passaram a questionar: "Afinal de contas, o Hezbollah veio aqui para ser resistência a Israel e, na verdade, está matando irmãos muçulmanos".

Essa complexidade faz parte de um daqueles itens que eu mencionei, complicação que não cessa de aumentar. Ao mesmo tempo, a existência do exército islâmico, que é um perigo para todo o Levante, chegou ao norte do Líbano.

Em Arsal, houve combates entre as forças libanesas, e 30 soldados e policiais libaneses foram presos e encontram-se sequestrados por esse grupo islâmico. Então, as hostilidades não cessaram; o Líbano é um país pacífico, ordeiro, não provoca crise, mas sofre as crises de uma região conflituosa, historicamente conflituosa.

O Brasil pode fazer, talvez, um grão de areia nesse contexto todo, ajudando os refugiados, participando da Unifil, enfim, fazendo um esforço de controle de danos, para que a coisa não seja ainda mais complexa.

Mas, infelizmente, essa é a realidade, e não vejo, em curto prazo, enquanto o conflito sírio não for resolvido de alguma maneira a contento, ou pela via diplomática, do diálogo, que acho a única possível, porque a via militar me parece, a essa altura, complicada, porque envolveria o Irã, outras forças, inclusive a Rússia... E não é

de interesse de ninguém, inclusive dos árabes, que o conflito se estenda e ainda cause mais do que as 200 mil mortes só na Síria, para não falar dos outros países.

Bem, Senador Pedro Simon, quero aproveitar para agradecer novamente a sua relatoria, as suas palavras gentis.

Eu respondi à sua pergunta com essa breve análise superficial da complexidade que vigora atualmente. Entendo que as Nações Unidas e a Liga Árabe têm responsabilidade primária para atuar – e de maneira firme – contra o terrorismo. Os demais países evidentemente... O Brasil apoia claramente a Palestina, apoia claramente o Líbano e tem se mostrado pela via do diálogo sempre. Essa é a posição do nosso Ministério, como os senhores todos sabem, mas o problema está colocado, e a solução não está ainda visível.

Outro aspecto que poderia detonar – vamos dizer assim – um processo de pacificação seria a Palestina e Israel assinarem um acordo de paz. Isso vai desarmar os espíritos e teria um efeito extraordinário na região. Mas também para esse conflito não se antevê uma solução em curto prazo.

Então, temos de continuar negociando, dialogando, que é o que a diplomacia faz, esperando que a tolerância, o bom senso, o diálogo venham a prevalecer.

Gostaria, finalmente, de agradecer à Senadora Ana Amélia as palavras de encorajamento e gentis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra, o Embaixador Paulo Antonio Pereira Pinto.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Muito obrigado, Senador.

Gostaria também de agradecer a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, principalmente pelo caráter prospectivo do que o senhor sugeriu. O senhor sugeriu que se especulasse a respeito da possibilidade de paz e justiça naquela parte da Europa.

Se fôssemos pensar em termos de passado, tenho a impressão de que o índice de mortalidade causado pelas guerras que se passaram ali... Na Segunda Guerra Mundial, os alemães, os nazistas causaram danos enormes na área da Belarus, e, no retorno, parece que foi pior ainda. Tenho até a impressão de que, nesse quesito de mortalidade, a Europa Central ainda dá de 7 a 1 nas demais áreas de conflito.

Mas é muito bom pensar prospectivamente, porque, conforme procurei explicar, conforme procurei expor na minha exposição, vejo no momento uma disputa entre dois modelos de governança naquela parte do mundo, na Europa: o modelo ocidental e aquele novo paradigma civilizacional, sugerido pelo Presidente Putin.

Então, eu agregaria... Acredito que, em termos especulativos, haveria uma possibilidade de paz e justiça, que dependeria do modo de governança que prevaleceria. Haveria um modelo de justiça, enfim, adotado pelo modelo de governança ocidental e um modelo de justiça adotado por esse novo paradigma civilizacional que o Presidente Putin pretende impor.

A questão de paz acho que é muito de percepção, na medida em que os países do Ocidente não ofendam a percepção de Moscou, de que, enfim, ao interferirem na política interna da Ucrânia, na crise do ano passado, eles criaram a expectativa de que acordos firmados em 1994 estavam sendo contrariados e que haveria um aumento da presença ocidental em países que, historicamente, estão sob a influência da Rússia.

E, também, uma questão de percepção do ocidente com relação ao que pretende a Rússia fazer, no momento, na Ucrânia.

A minha sugestão é a seguinte, tenho impressão de que o fator de estabilidade seria que cada um desses blocos desenvolvesse uma percepção de prosperidade – acho que isso é que estaria faltando. Se houver prosperidade no bloco de governança ocidental e prosperidade no bloco proposto pelo Presidente Putin, aí sim, caminharemos para uma situação de paz e justiça.

Muito obrigado.

Ao Senador Luiz Henrique, o primeiro quesito que foi reforçado pela Senadora... Sim, conforme eu expliquei na exposição, eu considero inadmissível que haja ainda o embargo de carnes bovina e suína, uma vez que o Brasil já apresentou aos organismos internacionais especializados todas as justificativas para que essas barreiras sejam levantadas.

Caso aprovado por V. Exªs, eu devo retornar ao Rio Grande do Sul, onde é o meu posto atual – continuo lotado na representação chefiada pela Embaixadora Leda – e teria, então, oportunidade de, com o credenciamento, após ter sido submetido à sabatina, procurar me informar mais sobre o que, realmente, está em jogo. Não sou especialista nesse assunto, mas posso lhe adiantar também que, no momento, há um adido agrícola na Embaixada do Brasil em Moscou.

Na medida em que esteja se fortalecendo essa área econômica euroasiática – a Belarus já faz parte dessa união aduaneira com a Rússia e o Cazaquistão, acredito que deveremos trabalhar em conjunto com esse adi-

do agrícola de Moscou, e eu, pessoalmente, devo procurar me informar mais e, lá chegando, exercer a pressão diplomática que me pareça cabível para conseguir a liberação da importação de carnes.

O senhor perguntou, também, a questão da proximidade da população russa residente na Belarus e da população de origem russa na Ucrânia. A resposta seria que, no momento, a Belarus já firmou um acordo sobre esse projeto euroasiático com a Rússia e com o Cazaquistão, o que significa que a população de origem russa...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não, o que eu queria lhe perguntar era o seguinte: eu não estou me referindo ao Estado, ao governo bielorrusso, que já estabeleceu o seu engajamento absoluto dentro dessa comunidade liderada pela Rússia.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Todos nós sabemos que a Rússia sempre teve a pretensão de ser uma grande protagonista mundial, uma grande potência mundial – foi assim no império dos czares, foi assim durante o regime soviético.

O que eu queria saber é se, no seio da população, há o anseio de um atrelamento à comunidade europeia, porque isso que motivou a questão da Crimeia e, também, da região de Donetsk, lá na Ucrânia.

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Eu gostaria de poder responder, ao mesmo tempo, a sua pergunta e a pergunta do Senador Aloysio, tentando colocar isso no contexto histórico.

Todos sabemos que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi consolidada na década de 1920. O projeto era que essas repúblicas se desenvolveriam com base na ideologia do comunismo e chegariam, em algum momento, a este mundo ideal do ditadura do proletariado em que todas essas repúblicas seriam poderes independentes iguais.

No meio do caminho, em 1991, desintegrou-se a União Soviética de uma maneira desastrosa. Então, acontece que essas repúblicas socialistas – como a Belarus, a Ucrânia, o Azerbaijão, a Armênia – já tinham, naquele momento, instituído certos poderes constituídos com lideranças firmadas, e, de repente, viram-se num vácuo.

Enfim, automaticamente continuaram raciocinando no mundo em termos bipolarizados. Se antes o conflito era entre o Ocidente e a União Soviética, agora passaram a imaginar: "Bom, temos a opção de aderir ao Ocidente ou de permanecer mais agregados, digamos assim, à Rússia."

A Bielorrússia tomou a iniciativa de automaticamente... Foi o único país que não se "desestalinizou". Permanece até hoje um regime centralmente planificado.

Então, em parte, a resposta à sua pergunta é: acho que não existe na Bielorrússia uma consulta popular que pudesse dimensionar esse índice de satisfação. Cabe lembrar que o czar era considerado o czar de todas as Rússias: a grande Rússia, que é a Rússia; a pequena Rússia, que era a Ucrânia; e Belarus.

Enfim, novamente os outros países acharam que, assim como aconteceu com a independência dos países africanos e do sudeste asiático na década de 60, em que era fácil optar pelo regime capitalista ou regime comunista e uma grande potência se aliava a eles, no caso dessa república, ex-república soviética, se defrontaram com uma situação muito diferente. Enfim, para se juntarem ao modelo de governança ocidental, era necessária uma série de coisas: liberdade de imprensa, um certo nível de respeito aos direitos humanos, proteção ao clima, coisas que eles começaram a reconsiderar.

Então, no momento, a avaliação que alguns setores fazem é que, na verdade, para grande parte das lideranças – e aí temos que novamente concordar que esse modelo de governança, esse novo paradigma civilizacional proposto pelo Presidente Putin não sugere muita consulta pessoal –, haveria, na verdade, uma tendência a aderir, sim, a esse bloco euroasiátio.

Então é essa a visão que eu tenho no momento, já tendo servido como Embaixador em Baku, no Azerbaijão, que também era uma ex-república soviética, e tendo me debruçado sobre esses estudos há algum tempo. É com essa percepção que eu, aprovado por V. Exª, pretendo chegar e, aí, sim, procurar acompanhar. Deve ser um posto de observação interessantíssimo, porque pode ir para um lado ou para o outro. E isso muito interessa em extensão internacional brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ANTONIO PEREIRA PINTO – Não. Eu acho que nem é uma terceira via. É uma proposta que o Presidente Putin faz do que ele chama de um novo paradigma civilizacional. É uma ponte entre o Ocidente e a Ásia, com forma de governança muito própria.

Agora, e se der certo? Enfim, é importante uma extensão internacional brasileira pensar nisso. Daí, com a Bielorrússia já estando integrando esse bloco euroasiático, tanto do ponto de vista comercial, muita coisa poderá ser trabalhada lá, enfim....

Agora, me parece que o tema maior justamente é a questão de novas formas de governança planetárias. O que significa para nós? Quer dizer: alguns anos atrás, eram os partidos de esquerda da Europa ocidental que se aliavam a Moscou. Hoje são os partidos de direita que se aliam a Moscou.

Então, é um mundo realmente extremamente fascinante. E é muito difícil dar respostas de imediato. Esperamos que o encontro do Presidente Obama com o Presidente Putin agora, na Austrália, resulte em algum progresso nesse sentido.

Mas vejo com satisfação que, pelo menos, não há grandes ameaças de mortalidade naquela parte do mundo. Haverá conflitos, sim. E me parece que Moscou pretende desestabilizar a área em proveito de seus interesses nacionais. Enfim, não há o que questionar com relação a isso até que se chegue a um equilíbrio. E, acredito, voltando à pergunta do Senador Suplicy, que haja realmente prosperidade. Na medida em que houver prosperidade no mundo, haverá esse equilíbrio. Como chegar lá eu realmente não saberia.

Agradeço à Senadora Vanessa pelo incentivo. Agradeço muito à Senadora Ana Amélia pela referência ao caso Iruan, quando eu consegui, depois de três anos de batalha judicial, trazer o doce neto ao Salgado Filho. Completou dez anos agora, em 2014. O fato foi também lembrado na imprensa do Rio Grande do Sul. Agradeço também ao Senador Pedro Simon.

Talvez eu tenha respondido também à sua indagação. Quer dizer, foi o ex-Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, o Gorbachev, que esteve presente nessas comemorações dos 25 anos, enfim.

A expressão, em que procurei dar o meu entendimento, foi essa que transmiti aqui: houve uma desintegração desorganizada da União Soviética, e, até hoje, estão tendo de pagar um preço muito grande. Esperamos que eles se estabeleçam com um método de governança ou outro e que haja prosperidade, paz e justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço aos Srs. Embaixadores.

Encerrada a fase de sabatina, de acordo com a legislação vigente, a reunião da Comissão, a partir de agora, será transformada em secreta.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 03 minutos e é reaberta às 12 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – A reunião está reaberta.

A Presidência comunica a deliberação dos Embaixadores.

. Embaixador Jorge Geraldo Kadri, indicado para a República Libanesa;
. Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, indicado para a República Socialista do Vietnã; e
. Embaixador, conterrâneo, Paulo Antonio Pereira Pinto, indicado para a República de Belarus.

Cumprimento os Embaixadores e desejo êxito à frente das Embaixadas.

Os Srs. Embaixadores estão autorizados a se retirarem, para darmos seguimento à reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sucesso para todos!

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Assim como o Senador Luiz Henrique solicitou a V. Exª, que, com muita gentileza, aquiesceu fazer a leitura do relatório do indicado, e gostaria também que V. Exª incluísse extrapauta... Eu tenho uma relatoria da Embaixada da Polônia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu vou fazer isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E também uma matéria que tem interesse, das Forças Armadas, sobre o direito das mulheres militares à licença gestante.

Então, agradeço a V. Exª e agradeço o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Faremos isso tranquilamente.

O item 4 da pauta é um requerimento do Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão, para o Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Propõe a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o objeto que já deixei claro.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Para o "Colóquio Internacional sobre os Objetivos

do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)" recomendamos a presença dos seguintes convidados com a subsequente agenda:

Abertura:

• Ministra Izabella Teixeira (Ministério do Meio Ambiente);

• Antônio César Bochenek (Presidente da Associação dos Juízes Federais);

• Denise Hamú (Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil).

Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental:

• Embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho (Chefe da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores);

• Ministro Antonio Herman Benjamin (Ministro do Superior Tribunal de Justiça);

• Ben Boer (Professor da University of Sidney Law School – Austrália e Wuhan University – China).

Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação:

• Peter Burdon (Professor da Adelaide Law School – Austrália). Tema: Ética e ODSs;

• Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional – Estados Unidos). Tema: Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs;

• Owen McIntyre (Professor da Faculdade de Direito da University College Cork – Irlanda). Tema: Água e ODSs;

• Carl Bruch (Pesquisador do Environmental Law Institute – Washington DC). Tema: ODSs em Regiões Pós-Conflito;

• Karl Rabago (Professor da Pace University – Nova York). Tema: ODSs e Energia;

• Timo Koivurova (Professor da University of Lapland – Finlândia). Tema: ODSs, Mudanças Climáticas e Direitos Humanos;

• Ian Hannam (Pesquisador – Austrália). Tema: Degradação do Solo, Desertificação e ODSs;

• Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental). Tema: ODSs e a Implementação Legal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento aprovado, além da autoria do Senador Ricardo Ferraço, tem também a assinatura do Vice-Presidente, que a subscreveu.

Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja convidado o Sr. DIEGO ALFREDO MOLERO BELLAVIA, Embaixador da Venezuela no Brasil, para que apresente, perante os membros desta Comissão, os devidos esclarecimentos sobre o acordo assinado entre o Movimento dos Sem Terra e o Governo da Venezuela para troca de experiências entre a entidade e o país vizinho na área de agroecologia.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em discussão o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que há uma retificação, porque o Embaixador atual voltou para a Venezuela. Então, o convite seria feito ao encarregado de negócios atual, Sr. Reinaldo Segovia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Espero que a Secretaria tenha anotado a sua observação, Senador Aloysio Nunes.

E quero parabenizá-lo pela oportunidade de fazer esse requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

Queria fazer uma sugestão, porque, como é um acordo feito entre o Governo da Venezuela, salvo engano, e o MST, quem sabe possa ser convidado um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile para, assim, haver o esclarecimento pelas duas partes.

É a sugestão que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Suplicy.

Eu creio que se poderia até, numa outra oportunidade, ouvir alguém em nome desse movimento, mas creio que não seria de bom tom ter o embaixador de um país e o representante de um movimento que não tem nem existência legal, porque ninguém soube quando João Pedro Stédile foi eleito coordenador do MST.

Acho que em outra oportunidade não tem nenhum...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O MST não tem uma presidência, tem uma coordenação nacional. Dentre os coordenadores, estão João Pedro Stédile e Gilmar Mauro. São os dois principais coordenadores. Então...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O senhor há de convir que existe aí uma questão de *status* que me parece um pouco constrangedora...

A proposta do Senador Aloysio Nunes é para que seja feita em momentos distintos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Em momentos distintos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem, então.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu concordo plenamente. Acho que tem todo sentido ouvir as duas partes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não havendo oportunidade, em outra, ouviremos o MST.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Exª faz um requerimento, e...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6 da pauta:

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, trata-se de proposta da Presidência da República, indicando o Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Itamaraty, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Finlândia.

Meu parecer foi distribuído em avulso e é de conhecimento de todos os Srs. e as Srªs Senadoras.

Trata-se de diplomata experiente, que já ocupou vários cargos relevantes e de uma função muito importante para o Brasil, como a de embaixador na Finlândia.

Por isso, meu parecer é, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo mais quem queira discutir, é concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu tenho um similar e gostaria de fazer a leitura agora. É a indicação de um embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Eu vou pela ordem.

V. Exª tem necessidade de sair? Tem? (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu também tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – É extrapauta.

Mensagem Presidencial encaminhando o nome do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Jordânia.

O Senador Pedro Simon está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – A Casa é chamada a opinar sobre indicação do Sr. Francisco Carlos Soares Luz, Ministro de Primeira Classe, para a Jordânia.

S. Exª já serviu em diversas embaixadas, foi embaixador do Brasil em Buenos Aires, foi embaixador do Brasil em Havana, em Washington, em Pretória, capital executiva da África do Sul, em Maputo, capital de Moçambique, em Harare, capital de Zimbábue, e é uma pessoa da maior competência, da maior capacidade, e é com grande respeito que eu opino a favor de S. Exª para ocupar a Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

Encerrada a leitura do parecer, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41.

Há outro item extrapauta.

Dispõe sobre a licença gestante e à adotante as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e as licenças-paternidade no âmbito das Forças Armadas.

É de autoria da Presidência da República.

A relatoria coube à Senadora Ana Amélia, que tem relatório pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Jarbas Vasconcelos, eu lhe agradeço pela inclusão extrapauta.

Esta matéria é relevante do ponto de vista social porque pretende inovar o ordenamento jurídico para garantir aos militares tratamento não disciplinado pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que é o Estatuto dos Militares, porém já previsto para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e para os servidores públicos, regidos pela lei adequada.

O tema é tratado respectivamente em vários artigos desses diplomas legais.

Na verdade, a questão trata de restabelecer às mulheres e aos pais militares direitos dos servidores civis.

O parecer do Senador Humberto Costa resume tudo e resume também o meu voto.

Ele destaca um trecho dizendo que: "É comum associar a carreira militar a sacrifícios esperando-se desses servidores que enfrentem quaisquer dificuldades com estoicismo e abnegação."

São valores tradicionalmente associados à carreira militar, que pretendem conferir dignidade e honra a essas pessoas, mas não podem, perversamente, fundamentar a negação de seus direitos fundamentais. Não há sentido nem, salientamos, necessidade de recusar aos militares um direito social básico como a licença à gestante e a licença paternidade, que beneficiam tanto os pais e mães quanto os seus filhos e, conjuntamente, as famílias que eles constituem.

Assim, reafirmamos que o PLC nº 22, de 2013, por todos os motivos já expostos, é meritório, uma vez que prevê a consagração e a institucionalização de dispositivos concernentes a direitos fundamentais previstos pelo legislador constitucional, mas que, até então, não haviam sido incorporados ao ordenamento jurídico pátrio exclusivamente no caso dos integrantes das Forças Armadas.

Portanto, o voto é pela aprovação do PLC nº 22, de 2013, com o devido merecimento desse reconhecimento, de iniciativa da Presidência da República, ao estender aos pais militares – mães gestantes e pais – o direito às licenças.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não havendo quem queira discutir a matéria, eu encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Ainda com a palavra a Senadora Ana Amélia, para relatar a Mensagem da Presidência da República que encaminha o nome do Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni.

Item 9:

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: OS integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, farei uma única referência, porque é de conhecimento público e distribuído o currículo do Embaixador.

Ele nasceu em Bauru, São Paulo, em 15 de abril de 1956, e tem uma carreira diplomática bastante rica. Serviu em missões em vários países e irá servir na Polônia, País que tem com o Brasil relação muito intensa e também uma história riquíssima, que nos lembra os seis milhões de poloneses que morreram pela invasão das tropas nazistas e soviéticas no final da Segunda Guerra.

Também lembramos do fato de que tivemos com a Polônia a chamada crise das polonetas, que foi aquele momento já superado em 2001. E isso está plenamente resolvido.

A Polônia hoje tem uma relação de comércio com o Brasil de US$1,2 bilhão. O Brasil é deficitário. Mas eu faço questão, Senador Jarbas, de citar, porque o principal produto exportado para a Polônia é do meu Estado, o fumo. Então, o fumo é exportado para a Polônia, bem como minério, açúcar e café. E importamos os manufaturados. Partes de aparelhos e vários equipamentos também importamos da Polônia.

E digo-lhe também que no Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon, está a mais polonesa das cidades brasileiras, chama-se Guarani das Missões. E a maior parte dos prefeitos dessa cidadezinha lá na Região das Missões, que tem nove mil habitantes, ultimamente é descendente de poloneses. Então, a cidade de Guarani das Missões é a mais polonesa das cidades brasileiras.

O Ciência sem Fronteiras também está na Polônia. Outras cidades gaúchas também sofrem grande influência de poloneses: Ijuí, Camaquã. Mas Guarani das Missões é que tem a maior influência.

Então, o meu voto é favorável à indicação do Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni para ser o Embaixador do Brasil na Polônia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva.

Com a palavra o Senador Antonio Aureliano, para relatar as duas últimas matérias, itens 10 e 11.

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 905, de 2014
– Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 21 de novembro, para participar de evento na Câmara Americana de Comércio, em Washington D.C, nos Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do país no mesmo período.
Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Antonio Aureliano
Relatório: Pela aprovação do Requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano para relatar a matéria.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, meu relatório é favorável ao Requerimento nº 905, que autoriza o Senador Humberto Costa a representar o Brasil nos Estados Unidos, em Washington, no período de 17 a 21 de novembro de 2014.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O parecer do Senador Antonio Aureliano é pela aprovação da matéria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

A última matéria, item 11:

MENSAGEM Nº 69, DE 2014

Encaminha ao Senado Federal o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.
Autoria: Presidente da República.
Relator ad hoc: *Senador Antonio Aureliano.*
Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, a minha relatoria *ad hoc* é pela aprovação do Sr. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, que vai representar o Brasil como Embaixador na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia, dois países onde não temos presença de nenhum brasileiro, nem na Somália nem na Eritreia, mas vai ser de extrema importância buscarmos uma relação e estreitar essa relação e procurar ter uma relação mais efetiva com esses dois países. Evidentemente que, com a República Árabe do Egito, temos já uma relação comercial e o Sr. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral está habilitado para representar.

O meu voto como *ad hoc* é favorável, aprovando-o.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Agradeço ao Senador Antonio Aureliano o fato de ter feito uma relatoria *ad hoc* da matéria, que é importante.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da aludida matéria.

Por último, item 12, extrapauta:

ITEM 12

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Collor
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Como o Relator, Senador Fernando Collor, não se encontra presente, a Presidência designa a Senadora Ana Amélia para fazer a relatoria ad hoc.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o indicado, Eduardo Carvalho, diplomata de carreira, é de Blumenau, Santa Catarina, e tem uma carreira muito relevante na diplomacia brasileira. O relatório que fala das atividades exercidas pelo indicado pela Presidência da República é do conhecimento de todos.

Registro apenas um detalhe relevante das relações bilaterais Brasil-Namíbia, de que é bem pequena a relação comercial de chegar a um superávit, em favor do Brasil, de US$23 milhões no ano de 2013. Os produtos que nós mais vendemos, no caso da Namíbia, ao contrário da Polônia, são manufaturados, e as empresas brasileiras que estão na Namíbia, já que esse país é muito rico em reservas de diamantes e também na área mineral, são especialmente do setor de energia, em razão dessas reservas de gás e petróleo e da construção civil também. Então, as empreiteiras brasileiras estão lá presentes.

Fica o voto consignado de apoio à indicação do Embaixador Eduardo Carvalho para Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Esse é o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Voto expedido pela Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc e* o nosso amigo e Embaixador Eduardo Carvalho, que se encontra, inclusive presente.

Feito esse registro, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, do Senado Federal.

Não havendo mais matéria em pauta, declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência Eventual do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Fernando Collor, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da **PAUTA:** Deliberação de Emendas ao PLDO 2015. Reunião destinada à deliberação das emendas–CRE ao Projeto de Lei nº 03/2014-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei orçamentária de 2015 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu Relatório. Resultam aprovadas as seguintes Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: **Emenda nº 1** 20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior, meta: 800; **Emenda nº 2** 14T4 – Aquisição de Blindados Guarani, meta: 16; e **Emenda nº 3** 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, meta: 2. Aprovadas também as Emendas ao Anexo III do texto do PLDO referentes às propostas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 26, 43, 44, 45 e 46. Essas propostas ressalvam do contingenciamento: **Emenda nº 4**, Aditiva, Item 62, Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte; **Emenda nº 5**, Aditiva, Item 62, Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre; **Emenda nº 6**, Aditiva, Item 62, Despesas com Parcerias Público-Privadas; e **Emenda nº 7**, Aditiva, Item 62, Participação Brasileira em Missões de Paz. **Resultado:** Aprovado. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e dezessete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão apresentadas ao Projeto de Lei nº 03, de 2014-CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências. Relator das emendas na CRE: Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Relator Flexa Ribeiro, para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro quero agradecer ao Presidente pela indicação para que eu pudesse relatar as emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No prazo estabelecido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foram apresentadas 58 propostas de emenda ao Projeto de Lei (PLN) nº 3, de 2014-CN, (PLDO 2015), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências".

Dentre as propostas apresentadas, 43 buscam incluir ações no Anexo de Metas e Prioridades e 15 referem-se ao texto do projeto, especificamente ao Anexo III – Despensas que não serão objeto de limitação de empenho.

O parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar até três emendas destinadas à criação do Anexo de Metas e Prioridades. O Referido Parecer Preliminar estabelece, ainda, que não há limite ao número de emendas apresentadas ao texto.

As 43 propostas de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apontam para 14 ações distintas, voltadas para o Ministério da Defesa e para o Ministério das Relações Exteriores. Diante do fato de que esta Comissão poderá apresentar apenas três emendas, decidimos priorizar as ações com base no maior número de propostas coincidentes e na maximização na quantidade de Parlamentares contemplados, sem deixar de levar em consideração as prioridades dos órgãos beneficiados. Dessa forma, submetemos a esta Comissão a apresentação de emendas que incluam no Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2015 as ações "14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron)"; "14T4 – Aquisição de Blindados Guarani", (ambas relacionadas ao Comando do Exército), e "20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior" (ação do Ministério das Relações Exteriores).

Procuramos acatar, ainda, todas as propostas dirigidas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, uma vez que, de acordo com o parecer preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto e por considerarmos todas meritórias. Essas emendas são dirigidas ao Anexo III do PLDO e pretendem proteger as ações por elas indicadas do contingenciamento.

Em conclusão, registramos que foram acatadas as seguintes propostas de emendas separadas por setor:

a) Senadora Ana Amélia: propostas 7, 8, 9 e 11;
b) Senador Cristovam Buarque: propostas 36, 39 e 41;
c) Senador Cyro Miranda: propostas 19, 20, 22 e 26;
d) Senador Flexa Ribeiro: propostas 1, 2, 3, 4 e 5;
e) Senador Francisco Dornelles: proposta 56;
f) Senadora Lídice da Mata: propostas 43, 44, 45, 46, 49, 50 e 52;
g) Senador Mozarildo Cavalcanti: propostas 12,13 e 16;
h) Senador Ricardo Ferraço: proposta 58; e
I) Senador Romero Jucá: proposta 29.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Desculpe, Presidente, tenho que ler as emendas de texto:

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação das seguintes emendas:

1. Ao anexo de Metas e Prioridades
1.1. 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron;
1.2. 14T4 – Aquisição de Blindados Guarani; e
1.3. 20WY – Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior.

2. Ao anexo III do texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, as referentes às propostas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 26, 43, 44, 45 e 46. Essas propostas ressalvam do contingenciamento:
2.1. Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte;
2.2. Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre;
2.3. Despesas com Parcerias Público Privadas; e
2.4. Participação Brasileira em Missões de Paz.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o mesmo relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização.

E em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e aprovação desta reunião para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento Público Fiscalização e Controle, juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está encerrada a presente reunião, que se seguirá de uma outra para sabatina de Srs. Embaixadores.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, APÓS A 26ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senador Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Pedro Simon, Antonio Aureliano, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Cícero Lucena e Kaká Andrade. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente tece considerações a respeito do Relatório resultado da missão da Comissão Temporária Externa objeto do RRE nº 38/2013. Fica aprovado o encaminhamento desse Relatório ao Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM** 1 – MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM** 2 – MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM** 3 – MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia." É devolvida a relatoria ad hoc da Senadora Ana Amélia ao anterior Relator, Senador Fernando Collor. Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM** 4 – MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Se-

nhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia." É devolvida a relatoria ad hoc do Senador Antonio Aureliano ao anterior Relator, Senador Cyro Miranda. Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Alfredo Cesar Martinho Leoni, Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, Eduardo Carvalho e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Jorge Viana, o Senador Fernando Collor, o Senador Aníbal Diniz e o Senador José Agripino. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. EXTRAPAUTA: **ITEM** 8 – MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 1006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Haiti." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e três minutos. Atua como secretário o Senador Pedro Simon e como escrutinadores os Senadores José Agripino e Jorge Viana. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. **ITEM** 5 – MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal." É designado Relator ad hoc o Senador Aníbal Diniz, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Às doze horas e dois minutos assume a presidência desta reunião o Senador Anibal Diniz. E às doze horas e seis minutos reassume-a o Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM** 6 – MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, que profere o relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. **ITEM** 7 – MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica." É designado Relator ad hoc o Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores.

Antes de passarmos aos itens da pauta, eu quero submeter à apreciação e votação dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras o relatório da Missão da Comissão de Relações Exteriores que esteve na fronteira do Brasil com a Venezuela, no Estado de Roraima, para verificar *in loco* a situação que acarretou o acordo feito após décadas de edificações, de obras públicas e residenciais privadas e que, realmente, está causando um transtorno muito grande àquela cidade fronteira com a Venezuela. E nós terminamos, portanto, o relatório, depois de buscarmos nos documentar bastante, apesar de não termos tido a colaboração formal nem do Prefeito da capital, porque não mandou as informações que nós pedimos, como também do Presidente da Câmara. Mas temos um relatório técnico do Ministério do Exército Brasileiro, o Ministério da Defesa, em que essas lacunas são supridas. É um relatório feito *in loco*, inclusive, com mapa etc.

Então, quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores e colocar em votação, já que essa medida precisa ser encaminhada ao Plenário.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório será encaminhado ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para ser lido no plenário, em cumprimento às normas regimentais.

Voltando à pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 62, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art.39, combinado com o art.41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução *nº 41, de 2013-SF.*

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO CARVALHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, na República Federal da Somália e no Estado da Eritreia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1 – Em 13/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A Relatora *ad hoc* do item 3 é a Senadora Ana Amélia e o *R*elator *ad hoc* do item 4 é o Senador Antonio Aureliano.

Convido para que tomem assento à Mesa: o Embaixador Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para a República da Polônia; o Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, indicado para a República da Finlândia; o Embaixador Eduardo Carvalho, indicado para a República da Namíbia; e o Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, indicado para a República Árabe do Egito e, cumulativamente, para a República Federal da Somália e Estado da Eritreia.

Informo aos Srs. Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição será de dez minutos, com tolerância suficiente para ouvi-los pelo tempo cabível.

Declaro aberto o processo de votação.

Antes, concedo a palavra ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI – Bom dia.

Exmo Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Exmos Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, primeiramente agradeço pelo honroso convite de falar sobre a Polônia, país para o qual tive a honra de ser designado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República para exercer as funções de Embaixador do Brasil, funções estas que exercerei se aprovado por V. Exªs.

A Polônia é um país muito antigo e com uma história muito variada, rica e atribulada. Mas de tudo o que se lê sobre a Polônia, não há dúvida de que um elemento sobressai, que é a determinação do povo polonês e a sua capacidade de superação.

Como V. Exªs sabem, durante todo o séc. XIX a Polônia esteve sem território. Ela teve seu território, por mais de cem anos, retirado por três potências europeias, recuperou seu território logo depois da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e logo depois foi invadida e destruída pela Alemanha nazista. Em seguida, teve 45 anos de dominação da União Soviética. Só em 1989 que a Polônia recuperou a plenitude de sua soberania.

Isso tudo mostra o quão determinados os poloneses são e explica porque hoje a Polônia, no meio de uma Europa marcada pela crise econômica, com muitos países em recessão ou à beira da recessão, é o país que mais cresce na Europa e um dos países que mais crescem no mundo.

E justamente por essa vertente de êxito econômico, se V. Exªs me brindarem com a aprovação, eu pretendo pautar a minha atuação, como futuro Embaixador do Brasil em Varsóvia, em três pontos principais.

O primeiro na dinamização do comércio. O Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, o mais importante parceiro comercial da Polônia na América Latina, mas os números não são muito expressivos e precisam ser aumentados. E para isso, nós precisamos dinamizar as relações comerciais, naturalmente.

Nós temos hoje uma balança comercial de US$1,4 bilhão, sendo que US$900 milhões são exportações brasileiras e US$500 milhões são importações. A balança é superavitária para nós em US$400 milhões.

O segundo ponto de que eu gostaria de tirar muito proveito na minha atuação à frente da Embaixada é o trunfo de o Brasil contar com uma expressiva comunidade de descendentes de poloneses. Existem, no Brasil, mas de 1,8 milhão de descendentes de poloneses, sobretudo nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e acho que isso é um elemento importantíssimo para desenvolver as relações bilaterais.

O terceiro ponto que eu considero muito importante é salientar a importância da Polônia como posto de observação política. Naturalmente, a localização geográfica da Polônia é estratégica, porque está exatamente no limite entre o Oeste e o Leste, e a sua vizinhança com a Ucrânia, que como sabemos é um país que passa por uma das piores crises do cenário internacional.

Com esses pontos eu concluo minha breve exposição e estou à disposição de V. Exªs para esclarecimentos adicionais e tratar de pontos adicionais na seção de perguntas e respostas.

Reitero meu agradecimento a V. Exª, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo, neste instante, a palavra ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Bom dia.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; senhores membros da Comissão, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Exª e por seu intermédio aos demais membros da Comissão pela oportunidade que me é dada, juntamente com os meus colegas, de nos apresentarmos e de falarmos da missão que nos foi oferecida, num processo que eu considero central para a legitimidade do trabalho diplomático no exterior.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer ao Sr. Ministro de Estado, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, por ter submetido o meu nome à Senhora Presidente da República e, sobretudo, à Senhora Presidente da República pela decisão de levar meu nome a esta Casa do Parlamento brasileiro, para seu exame e eventual aprovação.

Caso venha a ser aprovado por esta Comissão e, posteriormente, referendado pelo Plenário do Senado Federal, eu creio que serei confrontado, na Finlândia, com uma missão muito diferente, talvez de natureza muito diferente daquela na qual eu ora me encontro na Jamaica.

Eu tenho ainda lembrança, Sr. Presidente, da sabatina, há quatro anos, para a Jamaica e tenho a satisfação de indicar a V. Exª e aos membros da Comissão que tentei, na medida do possível, atender a algumas das recomendações que V. Exªs fizeram na ocasião, entre as quais o interesse que havia sido manifestado de que a Jamaica abrisse uma embaixada residente em Brasília, o que, para minha grande alegria e alegria do Governo brasileiro, ocorreu, efetivamente, há dois anos, com a primeira embaixadora residente da Jamaica aqui, a Embaixadora Alison Stone Roofe.

A Finlândia, certamente, não apenas pela geografia e pelo clima, é um país que apresenta para o Brasil, e certamente para o embaixador brasileiro que para lá vier a ser designado, um desafio, certamente, de outra natureza. É um país de altos índices de desenvolvimento, um país com uma sólida política social, um país que alcançou, em 2013, a 24ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, o que reflete, talvez em parte, o grau de desenvolvimento e, sobretudo, o grau de desenvolvimento social, o grau de desenvolvimento do cidadão que o país atingiu.

À semelhança da Polônia, o Brasil é o principal parceiro comercial da Finlândia e, certamente, o principal destino dos investimentos finlandeses na América Latina. Todas as grandes empresas finlandesas estão presentes no Brasil, com fábricas e instalações, gerando, aproximadamente, 25 mil empregos diretos. Apenas uma das grandes empresas finlandesas não está, que é a Kone, e creio que, de alguma maneira, isso reflete o interesse que um país nórdico da Comunidade Europeia, com as suas relações centradas no seu entorno, tem pelo Brasil, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto visto político.

Caso venha a receber o acordo de V. Exªs, tenciono continuar a perseguir aqueles que têm sido os três objetivos prioritários do Brasil nas suas relações com a Finlândia desde a visita do primeiro ministro finlandês aqui, há um ano e meio, em que ele e a Senhora Presidente da República definiram quatro grandes áreas de concentração das relações bilaterais.

A primeira, evidentemente, é comércio e investimentos, com ênfase na transferência de tecnologia em benefício do Brasil; a segunda, cooperação e inovação em pesquisa, sendo a Finlândia um país em que, como os senhores sabem, pelos documentos que tiveram do relator, os altos índices de educação também se refletem nos elevados índices de investimento em pesquisa e desenvolvimento; há cooperação, evidentemente, em educação, tanto no âmbito do Ciência sem Fronteiras, quanto, também, no âmbito de educação básica, e a Finlândia é um país exemplar em matéria de políticas educacionais; e finalmente, obviamente, a ampliação

dos investimentos finlandeses no Brasil, com concentração nas áreas de papel e celulose, indústria naval, extração de petróleo *offshore* e defesa.

Eu gostaria de que, nesses quatros eixos... Eu acho que é possível que eles possam ter uma abordagem integrada e que, de alguma forma, o trabalho que nós viermos a fazer em cada um desses grandes eixos possa reforçar os outros. Por essa razão eu proporia aos senhores, rapidamente, uma reflexão sobre aquelas áreas que me parecem relevantes.

A primeira, certamente, é a política, e, nesse contexto, eu gostaria de recordar, Sr. Presidente, que o Parlamento brasileiro criou um grupo parlamentar Brasil-Finlândia, que, no momento, ainda não está composto, mas que seria muito interessante que nós viéssemos a ter, na medida em que eu tenho conhecimento e sei, inclusive, de vários Senadores e também de membros da Câmara dos Deputados que fazem visitas frequentes à Finlândia para explorar diferentes temas de seu interesse.

Evidentemente, nós temos uma excelente relação com a Finlândia, sem nenhum irritante e com amplas áreas de coincidência. E eu acho que essa excelência no diálogo diplomático, no diálogo político-diplomático, certamente recomendaria não apenas o adensamento ainda maior do diálogo entre os Parlamentos, mas também – eu diria – dos diálogos em temas da agenda global, nos quais Finlândia e Brasil compartilham certamente princípios comuns, interesses comuns e objetivos comuns.

A economia eu diria que seria aquela em que merece maior cuidado e atenção, na medida em que o dinamismo do comércio bilateral, que cresceu, entre 2008 e 2012, aproximadamente 24%, sofreu – óbvio que por razões da crise internacional que os dois países confrontam – uma redução razoável, nos últimos dois anos.

Creio que é preciso, certamente, a retomada do crescimento nos dois países, o que permitirá novamente a retomada do crescimento do comércio. Mas eu acho que há espaço para nós explorarmos oportunidades para o Brasil e, quando fiz o cruzamento da pauta exportadora brasileira e importadora finlandesa, eu verifiquei que há uma série de produtos, sobretudo de maior valor agregado, que pode ser do interesse para a Finlândia, e que nós podemos buscar explorar oportunidades e também – eu diria – aproveitar a possibilidade de uma maior integração das cadeias produtivas.

A Finlândia, como uma outra característica da sua economia, é uma economia que tem a sua indústria em um elevado grau de integração às cadeias globais de comércio e investimento. Eu acho que para o Brasil a oportunidade que se abre é de maior parceria, sobretudo em benefícios de pequenas e médias empresas brasileiras que busquem parcerias com pequenas e médias empresas finlandesas. O governo finlandês tem interesse em ampliar a exposição internacional das suas pequenas e médias empresas, muitas delas em áreas de atuação de elevado conteúdo tecnológico. Eu acho que isso abre uma porta para nós, do ponto de vista de oportunidades para as nossas pequenas e médias empresas, e que mereceria ser examinado.

A Finlândia, em uma certa medida, já faz esse trabalho. Ela tem um escritório permanente da sua agência de promoção de exportações em São Paulo, em São José dos Campos.

Finalmente, eu diria que, novamente reforçando essa integração das áreas de atuação, estaria a área de educação. Como os senhores sabem, hoje, o Brasil conta com 177 bolsista do Ciência sem Fronteiras na Finlândia já. A experiência tem sido exitosa. Evidentemente, as dificuldades da língua e outras dificuldades de um país de elevado custo de vida não são de se esquecer.

Mas creio que, nesse aspecto, novamente, a maior exposição de estudantes e pesquisadores brasileiros na Finlândia, e também a oportunidade para que pesquisadores acadêmicos finlandeses venham ao Brasil, também poderiam ser aproveitadas para explorar oportunidades em matéria de uma maior integração entre as duas economias, em termos de inovação, para fins econômico-comerciais.

E com essas palavras, Sr. Presidente, eu concluiria minhas observações iniciais, obviamente me colocando à disposição de V. Exª e dos Srs. membros da Comissão para as perguntas e questões que, porventura, tiverem a respeito do posto para o qual eu fui indicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Embaixador Eduardo Carvalho, para a sua explanação.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo inicialmente cumprimentar o Sr. Senador Antonio Aureliano, o Senador Cyro, o Presidente Fernando Collor, que muito me honrou com o seu relatório em palavras generosas. Como lhe antecipei, vou fazer de tudo, com o meu maior empenho, para poder merecer tudo que o senhor colocou como minhas qualidades.

Cumprimento o Senador Anibal, Sr. Vice-Presidente do Senado, e o Senador Jorge Viana.

Eu me sinto aqui um pouco em um rito de transição, Senador. Depois de quatro felizes e muito produtivos, para mim, anos aqui, sendo assessor diplomático na Comissão de Relações Exteriores, conheci a qualidade técnica, a dedicação dos funcionários, reconheci. Depois de muitos anos no Executivo, uma longa carreira de

32 anos, onde tive a honra de servir por duas vezes no Gabinete do Estado, no Gabinete do Sr. Secretário-Geral e na Presidência da República, eu, que achava que tinha trabalhado muito na minha carreira, descobri que quem trabalha muito é o Senado. No Senado, não conheci fim de semana. Na Presidência da República, onde eu era muito demandado, tinha sábado e domingo. Os Srs. Senadores, ademais de participar pela manhã, nas Comissões, pela tarde, no plenário, ainda vão aos seus Estados, onde as demandas estão acumuladas.

Aprendi muito aqui. Aprendi a admirar imensamente o esforço, a dedicação e o patriotismo de cada um dos Senadores com quem tive a alegria de participar em diversas atividades, sejam viagens internacionais, sejam simpósios. Lembro-me do simpósio parlamentar com os BRICS, da reunião bilateral de Parlamentares com o México, uma grande e efetiva contribuição que as duas Casas, Senado e Câmara, fizeram à Rio+20, chefiadas pelo então Presidente da Comissão de Relações Exteriores Senador Fernando Collor, onde foi possível agregar agenda a uma matéria que normalmente é tida como área de reserva do Executivo. Foi por força, insistência deste Senado que os países aceitaram o princípio do não retrocesso, a transição de um princípio que é comum nos direitos humanos, mas que não fazia parte do bojo das conquistas que a negociação internacional de meio ambiente havia logrado por força da insistência, principalmente do Senador Fernando Collor, com a ajuda também do nosso novo Governador do Distrito Federal, Senador Rollemberg, que negociou, no âmbito das atividades da Comissão de Meio Ambiente, um simpósio internacional. Isso tudo embasou a posição negociadora brasileira, e a presença de uma importante delegação parlamentar no Rio de Janeiro fez com que o Executivo se empenhasse em que isso fosse aprovado. São exemplos do enriquecimento profissional que tive aqui e do reconhecimento da crescente importância da diplomacia parlamentar.

O Parlamento tem um papel – estou convicto hoje, sou testemunha de muitas atividades – importante na formulação de nossa política externa e não só no seu papel mais tradicional, que seria o de vigiar a atividade do Congresso.

Perdão por essas palavras, mas me sinto, digo aos senhores, depois de um ano e meio afastado desta Casa, depois de ter missões transitórias em Sidney, no Timor Leste, onde estive a serviço do Sr. Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e mais recentemente nas cerimônias da Copa, me sinto, só hoje, Senador, abandonando a Casa, tanto assim que ainda uso o crachá. (*Risos.*)

Tive a felicidade de ser indicado para representar o Brasil na Namíbia, um país, uma república de muito recente criação. Só em 1990, a Namíbia conseguiu ser independente.

O processo de libertação, de independência dos países africanos começa logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1957, com a independência de Gana. O processo de dá basicamente do norte, vem ao centro da África, paulatinamente, consegue, durante a Guerra Fria, a liberdade de Angola e de Moçambique, mas a então chamada África do Sudoeste, por injunções políticas ligadas ao jogo de soma zero, que era a Guerra Fria, permaneceu ocupada, apesar de diversas moções e determinações das Nações Unidas, pela África do Sul, que já era uma República há bastante tempo, mas que ainda sofria o regime do *apartheid*. Então, a Namíbia só consegue ser independente em 21 de março de 1990.

O Brasil, que, há muito, participava com bons negócios e fazia a intermediação entre as partes, principalmente com Angola, criou desde logo um escritório de observação que, na verdade, não era chefiado por um diplomata, mas por um general, o General Péricles. Em 21 de março, houve a independência da República da Namíbia. Logo em seguida, o Brasil, reconhecendo os nossos interesses na região, promove a primeira visita de Estado de um Presidente brasileiro à Namíbia. O então Presidente da República Fernando Collor chefia uma grande delegação que fazia um périplo pela África e que terminava sua visita à África na Namíbia, para significar ao novo país, às novas lideranças a importância que o Brasil dava ao nosso vizinho, porque, na verdade, eu entendo que a Namíbia tem fronteiras ao norte com Angola, ao sul com a África do Sul, ao leste com Botsuana e ao oeste com o Brasil, como diz um grande embaixador brasileiro, fino negociador, nosso maior especialista em África, o Embaixador Costa e Silva, a quem homenageio na figura do seu filho Toninho da Costa e Silva aqui, filho do nosso Embaixador. Ademais de ser membro da Academia Brasileira de Letras, foi modelo inspirador de diversas gerações de diplomatas, inclusive a minha. Em um dos seus livros, ele discorre sobre a África no Brasil e o Brasil na África. Uma das passagens mais interessantes é aquela na qual ele afirma, peremptoriamente, que o Atlântico não nos divide, o Atlântico nos une. Como disse, um homem clarividente, de grande capacidade analítica, ele já havia, anos antes, entendido onde seria o fulcro maior e primeiro momento da cooperação Brasil e Namíbia.

Nós, Brasil, somos os responsáveis pela formação da Marinha da Namíbia. Imaginem os senhores essa imensa costa rica, banhada pela Corrente de Benguela, riquíssima em peixes e recursos marinhos, onde se tem a certeza, ainda não provada, de que existe petróleo. É uma costa muito rica em urânio e diamantes. Uma das primeiras necessidades do Estado recém-criado, o Estado da Namíbia, era a da afirmação da sua soberania nacional e da defesa de suas fronteiras, principalmente das suas fronteiras marítimas. E isso o Brasil fez. Nós

doamos a fragata Purus e tivemos um papel primordial na formação dos oficiais da Marinha da Namíbia. Em 2011, o número era mais impressionante que o de hoje: 90% dos oficiais da Marinha da Namíbia foram formados no Brasil. Hoje, ainda impressionante mas menor, são 80% dos oficiais são formados no Brasil. Nós temos, portanto, uma força militar amiga. Ela fala português, coisa rara em qualquer país, mesmo no Paraguai, onde a nossa presença militar foi sempre muito presente, os militares paraguaios falam ou espanhol ou guarani. Os oficiais brasileiros aprendem o espanhol e o guarani.

Na Namíbia, nós conseguimos levar a língua como fonte da nossa cultura. Não por outros motivos, na recente reunião da CPLP havida em Díli, quando eu fui designado para auxiliar o gabinete do Primeiro-Ministro, a Namíbia foi aceita como membro observador da CPLP, e há um grande interesse na Namíbia de aprender no Brasil.

Um pouco já se afastando da vertente militar, é importante ressaltar que a liderança namibiana tem na educação uma de suas mais importantes prioridades nacionais. Nós brigamos, no Brasil, para ter 10% do PIB aplicados na educação. A Namíbia já aplica 25% do seu PIB na educação. Eles têm formação de base; eles tentam construir escolas e fazer a educação de base dentro do país e têm um programa, devo dizer, que supera o nosso Ciência sem Fronteiras.

O Ciência sem Fronteiras leva os nossos jovens estudantes para períodos curtos no exterior. A Namíbia manda para o curso inteiro. Ela custeia todo o curso do aluno no estrangeiro. Nós chegamos tarde nesse veio. Nós teremos, a partir de 2015, muitos alunos vindo para o Brasil. Nós temos alunos, principalmente, de Engenharia – Engenharia de Petróleo, Engenharia de Minas –, de Enfermagem e de Medicina. Estão divididos por todo o Brasil, em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas temos também em Roraima. Uma das universidades que mais recebem é a de Roraima. E os alunos voltam de lá com muito boa formação e muito contentes de estarem no Brasil.

Então, nós temos estas duas principais vertentes: a vertente militar e a vertente civil.

Nosso comércio bilateral Brasil-Namíbia é muito pequeno, realmente chega a ser na casa dos poucos milhões de dólares, cerca de US$25 milhões. Ademais do interesse estratégico – nós dividimos, nós somos coproprietários de faixas importantes do Atlântico Sul –, onde está o nosso interesse, portanto? O interesse está na construção da infraestrutura.

A empresa Andrade Gutierrez, com que já tive alguns contatos, vai participar da licitação da construção de um tramo ferroviário que ligará a capital, Windhoek, ao seu principal porto, que é o Walvis Bay. Nós perdemos a licitação para a modernização e melhorias do porto de Walvis Bay. Quem ganhou foi uma empresa chinesa. Os chineses, juntamente com os americanos e os ingleses, são nossos competidores por influência na região. Os chineses têm um modo de produção que não se adapta à cultura e ao modo de fazer dos namibianos.

Há informações de que – é de jornal, não é matéria de fuxico ou de informação sofisticada – tem ocorrido muitas greves em que os operários namibianos se queixam do ritmo de trabalho imposto e do *ethos* de produção, que é característico daquela cultura asiática.

Nós temos, portanto, o *soft power*. Nós já estamos presentes lá. Nós ensinamos boa parte da oficialidade. Receberemos, esqueci-me de mencionar, no ano que vem, 50 oficiais do Exército para as três Academias: para a Academia das Agulhas Negras, para a formação de cadetes; oficiais em metade de carreira, capitães, para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; e estaremos também recebendo oficiais superiores, tenentes-coronéis e coronéis para a Escola de Comando e Estado-Maior. Basicamente, voltamos à formação de quadros.

Mas um quadro formado dentro de um pensamento militar, certamente, terá interesse em perguntar como é o nosso sistema Astros. Certamente, ele vai querer conhecer.

É conhecido que a Namíbia tem dois grandes desertos: na faixa costeira, o Deserto de Namibe, de onde veio o nome; e, no centro-sul, que divide com Botsuana, o imenso Deserto do Kalahari. A costa tem esse nome, Namibe tradicional, e os portugueses a rebatizaram como a Costa dos Esqueletos. Os navios, as naus que aportavam vinham de Angola, onde há grande quantidade de água e grande floresta, e conheciam também, pelos ingleses, a África do Sul, com grandes fontes de água e florestas. A Namíbia é um imenso deserto. A costa tem aproximadamente 8km de areia. Não há fonte de água. Portanto, se as naus que ali, por motivo ou outro, atracavam não pudessem sair, os marinheiros estavam fadados a um destino cruel.

Temos grandes planícies. Os nossos meios, os nossos caminhões, os nossos transportes, os nossos veículos militares são adaptados a esse meio.

Se eu tiver a honra e o privilégio de ser aprovada por V. Exªs, essa é uma das linhas que pretendo difundir. Ademais do s*oft power* brasileiro, fazer também com que eles se interessem por nossa indústria militar, nossa indústria bélica, que, no *Livro Branco da Defesa*, é um dos esteios: desenvolver nossa indústria militar.

Como investimentos, teríamos a construção das infraestruturas em aeroportos e, eventualmente, num próximo momento, a exploração das possíveis e, disse, prováveis jazidas de petróleo. A Petrobras se retirou um pouco, está

menos interessada neste momento, mas a empresa brasileira HRT, depois de algumas tentativas malfadadas, resolveu reinvestir. Estão participando. Já são donos de alguns blocos, dizem eles, promissores e vão reinvestir na Namíbia.

Nossa terceira força, que é a força aérea, não está presente ainda na Namíbia, mas tem muitas oportunidades. A Namíbia quer comprar os aviões Supertucano do Brasil e demonstrou um interesse inicial nos nossos KC-130. Depende um pouco das modalidades de financiamento que o BNDES puder oferecer, mas são, principalmente o Tucano, aviões adaptados à missão naquele país.

Tenho uma grande alegria de estar aqui. Digo novamente: estou me sentindo como partindo hoje da Casa e estou à disposição de V. Exªs para quaisquer outras perguntas ou elucidações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Lembra-me aqui a assessoria que, agradecendo aos Relatores *ad hoc*, que, portanto, adiantaram o trabalho, queremos formalizar a devolução da relatoria para o Senador Fernando Collor e para o Senador Cyro Miranda dos Embaixadores Eduardo Carvalho e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

Concedo a palavra, neste momento, ao Sr. Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Exmºs Srs. Senadores, senhoras e senhores, é uma grande honra para mim estar nesta Casa. Assim como o Embaixador Eduardo Carvalho, eu já tive a honra de trabalhar aqui e subscrevo todas as palavras do Embaixador sobre esta Casa.

Começo agradecendo à Comissão por haver analisado a indicação do meu nome pela Senhora Presidente da República para o cargo de Embaixador no Egito e, cumulativamente, na Somália e na Eritreia.

Agradeço, particularmente, ao Presidente Ricardo Ferraço por haver pautado o meu nome, as palavras generosas do Senador Cyro Miranda e ao Senador Antonio Aureliano por haver lido o relatório.

Caso venha a ser aprovado por V. Exªs, vou assumir a Embaixada no Egito com a noção do desafio e da responsabilidade que significa.

O Egito, por sua posição estratégica de ligação entre Oriente Médio e África, é um interlocutor fundamental para o Brasil. Com sua população de 85 milhões de habitantes, é o país mais populoso do Mundo Árabe, é, de certa forma, o coração do Mundo Árabe, meca dos estudos islâmicos, uma influência política e cultural imensa sobre todo o Mundo Árabe. Também na África, onde é o terceiro país mais povoado e tem o terceiro Produto Bruto da África.

Nossas relações são antigas, estabelecidas em 1924, e tiveram um grande impulso a partir de uma visita que o Presidente Lula fez ao Egito, em 2003. Temos uma relação comercial importante.O Egito é o principal destinatário das exportações brasileiras para a África: 20% das nossas exportações para a África estão destinadas ao Egito, é o nosso segundo maior parceiro no Mundo Árabe, logo depois da Arábia Saudita. Nossas exportações para o Egito que estão, atualmente, no patamar de US$2,5 bilhões. Interessante colocá-las em termos comparativos: o que nós exportamos para o Egito está um pouquinho abaixo do que nós exportamos para parceiros tradicionais, como a França, ou a Espanha e muito acima do que exportamos para outros parceiros tradicionais como, por exemplo, Portugal, ou Suécia. São exportações fundamentalmente de bens primários, ou semimanufaturados, mereceriam o esforço de tentarmos diversificar um pouco nossa pauta de exportações.

E é um comércio muito desequilibrado, o Egito exporta para o Brasil 10% do que importa, isso é um pouco parte do padrão do comércio egípcio. O Egito é um país vendedor de serviços e tem sua balança comercial deficitária com a maior parte dos seus parceiros comerciais. Mas valeria a pena um esforço para diminuir esse déficit tão grande que poderá vir a criar problemas no comércio. Ademais um comércio importante, há investimentos brasileiros no Egito: a Embraer esteve instalada no Egito nos anos 80, produziu aviões Tucanos no Egito, essa cooperação está desativada, mas há interesse egípcio em retomar esses entendimentos com a Embraer.

Há outras empresas brasileiras instaladas lá, como o caso de duas empresas gaúchas, a Marcopolo, fabricante de ônibus e a Randon, fabricante de semirreboques, e mais, recentemente, um investimento muito importante do Grupo Camargo Corrêa, que tem uma cimenteira em Alexandria, que produz 4 milhões de toneladas de cimento por ano, é uma cimenteira duas vezes maior do que qualquer outra cimenteira do Grupo Camargo Corrêa no Brasil.

Duas palavras sobre as cumulatividades, sobre a Somália e sobre a Eritréia.

O caso da Somália é um caso triste, é um país que vive uma situação humanitária desesperadora, quase 3 milhões de pessoas ameaçadas de padecer de fome, se não houver auxílio imediato. É um país que, em 1991, quando vários grupos regionais derrubaram o governo do Presidente Barre, não foram capazes de formar um governo de coalizão, fragmentaram o país e levaram o país a uma guerra civil, que perdura até hoje.

Ao longo dos anos, é conhecida a história da Somália, é uma história um pouco trágica, a debilidade do Estado permitiu a emergência de fenômenos de ilícitos transnacionais, caso de pirataria e terrorismo. O norte

do país, um pouco mais estável, está nas mãos de... são regiões autônomas, com pretensões à independência. E o centro-sul, mais povoado, esteve dominado durante muitos anos por grupos islâmicos radicais, movimentos terroristas ligados a *Al Qaeda*.

Recentemente, a partir de 2011, uma missão da unidade africana, com o apoio de tropas etíopes e quenianas, conseguiu melhorar um pouco a situação do país; as forças armadas ampliaram o controle sobre o país, mas há um longuíssimo caminho a percorrer.

O caso da Eritréia, é um país recente que ganha sua independência da Etiópia em 1993, um dos países mais pobres do mundo, que tem problemas fronteiriços com os seus vizinhos, Djibouti e Etiópia, já esteve na guerra com esses países, e, desde 2009, sofre sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que acusa o governo eritreu de apoiar grupos terroristas na Somália.

A grande verdade é que o realismo nos impõe reconhecer que, a curto prazo, são muito limitadas as perspectivas de adensamento, tanto comercial como diplomático, das relações do Brasil com a Somália ou a Eritreia. Mas nossa prioridade é a política externa africana, nossos interesses multilaterais nos impõe ou recomendam que mantenhamos canais de comunicação abertos e que busquemos promover ajuda humanitária e alguns projetos de cooperação que poderiam ser a semente que poderá nos render frutos no futuro.

É importante ter em mente, também, que a estabilidade do Oceano Índico afeta, diretamente, os interesses do Brasil. Há navios da Vale que circulam pela região com minério de ferro, há plataformas da Petrobras nas costas da Tanzânia e, futuramente, o aproveitamento do carvão de Moatize, da Vale também. Ou seja, a paz no Índico interessa-nos diretamente, aos nossos interesses.

Volto, rapidamente, ao Egito, onde, como me referi, temos um comércio importante, que merece ser diversificado. Há investimentos brasileiros no Egito, que, pelo seu papel irradiador de cultura em todo o Oriente Médio, merece que nós pensemos em fazer promoção do Brasil, uma promoção que, certamente, terá repercussão em todo o Oriente Médio. Mas o fundamental, eu creio, se vier a merecer a aprovação de V. Exªs, será o acompanhamento dos assuntos políticos do Egito, na região e na Liga dos Estados Árabes, que tem sua Secretaria-Geral no Cairo.

O Oriente Médio todo está ameaçado por fanatismo, que pode desestabilizar a região com consequências seríssimas para a estabilidade mundial. O Egito é um ator protagonista nessa crise. No Egito reside parte da segurança de Israel, reside parte do equilíbrio precário entre Israel e a Palestina. O Egito é um *player* fundamental no norte oriental da África; sobretudo nos países ribeirinhos do Cairo, ele tem uma relação importante.

Antes de terminar, queria comentar que eu sou, talvez, um dos poucos diplomatas brasileiros que já estiveram duas vezes em guerras – as duas no Oriente Médio. Foram experiências muito duras, naturalmente, mas muito gratificantes e das quais eu saí com um grande patrimônio de afeto pelos árabes. Tenho grande interesse pelo mundo árabe, estou estudando árabe e eu acho que essa minha afinidade com o mundo árabe pode contribuir para que eu faça um bom trabalho no Egito.

Por isso, venho pedir o voto de confiança de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Podemos dizer que o Embaixador Ruy Pacheco é duro na queda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra aos Srs. Senadores que desejarem arguir ou pedir algum esclarecimento dos Srs. Embaixadores.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu só queria aqui reiterar meu respeito aos quadros que o Brasil tem oriundos do Itamaraty e dizer que, como membro da Comissão de Relações Exteriores, é com muita satisfação que participo desta sabatina.

Há uma pluralidade enorme de assuntos e desafios completamente diferentes que a gente vê hoje aqui, desde a Polônia à Finlândia, que é, talvez, dos países colocados, o mais bem posicionado do ponto de vista de conquistas sociais e econômicas e que é um país pelo qual tenho uma admiração enorme.

Então, Embaixador, eu tenho a Finlândia como referência por conta da política florestal do país, da qualidade que se tem na Finlândia nessa relação homem-recursos naturais. A Finlândia, de fato, é uma referência de país, apesar da adversidade que enfrenta. Eu, quando estive lá – por uma única vez – percebi que a exploração florestal se dá de maneira resolvida, e é um modelo exemplar no mundo inteiro, só que o replantio é feito automaticamente depois de se fazer o corte dos talhões, de retirados, e a nova colheita só vai ocorrer 60, 70 anos depois. E se faz isso com a maior tranquilidade. Inclusive o licenciamento para a exploração florestal é feito de uma maneira... E a gente não consegue andar em um País em que, aqui, a nossa reposição, dependendo da espécie, pode ser de seis, sete anos, cinco anos até.

Então, a Finlândia é uma referência nessa área, apesar de ter períodos em que só tem noite, de ter períodos em que só tem dia, de ter, segundo os dados que eu tinha, 80 mil pequenas ilhas e espaços congelados, de ter uma população de cinco milhões de habitantes – ninguém no mundo fala finlandês, praticamente, são só eles que falam –, um país de cinco milhões de habitantes, que tem 700 mil proprietários de pequenas propriedades. Quer dizer, tem uma relação com a terra, é incrível.

Portanto, quando eu me vejo diante de qualquer dificuldade, eu me lembro e penso: mas os finlandeses resolveram os problemas deles muito bem, então as nossas dificuldades não são tantas dificuldades assim. E acho que vale para os outros países. A gente estava vendo aqui Namíbia, essa exposição que eu cumprimento pela aula que nos deu aqui; a própria Polônia, que é símbolo também de conflitos mundiais emblemáticos, o sofrimento do povo, e o Egito, que é um país que, desde que eu me entendo por gente, e todos nós, a referência de país é o Egito, a história, a relação. Eu tive o privilégio de ir ao Egito e lá eu visualizei o Terceiro Mundo. É lamentável. Do aeroporto a um ambiente, foi há quatro ou cinco anos, e quando eu vi a maior favela, ou uma das grandes favelas do Cairo, é o cemitério. E me assustou, porque eu andei alguns minutos à margem do cemitério, e o cemitério, por conta de uma mistura da fé, da crendice, da relação cultural de um povo de construir os túmulos que são verdadeiras construções com divisórias onde se guardava – não há mais nada – o necessário para uma vida futura, e o espaço físico disponível e o sofrimento da população, eles já encontraram a casa feita, então é um grande conjunto habitacional.

É duro a gente ver um país milenar, que é uma referência para nós da história de vida, da formação dos povos no mundo, e quando a gente chega se depara com situações tão chocantes, o lixo. As pirâmides lindas de um lado, mas se você tirar uma fotografia para o lado oposto, próximo das pirâmides, você vê talvez o mais grave cenário de poluição que eu já vi na minha vida, eu vi exatamente ali do lado.

Então, são situações que vão exigir do nosso País, do Congresso Nacional, do Senado Federal um olhar diferente.

Eu cumprimento a todos os que estão indo; quero me colocar ao Embaixador Antônio Costa e Silva, dizer que espero poder voltar – eu encontrei com finlandeses agora em uma viagem que fiz agora ao Japão – para me atualizar em relação àquilo que a Finlândia é de referência no mundo, principalmente nessa área. Na hora em que se discute mudanças climáticas e o absoluto desencontro da relação homem com a natureza a Finlândia é um bom referencial.

Mas eu acho que nós todos aqui da Comissão de Relações Exteriores do Senado devemos ter um olhar diferenciado, especialmente, Embaixador, V. Exª que trabalhou aqui conosco e que nos deu uma grande contribuição. Ali a gente olha a Namíbia com tudo isso que se falou, e nós temos que procurar ter uma relação diferenciada o nosso País.

Aí, vemos o Embaixador que vai para o Egito, mas tem do lado a Somália, à qual ele vai também se referenciar, a Eritreia e a Etiópia do lado também. Portanto, é uma situação desafiadora para a humanidade. E eu espero, eu sei do seu apreço pela cultura árabe, pelo conhecimento que V. Exª tem dessa região, e eu acredito que o Brasil vai estar muito bem representado, o Governo da Presidenta Dilma, mas acho que nós todos devemos nos oferecer para seguirmos sendo uma interlocução relação do Brasil com o Egito e os vizinhos com quem V. Exª vai estabelecer relação.

E também desejo sucesso ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni nessa missão na Polônia, que é um símbolo também no mundo, um país que tem uma relação muito forte com o Brasil, inclusive, com o povo do Sul do nosso País, que também entendo deva merecer uma atenção especial.

No mais, queria cumprimentar a todos.

Penso que, mais uma vez, o Itamaraty está de parabéns pelos quadros de que dispõe, pelas indicações que faz. Certamente vão ser merecedores do apreço que vamos demonstrar através do nosso voto de confiança na indicação.

Muito obrigado.

Sucesso a todos!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, as minhas palavras eu gostaria que ficassem circunscritas tão somente a uma homenagem à Casa de Rio Branco, ao nosso Ministério das Relações Exteriores, pela altíssima qualificação de seus quadros, pelo nível de excelência do desempenho de nossos Diplomatas em todos os quadrantes do nosso Planeta.

É reconhecida a capacidade dos nossos Diplomatas por todos aqueles países que julgam dispor de uma diplomacia de Primeiro Mundo, sendo esses países de Primeiro Mundo. Mas diplomacia de Primeiro Mundo que eu tenha conhecido na minha vida é a Diplomacia brasileira. Realmente é uma faceta do Estado brasileiro da qual nós temos que nos orgulhar, e muito.

Portanto, eu gostaria de desejar a todos os Srs. Embaixadores, após o devido escrutínio dos votos que já foram depositados nas urnas – eu tenho certeza, juntamente com os nossos colegas integrantes desta Comis-

são, de que V. Exªs estarão devidamente aprovados pelos votos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para cumprirem seus mandatos nos países para os quais foram designados –, eu gostaria de desejar a todos os meus melhores votos de êxito, de profícua e exitosa missão.

Uma palavra especial ao nosso Embaixador Eduardo Carvalho, com quem tive a satisfação de poder trabalhar, como Presidente desta Comissão de Relações Exteriores em diversos eventos dos quais participamos, também pela sua capacidade técnica, pela sua capacidade humana, pelo trabalho de grande relevância que prestou a esta Comissão, ao Senado da República e ao Congresso Nacional, o meu reconhecimento.

Então, Presidente Mozarildo Cavalcanti, a V. Exª, que também nos dá a honra de presidir esta reunião, em que quatro expoentes da nossa Diplomacia estarão desempenhando suas funções em diversas localidades do nosso mundo, eu desejo também cumprimentar e desejar a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, muito êxito, muita satisfação pessoal, muita paz, muita saúde e um futuro ainda extremamente promissor para V. Exª também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Voltando à lista dos Srs. Embaixadores, eu concedo a palavra, conforme a ordem aqui colocada, ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni.

O SR. ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI – Obrigado, Sr. Presidente.

Limitaria a agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, a todos os Senadores aqui presentes, em especial aos Senadores Jorge Viana e ao Presidente Fernando Collor, pelas generosas palavras com relação ao Itamaraty e à ação da Diplomacia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra neste instante ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva Neto.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, por intermédio de V. Exª, agradecer as palavras muito generosas feitas ao Itamaraty e aos seus quadros pelo Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Casa, e pelo Presidente Fernando Collor.

Eu gostaria muito particularmente, Sr. Presidente, de dizer ao Senador Jorge Viana que, caso conte com a aprovação do Senado, eu teria imenso prazer, uma vez tendo assumido em Helsinque, de recebê-lo novamente. Eu compartilho com ele como... Desculpe, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era só porque eu acho que, mais do que nunca, o Brasil, nessa área florestal, vai precisar muito de estreitar as relações com a Finlândia, não é?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Justamente, Senador. Era esse o comentário que eu ira fazer. Na minha apresentação inicial, tentando ser breve, conforme as recomendações do Presidente da Comissão, eu não me referi a um assunto que me chamou particularmente a atenção quando eu estava estudando para me preparar para essa sabatina, que é a experiência finlandesa, por um lado, no processo de transformação florestal e de aproveitamento florestal sustentável, que é uma coisa que eu tenho certeza que interessa ao Brasil como um todo e muito particularmente ao Estado que V. Exª representa aqui, ao Acre, e, em segundo lugar, o crescente investimento finlandês em tecnologias limpas, entre as quais, justamente, todo o reprocessamento da indústria florestal e reaproveitamento do que é remanescente da indústria florestal de forma sustentável e de proteção ao meio ambiente.

Eu obtive dados, e pelo o que eu sei, a Finlândia investe nas empresas que geram energia limpa nos mais diferentes setores da economia finlandesa e obtém, hoje em dia, aproximadamente R$75 bilhões de rentabilidade. É um número impressionante. E quando eu fui olhar a composição dessas empresas, eu me dei conta, como V. Exª bem apontou, que elas têm origem em pequenos proprietários, muitos deles ligados à terra. É um processo de enriquecimento da propriedade rural e de "retransformação" da propriedade rural que gera isso. E eu creio que essa é uma experiência que certamente tem valor crítico para o Brasil em termos de sustentabilidade, em termos das prioridades que o Brasil têm de proteção ambiental, de renovação e de reaproveitamento de água, de lixo, de dejetos tóxicos para fins produtivos. Eu acho que essas são experiências que certamente o Brasil só teria a se beneficiar e, sobretudo, como V. Exª bem apontou, Estados como o seu, que dependem de uma exploração sustentável dos seus recursos naturais, certamente não apenas poderiam melhor aproveitar a gestão ambiental com a experiência finlandesa, mas também aumentar o valor agregado da floresta, porque eu acho que esse é um elemento crítico para os Estados, sobretudo para aquelas populações que dependem da silvicultura.

Esses seriam os meus comentários, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, para as suas considerações, ao Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de também agradecer as palavras generosas que foram ditas a respeito do serviço exterior do Brasil, dos Diplomatas brasileiros. Eu gostaria de fazer um comentário sobre o que falou o Senador Jorge Viana com relação à sua viagem ao Cairo, a sua impressão do retrato do Terceiro Mundo.

A economia egípcia foi muito dependente, isso desde os anos 50, de uma política de subsídios, sobretudo a alimentação e a energia, que chegaram a consumir, e consomem atualmente, cerca de um terço do orçamento público do Egito, gerando déficits insustentáveis.

E acho que um grande desafio do Egito hoje é abandonar paulatinamente essa política insustentável de subsídios e passar para uma política de transferência direta de renda para as camadas socialmente mais necessitadas. Estou seguro de que o Brasil tem uma experiência absolutamente exitosa na matéria e que esse é um campo em que poderíamos prestar uma colaboração que seria muito bem-vista pelo governo egípcio.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR. *Fora do microfone*.) – Senador Anibal com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Aproveitando o ensejo de que estamos ainda na dependência de mais um voto aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria também de aproveitar e cumprimentar os nossos quatro Embaixadores e dizer-lhes que é um privilégio poder participar de uma sabatina em que a gente tem a oportunidade de visualizar uma exposição múltipla, com quatro realidades, quatro culturas diferentes. Então, é um momento de uma riqueza excepcional.

E eu gostaria também de acrescentar às palavras do Senador Collor e às do Senador Jorge Viana, que o segredo do sucesso não pode ser outro que não a gente fazer exatamente aquilo de que gosta. E uma das constatações que eu vejo na Diplomacia brasileira é que são pessoas absolutamente apaixonadas pelo que fazem. Estão estudando permanentemente para oferecer o melhor do seu conhecimento a serviço do Brasil, das pessoas, sejam elas autoridades ou brasileiros comuns que dependam em algum momento de algum tipo de mediação da Diplomacia brasileira sempre encontram o melhor acolhimento, com a melhor qualidade e a melhor disposição.

E digo isso com muito orgulho, porque tive a oportunidade de usufruir dessa qualidade, dessa presteza, dessa disposição em fazer o melhor em todos os momentos nos quais a gente contou, digamos assim, com a colaboração da Diplomacia brasileira, seja representando o Senado, na COP-18, na COP-19, em que tive completa assistência da Diplomacia, quando fui, juntamente com o Governador do Acre, em atividade aos Estados Unidos, também tivemos total acompanhamento. E o aspecto que mais chama a atenção, que salta aos olhos na presença da Diplomacia brasileira é esse preparo sobre as realidades. Então vocês estão de parabéns por pertencerem, digamos assim, a uma classe de brasileiros absolutamente preparados. Tiveram e continuam tendo, porque o estudo é permanente, e vocês colocam isso a serviço do Brasil de maneira muito voluntariosa. Eu vejo que vocês trabalham e expressam amor pelo que fazem.

E por isso eu os parabenizo e desejo-lhes toda a sorte nessa missão que vocês têm pela frente nas realidades mais diversas. Nós temos aí um dos maiores PIBs *per capita* do mundo, a Finlândia, temos também um dos menores, na Namíbia, no Egito. Então são realidades muito díspares, mas que certamente vocês poderão contribuir para que as relações do Brasil com essas nações se fortaleçam e que a gente possa crescer cultural e economicamente nessas parcerias, que certamente a presença de vocês nesses países vai contribuir para que elas se solidifiquem.

Então parabéns a todos e votos de pleno sucesso nas missões que passarão a exercer a partir de agora!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de concluirmos a votação, pois fata ainda um Senador para votar, mas que já está a caminho, eu quero incluir um item extrapauta.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: Concedo a palavra ao Sr. Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradeço, Sr. Presidente. Penso que é uma oportunidade que temos de seguir com nosso trabalho aqui na Comissão, mas pedindo desculpas aos sabatinados, pois aqui temos uma dificuldade, há várias comissões funcionando, mas já está a caminho o Senador, porque o quórum desta Comissão é um quórum qualificado, por conta da importância da matéria que estamos apreciando, que é a indicação de autoridades. E logo vamos...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jorge Viana, V. Exª me permite um adendo antes da leitura do relatório de V. Exª?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sem dúvida.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu falei que uma das características da Diplomacia brasileira é o amor pelo que fazem e esqueci de fazer o contraponto. O Embaixador Eduardo Carvalho falou que foi um período muito profícuo a sua passagem pelo Senado e fez referência também ao tanto que se trabalha aqui no Senado. Devo dizer que um dos espaços em que se trabalha com mais prazer aqui no Senado é exatamente na Comissão de Relações Exteriores, pela diversidade cultural que está aqui presente nesta relação. Sempre as reuniões de sabatina são ambientes muito ricos, que causam grande satisfação em pertencer à Comissão de Relações Exteriores. E esses quatro anos de experiência aqui dentro, para mim foram momentos muito prazerosos, compartilhados com a Diplomacia brasileira.

Então, também faço o reconhecimento de que ter estado nessas reuniões de sabatina foram momentos muito, muito enriquecedores para mim. Agradeço muito por esta oportunidade também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

Sr. Presidente, temos dois colegas que estão chegando, os Senadores Pedro Simon e Kaká Andrade. Portanto, é importante aguardá-los, porque eles fazem questão de votar na indicação de S. Exªs.

Mas, atendendo à determinação desta Presidência, faço a leitura da indicação do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre indicação que a Presidência da República faz do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

A Constituição Federal atribui a competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto a escolha de Chefe de Missão Diplomática em caráter permanente.

O indicado nasceu, em 1959, em Genebra, filho de diplomatas, sendo brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição Federal. É filho de Paulo Padilha Vidal e de Nair de Mello Vidal.

Graduou-se no curso preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1982, concluiu ainda o Curso de Altos Estudos, em 2005, quando defendeu a tese intitulada "Brasil-Estados Unidos: parceria estratégica em energia".

Na Carreira Diplomática, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1983, e promovido a Segundo Secretário, em 1987. Tornou-se Primeiro Secretário, em 1995; Conselheiro, em 2000, e Ministro de Segunda Classe em 2006, todas as ascensões por merecimento.

Desempenhou várias funções no exterior: Conselheiro na Embaixada de Washington, de 2002 a 2006; Cônsul Geral Adjunto no Consulado-Geral em Beirute, de 2006 a 2008; Encarregado de Negócios na Embaixada Libreville, em 2007; Ministro Conselheiro na Embaixada em Viena, de 2008 a 2010, Cônsul Geral em Cochabamba, em 2010 até o presente, acumulando com o posto de Encarregado de Negócios na Embaixada em La Paz, desde 2003.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Haiti. Penso que dispensa comentários. Temos, no Haiti, um dos países que preocupa a comunidade internacional, especialmente com a situação se agravando após o desastre ocorrido em função do terremoto em 2010. Nós mesmos, no meu Estado, temos encontrado os reflexos dessa situação vivida pelo Haiti, que exige um posicionamento dos demais países do mundo. O Brasil tem sido um grande parceiro e tem feito dessa ajuda de reconstrução do Haiti uma missão humanitária, com o investimento, com a presença das Forças Armadas Brasileiras em uma missão de paz.

E, no meu Estado, como consequência dessa situação grave que o Haiti vive, nós tivemos, de 2010 para cá, a passagem de imigrantes, que já passam dos 28 mil, pelo Estado do Acre. Só haitianos, nós tivemos 26 mil passando pelo Estado do Acre, buscando uma melhor sorte no Brasil. É um desafio tremendo que estamos vivendo. Temos senegaleses... Vejam bem: passando por essa rota: senegaleses, 2.081; República Dominicana, 268; Gâmbia, 3; Gana, 2; Camarões, 3; Serra Leoa, 1; Mauritânia, 1, e Nigéria, 14. Então, vejam que há uma conexão, agora, com a África, passando pelo Panamá; de lá, seguem para o Equador; do Equador, por terra, entram pelo Peru e chegam até a fronteira do Acre, na BR-317. É uma situação... Criou-se uma rota. Há um esquema

montado, que explora ainda mais esses que já estão explorados pelas circunstâncias nos países de origem. Essa é uma situação que, certamente, é um grande desafio para o Itamaraty. As autoridades brasileiras estão empenhadas, mas não tem sido fácil enfrentar esse problema. E certamente vamos ter, no nosso indicado para o Haiti, um dos ajudadores na busca de encontrar uma solução que nos tire e, inclusive, tire o Acre dessa situação, mas que, especialmente, encontre uma maneira de nós não termos a chegada de haitianos pela porta dos fundos do nosso País. Não que o Acre seja essa porta dos fundos, mas que essa imigração ocorra como parte de uma política de países amigos, e não da maneira como vem ocorrendo.

O Haiti mantém relações tradicionais próximas com os Estados Unidos da América e Canadá, principais destinos de migrantes haitianos – pelo menos, era assim; agora, é o Brasil. E os Estados Unidos são o seu maior parceiro comercial.

Como última informação, que considero relevante, transcrevo os dados do intercâmbio comercial, que já foi de US$94 milhões em 2011, ficou em US$52 milhões em 2013, com total predomínio das exportações brasileiras – quer dizer, uma balança absolutamente desfavorável para o Haiti e favorável ao Brasil –, e soma agora US$51 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sr. Presidente, este é o relatório, aprovando a indicação do nome do Sr. Fernando de Mello Vidal, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti, conforme Mensagem nº 63, de 2014, da Senhora Presidenta da República, que o submete à apreciação ao Senado Federal, especialmente à Comissão de Relações Exteriores, de que sou membro titular.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª e o cumprimento pela iniciativa de já adiantarmos a nossa pauta.

Agora, podemos concluir esta importante reunião, em que são indicados três competentes brasileiros, ou melhor, quatro competentes brasileiros, para nos representar em quatro grandes desafios: Namíbia, Polônia, Finlândia e em três países da África.

Sei que o Brasil estará muito bem representado por todos os indicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013.

Com a palavra, o Embaixador Eduardo Carvalho, para as suas considerações.

O SR. EDUARDO CARVALHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, muito obrigado pelas elogiosas palavras ao Ministério das Relações Exteriores, do qual fazemos, todos, há mais de 30 anos, parte, e com grande orgulho. Os senhores tenham a certeza de que a Casa de Rio Branco é uma Casa dedicada integralmente ao Brasil.

Na questão da Namíbia, não tive oportunidade antes, eu já tinha me alongado um pouco, mas valeria a pena mencionar que, nos próximos dias 28 e 29, vai ter lugar a eleição para o parlamento e eleições Presidenciais. A SWAPO é, desde 1990, o partido dominante. Existe uma pluralidade de partidos, mas a SWAPO é o Partido dominante.

Hoje, o Congresso da Namíbia, são 78 membros, tem representação só por 60 parlamentares. Então, efetivamente, é o partido dominante no País.

Deve ser eleito o atual Primeiro-Ministro Hage Geingob, que é o entusiasta do Brasil. Ele quer implantar, na sua presidência – cinco anos, renováveis por mais cinco –, ele quer trazer à Namíbia a experiência brasileira de redistribuição de renda. Estão muito avançados os contatos com a Prefeitura de Belo Horizonte.

A posse coincidirá, no dia 21 de março de 2015, com o aniversário de 25 anos da Independência da Namíbia. O Brasil, como mencionei, se fez representar, desde o início da independência da Namíbia, com visitas presidenciais – o Presidente Fernando Collor, em 1991, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mais recentemente. É um país que, efetivamente, atrai a atenção do Brasil.

Portanto, deixo uma dúvida ao Plenário sobre se não poderia ser imaginada a possibilidade de uma delegação Parlamentar às comemorações dos 25 anos de Independência da Namíbia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Deixo ao critério dos Srs. Embaixadores que desejem se manifestar, pois será uma honra para a Comissão.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, eu queria, apenas, agradecer as palavras igualmente generosas do Senador Anibal Diniz. Creio que o tratamento dos temas de interesse do Estado do Acre, eu já tinha tentado explorar de maneira mais detalhada possível. Reagindo aos comentários do Senador Jorge Viana, eu queria apenas sugerir aos dois Senadores do Estado do Acre, lembrá-los da referência que eu fiz à necessidade de recompor o grupo Parlamentar Brasil-Finlândia – eu acho que seria interessante que essa iniciativa pudesse ser tomada por Senadores do Estado do Acre, na medida em que, essa questão florestal é uma questão central.

Senador Anibal Diniz, se não me falha a memória – eu espero que não me falhe –, o senhor é historiador. Nós somos herdeiros de uma história de bons serviços prestados ao Brasil. Eu acho que o Diplomata nada mais faz, ao tentar bem servir ao Brasil, fazer justiça a essa história que vem de Rio Branco e que vem de uma longa tradição de excelência na Casa de Rio Branco, como nós a chamamos, e, portanto, nós somos, apenas fazemos a nossa obrigação ao tentarmos ser os melhores servidores do Brasil possível no exterior.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, manifestação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu fiz questão de vir a essa Comissão para trazer a minha palavra de cumprimento aos quatro indicados, aos quatro sabatinados.

Inicialmente, ao Ministro Ruy Pacheco do Amaral, que está indicado para o Egito. Vai ter uma tarefa complicada, porque S. Exª vai ser Embaixador do Brasil num país que eu reputo líder no mundo árabe.

Até Anwar Al Sadat, o Egito vivia um clima de relativa homogeneidade, comando e prosperidade. É um país singular no mundo, pelas razões arqueológicas e históricas, mas é um país de capital importância, porque, a par de ser líder no norte da África, um país de religião muçulmana, tem uma relação próxima com o Brasil. Quem faz esse liame é o futebol. É impressionante a relação de proximidade entre brasileiros e egípcios. S. Exª vai ver isso quando chegar àquele país. Já estive lá e pretendo voltar, porque é um país interessantíssimo. Então, a relação do Brasil com o Egito é muito mais importante do que se possa supor.

Quero desejar êxito na sua missão. Temos muito em matéria do que fazer no âmbito na colaboração mútua.

A mesma coisa ao Embaixador Antônio Francisco da Costa e Silva, que vai para a Finlândia. A Finlândia é o país da tecnologia. É o país das florestas preservadas. É o país de um turismo diferenciado. É um país que tem muito a ver com o Brasil. A minha irmã acabou de estar lá. Adorou o país, adorou o povo e adorou o que viu na Finlândia. Eu, pessoalmente, tive um encontro, até comentei com V. Exª, há três anos, com o então Primeiro-Ministro, que é de um partido assemelhado ao partido que eu presido, no âmbito da IDC, que é a Internacional Democrata Cristã. Tive a oportunidade de conversar longamente com S. Exª, que já deixou de ser Primeiro-Ministro, está no Comissariado da União Europeia nesse momento, mas a Finlândia é um país que tem que ser observado e cuja experiência tem que ser objeto de sensibilidade, pelo fato de o Brasil, que busca ser competitivo, poder buscar no que é a pequena Finlândia a capacidade de prosperar. A Finlândia é o país da Nokia, é o país do *design* industrial moderno, é o país que tem muito a oferecer em matéria de exemplo ao Brasil, inclusive de exemplo democrático, de comportamento democrático, de maturidade democrática e de tecnologia.

Acabamos de firmar com a Suécia um acordo bilionário e interessante ao Brasil, na minha opinião, de desenvolvimento da aeronave do Gripen, que venceu a concorrência com o Rafale francês e com os gigantes americanos. Foi a Suécia quem fez, junto com a Embraer, o melhor casamento. A Suécia está ao lado da Finlândia. É o mesmo exemplo de um país com população relativamente pequena, mas, do ponto de vista de capacidade de desenvolvimento tecnológico, precioso.

Esse é o estímulo, o incentivo que deixo como contribuição modesta, na minha palavra, a sua gestão frente à Embaixada do Brasil na Finlândia. Muito boa sorte!

O Embaixador Alfredo Leoni vai para a Polônia. Esse tem história, esse tem um *link* muito forte com o Brasil pela colonização. O contingente de poloneses, principalmente no Sul do País, é muito grande. Há uma interface entre o Brasil e a Polônia muito grande. E a Polônia é um país reconstruído, um país industrial, é um país que só cresce. A relação econômica entre Brasil e Polônia fala por si só.

Desejo muito boa sorte a V. Exª, nesse posto muito importante, que é o de representar o Brasil na Polônia, um país que foi da Cortina de Ferro, que soube se reconstruir – foi destruído na Segunda Guerra Mundial – e que tem um exemplo a dar aos países que têm vontade de ser como a fênix, ressurgir das cinzas – foi quase isso na Polônia.

Finalmente, o meu amigo Eduardo Carvalho, que foi o meu introdutor ao Cenáculo, onde está a maravilhosa obra da Santa Ceia, quando ele trabalhava em Milão. Vai, agora, para a Namíbia. Espero vê-lo.

Presidente Mozarildo, essa ideia que o Embaixador Eduardo coloca de, talvez, uma delegação de brasileiros ir à Namíbia para participar da solenidade de comemoração de 25 anos de independência pode ser simbólica. É uma coisa que devemos levar a sério e conversar com a Presidência do Senado. Acho que seria um gesto muito cortês, cavalheiresco e de reconhecimento a um país que luta para crescer, que está aqui buscando a parceria na redistribuição de renda, suponho, pelo fato de ser um país pobre, espelhado nos eventuais êxitos do Programa Bolsa Família, etc., em outros programas sociais, que têm que ser mostrados a quem queira fazer bom uso daquilo que foi sucesso no Brasil e que contém razão para ser copiado naquilo que ele é bom – naquilo que ele é bom. V. Exª vai ser um bom introdutor para que, na Namíbia, se copie o que há de bom em matéria de programa social no Brasil.

Desejo, igualmente, muito boa sorte e sucesso, e espero vê-lo, lá, como Embaixador na Namíbia.

Aos quatro Embaixadores, os meus melhores votos de bom trabalho e pleno êxito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 50 minutos e é reaberta às 11 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Está reaberta a reunião.

Comunico a deliberação das indicações dos Embaixadores Alfredo César Martinho Leoni, indicado para a República da Polônia; Antônio Francisco da Costa e Silva Neto, indicado para a República da Finlândia; Eduardo Carvalho, indicado para a República da Namíbia, e Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, indicado para a República Árabe do Egito e, cumulativamente, para a República Federal da Somália e Estado da Eritreia.

Cumprimento os Srs. Embaixadores e desejo-lhes todo êxito à frente das Embaixadas.

Estão liberados, portanto, para nos abandonar, lamentavelmente, com os nossos cumprimentos.

A nossa reunião prosseguirá.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Dando prosseguimento à reunião, concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, como Relator *ad hoc* para relatar o item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Leio o relatório.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Srª Maria Teresa Mesquita Pessôa, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal do Nepal.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Em observância ao disposto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da Diplomata.

A Srª Maria Teresa é filha de Harold de Lima Pessôa e Therezinha Espinheira Mesquita Pessôa, e nasceu, em 4 de março de 1961, na cidade de Salvador, na Bahia.

Em 1972, concluiu o curso de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Instituto Rio Branco, a indicada frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1980) e o Curso de Altos Estudos (2003), tendo defendido a tese com o título de "Cooperação Fronteiriça. Aspectos institucionais. Os comitês de fronteira".

A indicada tornou-se Terceira Secretária, em 1981, e Segunda Secretária, em 1984. Por merecimento, chegou à Primeira Secretária em 1994; à Conselheira em 2003; à Ministra de Segunda Classe em 2007, e à Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2011.

Ao longo de sua carreira desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul Adjunta nos Consulados-Gerais em Nova York (1994 a 1997), Vancouver (1997 a 1999) e Toronto (1999 a 2001); Conselheira na Embaixada em Nova Delhi (2001 a 2004); Chefe da Divisão do Mar da Antártica e do Espaço do MRE (2004 a 2007); Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (2007 a 2013); e, desde 2013, Cônsul Adjunta no Consulado-Geral em Mumbai. Desempenhou também, integrando e chefiando delegações, importantes missões temporárias.

Acompanha a Mensagem Presidencial, também em atendimento à mencionada Resolução do Senado, Sumário Executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Nepal. Este documento dá notícias das relações bilaterais, apresenta lista de tratados celebrados, indica dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como sua economia.

O Nepal é, desde 2008, uma República Parlamentarista. Sua população é estimada em 30 milhões de habitantes e professa majoritariamente o hinduísmo mesclado com crenças budistas. A capital é Katmandu e sua economia é basicamente agrícola.

No campo da política externa, o Nepal tem laços de cooperação muito estreitos com seus vizinhos Índia e China. Sobressai, no entanto, o relacionamento com a Índia, maior parceiro comercial nepalês. País classificado pela ONU como de menor desenvolvimento relativo, o Nepal favorece toda iniciativa relacionada com prestação de assistência técnica e financeira aos países menos desenvolvidos.

A economia do Nepal é baseada na agricultura, que emprega 80% da população e responde por 38% do Produto Interno Bruto (PIB), com destaque para o cultivo de arroz, milho e trigo. Turismo e remessas de trabalhadores nepaleses no exterior representam importante fonte de divisas.

No plano bilateral, as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1976. A representação era feita cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Nova Delhi. Em 2010, ambos os países estabeleceram embaixadas residentes.

No ano seguinte são firmados os primeiros instrumentos bilaterais, a saber: Acordo de Cooperação Técnica, Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço e Memorando de Entendimento sobre Consultas Bilaterais.

A comunidade de brasileiros no Nepal é composta por 60 pessoas.

O comércio bilateral ainda é bastante acanhado. Em 2013, o intercâmbio foi de aproximadamente US$1 milhão. Exportamos, sobretudo, pedaços de miudezas de frango congelado e importamos basicamente produtos tradicionais (tapetes, xales, echarpes).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Convido o Senador Jorge Viana ou o Senador Anibal para presidir momentaneamente a reunião, porque sou Relator da próxima matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Item 6 da pauta.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda

Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição, compete privativamente ao Senado Federal o exame prévio e por voto secreto da escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão de preceito regimental, currículo da indicada. Nascida em Aimorés – MG, em 20 de dezembro de 1954, ingressou na Carreira Diplomática em 1983, por concurso, tornando-se Terceira Secretária, no ano seguinte, Segunda Secretária; em 1989, Primeira Secretária em 2000, Conselheira em 2005, e Ministra de Segunda Classe em 2008.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública, destacam-se: Assistente na Divisão de América Meridional II (1994 a 1995); assistente na Divisão de Pessoal (1997 a 1998) e Subchefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (1998 a 2000).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Cônsul Adjunta no Consulado-Geral em Milão (1990 a 994); de Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas (2007 a 2009); e de Embaixadora em Adis Abeba, desde 2009.

No que concerne ao posto para o qual é atualmente indicada, o Ministério das Relações Exteriores preparou relatório, do qual cabe aduzir que o Brasil se situou entre os primeiros países que reconheceram e estabeleceram relações diplomáticas com a mais nova nação africana, em 9 de julho de 2011, no próprio dia de sua independência. O Brasil encontra-se entre os 21 países em que o governo sul-sudanês tenciona abrir embaixada em futuro próximo. Nossa representação em Juba, por sua vez, foi estabelecida em 2013, não residente e cumulativa com a Embaixada do Brasil na Etiópia.

Há interesse bilateral no desenvolvimento de mecanismos de cooperação em diversas áreas, com ênfase na agricultura e na pecuária de corte e leiteira, e, ainda, na exploração de petróleo. Não há registro de brasileiros residentes no Sudão do Sul nem de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos àquele país.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41 de 2003 do Senado Federal.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Solicito ao Senador Jorge Viana que funcione como Relator *ad hoc* nessa matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Procurando colaborar com os trabalhos desta Comissão, passo à leitura do relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 70, de 2014 (Mensagem nº 246/2014, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11. 440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.

Esta Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Carlos Alberto Hartog, Ministro de Segunda Classe, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica. O art. 52, inciso IV, da Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, os Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Nascido em São Paulo, em 9 de dezembro de 1956, filho de Frederik Marinus Den Hartog e da Srª Dora Michaelsen Den Hartog, o Sr. Carlos Alberto Hartog concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do instituto Rio Branco em 1982. Ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário em 1983, ascendeu a Segundo Secretário em 1987 e a Primeiro Secretário em 1994. Passou à função de Conselheiro em 2000 e a Ministro de Segunda Classe em 2006, sendo as três últimas promoções por merecimento.

Para a ascensão a Ministro, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2003, e apresentou tese intitulada "Financiamento e Reforma das Nações Unidas"

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destaca-se a de Coordenador Executivo do Departamento das Américas entre 1995 a 1998.

No exterior, serviu na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, de 1987 a 1990; na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração, em Montevidéu, de 1990 a 1993; na Missão junto à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1998 a 2001; na Embaixada em Assunção, de 2001 a 2004; na Embaixada em Pequim, de 2004 a 2009; e na Embaixada do Brasil em Roma/FAO de 2011 a 2014.

Foi ainda chefe de diversas Delegações.

Quanto à Jamaica, é um país com 2,7 milhões de habitantes; a capital é Kingston; compõe o Caribe; e o Brasil tem com ela relações bilaterais, tendo sido o primeiro País da América Latina a reconhecer a independência da Jamaica em 1962.

Em termos econômicos, o intercâmbio Brasil-Jamaica aumentou 30% em 2012, mas diminuiu 47% em 2013. Nesse ano, as exportações brasileiras totalizaram US$124 milhões, e as importações, apenas US$1,4 milhão.

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais brasileiros à Jamaica.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É esse o meu relatório, Sr. Presidente, cumprindo a deliberação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 50 minutos, reaberta às 11 horas e 53 minutos e encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual do Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Gleisi Hoffmann, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Gim, Eduardo Amorim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Jarbas Vasconcelos. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O

Presidente convida a comporem a mesa os Embaixadores Fernando de Mello Vidal, Maria Teresa Mesquita Pessoa e Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog. Usa a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Cristovam Buarque, que solicitam inclusão de item extrapauta. As solicitações são aprovadas. Tem início a apreciação da PAUTA: **ITEM** 1 – MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM** 2 – MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal." Sabatina realizada com indicação apreciada. **ITEM** 3 – MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul." Indicação apreciada. **ITEM** 4 – MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica." Sabatina realizada com indicação apreciada. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores indicados para fazerem suas exposições. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, o Senador Anibal Diniz, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Sérgio Petecão. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. O Presidente registra a presença do Vereador Clézio de Freitas Moreira. A reunião é tornada secreta às doze horas e cinquenta e cinco minutos e reaberta às doze horas e cinquenta e oito minutos. Atua como secretário o Senador Anibal Diniz e como escrutinadores os Senadores Cristovam Buarque e Anibal Diniz. O Presidente comunica a deliberação, pela Comissão, das indicações dos Embaixadores e apresenta-lhes seus cumprimentos. **ITEM** 5 – REQUERIMENTO Nº 906, de 2014, de autoria do Senador Humberto Costa, que "Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar o Senado, em missão no exterior, na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, organizado pelo Instituto das Américas, a ser realizado no período de 28 de março a 03 de abril de 2015, no estado da Califórnia, Estados Unidos. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 27 de março a 4 de abril de 2015." É designado Relator ad hoc o Senador Anibal Diniz, que profere o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. EXTRAPAUTA: **ITEM** 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 60, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requerimento de Informações – CRE – DoJ e SEC x Petrobras, DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES: 1. Em virtude da potencial gravidade dos fatos relacionados a processos movidos (abaixo detalhados) contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC) e de seus impactos adversos, requeremos que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF) encaminhe um Requerimento de Informação para os órgãos americanos acima relacionais (DoJ e CEC) para ter acesso imediato e tempestivo a todas as decisões legais referentes aos processos movidos contra a Petrobras. 2. Outrossim, estas informações também devem ser solicitadas diretamente à empresa citada neste processo (Petrobras). 3. Para tanto solicitamos que seja procedidas todas as medidas na alçada desta Comissão para que o Requerimento seja efetivamente atendido. 4. Sem prejuízo de novas ações apontamos que podem ser usados eventuais convênios entre o Congresso Nacional e o Congresso Americano que, por sua vez, poderia intermediar as informações processuais junto ao Doj e à SEC." Aprovada a apresentação do Requerimento à Mesa. EXTRAPAUTA: **ITEM** 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 61, de 2014, de autoria do Senador Cristovam Buarque e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "1. Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as recentes notícias relativas a processos judiciais movidos contra a Petrobras por órgãos dos

Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC). 2. Esta Audiência Pública está associada ao Requerimento de Informações apresentado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF). 3. A Audiência Pública terá como convidados as seguintes autoridades: a. Presidente da Petrobras (Graça Foster); b. Presidente da CVM (Leonardo P. Gomes Pereira); c. Ministro da Justiça (Eduardo Cardozo); d. Presidente do Tribunal de Contas da União (Ministro Augusto Nardes); e. Representante da SEC; f. Representante do DoJ; g. Presidente da Bovespa-BM&F (Edemir Pinto); h. Representante da New York Stock Exchange (NYSE)." Aprovado. EXTRAPAUTA: **ITEM** 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 62, de 2014, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Requeiro, nos termos regimentais, sejam adotadas por esta Comissão as providências indicadas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa, criada pelo RRE nº 38/2013." Aprovado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às treze horas e seis minutos assume a presidência desta reunião o Senador Anibal Diniz. E às treze horas e dez minutos reassume-a o Senador Eduardo Suplicy. EXTRAPAUTA: **ITEM** 9 – MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Suplicy, que profere o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu gostaria de convidar a Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, o Embaixador Fernando de Mello Vidal e o Embaixador Carlos Alberto Den Hartog, respectivamente designados para representar o Brasil na República Democrática Federal do Nepal, na República do Haiti e na Jamaica.

Por favor, queiram tomar seus assentos. Muito bom dia à senhora e aos senhores.

Item 1:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 63, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FERNANDO DE MELLO VIDAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013.

2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

O Relator, Senador Jorge Viana, já leu seu parecer na quinta-feira passada.

Então, agora, passo a palavra ao Sr. Fernando de Mello Vidal para que possa transmitir as informações relativas à sua missão na República do Haiti e também falar a respeito de sua experiência como representante do Itamaraty no exterior e também em cargos aqui no Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes que o Embaixador comece a falar, eu queria fazer um pedido. Eu encaminhei um requerimento à Comissão que eu gostaria que fosse, se possível, hoje apreciado extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª está encaminhando o requerimento à Mesa?

Já o recebemos. Então, vamos considerá-lo com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu também, Senador, tenho um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu o manifesto oralmente ou entrego? Está em meu nome e em nome do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Entrego?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode entregar à Mesa para que possamos...

V. Exª quer expressar-se a respeito?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu o consulto sob duas formas: uma é a regimental, e a outra é se não vai atrapalhar a nossa audiência. Só quero que fique registrado que dei entrada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Poderemos examiná-lo imediatamente após o processo de arguição dos Srs. Embaixadores.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Sr. Fernando de Mello Vidal...

Se todos os Senadores estiverem de acordo, podemos já declarar aberto o processo de votação. (*Pausa.*)

Assim, havendo a concordância de todos, está aberto, desde já, o processo de votação.

Passo a palavra ao Embaixador Fernando de Mello Vidal.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o senhor pela Presidência da reunião, eu queria cumprimentar os Senadores presentes e queria agradecer aos Senadores da Comissão de Relações Exteriores porque aceitaram me receber aqui hoje. Eu queria cumprimentar meus colegas que se apresentam comigo: a Ministra Maria Teresa; o meu colega de turma, Ministro Carlos Alberto.

Eu entendo que tem que ser brevíssimo porque o debate vem em seguida, mas, ainda que eu comprometa alguns minutos preciosos da minha apresentação, não posso deixar de registrar alguns agradecimentos aqui. Em primeiro lugar, à própria Presidente Dilma Rousseff, que indicou meu nome com o envio a esta Casa da Mensagem nº 63, de 2014, e, em segundo lugar, ao Ministro das Relações Exteriores que submeteu o meu nome à Presidente Dilma Rousseff.

Eu fiquei muito sensibilizado com a confiança em mim para uma missão que considero importante, delicada, sensível, difícil; e difícil até mesmo pelo lado pessoal. Ainda que não esteja aqui, hoje, o Senador Jorge Viana, eu também queria agradecer a ele o trabalho de relatoria, comentar que o meu trabalho atual lá na Bolívia tem muito a ver com o Estado do Acre, do Senador Jorge Viana, e, se eu for aprovado, aqui, hoje, tem muito a ver, porque a grande maioria dos brasileiros que residem na minha jurisdição é do Acre; e, se eu for aprovado aqui, hoje, meu trabalho futuro também terá a ver com o Acre, na medida em que, para cada haitiano, nós damos na Embaixada em Porto Príncipe um visto para que entre de maneira regular no Brasil, e é um haitiano a menos que entra de maneira irregular pelo Acre – como disse o próprio Senador Jorge Viana, pela porta dos fundos. Não que o Acre seja a porta dos fundos do Brasil, mas a entrada irregular é, sim, a porta dos fundos.

Para mim, é uma honra me apresentar à Comissão. Pela primeira vez na minha carreira, eu espero poder contribuir para um debate construtivo sobre as relações do Brasil com o Haiti, que começaram em 1928.

O Haiti é um país com o qual nós nos identificamos, porque somos americanos, porque tivemos o mesmo passado colonial, porque temos as mesmas raízes africanas. O Haiti é um país pobre que precisa muito da cooperação internacional e da cooperação técnica do Brasil para combater índices de pobreza como, por exemplo, 80% de desempregados, 80% de pessoas sem acesso à eletricidade, 80% de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Eu acredito que a cooperação técnica é um instrumento importante e útil, que ajuda os países em desenvolvimento. O Brasil tem projetos de cooperação técnica em quase cem países. O Haiti é o país que mais recebe cooperação técnica do Brasil, o que se intensificou muito depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Desde

então, diversos projetos já foram executados ou estão em execução. O Governo brasileiro está dando prioridade, no momento, a projetos estruturantes nas áreas de saúde e segurança alimentar. Eu vou citar apenas três deles: O Brasil ajuda no combate à cólera; o Brasil comprometeu seu apoio a um projeto muito bem sucedido de leite na escola, que já beneficiou mais de 80 mil criancinhas haitianas entre seis e 12 anos; e outro projeto importante e bem sucedido é o chamado Aba Grangou, de luta contra a fome, que foi inspirado no Fome Zero brasileiro e foi mencionado em recente relatório da FAO, que incluiu o Haiti dentre apenas sete países do mundo que, neste ano de 2014, conseguiram reduzir consideravelmente a fome e a desnutrição.

Um tema que está muito em evidência, por isso não posso deixar de mencionar, é o da questão da emigração haitiana no Brasil. O Haiti é um país de tradição emigratória, a diáspora haitiana é de dois milhões de pessoas, ou seja, 20% da população vive fora, e eles remetem para o Haiti cerca de dois bilhões de dólares por ano.

A emigração aumentou muito, naturalmente, depois do terremoto de 2010. Os países tradicionalmente escolhidos são Estados Unidos, Canadá, França, alguns na região do Caribe, a vizinha República Dominicana e mais recentemente, na América Latina, o Chile, o Equador e o Brasil.

O Governo brasileiro descarta o fechamento de fronteiras, adequou a sua legislação a essa situação inteiramente nova que estamos vivendo aqui, com uma resolução que aboliu um teto que existia, de 1.200 vistos por ano. É uma política excepcional de concessão de vistos e o objetivo disso é desestimular a entrada irregular, sobretudo pelo Acre, e manter o controle sobre os que entram de maneira regular.

O Itamaraty reforçou bastante o setor consular da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Nós concedíamos lá cerca de cem vistos por mês e estamos concedendo, agora, 600 vistos por mês para os haitianos. Desde o início de 2012 até hoje, a Embaixada em Porto Príncipe já concedeu 13 mil vistos para haitianos entrarem de maneira regular no Brasil. Hoje, a grande maioria desses vistos é de reunião familiar, ou seja, haitianos que já estavam no Brasil e que já se consideram estabilizados aqui estão chamando suas famílias para se unirem a eles.

O Itamaraty defende que o número de vistos seja compatível com a capacidade do nosso mercado de trabalho de absorver esses novos trabalhadores estrangeiros. Até o momento, pelo que temos lido, sobretudo na imprensa, o mercado de trabalho brasileiro tem sido capaz de absorver os trabalhadores, sobretudo nos Estados do Sul, de São Paulo para baixo: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O que ocorre é que se montou no Brasil uma verdadeira rede de recepção, cadastramento, acolhimento e encaminhamento de haitianos ao mercado de trabalho. Essa rede é composta pelo Governo nos três níveis – Governo Federal, Governos estaduais e Governos municipais –, por Organizações Não Governamentais, pela Igreja Católica também, e até mesmo por empresas privadas que se dedicam a encontrar vagas para trabalhadores estrangeiros. O resultado tem sido positivo, na medida em que nós temos registro de que menos haitianos estão entrando de maneira irregular pela fronteira com o Acre.

Eu, se for aprovado aqui hoje, espero poder, lá em Porto Príncipe, aproveitar minha experiência consular que adquiri não apenas no posto em que estou hoje, mas em postos anteriores onde servi.

Uma palavra final sobre a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, criada em 2004 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para pacificar o Haiti, que vivia momentos conturbados após a queda do Presidente Jean-Bertrand Aristide. A missão da ONU tem cinco batalhões com 5 mil soldados de 19 países, sendo 11 da América Latina. O Brasil recebeu o comando das tropas. Chegamos a ter 2,4 mil soldados. O Brasil concorda que é hora de reduzir o tamanho da força de paz. Hoje já reduzimos, temos 1,36 mil soldados no Haiti.

Em outubro passado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas prorrogou a força de paz até outubro de 2015 e reduziu pela metade, até junho de 2015, o número de militares, que passará de cinco mil para cerca de 2,3 mil soldados. Uma nova prorrogação da força de paz dependerá da avaliação que se faça localmente e de um relatório que o Secretário-Geral da ONU apresentará em março do ano que vem.

A tendência, portanto, é de prorrogação com redução até o horizonte de 2016, quando se espera que a Polícia Nacional do Haiti consiga, como se costuma dizer, caminhar com as próprias pernas. Espera-se também que a Polícia Nacional do Haiti preencha os chamados vácuos de segurança que ainda existem, muitos, no país, sobretudo no interior do Haiti.

A Polícia Nacional haitiana tem hoje 11 mil policiais. Em 2004, tinha apenas cinco mil e a meta é chegar a 15 mil em 2016, o que é considerado o mínimo necessário para dar segurança a um país de 10 milhões de habitantes. O que acontece hoje em dia é que, em quase todas as chamadas em que a Polícia Nacional do Haiti comparece para conter manifestações e distúrbios, ela ainda recorre muito aos capacetes azuis das Nações Unidas.

De qualquer maneira, há um consenso de que a força de paz da ONU contribuiu muito para a questão da segurança no país e para a reconstrução do país, sobretudo com sua engenharia militar.

Finalizo com uma mensagem importante, transmitida pelo Brasil, de seu compromisso com o Haiti, com a segurança, o desenvolvimento sustentável e a estabilidade, com ou sem força de paz. O Brasil tem hoje uma

relação, um vínculo forte com a República do Haiti, atendeu ao pedido de socorro quando aconteceu o terrível terremoto e acho que isso não vai ser esquecido tão cedo pelos haitianos.

As relações são hoje mais intensas, eu diria, do que eram há alguns anos, e eu espero, se for aprovado aqui, poder lá em Porto Príncipe contribui para uma aproximação ainda maior.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, caro Embaixador Fernando de Mello Vidal, sobre as suas considerações a respeito do Haiti e de sua representação lá.

Agora, passamos a palavra à Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, indicada para representar o Brasil na República Democrática Federal do Nepal, tendo sido relator *ad hoc* o Senador Anibal Diniz.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu queria agradecer, através do senhor, a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e aos Senadores aqui presentes. Agradeço também, muito sinceramente, a designação do meu nome pela Senhora Presidente da República e a indicação inicial feita pelo Ministro das Relações Exteriores. Agradeço aqui a presença também de colegas e amigos, do Embaixador Pedro Borio, que é uma espécie de guia neste momento.

Gostaria de iniciar a minha exposição chamando a atenção para a localização do Nepal. O monarca, sob cujo reinado o Nepal foi unificado – o Nepal foi unificado muito cedo dentro do contexto asiático, em 1768, sob o reinado de Prithvi Narayan Shah, que dizia que o Nepal era um inhame entre dois pedregulhos, se referindo à China e à Índia. E essa localização geográfica é um grande determinante das vicissitudes e das oportunidades do Nepal ao mesmo tempo.

O Nepal hoje se situa no centro de uma das regiões que mais cresce no mundo. A população do país é de cerca de 30,976 milhões de habitantes, estimado em junho de 2012. Desse total, um grande percentual, 54,2% da população, é de jovens e crianças; 31,6% de crianças entre 0 e 14 anos e 22,6% entre 15 e 24 anos. Os 17% que vivem em áreas urbanas constituem 40% da população urbana, mas, do total da população jovem, 83% vivem em áreas rurais.

O Nepal é um país de menor desenvolvimento relativo, sem acesso ao mar, mas com grande participação nos processos das Nações Unidas, sendo, inclusive, o líder dos países de menor desenvolvimento relativo, uma categoria de países que foi estabelecida pela ONU em 1971, da qual o Nepal é membro desde o estabelecimento desta categoria.

O país vive hoje um momento de transição, sob uma Constituição provisória, adotada em 2007, ao final das hostilidades iniciadas em 1996. A guerra civil se iniciou em 1996. Em 2006, iniciaram-se os processos de reaproximação que foram facilitados pela Índia. Foi assinado um acordo de 12 pontos que estabelecia, entre outras coisas, a necessidade de se estabelecer um processo constituinte, uma assembleia constituinte, a primeira da história constitucional do país que se iniciou em 1948.

Então, em 66 anos, o Nepal teve seis Constituições, incluindo a transitória de 2007, e, atualmente, no país se desenrolam as negociações dentro da Assembleia Constituinte, da segunda Assembleia Constituinte, eleita em novembro do ano passado para concluir o processo de redação da Constituição.

A questão do Federalismo é central na Constituição porque foi um dos elementos também do acordo de paz, mas não há acordo sobre que espécie de Federalismo se deseja. O Federalismo iria pacificar o País no que diz respeito à representação das minorias.

Há duas ordens de desigualdades no Nepal, as horizontais, entre etnias, castas, campo versus cidade, e as verticais, que se referem às disparidades de renda. O índice de Gini no Nepal é bastante elevado, ele tem 34 no índice de Gini, é relativamente elevado.

Então, essa questão do Federalismo viria, no parecer de muitos, resolver essas disparidades ou garantir uma representação ampla.

A Assembleia Constituinte é composta de 601 membros, sendo 575 eleitos e 26 indicados pelo Primeiro Ministro, para que estejam representados também aqueles partidos que não reuniram a maioria suficiente no processo eleitoral.

Há 30 partidos e 2 independentes representados na Constituinte.

É um processo difícil, mas, ao mesmo tempo, um processo que, se concluído com sucesso, poderá colocar o país em um processo de desenvolvimento, porque é um País que cresce, apesar das dificuldades. Em 2012, o Nepal cresceu 4,9%. E e é um país com um enorme potencial hidrelétrico, com uma grande pobreza energética, mas com um potencial energético estimado em 42 mil megawatts, mas muito pouco desenvolvido.

E esse setor é muito importante para o Brasil porque o Nepal vê no Brasil um parceiro no desenvolvimento deste setor. Nós temos já, inclusive, um projeto iniciado no Nepal, quer dizer, um projeto do qual já foram

concluídos os estudos e estão em fase de ultimar os estudos ambientais, o financiamento e o licenciamento para a venda de energia à Índia.

E, nestes últimos meses, alguns acontecimentos vieram... São acontecimentos alvissareiros para esses projetos porque o Nepal e a Índia concluíram – após a visita do Primeiro-Ministro Modi ao Nepal, a primeira em 17 anos, por um líder indiano – um acordo de comercialização de energia. Esse acordo é essencial porque constitui um acordo-quadro para o desenvolvimento, a negociação e a conclusão de acordos de compra de energia, que são os acordos que viabilizarão esses empreendimentos no setor hidrelétrico, entre os quais, o desenvolvido pelo consórcio brasileiro Braspower, no Rio Arun.

Há um pleito da Braspower de que a concessão dada seja aumentada dos 400MW originais para 950, porque o projeto indiano, que está à montante do rio, é de 950MW. Este processo está sendo concluído, ainda não foi ultimado o licenciamento para o aumento da capacidade do projeto, mas, com esses desenvolvimentos recentes, é muito provável que isso aconteça.

As relações do Nepal com a Índia e a China são intensas. A Índia é o maior parceiro comercial do Nepal. A Índia responde por 59,1% do comércio exterior do Nepal, seguida dos Estados Unidos, com 9,3%, e da Alemanha, com 4,1%. Assim, há praticamente um monopólio da Índia no comércio exterior com o Nepal.

A China também tem aumentado muito a sua influência, mas, apesar disso, a Índia ainda é o maior investidor estrangeiro no Nepal.

O Nepal vê o Brasil como um parceiro, como já disse, nesse setor hidrelétrico, mas também vê o Brasil como um parceiro em função da participação do Brasil nos BRICS. Por isso, o Nepal nos apoia e apoia o pleito brasileiro no âmbito do G4, na ONU, pela expansão das duas categorias de membros do Conselho de Segurança.

Eu termino esta apresentação inicial citando a mensagem que o Primeiro-Ministro nepalês, Sushil Koirala, enviou à Presidente da República por ocasião de sua reeleição, porque é muito conotativa de como o Nepal vê o Brasil.

Eu cito:

Desde que o Nepal e o Brasil estabeleceram suas missões diplomáticas nas respectivas capitais, confio em que a cooperação em vários setores de desenvolvimento do Nepal será incrementada daqui em diante, em particular os investimentos no desenvolvimento do setor hidrelétrico e outros setores críticos de projetos de infraestrutura.

Como membro ativo dos BRICS, o papel do Brasil em negócios internacionais vem crescendo, e nós, no Nepal, valorizamos o imenso progresso realizado pelo Brasil em todas as esferas de desenvolvimento socioeconômico, ao longo dos anos.

Com isso, concluo, dizendo que, passada a fase de estabelecimento da nossa Embaixada em Katmandu, se aprovado meu nome por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, o meu trabalho será o de conceber um programa de trabalho, para que essas relações e a presença do Brasil no Nepal se consolidem através de projetos de cooperação técnica.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, que está indicada para representar o Brasil no Nepal.

Agora concedemos a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Michaelsen den Hartog, que está designado para a Jamaica.

O SR. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG – Exmº Sr. Senador Eduardo Suplicy, eu queria primeiro agradecer à Comissão ter incluído o exame da minha indicação para ser o representante do Brasil em Kingston.

Gostaria, de coração, de agradecer à Presidente Dilma Rousseff por ter submetido meu nome a esta Casa, e ao Ministro das Relações Exteriores por ter tido a confiança de propor meu nome à Srª Presidente.

Meu agradecimento especial ao Senador Cristovam Buarque, por ter feito minha relatoria em tempo hábil, com rapidez. Agradeço muito.

Sei que a agenda dos Srs. Senadores é muito intensa; sei também que o Itamaraty encaminha, junto com as nossas mensagens, uma informação bastante completa, embora sucinta, sobre os países das nossas designações. Pretendo, então, apenas fazer um voo de águia sobre as relações do Brasil com a Jamaica e sobre os nossos interesses, no que penso que seria uma espécie de programa preliminar de trabalho para o próximo embaixador – eu, no caso, se aprovado por esta Comissão e pelo Senado.

Da Jamaica propriamente dita, chamo a atenção para alguns fatos. É uma democracia parlamentar, independente do Reino Unido desde 1962, mas com quem mantém elos através da comunidade britânica.

Olhando a Jamaica pelos olhos brasileiros e tendo em vista as nossas dimensões de economia, de território, a Jamaica tem um território de mais ou menos 11 mil km^2, o que equivale aproximadamente à metade do

Estado de Sergipe, tem uma população de 2,8 milhões de habitantes que é um pouco menos do que Brasília, que hoje deve estar com uns três milhões.

Outro fato que vejo até por meus trabalhos anteriores na área de comércio é como anda o nosso comércio com o País. E chamo a atenção para que embora em nossa ótica não seja um comércio muito relevante em tamanho, ele apresenta um enorme superávit para o Brasil ao longo do tempo – impressionante mesmo –, porque tem oscilado nos últimos anos entre R$125 milhões e R$300 milhões em 2008, e mais de 90% corresponde a exportações brasileiras para a Jamaica.

Esse é um elemento para o qual chamo a atenção porque acho que deve ser considerado na hora em que a gente fala de cooperação técnica, essa cooperação Sul/Sul que o Brasil tem prestado. A gente deve – um pouco – também ter isso em mente.

A economia jamaicana tem algumas bases como turismo, que é muito conhecido, é um grande produtor de bauxita, e tem uma agricultura potencial efetiva e também potencial, na região, muito grande para os parâmetros do Caribe.

Entrando diretamente na área das nossas relações bilaterais, nos últimos anos a gente tem dois pontos altos nessa relação. O primeiro seria em 2007, a meu juízo, com a primeira – e até o momento única – visita de um Presidente brasileiro à Jamaica, quando, em uma agenda grande, o tema central foi a discussão de biocombustíveis. Esteve lá o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para inaugurar a segunda usina de processamento de etanol com tecnologia totalmente brasileira. Hoje ela tem três usinas como grande produtor de cana-de-açúcar e também como importador de álcool brasileiro hidratado que, em parte, é tratado e transformado em álcool anidro e exportado para os Estados Unidos através das preferências tarifárias que a Jamaica tem com o mercado americano.

A gente teve como segundo momento – foi muito recente, agora em 2014 – a visita do Chanceler, do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, que foi finalmente inaugurar a primeira comissão mista que havíamos acordado com a Jamaica em 2010. Foi uma reunião muito boa, discutiram-se vários pontos da agenda internacional no Haiti e a questão das relações do Brasil com o Caribe, CARICOM e OMC, e se aprovaram alguns acordos. Acho que deve haver agora na Embaixada uns segmentos para que sejam encaminhados, entrem em vigor e sejam executados. Há acordos sobre troca de informações na área tributária, sobre defesa e outro sobre uso de espaço aéreo, para se estabelecerem conexões aéreas entre Brasil e Jamaica, que ainda não temos.

Também se discutiram alguns programas e houve a inauguração lá de um centro de formação profissional que o Brasil ajudou, em um trabalho feito entre o Senai, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) e uma agência jamaicana chamada HEART, de treinamento de recursos humanos, que é para formar pessoal ligado à área de serviço, sobretudo turismo. Ele é bem amplo e vai desde ensinamentos de carpintaria até telecomunicações e a ideia brasileira é a de formar quadros para formar pessoal e prover esse mercado crescente de turismo que tem lá.

Há outro elemento que também acho importante, de acompanhamento de informação pelo Brasil, que é a ideia jamaicana de criar um *hub* ou se transformar num *hub* de logística e transbordo. Quando a gente olha no mapa se vê a posição da Jamaica abaixo de Cuba, próxima ao Haiti, mas muito próxima à Flórida – são 200 milhas da Flórida. A ideia deles é fazer esse transbordo e estão trabalhando nesse projeto, têm dificuldades de financiamento e estão com interesse em atrair empresas brasileiras para participar disso.

Eu acho que essa também é uma função nossa na Embaixada: continuar informando e tentando atrair o interesse brasileiro para participar. A ideia é fazer parcerias público-privadas.

Depois, eles têm uma série de pedidos de cooperação, como exploração de calcário. Pediram que técnicos brasileiros estejam lá para avaliar a viabilidade econômica. Por causa da função que venho exercendo lá em Roma, com a FAO, eu também tenho em mente algumas ideias sobre cooperação agrícola. O próprio Diretor-Geral da FAO, que é um brasileiro, como os senhores sabem, o ex-Ministro José Graziano da Silva, tem um interesse muito grande pelo Caribe, esteve lá em visita, tem muito contato e manifestou interesse em promover essa cooperação Sul-Sul. O Brasil tem sido muito ativo na Jamaica, por causa do grande potencial agrícola que ela tem.

Nós vemos também a Jamaica sob outro ângulo, um ângulo um pouquinho mais multilateral. Acho importante a gente sempre lembrar que, no sistema multilateral, na maior parte dos organismos, sobretudo no sistema da ONU, não existem votos ponderados. Os votos são "um país, um voto". Nesse caso, o voto da Jamaica é um voto que tem o mesmo peso que um voto do Brasil, dos Estados Unidos, da Rússia ou da Alemanha.

Além disso, a Jamaica, como membro do Caribe, tem uma grande coordenação. Os caribenhos são muito coordenados nos fóruns internacionais. Têm posições comuns que defendem, sabem atuar, e aí eu acho que é muito importante o nosso diálogo com eles, sobretudo com a Jamaica, que é um país que tem uma influência muito grande na região, pelo seu peso, apesar do seu tamanho, quando visto pelos olhos brasileiros.

Nós temos tratado de levar à frente dois diálogos com eles: um é o Brasil-CARICOM, de como podemos ampliar nossas relações de cooperação, de comércio e de investimentos; e o outro é uma relação Mercosul-CARICOM. Temos encontrado portas para atuar até bilateralmente. Há uma coisa interessante que foi desenvolvida na ALADI. Através desses acordos de alcance parcial, nós pudemos incluir pela primeira vez um país caribenho dentro desse acordo, sem criar conflitos com o Mercosul. Talvez seja uma forma de encontrar alternativas para ampliar nossas relações com países como a jamaica e outros caribenhos, mas também uma forma de estimular mais o Mercosul a buscar, como já tem havido um diálogo, algum acordo comercial mais profundo com a região.

Eu me apressei um pouco em falar de Jamaica porque percebi que na informação transmitida aos senhores não veio o item. Eu até entendo o porquê. É porque ele é tratado de forma temática, não necessariamente ligado à Jamaica. Mas eu considero esse item de grande importância. O Embaixador do Brasil, quando é credenciado no governo jamaicano, também é credenciado em um organismo internacional localizado na Jamaica, em Kingston, que é a autoridade internacional dos fundos marinhos. É um organismo que decorre da Convenção das Nações Unidas de 1982 sobre direito do mar, e eu considero esse um tema de enorme interesse do Brasil.

Basicamente, de forma muito sucinta, ele trata de regulamentar como se faz a pesquisa e a exploração dos fundos marinhos em águas internacionais, portanto, além da área nacional do mar. O Brasil sempre teve interesse em acompanhar esse tema, como grandes negociadores do acordo da Convenção. Mais recentemente, este ano – também considero que é um marco –, foi a primeira vez que o Brasil presidiu a assembleia da autoridade. Exatamente foi o atual Embaixador lá que foi o presidente da assembleia, e nessa assembleia o Brasil pode aprovar uma proposta, um projeto nosso de pesquisa, de uma área de 3 mil quilômetros quadrados, localizada a 1.500km da costa do Rio de Janeiro, onde nós detectamos a possibilidade de haver reservas, ou nódulos de polimetais e outras coisas, que são do interesse do Brasil explorar e conhecer, com uma grande perspectiva econômica. Algumas pessoas consideram – até andaram anunciando na imprensa – que pode ser quase um pré-sal mineral para o Brasil. Então, acho que esse é um tema também de interesse de acompanhamento do Embaixador lá, com relações aqui.

Se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário, minha ideia é conversar com todos os nossos órgãos internos, para saber os seus planos e projetos com relação à implementação dos acordos que estão na pauta, fazer um trabalho para que sejam, enfim, aprovados rapidamente aqui no Congresso, para que possamos começar a executá-los.

Obrigado, Sr. Senador. Com esse resumo, ficaria muito honrado com as perguntas que estiverem à mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Alberto Michaelsen den Hartog.

Agora, abro então para os Senadores que desejam arguir.

Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora, Srs. Embaixadores, costumo dizer que nessas nossas sabatinas parece que nós que sabatinamos, mas na verdade aprendemos aqui; não só pelas falas, mas costumo concentrar minhas perguntas para tentar aprender coisas que me interessam. E o que me interessa, a partir dos senhores, da senhora, do corpo diplomático, é como o Brasil vai se situar no mundo, como o mundo será transformado e como vamos enfrentar os diversos problemas do mundo.

Antes de fazer pequenas referências a cada um dos países, queria tentar entender – e sempre coloco perguntas desse tipo, só que organizei um pouco diferente – qual é o papel das nossas relações com esses países que podem nos ajudar no enfrentamento de alguns problemas, quase que desafios, e na sugestão de encaminhamentos para o mundo. Por exemplo, o enfrentamento do problema da droga. Nesses países, são pontos de ameaças a droga, ou não? Usando a expressão que usou o embaixador sobre o *hub* para aviões, pergunto: a Jamaica, o Haiti e o Nepal podem ser *hubs* para droga, ou não?

Segundo, é paraíso fiscal? Eles representam a possibilidade do uso das suas leis para tráfico de dinheiro, inclusive da corrupção? O outro é sobre o crime organizado. São países que podem representar instabilidade devido a relações com o crime organizado? Outra é a proteção ambiental. Nos fóruns internacionais, esses países, pelo menos seus governos atuais, podem representar aliados na busca brasileira de um desenvolvimento sustentado? Ou não? Às vezes, um pequeno país, como o Butão, representa um grande aliado na busca de um desenvolvimento sustentado.

E, para não ficar numa lista muito grande, a luta pela redução da pobreza no mundo. Esses países têm experiências de políticas relacionadas com a pobreza? Além disso, quais são os benefícios que a gente poderia ter? E aí coloco, fundamentalmente, no caso desses países, a relação cultural, porque acho que o fato de podermos ter relações com outros países enriquece o Brasil culturalmente.

É muito comum, no mundo de hoje, que até nossos presidentes no mundo inteiro viraram caixeiros viajantes e não mais estadistas. Não vejo estadistas talvez porque a globalização impede, uma vez que o político precisa de voto local no presente, e o presente se choca com temas internacionais para os quais nossos políticos não têm preparo, no caso de enfrentamento. Fica impossível ser estadista. Ou é profeta, independentemente do país e da política, ou é político e consegue voto para se eleger. Essa é uma realidade. Então fomos transformados em caixeiro viajante.

E a diplomacia vem sendo usada muito em função de ter os embaixadores como vendedores do nosso produto. Acho isso uma diminuição do papel de um diplomata, embora não possa esquecer isso também. Acho que a relação cultural, para mim, é talvez a mais forte. E aí gostaria de ver como é que a senhora e os senhores vão ajudar no aumento desse intercâmbio nesses países.

Agora queria fazer alguns comentários específicos, especialmente para o Haiti, para onde fui num momento talvez dos mais difíceis da presença do Brasil, em que o Embaixador Paulo Cordeiro me recebeu e tivemos de passear dentro de um tanque de guerra com capacete, colete de bala e descermos um pouquinho na rua rodeados de soldados... As coisas foram melhorando.

Então, eu gostaria de discutir alguns desafios que a presença de um embaixador nosso no Haiti representa. Primeiro, ver, no local, um Estado que hoje se chama... Eles não gostam, as Nações Unidas protestam até, mas são Estados "inviáveis" – entre aspas –, que não conseguem funcionar direito.

Não são só os pequenos, não. Esta semana, o Presidente Mujica provocou um escândalo quando disse que o México é um Estado inviável. Eu já ouvi gente dizer que o Paquistão, um país com bomba atômica e com um potencial científico, em alguns setores muito mais desenvolvido do que o Brasil – eu disse muito mais –, é inviável também; alguns dizem. Se continuar a crise brasileira, vão dizer que o Brasil também está caminhando para isso – exagerando um pouco e caricaturando.

Mas o Haiti é um país que se aproxima dessa situação, como outros países na África que não têm condições, aparentemente, de sair da realidade que atravessam sem a comunidade internacional ajudar.

Eu li um trabalho, uma vez, Senador Suplicy, que propunha que alguns países do mundo estão ficando tão inviáveis que a comunidade internacional deveria adotá-los, não mais como protetorado colonizado de um país, mas como protetorado da comunidade das Nações Unidas, internacionalmente falando. Então, eu gostaria de ouvir um pouco sobre até que ponto essa ideia de inviabilidade se aplica ou não ao Haiti.

Segundo, é óbvio que é o tema fundamental da nossa presença militar. Eu tenho – embora não tenha notícia dele há alguns anos, a última vez foi quando eu estive lá – um grande amigo meu chamado Magloire, do tempo em que eu trabalhei no Banco Interamericano de Desenvolvimento, e, quando eu estive no Haiti, pedi para conversar com ele. Tomamos um café da manhã, e ele me disse uma coisa surpreendente, Suplicy, sobre a intervenção do Brasil lá. Eu perguntei: "E como é que vocês estão vendo nós brasileiros aqui?" E ele disse: "Todo dia, de manhã, quando eu faço a barba, eu tenho uma raiva dos brasileiros que estão aqui... Todo dia, quando eu vou dormir, eu sinto um alívio, porque sei que o Exército brasileiro está aqui." Ou seja, é uma necessidade, e eu saí de lá convencido de que a gente não tem o direito de sair de lá, a não ser quando o povo haitiano disser: "Não precisamos mais de vocês." Eu não falo só do ponto de vista de colaboração econômica, social, eu falo do ponto de vista militar mesmo.

Então, eu gostaria de saber como é essa nossa presença militar, de acordo com o embaixador, se vai continuar, ainda, por muito tempo ou não, se estamos caminhando para que o Magloire possa acordar e dormir com o mesmo sentimento, e não mais com um sentimento de manhã e outro sentimento à tarde. O outro é a pobreza, em que o senhor tocou na sua fala. Eu gostaria de ver, um pouco mais, como é que nossa colaboração pode ajudar nisso. Então, isso com relação ao Haiti.

Eu tenho um pequeno comentário com relação à Jamaica, que é um país que, para a minha geração, tem um simbolismo muito grande por causa da música, e acho que para o Suplicy mais do que para mim. (*Risos.*)

Você, um admirador ainda maior da música e cantor também! Mas eu, também, na minha geração.

Então, é um país daquele pequeno tamanho que tem uma presença tão forte do ponto de vista da música e do esporte. Nas Olimpíadas, a Jamaica está presente, sobretudo no esporte de corrida. Mas a música... Isso daí é uma coisa muito interessante. Eu gostaria de ver até que ponto a gente pode, ainda, ou não, aumentar a colaboração cultural com a Jamaica.

Eu também gostaria de saber como está o enfrentamento da pobreza na Jamaica. Há políticas de pobreza? Eu não tenho informações, por exemplo, e gostaria de ter, embaixador, sobre a educação. Eu até procurei, antes de vir aqui, fiz um pouco o meu dever de casa e vi que não tem. Salvo a alfabetização – que está em 87%, ou seja, um pouquinho pior do que a nossa, mas não muito –, eu não consegui ver como está.

E, aí, a minha pergunta é clara: Os países influenciados pelos ingleses terminaram ficando com a educação melhor do que a brasileira – pelo menos para a elite. Então, como é o sistema educacional na Jamaica?

E sobre o Nepal, além da cultura, há uma pergunta: Como está a relação do Nepal com a Índia? A primeira parte. Em segundo, nossa relação com o Nepal atrapalha ou ajuda nossa relação com a Índia? Lembrem-se que ontem, com os três conversando, a gente falou como a hipótese de um aprofundamento da relação com Taipé atrapalharia de uma maneira dramática nossa relação com a República Popular da China. No caso da Índia, facilita ou não? E como está a relação entre os dois?

Finalmente, uma pergunta para a Jamaica, que pode servir até para o Haiti também. E a embaixadora tocou, de passagem, no assunto em relação ao Nepal. E a presença da China? Como está a presença da China nesses países? Por todo canto está a presença da China. Por todo canto.

Eu tenho estudado... E aproveito aqui para denunciar; e o Suplicy chamou também para ele, como um professor de Economia como eu, que nós vimos o açúcar que fazia de Olinda e Recife, minha cidade, as mais ricas do mundo àquela época; mas em poucas décadas caíram quando o açúcar foi para o Caribe.

Nós vimos o Maranhão, que era uma região rica, cair quando o algodão foi para o Sul dos Estados Unidos. E nós vimos, mais recentemente, Belém e Manaus, com aquela riqueza imensa de óperas que iam para lá e não para o Sul, de repente acabarem quando a borracha foi levada para a Malásia.

Eu tenho a convicção triste de que nós vamos perder a soja para a África por investimentos chineses. A China está ocupando, comprando terras; e empresários brasileiros também. Isso não é denúncia, não. Isso eles têm que fazer mesmo. A gente que tem que encontrar um caminho para que essa região do Centro-Oeste, que hoje nada na bonança da soja, em vez de nadar não seja asfixiada pelo fim da riqueza da soja e essa região se transforme em um *silicon valley;* Que se transforme em produtor de indústria de alta tecnologia ao invés de – como os outros que eu falei – ter a decadência.

A China... Empresários brasileiros estão trabalhando na produção... Aquele mapa mostra. E é metade do caminho de Moçambique para a China do que do Brasil para a China. Um pouquinho mais da metade. Quando isso acontecer, nós vamos ter uma debacle aqui, como tivemos na Amazônia. Eu creio que no Acre menos, porque naquela época o Acre estava tão distante que não chegou a se beneficiar plenamente.

Então, a minha pergunta é sobre se há ou não, em crescimento, a influência da China nesses países, como a gente vê hoje no mundo inteiro, mas muito especialmente na África? Um milhão de chineses estão lá e foram para ficar, não apenas para construir – aí são muitos mais. Estou falando daqueles que foram e compraram seu pedaço de terra, montaram seu negócio. Como está isso sobretudo na Jamaica? No Nepal talvez nem tanto, por causa da presença da Índia. Ali é uma briga de gigantes. Mas eu fico curioso também. No Haiti acho que menos, mas também vem aqui a pergunta.

É isso que eu tinha para colocar e mais uma vez parabenizar o Governo brasileiro, que por anos e anos, sobretudo depois do governo Lula – e Dilma se tem mantido fiel nisso –, tem conservado essa ideia de ter como embaixadores aqueles do corpo de diplomatas que tanto nos orgulha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelas arguições.

Eu pergunto ao Senador Anibal Diniz se gostaria também de fazer arguição?

Por favor, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Na realidade, uso a palavra apenas para desejar sorte aos nossos Diplomatas designados para o Nepal, para a Jamaica e também para o Haiti. E dizer que essa relação que foi referida pelo Sr. Embaixador Fernando de Mello sobre as entradas de haitianos via Acre realmente foi algo que causou, nos últimos três ou quatro anos, um desconforto muito grande, porque o Acre não estava preparado para aquela situação e, tão logo foi concluída a rodovia interoceânica, que passa pelo Acre, entra no Peru e chega aos portos do Pacífico, tanto em Lima como em outras cidades peruanas, isso facilitou muito a entrada dos haitianos. Eles descobriram esse caminho.

O fato é que, nesse período, a entrada irregular de haitianos, via Acre, se aproximou de 30 mil. Quer dizer, infinitamente superior ao número que é mensalmente regularizado na Embaixada brasileira em Porto Príncipe.

Então, há uma missão dificílima aí, mas houve uma intervenção forte do Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal apoiando, tirou-se aquela concentração da cidade de Brasileia, uma cidade que não oferecia as mínimas condições. Ela tem dez mil habitantes e chegou a ter dois mil, três mil haitianos. Quer dizer, a infraestrutura existente, assim como os serviços públicos oferecidos não eram suficientes para atendê-los. Então, houve uma tomada de decisão de levar a concentração para Rio Branco e, de lá, fazer a destinação para os demais pontos de interesses deles, que, normalmente, são no Centro-Sul do Brasil em busca de trabalho e emprego.

Eu estive, também... Por conta dessa agenda que envolveu o Acre, eu fui ao Haiti, em missão do Senado, e pude conhecer o trabalho da presença tanto da diplomacia quanto da Força Nacional brasileira a serviço da ONU, e senti o quanto aquela população precisa, realmente, desse apoio. Como o Senador Cristovam Buarque,

eu não consigo imaginar como ficaria o Haiti com a saída daqueles militares brasileiros que têm uma ação absolutamente abnegada ali, um ambiente que precisa muito da ajuda externa.

Sei que as missões serão muito difíceis, por isso desejo extrema sorte para todos. Na Jamaica, imagino que os desafios sejam também grandes, mas, digamos assim, o impacto que temos à primeira vista não é tão grande, comparando a situação da Jamaica e a realidade completamente diferente do Nepal. Então, vai ser uma missão grandiosa desses grandes brasileiros que estarão a serviço nessas localidades.

Muita sorte. Vamos estar na total torcida pelo sucesso da missão de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz, por suas considerações.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores e Srª Embaixadora, eu quero me valer da colocação do Senador Cristovam e dizer que, na verdade, há muito anos fazemos aqui o que nós chamamos de sabatina, mas, na verdade, são aulas que recebemos e que nos colocam a par, realmente, da realidade brasileira no mundo. Eu, portanto, quero cumprimentá-los e desejar que tenham bastante êxito na nova missão que irão exercer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu gostaria, também, de fazer algumas observações e indagações. Gostaria de, ao Embaixador Fernando de Mello Vidal...

Só um minuto para cumprimentar o Senador Armando Monteiro. Seja bem-vindo!

A ajuda internacional para a recuperação econômica do Haiti se tem revelado um tanto insuficiente do ponto de vista de não haver mais a necessidade da Minustah. Até quando avalia que o Brasil e a Minustah terão de lá permanecer? Será que final de 2015 é uma data viável? Nós temos recebido, às vezes, a visita aqui, por exemplo, de um Senador do Haiti que tem expressado que, no Senado haitiano, eles fazem moções para que seja abreviado o tempo da Minustah no Haiti.

Em 2004, quando o Presidente Lula lá esteve, a Seleção Brasileira fez uma apresentação ali, naquele momento em que o Presidente Lula estava, e pude testemunhar o extraordinário carinho e o respeito do povo haitiano pelo Brasil, pois se o jogo foi num estádio lotado, onde só cabia pouco mais de 20 mil pessoas, desde o momento em que a Seleção Brasileira chegou a Porto Príncipe até chegar ao estádio, havia praticamente um milhão de pessoas nas ruas – assim se estimou – aplaudindo Ronaldo, Ronaldinho, Romário e outros craques.

O Brasil ganhou de 6x0. Quando o Haiti fazia uma boa jogada, o povo muito aplaudia, mas também aplaudiu na hora em que o Brasil fez cada um dos seis gols. Já relatei ao senhor que, quando terminado o jogo, acompanhei o Presidente Lula ao vestiário, e os jogadores do Brasil lhe disseram: "Pode sempre contar conosco para missões de paz como essa." O futebol ali se mostrou mais uma vez um grande instrumento, um fenômeno agregador, pacificador. Então, com esse espírito, acho que é muito importante que o Brasil contribua significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Haiti.

Agradeceria se pudesse nos dar mais informações relativas à questão que o Senador Cristovam Buarque aqui enfatizou de como tem havido essa experiência de o Brasil ajudar o Haiti a efetivamente se desenvolver, mas também erradicar a pobreza e promover um sistema de maior equidade.

Quando eu estive lá, tive a oportunidade de conversar com algumas autoridades, inclusive sobre a proposição da renda de cidadania. E eu quero dar aos três embaixadores um exemplar do meu livro *Renda de Cidadania – A saída é pela porta*. Agradeço muito se puder nos dar mais informações a respeito.

No que diz respeito ao Nepal, Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, conforme o Senador Cristovam salientou e V. Exª também mencionou, a política externa do Nepal é muito centrada na Índia e na China, dois países gigantescos que são vizinhos. Noto que a senhora mencionou que o coeficiente de Gini do Nepal é em torno de 0,34. Na verdade, em 2010, eu constatei que seria de 0,328. Se comparado ao de outras nações, é um índice relativamente baixo.

O do Brasil está em torno de 0,49 e 0,50. Ainda somos um dos mais altos, embora tenhamos baixado de 0,60 e poucos nos anos 90 para, hoje, próximo de 0,50. De terceiro, passamos para décimo sexto ou décimo sétimo país mais desigual do mundo. Ainda temos muito o que avançar.

O que noto é que lá no Nepal, como a renda *per capita* é muito baixa, ainda há uma proporção muito grande da população, cerca de 44%, abaixo da chamada linha de pobreza extrema. Então, eu gostaria de reforçar as indagações do Senador Cristovam Buarque sobre como eles estão enfrentando esta situação e em que medida poderá o Brasil interagir com o Nepal nas suas experiências de combater a pobreza e promover maior equidade.

Com respeito à Jamaica, eu gostaria de perguntar ao Embaixador Carlos Alberto den Hartog, como a Jamaica enfrenta problemas econômicos sérios, inclusive tem tido um acordo com o FMI para ter um alívio financeiro, quais são as perspectivas de recuperação econômica da Jamaica, levando em consideração a sua dependência em relação aos Estados Unidos? E o senhor mencionou que como a Jamaica quer se transformar em um *hub* logístico, apostando na ampliação do Canal do Panamá para ali haver como que um lugar de transição de movimentação daqueles navios que vêm do Canal do Panamá para os Estados Unidos, então, em que medida há interesse de empresas brasileiras de lá investirem, sobretudo nesta área?

E tal como o Senador Cristovam mencionou, ao lembrar da cultura jamaicana, sobretudo na área da música, nós sabemos que há regiões do Brasil que têm uma interação cultural muito grande com a Jamaica, em especial o Maranhão. Há muitos artistas maranhenses que se apresentam no Maranhão e artistas da Jamaica que... Quer dizer, do Maranhão que se apresentam na Jamaica e vice-versa, da Jamaica que se apresentam no Maranhão, sobretudo cantores de *reggae*. Nós sabemos o quanto Bob Marley é tão apreciado no Brasil por todos nós. Agradeço se puder também nos falar a respeito do potencial de intercâmbio cultural em todas as áreas com a Jamaica, que é tão rica nesses aspectos.

Passo a palavra, então, agora, primeiramente, ao Embaixador Fernando de Mello Vidal, para responder as arguições feitas.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Obrigado, Senador.

Foram vários pontos mencionados. Eu vou tentar abordar todos, a começar pelo primeiro ponto mencionado pelo Senador Cristovam Buarque, um assunto sobre o qual, de fato, não houve muita divulgação de informação, que é a questão de drogas – o senhor mencionou drogas, não é?

Não se tem muita informação a respeito desse tema no Haiti, mas, um pouco pela dedução lógica, basta olhar para o mapa para a gente deduzir que o Haiti terá que ser um ponto de passagem de drogas que chegam aos Estados Unidos. Se a gente sabe que hoje em dia as drogas chegam até a Califórnia por submarinos vindos da Costa Oeste da América do Sul, eu acredito, sim, que pode haver uma presença de drogas, como ponto de passagem apenas. Entendo que há pouca fiscalização e repressão, na medida em que o Haiti não tem exército e a Polícia Nacional haitiana – como eu disse na minha apresentação – ainda é muito carente de recursos humanos, sobretudo.

Mas eu acho que sim, que há passagem em direção à Flórida, em direção aos Estados Unidos. Apesar de eu não ser especialista nessa questão de drogas, mas acho que sim, que deve ser ponto de passagem.

Quanto à questão de proteção ambiental, é um problema grave, no Haiti. Cerca de 95% da energia vêm da lenha e com isso a gente sabe que grande parte da mata verde do Haiti já foi eliminada, foi usada para lenha, para cozinhar. Dizem até que quando se passa da fronteira de um país para o outro – da República Dominicana para o Haiti – vê-se o contraste muito forte de vegetação, ambiental. Quando se entra... passando a fronteira, entrando no Haiti, já se nota que há uma devastação da ecologia muita violenta lá no Haiti.

O senhor menciona a relação cultural. Nós temos, lá em Porto Príncipe, um centro cultural brasileiro que, obviamente, neste último ano, tem sofrido um pouco por questões orçamentárias, mas é um centro cultural que tem sido muito útil, porque ministra aulas de Português, inclusive tem tido uma utilidade importante, porque muitas das missões haitianas que vêm para o Brasil, missões, por exemplo de cooperação técnica... Um caso recente, só para exemplificar, é de uma missão de cooperação com a Polícia Rodoviária Federal, em que os agentes que vieram ao Brasil passaram por esse centro cultural para terem aulas de Português, antes de chegar ao Brasil. Ficaram um mês com aulas intensivas de Português e conseguiram com isso aprender.

Obviamente, o Haiti é um país que tem uma cultura riquíssima e acho que nós temos muito que inclusive aprender com eles. Eu acho até que nesse debate sobre a questão migratória no Brasil, nós enriqueceremos a nossa cultura com a cultura que os haitianos trazem para o Brasil.

Isso foi até um comentário que a Ministra Salvatti fez lá em Rio Branco , quando esteve agora na Chácara Aliança, lá em Rio Branco, uma chácara que foi escolhida pelo Governo brasileiro para acolher os imigrantes que estão entrando pela fronteira. Ela fez esse comentário: "Nós temos a ganhar com a cultura que os haitianos trazem para o Brasil". Acho esse um ponto também interessante de se discutir.

Eu não posso, Senador, concordar com a tese de que o Haiti é um país inviável, porque senão não poderia estar aqui. Eu acho que é o contrário, eu acho que é um país que tem demonstrado ser viável. Os índices de recuperação econômica são evidentes. Em 2013 houve uma recuperação, o PIB cresceu 4,3%, isso não é pouco. Em 2014, o PIB deverá se situar em 4%. Os progressos são evidentes em várias áreas, sobretudo na questão da saúde. A cólera tem sido combatida. O número de pessoas afetadas caiu. Eu poderia citar números que eu tenho aqui, mas, enfim, o importante é a informação de que tem havido progressos também no combate à cólera.

O país procura... Como diz o próprio Presidente Michel Martelly... Achei uma frase feliz do Presidente Michel Martelly. Grande parte do orçamento do Haiti vem de doações internacionais e o próprio Presidente

Martelly diz: "Nós estamos passando de uma fase de receber doações para querer mais investimentos." Acho isso importante, o país tem que buscar investimentos, a política externa haitiana é uma política externa voltada para os negócios e eles procuram, então, atrair investimentos. Obviamente, eles sabem que isso depende de uma série de fatores também, porque o investidor quer segurança jurídica, quer estabilidade política. Tudo isso tem que ser mostrado ao mundo pelos haitianos. Eles sabem, por exemplo, que não são mais um país... ou não serão mais um país de golpes de estado, como vimos no passado. O Haiti é um país que está crescendo, por isso, cobrará da comunidade internacional, no futuro, que a comunidade internacional responda a essa recuperação do país, sobretudo com investimentos que são necessários para reduzir a pobreza e garantir o crescimento econômico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me fazer uma pergunta de uma das pessoas que estão nos ouvindo, que nos enviou, inclusive encaminhada pela Conectas. A Srª Marina Rongo Barbosa, que é da ONG Conectas Direitos Humanos, formula a seguinte questão:

Uma das razões para a criação, por parte do Brasil, do chamado visto humanitário aos haitianos foi a preocupação para que aqueles que migram ao Brasil o façam de forma segura. No entanto, temos visto que centenas de imigrantes haitianos continuaram chegando pela fronteira do Acre, sem o visto, após uma travessia perigosa, com muitas extorsões por coiotes e abusos no trajeto até o Brasil [Reflexão que o Senador Anibal Diniz aqui colocou]. Como o senhor avalia essa situação e quais medidas o senhor, uma vez embaixador, adotaria para lidar com a situação?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, o senhor me permite? Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Petecão, por favor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Embaixador, eu sou Senador pelo Acre. Ouvi o senhor dizendo que, inclusive, esteve no Acre, visitando a Chácara Aliança, é isso?

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Não, eu mencionei a Chácara Aliança, mas eu não estive no Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ah, o senhor não esteve.

Realmente, houve um avanço ali hoje. O espaço em que os imigrantes estão vivendo ali no Acre realmente melhorou. Eles viviam em condições subumanas lá em Brasileia, onde estivemos várias vezes. Uma situação muito difícil que causou um transtorno muito grande para os nossos Municípios da fronteira, tanto Assis Brasil quanto Brasileia.

Grosso modo, eu gostaria de fazer uma pergunta – eu conversava com algumas autoridades haitianas –: Existe uma perspectiva de aumentar esse fluxo de imigrantes ou a tendência é estancar? Estou perguntando *grosso modo*, lógico, essa é uma pergunta que nem sei se o senhor poderá responder, porque isso é uma questão lá... Mas, com sua experiência... E por que o Acre? Eu queria saber por que essa imigração ocorre pelo Acre? Porque, por mais que o Governo brasileiro tenha se preocupado, criado situações, existe uma insegurança muito grande da população acriana em conviver com essa situação, com algumas situações difíceis, há o medo dessas doenças que podem entrar no nosso País.

Então, eu queria ouvir qual entendimento o senhor tem sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Embaixador Fernando de Mello Vidal.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Eu devo responder? Continuar na resposta anterior ou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Na forma como o senhor vem desenvolvendo, mas também respondendo a ele, pode completar as reflexões que estava realizando.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, queria registrar aqui a presença do Vereador Clezio, de Rio Branco, nossa capital.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seja muito bem-vindo, Vereador Clezio.

Pois não.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Na verdade, são várias perguntas, todas com o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Essa feita pela Conectas, por exemplo, refere-se também ao tema da imigração.

Então, enfim, como disse na apresentação, condensei muito minha apresentação inicial naquilo que seria, na minha opinião... Enfim, falar sobre o Haiti em dez minutos não é muito fácil. Então, eu coloquei na minha apresentação aquilo que era realmente só o que eu achava que era essencial. Eu incluí ali, na minha apresentação – o que, na minha opinião, é essencial – duas informações importantes com relação ao Acre. A informação que temos é de que a grande entrada de haitianos pelo Acre se deu em abril de 2013, a partir de abril, maio de

2013. Foi, como eu disse, uma situação inteiramente nova para o Brasil, porque nós não estávamos preparados para isso. Apesar de sermos um País de imigrantes, todos nós aqui nesta sala somos descendentes de imigrantes – sem os imigrantes não haveria Brasil –, mas nós não imaginamos que isso aconteceria de uma maneira tão forte, sobretudo a partir de abril de 2013.

Eu entendo que este momento muito crítico estará passando... Talvez seja ousado dizer que já passou. Já passou talvez não, mas estará passando, porque continuam entrando, ainda existe uma entrada de haitianos pela fronteira com o Acre. Por que pelo Acre? Eu entendo que é porque é a rota que os chamados coiotes escolheram, que seja mais fácil entrar no Brasil por ali, porque saem do Haiti, vão para a República Dominicana, de lá vão ao Panamá e descem até o Equador, Peru, Bolívia e Brasil.

Nós temos um Consulado em Cobija, e o nosso Cônsul em Cobija, com muita frequência, vai ao Brasil para ver a avaliação da situação das entradas dos haitianos pela fronteira de Epitaciolândia e Brasileia. Por isso que eles entram pelo Acre, porque, para os coiotes, que são aqueles que ganham dinheiro com a entrada dos haitianos, essa rota é mais fácil de se fazer, sobretudo a partir do Equador para Peru e Bolívia. Agora, a informação que nós temos é que... As fontes nossas de informação são as mais diversas possíveis, sobretudo a imprensa, que também é uma fonte de informação. E a informação que nós temos é a de que não há aquele momento crítico que existiu a partir de abril de 2013, quando entravam 50, 60 por dia, que criou aquela situação muito crítica no Acre, em Brasileia.

O Governo do Acre também conseguiu responder a essa emergência, sobretudo com essa chácara chamada Aliança, em Rio Branco, que recebe 500 pessoas, tem uma capacidade de receber até 500 pessoas.

Então, nessa minha resposta, Senador, eu respondo também a indagação da Conectas, feita agora, que não acho que nós estejamos vivendo mais aquela emergência que vivemos no ano passado. Os vistos que estamos dando em Porto Príncipe hoje são quase todos de reunião familiar. O que quer dizer isso? Não são haitianos que querem entrar de novo no Brasil para procurar emprego, não; são os parentes que estão sendo chamados do Haiti pelos haitianos que já estão aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Uma média de quantos vistos por dia? Só para que eu tenha uma noção.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – São 600 por mês. A média mensal é de 600. A Embaixada demora mais ou menos 15 dias para aprovar um visto, os vistos são agenciados hoje em dia. Havia uma pressão muito forte sobre a Embaixada em Porto Príncipe, com filas enormes e tumulto. Então, agora, eles fazem via agenciamento por telefone, o visto demora mais ou menos 15 dias para ser concedido; 600 vistos por mês, são 150 por semana – sou péssimo em matemática –, mais ou menos 20 por dia. E a informação muito importante é esta: quase todos de reunião familiar. É gente nova entrando no Brasil, mas não são imigrantes novos tentando entrar para trabalhar, conseguir emprego; são os que já estão aqui... O que, aliás, é uma boa notícia porque você não chama sua família se não está estabilizado no país, e a informação é a de que eles estão todos mais ou menos sendo inseridos no mercado de trabalho.

Não sei se isso responde a sua pergunta... Mas, sobre a questão de imigração, a informação que eu teria a dar seria mais ou menos essa.

Só para ilustrar um pouco mais a resposta, muita gente questiona por que o Brasil, por que os haitianos escolheram o Brasil. O próprio Senador Suplicy acaba de dizer que teve um jogo da Seleção, um jogo da paz em 2004. O que eu soube foi que os haitianos nesse jogo torciam pelo Brasil mais do que pelo Haiti. Na Copa do Mundo agora, Porto Príncipe estava toda de verde e amarelo porque todos torciam pelo Brasil. O Brasil é um País querido no Haiti. O senhor disse isso num artigo no *Jornal do Brasil;* os nossos integrantes da Força de Paz são muito bem vistos pela população haitiana porque eles adotaram a tática militar mais passiva até do que proativa, quer dizer, as patrulhas são feitas a pé, para não assustar a população.

Os brasileiros... a Força de Paz em geral, claro, mas como o Brasil é o maior contingente, o que acontece é que a população haitiana acaba confundindo a Força de Paz com o Brasil. E existem teorias, o próprio chefe do Batalhão Brasileiro da Minustah tem essa teoria de que a Força de Paz das Nações Unidas fez uma propaganda positiva do Brasil. E o Brasil é visto como um país de oportunidades e isso explicaria um pouco por que os haitianos escolheram o Brasil. A própria legislação aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração, que é essa Resolução nº 102/2013, que eliminou o teto de 1,2 mil vistos por ano, e a decisão do Governo brasileiro de não fechar as fronteiras – não sei, mas acho que se acontecesse isso, seria a primeira vez na história que o Brasil fecharia fronteiras – , também estimula os haitianos a virem.

Eu queria até citar, se me permitem, uma citação feita pela Deputada Perpétua Almeida, que eu tive o prazer de receber na Bolívia, em Cochabamba, quando disse: "Se nós ajudarmos o Haiti como estamos ajudando em várias áreas, como cooperação técnica, por exemplo, nós já ajudaremos para que eles fiquem lá." Essa é

uma tese que o Embaixador do Haiti no Brasil também defendeu, em um seminário na Fiesp, em que ele disse: "Eles estão vindo porque estão sem emprego. Se eles tivessem emprego no Haiti, eles ficariam lá."

Então, eu acho que a boa notícia – não sei se posso dar uma boa notícia – é essa de que a emergência já terá passado, e, ainda que não tenha passado, o Brasil, hoje, está muito mais preparado para receber essa leva de imigrantes do que estava há um ano e, como eu disse, era uma situação nova para a qual nós não estávamos preparados e eu acho que, hoje, nós já temos uma experiência anterior.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O senhor me permite, Sr. Presidente, só para finalizar?

Na verdade, Embaixador, como o senhor disse, em 2013, nós nos deparamos com uma situação que ninguém esperava. Brasileia é um Município pequeno, 10% da população que estava ali era de haitianos, ocupando os espaços da população, em condições subumanas. É lógico que isso causou um transtorno muito grande. Aí a nossa preocupação de pressionar o Governo Federal para que houvesse uma política de ajuda ao Estado, foi quando estourou aquele episódio que o Governo tomou a decisão de socializar os haitianos com o resto do Brasil. Foi quando veio aquela leva para São Paulo e aí, Senador Suplicy, São Paulo gritou, não aguentou. Se São Paulo gritou, imagine nós no Acre como é que estávamos passando, não é? A população estava aterrorizada. O Governador conversava comigo agora, eu estava em meu gabinete: hoje, já existe essa preocupação em Rio Branco – ele é um Vereador em Rio Branco, e já existe essa preocupação em Rio Branco. Rio Branco, lógico, não é uma grande capital. É a capital do Estado, mas não temos...

Então, a nossa preocupação não é nada contra os haitianos – nada, nada, nada. A nossa preocupação é que, de repente, esses haitianos que estão adentrando em nosso País via Peru e Bolívia – nós estamos falando dos dois maiores produtores de droga do mundo, que são Peru e Bolívia –, de repente, essas pessoas podem se tornar presas fáceis do narcotráfico.

Então, são coisas para que a gente possa fazer uma reflexão para que, lá na frente, nós não venhamos a nos deparar com uma situação pior.

Obrigado, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Petecão, permita eu lhe dizer que eu estive lá conversando com os haitianos, inclusive com os representantes da Igreja Católica e da própria Prefeitura Municipal, em São Paulo, para dar a boa acolhida a eles e ajudar na reflexão sobre como canalizar oportunidades para que eles, mais rapidamente, pudessem obter seus documentos e conseguir oportunidade de emprego. Felizmente, conforme o Embaixador Fernando de Mello Vidal mencionou, nós estamos numa situação econômica no Brasil que está podendo providenciar, prover oportunidade de emprego a alguns milhares de haitianos, tanto em São Paulo quanto no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Pois não, pode continuar.

O SR. FERNANDO DE MELLO VIDAL – Obrigado.

Não, eu só ia concluir um pouco com essa informação, um pouco até com base no meu trabalho atual na Bolívia – eu sou Cônsul lá em Cochabamba.

Nós temos dado muitos vistos para bolivianos virem para o Brasil no âmbito do acordo de residência temporária do Mercosul, que é um acordo que permite que se dê visto, é um visto que permite tudo, permite trabalho, qualquer atividade lícita, assim diz o art. 4º do Acordo – então, trabalhar é uma atividade lícita. E há muitos bolivianos vindo para o Brasil chamados por empresas brasileiras. Obviamente, nós tínhamos que tomar cuidado com isso, porque temos que saber para quem estamos dando visto, por que vão trabalhar, onde. Então, as empresas estão chamando esses bolivianos. Desde julho passado até hoje, por exemplo, só lá no Consulado, nós já demos 300 vistos para trabalhadores brasileiros virem trabalhar aqui.

As empresas me disseram: "é vaga de ocupação que eu não consigo preencher com mão de obra brasileira". É por isso que eles estão chamando os bolivianos, que têm uma experiência em instalação de estruturas, rede e tal. Então, isso me fez acreditar que, realmente, no caso dos haitianos está acontecendo o mesmo, sobretudo nos Estados do Sul. Os haitianos não se estabelecem apenas nos Estados do Sul, mas é lá que existe a maior oportunidade de trabalho. E eu acho que esse é outro motivo que explica por que o Brasil. Eu acredito que... Espero que não aconteça esse momento, mas se em algum momento as vagas começarem a escassear, os imigrantes deixarão de entrar, porque, obviamente, eles vão para os lugares onde há oportunidades. Então, se eles estão entrando, é porque sabem que estão sendo chamados. Se estão sendo chamados, é porque sabem que haverá alguma oportunidade em algum lugar. Isso é um termômetro que indica se é, de fato, relevante a informação de que o mercado de trabalho brasileiro consegue absorver a mão de obra.

Senador, eu não respondi a indagações do Senador Cristovam Buarque sobre a Força de Paz.

A Força de Paz das Nações Unidas já trabalha com o chamado processo de reconfiguração. Reconfiguração quer dizer prorrogação com redução do número de soldados. Já foi aprovada uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que prorrogou a missão até outubro de 2015 com uma redução pela meta-

de. Redução pela metade é uma redução importante. O horizonte sempre é 2016, porque em 2015, no final de 2015, haverá eleições presidenciais no Haiti e espera-se que a Polícia Nacional Haitiana, a PNH, a única força de segurança do país hoje, tenha condições de assumir o espaço que a Força de Paz deixará no dia em que sair.

Não se sabe, eu não sei dizer – isto não é uma decisão nossa, mas do Conselho de Segurança das Nações Unidas – quando a Força de Paz vai sair. Especialistas no assunto, especialistas militares defendem que a redução e a saída sejam sempre graduais. Não se pode organizar uma saída abrupta dos nossos soldados da Força de Paz porque isso poderia comprometer todo um trabalho já realizado. A resolução de 2004 que aprovou a Força de Paz aprovou por um período inicial de seis meses, prorrogáveis; ela completou, em abril, dez anos. Então, eu acredito que não se prorroga por dez anos algo que não está dando certo. Claro que sempre há objeção, oposição de setores, sobretudo no Haiti, de que isso seria... Inclusive, já ouvi dizer que seria uma força de ocupação. Força de ocupação não pode ser considerada, porque foi pedida pelo próprio governo haitiano. É uma força de manutenção da paz. O horizonte é 2016. A partir de 2016, a decisão das Nações Unidas dependerá da evolução da situação local.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Embaixador Fernando de Mello Vidal.

Passo a palavra agora à Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa, designada para representar o Brasil no Nepal.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Obrigada, Presidente. Agradeço muito as considerações e perguntas que nos foram dirigidas pelo Senador Cristovam Buarque; agradeço ao Senador Anibal Diniz pelos votos e também pela relatoria, ao Senador Mozarildo Cavalcanti e a V. Exª, Sr. Presidente, evidentemente.

Eu queria começar pelas questões do Senador Cristovam Buarque e dizer que, no que tange a drogas, o Nepal tem, sim, uma produção de *cannabis*, principalmente na região do Mustang. Mas a região do Mustang é uma região que está sendo desenvolvida, inclusive do ponto de vista de infraestrutura viária, sobretudo com investimentos chineses, porque interessa à China ter uma ligação viária entre a fronteira da China com o Nepal, de que a região de Mustang é próxima, e a fronteira da China com o Nepal é o Tibete. Então, é uma área de grande sensibilidade política, como se diz em inglês, da *soft belly* da China.

Mas o grande problema de segurança no Nepal é que, com a desmobilização dos combatentes da guerra civil, um grande número de pequenas armas ficou acessível à população, sobretudo na região *du Terail*, que é a parte plana do Nepal e que faz fronteira com a Índia, com uma região da Índia que também tem problemas políticos, a presença dos naxalitas, que são os maoistas indianos.

O que isso significa? Isso significa que é do interesse tanto da China quanto da Índia que haja estabilidade no Nepal e que ambos se mobilizarão neste sentido. Isso já também responde um pouco da sua pergunta sobre a relação com os dois vizinhos.

Nesse momento, realiza-se, no Nepal, a 18ª cúpula da associação de cooperação da Ásia Meridional, a Saarc, com a presença de Chefes de Estado e de Governo da região, da Ásia Meridional, inclui também o Afeganistão. Foram assinados dois contratos com empresas indianas para a conclusão de grandes projetos hidrelétricos no Rio Arun, um dos quais tem um impacto inclusive no nosso.

Por que estou citando isso? Isso significa que tanto a China quanto a Índia têm um grande empenho na estabilidade do Nepal. Ambos têm inclusive aconselhado os políticos nepaleses a que não adotem um modelo federativo baseado em etnicidades, porque justamente consideram que o modelo federativo baseado em etnicidade, um modelo federativo, digamos, homogêneo, seria passível de criar turbulências em ambas as fronteiras. Ambos disseram ao Nepal que desejam que o Nepal tenha um número pequeno de províncias, um número que corresponda mais ou menos às cinco regiões de desenvolvimento do País, porque não querem um número grande de províncias em suas fronteiras.

Esse é um fator positivo. Na verdade, a influência chinesa e indiana no Nepal tem feito uma espécie de competição positiva – são agendas positivas –, porque ambos têm grande interesse na total pacificação do Nepal e que o Nepal venha promulgar uma constituição, a primeira na história do Nepal produzida por uma constituinte realmente inclusiva.

A questão de drogas. Não cheguei a pesquisar a atuação do Nepal na UNODC, em Viena. Fico devendo ao senhor uma resposta a esse respeito.

Paraíso fiscal não se aplica. Crime organizado e instabilidade, creio que respondi ilustrando a questão do acesso a pequenas armas após a desmobilização da turbulência civil.

Proteção ambiental. Esse é um grande tema para o Nepal. O Nepal é uma das maiores vítimas dos efeitos da mudança do clima. É um país montanhoso. As fontes de fornecimento de água vêm de geleiras, que têm diminuído, que têm derretido, inundando inclusive produções agrícolas e afetando grandemente a economia rural do Nepal. O Nepal tem estado nos noticiários por causa de grandes acidentes nas montanhas, deslizamen-

tos. O Nepal tem um grande interesse e se articula dentro dos grupos de países de menor desenvolvimento relativo e países insulares com propostas muito ambiciosas na mudança do clima.

Eles querem ver o limite de aumento da temperatura global muito abaixo de dois graus, porque, para eles, isso é vital. Eles, inclusive, se articulam dentro de um grupo de países montanhosos e organizaram, em 2010, no Nepal, a primeira reunião desses países, com vistas a uma mobilização dentro das negociações de mudança do clima.

No contexto da preparação da Rio+20, o Nepal foi um grande parceiro do Brasil. O representante permanente Gyan Chandra Acharya trabalhou muito proximamente comigo. Eu era representante do Brasil na Mesa Diretora da Rio+20 e, nessa função, eu participava de vários eventos nas Nações Unidas e o Nepal estava sempre conosco, sempre muito ativo na defesa dos interesses dos países de menor desenvolvimento relativo, no que tange ao desenvolvimento sustentável, tanto que o Embaixador Acharya se tornou o representante especial do Secretário-Geral para países de menor desenvolvimento relativo.

A luta pela redução da pobreza, no Nepal, as metas de redução da pobreza e de mortalidade materna e de escolarização de meninas e meninos ou já foram atingidas pelo Nepal ou possivelmente o serão dentro do prazo de consecução dos MDGs, das metas de desenvolvimento do milênio, ou seja, 2015.

Na questão de saneamento básico, eles ainda estão atrasados, mas fizeram progressos. Há um recente relatório da Organização Mundial de Saúde que demonstra que o Nepal está até à frente da Índia em termos proporcionais. Evidentemente é uma comparação de escalas muito distintas, mas o Nepal teria menos de 40% de pessoas que não têm acesso a instalações sanitárias, enquanto a Índia tem 50% de pessoas que não têm acesso. Então, não é uma comparação, talvez, justa, mas ilustra um pouco que o país tem feito alguns progressos nessas áreas.

Quanto à educação, também houve progressos apesar de que, por ter uma população jovem, eu mencionei que 54,2% da população é jovem, os desafios ainda são muito grandes, mas se nós pegarmos dados, por exemplo, de 1950, no Nepal, apenas 5 mil crianças frequentavam a escola e hoje 7 milhões têm acesso à educação, quer dizer, há progressos de toda forma.

Quanto aos esforços, enfim, também para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, o Nepal tem uma vasta rede de comunidades de base, em inglês: *grassroots*, incluindo muitas comunidades ou muito grupos de autoajuda e cooperativas rurais. Essas organizações têm um papel importante nesse período de transição em que o Nepal se encontra, sobretudo considerando que desde 2002 não há governos locais. Então, essas comunidades têm tido um grande papel na mobilização das comunidades, na construção social e econômica, do capital econômico e social. Elas estão envolvidas no gerenciamento de florestas comunitárias, de escolas, de facilidades de saúde pública, de irrigação, de sistemas de irrigação, em promover campanhas de conscientização, na melhora da renda local e na implementação de projetos locais de infraestrutura.

Relações culturais. Nas relações culturais, o meu antecessor fez um trabalho extraordinário no Nepal. Ele conseguiu levar não só artistas brasileiros a participarem da feira de arte de Katmandu, do festival de artes plásticas de Katmandu, que se realiza a cada dois anos e que se realizará, de novo, em 2015 – e espero poder repetir esse sucesso dele –, mas conseguiu levar, em coordenação com a Fundação Moreira Salles, do Rio de Janeiro, uma exposição de fotografias de Maureen Bisilliat, que foi um grande sucesso e que, inclusive, tramitou por várias outras capitais asiáticas. Foi a Deli, a Daca, em Bangladesh.

Há um festival de *jazz* em Katmandu, que seria também um evento que poderíamos explorar. Enfim, há o Museu de Patan, que é um museu com um acervo fantástico.

O Nepal, aqui, no Brasil, não tenho conhecimento de que tenha promovido um evento cultural, mas foi filmada no Nepal uma novela de bastante sucesso aqui, que foi agora receber um prêmio.

Então, são, enfim, promoções, que aumentam a sensibilidade de ambos os países para a cultura um do outro.

O senhor levantou o ponto do Coeficiente de Gini. O número que citei foi o índice relativo à distribuição de renda familiar. Então, o Nepal teria atualmente 32,8%, esse é o número de 2010...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim, exato.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – Número de 2010, relativo à curva de Lorenz. E é um número, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Coeficiente Gini.

A SRª MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA – O Coeficiente de Gini. O Coeficiente diminuiu, inclusive, porque, em 2008, tinha sido de 47,2%. Então, isso demonstra que, apesar de estar atravessando um período de transição, o Nepal tem, sim, feito progressos.

Nós assinamos três acordos com o Nepal até agora: um memorando de entendimento para consultas bilaterais, que se realizaria uma vez no Nepal e uma vez aqui – a primeira se realizou em Katmandu –; um acor-

do de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço; e um acordo de quadro de cooperação técnica. Esse acordo já tramitou pelo Congresso Nacional e se encontra agora no Executivo para promulgação. E é esse acordo que ensejará realmente, ou proverá o quadro, que possamos, então, estabelecer um programa de cooperação com o Nepal e, enfim, identificar os projetos que são de interesse deles e que realmente consolidem nossa presença.

Essa é uma preocupação – repito, acho que disse isso durante a minha primeira apresentação –, eu tenho grande preocupação com que o Brasil venha a consolidar sua presença.

A Índia ajuda ou atrapalha? A Índia ajuda grandemente. Eu li a mensagem do *premier* nepalês: eles nos veem no contexto do Brics e nos veem no contexto da relação privilegiada que eles têm com a Índia. Então, acho que, sim, a Índia ajuda, mas nós temos de entender que a consolidação dessa nossa presença, inclusive no setor hidrelétrico, passa por um diálogo com a Índia. Passa, inclusive, pela busca de fontes de financiamento na Índia, o que já tem sido feito por empresas brasileiras. Na minha experiência lá em Mumbai, como Cônsul-Geral, tenho visto empresas brasileiras, inclusive pequenas empreiteiras familiares, que vão buscar financiamento para seus projetos na Índia.

Então, nós temos de dialogar com a Índia, de ter a Índia como um ator que vai nos ajudar a consolidar essa nossa presença no Nepal.

Agradeço.

Espero ter respondido às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Muito obrigado, Embaixadora Maria Teresa Mesquista Pessôa.

Agora, passo a palavra para o Embaixador Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog, designado para representar o Brasil na Jamaica. Tem a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG – Obrigado, Senador Suplicy.

São interessantes as perguntas. Acho que por alguns temas eu passei, o meu voo de águia foi alto demais, quase sem mencionar.

Permita-me responder, primeiro, às perguntas do Senador Cristovam Buarque, que são perguntas complicadas, complexas.

A primeira delas se refere à questão de drogas e a sua eventual conexão com esse *hub*. Com relação às drogas, ao contrário do que é dito, do que as pessoas imaginam: que haja uma certa liberdade na Jamaica, não há. Eles têm uma legislação contra as drogas, mas são um ponto de passagem. Efetivamente houve, e ainda têm, um alto índice de homicídio provocado por gangues ligadas ao tráfico de drogas e de armas, mas não é um fenômeno que seja, infelizmente, estranho a nós. Esse fenômeno tem se espalhado por todos os lados, inclusive pelas grandes cidades brasileiras, ou seja, os problemas que eles têm na Jamaica não são muito diferentes dos que a gente vivencia aqui no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras capitais nossas.

A conexão que se vai ter com o *hub*. Enfim, eu acho que o mundo precisa rever um pouco o tipo de política que a gente vai ter, que os países vão trabalhar com relação ao combate à droga em geral. Não é mais um problema; é transnacional e, como tal, é difícil, é preciso se trabalhar. Essa é uma área em que eu pessoalmente, confesso, nunca trabalhei, nunca atuei nessa área de discussões sobre tráfico de drogas etc. Conheço pouco e não sei exatamente que tipo de políticas se podem adotar, mas eu acho que começa por uma certa transparência nas relações. Acho que é um pequeno passo que também está ligado à questão de paraísos fiscais, porque há sempre uma relação – e o senhor mencionou a questão de paraíso...

A gente assinou um acordo em 2014 sobre a questão de troca de informações tributárias, que eu acho que é um passo importante para isso aí. E é importante que esse acordo seja, enfim, colocado em vigor rapidamente para que a gente possa torná-lo efetivo e começar a manter consultas entre as nossas áreas tributárias por causa até dessa conexão que pode haver com o tráfico nessa área.

Crime organizado na Jamaica. Como eu já disse, isso também é conhecido, há livros sobre as gangues da Jamaica que ficaram famosas, mas repito que a impressão que eu tenho, pela leitura que fiz de toda essa matéria, é que a gente, infelizmente, no Brasil, vive em várias áreas – eu sou de São Paulo, mas também tenho família no Rio de Janeiro – e nosso problema não é tão diferente. A gente pode até, nesse campo, com países como a Jamaica, conversar, ir aos fóruns internacionais apropriados para saber que tipo de política a gente pode adotar bilateralmente ou multilateralmente para tentar, enfim, combater isso.

A questão da proteção ambiental é uma área em que tenho trabalhado um pouco mais, até ultimamente na FAO, que cobre toda a questão ambiental. Eu acho que, na Jamaica, a gente tem um aliado muito interessante, até por causa dessa opção de a Jamaica ser um importador líquido de petróleo e ter se dado conta da necessidade de ter alternativas e uma delas foi exatamente aproveitar a sua produção de açúcar, de cana-de-açúcar e começar a usar o etanol.

Em 2007, nessa época, a Jamaica aprovou uma legislação – parece-me que foi nesse ano – obrigando que haja um percentual mínimo de etanol na gasolina, o que já é um passo importante. Acho que são 10% hoje em dia. E a ideia é usar, como o Brasil vem fazendo com a sua tecnologia bioflex, utilizar um pouco mais o etanol.

Eu também fiz uma visita rápida, ano passado, a alguns países do Caribe, acompanhando, numa missão de assessoria, o Diretor-Geral da FAO. E pude conhecer a Primeira Ministra da Jamaica, Portia Simpson-Miller, em uma reunião que teve com o Prof. Graziano. Foi interessante que um dos primeiros temas que ela abordou, embora tratando de FAO, foi uma questão de preocupação ambiental, preocupação inclusive com o mar, problemas climáticos, mudança de clima e problemas até com o tráfico de navios com produtos químicos, porque tinham dado alguns sustos na Jamaica. Ali na área do Caribe há um mar muito sensível e há um tráfico muito grande de navios.

Apesar disso, a Jamaica tem esse interesse em criar esse grande *hub* e tem razões muito concretas: a posição geográfica a favorece, ela tem o 7º maior porto natural de calado e tem hoje um aproveitamento muito baixo da capacidade do seu porto instalada e potencial. É o 50º porto utilizado, sendo o 7º maior porto natural. Por isso, eu acho que é uma área de interesse, aumentando o Canal do Panamá. Eventualmente, se houver também uma mudança com referência às relações de Cuba com os Estados Unidos e houver um aumento de comércio na área, também passa a ser interessante, por causa da localização e dessa vantagem portuária, ter esse *hub* que ela pretende criar, que não é só de portos, é também de aviação, etc., razão pela qual também fizemos esse acordo de serviços aéreos com a Jamaica já pensando nisso, para ver se, eventualmente, teremos voos diretos em algum momento, Brasil-Kingston, ou pelo menos Brasil... Como se chama? Na região norte, na área em que existem os portos, os maiores aeroportos da Jamaica.

Uma das duas outras questões que me chamam a atenção é a questão da presença da China. Eu tive uma experiência passada na China. Eu servi quatro anos e meio em Pequim e, evidentemente, não nos desvinculamos mais dos temas de que tratamos. Eu sempre me interesso em ler sobre o que acontece com a China. Eu sei que a China tem buscado estar presente em todos os mercados e tem um superávit, um saldo imenso de recursos em dólares, e ela hoje começa a se espalhar e com interesses bastante pragmáticos, concretos e políticos também.

No caso dessa região da América Central e do Caribe, ela tem ainda essa dificuldade com a questão do reconhecimento de uma China só baseada em Pequim, tendo como capital ainda em relação com Taiwan. Então, a China tem procurado se aproximar dos países do Caribe e, no caso específico da Jamaica, tem, sim, feito investimentos. Os dados do Itamaraty acusam uma ordem em torno de 500 milhões em obras de infraestrutura. Será, provavelmente, um investidor nessa questão do *hub*. A China deve entrar, sim, e ela tem se especializado. Até temos, aqui no Brasil, a construção daquele Porto de Sepetiba, que é feito com tecnologia e empréstimo chineses. Haverá sempre essa questão de mão de obra, etc., que é complicada. Eu acompanhei isso quando eu estava na Embaixada. Mas é possível, sim, ter entendimentos com eles até para ter uma coisa equilibrada e que sejam investimentos que também beneficiem a mão de obra brasileira muito mais do que a chinesa.

A outra questão é a da música e da cooperação cultural, educacional. Eu sei que o Senador Cristovam tem uma predileção muito grande pela área cultural e, sobretudo, pela área educacional. Eu acompanho o que o senhor tem dito. Eu também comecei minha carreira trabalhando na União Europeia e eu sempre tive, nessa época, um enfoque muito pragmático, muito econômico, comercial, nos contenciosos com o Brasil, etc. Mas, quando eu estava partindo de Bruxelas, nos anos 80 ainda, eu li uma matéria do Jean Monnet, um dos principais artífices do início da integração europeia no pós-guerra. Ele era considerado pelo ato francês o pai da comunidade do carvão e do aço. Quer dizer, uma coisa bem focada na economia para evitar futuras guerras. Em um dos artigos, quando já estava bem idoso, pouco antes de morrer, ele falou uma frase que me chamou a atenção para aquela minha visão da época, dizendo que ele teria errado o processo de integração ao começar pelo carvão e pelo aço. A verdadeira integração europeia começou pela cultura. Isso ficou na minha cabeça e levei muito tempo para digerir isso, até por começar a trabalhar um pouquinho mais na área cultural, que não é uma área na qual eu tenha focado muito a minha carreira.

Mesmo assim, eu tenho um foco especial com a questão educacional e vi muito isso na China e é um ponto em que, na Embaixada, há hoje uma discussão grande, que é a questão do leitorado brasileiro. Nós não temos hoje um leitor brasileiro lá e existe um grande interesse em ter. Há discussões burocráticas, logísticas e financeiras para se ter esse leitor na universidade.

Na Jamaica, há uma universidade grande chamada Universidade das Índias Ocidentais, com três *campi*, um *campus* na Jamaica, outro em Barbados e outro em Trinidad e Tobago. É uma grande universidade, com muitos professores, um corpo docente formado nos Estados Unidos e na Inglaterra, até pelos vínculos com eles. Eu visitei um, em Trinidad e Tobago, e fiquei impressionado até com o centro de pesquisa. Considerando as dimensões das

ilhas, impressionou-me. E há um grande interesse deles, no caso da Jamaica, dos jamaicanos, em se aproveitar dos nossos programas: o PEC-G e PEC-PG, esse programa educacional de graduação e de pós-graduação.

A gente tem – eu acabei de ver no Itamaraty – uma lista de candidatos jamaicanos interessados em se aproveitar desse programa de bolsas para estudar em diferentes lugares do Brasil, mas sempre enfrentam o problema do idioma, quer dizer, falar português, porque não é fácil aprender português na Jamaica. Daí a importância de um leitor, do leitorado. Eu vi o funcionamento disso pessoalmente, acompanhei, trabalhei com ele na China, em Pequim, na Universidade de Pequim, e sei de sua importância. E era um leitorado acompanhado da iniciativa dos estudantes de fazerem a cadeira para aprenderem português, a fim de poderem futuramente estudar no Brasil. Tive até uma dermatologista chinesa em Pequim que fez pós-graduação em São Paulo e falava português com sotaque um pouco mais caipira, muito engraçado. Ela aprendeu português para estudar no Brasil, fazer pós-graduação, lá no leitorado da Universidade de Pequim.

Enfim, essa é uma área por que o Embaixador que está lá atualmente, Antônio Costa e Silva, está tentando lutar, para resolver esse problema. Ele disse: "Olha, é capaz de a gente sair daqui e ainda não conseguir resolver isso, e eu acho que seria muito bom a gente poder ter isso, aproveitar."

Eu penso que não basta trazer jamaicanos para fazerem esse curso no Brasil. Eu penso o contrário: que a gente devia também olhar esses programas nossos como, agora, o Brasil sem Fronteiras, e colocar estudantes. Por que não ver que opções se abrem lá no Caribe? Eu penso até em áreas como Relações Internacionais, que hoje, enfim, não ficam mais concentradas no Itamaraty. Era comum que fosse só Rio Branco, mas hoje várias universidades no Brasil abriram o curso de Relações Internacionais, que passaram a ser, inclusive, uma graduação e uma pós-graduação. Eu acho interessante, já que se expande tanto isso, que a gente também tenha brasileiros que conheçam a realidade caribenha, porque não há nada melhor do que morar no país, viver nele, mesmo que seja como estudante, para conhecer a realidade, aquela que sai da área mais, vamos dizer, mitológica, de lembrar Bob Marley ou essas coisas que a gente tem mais em mente, e ver o que é a realidade do país mesmo, qual é a realidade de Kingstom, por exemplo. Quando eu falo a amigos de Kingstom, todo mundo pensa em praia. E eu digo: não, em Kingstom, não há praia, as praias estão em outros lugares da Jamaica, ali é uma área portuária. Então, é para tirar um pouco isso.

E há possibilidade além, enfim, de comércio com o Brasil, na parte mais econômica, e há a possibilidade de trazer brasileiros até para estudar nessas universidades, ou fazer pós-graduação. E eles têm curso. Eu acho que é uma coisa que eu vou procurar explorar e discutir aqui e com eles lá. Mas eu acho que começa, sobretudo, estabelecendo essa relação muito sólida com essa universidade através do leitor.

A outra pergunta que o senhor me fez é se há um programa de ajuda, como nós temos aqui o nosso Bolsa Família. Sim, nós temos. A Jamaica tem. Ela tem um programa chamado PATH, "caminho" em inglês, que é um programa ligado à saúde e à transferência de renda. O objetivo é exatamente transferir renda para estudantes, crianças. É um programa feito com o Banco Mundial. Eu tenho os dados. Eu os tenho em *PowerPoint*, mas, infelizmente, ficaram no meu computador; eu não trouxe. Mas eu tenho até uma apresentação feita pelo Banco Mundial sobre os desvios, e eu sei, pelo ministério do trabalho deles e de previdência social, que esse programa já atendeu a 400 mil jamaicanos. Para uma população de 2,8 milhões, eu acho que é um dado relevante. E é um programa de transferência de renda também vinculado a cumprir metas de saúde, de presença em aulas, notas, etc. Eles têm esse programa.

Finalmente, Sr. Presidente, quanto à pergunta que o senhor me fez sobre a questão dos problemas econômicos da Jamaica, a Jamaica teve até vítimas, em algum momento, de problemas ambientais, que são os furacões, que, enfim, às vezes, deixam danos grandes, sobretudo na área agrícola para o país. Eles entraram num programa desses de fundo estendido do Fundo Monetário Internacional, com a ajuda do Banco Mundial, com a ajuda do BID, e eles vêm cumprindo as metas. Começaram em 2013, têm recebido os repasses, porque estão relativamente cumprindo bem as metas do programa, e aparentemente o apoio político que têm tido nas eleições, inclusive locais, indica que há uma certa satisfação, apesar de ainda haver um desemprego relativamente grande.

Mas, com essas perspectivas que eles têm de uma agricultura que é até mais diversificada – eu falei em cana-de-açúcar, mas eles, com o Brasil, fizeram um programa de frutas; nós fizemos um projeto com eles, que foi muito bem recebido e muito elogiado, com a Emater de Minas Gerais –, eu acho que temos muito espaço ainda para explorar uma cooperação agrícola com eles, porque eles têm capacidade. Eles têm um café famoso, o Blue Mountain, que é considerado um café de qualidade. Ou seja, eles têm diversidade.

Eles ainda pediram a cooperação do Brasil na área de recursos hídricos. Eles têm bons recursos hídricos, mas também enfrentam problemas e querem conhecer soluções. E nós estamos negociando. A ANA esteve lá, a nossa Agência Nacional de Águas, e participou da reunião da comissão mista em que estava o Chanceler, e começaram a discutir um programa de cooperação.

Bom, como eu já havia dito, quanto ao *hub* – ressalto o mesmo problema colocado pelo Senador: que pode haver outras consequências –, eu acho que são várias etapas. Esse *hub* não é um projeto imediato. Há

uma fase de construção e desenho na qual as empresas brasileiras têm obtido muita experiência, e acho que podem participar em diferentes contextos. Se as condições forem interessantes, a gente, enfim... Acho que é uma função da Embaixada informar, transmitir e colocar em contato os parceiros para ver se, efetivamente, conseguimos ajudar o governo, até mesmo por interesse econômico nosso.

Sobre música, finalmente, *reggae*, eu também achei curioso o fato de, o senhor sabe disso, no ano passado, em 2013 – acho –, a Presidente da República estabelecer aqui o Dia Nacional do Reggae, celebrado em 11 de maio. Nós temos essa comemoração hoje no Brasil que mostra que realmente há uma proximidade e um entrosamento cultural, que eu acho que deveria ser ampliado, inclusive com essa troca de estudantes, se for possível fazer também pelo lado deles, até com bolsas nossas, enfim, dentro dos nossos programas.

Não sei se dei todas as respostas, mas, enfim...

Obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não, Senador Anibal Diniz.

Muito obrigado, Embaixador Carlos Alberto Den Hartog.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, queria só sugerir a V. Exª que pudéssemos fazer a contabilização dos votos para imediatamente aprovarmos os requerimentos que estão na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – De pronto.

Se V. Exª e o Senador Cristovam puderem, por favor, fazer a contagem dos votos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu só queria, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, eu preciso, se me permitem... De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Designo o Senador Anibal Diniz para atuar como...

(*Interrupção do som.*)

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 54 minutos e é reaberta às 12 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Anibal Diniz, pode nos informar o resultado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, os três designados Embaixadores tiveram os seus nomes aprovados pelos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem. Então, queremos cumprimentar a Embaixadora Maria Teresa Mesquita Pessôa; o Embaixador Fernando de Mello Vidal; a indicada para exercer, cumulativamente com o cargo na República Federal Democrática da Etiópia, o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul, Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, que já esteve aqui e, portanto, hoje, é só o acréscimo; e também o Embaixador Carlos Alberto Michaelsen Den Hartog, para a Jamaica.

Nós queremos aqui cumprimentá-los e desejar-lhes muito êxito nas suas respectivas missões no Nepal, no Haiti e na Jamaica. Muito obrigado aos senhores. Cumprimento os Srs. Embaixadores e os libero. (Pausa.)

(Foram os seguintes os itens apreciados:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2014
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA TERESA MESQUITA PESSÔA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituída ad hoc)

Relatoria ad hoc: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc)

Nós vamos continuar a reunião agora com um requerimento de autoria do Senador Humberto Costa.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2014
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 1.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Sudão do Sul.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – Haverá apenas a votação da Mensagem, tendo em vista que esta indicação é cumulativa com o cargo de Embaixadora do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2014
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Jamaica.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque (Substituído por ad hoc.)
Relatoria *ad hoc*: Senador Jorge Viana
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações: 1 – Em 20/11/2014, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.
2 – A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.)

Vamos continuar a reunião agora.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 906, de 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar o Senado, em missão no exterior, na 4ª Missão de Estudos sobre Inovação, organizado pelo Instituto das Américas, a ser realizado no período de 28 de março a 03 de abril de 2015, no estado da Califórnia, Estados Unidos. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, do Regimento Interno do Senado Federal, ausência do país no período de 27 de março a 4 de abril de 2015.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relator ad hoc: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação

Peço ao Senador Anibal Diniz, como Relator *ad hoc*, para ler o seu parecer.
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.
O meu parecer é favorável ao requerimento apresentado pelo Senador Humberto Costa.
É como como voto, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão.
Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
Vamos agora aos requerimentos extrapauta.
EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 60 , de 2014

Requerimento de Informações – CRE – DoJ e SEC x Petrobras
DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES:
1. Em virtude da potencial gravidade dos fatos relacionados a processos movidos (abaixo detalhados) contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC) e de seus impactos adversos, requeremos que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF) encaminhe um Requerimento de Informação para os órgãos americanos acima relacionais (DoJ e SEC) para ter acesso imediato e tempestivo a todas as decisões legais referentes aos processos movidos contra a Petrobras.
2. Outrossim, estas informações também devem ser solicitas diretamente à empresa citada nestes processo (Petrobras).
3. Para tanto solicitamos que sejam procedidas todas as medidas na alçada desta Comissão para que o Requerimento seja efetivamente atendido.
4. Sem prejuízo de novas ações apontamos que podem ser usados eventuais convênios entre o Congresso Nacional e o Congresso Americano que, por sua vez, poderia intermediar as informações processuais junto ao DoJ e à SEC.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque e outros.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Requerimento também do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Cristovam Buarque.
EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 61, de 2014

1. Requeremos, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as recentes notícias relativas a processos judiciais movidos contra a Petrobras por órgãos dos Estados Unidos (Departamento de Justiça-DoJ e Securities and Exchange Commission-SEC).
2. Esta Audiência Pública está associada ao Requerimento de Informações apresentado nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE/SF).
Em discussão o requerimento, que terá como convidados especiais as seguintes autoridades:
a. Presidente da Petrobras (Graça Foster)
b. Presidente da CVM (Leonardo P. Gomes Pereira)
c. Ministro da Justiça (Eduardo Cardozo)
d. Presidente do Tribunal de Contas da União (Ministro Augusto Nardes)
e. Representante da SEC (Securities and Exchange Commission)
f. Representante do DoJ
g. Presidente da Bovespa-BM&F (Edemir Pinto)

h. Representante da New York Stock Exchange (NYSE)
Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Aprovado.
Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti.
EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 62, de 2014

Senhor Presidente, requeiro, nos termos regimentais, sejam adotadas por esta Comissão as providências indicadas no relatório apresentado pela Comissão Temporária Externa, criada pelo RRE nº 38/2013, referente ao não cumprimento bilateral do acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República Venezuelana, que estabelece zona não edificante na fronteira entre os respectivos países.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Já foi realizada a missão. Então, para que a Comissão possa se posicionar com propriedade sobre esse assunto é que ele apresenta este requerimento.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Senador Anibal Diniz, há um parecer que eu preciso ler, como autor, sobre Mensagem da Presidência da República. Senador Anibal, se V. Exª puder me substituir na Presidência, apenas para que eu possa fazer a leitura do parecer...
Obrigado.
EXTRAPAUTA

MENSAGEM (SF) Nº 64, de 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O Sr. Evaldo Freire Filho é filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Mata Freire, e nasceu em 19 de agosto de 1954, na cidade de Teresina, no Piauí.

Em 1976, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É mestre em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica (1995). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (1985) e o Curso de Altos Estudos (2011). Defendeu a tese com o seguinte titulo: "O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1992. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2007; e a Ministro de Segunda Classe em 2011.

Desempenhou diversas funções, entre as quais: Cônsul-Adjunto nos Consulados-Gerais em Nova York (2004-2007) e São Francisco (2007-2011); Diretor do Comitê Nacional Rio+20 (2011-2013); missão transitória na Embaixada de Bissau (2013-2014); e Departamento de Serviço Exterior (2014).

Acompanha a mensagem presidencial, também em atendimento à mencionada resolução do Senado, sumário executivo elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores sobre a Guiné Equatorial. Esse documento dá notícias das relações bilaterais, apresenta lista de tratados celebrados, indica dados básicos do país, sua política interna e externa, bem como sua economia.

As relações diplomáticas bilaterais foram estabelecidas em 1974. Elas, no entanto, só adquiriram impulso com a abertura das respectivas embaixadas residentes no romper dos anos 2000. Desde então várias visitas oficiais em nível presidencial foram realizadas. A derradeira foi da Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2013 para participar da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul-África (ASA).

A comunidade de brasileiros na Guiné Equatorial é estimada em 400 pessoas, que são atendidas pelo Setor Consular da Embaixada em Malabo.

O comércio bilateral tornou-se bastante expressivo nos últimos anos. Em 2013, o intercâmbio foi de aproximadamente US$1,037 bilhão. Nas trocas comerciais, o Brasil acumula seguidos déficits. Essa circunstância está associada ao fato de que importamos petróleo e exportamos produtos com pouco valor agregado (pedaços e miudezas de galinha, carnes e miudezas de peru). Verifica-se, entretanto, forte presença de empresas brasileiras atuando em obras de infraestrutura no país. Há, ainda, negociações para eventual compra de aeronaves da empresa Embraer, bem como de uma corveta da classe "Barroso".

A Guiné Equatorial tem, desde 1995, o petróleo como carro-chefe de sua economia. Nesse sentido, 98% de suas exportações são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os dinheiros obtidos com a comercialização proporcionou ao país a renda *per capita* mais alta do continente africano: US$23 mil.

Digno de registro é o fato de que a Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, almeja sua inclusão como membro pleno da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que já é observador. Para tanto, o governo guinéu-equatoriano adotou o português como terceira língua oficial em 2011. Informa-se, por fim, que o país não possui dívidas em atraso com o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem a queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos da Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senador Suplicy para que possa proceder ao encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia onze de dezembro de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Assina a lista de presença o Senhor Senador, não membro desta Comissão, Casildo Maldaner. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e relata a visita feita à Washington/DC a convite da AMCHAM. O Senador Luiz Henrique solicita a inclusão de item extrapauta. O Senador Jorge Viana também faz essa solicitação. Às dez horas e trinta e oito minutos, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para aguardar completar o quorum da reunião. Às dez horas e quarenta e oito minutos é reaberta a reunião. Tais inclusões são aprovadas. EXTRAPAUTA **ITEM** 1 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2014, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010." O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Jorge Viana, que profere o Relatório. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado o Relatório, que passa

a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA **ITEM** 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida". O Presidente submete à Comissão a retirada do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 57, de 2014. Aprovada a Retirada desse Requerimento. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador Luiz Henrique, que profere o relatório. Usa a palavra a Senhora Senadora Ana Amélia. Aprovado o Relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria. O Presidente comunica a abertura do prazo para apresentação de emendas ao PLN 13/2014 (Projeto de Lei Orçamentária Anual), até às dezoito horas do dia quinze do presente mês. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Luiz Henrique. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema da audiência pública e convida os expositores para comporem a mesa. Tem início a apreciação da PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA para debater a situação dos imigrantes no Brasil: sua situação e a capacidade (bem como as políticas) do Estado brasileiro em responder às novas demandas impostas pelo aumento expressivo no número desses estrangeiros em território nacional. Convidados: Paulo Abrão Pires Júnior, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – MJ; Aurélio Veiga Rios, Subprocurador Geral da República, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal – MPF, João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; Tânia Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC; e Vivian Holzhacker, Coordenadora do Programa de Proteção do Centro de Acolhida para Refugiados Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. Os expositores fazem suas apresentações. Usa a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos expositores para fazer as considerações finais. O Presidente apresenta suas conclusões e agradece a presença dos convidados. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e doze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, em razão da audiência pública que faremos nesta Comissão e, eventualmente, de alguma deliberação que há por tomar, faço um comunicado relacionado a uma extraordinária visita que fizemos a Washington, capital dos Estados Unidos, a convite da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, juntamente com S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Avistamo-nos, em Washington, com empreendedores brasileiros e norte-americanos, com quem pudemos interagir para melhor compreender as oportunidades e também as ameaças que existem diante de nós. Estivemos com autoridades do poder executivo daquele País, que tem sob sua responsabilidade a operacionalização dessas relações. Reunimo-nos com congressistas norte-americanos que têm atuação concreta na temática que interessa ao Brasil, assim como com parlamentares e congressistas que veem, na relação dos Estados Unidos com o Brasil, uma relação estratégica, construção e ambiente de parcerias.

Por dever de justiça, devo fazer um agradecimento ao Sr. Gabriel Rico, Presidente da Câmara de Comércio, que nos convidou e coordenou essas visitas, e igualmente ao Diretor do Instituto Brasil do Wilson Center, o experiente e renomado jornalista Paulo Sotero, não apenas pelo acompanhamento, mas também pelas informações e pelas análises sempre muito precisas e muito apreciadas.

Se pudesse, de alguma forma, sintetizar a percepção trazida dessa viagem, pela média das opiniões e comentários colhidos, eu não poderia deixar de expressar, no que concerne às relações dos dois governos, minha profunda preocupação com o que me parece ser uma tendência de esvaziamento da nossa agenda bilateral. Mais que isso e, talvez, até como corolário, voltei preocupado por observar que o Brasil não mais está no centro do radar das prioridades dos Estados Unidos da América.

Com efeito, nota-se que o Brasil perdeu relevância para os formuladores da política externa norte-americana, ou seja, decresceu na escala de prioridades.

Apesar do notável esforço do Embaixador Mauro Vieira em tentar nos convencer do contrário, o fato é que nossa interlocução oficial e diplomática ainda não se recuperou do descarrilhamento simbolizado no cancelamento da visita de Estado que a Presidente da República faria a Washington, em outubro de 2013. Passada aquela oportunidade, aqui não cabe discutir as circunstâncias da decisão acertada da Presidência da República.

O fato é que o Brasil entrou em um período eleitoral. Nossa economia reduziu seu ritmo. A Casa Branca também atravessou difícil campanha política. Enfim, outras crises mundo afora e outras prioridades ocuparam o vazio que deixamos num radar das questões mais relevantes para a principal economia do Planeta, que é nossa vizinha nas Américas.

Como sabemos, no Brasil, as campanhas eleitorais deixam em segundo plano a temática externa. O que é pior: quando dela tratam, o fazem de maneira simplista e maniqueísta. Em geral, reduzindo a complexidade dos problemas internacionais, conforme cálculos políticos eleitorais que pecam por serem superficiais e imediatistas. Acabam não servindo para superar problemas e apontar soluções. Isso se observa na maneira como alguns analistas e líderes políticos, quando instados a abordar a questão, se referem ao relacionamento Brasil-Estados Unidos: como se não tivesse o significado que certamente tem ao longo da história e mirando o futuro.

Quando se fia nesse tipo de abordagem excessivamente simplista, deixa de examinar a realidade multifacetada e multidisciplinar de nossas relações com os Estados Unidos.

Por sorte, a densa rede de interesses cruzados que nos ligam aos Estados Unidos independe em boa medida dos instáveis e cambiantes humores que caracterizam certas encruzilhadas políticas no relacionamento entre os dois Estados.

Os operadores efetivos desse relacionamento: agentes econômicos privados, turistas em fluxos crescentes, estudantes, pesquisadores, investidores, cadeias globais de produção e empresas transnacionais, para citar apenas alguns, não interrompem, felizmente, suas importantes atividades cotidianas, cuja lógica, baseada em considerações econômicas e sociais, não é interrompida à espera da superação de desinteligências diplomáticas, ao contrário, não seria exagero lembrar que o *show* precisa continuar apesar dos governos.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores e todos que nos acompanham pela TV Senado, ao contrário do que transparece pela leitura da crônica jornalística, que, se além das questões relativas à atmosfera e aos humores entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, a realidade nua e crua é que temos relações indispensáveis com os Estados Unidos sob diversos ângulos.

No comércio, que é sempre uma medida de fácil compreensão, os Estados Unidos são o nosso segundo maior parceiro internacional atrás apenas da China, cujo avassalador crescimento ao longo dos últimos anos a tornou um magneto importador de *commodities* alimentícias e minerais, o que fortaleceu muito o nosso País.

Em 2013, segundo dados coligidos pela Câmara de Comércio Brasil–Estados Unidos, o comércio bilateral alcançou a significativa cifra de US$60 bilhões com déficit para o Brasil. Naquele mesmo ano, a China representou 16% do comércio total brasileiro enquanto os Estados Unidos ficaram em segundo lugar com cerca de 12%.

Por outro lado, vale observar que os fluxos comerciais do Brasil com os Estados Unidos envolvem uma ampla gama de tecnologias e produtos de alto valor agregado, ao passo que o comércio importante e relevante para a China é composto essencialmente pela exportação de produtos primários, as nossas *commodities*; 77% das exportações para a China, em 2013, estiveram concentradas em minério de ferro, soja e petróleo, com o Estados Unidos, cerca de 72% de nossas exportações eram constituídas por produtos manufaturados e semifaturados, em lista que inclui produtos químicos, motores elétricos, celulose, aeronaves, alimentos, entre tantos outros.

Em julho de 2014, os Estados Unidos ultrapassaram a Argentina como principal destino das exportações industriais brasileiras. O que embora reflexo da crise que se prolonga em nosso vizinho do sul, não deixa de ser significativo da importância continuada no mercado norte-americano para os nossos empreendedores brasileiros.

Das 18 mil empresas brasileiras que exportaram em 2014, cerca de 6.500 empresas o fizeram para os Estados Unidos, o que nos permite imaginar um volume de empregos diretos e indiretos que são viabilizados em razão desses fluxos. Isso sem mencionar nossas importações provenientes dos Estados Unidos, que incluem bens de capital e outros itens com conteúdo tecnológico, que contribuem para o aumento da nossa produtividade e para mover as engrenagens de nossa economia.

Outra régua interessante para medir a densidade do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos é a dos fluxos de investimentos. O Brasil é o principal destino dos investimentos norte-americanos entre os BRICS e entre a maioria dos países em desenvolvimento.

Em 2013, cerca de US$9 bilhões em investimentos diretos foram enviados ao Brasil, ao passo que nós investimos US$2,3 bilhões na economia dos Estados Unidos, segundo dados do Banco Central. Os Estados Unidos são detentores do maior estoque de investimentos diretos na economia brasileira, em montante superior a US$136 bilhões até 2013.

Investimentos diretos brasileiros nos Estados Unidos também são expressivos, tendo alcançado a marca de US$4,7 bilhões até 2008.

Estima-se que, em 2011, as subsidiárias de empresas brasileiras em operação nos Estados Unidos geravam cerca de 40 mil empregos diretos. No Brasil, decerto, ainda são mais superlativos os números de empregos gerados diretamente por empresas multinacionais norte-americanas em atuação em nosso País, gerando aqui, em solo brasileiro, um conjunto muito grande de oportunidades para brasileiros.

Outra maneira muito clara de se medir a intensidade do relacionamento entre os nossos dois países está no fluxo de turistas e viajantes de ambos os países. Também, nessa dimensão, é notável a evidência de uma boa vontade que aproxima as duas sociedades.

Em 2013, o número de brasileiros que visitou os Estados Unidos chegou a 2,1 milhões de brasileiros, aproximadamente. Com fluxos superiores aos nossos, apenas os vizinhos: Canadá, México, Reino Unido e o Japão; ou seja, os brasileiros são a quinta sociedade a visitarem os Estados Unidos da América. Os gastos daqueles visitantes alcançaram, em 2013, cerca de US$10,5 bilhões. Por sua vez, quase 600 mil norte-americanos visitaram o Brasil em 2012, cerca de 10% de todos os turistas que aqui estiveram, contingente que só não foi maior que os nossos vizinhos argentinos. Isso, por si só, dá a dimensão do fluxo permanente entre os brasileiros e os norte-americanos.

Ademais, estima-se que mais de um milhão de brasileiros estejam domiciliados nos Estados Unidos, de longe o maior contingente, considerando que, no Japão, o segundo destino de nossa diáspora, a comunidade brasileira atinge pouco mais de 200 mil pessoas. Portanto, os Estados Unidos são, hoje, o destino de maior relevância em volume de brasileiros, ultrapassando a marca de um milhão de brasileiros vivendo naquele País.

Para atender a esses fluxos de pessoas que viajam a turismo, a negócio, por razões culturais e educacionais, há hoje mais de 150 frequências aéreas semanais entre os Estados Unidos e o Brasil.

Desde que entrou em vigor, em 2011, o Acordo Open Skies, o número de voos regulares nos dois sentidos não cessa de crescer. Entre 2002 e 2010, o fluxo de passageiros transportados entre os dois países praticamente dobrou, alcançando a marca de 3,24 milhões de passageiros. Essa é a realidade que se intensifica independentemente de os dois governos estarem na base da inclusão, na agência bilateral, de discussões da facilitação recíproca de vistos para turistas e homens de negócios, questões que, aliás, também ficou prejudicada pelo recente esfriamento no diálogo oficial entre os dois países.

Em outra dimensão igualmente relevante, destaca-se o apreço que estudantes e acadêmicos brasileiros, de um modo geral, nutrem pela capacidade norte-americana de gerar conhecimento, pesquisa, ciência, inovação e tecnologia. Evidência disso é o número de estudantes brasileiros que elegem os Estados Unidos e a língua, assim como a cultura, para realizar ou complementar sua formação e sua educação acadêmica.

Chama a atenção a participação de entidades acadêmicas nos Estados Unidos como destino dos brasileiros que participam do programa Ciência sem Fronteiras. Em outubro de 2014, praticamente 22 mil estudantes brasileiros são bolsistas em universidades dos Estados Unidos dentre um total de pouco mais de 75 mil participantes do programa Ciência sem Fronteiras, ou seja, de um total de 75 mil alunos brasileiros inscritos no programa Ciência sem Fronteiras, 22 mil desses estudantes são bolsistas e optaram por formação acadêmica nas universidades norte-americanas.

Ora, devemos então nos perguntar se todo esse vigor que se constata nas múltiplas ligações diretas entre as duas sociedades, do Brasil e dos Estados Unidos, nas mais diversas dimensões, através do tempo, de maneira sempre crescente, refletindo o que só se pode definir como um sentimento de admiração recíproca, de parceria, de amizade e de interdependência, se acha presente na bússola que norteia as relações governamentais entre nossos dois países. Quer-me parecer que a resposta é negativa.

Bem sei que a Presidente da República e o Itamaraty argumentarão, como se vê no discurso oficial, que tudo vai muito bem, que temos relações cordiais e amistosas. Não se pode discordar dessa visão edulcorada que, a rigor, também corresponde à realidade. O que devemos questionar, contudo, é se nosso relacionamento não poderia ser ainda mais intenso e mutuamente benéfico; se nossas instâncias governamentais não poderiam estar explorando ainda melhor o imenso potencial para ampliar as áreas de cooperação e aprofundar nossas parcerias. O que precisamos discutir, no Congresso, no Executivo e, creio eu, no seio da sociedade brasileira, é se as duas maiores democracias das Américas, se a primeira e a sétima economias do planeta, não teria a obrigação de ostentar uma rede ainda mais densa de vínculos e de interesses comuns.

Sabemos, sim, que, nos Estados Unidos, há toda uma estrutura de instituições e *think tanks*, ligadas ou não ao Governo, com maior ou menor participação empresarial, que se dedica a discutir temas como as relações com o Brasil, a fim de diagnosticar problemas e mapear possíveis soluções. Política externa e ação global, nos Estados Unidos, são temas presentes no cotidiano dos cidadãos, nas eleições, na vida partidária e na mídia. O alcance mundial da atuação diplomática, econômica dos Estados Unidos não lhes permitem manter à sombra de dogmatismos ideológicos aqueles parceiros que sejam especialmente relevantes em seu mapa-múndi geopolítico e geoeconômico. Será que o mesmo pode ser afirmado com respeito ao Brasil e à política externa conduzida pelo nosso Governo, pelo Itamaraty, nos últimos anos, especialmente quando pensamos nas possibilidades e oportunidades de fortalecimento com os Estados Unidos?

Para fazer o contraponto necessário ao panorama de relacionamento dinâmico que marca a vinculação de nossas duas sociedades, recorro, para ilustrar meu ponto, ao que se dá no campo dos acordos comerciais.

Os Estados Unidos, no momento, estão engajados em negociações simultâneas de grandes acordos comerciais: o Acordo Trans-Pacífico (TPP), que envolve uma dúzia de países – Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã – e cuja área de influência haverá de se estender, quase naturalmente, a outros espaços econômicos adjacentes, como aos demais países da Asean; e o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, que abrangerá os Estados Unidos e a União Europeia.

Por cadeias de transmissão típicas da economia globalizada, é claro que outros elos serão influenciados por essa nova geografia econômica internacional que estará institucionalizada nos próximos anos, se considerarmos subconjuntos de parceiros com vínculos especiais com países que estarão nos novos Acordos – por exemplo, o México e sua rede de relações privilegiadas tanto com o NAFTA (com os Estados Unidos e o Canadá) como com o Caribe e com a América Central; ou os membros da Aliança do Pacífico, como o Peru, Chile, Colômbia e México – os quais também, por sua vez, preservarão seus laços especiais com vizinhos regionais, até mesmo com o Mercosul e Aladi, por exemplo, assim também com outros parceiros de maior importância para eles.

Ora, a novidade que não podemos ignorar é que, conforme conclui a Fundação Getúlio Vargas, 65% do comércio global ocorre no âmbito desses e de outros arranjos e acordos comerciais. O resumo da ópera é que o Brasil não pode continuar alheio, como infelizmente tem permanecido, a esses processos profundamente transformadores do sistema internacional.

Com efeito, a participação do Brasil no comércio internacional é absolutamente incompatível com a relevância geopolítica do Pais. Nossa economia representa apenas 3% do produto interno bruto global, porém, apenas 1,3% do comércio internacional, o que reflete uma economia ainda muito fechada em si mesmo, com poucos acordos comerciais, com baixo índice de integração às cadeias globais de valor, de produção e de competitividade.

O Brasil, ao longo do tempo, só conseguiu firmar acordos de preferência comercial via Mercosul, com a Índia e Israel, ambos já em vigor e com o Sacu, que é a União Aduaneira da África Austral com Egito e com autoridade palestina. A absurda modéstia desse quadro chega a ser embaraçosa para um país com aspirações de *global player* ou de protagonismo global. É preciso reverter essa situação antes tarde do que nunca.

Como a dramatizar ainda mais essa situação preocupante para o nosso País, agora, em 2014, se registrará pela primeira vez em muitos anos, déficit negativo em nossa balança comercial. Nosso estimado colega, Senador Armando Monteiro, que em breve estará assumindo o MDIC, deu declarações muito lúcidas e afirmativas quanto à imperiosa necessidade de que o Brasil e, particularmente, sua indústria recobre condições de competitividade internacional.

A Presidente Dilma Rousseff, agora prestes a iniciar o seu segundo mandato, tem, a meu juízo, uma chance de ouro para fazer diferente, para inovar, para mudar o que não vem rendendo frutos, para avançar, enfim, no que ficou parado e até mesmo involuiu.

Governar e liderar é obra em aberto que jamais termina e que deve ser capaz de incorporar críticas e recomendações construtivas. Não sei, evidentemente, se falo por todos os colegas Parlamentares, que estiveram presentes na recente missão a Washington, mas estou convencido de que falo por alguns deles e por centenas de lideranças e empreendedores brasileiros, quiçá também, por centenas de lideranças de trabalhadores preocupados em preservar e valorizar seus empregos, por milhares de brasileiros que admiram e respeitam os Estados Unidos.

É hora, creio eu, Presidente Dilma, de resgatarmos o diálogo Brasil/Estados Unidos da situação de esvaziamento em que obviamente se encontra hoje, alçando ao patamar que merece e que seja compatível com o elevado grau de entendimento que une as nossas duas sociedades.

Entidades como a Câmara de Comércio Brasil Estados Unidos fazem um trabalho incansável, que mantém em permanente e atualizado inventário de nossas oportunidades e problemas, mapeando o caminho para a superação.

A Confederação Nacional da Indústria, que também esteve representada na comitiva que foi a Washington, igualmente é repositária de estudos e avaliações que poderiam ser mais bem utilizadas no momento em que não seja possível relançar o nosso relacionamento bilateral.

Acordos de livre comércio não se aplicam somente a tarifas, elemento aliás com importância declinante nesses debates, haja vista as demais esferas que regulam o comércio internacional.

Esses acordos são importantes porque contribuem para melhorar o ambiente de negócios como um todo, elevando padrões e requisitos estruturais para se adequar aos procedimentos previstos nesses compromissos, o que gera ganhos diretos de competitividade. Caso o Brasil continue ausente dos grandes acordos comerciais em discussão, de abrangência cada vez mais ampla, estará fadado a um crescente isolamento no comércio internacional. Cada vez mais, esses acordos comerciais disciplinam para muito além das questões meramente tarifárias, aliás, de menor importância relativa, quando se verifica que as tarifas médias de impor-

tação praticadas pelos EUA estão abaixo de 4% – um amplo leque de questões regulatórias, técnicas e legais estão inseridas neste debate.

A verdade é que já não é possível a um país relevante como o Brasil ficar fora da abrangência desses novos acordos e, ao mesmo tempo, manter-se competitivamente inserido nas cadeias globais de valor, de produção e de suprimento, beneficiando-se, por consequência, do comércio com os polos mais dinâmicos da economia internacional.

A própria OMC, nas últimas semanas, foi palco de um acordo por consenso, como não acontecia há duas décadas, em torno do que se poderia chamar de agenda da facilitação do comércio internacional. Como, realisticamente, a Rodada Doha emperrou, há anos, sobretudo na falta de consenso sobre questões tarifárias e tributárias, do que se poderia chamar da agenda da competitividade e do desenvolvimento, a comunidade internacional ao menos se pôs de acordo quanto a normas e procedimentos de facilitação, que também acarretarão reflexos muito positivos, conforme se espera.

O mesmo espírito deveria passar a nortear a estratégia negociadora brasileira. Se é impossível avançar de imediato em negociações sobre tarifas e temas semelhantes, seja por engessamento no Mercosul, seja por outros obstáculos, que não se desperdice mais tempo no aprofundamento de um diálogo estruturante na temática da facilitação do comércio. Isso, naturalmente, se aplica à perfeição ao contexto problemático de nossas negociações comerciais com a União Europeia, maratona que dura mais uma década sem sinal visível de linha de chegada. Poder-se-ia aplicar, do mesmo modo, a uma possível iniciativa de diálogo bilateral com os Estados Unidos, na seara comercial, o que presumo que não ocorrer, a rigor, desde que o projeto Alca foi descartado pelo Brasil, no primeiro mandato do Presidente Lula. Aliás, uma das vantagens de avançar nesse tipo de interlocução mais estruturada com os Estados Unidos reside em auferir ganhos para nossa própria competitividade diante do mundo, e não apenas tendo em vista o comércio com o mercado norte-americano, eis que muitos dos padrões e *standards* observados no comércio mundial acompanham regulações e procedimentos adotados, inicialmente, pelos Estados Unidos. Há todo um esforço de convergência regulatória que o Brasil precisaria intensificar, com vistas a se integrar nas chamadas cadeias globais de valor. Refiro-me à harmonização de produtos, de processos e de exigências, como fatores de promoção do comércio internacional. Outro aspecto que se beneficiaria de uma maior integração no diálogo bilateral Brasil-EUA diz respeito à acreditação de laboratórios e instâncias certificadoras habilitadas, com aceitação recíproca, a realizar ensaios, calibrações, inspeções de produtos e serviços. No Brasil, esta temática está afeta ao Inmetro.

Meu tempo, evidentemente, não é muito além desse, para uma reflexão com os membros da Comissão de Relações Exteriores acerca de uma densa agenda entre Brasília e Washington, agenda que poderia e deveria, a meu juízo, ser promovida e aprofundada, com o objetivo comum de recuperarmos o tempo perdido, de restaurarmos a indispensável confiança, comprovar que boas relações bilaterais podem e devem ser vantajosas para ambas as partes.

Durante nossa missão em Washington, tive ocasião de encontrar-me com alguns dos principais operadores e interlocutores pelo lado governamental, assim como pelas duas sociedades do que poderia voltar a ser uma agenda bilateral altamente positiva e impositiva.

Na área privada, por exemplo, permito-me fazer referência ao ex-Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Anthony Harrington, até hoje muito ligado ao Brasil; Presidente do prestigiado Conselho Consultivo do Brazil Institute do Woodrow Wilson Center, Presidente Emérito do Brazil-US Business Council, é também Presidente do Conselho da Influente Consultoria Albright Stonebridge Group.

Outra referência merecida é à Patri, empresa brasileira de consultoria, fundada pelo Dr. Eduardo Carlos Ricardo, e que, com grandes empresas brasileiras e norte-americanas em sua carteira de clientes, há mais de quinze anos mantém ativo escritório em Washington, o que lhe permite desempenhar papel valioso na facilitação do diálogo e na construção de pontes. Ainda na área privada, como elos de aproximação e adensamento de grande importância, permito-me destacar também o discreto, porém eficiente papel de personalidades como o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, hoje consultor e cuja passagem por Washington, muitos anos atrás, permanece na lembrança de efetivos e exitosos resultados na relação bilateral entre o Brasil o os Estados Unidos; e o também hoje consultor Thomas McLarty, Presidente da empresa McLarty Global e ex-Chefe do Gabinete Civil (*Chief of Staff*) da Casa Branca, na primeira gestão de seu amigo e conterrâneo Bill Clinton. Ambos contribuem para preservar fluidez na interlocução do Brasil com os Estados Unidos.

Devo ainda assinalar, no mesmo sentido, já me encaminhando para o encerramento, as produtivas conversas que mantivemos com a Secretária Assistente do Departamento de Estado para Assuntos Hemisféricos, Embaixadora Roberta Jacobson, e com seus congêneres da Representação para o Comércio Internacional, Sr. Hohn Melle, com o Sr. Ricardo Zuniga, do Conselho de Segurança Nacional, com o Sr. Jason Hafemeister, do Ministério da Agricultura, e com o Sr, Kenneth Hyatt, do Ministério do Comércio. Outra reunião de muita den-

sidade que mantivemos foi o Congresso dos Estados Unidos, onde nos avistamos com membros da "Bancada do Brasil" na Câmara dos Representantes, sob a liderança do Deputado Devin Nunes, Republicano da Califórnia e descendente de portugueses. Com ele e seus colegas parlamentares, nosso grupo pôde ter uma franca discussão sobre os rumos das relações entre nossos países.

Por fim, porém não por último, permito-me ressaltar a reunião que pudemos manter com o Embaixador Thomas Shannon. Ex-representante de seu país no Brasil, hoje desempenha a função de Conselheiro do Secretário de Estado, historicamante considerada a terceira posição mais graduada do Departamento de Estado, cadeira no passado ocupada por personalidades como o lendário Embaixador George Kennon, um dos mais renomados estrategistas da Guerra Fria, ou o ex-Presidente do Banco Mundial, Roberto Zoellick. Shannon, que assumiu sua posição em Brasília no começo de 2010, deixou nosso País em setembro de 2013, justamente quando mais repercutia o escândalo dos vazamentos feitos pelo Sr. Snowden, inclusive sobre bisbilhotagem eletrônica de comunicações, invadindo a privacidade da nossa Presidente da República.

No ambiente diplomaticamente deteriorado que então se instaurou, sabe-se que Shannon, um velho e dedicado amigo do Brasil, onde já servira anteriormente, a ponto de ser fluente em português, não mereceu, em suas despedidas, a cordialidade, até mesmo institucional, que se esperaria nestes momentos. Contaminado o ambiente por um problema episódico grave, porém menor do que a história das relações Brasil-Estados Unidos, o Embaixador Thomas Shannon, que jamais reconheceria como verdadeiros, por elegância, esses meus comentários, voltou a Washington sem que o Brasil, de público, exaltasse os méritos evidentes de sua missão em nosso País. Thomas Shannon, assim como algumas das personalidades que citei acima, deve ser considerado como uma espécie de *champion* das relações entre nossos países, referência de diplomata construtor de pontes e empenhado no adensamento de nossas relações de amizade e parceria em benefício recíproco.

Concluo este meu relato com uma homenagem muito especial e merecida ao Embaixador Thomas Shannon, a qual faço na qualidade, também, de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República. Faço votos de que lê continue nos ajudando na reconstrução dessas efetivas e importante pontes

Evidentemente, nos últimos dias foi muito importante o sinal dado pelo Presidente Joe Biden, que estará aqui na posse da Presidente Dilma no próximo mês de janeiro. Isso sinaliza possibilidades e perspectivas possíveis e concretas dessa relação bilateral reacender-se em busca de frutos recíprocos e mútuos para o Brasil e para os Estados Unidos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, cumprimento-o por esse relatório tão competente que abrange com grande fidelidade a atuação de V. Exª à frente desta Comissão.

Gostaria de propor a V. Exª que, extrapauta, após a audiência pública ou tão logo considerar que haja quórum regimental, eu possa ler o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014, do qual V. Exª é autor, alterando a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que pretende modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.

Tão logo tenhamos quórum, gostaria de pedir a V. Exª que, extrapauta, me possibilitasse a leitura deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos apenas aguardar o quórum para submeter ao conjunto da Comissão a possibilidade de V. Exª apresentar esse relato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, eu gostaria de pedir o acolhimento de V. Exª para que eu possa também fazer a leitura e pudéssemos apreciar o meu parecer ao projeto que trata de validar o acordo entre o Brasil e a Organização Internacional para as Migrações.

Tenho o relatório pronto, e a minha intenção era que pudéssemos apreciar ainda este ano, tendo em vista que é um acordo assinado em 2010. Seria importante que a Comissão pudesse apreciar o meu parecer e se posicionar sobre ele.

Então, no mesmo sentido do Senador Luiz Henrique, caso tenhamos quórum, eu gostaríamos que pudéssemos fazer a apreciação desta matéria da qual tenho a satisfação de ser relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos suspender esta reunião em razão da ausência de quórum para vermos a possibilidade de retomarmos em minutos a nossa pauta. Os Srs. Senadores devem estar a caminho da reunião.

Fica suspensa a reunião por dez minutos para que possamos retomar os nossos trabalhos.

(*Suspensa às 10 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 48 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a reunião.

Pede a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª apreciasse a possibilidade de, antes da audiência, apreciarmos algumas das matérias. Eu, inclusive, solicito que possa ser incluído, extrapauta, o item a que me referia ainda há pouco, que está pronto para ser apreciado pela Comissão, já que temos quórum agora. É uma matéria que trata de aprovar um texto do acordo do Governo brasileiro com a Organização Internacional para as Migrações.

Então, já que vamos ter esse tema debatido aqui, penso que isso aperfeiçoa a possibilidade de o nosso País tratar desse tema, que é tão relevante, inclusive objeto desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Consulto as Srªs e aos Srs. Senadores se algum de V. Exªs se opõe à solicitação do Senador Jorge Viana e do Senador Luiz Henrique, para que possamos fazer uma inversão de pauta e deliberarmos sobre dois itens. Em seguida, iniciarmos a nossa audiência pública. (*Pausa.*)

Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, vamos, então, fazer a inversão de pauta, e passo a palavra a V. Exª, antes, porém, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, estou plenamente de acordo com essa inversão de pauta, gostaria de declarar isso de viva voz, e estou ansioso também para a realização dessa audiência pública, que seguramente vai contribuir com o relatório que V. Exª deve oferecer a um projeto de lei de minha autoria, o 288/2013, que institui a Lei de Migração. É uma nova lei que vem substituir a lei já velha, de mais de 30 anos, e anacrônica, diante das mudanças do mundo e do Brasil, para que possamos ter uma legislação sobre migração mais acolhedora e mais democrática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

Senador Jorge Viana, a palavra é de V. Exª.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2014
– Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília, em 13 de abril de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço o acolhimento de V. Exª, Presidente Ricardo Ferraço, dos colegas também, Ana Amélia, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e o Senador Luiz Henrique, que estava aqui e que já havia demonstrado a sua concordância.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014, PDC 1.295, de 2013, na origem, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações, referentes à posição legal, privilégios, imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília no dia 13 de abril de 2010, ou seja, estamos aqui apreciando uma matéria que valida o acordo assinado no dia 13 de abril de 2010.

Com fundamento no disposto do art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 386, de 6 de setembro de 2013, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional para as Migrações, referente à posição legal, privilégios e imunidades da Organização no Brasil, assinado em Brasília no dia 13 de abril de 2010.

O acordo foi, inicialmente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo PDC nº 1.295, de 2013, decorrente da referida mensagem, produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após análise pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania daquela Casa.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo PDC nº 3, de 2014, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e designado para relator o signatário.

O projeto não recebeu emenda no prazo regimental.

Cuida-se aqui de um acordo que estabelece para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) os mesmos privilégios, imunidades conferidos às agências especializadas da Organização das Nações Unidas e ao seu pessoal no Brasil. Então, nós não estamos fazendo nada além de estender para a OIM o mesmo tratamento que as Nações Unidas aplicam ao seu pessoal que atua aqui no Brasil.

Os dispositivos do tratado em pauta têm, por base jurídica, a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas da ONU, de 21 de novembro de 1947, e a lei e regulamentos brasileiros vinculados a esse tema.

Assim, o Artigo 2º estipula que o Diretor-Geral, o Diretor-Geral Adjunto e o chefe da missão da Organização, bem como seus respectivos cônjuges e filhos menores de idade, desde que não tenham nacionalidade brasileira e nem residam permanentemente no país sede, gozarão dos privilégios e imunidade, isenções e facilidades, concedidas em conformidade com o direito internacional.

Entre outros direitos, desfrutarão dos seguintes: inviolabilidade pessoal; imunidade de jurisdição local; inviolabilidade de todos os papéis, documentos e correspondências; isenção de impostos sobre a remuneração, enfim,o mesmo tratamento estendido a funcionários das Nações Unidas.

O texto confere, ainda, às autoridades mencionadas, desde que satisfaçam às condições referidas, o direito de importar, livremente, enfim, todos os critérios livres de impostos que são garantidos a quem cumpre missões semelhantes no Brasil.

A OIM fica autorizada também, à luz do art. 3º, a possuir e usar fundos ou instrumentos negociáveis de qualquer tipo, manter e operar contas em qualquer moeda, assim como converter qualquer moeda que possua, bem como a transferir seus fundos ou moeda de outros países dentro do Brasil.

As autoridades brasileiras comprometem-se em adotar as medidas adequadas para garantir a segurança e a tranquilidade das instalações da OIM no Brasil.

A OIM, criada em 1951, é a principal organização intergovernamental voltada para a questão das migrações e conta com 155 Estados Membros, dedicando-se a solucionar os problemas resultantes das migrações e buscando assegurar aos migrantes uma condição humana e ordenada. O Acordo ora em exame, ao garantir à OIM e ao seu pessoal os mesmos privilégios e imunidades conferidos às Agências Especializadas das Nações Unidas e ao seu pessoal, permite que aquela Organização possa cumprir o objetivo de estabelecer cooperação no âmbito das migrações por período prolongado.

Voto:

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2014.

Esse é o meu voto e o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu estava presidindo a Comissão de Educação em debate sobre a psicofobia no transtorno do déficit de atenção. Por isso, não cheguei a tempo de ouvir a exposição de V. Exª a respeito dos resultados da viagem feita por um grupo de Parlamentares, Senadores e Deputados, aos Estados Unidos, liderados pela Amcham e pelo executivo Gabriel Rico.

Quero dizer a V. Exª que endosso, ratifico e assino embaixo as suas palavras – minha assessoria estava aqui acompanhando. Precisamos de fato aproveitar a transição, aqui no Brasil, não tão, digamos, acentuada politicamente quanto nos Estados Unidos, resultado das eleições, e tentar, através da Comissão de Relações Exteriores do Senado, um protagonismo maior nesse processo da política externa brasileira. Estamos já perdendo tempo e não podemos continuar nesse passo tão lento de inserção internacional.

Isso não tira prioridades que o Governo tem na região da América do Sul, mas temos de ampliar o nosso leque de atenção para outros mercados, para a inserção em outros países e outros blocos – a União Europeia e também o bloco da América do Norte.

Então, quero cumprimentá-lo por isso.

Como o Presidente Renan Calheiros delegou a mim – e vou fazê-lo com prazer – representá-lo na missa de final de ano, eu irei e voltarei a esta Comissão a tempo de acompanhá-lo em pelo menos parte da audiência pública requerida por V. Exª, para tratar das questões migratórias, ou seja, imigração, no nosso País.

Então, quero cumprimentá-lo também por essa iniciativa e reforço também o trabalho feito por esta Comissão ao longo desse tempo.

Muito obrigado.

Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sou eu que agradeço pela oportunidade e pelo privilégio de ter a companhia de V. Exª nesses três dias em que fomos convidados pela Câmara de Comércio para intensos diálogos com autoridades do Parlamento, com autoridades do Executivo, com empreendedores norte-americanos, empreendedores brasileiros e outras entidades. Todos esses mostram toda a sua preocupação e todo o seu interesse em que possamos retomar com força e intensidade as nossas relações no melhor nível governamental, considerando que, no dia a dia, o fluxo de pessoas do Brasil para os Estados Unidos e vice-versa e o fluxo do comércio e de geração de oportunidades continuam com frequência.

Então, foram, de fato, três dias de um intenso debate. Quero agradecer a oportunidade de ter tido o privilégio de, na companhia de V. Exª, manter essa missão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para concluir, Senador Ricardo Ferraço, a respeito do mesmo tema, num outro evento internacional, pelo menos recebi a informação de que o Embaixador do Brasil nesse País, de cujo nome vou declinar, solicitou a proposta de um debate sobre a questão tributária e fiscal com a Receita Federal. E o Embaixador não conseguiu que a Receita Federal brasileira recebesse, aqui em Brasília, os representantes desse País.

Penso que essa não é uma atitude adequada, porque a diplomacia faz o seu trabalho, em muitos casos, na sua maioria, exemplarmente. Os diplomatas brasileiros estão preparados e qualificados para isso, e é uma matéria de interesse do Brasil.

Agora, a corporação, a Receita Federal, negar-se a receber para conversar sobre a questão tributária e fiscal, representantes de países que estão abrindo as portas para o Brasil, não é uma atitude adequada e correta, em relação à necessidade que temos de uma inserção internacional mais profunda e mais proativa.

Faço esse registro aqui. Posteriormente, encaminharei ao Ministério das Relações Exteriores, eventualmente até ao Ministério da Fazenda, porque penso que é um diálogo. A Receita poderia não concordar com nada do que viesse a ser argumentado, mas penso que é obrigação de um órgão público, como a Receita Federal, que todos respeitamos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a V. Exª.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para modificar os critérios de identificação de países com tributação favorecida.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A matéria foi designada à relatoria do Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra a V. Exª para que possa apresentar o seu relatório. E, na condição de requerente de uma audiência pública, para que pudéssemos debater esse tema, vamos retirar esse requerimento, considerando que V. Exª, como sempre, foi extremamente célere na construção do seu relatório. Essa matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos. Quero crer que, na referida Comissão, poderemos aprofundar o debate em relação a esse tema.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É um projeto muito importante, muito relevante. Quero cumprimentar V. Exª por ter tido essa iniciativa feliz.

Por isso, nós nos obstinamos em rapidamente relatá-lo para que ele tenha a tramitação rápida que demanda o seu próprio mérito.

Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 275, de 2014, da Autoria do nosso Presidente Ricardo Ferraço, cuja ementa está acima epigrafada.

Pretende o ilustre Senador capixaba, por meio deste projeto de lei, acrescentar à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, Lei do Ajuste Tributário, o artigo 24, "c", para determinar que não será considerado País ou dependência com tributação favorecida aquele que não seja assim classificado, ainda que com denominação distinta, por órgão, entidade ou organização independente e internacionalmente reconhecida.

A proposta estabelece, ainda, que o Poder Executivo deverá indicar em ato específico de um ou mais órgãos, entidades ou organizações que atendam aos critérios definidos e devam ser considerados para o fim nele previsto.

Na justificação o autor recorda que a legislação brasileira confere tratamento tributário mais rigoroso a operações realizadas com pessoas físicas ou jurídicas residentes em países com tributação favorecida, os chamados paraísos fiscais, assim entendidos aqueles que adotem tributação máxima de renda em percentual inferior a 20%, a teor do que dispõe a Lei nº 9.430, já anteriormente citada, em seu art. 24.

Ressalta, entretanto, que, embora se trate de opção legislativa legítima, a presunção absoluta de que todos os países que tributem a renda abaixo desse percentual sejam paraísos fiscais acarreta distorções e leva ao tratamento inadequado de potenciais parceiros internacionais.

O listo autor quer dizer, explicando melhor a matéria, que se coloca no mesmo cesto, no mesmo tratamento, na mesma vala todos os países que têm tributação de renda inferior a 20%, sem reconhecer a especificidade da economia de cada um desses países.

O Senador Ferraço pondera por igual que, em face dos desafios do mundo globalizado, que exigem inserção dos países num cenário internacional sobre todos aqueles índices de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, afigura-se, de modo conveniente, permitir que a legislação interna possa adequar-se, de modo automático, ao tratamento preconizado pela comunidade internacional em relação à matéria, sem a necessidade da penosa via de alteração legislativa.

Por tais razões, propõe-se a inclusão do artigo 24, "c", na referida lei que pretendemos modificar, cujo *caput* exclui da aplicação do tratamento mais severo previsto na legislação os países que não sejam reconhecidos pela comunidade internacional como paraísos fiscais, segundo critérios geralmente empregados por organizações de seriedade e excelência, reconhecidas mundialmente.

Portanto, o novo parâmetro a ser estabelecido é o que decorre de conceito firmado por agências de alta credibilidade, internacionais, e o reconhecimento por países desenvolvidos, de que aqueles países, embora com legislação mais baixa não se caracterizam como paraísos fiscais.

A proposição foi distribuída ainda à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual caberá decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise

O tema objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência legislativa da União e pode ser versado em lei de iniciativa parlamentar. Desse modo, inexiste vício de constitucionalidade formal.

No tocante ao mérito, observo, de início, que compete a esta Comissão apreciar o projeto desde uma perspectiva das relações internacionais. Dessa forma, parece correto dizer que não há no plano internacional regramento uniforme no tocante ao assunto. Tampouco se observa tratamento unívoco nas legislações de diferentes países. Nesse sentido, pesquisa de direito comparado assinala para o fato de se tratar de ato estatal discricionário adotado sem o concurso de outros países.

É válido também registrar que alguns padrões de conduta são encontráveis nas diferentes legislações tributárias. Nessa ordem de ideias, o autor do projeto faz, em sua justificação, exercício visando à indicação de certa tipologia. Segundo Sua Excelência,

Inúmeros países (v. g. África do Sul, China, Espanha, França, Itália, México e Portugal) conceituam como jurisdição de baixa tributação aquela em que a renda é onerada em até determinado percentual inferior ao adotado internamente (comumente 50%). Outros países (v. g. Argentina e Austrália) elaboram listas arrolando países aos quais se aplicam (ou não, tratamentos mais severos, sem a fixação de uma tributação mínima da renda para enquadrá-los em tal condição. Outros (v. g. Reino Unido) empregam uma série de testes para fins de identificar as situações a serem tratadas com maior severidade, sem levar em conta para isso uma carga tributária mínima pré-estipulada, a exemplo as jurisdições antes citadas.

Assim, como bem ponderou o autor da matéria, trata-se de opção do legislador. Já os efeitos dessa opção nos campos econômico e tributário deverão ser mais bem apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Não há, desse modo, vício material de constitucionalidade e, quanto ao mérito, pelas razões acima expostas, a matéria deve ser aprovada nesta Comissão. Também não há óbice quanto à técnica legislativa

Voto:

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2014.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, em homenagem a V. Exª, este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Luís Henrique.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem querida discutir, eu apenas acrescento e reforço, de certa forma, a convicção de V. Exª, que é o que nos moveu, por consideramos absolutamente injusto que empreendedores brasileiros que querem se lançar para gerar oportunidades aqui e além-mar tenham sua competitividade restrita, ou seja, vamos ao campo prático.

Quando uma empresa brasileira multinacional, como é o caso da Brasil Foods, procura países do Oriente Médio para ampliar sua participação, a sua exportação e, com isso, gerar mais oportunidade aqui, ela não procura esse país porque tem tributação favorecida, ela procura esse país porque existem mercados potenciais que podem permitir a ampliação e a participação do nosso País no mercado competitivo.

Ora, quando essa região é considerada pelo Governo paraíso fiscal, ela é tributada além dos seus concorrentes, que passam a ter preferência melhor, portanto, ficando excluída daquele mercado. Então, o que nos moveu não foi outro sentido que não a competitividade.

Ora, é inadmissível que países, por exemplo, como Cingapura, possam ser considerados pelo Brasil paraíso fiscal, se não o é pela Comunidade Europeia, se não o é pelos Estados Unidos da América. Essa é uma visão absolutamente restrita de um país que precisa se alçar à competição global. E se o Estado não puder ajudar, que não atrapalhe; que permita que os empreendedores brasileiros possam continuar gerando oportunidade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esse foi o sentido da nossa iniciativa para que o Congresso possa discutir esse tema e encontrar uma solução que dê ao nosso País a mesma condição que outros países estão tendo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu realizei, nobre Presidente, uma missão, recentemente, no Marrocos, e lá conheci o Porto de Tanger Med. É um porto inaugurado em 2011, construído pela Maersk, a maior transportadora marítima do mundo. É um porto que tem 30 *portainers*, uma profundidade mínima de 18m, e é protegido por molhe, executado com a tecnologia mais avançada do mundo, hoje, e fica a 14km de Algecira, na Espanha.

O Marrocos tem uma política tributária também favorecida. Aquele porto pode se transformar em uma plataforma de exportação dos produtos brasileiros para a Europa, já que acordo do Mercosul inviabiliza o estabelecimento de comércio preferencial com a Europa. E esse projeto se encaixa bem no objetivo de utilizar a logística do Porto de Tanger para as exportações brasileiras à Europa e aos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Creio, portanto, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, teremos, inclusive, a oportunidade de convidarmos os profissionais da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, do Itamaraty e dos demais órgãos, como o MDIC, para que possamos fazer um debate franco, claro, e sincero sobre a necessidade de atualizarmos e adequarmos essa realidade brasileira, de modo a permitir que o nosso País possa ter...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir a V. Exª que ingressasse com esse requerimento de audiência pública para tramitação na CAE, para que a tramitação começasse pela audiência pública. E sugeriria – não sei se integra a nominata dos que vão participar dessa sabatina, desse diálogo, dessa audiência – o Ex-Embaixador Rubens Barbosa, que é um especialista nessa área.

Se não consta, eu gostaria, quando V. Exª encaminhar o pedido de audiência, na CAE, de incluir o nome de S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem. Nós vamos fazer esse requerimento. A sugestão de V. Exª é extraordinária. Precisamos também trazer ao Congresso os empreendedores brasileiros, que, na prática, estão convivendo com esse tipo de desafio; precisamos trazer o Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, porque a política comercial, a diplomacia comercial é um dos elos mais importantes da política externa.

Portanto, vamos colocar em votação esse projeto. E, na Comissão de Assuntos Econômicos, vamos ter a oportunidade de fazer esse debate.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico a S. Exªs, os Srs. Senadores, que o prazo para apresentação de Emendas ao PLN nº 13, a Lei Orçamentária para 2015, está aberto até o dia 11 de dezembro.

Somente ontem à noite, a Comissão Mista de Orçamento concluiu a aprovação da LDO, abrindo campo para que pudéssemos aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentar as nossas emendas à Lei Orçamentária Anual. Temos um prazo até segunda-feira, às 18h. As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e por via impressa, assinadas pelo Senador que assim o desejar. A nossa Comissão poderá fazer três emendas ao Orçamento, vinculadas, evidentemente, às questões que são o foco dos nossos debates, ou seja, política externa ou defesa nacional.

É o comunicado que fazemos aos Srs. Senadores que desejarem apresentar as emendas, para que, na terça-feira, possamos fazer uma reunião extraordinária para deliberarmos sobre essas emendas e também sobre um projeto de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que trata da construção de nova lei de imigração, que está apresentado. Na condição de Relator, na terça-feira terei toda a condição de apresentar o meu parecer para que possamos fazer nosso debate sobre a necessidade inadiável de adequarmos a nossa legislação.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, na verdade, quero felicitar o Sr. Presidente, o nosso Relator, pela iniciativa desse Projeto de Lei que nossa Comissão acaba de aprovar.

Lembro-me de que – e V. Exª se lembra também – quando se discutiu, entre outros temas, a tributação das empresas brasileiras no exterior, essa questão foi levantada com muita ênfase na Comissão Mista que examinou a Medida Provisória – porque era só uma medida provisória, tratando desse tema. A visão do Governo, infelizmente, foi uma visão imediatista, de curtíssimo prazo; uma visão estritamente fiscal, que orientou a persistência dessa situação que, como bem o senhor lembrou, dificulta a expansão das empresas brasileiras no exterior. Aliás, em muitos casos, como é o caso da BR Food, funcionam como ponta de lança de exportações brasileiras para outros países.

Quero também, uma vez que V. Exª se referiu a isso, manifestar à Comissão uma preocupação que vem da leitura de noticiário no jornal: que o Governo estaria prestes a promover uma mudança na estrutura do Itamaraty, retirando do Ministério de Relações Exteriores o Departamento de Promoção Comercial e colocando-o no Ministério do Desenvolvimento.

Considero isso um erro. Considero um erro porque o Itamaraty tem uma longa tradição nesse assunto, o Itamaraty tem uma estrutura internacional, o Itamaraty se apresenta, os funcionários do Itamaraty, os diplomatas brasileiros se apresentam no exterior como representantes do Estado brasileiro. O Ministério do Desenvolvimento não tem, nem de longe, estrutura de trabalho semelhante. Considero que isso é um verdadeiro tiro no pé.

Então, faço essa manifestação, Sr. Presidente, pedindo a V. Exª que procure esclarecer essa situação, se isso tem fundamento ou não, e trazer esse debate para a Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos fazer isso e teremos uma excepcional oportunidade, na reabertura dos nossos trabalhos aqui na Comissão de Relações Exteriores, de conversar com o Chanceler. Aprovamos aqui uma resolução, e logo no início do ano o Chanceler deve comparecer a esta Comissão para fazer um balanço das suas atividades e prospectar, também, cenários com relação às metas e aos programas de trabalho que a nossa política externa estará conduzindo no ano.

De modo que concordamos com V. Exª. Abrir mão da capilaridade da estrutura de recursos humanos, de recursos materiais e da longa tradição que tem o Itamaraty, que são bases extraordinárias que o País tem lá fora, me parece, realmente, um equívoco. Mas vamos sondar, vamos conversar e dialogar com o Ministério, com o Governo, para entender se isso, de fato...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Até porque, Sr. Presidente, essa capilaridade foi ampliada significativamente na última década. O Governo Lula, aliás, se caracterizou por isso, tem esse mérito de ter ampliado a presença do Brasil não só em novos grupos de atuação internacional, como também abrindo novas embaixadas e consulados, principalmente na África, na Ásia e em outros continentes.

O Itamaraty, repito, ainda é a melhor massa crítica deste País. Dispõe de um pessoal absolutamente especializado, preparado, que tem tradição na diplomacia comercial brasileira. Eu lembro, por exemplo, do famoso caso Embraer-Bombardier e da atuação do Ministro Celso Amorim, na época, Embaixador junto à Organização Mundial do Comércio; do hoje Presidente da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevedo; e da equipe que integrava aquela delegação brasileira, na época, que foi fantástica. O Brasil, diplomaticamente, usando uma expressão popular, deu um banho na diplomacia canadense e os resultados estão aí, de modo que é um absurdo...

Acho que o que o Ministério do Desenvolvimento Econômico tem que fazer é atuar, supletivamente e integradamente, com o Itamaraty, mas não substituí-lo em um tarefa que ele não tem condições de cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há, também, o caso do algodão. Foi um extenso conflito que o nosso País viveu com os Estados Unidos e que, por coordenação, por coincidência, do

Embaixador Roberto Azevedo, hoje Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, o Brasil foi vitorioso, como foi vitorioso nesse caso que V. Exª cita, o caso Bombardier.

Portanto, abrir mão dessa excelência, dessa experiência, dessa capilaridade poderá se transformar em um equívoco muito grande, e nós teremos oportunidade de debater esse tema em nossa Comissão.

Passamos, agora, ao segundo item da pauta, a audiência pública que tem por objetivo discutir a situação de imigração e de refúgio no Brasil, temática cada vez mais relevante para a vida nacional.

Segundo dados da Agência da ONU para Refugiados, entre 2010 e 2014, o número de novos refugiados no País cresceu a 1.255%. Hoje, o Governo brasileiro reconhece pouco mais de 7,2 mil refugiados, de 81 nacionalidades, dentre as quais os sírios representam o maior grupo, com 20% do total. Ademais, estão em análise outras 8,6 mil solicitações, das quais 7,1 mil foram protocoladas neste ano.

Esses números não incluem os nacionais haitianos que chegaram ao Brasil desde o trágico terremoto que atingiu aquele país em 2010, aos quais foram concedidos os chamados "vistos humanitários", criados pela Resolução 97 do Conselho Nacional de Imigração em 2012. De acordo com a Polícia Federal, mais de 39 mil haitianos ingressaram no Brasil entre 2010 e 2014.

No ano passado, em missão ao Acre com os ilustres desta Comissão, tive oportunidade de ver com meus próprios olhos a grave situação humanitária provocada pelo intenso fluxo de refugiados nos Municípios de Assis Brasil, Brasileira e Epitaciolândia, região de fronteira com a Bolívia e o Peru por onde 13 mil nacionais haitianos entraram no Brasil.

Apesar dos esforços de autoridades estaduais e federais, os escassos recursos e a inadequada infraestrutura disponível para atender aquele inesperado contingente de pessoas causaram graves transtornos às populações locais. Infelizmente, a dura realidade é que a maioria dos Estados brasileiros, em especial na Região Norte, onde 25% dos pedidos de refúgio são solicitados, não dispõe de estrutura de apoio para receber esses fluxos cada vez mais intensos em nosso País.

Reza a nossa tradição de nação constituída pelo somatório de comunidades e etnias de origens diversas a tolerância para com os imigrantes – realidade que está presente, hoje, no Brasil e em diversas regiões do mundo.

Portanto, é chegada a hora de o Brasil se preparar melhor para enfrentar essa problemática que requer um esforço mais eficiente de articulação e coordenação, o qual, necessariamente, deve envolver as três instâncias governamentais.

Com efeito a liderança desse esforço cabe ao Governo Federal com a participação do Itamaraty, Ministério da Justiça, do Trabalho, da Saúde e é necessária a constituição de um novo marco legal, que também tramita aqui nesta Comissão em iniciativa do Senador Aloysio Nunes, e que na próxima 3ª feira nós esperamos relatar.

Para fazermos um debate dessa natureza é que nós estamos recebendo aqui na Comissão, eu gostaria de convidar, para que tivessem assento à Mesa, o Dr. Paulo Abrão Pires Junior, que é Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça; Tania Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, e Vivian Holzhacker, Coordenadora do Programa de Proteção do Centro de Acolhida para Refugiados – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Em nome da Comissão, agradecemos muito a presença de V. Sªs aqui na Comissão de Relações Exteriores, para que façamos aqui um diálogo, um debate acerca dessa conjuntura e daquilo que as Organizações Não Governamentais estão assistindo, estão acolhendo. De igual forma, vamos debater as ações que o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça está colocando de pé, visando aperfeiçoar, estruturar a melhor política nacional de imigrantes.

Para tanto, passo já a palavra ao Dr. Paulo Abrão, que poderá fazer um amplo sobrevoo e um diagnóstico a respeito dessa conjuntura. Agradeço muito a presença de V. Sª aqui na Comissão de Relações Exteriores. V. Sª tem até 20 minutos para fazer uma exposição. Em seguida, vamos compartilhar esse diálogo também com as Organizações Não Governamentais – as duas aqui presentes – que têm tido um trabalho excepcional nesse ato de solidariedade humana a semelhantes que vivem circunstâncias de profunda incerteza em suas vidas.

Dr. Paulo a palavra é de V. Sª.

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Muito obrigado pelo convite, Senador Ricardo Ferraço.

Manifesto o nosso reconhecimento pela sua sensibilidade ao tema e agradeço muito a oportunidade de debatermos essa questão hoje que, de fato, é uma questão nacional.

Meus cumprimentos aos nobres Senadores membros da Comissão, muito especialmente ao Senador Aloysio Nunes, autor de um projeto de lei de reforma da lei migratória, que, para nós, é uma referência. Queremos já, de início, afirmar a qualidade desse projeto de lei, que, acho, pode ser para nós um texto orientador para essa reforma normativa.

Agradeço a presença dos colegas aqui.

Vou fazer uma fala mais genérica até porque eu também trouxe aqui o Diretor de Departamento Estrangeiro para que ele, como dirigente da área, possa agregar elementos de instrução e mais dados para nós.

Acho que temos duas questões relevantes e que devem ser debatidas conjuntamente, porque, de algum modo, elas se complementam. Uma é relacionada à questão migratória; a outra relacionada à questão dos refugiados. Em ambas as matérias, o Brasil tem sofrido uma elevação do número de entrada de migrantes econômicos, ao mesmo tempo em que ocorre uma elevação do número de solicitações de refúgio.

Esse fenômeno concomitante, evidentemente, é influenciado por inúmeros fatores. São questões/razões multicausais, mas que de algum modo sinalizam claramente que a cidadania global enxerga o Brasil hoje como um lugar de destino, e nós estamos voltando, portanto, a ser aquele país que historicamente se constituiu pela força da imigração. Sempre foi assim, em todo o nosso período da história, também durante a história republicana. Só houve um único momento da história em que houve mais brasileiros saindo do que estrangeiros vindo viver aqui, que foi exatamente na década de 80 e início da década de 90, 70-80, duas décadas.

Foram mais ou menos uns 20 anos em que tivemos, aí sim, um momento de regime ditatorial que, evidentemente simbolizava um fechamento do País e toda uma cultura de fechamento, até mesmo diante da ameaça da entrada do pensamento estrangeiro indesejável à luz da ideologia da época. Além disso, houve a crise fiscal, a crise econômica que vivemos, quando passamos por aquele período de afirmação da nossa capacidade de retomada de estabilidade democrática e que muitos brasileiros foram para fora.

Passado esse período, houve um equilíbrio entre entrada e saída de brasileiros e estrangeiros. Hoje, um número maior de estrangeiros entram do que brasileiros saem. Foi verificado também um fenômeno recente: os números mostram também um fenômeno de retorno de brasileiros residentes no exterior para o Brasil. Isso é também bem representado pelo volume de remessas de recursos do Brasil para outros países, também por populações estrangeiras, que é cada vez crescente. Então, essa é uma situação que está colocada e que se materializa de forma mais aguda na situação da migração haitiana, que entra hegemonicamente pela Região Norte do Brasil, mas que hoje tem entrada dissipada pelos nossos principais canais de entradas, especialmente nos aeroportos, mas ele se dá em todo o País.

Por outro lado, uma elevação de mais de 1.800% no número de solicitações de refúgio. Nós saímos de uma média de pedidos de solicitação de 500 ao ano para uma nova situação em que chegamos a mais de 1.800 pedidos. Essa elevação é muito forte.

Esses são elementos que são globais. O último Relatório de Organização Internacional de Migrações aponta que 40% dos fluxos globais hoje já se dão no eixo Sul-Sul, com especial destinação para os países em industrialização, que é o caso do Brasil e os BRICS, que também é o caso do Brasil. Então, somos duplamente afetados por essa tendência e, com isso, evidentemente temos que nos preparar para essa nova ambientação, porque ela é uma realidade que interpela o País.

O que se percebe é que, com elementos de estabilidade democrática, com elementos de estabilidade econômica, com políticas sociais, essa progressividade de conquistas institucionais que tem ocorrido ao longo de nossa história democrática, o fato de recebermos grandes eventos internacionais como as Olimpíadas, a Copa do Mundo, a Jornada Mundial da Juventude, a Rio+20, Jogos Pan-americanos, a participação mais ativa do Brasil na política exterior e na geopolítica mundial, sinaliza para fora duas visões simbólicas que contaminam os desejos dos migrantes, das pessoas que querem exercer o seu direito humano à imigração. Por um lado, dos migrantes econômicos de que aqui é uma terra de oportunidades. Os migrantes não saem do seu país em busca de um lugar pior do que o seu país.

Então, o lado positivo é que a imagem do País lá fora, de algum modo, transmite a ideia de que aqui é uma terra de oportunidades, e cada vez mais migrantes elegem o Brasil como local de destino. E, por outro lado, há os refugiados, cuja busca primeira não é necessariamente de um novo lar que lhe dê melhores condições de vida, mas sim um local que dê capacidade de garantir segurança. Então, os refugiados também têm visto no Brasil um País que tem tido, de forma crescente, a capacidade de garantir proteção e de respeitar os seus direitos humanos.

E essa variação quantitativa é acompanhada de elementos de diversidade de nacionalidades, ou seja, também temos aqui um fluxo que majoritariamente era composto, até pouco tempo atrás, de migrantes latino-americanos, da nossa própria região vindo para o Brasil. Agora, no entanto, estamos recebendo, de forma intensificada, migrantes transcontinentais da África e da Ásia. É muito interessante analisar esse aspecto e depois discutir os motivos específicos dessa migração asiática para além desses motivos explicativos mais gerais para os quais já atentamos.

A despeito disso, a despeito de voltarmos a ser um País de migração, a despeito de termos hoje uma elevação no número de solicitações de refúgio no Brasil e isso, de fato, impacta na nossa nova realidade interna, nós não vivemos uma crise de volume.

Eu, particularmente, não acredito que nós tenhamos uma crise de volume. Comparativamente a outros países em desenvolvimento e países desenvolvidos, nós não temos nenhum 1% da nossa população composta de população estrangeira. A Argentina chega a quase 5%, que é uma realidade muito próxima a nós e os países mais desenvolvidos chegam a ter de 15% a 2-% da sua população composta de população estrangeira.

Então, não podemos caracterizar esse volume migratório como uma crise de volume, mas, sim, e é preciso reconhecer, uma crise de capacidade estrutural de internalização de atendimento de integração social e que, ao meu juízo, ela está focada, aí, sim, em dois déficits: um déficit que é normativo, porque temos uma legislação muito restritiva, pois obstaculiza as ações do Estado para gerar processo de documentação e também de aceleração da integração dos imigrantes.

O exemplo mais concreto disso é o dispositivo do atual Estatuto dos Estrangeiros, que veda a documentação do imigrante dentro do território nacional. Então, que dizer, o problema está aqui dentro, diante dos nossos olhos; não vamos realizar deportação em massa. Não é da tradição do Brasil fazer isso. Acho até que, historicamente, nós sempre afirmamos uma outra perspectiva nesse sentido.

Então, esse primeiro déficit normativo tem que ser superado. Para isso, nós adotamos duas estratégias, uma primeira de verbalizar publicamente o apoio ao PLS do Senador Aloysio. Isso nós temos feito em todas as oportunidades públicas, nos debates acadêmicos que temos feito, assim como nos debates públicos. E o segundo, o de criar uma comissão de especialista, por ato do Ministro da Justiça, para que ela apresentasse, também, um projeto de lei para que a sociedade civil, essa inteligência, pudesse agregar qual é a visão dela.

A comissão de especialistas acaba de entregar esse projeto para o Ministro da Justiça, que nos devolveu a finalização desse trabalho. Ela se inspirou muito no projeto de lei do Senado. Acho que há um elemento de convergência muito forte nos dois textos. Acho que seria interessante, agora, tentar promover essa fusão, porque ela tomou como base, também, o PLS do Senador Aloysio e ela aponta para dentro uma necessidade de simplificar o Regime Geral de Vistos, que é quase esquizofrênico, porque não dá conta de novos desafios que estão colocados para nós e ao mesmo tempo coloca o dedo na ferida na questão, que aí é o segundo déficit, que não é normativo, é o déficit estrutural mesmo, da existência de uma gama de serviços públicos para atendimento aos migrantes.

É isso. O Brasil não tem estruturado um conjunto de serviços públicos para os migrantes. Não temos porque essa não era, primeiro, uma questão para nós, até pouco atrás, e a lógica do Estatuto e da norma atual é uma lógica restritiva de entrada, então, nós precisamos abordar essa capacidade do Estado em estruturar essa rede de atendimento para além da atividade que já é feita pela sociedade civil. Veja, estou falando de um déficit estrutural do Estado. As entidades da sociedade civil hoje prevalentemente realizam esse trabalho de atendimento. Porém, é preciso que o Estado dê uma resposta para isso. E mais, que isso seja acompanhado, aí sim, de um plano de migração, porque o Brasil, agora, precisa se posicionar estrategicamente em relação a isso. Afinal de contas, hoje, o principal ativo em disputa no mundo são cérebros. O Brasil não pode perder dimensão estratégica em relação a isso e fazer um plano nacional de migração.

O primeiro esboço de um plano desse também procuramos construir com participação social. O Brasil fez a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, um processo que mobilizou várias etapas locais e municipais com a participação ativa dos atores governamentais da Polícia Federal, Defensoria Pública, dos setores das áreas de assistência social, saúde, educação, mais a sociedade civil militante, que promove assistência, mais os atores do Poder Executivo,. E ali se gerou um conjunto de propostas, que chamamos de um plano nacional de integração dos migrantes e que tem sido objeto de implementação gradativa.

E essa experiência inclusive de construir um plano nacional de integração dos migrantes com a participação dos próprio migrantes – ninguém melhor que eles para dizer o que precisam – hoje já é referenciada pela organização internacional dos migrantes pelo próprio Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados como uma boa prática que deve ser reproduzida por outros países do mundo.

Então, nós temos hoje uma situação de uma proposta de reforma normativa, presente no PLS, e agora agregando aí um debate da nossa massa crítica instalada na academia com projetos da Comissão de Especialistas. Esse projeto o Ministro da Justiça encaminhou para o Itamaraty e para o Ministério do Trabalho e Emprego para agregarem as suas sugestões, para ver se com isso a síntese seja um projeto de governo para poder encaminhar para o Congresso Nacional. O Itamaraty já fez as suas sugestões e, agora, nesse instante, ele está em debate no Conselho Nacional de Imigração para que se tente finalizar uma proposta consensual.

No que se refere à estruturação desses serviços, as primeiras unidades de referenciamento ao atendimento ao imigrante nós começamos a implementar a partir de uma lógica de construção de uma matriz federativa, de uma matriz de responsabilidade federativa. O Senador Ricardo Ferraço teve um papel protagonista nisso, na época em que tivemos uma entrada significativa de haitianos. Aí nós fizemos uma concentração federativa com o governo de São Paulo, com a prefeitura de São Paulo, com o Estado do Acre. Construímos uma matriz de

responsabilidade. A Secretária Eloisa Arruda, do Estado de São Paulo, o Secretário Rogério Sottili, da prefeitura de São Paulo, e nós pelo Governo Federal fizemos a assinatura dessa matriz de responsabilidade, o Secretário Torres do Acre também, e ela impõe algumas obrigações.

Essa matriz de responsabilidade gerou, inclusive, um conjunto de convênios. O Governo Federal repassa recursos para essas unidades federativas para que elas iniciem a estruturação de serviços de atendimento. Então repassamos recursos para o Governo do Acre, repassamos recursos para a prefeitura de São Paulo. A Secretária Eloisa Arruda disse que não precisava, num primeiro momento, porque ela já tinha um espaço físico e ela tinha um recurso advindo de um TAC que foi feito a respeito da matéria de trabalho escravo, que ela estava aplicando na criação de uma unidade de atendimento. E recentemente a prefeitura de São Paulo inaugurou o seu centro de referência e atendimento ao imigrante com esses recursos.

Então a gente está tendo as primeiras unidades de estruturação públicas, mantidas pelo serviço público, de atendimento ao imigrante. Isso já nos ajuda a superar as dificuldades relacionadas à integração, que envolve ações – e é preciso insistir nisso – que são federativas. A questão migratória não é uma questão do Governo Federal, é uma questão federativa, até porque os migrantes entram em cada uma das unidades e vão usufruir dos serviços públicos que são de competência constitucional de cada ente federativo.

Então, cabe à União fazer a documentação, dentro do seu sistema nacional de emprego buscar a empregabilidade, fazer toda a tarefa relacionada à segurança de fronteiras, aquilo que é da sua competência. E cabe aos governos estaduais e municipais implementarem serviços de educação, de saúde, assistência social que está dentro da sua competência. É preciso manter essa lógica e, claro, tentar impedir que ocorram efeitos colaterais negativos nesse processo.

Por último, em matéria de refúgio, o Brasil sediou agora na semana passada a Conferência Cartagena+30. Nós pudemos construir um plano de ação do Brasil e uma declaração do Brasil. Acaba de ser aprovada a declaração do Brasil e o plano de ação do Brasil em matéria de refugiados. Reunimos na semana passada os 33 países que compuseram essa reunião comemorativa, a Cartagena+30. O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados esteve conosco, e nós aprovamos esses dois documentos que também poderão agora nortear matérias para o futuro.

Quais são os três pontos fundamentais desse plano de ação e dessa declaração do Brasil? Primeiro, o compromisso dos países em erradicar a apatridia. Esse é um outro problema que está colocado. Nós hoje vivemos uma lacuna jurídica sobre apátridas no Brasil. A gente precisa superar essa lacuna jurídica.

Nossa proposta é trazer a competência, para também resolver a questão dos apátridas, para o próprio Comitê Nacional para Refugiados, porque já existe um Conare, que está ali para manter refugiados. Então, já declara também os apátridas.

É uma coisa simples. Um artigo dentro do Estatuto dos Refugiados, inserindo essa competência. Seria mais simples que pensamos. É claro, um segundo artigo concedendo aquilo que os apátridas precisam. O apátrida não tem pátria. Do que ele está em busca? É de uma nacionalidade. Então, concedemos para ele uma nacionalidade, porque, aí sim, ele sai daquela situação de vulnerabilidade.

Nesse plano, então, o primeiro ponto central é que, nos próximos 10 anos, todos os países da América Latina e do Caribe – e foi a primeira vez que os países do Caribe vieram para construir um plano juntos, concertamos isso, semana passada, e os países vieram –, superemos essas lacunas jurídicas e as situações de apatridia.

Segundo ponto, o reconhecimento da situação dos fluxos migratórios mistos, que têm a ver com a questão dos haitianos. Pessoas que estão vindo por motivos que não são, exclusivamente, econômicos, mas também têm outras razões conjuntas, questões ambientais ou desastres. O fato de o Brasil ter tido uma atuação ativa na reconstrução no Haiti – e até hoje tem uma missão lá –, de alguma modo, também estimula a vinda deles para cá. Então, o reconhecimento de que isso não se resolve, exclusivamente, nem com a legislação de refúgio nem...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – ... com a legislação de imigração.

Finalizando, essa declaração, inclusive, apontou para todos os outros países que esse modelo que o Brasil adotou de concessão de visto humanitário é referencial, que ele tem que ser utilizado pelos outros países. Os outros países não sabiam como enquadrar os haitianos. Eles estão indo para vários lugares. Se enquadravam como refugiados ou como imigrantes...

O último ponto: essa declaração reconhece uma problemática nova, que são deslocados da América Central, dos países do Triângulo Norte, especificamente da Guatemala, Honduras e El Salvador, em virtude do crime organizado transnacional.

Com o fenômeno dos Maras, estamos percebendo um deslocamento populacional desses três países para outros países da região, em virtude dessa violência não estatal, dos grupos que estão instalados. É um grupo paramilitar, uma espécie guerrilheiro, uma organização...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Sim; um pouco isso, o que tem feito com que muita gente saia desses três países. *A priori*, isso não afeta o Brasil, num primeiro momento, porque eles estão preferencialmente se dirigindo ao Canadá e aos Estados Unidos. Mas essa é uma primeira onda de deslocamento. Pode ser que acabe também chegando aqui para nós.

Então, são considerações gerais, Senador.

Agradeço, muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Paulo Abrão, diga-me uma coisa. Considerando que há um nível de convergência muito grande entre os estudos que o Ministério está fazendo e a proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós estamos caminhando para aprová-la aqui, nesta Comissão, na próxima terça-feira, porque temos o mesmo entendimento que os senhores têm de que a proposta é adequada, pertinente, estando em linha com as principais preocupações, alterando profundamente uma legislação que vem do tempo de exceção e voltada para uma nova realidade, com foco no ser humano e assim por diante. Assim, a intenção do Ministério da Justiça é enviar posteriormente essa proposta ao Congresso?

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – O Ministério não tem autonomia para, ele sozinho, encaminhar, porque, como é uma matéria que afeta vários Ministérios, precisamos do o.k. dos outros ministérios.

Então, o Ministério das Relações Exteriores, agora, agregou algumas sugestões, e a proposta está em discussão no Ministério do Trabalho e de Emprego. Quando essa proposta chegar do Ministério do Trabalho e Emprego, deverá haver uma última reunião interministerial para tentar consensualizar essa como uma proposta de governo.

Aí acho que temos duas alternativas no processo legislativo: ou o governo mesmo encaminha como dele, mas isso dependerá de decisões superiores, que, inclusive, extrapola a minha competência, envolvendo até o próprio Palácio do Planalto nesse sentido; ou simplesmente encaminhar aqui para a Comissão e para o Congresso, para que ele seja, portanto, considerado na proposta que já está em tramitação, como uma forma de emenda.

Não tenho como dizer qual será o caminho, porque, de fato, esse envolverá decisões superiores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sinalização que queremos dar a V. Sªs é que o projeto, aqui, de nossa parte, está bastante maduro e, assim, estamos ensejando ambiente para votarmos na próxima terça-feira, em caráter terminativo. Portanto, ele segue daqui para a Câmara dos Deputados. Dessa forma, ou nós podemos fazer isso, ou podemos aguardar.

Nós precisamos ver com o Senador Aloysio o que ele considera mais viável, até mesmo a possibilidade de nós ganharmos um pouco mais do prazo, para, quem sabe, convergirmos na mesma direção, considerando o bom ambiente criado; para que as contribuições do Poder Executivo possam ser incorporadas ou não, mas, enfim, que possam ser estudadas ou debatidas na proposta defendida, desde 2013, pelo Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Veio-me à cabeça essa contribuição.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer muito as referências do Secretário Paulo Abrão ao projeto que, realmente, tem sido apoiado pelo Ministério da Justiça desde a sua apresentação.

É uma demonstração de que, em matéria de direitos humanos, aqueles que professam essa religião não têm fronteiras partidárias no que diz respeito à defesa dos direitos humanos.

Agora, eu penso, meu caro Presidente, que, se aprovarmos aqui, o projeto irá para a Câmara. Como os projetos que se originam do Executivo também começam sua tramitação pela Câmara dos Deputados, penso que a Câmara seria o terreno ideal de convergência entre essas proposições. Ou sob a forma de uma proposição que seria apensada à outra, ou sob forma de emendas que seriam examinadas pelas Comissões técnicas da Câmara e depois pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Sª fala também de problemas imigratórios, sobretudo em relação a países do Triângulo Norte.

Há uma preocupação, também, com relação a uma alteração na Constituição da República Dominicana, alterando a cidadania, segundo se comenta, de centenas de milhares, de haitianos que poderiam perder essa cidadania, e isso poderia gerar um fluxo muito forte de haitianos para a região.

Essa realidade, essa conjuntura está presente no radar de V. Sªs? Como isso está sendo analisado no interior do Ministério da Justiça? Qual é o nível de preocupação e intensidade desse tema?

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Senador, obrigado pela oportunidade de falar disso.

Nós estamos mantendo uma relação de proximidade muito forte com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que, inclusive, já expressou publicamente a contrariedade em relação a essa medida que a República Dominicana tomou.

Ela, na prática, joga na situação de apátrida um conjunto de cidadãos que nasceram lá, porque eles estão retirando também a cidadania *jus solis,* e, com isso, essas pessoas estão perdendo a cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Fala-se em 500 mil haitianos.

O SR. PAULO ABRÃO PIRES JÚNIOR – Alguns nasceram na República Dominicana, são filhos de dominicanos, mas têm origem migratória de haitianos; são filhos de haitianos.

Então, essa situação, hoje, está em questionamento; a comunidade internacional está muito atenta; as organizações da sociedade civil têm se mobilizado; o Alto Comissariado, a Organização Internacional dos Imigrantes. O Embaixador da República Dominicana e os seus delegados estiveram conosco durante a semana passada na Conferência Cartagena+30, onde nós pudemos dialogar; e a Corte Suprema da República Dominicana também está se debruçando sobre o tema.

Eu tenho expectativa de que isso vá receber alguma solução, porque é mesmo um pouco inimaginável que, de uma hora para outra, pessoas que nasceram em 1940 e moram lá há 70 anos percam a nacionalidade.

Mas, se isso acontecer, terá um impacto forte em toda a região, certamente. As pessoas estarão buscando algum lugar onde elas tenham garantias de cidadania mínima. Certamente é motivo de preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem,

Dr. João Guilherme Granja, Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça.

A palavra é de V. Sª para incorporarmos aqui ao tema as suas preocupações em seus ofícios.

O SR. JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA – Perfeito.

Agradeço V. Exª; agradeço a presença dos Senadores, das pessoas aqui presentes nesta reunião de comissão.

Depois desta apresentação feita pelo Secretário Paulo Abrão, detalharei mais um pouco da nossa análise institucional, hoje em dia, sobre esse passado recente migratório, esse quadro, essa história de longo prazo, que já foi comentada pelo Secretário.

Nós viemos de um período, com a redemocratização, de gradativo crescimento, embora sutil, dos fluxos de imigrantes em direção ao Brasil. E, mais recentemente, isso se acentua e ganha visibilidade, primeiro no começo da década de 2000, com o incremento dos nossos países vizinhos, dos nossos imigrantes que já tinham também uma trajetória tradicional de se dirigir ao País.

Então, a nossa migração, além dos países de formação histórica, como da região ibérica e da América Latina, nós tínhamos intercâmbios com alguns países africanos, com alguns países asiáticos, e isso era um pouco a base demográfica da nossa população, reforçada por essa imigração do começo do século XX.

Nessa virada de século, o fenômeno da migração, dos fluxos migrantes extracontinentais, é o que evidencia a necessidade da instalação dos mais diversificados serviços públicos de matriz de assistência social, mas focados na inclusão inicial desses imigrantes. São serviços que têm características distintas daquela rede de assistência social que, muitas vezes, nós acabamos oferecendo, no Brasil, para, por exemplo, a população em situação de rua, que é uma população que está num processo descendente, de degradação, já num processo de cidadania bastante comprometida. Ao contrário, os fluxos de imigrantes precisam de um processo inicial de adequação, quando eles começam a vida e normalmente aceleram a sua vida com padrões econômicos e padrões laborais, padrões produtivos que são muito distintos.

Foi sobre essa primeira capacidade que o Estado brasileiro começou a ter que se debruçar para desenvolver, ampliando o conhecimento sobre as populações de imigrantes vivendo no Brasil e sobre os fluxos de imigrantes que têm o Brasil como referência. Nos últimos anos, nós percebemos a necessidade de mudarmos as práticas do Estado brasileiro. Nós vimos de décadas de atuação meramente cartorial, de controle documental inicial da situação migratória, e, ainda hoje, temos uma dificuldade censitária imensa para conhecer a população de imigrantes que, por exemplo, não têm documentação migratória regularizada no País.

Essa barreira da documentação é uma categoria de trabalho que é muito cara, muito valiosa para a concepção tradicional de migração europeia e que também mostra a nossa necessidade de desenvolver uma linguagem técnica, uma linguagem de trabalho própria, o que só vai surgir também com instituições especializadas na temática migratória, o que também é uma recomendação presente no texto que encarta o Projeto de Lei nº 288, do Senador Aloysio Nunes Ferreira. É necessário que nós tenhamos um corpo especializado de profissionais que possa atuar com a temática migratória.

Essas observações foram acolhidas pela Comissão de Especialistas, composta pelo Ministro de Estado da Justiça, e orientaram os trabalhos de proposição de um desenho institucional, que chegou a termo com a apresentação que foi feita pela Comissão em agosto deste ano ao Ministério da Justiça.

Hoje nós estamos trabalhando. A adoção de qualquer nova estrutura passa por todo um rito dentro do Poder Executivo, mas é um consenso técnico de que nós precisamos superar alguns dilemas, que são, sobretudo, dilemas de fragmentação, dilemas de baixa capacidade de execução, a incapacidade de proporcionar uma estrutura de incentivo unificada para Estados e Municípios poderem se alinhar, ou seja, financiar ações especializadas, financiar a criação de *expertises* nos Estados e Municípios, para que se possa interagir com os serviços preexistentes.

A ideia da criação de serviços novos é vista com muita parcimônia. Nós devemos aproveitar... Inclusive, o princípio da não segregação é um princípio que é apresentado nessa estrutura proposta em debate, que dialoga com o PLS nº 288; e a ideia é de que nós aproveitemos ao máximo os serviços públicos para integrar migrantes. E isso demanda a integração dos atuais serviços entre si, tanto em nível federativo, quanto em termos interinstitucionais.

A ideia de que nós tínhamos de substituir a nossa moldura de direitos já estava presente nos debates que alimentaram a proposição de um outro projeto de lei, apresentado pelo próprio governo, que nós já temos como obsoleto – o Projeto de Lei nº 5655, de 2009 –, cuja tramitação permite que nós consigamos captar também as sensações que estão em debate público hoje no Congresso e na sociedade civil, e que reproduz a estrutura da atual Lei nº 6.815, que é o Estatuto dos Estrangeiros.

Hoje, a incapacidade de nós termos uma estrutura normativa que seja legível, ou seja, grande parte dos dispositivos da Lei nº 6.815 não pode ser interpretada de forma coerente com a Constituição – ela veda o acesso a garantias fundamentais por parte dos estrangeiros –, faz com que nós tenhamos que fazer uma interpretação seletiva desse Estatuto, o que, por si só, já lança essa população numa insegurança jurídica muito elevada. Então essa é uma das causas que reforça a importância do debate legislativo de aperfeiçoamento da moldura, além da vedação, como já foi citada pelo Secretário, de que haja a regularização migratória no Território Nacional.

Além disso, nós precisamos migrar para um modelo que seja construído a partir da reflexão do nosso próprio contexto nacional, das nossas próprias características regionais, que partem, primeiro, de um diagnóstico profundo sobre a situação de nossas fronteiras, da nossa situação geográfica e estrutural das fronteiras... Ser um país com quase 20 mil quilômetros de fronteiras secas nos coloca desafios, e são desafios específicos no que tange à migração e que também fazem com que nós tenhamos que desenvolver capacidade especializada, separando, autonomizando o tema migratório em relação ao tema *lato sensu* da segurança pública, fazendo com que a segurança pública se especialize no campo que lhe concerne, para aumentar a sua eficiência, e o tema da mobilidade humana se especialize também no que concerne ao tratamento, inclusão e documentação de imigrantes e controle documental nesses pontos fronteiriços.

A ideia que essa perspectiva enseja é a ideia de que nós possamos passar a contar com a capacidade de organização de dados. Hoje, nós temos dados agregados apenas para a população migrante documentada e só podemos estimar aquela população que hoje vive no Brasil sem documentos.

Um dos indicadores mais eloquentes desse *gap*, dessa lacuna, é justamente o processo de implementação do Acordo de Residência do Mercosul, que contou com a participação efetiva desta Casa na sua internalização, que garantiu que nós conseguíssemos extinguir virtualmente com a irregularidade migratória entre nacionais do Mercosul.

Entre 2007 e 2012, nós documentamos centenas e milhares de pessoas no País e, com isso, também quebramos alguns dos mitos que povoam a retórica xenofóbica na Europa, isto é, de que a movimentação migratória pode dificultar o acesso dos nacionais aos mesmos serviços públicos. Com os mercosulinos, nós, na verdade, evitamos que a população caísse em processo de precarização muito preocupante e, hoje, nós sabemos que o grande inimigo é justamente a precarização dessas pessoas imigrantes. Trabalhar com a sua inclusão rápida, transparente, sustentável e autonomizante, ou seja, que as pessoas se independentizem muito rápido é um dos princípios que deve estar presente em qualquer legislação migratória. Está explicitado no PLS nº 288 e orientou também os trabalhos da Comissão de Especialistas constituída pelo Ministro da Justiça.

Para isso, nós precisamos integrar serviços públicos que não são apenas serviços tradicionais, como educação e saúde, embora também passe por esses campos, mas, sobretudo, desenvolver uma *expertise* técnica no campo da assistência social, que permita que essas pessoas rapidamente possam adquirir capacidades linguísticas, revalidar e adaptar suas certificações profissionais e educacionais e se inserir no mercado com o *status* educacional e o *status* profissional que elas costumavam ter nos seus contextos de origem; e, com isso, também prevenir os riscos de que a nossa mão de obra se deteriore e que as condições de competitividade se deteriorem em termos de direitos trabalhistas.

A ideia de que esse trabalho reúne necessariamente atividades de diferentes pontos de vista também está presente nos debates que foram tomados por esta Comissão e está refletida na proposição de que essa estrutura, de que esse operador nacional do tema migratório – a nomenclatura sugerida foi de uma autoridade nacional migratória – contassem com o apoio de uma câmara de articulação interinstitucional, que também contasse com participação social, inclusive de associações e grupos dedicados à defesa de direitos dos imigrantes, com a ideia de que nós possamos também resistir, ter freios e contrapesos na atuação estatal para que essa atuação seja dosada com transparência e com acompanhamento social pleno.

A ideia de que nós precisamos aprofundar e ter elementos de interlocução para aproveitar o conhecimento já instalado no Estado brasileiro, aproveitando as capacidades já instaladas no Sistema Nacional de Estatística, no Sistema Nacional de Assistência Social, no Sistema Nacional de Educação, no Sistema Nacional de Saúde e que a essas capacidades preexistentes se possa agregar um conhecimento especializado e a capacidade de estimular, financiar e acompanhar o desenvolvimento das ferramentas técnicas especialmente dedicadas às especificidades do público migrante também permeou a preocupação da Comissão de Especialistas. Ela está presente numa estrutura proposta que segue uma divisão de competências para ser espelho de boa parte dessas políticas sociais e para produzir *expertise*, bem como para interagir com os atuais segmentos da segurança, naquilo que concerne; da inteligência, pois é evidente que existe a necessidade de que nós tenhamos tratamento da informação migratória de forma adequada, integrada ao Sistema Brasileiro de Inteligência, de forma madura, e democraticamente referenciada; e que também possamos criar uma capacidade, que hoje depende muito dos nossos esforços de articulação com outros segmentos do Estado e da sociedade, que é a capacidade de construir cenários, para que nós possamos ter essa capacidade de antever, Senador Ferraço, por exemplo, como as consequências, as repercussões que movimentos migratórios ou que decisões estatais ou sociais tomadas em outros lugares do mundo podem afetar o nosso cenário migratório e, com isso, possamos nos preparar e nos antever dentro de um quadro em que não há solução, não há alternativa técnica de inclusão.

O desafio posto é o de que nós possamos continuar com a nossa tradição, inclusive política, partidária de que esses grandes consensos são orientados para a inclusão social e para a prestação dos direitos humanos. Nós sabemos que nós estamos passando por um período de crise estrutural econômica sem que, por exemplo, tenhamos visto hoje retóricas xenofóbicas surgirem em torno de bandeiras político-partidárias. Eu acho que a nossa missão é fazer com que o desenho institucional do Estado possa estar a serviço de políticas sociais, políticas de inclusão que autonomizem o imigrante de forma mais rápida.

Nós também mapeamos, no trabalho da Comissão de Especialistas, que medidas normativas poderiam ser tomadas em outros campos, inclusive, em debates constitucionais no sentido de aperfeiçoarmos a nossa moldura. E seria interessante acoplarmos esse conhecimento, essa pequena contribuição que já surgiu dentro do Poder Executivo sobre direções, para que nós atualizemos o nosso regime de nacionalidade, para que nós, seguindo muito a esteira do que o próprio Senado já fez no passado, na sua participação na eliminação daquela cláusula que gerava a apatridia de filhos brasileiros no exterior, possamos nos adiantar também e produzir debates que mantenham, *pari passu*, nossa disciplina de nacionalidade de forma articulada, para que nós não tenhamos prejuízo.

Cada vez mais, nós teremos famílias brasileiras com elementos plurinacionais, famílias plurinacionais vivendo no Brasil, compostas por brasileiros e não brasileiros. Cada vez mais, nós teremos núcleos familiares e comunidades brasileiras crescendo no exterior, porque esse cosmopolitismo é crescente. Nós já temos desafios, inclusive, de proporcionar, em articulação com os demais Ministérios, em especial com o Ministério das Relações Exteriores, alguma capacidade de atendimento, de cobertura e de reconhecimento de direitos aos brasileiros no exterior, o que também está incluído nesse trabalho tomado por essa Comissão de Especialistas, e que amadurece também as características da chamada migração de retorno. Aquelas famílias que retornam ao Brasil e que, muitas vezes, têm a preocupação de discutir como vão ser adaptados os seus benefícios previdenciários, as suas poupanças, o patrimônio constituído no exterior e demais garantias, direitos, bem como os passivos contratuais que, muitas vezes, elas trazem consigo quando se movem de volta ao Brasil.

A ideia é de que nós tenhamos uma institucionalidade e normatividades que cada vez sejam mais compreensivas sobre esses fenômenos extraterritoriais vai nos exigir aperfeiçoamento legislativo e aperfeiçoamento também da moldura constitucional. Hoje, existe um consenso entre os movimentos de migrantes, que acompanha as mudanças legislativas em vários países da nossa região, inclusive, que, por exemplo, já demonstram a centralidade de um nível de participação política por parte das comunidades imigrantes fixadas, radicadas no Brasil.

Hoje, se nós pensarmos na inclusão dessas populações em todos os níveis, vai facilitar os processos de inclusão social, de autonomização, e eliminar os fatores de dependência, que, muitas vezes, são fatores que são a chave das retóricas xenofóbicas nos países do Norte – e toda dependência vai ocorrer e tem que ser superada

da forma mais rápida. Assim, quanto mais tempo os fatores de dependência das populações imigrantes são explicitados, são tornados evidentes pelos meios de imprensa, pelos debates públicos, maiores são os riscos de que nós tenhamos essas bandeiras se organizando, estruturando-se e atraindo a atenção social de forma negativa e prejudicial aos nossos objetivos.

Nós estamos propondo, na verdade, uma alteração substantiva de um setor que faz parte dos nossos debates mais profundos sobre soberania, sobre identidade nacional, sobre segurança, sobre multiculturalismo. E é importante ressaltar que, quando nós começamos a aprofundar essa capacidade técnica, profissional, acadêmica e nos debates com a academia, com a universidade, com os diversos segmentos de trabalhadores, de patrões, de pesquisadores, do setor produtivo e com os próprios migrantes, nós percebemos que temos oportunidade, por esse grau de consciência que conseguimos criar...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA – ... de fazer avançar nossa moldura normativa para além daqueles parâmetros que hoje estão aprisionando países desenvolvidos em dilemas realmente perversos para o bem-estar das suas próprias populações, sejam elas nacionais, sejam não nacionais, nesses países. Então, é realmente um momento muito interessante.

Agradeço novamente a oportunidade dessa audiência. O papel do Senado, com certeza, é central nesse processo.

Fico à disposição para qualquer consulta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. João Guilherme.

Já está conosco aqui – eu peço desculpas – o Subprocurador-Geral da República, Dr. Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, que nós gostaríamos de convidar para que pudesse ter assento à mesa conosco.

Pedindo desculpas ao Dr. João Guilherme pela escassez de espaço físico, peço que V. Sª fique ao lado do Senador Aloysio, para que o Dr. Aurélio possa se associar conosco à mesa.

Passo a palavra à Drª Tânia Bernuy, Diretora do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, para sua manifestação.

A SRª TANIA BERNUY – Bom dia a todos! Muito obrigada, primeiramente, a esta Casa pelo convite. Agradeço humildemente pelo reconhecimento do trabalho do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. Quero saudar especialmente ao Dr. João Guilherme, que agora está passando a outro setor; ao Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; a companheira Srª Vivian Holzhacker – desculpe a pronúncia, não é fácil.

Bom dia a todos!

Trouxe para vocês hoje algumas apresentações de eslaides que gostaria de comentar, sobre a situação dos imigrantes no Brasil e as políticas de imigração. Primeiramente, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante é uma organização da sociedade civil que integra o movimento social pelos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos imigrantes e suas famílias no Brasil e no mundo. Fazemos parte de uma organização regional – Espaço sem Fronteiras – cujo objetivo principal é articular as políticas públicas pela integração regional, principalmente em nível da união das nações sul-americanas. Essa organização trabalha em alguns eixos, que são principalmente a orientação social e jurídica especializada em questões de imigração; a comunicação e acesso à informação crítica, construtiva; formação política e cidadã para as comunidades migrantes; valorização da multiculturalidade, diversidade e promoção de atividades culturais e articulação política e trabalho em rede nacional e internacional.

Nossos principais eixos temáticos são: que nenhum ser humano é ilegal no mundo. Migrar é um direito humano. Trabalhamos por uma cidadania universal e pelo direito a voto. Nosso lema é: "aqui vivo, aqui voto". Temos também um trabalho organizado feito sobre um manifesto da sociedade civil sobre uma urgente reforma na política migratória baseada em direitos humanos.

Trouxe para vocês hoje algumas cópias, que gostaria de distribuir para os Senadores. Peço, por favor, a sua assinatura como recebido e protocolado. O Dr. Paulo Abrão já assinou. É justamente o pedido para esta nova política migratória no Brasil. Também saúdo e peço ao Sr. Subprocurador-Geral da República, Aurélio Veiga Ruas, que por favor assine e me devolva. Cada um pode ficar com a segunda via. Muito obrigada, Dr. Paulo Abrão, por já ter assinado anteriormente.

Queria indicar aqui que há alguns princípios norteadores para essa nova lei de imigração, que são: o reconhecimento às pessoas do direito de migrar; não identificar nem considerar nenhum ser humano como ilegal, por sua condição migratória; a proteção dos direitos das pessoas em mobilidade humana; o pleno respeito aos direitos humanos das pessoas migrantes, princípio que propicia o pleno exercício da migração mediante

cumprimento das obrigações assumidas nos acordos e instrumentos internacionais de direitos humanos; o princípio da cidadania universal; a livre mobilidade de todas as pessoas; e o progressivo fim da condição de estrangeiro, como elemento transformador das relações desiguais entre os países. A gente trabalha para extinguir essa palavra, para que não se distinga a pessoa como estrangeira. Somos imigrantes.

A cria de uma instituição nacional migratória autônoma, permanente e especializada, que vele pelo cumprimento e aplicação de uma nova lei migratória dos acordos regionais de integração.

Aqui, gostaria de citar que existe um consenso – o que anteriormente mencionou, inclusive, o Dr. Paulo Abrão – entre o projeto de lei do Senado e o anteprojeto do Ministério da Justiça sobre essa questão. Inclusive, está citada aqui a criação dessa autoridade migratória nacional, que viria a cuidar desse tema, e não mais a Polícia Federal, porque ela não é capacitada para isso.

Então, acho que aqui existe um grande consenso para um grande avanço para essa nova lei. É a implementação dessa estrutura que iria cuidar do cumprimento dessa lei e dos demais temas sobre integração nos âmbitos regionais.

Sobre a migração no Brasil.

O Brasil é hoje reconhecido como um país líder na América do Sul pelo seu crescimento econômico, mas também por ter desenvolvido, nesta última década, uma política exterior proativa e desenvolvimento social.

As migrações são fenômenos históricos que ganharam força nas últimas décadas. Pessoas de vários continentes estão migrando para o Brasil. Há muitos imigrantes do continente africano, principalmente nas cidades do Sul – São Paulo, Curitiba, Porto Alegre –, imigrantes vindos de países como República do Congo, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, Senegal, Burkina Faso. Há casos pontuais do Caribe, como o Haiti. Também há os imigrantes sul-americanos vindos da Bolívia, que continuam vindo em massa, assim como do Peru, da Argentina, do Uruguai, de todos os países.

O que aconteceu com a migração no Brasil hoje? Há mais ou menos uma década, a raiz da crise econômica na América do Norte, em 2008, tem mudado este panorama de fluxos migratórios neste continente; na Europa, a crise econômica em 2008; na Ásia, os pedidos de refúgio político, buscas de oportunidades econômicas; no Oriente Médio, guerra civil na Síria desde 2011; na África, conflito no Congo desde 2004. Então, temos aqui um panorama que aponta o Brasil como um país muito atraente para esses fluxos migratórios a partir, mais ou menos desses, anos e tem se intensificado muito.

O que o Brasil tem hoje como legislação atual? Tem o Estatuto do Estrangeiro, uma lei que considera as pessoas que migram como potenciais elementos subversivos, baseada na restrição de direitos e é marcada pela proeminência do caráter de segurança nacional, agindo em detrimento dos direitos humanos básicos das pessoas imigrantes, fazendo distinção de forma a privilegiar determinadas pessoas em função de seu nível socioeconômico.

Pelas falas anteriores que tivemos até agora, nesta manhã, existe um consenso, tanto no Senado, como na Secretaria Nacional de Justiça, pela mudança dessa lei. Então, é importante que seja totalmente extinguido esse Estatuto do Estrangeiro.

As principais dificuldades que atravessam hoje em dia.

Apesar de o Brasil, hoje, possuir alguns marcos de regularização sobre Livre Trânsito e Residência – cito aqui o Acordo do Mercosul –, ainda há algumas problemáticas nesses instrumentos, que são as situações das crianças e adolescentes não acompanhados por pai ou mãe. Para o Ministério da Justiça e Polícia Federal, não se pode regularizar a não ser que se tenha sentença judicial ou autorização por procuração, carta de poder feita em cartório no país de origem e consularização específica para trâmite migratório.

Para a Defensoria Pública da União, para onde, muitas vezes, encaminhamos esses casos, esses problemas dos imigrantes que vêm às organizações em que trabalhamos e lidamos todos os dias, a recomendação é a dispensa de um dos genitores, porque as famílias que migram para cá, muitas vezes, desconhecem o paradeiro do pai ou da mãe, que sumiu e não se sabe. Então, não se pode condicionar a criança a permanecer irregular por essa situação. Ela tem direito à educação, à escola e à saúde.

Esse assunto está também em análise na OEA, com parecer do Centro de Direitos Humanos, e uma nova lei de imigração brasileira precisa ter um posicionamento claro sobre essa situação.

Para o CDHIC, não se deve presumir o tráfico de pessoas e, com isso, negar a documentação, mas garantir a regularização da criança e seus demais direitos, como eu já mencionei, acesso à escola, principalmente, saúde, enfim... Há muitos casos em que a família não conhece o pai e a mãe, não possui mais contato ou mesmo o consulado pode declarar que não sabe o seu paradeiro. Isso não pode ser justificativa para adolescente ou criança ficar em situação irregular.

Outras dificuldades, também, existem sobre a temática do Mercosul e outras situações de regularização, como por cônjuge brasileiro, filho nascido no Brasil ou reunificação familiar, em que a entrega do documento

RNE demora até dois anos. O que é entregue é um protocolo de permanência que não é, às vezes, nem reconhecido pelas instituições públicas, nem por bancos, para a abertura de contas. Ou seja, no mínimo acesso a serviços públicos, eles não conhecem o protocolo, que nada mais é que um pedacinho de papel com uma fotografia, e eles não consideram um documento de identidade hábil. Como consequência, as pessoas não têm aceso aos seus direitos básicos, fundamentais.

A emissão da carteira de trabalho é centralizada e emitida somente pelo órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Consequentemente, demora até mais de três meses para ser entregue ao imigrante peticionante. Essa situação da carteira de trabalho dificulta muito a vida do imigrante, da pessoa que vem morar aqui, não somente por motivos de trabalho; muitos vêm por questão de reunificação familiar, por motivos, às vezes, até turísticos, e acabam querendo ficar. Esse motivo também precisa ser contemplado: o direito à residência, e com certo tempo, para se poder buscar e achar emprego para subsistir.

Há um avanço quanto ao convênio da "bancarização" em São Paulo. O banco Caixa Econômica Federal e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, através da Coordenação de Políticas para Imigrantes de São Paulo, organizaram esse convênio para que os imigrantes possam abrir suas contas bancárias nos bancos da Caixa Econômica e Banco do Brasil, para que eles possam guardar seu dinheiro não mais em casa, mas ao abrir essa conta bancária. É um avanço, mas esse convênio ainda não foi institucionalizado, somente funciona na cidade de São Paulo, não em todas as agências. É necessário que esse convênio seja institucionalizado em nível nacional. Por quê? Porque é uma situação de necessidade; obviamente, as pessoas trabalhadoras desejam guardar seu dinheiro em um banco; é de direito.

Isto se deu devido à triste consequência da grande violência que acontece contra os imigrantes. Os trabalhadores imigrantes guardando consideráveis quantias de dinheiro dentro de suas casas. No ano passado, morreu o menino Brian, lembro muito bem, porque houve toda uma mobilização da comunidade imigrante, revoltada por causa dessa situação de muita violência contra os imigrantes. A recente Coordenação de Políticas para Imigrantes, formada no mês de julho de 2013, instituiu esse convênio para prevenir essa situação de imigrantes roubados e assaltados nas suas casas. Enfim, como falei, é necessário que isso seja institucionalizado em nível nacional.

Projeto de lei do Senado.

Como temos esse projeto de lei, que já foi comentado pelo respeitável Senador Aloysio Nunes, e que vai entrar em discussão na terça-feira, o CDHIC fez recomendações sobre algumas questões que observamos nesse projeto de lei e que precisam ser melhoradas, aprimoradas. Coloquei algumas considerações para vocês que seriam:

Art. 2º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios:

[...] XI – integração dos imigrantes documentados ou regulares no trabalho e na sociedade brasileira mediante política pública específica;

O que acontece? Ao se condicionar que apenas teriam direito a integrar-se os imigrantes documentados ou regulares, a gente está marginando as pessoas que entraram de forma irregular a uma situação de fragilidade.

Então, nós colocamos a recomendação de retirar do inciso XI desse artigo as expressões "documentados" e "regulares no trabalho e na sociedade brasileira". Somente colocaríamos "integração dos imigrantes na sociedade brasileira mediante política pública específica".

Também recomendamos a retirada completa do inciso VII desse artigo, do incentivo à admissão de mão de obra especializada necessária ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico, porque aí estaríamos condicionando que somente seriam bem-vindas e regulares as pessoas que são capacitadas, os profissionais. A grande massa de imigrantes vem para o País, muitas vezes, somente com o ensino básico e fundamental completo, mas aqui se capacita e trabalha regularmente. Então, às vezes, isso não é positivo. A gente não considera que é positivo colocar isso somente para imigrantes especializados.

A justificativa é a de que, de acordo com a Opinião Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, toda medida que propicie um tratamento prejudicialmente distinto a pessoas ou grupos de pessoas no território de um Estado americano que estejam sujeitos à sua jurisdição é contrária ao reconhecimento de igualdade perante a lei. Um órgão do Estado que, ao interpretar sua legislação interna, afirme alguma diferença de tratamento no gozo dos direitos trabalhistas baseado na condição migratória de um trabalhador estaria fazendo uma interpretação contrária ao princípio de igualdade jurídica.

Nesse sentido, favorecer a mão de obra especializada é institucionalizar políticas de migração seletiva que acabam por reforçar as desigualdades socioeconômicas internas e externas. Distinguir entre imigrantes documentados e indocumentados para regular o acesso a políticas de integração é institucionalizar uma política discriminatória.

Então, com essa justificativa, a gente passa para a próxima proposta, referente ao art. 3º, que diz:

Art. 3º. Ao imigrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como assegurados:

I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

[...]

A proposta é a de apenas incluir nesse artigo a previsão ao direito à organização e à participação política, porque, hoje, isso está vetado no Estatuto do Estrangeiro. O imigrante não pode se organizar, não pode ter participação política ativa. Então, queremos apenas acrescentar esses itens.

A justificativa é a de que o Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos de 1996 dispõe que o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas, liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem as condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Ainda que garantidos os direitos à reunião e à associação, ainda que o direito ao sufrágio seja regulado unicamente pela Constituição Federal, é necessário compreender a participação política de forma ampla. Nesse sentido, é necessário prever o direito à manifestação e a outras formas de expressão e de participação política.

Eu vou me apressar um pouquinho. Vejo que falta pouco.

Quanto ao art. 3º, temos também a proposta de incluir o direito à permanência na educação, porque, infelizmente, como bem já foi comentado, o sistema, o aparelho institucional do Estado não é adequado para receber o cadastramento, para ter acesso à matrícula das crianças imigrantes pelos documentos que elas trazem ou até mesmo ao protocolo. Ele não cabe, são muitos números. Então, é necessário que as crianças tenham direito à permanência na educação também, que sejam todas estudantes.

Estão aqui algumas justificativas. De acordo com a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Nesse sentido, a permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes imigrantes necessita de políticas específicas.

É necessário abordar ainda a questão da validação de diplomas internacionais no Brasil. A validação de diplomas e documentos representa hoje um empecilho para imigrantes e brasileiros, tanto com relação à burocracia e a prazos, quanto com relação aos custos altos. Há também muitos brasileiros que foram estudar fora e que, ao chegarem aqui, enfrentaram todos esses problemas, como os imigrantes.

(Soa a campainha.)

A SRª TANIA BERNUY – Enfim, para concluir, tenho mais propostas que gostaria de encaminhar para o Senado, para serem analisadas – não sei se isso é possível –, para entrarmos em consenso quanto a essa questão, porque vemos que o anteprojeto de lei apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça, pela Comissão de Especialistas, é positivo. Ele é norteado pelas bases e princípios de direitos humanos. Acho que, se fosse feita uma convergência de ambos os consensos, seria uma nova lei migratória muito positiva.

Toda a comunidade de imigrantes no Brasil reivindica que o Estado brasileiro ratifique a Convenção Internacional da ONU sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias, o reconhecimento dos direitos fundamentais e políticos – o direito ao voto e de ser votado – e uma reforma urgente na política migratória no Brasil.

Enfim, aqui há apenas uma frase: "Trazemos em nossas faces marcas de interação entre culturas. Sendo praticamente impossível determinar a fonte primária de nossos genes, somos todos iguais, todos membros de uma única família, da família humana. Todos somos imigrantes."

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Sª, Tania Bernuy.

Nós gostaríamos que, após a reunião, pudéssemos, inclusive, ter a oportunidade de uma interlocução, para que nós pudéssemos ter acesso às boas contribuições que V. Sª traz, considerando que estamos ultimando a apresentação do nosso relatório. Então, em seguida, nós estaremos conversando para receber oficialmente as emendas da entidade da qual V. Sª é diretora, para que possamos discutir o acolhimento delas.

Muito obrigado a V. Sª.

Passo a palavra a Drª Vivian Holzhacker.

A SRª VIVIAN HOLZHACKER – Obrigada.

Muito bom dia, quase boa tarde! Gostaria de saudar os membros da Mesa e todos e todas aqui presentes.

Trabalho no Centro de Referência para Refugiados, da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo. A Cáritas desenvolve esse trabalho há mais de 40 anos, desde a época da ditadura militar, aqui, no Brasil. A Cáritas protegeu pessoas que fugiam de perseguição política, tanto aqui no Brasil quanto em países vizinhos.Nós desenvolvemos as nossas atividades e temos quatro programas principais: de integração local; de saúde mental, porque

muitos refugiados que chegam ao Brasil passaram por traumas muito grandes e desenvolvem depressão e diversas outras dificuldades. Eles são acompanhados por psicólogos e psiquiatras na Cáritas. E temos também o programa de proteção, que é o programa que eu coordeno, que seria a parte jurídica do acompanhamento do processo de solicitação de refúgio e também a tentativa de acesso a políticas públicas existentes aqui, no Brasil.

Como o Dr. Paulo Abrão mencionou, nós estamos vivendo um momento de grandes mudanças. Nós tivemos um aumento significativo no número de pessoas buscando o Brasil tanto para pedir refúgio, mas também por outros motivos, por razões econômicas ou em razão de desastres naturais, por diversos outros motivos.

Na Cáritas, em 2010, nós atendemos 310 novas pessoas. Neste ano, o número chega agora, no final do ano, a quase 4 mil pessoas. Então, realmente, é um aumento significativo. As pessoas estão buscando o Brasil por diversas razões: por ser um País que está crescendo, e eles vão ter oportunidades melhores aqui; por ser um País pacífico, que aceita todas as diferenças. Não temos problemas religiosos ou com pessoas que tenham outra orientação sexual. Por isso, muitas dessas pessoas buscam o Brasil.

Eu sou filha de refugiados. Se existisse a lei de refúgio na década de 50, meu pai teria sido refugiado aqui, no Brasil. Por parte de mãe também. Vieram para o Brasil buscando melhores condições de vida, e imagino que muitos dos senhores também sejam filhos, ou netos, ou bisnetos de imigrantes, ou de refugiados, ou e pessoas que vieram para o Brasil buscando algo. E acho que todos nós sabemos. Somos exemplos positivos de como a migração é importante para o enriquecimento da cultura, da economia aqui, no Brasil.

Então, acho que a migração é um fator muito enriquecedor e não deve ser visto unicamente como tem acontecido hoje, sob um ponto de vista negativo. A migração é vista como um problema para a segurança nacional e um desafio para os trabalhadores brasileiros, que têm medo de perder os seus empregos. É muito importante mudar esse olhar, para que a migração, de fato, seja vista como algo muito positivo, que muito contribuiu para o crescimento do Brasil.

Bom, como já foi dito aqui muitas vezes, a nossa lei atual é focada em segurança nacional e proteção do trabalhador brasileiro, o que causa muitas dificuldades às pessoas que vêm para o Brasil como refugiadas ou como migrantes por razões econômicas, por desastres ambientais. E o que acontece é que essas pessoas ficam aqui irregulares e acabam sendo vítimas de diversas formas de violência e de exploração. Nós temos diversas denúncias de trabalho escravo, tráfico de pessoas, contrabando de migrantes, tráfico de órgãos. Nós acompanhamos de perto essa situação, recebemos pessoas que fugiram dessas situações, e é por isso que nós pedimos que essas pessoas possam ser regularizadas aqui no Brasil.

Até hoje, como nós temos essa legislação retrógrada, as iniciativas que foram tomadas para a regularização são fragmentadas, são iniciativas do Conselho Nacional de Imigração, que é baseado no Ministério do Trabalho e Emprego. Há algumas iniciativas também do Conare, Conselho Nacional para Refugiados, que está baseado no Ministério da Justiça. Então, nós temos diversas iniciativas que são fragmentadas. Reconhecemos que elas são muito positivas – como até hoje nós não temos uma lei, elas são muito importantes –, mas hoje não são mais suficientes, porque as pessoas têm um acesso desigual.

Hoje nós temos políticas pontuais para problemas pontuais. Recebemos haitianos, formulamos uma política para lidar com essa questão de emergência. Então, a questão não é pensada, não é estruturada antes que isso possa acontecer.

Com os haitianos por exemplo: aqueles que chegam ao Brasil sem visto, que é a grande maioria, devem pedir refúgio. O pedido de refúgio deles é encaminhado ao CNIg, e o CNIg concede. Depois, com aval do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça – então vai e volta –, eles recebem a permanência por razões humanitárias, que foi criada por uma resolução. Então eles recebem algo que eles não pediram – eles pediram refúgio, mas eles recebem a permanência. Isso está baseado em uma resolução. Então, não existe... Possivelmente, no próximo ano, essa resolução pode deixar de existir, é totalmente instável. E é garantido só aos haitianos. Então, muitas outras pessoas de outros países que enfrentam situações muito parecidas com a dos haitianos não têm o acesso à permanência por razões humanitárias da mesma forma como é concedida aos haitianos.

Então, é um problema muito grave: nós temos políticas pontuais para problemas pontuais, as pessoas são tratadas de forma desigual e não há instabilidade porque não existe uma lei. Isso também acaba sobrecarregando os outros mecanismos. Então, nós temos uma estrutura hoje. Há o Comitê Nacional para Refugiados para lidar com solicitações de refúgio, o que acaba incluindo também outros pedidos. As pessoas pedem refúgio, mas muitas vezes elas não se consideram refugiadas, mas elas não têm outra forma de se regularizar aqui no Brasil – se não se pode entrar pela porta, é preciso entrar pela janela, a gente vai tentando outras formas, o que acaba inflando muito os mecanismos que já existem. Por isso é que destacamos a importância de ser criada uma nova lei, isso é imprescindível, que tenha essa visão da migração como um direito, que não criminalize a migração, que não preveja e que proíba a detenção por razões migratórias.

Nós temos hoje algumas situações de detenção por razões migratórias. Por exemplo, nós temos no Aeroporto de Guarulhos algumas pessoas que tentam entrar, não conseguem, têm certa dificuldade, às vezes são refugiadas, têm dificuldade para solicitar refúgio e ficam lá por algum tempo.

Há a questão também da possibilidade da regularização migratória, que hoje no Brasil, pelo Estatuto do Estrangeiro, é muito restrita. Para uma pessoa que venha para o Brasil e queira trabalhar, por diversas razões, existem pouquíssimas possibilidades de regularização aqui no Brasil: precisam se casar com um brasileiro ou ter um filho no Brasil. Portanto, eu acho que é muito importante prever outras formas de regularização.

Uma dessas formas é a previsão da permanência por razões humanitárias, que seria algo amplo. Eu acho que a lei deve prever isso, não apenas o direito, mas também um processo, um mecanismo que determine exatamente como isso vai acontecer, para que não aconteça o que tem acontecido hoje, que é inflar os mecanismos que já existem.

E também, novamente, a importância da criação de uma autoridade nacional migratória. Hoje – já foi mencionado aqui –, os dispositivos são feitos de forma fragmentada, por diversos órgãos. Muito poder está nas mãos da Polícia Federal, que é uma instituição que tem um papel extremamente importante, mas o foco é em segurança nacional. E, justamente, nós não queremos mais que a questão migratória seja vista como questão de segurança nacional. É importante também a participação da sociedade civil, das entidades da sociedade civil nesse processo, e que haja também um mecanismo de controle e de participação social em todo esse processo.

Eu concordo com a minha colega Tania: hoje, temos diversas dificuldades. Uma delas é com relação aos menores. Os migrantes que vêm para cá com o pai ou a mãe enfrentam dificuldades, assim como os refugiados. Principalmente quando chegam aqui. Existe um número cada vez maior de crianças e adolescentes refugiados que chegam desacompanhados, totalmente sozinhos, ou separados. São acompanhados por um irmão mais velho, por um tio. E, por uma definição política atual, não conseguem solicitar refúgio. Antes, precisam passar pelo processo de nomeação de um guardião, de um representante legal, o que tem demorado de seis meses a três anos, para poderem fazer o pedido de refúgio. O que acontece? Eles ficam desamparados e acabam sendo grandes vítimas de diversas formas de exploração.

Como o direito à permanência no Brasil não é prevista, como nós não temos esse direito, nós permitimos que no Brasil exista trabalho escravo e violência contra migrantes. A Tania mencionou a situação das famílias bolivianas, que não têm acesso a banco e acabam sendo vítimas de ladrões que sabem que eles guardam o dinheiro que ganham de forma tão suada embaixo de colchões. Muitos são vítimas de tráfico de pessoas também. Então, não ter uma legislação de imigração forte significa permitir que pessoas continuem sendo vítimas de diversas formas de violência no Brasil.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e o convite.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Vivian, por suas contribuições não apenas no campo teórico, mas no campo prático, e pelo esforço que a nossa Cáritas Arquidiocesana tem feito na dimensão real e concreta de acolher tantos cidadãos de outras regiões que buscaram o nosso País. Muito grato.

Passo a palavra, então, ao Subprocurador, Dr. Aurélio Veiga Rios, que poderá, ao fim, dar a impressão do Ministério Público Federal, muito presente e muito ativo, acerca dessa problemática.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria agradecer o convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, e agradecer imensamente a presença do Senador Aloysio Nunes, que tem uma história na defesa dos imigrantes, como se vê no Projeto de Lei nº 288, que tramita e que, pelo que ouvi, já está próximo do fim, pelo menos aqui no Senado, e que significa um avanço extraordinário em relação ao que temos hoje.

Em relação à ótica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão ou de qualquer órgão que atue como *ombudsman* ou uma instituição nacional de direitos humanos, que não é um órgão de Governo, mas sim um órgão de Estado, o que verificamos de forma muito aguda, Senador Ricardo Ferraço, é a dificuldade do próprio Estado brasileiro se organizar na sua relação com os imigrantes, com a lei que a gente tem aí.

E, para a nossa alegria, Tania Bernuy, do nosso Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, e Vivian, da Cáritas, que tem sido uma grande parceira, é que o Governo Federal, especialmente através da Secretaria Nacional de Justiça e do nosso querido João Guilherme Granja, que hoje está no Departamento de Estrangeiro, eles têm galhardamente descumprido a lei, a atual lei, para flexibilizar as regras hoje já existentes para que os estrangeiros possam ter uma vida melhor.

Em claro e bom português, é isso que está acontecendo. E ainda bem que é assim. Porque, se fôssemos aplicar o Estatuto do Estrangeiro nos moldes que o Presidente Figueiredo sancionou àquela época, nós tería-

mos hoje uma situação ainda muito mais, querida Tania Bernuy e Vivian, do que a que temos hoje. De algum modo, tanto o CNIg quanto o Conare avançam muito mais do que permite a lei.

Então, nós temos que vencer também essa contradição, porque os nossos gestores, os nossos responsáveis pela política de imigração já estão há muito tempo nesse processo de flexibilizar uma lei que, rigorosamente, foi feita sob o princípio da doutrina de segurança nacional de ver o estrangeiro como uma ameaça. E essa lei, para quem se recorda dela – ainda sou desse tempo, e o Senador Aloysio Nunes, certamente, recorda mais e melhor do que eu –, era uma resposta do governo brasileiro à presença de padres e sacerdotes subversivos que estavam aqui no País. Então, era uma resposta a D. Pedro Casaldáliga, a D. Pedro Terra, à Teologia da Libertação, que fazia também refletir sobre as ações em que a própria igreja se colocava dentro desse ponto. Então, o enfoque dela foi o enfoque da desconfiança, de tê-los sob absoluto controle. Ao mesmo tempo, era uma lei que estimulava e protegia o trabalhador brasileiro – na época, isso tinha uma importância muito maior do que hoje –, mas também punia o estrangeiro por vadiagem, caso ele não encontrasse emprego. E, ao mesmo tempo, não lhe oferecia nenhuma possibilidade.

Então, essas contradições que ainda estão dentro da lei é o que se busca corrigir com o PLS nº 288, sob a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*) – De autoria.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Da autoria, exatamente. Perdão! O relatório é do Senador Ferraço e a autoria é do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tive oportunidade de participar, neste ano, dessa Comissão de Especialistas, no âmbito do Ministério da Justiça, em que a gente pôde discutir isso. E a primeira coisa que nos pareceu óbvia, não só ao Ministério Público, mas sobretudo à Procuradoria Federal de Direito aos Cidadãos, que é esse braço civil do Ministério Público no sentido da defesa dos direitos humanos, era de que nós tínhamos que acabar com essas contradições, essas ambiguidades. Porque, de algum modo, os nossos conselhos estavam fazendo um trabalho cívico dentro da nova visão da Constituição Federal, em que ela, de algum modo (*falha na gravação*) flexibilizando a dureza da nossa atual lei em relação ao tratamento ao estrangeiro.

Mas nós não fizemos a clivagem da nossa lei de estrangeiros à luz da Constituição de 88. E a nossa Constituição Federal de 88 dá um tratamento completamente diferente, e nem podia ser diferente: ela é fruto de um processo de redemocratização, em que saíamos de um período ditatorial e em que a visão dos direitos humanos passa a ser incorporada inteiramente, tanto no art. 5º, que trata dos direitos civis e políticos, quanto no art. 7º, que trata dos direitos sociais, econômicos e culturais. E esse outro olhar do imigrante passa também a ser dado pela Constituição, especialmente no que se refere ao *status* das convenções e tratados internacionais de direitos humanos.

Quando há a emenda constitucional que passa a equiparar – dentro da doutrina, há quem ache que é um dispositivo constitucional que estabelece uma cláusula pétrea –, no mínimo, a tratar isso como uma lei complementar, isso muda a relação e o olhar do Estado brasileiro com os estrangeiros e com os imigrantes.

Eu acho que essa comissão que veio agora vem se juntar ao projeto de autoria de V. Exª, Senador Aloysio Nunes, porque acho que, no geral, estamos de acordo com todos os pressupostos que estavam lá. E algumas coisas se avançam. Eu ouvi, com muita propriedade, a Tania Bernuy, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania de Imigrantes, colocar as dificuldades do prazo de entrega do Registro Nacional de Estrangeiros, da questão da carteira de trabalho.

E uma das coisas – e a Vivian certamente há de concordar comigo – que verificamos no contato com os imigrantes é o excesso de burocracia, é a quantidade de gavetas pelas quais os papéis têm de passar. Para nós brasileiros, isso não é estranho. Podemos até dizer que nós todos somos sufocados por um papel, por uma burocracia brutal. Para se morar legalmente neste País, é uma dificuldade. Uma grande parte das pessoas mora ilegalmente, porque, para se ter o habite-se, para se ter a regularização do lugar, é uma loucura e é caro. Então, nós todos estamos presos numa montanha de papéis, de burocracia, de registros que começam com o nascimento e com a morte, porque até para morrer temos de ter uma certidão de óbito, senão, não há o reconhecimento formal disso. Quem pensa que estou brincando experimente viver uma situação como a questão dos desaparecidos forçados para ver a dificuldade que há para o reconhecimento do Estado do fato de que aquela pessoa morreu ou presumivelmente morreu. Tanto que, em relação às vítimas da ditadura, quase todas elas tiveram ir à Justiça para que pudesse haver um documento, uma formalidade, para que se iniciasse, inclusive, o inventário e houvesse todas as consequências jurídicas que a morte de qualquer pessoa traz. Então, nós todos somos, de algum modo, vítimas de um Estado burocrático de uma tradição cartorária e, obviamente, não íamos poupar os estrangeiros e os imigrantes dessa história. Ao contrário, nós tínhamos que, tratando com algum requinte de perversidade, fazer com que a vida dos imigrantes ainda fosse mais complicada e que esse cipoal de papéis e de burocracia se tornasse uma coisa ainda mais pesada.

Uma das coisas por que eu, particularmente, João Guilherme, batalhei muito, com o apoio do nosso querido Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão – eu quero homenagear agora não só o compromisso, mas todo o empenho que ele teve para tentar fazer com que pensássemos essa lei e mobilizássemos o Poder Executivo para isso –, é a criação de uma autoridade nacional de imigração. Eu quero falar sobre isso, porque eu acho que é uma forma para muito além de saber se isso fica no Ministério da Justiça ou no Ministério das Relações Exteriores ou no Ministério do Trabalho. Para nós, isso pouco importa. O que importa para os imigrantes é ter uma única porta de entrada e saída, que os documentos todos, não importa se é Registro Nacional de Estrangeiro ou carteira de trabalho, sejam resolvidos num Na Hora, num lugar a que você vai e resolve tudo. Essa via-crúcis burocrática pode levar dois, três, quatro, cinco anos para ser resolvida. E isso é absolutamente desumano. Só o procedimento já é, em si, um atentado aos direitos humanos. Não importa se estamos falando de imigrantes ou de um brasileiro.

Nós temos sempre tido uma tradição muito forte dentro do Congresso Nacional, não exatamente positiva, Senador Aloysio Nunes, de, sempre que pensamos uma lei, criamos mais cargos e encargos para o cidadão. Poucas são as leis que desoneram o cidadão de tanto papel e que facilitam seja o ingresso no mercado de trabalho, seja o exercício dos direitos civis sem tanta burocracia.

O que desejamos em relação aos imigrantes, em relação às pessoas que, por alguma razão, decidiram morar no Brasil, seja porque aqui seja a terra do futebol, seja porque aqui se oferecem melhores empregos, seja por conta de crescimento econômico, seja por conta de uma visão simbólica do Brasil como uma terra de oportunidades... Isso pouco importa. Todavia, a questão da mobilidade humana é um fato. De algum modo, todos nós aqui somos, em maior ou em menor extensão...

Vivian, o seu pai era um imigrante, mas a gente chega facilmente a um bisavô ou a um tataravô que veio de fora, sem nenhum grande esforço. Essa é a cara do Brasil. Este é um País de imigrantes. E o modo como a gente os trata também fala muito do País e fala muito também de como a gente está em dívida com a Constituição Federal. Quando se lê a Constituição, não em tiras, não em pedaços, mas em seu conjunto, verifica-se que ela estabelece a igualdade de direitos entre os nacionais e os imigrantes. E isso, obviamente, não se vê na prática. Também podemos dizer que o princípio da igualdade em relação aos nacionais também não é assim tão certo. Dependendo da situação social e econômica, o tratamento, certamente, é diferente. Mas não importa. Isso demonstra o modo como, aos poucos, o Brasil vai se acertando, vai se arrumando, e como as desigualdades sociais e econômicas vão diminuindo ao longo do tempo.

Mas há essa dicotomia, essa distinção brutal entre o tratamento dos nacionais e o tratamento dos imigrantes. Obviamente, para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e para o Ministério Público Federal, isso tem de acabar, não só pelo nosso desprezo pela hipocrisia, porque quem defende hoje a lei, na verdade, não está defendendo a lei nos moldes em que ela foi sancionada, mas está defendendo a lei que o Estado brasileiro e a Secretaria Nacional de Justiça têm interpretado, o que, para a nossa alegria, tem sido muito próximo da Constituição do que o respeito à expressa disposição da lei.

Também é necessário que, antes que nos digam que todos os servidores públicos têm de cumprir a lei, especialmente os agentes políticos, no caso, Deputados, Senadores, membros do Ministério Público e juízes – não seria de bom tom um Procurador da República vir aqui dizer que estamos descumprindo a lei e isso ficar sem nenhuma consequência –, digamos que a forma como nós interpretamos a lei dentro da nossa conhecida hermenêutica mostra muito como o País tem se apresentado e como ele tem afirmado direitos. Um papel importante tem sido o do Supremo Tribunal Federal na afirmação de direitos, inclusive, dos direitos dos imigrantes e, mais ainda, dos direitos civis, como se viu em relação ao caso recente da união homoafetiva, em que o próprio Supremo Tribunal Federal expressa e determina melhor o que a Constituição diz a respeito disso.

Nós precisamos, Senador Ricardo Ferraço, de uma nova Lei de Estrangeiros, não só para diminuir a distância entre intenção e gesto, mas também para substituir os paradigmas. Saímos da doutrina da segurança nacional, saímos de uma mirada preconceituosa e de desconfiança dos imigrantes para uma política em que nós reconhecemos os imigrantes como sujeitos de direitos. Que essa igualdade de direitos seja, obviamente, concretizada em gestos, em atitudes! E o que a Secretaria Nacional de Justiça tem feito vem ao encontro desse propósito, vem no mesmo sentido de amenizar o que existe dentro da lei atual, que é extremamente dura e injusta e que, na minha opinião, não se coaduna com a Constituição Federal.

Mas também, de algum modo, esse novo projeto para o qual a nossa amiga Tania Bernuy pede apoio vem ao encontro dessa confluência entre Câmara e Senado para um novo estatuto, para um novo olhar sobre o imigrante. E nisso estamos inteiramente de acordo.

Nós vamos continuar lutando para que, para as pessoas que decidirem vir morar no País – e não importa qual seja a razão –, sejam estendidos os direitos dos nacionais. Para nós interessa muito mais um olhar generoso, presumindo a boa-fé de todos os que chegam ao País, do que tratá-los com indiferença ou com des-

confiança. Essa é a ideia, esse é o propósito da nossa atuação em todas as áreas, em especial na questão dos direitos dos imigrantes.

Dito isso, Senador Ricardo Ferraço, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui. Peço desculpas pelo atraso. Hoje foi nossa primeira reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que foi instituído ontem, e estamos nessa fase inicial.

Mas eu gostaria de parabenizá-los, porque esse é um tema da mais alta importância, e o Senado da República não poderia ficar ausente, como, de fato, não está. E o projeto, de autoria do Senador Aloysio Nunes, é uma prova cabal da importância que o Senado da República dá à questão dos imigrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós que agradecemos a V. Exª, Dr. Aurélio, pelas contribuições.

Eu, na condição de Relator, de forma derradeira, digo que esta audiência pública coroa o nosso entendimento de que, se não estamos produzindo o texto ideal, nós estamos muito seguros de que estamos num caminho absolutamente certo com as contribuições que foram aqui asseguradas, com a visão do Ministério da Justiça, com a visão da Procuradoria-Geral, enfim, das organizações sociais não governamentais. Então, a certeza de que estamos no caminho certo e, se Deus quiser, na próxima terça-feira, nós daremos um passo seguro.

Consulto se o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na condição de autor, deseja fazer uma síntese sobre o que debatemos aqui, o que dialogamos aqui e o que está no núcleo das preocupações de V. Exª quando tomou essa iniciativa, porque não sei o que é mais grave: se é o preconceito dessa legislação à época ou se foi a inércia durante todo esse período em que poderíamos, todos nós, ter feito uma adequação óbvia dessa legislação e não fizemos. Claro que antes tarde do que nunca, mas fica evidente o quanto defasados estamos na construção de um marco que possa regular, de maneira civilizada, adequada e humana, essa nossa relação com o imigrante.

Vou conceder a palavra a V. Exª, como autor da proposta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu que agradeço a todos aqueles que participaram desta audiência pública pela contribuição extraordinária que deram. Foi uma das melhores audiências públicas das quais eu tive oportunidade de participar aqui, no Senado, e na Comissão de Relações Exteriores.

Para aqueles que acompanham o trabalho da Comissão de Relações Exteriores, eu apenas leria o art. 2º do atual Estatuto do Estrangeiro, que diz o seguinte:

Art. 2º Na aplicação desta Lei [a lei que está em vigor] atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quer dizer, é uma lei, toda ela, eriçada de defesa, quase que de desconfiança, de preconceito.

Bem, eu me lembro, meu caro Senador Ferraço, quando, há muitos anos, eu presidi a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Naquela ocasião, em 96, 97, por aí, eu pedi a um queridíssimo colega, que era Deputado à época, o Deputado Almino Affonso, que se debruçasse sobre esse tema para propor uma atualização dessa lei. Adaptação dela aos novos tempos – a Constituição é de 88, para começar. O Deputado Almino Affonso trabalhou bastante, chegou a produzir um esboço, mas havia, na época, ainda na Comissão de Justiça da Câmara, condições políticas difíceis para que esse projeto pudesse avançar, porque havia muitos colegas da época que tinham compromisso com a lei atual, porque haviam participado, de alguma forma, daquela construção jurídica, e as coisas não puderam avançar. Depois eu me afastei. Fui exercer cargos no Executivo e voltei para o Congresso agora.

Eu penso que a aprovação aqui, no Senado, a partir da votação em caráter terminativo na nossa Comissão, desse projeto de lei, propiciará o seu envio à Câmara dos Deputados, se for aprovado. E na Câmara dos Deputados podemos fazer uma conjunção de proposições contidas ou elaboradas por essa comissão de especialistas no âmbito do Ministério da Justiça que não poderiam ser objeto de iniciativa parlamentar – por exemplo, a criação da Autoridade Migratória. Pelas regras que regem a iniciativa parlamentar, só poderia ter início no Poder Executivo. Então, eu creio que a Câmara poderá ser o terreno ideal da conjunção da iniciativa parlamentar com a iniciativa governamental.

Eu gostaria de lembrar uma breve menção do Dr. João Guilherme Granja à situação política no Brasil, onde não há, felizmente, nenhum partido político orientado por uma plataforma xenofóbica, não há. Agora, não há ainda, não há ainda.

Eu fui refugiado, eu me beneficiei do Estatuto do Refugiado, vivi sob a tutela do ACNUR na França. Fui condenado aqui no Brasil e busquei refúgio na França. Naquela época, a França era conhecida como a grande

terra do asilo, como o Brasil hoje é visto como terra do asilo. Era impensável naqueles anos, final dos anos 60 e início dos anos 70, o surgimento de alguma coisa como esse partido de extrema direita, o Front National, dirigido pela Marine Le Pen. No entanto, esse partido chegou a colocar um candidato no segundo turno das eleições presidenciais. Eu fui militante, quando vivi na França, do Partido Comunista Francês, e eu vejo com tristeza hoje que o Partido Comunista Francês, em sua prática, adotada determinadas posições xenófobas.

Quer dizer, a globalização, que é um fenômeno positivo no sentido de ir aos poucos unificando o gênero humano em todas as dimensões da vida das pessoas, ela gera também o efeito do ressurgimento dos nacionalismos e da xenofobia – é o que está acontecendo na Europa. Será que isso não pode acontecer no Brasil? É possível que venha a acontecer. Daí a importância de nós afirmarmos o caráter universal e suprapartidário da defesa do Brasil como terra de asilo, terra de acolhida. Daí a importância da participação em todo este processo das associações que se dedicam a esse tema.

Então, eu quero saudar todos aqueles que participaram, cumprimentá-los, agradecer-lhes as referências que fizeram ao meu projeto, que é um projeto que, na verdade, eu recolhi do diálogo com muita gente. Eu apenas fui, digamos assim, o escriba de contribuições que vieram de muitos lados.

E quando falo de refugiados eu nunca deixo de lembrar uma pessoa extraordinária que eu conheci – foi um dos grandes amigos meus –, que foi o Guilherme Lustosa da Cunha. O Guilherme da Cunha foi representante aqui no Brasil – primeiro na América do Sul e depois no Brasil – da ACNUR e foi quem sugeriu a mim, que relatava na época o novo Estatuto do Refugiado, a inclusão de um artigo que caracterizava a situação do refugiado como todo aquele que fosse vítima de perseguições massivas de violações de direitos humanos. Foi realmente algo que permitiu que a nossa legislação fosse apontada como um exemplo – claro que precisa ser atualizada sempre à luz de novas contribuições. Mas eu não poderia concluir esta minha intervenção sem lembrar essa extraordinária figura que foi Guilherme Lustosa da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Acho que desta forma nós concluímos as nossas oitivas e os nossos debates para, finalmente, na terça-feira, apresentarmos o nosso relatório com as extraordinárias contribuições que foram alcançadas ao longo desse debate. E, embalado por isso, eu estarei também buscando esforço para que nós possamos fazer outra coisa que me parece muito importante, que é dar ao residente permanente o direito ao voto. O sujeito que vive aqui, que mora aqui, que paga imposto aqui, que se realiza aqui, como cidadão, que tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS (*Fora do microfone*.) – Que é vítima da burocracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como nós somos. Quanto a isso, ele vai se juntar a todos nós que padecemos nesse inferno, digamos. Mas a ideia...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu quero fazer um comercial. Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição que prevê o direito do voto nas eleições municipais. Vamos começar por aí. Porque são eleições de vizinhos, eleições de quem quer participar da vida...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Claro. De residentes permanentes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente. Está aí parado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E não de eleições nacionais?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente. Essas coisas enroscados no Senado, como, por exemplo, a sua proposta de emenda à Constituição que agilizaria enormemente a prestação jurisdicional, no caso, na jurisdição penal, que está parado há muito tempo. Mas vamos trabalhar para que as coisas possam andar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor, a Tania pede a palavra.

A SRª TANIA BERNUY – Muito obrigada. O projeto de emenda à Constituição de V. Exª é muito bom, porque não condiciona a quantidade de anos que a pessoa já tem de permanência definitiva para poder votar. Ou seja, se hoje eu tenho o meu RNE permanente, amanhã posso votar. Só que fizemos a recomendação de acrescentar também para âmbito estadual e federal, porque consideramos que os direitos plenos da pessoa, para ter o exercício da sua cidadania, não se concedem pela metade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu concordo com a senhora. É só uma questão, digamos, de viabilidade política. Começar por aí. Mas concordo com a senhora, claro.

A SRª TANIA BERNUY – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu agradeço muitíssimo a presença de V. Sªs, pela contribuição, pela riqueza das experiências pessoais. Agradeço muito ao Dr. Paulo Abrão, ao Dr. João Guilherme Granja, ao Dr. Aurélio Veiga Rios, às Srªs Tania Bernuy e Vivian Holzhacker pela contribuição e presença em nossa Comissão.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2014, SEXTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de dezembro de dois mil e catorze, no plenário três, sob a Presidência eventual do Senador **Jorge Viana**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente a Senadora **Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião faz pronunciamento sobre o tema. Tem início a apreciação da **PAUTA: Audiência Pública** referente ao Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir como agente para a implementação e popularização do desenvolvimento sustentável no Sistema de Nações Unidas como um todo. Convidados: **Francisco Gaetani**, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente – MMA; **Candice Lavocat Galvão Jobim**, Vice-Presidente Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, **Denise Hamú**, Coordenadora do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; **Antonio Herman Benjamin**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; **Mario Mottin**, Chefe da Coordenação-geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Ben Boer,** professor da University of Sydney Law School; Deputado **Sarney Filho**; **Tomme Young**, pesquisadora e consultora internacional; **Owen McIntyre**, professor da Faculdade de Direito da University College Cork – UCC; **Carl Bruch**, pesquisador do Environmental Law Institute – Washington/DC; e **Ian Hannam**, pesquisador da Degradação do Solo, Desertificação e ODSs – Austrália. O Presidente convida o Ministro Antonio Herman Benjamin, a juíza Candice Lavocat Galvão Jobim, a Sra. Denise Hamú e o Sr. Francisco Gaetani para comporem a mesa de abertura do evento. Os convidados fazem suas considerações. A reunião é suspensa às nove horas e cinquenta e dois minutos, e reaberta às nove horas e cinquenta e cinco minutos, para iniciar a primeira mesa do Colóquio. Integram essa mesa o Ministro Antonio Herman Bejamin, o Sr. Mario Mottin e o Sr. Ben Boer. O Presidente concede a palavra aos expositores. Após as exposições, usa a palavra o Deputado Federal Sarney Filho. O Presidente concede a palavra ao Sr. Anastácio Peralta, representante da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros – APIB. O presidente convida para compor a segunda mesa a Sra. Tomme Young e os Srs. Owen McIntyre, Carl Bruch e Ian Hannan. O Presidente concede a palavra aos expositores. Às doze horas e quatorze minutos, assume a presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. Após as exposições, usa a palavra à Sra. Sônia Guajajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros – APIB. Usam a palavra o Ministro Antonio Herman Benjamin e o Deputado Federal Sarney Filho. A Presidente faz considerações finais e agradece a presença dos expositores. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jorge Viana**, Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, dou as boas-vindas a todos e todas e agradeço o privilégio de poder estar abrindo esta reunião, que é da maior importância para o nosso País e para um desafio que o mundo enfrenta.

Esta audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em cooperação com a associação dos juízes – agradeço à Drª Candice, que aqui representa a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) –, tem a finalidade de realização de um colóquio internacional sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, orientados à ação de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir como agente para implantação e popularização do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo.

Quero cumprimentar o Ministro do Meio Ambiente do Brasil, no exercício do cargo, Dr. Francisco Gaetani, é uma honra tê-lo aqui. Também queria cumprimentar a Drª Denise Hamu, Coordenadora do escritório

do PNUMA no Brasil. E, de maneira muito especial, agradecer o empenho e a colaboração do Ministro Herman Benjamin, para que este evento se realizasse.

O Ministro Herman Benjamin é um dos grandes colaboradores desta Casa, do Senado Federal, especialmente em temas vinculados à sustentabilidade, à questão ambiental. Entendo, Ministro Herman Benjamin, que a possibilidade que temos de trazer esse colóquio internacional sobre os objetos do desenvolvimento sustentável para o Senado é muito adequado, como V. Exª, inclusive, em conversas pessoais comigo, tem passado, tendo em vista que vamos ter, muito em breve, a realização de grandes debates, em todas as Casas Legislativas, sobre o resultado desse trabalho.

Então, sem demora, queria passar, nesta abertura simbólica do nosso colóquio, a palavra aos que compõem a mesa.

Primeiro, passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin para poder fazer a sua saudação e, em seguida, pedindo licença ao Ministro Gaetani, vamos ouvir a Drª Candice e depois o Ministro do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Senador Jorge Viana, queria inicialmente agradecer a V. Exª pela oportunidade de nos receber hoje aqui e dizer da grande honra que sempre sinto de voltar a esta Casa.

Realço para os nossos convidados estrangeiros que esta reunião não é propriamente um colóquio, é, na verdade, uma audiência pública. *It's a hearing*. Então, por isso mesmo, tudo que é dito aqui passa a integrar os Anais do Senado Federal. Portanto, passa a fazer parte, enfim, dos rituais legislativos.

Quero, se me permite, meu caro Senador Jorge Viana, fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço ao próprio Senado, que abriu as suas portas para a realização desse evento. Em segundo lugar, à Associação dos Juízes Federais, aqui representada pela Drª Candice Jobim, que é uma das juízas federais mais conhecidas do Brasil. Para aqueles que não conhecem a realidade judicial brasileira, o concurso de juiz federal, juntamente com o concurso para o Instituto Rio Branco, para diplomatas, são considerados os dois concursos nacionais mais difíceis do País. E a Candice, no concurso em que ingressou na magistratura federal, foi a primeira colocada. Isso diz muito não apenas por ser juíza federal, mas por, no País inteiro, ter logrado ingressar na magistratura federal como a número um.

Quero também realçar que a Associação dos Juízes Federais – e a Candice vai dizer com maior propriedade – tem um grande número de juízes que se especializaram em Direito Ambiental, são professores de Direito Ambiental, entre os quais a própria Candice, e que escrevem sobre Direito Ambiental. Portanto, sou juiz também, tenho grande orgulho da minha Associação; sou associado – a maior parte dos colegas Ministros talvez não sejam, mas eu sou associado – da Ajufe. Sinto-me, como associado, extremamente grato à Ajufe por estar promovendo este evento.

Agradeço também ao Ministro do Meio Ambiente em exercício, Francisco Gaetani, que é uma das figuras mais extraordinárias que temos na administração pública, porque tem uma carreira inteira dedicada aos temas da sustentabilidade e da boa governança. É muito bom vê-lo como Ministro do Meio ambiente em exercício. Não há evento que organizemos no campo jurídico que não contemos com o apoio do Ministro Francisco Gaetani.

Por último, agradeço à Denise Hamu, representante ou chefe do escritório do PNUMA, do Unep, no Brasil, porque é outra dessas figuras quase que necessárias em qualquer evento jurídico que realizamos no âmbito ambiental no nosso País.

Concluo, dizendo um pouco sobre o nosso Senador Jorge Viana. Ele não gosta que eu fale, mas aqueles que estiveram em Lima recentemente – vejo aqui Alejandro Iza e Juan Carlos – sabem que um dos mais importantes eventos que ocorreu no âmbito das negociações foi o encontro dos governadores a respeito de florestas. Esse grupo d governadores que inclui, entre outros, o governador da Califórnia, de vários Estados desde a Indonésia, África, Europa, América Latina, evidentemente, é presidido pelo ex-Senador e atual Governador do Acre, que vem a ser, com o mesmo sobrenome, Tião Viana.

Tião Viana foi Vice-Presidente do Senado Federal. Para nossa alegria, na perspectiva nacional, quando ele deixa o Senado Federal para assumir o cargo de Governador no Estado do Acre, nós recebemos – aí é o inverso – o Senador Jorge Viana, que era o Governador do Acre – e foi governador durante oito anos –, para ocupar o cargo, eleito com expressiva maioria no seu Estado, para ocupar o cargo de Senador da República e, agora, de 1º Vice-Presidente do Senado Federal.

O Senador Jorge Viana, nos oito anos que foi governador, instituiu uma política denominada "florestania". Não sei como se vai traduzir isso para o inglês, porque florestania...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Tivemos de traduzir, primeiro, para o português, porque é uma palavra que nós inventamos; não existia.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Como ele está dizendo, primeiro, nós temos que traduzir para o português, porque é uma palavra que ele e a sua equipe inventaram; não está dicionarizada. Significa que, em

vez de enxergar a floresta como o antagonista, como o inimigo, devemos conviver com a floresta e encontrar mecanismos de sustentabilidade na exploração da floresta.

Hoje, o Acre, que está na Amazônia e que tem um território enorme, tem quase 90% desse território ainda coberto por florestas. E isso é absolutamente extraordinário, porque, nesse mesmo período – e aí nós estamos falando de algo em torno de 12 anos –, o Estado do Acre foi, possivelmente, em termos qualitativos, aquele que mais cresceu no contexto da Federação brasileira. E a lição que nós tiramos desse *leading case* do Acre é o fato de que é possível crescer economicamente, é possível retirar as pessoas da miséria absoluta – e milhares de cidadãos do Acre estavam na miséria absoluta – sem a necessidade de destruir, de colocar abaixo a floresta tropical.

Portanto, é um redobrado orgulho, Senador Jorge Viana, contar aqui, neste evento, com a sua Presidência e com a sua presença, porque V. Exª e o Estado do Acre representam no Brasil – e, diria mesmo, no mundo – aquilo que nós gostaríamos que outras regiões cobertas por florestas, que estão perdendo essas florestas em um ritmo acelerado, pudessem utilizar como exemplo.

O Acre é exemplo para nós, e temos certeza de que pode ser um exemplo também para o Brasil. E muito disso se deve à liderança, ao descortino, ao conhecimento de V. Exª, que é também engenheiro florestal.

Embora a ideia de florestania, talvez, na perspectiva jurídica – e lamento –, não tenha nascido no âmbito Direito, nós, no âmbito do Direito, podemos aproveitar essa concepção e lhe dar um perfil jurídico, até porque acredito que é esta a lição que sai da legislação brasileira sobre proteção das florestas. É a florestania; é a possibilidade de convivência entre floresta, ser humano e gerações futuras.

Assim, agradeço a todos, sobretudo a V. Exª, à equipe da Comissão de Relações Exteriores – e vejo, lá atrás, o Dr. Alexandre, o Secretário desta Comissão, que não para –, e ao Senador Ricardo Ferraço, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e que, em decorrência de compromissos no seu Estado, o Espírito Santo, não pôde estar hoje no nosso encerramento; porém, já esteve em vários outros eventos organizados aqui mesmo nesta Comissão. Então, eu peço que o próprio Senado transmita ao Senador Ricardo Ferraço, um grande líder na perspectiva da sustentabilidade, o nosso agradecimento também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

Certamente, eu tenho de reafirmar aqui que não sou merecedor da generosidade que ele me presta com as suas palavras.

Muito obrigado. Para mim, é uma honra ser merecedor da confiança de V. Exª.

Eu passo, então, a palavra à Drª Candice Lavocat Galvão Jobim, que falará em nome da Ajufe, que está aqui, e possibilitou também a realização desta audiência pública para que ela possa fazer a sua saudação na abertura desta reunião. Com a palavra, V. Exª.

A SRª CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Obrigada.

Exmo Sr. Senador Jorge Viana, Presidente desta Mesa, meu conterrâneo e amigo de longa data, meu e de toda a minha família, que mudou realmente a cara do nosso Estado. Rio Branco era uma antes que os irmãos Viana assumissem o seu governo, e passou a ser outra completamente diferente depois que eles passaram a administrar o nosso Estado.

Exmo Sr. Ministro Herman Benjamin, meu ex-Professor, na Universidade do Texas, do mestrado, querido amigo que muito honra a Magistratura nacional com sua presença no Superior Tribunal de Justiça.

Gostaria de agradecer, neste momento, as palavras gentis com que ambos se referiram à minha pessoa, com bastante exagero, também, com certeza, o que se deve à amizade que nós temos também há muito tempo. Eu tenho uma admiração enorme por ambas as autoridades que eu acabei de citar.

Exmo Sr. Ministro em exercício Francisco Gaetani, Exma Srª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do PNUMA no Brasil, é com imensa alegria e satisfação que a Associação dos Juízes Federais do Brasil realiza, em cooperação com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, esse colóquio internacional sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, tema de suma importância para a sociedade brasileira e internacional.

Como todos sabem, em junho de 2012, no 20º Aniversário da Eco 92, o Brasil foi o anfitrião da Rio+20, onde se renovou o compromisso da comunidade internacional com o desenvolvimento sustentável. Agora o Brasil precisa manter esse protagonismo no sentido de implementar os objetivos do desenvolvimento sustentável mediante a elaboração de um marco legislativo adequado e mediante sua aplicação efetiva nos casos concretos, ações essas que cabem, respectivamente, a este Congresso Nacional e à Magistratura brasileira.

Por isso a união, neste momento, dessas duas entidades diretamente relacionadas à implementação dessas ações que possuem hoje o desafio de criar uma rede de soluções, encontrando um caminho em con-

junto para uma solução que consiga equilibrar os interesses e necessidades de três importantes esferas: a esfera econômica, ambiental e social.

O que podemos afirmar aqui hoje é que esse tema é caro à Magistratura brasileira, que se empenhará para que os objetivos do desenvolvimento sustentável passem de um mero acordo de intenções para a sua efetiva implementação.

Deus permita que as ações legislativas e judiciais relativas aos objetivos do desenvolvimento sustentável redundem efetivamente em uma melhoria das condições de vida da população global e do Brasil, que este colóquio, que envolve palestrantes dos mais conceituados na área de desenvolvimento sustentável de diversos países, entre eles, não posso deixar de citar aqui novamente, o meu ex-Professor do curso de mestrado na Universidade do Texas, Ministro Herman Benjamin, gere frutos e resultados concretos.

Desejo a todos uma excelente manhã de trabalho e de estudos!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço as palavras da Drª Candice Lavocat. Quero dizer que, na verdade, ela orgulha a todos nós do Acre. Temos uma relação familiar de muito tempo, e de admiração. Ela é uma profissional que certamente orgulha a Magistratura brasileira, mas também a todos nós do Acre, porque não é fácil para alguém sair do Acre, independente até mesmo da condição familiar e, em tão pouco tempo, alcançar as vitórias que a que a Drª Candice já alcançou.

Eu passo, então, a palavra à Drª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do PNUMA no Brasil, para que possa também fazer suas considerações na abertura desta audiência pública.

A SRª DENISE HAMU – Bom dia a todos e a todas. Muito obrigada, Exmº Sr. Senador Jorge Viana, nosso amigo da área ambiental, um porta-voz importante, principalmente aqui nesta Casa, sobre todos esses aspectos e discussões fundamentais que temos tido sobretudo no âmbito do desenvolvimento sustentável aqui no Brasil.

Ao nosso querido Ministro Herman Benjamin, também outro colega inspirador, líder, mentor de uma série de ações que a gente vem desenvolvendo não apenas no Brasil, mas no exterior, principalmente na Comissão de Direito Ambiental da IUCN, em que ele é *chair*, nosso coordenador global.

E o nosso querido Ministro interino, querido amigo, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani.

Além da nossa colega, Drª Candice, que compõe a mesa.

Gostaria de comentar rapidamente, por pertencer ao sistema das Nações Unidas, a relevância deste encontro, esta audiência pública tem para nós que trabalhamos aqui no Brasil. Por várias razões. Primeiro, porque a pauta é fundamental, nós temos tido – acho que nós todos que estamos aqui – o privilégio e a obrigação de contribuirmos para este momento tão fundamental na história da humanidade. E nós estamos tendo esse momento de agenda pré-2015, como assim chamamos, esse conjunto de ações que endereçará todas as questões da sustentabilidade do Planeta.

Então, nós estamos aqui às vésperas do ano de 2015, reunidos para que possamos mais uma vez discutir um pouco quais são os objetivos do desenvolvimento sustentável e o que eles podem representar para o Brasil. Do ponto de vista das Nações Unidas, nós estamos à disposição para agregar valor a essa discussão, para também nos preparar para essa discussão. Discussão essa que não se resume apenas aos objetivos do desenvolvimento sustentável, mas também aos processos e a um novo arranjo, desenho, arquitetura para o financiamento do desenvolvimento sustentável, do qual o nosso Secretário Executivo do MMA participou como membro de uma comissão que norteou esses trabalhos. E nós teremos também, no ano que vem, daqui a um ano, a Conferência das Nações Unidas, em Paris, sobre mudanças climáticas, que espero culmine com um ano muito importante para gente.

Nós temos, na verdade, esses três grandes processos em andamento. Adis Abeba, que vai discutir a questão do financiamento. O *summit* em Nova York, que vai adotar os objetivos de desenvolvimento sustentável. E, por fim, a Conferência do Clima, em Paris, que esperamos nos aponte uma direção de um acordo global que possa realmente propiciar que a gente veja um futuro muito mais sustentável diante de nós.

Nesse processo todo – eu não sei se os senhores estão acompanhando, imagino e tenho certeza de que alguns estão –, no último dia 4, o nosso Secretário-Geral, Ban Ki-moon, divulgou um documento chamado *The Road to Dignity by 2030*, ou seja "O caminho para a dignidade", um documento que está ainda no seu formato rascunho, que será divulgado até o dia 31 de dezembro próximo. Nesse documento, ele contribui para as discussões desses três âmbitos. Ele não substitui os objetivos de desenvolvimento sustentável que estão aí colocados e sobre os quais tenho certeza de que o nosso Itamaraty vai discorrer. E também não vai, obviamente, substituir as discussões dos Estados-membros. Esse documento procurar trazer um pouco mais de elementos para que possa inspirar também não apenas os processos em andamento, mas principalmente aqueles inter-

nos ao sistema uno, porque sabemos também que existem fragmentações, modelos de gestão, que não estão adequados a essas novas ambições que temos no plano global.

Então, gostaria de pontuar a importância de vocês também terem acesso e darem uma lida nesse documento, porque acredito que ele possa vir a ser um documento agregador de valor a esse processo.

Gostaria de colocar o Programa das Nações Unidas à disposição. Temos todo o interesse e compromisso em avançar essas discussões no plano global e no escritório aqui no plano nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigada à Drª Denise Hamu. Ela, como os que compõem a mesa, não tem causa, a causa que a tem. A causa ambiental é parte da sua vida. Felizmente, temos figuras públicas como a senhora, ajudando-nos a lidar com essa causa tão desafiadora e importante para todos.

Deixei, por último, para que possa, inclusive, encerrar esta abertura, o nosso Ministro do Meio Ambiente em exercício, Dr. Francisco Gaetani, um respeitável militante e gestor público dessa área, que nos dá a honra de sua presença nesta audiência pública.

Passo a palavra a V. Exª, Sr. Ministro Francisco Gaetani.

O SR. FRANCISCO GAETANI – Obrigado, Senador. Queria, primeiro, saudar a todos aqui presentes, em especial os meus companheiros de mesa – a Drª Candice, a Drª Denise, o Ministro Benjamin e o Senador Jorge Viana – e dizer que é uma honra muito grande para mim estar aqui representando a Ministra Izabella Teixeira.

É difícil dizer para quem trabalha nessa área o que significa compartilhar um plenário deste, uma discussão como esta, com outras pessoas aqui presentes. Quando se discute mudança, o Brasil parece ter áreas condenadas a não mudar, como se fosse um destino, e a trajetória do que aconteceu no Acre mostra que os milagres acontecem e as coisas mudam. Estar à mesa com o Senador Jorge Viana, um dos protagonistas desse processo, é motivo de muita alegria e satisfação, assim como a presença aqui do Ministro Herman Benjamin.

Discutimos muito hoje, no Executivo, o problema da judicialização das políticas públicas em geral como um problema. Se estamos vivendo um processo de judicialização das políticas públicas, de altos custos de transação das mesmas, é porque não está havendo um diálogo adequado e apropriado com o mundo do Direito.

Quando convivemos com o Ministro Herman Benjamin, percebemos que, no mundo do Direito, há pessoas, fazendo um esforço muito grande para estabelecer pontes na direção da sociedade, na direção dos governos, na direção do mundo, para que a justiça se faça e que as políticas públicas possam ser implementadas de forma confortável, sem incerteza jurídica, com foco nos seus objetivos principais relacionados à justiça, igualdade e espírito republicano.

Queria dizer também que trabalhei no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e acredito que o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) é uma instituição condenada a crescer e ganhar importância, facilitando e potencializando o nosso diálogo com o mundo.

O Brasil não é mais uma grande ilha no Atlântico Sul, de costas para os seus vizinhos latino-americanos, isolado do que se passa no mundo. Vivemos, hoje, num mundo conectado, em que todos acompanham o que todos estão fazendo, e a presença do PNUMA aqui é um desses portais, mostrando que temos muito com o que interagir e o que conversar com o mundo aí fora.

No Brasil, existem duas áreas em que o nosso País é um *global player* indiscutível: agricultura e meio ambiente. E, na área de meio ambiente, há um paradoxo. É muito comum encontrarmos junto a atores internacionais uma compreensão do que significa o Brasil ser G1, maior do que na própria sociedade brasileira.

Então, a participação do PNUMA nesse diálogo, nesse processo, é vital para que a gente catalize esse diálogo e intensifique a nossa interação com outros parceiros internacionais.

Queria dizer umas poucas palavras, para que possam enriquecer o debate que virá depois, em relação aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

Em primeiro lugar, quero saudar essa iniciativa pelo caráter antecipatório dela.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio demoraram um certo tempo para engrenar aqui no Brasil. Foi no final do primeiro mandato do Presidente Lula, quando ele abraçou este debate, até alavancado pelos resultados que o Brasil vinha alcançando em relação ao Objetivo nº 1, que era o combate à pobreza, que essa discussão ganhou corpo e que a sociedade foi se dando conta da importância de trabalhar um conjunto de indicadores, de objetivos, de metas, para que ela dialogue consigo mesma e com o mundo. E os ODM acabaram organizando muito da pauta de desenvolvimento do Governo, particularmente no final da presidência de Lula e do início da Presidente Dilma Rousseff.

Esses 12 anos de governo que se encerram, agora, em dezembro, dessa presidência de um mesmo grupo político, os ODM farão parte dessa plataforma de governo e o Governo passou a ter uma preocupação muito grande em relação a como o País vinha evoluindo em relação a esses indicadores.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável têm uma natureza diferente, eles são um grupo mais abrangente de objetivos, são para todos – ao contrário dos ODM, que eram muito orientados para os países do Sul, os países pobres e emergentes – e existe uma discussão mais rica, mais densa do que é o desenvolvimento, hoje, no mundo.

Como foi mencionado pela Denise, pelo Senador, pelo nosso juiz, quando se fala em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nós temos que trabalhar perspectiva mais integrada do que é, hoje, produzir riqueza. No Brasil, o Governo tem pautado muito a ênfase na questão do desenvolvimento sustentável e com uma dimensão de inclusão social forte. Por quê? Porque é possível ter crescimento com desigualdade, porque é possível ter crescimento com exclusão, e não é isso que o País persegue. Nós buscamos um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. E essa posição em que o Itamaraty tem sido um dos maiores protagonistas internacionais na sua defesa é muito importante que se debata no Brasil.

Nós não queremos crescer a qualquer custo, nós não queremos crescer com práticas predatórias, nós não queremos crescer com aprofundamento das desigualdades sociais. Nós queremos crescer com inclusão e dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O Senador Jorge Viana, melhor do que ninguém, sabe a dificuldade que é se promover o crescimento com respeito aos recursos naturais em escala e de forma a incluir. Nós vivemos uma situação na Amazônia, por exemplo, onde, a despeito das taxas de desmatamento serem as mais baixas da história – nos últimos quatro anos, nós tivemos os indicadores mais baixos de expansão de desmatamento –, nós ainda não conseguimos desenvolver um modelo em escala industrial de exploração de madeira sustentável, certificada. É um dos desafios do País. Nós não podemos pensar que vamos sustentar a preservação da Amazônia com base em instrumentos de comando e controle apenas. Nós precisamos produzir riquezas de forma inclusiva e sustentável. É um dos desafios do País, como temos no Nordeste outros desafios, como nós temos no Cerrado outros desafios, mas que precisamos construir soluções.

A discussão dos ODS permite ao País sistematizar de forma estruturada todo esse debate. Pelo menos seis desses objetivos são explicitamente corte ambiental, envolve oceanos, envolve florestas, envolve clima, envolve água, envolve produção e consumo – uma das decisões são os padrões de condição de produção e consumo, que foi uma das principais decisões da Rio+20. Precisamos rediscutir isso, ver se vamos ser uma sociedade da frugalidade, uma sociedade do desperdício.

Enfim, nós temos aí uma grande oportunidade de rever, sob essas lentes, um modelo de desenvolvimento do País. E estamos começando essa discussão antes de ela ser formalmente deflagrada no âmbito das Nações Unidas.

Isso significa que o País também tem aprendido com a sua experiência histórica. Nós tivemos uma experiência importante com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, agora, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, vamos trabalhar com uma perspectiva mais integradora, mais articuladora, e fazer dessa plataforma a oportunidade para que a gente possa monitorar, implementar as nossas políticas de uma forma mais adequada.

Como a Drª Denise mencionou, eu tive oportunidade de participar no grupo das Nações Unidas, um grupo de especialistas, que eu diria que é o grupo mais sombrio, que discute o financiamento disso, como vamos financiar o alcance e a persecução desses objetivos. E é uma questão importante para o Brasil discutir. Por quê? Porque, do ponto de vista do mundo, nós não somos mais um país elegível para receber doações internacionais.

O Brasil graduou-se como um país de renda média. Então, nós não somos um País que pode contar com ajuda financeira internacional para doações, para ajudar o País a enfrentar uma série de desafios. Nós precisamos contar conosco mesmo. Isso significa basicamente duas coisas. A primeira, nós precisamos fazer melhor uso dos nossos recursos, precisamos buscar eficiência, qualidade do gasto, ver como gerenciamos melhor os nossos recursos públicos e enfrentar os desafios da produtividade. Segundo, precisamos encontrar formas de trazer uma maior participação do capital privado para os desafios do desenvolvimento: investimentos na base da pirâmide, parcerias público-privadas, concessões, privatizações mediante mecanismos regulatórios adequados. Quer dizer, nós precisamos abrir um diálogo em que o setor público e o setor privado possam construir juntos uma forma de trabalhar esses desafios de modo a promover crescimento e inclusão.

Essa é uma discussão muito importante para nós em todas as políticas públicas. Vários problemas do País, hoje, não vão ser resolvidos com mais recursos apenas. Envolvem mais recursos muito bem gastos.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável proporcionam uma plataforma de metas e de indicadores que dá condições de evoluirmos no monitoramento e no acompanhamento da qualidade e da implementação dessas políticas.

Queria desejar a todos que vão participar deste colóquio um bom trabalho. Nós do Ministério temos uma preocupação muito grande em acompanhar essas discussões. Coincidentemente, na semana passada,

começamos essa conversa no Rio de Janeiro, com alguns parceiros. Segunda-feira vamos abrir esse diálogo, agora de forma mais especializada, com as agências das Nações Unidas. Na sequência, vamos trabalhar essa discussão com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. Numa terceira rodada, vamos fazer discussão com o setor produtivo, com o setor empresarial e intragoverno.

A gente brinca que o final do ano, o verão, é uma época boa, porque todo mundo está distraído, então dá para trabalhar com mais sossego. E nós estamos procurando aproveitar essa oportunidade para fazer avançar essa discussão *pari passu* com o que se passa no debate global.

Muito obrigado. Bom trabalho para todos. Sucesso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento o Ministro Francisco Gaetani e, ao mesmo tempo, agradeço pela sua tranquilidade, que é só dele, e pelo conhecimento também, singular, com que ele traduz um tema tão complexo como esse em um momento tão desafiador que a humanidade enfrenta. A sua vinda aqui é da maior importância, está nos Anais da Casa, como diz o Ministro Herman Benjamin. Uma parte desta sessão é ao vivo, outra parte não, mas ela será repetida tanto na Rádio quanto na TV Senado e, certamente, ela cumpre um papel muito importante no Parlamento brasileiro, já que, breve, teremos que estabelecer normativas legais, com base nesse trabalho que o mundo inteiro busca concluir.

Eu preciso, então, agradecer e encerrar esta abertura, suspendendo a sessão por cinco minutos para, em seguida, se possa dar início à audiência, ouvindo e montando a primeira mesa de debates.

Muito obrigado a todos que nos ajudaram nessa abertura.

Por cinco minutos, suspendemos a sessão.

(*Suspensa às 9 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 55 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vamos dar início, então, ao primeiro painel, cujo tema é "Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental".

Já tenho ao meu lado o Ministro Herman Benjamin (Ministro do STJ), que será um dos palestrantes; o Sr. Mario Mottin (Chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, do Ministério de Relações Exteriores), que também já está aqui conosco.

Eu convido o Prof. Ben Boer (Professor da University of Sydney Law School, Austrália; e Wuhan University, China) para nos dar a honra de sua participação aqui na Mesa.

Mais uma vez, agradeço a todos que ajudaram: a Ajufe, o Ministro Herman Benjamin. Cumprimento a todos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, à equipe e ao próprio Presidente, Senador Ricardo Ferraço, por nos possibilitar fazer esta audiência pública e termos aqui este encontro.

Antes de passar a palavra, Ministro Herman, eu queria fazer um pequeno comentário. Por coincidência, estou começando a ler um livro, e a dimensão do que nós estamos debatendo aqui é planetária. No fundo, nós estamos discutindo a vida no Planeta. O livro é de Fritjof Capra, *A Visão Sistêmica da Vida*, lançado no Brasil nesta semana. Eu tive a oportunidade de participar de um debate com Capra em São Paulo, e ele me dedicou o livro. Nesse início de leitura, deparei-me com algumas coisas que poderiam servir para uma breve colocação, antes de passar a palavra aos palestrantes, já que estou na condição de presidir este painel.

No seu prefácio, diz Fritjof Capra:

À medida que o século XXI se desdobra, torna-se cada vez mais evidente que os principais problemas do nosso tempo – energia, meio ambiente, mudança climática, segurança alimentar e financeira – não podem ser compreendidos isoladamente. São problemas sistêmicos e isso significa que todos eles estão interconectados e são interdependentes. Em última análise, esses problemas precisam ser considerados como facetas diferentes de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria das pessoas em nossa sociedade moderna, em especial nossas grandes instituições sociais, apoia os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção inadequada da realidade para lidar com o nosso mundo superpovoado e globalmente interconectado.

Eu penso que é uma leitura bem adequada.

E ele vai mais adiante:

Há soluções para os principais problemas do nosso tempo, algumas delas são até mesmo simples, no entanto exigem uma mudança radical em nossas percepções, em nosso pensamento, em nossos valores. Na verdade, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade, uma mudança de paradigma que precisa ser radical.

Ele diz aqui:

Infelizmente essa compreensão ainda não despontou na maior parte dos nossos líderes políticos, que são incapazes de ligar os pontos, para usar uma expressão popular. Eles não conseguem reconhecer como todos

os principais problemas do nosso tempo estão inter-relacionados. Além disso, eles se recusam a reconhecer como as suas chamadas soluções afetam as gerações futuras.

E mais um pouquinho:

Do ponto de vista sistêmico, as únicas soluções viáveis são as soluções sustentáveis, como discutimos aqui, neste livro. Uma sociedade sustentável precisa ser planejada de maneira tal que seu modo de vida, suas atividades comerciais, sua economia, sua estrutura física e sua tecnologia não interfiram na capacidade inerente da natureza para sustentar a vida.

Eu penso que isso traz exatamente os fundamentos daquilo que os Objetivos do Milênio buscam, que é um mundo que possa ser sustentável, que concilie.

Ainda não chegou o Prof. Ben. Se o Ministro Herman e também o Mário permitissem, eu achei isso tão interessante que talvez.... Se eu conseguisse, eu queria fazer a leitura de um trecho que eu também identifiquei, para constar dos Anais. Se nós estamos falando de vida, da vida sistêmica no Planeta, tem um capítulo sobre a aventura humana.

Aqui ele descreve que o mapeamento do desdobramento da vida na Terra gira em torno de 4,5 bilhões de anos:

Podemos distinguir três grandes eras na evolução da vida na Terra, cada uma delas se estende ao longo de um ou dois bilhões de anos e cada uma contendo várias fases distintas de evolução.

A primeira era pré-biótica, na qual foram estabelecidas as condições necessárias para a emergência da vida e das principais protocélulas. Essa era durou um bilhão de anos e se estendeu desde a formação da Terra até a criação das primeiras células, no início da vida, por volta de 3,5 bilhões de anos atrás.

A segunda era estende-se ao longo de todo um período de dois bilhões de anos. É a idade do microcosmos, na qual as bactérias e outros micro-organismos inventaram os processos básicos da vida e estabeleceram os ciclos de feedback globais para a autorregulação do sistema de Gaia.

Há cerca de 1,5 bilhão de anos, grande parte da superfície da atmosfera da Terra moderna se estabeleceu.

Ele descreve. E aqui eu queria fazer uma leitura e concluir com isso:

Para demonstrar o quão tardiamente a espécie humana chegou ao Planeta, o ambientalista californiano David Brower (1995) elaborou uma narrativa muito engenhosa, comprimindo a idade da Terra nos seis dias da história bíblica da criação.

Então, é uma leitura bem rápida, para, então, comprimir toda essa criação de bilhões de anos nos seis dias da história bíblica da criação.

No cenário de Brower, a Terra é criada no domingo à meia-noite; essa história segue até o sábado.

A Terra é criada no domingo à noite. A vida, sob a forma das primeiras células bacterianas aparece na terça-feira de manhã, por volta das 8 horas. Durante os próximos dois dias e meio, o microcosmo evolui e na quinta-feira à meia-noite, está totalmente estabelecido, regulando todo o sistema planetário. Na sexta-feira, em torno das 4 horas da tarde, os microcosmos inventam a reprodução sexual e, no sábado, o último dia da criação, todas as formas visíveis de vida evoluem.

Por volta de 1h30 da madrugada no sábado, os primeiros animais marinhos são formados e, cerca das 9h30 da manhã, as primeiras plantas surgem em terra firme, seguidas, duas horas depois, pelos anfíbios e insetos. Aos dez minutos para as 5 horas da tarde, aparecem os grandes répteis, que passam a vagar pela terra em luxuriantes florestas tropicais. Eles fazem isso durante cinco horas ao fim das quais morrem todos. Subitamente, por volta das 9h30 da noite, horário em que eles aparecem, nesse meio tempo, os mamíferos chegam à Terra, por volta das 5h30 da tarde, e os pássaros, um pouco mais tarde, por volta das 7h15 da noite.

Pouco antes das 10 horas da noite, alguns mamíferos tropicais que vivem em árvores evoluem dando origem aos primeiros primatas; uma hora mais tarde, alguns deles evoluem em macacos e por volta das 11h40 da noite, bem já no fim da criação, os grandes macacos aparecem. Oito minutos antes da meia-noite, os primeiros macacos do sul se levantam e passam a caminhar sobre as duas pernas. Cinco minutos mais tarde, desaparecem novamente. A primeira espécie humana, o Homo Habilis, surge quatro minutos antes da meia-noite, evolui no Homo Erectus meio minuto mais tarde e, nas formas arcaicas do Homo Sapiens, trinta segundos antes da meia-noite. Os Neandertais comandam a Europa e a Ásia de quinze a quatro segundos antes da meia-noite. Finalmente, a espécie humana moderna aparece na África e na Ásia onze segundos antes da meia-noite, e na Europa, cinco segundos antes da meia-noite. A história humana escrita começa por volta de dois terços de segundo antes da meia-noite.

Essa é uma história que deve nos levar a uma boa reflexão.

Eu estava, em setembro, no encontro das Nações Unidas para discutir clima – pela primeira vez, fez uma conferência com todos os chefes de Estados para discutir um tema só, a mudança do clima no Planeta –, ouvi

a fala da Presidenta Dilma e a fala do Presidente Obama, em que ele falou que esta geração da humanidade é a primeira a sentir os efeitos da mudança do clima e a última que pode fazer alguma coisa.

Com essa frase, reproduzindo essa frase do Presidente Obama, passo então a palavra para que possamos ter o início deste painel.

Primeiro, falará o Dr. Mario Mottin, chefe da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. MARIO MOTTIN – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas; ao Ministro. É realmente uma honra estar aqui, sentar à mesa com o Senador Jorge Viana e com o Ministro Herman Benjamin, em representação ao Embaixador Marcondes de Carvalho, que é o Secretário de Meio Ambiente e Energia do Itamaraty, que tem levado, no plano internacional, essas discussões sobre a Agenda Pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Acho interessante que o Senador nos trouxe essa reflexão, com a metáfora do David Brown sobre a Criação. Se não me engano, David Brown é filho do conhecido pesquisador – conhecido e reconhecido – Lester Brown, que também dialoga com essa metáfora, usando outra metáfora. Ele diz que hoje nós vivemos a "antropocena", que é o momento da história do Planeta em que uma espécie apenas, o ser humano, é capaz de decidir e definir os destinos do Planeta. E ele faz essa referência exatamente por ser uma publicação sobre o tema da mudança do clima.

Então, Senador, acho que foi "na mosca" a sua referência.

Para começarmos a nos aproximar da discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acho que há um ponto que tem que ficar claro: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam a pedra de toque entre dois megaprocessos internacionais que vêm acontecendo há décadas dentro das Nações Unidas.

O primeiro deles é o processo do desenvolvimento humano que ficou muito evidente, nos anos 90, com as grandes conferências internacionais que as Nações Unidas promoveram na área de direitos humanos, e cujo momento ápice foi a Declaração do Milênio, com o lançamento dos ODM, os Objetivos do Milênio. Esse megaprocesso, com foco no desenvolvimento humano.

O outro processo que falo é um processo que para nós, para o Brasil, é muito conhecido, que é o das grandes conferências ambientais internacionais que tratam de desenvolvimento e meio ambiente. O Brasil teve o privilégio de ser sede e protagonista de dois momentos importantes dessas conferências, que foram a Rio 92 e a Rio+20.

Por que eu digo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a pedra de toque entre esses dois processos? Porque, se, de um lado, nos ODM, se criou um exercício de planejamento muito condensado, voltado para a ação, para se conseguir avançar em áreas básicas, como a erradicação da pobreza, melhorias nas condições de saúde e educação, de outro lado, nessa discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, nós temos aí, reconhecidamente, um déficit histórico. Se, em três décadas, nós avançamos grandemente em um conceito de desenvolvimento integrado, como vinha mencionando antes o Ministro Gaetani, em que as dimensões ambiental, econômica e social são pensadas em conjunto, do ponto de vista da implementação há um grande déficit. Isso é um consenso internacional.

Então se pensou que esse modelo já aprovado, vamos dizer assim, reconhecido internacionalmente como de sucesso, como de êxito, que são os ODM, seria uma ótima oportunidade para pormos em prática um modelo voltado para a ação que pudesse dar corpo a esse conceito do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões.

Em 2010, houve uma conferência das Nações Unidas de revisão do processo dos ODM, se diante do iminente fim desse processo, em 2015, criou-se um mandato para renegociar um novo modelo de desenvolvimento que se tem chamado de Agenda pós-2015.

Esse processo teria um corpo de normas, um corpo de diretrizes voluntárias, e, ao mesmo tempo, faria uma discussão sobre as próprias regras da cooperação internacional e a mobilização de recursos para implementação desse modelo, mas, nesse momento, em 2010, não se tinha muito claro como isso ia se dar.

É a Rio+20, em 2012, que vai dar corpo e forma à Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A Rio+20, como vinha falando, durante as negociação, viu a oportunidade de se ampliar esse modelo dos ODM, ao mesmo tempo que se concluía a tarefa, se aprofundavam os avanços sociais, se poderia trabalhar na área da sustentabilidade, num modelo, como destacou o Ministro Gaetani, que não mais era um tema de casa para países mais pobres, como eram os ODM, que eram focados em pobreza, saúde e educação, mas um modelo universal que envolvesse efetivamente todos os países, com uma agenda muito mais ampla, que tivesse temas econômicos e ambientais também refletidos, todos eles entrelaçados e tramados.

Com isso, na Rio+20, aprovaram-se três grandes mandatos:

1) Da negociação na Assembleia-Geral das Nações Unidas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

2) Também no âmbito da Assembleia Geral, a negociação do financiamento ao desenvolvimento, que o nosso Ministro Gaetani participou, como ele e Denise mencionaram, do Comitê de Peritos para Financiamento de Desenvolvimento Sustentável;

3) Também muito importante, principalmente para os países em desenvolvimento, um grupo de trabalho, dentro das Nações Unidas, para discutir a criação de um mecanismo de facilitação de transferência de tecnologias limpas, que é um meio de implementação essencial para o desenvolvimento sustentável, principalmente do ponto de vista dos países mais vulneráveis que ainda não têm condições de desenvolver internamente inovação e tecnologias que permitam avanços na área do desenvolvimento sustentável.

Bem, um aspecto que precisa ser destacado é que os ODM foram um processo quase gestado internamente no Secretariado das Nações Unidas, por um grupo de especialistas, de sábios. Ao mesmo tempo que esse processo permitiu uma certa lógica interna, ele causou o aspecto que o Ministro Gaetani estava destacando de que não só no Brasil os ODM demoraram a decolar, mas no mundo inteiro.

Os cinco primeiros anos foram de muita discussão e pouca ação, porque não havia apropriação dos países. Foi um modelo desenvolvido por sábios, por especialistas, mas os países não se viam refletidos ali. O que aconteceu no Brasil, essa enorme aderência do Brasil ao exercício dos ODM deveu-se à nossa própria realidade política interna, ou a vontade política daquele momento, de trabalhar nessas áreas.

Então, ficou muito claro que esse processo dos ODS não poderia repetir a realidade dos ODM. Ele teria de ser diferente.

Por isso, criou-se um modelo de negociação absolutamente inovador e extraordinário dentro das Nações Unidas. Ao contrário de outras negociações, onde os Estados são o ator único no desenvolvimento do acordo, nesse caso, temos os Estados membros negociando, a participação da sociedade civil de uma forma muito mais evidente e vocal, porque a sociedade civil senta à mesa de negociação com voz.

Temos um sistema de consultas, organizado pelas Nações Unidas com a sociedade civil. E, quando digo sociedade civil, falo inclusive porque nas Nações Unidas se chamam "grupos principais" a representação não só de sociedade civil, mas também de atores econômicos do setor privado. Em há um sistema de consultas bastante sofisticado que, ao mesmo tempo em que torna mais difícil negociar, porque estão todos esses novos atores envolvidos, torna a discussão muito mais rica e mais legítima.

O trabalho de elaboração de uma proposta de objetivos de desenvolvimento sustentável foi um trabalho de um ano e meio, que se concluiu na metade deste ano de 2014. Um grupo de 70 países, todos eles membros obviamente das Nações Unidas, da Assembleia-Geral, negociaram uma proposta que está disponível na internet, no próprio *site* das Nações Unidas, de 17 objetivos e 169 metas. O modelo dos ODM é aquele em que os objetivos gerais são acompanhados por metas voltadas para ação. É o caso do objetivo que acho ser conhecido de todos aqui, do ODM de pobreza, que diz: "reduzir em 50% as pessoas abaixo da linha de pobreza até 2015". Então, no exercício dos ODS...objetivos, metas e indicadores que nos permitam acompanhar e medir os avanços no cumprimento dessas metas. O modelo que foi elaborado por esse grupo de trabalho tem 17 objetivos, 169 metas, tratando de toda a gama de temas que são importantes para a economia e para o desenvolvimento social de um País.

Como o Brasil se organizou para essa discussão?

(Soa a campainha.)

O SR. MARIO MOTTIN – Havia a necessidade de uma discussão coordenada e integrada, porque todas as áreas têm o que dizer e, no desenvolvimento desse modelo em que nada está isolado e tudo tem a ver com tudo, as áreas não deveriam tratar apenas de suas área de especialidade, mas de como a sua área de especialidade dialoga com as outras áreas. Então, dentro do Governo brasileiro, criou-se um grupo interministerial de trabalho, que é integrado por 27 ministérios, presidido pelo Itamaraty e pelo Ministério do Meio Ambiente. É um trabalho já de um ano, que se deu em cima de uma proposta de elementos.

Se o Brasil pudesse definir hoje, sozinho, os objetivos de desenvolvimento sustentável, que cara eles teriam? Quais seriam esses objetivos e quais seriam as metas? Então, esse trabalho se fez durante um ano. Não é um trabalho só de governo porque houve contribuições da sociedade civil, do setor privado e dos governos locais, municipais através de uma série de oficinas organizadas por esse grupo interministerial, em que se ouviu e recebeu a contribuição destes grupos: sociedade civil e setor privado e governos locais. Com isso, o Brasil chegou a um documento, também disponível na internet, no *site* do Itamaraty, que se chama "Elementos orientadores da posição brasileira".

No universo em que estamos lidando com 193 países-membros das Nações Unidas, os ODS têm de refletir – isso é óbvio, está muito claro para os negociadores –, têm de se ver espelhados nesse documento.

A primeira dificuldade era: como o Brasil, que fez seu exercício de desenvolver...quais seriam os ODS brasileiros que fazem com com que a posição brasileira incida na negociação internacional?

A área do desenvolvimento é uma área complicada, onde os países em desenvolvimento acabam se dispersando. O Brasil é um país de tamanho continental, mas, entre os países em desenvolvimento, nós temos as pequenas ilhas, nós temos uma série de países com características muito diferentes das nossas e interesses muito diferentes.

O que o Brasil fez foi identificar um conjunto de países que teria interesses semelhantes. Nós trabalhamos, basicamente, com os países da América do Sul e com os países... Talvez, América do Sul ampliada, com outros países latino-americanos envolvidos e com as grandes economias em desenvolvimento, como a Índia, a China, a África do Sul e também uma série de outros "países-ponte", como nós chamamos, que são, dentro de seus continentes, aqueles países que são de ligação. Na África, eu daria o exemplo do Egito, da Nigéria; na Ásia, a Indonésia, a Tailândia; enfim, países que têm um papel de líder regional, um grupo de 20 a 25 países em que nós fomos decantando as nossas posições.

A estratégia foi bem sucedida porque, hoje, se se compara o documento brasileiro que eu mencionei para vocês – os elementos orientadores da posição brasileira –, com o documento de Nova York, o que se vê é um grande nível de incidência das posições brasileiras no documento internacional. Isso se deveu não só a essa articulação política que eu estava relatando a vocês, mas também ao fato de que, no grupo dos países em desenvolvimento – o grupo mais amplo –, na hora final da negociação, o Brasil realmente tinha um repertório de posições muito completo, muito amplo, que se tornou o repertório de posições do mundo em desenvolvimento como um todo. Então, essa massa crítica, criada com a coordenação nacional brasileira, foi muito importante, foi muito valiosa na hora final da negociação, porque o Brasil tinha, virtualmente, posição sobre todos os temas em detalhe.

Estou falando muto do processo da negociação, como se chegou a ela, como se estruturou, mas quais são as posições sobressalientes do Brasil nessa negociação?

Um primeiro ponto, obviamente, o foco, o coração do modelo tem de continuar sendo, como foi estabelecido no acordo da Rio+20, a erradicação da pobreza. Esta é a pedra de toque do modelo dos ODS.

Segundo ponto: nós avançamos muito em questões básicas nos últimos 10 anos, mas, hoje, há uma grande preocupação com o tema da redução das desigualdades., Este é um tema que veio das discussões entre os órgãos de governo, mas, principalmente, da contribuição da sociedade civil. A sociedade civil nos destacou que a ênfase da atuação do Brasil nessa negociação teria que ter um foco muito claro no tema da redução das desigualdades. E assim foi feito. O Brasil foi um campeão desse objetivo. Esse tema acabou se tornando o Objetivo Proposto nº 10 do documento, da proposta de ODS da Assembleia Geral das Nações Unidas, e com foco na redução das desigualdades dentro dos países e entre os países.

Um terceiro ponto interessante, que eu gostaria de destacar, é aquele que o Ministro Gaetani já havia mencionado: a mudança dos padrões de consumo e produção. Este é um tema que está ligado ao coração desse modelo integrado, que tem a sustentabilidade como moto. O Brasil e o mundo em desenvolvimento foram também campeões desse tema da mudança dos padrões de consumo.

Um último ponto que eu destacaria é uma especialização e aprofundamento do tratamento ambiental, porque, nos ODM, tínhamos apenas um objetivo de caráter ambiental muito genérico, e agora, nesse novo modelo proposto, como o Ministro Gaetani mencionou, temos seis: florestas, oceanos, água, energia, cidades sustentáveis e mudança dos padrões de consumo e produção. Então, é um modelo muito mais sofisticado, muito mais ambicioso.

O que estou chamando de proposta de ODS? Essa proposta foi elaborada pelos 70 países e depois, em setembro, com a abertura da Assembleia Geral, foi adotada por todos os seus membros como a principal base da negociação da agenda pós-2015, ou seja, a proposta já teve apropriação clara dos países, todos os países das Nações Unidas, que reconhecem como: "sim, essas são as prioridades que gostaríamos de ver para um novo modelo de desenvolvimento".

O que falta agora? Quais são as próximas etapas dessa negociação? Primeiro, é uma questão que para muitos é técnica, mas não é apenas técnica, também tem um componente político, a identificação dos indicadores para medir e para fazer o acompanhamento das metas aí desenvolvidas pela instância política. Não é um trabalho simples. Os ODM tinham 50 indicadores. Esse modelo terá 200 indicadores para serem acompanhados provavelmente, em média.

E o outro tema de grande importância é o tema que o Ministro Gaetani mencionou, o tema do financiamento ao desenvolvimento. Outra das críticas que se fez ao modelo dos ODM é que a sua implementação ficou muito prejudicada, principalmente nos países mais vulneráveis, mais pobres, pela falta de recursos de cooperação internacional, recursos oficiais, que são as doações que os países fazem para o desenvolvimento

dos países mais vulneráveis. Esses recursos ficaram muito aquém da necessidade. Então, é a discussão sobre financiamento, que vai ser o que vai garantir a implementação dos futuros ODS.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado ao Mario Mottin.

Passo, em seguida, a palavra para o Ministro Herman Benjamin, para que possa fazer sua apresentação neste painel, agradecendo a presença do ex-Ministro, Deputado Federal Zequinha Sarney.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Eu queria, mais uma vez, agradecer o convite que me fizeram o Senado e a Associação dos Juízes Federais. Saúdo a presença do Deputado Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente durante muitos anos e, aqui, além da saudação, Deputado Sarney Filho, faço um agradecimento, como brasileiro, pelos esforços de V. Exª nos vários anos em que foi Ministro, esforços no sentido de combater o desmatamento ilegal em nosso País e também pelos esforços de V. Exª naquilo que poderíamos chamar de o desenvolvimento de um marco jurídico legal adequado para o tratamento da questão ambiental no Brasil.

Eu vou tentar falar apenas dez minutos, ou menos, e não quinze, se possível, porque estamos muito interessados neste diálogo com os colegas que estão aqui presentes, muito mais interessados em ouvir.

Quando falamos em objetivos do desenvolvimento sustentável, várias percepções podem surgir a respeito da questão. Podemos enfocar os objetivos do desenvolvimento sustentável, que, partir de agora, chamo pela sigla ODS para ganhar tempo.

Podemos enxergar os ODS numa perspectiva estritamente de políticas públicas. Ou podemos enxergá-los numa visão economicista. Ou ainda, se quisermos ir para o outro extremo, numa perspectiva ética, daquilo que a Denise Hamu mencionou na sua fala de abertura em relação ao documento do Secretário Ban Ki-moon sobre o caminho para a dignidade. Isso traz um grande componente ético.

Mas o meu foco aqui não é nenhum desses, é o foco jurídico, o foco legal. Talvez seja o aspecto mais periférico neste momento dos debates. Não na perspectiva do direito internacional, porque qualquer documento elaborado sob os auspícios das Nações Unidas tem um componente jurídico intrínseco de direito internacional, mas na perspectiva dos direitos nacionais. Qual será o impacto desses ODS nos países via seu marco legislativo nacional?

Essa não é uma questão nova para o direito ambiental dos vários países, ou seja, um tema desenvolvido no âmbito internacional se constrói um vocabulário próprio e depois esse vocabulário próprio precisa permear os marcos legais nacionais dos Estados-membros. Evidentemente que se nós entrarmos agora em qualquer *data bank* de legislação de países que compõem as Nações Unidas, não vamos encontrar no vocabulário legal a expressão ODS. Mas, certamente, o que se espera é que, num futuro próximo, haja a transição, a caminhada do plano internacional para o direito nacional.

E é exatamente sobre essa caminhada e a chegada especificamente do plano internacional ao plano nacional que eu queria tecer algumas considerações.

Quando falamos em ODS, alguns obstáculos imediatos aparecem para uma aproximação mais concreta no plano das legislações nacionais e no que se refere à aplicação dessa legislação pelo Poder Judiciário. Vamos começar pelo começo, então, pelo título. Objetivos do desenvolvimento sustentável. Nós sabemos que o direito ambiental se organiza como se fosse uma mesa em quatro pernas. A primeira perna é o desenvolvimento de objetivos que são incorporados como uma base dessa disciplina jurídica. Em segundo lugar, são desenvolvidos princípios jurídicos, *legal principles*, que vão dar uma espécie de armação teórica a esses objetivos. E em terceiro lugar, nós desenvolvemos instrumentos que vão aplicar, a um só tempo, os objetivos e os princípios. E em quarto lugar, nós desenvolvemos ou aproveitamos, renovando instituições que vão aplicar esses três aspectos ou essas três pernas anteriores.

Esse é, em linguagem gráfica, seria a forma como o direito ambiental se organiza. Objetivos, princípios, instrumentos, instituições. Faltando qualquer um desses ou havendo falha na conexão entre qualquer um desses, o resultado pode não ser exatamente aquele que se esperava quando se legislou no plano internacional ou no plano nacional.

Pois bem, para o juízes, de uma maneira geral, há uma dificuldade intrínseca na implementação de objetivos – e ainda não me estou referindo a objetivos do desenvolvimento sustentável, mas à aplicação de objetivos estabelecidos na legislação, porque objetivos normalmente são tidos como não vinculantes – e não me refiro ao plano internacional, mas ao plano doméstico, nacional.

Em segundo lugar, os objetivos são vistos como uma espécie de declaração vaga, abstrata, portanto desafiando ou não encontrando um bom ambiente para sua implementação no Poder Judiciário.

Finalmente, os objetivos são normalmente vistos como *framework*, como galhas, como guia, não tanto para o juiz, mas para a Administração Pública, para o Poder Executivo e para o próprio Poder Legislativo, no caso de objetivos constitucionais.

Então, vejam, na própria terminologia, já encontramos dificuldades que independem de se tratar de objetivos do desenvolvimento sustentável ou de qualquer outro objetivo estabelecido na Legislação Nacional. Mas há uma outra dificuldade ainda no vocabulário: é a de que nós, juízes – de uma certa maneira, me permitam os dois legisladores, um do Senado e outro da Câmara dos Deputados, que aqui estão –, e também o Parlamento têm grandes dificuldades de trabalhar o tema do desenvolvimento sustentável.

Eu me arriscaria a dizer que temos, no Senado e na Câmara, tantas visões do desenvolvimento sustentável quanto os membros que integram cada uma dessas Casas.

Evidentemente, quando não temos uma espécie de uniformidade na compreensão de um vocabulário jurídico, isso cria dificuldades de interpretação e de aplicação pelos juízes. Então, vejam como a própria denominação ODS já traz em si várias dificuldades para a transposição, a internalização, no âmbito das legislações nacionais.

Permitam-me referir a dois outros problemas, e, aí, eu paro.

O terceiro problema é que normalmente os juízes têm grande dificuldade de trabalhar com o Direito Internacional. Ele é visto como algo muito distante do juiz, e certamente a minha querida Juíza Federal Candice Jobim concordará comigo. Quantas vezes vemos, por exemplo, em uma decisão judicial, que se debruça sobre questões relacionadas à biodiversidade, à diversidade biológica, o juiz citar vários autores (biólogos, ecólogos) sobre a definição do que seja a biodiversidade, ou diversidade biológica, quando a Convenção da Diversidade Biológica tem definições precisas do que seja biodiversidade.

Este é um dos muitos exemplos que poderia dar aqui. Claro que parte dessa dificuldade dos juízes, não só os brasileiros, mas de todo o mundo, com o Direito Internacional tem a ver com a falta de conhecimento acerca desses instrumentos internacionais e tem a ver também com um certo – e espero que a Denise Hamu não se sinta ofendida – desprestígio do Direito Internacional, na perspectiva da implementação nacional.

Então, aqui, uma terceira dificuldade na transposição, na internacionalização desses objetivos do desenvolvimento sustentável no nosso País. E eu me arriscaria dizer que em outros países também.

Eu termino com a quarta dificuldade. E aqui é uma dificuldade que pode ser mitigada pelo próprio Poder Judiciário e vem sendo mitigada pelo Poder Judiciário. É que, como o nosso diplomata Mário Mottin indicou, a expressão qualificadora que vem se utilizando acerca dos ODS é "diretrizes voluntárias". Então, veja, nós já temos três fragilidades, que eu acabei de listar; há outras, mas o próprio vocabulário qualificador do que seria o produto dessas negociações já traz o título de "diretrizes voluntárias".

E eu disse que aqui o Poder Judiciário pode ter um papel mitigador porque muitas vezes o legislador internacional ou nacional põe no texto legislativo a expressão "voluntário" e o Poder Judiciário faz uma construção, seja do Texto Constitucional ou seja das outras normas que estão nessa mesma caixa em que se encontra aquela norma dita voluntária, para dizer que não são voluntárias.

Então, aqui é que vem – e eu termino com esse ponto – a responsabilidade do Parlamento brasileiro. No instante em que esses objetivos do desenvolvimento sustentável sejam aprovados pela comunidade internacional, eu creio que o Brasil pode dar uma grande contribuição ao mundo, como fez com as mudanças climáticas, a ser o primeiro país a aprovar a sua legislação de implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Porque, se nós analisarmos o diálogo acerca das mudanças climáticas, nós vamos ver que o Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, em representação do nosso País, tem uma posição nas negociações internacionais que é menos dura do que a legislação brasileira interna.

Isso, evidentemente, é algo que é legítimo, porque negociar no plano internacional não significa utilizar os mesmos parâmetros adotados internamente. Então, nada impede, aliás tudo recomenda, que o Brasil, esta potência ambiental tão referida na abertura de hoje, possa dar um exemplo ao mundo de ser o primeiro país, via seu Parlamento, que está tão atento às questões ambientais, a legislar precisamente sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Acho, Senador Jorge Viana, Deputado Sarney Filho, que este é o plano de fundo principal desse diálogo que estamos tendo hoje. Não só olhar para essa estrutura do que possivelmente serão os objetivos do desenvolvimento sustentável, mas já pensar no próximo passo, para evitar que os ODS tenham o destino que não foi o melhor dos objetivos do milênio, aqui também referido pelo nosso diplomata Mário Mottin.

Eu agradeço muitíssimo e felicito mais uma vez o Senado e à Associação dos Juízes Federais pela organização desse colóquio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimentando o Ministro Herman Benjamin, eu passo imediatamente a palavra ao Prof. Ben Boer, que nos dá a honra de sua presença aqui no Senado Federal, para que ele possa fazer sua exposição.

O SR. BEN BOER (Tradução simultânea.) – Muito obrigado.

É um prazer estar aqui mais uma vez, no Brasil. Provavelmente é o meu país favorito na América do Sul não só porque estou aqui, mas porque eu sou sempre recebido tão calorosamente pelo Ministro Benjamin e por todas as pessoas em volta dele!

Eu vou falar, por alguns minutos, sobre um aspecto, em particular, das metas: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e, no processo, eu também gostaria de fazer alguns comentários sobre o que o Ministro Benjamin acabou de falar em termos de legislar sobre as obrigações dos ODS.

Uma das coisas que eu gostaria de falar é que, se você olha em cada um dos 16 ou 17 objetivos, você vê que cada um deles pode ser descrito em termos legais e, particularmente, a maioria deles pode ser descrita em termos de obrigações fundamentais de direitos humanos, ambos aspectos processuais e substantivos. Isso é algo que devemos explorar.

Em termos do que eu vou falar aqui, eu vejo o mundo inteiro como sendo uma área que deveria ser sujeita, área protegida. Se começamos por essa presunção de que o mundo inteiro deveria ser uma área protegida, realmente precisamos justificar o desenvolvimento e a exploração dos recursos da Terra. Então, vou particularmente focar na questão de área protegidas. Vocês vão ver que existem muitas ligações para outras áreas do Direito e que áreas protegidas também conectam outras metas e objetivos do desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, vou falar sobre o que queremos dizer de uma área protegida, que desenvolvimento houve nos últimos anos, particularmente neste ano, com novos dados do Congresso Mundial de Parques, que acabou de se concluir em Sidney, na Austrália. Vou falar também no que está acontecendo na Convenção de Biodiversidade, que chamamos de objetivos Aichi para expandir as áreas protegidas.

Depois, quero concluir olhando as ameaças para áreas protegidas, particularmente através desse processo de PED, diminuindo, reduzindo prioridades e desclassificando.

Então, primeiramente, o que é uma área protegida? A definição que uso é da União Internacional para a Conservação da Natureza. Há duas, mas eu vou usar essa sobre a convenção de biodiversidade, que é um pouco mais restrita. Isso foi formulado em 2008, é um pouco mais amplo, e fala sobre meios legais e outros meios eficazes de proteger essas áreas. Podemos dizer que se aplica a ambas as áreas, terrestres e marinhas, mas eu também diria que isso ainda é limitado, porque, quando pensamos sobre o direito de um pássaro para voar de um país para outro por cima de uma área particular, precisamos pensar sobre o ar e as vias aéreas sendo protegidas. Protegemos até um certo ponto, na convenção, sobre as espécies migratórias, mas isso é suficiente?

Outro aspecto é: por que conservamos áreas protegidas. Podemos ver isso de um ponto de vista antropocêntrico, de onze segundos para meia-noite, como o Senador Viana falou, ou podemos falar de um ponto de vista mais amplo, ecocêntrico. De qualquer forma, podemos ver de um ponto de vista meramente instrumental que áreas protegidas são muito importantes para pessoas, sobretudo em termos de reduzir os riscos de desastres naturais de todos os tipos, principalmente se pensarmos nos manguezais, ilhas, costas de várias ilhas ou absorção de carbono através do solo, de florestas. Áreas protegidas têm importante valor instrumental, bem como um valor bem mais amplo para o resto do meio ambiente e sua proteção.

Eu vou concentrar em dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável como parte dos 17 que acabaram de ser mencionados pelo Sr. Mario Mottin. O de número 14 refere-se à conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para desenvolvimento sustentável. o outro tem a ver com área terrestre.

Então, aqui, temos uma obrigação para conservar e usar de forma sustentável essas áreas para o desenvolvimento sustentável. E vemos que há um grande ímpeto, particularmente na área pequena, aqui embaixo – eu posso achar com o *laser*. Vocês podem ver que existe a necessidade de uma meta de desenvolvimento sustentável dos oceanos e, no segundo caso, vocês veem que proteger áreas vulneráveis do mar, marítimas, é uma consideração importante, particularmente, estabelecendo áreas protegidas em alto-mar como um dos aspectos desses objetivos. Mas isso é suficiente?

Quando olhamos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 15, vemos um foco muito específico em ecossistemas terrestres, ecossistemas na terra, mas, é claro, ecossistemas terrestres também têm a ver com ambiente marítimo, porque o que fazemos à terra também fazemos ao mar, em termos de poluição e por aí vai.

Então, proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar as florestas de forma sustentável, combater a desertificação e parar e reverter a degradação da terra e parar as perdas da biodiversidade.

O meu colega vai falar sobre a degradação da terra. Isso é um elemento vital em termos de áreas protegidas também.

Então, em termos de pensar sobre o uso sustentável de ecossistemas terrestres, isso é um problema em si porque, quando se fala de uso, está-se falando de uma abordagem antropocêntrica, uma abordagem que não é avaliada pelo seu valor inerente, do meio ambiente, mas pelo uso humano. E, quando se fala ou pensa

sobre recursos, também sempre temos que pensar a respeito do uso para humanos. Isso é certo? Existe uma abordagem mais ampla, ética, que precisamos pensar em termos do direito do meio ambiente de existir.

Dando um passo atrás, voltando a 2010 e à Convenção de Biodiversidade e à preocupação de que estamos perdendo muita biodiversidade, algo em torno de 60% dos ecossistemas da Terra estão sendo degradados, e não estão sendo bem protegidos. Então, vemos que, em 2010, na Conferência em Nagoya, do CBD, várias metas estratégicas foram estabelecidas. Quero focar na meta estratégica C, "melhorar o *status* da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética".

A Meta da Aichi B até 2020 – são os próximos cinco anos – é que pelo menos 17% da água terrestre e continental seriam protegidas e pelo menos 10% da área marítima e costal. Em 2010, 12,5% da terra era protegida e cerca de 1% da terra, em termos de ambientes marítimos. Então, em alguns poucos anos, eles já alcançaram um aumento significativo em ambas as metas.

Mas vou só salientar o segundo aspecto disso, para olhar como uma área é conservada. Primeiramente, através de gestão eficaz e igualitária.Isso é muito importante em termos de direitos humanos para a natureza e direitos para o ambiente – vou mencionar depois. Também temos que pensar sobre um sistema ecologicamente representativo e bem conectado de áreas protegidas. Falamos de conectividade entre áreas para manter viáveis as medidas de conservação, integradas a áreas mais amplas, tanto em ambientes terrestres e marítimos.

Então até onde progredimos para alcançar o Alvo Aichi nº 11? O Congresso em Sidney realmente foi um evento muito empolgante, com mais de seis mil pessoas vindo para Sidney e algo em torno de 400 ou 500 eventos, 22 dos quais eram eventos de direito ambiental.

Em novembro de 2014, esse relatório foi publicado e mostrou que agora 15,4% das áreas terrestres e 3,4% dos oceanos estão protegidos de uma forma ou de outra. Claro que há questões em termos de o que você usa para expandir essas áreas, como você calcula e se a terra e o mar que você está tentando proteger, por meio de arcabouços legais, realmente é representativo? Atende ao critério?

De qualquer forma, o relatório que mencionei, da Unep/2014, diz que o mundo agora está em bom ritmo para alcançar o objetivo de 2020 – 15,4% já foram, ainda faltam 5,6% das áreas terrestres, em termos de oceanos. Isso é um enorme desafio, porque ainda temos algo em torno de 6,6% dos oceanos, que agora precisam ser sujeitos à proteção. E estou aqui falando não só proteção em termos de política, mas em termos de proteção real, proteção legal.

Se você olha o mapa que acabou de ser publicado pelo PNUMA e o centro de monitoramento mundial, isso parece muito impressionante. Todas as áreas verdes são áreas terrestres que são protegidas e todas as áreas azuis são áreas marítimas que são protegidas. Pergunto, primeiramente: quão bem protegidas eles são? Segundo: é suficiente em termos de o que precisamos fazer para abordar os problemas que a Terra encara em termos de meio ambiente e, particularmente, o ambiente natural. É suficiente?

Se você olha o crescimento dessas áreas nos últimos 50, 60 anos, vê que realmente alcançamos uma quantidade fenomenal, e as áreas estão aumentando a cada ano. Se você considera que o primeiro parque nacional foi declarado nos Estados Unidos nos anos 1870, alcançamos muita coisa, mas o índice de crescimento dessas áreas produzidas é suficiente em termos do tipo de critério que precisamos manter em mente para salvar a Terra com um todo?

Se você olha as áreas da Terra em várias regiões, vemos que existem algumas regiões, como a América Central e a América do sul, que estão se saindo muito bem, essa região, 25%, fazendo muito bem; outras áreas, muito mais baixo, ainda estão tendo dificuldades para realmente alcançar os diferentes alvos. Isso é muito desigual, mas como você mensura isso? Estamos usando os critérios corretos.

Se você olha o Brasil, o Brasil está saindo bastante bem em termos de 1.164 áreas protegidas nas categorias e IUCN de proteção estrita, categoria 1A e 1B, até áreas de gestão sustentável, que são 256 áreas; mas apenas 47 áreas que estão classificadas como parques nacionais legalmente protegidos em termos do ambiente marinho e terrestre, essa é a divisão: 135 áreas marítimas e 1.732 áreas terrestres.

Quando olhamos o mundo, vemos que há um amplo crescimento nos últimos anos, poucos anos; não vou entrar em todos esses números, mas você pode ver realmente que estamos nos saindo bastante bem. Pergunto, então: o índice de crescimento dessas áreas protegidas é suficiente?

Agora, só voltando para as ODS. O relatório do PNUMA que acabei de mencionar reconhece explicitamente também que as áreas protegidas, como são áreas vitais do panorama e modelos de desenvolvimento sustentável, poderiam ter um papel importante no monitoramento das ODS – podem, não devem –. Acho que a linguagem tem que ser mais forte aqui.

Quando vemos o papel do IUCN em áreas protegidas, de novo, o congresso de pactos mundiais que só ocorrem a cada dez anos, fiz algumas declarações muito fortes, através de promessa, chamado Promessa de

Sidney. Vimos também que o papel de direito ambiental em áreas protegidas está sendo reconhecido e, por meio do programa de direito ambiental, muitos progressos foram feitos nos últimos anos.

No entanto, de novo, ainda estamos no começo, realmente, de proteção legal apropriada em vários países, principalmente em países menos desenvolvidos.

Agora, só quero mencionar uma série de ameaças, particularmente para áreas protegidas. Estamos nos saindo realmente bem em termos de expansão das áreas protegidas, terrestres e marítimas; no entanto, em vários países, vemos esse processo de proteção legal por um lado, mas com a redução da área e a redução da classificação de parque nacional para parque estadual ou menos, e a retirada, a desclassificação, completamente, como área protegida.

Isso é muito interessante. Vendo-se a pesquisa que está acontecendo, em todo o mundo, em termos do que chamamos de *pad*, isso é um processo muito perigoso e que chama a atenção tanto de cientistas como de advogados que estão começando a trabalhar juntos para poder, realmente, criar os critérios para se definir se algo é sujeito a esse processo *pad*.

Então, o meu argumento é que, independentemente da expansão das áreas protegidas no mundo, há várias ameaças, em vários países, por causa de proteções jurídicas inadequadas. Na região do sudoeste da Ásia e na China, onde eu trabalho, pode-se ver que há várias ameaças em termos de boa proteção legal, mas, na realidade, nada está acontecendo do jeito que deveria. Há exploração excessiva de muitas dessas áreas.

Declara-se um parque nacional no Camboja, mas há uma mineração que consegue minerar os minérios embaixo do solo dos parques nacionais. É disso que estamos falando agora. Acontece no Brasil, também, é claro. Eu só queria usar um exemplo. Espero que não do Estado do Acre, mas, com relação a isso, que vem do Fundo Mundial da Natureza, que identificou 41 casos de *pad* na Amazônia, quase um terço dos casos brasileiros nos últimos 20 ou 30 anos. Atualmente, cerca de 27 áreas protegidas no Brasil, de acordo com esse site, ameaçadas por propostas ativas... Trinta por cento delas estão na Região Norte, com perda potencial de 4.5 milhões de hectares. Eu não garanto esses números, mas eles estão perto da precisão.

Temos um problema até no Brasil, que é um líder ambiental para o mundo. Aqui, estão alguns dos materiais extraídos do *site*. Eu não vou entrar em detalhes, mas isso, então, traz a questão. Quando estamos pensando em áreas protegidas, reduzindo-se a área, desclassificando-se, reduzindo-se a classificação – o princípio de não regressão – do qual os juristas brasileiros falaram a respeito e o tribunal que o Ministro Benjamin representa tem dito alguma coisa sobre isso.

Isto é algo em que precisamos pensar: áreas protegidas. Basicamente, o princípio de não regressão significa não voltar atrás. Uma vez que se institui algo, não se volta atrás. Então, uma vez que uma área natural é legalmente declarada, não há como voltar atrás, não se reduz a área ou a classificação. Esse princípio está emergindo em vários países, está começando a ser aceito. Parece-me que isso é um aspecto importante dos ODS no geral, não só para os números 14 e 15, com mares e áreas terrestres, mas para cada uma das áreas do desenvolvimento sustentável – pobreza, saúde, etc.

Então, parece-me que temos que pensar sobre essa questão de erosão – a erosão da legislação, através de elementos mais conservadores nos governos, voltando atrás com o que foi entregue de início. Podemos falar, particularmente em termos de direitos humanos – uma das coisas de que eu queria falar –, é que, quando pensamos em metas de desenvolvimento sustentável, cada um desses objetivos se relacionam de um jeito ou de outro, a direitos humanos: o direito à vida, o direito à saúde, o direito à comida, o direito à segurança alimentar, à água, etc. Esses são todos aspectos fundamentais dos objetivos de desenvolvimento sustentável e precisam ser conhecidos como tal.

Portanto, em muitos países, pode-se basear a legislação para o arcabouço legal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em obrigações de direitos humanos.

Então, só para resumir: claramente, áreas protegidas são reconhecidas como uma parte importante da Meta de Desenvolvimento Sustentável nº 15 e, até de certo ponto, da nº 14. E, também, as áreas protegidas estão se expandindo. E, ainda, atendendo aos Objetivos, existe, claramente, um papel substancial para o Direito Ambiental na declaração, proteção e gestão de áreas protegidas. Contudo, eu também preciso dizer que, em muitos países, ainda temos problemas de grande porte em termos de proteção dessas áreas, porque a lei é muito fraca ou, se é forte, não é implementada de forma adequada.

Então, o que eu diria é que todos os ODS precisam ser estruturados em leis até o ponto possível. Precisamos pensar também que todos os ODS não estão sujeitos à proteção legal ou precisam ser implementados por lei, bem como precisam estar sujeitos ao princípio de não regressão.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Queria agradecer ao Professor Ben Boer.

É um privilégio para todos nós termos aqui a apresentação das suas preocupações e das suas reflexões.

Dando sequência, para a conclusão do painel, nós tínhamos aqui a previsão de que, se alguns dos presentes tiver interesse em...

Deputado Sarney Filho, ex-Ministro, com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, sei que estamos com o horário um pouco avançado – e eu vou dividir a Presidência da próxima sessão com a Senadora Vanessa –, mas o assunto para o qual eu pedi a palavra agora diz respeito paralelamente àquilo que está se discutindo aqui. Então, bem rapidamente, Ministro Herman Benjamin... Depois, eu vou ter a oportunidade de me referir a V. Exª com mais detalhe e com mais vagar, para reconhecer os serviços que V. Exª tem prestado aos brasileiros, não só na questão da sustentabilidade, mas também na questão dos direitos do consumidor.

Mas nós estamos vivendo, Presidente, um momento muito difícil no Parlamento. É um momento em que, por mais paradoxal que seja, enquanto a sociedade sofre, como estamos vendo em São Paulo, problemas decorrentes já da questão climática, da questão ambiental, o Parlamento brasileiro, na sua grande parte, caminha na contramão da história.

Agora, ainda anteontem, nós tivemos uma reunião para discutir uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 215, que retira a possibilidade de o Estado criar unidades de conservação, áreas quilombolas e reservas indígenas. Ali, depois de muita discussão, eles, estrategicamente, retiraram a questão das unidades de conservação e das áreas quilombolas, deixando só as reservas indígenas; e deram um golpe na Comissão, lendo o parecer e pedindo vista do parecer, e, ao que tudo indica, nesta quarta-feira, a bancada ruralista do Congresso Nacional irá querer tratorar, usar do seu poder de fogo aqui, que é desproporcional à representação da sociedade brasileira... E esta é outra questão muito mais profunda que, talvez, nós tenhamos de discutir.

Todavia, este é um momento importante, até porque, Professor Boer, aqui no Brasil, a gente não conta as reservas indígenas como unidades de conservação, quando, na realidade, elas são grandes áreas de conservação, e áreas de conservação com humanos morando, o que é muito melhor até, pois há uma integração completa nessas áreas.

Então, nós estamos correndo o risco de perdermos a oportunidade de criar novas ´áreas e, seguramente, com a competência passando, como eles querem, para o Congresso, que é desaparelhado para fazer esse tipo de averiguação – nós temos um órgão especializado no tema, que é a Funai –, certamente, nós teremos uma diminuição dessas áreas e poderemos acabar, de uma vez por todas, com toda a política indigenista do Brasil, já que, infelizmente, o próximo Congresso eleito, segundo todas as análises, é ainda mais conservador do que este no que diz respeito às questões socioambientais.

A bancada ruralista aumentou, e a já pequena bancada ambientalista e dos direitos humanos diminuiu.

Portanto, Presidente, bem rapidamente, estão aqui presentes representantes da articulação dos povos indígenas do Brasil Anastácio Peralta Kaiowá e Paulino Montejo. Eles querem entregar um documento, e acho que este é um fórum adequado para que esse documento seja entregue. Peço a V. Exª permissão para que eles possam entregá-lo. (*Pausa.*)

O SR. ANASTÁCIO PERALTA KAIOWÁ – Bom dia, quero agradecer os Senadores e os aqui presentes. É muito importante esse debate. Dois sofrimentos temos em nosso País: a natureza e os povos que viviam na natureza, que somos nós, os indígenas. Estamos sofrendo essa ameaça, quase um genocídio. Quero pedir a vocês, autoridades competentes, que nos ajudem, porque a PEC 215 não vem prejudicar apenas os indígenas, mas também a sociedade brasileira. Então, precisamos ter uma posição política, porque muitos Parlamentares não têm compromisso com seu Pais. Então, precisamos fazer essa frente e impedir essa PEC e outros PLs que vêm vindo aí, para termos um País de igualdade social em que todos possam viver. Muito obrigado (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega do documento.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Deputado Sarney Filho, V. Exª estava com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Era só para isso. No momento oportuno, quando eu assumir a Presidência dos trabalhos, terei o maior prazer em me alongar em determinados temas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem.

Estamos com atraso, e eu queria dar o seguinte encaminhamento: os temas são correlatos, poderíamos deixar o debate para o momento final, depois de ouvirmos as demais exposições. Assim, ganharíamos tempo. Eu mesmo gostaria de fazer um questionamento ao Prof. Ben Boer, mas acho que o mais adequado é seguirmos com a próxima Mesa. Então, agradeço a presença dos palestrantes pelas exposições feitas. Tenho que desfazer esse painel. Chamo o Deputado Sarney Filho para presidir. Trata-se de uma maneira simbólica de termos aqui a Câmara dos Deputados também representada. Assim, ele poderá montar a Mesa do próximo painel. Agradeço a todos e comunico que sigo na reunião.

Passo, então a Presidência para o Deputado Sarney Filho, ex-Ministro do Meio Ambiente, para que ele possa conduzir esse próximo painel.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Estamos retornando ao 2º Painel agora – não vamos perder tempo – que será sobre Agenda Ambiental e Jurídica dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação.

Convido os seguinte debatedores a compor a Mesa:

Tomme Young – Pesquisadora e consultora Internacional, biodiversidade, acesso e divisão de benefícios;

Owen McIntyre – Professor da Faculdade de Direito da University College Cork, Irlanda;

Carl Bruch – Pesquisador do Environmental Law Institute, Washington em ODSs em

Regiões Pós-Conflito;

Ian Hannam – Pesquisador, degradação do solo, desertificação.

Informo aos senhores convidados... (*Pausa.*)

Informo aos expositores que terão até dez minutos para fazerem a sua exposição.

Concedo a palavra à Senhora Tomme Young.

A SRª TOMME YOUNG (Tradução simultânea.) – Pediram-me que falasse sobre biodiversidade e acesso ao compartilhamento de benefícios em relação aos objetivos sustentáveis do milênio, do desenvolvimento sustentável. A questão que tem que ser levantada, de acordo com os palestrantes anteriores é que, em 1992... (*Pausa.*)

A questão que tem que ser enfatizada é que, em 1999, e nas Cúpulas anteriores, de 1997 e 1972, a questão mais importante era fazer com que todos os países se comprometessem com objetivos ambientais críticos e reconhecer a importância das questões do desenvolvimento da sustentabilidade.

Em 2015, a questão não é mais essa, e isso foi muito bem afirmado pelos membros do 1º Painel. O que estamos olhando agora é a implementação. É uma questão muito mais complexa, como vimos. Saímos de oito objetivos do milênio para um número bem maior. Então, o crescimento deste processo e a extensão do trabalho de todos com esses objetivos é algo não apenas complexo, mas bem exemplificado pelo que tem acontecido no mundo da biodiversidade.

Então, vamos falar um pouco sobre a biodiversidade. Vou falar de um assunto mais amplo e depois um assunto mais específico, que eu acho que é muito importante em muitos países, inclusive o Brasil: é o acesso, o compartilhamento de acesso e benefício sobre a convenção da biodiversidade biológica. Finalmente, veremos as metas do desenvolvimento sustentável que tratam dessas questões.

Vocês já sabem sobre tudo isso, mas vamos começar com um breve exame do que é a biodiversidade. É realmente uma combinação do biológico com a diversidade.

A questão importante para todos nós, que olhamos a implementação, é o que está incluído no aspecto biológico da biodiversidade: são as plantas, animais, micróbios, ecossistemas, seres humanos, o produto da atividade humana e ecossistemas também, além dos seres humanos e produtos da atividade humana.

Então, vamos ver um exemplo tanto do ser humano e do ecossistema. Essa é uma velha piada, mas tenho que usá-la mais uma vez. Quando faleceu Bob Marley, descobriu-se que existiam 26 espécies de micróbios, pequenos animais, insetos no seu cabelo. Ele era um ser humano que também era um ecossistema.

Também são evidências de por que a biodiversidade foi simples de adotar em 1992, como uma questão de compromisso, mas é muito difícil lidar com isso hoje como uma questão de implementação, porque não podemos tratar os seres humanos e as questões ligadas a eles com as mesmas leis com as quais tratamos os ecossistemas. Não podemos tratar Bob Marley como ecossistema, mas como uma pessoa. Temos que escrever leis que tratem as questões e também vários valores da diversidade biológica, o valor econômico, o valor de pesquisa, o valor cultural e médico, ecológico, valores intrínsecos, como Ben falou, das áreas protegidas, valores estéticos. Há muitos outros valores que reconhecemos sociais e do bem-estar humano, que também são importantes quando falamos de biodiversidade.

Isso leva a uma questão muito importante: que diversidade protegemos? Noé e a arca estão perguntando: "ah, nós temos que levar os cupins, a arca é de madeira, não dá para deixá-los eles para trás?" Mas eles são parte do ecossistema, são uma espécie, nós os protegemos e nunca percebemos, até que seja tarde demais, que uma espécie é importante, que a perda de uma espécie afeta todos nós.

Vou voltar atrás um pouquinho. Quando vemos a biodiversidade falamos da conservação da biodiversidade, do uso sustentável, desenvolvimento sustentável da biodiversidade, mas também da necessidade, na implementação, de criar algum tipo de incentivo, algum mecanismo através do qual todo esse desenvolvimento sustentável e conservação sejam vistos como um benefício às pessoas que fazem um trabalho. Por que o fariam se não os beneficiassem?

No passado, a CDB (Convenção da Diversidade Biológica) tinha um tema que era "A biodiversidade é prosperidade". Então, um aspecto da convenção sobre a diversidade biológica é a questão do compartilhamento do acesso a benefícios, e a intenção é que isso seja um exemplo do princípio de que a biodiversidade é ou pode ser prosperidade.

Um efeito de ter uma grande diversidade, como o Brasil tem, pode ser algo muito positivo para todos nós.

Vejamos a ABS. Possivelmente vocês já conhecem a ABS, mas vou dar uma descrição bem básica. Tem tudo a ver com a os chamados recursos genéticos. Nós sabemos que a definição de diversidade biológica é muito ampla. A definição de recursos genéticos também é extremamente ampla e essa definição determina que qualquer coisa que tenha DNA, ou seja, qualquer coisa viva praticamente é potencialmente recurso genético, e nós usamos esses recursos de maneira especial. Nós estudamos para encontrar maneiras que possam ser usadas sem necessariamente tomá-los em grandes quantidades. Não temos que colher todos os lírios do Brasil se houver um lírio que tenha uma propriedade genética que possa ser usada em cosméticos, em farmacêuticos. Isso significa que preservar todos os lírios ainda é importante, mas pode ser obtido o benefício sem tirar todos eles, sem começar uma transação nacional, comercial aqui no Brasil.

Então, há vinte e poucos anos, muitos países estavam dizendo: se vocês estão usando a nossa diversidade genética, estão se beneficiando da nossa conservação e da sustentabilidade desses recursos, porque não devemos ter alguns benefícios.

Então, a ABS tem tudo a ver com a questão de como a nossa conservação que resulta em benefício para o usuário pode ser reconhecida na nossa própria vida. A ABS começa com um provedor que é basicamente a pessoa ou o país onde existe o recurso genético, e esse provedor diz a um usuário, uma empresa, ou um país que queira envolver-se na pesquisa do desenvolvimento e talvez criar um produto: "você pode ter acesso a nossos recursos genéticos, você pode utilizá-los dessa maneira, na condição de que, quando você realizar essa pesquisa e fizer essa analise, o desenvolvimento, essa pesquisa e obter um benefício com essa pesquisa genética, você compartilha esse benefício conosco em algum nível."

O benefício pode ser financeiro, pode-se estar vendendo um produto, mas também pode ser a informação, pode ser também a boa vontade de saber que esse produto vem de um grupo tradicional, conhecimento que tem sido preservado ao longo dos séculos por um povo nativo. Esses são benefícios que têm que ser compartilhados de alguma maneira por um provedor original, e a ABS enfoca isto, esse compartilhamento de benefícios. Mas isso é só um problema.

Há muitos problemas com a ABS. Há 25 anos estamos tentando ver como fazer isso. E agora vemos um mundo focado na implementação, e uma das grandes perguntas que as pessoas fazem sobre a ABS, ou seja, sobre o compartilhamento do bem, o acesso e divisão de benefícios é: por que vocês têm essa preocupação, por que é um problema? E nós podemos dizer: Bem, há muitos lírios maravilhosos no Brasil, mas há grupos deles que compartilham o mesmo material genético. Se eu tenho um e o Ministro Benjamin tem outro, qual de nós pode ser o provedor? Qual de nós pode obter o benefício de compartilhar esse recurso para que alguém possa usar o material genético, já que o material genético do meu lírio é o mesmo do material genético do Ministro Benjamin. Então, temos que descobrir quem é o beneficiário. Esse é um grande problema.

O segundo problema é que, em 25 anos de negociações internacionais, o conceito de compartilhamento de acesso e benefício, especialmente o conceito de como vai ocorrer o compartilhamento, é ambíguo no nível internacional. Então, se você está lidando com um usuário de país estrangeiro, não dá para saber realmente o que esse usuário espera e o que vai fazer em resposta às obrigações de compartilhamento de acesso e benefícios. É muito difícil!

E, como consequência de tudo isso, muitos países...O Brasil tem uma legislação maravilhosa de ABS, mas encontraremos muitos desafios nisso. E agora o maior desafio é descobrir como lidar com novas mudanças no nível internacional, que criam mais ambiguidades, mas também mais obrigações .

Então, é muito difícil! Tudo no ABS, no nível de implementação nacional é muito difícil, mas também por esse motivo é uma enorme oportunidade

Quase duzentos países comprometeram-se com as obrigações de compartilhamento de acesso e benefício nas metas de desenvolvimento, mas não sabem como fazer isso. Se o Brasil, a China e a Índia, os grandes países em desenvolvimento, podem fazer o ABS funcionar, duzentos países vão ter que admitir que isso pode ser feito e vão aderir a isso. Mas o que há de bom é que o Brasil, a China e a Índia podem fazer essa implementação em seu próprio nível, no nível internacional, podem criar os seus próprios equilíbrios das necessidades dos usuários dos provedores. Não têm que deixar isso para a negociação internacional porque essas negociações proverão algo tão ambíguo que cada país pode decidir o que fazer. E isso é uma enorme oportunidade.

Que tipo de oportunidade? Não uma oportunidade de chegar a grandes benefícios macroeconômicos, mas de prover benefícios menores no nível comunitário. É uma coisa maravilhosa, uma nova espécie de fer-

ramenta financeira, uma nova maneira de interação entre os países, e pode ser um mecanismo muito valioso para promover a conservação, o bem-estar social e a convivência.

Já falamos dos ODS, e a intenção é que eles sejam poucos, mensuráveis, com muitas outras qualidades. Era muito difícil fazer isso quando estávamos falando de implementação, ao invés de compromisso.

É fácil comprometer-se com a preservação de toda a biodiversidade, mas, para implementar isso, tem que ter 10 tipos de leis diferentes.

Os ODS mais importantes em relação aos ABS são a segunda, o fim da fome, segurança nutricional, a promoção da agricultura sustentável. Isso inclui muita atenção aos tipos de benefícios que podem ser compartilhados e desenvolver esses benefícios.

A Meta nº 15, já discutida por Ben, tem um alvo 15.6, que fala da divisão equitativa de benefícios. Isso é o ABS, e também a promoção de acesso adequado aos recursos. Isso é, especificamente, a implementação do ABS. Não havia nada assim nos ODM. É muito importante, é muito difícil ter isso como um alvo internacional. Realmente, é um marco importantíssimo para todos os países.

Finalmente, a meta, que já foi mencionada: a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas está ligada, de forma muito importante, ao ABS da biodiversidade e todas essas importantes, porque, como o Ben disse, nós precisamos de toda a gama de biodiversidade. Temos que planejar e usar de maneira muito importante para as sociedades terem o benefício e a riqueza que lhes permitam ser pacíficas, inclusivas, com acesso à justiça para todos. Sem isso, a sociedade desmorona. Essa é uma qualidade muito importante e isso é reconhecido nos alvos e nos meios implementação da Meta nº 16.

Isso é o que eu tinha a dizer.

Obrigada. (*Palmas.*)

Se eu puder dizer mais uma coisa, é importante pensar fora da caixa. Se não pudermos encontrar nada para dar para os seus bodes que estão no chão, então coloque-os numa árvore.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professora Young.

Quero até comunicar à Casa que nós estamos, exatamente nessas duas últimas semanas, discutindo a lei de acesso à biodiversidade.

No Brasil, a grande discussão não é propriamente sobre quem detém os direitos sobre a nossa biodiversidade. Isso é pacífico, é a União. O que nós discutimos é justamente a repartição dos benefícios: como fazer, como ter acesso. A lei está sendo discutida.

Queriam, também, fazer uma votação muito rápida e nós pedimos cautela nisso. A comunidade científica ainda vai se pronunciar. Espero que também a comunidade jurídica se pronuncie. Esse é um assunto sobre o qual nós não tínhamos tido a oportunidade de conversar com os nossos parceiros nessa área jurídica da sustentabilidade.

Bem, dando sequência, então, vamos ouvir, agora, o Sr. Owen McIntyre.

O SR. OWEN MCINTYRE (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra falar a uma plateia tão prestigiosa.

Nós todos nos damos conta de que os ODS não são vinculantes legalmente, mas não podemos entender errado sobre a interpretação e a aplicação do direito. Eu quero focar no direito de águas e como isso é influenciado por seu contexto social e político. Isso é verdade, claro, no direito nacional e, mais ainda, no direito internacional.

Por outro lado, princípios de direito da água estão evoluindo de forma muito rápida nos últimos anos e são vitais para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Eu quero brevemente falar sobre as possibilidades da adoção da indenização dos ODS para o desenvolvimento contínuo do direito nacional e internacional a respeito de águas.

Primeiramente, para dar um panorama, eu quero olhar esse relacionamento entre os ODS e o direito nacional e internacional de água e olhar brevemente o processo para o desenvolvimento e adoção dos ODS, embora o Dr. Mauro Mottin tenha feito isso muito bem anteriormente. Eu vou olhar brevemente os textos atuais dos ODS para as previsões que têm a ver com água e descrever brevemente os efeitos para o direito internacional e nacional sobre águas.

Primeiramente, a abordagem adotada com respeito aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) é considerada um sucesso. Nem todos os objetivos foram alcançados, mas foi um sucesso em identificar metas ambiciosas, mas viáveis do desenvolvimento sustentável, principalmente para a água. Isso são metas não vinculantes, mas representam um compromisso político. E nós não devemos subestimar a importância de um forte compromisso político para as metas e valores que são inerentes no direito internacional à água. É claro que os Estados também têm um incentivo político para tentar alcançar essas metas.

Os ODS e, antes disso, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram apoiadas por normas crescentemente vinculantes do direito nacional e internacional. Um exemplo: com a adoção dos MDG em 2000, o discurso acelerou para a tese do direito humano sobre a água, o Comitê das Nações Unidas adotou um documento seminal sobre o direito humano à água dois anos após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. E quando vemos os argumentos em prol de explicar o direito humano sobre a água, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estão regularmente citadas para a fundamentação política. Isso nos fala sobre o efeito disso; e isso pode ser um catalizador para o desenvolvimento, tanto o desenvolvimento e reformas de tratados e legislação, mas também a interpretação e elaboração contínua da legislação nacional, diretrizes e normas.

Para olhar brevemente o processo de adoção dos ODS, temos que o processo começou com a adoção do documento *O Futuro que Nós Queremos*, que adveio do processo do Rio+20, em 2012. Nesse documento, a água foi reconhecida como essencial, vital para o desenvolvimento sustentável, mas a questão permanece sobre se a água deveria ter objetivo separado ou, devido à sua natureza transversal, se a água seria inerente às outras metas. Eu acho muito importante que a água tenha seu próprio objetivo.

O processo para elaborar os ODS é muito importante, porque é muito inclusiva, e eu sei que o Dr. Mottin destacou isso. Há dois fluxos de trabalho antes de sua adoção: um liderado pelo Secretário-Geral da ONU; e outro, pelo grupo de trabalho aberto sobre os ODS. Os ODS serão adotadas por uma resolução da Assembleia Geral da ONU em 2015 e, depois de 2015, o processo envolve a implementação, fiscalização, disseminação, conscientização etc.

Olhando brevemente os dois fluxos de trabalho – e faço isso para salientar quão inclusivo e consultivo e amplo o processo foi.

O fluxo de trabalho do Secretário-Geral da ONU é assessorado por vários comitês de assessoramento técnico, e foi o comitê de assessores sobre água e saneamento que conseguiu implementar um ODS acerca de água e saneamento; porém, vários outros órgãos têm contribuído para o processo.

As soluções para o desenvolvimento sustentável, o acordo global da ONU, trazendo o *feedback* do setor privado, teve várias consultas, geralmente pela Internet, no processo *My World* e, pelo menos mais 22 processos de consultas de atores nacionais, isso foi um processo bastante amplo e inclusivo que não é comum no direito internacional, onde, por sua vez, o grupo de trabalho aberto parece mais tradicional.

Trinta e um Estados-membros da ONU lideraram esse processo, mas, na verdade, são muitos mais, uma vez que eles compartilham as vagas. Então, mais de 70 Estados estão participando por vez. Assim, são muitos mais além dos 30 Estados-membros, e também ONGs, com *status* de consultores, que também são convidados a participar. Então, mais uma vez, um processo amplo, inclusivo e consultivo. Isso é muito importante para a legitimidade dos objetivos que, por sua vez, são importantes por sua relevância política.

As metas são: assegurar a disponibilidade de água e saneamento para todos – esse é o texto de julho/2014. Meta 6.6: até 2020, preservar aquíferos, rios, lagos e montanhas. Meta 6.3: até 2030, reduzir poluição, química particularmente. Meta 6.4: até 2030, alcançar retiradas sustentáveis, eficiência do uso da água. E a Meta 6.5: até 2030, gerenciamento de recursos hídricos em todos os níveis. Essas são as metas legalmente relevantes que advêm disso, mas água e saneamento são transversais para muitas das outras metas, como, por exemplo, de fome, pobreza, saúde, educação, particularmente a educação de meninas – Meta 5: igualdade de gêneros –, em ecossistemas, energia; Enfim, água é central para todos esses.

Se olharmos as metas legalmente relevantes – as metas que advém disso: água e saneamento básico para todos –, isso é refletido no discurso do direito humano sobre a a água e saneamento nesse documento de 2002 do Comitê para Direitos Sociais e Culturais, mas o que esse processo vai adicionar? E o Dr. Mottin se referiu aos quase 200 indicadores. Isso vai ajudar a definir exatamente o que são os direitos humanos e as obrigações dos Estados nesses contextos, e, por sua vez, isso ajudará a fundamentar os direitos que são descritos de forma muito vaga, abstrata, ou seja, os direitos das pessoas em direito internacional.

Direito internacional sobre a água tem uma posição para os direitos vitais humanos. Isso reflete os valores sobre que fundamental o discurso de direitos humanos sobre a água, da Convenção das Hidrovias das Nações Unidas. Isso é uma indicação grandemente de princípios que são vinculantes de Estados que não são partes dessa convenção.

A convenção não é aceitada universalmente. Eu entendo isso. Se olharmos o uso sustentável da água, veremos que isso, novamente, reflete a conscientização do direito internacional à água. Há crescente requerimento de proteção ambiental, mas usar o termo sustentável também traz princípios como igualdade intrageracional e intergeracional, igualdade entre comunidades com diferentes capacidades e, é claro, a preservação, em longo prazo, dos recursos e conceitos, tais como: os de gestão integrada e gestão conjunta de aquíferos terrestres e abaixo do solo.

E vemos isso em muitos controles comuns em nível nacional, controles ambientais de atividades de extração, controles ecológicos de comércio de água. Em Direito Internacional, vemos isso refletido nos princípios de utilização sustentável, no art. 5º da Convenção do Uso...

(Soa a campainha.)

O SR. OWEN MCINTYRE (Tradução simultânea.) – ... das Águas das Nações Unidas, com a inclusão de requerimentos de conservação e eficiência como fatores relevantes para o princípio de uso igualitário e razoável.

Proteção de ecossistemas. Vimos uma mudança radical de paradigma no Direito nacional e Internacional de águas. Mudanças extraordinárias. É muito comum no Direito Internacional haver requerimentos mínimos de fluxo ecológico, estabelecimento de uma reserva hídrica para ecossistemas, manutenção de sistemas, esquemas de pagamento para usuários, requerimentos de fluxos internacionais, compartilhamento de benefícios e outros padrões de qualidade em nível internacional.

Governança participativa de água. Isso é uma revolução muito grande acontecendo aqui, com Direito Internacional, água provendo engajamento e participação de diferentes comunidades. Isso é inerente ao discurso de direitos humanos para a água e proteção de comunidades indígenas e refletida novamente em nível internacional. O direito citado em nível internacional tem a ver geralmente com os direitos processuais que não têm a ver estritamente falando com água, cooperação transfronteiriça em águas.

Para concluir, os ODS proveem um compromisso universal dos Estados-membros para implementar valores progressivos no direito à água. Também incorporam preocupações e pontos de vista de vários envolvidos, principalmente os não governamentais, melhora a legitimidade desses direitos, principalmente os princípios mais progressivos. Isso provê a possibilidade de uma transformação em direito, principalmente direito de água.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Agora vamos passar a palavra ao Sr. Carl Bruch, pesquisador de desenvolvimento sustentável do Law Institute of Washington.

V. Sª dispõe de 10 minutos.

Por favor.

O SR. CARL BRUCH (Tradução simultânea.) – Eu vou falar sobre o papel e a importância dos ODS em contextos após conflitos. Por que vamos disso? Desde o final da Guerra Fria, em 1990, 59 países presenciaram conflitos de maior porte, com mais de mil mortes, e, em inúmeros outros países, houve conflitos menores. Até 2025, 80% das pessoas mais pobres viverão em países afetados por conflitos, e a maioria dos objetivos do milênio não foram alcançados nesses países e em Estados frágeis ou afetados por conflitos. Apenas oito países atendem a essa descrição, atingiram a meta de ter pobreza extrema; seis têm alcançado a meta de acesso à água, e isso é menos de um quarto dos Estados. A maioria dos Estados frágeis que alcançaram uma meta alcançaram uma meta, e as outras sete não foram alcançadas.

De uma perspectiva ambiental, esses Estados também são importantes. Dos 45 Estados que a OCDE categorizou como frágeis, 91 contêm a biodiversidade de importância global ou caminhos hídricos transfronteiriços, petróleo, gás e outros recursos de importância global. Esses são estados importantes, portanto. Também são diferentes.

Uma das razões por que os estados têm tido dificuldade em alcançar as metas do milênio foi que presunções de desenvolvimento não se aplicam da mesma forma em diferentes contextos. Primeiramente, de uma perspectiva de programação, os processos de paz impelem um compromisso de oportunidades políticas, recursos financeiros e a vontade das comunidades. Capacidades são devastadas. Pessoas fugiram, foram mortas, a infraestrutura se foi, não há como fazer valer a lei. A dinâmica é muito diferente, pode mudar muito. As estratégias apenas de sobrevivência que as pessoas adotam minam esses objetivos. As pessoas queimam as árvores para fazer carvão, para comprar comida hoje, porque precisam da comida hoje e, talvez, não estejam aqui daqui a seis meses.

Países afetados por conflitos são caracterizados por uma falta de confiança e insegurança contínua e uma atmosfera de governança enfraquecida. Demandas conflitantes criam novas oportunidades para conflitos e disputas. O que isso significa, sob o aspecto prático? Quando você está trabalhando num país assim, precisa se perguntar como esse esforço contribui para construir a paz. Também precisa conduzir suas operações de forma sensível ou ciente do conflito. Criar pontes, aquíferos ou qualquer melhoria em uma comunidade pode criar conflito com outras comunidades, porque eles podem perguntar: por que nós não recebemos isso? Se o desenvolvimento vai para um grupo étnico, isso pode criar um problema nesse sentido.

É importante reconhecer que o período pós-conflito é uma oportunidade. A guerra cansa as pessoas. As pessoas estão dispostas a fazer concessões. Há recursos humanos e financeiros que estão sendo usados após esse conflito e você tem oportunidade de consertar as coisas. Mas, como qualquer janela de oportunidade, isso

fecha, e o que é feito ou não feito é escrito em pedra. Então, você precisa agir de forma rápida e entender que o que é feito ou não feito permanecerá e você precisa agir com informação imperfeita, informação destruída; você não tem dados sobre as florestas ou recursos hídricos que outros países, muitas vezes, têm.

Os potenciais de ODS em locais depois do conflito são imensos. As Metas do Milênio foram muito bem-sucedidas enfocando a assistência financeira e atenção política. Os ODS têm os mesmos potenciais. Se eles vão realizar esse potencial é algo que falaremos depois.

Agora, pela primeira vez, os ODS reconhecem a importância de paz, segurança e governança como sendo essenciais para o desenvolvimento sustentável. Eu acho que – vários palestrantes mencionaram – existe uma diversidade de pontos de vista que estão sendo trazidos para isso, e eu vou salientar particularmente o processo G7+, que é liderado por estados frágeis em situação de pós-conflito, como a Libéria, o Timor leste e vários outros estados que articularam para si mesmos, em vez de serem impostos por outros países. Eles falam: como é que criamos a resiliência permanente, a estabilidade em estados frágeis?

Um breve comentário: como vocês sabem, o desenvolvimento sustentável tem três pernas, os três elementos chaves que apoiam a sustentabilidade ambiental: dimensões ambientais, sociais e econômicas. Isso, realmente, vai do Rio até o Rio+20.

A guerra foi descrita como desenvolvimento ao contrário. Todos os esforços, o tempo, a disponibilidade política, vidas, gastos em desenvolvimento são apagados em meses ou anos. Mas a comunidade internacional resistiu em falar sobre o impacto da guerra no desenvolvimento ou considerar paz e segurança como sendo um elemento de desenvolvimento sustentável, porque, no nome do bom Deus, não reconhecemos isso.

Política da ONU.

Desenvolvimento é visto como responsabilidade da Assembleia Geral, um órgão muito democrático da ONU. A segurança é responsabilidade do Conselho de Segurança, e os países não querem adicionar o elemento de segurança para o meio ambiente ou desenvolvimento, ou então eles resistiram esforços para incluir paz e segurança como um elemento do desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez, no entanto, começando na Rio+20, paz e segurança foram reconhecidas como elementos-chave de desenvolvimento sustentável; agora temos quatro pernas.

E eu diria que há algumas poucas coisas que foram chaves para esse desenvolvimento. Nós nos demos conta na ONU de que acordos de paz não produziram paz. Forças de manutenção de paz eram boas, mas também não eram suficientes para garantir a paz. A paz precisa ser construída. Em 2005, o Conselho de Segurança estabeleceu a Comissão de Paz da ONU, e, nos últimos anos, houve uma experiência em vários aspectos de segurança e desenvolvimento sustentável, salientarei a liderada pelo Ministro Herman Benjamin, em estabelecer a fundamentação intelectual para isso. Então, não vou falar sobre a maioria desses ODS, há muitos ODS que são relevantes para locais pós-conflitos. Eu diria que todos eles são relevantes. Do aspecto ambiental, são várias. A que quero focar é o ODS 16, que já mencionei, que, pela primeira vez, convoca a promoção de sociedades pacíficas para o desenvolvimento sustentável. Isso é importante. Tentem mensurar isso, tentem criar indicadores, é o que estamos tentando fazer agora. Isso é difícil, e digo que, provavelmente, vamos ter uns indicadores muito fracos aqui, mas, como as metas do milênio foram importantes como o primeiro passo para desenvolver essas metas, os ODS são importantes para descrever o desenvolvimento sustentável como incluindo paz e segurança.

Comentários finais.

Tem tudo a ver com governança, sabemos disso. Também descobrimos que países não querem se abrir para o escrutínio da comunidade internacional. Então, a questão é como montamos os indicadores, e isso vai ser um grande desafio. Mas é um primeiro passo.

Há um comentário, acho que é uma questão muito interessante, de se o número expandido de ODS vai ter o mesmo efeito em gerar recursos ou você vai pegar essa mesma quantidade de fundos e dividir por mais ODS. Acho importante reconhecer a tensão entre os desenvolvimentos, entre simplicidade e abrangência. As metas do milênio foram construídas em cima de uma visão simplificada do mundo e nós deixamos de abordar coisas enormes, mas fizemos progresso nesses poucos pontos. Agora tentamos ter um panorama mais amplo, mais compreensivo do mundo, e a pergunta é se vamos poder mobilizar os recursos políticos e os recursos financeiros nisso. Estamos tentando descobrir jeitos de adaptar abordagens de programação para países em pós-conflito. Há vários instrumentos para isso, que vêm sendo aplicados. O Banco de Desenvolvimento, africano, agora, está trabalhando muito em Estados frágeis de forma diferente, porque reconhece que não pode fazer o desenvolvimento da mesma forma em estados frágeis como em estados não frágeis.

Eu gostaria de concluir dizendo que estive falando sobre o papel dos ODS em estados frágeis... Eu acho que existe uma... Se você inverte isso, tem uma oportunidade aqui de usar essas reformas que acontecem em estados afetados por conflitos para fazer grande progresso, para sobrepujar enormes problemas que existem em outros estados e para construir a sustentabilidade dentro do crescimento pós-conflito... Desenvolvimento.

Com isso, eu gostaria de dizer obrigado... E bastante informação disponível nesse *site* aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professor Carl Bruch, pela sua exposição.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Ian Hannam, pesquisador sobre a degradação do solo, desertificação e ODS.

O SR. IAN HANNAM (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Presidente. É um grande prazer estar aqui hoje.

Nos próximos 10 minutos, aproximadamente, eu quero falar um pouco sobre o tipo de ambiente legal, que precisa existir para atender adequadamente o objetivo do desenvolvimento sustentável, relevante para a degradação do solo e a sustentabilidade do solo.

Nós sabemos que a degradação do solo está espalhada pelo mundo todo e é bastante severa onde há maiores concentrações de seres humanos. É claro que, até aqui no Brasil, no sul e no leste, essas áreas têm uma degradação do solo severa – e muito severa. Mas, nas últimas três décadas, as questões da mudança do clima, a desertificação, a seca, a biodegradação têm se tornado cada vez mais ligadas e intensificadas.

A biodiversidade e a mudança do clima têm tido uma grande atenção da lei internacional ambiental, mas o solo é a base da biodiversidade terrestre e, até recentemente, foi muito ignorado. O solo requer o mesmo nível de atenção que a biodiversidade e a mudança do clima têm.

Todos sabemos que o solo tem limitações ecológicas e que há cada vez mais desequilíbrio na produção de alimentos, devido às diferentes taxas de desertificação e de degradação do solo no mundo. Mas, no contexto da segurança alimentar, isso teve um foco adicional com a nomeação, em 2014, do relator especial da ONU sobre o direito à alimentação.

Quanto ao estado do solo, nos preâmbulos da Convenção de Mudança do Clima e de Biodiversidade, tanto a mudança do clima e a biodiversidade são tratados como questões de preocupação conjunta da humanidade, mas isso não inclui a desertificação. Então, no nível internacional e nacional, o solo tem que ser melhor entendido da perspectiva dos direitos humanos, demografia, pobreza, saúde, globalização, conflito e governança dos solos – e ouvimos muito sobre isso já esta manhã.

Um dos papéis principais da lei ambiental, do Direito Ambiental, é encorajar a mudança do comportamento para melhorar a condição do ambiente. As pesquisas sobre o Direito Ambiental do solo, desde o ano 2000, pela comissão da ONU sobre a lei ambiental indicam que os tratados internacionais não cobrem bem a questão do solo e que a legislação nacional também é inadequada, de modo geral.

Em 2014, essa comissão produziu um guia genérico para ajudar os países a desenvolverem legislação para uso sustentável do solo. Então, muitas dessas questões, que eu já mencionei, têm se tornado parte da discussão sobre a formulação das metas de desenvolvimento sustentável da ONU que, como resultado da Convenção Rio+20 irão substituir as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

E isso cria um grande desafio para assegurar que os objetivos do desenvolvimento sustentável realmente tenham o que é necessário para uma implementação bem sucedida.

Na questão da degradação do solo sustentável é indicado que é necessário tomar passos corajosos para a frente urgentemente. As ODS devem convergir com a agenda de desenvolvimento pós 2015, já ouvimos sobre isso esta manhã, mas o importante é que no documento de resultado da Rio+20, parágrafos enfocavam seca, desertificação e desgaste do solo. Esses três parágrafos são refletidos nas ODS 15, que já foram bastante cobertas hoje pela manhã.

Então, os desafios-chave para a melhora dos marcos legais para o solo incluem como exemplo os padrões desiguais de consumo, a migração involuntária de pessoas de áreas improdutivas para áreas de proteção ecológica e áreas de maior progresso econômico. Esses objetivos é claro que aumentam a vulnerabilidade.

Em relação aos instrumentos legais existentes vinculantes nós encontramos muitas ineficiências no que se refere a um marco adequado para o solo. E, portanto, estamos longe de incluir a gama de elementos legais de que o solo necessita.

Os instrumentos não vinculantes internacionais geralmente incluem um material conceitual, que é relevante hoje em dia, e há alguns instrumentos vinculantes regionais que têm artigos específicos para o solo, além de outros artigos que podem apoiar os objetivos dos solos sustentáveis.

Então os tipos de opções que estão disponíveis para melhorar o meio jurídico incluem um tratado específico quanto aos elementos específicos para o solo. Um tratado marco, identificando os tratados existentes e ligamos através de um instrumento vinculante, e um tratado de protocolos especificamente para o solo.

Agora comentários sobre três dos acordos multilaterais existentes. A convenção de mudança do clima reconhece o papel dos ecossistemas terrestres como um escoadouro. E as mudanças na atividade agrícola têm uma grande relevância, os objetivos do desenvolvimento sustentável.

As partes da convenção têm obrigação de proferir medidas nacionais de mitigação para proteger esses escoadouros de carbono. O art. 2 do Protocolo de Kyoto encoraja as partes a promoverem medidas para pro-

teger essas áreas. E nós sabemos que o protocolo está sob discussão, mas recentemente nas últimas semanas, em Lima, de Paris, em 2015, é claro, a convenção de uso biológico é muito relevante para os solos. Sabemos que a degradação do solo reduz a biodiversidade. O art. 16 mostra obrigações para preparar estratégias para conservar a biodiversidade e essas estratégias podem criar ligações importantes sobre a conservação da biodiversidade, ligada à conservação do solo, que então afetará a mudança do clima.

Dois instrumentos importantes ligados à convenção da biodiversidade incluem a convenção sobre conservação do solo e biodiversidade e o plano estratégico de biodiversidade de 2011 a 2020.

Chegando à convenção de desertificação, o mecanismo principal de tomada de decisão da UNCCD é muito relevante aos solos, particularmente no desenvolvimento de programas de ação nacionais, provendo um veículo de estratégias para gestão do solo; e o plano estratégico de dez anos, que oferece um bom marco para implementar programas detalhados.

Uma maneira adequada de implementar estratégias sustentáveis do solo seria através de um protocolo para a Convenção de Desertificação. Mas, neste momento, não há uma previsão de protocolo na Convenção como tal. Mas, sobre o art. 30, isso pode prover emendas que podem ser realizadas para a Convenção.

Talvez a coisa mais interessante que ocorreu em relação a como os ODS vão se relacionar com a degradação do solo e da terra está no conceito introduzido recentemente de degradação zero líquida, que apareceu na Rio+20, definindo que a neutralidade da degradação da terra ocorre quando, em certo ecossistema, ou globalmente, a área de terra produtiva, ou seja, do uso sustentável da terra continua estável ou aumenta.

O Secretário propôs um protocolo sobre a degradação da terra que poderia facilitar vários itens que estavam incluídos na política de maio de 2012.

Especialmente em relação à degradação zero da terra, um acréscimo a essa Convenção poderia ser um passo vital para chegar a um mundo neutro em termos de degradação do solo; mas há um acordo que é necessário, uma convenção sustentável para uso do solo para todas as terras.

Quanto ao documento da Rio+20, quatro coisas foram delineadas em relação a protocolos:

– incorporação de instrumentos econômicos emergentes à negociação;

– estabelecimento de alvos para a degradação zero do solo, que é muito importante para a implementação dos ODS;

– implementação de medidas e diretrizes para medidas de degradação zero em níveis nacionais e regionais;

– previsão de marcos legais, diretrizes e modelos para políticas nacionais e subnacionais para promover a degradação zero.

Então, sobre a Convenção, já há previsões para o desenvolvimento de anexos para melhorar a implementação da Convenção, e esses anexos podem ser focados regionalmente... (*Falha na gravação.*) ... gerais em sua aplicação.

Uma abordagem alternativa a um protocolo poderia ser a preparação de um anexo geral, com diretrizes para desenvolver uma legislação para solos. Um anexo geral à Convenção também poderia incluir provisões para implementar o ODS de um mundo neutro em termos de degradação do solo, mais especificamente o que é proposto no ODS nº 15; e também, através desse processo, encorajar os países a promoverem essa meta através de sua legislação e políticas nacionais.

Concluindo, há muitas coisas a levar em consideração. A primeira é o conteúdo e a estrutura ... do solo e seu relacionamento com o ODS nº 15 é o conceito de um protocolo mais realista. Temos que considerar o veículo mais realista, ou seja, pela Convenção de Mudança do Clima e Desertificação, a consideração do anexo geral à Comissão de Desertificação, ou se há outras opções de abordagem.

Mas, em todo esse processo, nós precisamos manter um forte diálogo entre a disciplina legal e as complementares, para assegurar que os aspectos práticos e legais da degradação zero sejam transformados adequadamente através dos ODS.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Professor Ian Hannam.

Estamos nos encaminhando agora já para o final. Assim, conforme havia sido acertado no primeiro painel, gostaríamos de saber se alguém deseja discutir, fazer alguma pergunta, algum esclarecimento. Se por acaso alguém quiser, é importante se identificar, porque nós estamos gravando, não é o caso do Ministro Herman Benjamin.

Alguém mais, além do Ministro Herman Benjamin, deseja usar a palavra para algum esclarecimento, para algum pedido? (*Pausa.*)

Herman, eu preferiria deixar você para falar por último.

Há mais uma pessoa. Então, vamos, pode se identificar, por favor.

V. Sª dispõe de até dois minutos.

A SRª SÔNIA BONE GUAJAJARA – O.k. Bom dia, bom dia à Mesa, obrigada pela palavra. Eu sou a Sônia Guajajara e sou da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Eu fico bem contente de ouvir aqui os palestrantes quando trazem essa perspectiva de se adotar novas medidas para proteção da biodiversidade, para conservação do solo, para mudança de medidas também para o uso da terra. E, aí, eu não consigo ver como se fazer tudo isso desvinculado de se tratar também da garantia dos direitos, porque tudo isso, todas essas medidas só podem ser adotadas se há a garantia dos territórios e a garantia do uso sustentável do meio ambiente.

E, contraditoriamente, aqui no Brasil, tenta-se a todo momento flexibilizar uma legislação para se utilizar esses territórios, que é totalmente contrária a essa adoção de medidas que devem ser tomadas para poder proteger essa biodiversidade e para poder fazer esse uso sustentável do meio ambiente.

A última palestrante falou que outras outras opções de abordagens também podem ser adotadas, além do que ela citou aqui, que são as estratégias para proteger a conservação da biodiversidade e do solo, o protocolo para proteção da desertificação, a neutralidade da degradação da terra e o estabelecimento de medidas para promover a degradação zero. E eu só quero sugerir aqui, propor, que nós, povos indígenas, temos a proposta de dizer como se promover a degradação zero. E para nós, essa medida é, dentre essas outras abordagens, a de se estabelecer também nessas novas propostas a garantia dos territórios indígenas. Uma delas é garantir os territórios já demarcados e retomar o processo de demarcação de novas terras, porque assim, sim, nós teremos aqui uma forma de garantir a degradação zero. E a PEC nº 215 e a regulamentação do art. 231 da Constituição, que está aqui neste Senado, vão totalmente na contramão do que está sendo colocado aqui como medida para se adotar um desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho) – Importante esse depoimento.

A Senadora Vanessa, que ainda não vai assumir a Presidência neste momento, tem só uma informação a esse respeito para passar aqui para vocês da comunidade indígena, das lideranças indígenas, bem rapidamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero cumprimentar todos e todas e lamentar que não pude ter participado durante a manhã da reunião porque eu estava aqui ao lado coordenando outra reunião. Eu quero não só cumprimentar, saudar, mas, ao mesmo tempo, agradecer a iniciativa do Ministro Herman Benjamin, que traz pessoas tão qualificadas, que vêm do mundo inteiro, para nos ajudar nesse debate tão importante para todos. E o Ministro Herman Benjamin, dessa forma, ajuda muito na condução da política em âmbito nacional. Nós, que somos um país de grande protagonismo nessa questão, também convivemos com problemas gravíssimos.

Antes, Deputado Sarney, de falar sobre esse assunto, eu quero dizer que o exemplo do problema de que mudanças climáticas, de que o problema ambiental atinge a todos, inclusive os países que têm aparentemente melhores condições, como é o caso do Brasil, é o fato de que, apesar de nós sermos possuidores da maior reserva de água de superfície do Planeta, a gente vive, na região mais populosa do Brasil, um problema gravíssimo de falta de água e com perspectivas não muito positivas.

A região metropolitana de São Paulo, a região mais populosa, que tem mais de 30 milhões de habitantes aproximadamente, tem um problema grave de abastecimento de água, ou seja, hoje nós falamos em aqueduto, não só em outros países do mundo, mas inclusive em território, porque apesar de termos essa grande riqueza, não está distribuída geograficamente de forma a garantir o direito a todos.

Enfim, temos uma outra questão, um outro problema, que é não só o avanço na conquista dos direitos dos povos tradicionais, como o caso dos povos indígenas, mas da manutenção de direitos já conquistados. No Congresso Nacional, na Câmara principalmente, o debate está na Câmara, vivemos um momento muito delicado, porque há uma tentativa de aprovar um projeto de lei que dificultaria, aliás emenda constitucional, que não só dificultaria a delimitação à demarcação de novas áreas indígenas, mas colocaria em risco as áreas indígenas já demarcadas.

Esse projeto de emenda constitucional é para garantir e tirar do Poder Executivo o poder da demarcação e dar este poder ao Congresso Nacional, o que seria na prática a inviabilização de novas demarcações, visto que o quadro político do Congresso Nacional é adverso à política de respeito aos direitos da minoria.

Só quero dizer que agora faço parte, representando o Senado Federal, são dois Senadores, assim como a Câmara dos Deputados que tem dois Deputados, compondo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, que substituiu um conselho criado há mais de 50 anos, que era o Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana. Esse Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou, na sua primeira reunião que aconteceu ontem, uma moção contrária, de repúdio, a esse projeto de emenda constitucional e aprovou mais que isso, aprovou uma mobilização do próprio Conselho Nacional contrário à aprovação desse projeto. Acho que esse é um passo importante na luta da resistência.

Agora, enquanto resistimos temos que lutar para garantir mais direitos. Então, quero cumprimentar vocês e dizer que graças a pessoas Ministro Herman Benjamin, a pessoas como o Deputado Zequinha Sarney, como vários companheiros do meu Partido e de outros partidos também, que somos minoria, mas que temos conseguido, aliados ao povo, à mobilização popular, garantir a manutenção dos direitos e, até certo ponto, o avanço.

Muito obrigada, Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Nosso Ministro Herman Benjamim, com a palavra.

O SR. ANTONIO HERMAN BENJAMIN – Deputado, queria pedir permissão a V. Exª para dizer algo a respeito da nossa Senadora Vanessa Grazziotin para os nossos convidados estrangeiros, que talvez não conheçam a biografia extraordinária desta grande parlamentar brasileira.

Ela é Senadora – e os Senadores no Brasil têm mandato de oito anos – pelo Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas tem uma área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Para se ter uma ideia, isto significa três vezes o território da França e quatro vezes o território da Alemanha em um único Estado brasileiro.

O mais importante é que o Estado do Amazonas tem quase 90% da sua área com florestas tropicais em pé. Juntamente com o Estado do Acre, do Senador Jorge Viana, constitui nos Estados que conseguiram resistir ao desmatamento impiedoso que ocorreu, nos últimos 40, 50 anos, na Amazônia brasileira, mas também nos outros biomas.

A Senadora Vanessa tem uma trajetória que reputo das mais bonitas, porque no seu portfólio de interesses inclui desde a floresta, a água – e não é à toa que ela mencionou água na sua exposição –, mas, sobretudo, os direitos humanos.

Então, ter, num evento como este, a sua presença é um motivo de grande alegria para todos nós, porque V.Exª, juntamente com o Senador Jorge Viana e o Deputado Sarney Filho, representa – não são os únicos – o que há de melhor no Parlamento brasileiro.

Eu, como admirador de V. Exª, queria dar este depoimento pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Muito bem. Merecido. Merecidamente.

Bem, estamos... Vocês devem ter recebido alguns... Este livrinho, "Uma lei para o mar". Trata-se de um projeto de lei que eu assinei – portanto, formalmente eu sou o autor –, mas foi elaborado pela sociedade civil, pelas ONGs SOS Mata Atlântica, rede de ONGs de proteção da água, enfim, foi discutido durante dois anos e daí surgiu o projeto de lei que assinei e está em tramitação. Seguramente, este projeto foi... Ele está na Comissão de Agricultura, engavetado. Não há motivo por que eles ainda não votaram, acho que é porque eu sou o autor. Da próxima vez... Ano que vem vamos ver se eles colocam outro autor, para que ele possa andar mais celeremente.

É um projeto de lei que está aberto, ainda, às sugestões de todos aqui, inclusive dos professores de Direito Internacional. O Ministro Herman Benjamin tem os contatos devidos e já está autorizado também, dentro desse aspecto jurídico. Se tiverem algumas opiniões, algumas ideias a serem apresentadas, como não vai dar tempo este ano nós vamos reapresentar ano que vem e já podemos incorporar essas ideias no projeto de lei. Estamos inteiramente abertos à discussão e às propostas.

Também gostaria, antes de passar a palavra à Ministra ou à Senadora Vanessa – ninguém sabe, Ministra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Pois é. (*Risos.*)

Gostaria de fazer uma rápida abordagem a respeito do que está ocorrendo agora na COP 20. A notícia que temos é que a grande discussão de fundo, hoje – uma das grandes discussões, talvez a mais importante –, é justamente sobre as responsabilidades.

O Brasil fez uma proposta de diferenciação dentro daquele princípio de responsabilidade diferenciada, já que não somos, historicamente, responsáveis pelas emissões. Essa proposta a princípio foi rejeitada, depois, agora, essa proposta foi reapresentada de maneira que fosse gradual. Não seria mais uma liberação, como é no Protocolo de Kyoto, dos países em desenvolvimento, ao contrário dos países desenvolvidos. Ou seja, acaba essa carta branca aos países em desenvolvimento, aos países pobres, mas faz uma diferenciação, o que eu acho perfeitamente correto. Então, a discussão, hoje, está dentro disso.

Por outro lado, muitas pessoas, Ministro Herman, pensam – e eu sou uma dessas pessoas – que não cabe mais diferenciação. Acho que já estamos no limite de emergência, que países como a China, como o Brasil, que é o sexto maior emissor, não têm que se resguardar atrás de conceitos históricos. Acho que hoje não devemos mais isso. Mas há que haver uma compensação, sim. Essa compensação tem que ser financeira, é lógico. Manter, por exemplo, a Amazônia como um dos biomas que mais presta serviços à humanidade, tem seu custo.

É lógico que o Brasil é beneficiário disso, também, de manter a Amazônia, mas o mundo também é. Esse custo hoje ocorre porque estão tentando avançar nas terras indígenas para fazer mineração, estão tentando

avançar nas unidades de conservação – e algumas já tiveram seu formato modificado, professor. Então, é preciso que a gente realmente tenha uma clareza sobre esse aspecto.

Acho que cada vez mais a sociedade civil internacional e os grupos de pressão – certamente, aqui nós temos um grupo importante de pressão mundial, professores reconhecidamente especialistas nessa área, que têm prestígio grande – podem caminhar e contribuir para que essas questões, que são questões relevantes, sejam resolvidas.

Então, a opinião de muitos aqui é que, ao contrário do que se está pregando, haja metas independentemente da responsabilidade histórica. Nós não estamos mais, Ministro Herman, no momento de discutir detalhes. A emergência climática é uma realidade. É uma realidade que bate na porta de todos os cidadãos do mundo. O Brasil está vivendo isso – a Senadora Vanessa falou. Nós estamos vivendo uma crise ambiental, uma crise climática em São Paulo que não se sabe; se até julho não chover, não haverá água! Enquanto isso, o Brasil tem um discurso ainda – alguns setores do Brasil – atrasado, de exploração do pré-sal; o dinheiro do pré-sal para promover o desenvolvimento do Brasil. Nós não sabemos nem se, daqui a dez anos, o petróleo vai ser permitido pela comunidade internacional, se não vai ser tachado.

Essa série de questões eu acho que não poderíamos estar aqui, em um encontro desses, dessa importância, dentro do Congresso brasileiro, sem registrar. Então, quero fazer este registro.

Quero, em meu nome pessoal e em nome também do Partido e da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso, que eu coordeno, agradecer a presença de todos e dizer que essas contribuições são importantíssimas.

Infelizmente, o nosso Congresso não reflete, de maneira objetiva, de maneira clara, direta, a sociedade brasileira. Aí, de certa maneira, fazendo uma brincadeira, culpo até o Ministro Herman Benjamin, porque foi quando ele começou a fazer cumprir a lei que os ruralistas resolveram ir contra a lei. Porque a lei existia e não era muito cumprida. Quando o Judiciário começou, através de sentenças, a botar os caras para pagar multa, para não ter mais acesso a financiamento, para perder a terra, aí eles resolveram se organizar e vieram flexibilizar o Código Florestal. Agora, estão querendo avançar nas terras indígenas. E, certamente, se a sociedade não se mobilizar, nós não vamos parar por aí.

Passo a Presidência, agora, à nossa Senadora Vanessa, agradecendo, mais uma vez, em nome da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Ambientalista, esse rico encontro de ideias. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Sarney Filho.

Quero, em nome da Comissão de Relações Exteriores, registrar a satisfação, o orgulho de termos realizado esta reunião em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça, representado na figura do nosso queridíssimo, uma das maiores sumidades em meio ambiente do Brasil, que é o Ministro Herman Benjamin. Agradeço a S. Exª por de ter nos propiciado a realização deste colóquio. Repito: é assim que o Ministro não apenas aumenta a sua compreensão, mas contribui com a elevação da contribuição do Parlamento brasileiro e da sociedade brasileira, realizando debates e permitindo o diálogo com pessoas internacionalmente tão importantes e tão reconhecidas nessa área ambiental.

Então, quero, em nome do Presidente da nossa Comissão, Senador Ricardo Ferraço – que não está aqui por que já tinha compromissos no Estado dele, mas tivemos a honrosa presença, até há pouco, do Vice-Presidente do Senado Federal, ex-governador do Estado do Acre, Jorge Viana –, agradecer, em primeiro lugar, ao Ministro Herman Benjamin, que fez, não sei se merecidas, mas referências à minha pessoa. Quero dizer que muito maiores são as referências em relação ao Ministro Herman Benjamin, que, repito, é quem nos orienta, é quem contribui não só para a execução da política ambiental brasileira, mas para a aplicação da política ambiental brasileira. Além de ser um Ministro, uma autoridade importante do Brasil, é um companheiro com quem contamos a qualquer momento. Quando temos problemas a enfrentar no debate e nos faltam argumentos, alguma luz, a gente pega o telefone e liga para o Ministro Herman Benjamin, que está sempre pronto a ajudar todos os Parlamentares brasileiros. E é uma pessoa extremamente respeitada. Quando ele fala, até mesmo os contrários param para ouvir as suas opiniões.

Eu cumprimento o Ministro Herman Benjamin, a quem agradeço pela presença e pela participação.

Eu perguntei, Ministro Herman Benjamin, sobre a relação de quem não estava presente, e apenas uma pessoa foi substituída, o Presidente da Associação dos Juízes Federais, que foi substituído pela Drª Candice, que é Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, o que mostra seu prestígio, Ministro Herman Benjamin.

Quero, então, agradecer a presença da Drª Candice; do Dr. Francisco Gaetani, do Ministério do Meio Ambiente; da Drª Denise Hamu, Coordenadora do Escritório do Pnuma no Brasil; as presenças de Mario Mottin, do Ministério das Relações Exteriores; do Dr. Ben Boer, professor de várias universidades, entre elas, da Austrália e da China; agradecer a presença da Drª Tomme Young; do Dr. Owen McIntyre, que é professor também na Irlanda; a presença de Carl Bruch, pesquisador em Washington, Estados Unidos; assim como a presença de Ian Hannam.

Muito obrigada não só pelas presenças, mas também pela colaboração valiosíssima. Como este colóquio não é a primeira vez que acontece, a gente sempre tem uma publicação, uma publicação que colaborará como orientação para muitos estudos e trabalhos desenvolvidos não só no Parlamento, mas em toda a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que foi este tão importante colóquio internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e vinte e um minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência eventual da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Lídice da Mata, Luiz Henrique, Antonio Aureliano, Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, João Capiberibe, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, e Armando Monteiro. Deixa de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara a abertura dos trabalhos. A Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da PAUTA– 1ª PARTE: Deliberação de Emendas ao PLOA 2015. Reunião destinada à deliberação das emendas–CRE ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Relator das emendas na CRE: Senador Ricardo Ferraço. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu Relatório. Resultam aprovadas as seguintes Emendas de apropriação à despesa: Emenda nº 1 U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON – Nacional, valor R$ 669.000.000,00; Emenda nº 2 U.O. 52.101, Ministério da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR) – Nacional, valor R$ 100.000.000,00; Emenda nº 3 U.O. 35.101, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova – Ministério das Relações Exteriores – Ajuste o Subtítulo – Nacional, valor R$ 50.000.000,00; Emenda de Texto: Emenda nº 4 Ementa: Art. 4 Inciso XXVI Cap. II Seção III, Modalidade: Individual, Tipo de Emenda: Substitutiva, Referência: Artigo 4 Inciso XXVI. Resultado: Aprovada. As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: Deliberativa. **ITEM** 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2013, de autoria do Aloysio Nunes Ferreira, que "Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil." Passa a palavra para o Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório. Às catorze horas e cinquenta e um minutos, passa-se a presidência ao Senador Jorge Viana. É dada a palavra ao Senador Sérgio Petecão que pede vista do PLS 288/2013. O Presidente concede vista coletiva do PLS 288/2013. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quinze horas e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Discussão e votação das emendas desta Comissão, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

A relatoria é do nosso Presidente, Senador Ricardo Ferraço, a quem concedo a palavra, para proferir o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, S. Exª Senadora Ana Amélia.

Passo a relatar, Srª Presidente.

Em atendimento ao disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006 – CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13/2014 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

De acordo com a Resolução nº 1/2006 – CN, esta Comissão, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor ao PLOA 2015 emendas à despesa, sendo identificadas como de apropriação, de remanejamento ou de cancelamento, bem como emendas ao texto do projeto.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite estabelecido pela CMO (três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento). Diante disso, não obstante todas as propostas submetidas a esta Comissão detenham inegável mérito, fomos forçados a optar por algumas delas, o que fizemos com atenção à priorização dos órgãos envolvidos e ao apoio que receberam dos ilustres Senadores.

No que diz respeito às propostas de emendas de despesa, manifestamo-nos pela apresentação de emendas de apropriação para o atendimento das seguintes programações:

a) U.O. 35.101, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova – Ministério das Relações Exteriores, valor R$ 50.000.000,00;
b) U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), valor R$ 669.000.000,00; e
c) U.O. 52.101, Ministério da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), valor R$ 100.000.000,00.

Como é do conhecimento público, o Ministério das Relações Exteriores foi alvo do grupo de *hackers* Anonymous em 2014, que invadiu seu sistema de mensagens eletrônicas e teve acesso a documentos internos, alguns deles confidenciais. A implementação de uma política de segurança e defesa cibernética exige mudanças profundas na tecnologia e nos processos utilizados. As medidas para fazer frente a esse desafio são imprescindíveis e essenciais tendo em vista as crescentes ameaças de ataques desse tipo. Assim, são grandes e urgentes os desafios com que se defronta a área de tecnologia de informação do Ministério das Relações Exteriores.

O projeto intitulado Plano Diretor de Tecnologia da Informação tem por objetivo contratar um canal exclusivo para uso do sistema de um canal exclusivo para uso do sistema de comunicação do Ministério das Relações Exteriores, de modo a conectar o Itamaraty com todos os 227 postos distribuídos em 150 países, utilizando conexões de cabos terrestres ou via satélite, conforme as peculiaridades locais. Tal rede permitiria a elevação da disponibilidade de conexão e a segurança do tráfego das informações, que deixaria de empregar rede pública, sujeita a todo tipo de invasão. Trata-se de projeto não apenas de interesse do Itamaraty, mas de todo o Estado brasileiro, e visa, naturalmente, dar confidencialidade e segurança nas comunicações em que os nossos postos avançados lidam em todo o mundo. Por essa forma, nós, em contato com o Ministério das Relações Exteriores, acatamos essa emenda, pelo nível de prioridade que nos foi oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores, para que as informações pudessem ter um tratamento de maior segurança.

Com relação ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), a emenda visa fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre. O Sisfron foi concebido entre 2010 e 2011, com início da implantação em 2012. Seu funcionamento permitirá uma eficiente vigilância das fronteiras terrestres e o combate mais efetivo aos ilícitos transfronteiriços como o tráfico de drogas, armas e pessoas. Sua concepção permitirá, também, o aprofundamento das ações interagências, integrando de forma eficiente as Forças Armadas, a Polícia Federal, as polícias estaduais, Defesa Civil e outros.

Esse projeto possui caráter nacional e terá um impacto amplo e profundo ao se projetar pelos quase 16 mil km da faixa de fronteira, monitorando aproximadamente 27% do Território nacional, e é o principal projeto de transformação do Exército Brasileiro. O projeto inicial foi orçado em R$12 bilhões e o período de implantação previsto é de 10 anos. Em 2012, os recursos autorizados foram de aproximadamente R$260 milhões. Entretanto, foram liberados um pouco menos de R$200 milhões. Em 2013, para uma autorização de R$267 milhões, foram empenhados R$242 milhões. Em 2014, foram autorizados R$298 milhões e empenhados R$256 milhões.

Em suma, nos três primeiros anos do projeto foram liberados aproximadamente R$700 milhões, dos quais apenas R$422 milhões foram efetivamente desembolsados, ou seja, apenas 3,5% 8,7% do total previsto para o projeto, o que causará grave atraso em sua conclusão. Nesse ritmo, o projeto demorará mais de 50 anos para ser completado.

No Orçamento de 2015, o PLOA prevê somente R$285 milhões, valor insuficiente para assegurar a continuidade desse estratégico programa da República brasileira.

Já a emenda do Projeto H-XBR, de responsabilidade do Ministério da Defesa e sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, tem por objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e o fornecimen-

to, inicialmente na França e depois no Brasil, de 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas, aproveitando as possibilidades decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o Brasil e a França, tendo por objetivo a implantação de uma linha de produção das aeronaves EC-725, ancorada em um processo de transferência de tecnologias e desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa. O projeto envolve a entrega de 16 helicópteros para a Força Aérea, 16 para a Marinha, 16 para o Exército e 2 para transportes Especiais (Presidência da República).

Com o PLOA 2015 de R$538,9 milhões e considerando que se tornará a Lei Orçamentária 2015, o projeto acumulará mais de R$1 bilhão de déficit desde sua data inicial de eficácia (2009). No ano de 2014, eram previstas 13 aeronaves novas para as Forças Armadas, tendo sido entregues sete aeronaves, em função do orçamento disponível para o contrato.

Em vista da situação orçamentária apresentada pelo gestor do contrato (Copac), a realidade orçamentária considerada para os próximos anos está muito aquém do previsto inicialmente, obrigando a indústria a prolongar o contrato em mais dois anos e onerando o custo de forma sensível, gerando inúmeros problemas industriais assim como com seus inúmeros parceiros fornecedores e beneficiários no contrato de cooperação firmado através da Helibras, na cidade de Itajubá, no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à execução orçamentária das ações relacionadas às propostas de emendas, a análise evidencia que, no exercício de 2014, a ação 123J – Aquisição de Helicópteros teve 96,4% das despesas previstas no orçamento de 2014 empenhadas (R$646,8 milhões), embora o pagamento, relativo às despesas do corrente exercício, tenha atingido apenas R$220,1 milhões. No entanto, observa-se um valor expressivo de restos a pagar pagos da ordem de R$594,4 milhões, o que demonstra atraso na execução financeira do projeto com a postergação de pagamentos de um exercício para outro.

Com relação à ação 14T5 – Sisfron, foram empenhados 85,9% do Orçamento para 2014, embora o pagamento das programações do exercício em curso tenha se restringido à R$54,2 milhões (21,2% do empenhado) e o pagamento de exercícios anteriores tenham atingido o montante de R$134,8 milhões.

A emenda de texto refere-se a uma alteração de redação do inciso XVI do art. 4º do PLOA 2015, a respeito de autorização de abertura de crédito suplementar para movimentação de militares e de fardamento de militares das Forças Armadas.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao PLOA 2015 nas seguintes ações abaixo relacionadas com as respectivas propostas de emendas:

Emendas de apropriação à despesa:

1. U.O. 35.101, Ministério das Relações Exteriores, Implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Ação Nova, valor R$50.000.000,00;

2. U.O. 52.121, Comando do Exército, Programa 2058, Ação 14T5, Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron, valor R$669.000.000,00; e

3. U.O. 52.101, Ministério da Defesa, Programa 2058, Ação 123J, Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral (Projeto H-X BR), valor R$100.000.000,00.

Ademais, por seu caráter meritório, votamos pela aprovação integral da única emenda de texto proposta, que se refere a alteração de redação do inciso XVI do art. 4º do PLOA 2015, a respeito de autorização de abertura de crédito suplementar para movimentação de militares e de fardamento de militares das Forças Armadas.

É como relato, Srª Presidente, evidentemente manifestando aqui minhas escusas e o agradecimento a um conjunto de mais de 60 emendas que nós recebemos do conjunto dos Srs. Senadores, mas que o ambiente de elevada restrição e, muito mais do que isso, também no diálogo e no debate que fizemos com as Forças Armadas, nós buscamos considerar os programas que as próprias Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores consideram prioritários, sobretudo por força de não haver descontinuidade de investimentos, como é o caso do Programa Sisfron, como é o caso das aquisições desses helicópteros que são fabricados no Brasil, em Minas Gerais, e são fabricados dentro de um contexto de transferência de tecnologia para o nosso País.

É como relato e submeto a V. Exª e aos demais membros da Comissão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Relator Ricardo Ferraço, eu queria cumprimentá-lo, foi bom V. Exª ter salientado que a apropriação das emendas pela Comissão resulta também das emendas dos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, para esses projetos e outros. Nós as encaminhamos, mas, quando o cobertor é curto, fica difícil acomodar tudo.

Tão importante quanto as emendas apresentadas por V. Exª é a execução orçamentária daquilo que nós estamos orçando. Então, quando se fala que Sisfron, por exemplo, um programa que empenha apenas 21%, realmente fica comprometido aquilo que nós deliberamos aqui. Por isso, há relevância de orçamento impositivo.

Feita essa observação, quero colocar o relatório do Senador Ricardo Ferraço em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Srª. Presidente, apreciei o relatório do Senador Ferraço, que traz a marca da sua competência, da sua aplicação, que é uma característica da sua atuação parlamentar, mas eu queria fazer uma observação. Não sei se é possível nem em que medida é possível que o Senador possa atender a uma ponderação que pretendo fazer, relativa a recursos para o Prosub, o programa para a construção de submarinos.

Esta Comissão, por várias vezes, já se debruçou sobre esse tema e conhece bem o programa, que visa à construção de quatro submarinos convencionais e um submarino com propulsão nuclear.

Nós já sabemos que o propulsor está sendo feito aqui no Brasil, com tecnologia brasileira desenvolvida pela Marinha. E todos nós também discutimos e sabemos o quanto esse projeto é importante não apenas para a defesa nacional, como também pelas suas consequências na aplicação do mundo civil, pelo desenvolvimento tecnológico que ele propicia.

Desde a mocidade, eu luto muito pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear no nosso País. Muito! Eu penso que esse projeto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pacifista, não é, Senador? Pacifista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É claro, com fins pacíficos. Não vamos construir bomba atômica, mas é importante termos um propulsor nuclear...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É estratégico.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...para o nosso submarino, para a defesa das nossas águas territoriais, para a proteção dos navios, para a garantia do uso exclusivo dessas águas por embarcações brasileiras ou autorizadas.

De modo que eu faria um apelo ao nosso Presidente, para ver se é possível, dentro desse cobertor curto, encontrar um jeito de pelo menos um pé do Prosub ser coberto.

Este é um setor, este é um programa que não comporta solução de continuidade. Ele precisa ser levado adiante com constância e sem nenhum hiato, sem nenhum tipo de redução do seu ritmo, que já é bastante lento, atendendo às condições orçamentárias difíceis do nosso País.

Então, fica essa observação ao nosso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Com a palavra o Relator, quanto às ponderações do Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A intervenção do Senador Aloysio Nunes é absolutamente apropriada, adequada. Pessoalmente estive na França, estive em Cherbourg para acompanhar uma etapa da construção deste projeto extraordinário, o Prosub, para construção, e não apenas construção, mas construção e transferência de tecnologia de submarinos a propulsão nuclear.

Ocorre que a Comissão Mista do Orçamento estabelece como limite três emendas.

Eu não tenho qualquer observação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Nós temos esse limite? É *numerus clausus*?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que nós fizemos? Nós priorizamos o Sisfron. Trata-se de uma prioridade nacional, que é aprimorar, aperfeiçoar a presença do Estado brasileiro no chamado Brasil Profundo nas nossas fronteiras, por onde nós temos crimes transnacionais absurdos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Não há dúvida.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o Estado brasileiro, em lugar de combater o narcotráfico nas médias e grandes cidades brasileiras, deve combater nas fronteiras, porque essas drogas não são fabricadas aqui, de modo a infernizar a família brasileira. Então, é dar condição ao Exército brasileiro, ao Estado brasileiro de ter um programa com recursos humanos, com recursos materiais, com tecnologia, com inovação, com inteligência na fronteira me parece uma prioridade incontestável.

Também me foi apresentada como prioridade incontestada a manutenção do Programa de Transferência de Tecnologia, também numa relação do Estado brasileiro com a República Francesa, para a construção de 50 helicópteros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Inclusive alguns da Marinha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – São 16 helicópteros para a Marinha e 16 helicópteros para o Exército.

Esse programa tem sofrido alterações em função de ausência de dotação orçamentária.

Um programa que também tem sofrido solução de continuidade, em que foram entregues já...

O projeto envolve a entrega de 16 helicópteros para a Força Aérea, sendo 16 para a Marinha e 16 para o Exército. Enfim, para uma cada das Forças, 16 helicópteros, 14 já foram entregues, mas com os cronogramas absolutamente, tanto físico como financeiro, atrasados. E também um programa importante, porque ele pres-

supõe não apenas a aquisição do equipamento mas pressupõe a transferência de tecnologia, de modo que o Brasil possa se apropriar disso, para construir esses helicópteros.

Outro programa é para a construção de uma linha segura para as nossas 227 embaixadas e consulados, que nos foi apresentado pelo Secretário Executivo do Ministério, Embaixador Eduardo Santos, como algo imprescindível, tendo em vista a fragilidade, a vulnerabilidade da segurança nas comunicações dos nossos embaixadores, cônsules e embaixadas.

Então, Presidente, nós ficamos diante daquela situação: se ficar, o bicho come, se correr, o bicho pega. O cobertor é curto demais. Mas, evidentemente, não sou dono da verdade, eu procurei, no contato e no diálogo com as Forças e com Ministério, priorizar aquilo que eles consideravam, internamente, que era fundamental, de modo que também a Marinha está contemplada. E quero crer que para o programa Prosub o Governo terá que encontrar uma solução, não de emenda da Comissão, mas de recursos próprios para tocar esse projeto que é fundamental para o domínio da construção desses equipamentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Aloysio, a explicação do Senador ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu não quero, eu ia pedindo ao nosso Relator, Presidente, que traçasse a quadratura do círculo, porque nós estamos realmente condicionados a uma decisão que venha da Comissão Mista de Orçamento, o relatório preliminar. Então, não há o que fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É o exercício que ele ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas fica registrado aqui esse nosso, creio que poderia ser um compromisso de toda nossa Comissão, lutarmos para que as verbas que forem alocadas para esse programa, sejam efetivamente executadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Dada a relevância, Senador Aloysio, dessa matéria, eu também apresentei sobre o Astros 2020, penso que são importantes, nós teríamos projetos que serão inadiáveis como a questão cibernética do Ministério do Exército. Todos eles são de uma relevância muito grande.

O que nós conseguimos acomodar na Comissão de Educação foi acrescentar uma recomendação, Senador, aí tem um caráter mais político, Senador Aloysio, Presidente Ricardo Ferraço, um caráter mais político também de manifestar... aí, não é a emenda, é uma recomendação à Comissão Mista de Orçamento ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Desde já.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – .. para que examine, dentro das possibilidades, a viabilidade de acomodar essas demandas.

Então, é apenas uma recomendação.

As emendas apropriadas são essas que o Senador apresentou e estas que vamos votar, mas penso que, como foi feito em outras Comissões, uma recomendação desta Comissão, dada a relevância e o significado não só da questão do submarino, mas também desses outros projetos que eventualmente tenham sido motivo de maior volume de emendas apresentadas à CRE.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria, cumprimentando V. Exª, Senadora Ana Amélia, cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço que preside esta Comissão e nos dá hoje um relato e nos ajuda, em nome de toda a Comissão, a definir o que podemos entender como as três prioridades que o Regimento nos impõe definir para o orçamento do próximo ano.

Eu, além de endossar as três matérias apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço, todas de fato de interesse e vinculadas diretamente ao papel que desempenhamos na Comissão de Relações Exteriores, queria me associar também a V. Exª nesse aspecto do projeto submarino. Ele é muito importante, o Senador Aloysio já fez aqui a defesa, e que nós pudéssemos encontrar uma maneira de recomendarmos, além das três emendas que estamos apresentando, colocarmos uma solicitação de que se priorize também e, ao mesmo tempo, certamente alguns de nós estará aqui no próximo ano como membro titular desta Comissão, e quem estiver possa assumir um compromisso de já incluir no próximo ano, entre as três, essa emenda que o Senador Aloysio defendeu aqui com tanta propriedade.

Então, eu, mais uma vez, cumprimento o Senador Ricardo Ferraço pela definição das três emendas.

Penso que atende ao Plenário desta Comissão, e solicito que nessa sugestão de V. Exª possamos incluir, além das três emendas, a recomendação de que se dê um tratamento adequado, priorizando esses programas, no caso do submarino que inclui, pela importância que eles têm para o País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço muito o Senador Jorge Viana e caro Senador Ricardo Ferraço, que relatou.

Esse foi o caminho encontrado pelo aconselhamento legislativo da Casa, quando votamos na Comissão de Educação uma matéria que fugia das quatro. Lá temos quatro emendas de apropriação da Comissão, que é educação, cultura e esporte.

E aí, então, ele entendeu por bem que isso seria próprio e adequado. Ao pé do relatório – que será aprovado por todos aqui –, essa recomendação à CMO no sentido de que examine a viabilidade.

Gostaria de saber se V. Exª acolheu essa sugestão e, ademais, vamos já colocar em votação o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A sugestão de V. Exª, assim como do Senador Jorge Viana, é absolutamente tempestiva e essas recomendações de texto não alteram o conteúdo, muito pelo contrário, vão reforçar a necessidade de mantermos o pé firme na conclusão desse que é um programa muito importante para o Estado brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Gostaria que fosse feita a referência. A iniciativa foi do Senador Aloysio, o Senador reforçou, e eu apenas dei um encaminhamento prático à questão relacionada.

Está em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que trata das despesas da União para o exercício de 2015 desta Comissão na área de relações exteriores e defesa nacional.

Em votação, o relatório. As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

Seria bom que não tivéssemos limitações orçamentárias para acomodar todas as demandas.

Vamos à segunda parte da reunião. A primeira está encerrada.

Item 1:

ITEM Nº 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, DE 2003
Terminativo

Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações: Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo, será submetido a turno suplementar.

Lembro aos Srs. e às Srªs Senadoras que o projeto é terminativo e, portanto, exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Antes que ele inicie a leitura do seu relatório, gostaria de pedir ao Senador Jorge Viana, que assuma a Presidência, porque gostaria de fazer uma solicitação nessa matéria. E prefiro fazer como membro do Plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srª Presidente.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou esse projeto, por meio do qual se pretende e se propõe instituir a Lei de Migração, regular a entrada e a estada de estrangeiros no Brasil, estabelecer normas de proteção ao imigrante brasileiro, entre outras providências.

A proposição é composta por sete títulos. O título I, "Dos Princípios e dos Direitos dos Imigrantes", traz a definição de imigrante como "todo estrangeiro que transite, trabalhe ou resida e se estabeleça transitória, temporária ou definitivamente no País". São excluídos, portanto, o turista e outros sem pretensão de se estabelecer em Território Nacional.

O repúdio à xenofobia, a não criminalização da imigração, a acolhida humanitária e a garantia à reunião familiar, entre outros, estão previstos como princípios da política migratória brasileira. Além disso, o art. 3º prevê uma série de direitos e garantias aos imigrantes, a exemplo do amplo acesso à Justiça, bem como as medidas destinadas a promover a integração do imigrante nas nas respectivas comunidades locais.

O Título II dispõe sobre os tipos de visto (de trânsito, de turismo e negócios, temporário, permanente, diplomático e oficial, assim como de cortesia). Traz, ainda, dispositivos sobre os institutos do asilo e da reunião familiar.

Os dispositivos sobre repatriação, deportação e expulsão encontram-se no Título III. Já o Título IV define as regras sobre naturalização, inclusive sobre seus efeitos e sobre a perda da nacionalidade. O Título V ocupa-se de situações referentes ao emigrante brasileiro.

O Título VI, "Das Sanções", tipifica o crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração e prevê infrações administrativas, com as respectivas multas, a exemplo da entrada ou estada de estrangeiro sem documentação adequada no Território Nacional; do exercício de atividade remunerada no Brasil por estrangeiro beneficiário de visto de turismo e negócios.

Por fim, o Título VII cuida das Disposições Finais, com alterações na Lei nº 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Pretende-se que o brasileiro que tenha trabalhado no exterior possa contribuir, de forma retroativa e como segurado facultativo, para o Regime Geral de Previdência Social. Há, ainda, a cláusula revocatória da Lei nº 6.815, com exceção dos dispositivos referentes à extradição.

O PLS foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a esta decisão terminativa sobre a matéria.

Na Comissão de Assuntos Sociais, houve aprovação da matéria com quatro emendas. A primeira delas altera a ementa, com o fim de incluir a menção às normas, previstas no texto do projeto sobre proteção ao emigrante brasileiro. A segunda emenda corrige equívoco na remissão, constante do §2º do art. 27 do PLS, ou seja, substitui-se a referência à §2º por §1º. A terceira, na redação ao art. 47, apenas substitui a expressão "seguindo" por "segundo". A quarta emenda tem por fim deixar expresso que a possibilidade de contribuição retroativa como contribuinte facultativo pelo brasileiro que tenha trabalhado no exterior não será aplicada aos casos em que ele já se vincule à Previdência Social em outra condição que lhe seja mais favorável. Para tanto, a emenda inclui as alíneas "c", "e" e "f" do inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, ao lado da já mencionada alínea "e" do inciso V do mesmo artigo. Ademais, é suprimida a referência ao art. 13-A constante na parte final do art. 102-A que o PLS pretende incluir no texto na Lei nº 8.213, em face da inexistência desse dispositivo.

O PLS nº 288, de autoria do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao pretender instituir uma Lei de Migração, deve ser submetido ao exame desta Comissão de Relações Exteriores, em observância aos termos do art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê entre as competências da Comissão a análise de proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores.

Mediante a revogação de quase totalidade da Lei nº 6.815, conhecido como Estatuto do Estrangeiro, a instituição de uma Lei de Migração, por meio da aprovação do PLS nº 218 [quero crer que 288] vem atender a necessidade de um novo paradigma para o tratamento da questão do estrangeiro no Brasil. Em outras palavras, Sr. Presidente, busca-se dar enfoque agora ao migrante e não mais ao estrangeiro.

Para tanto, o autor da proposição esclarece na justificação que: "o regime jurídico brasileiro para estrangeiros apresenta defasagem evidente, já que à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica. Contudo, outros enfoques são aconselháveis para abordar essa matéria, como o de cooperação, o trabalhista e o humanitário".

Projeto visa, em essência, abordar o tema tendo em vista a preocupação com assistência humanitária, cooperação internacional e integração regional. Ele fixa princípios que deverão reger a política migratória brasileira em conformidade com diretrizes claras e humanitárias.

Nesse sentido, a matéria passa a ser inserida no contexto da proteção internacional dos direitos humanos, mediante a incorporação dos três princípios gerais de direitos humanos: interdependência, universalidade e indivisibilidade. Assim sendo, reconhece-se o cabedal normativo de proteção dos direitos humanos dos imigrantes e não o caracteriza como mero ato de soberania. Ainda segundo o Senador Aloysio Nunes Ferreira, "A lei almejada construirá um corpo normativo de direitos e deveres que devem alcançar todos os imigrantes, que cada imigrante faz jus a todos os direitos previstos e que cada direito se realiza em conjunto com a efetividade dos demais".

Entretanto, não obstante o exemplar trabalho apresentado pelo Senador Aloysio Nunes, entendemos que o projeto possa ser ainda aprimorado, revogando-se o chamado Estatuto do Estrangeiro por completo. Primeiro, substituímos o termo "estrangeiro" por migrante e incluímos o trabalhador fronteiriço e o apátrida também como "alvos" da lei, ao lado dos migrantes, imigrantes, imigrantes transitórios e emigrantes. Para isso, foi criado capítulo para os residentes em municípios de fronteira. No Titulo III, que versa sobre a Condição Jurídica e situação documental do Imigrante, realizamos a junção dos vistos de turismo e negócios, que passam a ser o chamado visto de visita. O visto permanente também é extinto. Com a residência, não há necessidade dessa categoria.

Outra novidade é o prazo do visto temporário para estudantes. O visto passará a ter a duração do curso, e, em caso de desligamento do aluno, passa a ser responsabilidade da instituição de ensino avisar às autoridades. Acreditamos que tal medida contribui para a desburocratização do sistema. É incluído capítulo para a proteção da pessoa apátrida e redução da apatridia, além da adição do visto para fins humanitários.

No Título V do Substitutivo, foi instituído critério claro para a possibilidade de expulsão do imigrante. Ele poderá ser expulso se for aceita denúncia relativa a: crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio, quando não for possível a extradição ou a entrega à jurisdição penal internacional, crimes que atentem contra a ordem constitucional e o Estado democrático, crimes comuns passíveis de penas restritivas de liberdade, consideradas a gravidade e as possibilidades de ressocialização.

O Titulo VII, que aqui apresentamos, dispõe sobre o emigrante brasileiro e amplia o que trouxe o projeto original.

No Titulo VIII, tratamos da extradição, da transferência de execução da pena e da transferência de pessoas condenadas.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 288, de 2013, na forma da emenda substitutiva, com extraordinários elogios à iniciativo do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que faz uma adequação absolutamente inadiável de valores e princípios que devem estar presentes numa sociedade que tenha princípios civilizatórios e pacíficos, como é o caso da sociedade brasileira.

É como relato e submeto aos Srs. e às Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, ao tempo que cumprimento o Senador autor, Senador Aloysio Nunes Ferreira, cumprimento também o Senador Ricardo Ferraço pelo relatório, e ponho em discussão a matéria.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente e Senador Jorge Viana, atendendo a um pedido, um apelo da Senadora Ana Amélia, que teve que se ausentar para tratar assuntos de interesses pessoais, e também atendendo a um pedido de V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, Senador Aloysio Nunes, nós vamos pedir vista ao projeto para que possamos dar uma trabalhada em cima e, se possível, aperfeiçoar.

Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vamos pedir vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência concede vista coletiva. Eu mesmo iria pedir vista, a Senadora Ana Amélia, e atende à solicitação do Senador Sérgio Petecão.

Nós não temos quórum para deliberar.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e quarenta e quatro minutos do dia três de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Jorge Viana,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Gim e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. **PARTE I** – Deliberação de Matéria: **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2014**, de autoria dos Senadores **Pedro Taques e Jorge Viana**, que "*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias".* **Resultado:** Aprovado o requerimento. **PARTE II** – Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento **nº 25, de 2014 – CI**, aprovado em que 3 de dezembro de 2014, que requer "*nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias",* de autoria dos Senadores **Pedro Taques**

e **Jorge Viana**. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o senhor General **Adriano Pereira Junior**, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, representante do Senhor Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira. Faz uso da palavra o Senador **Valdir Raupp**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jorge Viana**, Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Bom dia!

Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Quero cumprimentar todos os funcionários e funcionárias desta Comissão e a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

Inicio os nossos trabalhos fazendo a leitura dos comunicados, que, como é de praxe aqui na Comissão, é feita pelo Presidente, Senador Fernando Collor, recebidos pela Presidência desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 2.309, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 1.159-Seses-TCU, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria, executada pelo TCU, que teve por objetivo obter um retrato pormenorizado e atual das condições de escoamento da produção agropecuária do Estado de Mato Grosso por meio do corredor logístico Centro-Sudeste, que responde pelos fluxos mais significativos do agronegócio brasileiro.

A fiscalização identificou atrasos na implantação de empreendimentos prioritários para o escoamento da produção; que rodovias, ferrovias e hidrovias que compõem o vetor logístico Centro-Sudeste estão em condições precárias de conservação e risco de reincidência de congestionamentos nos embarques da safra pelo Porto de Santos.

O TCU informou que acompanhará o cumprimento das determinações exaradas no Acórdão em análise, dessa maneira, a Consultoria Legislativa do Senado Federal posicionou-se pelo conhecimento da matéria e, em seguida, ao arquivamento do processado.

Cópia da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das senhoras e senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Outro comunicado: documentos recebidos pela Presidência desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 2.311, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 1.097-Seses-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria, executada pelo TCU, que teve por objetivo avaliar a execução orçamentária, o cronograma físico e o desempenho dos principais empreendimentos que compõem o Corredor Logístico do Rio Madeira, bem como as medidas adotadas pela Administração com vistas à solução dos empecilhos logísticos existentes.

Os achados da auditoria resultaram em recomendações ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), relativas a providências para avaliação e correção de irregularidades no pavimento da BR-364; e para implantação de programa de média duração para dragagem de manutenção e eliminação de pontos críticos, bem como de balizamento, sinalização e retirada de "paliteiros" na hidrovia do Rio Madeira.

Diante do exposto, a Consultoria Legislativa do Senado Federal opina pelo conhecimento da matéria, para, em seguida, proceder ao arquivamento.

Cópia da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das senhoras e senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Faço a leitura de mais um comunicado para entrarmos na pauta desta reunião.

Comunicado da Presidência.

Conjuntura econômica internacional. A atual conjuntura econômica internacional, ao término de 2014, mostra aspectos preocupantes para a recuperação que se ensaia.

A Europa chega a uma inflação próxima de zero, com os últimos dados da agência de estatística da União Europeia, mostrando que os preços do consumidor da zona de Euro subiram apenas 0,3% em novembro, número menor que o 0,4% de outubro. Teme-se a chegada de uma temida inflação, ao mesmo tempo em que os índices de desemprego mantêm-se altos, principalmente na Grécia (26%), na Espanha (24%), na Itália (13,2%). Essas taxas contrastam com o índice na Alemanha, de 4,9% e mostram as dificuldades que têm encontrado a política de flexibilização monetária do Banco Central Europeu.

Em setembro, o Banco Central Europeu cortou a sua taxa básica de juros para 0,05% e tem facilitado o acesso do sistema bancário a linhas de crédito baratas e de longo prazo, além de comprar títulos públicos no mercado aberto.

O presidente do Banco Central Europeu reiterou a intenção da autoridade monetária europeia de evitar uma deflação que venha a prejudicar a já difícil recuperação da crise de 2008. A atividade econômica europeia vem caindo, e os números são preocupantes, pois a base de comparação são os patamares já baixos do período pós-2008. A possibilidade de deflação assusta, porque atinge as expectativas das empresas, e dificulta o pagamento de empréstimos ao aumentar, em termos reais, os juros praticados. Vários economistas consideram que o problema europeu de fundo é o fraco consumo, e que vai demorar para que as medidas de flexibilização monetária tenham efeito em uma economia que trabalha aquém de seu potencial.

A economia do Japão, que vinha reagindo bem aos estímulos patrocinados pelo Primeiro-Ministro, Shinzo Abe, desde o ano passado, desacelerou bruscamente, principalmente pela elevação do imposto sobre o consumo. Essa elevação contrabalançou os esforços do *quantitative easing*, podendo mesmo anular os ganhos das medidas de estímulo e empurrar a economia para novos períodos de deflação.

A Rússia, além de sofrer com as sanções, americanas e europeias, causadas pela sua política em relação à Ucrânia, sente também os efeitos da diminuição dos preços da energia. Com a China mantendo seu crescimento na faixa dos 7%, e a Índia no patamar de 5%, teme-se que a economia dos Estados Unidos, embora em recuperação saudável, não possa, funcionar como indutor do crescimento global.

Na análise da conjuntura econômica internacional, deve-se levar em conta, ademais, a radical queda dos preços do petróleo, referência global, caindo ao nível de US$70, o barril. Em reunião na última quinta-feira, 27 de novembro, a OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, decidiu manter os níveis atuais de dos países exportadores de petróleo, decidiu manter os níveis atuais de produção, o que diminuiu ainda mais as cotações. Há um excesso de produção mundial em uma economia desacelerada, e o aumento da produção de petróleo de xisto, o gás de folhelho, dos Estados Unidos contribui para o desequilíbrio. As importações americanas de países da OPEP têm diminuído.

A queda dos preços do petróleo tem efeitos variados. Prejudica direta e fortemente produtores que não acumularam reservas, como o Irã, a Argélia e a Venezuela. Mas, por outro lado, pode beneficiar consumidores nos EUA, no Japão e na Europa e ajudar no relançamento da economia mundial. Em outra vertente, o baixo preço do petróleo desestimula investimentos em pesquisa e infraestrutura de produção, bem como em energias alternativas.

O Brasil, cuja problemática econômica deverá passar agora por ajustes macroeconômicos importantes, não contará com a ajuda do cenário internacional. Devemos ter em conta um baixo crescimento global e preços de *commodities* em desaceleração.

Além disso, a esperança na energia abundante do pré-sal pode ser inviabilizada pela dificuldade em construir uma infraestrutura de extração de petróleo em águas profundas por causa do baixo preço, que não remunera adequadamente os investimentos.

Eram esses os avisos que a Presidência queria tornar públicos.

Passamos, então, ao item 1 da pauta desta reunião com a apreciação do Requerimento nº 25, que passo a ler, como item único.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2014
– Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, para audiência pública visando à discussão dos procedimentos administrativos do Ministério para reconhecimento de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) nos Municípios brasileiros, bem como das medidas necessárias para agilização dessas providências diante da situação difícil em que se encontram os Municípios afetados pelas mencionadas circunstâncias.
Autoria: Senador Pedro Taques.
Observações: lido em 19/11/2014.

Aqui entre outra parte do requerimento, que diz respeito a uma reivindicação de minha autoria: "(...) bem como sobre os valores orçamentários disponíveis e a possibilidade de não contingenciamento dos recursos para essas ações".

Eu o apresentei juntamente com o Senador Pedro Taques, autor do requerimento e também fiz um requerimento verbal nesta Comissão, buscando o diálogo com os responsáveis pela Defesa Civil no Brasil, para

que se possa compartilhar com a opinião pública os efeitos que nós temos visto de mudanças radicais referentes à seca ou à chuva no clima do Brasil, com consequências muito graves para centenas de Municípios.

Informo que o nosso convidado já está presente.

Agradeço ao Senador Pedro Taques, autor do requerimento – eu também o apresentei –, que foi lido na reunião do dia 19 de novembro.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

O requerimento, por não haver manifestação contrária, é considerado aprovado.

Convido, então, o General Adriano Pereira Júnior, responsável pela Defesa Civil nacional, para nos auxiliar na condução dos trabalhos.

Esta é a segunda parte da nossa audiência pública. (*Pausa.*)

Peço ao nosso ilustre convidado, o General do Exército Adriano Pereira Júnior, indicado por S. Exª o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, que, aqui, possa nos auxiliar nos trabalhos.

Estamos numa reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, transmitida ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Nosso objetivo, nesta segunda parte da audiência, é discutir os procedimentos administrativos do Ministério da Integração Nacional, especificamente na área em que V. Exª tem responsabilidade sobre a condução, para que haja o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública nos Municípios brasileiros. Essa é uma preocupação do Senador Pedro Taques, tendo em vista a quantidade de Municípios que recorre a esse instrumento legal, no sentido de buscar socorro, ajuda, para responder às intempéries e aos desastres naturais que se repetem nas diferentes regiões do País. Com isso busca-se entender um pouco o processo administrativo no reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública.

Eu gostaria de solicitar também a V. Exª que pudesse nos auxiliar, falando sobre a segunda parte do requerimento, que é de minha autoria, sobre os recursos disponíveis para a Defesa Civil, o contingenciamento ou não desses recursos. Porque eu mesmo, como membro da Comissão Mista de Orçamento, estou apresentando uma proposta para que não haja contingenciamento dos recursos da Defesa Civil. Que os recursos estabelecidos no Orçamento possam ser os adequados e ampliados. Mas é bom que V. Exª possa nos dar uma panorâmica. Nós estamos no final de 2014, e parece-me que o ano inteiro houve uma convivência com desastres naturais. Que V. Exª possa nos oferecer um quadro panorâmico de quantos Municípios recorreram à situação de emergência e a estado de calamidade.

Agora mesmo tivemos um gravíssimo problema no começo do ano, com a cheia do Madeira, que isolou completamente o Acre. Tivemos cheia em vários Municípios, incluindo a capital, e agora no Município de Tarauacá, onde, fora de época, durante dez, quinze dias, choveu 270mm no Rio Muru e no Rio Tarauacá. Algo inédito. O maior desastre natural da história do Município. A cidade simplesmente ficou submersa durante 72 horas. Recorremos ao Ministro, acatou-se o decreto municipal de situação de emergência, e agora estamos aguardando o de calamidade pública, porque assim ficou realmente configurado pela circunstância. Todas as unidades de saúde, alagadas; todas as escolas, atingidas; os serviços básicos e fundamentais da população deixaram de ser prestados. Os prejuízos são incalculáveis. Houve até um socorro imediato com a liberação de R$794 mil pela Defesa Civil para o Município de Tarauacá, houve um pequeno contratempo de conta, mas foi muito ágil a resposta nesse caso, e já existe, inclusive, um pedido de mais – avalio – R$1 milhão, porque a situação foi de caos. O Governador Tião Viana socorreu, junto com o Prefeito do Município. Eu estive lá pessoalmente, como sempre faço, por ter sido ex-Prefeito, por ter sido Governador por oito anos e por ter sido autor de uma proposta de revisão do aparato, do arranjo institucional, legal, para se lidar no Brasil com os desastres naturais. Eu e o Senador Casildo Maldaner ouvimos os gestores dessa área no Brasil inteiro. Eu sempre acompanho e entendo a gravidade desse assunto.

Então, para mim é uma honra estar aqui presidindo esta reunião, por generosidade do Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor.

Como esta é a Comissão que mais cedo começa a trabalhar no Senado. Eu estou aqui desde às 7 horas e 15 minutos. Acho que há pessoas aqui que aproveitam e permanecem no Senado, esperando a abertura dos trabalhos, porque quando cheguei já havia um grupo grande de funcionários aqui na Comissão. Estão sorrindo, mas não sei se estão muito contentes por estar aqui tão cedo! Acordar cedo é muito bom. Eu acordo muito cedo sempre, e o Presidente desta Comissão também, o Presidente Fernando Collor.

Passo a palavra para o General Adriano Pereira Júnior, que é um especialista no assunto, acompanhou e acompanha diariamente os desastres naturais do País, para que possa nos ajudar, ajudar o Senado Federal, que é a Casa da Federação, a compreender melhor esse tão importante tema e atualizar as informações aqui na

Comissão de Infraestrutura sobre os desastre naturais, que se multiplicam no Brasil, apesar de não termos um clima tão extremado como em algumas regiões do Planeta. Mas parece-me que temos mais do que evidências de que estamos enfrentando os sinais concretos do que a gente chama de mudança climática. Como estamos na véspera da COP 20, em Lima, que discute o tema, acho que este é o momento adequado da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal para tratar desse assunto, ou seja, das consequências dos desastres naturais para a população.

Com a palavra V. Exª.

O tempo será o necessário para que V. Exª possa fazer a sua explanação.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Em primeiro lugar, Senador Jorge Viana, o nosso bom-dia.

Nossa satisfação em poder estar nesta Comissão, nesta manhã, para falar sobre um assunto muito importante.

Acho que a cada dia, a cada ano que passa ganha uma importância maior a Defesa Civil. Todos nós temos a noção e o sentimento de que o mundo está passando por uma fase de mudanças climáticas bastante fortes. E essas mudanças climáticas estão sempre apontando para fenômenos climáticos cada vez mais intensos e extensos, o que tem imposto aos órgãos públicos a necessidade de se munirem de dispositivos legais e de meios para, em primeiro lugar, prevenir danos à população e, para além de prevenir, se houver o desastre, socorrer a população com dignidade.

O Brasil, como V. Exª falou, está fora de uma zona de grandes desastres, mas isso está se tornando algo do passado. Se computarmos de dezembro do ano passado para cá, veremos que tivemos um grande desastre lá no Espírito Santo, que atingiu mais de 90% dos Municípios; tivemos o desastre do Vale do Rio Doce ainda em dezembro; depois tivemos a cheia do Rio Madeira, a maior cheia de que se tem notícia naquela região – foram 2,2 metros acima do recorde anterior –; tivemos uma grande cheia no Amazonas; depois tivemos grandes cheias no Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul –; e a maior seca na Região Sudeste, atingindo basicamente São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Esses fenômenos apontam para uma crescente importância do nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, sistema esse que começou a ser trabalhado com maior intensidade após o desastre de janeiro de 2011, na serra fluminense, no Estado do Rio. Esse desastre vitimou mais de mil brasileiros e, aí, o Brasil acordou para o seguinte: embora Deus seja brasileiro, nós também estamos expostos a sofrer desastres.

A propósito, cito outro desastre acontecido no final do ano passado: em Lajedinho, Bahia, quando 1% da população urbana do Município foi vitimada e morreu, foram 17 pessoas numa população de 1,7 mil habitantes.

Então, a Defesa Civil é um assunto que tem que estar na pauta da sociedade brasileira e mundial, porque estamos vendo os Estados Unidos, o Hemisfério Norte de modo geral, sofrendo com grandes calores, com verões muito áridos e invernos também bastante fortes.

Eu vou fazer uma apresentação bastante curta, vou procurar ser breve, para depois poder ficar à disposição para algumas questões. É muito importante que o Congresso Nacional trabalhe com o Executivo na elaboração de normas que consigam que o nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil seja mais ágil do que o atual. Hoje ele funciona com alguns gargalos.

Eu vou passar primeiro este eslaide mostrando quais são as fases que nós trabalhamos na Defesa Civil: no pré-desastre, no desastre e no pós-desastre.

No pré-desastre, basicamente nós trabalhamos com prevenção, com mitigação e com a preparação. A prevenção é basicamente voltada para obras, para a preparação de uma população para fazer face a alguns acidentes, e as obras de prevenção hoje estão muito concentradas, bem mais concentradas, no Ministério das Cidades, com algumas obras ainda no Ministério da Integração, na Secretaria de Infraestrutura Hídrica e na Secretaria de Desenvolvimento Regional. Já as outras ações, a mitigação e a preparação, estão muito voltadas para o Ministério e para a minha Secretaria.

As ações de resposta estão associadas ao desastre. Nós temos que atuar para dar dignidade no salvamento e no acolhimento daquela população que venha a ser atingida pelo fenômeno.

Por último, uma fase importante, que é a recuperação, que consiste na reconstrução da infraestrutura pública que tenha sido atingida pelo desastre. Chamamos de recuperação e não puramente de reconstrução porque se trata da reconstrução numa situação melhor, para que um acidente igual não venha causar os mesmos danos àquela infraestrutura.

Aí nós temos outra sequência de como ocorre o apoio federal. Começa, havendo o desastre, o órgão local, pode ser a prefeitura ou o próprio Governo estadual – normalmente, quando atinge mais de um Município, é o Estado que faz isso –, faz a decretação do estado de emergência ou de calamidade pública. Isso é encaminhado para a área federal, no caso, para a Secretaria, e faz-se o reconhecimento. A partir do reconhecimento,

o Governo Federal atua no apoio às ações de resposta, às ações de recuperação e de reconstrução. E esse reconhecimento também gera benefícios.

Ali colocamos uma seta pontilhada que representa uma novidade proporcionada pela Lei nº 12.983. Trata-se de uma medida provisória de dezembro de 2013, aprovada e transformada em lei agora em junho, que já nos permite agir diretamente, após a decretação, previamente ao ato de reconhecimento, que é burocrático e demora, o Governo Federal já está junto à população atingida, ao governo estadual ou municipal, dando apoio às ações de resposta, que antes dependiam do reconhecimento. Ou seja, nós colocávamos a burocracia à frente da necessidade da sociedade atingida pelo desastre. Isso foi corrigido pela Lei nº 12.983.

Só para se ter uma ideia, a solicitação de reconhecimento federal, que agora já não é importante ou já não é um marco que impeça o apoio federal às ações de resposta, mas ainda é uma etapa para ser solicitado o apoio à recuperação, tem toda essa situação de ofícios, decretos e pareceres, uma documentação bastante extensa, que é remetida pelo Estado ou Município, e, recebida na Secretaria, passa por uma análise.

E aí temos o primeiro problema que estamos tentando, estudando como modificar. É que os parâmetros que são dados hoje para que seja reconhecida pelo Governo Federal a decretação de emergência ou de calamidade pública têm por base que tenha havido a ocorrência de pelo menos dois danos humanos, materiais ou ambientais e um prejuízo econômico público ou privado que atinja aqueles valores. Então, prejuízos públicos superiores a 2,77% da renda corrente líquida do Município ou do Estado. Em caso de calamidade pública, esse índice passa para 8,33%. Prejuízos privados também, para situação de emergência, 8,33%; e para calamidade pública chega a um índice de 24,93%. Todos eles da Receita Corrente Líquida anual do Município ou do Estado.

Isso ainda está em vigor. Hoje, felizmente, independentemente desse processo todo, nós já podemos fazer o socorro ao Município ou ao Estado na área de resposta, que é ajudar a salvar vidas e dar assistência, que é abrigar e tratar com dignidade as pessoas que foram atingidas por um desastre e que já estão fragilizadas por isso.

Eu coloquei nesse eslaide alguns direitos e benefícios que estão atrelados ao reconhecimento. Por exemplo: garantia à safra. Lá no Nordeste, na região do Semiárido, a Operação Carro-Pipa, que é federal, está atrelada ao reconhecimento. Ou seja, só há Operação Carro-Pipa nos Municípios em que houve o reconhecimento; antecipação de benefício da Previdência Social, para ajudar o cidadão a se recuperar, bem como a liberação de Fundos de Garantia do Tempo de Serviço; a redução da alíquota do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Existem outros; os principais são esses.

E também temos que dar uma repassada nisso aí, porque nós estamos misturando um pouco a legislação hoje. Ela condiciona esses direitos, que são direitos do cidadão atingido por um desastre, ao *status* econômico, vamos dizer assim, do ente, do próprio Município, quando não é isso. O FGTS é um direito do trabalhador. Se eu não reconhecer, caso o Município não atinja os índices previstos, o cidadão não pode sacar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para atender às suas necessidades provocadas por aquele desastre. Então, nós estamos hoje trabalhando para desatrelar alguns direitos desses, senão todos, da necessidade de reconhecimento.

Dou como exemplo uma cidade em que o desastre foi concentrado em um ponto e que destruiu dez casas. Dificilmente, esse Município vai atingir os índices previstos para que haja o reconhecimento. Mas o cidadão perdeu a sua residência, foi atingido, e ele não pode sacar o FGTS dele porque eu não reconheci. Então, há algumas correções que devem ser feitas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Na própria lei?

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Na própria legislação que nós temos aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Não, essa lei é a Lei do FGTS. São leis que regulam outras coisas e colocaram, nessa legislação, o condicionamento ao reconhecimento federal.

Para termos uma ideia do que é o nosso trabalho lá na Secretaria, eu tenho aí o quadro do que aconteceu neste ano.

Só neste ano, nos onze meses – estamos entrando em dezembro agora –, nós tivemos 1.968 reconhecimentos de calamidade pública ou de emergência de Município, só por estiagem e seca, ao longo do ano. Ou seja, normalmente, a situação de calamidade ou de emergência é de 180 dias. Então, quando vence, se o acidente ou se o fenômeno climatológico permanece, o pedido tem que ser renovado, tem que ser refeito o pedido de reconhecimento. Então, 1.968 pedidos foram atendidos, relativos à estiagem e à seca; 673 reconhecimentos por eventos relacionados a chuvas – podem ser enxurradas, cheias, hidrológicos, por excesso de água, vamos dizer assim. Isto – 673 – é mais de 10% dos Municípios brasileiros. É um número significativo. E 11, por outros acidentes diversos.

Hoje o Brasil tem 927 Municípios em situação de emergência ou calamidade pública, por seca ou estiagem, e 197 relacionados a eventos de chuvas. Isso dá mais de mil Municípios, bem mais, quase 1,2 mil aproxi-

madamente. Então, são 1,2 mil de 5,6 mil Municípios, aproximadamente, que nós temos, em situação de anormalidade, seja por calamidade ou emergência.

Vamos falar um pouco agora sobre a Secretaria já no pós-desastre ou durante o desastre.

Nós falamos, no início da nossa apresentação, sobre as ações de reposta, que basicamente envolvem três atividades. Primeiro, o socorro, que é o salvamento, a busca, logo imediatamente ou até durante o acontecimento. Temos sempre pessoas trabalhando para ajudar a população atingida. Depois, a assistência que é dada a essa população atingida, que tem que receber apoio de saúde, abrigamento. Nós temos ali uma imagem de um abrigo feito com barracas que a Secretaria fornece aos Estados, os nossos *kits*, assistência humanitária. E, por último, o restabelecimento, ainda como ações de resposta, que são trabalhos que têm que ser feitos emergencialmente, para restabelecer, de forma emergencial, os serviços públicos. Então, não são obras definitivas; são obras, ou são meios lançados no terreno para restabelecer, por exemplo, a ligação de um bairro de uma cidade com outro bairro, restabelecer a comunicação telefônica, mas como obra de emergência, não como obras definitivas.

Então, nós temos ali as três definições, a que já me referi.

Pode passar, para nós ganharmos tempo.

O requisito anterior – eu já me referi a isso no início, mas fiz questão de colocar aí –, a Lei nº 12.340, de 2010, estabelecia condições ao nosso apoio, o apoio federal, que é complementar, que é outra coisa que as pessoas confundem às vezes: a transferência de recursos que se faz é chamada de transferência obrigatória, mas ela é complementar à atuação do Município e do Estado; a União não pode atropelar isso e chegar à frente lá, antes que o Município ou antes que o Estado façam as suas atuações e solicitem esse apoio.

Então, voltando com essa alteração da Lei nº 12.983, hoje nós já podemos atuar em apoio ao ente federado mesmo antes de nós fazermos o reconhecimento federal. Isso foi um grande avanço, Senador, um grande avanço que nós conseguimos graças ao Senado, graças ao empenho do próprio Governo, pois o Executivo que se empenhou para que fossem aprovadas as alterações dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Foi fruto da Comissão que eu criei, quando cheguei aqui, juntamente com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Agora nós vamos falar sobre um item que é o que me dá mais trabalho. É incrível, mas é o pós-desastre; é a área talvez de maior dificuldade para nós trabalharmos, porque, para o socorro, para a assistência, hoje nós já atingimos um grau que eu não diria que é muito bom, mas é bom, mas já estamos caminhando, estamos melhorando isso; estamos aprendendo e substituindo alguns dispositivos, algumas normas que regem por outras mais eficientes, que tornam a ação bastante eficiente. A reconstrução, a recuperação – que é basicamente a reconstrução – é o nosso calcanhar de Aquiles hoje.

Então, nós temos aí: a recuperação são ações planejadas que visam à reconstrução de áreas atingidas por desastres, tendo como foco evitar a instalação de novas situações. Ou seja, se eu tenho uma ponte, e o rio transbordou e levou a ponte, eu não devo, o Governo Federal não vai repassar recursos para o ente fazer uma ponte na mesma situação, porque, no ano que vem, na próxima chuva, essa ponte será atingida outra vez. Então, ela deve ser feita com um *grade* mais elevado, de uma forma que cheias recorrentes não possam mais atingir aquela instalação. Estou citando pontes porque talvez seja o exemplo mais fácil, mais palpável de se entender, mas isso é para todas as instalações.

Como funciona o apoio federal – é o que estamos tratando – a essas situações? Para essa situação, nós precisamos ter o reconhecimento federal, ou seja, os danos causados à infraestrutura pública ou privada têm que ter atingido determinados índices que justifiquem o Governo Federal complementar com recursos aquele ente, para que ele possa reconstruir a sua infraestrutura pública. Para isso, nós temos hoje na legislação que essas necessidades de apoio são remetidas pelo ente – Município ou Estado – para o Governo Federal, para a Secretaria, através de um plano de trabalho, plano esse que contém as obras que ele solicita, que nós chamamos de metas, ou seja, um plano de trabalho com várias metas; cada meta se constitui numa obra de recuperação ou de reconstrução. E nós temos um prazo estabelecido, se não me falha a memória, na Lei nº 12.608: esse plano tem que dar entrada na Secretaria em 90 dias da ocorrência do desastre, de quando ele aconteceu.

Aí há alguns problemas, por exemplo, Amazônia e Rondônia. Rondônia ficou debaixo d'água 90 dias. Antes de baixarem as águas, nós não poderíamos verificar o tamanho do estrago que estava embaixo d'água. Então, só para apontar que o Governo Federal e o próprio Congresso fizeram um esforço bastante grande de 2011 para cá para dotar o País de normas que propiciassem um Sistema Nacional de Defesa Civil, mas agora nós estamos vendo que há aperfeiçoamentos a serem feitos. Sempre há melhorias, nós sempre podemos melhorar o que já existe. Então, esse é um dos pontos – até coloquei aí – que eu gostaria de destacar.

Quando eu falei que o calcanhar de Aquiles é a reconstrução.... Ontem, eu estive em São Paulo num fórum com a iniciativa privada, buscando a participação da iniciativa privada na Defesa Civil, pela importância da par-

ticipação da iniciativa privada. Eu disse, ontem, lá que eu vi uma reportagem sobre o Japão que mostrava que, 30 dias após o tsunami, a rodovia estava recuperada. Apareceram as imagens no telejornal. Nós não temos olhos puxados, nós não somos Japão, mas, se eles podem, nós também podemos. Então, essa é nossa meta na área de recuperação. É conseguir recuperar. Se aquela infraestrutura existe é porque ela é necessária. Então, temos que ter normas e meios que permitam essa recuperação num tempo em que a população está precisando dela.

Eu digo sempre que um governador que planeja expandir a sua rede pública de ensino planeja para o próximo ano a construção de uma escola; o governador ou o prefeito que teve uma escola destruída tem alunos já agora que estavam na sala de aula e não estão mais na sala de aula. Esses alunos têm de voltar para a sala de aula com boas condições no tempo mais curto possível. O tratamento dado pela legislação a essas duas iniciativas de construir uma escola é o mesmo. Isso é um problema que nós temos de avaliar.

Eu vou dar um exemplo nacional. O Rio Grande do Sul tem duas rodovias estaduais que foram interditadas, cada uma em um ponto, por problemas climáticos. Nós já avançamos um pouco no processo – depois, eu vou mostrar qual foi o avanço que fizemos, também com base na Lei nº 12.983 – isso foi em junho, nós ainda não conseguimos recuperar essas rodovias, nem começar as obras, ainda estamos trabalhando na burocracia junto com o Governo estadual. As estradas estão com desvios, o prejuízo diário é grande. É um prejuízo diário grande para as empresas que fazem transporte, para o cidadão que usa a rodovia, para o meio ambiente que está suportando um trânsito, às vezes, em vias que não são preparadas ou até por dentro de próprias áreas urbanas, que não têm preparo para esse peso. Então, nós temos de melhorar.

Para termos uma ideia, destaco o número de processos aguardando análise para liberação de parcela. Podemos liberar o recurso para a reconstrução parceladamente. Fazemos o empenho para o Município; passamos todo o crédito; à medida que o Município avança a obra – estou falando do Município, mas entendam Município ou Estado, aquele ente que está sendo apoiado –, ele faz a prestação de contas; depois da prestação de contas analisada na Secretaria e no Ministério e de aprovada essa prestação de contas, é liberada uma próxima parcela. Assim, nós temos processos em três, quatro parcelas; alguns são de parcela única. Hoje, só para liberação de parcelas, há 68 processos na fila aguardando análise. Estamos falando em "aguardando", mas nunca esquecendo que nós estamos falando de emergência. O número de processos aguardando a primeira análise de plano de trabalho vai a 180 processos, e, no Departamento de Recuperação e Reconstrução, hoje, há 15 ou 16 analistas para atender todo esse volume. Agora, a solução não é aumentar o número de analistas, porque não há analista que chegue.

Vejamos o caso do Espírito Santo, foram 54 Municípios, se não me falha a memória – com certeza, foram mais de 50 –, atingidos no mesmo dia por um desastre. Cada Município gera um plano de trabalho, e, em cada plano de trabalho, há quatro ou cinco obras. Isso dá mais de 600 obras, quase mil obras. Para cada obra, as exigências que são feitas pela legislação, ou que eram feitas, são muito rígidas. Inclusive, nós teríamos de analisar os projetos para a construção e dizer: "Olha, esse projeto é bom." Isso tem de vir para a Secretaria. Eu precisaria contar com um batalhão – uso um termo militar – de engenheiros para fazer essa análise no tempo adequado à situação. No outro mês pode ser que nada aconteça, e aí não precisarei contar com esse batalhão.

Então, no processo, a visualização que nós temos não é a de que faltam pessoas para trabalhar nessas áreas, mas a de que temos de mudar os processos. Hoje, há até obras paradas em alguns Municípios por falta de análise do processo de prestação de contas de alguma parcela, e a liberação da outra parcela está retida aguardando disponibilidade para nós fazermos a análise. Isso tem atrasado o processo, e, às vezes, o prefeito tem até mesmo de suspender ou parar a realização da obra porque a empresa não suporta ficar tanto tempo parada. Isso causa problemas para nós.

E nunca podemos nos esquecer de que a sociedade é a usuária dessas obras e que essas obras são emergenciais e servem para repor o que já existia. Se algo existia, isso era utilizado e está fazendo falta agora.

Outro ponto nessa área de reconstrução é a quantidade de demandas dos órgãos de controle, que exigem a nossa atenção para responder, para atender às demandas. Então, foi o que coloquei ali. Trata-se de homem/hora trabalhando, analista/hora trabalhando. Só em 2014, da parte do Ministério Público Federal, há 175 demandas diversas, principalmente sobre processos mais antigos. Essas demandas determinam que, às vezes, um analista tenha de se dedicar ao trabalho durante um mês inteiro para atender à demanda. Há processos lá com mais de 80 mil páginas, com mais de 60 volumes, com projetos. São demandas que geram a necessidade de trabalho para nós e que empenham o nosso corpo de analistas no atendimento. Então, neste ano, são 175 demandas do Ministério Público, 36 demandas da Controladoria-Geral da União, 20 demandas do Tribunal e outras demandas, como as da Polícia Federal, que correspondem a mais 79. Estou colocando isso, porque o quadro que vivemos hoje na parte de reconstrução não é bom.

Quais os problemas que nós temos hoje? Eu, praticamente, já citei aqui esses problemas. Há um elevado número de planos de trabalho que nós recebemos pela Sedec. Esse não é um problema, essa é a natureza do nosso trabalho. Mas ele vira um problema com a situação que nós temos, com as nossas obrigações referentes às análises desses planos.

Há a análise técnica dos projetos básicos. Para cada obra, eu tenho de contar com um engenheiro, que recebe o projeto, por exemplo, numa ponte e que aprova esse projeto. Isso leva duas semanas, dez dias úteis. Dependendo da obra, por um mês inteiro, um analista examina uma obra, e, hoje, no território, há mais de oito mil obras em execução controladas pela Secretaria.

Existe também o processo. Nós temos uma legislação que trata de Municípios e nós temos o Município de São Paulo, o Município do Rio, Porto Alegre, Belo Horizonte, mas nós temos Lajedinho, com 1.700 habitantes. E a legislação trata todos os Municípios de forma igual e exige igual.

Então, eu tenho, às vezes, muito problema em atrasar o repasse de recursos para atender a um Município, porque o Município não consegue apresentar documentação, prestação de contas num nível aceitável, com correção.

Hoje, então, nós temos na Sedec um passivo de análise de processos, ou seja, processos que estão na fila; acima de 2,8 mil em aberto, aguardando na fila para análise por diversos motivos.

A contratação de obras no nosso País não conta com uma norma específica para atender emergências. Nós estamos melhorando – e vou mostrar mais à frente a legislação no que tange à nossa participação, à nossa atuação –, mas o Brasil tem que olhar para isso. O Congresso, o Poder Executivo têm que olhar para isso. Nós temos que ter uma legislação que nos permita a contratação de forma diferente do que é feito hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Ainda não resolve, e eu vou dizer por que depois.

A recuperação de áreas atingidas por desastre acaba sendo lenta e penaliza a população.

É incrível, mas algumas obras de reconstrução do Estado do Espírito Santo, de uma cheia ocorrida em dezembro do ano passado, próxima ao Natal – se não me engano foi dia 20, 21 o desastre –, ainda não iniciaram. Nós estamos falando de obras para reconstruir infraestrutura que já existiam e que eram utilizadas pela população. Então, a população está sendo penalizada, e não é por falta de recursos que o Governo Federal possa alocar.

Até respondendo a um dos pontos agora, em nenhum momento a Secretaria deixou de receber da área financeira e da Presidência os recursos necessários para atender à Defesa Civil nas situações de emergência, seja para resposta, seja para reconstrução. Nós trabalhamos com crédito extraordinário. Não é orçamentário. É a ação 22BO. E sempre que atingimos um nível de crédito um pouco inferior ao que a gente necessita para aquele momento, a Presidência da República imediatamente expede uma medida provisória nos alocando novos recursos. Isso está para acontecer agora mesmo, em dezembro, nessa virada de ano para 2015.

Então, em nenhum momento a Secretaria deixou de ter recursos para atender àquilo que deveria atender quando os Municípios e os Estados nos solicitam recursos. É lógico que temos que fazer análise e temos que ser justos nessa distribuição, mas recursos não têm faltado. Isso não é problema. O problema maior é a legislação.

Eu vou falar agora um pouco sobre os nosso avanços. Esta Lei nº 12.983 trouxe avanços. Tendo em vista que ela não está regulamentada adequadamente – nós estamos trabalhando na proposta de decreto –, nós já emitimos uma portaria, assinada pelo Sr. Ministro Francisco Teixeira, Portaria nº 384, para já colocar em vigor alguns dispositivos que nos eram muito importantes dessa lei.

Então, os avanços da lei: primeiro, ela desonera a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil da análise e aprovação dos projetos. Isso quer dizer o seguinte: o Prefeito solicita o recurso, diz qual é a obra que ele precisa, comprova que aquela infraestrutura foi destruída em um desastre. Aquela solicitação é adequada a funcional programática. Ela nos demonstra a necessidade daquele recurso e nos dá um valor aproximado para execução daquela obra. Caberá ao prefeito fazer todo o processo e garantir que a obra será feita de forma adequada e com qualidade.

O problema passa a ser do ente que recebe o recurso e que tem interesse que seja assim. Então, ele não vai necessitar mais nos remeter o projeto e esperar o projeto ficar parado na Secretaria, às vezes 30 dias, na mão de um engenheiro, ou às vezes muito mais tempo, porque entra na fila de análise. Então, essa desoneração é muito importante para agilizar, para nós conseguirmos dar velocidade ao atendimento das necessidades dos Estados e dos Municípios no que diz respeito a recursos para reconstrução. Possibilita a utilização de um regime diferenciado de contratação para as obras de prevenção e de recuperação, todas voltadas para a Defesa Civil. Isso é ótimo, porque é uma forma de agilizar a contratação da obra – ainda não é o adequado, mas agiliza bastante. Atribui a maior responsabilidade pela execução e fiscalização das obras ao próprio ente que as solicitou – Estado e/ou Município –, aliviando a Sedec de diversas horas de trabalho para que a Secretaria possa, de fato, atuar de forma mais rápida.

A Portaria nº 384, de outubro agora, teve por base a lei, como já falei antes da regulamentação. Antes que saísse o decreto, nós precisávamos, tínhamos urgência em utilizar os dispositivos legais que favorecessem uma atuação da nossa defesa civil de forma mais rápida e mais efetiva.

Pode passar.

Então, essa portaria cria um regramento específico para a contratação de obras e aquisições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Ah, só a portaria aqui, não é?

Então, com base nesta Lei nº 12.983, a portaria estabelece procedimentos a serem adotados para a solicitação e transferência de recursos para as ações de recuperação em áreas atingidas por desastres. Ou seja, é quase um manual para o ente, Estado ou Município, estabelecendo como ele deve proceder e como será a relação União-Estado ou Município, como será essa relação tanto na solicitação dos recursos quanto na execução e na aplicação desses recursos, e basicamente passando de fato ao Estado e ao Município não só a responsabilidade, mas a capacidade para ele executar.

Então, hoje, a Secretaria se desonera um pouco, isso agiliza o nosso trabalho, mas o Estado e o Município têm que confirmar a qualidade daquela obra e não mais... Nós temos, como Secretaria, enquanto Governo Federal, de fiscalizar a execução física do objeto, que é o correto. Mas nós não temos gente para mandar para todas as obras. Nós temos um bueiro lá no Mato Grosso, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, num Município qualquer: para nós é uma obra, uma obra de R$200 mil ou R$300 mil, mas é uma obra. Pela forma de atuação anterior, nós tínhamos que mandar alguém lá inspecionar essa obra. Ou seja, essa lei, e a portaria hoje, dizem: "Olha, Município, você pediu. Faça benfeito, está aí o recurso".

E nós temos os órgãos de controle: o Ministério Público, a CGU e o TCU, que devem fazer a parte de fiscalização também, e não o órgão Executivo mandar o recurso e ter que fiscalizar. Em outras obras talvez isso seja possível, no caso de outras secretarias e outros ministérios, mas, na defesa civil, pelo número de obras que nós temos, é impossível. Custaria muito caro para a União ter que fazer essa fiscalização, ter uma secretaria equiparada para isso. O nosso problema é atender a população. Caberá a outros a fiscalização pela aplicação daqueles recursos.

Oportunidades que nós enxergamos como oportunidades de melhoria, ou seja, são as coisas que nós visualizamos, depois de um ano no cargo, que nós temos que melhorar.

Primeiro, melhorar o nosso Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, criado pela Lei nº 12.608. Ele foi criado de forma a definir os seus componentes, mas não há um regramento sobre o seu funcionamento. Nós precisamos fazer isso porque nós temos alguns Estados em que a defesa civil é tratada por uma secretaria. Em outros Estados, é um coordenador, uma coordenadoria de Defesa Civil. Em outros ainda, é um diretor de um órgão qualquer que é nomeado coordenador de Defesa Civil. Não há uma estrutura nos Estados para compor e fazer com que esse sistema funcione.

Nós já fizemos duas reuniões aqui em Brasília com os coordenadores e secretários estaduais para debater isso. Nós temos que fazer que o sistema se fale, que ele possa circular. Hoje ele existe só no papel, dizendo quem é quem, mas não dá atribuições; não há atribuições. Nós temos que dividir responsabilidades e tarefas por todo o sistema.

E uma oportunidade de melhoria é nós criarmos, no nosso País, um regramento específico para contratação de obras e aquisições realizadas para atendimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Há necessidade que se crie esse regramento e que se entenda que obra de emergência é uma obra que já deveria estar terminada quando nós vamos começá-la. Isso é emergência. Porque ela é muito necessária, ela já existia, e eu tenho que repor as condições de vida daquela população daquela área. E incluir isso na ótica da gestão de risco de desastres em todas as leis federais.

Às vezes, nós temos uma obra de reconstrução de uma ponte que depende de uma licença ambiental. Assim como não há, na área de contratações, uma legislação específica, em outras áreas que também interferem na velocidade com que nós reconstruímos o que foi atingido, não há nenhum dispositivo que olhe aquela obra de forma diferente, como ela é: uma obra de emergência e de reconstrução. Então, esses dois pontos são fundamentais para que a gente consiga melhorar.

Foi uma apresentação em que procurei dar uma quadro geral. Agora eu me coloco à disposição, Senador Jorge Viana, para, naquilo que for possível, atender a Comissão, respondendo os questionamentos que nos forem apresentados. Eu tenho alguns assessores aqui comigo que poderão, se necessário, me auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria cumprimentar o General Adriano Pereira Júnior, que é o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Governo brasileiro,

Eu queria cumprimentar também o Ministro da Integração, Francisco Teixeira, que também tem – eu devo fazer este reconhecimento aqui no Senado Federal – dado um tratamento diferenciado, e tem sido possível, tem sido perceptível ver a melhoria da prestação do serviço na Defesa Civil nacional, que é um espaço fundamental do Ministério da Integração. Então, eu quero fazer esse reconhecimento porque, na condição de Prefeito de uma cidade da Amazônia e, depois, Governador do Acre por oito anos, eu vivi muitas situações ao longo destes últimos 20 anos. Entraram governos, saíram governos, tivemos vários ministros, tivemos vários secretários de defesa civil, e o certo é que nós temos melhorado muito no Brasil a atuação nessa área específica, que é tão importante. A previsão é parcial. Então, tem que haver uma equipe preparada, pronta, recursos estabelecidos e uma norma-

tiva de ação bem posicionada, para atender. O Brasil tem mais de 5,5 mil Municípios e, como foi colocado por V. Exª, mais de 10% deles tiveram que recorrer a situações de emergência ou estado de calamidade só por chuva.

Nós temos alguns com uma doença crônica da seca, que se estendeu agora, como foi colocado pelo General Adriano, pelo Sudeste brasileiro, o que é algo surpreendente, e na maior cidade do País. Temos a cidade de Itu, por exemplo, que vive uma situação mais que precária.

Aproveitando, eu queria dizer, além de cumprimentá-lo, que já pedi à Secretaria e já recebi da Secretaria da Comissão de Infraestrutura uma cópia, por ter sido autor da proposta de criação da comissão temporária para revisar a legislação de defesa civil do País, cujo Relator foi o Senador Casildo Maldaner. Então, nós tivemos, sim, algumas mudanças a partir de 2011, em cima da legislação feita em dezembro de 2010, ainda quando o Presidente Lula estava dirigindo o País.

Um dos problemas que nós identificamos na comissão foram algumas mudanças bem-intencionadas na legislação, mas que não funcionaram. Foi criado o fundo, por exemplo, e o fundo não funcionou porque ele estava diretamente vinculado à reconstrução, e o custo de reconstrução é algo astronômico. E a proposta do fundo era que, para cada um real que o Estado ou Município aportasse, a União poria três reais. Nenhum Estado aderiu porque, de fato, não há como fazer. Se fosse para prevenção, eu ouvi de vários prefeitos e governadores que eles aceitariam até um real para um real, ou seja, fazer uma ação conjunta. O Estado ou Município aporta um real, a União aporta um real, e se faz a prevenção. Tivemos audiência...

As Nações Unidas mesmo criaram agora um espaço importante em seu âmbito só para tratar de desastres naturais, que é algo muito grave que ocorre no mundo, os noticiários têm mostrado isso diariamente. Aliás, aqui no Brasil, acho que a imprensa ainda tem que se aperfeiçoar nisso. Em qualquer lugar do mundo em que você esteja viajando, seja no rádio, seja na televisão, amanhece o dia, e o cidadão tem informações sobre clima, sobre tempo, sobre eventuais desastres naturais, e encerra-se a programação noticiosa no mesmo tema. Aqui no Brasil, não é por falta de assunto. Eu não sei, gostaria até que V. Sª nos passasse quantos Municípios no Brasil estão atualmente em situação de emergência ou dentro de decreto de estado de calamidade pública. Essa é uma informação.

Gostaria também que V. Sª nos detalhasse, se possível, o orçamento da Secretaria de Proteção e Defesa Civil anual. V. Sª afirmou aqui que – e cumprimento o Ministério do Planejamento, a Presidenta Dilma –, quando solicitados, os recursos são repassados; mas gostaria de ver o volume desses recursos que nós temos, porque um dos resultados do trabalho que fizemos na Comissão com o Senador Casildo Maldaner foi o art. 17-A das propostas que apresentamos, dizendo: "Fica vedada à União contingenciar verbas públicas destinadas à defesa civil, inclusive as referentes ao Funcap", que é o fundo... Nós apresentamos porque essa foi uma das reivindicações que nós encontramos.

Mas V. Sª está colocando algo que entendo é óbvio, mas sobre o qual não se adotou ainda a medida mais adequada. Para se tipificar situação de emergência, óbvio, tem que haver algumas situações postas, inclusive alcançando questões econômicas, de dano; quanto a estado de calamidade, uma intensidade ainda maior. Mas V. Sª foi muito preciso quando disse: "Mas nós temos situações em que dez casas ou dez famílias perdem tudo, pode haver vítimas do ponto de vista material, não há reparo para esses prejuízos, mas essas situações não levam automaticamente à adoção de medidas como liberação de FGTS, não levam à execução de programas que estão previstos quando temos calamidade pública ou até mesmo situação de emergência". Eu anotei e, inclusive inspirado na sua apresentação, pretendo apresentar algumas proposições no Senado, aqui no Congresso, visando aperfeiçoar a legislação.

Agora, quanto ao debate sobre as obras, de fato, há uma situação grave no nosso País, e o País, neste momento, enfrenta o debate de como fazer para enfrentar questões de desvios de conduta, de desvios de recursos públicos, para a boa aplicação dos recursos públicos. Nós sabemos que o histórico brasileiro é o de que, usando de situações de desastres naturais, muitos desvios foram feitos. No Acre, em 1988, houve uma das grandes cheias, e ficou conhecido também um escândalo de desvios de donativos. Agora, a situação está moralizada, mas nós tínhamos de encontrar uma maneira de não ficarmos imobilizados por conta dos desvios que, excepcionalmente, ocorrem. Hoje, o aparato de acompanhamento, fiscalização e controle é muito amplo. Há a CGU, há o TCU, há os tribunais estaduais, há os órgãos do próprio Ministério e da Secretaria. Eu acredito que nós não podemos, por conta da ação de alguns, comprometer uma política para todos.

Eu gostaria de aprofundarmos aqui um pouco mais o comentário sobre como é que V. Sª vê a ação mais na prevenção, porque a resposta é muito cara, embora ela tenha de ser feita. A reconstrução nem se fala. A ONU fala que, para cada R$1,00 gasto na prevenção, são R$7,00 que se economizam na reconstrução. V. Sª deixou muito claro também.

Eu estive no Japão agora há pouco tempo, é inacreditável a maneira como eles trabalham. Tóquio é uma cidade de 10 milhões de habitantes, que eu já conheço há algum tempo. Com todo o respeito, vou usar um termo aqui talvez seja bem inadequado, mas que possa comunicar: Tóquio tem semelhança com algumas periferias das cidades brasileiras, porque, quando você olha – eu gosto muito de urbanismo –, não vê um padrão de organização e de planejamento do crescimento. São vielas, são ruas pequenas de mão dupla, mas num padrão elevadíssimo de qualidade de vida e de segurança. Há postes no meio da rua. É inacreditável. São ruas estreitas em que mal

passam apertados dois carros. E o poste está no meio da rua, não há calçadas, mas tudo funciona perfeitamente e muito bem. Só que é um lugar em que há extremos de desastres naturais. Há situações muito graves que vão do terremoto a maremoto, a *tsunami*. Todos os grandes eventos de desastres naturais ocorrem no Japão. A população é concentrada numa faixa pequena. E eles conseguem ser um modelo nessa área, ser um exemplo nessa área.

Já o nosso País, que não tem situações tão extremas, ainda tem um grande caminho a percorrer. Por isso, a importância de uma audiência como esta – e eu cumprimento o Presidente da Comissão, Fernando Collor, e o Senador Pedro Taques. É muito importante que o Brasil entenda que um dos mais importantes órgãos que precisamos ter é a Secretaria de Defesa Civil no Ministério da Integração. Ela precisa ter o apoio e a confiança de todos, os recursos necessários, um corpo técnico cada vez mais preparado para atender a essa situação que agora é corriqueira no nosso País. Antes, talvez, ficava o caos: o prefeito que se vire, a comunidade que se resolva.

Eu gostaria que V. Sª pudesse nos falar um pouquinho mais sobre quais mecanismos poderíamos fazer, indo além do RDC (Regime Diferenciado de Contratações). Por exemplo, há uma situação grave mesmo, um desbarrancamento por conta da cheia de um rio, 100 casas foram atingidas, e as famílias foram para um abrigo. Vai demorar pelo menos um ano e meio ou dois – V. Sª já colocou os exemplos – para que essa situação possa ser resolvida, para que algum recurso público possa ser aplicado. Como fazer para que não haja desvio de recursos e como fazer para dar uma resposta mais rápida possível?

Nós temos de ser vigilantes, porque há um outro agravante. A coisa que eu mais falo, quando eu visito um Município que está numa situação de emergência, é: "Não tente se aproveitar de uma situação real, que algumas famílias estão vivendo, para tentar resolver os problemas do seu Municípios". É o que mais acontece.

Você tem 100, 200 famílias atingidas, uma situação gravíssima, e o prefeito apresenta um plano para atender mil famílias. O evento acontece em dois ou três bairros da cidade, e você põe a cidade inteira e tenta resolver problemas de décadas. Aí fica esse impasse, que termina sendo uma grande irresponsabilidade por conta do gestor público.

Eu penso que temos de ser rígidos nisso. Quando houve a situação da cheia do Rio Branco agora, foi feito um minucioso levantamento bairro a bairro, e dentro do bairro tinha divisão de ruas a serem atingidas para poder acessar FGTS, para acessar o desbloqueio de alguns recursos, para um crédito diferenciado para o comerciante. E alguns diziam: "Por que não põe para todo mundo da cidade? Está todo mundo em crise".

É uma situação em que o Brasil ainda não amadureceu. Têm que virar uma cultura o respeito e a seriedade no trato, principalmente na hora em que há famílias que perderam tudo, até entes de sua família. Há perdas de vida.

O desastre de 2011, no Rio, foram mais de mil pessoas que morreram. Aquilo tem que ser um divisor. Aquelas históricas enchentes no Vale do Itajaí, que marcaram também uma mudança na legislação brasileira, precisam ser consideradas.

Então, passo a palavra para que V. Sª possa fazer um conjunto de considerações finais sobre: na sua compreensão, quem vive a realidade? Se pudesse citar três ou quatro pontos mais importantes em que deveríamos ter a colaboração do Congresso Nacional no sentido de aperfeiçoar. Entres eles obviamente um mecanismo mais ágil para as obras de reconstrução.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Eu anotei o que V. Exª colocou como pontos que gostaria que fossem esclarecidos, entre eles: quantos Municípios hoje temos na situação de emergência ou calamidade pública, ou seja, vivendo uma situação de anormalidade?

Nós temos hoje 1.124 Municípios em situação de anormalidade, sendo 1.124, se minha matemática não estiver errada, fiz uma adição, são 927 Municípios atingidos por estiagem ou seca e 197, por outros eventos climáticos, principalmente chuvas intensas ou inundações.

Em outro ponto, o senhor falou sobre o orçamento. A Secretaria tem um orçamento que é o que permite a ela exercer diversas funções, como capacitar pessoas, adquirir alguns materiais para o funcionamento orgânico da própria Secretaria, alguma coisa para auxiliar Estados e Municípios a se equiparem ou organizarem os seus órgãos de defesa civil.

Esse recurso é orçamentário. Ele vem no Orçamento anual. Mas o recurso é voltado para a atividade-fim, que é aquele que usamos para socorrer Estados e Municípios em todas as fases quando há desastre, desde a resposta, socorro, assistência, recuperação, reparação, reconstrução. Todos esses recursos são por medidas provisórias e é crédito extraordinário. Esse crédito, a Presidenta tem sempre nos colocado à disposição. Ou seja, fazemos a solicitação via Ministro, e a Presidência, em seguida, emite essa medida. Não tem faltado esse crédito. E não é contingenciado porque é um crédito fora do Orçamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Esse ano houve um limite, mas depois conseguimos convencer que era necessário.

O que posso dizer é o seguinte: se a Defesa Civil Nacional não funcionou bem este ano, não foi por falta de recursos, orçamentários ou extraorçamentários. Não foi isso. É muito mais pelo arcabouço legal, por deficiência da nossa estrutura, que está instalada em nosso País, e aí entro nos Municípios, entro nos Estados, e na própria União, para que a gente possa ser mais ágil e atender com mais eficiência. Mas recursos não têm faltado.

O senhor falou também sobre a importância da prevenção. Não é divulgado. Eu não tenho esses dados. Eu não trouxe porque a prevenção hoje não está mais com a minha Secretaria. Mas está junto ao Ministério das Cidades, está jundo ao Ministério da Integração em secretarias que têm maior aptidão para atender esses obras. Por exemplo, habitação. A reconstrução de habitações, de residências está no Ministério das Cidades que já tem um programa. Obras de drenagem urbana estão no Ministério das Cidades. Já no Ministério da Integração estão obras de contensão de cheias, que são barragens que se fazem rio acima em toda a bacia para segurar a água para que ela não chegue num volume muito forte em áreas habitadas e produza inundações com danos à população e à infraestrutura.

Eu não tenho os valores, mas com certeza muitas obras estão incluídas no PAC. Algumas passam por mim e depois eu faço o encaminhamento para a secretaria ou para o ministério responsável. E eu tenho a impressão de que neste ano os valores postos em prevenção foram bastante elevados. Mesmo na prevenção nós vamos esbarrar de novo na possibilidade de o ente aplicar o recurso. Hoje o prejuízo não se deve à falta de recurso. O prejuízo maior hoje é a dificuldade do próprio ente em utilizar o recurso. Eu dei o exemplo aqui do Rio Grande do Sul que desde setembro, se não me falha a memória, podem me confirmar, nós autorizamos a contratação. Nós estamos em dezembro, e o Estado ainda não conseguiu contratar a obra para recuperar rodovias que estão interditadas. Então, essa dificuldade é muito grande.

Tudo isso vai esbarrar num outro ponto que V. Exª tocou, Senador, que é como tocar obras de forma rápida e de forma responsável pelo ente que a está executando. Eu tenho 66 anos de idade, 46 anos de serviço; fui ordenador de despesas algumas vezes; percorri o Brasil durante a minha vida; foram 34 mudanças de residência ao longo desses 46 anos. A visão que eu tenho é que, quando eu fui ordenador de despesa pela primeira vez, em 1985, nós tínhamos uma liberdade para aplicar o recurso muito grande e uma fiscalização pós e uma punição pós. A prestação de contas era rigorosa. Mas hoje nós estamos criando dificuldade para aplicar o recurso, para usar o recurso. Essa é uma crítica à situação que nós vivemos em todo o País hoje, ou seja, se depois aplicarmos mal, a responsabilização nem sempre acontece, embora haja fiscalização.

Então, nós temos que mudar um pouco a cara do nosso País e não dificultar mais para o bom administrador público, porque nós temos excelentes administradores públicos e eles estão pagando, estão sendo penalizados pela conduta de alguns poucos que se aproveitam de algumas situações. Mas nós precisamos mudar isso.

Emergência, obras de emergência ... É preciso acreditar no administrador público. É preciso fazer o filtro que nós fazemos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Compartilhar com a sociedade.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Compartilhar com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se nós indicarmos mecanismos de transparência, nós vamos...

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – V. Exª falou que alguns prefeitos, alguns administradores públicos tentam se aproveitar... De fato, porque às vezes a gente recebe ... Mas aí a gente faz o filtro. Quando se dá mais tempo para a minha equipe trabalhar, em vez de analisar o projeto, nós vamos analisar é se a obra se enquadra, se a obra é necessária. Isso é fundamental. Então, hoje isso até atrapalha e atrasa as nossas análises. Às vezes nós recebemos pedido, por exemplo, para reconstruir uma ponte num plano de trabalho com oito, nove obras, mas nós vamos olhar no Google. Nosso técnico vai lá no Google e verifica que aquela ponte não existia antes de vir a enchente. Então, ela não se enquadra. Ela é necessária, mas às vezes por dificuldades orçamentárias o prefeito ou o ente que precisa daquela ponte tenta incluí-la ali, mas ela não passa. Então, essa fiscalização, esse filtro nós fazemos.

E sempre que eu tenho oportunidade de falar com os prefeitos e com o pessoal ligado à Defesa Civil, solicito a eles que sejam bastante parcimoniosos e justos, que só coloquem obras que se enquadram, porque isso atrasa a nossa análise e atrasa o atendimento desses pleitos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma pergunta ao General Adriano?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois não.

Com a palavra o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Secretário General Adriano, V. Exª esteve em Rondônia, acho que algumas vezes, durante a enchente histórica, maior enchente dos últimos 100 anos, no Estado, desde quando começou a ser medido o nível do Rio Madeira naquela região. Foi a maior enchente essa do final do ano passado, início deste ano.

O regime de chuvas lá começa no final do ano e termina no início do ano seguinte, como agora, quando já começa a preocupação novamente com o início das chuvas na Região Amazônica, na Bolívia, Peru e Rondônia, e com a cheia do Rio Madeira novamente.

O Brasil está se especializando em socorro e assistência – que faz muito bem – e a reconstrução, que é o que fica mais caro. E eu pergunto ao Senhor o seguinte: e a prevenção?

Nós já estamos preocupados com a prevenção em Rondônia novamente. A prevenção diz respeito ao que se sabe sobre as chuvas deste ano: se vai ou não haver novamente enchentes; se os índices de chuva vão superar ou vão se igualar; se serão maiores ou menores que os do ano passado etc.

É essa a pergunta que eu faria a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Agradecendo ao Senador Valdir Raupp, passo a palavra para que o General Adriano, Secretário da Defesa Civil Nacional, possa dar um posicionamento sobre o questionamento do nobre Senador e, ao mesmo tempo, as suas considerações finais.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Rondônia, para mim, é um dos pontos que está mal resolvido. Nós estamos chegando ao final do ano, com mais um período de provável... Bom; um período de chuvas normal, normal de acontecer nesta época. Espero que não no volume do ano passado que foi... O Rio Madeira atingiu 19,74m acima do seu nível normal. Um recorde de 2,20m acima da maior cheia já registrada lá. E uma cheia que durou aproximadamente de três a quatro meses, atingindo a população particularmente de Porto Velho...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Guajará-Mirim.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – ... e Guajará-Mirim. Aquela população ficou submetida a condições de vida bastante precárias...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Todo o Acre.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – ... durante um período grande. Então, até hoje, nós não conseguimos dar início à reconstrução em Rondônia.

V. Exª ainda não havia chegado quando eu me referi ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ele ainda não funciona. Os Estados ainda não têm uma estrutura adequada, até para encaminhar as solicitações, até para fazer aquilo que eu chamo de – na Marinha à vezes eles usam, quando um navio sofre algum problema – controle de danos, é aquela equipe que procura o que está estragado e o que precisa melhorar e faz isso de forma rápida e eficiente.

Rondônia é o meu calcanhar de Aquiles esse ano, porque é um dos exemplos de como nós precisamos melhorar e eu tenho usado Rondônia como exemplo de como o sistema tem que evoluir. Eu tenho como meta este ano visitar todos os governadores – alguns eleitos novos – para conversar sobre Defesa Civil. Da importância do Governo estadual, porque a gente fica muito jogando a responsabilidade para o Governo Federal, não é?

E hoje o que eu sinto muito é que todos estamos devendo, do Município à União, passando pelo próprio Governo estadual. Eu quero conversar com todos os governadores, levar para eles um recado, uma mensagem de que é necessário investir. O Estado tem uma estrutura de Defesa Civil mais forte do que ele tem hoje.

A prevenção – e não vou falar só sobre Rondônia – nós temos feito. O Governo Federal tem investido muito em prevenção, em duas áreas, a prevenção por meio de redução de áreas de risco... E como se reduz uma área de risco? Por meio de um mapeamento que está sendo feito. É a minha Secretaria que conduz isso junto com a CPRM. Foram eleitos 821 Municípios considerados como de maior incidência de risco. Historicamente foi feita essa análise com dados de registro de um banco de dados existentes. Esses municípios estão sendo mapeados. Está sendo colocado em cada mapeamento o que tem que ser feito para reduzir a área. Em alguns pontos, nós temos que retirar a população, realocar para outra área, porque não há como reduzir o risco daquela área em outros pontos. É aconselhada ou apontada a necessidade de executar obras de contenção, algumas represas rio acima ou de contenção em encostas. Essas obras todas estão sendo registradas e muitas já executas mediante o PAC 2. Há muitas obras de prevenção sendo feitas. Na própria seca, a interligação da Bacia do São Francisco às demais bacias é uma obra de prevenção bastante grande para prevenir a seca naquelas áreas do sertão do Nordeste.

V. Exª também falou sobre a previsão? O Brasil tem passado o mundo, mas especificamente tem passado por picos de clima que não eram esperados. A cheia do rio Madeira no ano passado aconteceu – se não me falhe a memória – em janeiro, quando a chuva mais forte seria em fevereiro ou março. Houve uma antecipação e uma intensificação das chuvas. Nós tivemos a maior cheia do rio Iguaçu este ano. Nós tivemos um desastre bastante grande no Estado do Espírito Santo, que atingiu mais de 90% dos Municípios daquele Estados. Estamos vivendo a maior seca do Sudeste. Não há registro. E a meteorologia – a gente tem trabalhado, conversado muito com ela, reunião aqui na Casa Civil – trabalha muito com registro histórico, olha para trás, vê o que vem acontecendo. Essas médias com as quais a Defesa Civil trabalha e que projeta estão sendo todas batidas e, em alguns casos, sendo invalidadas por qualquer estudo com base nessas metas, por causa evidentemente desses picos que está havendo, seja de chuva, seja de seca. A previsão, na última reunião que nós tivemos, tem um índice de confiabilidade bastante baixo, não porque seja malfeita, mas pela distância no tempo. É que o fenô-

meno El Niño está instalado hoje, com uma intensidade de fraca a moderada. Permanecendo esse quadro, que é a previsão do clima para o mundo nessa nossa área da América do Sul, não deverá repetir-se uma cheia do Rio Madeira ou do Rio Amazonas, da Bacia Amazônica como aquela acontecida no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de encerrar a presente reunião, eu queria agradecer muito a exposição, a maneira como V. Sª, General Adriano Pereira Júnior, veio nos esclarecer os pontos que eram objeto de um requerimento do Senador Pedro Taques e também de um requerimento de minha autoria.

Penso que aqui ficaram encaminhados tanto da Comissão de Infraestrutura do Senado como para o Senado, numa missão de aperfeiçoar a legislação, o regramento brasileiro de Defesa Civil.

Queria agradecer ao Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, General do Exército Adriano Pereira Júnior.

Por fim, convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta audiência pública, com pauta deliberativa.

Obrigado, Sr. General.

O SR. ADRIANO PEREIRA JÚNIOR – Bem, eu que tenho de agradecer esta oportunidade de vir a esta Casa e expor um pouco daquela visão que nós temos sobre um assunto que – volto a repetir – é muito importante para todo os brasileiros.

A Defesa Civil está ligada à defesa da vida, seja com prevenção, seja com a dignidade daqueles que são atingidos por algum desastre. Então, é um assunto de suma importância para a sociedade.

E estar neste espaço, poder falar sobre esse assunto me alegra muito, porque o Governo – e aí são os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário – tem de olhar a Defesa Civil com um olhar especial e com as características que a Defesa Civil tem em todas as suas ações: de proteção à vida e atendimento a emergências.

Agradeço, mais uma vez, a atenção. Senador, foi um prazer estar aqui. Estamos sempre à disposição.

E trago aqui, também, as palavras e os agradecimentos do Sr. Ministro Francisco Teixeira, Ministro da Integração, que não pôde estar presente, porque está em viagem para o Nordeste a serviço, mas que determinou que nós fizéssemos este atendimento ao chamado do nosso Senado, desta Comissão, para estarmos aqui prestando esclarecimento aos senhores sobre a nossa atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado.

Os nossos agradecimentos são extensivos ao Ministro Francisco Teixeira.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 19 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 31ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte minutos do dia três de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 31ª reunião da Comissão, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da pauta. O Presidente propõe inversão de pauta do Item 3, que é acatada pelos membros desta Comissão. Às nove horas e vinte e um minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador Valdir Raupp. Passa-se à deliberação do Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2013, de autoria do Senador Clésio Andrade, que "altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.". **Relatoria:** Senador Jorge Viana. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 1 – Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, de autoria do Senador Eliseu Resende, que "dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.". **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2013, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "altera a Lei

nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.". **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 4 – Ofício "S" nº 6, de 2014, de autoria da Secretaria de Portos da Presidência da República, que "encaminha, nos termos do disposto no art. 57, § 5º, da Lei 12.815, de 2013, Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ". Relatoria ad hoc: Senador Francisco Dornelles. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.". Resultado: aprovado. EXTRAPAUTA: Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2014, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, que "dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 2.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências", para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa." Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jorge Viana**, Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo à pauta desta reunião, fazendo um apelo ao Senador Raupp para que possa vir à Presidência. E ao querido Senador Dornelles, tenho uma reunião na Vice-Presidência imediatamente, e meu relatório não passaria de cinco minutos. É o item 3 da pauta, e o de V. Exª é o primeiro.

Assim, se eu pudesse só fazer a leitura do meu relatório nesses cinco minutos, fazendo a inversão de pauta, eu agradeceria.

Passo a Presidência para o Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana, para proferir seu relatório sobre o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 535, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.
Autoria: Senador Clésio Andrade.
Relatoria: Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2013 – Complementar, de autoria do Senador Clésio Andrade, que altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para acrescentar à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste os Municípios mineiros situados no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas.

Essa proposta é meritória por parte do ex-Senador Clésio Andrade. Não há dúvida da importância da preocupação de S. Exª, mas eu queria partir imediatamente para a análise que faço no meu relatório, que justifica o voto pela rejeição.

Conforme o disposto no art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes.

A esta Comissão cabe analisar o mérito da Proposição. Nos termos do art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, caberá à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais da matéria.

Quanto ao mérito, concordo plenamente com o autor sobre a importância de que os Municípios relacionados sejam atendidos com os benefícios creditícios oferecidos pela Sudene. No entanto, é necessário lembrar que os Municípios listados na proposição já se encontram atendidos pela Sudene.

Então, há um defeito na proposição, apesar de meritória. Nós fomos fazer uma análise, e todos os Municípios que o ilustríssimo Senador pede que sejam incluídos e que possam ser atendidos nos benefícios da Sudene já estão contemplados.

O *caput* do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007, lista apenas 38 Municípios mineiros atendidos pela Sudene. Mas as leis mencionadas no artigo supracitado (Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998) determinam a inclusão de outros 130 Municípios de Minas Gerais, resultando uma lista de 168 Municípios mineiros atendidos pela Sudene.

A lista apresentada na proposição contém 160 Municípios, todos já atendidos pela Sudene.

Então, eu penso que fica muito claro que, inclusive, o aparato legal, o regramento legal que temos atende a um número de Municípios maior do que o apresentado pelo Senador.

Diante do exposto, sou pela rejeição do projeto do Senador porque entendo ser uma matéria prejudicada.

É esse o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2007
– Não terminativo -

Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências.
Autoria: Senador Eliseu Resende.
Relatoria: Senador Francisco Dornelles.
Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Francisco Dornelles para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura o Substitutivo da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária em vias navegáveis e potencialmente navegáveis.

O SCD foi distribuído exclusivamente à Comissão de Infraestrutura.

Análise.

De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre transportes e obras públicas.

Como o substitutivo não foi distribuído a outras comissões, analisaremos não só o mérito, mas também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Constituição Federal determina que a competência para legislar sobre águas e sobre navegação fluvial é privativa da União.

Quanto à juridicidade, a matéria inova o ordenamento jurídico, não sendo incompatível com ele.

No mérito, é necessário destacar a importância da matéria que analisamos. De fato, um dos maiores empecilhos à navegação interior em nosso País é a ausência de eclusas para a transposição das diversas barragens que fazem o aproveitamento hidroelétrico em nossos rios. Como essas eclusas não foram construídas quando os lagos ainda não existiam, os custos e as dificuldades técnicas para construí-las, depois que estes se encontram cheios, sobem de forma vertiginosa, inviabilizando sua implantação.

A solução que se propõe é que, a partir de agora, a construção desses dispositivos seja feita de forma concomitante com a barragem, ou que pelo menos seja implantada o que se denomina, nos meios técnicos, de cabeça de montante.

Diante do exposto, o SCD nº 209 atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, somos por sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Em discussão o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp; Sr. Relator, Senador Francisco Dornelles; eu quero parabenizar o relatório do Relator pela aprovação. Esse projeto é da maior importância, Senador Raupp.

O Executivo continua construindo barragens para gerar energia sem garantir a navegabilidade dos rios. Isso, na nossa Região, Região Amazônica, é permanente. Ainda agora, está prevista a construção da barragem de Marabá, da Hidrelétrica de Marabá, entre o Município de Marabá e São João do Araguaia, sem eclusa. A Hidrelétrica de Lajeado foi construída no Rio Tocantins, no Estado de Tocantins, sem eclusa.

Então, apresentei já há muitos anos um projeto semelhante a este. de tal forma que o Congresso Nacional aprovasse uma legislação que tornasse obrigatória a construção da eclusa concomitante com a barragem.

O Governo diz que, Senador Dornelles, a barragem é responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, e a eclusa, do Ministério dos Transportes. Passamos, praticamente, 30 anos com a Hidrelétrica de Tucuruí para construir a barragem. Por sorte, à época, o Senador Gabriel Hermes fez uma luta e conseguiu que a barragem não fosse fechada em concreto, deixados uns *top logs* em aço, uma porta em aço que possibilitou, 30 anos depois, a construção das eclusas de Tucuruí.

Quando foram inauguradas pelo Presidente Lula, eu já vinha informando da tribuna do Senado que não adiantava construir as eclusas, se não fizesse o derrocamento do Pedral de Lourenço, porque não tornaria navegável o Rio Tocantins durante os 12 meses. E, até hoje, está lá a eclusa em que foram gastos bilhões de reais para ser construída e não tem nenhuma finalidade porque ainda não foi feita a derrocada do Pedral de Lourenço. Esse é um fato. Agora, o que o Projeto de Lei do Senado 209, de 2007, diz, ela é de uma importância, acho que já passou por aqui foi à Câmara e está retornando.

Precisamos aprová-lo o mais urgente possível, Presidente. Não sei se é terminativo aqui, na CI, não é terminativo. Então, vamos acompanhar o processo, Senador Raupp, V. Exª que, como eu, é amazônida, vamos acompanhar a tramitação do projeto para que ele possa o mais rapidamente possível ser aprovado para resolver esse problema em toda a nossa Região e em todo o Brasil.

Espero que, aprovado pelo Congresso, não seja vetado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Esse projeto não é terminativo, porque é um substitutivo da Câmara dos Deputados.V. Exª tem razão quado fala da construção de barragem e usina sem eclusas, e esse exemplo está acontecendo lá, em Rondônia. As duas usinas do Madeira e Santo Antônio do Jirau foram construídas sem as eclusas, já estão quase prontas as obras, existem os projetos, mas não estão previstas na construção das usinas as eclusas. É bem verdade que, para tornar o Rio Madeira, o Mamoré e o Guaporé navegáveis precisaria construir mais uma usina da Cachoeira Esperança lá próximo de Guajará-Mirim, mas a hora que começar a construir essa usina, se um dia ela for sair, vai ter que voltar para trás e construir as duas eclusas de Santo Antônio e Jirau, mas, sem dúvida, são obras importantes que tornariam navegáveis todos os três rios: o Guaporé, do Mato Grosso até Guajará-Mirim, o Rio Mamoré, que vem da Bolívia e pega uma parte na divisa de Rondônia com a Bolívia e, depois, o Rio Madeira que se tornaria 100% navegável até a foz do Rio Amazonas, até Itacoatiara.

Não havendo mais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu gostaria de sugerir... Hoje, para que você construa uma obra do porte de uma hidrelétrica, passa por audiências públicas, por condicionantes, e acho que poderemos, daqui para a frente, nessas audiências públicas, colocar como condicionante a construção da eclusa concomitantemente com a barragem. Enquanto nós não tivermos uma legislação que obrigue o Governo a fazer, vamos tentar como condicionante para a licença de instalação da hidrelétrica.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Perfeitamente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pois não, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – ... encaminhamento, nos termos do art. 336, para ser encaminhado ao Plenário... (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Coloco em votação, se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, o pedido de regime de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento:

Nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis; altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.984, de 17 de julho de 2000, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.712, de 30 de agosto de 2012; e dá outras providências, para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2014.

Francisco Dornelles, Senador.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, e a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para disciplinar a concessão de obra pública.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação da matéria, pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, na forma da emenda substitutiva.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp, Srs. Senadores.

Esse projeto é da maior importância para que possamos regulamentar as parcerias público-privadas. Quero então parabenizar o autor, o Senador Paulo Bauer.

O relatório, Sr. Presidente, que analisa o projeto que altera as Leis nº 8.987, de 1995, e nº 11.079, de 2004, que dispõem, respectivamente, sobre concessões e permissões de serviços públicos e sobre parcerias público-privadas, para disciplinar a concessão de obra pública. É o PLS nº 444, de 2013.

Em relação à Lei das Concessões, são propostas as seguintes alterações:

– inclusão da concessão de obra pública entre as modalidades de concessão;

– definição de "obra pública" e "concessão de obra pública";

– definição das formas de exploração de obra pública;

– inclusão, como conteúdo obrigatório dos editais de licitação, da indicação das "formas de aquisição dos bens declarados de utilidade pública" e "a forma jurídica a ser adotada na constituição de sociedade de propósito específico";

– determinação de que a concessão de obra de urbanização ou reurbanização deverá ser expressamente prevista em plano de operação urbana consorciada;

– tornar obrigatória a constituição de sociedade de projeto específico incumbida de implantar e gerir o objeto da concessão, facultando-se ao poder concedente exigir que seu capital seja aberto à participação de órgãos ou entidades públicas específicas ou de proprietários de bens necessários à execução;
– inclusão da possibilidade de emprego de mediação e arbitragem para solução de conflitos entre concessionária e proprietários de imóveis de utilidade pública;
– inclusão da instituição de contribuição de melhoria decorrente da obra concedida entre as incumbências do poder concedente;
– substituição, entre as incumbências da concessionária, da promoção de desapropriações pela aquisição dos bens declarados de utilidade pública, que poderá ser realizada por meio de desapropriação, de integralização do capital de sociedade de projeto específico, de consórcio imobiliário ou de qualquer outro instrumento negocial em direito admitido;
– inclusão, entre as incumbências da concessionária, da arrecadação de contribuição de melhoria e de contrapartidas obtidas no âmbito de operações urbanas consorciadas e da constituição dos imóveis públicos e privados resultantes da obra.

A Lei das Parcerias Público-Privadas é alterada para compatibilizar a definição de "concessão patrocinada" com a hipótese de concessão de obra pública.

O autor argumenta que não se justifica a atual vinculação obrigatória da concessão de obra pública a um serviço público, uma vez que muitas obras podem ser financiadas integral ou parcialmente por receitas não tarifárias.

Particularmente significativas seriam as receitas derivadas da valorização imobiliária gerada pela concessão, como a contribuição de melhoria, o aproveitamento econômico de bens públicos, a revenda de unidades imobiliárias produzidas.

A concessão de obras de urbanização ou reurbanização apresentaria a vantagem adicional de facilitar o emprego de meios alternativos à desapropriação, uma vez que, ao contrário do Poder Público, o concessionário teria maior liberdade para negociar com os proprietários, inclusive mediante permuta por imóveis futuros ou participação no capital da sociedade responsável pela execução da obra.

A proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura e Serviços Públicos do Senado Federal (CI); de Assuntos Econômicos (CAE); e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Foram apresentadas duas emendas, de autoria do Senador Pedro Taques. Segundo as respectivas justificações, o projeto seria louvável, pois supre a necessidade de disciplinar em lei federal a hipótese de custeio de uma obra executada por concessionário pela simples exploração de vantagens econômicas decorrentes da própria obra. Considera-se especialmente promissora essa atividade no segmento imobiliário, que já se estaria realizando sob a forma de operações urbanas consorciadas e concessões de direito real de uso.

Esse Projeto, Senador Valdir Raupp, do Senador Paulo Bauer, é importante porque permite essas Parcerias Público-Privadas em áreas de reurbanização, readequação. Então, o concessionário fica autorizado a negociar com os proprietários das áreas a serem alteradas pelo projeto de reurbanização e depois levar à iniciativa privada essas áreas que, negociadas com os proprietários, possam vir a ter maior valia em função do projeto de reurbanização

As alterações teriam por objetivo principal impedir que a disciplina proposta incidisse também sobre as concessões de serviço público, pois aquela seria uma atividade empresarial "de natureza exclusivamente econômica", o que permitiria uma "latitude regulatória" incompatível com a concessão total ou parcial de serviço público.

Apresentamos a seguir o conteúdo da Emenda nº 1:

– supressão da possibilidade de arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário. Considera-se que a arrecadação de contribuição de melhoria não se coadunaria com o papel fundamentalmente operacional do concessionário e que nada impediria o Poder Público de instituir e cobrar a contribuição e incluir os recursos correspondentes na equação da exploração;
– explicitação de que as formas de exploração de obra pública devem constar do edital de licitação apenas nos casos em que houver obra a ser explorada;
– limitação da exigência de constituição de sociedade de propósito específico apenas às concessões de obra pública. Não se justificaria a exigência para concessões de serviços públicos de pequeno porte;
– proibição de que a Administração Pública subscreva ou integralize com recursos públicos parcelas do capital das sociedades de propósito específico. A aplicação de recursos públicos na integralização do capital seria um desvio de finalidade e contrariaria o art. 173 da Constituição Federal, pois eles

realizam empreendimentos de natureza estritamente econômica. Isso não impediria que se pudesse exigir do concessionário a outorga à Administração de parcela do capital da empresa a ser formada.
– limitação do emprego de mecanismos de mediação e arbitragem para a resolução de disputas entre o concessionário e o poder concedente ou proprietários de imóveis declarados de utilidade pública à concessão de obra pública. A jurisprudência constitucional somente admitiria a submissão do Poder Público à arbitragem quando em jogo direitos disponíveis ou patrimoniais, o que não ocorreria nas concessões de serviço público;
– limitação da possibilidade de aquisição de imóveis pelo concessionário mediante instrumentos alternativos à desapropriação apenas no caso de concessão de obra pública.

A seu turno, a Emenda nº 2 suprime o artigo que altera das PPPs, para incluir a concessão de obra pública entre as hipóteses de concessão patrocinada. A justificação afirma que "não há como se conceber pagamentos do orçamento público à empresa privada para custeio do funcionamento de qualquer empreendimento estritamente comercial ou econômico, por absoluta falta de finalidade pública".

Análise, Sr. Presidente.

Como bem aponta o Senador Paulo Bauer, não há qualquer inconveniente em se conceder uma obra pública, remunerando-se o concessionário com receitas derivadas da própria obra, independentemente da vinculação a um serviço público.

A concessão de obra pública é mencionada no art. 1º da Lei de Concessões e no art. 2º da Lei das PPPs, embora não tenha sido disciplinada. Seus elementos essenciais já se encontram presentes no corpo dessas leis, que admitem a realização de obras por concessionários, inclusive mediante desapropriação de imóveis, assim como sua remuneração por meio de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, que não apresentam natureza tarifária.

O projeto aperfeiçoa esses elementos e os desvincula da prestação obrigatória de serviços públicos.

Assim, faculta ao Poder Público exigir do concessionário o emprego de formas de aquisição de imóveis alternativas à desapropriação, como a participação dos proprietários na SPE, a permuta por imóvel a ser produzido na obra ou a compra e venda. A fim de facilitar essa etapa de aquisição de imóveis, o Poder Público poderá também exigir que o concessionário ofereça aos proprietários a opção por mecanismos de mediação ou arbitragem, medida que poderá reduzir significativamente a necessidade de desapropriações judiciais.

Visando tornar mais clara essa inovadora hipótese de arbitragem, apresentamos uma alteração destinada a esclarecer que esse mecanismo pode ser tornado obrigatório apenas para a concessionária, cabendo aos proprietários aceitá-lo ou não.

O conceito de exploração da obra é desenvolvido por meio da inclusão de artigo, que indica como fontes de receita o aproveitamento econômico de bens públicos, a apropriação de imóveis destinados a usos privados resultantes da obra, a arrecadação de contribuição de melhoria e outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

Destaque-se, ainda, que a proposição não cria nenhuma hipótese de obra pública que já não seja admitida pela legislação em vigor. Ao definir a obra pública como urbanização, reurbanização, edificação, construção, conservação, reforma, ampliação, melhoramento, demolição ou reconstrução de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, o projeto faz uma remissão implícita às hipóteses de desapropriação legalmente admitidas.

As alterações nas emendas do Senador Pedro Taques aperfeiçoam o projeto, razão pela qual as acatamos em parte, mediante apresentação de um substitutivo.

Entre as alterações propostas, consideramos que quatro dizem respeito a aspectos fundamentais do projeto: arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário; participação do Poder Público no capital da SPE; inclusão da concessão de serviço público precedida da execução de obra no mesmo regime da concessão de obra pública; e possibilidade concessão de obra pública sob a forma de parceria público-privada.

A arrecadação de contribuição de melhoria pelo concessionário, embora plenamente compatível com a Constituição Federal e com o Código Tributário Nacional, é medida polêmica, tendo em vista seu ineditismo. Esse tributo é fundamental para recuperação da valorização imobiliária causada por obras públicas e para a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, princípios de política urbana consagrados no Estatuto da Cidade. Raramente, entretanto, é cobrado em nosso País. De todo modo, a solução oferecida pelo Senador Pedro Taques nos parece adequada: cobrança da contribuição pelo poder público e repasse dos recursos arrecadados ao concessionário.

A participação do poder público no capital de sociedades de propósito específico responsáveis pela execução de concessões de obra pública pode ser necessária para viabilizar eventual remembramento de terrenos públicos e privados, etapa inicial de muitos projetos de urbanização ou reurbanização. Além disso, constitui instru-

mento de apropriação de parte da valorização imobiliária gerada pela obra. Como bem aponta o Senador Pedro Taques, é preciso, entretanto, distinguir essa situação do simples aporte de recursos públicos em empresa privada.

A limitação das alterações propostas no projeto apenas à concessão de obra pública criaria uma indesejável dualidade de regimes jurídicos entre a obra pública isolada e a obra pública integrada à prestação de serviço público. A reurbanização do entorno de estações de metrô, por exemplo, somente poderia ser realizada mediante desapropriação dos imóveis afetados, não se admitindo o emprego dos meios de execução da obra previstos no projeto. Entendemos, portanto, que a concessão de serviço público precedida de obra pública também deve atender ao regime que se pretende estabelecer para a concessão de obra pública.

A lógica que justifica a PPP nas concessões de serviço público aplica-se igualmente à concessão de obra pública. Se não for admitida a PPP de obra pública, ficará inviabilizado o financiamento híbrido de obras, o que exigirá que sejam financiadas exclusivamente pelo poder público ou não sejam realizadas. A experiência acumulada, com as concessões patrocinadas e administrativas de serviço público, precedidas ou não de obra pública, demonstra claramente que esse tipo de financiamento é benéfico, pois permite a colaboração da iniciativa privada em projetos que não são integralmente autofinanciáveis. A concessão de obra pública já consta, inclusive, da própria Lei nº 11.079, de 2004. O projeto meramente promove uma adaptação ao seu texto, para evidenciar essa possibilidade.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 444, de 2013, pela rejeição da emenda no 2 e pela aprovação parcial da emenda nº 1, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Muito bem-vindos esse projeto e esse relatório para aperfeiçoar a Lei das PPPs. Eu fui o Relator dessa lei aqui no Senado, por volta de 2008/2009. E toda lei precisa de aperfeiçoamento.

Então, agradeço ao Senador Paulo Bauer e a V. Exª, como Relator.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 6, de 2014
– Não terminativo -

Encaminha, nos termos do disposto no art. 57, §5º, da Lei 12.815, de 2013, Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).
Autoria: Secretaria de Portos da Presidência da República.
Relatoria: Senador Jayme Campos.
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento e ainda a apresentação do RQI nº 26, de 2014 – requerimento de informações à Secretaria de Portos da Presidência da República.

Pergunto se o Senador Francisco Dornelles poderia relatar *ad hoc*.

(*Pausa.*)

Tem V. Exª a palavra para proferir o relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores.

Submete-se ao exame desta Comissão, o Ofício S/nº 6, enviado pela Secretaria dos Portos, que dispõe sobre a exploração direta e indireta da União de Portos e Instalações Portuárias e sobre atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

O Relator é o Senador Jayme Campos.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão manifestar-se sobre a matéria.

O novo marco regulatório alterou a organização institucional do setor e redefiniu as atribuições da Secretaria de Portos da Presidência da República. Os estudos elaborados para licitar o primeiro bloco, que abrange áreas dos portos de Santos, Belém, Santarém e Vila do Conde, foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise. Segundo informa a SEP, foi apresentado recurso em relação ao parecer emitido pelo Tribunal de Contas. Disso resulta a existência de diversos contratos vencidos ou a vencer nos próximos anos.

No que tange aos Terminais de Uso Privado, noticia a SEP que, sob a égide da nova lei, foi autorizada a instalação de 15 terminais, além de uma expansão de área que somam um investimento de R$ 8 bilhões. Quanto à adaptação dos contratos de adesão e dos termos de autorização existentes requerida às novas bases estabelecidas, requerida pelo art. 58 da Lei nº 12.815, de 2013, é informado que tal medida está em andamento e deveria estar concluída dentro do prazo legal.

Verificamos que as informações encaminhadas pela Secretaria de Portos atendem ao que foi requerido no inciso I do § 5º da Lei nº 12.813, de 2013. Não identificamos no relatório encaminhado informações relativas a instalações portuárias operadas em caráter excepcional utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão. Por esse motivo, incorporamos a este Parecer requerimento solicitando as informações necessárias ao exato cumprimento da lei.

Conclusão

Em razão do que foi exposto, damos ciência do relatório encaminhado pela Secretaria de Portos aos membros desta Comissão e manifestamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 6, de 2014. Ainda, com amparo no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 133, inciso V, alínea do Regimento, sugerimos a apresentação do requerimento, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014-CI

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.

Sala da Comissão,

Este é o relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para arquivamento, sendo destacado o requerimento de informações para nossa pauta.

Como já foi feita a leitura do Requerimento, vamos direto para a aprovação.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 26, de 2014
– Não terminativo -

Com fulcro no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, informações relativas às instalações portuárias operadas em caráter excepcional, utilizadas por interessado não detentor do arrendamento ou concessão, conforme determina o inciso IV do § 5º da Lei 12.813, de 5 de junho 2013.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Em discussão o requerimento.

(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores e não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. PARTE I – Lançamento da Revista "Em Discussão!", com o tema "Escassez de água – cada gota é preciosa". O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor Marco Antonio Reis, Diretor da Agência e Jornal do Senado Federal; e o Senhor João Carlos Teixeira, Editor-Chefe da revista "Em Discussão!". Dá-se início à SEGUNDA PARTE: Reunião de Trabalho, para apreciação dos Anteprojetos resultantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em 27 e 28 de março de 2014. O Senador Ruben Figueiró solicita inversão de pauta do Item 5. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inversão de pauta. Item 5 – Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal". **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Senador Ruben Figueiró agradece à assessoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O Senador Acir Gurgacz solicita inclusão de pauta das Antepropostas de Emenda à Constituição nº 4 e 5, de 2014-CI. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inclusão de pauta. Item 2 – Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões". **Relatoria:** Senador Jayme Campos. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 1 – Anteprojeto de Lei nº 3, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha". **Relatoria:** Senador Walter Pinheiro. Relatoria ad hoc: Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 4 – Anteprojeto de Lei nº 8, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "altera o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado". **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 3 – Anteprojeto de Lei nº 6, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para eliminar a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras". **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. Relatoria ad hoc: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Projeto de Lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 6 – Antepropostа de Emenda à Constituição nº 2, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, para permitir à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares". **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Relatoria ad hoc: Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. EXTRAPAUTA: Item 7 – Antepropostа de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo". **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Item 8 – Antepropostа de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que

"altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais". **Relatoria:** Senador Wilder Morais. Relatoria ad hoc: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovada a apresentação do Anteprojeto como Proposta de Emenda à Constituição de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Iniciamos com comunicados.

Documentos recebidos pela Presidência desta Comissão, acusando o recebimento do Aviso nº 1234 – Seses/TCU -Plenário, através do qual o Ministro Aroldo Cedraz, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 004.875/2014-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que trata de auditoria, no âmbito do Fiscobras 2014, realizada para avaliar a execução orçamentária, o cronograma físico e o desempenho dos principais empreendimentos contidos no Corredor Logístico da BR-163/MT/PA, bem como as providências da Administração Pública para solucionar os gargalos logísticos existentes.

Na forma do Ato nº 3 desta Comissão, de 2012, os Avisos serão encaminhados à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Documentos recebidos, ainda, do Tribunal de Contas da União.

Nota Informativa nº 2.318, de 2014, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, com recomendações relativas ao Aviso nº 982 – Seses/TCU – Plenário, do Tribunal de Contas da União. O Aviso trata de auditoria operacional, conduzida pela Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações, "com vistas a avaliar o cumprimento e a sincronia do cronograma para a entrada em operação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia outorgados a partir de 2005, bem como os impactos de eventuais atrasos e descompassos dessas obras sobre o Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) e os mecanismos existentes para coibir tais ocorrências".

Com relação às iniciativas que possam ser adotadas no âmbito da Comissão, a Consultoria Legislativa do Senado Federal opina pela negociação, junto à Aneel, de um mecanismo de acompanhamento e controle de obras, semelhante ao adotado em relação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); pela realização de audiência pública com o diretor-geral da Agência, no caso, da Aneel, para discutir o aprimoramento do sistema de monitoramento de empreendimentos de geração e de linhas de transmissão de energia elétrica; e, também, pelo conhecimento da matéria, para, em seguida, proceder ao arquivamento.

Cópias da Nota Informativa e do Aviso do TCU encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Terceiro comunicado.

Panorama econômico internacional: A queda dos preços do petróleo. Venezuela.

A atual queda dos preços do petróleo, além de atingir o setor energético, já começa a ter efeitos significativos sobre a economia mundial. Esses efeitos são complexos, na medida em que atingem de forma diferente países e áreas econômicas.

O aumento da disponibilidade de petróleo tem sido causado pela situação de baixo crescimento internacional, com apenas a economia dos Estados Unidos apresentando sinais mais vigorosos de recuperação da crise de 2008. Os Estados Unidos têm mostrado aumento das contratações de trabalhadores e valorização do dólar, com o fim dos estímulos da flexibilização monetária. O FED, o Banco Central norte-americano, deve aumentar, no próximo ano, suas taxas de juros, até aqui mantidas em níveis artificialmente baixos para facilitar uma recuperação que parece estar, cada vez mais, se consolidando.

Outras economias, no entanto, demonstram que estão enfrentando graves dificuldades na retomada. A Europa mantém-se estagnada e à beira de de uma perigosa deflação.

As exceções, dentre as grandes economias, são a Alemanha e o Reino Unido, pois a recuperação inglesa tem-se firmado. A Rússia está próxima de um período de recessão, com o rublo tendo que ser defendido para evitar um colapso, e o Japão, que vinha tentando com relativo êxito combater a deflação, apresenta uma recaída. A China mantém-se no caminho de uma economia cujos índices de crescimento não devem ultrapassar a marca dos 7% ou 7,5%. Em síntese, não é animador o quadro econômico mundial.

Portanto, desenha-se de forma clara que os preços declinantes do petróleo, do ponto de vista do consumo, têm como causa a queda da demanda. De outro lado, observa-se que ocorreu um aumento da oferta com o crescimento real ou potencial da produção em países como o México, o Canadá, o Iraque e na Líbia pós-Kadafi. O mercado internacional do petróleo baliza-se também pelo potencial de produção, e a possibilidade de exploração do pré-sal brasileiro foi fator de crença no aumento da produção e consequente queda de preços. Elemento importante, importantíssimo, é o enorme aumento da exploração de petróleo de xisto, o chamado gás de folhelho – *shale gas* – dos Estados Unidos que, embora não exporte petróleo cru, importa cada vez menos. Os Estados Unidos são hoje o terceiro maior produtor mundial de petróleo. Não se pode deixar de apontar, também, maior produtividade em relação aos gastos de energia e o uso de combustíveis alternativos.

Evidentemente, custos energéticos baixos podem ajudar economias como a da China, a da Europa, bem como a economia norte-americana. No caso dos Estados Unidos deve-se observar que a exploração do xisto pode ser prejudicada, pois os investimentos que têm sido realizados no atual *boom* podem deixar de ser remunerados adequadamente, o que desestimulará sua continuidade.

A combinação de uma economia mundial fraca e oferta maior de petróleo, que derrubou as cotações da *commodity,* apresenta risco gravíssimo para um pais de nosso entorno, a Venezuela. Nosso parceiro do Mercosul, que na reunião da Opep do dia 27 de novembro foi derrotado nas tentativas de segurar o preço do petróleo pelo controle da produção, tem mais de 95% de suas receitas provenientes do petróleo. O Presidente Maduro politizou a questão dizendo que "os inimigos da Pátria acham que vão parar a revolução bolivariana." A Venezuela depende da *commodity* para importação não só de bens e insumos, como de alimentos e já enfrentava, desde o ano passado, uma situação econômica difícil, com inflação alta, escassez de produtos e endividamento público.

No plano externo, a Venezuela, por meio da empresa estatal PDVESA, mantinha ambicioso programa de fornecimento de petróleo, fortemente subsidiado, para vários países da América Central e do Caribe. Esse programa tem sido vital para a projeção externa do bolivarianismo e é um instrumento importante da diplomacia venezuelana. No entanto, a baixa dos preços já tem levado à sua redução, pois a Venezuela tem tido agravados seus problemas em relação às reservas em moedas fortes, podendo chegar mesmo a um *default*. Com o controle de divisas em vigor e a deterioração de sua situação cambial, as empresas brasileiras que fornecem para a Venezuela correm o risco de continuar a ter dificuldades para receber seus pagamentos. Os enormes problemas econômicos daquele país, que se agravam com o colapso das cotações do petróleo, são exemplo dos perigos de uma gestão temerária das contas públicas e do abandono de investimentos em infraestrutura.

Quarto comunicado: Notícias e panoramas da infraestrutura na palavra de especialistas.

O Diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, reconheceu que o leilão para a compra de energia existente para 2015, realizado na última sexta-feira, foi insuficiente para atender à demanda das distribuidoras. Por esse motivo, ele adiantou que o Governo realizará um leilão de ajuste, provavelmente em janeiro, para mitigar o problema, que tem impacto financeiro bilionário para o setor elétrico há dois anos.

Segundo o diretor, "a quantidade comprada no último leilão deu-se em volume inferior ao necessário, tanto que a energia foi vendida pelo preço-teto" – considerado, por ele, como superior à estimativa de preço médio da energia no mercado de curto prazo para os próximos três anos, o horizonte dos contratos negociados no leilão.

A baixa adesão de geradores no leilão pode ser explicada pelo prazo dos contratos, que variava de três a cinco anos. Para o diretor da Aneel, algumas usinas estão com contratos de concessão próximos do vencimento – o que, no seu entender, inviabiliza sua participação numa licitação com prazos mais longos. E o leilão de ajuste poderia ser a solução para esses agentes, de acordo com a avaliação do Sr. Rufino. Isso se dá porque, ao contrário das licitações tradicionais, esses leilões têm prazos de entrega de energia mais flexíveis.

De acordo com estimativas da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), o setor terá de adquirir – via leilão de ajuste ou via mercado à vista – de 2 a 2,5 mil megawatts médios no primeiro semestre do próximo ano. Porém, o Diretor-Geral da Aneel garante que o Governo buscará todos os mecanismos disponíveis para evitar a repetição do problema que atingiu as distribuidoras nos últimos dois anos, quando a falta de contratos de prazo maior exigiu aportes do Tesouro e empréstimos bancários no valor de R$9,8 bilhões, no ano passado e, até o momento, mais R$28,3 bilhões este ano de 2014.

Para as distribuidoras, esses recursos não serão suficientes para fechar as contas de novembro e dezembro, e elas estimam a necessidade de mais R$3 bilhões adicionais. O Diretor-Geral da Aneel não acredita ser provável haver espaço para um novo empréstimo. Ele lembrou que o decreto que autoriza o pagamento dessas despesas com recursos do empréstimo prevê cobertura até o fim do ano, desde que haja saldo na conta criada para esse fim.

Na semana passada, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica utilizou o restante dos recursos para liquidar as despesas de outubro, restando sem cobertura, por enquanto, as despesas com compra de energia no mercado à vista de novembro e dezembro, que vencem em janeiro e fevereiro do próximo ano.

Por sua vez, o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, estima em R$35 bilhões o tamanho do rombo no setor elétrico em 2015. Ele explica que isso significa um aumento de tarifa de cerca de 39%, fora a inflação. Se o Tesouro colocar R$9 bilhões, o aumento de tarifa cai para 29%. Se o Governo autorizar a partir de janeiro as bandeiras tarifárias, só na Light o aumento de tarifa seria de 8%.

Ainda no noticiário sobre o setor elétrico, a divulgação do Plano de Ampliações e Reforços – o recém-concluído relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – informa que mais de um terço das obras indicadas pelo ONS, como prioritárias para garantir o abastecimento elétrico do País, deixa de ser executado pelo Governo.

O Plano é atualizado anualmente e, nesse documento, o órgão responsável pela gestão do suprimento nacional de energia define quais os projetos atrelados à transmissão de energia devem entrar em operação nos próximos três anos para evitar riscos de pane e apagões. A lista de empreendimentos também aponta a necessidade de erguer novas subestações de energia.

No balanço, o ONS destaca que, de um total de 310 obras que precisam ser construídas entre 2015 e 2017, 34% são empreendimentos que já foram pedidos em estudos anteriores, mas não foram licitados pelo Governo. Por isso, são novamente cobrados pelo operador do sistema elétrico.

Pelos cálculos do ONS, o Governo teria de investir R$ 13,8 bilhões nessas ações de ampliação e reforço de linhas de transmissão. Ocorre que boa parte dos projetos nem sequer tem previsão de ser objeto de leilão.

Os dados apontam que, dos 45 mil quilômetros de novas linhas de transmissão que precisam entrar em operação nos próximos três anos, 10,2 mil quilômetros ainda não têm previsão de concessão, ou seja, não estão no planejamento para serem leiloadas. A maior parte dessas linhas está concentrada nas Regiões Sudeste/Centro-Oeste (38%), onde está a maior parcela do consumo nacional de energia.

Os 10,2 mil quilômetros de linha e as novas subestações somam 147 empreendimentos, dos quais 43 são obras herdadas de anos anteriores. Quanto aos reforços para o Sistema Interligado Nacional (SIN), rede que distribui energia pelo País, são relacionados 163 projetos, com 61 deles já cobrados antes.

Para especialistas do setor, boa parte da frustração dos resultados está relacionada à crescente incapacidade do Governo de atrair empreendedores interessados em investir em projetos elétricos, principalmente de transmissão de energia.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, especializado em estudos do setor elétrico, diz que "os projetos estão sendo oferecidos com um preço-teto totalmente irrealista ao investidor. Soma-se a isso o risco envolvido nesses projetos, principalmente quanto ao licenciamento ambiental. Não é por acaso que os leilões têm dado resultado vazio".

No dia 18 de novembro, o Governo realizou um leilão de nove lotes de linhas de transmissão, os quais somavam 4.723 km de malha. Apenas quatro dos nove lotes receberam proposta, alcançando apenas 2.464 km do total. Nenhum dos lotes teve disputa. Quem deu o lance levou a linha pelo preço que apresentou.

Cristopher Vlavianos, Presidente da Comerc, gestora independente de energia elétrica, alega que "qualquer investidor faz a sua proposta comercial baseada no grau de risco que se dispõe a enfrentar". Essa é uma regra básica. "O que ele acaba percebendo é que o risco está tão elevado que inviabiliza sua proposta. Ninguém vai entrar de graça em uma aventura".

Para Claudio Sales, do Acende Brasil, a atuação da Eletrobras também tem afastado as empresas. Segundo ele:

Não bastasse o fato de o preço-teto estabelecido pelo Governo ser muito baixo, ainda temos um competidor estatal que joga contra o próprio patrimônio. No último leilão, a empresa fez uma proposta com deságio de 14% sobre o valor teto, em um leilão sem competição [avalia]. O resultado desse tipo de comportamento está no próprio balanço da estatal, que tem tido prejuízo recorrente e sequer dará conta de pagar dividendos neste ano.

Dos quatro lotes que tiveram proposta no último leilão, apenas um foi fechado com um investidor privado, a Isolux, que ofereceu um desconto de 0,60% em relação ao teto estipulado na licitação.

Tendo à frente incertezas, que vão de novas despesas multibilionárias até o fantasma de racionamento em 2015, associações do setor elétrico pretendem compilar propostas para um "acordão" com o Governo em torno de medidas para superar a crise de energia. As sugestões serão formuladas por um conjunto de 12 entidades empresariais e levadas em seguida à Casa Civil.

O Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mário Menel, ressalta que "a situação de hoje é mais grave. Não temos como suportar o futuro sem um novo grande

acordo". Ele recorda que a conta da crise já ultrapassa R$100 bilhões desde 2012. Indenizações às empresas que aderiram ao pacote de renovação antecipada das concessões, gastos com o acionamento intensivo das usinas térmicas e a sequência de socorros financeiros às distribuidoras estão na fatura.

Menel coordena o fórum das associações do setor elétrico, composto por 12 entidades, que deverá compilar o conjunto de propostas. Um dos pleitos será revisar imediatamente a garantia física das hidrelétricas.

Na prática, a garantia física é uma espécie de certificado que define quantos megawatts uma usina pode efetivamente vender no mercado, com base na geração média verificada em anos anteriores.

Mas esse número não é atualizado desde 2003 e há quem veja nisso uma das raízes da crise atual – as usinas têm produzido, na vida real, menos do que o previsto e abrem um buraco permanente na operação do sistema.

O baixo rendimento das hidrelétricas é justamente uma das hipóteses levantadas por especialistas para explicar o acelerado esvaziamento dos reservatórios nos últimos três anos. Apesar de chuvas abaixo do normal, é errado atribuir à estiagem todos os problemas do setor, segundo Luiz Augusto Barroso, Diretor da consultoria PSR. Ele recorda que, no triênio 2012-2014, choveu 88% da média de longo termo. Segundo ele: "Não foi exatamente bom, mas é apenas o décimo sexto pior registro, em 84 anos de série histórica."

Em uma apresentação a executivos e investidores no início deste mês, durante um encontro do setor elétrico, Barroso fez suas primeiras estimativas sobre as chances de racionamento em 2015. Considerando o uso pleno das térmicas e redução das vazões nos rios federais, a fim de economizar água nos reservatórios, há, segundo informou, 19% de risco de racionamento – um déficit de pelo menos 4% da demanda. Foram analisados 1.200 cenários hidrológicos.

Uma das principais diferenças com as simulações do Governo, conforme explica Barroso, é que o baixo rendimento das usinas precisa ser levado em conta. Ele faz uma ressalva importante: "Estamos no início do período úmido e este é o pior momento para fazer esse tipo de previsão." Destaca, no entanto, que, em igual período do ano passado, as projeções indicavam risco de apenas 6% em 2014. Ou seja, dessa vez a temporada de chuvas começa muito mais pressionada.

O consultor Edvaldo Santana, ex-Diretor da Aneel, aponta a repetição de outro problema em 2015. Para ele, as usinas hidroelétricas terão uma nova conta de R$15 bilhões com o déficit na geração de energia, devido à queda nos reservatórios. Neste ano, estima-se que a fatura deva ficar entre R$20 bilhões e R$25 bilhões.

Quando produzem menos eletricidade do que suas obrigações contratuais, as usinas precisam recorrer ao mercado de curto prazo para repor o fornecimento. Como os preços atingiram valor recorde nos últimos meses, a conta disparou.

No próximo ano, a despesa das hidroelétricas deve ser amenizada com a redução do valor máximo do megawatt-hora no mercado de curto prazo, que a Aneel baixou de R$822,00 para R$388,00. Mesmo assim, o déficit na geração das usinas deve corresponder a 8% de tudo o que elas deveriam produzir, segundo Santana. "Haverá uma conta de R$15 bilhões, que seria muito maior, se a agência não tivesse feito a mudança."

Para o ex-diretor, uma das distorções vistas atualmente no setor é que a fatura acumulada pelo déficit hídrico – nos anos de 2014 e 2015 – já supera o valor de mercado das próprias geradoras.

Para Menel, "as perspectivas são sombrias." Queixando-se da falta de interlocução com o Ministério de Minas e Energia, as associações buscam agora um canal direto com a Casa Civil, mas prometem virar a página das lamentações e dar sua contribuição. "Não adianta chorar o leite derramado. Todos teremos que ceder um pouco para salvar o setor" – diz Menel.

O sócio do BTG Pactual e Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel), Oderval Duarte, reforça o apelo por mais diálogo entre governo e iniciativa privada, o que é fundamental: "Mas é fundamental reconhecer que o setor elétrico está doente".

Por sua vez, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou, no fim de novembro, o leilão de geração de energia A-5, que resultou na contratação de 51 projetos de geração de energia elétrica, com capacidade instalada total de 4.980 megawatts de potência. A energia irá suprir a demanda projetada de 38 concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 2019.

O preço médio da energia contratada no leilão foi de R$196,11 o megawatts/hora, alcançando um deságio médio de 1,7%, com investimentos previstos da ordem de R$15,2 bilhões. O valor negociado de R$114,5 bilhões contratados no certame representa o maior valor já transacionado nos leilões de energia nova.

Foram contratados 1.581 megawatts em projetos a partir de fontes renováveis, equivalentes a 31,7% da potência total. Desses, três projetos são de pequenas centrais hidrelétricas, somando 44 megawatts, equivalente a 0,9% da potência total, contratados a R$161,89 o megawatt/hora. Outros oito projetos contratados são usinas termelétricas a biomassa, somando 611 megawatts, equivalentes a 12,3% da potência total negociada no leilão e sendo contratada a um preço médio de R$205,76 o megawatt/hora, além de 36 projetos contrata-

dos de parques eólicos, somando 926 megawatts e 18,6% da potência total negociada, sendo contratada a um preço médio de R$136,00 o megawatt/hora.

Foram contratados ainda outros quatro projetos termelétricos, a partir de gás natural (3.059 megawatts, representando 61,4% do total) e carvão mineral (340 megawatts, 6,8% do total), totalizando 3.399 megawatts e 68,3% da potência total, negociados a um preço médio de R$205,10 o megawatt/hora.

As 51 usinas serão instaladas nos Estados de Acre (1), Amazonas (1), Bahia (17), Goiás (2), Minas Gerais (1), Mato Grosso do Sul (1), Mato Grosso (3), Paraíba (3), Pernambuco (1), Piauí (9), Rio Grande do Norte (7), Rio Grande do Sul (2) e São Paulo (3).

Já a decisão da Aneel de cortar em 53% o teto do preço da energia à vista foi uma tentativa do Governo de equilibrar o setor elétrico, bastante prejudicado com a alta dos custos este ano. Com a aprovação do corte do limite máximo do preço da energia no mercado de curto prazo, chamado de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), o megawatt/hora foi reduzido de R$822,83 para R$388,45. Essa redução passará a valer na primeira semana de 2015.

É ao mercado de curto prazo que as distribuidoras precisam recorrer para comprar energia quando o volume contratado nos leilões feitos pelo Governo é insuficiente para suprir toda a demanda de seus consumidores. Devido à escassez de chuvas, este ano, o PLD manteve-se próximo ao teto e foi o responsável pelos prejuízos bilionários registrados pelas distribuidoras de energia. A situação forçou o Governo a organizar um socorro de R$17,8 bilhões junto aos bancos, para resgatar as distribuidoras.

Com a redução do teto, o Governo também quer estimular geradores a vender energia nos leilões, em vez de segurar o insumo para oferecê-lo no mercado de curto prazo, lucrando com preços muito maiores. O patamar mínimo do PLD também foi alterado pela Aneel, passando de R$15,62 para R$30,26 por megawatt/hora.

As mudanças foram criticadas pelos representantes do setor e respaldadas entre professores e acadêmicos. Geradoras, distribuidoras e consumidores de energia afirmam que a medida é imediatista e pune empresas que acreditaram na manutenção das regras – manutenção das regras que é essencial.

A hidrologia desfavorável no início da atual estação de chuvas trouxe de volta a polêmica quanto à necessidade de racionamento de energia em 2015. Cinco grandes bancos divulgaram relatórios com alertas aos clientes sobre a situação, vendo como altas as chances de medidas para reforçar a redução do consumo caso não haja uma rápida melhora no nível dos reservatórios.

Ao mesmo tempo, as usinas térmicas bateram quatro recordes seguidos de produção, desde a semana passada, e geradores têm recebido pedidos para evitar manutenções programadas durante o pico do verão, quando as altas temperaturas fazem disparar a demanda e podem colocar em risco a segurança do sistema.

Por outro lado, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, garantiu que não há indicativo de racionamento de energia, por parte do Governo, em 2015. Segundo ele, as condições do sistema elétrico brasileiro hoje são bem diferentes e melhores, em relação àquelas observadas em 2001, quando houve um programa de corte de consumo de energia. Zimmermann afirmou que uma avaliação mais clara sobre o risco de racionamento em 2015 só poderá ser feita em abril, quando termina o período chuvoso.

Vamos abrir agora a nossa reunião para o lançamento de 23ª edição da revista *Em Discussão!*, este exemplar que está aqui à mesa. Vamos dar início, então, à cerimônia de lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!*, editada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal com temas definidos a partir dos debates realizados nesta Casa.

Convido para que tome assento à mesa o Diretor da Agência e Jornal do Senado, Sr. Marco Antônio Reis e o editor-chefe da revista *Em Discussão!*, Sr. João Carlos Teixeira. Eu os convido a entrar, por favor.

O tema da 23ª edição da revista é: "Escassez de Água – cada gota é preciosa", assunto abordado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em duas reuniões, sendo a primeira realizada em 13 de novembro de 2013, com a participação do Dr. Vicente Andreu Guillo – já está ali a revista na tela –, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e o S. Exª o Sr. Senador Ministro José Pimentel, Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

A segunda reunião foi realizada em 4 de junho de 2014, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e que contou com os seguintes convidados: Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e Dr. Irani Braga Ramos, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional.

Esta edição da revista alerta que a concentração da população em grandes cidades, a poluição, a degradação de mananciais e a falta de investimentos já fazem com que o acesso das pessoas à água seja cada vez mais trabalhoso e oneroso, concluindo que deve haver mais investimentos em segurança hídrica para não ficarmos à mercê de fenômenos naturais, como secas e enchentes.

A publicação trata ainda do planejamento do abastecimento de água, da descontaminação do aquecimento global, das mudanças climáticas e do combate ao desperdício.

Sem desconsiderar os múltiplos usos para a água, como produção de energia e irrigação agrícola, esta edição se concentra na oferta de água para o consumo, especialmente nos centros urbanos.

Parabenizo, portanto, pelo apropriado e importante tema a que se propõe abordar a *Em discussão*! E a todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, na pessoa do Diretor da Secretaria de Comunicação Agência e *Jornal do Senado*, Dr Marco Antonio Reis, a quem passo a palavra neste momento.

O SR. MARCO ANTONIO REIS – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Fernando Collor pela oportunidade. O Senador já é um parceiro da Comunicação Social como um todo e especificamente da nossa Secretaria nesse produto, a revista *Em Discussão!*, que já completa cinco anos. É uma publicação que procura aprofundar os debates que ocorrem nas Comissões do Senado. O Senador, então, tem sido um parceiro importante desde a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, já tivemos revistas temáticas relacionadas aos temas em discussão na CRE e agora, na Comissão de Infraestrutura, a mesma coisa. Então, primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador por mais essa oportunidade.

A revista já tem cinco anos e é uma publicação dirigida para um público de especialistas, de entidades relacionadas com o tema em foco naquela edição – são 3.500 exemplares. Então, ela acaba sendo uma revista com uma duração maior do que outras publicações, porque ela vai sendo distribuída para entidades de classe, entidades relacionadas com aquele tema, escolas, universidades, comunidade acadêmica, enfim. A gente está procurando também fazer algumas modificações no processo da revista, integrando o seu conteúdo com outras plataformas, plataforma digitais, redes sociais. Isso tem gerado maior alcance do conteúdo, acho que isso é importante, mostra para a sociedade o trabalho que é feito aqui no Senado, especificamente nas Comissões, que é um trabalho, na minha avaliação, que, muitas vezes, fica em segundo plano na cobertura midiática. Então a revista tem essa função de levar informação e mostrar que o Senado trabalha os temas com profundidade.

Nessa revista, a gente inaugurou também a participação dos internautas na elaboração da pauta. Então, boa parte da pauta é decorrente da participação dos internautas que sugeriram subtemas, questões a serem abordadas dentro desse tema que é a escassez de água, que é a segurança hídrica.

Enfim, a revista é um caso de sucesso. A última edição, por exemplo, recebeu um prêmio importante da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Urbana). Nossa última edição foi sobre resíduos sólidos.

Então, estamos conseguindo também ter uma inserção da publicação e do nome do Senado, numa revista que é toda feita com recursos próprios; só com o nosso corpo de funcionários, de servidores da Casa. Acho que isso é uma coisa que deve ser sempre louvada.

Só anuncio, então, que a próxima edição será entregue já no início da nova Legislatura, e vamos tratar de reforma política. Os novos Senadores terão uma noção do estado da arte desta discussão. Então, se o Senador permitir, o João poderia falar um pouquinho mais sobre o conteúdo em si desta edição da revista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Marco Antonio Reis, pela sua explanação a respeito da edição da revista *Em Discussão!*, que trata, neste número, do tema "Escassez de Água – Cada gota é preciosa". O Dr. Marco Antonio Reis é Diretor da Agência e do *Jornal do Senado.*

Passo a palavra agora ao Dr. João Carlos Teixeira, Editor-chefe da revista *Em Discussão!*

O SR. JOÃO CARLOS TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Senador Collor, é um prazer estar aqui hoje para lançar esta revista. Queria agradecer o espaço que a Comissão de Infraestrutura nos dá para apresentar a revista *Em Discussão!,* especificamente esse tema que teve como base duas audiências públicas realizadas aqui pela Comissão de Infraestrutura.

Como o Marco disse, a Comissão de Infraestrutura e as comissões presididas por V. Exª já nos deram bastantes insumos, conteúdos, para que pudéssemos começar esse trabalho jornalístico, de apresentar à população, a um grupo maior de pessoas, os debates realizados no Senado de uma maneira leve, com textos jornalísticos, textos relativamente didáticos, e agregando todas as formas que a comunicação nos pode dar – imagens, infografias, que fazem com que tudo fique com uma apresentação que pode alcançar, talvez, um grupo maior de pessoas.

Lembro também que o nosso primeiro número, que foi sobre o pré-sal, de abril de 2010, também teve como base um debate comandado por V. Exª naquela ocasião.

Bem, sobre esta revista, quando escolhemos o tema, graças ao debate realizado em junho, imaginávamos que, a esta altura, essa crise hídrica já estaria, vamos dizer, um pouco mais distante das páginas dos jornais.

Hoje mesmo, a *Folha de S.Paulo* traz um editorial sobre o assunto e que continua muito preocupante. Este ano viu esse tema crescer muito na agenda política, inclusive fazendo parte da campanha eleitoral. E era uma assunto com que, até pouco tempo, os brasileiros não se importavam muito. Parecia que o País tinha abundân-

cia de água, que nunca haveria esse problema tão iminente, com exceção, lógico, do Semiárido nordestino, que vive com esse problema crônico, que também é noticiado desde o século XVII naquela região.

Mas queria até ler um trecho que está na Carta ao Leitor. Na verdade, é um trecho do primeiro texto brasileiro, a carta de Pero Vaz de Caminha. Nela, ele diz: Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem". Ou seja, logo na certidão de nascimento do País, há uma referência à água e referência à abundância.

No entanto, agora, estamos vendo que, por várias situações, as quais inclusive o Senador Collor já narrou aqui – falta de investimento em infraestrutura, poluição, degradação dos mananciais e também o desperdício, pois, até por uma questão cultural, o brasileiro não se acostumou a lidar com essa possibilidade de falta de água –, estão todas essas situações trazendo esta ameaça de que as torneiras possam, um dia, não responder ao comando quando forem abertas.

Portanto, mais uma vez falando sobre o conteúdo da revista, apresentamos esta situação de falta crítica de água, que está acontecendo principalmente perto da região metropolitana de São Paulo, e também abordamos, graças, também, aos debates da Comissão de Infraestrutura, a situação, vamos dizer, de pouca oferta de água no Semiárido nordestino.

Ainda há alguns casos de boas experiências e, principalmente, o que eu acho que é o diferencial da revista, as propostas legislativas, as discussões que são feitas aqui para que o estado de coisas mude, para que se possa ter uma situação em que a população seja mais bem atendida, com qualidade. O Senado, então, debate projetos, projetos que saem desses debates, muitas vezes projetos que são instruídos nesses debates, debates que visam incentivar, por exemplo, o reúso da água, que tentam fazer com que as bacias hidrográficas sejam mais bem protegidas e com que, com isso, os mananciais também possam ter uma perenidade maior. Por exemplo, uma proposta, que já foi uma pauta de internauta, sobre o alcance e a possibilidade de dessalinização da água do mar, que foi objeto de um projeto já aprovado pelo Senado e enviado para a Câmara dos Deputados.

Então, esses conteúdos todos estão abordados na revista, que tem um infográfico, de uma maneira didática, leve, como o Marco Antônio falou, apresentando um conteúdo que, quando disponível na internet, a gente nota que tem um alcance bastante grande e é relativamente perene, porque ele serve como consulta, é um conteúdo que não está preso ali àquela circunstância imediata, mas que tem uma duração, uma durabilidade maior.

Esse projeto, como disse o Marco, tem cinco anos. Estamos indo para a 24ª edição, que esperamos entregar em fevereiro, nos primeiros dias dos trabalhos legislativos da nova Legislatura, já trazendo um tema que foi colocado como prioridade absoluta pela Presidente, pelo Congresso, pelo Presidente Renan Calheiros, que é o da reforma política, com toda a complexidade e dificuldade política inerente.

Bem, mais uma vez, agradeço o espaço oferecido pela Comissão, pelo Presidente Fernando Collor.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Marco Antônio e o Dr. João Carlos pela excelência do trabalho que vêm realizando. As pessoas, em casa ou mesmo aqui, no nosso convívio dentro do Congresso Nacional, passam a vista numa revista como essa e não lhe dão, talvez, a importância merecida. Isso é procedente, pelo número de publicações que nos chegam todos os dias. O tempo é cada vez mais escasso e nós, às vezes, não temos tempo de dedicar atenção a tudo aquilo que recebemos, seguramente. Mas algumas publicações merecem a nossa atenção, e essa publicação que o Senado da República faz, por intermédio de seu departamento especializado, aqui expresso na revista *Em Discussão!*, merece não somente a nossa atenção, mas a nossa absoluta consideração.

Como sou também jornalista, quando leio essas edições, eu vejo nelas todo o esforço empreendido por um grupo de jornalistas abnegados que compõem o corpo do sistema de comunicação do Senado Federal. É um trabalho de excelente qualidade, um trabalho que não fica na superfície do debate, que vai a fundo, que apresenta propostas, que pesquisa, que mostra caminhos que poderão ser abordados pelas Srªs e pelos Srs. Senadores e pelas Srªs e pelos Srs. Deputados nos debates que se travam aqui, no Congresso, em torno de um tema tão importante como a questão da água.

Lembro-me de que, em 1996 ou 1997, fui convidado para participar de uma palestra seguida de um debate na Academia Real de Ciências do Reino da Suécia. Quando eu lá estive – passei lá uma semana –, em um dia ou dois de debates e da apresentação que me chamaram a fazer, eu fiquei impressionado, porque, naquela semana em que lá estive, estavam sendo realizados oito simpósios, seminários, encontros ou reuniões, em Estocolmo, tratando da questão da água.

Fiquei muito impressionado, mas com a preocupação que eles estavam tendo com um tema que ainda não havia acorrido a nenhum de nós, como algo sobre o que devêssemos nos debruçar, porque seria um grave problema num futuro não muito distante.

Não fiquei mais impressionado com isso, porque foi na Escandinávia, especificamente na Suécia, que nasceu o Movimento Verde, nos idos de 1970. O primeiro grito de atenção ao Planeta foi dado nos idos de 70, pela Suécia, tratando da questão do meio ambiente, dos maus-tratos que nós, seres humanos, estávamos dando à natureza, e esta haveria de reagir a esses maus-tratos. Como eles lá são a vanguarda de todos esses movimentos no campo ambiental, do qual a água é um dos bens mais preciosos, verifiquei realmente que algo precisava ser feito.

Fico feliz, porque, antes tarde do que nunca, em função de vários problemas que estamos vivenciando, estamos acordando para essa questão de que fala a revista: a questão do desperdício da água, da utilização racional das águas da chuva, da proteção dos nossos mananciais, a questão da proteção das nossas matas ciliares, da poluição das nossas águas.

Então, todos esses pontos são algo que estamos, agora, levando em consideração, até mesmo no nosso dia a dia, na utilização da água que fazemos diariamente, da economia que devemos fazer, porque este é um problema presente.

Quero cumprimentar, em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o corpo técnico do Senado Federal, que edita a revista, e fico muito feliz, porque a Presidência desta Comissão... São quantos números em discussão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Das 23 edições já publicadas pelo Senado Federal da revista *Em Discussão!*, em três delas, eles foram buscar o motivo da sua capa e do tema a ser tratado, na primeira oportunidade em que fomos Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, quando fizemos aqui um amplo debate sobre a questão do pré-sal. Em seguida, na Comissão de Relações Exteriores, quando, também na Presidência, tratamos... E não me lembro agora qual foi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Foi o Fórum da Defesa Nacional – lembra-me aqui o Dr. João Carlos – que fizemos um grande fórum sobre a questão da defesa nacional, que foi objeto de um outro tema tratado, de capa, pela revista *Em Discussão!* e, agora, com as discussões tratadas nesses fóruns, nesses seminários, que fizemos sobre a questão da infraestrutura no Brasil, notadamente a questão da água, como um fator indispensável para a nossa prosperidade.

Diante de tudo isso, e mais uma vez agradecido pela maneira como foi tratada essa questão e a Comissão dos Serviços de Infraestrutura, gostaria de, em nome de todos os nossos participantes e integrantes, Srªs e Srs. Senadores, agradecer ao corpo jornalístico do Senado da República por mais essa grande contribuição que estão dando aos trabalhos do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Dr. Marco Antônio Reis, Diretor da Agência e *Jornal do Senado Federal*. Muito obrigado, Dr. João Carlos Teixeira, Editor-Chefe da revista *Em Discussão!* Também peço que levem ao Dr. Davi Emerich o nosso abraço e os nossos melhores votos de sucesso, continuado êxito e de Boas Festas e de um Ano Novo repleto de alegrias.

Muito obrigado aos senhores.

Gostaria, aditando ainda o que foi aqui dito sobre a revista *Em Discussão!*, de dizer que ela está sendo distribuída a todas as senhoras e senhores interessados, além, claro, de a S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras e poderá também ser acessada, a revista, seu conteúdo, naturalmente, na internet pelo endereço www.senado.leg.br/emdiscussão.

Mais um comunicado, desta feita tratando do relato das atividades da Comissão em 2013/2014.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza hoje sua última reunião de 2014. Ao concluir os trabalhos desta sessão legislativa, gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores integrantes deste colegiado um resumo das atividades desenvolvidas ao longo do biênio 2013/2014.

Nesse período, a Comissão promoveu 111 reuniões, contando com a de hoje, sendo 95 extraordinárias, 9 conjuntas e 10 de subcomissões. Desse total, 61 reuniões foram audiências públicas, das quais 39 fizeram parte da Agenda CI-2013/2014, referente ao ciclo de debates intitulado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País".

Dentre as atividades da Comissão neste biênio, merece destaque a realização do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, nos dias 27 e 28 de março de 2014. A iniciativa teve como objetivo consolidar todas as discussões oriundas dos ciclos de debates promovidos pela Comissão nos biênios 2009/2010 e 2013/2104.

O Fórum foi formatado em sete mesas realizadas, paralelamente, nos plenários das Comissões Permanentes do Senado, com os seguintes temas: 1) Transporte de Cargas, 2) Transporte de Passageiros, 3) Energia Elétrica, 4) Combustíveis, 5) Mineração, 6) Telecomunicações e 7) Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação.

Cada mesa-redonda contou com cerca de cinco especialistas do respectivo segmento, dos quais um atuou como coordenador. Em duas das mesas – Energia Elétrica e Transporte de Passageiros – os trabalhos foram coordenados por integrantes desta Comissão, S. Exªs os Senadores Delcídio Amaral e Acir Gurgacz.

O Relatório Final do Fórum, discutido e aprovado pela Comissão no dia 16 de abril último, contém 61 indicações, 13 proposições legislativas (cinco PECs e oito projetos de lei), duas propostas de criação de Grupo de Trabalho de especialistas no âmbito da Comissão de Infraestrutura, e duas propostas de Estudos da Consultoria Legislativa por meio de Nota Informativa. Foram, ao todo, 78 as recomendações das mesas, dirigidas ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e aos demais entes federados. E isso para demonstrar que todas essas audiências públicas e essas reuniões que realizamos não se bastam em si próprias, não se encerram ali nas discussões que são realizadas. O que nós desejamos foi extrair questões desses debates, riquíssimos em sugestões, em proposições, enfim, em encaminhamentos, reunir tudo isso e, de alguma forma, matrizá-las e separá-las no que poderia ser encaminhado via projetos de lei, projetos de emenda constitucional, propostas de criação para o Executivo, para o Legislativo para os entes federados de modo a demonstrar ali a compilação, o resumo das sugestões aqui apresentadas pelo mundo acadêmico, pelo mundo empresarial e também com a participação de entes públicos.

Portanto, fica aqui a nossa contribuição e os caminhos que são sugeridos, para que nós possamos, de uma vez por todas, desatar esses nós, que impedem a nossa infraestrutura de avançar na medida das necessidades do nosso crescimento.

Participando das audiências públicas do biênio 2013/2014, 154 palestrantes, entre autoridades e especialistas dos diversos segmentos da infraestrutura, dos quais 108 fazem parte ou fizeram parte do Ciclo de Debates. Dentre as autoridades convidadas pela Comissão estiveram presentes S. Exªs os Ministros de Estado da Fazenda, das Minas e Energia, das Comunicações, dos Transportes, da Casa Civil, da Integração Nacional, das Comunicações, da Aviação Civil; o ex-Ministro do Trabalho e Emprego e ex-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Sr. Almir Pazzianotto; o Presidente do BNDES; a Presidente da Petrobras; o Advogado-Geral da União; o Governador do Estado do Mato Grosso; além de secretários executivos de vários Ministérios; do Diretor-Geral do DNIT; e dos diretores-presidentes das agências reguladoras: Anac, ANP, Anatel, ANA, Antaq, Aneel; entre outros especialistas do Governo e das áreas acadêmicas e empresarial.

A agenda de debate da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cujas 36 audiências realizaram-se na sua maior parte às segundas-feiras às 18h, foi dividida em 6 grandes ciclos temáticos e esses ciclos em painéis específicos, nos quais foram abordados os principais problemas e soluções dos seguintes macrossetores: Energia, Transporte, Mineração, Aviação, Comunicações e Água. Em atendimento a requerimentos dos integrantes da Comissão, foram realizadas 19 audiências públicas fora do Ciclo de Debates da agenda 2013/2014.

Uma inovação introduzida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura foi a participação direta de ouvintes, telespectadoras, telespectadores e internautas nas audiências públicas e sabatinas realizadas ao longo de 2013 e 2014. Por meio do Alô Senado e das redes Twitter e Facebook, demos a oportunidade a toda a sociedade de enviar os seus comentários e perguntas aos palestrantes, autoridades e sabatinados. Trata-se de um novo instrumento da democracia direta e ao vivo em que a Comissão de Infraestrutura foi precursora no âmbito do Congresso Nacional com registros de uma excelente repercussão e a participação de cidadãos de todas as regiões do Brasil.

Quanto às reuniões deliberativas, foram apreciadas 180 proposições, sendo 27 projetos de leis do Senado, 7 projetos de lei da Câmara, 1 substitutivo da Câmara a projeto do Senado, 15 mensagens de indicação de autoridades com as respectivas sabatinas, 1 relatório final de Subcomissão, 1 projeto de lei em turno suplementar, 81 requerimentos, 45 emendas orçamentárias da Comissão e 2 atos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Das 15 sabatinas realizadas, 2 foram dedicadas à indicação de diretores para a Agência Nacional de Petróleo, 5 para a Agência Nacional de Energia Elétrica, 2 para Agência Nacional de Telecomunicações, 3 para Agência Nacional de Transportes Aquáticos, 1 para Agência Nacional de Transportes Terrestres e 2 para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Das dez reuniões das subcomissões, três foram da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – presidida pelo Senador Flexa Ribeiro e relatada pelos Senadores Vicentinho Alves e Vital do Rêgo, cujo relatório final foi aprovado em 9 de abril de 2013; três reuniões da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – sob a Presidência de S. Exª o Senador e ex-Ministro José Pimentel; e quatro reuniões da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, cujos trabalhos foram retomados também este ano, sob a Presidência de S. Exª o Senador Inácio Arruda.

Outra importante atividade desenvolvida pela Comissão foi o acompanhamento sistemático do andamento das obras do setor de transportes, por meio de relatório atualizado semanalmente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), sempre distribuído para conhecimento e análise dos integrantes da Comissão, nas reuniões de quarta-feira, às 7h30 da manhã.

Aqui está mais um e último relatório – porque esta é a nossa última reunião – de todas as obras realizadas pelo DNIT, com os respectivos compromissos assumidos por seu Diretor, o andamento da obra e a sua situação atual, que está sendo distribuído aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Em virtude desse acompanhamento, sobretudo das rodovias federais, a Comissão realizou também uma diligência no Estado de Rondônia, com a presença dos respectivos Senadores, para verificação *in loco* do andamento das obras.

Ainda em relação ao acompanhamento de obras públicas, observamos que foi concedido à Comissão, pelo Pleno do Tribunal de Contas da União, a partir de solicitação formulada pelo Requerimento nº 28, de 2013, aprovado por esta Comissão no dia 5 de junho de 2013, o acesso ao Sistema Fiscalis, desenvolvido por aquele Tribunal, que permite o acompanhamento remoto do andamento dos processos de fiscalização de obras. Trata-se, portanto, de ferramenta de grande utilidade para o bom desempenho da atividade de fiscalização desta Comissão. Ou seja, todas as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão têm acesso *on-line*, em tempo real, ao andamento das obras de que tenham interesse em obter informações.

Além disso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu, juntamente com a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, o lançamento de dois números da revista *Em Discussão!*, com os temas "Mobilidade Urbana" e "Escassez de Água", sendo esta última no dia de hoje.

Por fim, em todas as reuniões da Comissão, durante o período de leitura de expedientes e comunicados, esta Presidência trouxe ao conhecimento dos participantes, ouvintes e telespectadores o relato completo das 61 audiências públicas realizadas, assim como mais de 220 comunicados específicos sobre o panorama da economia internacional, o panorama da infraestrutura na palavra de especialistas, além de artigos jornalísticos e notícias relacionadas à infraestrutura nacional, com especial enfoque na realização e resultados dos leilões de concessão de rodovias, portos e aeroportos.

Observo que todo esse material de relatos e comunicados é objeto de publicações específicas, distribuídas aos Parlamentares do Congresso Nacional, órgãos, autoridades públicas e demais interessados nos temas, bem como integra o acervo histórico e bibliográfico da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Da mesma forma, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu a publicação completa dos resultados do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Essa publicação foi distribuída e divulgada não somente aos quadros do Poder Público responsáveis pelos setores de infraestrutura, mas também aos meios acadêmico, empresarial e, ainda, às entidades representativas das áreas interessadas.

Creio, com isso, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpriu rigorosamente toda a programação prevista para esta sessão legislativa que se encerra, bem como a extensa pauta ordinária de matérias e assuntos a ela submetidos.

Para tanto, foi imprescindível a colaboração de S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão, e de seu Vice-Presidente, S. Exª o Senador Sérgio Petecão, aos quais agradeço pela efetiva participação em nossos trabalhos.

Agradeço também, em nome de seu Secretário, Sr. Alvaro Araújo Souza, aos servidores da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Agradeço ainda ao General Darke Figueiredo, Chefe da Assessoria Especial de meu gabinete; ao Professor Heitor Luiz Cury, mentor desse ciclo de debates que realizamos; ao Sr. Carlos Murilo Frade Nogueira; e, em nome do Chefe de Gabinete, Sr. Joberto Sant' Anna, a todos os servidores de meu gabinete parlamentar.

Especial agradecimento faço ainda à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamento do Senado Federal, pela presteza dos serviços e pela excelência profissional de seus quadros, assim como a todos os servidores e colaboradores que trabalham no sistema de comunicação do Senado Federal, ou seja, TV Senado, Rádio Senado, Jornal, Agência, Alô Senado, e ao setor de Taquigrafia.

A todos, portanto, o meu muito obrigado.

Dito isso, passamos agora à segunda parte da 33ª Reunião, destinada à realização da reunião de trabalho para apreciação de anteprojetos resultantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado por esta Comissão em 27 e 28 de março de 2014.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentá-lo pela prestação de contas que acaba de fazer, que dá um panorama completo das atividades desta Comissão neste ano legislativo. Isso prova, evidentemente, a operosidade de V. Exª e o desejo de trazer a lume todas as questões importantes que interessam à infraestrutura nacional.

Receba portanto, da minha parte, a minha homenagem, os meus cumprimentos pela excelência do trabalho que V. Exª realizou neste ano legislativo.

Se V. Exª permitir, eu gostaria que autorizasse a inversão da ordem da pauta, porque sou Relator do Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014. E me disponho também, se for necessário, a ler todos os demais relatórios em nome dos nossos ilustres colegas que têm essa responsabilidade também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu agradeço a V. Exª as palavras generosas com que brinda a coordenação dos trabalhos desta Comissão e estendo essas suas palavras, Senador Ruben Figueiró, a todos os integrantes desta Comissão, sem a participação dos quais nada disso seria possível fazer. Muito obrigado a V. Exª...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª merece.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ...na parte que me toca. Agradeço.

V. Exª solicita a inversão da pauta, do item...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª solicita que o item 5 passe a ser o primeiro item da pauta do dia de hoje.

Não havendo discordância do Plenário, fica concedida a V. Exª a inversão de pauta.

Passamos então ao Item nº 5.

ITEM 5

ANTEPROJETO DE LEI Nº 09, DE 2014 – CI

Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Senador Ruben Figueiró
Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró para proferir o seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Grato, Sr. Presidente, pela deferência que muito me sensibiliza.

Permita-me, Sr. Presidente, antes de adentrar a leitura do relatório, expor a V. Exª e à Comissão algumas providências decorrentes da audiência pública que foi realizada no mês de agosto deste ano, graças à decisão de V. Exª de analisar a questão da Rota Bioceânica, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, pela importância estratégica e econômica que ela tem, sobretudo para o nosso País, o Brasil.

V. Exª, naturalmente, foi informado do resultado da audiência, que contou aqui com a presença de ilustres autoridades, inclusive com o representante do Chile, que foi o Sr. Prefeito de Iquique, um porto de mar muito importante que nós temos para permitir o escoamento dos produtos brasileiros e sul-americanos.

Mas o que eu queria dizer no momento, para não entrar em detalhes maiores a respeito, é que... (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Minhas saudações ao Senador Jayme Campos, da minha terra, o Mato Grosso.

Ainda ontem, graças à diligência do Dr. Alvaro Araújo, foi-me possível manter um contato com o Sr. Embaixador Parkinson, do Ministério das Relações Exteriores – que aqui esteve por ocasião daquela audiência a que me referi –, para obter informações sobre as providências que o Ministério das Relações Exteriores já estaria tomando no sentido de viabilizar a execução da importante obra de construção da ponte internacional ligando o Brasil ao Paraguai, nas localidades de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul – terra também do eminente Senador Jayme Campos –, e a cidade de Carmelo Peralta, no território guarani. Isso vai possibilitar realmente que se concretize essa ligação entre o Brasil e o Chile.

S. Exª informou-nos que as providências estão sendo tomadas para se constituir um grupo de trabalho multilateral – Brasil, Paraguai, Argentina e Chile –, para não só haver a viabilização da construção dessa ponte a que me referi, como também para os serviços de dragagem das águas profundas do Porto de Iquique. Esses são dois passos extremamente importantes para a concretização do projeto de implantação da Rota Bioceânica.

No próximo mês de janeiro, possivelmente no dia 9, o embaixador estaria com planos de reunir-se com autoridades do Chile para tratar desse assunto, inclusive convidando autoridades do Mato Grosso do Sul, sobretudo o Secretário de Obras Públicas do Estado e o Prefeito de Porto Murtinho, para participarem dessa reunião em Santiago do Chile. Eu tive a oportunidade de dizer a S. Exª que seria importante a transferência para o mês de fevereiro, para dar tempo às autoridades que vão assumir o Governo do Estado de conhecerem melhor as tratativas do programa. E assim ficou mais ou menos decidido.

Eu faço esse breve relatório para também, mais uma vez, ressaltar a decisão de V. Exª em autorizar essa audiência pública para tratar de um dos problemas de infraestrutura mais importantes que nós temos no País, porque ele irá permitir que nós estabeleçamos um comércio com o Oriente, reduzindo o tráfego de mercadorias em cerca de 8 mil quilômetros, porque vai evitar o contorno da América do Sul pelo Estreito de Magalhães. Através dessa rodovia, vamos conquistar efetivamente o comércio do Oriente.

Eu gostaria, sinceramente, Sr. Presidente Senador Fernando Collor, que isso fosse consignado como uma das grandes iniciativas tomadas pela Presidência de V. Exª.

E agora, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a permissão de V. Exª, Senador Ruben Figueiró, gostaria de informar à Comissão de Serviços de Infraestrutura e a todos que nos assistem que essa audiência pública a que se referiu S. Exª o Senador Ruben Figueiró foi uma iniciativa de S. Exª o Senador Ruben Figueiró. Foi ele que, junto à Presidência desta Comissão, solicitou, com muito afinco, que essa audiência pública fosse realizada, e ela assim o foi, sob a presidência de S. Exª, e transcorreu muito bem – os trabalhos transcorreram de forma excelente –, excepcionalmente bem. E a prova disso são as boas notícias que nos são trazidas por S. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Portanto, a V. Exª todos os louros pelo sucesso alcançado por essa iniciativa e pelo desdobramento do que aqui foi debatido, que, sem dúvida, é de grande importância, conforme V. Exª acaba de afirmar e reafirmar, para o desenvolvimento do nosso País.

Retorno a palavra a V. Exª, Senador Ruben Figueiró, como Relator do Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato a V. Exª, Senador Fernando Collor. Se mérito existe, é de V. Exª, porque encampou uma modesta ideia minha.

E quero ressaltar que tudo isso foi possível porque esteve presente auxiliando-me, eficientemente, a equipe de trabalho desta Comissão, liderada pelo Dr. Alvaro Araújo, incansável sempre, que foi para mim uma espécie de fanal, orientando-me: "Faça assim, faça dessa forma!", para que desse certo – e está dando certo. É uma conquista também. Gostaria que isso fosse registrado, em favor do nome ilustre do Dr. Alvaro Araújo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumprimentando a todos, aproveito a oportunidade desta minha fala na Comissão para parabenizar o Senador Fernando Collor pela realização e condução do nosso 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Minha análise sobre o balanço final desse trabalho não poderia ser mais positiva. Realmente, foi uma iniciativa engrandecedora para a Comissão que resultou na priorização de projetos importantíssimos para o crescimento do País em um dos seus campos vitais, que é o econômico.

O projeto de lei que hoje apresentarei a S. Exªs trata da tentativa de amenizar as dificuldades que a mineração tem enfrentado para se estabelecer na nossa região de zona de fronteira. Tentarei contribuir, para suavizar um dos grandes entraves para o desenvolvimento dessa área, que ocupa 27% do Território nacional e que é, em parte, responsável por termos a maioria esmagadora dos 588 Municípios dessa área com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor do que a média dos seus respectivos Estados. Apenas 65 desses 588 Municípios na faixa da fronteira têm IDH superior à média do IDH do Estado. Sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com três países, e sei bem o cuidado que temos que ter com esse tema, que é de grande relevância para o País.

E, antes de entrar propriamente nos detalhamentos desse projeto, que visa expandir a indústria de mineração em nossa faixa da fronteira, gostaria de relembrar uma parte do discurso de V. Exª, Senador Fernando Collor, quando da abertura do 1º Fórum de Infraestrutura. Na oportunidade, V. Exª disse, aspas:

Hoje tornamo-nos reféns de auditocracia, da controlocracia e da licenciocracia, todas adeptas da letra fria da lei e de peculiaridades como a rigidez de análise, a estreiteza de horizontes e a insensibilidade perante as reais necessidades do País.

Quando Arnold Toynbee afirmou, há mais de meio século, que o Brasil só seria uma grande potência no dia em que adquirisse o dom da eficiência, certamente seu recado incluía variáveis desse tipo. [Fecho aspas.]

Classifico como brilhante essa fala de V. Exª, Senador Fernando Collor. E é imbuído do espírito dessa mensagem que surgiu o projeto de lei que agora passo a apresentar.

Entre os Municípios da faixa de fronteira, poucos se destacam por sua produção mineral. Essa região, que corresponde a 27% do Território nacional, recolheu menos de 3% do total arrecadado como compensação financeira de exploração de recursos minerais em 2013, do que se pode depreender que essa região não tem mais seu potencial mineral devidamente aproveitado, especialmente quando se verifica a existência de estruturas geológicas favoráveis à formação de jazidas minerais, como o Escudo das Guianas, situado na fronteira norte do Brasil.

No que diz respeito aos principais entraves para o estabelecimento da mineração na zona de fronteira, nossos estudos levaram à conclusão de que os principais óbices são dois: a necessidade de assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para as atividades de mineração da faixa de fronteira; e as restrições ao capital estrangeiro.

Enquanto no restante do País basta a autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), na zona de fronteira, a legislação atual exige dupla análise dos requerimentos de autorização de pesquisa pelo DNPM e pelo CDN. O processo para assentimento prévio é enviado pelo DNPM ao CDN para análise. Quando o CDN encontra alguma não conformidade na documentação, devolve o processo ao DNPM para que este intime o requerente para saná-la. Essa triangulação, como se pode imaginar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, torna o processo extremamente moroso.

Além disso, a normatização infralegal está ultrapassada e não é mais compatível com as práticas empresariais modernas. Por exemplo: o parágrafo único do art. 19 do Decreto 85.064, de 1980, determina que as empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão apresentar a relação nominal contendo a nacionalidade e número de ações de todos os acionistas, algo muito difícil de ser colocado em prática. E mais: quando uma empresa faz diversos requerimentos, eles são analisados individualmente, sem que haja ganho de agilidade decorrente da avaliação dos processos anteriores.

Por fim, parece não haver uma clara definição dos critérios observados para a concessão do assentimento prévio, o que faz com que o CDN extrapole o campo de defesa nacional e invada a esfera das atribuições do DNPM, passando a estabelecer a política mineral a ser seguida na faixa de fronteira.

Quanto às restrições ao capital estrangeiro na mineração na faixa de fronteira, constitucionalmente não se justificam mais. Elas foram removidas pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995, porém, continuam sendo exigidas pela legislação infraconstitucional. É um verdadeiro absurdo. Não se obedece, infelizmente, à Constituição, sobretudo nesse aspecto.

Além disso, é bem sabido que a poupança interna do Brasil é insuficiente para prover os investimentos de que o País precisa para se desenvolver com taxas de crescimento altas e sustentáveis. Essa realidade é ainda mais grave no setor mineral, no qual as empresas de exploração encontram grande dificuldade para levantar internamente o capital para a realização de suas atividades e precisam recorrer a fontes externas de investimento, em especial à Bolsa de Toronto, especializada em levantamento de capital de risco para empreendimentos de mineração.

Parece já haver algum consenso em relação à supressão das restrições ao investimento estrangeiro na mineração na faixa de fronteira, matéria que é, por exemplo, objeto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2008. Mas, como compensação para permitir que empreendedores arrisquem seu capital na exploração mineral, atividade reconhecidamente de baixo índice de sucesso, o PLS nº 403, de 2008, determina que o minerador realize a transformação do minério encontrado.

Embora sejam facilmente compreendidas as boas intenções do autor de desenvolver a faixa de fronteira por meio da verticalização de um aproveitamento mineral, o resultado provocado fatalmente será oposto. Ao invés de desenvolver a faixa de fronteira com indústrias de transformação mineral, simplesmente afastará os potenciais investimentos da mineração. A mineração requer conhecimento altamente especializado, e as empresas mineradoras em geral dedicam-se exclusivamente à sua atividade fim e não possuem *expertise* ou interesse e estrutura empresarial necessários para a verticalização.

Sendo assim, a obrigatoriedade da verticalização do aproveitamento mineral torna-se uma desvantagem competitiva da faixa de fronteira a ser somada a muitas outras já existentes.

É evidente que o empreendedor preferirá investir em outras regiões mais desenvolvidas. Frise-se ainda que nem toda jazida possui porte que garanta produção mineral em quantidade e por tempo de exploração suficiente para permitir o retorno adequado dos investimentos na área industrial.

É verdade também que há alguns aspectos potencialmente negativos da mineração na faixa de fronteira como: a maior vulnerabilidade da empresa a intervenções estrangeiras; a possibilidade de um empresa de fachada se estabelecer na faixa de fronteira, isso também é muito importante ressaltar, com o verdadeiro intuito de viabilizar a prática de condutas ilícitas como o tráfico de armas, drogas ou pessoas; a evasão de divisas; a biopirataria, etc.; a dificuldade de controle na fronteira, que resulta em maior probabilidade de ocorrência de sonegação fiscal e de contrabando ou descaminho dos produtos de lavra.

Por outro lado, a atividade pode trazer benefícios para a defesa nacional e a segurança pública, como a ocupação da faixa de fronteira por brasileiros e o desenvolvimento econômico da região. Esse delicado equi-

líbrio entre os pontos positivos e os negativos da mineração na faixa de fronteira deve ser buscado não pela solução fácil da simples proibição, mas atuando com atenção na fiscalização dos empreendimentos.

Considerando tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que foi dito, o presente projeto de lei tem como objetivos principais: primeiro, simplificar o processo para concessão do assentamento prévio, por exemplo, criando um banco de dados das empresas mineradoras habilitadas de forma que, quando uma dessas apresentar um requerimento de autorização de pesquisa na faixa de fronteira, a análise no CDN focará no empreendimento e se tornará mais rápida; segundo, eliminar as restrições do capital estrangeiro para mineração na faixa de fronteira, obedecendo, inclusive, a uma disposição constitucional, como é o caso da Emenda nº 6.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a atenção de todos e encerro, afirmando que a aprovação desse projeto será um grande passo para que o Brasil se torne uma verdadeira potência econômica nos moldes em que instruiu Arnold Toynbee.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª a distinção que me conferiu, designando-me Relator dessa matéria – só agora tomo conhecimento perfeito dela.

Muito obrigado.

E quero também que V. Exª consigne em ata a extraordinária contribuição que me deram a assessoria não só desta Comissão, como também a assessoria legislativa do Senado Federal, a quem transmito os méritos deste trabalho.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Ruben Figueiró. A solicitação de V. Exª já está devidamente atendida e consignada na ata dos nossos trabalhos.

Antes de continuarmos a avaliação dos itens expressos na pauta do dia de hoje, gostaria de tratar da questão de inclusão de itens extraordinários...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª para incluir – creio que este já era um assunto que V. Exª iria abordar – a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, sobre a CID do transporte coletivo. Não está na pauta, foi entregue o relatório esta semana, portanto, a pauta já estava pronta, e eu gostaria de pedir para incluir na pauta de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Acir Gurgacz. Em relação a esse fato, como V. Exª bem anotou, eu estava começando a tratar da inclusão de itens extraordinários.

Considerando as normas e procedimentos adotados por esta Comissão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de incluirmos na pauta de hoje a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, desta Comissão, que altera o art. 159 e o inciso II do §4º do art. 177 da Constituição Federal, para permitir a utilização dos recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, para subsidiar as tarifas de transporte coletivo, bem como a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, desta Comissão, que altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais.

Coloco à deliberação de V. Exªs a inclusão desses dois itens extraordinários na nossa pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O item seguinte da pauta de hoje.

ANTEPROJETO DE LEI Nº 05, de 2014

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela apresentação do projeto de lei de autoria desta comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jayme Campos, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, procurarei ser bem objetivo, sintetizando aqui, para que, com a maior brevidade possível, nós possamos ler aqui o nosso relatório.

Nesta fase inicial, examina-se nesta Comissão de Serviços Infraestrutura o Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014, elaborado no âmbito do I Fórum Nacional de Infraestrutura, que pretende realizar as inovações legais epigrafadas por meio do acréscimo dos arts. 126-B e 126-C ao texto da Lei nº 8.112, de 1990, o Estatuto dos Servidores Públicos Federais. O último artigo do anteprojeto de lei em comento traz as cláusulas de vigência a partir da data da sua publicação.

Na justificação, em apertada síntese, argumenta-se que a retomada da realização das grandes obras de infraestrutura tem enfrentado muitos obstáculos, destacando-se entre eles o que os autores da minuta diagnosticam como a ausência de efetiva responsabilização de servidores que atuam nas atividades de controle, fiscalização, auditoria referentes a essas obras. Em várias situações, as manifestações desses servidores, exaradas sem o devido zelo, prudência, perícia necessários, têm dado ensejo a suspensão e interrupção da execução de obras, gerando enormes prejuízos ao Erário e a terceiros.

Visando ao aperfeiçoamento dessas normas de responsabilização, o anteprojeto importa algumas disposições da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 96, que regula as profissões de engenheiro e arquiteto. Dessa forma, além do referido aperfeiçoamento, o pretendido diploma legal tem, como objetivo último, assegurar a continuidade das referidas obras e ampliar o acesso de milhares, às vezes, de cidadãos a bens e serviços públicos.

Não foram oferecidas emendas, Sr. Presidente.

Como esse projeto já se encontra à disposição aqui, eu queria entrar na fase dos capítulos e na fase de análise.

Capítulo IV

Das Responsabilidades

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omisso ou comisso, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§1º A indenização do prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§2º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§3º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública. (Incluído pela Lei nº 12.527, de 2011)

Do cotejamento desses dispositivos, concluímos ser bastante complicada a responsabilização dos servidores públicos das áreas de fiscalização, controle e auditoria pelos prejuízos causados ao Erário e a terceiros, quando seus relatórios, pareceres ou decisões forem adotados como fundamento de decisão relativa a obra realizada com recursos públicos, ainda que tais manifestações sejam obrigatoriamente assinadas pelos responsáveis, como sugere o parágrafo único do art. 126-C.

Em primeiro lugar, porque tais servidores não possuem ingerência sobre as decisões tomadas com base em seus trabalhos, que podem ser realizadas com dolo ou culpa do decisor, seja por erro de interpretação do parecer ou interpretação intencionalmente divergente, seja por aquele ter tomado a decisão baseando-se em parte(s) do trabalho apenas (desconsiderando outras partes importantes), ou outras razões.

Em segundo lugar, tais pareceres e relatórios, muitas vezes, são realizados sem a informação completa acerca do que foi fiscalizado, controlado ou auditado. Devido à imensidão de dados e informações, é praxe, nesses tipos de atividade, o uso de amostragens, que são recortes estatisticamente representativos dos universos a serem observados. Dessa forma, sempre existe alguma probabilidade de erro (risco calculado), isto é, o trabalho feito por amostragem pode, eventualmente, omitir dado ou informação relevante, ou ainda, por

exemplo, afirmar, com base em uma amostra, que determinado universo de obras está de acordo com o que se espera dele (jurídica, financeira ou gerencialmente), quando, na verdade, não está.

Nós queremos, Sr. Presidente, tendo em vista que esse parecer já se encontra na Comissão, ir ao voto.

Por todo o exposto, contemplando aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além do mérito, entendemos que parte do teor do Anteprojeto de Lei nº 5, de 2014–CI, tem condições de ser convertido em Projeto de Lei de autoria deste Colegiado, nos termos sugeridos abaixo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para disciplinar a responsabilização de servidores públicos que atuem nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do art. 38-A, nos seguintes termos:

"Art. 38-A. Os órgãos e entidades da administração pública federal que executem obras com recursos públicos serão obrigados a manter cadastro atualizado e discriminado, por obra, dos servidores responsáveis pelas atividades de fiscalização, controle e auditoria que nelas atuem, os quais deverão firmar e apor identificação funcional em todos os relatórios, pareceres ou decisões de sua responsabilidade.

Parágrafo único. A responsabilização dos servidores por prejuízos causados ao Erário e a terceiros, sempre que seus relatórios, pareceres ou decisões forem adotados como fundamento de decisão relativa à obra com recursos públicos, que se dará nos termos da legislação vigente, especialmente do Capítulo IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sobre responsabilidade do servidor.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos.

Coloco agora em discussão o relatório apresentado por S. Exª. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Por um lapso me passou, na apresentação de S. Exª o Senador Ruben Figueiró sobre o Anteprojeto de Lei nº 9, colocá-lo em discussão, o que faço agora.

Em discussão o Anteprojeto de Lei nº 9, relatado por S. Exª o Senador Ruben Figueiró. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e passo à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado o Anteprojeto de Lei nº 9, de 2014, desta Comissão, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Vamos agora ao item 1 da pauta, Senador Ruben Figueiró.

ITEM 1

ANTEPROJETO DE LEI Nº 03, DE 2014 – CI

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir volume mínimo de excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela apresentação do Projeto de Lei de autoria desta Comissão nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró, na condição de Relator ad hoc, para ler o relatório a ser apresentado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eminente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, é com muita distinção que falo aqui em nome do eminente Senador Walter Pinheiro, na apresentação do relatório do projeto anunciado por V. Exª, Sr. Presidente.

Trata-se do Anteprojeto de Lei do Senado nº 3, de 2014, que tem por objetivo instituir um volume mínimo de óleo excedente destinado à União sob o regime de partilha.

O presente anteprojeto tem como origem os debates realizados no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, patrocinado por esta Comissão, em 27 e 28 de março de 2014. O fórum teve como objetivo discutir os principais problemas enfrentados pelas áreas de infraestrutura no Brasil e apresentar possíveis soluções. Do fórum resultou a apresentação de oito anteprojetos de lei, cinco antepropostas de emenda à Constituição, além da sugestão de formação de dois grupos de trabalho e dois estudos temáticos.

O anteprojeto, além da cláusula de vigência, contém somente um artigo na parte normativa. Esse artigo modifica os arts. 10 e 15 da Lei n° 12.351, de 2010, que instituiu o regime de partilha na exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, para estabelecer que:

I) o Ministério de Minas e Energia proponha ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) o percentual mínimo e o volume mínimo de óleo excedente que deverá ser entregue à União (alteração proposta ao art. 10). A redação atual da lei prevê somente o percentual mínimo;

II) o edital de licitação estipule percentual mínimo e volume mínimo de excedente em óleo para a União (alteração proposta para o art. 15). Atualmente, o edital deve prever somente o percentual mínimo.

A motivação para a apresentação deste anteprojeto decorre de uma lacuna na lei, que permite que a parcela do óleo excedente da União seja irrisória. O leilão do Campo de Libra no segundo semestre de 2013, primeira área leiloada sob o regime de partilha, mostrou que, mais do que uma possibilidade teórica, esse risco é real. A falta de concorrência fez com que o Campo de Libra fosse arrematado pelo valor mínimo, o que, em situações adversas de produção e de cotação do petróleo no mercado internacional, pode render ao Governo uma participação de meros 9,93% na forma de excedente em óleo. Lembrando que esse percentual incide somente sobre a parcela do óleo que resta após a empresa ter recuperado os custos de produção e pago os *royalties*.

O anteprojeto, ao estabelecer que o edital de licitação estipule um volume mínimo de óleo a ser entregue à União, solucionaria o problema.

Análise.

Esclarecemos, em primeiro lugar, que o anteprojeto não apresenta vícios de ordem constitucional ou legal – a iniciativa do projeto é legítima, por se tratar de matéria de competência da União, conforme o art. 48 da Constituição Federal –, tampouco invade as competências privativas da Senhora Presidente da República (art. 61, §1º). O anteprojeto atende aos pressupostos de juridicidade e está redigido segundo as boas normas de técnica legislativa previstas na Lei Complementar n° 95, de 1998.

Em relação ao mérito, concordamos com o diagnóstico do fórum, de que a legislação atual permite que a União receba participação ínfima do óleo excedente. Para entender melhor o problema, é necessário esclarecer os conceitos envolvidos. No regime de partilha de produção, a União dispõe de três fontes de receitas:

I) o bônus de assinatura, que consiste em um valor fixo, estabelecido no edital do leilão, pago pela contratada à União para ter direito à exploração do campo. No caso de Libra, o bônus de assinatura foi fixado em R$15 bilhões;

II) os *royalties*, entregues em dinheiro e que correspondem, no regime de partilha, a 15% do valor da produção;

III) o óleo excedente, que é a parcela da produção em óleo efetivamente repartida entre a União e contratada, e é calculada a partir da diferença entre a produção total e as parcelas, convertidas em óleo, destinadas ao pagamento de *royalties* e à recuperação do custo de produção. O óleo excedente corresponde, assim, a uma espécie de lucro do campo, e a parcela destinada à União se assemelha a um imposto sobre a renda.

No regime de partilha, a parcela do óleo excedente destinada à União é definida em leilão, respeitado o valor mínimo fixado no edital. Por isso, em tese, essa parcela pode ser pequena, dependendo dos parâmetros estabelecidos no edital e do resultado da licitação. Conforme o fórum concluiu, o leilão de Libra mostrou que, mais que uma possibilidade teórica, o risco de a parcela da União ser pequena é absolutamente real.

Contudo, apesar de o diagnóstico ter sido correto, a solução proposta contida no anteprojeto é insatisfatória. Recapitulando, o projeto altera a Lei nº 12.351, de 2010, para obrigar que, em cada licitação, o edital, com base em parâmetros propostos pelo Ministério de Minas e Energia, estabeleça um volume mínimo de óleo a ser entregue para a União. Identificamos dois problemas com essa proposta.

Em primeiro lugar, permanece a cargo do Poder Executivo a definição do volume mínimo de óleo a ser entregue para a União. Ora, se o Poder Executivo decide fixar um percentual muito baixo, como o fez no caso de Libra, nada impede que fixe um volume de óleo igualmente baixo. A solução, portanto, é fixar em lei um mínimo de óleo a ser entregue para a União.

O segundo problema refere-se à forma de fixar esse mínimo em lei: se em volume, em valor monetário ou em percentual da produção. Entendemos que a melhor opção é fixar um percentual, e não em volume, como proposto no anteprojeto. Tanto o volume quanto o valor podem representar quantidades irrisórias para

campos suficientemente grandes, tornando a lei ineficaz, ou representar um fardo para campos com menor perspectiva de produção, podendo, no limite, inviabilizar sua produção em escala comercial. Já um percentual em relação ao total produzido, se fixado em nível adequado, cumpre o papel de garantir uma receita mínima para a União sem inviabilizar a exploração econômica do campo.

Sugerimos que o percentual seja fixado em 18% do valor bruto da produção. Para chegar a esse valor, supusemos um teto para o custo em óleo equivalente a 40% do valor da produção. Como a empresa paga 15% de *royalties*, sobram 45% (equivalente à diferença entre os 100% da produção e a soma de 40% do custo em óleo com 15% destinados aos *royalties*) da produção total para o óleo excedente. Se fixarmos em 40% a parcela mínima do óleo excedente destinada ao governo (ou seja, 40% dos 45% da produção total), encontramos o percentual proposto de 18%.

E o eminente Relator conclui.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação do seguinte Projeto de Lei do Senado por esta Comissão:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 10, 15, 18 e 29 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passam a viger com as seguintes redações:

"Art. 10. .....

.....

III – .....

.....'

b) o percentual mínimo do excedente em óleo da União, observado o disposto no § 3º;

.....

§ 3º O percentual mínimo previsto no inciso III deste artigo será tal que garanta, para a União, um excedente em óleo que corresponda a, no mínimo, dezoito por cento (18%) da produção total do campo, mensurada a cada período, na forma do regulamento." (NR)

"Art. 15. .....

.....

III – o percentual do excedente em óleo da União, que deverá observar o disposto no § 3º do art. 10;

....." (NR)

"Art. 18. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa segundo o critério da oferta de maior excedente em óleo para a União, respeitado o percentual mínimo definido nos termos da alínea b do inciso III e o disposto no § 3º, ambos do art. 10." (NR)

"Art. 29. .....

.....

VII – as regras e os prazos para a repartição do excedente em óleo, podendo incluir critérios relacionados à eficiência econômica, à rentabilidade, ao volume de produção e à variação do preço do petróleo e do gás natural, observado o percentual estabelecido segundo o disposto no art. 18 e o percentual mínimo da produção total previsto no § 3º do art. 10;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Segue, Sr. Presidente, a justificação do projeto, baseada inclusive nas informações já prestadas na parte introdutória do excelente voto que apresenta o eminente Senador Walter Pinheiro.

É o relatório, que, com muita honra, passo ao conhecimento de V. Exª e dos ilustres pares para análise, com as minhas homenagens ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ruben Figueiró, Relator *ad hoc* do Anteprojeto de Lei nº 3, de 2014, desta Comissão.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª, o Senador Ruben Figueiró. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Próximo item da pauta.

ITEM 4

ANTEPROJETO DE LEI Nº 08, DE 2014 – CI

Altera o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura
Relatoria: Valdir Raupp
Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello; Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a minuta do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 8, de 2014, elaborada a partir do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. A minuta pretende alterar o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para permitir que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado.

O 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi realizado por esta Comissão entre 27 e 28 de março de 2014. No relatório final do fórum, consta a deliberação, resultante dos debates sobre o tema irrigação, no sentido de alterar a Lei de Recursos Hídricos para possibilitar que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados em instrumentos de incentivo para a atuação do setor privado na qualificação da gestão de recursos hídricos.

Conforme a justificação da minuta, a cobrança pelo uso de água, regulada pela Política Nacional de Recursos Hídricos – a Lei nº 9.433, de 1997 –, objetiva sinalizar a escassez desses recursos, bem como estimular seu uso racional. Na regra atual, em especial, os grandes usuários não recebem incentivos para atuar na melhoria da qualidade e da quantidade da água disponível para todos; e, nesse sentido, a minuta pretende incluir a possibilidade de que os recursos oriundos da cobrança sejam destinados à qualificação da gestão hídrica pelo setor privado.

O art. 1º da minuta propõe a inclusão de um inciso no art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, para possibilitar que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos sejam utilizados na qualificação da gestão dos recursos hídricos pelo setor privado. O art. 2º estabelece que a lei entre em vigor a partir da data de publicação.

Segundo o art. 245 do Regimento Interno do Senado Federal, caso esta Comissão acolha a minuta em análise, poderá apresentá-la como projeto de lei do Senado de sua autoria.

O voto.

Por todo o exposto, consideramos recomendável o acolhimento da minuta apresentada, na forma do seguinte projeto de lei de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para facultar a aplicação em investimentos privados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

"Art. 22. .....
.....
§ 4º Os Comitês de Bacia Hidrográfica instituirão mecanismos de incentivo econômico, incluindo a redução de valores da cobrança, em razão de investimentos privados para ações de melhoria da qualidade e da quantidade de água e do regime fluvial, que tenham sido aprovados pelo respectivo Comitê." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Valdir Raupp, pela leitura de seu relatório.

Coloco, agora, em discussão o relatório do Anteprojeto de Lei nº 8, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

ANTEPROJETO DE LEI Nº 06, DE 2014 – CI

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para eliminar a restrição à participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela apresentação como projeto de lei de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Valdir Raupp, que indico como Relator ad hoc deste Anteprojeto de Lei nº 6, para leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e e Srs. Senadores, é com muita satisfação que relato o projeto de relatoria do Senador Vicentinho Alves.

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a minuta do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2014, elaborada a partir das discussões realizadas no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. A minuta pretende alterar a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, do Código Brasileiro de Aeronáutica, com objetivo de eliminar a restrição da participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras. Uma das atividades mais profícuas do fórum foi, certamente, a mesa-redonda sobre transporte de passageiros, aquela coordenada pelo nobre Senador Acir Gurgacz.

Como resultado dessas discussões, esta Comissão aprovou, em 16 de abril de 2014, por meio do relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, o Anteprojeto de Lei do Senado nº 6, de 2014.

Na justificação do anteprojeto argumenta-se que a imposição de limites à participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas é anacrônica. Tal restrição seria reminiscente de posições ideológicas, anteriores à queda do Muro de Berlim, não sendo justificada nos dias atuais. Ademais, argumenta-se que a limitação não é coerente com a situação verificada na grande maioria dos setores da economia, "que podem se beneficiar do conhecimento prático que o capital internacional pode trazer, a exemplo dos setores automobilístico e de telecomunicações, entre outros".

Voto.

Nos termos do art. 213-A do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do exposto, voto pela apresentação de Projeto de Lei do Senado de iniciativa desta Comissão, na forma que se segue.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mais uma vez, obrigado a V. Exª, Senador Valdir Raupp, pela leitura do relatório apresentado ao Anteprojeto de Lei nº 6, de 2014, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria constituirá projeto de lei a ser apresentado por esta Comissão.

ITEM 6

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 02, DE 2014 – CI

Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, para permitir à União delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela apresentação como proposta de emenda à Constituição de autoria desta Comissão, nos termos que segue.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Ruben Figueiró, que indico como Relator ad hoc desta Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, para leitura do relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agradeço a V. Exª, Senador Fernando Collor, pela oportunidade de substituir aqui, como Relator, o eminente Senador Flexa Ribeiro. É uma distinção que agradeço a V. Exª.

Trata-se, portanto, de Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, que autoriza a União a delegar a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

S. Exª o Senador Flexa Ribeiro apresenta o seu relatório, que resulta de diagnóstico acurado sobre os principais problemas da mineração brasileira, realizado no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, iniciativa bem sucedida e altamente meritória desta Comissão e de seu Presidente Senador Fernando Collor, ocorrido nos dias 27 e 28 de março de 2014.

Na ocasião, divididos em painéis temáticos, foram discutidos – em mesas-redondas compostas por representantes altamente qualificados do Governo, das empresas e da academia – os principais entraves ao desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Anteproposta em tela.

Análise.

Na mesa-redonda específica sobre mineração, concluiu-se que a atual restrição constitucional à participação da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares resulta no subaproveitamento do potencial geológico brasileiro e coloca em risco o fornecimento de combustível para as nossas usinas nucleares caso o Brasil decida ampliar a participação dessa fonte na matriz energética nacional.

Os recursos financeiros do Estado são finitos e devem, portanto, ser direcionados para aqueles fins de maior relevância para a sociedade, como saúde, educação e segurança. A participação do Estado na atividade produtiva, pela vontade do Constituinte, só deve ocorrer em casos especiais, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo, na forma da lei.

O cerne estratégico da atividade nuclear, em termos tecnológicos e de segurança nacional, é o enriquecimento de urânio. As atividades de pesquisa, extração e beneficiamento de minérios e minerais nucleares não guardam diferenças significativas em relação às mesmas atividades voltadas para o aproveitamento de outros tipos de substâncias minerais. Sendo assim, a União pode delegá-las a outros agentes e concentrar seus recursos financeiros e de capital humano na pesquisa, desenvolvimento e inovação do enriquecimento de urânio e na fabricação de combustível nuclear.

Diante desse quadro, entendemos ser oportuno alterar a Constituição em seus arts. 21 e 177, preservando o monopólio estatal sobre a atividade nuclear, mas autorizando a União a conceder as atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares à iniciativa privada, conforme propugna a Anteproposta sob análise.

Voto.

O eminente Senador Flexa Ribeiro vota, e eu aqui reitero, pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas à conversão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2014-CI, em Proposta de Emenda à Constituição – com a respectiva justificação e legislação citada – na forma que se segue:

Seguem-se as duas propostas, Sr. Presidente. A primeira dá nova redação aos arts. 21 e 177 da Constituição, para permitir que a União delegue a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares.

Ela diz, no seu art. 1º:

> Art. 1º O inciso XXIII do caput do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de nova alínea d e da atual alínea d renomeada para e, com a seguinte redação:
>
> Art. 21. Compete à União:
>
> .....
>
> XXIII – .....
>
> .....
>
> d) sob regime de concessão, são autorizados a pesquisa, a lavra e o comércio de minérios e minerais nucleares;
>
> e) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (NR)

Art. 2° O art. 177 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do §5º, com a seguinte redação:

> Art. 177. Constituem monopólio da União:
>
> .....

§ 5º A União poderá contratar, com empresas estatais ou privadas, a realização das atividades pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais nucleares, conforme a alínea d do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal, observadas as condições estabelecidas em lei.(NR)

Art. 3° Esta Emenda à Constituição entra em vigor da data da sua publicação.

Segue a justificação para o Sr. Presidente da proposta apresentada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, que, com muito prazer, endosso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Coloco em discussão o relatório da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 12 apresentado por S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá a Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

Vou repetir a votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá a Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

ITEM 7

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 04, DE 2014 – CI

Altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela apresentação como Proposta de Emenda à Constituição, de autoria desta Comissão, nos termos que sugere.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre o relatório submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura a Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, a qual tem o intuito de alterar a Constituição Federal para ampliar o rol de destinações do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada CIDE-combustíveis.

A referida Anteproposta foi elaborada a partir das exposições e debates realizados no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, evento organizado por esta Comissão, que teve por objetivo buscar ideias e soluções para os problemas relacionados à infraestrutura nacional, mediante mesas redondas distribuídas em diferentes painéis temáticos.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Anteproposta em questão.

Análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal, no art. 177, § 4º, inciso II, determina que o produto da arrecadação CIDE-Combustíveis seja destinado ao: a) pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; b) financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; c) financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Contudo, conforme se concluiu nos debates realizados no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, é necessário realocar o ônus financeiro das gratuidades e dos descontos instituídos pelo Poder Público para determinadas categorias de passageiros, de modo que tais benefícios sejam custeados por recursos extratarifários, e não pelos usuários do sistema de transportes, contribuindo, dessa forma, para a almejada modicidade tarifária e principalmente também para a redução tarifária que hoje estamos acompanhando uma alta e um aumento real do custo das tarifas dos últimos anos, grande parte em função das gratuidades que são dadas aos usuários e quem paga

essa gratuidade, Sr. Presidente, são os passageiros que pagam a passagem inteira. Portanto, não há uma contribuição nem dos governos estaduais, municipais e federal para que essas gratuidades possam ajudar o passageiro.

Eu entendo que as gratuidades são da maior importância para quem as recebe, mas temos que achar a fonte de pagamento, para não deixar que os passageiros, que, no meu entendimento, são os que menos têm condições de conseguir comprar uma motocicleta, comprar um automóvel, que são as pessoas pode se dizer que têm uma das menores rendas deste país, paguem por essa gratuidade.

Por isso, entendo que nós, no Brasil, temos uma das tarifas mais injustas que nós poderíamos dar ao trabalhador brasileiro.

Para alcançar esse objetivo, foi proposta a ampliação do rol de aplicação dos recursos da CIDE-Combustíveis para possibilitar a sua ampliação nos subsídios às tarifas e ao transportes coletivo.

Isso contribuiria para a ruptura do ciclo vicioso decorrente do encarecimento das tarifas de transporte coletivo que terminam por induzir a migração de passageiros para o transporte individual que resultam em menos receitas tarifárias e mais aumento nas tarifas.

A utilização de recursos da CIDE-Combustíveis se justifica, primeiramente, porque tais recursos são originários dos tributos indiretos incidentes sobre o óleo diesel que representa recursos significativos da operação dos sistemas de ônibus urbanos.

Ademais considerando que os recursos da CIDE–Combustíveis são também oriundos das alíquotas previstas para incidência sobre o álcool e a gasolina, combustíveis da maioria dos veículos de uso individual.

A proposição se aprovada criariam um sistema de subsídio cruzado dos usuários de transporte individual em benefício do transporte coletivo, em beneficio do usuário do transporte coletivo.

É preciso consignar ainda que a presente proposta pretende reservar uma parcela de 21% da arrecadação desta contribuição para que os governos locais sejam capazes de prover os recursos necessários aos subsídios que ora se propõe.

Assim, embora atualmente as alíquotas da CIDE-Combustíveis estejam zeradas, no momento em que as alíquotas da contribuição voltarem a ficar positivas estará garantida importante fonte de receita destinada ao transporte coletivo.

No entanto, é nosso dever também acrescentar na Carta Magna a contrapartida de que esses recursos serão revertidos em benefício da modestidade tarifária, isto é, que o dinheiro da CIDE-Combustíveis não será objeto de substituição de fonte de recursos ou apropriação pelas prefeituras ou pelos operadores dos transportes coletivos, mas destinando integralmente a diminuição dos preços de passagens.

Neste sentido propomos a inclusão do § 5º, do art. 156 para determinar a apuração de custos por uma planilha nacional a ser veiculada em lei completar.

Adiantamos que a proposição, em nosso entendimento, não fere as cláusulas que impedem deliberação sobre a proposta da emenda constitucional escritas nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 60 da Lei Maior, pois sua tramitação não ocorre na vigência de intervenção federal e estado de defesa ou estado de sítio. Não tem por objetivo matéria tendente a abolir a forma federativa de estado. O voto direto, secreto, universal e periódico a separação de poderes ou os direitos e garantias individuais, nem se refere à matéria constante da proposta de emenda rejeitada ou havida por trecho de cidade ou prejudicada na atual sessão legislativa.

No entanto, uma vez que a Carta Magna não prevê a iniciativa de proposta de emenda constitucional para as comissões, esta deve ser subscrita por no mínimo um terço dos membros do Senado Federal, ou seja, por 27 senadores.

Por esta razão proponho que esta Comissão formalize a recomendação de apoio dos seus membros a conversão desta de proposta em proposta de emenda à Constituição mediante a posição de assinatura à minuta da PEC.

Voto pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas, à conversão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, em Proposta de Emenda à Constituição, na forma que se segue:

Altera o art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal para permitir a utilização de recursos arrecadados com a contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível para subsidiar as tarifas do transporte coletivo.

Art. 1º O art. 159 e o inciso II do § 4º do art. 177 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159. .....

.....

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, na forma da lei:

a) 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, observada a destinação a que se refere o inciso II, "c", do referido parágrafo; e

b) 21% (vinte e um por cento) para os Municípios e o Distrito Federal, observada a destinação a que se refere o inciso II, "d", do referido parágrafo.

.....

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III, "a", que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

§ 5º A transferência de que trata o inciso III, "b", está vinculada à utilização integral dos recursos em favor da modicidade tarifária, comprovada mediante planilha de custos na forma da lei. (NR)

Art. 177. .....

.....

§ 4º .....

.....

II – .....

.....

d) ao pagamento de subsídios às tarifas do transporte coletivo. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa, Sr. Presidente.

Os problemas referentes ao transporte coletivo e à mobilidade urbana no Brasil têm sido apontados como um dos principais motivos de insatisfação por parcela substancial dos cidadãos brasileiros.

Levantamentos de preços realizados pelo IBGE nas principais aglomerações urbanas do país para o cálculo do Índice de Preços ao Consumidor revelam um crescimento acima da inflação das tarifas de transporte público por ônibus nos últimos anos. Paralelamente, políticas de incentivo à aquisição de automóveis e motocicletas apresentaram como resultado prático a redução dos valores reais desses bens ao longo do tempo.

Em geral, o modelo adotado na maioria das cidades para o financiamento da operação do transporte público urbano por ônibus conta apenas com recursos oriundos das tarifas cobradas de seus usuários, que embora nem sempre sejam suficientes para custear o sistema, têm ainda de suprir as perdas tarifárias decorrentes das gratuidades e descontos instituídos pelo Poder Público para determinadas categorias de passageiros.

Por outro lado, as políticas e incentivos ao transporte individual têm contribuído para o encarecimento das tarifas do transporte coletivo por ônibus. Isso porque a perda de usuários do sistema de transporte coletivo faz com que, no cálculo da tarifa, o rateio dos custos se dê entre um menor número de passageiros pagantes.

O encarecimento das tarifas, por sua vez, alimenta um círculo vicioso que faz com que o transporte coletivo perca competitividade, induzindo mais passageiros a migrarem para o transporte individual, gerando, por conseguinte, menos receita tarifária e mais aumento nas tarifas.

Para que se quebre esse círculo vicioso há necessidade premente de se instituir fontes extratarifárias de financiamento do transporte coletivo, como forma de se promover a redução das tarifas cobradas dos passageiros. Nessa linha, surgiu, no âmbito do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, realizado nesta Casa nos dias 27 e 28 de março deste ano, a presente proposta visando destinar parte dos recursos provenientes da CIDE-Combustíveis para subsidiar tarifas do transporte coletivo de passageiros.

A utilização de recursos da CIDE-Combustíveis se justifica, primeiramente, em função de serem significativos para a composição de custos de operação do transporte coletivo, especialmente dos sistemas de ônibus urbanos, os tributos indiretos incidentes sobre o óleo diesel, como é o caso da mencionada contribuição.

Noutra perspectiva, a utilização de recursos da CIDE-Combustíveis, particularmente se consideradas as alíquotas previstas para incidência sobre o álcool e a gasolina – combustível da maioria dos veículos de uso individual –, possibilitaria a criação de um sistema de subsídio cruzado dos usuários do transporte individual em favor daqueles de caráter coletivo.

A persistir o modelo de expansão do transporte individual, sem que sejam criados incentivos para o transporte coletivo, assistiremos ao constante aumento dos congestionamentos, da poluição atmosférica, de perdas econômicas e da insatisfação dos cidadãos. Corre-se o risco do colapso completo do sistema, quando o excesso de carros nas ruas inviabilizará o direito de todos transitarem com dignidade nas cidades.

Quanto aos recursos, propõe-se que sejam destinados 21% da arrecadação da CIDE-Combustíveis, na forma da lei, diretamente aos Municípios e ao Distrito Federal, tendo em vista que os maiores problemas de mobili-

dade urbana concentram-se hoje nas médias e grandes cidades brasileiras. Dessa forma, assim que as alíquotas da contribuição voltarem a ficar positivas, restará garantida importante fonte de receita ao transporte coletivo.

Os percentuais atualmente dispostos na Constituição, que estipulam a destinação de 29% da contribuição para os Estados e o Distrito Federal e, desse valor, 25% para os Municípios, observado o disposto no art. 177, §4º, inciso II, c (financiamento de programas de infraestrutura de transportes), continuam mantidos.

Regulamentação legal posterior deverá contemplar a apresentação de projetos, criação de convênios e critérios para a distribuição dos recursos de forma a atender, além do interesse dos Municípios e do Distrito Federal, o das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, que também devem ser considerados no planejamento sistêmico e integrado da mobilidade urbana.

O transporte coletivo é um serviço público essencial e sua prestação de forma digna e com preço justo deve ser um direito social. A pretensão do usuário de transporte coletivo de obter a redução da tarifa corresponde, nesta quadra histórica, ao interesse de toda a sociedade. O incentivo ao transporte coletivo desponta como a principal (senão a única) solução para os problemas de mobilidade urbana e de trânsito nas médias e grandes cidades brasileiras.

Contamos, portanto, com o apoio nos nobres Pares para aperfeiçoar e aprovar esta matéria.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, pela leitura de seu relatório, que coloco, agora, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Relatório.

A matéria constituirá proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Próximo item:

ITEM 8

ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 05, DE 2014

Altera o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, para atribuir à União a propriedade dos rios que deságuem em outros rios federais.
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relator *ad hoc*: Senador Acir Gurgacz

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz, para, como Relator ad hoc, fazer a leitura do relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com prazer, Sr. Presidente, que faço o relatório *ad hoc* do Senador Relator Wilder Morais.

Chega à minha relatoria, no âmbito desta Comissão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, da CI, a qual tem o intuito de alterar a Constituição Federal de 1988 para transferir à União a propriedade de lagos, rios e quaisquer correntes de água que deságuem em outros rios federais. A referida Anteproposta é proveniente de extenso debate e de sugestões advindas do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, evento organizado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que ocorreu nos dias 27 e 28 de março de 2014 e teve como objetivo buscar ideias e soluções para problemas relacionados à infraestrutura nacional, mediante mesas-redondas distribuídas em diferentes painéis temáticos.

O relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura foi lido e aprovado na 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, em 16 de abril, tendo sido incluída no relatório final, entre outras proposições sugeridas pelos diversos painéis temáticos, a Anteproposta em voga.

Análise.

Segundo o inciso III do art. 20 da Constituição Federal, são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. No entanto, conforme se concluiu nos debates realizados no supracitado Fórum, a configuração atual gera transtornos irrefutáveis para a região hídrica nacional.

De acordo com os especialistas da Mesa-redonda de Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação no 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, a atual divisão fluvial não oferece respostas para problemas decorrentes da construção de barragens com recursos federais e das obras de transposição envolvendo águas de domínio da União.

Assim, a solução seria alterar a Constituição para sanar os problemas decorrentes da dominiedade, particularmente: a) dos rios estaduais que deságuam em rios federais; b) a existência de barragens e transposições feitas pelo Governo Federal.

Ademais, já adiantamos que, do ponto de vista da constitucionalidade material da proposição, não vislumbramos quaisquer problemas. Afinal, a proposição não tem a pretensão de abolir a forma federativa do Estado – voto direto, secreto, universal e periódico –, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais.

Aliás, vale mencionar que se encontra plenamente em vigor a Emenda Constitucional nº 46 de 2005, que alterou o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal para retirar do domínio da União as ilhas oceânicas e as costeiras que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao Serviço Público e à unidade ambiental federal.

Portanto, uma vez que tal Emenda Constitucional retirou certos bens da propriedade da União e não foi considerado que esta feriu a forma federativa do Estado – cláusula pétrea –, não há sequer que se questionar que vício de tal espécie incida na proposta em análise.

Por sua vez, quanto à sua admissibilidade, destacamos que a proposição não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição, que afirmam que esta não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. No entanto, uma vez que a Carta Magna não prevê a iniciativa de Proposta de Emenda Constitucional para as comissões, esta deve ser subscrita por, no mínimo, um terço dos membros do Senado Federal, ou seja, por 27 Senadores.

Em face de tal restrição, proponho que esta Comissão formalize a recomendação de apoio dos seus membros à conversão desta Anteproposta em Proposta de Emenda à Constituição, mediante proposição de assinatura à minuta da PEC.

Por fim, saliento que se fez necessário realizar pequena alteração na Ementa da Proposição, com o intuito de deixá-la mais clara, de forma a explicar todo o objeto da PEC, conforme exigido pela boa técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente.

Voto pela formalização de apoio dos membros desta Comissão, mediante aposição de assinaturas, à conversão da Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, da Comissão de Infraestrutura, em Proposta de Emenda à Constituição, na forma que segue.

Art. 1º. O inciso III do art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 20, §3º. Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado sirvam de limites com outros países se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, ou que deságuem em outros rios federais bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

Art. 2º. Essa emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

A justificação é basicamente a mesma da introdução, Sr. Presidente.

Esse é o relatório e o voto do nobre Senador relator Wilder Morais, que eu tenho o prazer de fazê-lo *ad hoc*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, pela leitura do relatório referente à Anteproposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, desta Comissão de Infraestrutura.

Coloco em discussão o relatório.

(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria constituirá Proposta de Emenda à Constituição a ser apresentada por esta Comissão.

Gostaria de observar que esses oito anteprojetos de lei aqui aprovados serão, agora, materializados em projeto de lei do Senado Federal e terão a sua tramitação iniciada formalmente nesta Casa, como de autoria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Observo que existem, ainda, outros seis anteprojetos que se encontram sob a análise dos respectivos relatores e que devem ser deliberados na próxima sessão legislativa a partir de fevereiro de 2015.

Por fim, lembro que, somando esses oito anteprojetos aos quatro outros apresentados em 2010 já em tramitação no Senado, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura totaliza, assim, nos biênios 2009/2010 e 2013/2014, doze projetos de lei de sua autoria, podendo com os seis que ainda estão sendo relatados chegar a um total de dezoito proposições de sua iniciativa, todas elas advindas dos ciclos de debates promovidos nesses últimos anos.

Trata-se de um resultado concreto das audiências públicas realizadas, mostrando com isso que os trabalhos da Comissão dos Serviços de Infraestrutura não ficaram restritos às discussões dos temas da infraestrutura nacional.

É, sem dúvida, o Poder Legislativo auxiliando o Executivo com propostas factíveis para as políticas públicas do País. Isso só foi possível graças à participação intensa e denodada de todos os senhores integrantes desta Comissão, a quem ou aos quais, mais uma vez, agradeço.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 33ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e treze minutos do dia dez de dezembro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró, Jayme Campos, Gim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 32ª e 33ª reuniões da Comissão, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas". **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. Resultado: parecer aprovado na comissão. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública". Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para solicitar a retirada de pauta do item. Faz uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. Resultado: retirado de pauta. Fazem uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Ruben Figueiró. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 32ª e 33ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item 1 da pauta. Caráter terminativo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, em função da ausência do relator e do autor do item 2, eu pediria para retirar de pauta esse item para que a gente possa debater com o relator. Temos aqui alguns detalhes que gostaríamos de debater com o relator, Sr. Presidente. Por isso, peço a retirada de pauta do item 2.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Coloco à deliberação de V. Exªs a retirada de pauta do item 2 da reunião de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para discutir, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pelo que eu entendi, dito por V. Exª, esta será a última reunião da Comissão de Infraestrutura na atual Legislatura. Então, o Senador Acir Gurgacz está solicitando retirada de pauta para discutir com o Relator do Item 2, que é o Senador Inácio Arruda, que conclui o mandato e não vai retornar, lamentavelmente. Ele não vai poder discutir na primeira reunião da próxima Legislatura. Só para lembrá-lo sobre isso e saber se ele quer manter o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – De fato, nós precisamos discutir o assunto e, se o nobre Relator não estará no próximo ano, deverá conduzir a outro Relator. Nós precisamos fazer uma votação e um debate amplo para que não venhamos aprovar algo que não seja de total interesse da população. Não é pelo fato de ser o Relator, mas, sim, pelo fato da matéria, Sr. Presidente.

Mantenho a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem.

Dito isso, novamente coloco à deliberação dos presentes a retirada de pauta do item 2.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovada a retirada do item 2 da pauta deliberativa desta reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2010
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação com emendas)

Passamos, então, ao item 1, de caráter não terminativo.

ITEM 1

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2008
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para proferir seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, vem a exame nesta Comissão a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 274, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, que dispõe sobre alteração do limite de potência que carac-

teriza as pequenas centrais hidrelétricas e amplia incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas.

O PLS aprovado nesta Casa, em 2008, propõe as seguintes alterações:

– amplia de 30.000 kW para 50.000 kW o limite para classificação de um aproveitamento de potencial hidráulico como pequena central hidroelétrica (PCH), de forma que esses empreendimentos passam a ter direito a três novos incentivos:
I) desconto nas tarifas de uso do sistema de transmissão e de distribuição (TUST e TUSD);
II) direito de vender energia para consumidores especiais; e
III) isenção de pagamento de compensação financeira pelo uso de recursos hídricos (CFURH);
– amplia o limite de potência injetada para que as PCHs, outras fontes alternativas e cogeração qualificada façam jus ao desconto mínimo de 50% na TUST e na TUSD;
– permite que o desconto na TUST e na TUSD seja usufruído em razão da energia gerada, e não mais em razão da energia comercializada. Essa alteração visa a favorecer o autoprodutor de energia;
– amplia o limite de potência injetada para que as PCHs e fontes alternativas possam vender energia para consumidores especiais; e
– amplia o limite de potência final devido a acréscimos de capacidade, acima do qual uma usina hidroelétrica perde o direito ao enquadramento como PCH.

O autor do PLS alegou que as usinas hidrelétricas entre 30.000 kW e 50.000 kW não são competitivas frente àquelas de maior porte e que, por isso, não têm sido construídas. Além disso, usinas hidroelétricas nessa faixa submetem-se a um rito mais rigoroso de outorga, e, por essa razão, passam por processo mais demorado de licitação.

Outro fato suscitado na justificação é que potenciais de energia hidráulica entre 30 mil kW e 50 mil kW vêm sendo arbitrariamente reduzidos para 30 mil kW, para que os empreendimentos sejam classificados como PCHs. Com isso, o País tem perdido a possibilidade de utilização plena dos aproveitamentos hidráulicos.

O Senador Lobão Filho salienta ainda que o aumento do limite de potência injetada, tanto para fazer jus ao desconto na TUST e na TUSD, quanto para a venda de energia a consumidores especiais, favorece também as fontes alternativas e a cogeração qualificada.

Finalmente, o autor destaca a importância do benefício para o autoprodutor que passará a usufruir do desconto mínimo de 50% na TUST e na TUSD. Essa medida corrige injustiça com esse agente, que contribui quando investe nas fontes alternativas e na cogeração, mas não faz jus aos incentivos que outros usufruem.

No Senado, o projeto foi aprovado com emenda de redação do Senador Wellington Salgado. Em 2014, a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados com emenda substitutiva que acata tão somente a inclusão dos autoprodutores entre os beneficiários do desconto mínimo de 50% na TUSTe na TUSD, mas com redação diferente daquela aprovada originalmente nesta Casa.

De resto, mantém o texto vigente da lei, inclusive o limite de 30.000 kW de potência injetada para PCHs, outros empreendimentos de fontes alternativas e de cogeração qualificada sejam elegíveis ao desconto na TUST e na TUSD.

Análise, Sr. Presidente.

Por não haver audiência da CCJ, esta Comissão também deve proceder às análises sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Nesse sentido não se vislumbra qualquer óbice.

No que tange ao mérito, as comissões da Câmara optaram por suprimir a alteração no inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, promovida pelo Senado sob o argumento de que o inciso incluído na Lei nº 11.943, de 2009, atende parcialmente o mérito do PLS. De fato, contempla parte do PLS, todavia deixa de contemplar a ampliação para o desconto na TUST e na TUSD. E a isenção do pagamento de compensação financeira para os empreendimentos hidrelétricos, entre 30.000 a 50.000 kW, com característica de PCH.

Apesar disso, parece-nos que a redação da ECD é uma evolução. Esses benefícios devem ser concedidos com parcimônia. O desconto é arcado sob forma de subsídio cruzado, o que por si só introduz distorções no funcionamento ótimo da economia, não é desejável aprofundá-las. Por sua parte, a inelegibilidade do pagamento da CFURH por usinas hidrelétricas de pequeno porte tem sido motivo de tensões entre o poder concedente e os prefeitos, o que estimula resistências à aprovação dos empreendimentos hidráulicos por parte das comunidades afetadas.

Deve-se ponderar também que a redação proposta pelo PLS poderia causar conflito com a redação em vigor do dispositivo, qual seja, eliminação dos prazos para que consumidores cativos se tornem especiais. Essas carências foram pleiteadas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, que são obrigadas a planejar

a compra da energia com base na evolução do seu mercado. A imprevisibilidade causada pela ausência dos prazos produzia insegurança na gestão destas empresas. Portanto, é pertinente que as carências sejam mantidas.

A ECD acatou, tão somente, a alteração ao §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, com duas modificações: (i) Substituição da expressão: "gerada", por "comercializada ou autoconsumida"; (ii) Manutenção do limite de potência injetada de 30.000 kW.

A substituição da expressão "gerada" por "comercializada ou autoproduzida" aprimora a redação do PLS. Dá ao proprietário maior segurança no usufruto dos descontos na TUST e na TUSD e inclui o autoprodutor, como deseja o autor do PLS.

Por sua vez, a manutenção do limite de potência injetada de 30.000 kW, não contempla o desejo do autor em aumentar esse subsídio para a potência injetada de até 50.000 kW. A nosso ver, trata-se de supressão que impede o aperfeiçoamento da legislação.

De fato, atualmente, o limite de 30.000 kW não é isonômico entre as fontes. Por exemplo, empreendimentos eólicos numa mesma área são divididos, cada um, com potência máxima de 30.000 kW, apenas para fazer jus ao desconto. O mesmo não pode ser feito por outras fontes. Nossa recomendação, não fosse o fato a seguir descrito, seria retornar à alteração original proposta pelo PLS.

Entretanto, não é possível modificar a emenda da Câmara por meio de subemenda. O Senado não pode rejeitar apenas uma das modificações promovidas pela Câmara. Por outro lado, a rejeição integral causaria mais problemas do que a sua aprovação, sem que sejam atendidos os objetivos inicialmente almejados pelo autor do PLS.

Voto, Sr. Presidente.

Em face das justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para fazer uma referência ao projeto do Senador Lobão Filho, muito pertinente. Ele busca, através desse projeto, conceder às pequenas centrais hidrelétricas, que hoje têm potência até 30 mil kW, que são classificadas com potência até 30 mil kW, a extensão até 50 mil kW.

Como diz no seu projeto, o País perde energia para que o investidor possa usufruir dos benefícios de PCHs até 30 mil kW, ele abre mão de gerar algo além dos 30 mil, até 50 mil kW, como propunha o Senador Lobão Filho. Mas a emenda feita na Câmara não nos permite retornar ao projeto inicial do Senador, contemplando as hidrelétricas até 50 mil kW com os subsídios dados ou as vantagens dadas às PCHs.

Outro aspecto, Sr. Presidente. Eu fui indicado ontem pelo meu Partido para substituir o Senador Aloysio Nunes Ferreira em três medidas provisórias que estão tramitando. Uma das medidas provisórias, cujo relatório vai ser lido ainda hoje à tarde, pelo Relator, o Senador Romero Jucá, e o Relator-Revisor, o Deputado Eduardo Cunha, inclui esse projeto do Senador Edson Lobão. Há também um projeto de minha autoria que trata de autorizar o capital estrangeiro na área de saúde. Foi um projeto de 2009 apresentado no Senado Federal e aprovado ontem na CAE, com o acordo do Governo. O Governo levou cinco anos para entender que o projeto era benéfico para o País, tão benéfico é, e ele sabe da demora que levará para tramitar o projeto, que está autorizando a inclusão da Medida Provisória nº 656. Além desses dois, mais um terceiro, a medida provisória que eu relatei e que trata do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, uma medida provisória da maior importância para o País, em especial para a Região Amazônica, que caiu, perdeu a validade, em função do recesso branco à época das eleições. Ela vai estar incluída também nesse relatório. Tomei conhecimento disso de ontem à tarde para hoje de manhã.

Então, dois projetos e uma medida provisória incluídos pelo Relator em uma nova medida provisória, cujo relatório vai ser lido ainda hoje. Lógico, será pedido vista para que seja aprovado, com certeza, em uma reunião que será convocada para amanhã. Vistas de 24 horas serão dadas pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, por concluir uma Sessão Legislativa com tamanho sucesso e êxito. Cumprimentos pelo seu esforço, pela sua abnegação.

Coloco então em votação o relatório apresentado.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2008, cujo relatório, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, acaba de ser lido, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento de sua tramitação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Por dever de ofício, eu quero pedir urgência na tramitação do projeto, apesar de ele já ter mais urgência, por estar incluído na Medida Provisória nº 656.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente. A solicitação de V. Exª será atendida.

Eu peço à Secretaria desta Comissão que tome as providências devidas para a urgência na tramitação, que já está previamente antecipada pela inclusão na medida provisória, conforme informa S. Exª o Senador Flexa Ribeiro. De qualquer maneira, fica solicitada a urgência na tramitação dessa matéria.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sr ªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ao encerrar a atual Legislatura e a Presidência de V. Exª, na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, eu quero parabenizá-lo, e a todos os meus Pares que compõem esta Comissão, pelo trabalho desenvolvido ao longo desses dois anos. Foi um trabalho que gerou para o nosso País a proposição de projetos da maior importância. V. Exª, nas suas considerações, já fez referência a quatro projetos da época da sua Presidência anterior, a oito projetos que aprovamos nesta Legislatura e mais a seis projetos que tramitam. Então, são 18 projetos que a competência e a operacionalidade de V. Exª à frente da Comissão de Infraestrutura trazem como sugestão, e, evidentemente, tramitarão para serem discutidos e, com certeza, aprovados, para beneficiar o desenvolvimento do nosso País, que tanto precisa. Está crescendo tão pouco. Outro dia, um amigo me disse que o Brasil daqui a pouco está crescendo que nem rabo de cavalo: para baixo. Eu espero que isso não aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, as referências que faz à Presidência desta Comissão, e compartilho com todos os integrantes da Comissão de Serviços e Infraestrutura as palavras oferecidas por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro. Foi um trabalho conjunto, um trabalho de abnegação absoluta dos Srs. e Srªs Senadoras nesses últimos dois anos, e graças a esse trabalho conjunto foi possível chegarmos a apresentar um relatório de atividades – acredito – extremamente positivo, não só para o Senado da República como uma instituição do Poder Legislativo, como para o seu destinatário final, que é o povo brasileiro.

Muito obrigado, portanto, a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, eu não poderia deixar também de somar às palavras do eminente Senador Flexa Ribeiro.

Veio-me aqui uma lembrança de um dos grandes brasileiros que, através do seu pioneirismo, do seu espírito de brasilidade, abriu os nossos sertões, levando linhas telegráficas até a Amazônia através do meu antigo Estado de Mato Grosso do Sul, e também teve a láurea de pacificar as populações indígenas dessa grande região. Foi o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ele disse, em certa ocasião, que nós construímos e nós destruímos. Tudo depende de nós.

Eu me lembrei dessa expressão de Cândido Rondon, para dizer a V. Exª, Senador Fernando Collor, do prazer imenso que tive de participar este ano dos trabalhos desta Comissão. V. Exª é um grande obreiro. V. Exª, nesta Comissão, como em outras atividades de sua vida pública, só construiu, jamais destruiu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu quero que fique consignado, aqui, a minha admiração e o meu respeito pelo dinamismo, pelo espírito de iniciativa de V. Exª, abrindo horizontes para que esse importante setor da economia nacional, da estratégia nacional de desenvolvimento, que é a infraestrutura, tenha a possibilidade de abrir novos horizontes para o nosso País. Tudo o que V. Exª fez, no comando desta

Comissão, no decorrer deste ano, do qual eu sou testemunha, reconheço que não vem de hoje. A administração de V. Exª vem de uma gestão anterior que, também, foi profícua.

Espero, sinceramente, à distância, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano que vem, dedicando-me ao ócio com dignidade, que eu possa aplaudir a ação de V. Exª, como a do Senador Flexa Ribeiro, sabendo, perfeitamente, que esta Comissão teve seus olhos voltados para os grandes destinos do nosso País.

Meus cumprimentos a V. Exª, meus cumprimentos, na pessoa do Senador Flexa Ribeiro, a todos aqueles que vão compor a Comissão de Infraestrutura no ano que vem, e as minhas saudações, através do Dr. Álvaro, as minhas homenagens a todos os Srs. servidores. Quero manifestar a todos o meu respeito e a minha admiração.

Finalizando, que vocês tenham um feliz Natal e, se Deus quiser, apesar de tudo, um feliz Ano Novo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ruben.

Pela ordem, S. Exª Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para estender, também, como fez o Senador Figueiró, ao Álvaro e às nossas auxiliares os nossos parabéns, porque eles é que fazem a Comissão funcionar.

V. Exª é o comandante – um comandante determinado – e tem a obstinação de fazer, como disse o Senador Figueiró, de construir, e isso é exemplo para todos nós.

Um feliz Natal e um ano de 2015 de saúde e de bençãos de Deus para todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro. Retribuo os votos que V. Exª concede a todos nós que fazemos parte da Comissão de Serviços de Infraestrutura e agradeço, muito especialmente, agora, as palavras proferidas por S. Exª o Senador Ruben Figueiró. A comparação com o Marechal Cândido Rondon é uma comparação que – pela generosidade de seu coração – V. Exª atribui, mas que é imerecida de minha parte.

De minha parte, eu gostaria, apenas, de dizer a V. Exªs que esse tempo que fiquei na Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura foi o tempo em que procurei dar o melhor de mim, dar o melhor da minha dedicação, para que a Comissão de Serviços de Infraestrutura apresentasse resultados práticos e positivos aos olhos da população brasileira.

É muito comum se falar – e se tornou tão fácil falar – que nós temos, sempre, que nos lembrar de que o que se fala com relação ao Poder Legislativo, com relação ao trabalho das Srªs e dos Srs. Senadores, das Srªs e dos Srs. Deputados, que não há trabalho a ser realizado, que é um ócio remunerado, tudo isso é improcedente. Nós, que somos Senadores, e aqueles que acompanham o dia a dia do trabalho do Senado Federal e da Câmara dos Deputados sabem da enorme dedicação que cada um de nós oferece à causa pública. Portanto, o que nós, aqui, fizemos foi acompanhar a vontade de todas as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão, que desejaram que esta Comissão apresentasse, como é do seu dever, do seu ofício, resultados concretos para desatar os nós que até hoje ainda atravancam o desenvolvimento da nossa infraestrutura.

Portanto, Senador Figueiró, muito obrigado a V. Exª. Quero, também, lhe dizer que a convivência com V. Exª neste ano que passou foi, para mim, particularmente, extremamente proveitosa. Com V. Exª muito aprendi. Com a sua paciência, com a sua sabedoria, com a sua luz em determinados momentos em que passávamos pelo plenário, e V. Exª sempre vinha com uma palavra pertinente, algum fato que estava ocorrendo naquele momento. E muito me auxiliou na minha condução, como Senador da República, nos trabalhos em plenário e também aqui na Comissão.

V. Exª deixará uma lacuna, uma lacuna aqui nesta Casa que somente será preenchida com as boas lembranças que nós todos guardaremos da sua atuação parlamentar no período em que tivemos o prazer de conviver com V. Exª.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Por fim, agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, informo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura retomará os seus trabalhos após o recesso parlamentar, na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Desejando a todos os melhores votos de boas festas e nada mais tendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Ruben Figueiró**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Alvaro Dias e Vicentinho Alves.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014**, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015". O Relator das Emendas na Comissão, Senador **Acir Gurgacz**, faz a leitura do relatório. É aprovada a apresentação das seguintes emendas: **Emendas de Apropriação de Despesa: 1-CI –** 32101 – ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELÉTRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NÃO− SUPRIDAS PELA REDE ELÉTRICA CONVENCIONAL − NACIONAL, **Valor:** R$ 100.000.000,00; **2-CI –** 39207 – Ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho proposto não se restringe à Região Centro-Oeste – CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL − EF-354 − CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO − SAPEZAL/MT − PORTO VELHO/RO − NA REGIÃO CENTRO OESTE − CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL − EF-354 − CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO − SAPEZAL/MT − PORTO VELHO/RO − NACIONAL – **Valor:** R$ 500.000.000,00; **3-CI –** 329252 – ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO − ENTRONCAMENTO COM A BR-174 (A)/MT − FIM DO CONTORNO DE RIO BRANCO/AC − CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO − TRECHO DIVISA AC/RO/MT − DIVISA GO/MG/SP (MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS) − NA BR-364 − NACIONAL– **Valor:** R$ 300.000.000,00; **4-CI –** 62901 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE REGIONAL − NACIONAL– **Valor:** R$ 200.000.000,00; **Emenda de Remanejamento de Despesa: 5-CI –** 39252 – CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO PARANÁ − TRÊS LAGOAS (MS) − CASTILHO (SP) − NA BR− 262/NA − NACIONAL – **Valor:** R$ 50.000.000,00. Resultado: aprovado o relatório. O Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ruben Figueiró,** Presidente em exercício da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião não é terminativa.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014. Estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Nesta Comissão, o Relator é o Senador Acir Gurgacz.

O relatório é pela apresentação de uma emenda de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional na forma seguinte:

I – Remanejamento

Proposta nº 13, do Senador Waldemir Moka, relativa ao Programa nº 2.075, e as Ações 7K18: "Construção de pontes sobre o Rio Paraná – Três Lagoas/MG – Castilho/SP, na BR-262 Nacional", para o Departamento de Infraestrutura e de Transportes do Ministério dos Transportes, no valor de R$50 milhões.

II – Apropriação

Proposta nº 12, da Senadora Lídice da Mata, relativo ao Programa nº 2.033 e à Ação 1.379: "Atendimento das Demandas por Energia Elétrica e Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional Nacional", para o Ministério de Minas e Energia (Administração Direta), no valor de R$100 milhões.

2 – Proposta nº 15, do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto da proposta nº 2, do Senador Acir Gurgacz, relativa ao Programa 2.072, e a ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho proposto não se restringe à Região Centro-Oeste: "Construção da Ferrovia Transcontinental EF-354, de Sape-

zal, Mato Grosso, a Porto Velho, Roraima, Nacional", para a Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S. A., do Ministério dos Transportes, no valor de R$500 milhões;

3 – Proposta nº 18, do Senador Acir Gurgacz, que contempla o objeto da Proposta nº 17, do Senador Valdir Raupp, relativa ao Programa 2.075 e ação atípica: "Adequação do Trecho Rodoviário Entroncamento com a BR-174, Mato Grosso, Fim do Contorno de Rio Branco, Acre, na BR-364, Nacional", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Ministério dos Transportes, no valor de R$300 milhões; e,

4 – Proposta nº 50, do Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Proposta nº 13, do Senador Eduardo Braga, relativa ao Programa 2017 e Ação 14UB: "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional", Fundo Nacional de Aviação Civil, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no valor de R$200 milhões.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Acir Gurgacz para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Exª, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, que preside esta reunião da Comissão de Infraestrutura.

Inicialmente, agradeço ao Presidente Fernando Collor e aos demais Senadores por me indicarem Relator do Orçamento desta Comissão.

Relatório, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 166, da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, encaminhado pela Mensagem nº 251, de 2014, na origem, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Conforme estatui a aludida resolução, especialmente os art. 43 e 45 em anexo e o parecer preliminar de que tratam os art. 51 a 55 do mesmo certificado normativo, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015, o PLOA 2015, na condição de autora de emendas coletivas.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem as subáreas temáticas desta Comissão, dispostas no Anexo da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e atualizadas pelo Anexo I do parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO, conforme comando, ao item 1, linha 2, da Parte Especial.

Análise combinada dos dispositivos aponta que compete à Comissão de Infraestrutura apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento de interesse nacional, desde que a programação resultante esteja abrigada pelas atribuições regimentais dos Ministérios das Comunicações, Minas e Energia, ou dos Transportes, onde há órgãos vinculados à Presidência da República no que estiver direta e materialmente relacionado às competências da Comissão.

Nesse caso pois, da Presidência da República, sobressaem a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil.

Emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos. Emendas de apropriação têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da R1/2006-CN, consubstanciada no Anexo III do Parecer Preliminar da CMO.

Encontram-se sob a análise deste colegiado 54 (cinquenta e quatro) propostas de emendas, três das quais de remanejamento, e as demais, de apropriação. As três emendas de remanejamento foram propostas pelo Senador Waldemir Moka. Em relação às de apropriação, propuseram os Senadores Acir Gurgacz, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e Waldemir Moka. Quadro anexo a este parecer arrola as sugestões por proponente.

É o relatório.

Análise

Foram apresentadas emendas de remanejamento em número inferior ao limite máximo deste tipo reservadas à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Portanto, para contemplá-las, basta avaliar o regramento atinente à admissibilidade das propostas. Nesse sentido, verificamos risco de inadmissibilidade na Proposta nº 22 em razão de aparentemente não concorrer interesse nacional. De outra sorte, por razão institucional, pareceu-nos prudente afastar a Proposta nº 27 em face de que a EF-484 não consta da relação exaustiva de ferrovias outorgadas à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos das Leis nºs 11.297/2006 e 11.772/2008.

No tocante às emendas de apropriação, as propostas suplantaram o número quatro reservado à Comissão, demandando escolha. Nesse sentido, colacionamos as propostas com fundamentos do Direito Financeiro, com as normas de tramitação expressas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional e, subsidiariamente, com regras procedimentais consagradas no parecer preliminar da CMO. Nessa vereda, prestigiamos as emendas que exibem caráter institucional, no sentido de que mantivessem estrita relação com as competências do colegiado e os trabalhos nele desenvolvidos. Outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, preterindo intervenções públicas cujos efeitos fossem adstritos ao atendimento a interesses locais.

Preliminarmente, não acolhemos as Propostas de nºs 06, 08, 11, 25, 29 e 34, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, tendo em vista que o nobre Parlamentar deixou de ser membro desta Comissão, padecendo de poder para sobre elas deliberar.

Por outro critério, e com fulcro no art. 44, II, e no Anexo da Resolução nº 1/2006-CN, assim também no que prevê o Anexo I do Parecer Preliminar da CMO, preterimos as Propostas nºs 10, 19, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 48, 53 e 54. As proposituras versam sobre subáreas temáticas estranhas às matérias de competência desta Comissão, o que é vedado pelo art. 43, *caput*, da Resolução nº 1/2006-CN.

Sob risco de descaracterização de interesse nacional, ao arrepio do que preceitua o art. 44, II, da Resolução em apreço, somos pela rejeição das emendas de nºs 01, 03, 04,14, 49 e 51.

Por seu turno, a Proposta nº 28 atribui dotação para execução de serviços em ferrovia não outorgada para a Valec, diversa do rol taxativo disposto nas Leis nºs 11.297, de 2006, e 11.772, de 2008. Restou, pois, rejeitada.

A Proposta nº 42 constitui como fonte de recursos para emenda de apropriação a anulação de dotações constantes do projeto, não exclusivamente da Reserva de Contingência, contrariando o disposto no art. 39, I e II, da Resolução nº 1/2006-CN, combinado com o Anexo III, item 1, do Parecer Preliminar da CMO. Ainda que a propositura fosse para emenda de remanejamento, parte das dotações oferecidas para cancelamento pertence ao Ministério dos Transportes, enquanto o acréscimo se daria no Ministério de Minas e Energia, contrário ao regramento expresso no art. 38, §2º, combinado com o art. 48 da Resolução nº 1/2006-CN.

A Proposta nº 46 prevê a criação de um subtítulo na ação 20VK, para atendimento em um único Estado, podendo levar ao afastamento do caráter nacional, ademais de propiciar a execução de obras distintas, tipificando designação genérica de programação ou objeto inespecífico, nos termos do art. 47, II, da Resolução, o que é vedado pelo art. 38, §2º, do mesmo diploma.

Voto.

Conquanto algumas propostas pudessem ser inadmitidas pela CMO em razão dos critérios objetivos arrolados no item precedente, todas exibiram indubitável mérito. Entre as propostas acolhidas conforme critérios técnicos de análise e diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo do provimento de energia em localidades isoladas, ou estruturantes para o desenvolvimento nacional, com a propositura de programações novas com vistas à diversificação modal do transporte de cargas no País.

As diretrizes levaram a que referendássemos programações que este colegiado também prestigiou na feitura do Anexo de Metas e Prioridades que compõe o PLDO 2015, como a travessia sobre o Rio Paraná, entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, e a construção de aeródromos e aeroportos regionais. Além disso, abrangemos amplo espectro de competências relacionadas às subáreas temáticas previstas no Anexo à Resolução nº 1/2006-CN, atualizado pelo parecer preliminar da CMO. Por feliz coincidência, o emprego combinado dos critérios também resultou em que fossem atendidas demandas coletivas traduzidas em propostas de diversos membros do colegiado.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere pela apresentação de uma emenda de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, na forma seguinte:

Remanejamento:

1. Proposta nº 23, do Senador Waldemir Moka, relativa ao programa 2075 e à ação 7K18: "Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – Três Lagoas (MS) – Castilho (SP) – na BR-262 – Nacional", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R$50 milhões;

Apropriação:

1. Proposta nº 12, da Senadora Lídice da Mata, relativa ao programa 2033 e à ação 1379: "Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas não Supridas pela Rede Elétrica Convencional – Nacional", para o Ministério de Minas e Energia (Administração Direta), no valor de R$100 milhões;

2. Proposta nº 15, do Senador Valdir Raupp, que contempla o objeto da Proposta nº 02, de minha autoria, Acir Gurgacz, relativa ao Programa nº 2.072 e a ação atípica, com retificação no subtítulo, tendo em vista que o trecho proposto não se restringe à Região Centro-Oeste: "Construção da Ferrovia Transcontinental – EF-354 –

Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Nacional", para a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., do Ministério dos Transportes, no valor de R$500 milhões;

3. Proposta nº 18, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, que contempla o objeto da Proposta nº 17, do Senador Valdir Raupp, relativa ao Programa nº 2.075 e a ação atípica: "Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento com a BR-174 (A)/MT – Fim do Contorno de Rio Branco/AC – na BR-364 – Nacional", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, no valor de R$300 milhões; e

4. Proposta nº 50, do Senador Vicentinho Alves, que contempla o objeto da Proposta nº 13, do Senador Eduardo Braga, relativa ao Programa nº 2.017 e à ação 14UB: "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional", para o Fundo Nacional de Aviação Civil, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no valor de R$200 milhões.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Esse, portanto, Sr. Presidente, é o relatório da Comissão de Infraestrutura com relação ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que é exatamente o Orçamento de 2015.

Eram essas as nossas colocações e esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Antes de passar à discussão do relatório apresentado pelo eminente Senador Acir Gurgacz, esta Presidência deseja cumprimentá-lo pela precisão com que V. Exª abordou todos os assuntos pertinentes às emendas apresentadas pelos ilustres membros desta Comissão. V. Exª foi preciso e ressaltou, no seu relatório, as propostas mais convenientes ao interesse nacional.

De minha parte, quero cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho de V. Exª, que representa, sem dúvida alguma, o seu interesse nacional na solução dos nossos grandes problemas.

Passamos à discussão do relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e a provação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Desejo, ao final desses nossos trabalhos, neste ano que foi de intensa atividade, dizer que, desta Comissão, não só participaram S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores. Também contamos com a assessoria extraordinária de todos os senhores servidores desta Comissão e com a presença sempre estimulante de todos os demais servidores desta Casa, dos senhores jornalistas e de outras pessoas que manifestaram interesse pelo trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

De minha parte, estou me despedindo com esse gesto não só desta Comissão como do Senado da República, uma vez que encerro o meu mandato. Não fui candidato à reeleição, permitindo que viesse para cá uma excelente Parlamentar, a Senadora Simone Tebet, e V. Exªs vão reconhecê-la como uma brilhante representante do meu Estado.

Desejo a todos, sinceramente, votos de um Natal cristão, com seus familiares e amigos. O próximo ano me traz, pessoalmente, muita apreensão, mas nós, brasileiros, que já vencemos tantos obstáculos, saberemos suplantá-los. Que o novo ano seja venturoso a todos os senhores, sobretudo que, durante todo o ano, V. Exªs tenham saúde e uma vida em comunidade, o que representa realmente os nossos sentimentos de irmãos.

A todos, desejo, portanto, muitas felicidades e boas-festas.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a reunião, antes, porém, ressaltando que tudo aqui nesta Comissão foi, sem dúvida alguma, fruto do trabalho dos servidores, a quem cumprimento através do nosso prezado amigo Álvaro Araujo.

Muito obrigado.

Como nós falamos lá na minha terra, no dialeto guarani: "Opama la fiesta baiê te decô" – acabou a festa. Desejamos a todos felicidades.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Maria do Carmo Alves, Vicentinho Alves, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Ruben Figueiró e Armando Monteiro. Justifica ausência o Senador Ruben Figueiró. **ITEM** 1– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM** 2 – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico a este colegiado que, conforme Ofício nº 588, de 2014, do Líder do PTB, Senador Gim, à Presidência do Senado, tivemos a seguinte alteração na composição da nossa Comissão: o Senador Vicentinho Alves (SD – TO) passa a integrá-la como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força.

Ao Senador Vicentinho Alves dou as boas-vindas, externando o meu desejo de que tenha êxito no desempenho de seu mandato nesta Comissão.

Por força da Resolução nº 44, de 2013, do Senado, coube a esta Comissão a avaliação da política pública sobre a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros, tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

Efetivando seu Plano de Trabalho, a Senadora Lídice nos informa que a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros é um dos macroprogramas do Plano Nacional de Turismo e está centrada no Programa de Regionalização do Turismo, lançado em 2004. Este programa, que se constitui em uma política pública, é considerado estratégico para a Política Nacional do Turismo (Lei nº 11.771, de 2008) e tem foco na descentralização e regionalização.

O programa se desenvolve através do conceito de "regiões turísticas", que agrupam conjuntos de Municípios. Foram identificadas 276 regiões turísticas, agregando 3.635 Municípios. Como aperfeiçoamento do programa, definiram-se ainda 65 "destinos indutores", priorizados pelo Plano Nacional de Turismo. Estes 65 "destinos indutores" incluem todas as capitais do País e outros destinos turísticos mais desenvolvidos, totalizando 59 regiões turísticas e 740 Municípios.

Entre seus eixos de atuação, o Programa de Regionalização do Turismo contempla infraestrutura turística, captação e promoção de investimento (incluindo parcerias público-privadas, linhas de financiamento e incentivos fiscais), qualificação profissional e estudos de mercado. A gestão é compartilhada e feita em âmbito nacional, estadual, regional e municipal.

Importante também mencionar o Prodetur Nacional (Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional), que visa à obtenção de crédito de financiamento externo para organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística.

O Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao

modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

Em suma, o Prodetur consiste no braço financeiro das políticas públicas integrantes da Política Nacional do Turismo. Os critérios para as transferências voluntárias de recursos para as unidades federadas constam da Portaria do Ministério do Turismo nº 112, de 2013.

A Senadora Lídice, tendo promovido reuniões no âmbito do Ministério do Turismo, colhido dados de entidades privadas, bem como realizado duas audiências públicas debatendo esse tema, almeja, no dia 3 de dezembro próximo, apresentar um relatório preliminar, permitindo novas contribuições para, em 10 de dezembro de 2014, votarmos o relatório final.

Prestadas essas informações, conclamo a todos que estejam presentes nas próximas reuniões, a fim de prestigiarmos e contribuirmos com os trabalhos que aqui estão sendo desenvolvidos, sobre a regionalização do turismo, que tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata.

Por fim, convoco a todo o colegiado para participar da reunião conjunta com a Comissão de Educação e com a Comissão de Ciência e Tecnologia, inovando comunicação e informática no Senado Federal, para debatermos o tema "A Importância da Realização do WorldSkills no Brasil e a Contribuição do Sistema S para a Educação Profissional". Este assunto é objeto de Requerimento nº 12, de minha autoria, que será objeto de votação. O evento ocorrerá hoje, às 14 horas, na Sala 15 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Convoco, portanto, para o próximo dia 3, reunião para a leitura do relatório sobre o programa de regionalização do turismo nacional e também debater os problemas atinentes aos interesses desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 22 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia três de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Inácio Arruda, Valadares, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Vicentinho Alves e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, e Armando Monteiro. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: Às nove horas e vinte e quatro minutos a Senadora Lídice da Mata, assume a Presidência da Comissão. 1ª Parte: Para apresentação e debate do relatório preliminar que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR definida pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. Tema: "A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasilieiros", de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Apresentado e debatido. 2ª Parte: Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Resultado: **ITEM** 1– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM** 2 – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico que, conforme Ofício nº 22, de 2014, do Líder do Democratas, Senador José Agripino, à Presidência do Senado Federal, tivemos a inclusão do Senador Wilder Morais na composição desta Comissão.

Recebemos o livro *Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão*. Esse livro é editado pela Sudene e organizado por Marcos Costa Lima e Ângela Nascimento.

O objetivo da obra é aprofundar a reflexão sobre temas importantes ligados ao desenvolvimento regional a partir de uma abordagem multidisciplinar. O livro traz artigos de economistas, cientistas, sociólogos, arquitetos e jornalistas convidados, bem como um texto inédito de Celso Furtado, gentilmente cedido por sua viúva, Rosa Freire d'Aguiar, que também está presente no livro.

A publicação é um produto do Procondel (Projeto de Preservação e Disponibilização do Acervo), produzido pelo conselho deliberativo da Sudene (Condel), no período de 1959 a 2000, realizado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco. O Procondel tem como meta, até 2016, a preservação do acervo e a universalização de seu acesso.

A primeira parte desta reunião tem como objetivo a apresentação do relatório preliminar de avaliação de políticas públicas, segundo a Resolução nº 44, de 2013, que tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata, do PSB, da Bahia, Líder do Partido aqui, no Senado Federal.

Antes de anunciar a palavra da Senadora Lídice da Mata, eu queria registrar o agradecimento desta Comissão pela iniciativa da Senadora em produzir um material que, sem dúvida alguma, vai contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das políticas públicas, notadamente daquelas relacionadas com as potencialidades turísticas do Nordeste brasileiro, em que a Senadora se deteve com muita propriedade e fez uma análise profunda das condições da nossa Região para proporcionar ao Brasil uma arrecadação maior nos seus Municípios com a inclusão do turismo como instrumento de desenvolvimento.

Portanto, Senadora Lídice da Mata, eu parabenizo V. Exª por este grande trabalho, que é uma contribuição enorme desta Comissão para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, notadamente o da nossa Região Nordeste.

Também quero agradecer a todos aqueles que colaboraram com os debates aqui realizados para a elaboração desse parecer da Senadora Lídice.

Informamos que votaremos o relatório definitivo no dia 10 de dezembro deste ano, na nossa próxima reunião, para a qual os Senadores já estão sendo convocados.

Eu concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para fazer a leitura do seu relatório, assumindo a Presidência dos nossos trabalhos. (*Pausa.*)

É um prazer, Senadora. Parabéns!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. PSB – BA) – Bom dia a todos os senhores e senhoras.

Quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Valadares pela competência com que dirige os trabalhos desta Comissão e pela oportunidade que me deu de relatar esta matéria. É decisão do Regimento do Senado que as comissões agora façam avaliação de políticas públicas que se relacionam com a atribuição dessas comissões. Portanto, nós tivemos, como consequência dessa deliberação, a realização de duas audiências públicas nesta Comissão, para tratar dos assuntos concernentes às políticas públicas de turismo. E isso está contido neste Relatório que passo a ler neste momento.

Como não há uma definição regimental de como proceder neste caso, a Secretaria da Mesa nos indicou que leiamos o documento de análise hoje, para dar conhecimento a todas as Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem fazer alguma modificação no texto, que tiverem alguma proposta de modificação, dando, portanto, esse tempo, para que na próxima semana nós possamos aprovar este Relatório.

Vou começando, portanto, pelo texto inicial, a definição.

1. DEFINIÇÃO E PLANO DE TRABALHO

1.1 DEFINIÇÃO

A avaliação de uma política pública consiste na investigação dos seus efeitos, ou seja, busca-se compreender se ela de fato atinge os objetivos para qual foi desenhada, bem como se foram utilizados de forma eficiente os recursos disponíveis para sua realização. Dessa avaliação extraem-se diagnósticos sobre a política, que podem resultar em propostas pela sua ampliação, aprimoramento ou pelo seu encerramento, com vistas à adoção de soluções alternativas.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, introduzido pela Resolução nº 44, de 2013, estabelece que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. O relatório contendo as conclusões alcançadas deverá ser apresentado à comissão pertinente até o final da sessão legislativa.

Em obediência a esse mandamento regimental, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, em 26 de março de 2014, o Requerimento nº 6, de 2014, do Senador Antonio Carlos Valadares,

para que a política pública a ser avaliada pela CDR fosse a "Estruturação dos Destinos Turísticos". Tal política foi considerada pelo Senador crucial para o desenvolvimento do setor.

A política "Estruturação de Destinos Turísticos" se sustenta no tripé: I) Programa de Regionalização do Turismo; II) Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional); e o III) Programa de Infraestrutura Turística.

O objetivo da política de estruturação dos destinos é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada. Os princípios de descentralização e regionalização estão explícitos também na Lei do Turismo (Lei nº 11.771, de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo), marco que define competências no setor.

O tema estruturação de destinos, segundo o Ministério do Turismo, refere-se a uma ampla atuação, que pode ser traduzida nos oito eixos do Programa de Regionalização do Turismo, que resumem a própria atuação do Ministério do Turismo: 1) gestão descentralizada do turismo; 2) planejamento e posicionamento de mercado; 3) qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; 4) empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; 5) infraestrutura turística; 6) informação ao turista; 7) promoção e apoio à comercialização; 8) monitoramento.

A Presidência da CDR definiu, em 14 de maio de 2014, que caberia a mim, Senadora Lídice da Mata, relatar a avaliação.

1.2 PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho da avaliação foi aprovado pela CDR em 16 de julho de 2014. Ele foi baseado na realização de audiências públicas, bem como na realização de diligências no formato de visitas técnicas, de forma que a Comissão pôde obter subsídios suficientes para elaboração do relatório final.

Nas audiências, nos dias 5 e 12 de novembro de 2014, foram ouvidos os setores públicos, dos três níveis de governo, bem como associações relacionadas ao turismo. As reuniões aconteceram em Brasília com a participação também de agentes de todo o País, tanto públicos quanto privados, que atuam no turismo.

Paralelamente, a Consultoria Legislativa do Senado manteve diálogo com diversos atores relacionados ao turismo e apresentou pesquisa sobre o tema a esta relatoria.

2. A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Tem-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que a promoção e o incentivo do turismo nacional devem ser uma ação conjunta de todos os entes federativos como fator de desenvolvimento social e econômico (CF art. 180).

Cabe aqui ressaltar que o turismo gera direta ou indiretamente aumento da atividade econômica nos locais visitados, em particular, pela elevação da demanda de bens e serviços. Como consequência, a atividade turística é estratégica por criar empregos de boa qualidade; gerar divisas em um momento de dificuldades no balanço de pagamentos; reduzir a desigualdade regional de renda; e se relacionar com a economia verde – por ter um baixo impacto ecológico e por prover incentivos econômicos à conservação de áreas protegidas.

Assim, as políticas públicas voltadas ao turismo são políticas de alcance amplo. Seu diagnóstico e propostas para o aprimoramento permitem uma evolução cada vez maior para a consecução dos objetivos traçados inicialmente e, portanto, maior efetividade.

No mundo, o turismo movimenta cerca de U$4 trilhões e gera cerca de 280 milhões de empregos. Segundo o Fórum Econômico Mundial, em relatório de 2013, somos ainda 51º país no *ranking* internacional de competitividade no turismo, apesar de sermos o primeiro no quesito "recursos naturais". Nossa pior posição é em "regras e regulações de política pública", apenas o 119º (centésimo décimo nono) lugar.

Ainda, o número de chegadas de turistas ao Brasil é de pouco mais de 0,5% em relação a todo o fluxo mundial, e, em termos absolutos, tem se estagnado ao redor de seis milhões de turistas internacionais. São dados que evidenciam a importância de discutir a "estruturação dos destinos turísticos", já que está claro que não aproveitamos adequadamente o nosso enorme potencial.

3. DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS

Conforme as atividades contempladas no Plano de Trabalho, apresento o seguinte conjunto de diagnósticos e propostas a respeito da política de Estruturação dos Destinos Turísticos:

3.1 INDICADOR DOS RESULTADOS DA POLÍTICA

3.1.1 DIAGNÓSTICO

Não há dados relevantes para avaliar o desempenho da política pública "Estruturação dos Destinos Turísticos". Conforme o item C.1.1.5 do recém-lançado Protocolo de Brasília de Avaliação de Impacto, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, não basta garantir apenas que os objetivos de uma política estejam bem definidos. É fundamental traduzir esses objetivos em indicadores que possam ser

efetivamente mensurados. O impacto de uma política só pode ser mensurado quando ela é capaz de alterar indicadores específicos.

Não é possível isolar o efeito individual da política em nenhum dos indicadores listados para o Turismo no Plano Plurianual (PPA), como o Índice de Competitividade dos Destinos Indutores, o número de chegadas de turistas internacionais, o número de viagens no mercado doméstico, o estoque de empregos formais nas atividades características e a receita cambial gerada pelo turismo. Uma avaliação com base nesses indicadores estaria sujeita a variados vieses estatísticos e não identificaria corretamente o efeito da política pública. Embora todos esses indicadores possam ser influenciados pela Estruturação de Destinos Turísticos, eles estão sujeitos à influência de uma série de outras variáveis. Um exemplo óbvio é a taxa de câmbio, que altera tanto o número de chegadas de turistas internacionais quanto a receita cambial gerada pelo turismo e pelo próprio número de viagens domésticas.

3.1.2 PROPOSTAS

Em face do diagnóstico exposto, propomos:

a) a criação, pelo Ministério do Turismo, de um indicador que reflita o impacto específico da política de Estruturação dos Destinos Turísticos;

b) a implantação, pelo Ministério do Turismo em parceria com outros órgãos competentes, como o IPEA, da Conta Satélite do turismo brasileiro, que mensure os efeitos diretos, indiretos e induzidos do turismo, conforme as recomendações metodológicas da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Mundial do Turismo (OMT), da OCDE e da Eurostat.

3.2 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS E DO CAMPO DE ATUAÇÃO DA POLÍTICA

3.2.1 DIAGNÓSTICO

A política de Estruturação de Destinos Turísticos não possui objetivo claro, possui um excessivo número de Municípios como alvo da intervenção, e atua em áreas de diferentes ministérios, desviando seu foco da atividade turística. Portanto, seu caráter transversal exige uma estrutura de governança com capacidade de coordenação, bem como a delimitação dos objetivos relativos a cada pasta ministerial.

Esse ponto é um consenso na área de avaliação de políticas públicas, estando presente inclusive no Protocolo de Brasília da Secretaria de Assuntos Estratégicos (item C 1.1.4). O que percebemos com relação à Estruturação de Destinos Turísticos é que possui objetivos amplos e genéricos, o que tem a desvantagem de permitir que ela seja usada para a consecução dos mais diversos fins, nem sempre objetivando a competitividade dos destinos turísticos brasileiros.

Com relação ao número de atingidos, a atual versão do Mapa de Regionalização do Turismo possui 3.345 Municípios agrupados em 303 regiões. Esse número de Municípios é cerca de 8% menor do que o contido na versão anterior, mas certamente ainda é demasiado alto. A própria redução em 8% nos Mapas de 2009 e 2013 indica que se reconhece a impertinência de ter tantos Municípios envolvidos, ainda mais quando a aplicação dos recursos do Ministério não se dá obrigatoriamente neles. Conforme o §1º do art. 2º da Portaria nº 112, de 2012, do Ministério do Turismo, os Municípios integrantes do Mapa deverão ser contemplados apenas "preferencialmente" pelos recursos da área.

Observamos também que, hoje, o desenho da política de Estruturação dos Destinos Turísticos estabelece que o Ministério do Turismo tenha atuação semelhante à do Ministério das Cidades, já que atua pavimentando ruas, construindo calçadas e até executando obras de saneamento básico. Isso representa retrabalho e ineficiência na aplicação dos recursos orçamentários. E, além disso, é prova inequívoca de que a delimitação do foco da política e dos objetivos necessita rapidamente de uma revisão.

3.2.2 PROPOSTAS

Diante do exposto, propomos:

a) reflexão e redefinição do objetivo da política, por parte da Presidência da República, do Ministério do Planejamento e do Ministério do Turismo;

b) estabelecimento, pelo Ministério do Turismo, de critérios para que os Municípios possam integrar o Mapa do Turismo Brasileiro;

c) fortalecimento, pelo Ministério do Turismo, da iniciativa de categorizar os Municípios;

d) inclusão de dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias que obrigue que as emendas ao orçamento do Ministério do Turismo contemplem o mapa do turismo e a categorização dos Municípios.

3.3 ANÁLISE DE QUADRO DE PESSOAL ESPECIALIZADO PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

3.3.1 DIAGNÓSTICO

Não há quantidade suficiente de recursos humanos no Ministério do Turismo para trabalhar junto aos entes e facilitar a tomada de recursos e a execução dos projetos. Este fato fica evidente no frágil padrão de execução orçamentária e financeira identificado pelo TCU e apresentado em audiência pública.

Conforme as informações que o TCU prestou a esta Comissão, existem grandes atrasos nas obras de infraestrutura turística, que correspondem a três quartos dos recursos do Ministério. Menos da metade dessas obras contratadas em 2010 foram concluídas (equivalente a 45,6%). Também foram concluídas menos de um quarto das obras contratadas em 2011 (equivalente a 21,9%), quase nenhuma das contratadas em 2012 (equivalente 1%) e simplesmente nenhuma das 1.652 obras contratadas em 2013.

Vou parar um pouco para saudar o Senador João Durval, do meu Estado, e aproveitar para recuperar o fôlego, bebendo água.

Muito obrigado por sua presença.

Ainda no triênio 2012-2014, apenas 68% da dotação disponível foi empenhada – e se trata de uma etapa de responsabilidade do Ministério do Turismo –, e apenas 7% dos recursos passaram da etapa de liquidação, que reflete a entrega da obra.

Ainda que uma parte importante dos atrasos se explique pelas dificuldades dos tomadores, se o Ministério dispusesse de um quadro de pessoal mais robusto, poderia manter um canal de informações mais ágil com os Municípios, Estados, informando-os rapidamente das pendências e ajudando-os a resolver dificuldades como a apresentação dos projetos, por exemplo.

Sem o fortalecimento dos recursos humanos do Ministério do Turismo, observamos também a desproteção da política pública e das iniciativas do Ministério, sujeitas a descontinuidade conforme a conjuntura política, quando da alteração da cúpula ministerial.

3.3.2 PROPOSTAS

Em face do exposto, propomos:

a) a alocação, no Ministério do Turismo, de servidores efetivos das carreiras interministeriais – estruturadas e especializadas – vinculadas ao Ministério do Planejamento, como Analistas de Infraestrutura; Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental; e Analistas Técnicos de Políticas Sociais, seja por meio de novos concursos públicos ou pelo aproveitamento de quadro já existente.
b) qualificação de servidores já lotados no Ministério, visando ao entendimento das especificidades do setor turístico.

3.4 RECURSOS PARA A PROMOÇÃO TURÍSTICA, ESPECIALMENTE PARA O INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR)

3.4.1 DIAGNÓSTICO

Percebemos ainda um baixo número de visitantes internacionais no País – a despeito dos esforços com a Copa do Mundo, que não foram pequenos –, e a baixa eficácia da promoção do Brasil no exterior, apontada, mais de uma vez, pelos integrantes do *trade* turístico nas audiências públicas realizadas por esta Comissão e em todos os fóruns nacionais de turismo.

A chegada de turistas internacionais tem se situado ao redor de seis milhões de turistas, muito aquém do que podemos ter. O Brasil não acompanhou o crescimento que países vizinhos tiveram no setor, notadamente o Chile e o Peru.

Conforme o próprio do Ministro do Turismo, Vinícius Lages, afirmou a esta Comissão, o cenário é de a ausência de quadros da Embratur nos principais centros emissores e insuficiência de recursos para fazer frente às despesas da estatal em moeda estrangeira. Mais recentemente, a Embratur sequer teve um papel significativo da divulgação do Brasil para a Copa do Mundo.

Naquela oportunidade, como todos sabem, foi constituída uma comissão no Ministério do Esporte, interministerial, com diversos segmentos, mas sob a coordenação do Ministério do Esporte, infelizmente.

Salientamos que a publicidade é essencial para criar a demanda que permite a estruturação dos destinos no país.

3.4.2 PROPOSTAS

Diante desta situação, propomos:

a) Disponibilização na Orçamento Anual, discutida pelo Congresso Nacional, a partir da proposta do Ministério do Planejamento, de maior dotação orçamentária para a promoção turística;

b) Adequação administrativa e jurídica da Embratur para que possa exercer com maior agilidade e eficácia as promoções do turismo do Brasil no exterior.

3.5 INCENTIVOS PARA A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO TURISMO NACIONAL

3.5.1 DIAGNÓSTICO

Nas audiências que acompanhamos nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ficou claro, pela participação dos atores envolvidos, tanto do setor público quanto do setor privado, que é fundamental, para tornar o nosso turismo mais competitivo, um tratamento diferenciado para as empresas que atuam no setor.

Sabemos que demandas por incentivos fiscais chegam a este Congresso Nacional vindas dos mais diversos segmentos da sociedade. Entretanto, ressaltamos que o turismo nacional tem importância estratégica para a economia do País e sofre para competir com destinos concorrentes sem incentivos adequados. Temos situações paradoxais, conforme vimos nas audiências, como o fato de uma agência de turismo que promova o turismo do Brasil não ter tratamento diferenciado nenhum em relação a uma agência que leve turistas brasileiros para o exterior.

Cabe lembrar que, conforme mensagem presidencial enviada ao Congresso, existe hoje um déficit do turismo na balança de pagamentos de incríveis US$17 bilhões, o que mostra como é grande o desequilíbrio que temos que contornar e que mostra também como o turismo tem importância estratégica para o Brasil.

3.5.2 PROPOSTA

Diante do exposto, propomos:

a) a discussão, pelo Congresso Nacional, sobre a ampliação de incentivos fiscais, para segmentos que atuam no turismo, que possam trazer divisas para o País e contornar a tendência deficitária nas contas externas.

3.6 BOAS PRÁTICAS INICIADAS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

3.6.1 DIAGNÓSTICO

Percebemos o risco de descontinuidade de iniciativas bem-vindas realizadas pelo Ministério do Turismo, reconhecidas inclusive pelos órgãos de controle, como o TCU e a CGU, e que o tornaram referência no Governo Federal.

A CGU deu dois prêmios ao Ministério no final de 2013, no primeiro Concurso de Boas Práticas, na categoria "Promoção da Transparência", pela criação do Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) e também na categoria "Aprimoramento dos controles internos administrativos", pela criação do Sistema de Demandas Externas (SDE).

Reconheço o empenho do Ministério do Turismo em superar a crise de 2011 e a qualidade de suas medidas.

O referido Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse (Siacor) monitora detalhadamente os repasses dos ministérios. Além do reconhecimento da CGU, também o Ministro Presidente do TCU, Augusto Nardes, afirmou, em audiência nesta Comissão, sua apreciação pelo Siacor. Ressalto que o Siacor não está disponível somente para o Ministério e para os tomadores de recursos, mas para qualquer cidadão, e também para os órgãos de controle, com um acesso especial.

Já a categorização dos Municípios, prevista no inciso III do art. 5º da Portaria nº 105, de 2013, permite a classificação dos Municípios de acordo com o seu nível de desenvolvimento turístico, tornando clara e disponível a informação de quais projetos são mais adequados para cada Município. Parece-nos, assim, uma solução adequada e promissora para buscar a almejada convergência entre as políticas prioritárias para a área do turismo e as emendas parlamentares. É uma solução flexível, que respeita a sensibilidade do parlamentar em relação a algum projeto ou região, mas ainda tenta direcionar recursos para projetos importantes para o Ministério. Esperamos que a iniciativa cumpra as expectativas e aguardamos o resultado do processo de categorização que está sendo desenvolvido.

Peço um minuto para pausa. Melhor dizendo, um segundo.

Outra iniciativa importante, em fase de implantação, é o banco de projetos, que pode contribuir para que os entes de fatos consigam acesso aos repasses do Ministério do Turismo. A intenção é que o banco seja um referencial que oriente os entes e solucione os problemas de gestão dos tomadores.

Por fim, destaco a abertura de diálogo que o Ministério tem tido com o *trade* turístico, elogiado por seus representantes mais de uma vez durante as audiências públicas que realizamos.

Como esses projetos são novos e vários dos cargos estratégicos do Ministério não são atualmente preenchidos por servidores de carreira, há risco de as iniciativas serem desprestigiadas de acordo com oscilações no cenário político e mudanças nos altos escalões do Ministério.

3.6.2 PROPOSTA

Assim, propomos:

a) a continuidade, pelo Ministério do Turismo, de iniciativas como o Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse (Siacor); a categorização dos Municípios; o banco de projetos; e a abertura ao diálogo com o setor privado.

4. RECOMENDAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, concluo pelas seguintes recomendações ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo:

4.1 RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO

a) Reflexão e redefinição, por parte da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, da atuação do Governo Federal no turismo nacional;

b) Criação de indicadores que avaliem adequadamente o impacto da intervenção do Governo no turismo, e também da Conta Satélite do Turismo, para que os reais impactos da atividade turística na economia possam ser mensurados;

c) Alocação de quadro de pessoal especializado no Ministério do Turismo;

d) Qualificação e capacitação profissional para políticas de investimento e promoção do turismo;

e) Disponibilização de maior dotação orçamentária para os investimentos do Ministério do Turismo e para a promoção turística;

f) Maior participação da Embratur na promoção e divulgação dos Jogos Olímpicos de 2016, em relação à participação que teve na Copa do Mundo de 2014;

g) Transformação da Embratur, de autarquia para uma pessoa jurídica de direito privado, para que possa ter maior agilidade e flexibilidade no desempenho de suas atividades; e

h) Manutenção das referidas boas práticas adotadas pela gestão atual do Ministério do Turismo – com relação ao monitoramento, à gestão, à transparência da gestão, etc.

4.2 RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO

a) Estabelecimento de regras que qualifiquem as emendas orçamentárias destinadas ao Ministério do Turismo, tendo em vista os precedentes de tratamento diferenciado dessas emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme o inciso XIII do art. 18 das Leis nº 12.919, de 2013, e 12.708, de 2012; e também conforme o inciso XIII do art. 20 da Lei nº 12.465, de 2011;

b) discussão sobre ampliação de incentivos fiscais para o setor turístico.

Esse é o relatório, que submetemos à aprovação dos ilustres pares da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aguardando...

Registro a presença, para nossa alegria, do Secretário Executivo do Ministério do Turismo.

Este é o relatório que submetemos à aprovação dos ilustres pares desta comissão, CDR. E aguardamos, nesse período, nesta semana, para ver se algum dos nossos Senadores e Senadoras desejam fazer alguma correção ou dar uma contribuição a este relatório.

Registramos também que, em anexo a este documento, seguem as sínteses das duas audiências públicas aqui realizadas com a participação, inclusive, do Vinicius Nobre Lages, Ministro de Estado do Turismo.

Mais uma vez, registro a presença e agradeço a participação do Secretário Executivo do Ministério, o Sr. Alberto Alves, que leva o nosso agradecimento pelas contribuições que o Ministério, que o Ministro deu aqui nas suas participações nas duas audiências públicas.

Ainda para a informação desta Comissão, dos Srs. e Srªs Senadores da Casa e de todos os que nos acompanham, que assistem à reunião, a CDR realizará cerimônia de inauguração da galeria e aposição dos retratos de todos os ex-Presidentes desta Comissão no dia 10 de dezembro de 2014, quarta-feira, às 9 horas, antes da reunião deliberativa, aqui no Plenário nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal.

Os Senadores a serem homenageados e que terão apostas suas fotos: Senador Tasso Jereissati, autor da resolução que criou a Comissão; Senadora Lúcia Vânia, Senador Leomar Quintanilha: Senador Neuto de Conto e Senador Benedito de Lira.

Não tendo quórum para deliberar os itens terminativos da pauta, consideramos, portanto, adiadas todas as matérias para a próxima reunião.

Desta forma, encerro a reunião.

Muito obrigada pela participação de todos.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dez de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores, Antonio Valadares, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Capiberibe e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Nogueira. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se divide em duas partes: 1ª Parte: Votação do Relatório que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, DERINIDA pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013. Tema: "A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasilieiros", de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Apresentado e debatido. 2ª Parte: Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Resultado: **ITEM** 1– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM** 2 – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. EXTRA-PAUTA. **ITEM** 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, DE 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda," Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na Sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro de 2014, a partir das 9:00h para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, muito bom dia!

Tem início a solenidade de inauguração da Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Criada em maio de 2005, a CDR realiza um trabalho voltado para o fomento do turismo no Brasil e para o desenvolvimento das regiões que compõem o País.

A atuação da Comissão visa a otimizar o potencial turístico brasileiro e reduzir as disparidades ainda existentes entre essas regiões. Como exemplo, tramitaram aqui o projeto que originou a Lei Geral do Turismo e o que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa os Senadores ex-Presidentes: Senadora Lúcia Vânia, Presidente entre 2007 e 2008...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – S. Exª se encontra em outra comissão lendo o relatório. Retorna já.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senador Leomar Quintanilha. (*Palmas.*)

Senador Neuto de Conto. (*Palmas.*)

Senador Benedito de Lira. (*Palmas.*)

Neste momento, convidamos o Senador da República, Sr. Antonio Carlos Valadares, para conduzir esta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – É com enorme satisfação que conduzo esta cerimônia.

Inicialmente, homenageio os ex-Presidentes que tanto contribuíram para dar importância a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo: Senador Benedito de Lira, Senador Leomar Quintanilha e Senador Neuto de Conto e a Senadora Lúcia Vânia, que, daqui a pouco chegará a este recinto.

Desde já, agradeço a presença de todos que prestigiam este evento.

Criada em 2005, a CDR aproxima-se de 10 anos de funcionamento, com importância reconhecida no cenário político nacional. Os importantes projetos que por aqui tramitaram, bem como as profícuas discussões que aqui se travaram, demonstram o indiscutível afinco com que este órgão tem-se debruçado sobre os temas que lhes foram confiados desde o início do seu funcionamento.

Certamente, para que todo esse trabalho tenha-se revertido em importantes contribuições para a sociedade brasileira, é fundamental reconhecer a participação exitosa daqueles que estiveram no comando deste colegiado.

Já são cinco os Senadores que ocuparam a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O primeiro foi o Senador Tasso Jereissati, de 2005 a 2006; Senadora Lúcia Vânia, de 2007 a 2008; Senador Leomar Quintanilha, de março de 2009 a setembro de 2009; o Senador Neuto de Conto, de 2009 a 2010; o Senador Benedito de Lira, de 2011 a 2012, cada qual, imprimindo seu toque pessoal à gestão, mas sempre trabalhando em prol do desenvolvimento regional e do turismo nacional.

Atualmente, tenho a honra de presidir esta Comissão, buscando, a exemplo dos demais, conduzir os trabalhos deste colegiado, no sentido de fortalecimento do seu papel institucional.

É neste cenário que realizamos esta inauguração da Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Trata-se de iniciativa voltada para o reconhecimento, homenagem e enaltecimento dos trabalhos daqueles que lutaram para que esta Comissão desempenhasse com êxito o papel que lhe foi conferido pelo Regimento Interno do Senado, oferecendo importantes contribuições para o turismo e o desenvolvimento regional de nosso País.

Informo que o Senador Tasso Jereissati, autor da Resolução do Senado Federal, de 1º de maio, que criou a Comissão, e esteve à frente da Presidência em seus primeiros anos de funcionamento, não pôde comparecer, em face de compromissos, lá no seu Estado, o Ceará.

Durante a presidência do Senador Tasso Jereissati foram recriadas a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), importantes instrumentos para o desenvolvimento regional do País.

Também quero assinalar que, por iniciativa do Senador Inácio Arruda, que se está despedindo da Casa, nosso Vice-Presidente nesta Comissão, estaremos realizando, na próxima segunda-feira, uma audiência pública lá no Ceará, em Fortaleza, no Banco do Nordeste, onde iremos tratar da importância do fortalecimento dos órgãos regionais que impulsionam o desenvolvimento do Nordeste, como o próprio Banco do Nordeste, a Sudene, a Codevasf e tantos outros, como o Dnocs também, que assinalaram, durante todos esses anos, uma passagem positiva em favor da nossa Região.

Quero registrar a presença do Diretor de Relações e Instituição da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, Sr. Flávio Peruzzi, e a Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no período de 2005 a 2013, Srª Selma Perpétuo Martins.

Eu gostaria de franquear a palavra aos Senadores aqui presentes que compõem esta Mesa e que abrilhantaram o funcionamento desta Comissão, presidindo a mesma pelos períodos que aqui mencionei. Em primeiro lugar, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Valadares; Srs. Senadores Leomar Quintanilha, Neuto de Conto e nossa companheira Lúcia Vânia, que acaba de chegar;senhores representantes do Trade Turístico nacional; Srª Senadora Maria do Carmo; Senadora Lídice da Mata; minha prezada companheira de trabalho Srª Selma, em seu nome eu cumprimento todos os funcionários e auxiliares da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Ao chegar a esta Casa, exatamente em 2011, dentro de uma composição política dos partidos de representação na Casa, coube ao meu Partido a indicação dos membros e consequente Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Além de outras comissões técnicas da Casa, o Senado Federal realmente necessitava criar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para que nós pudéssemos dar ênfase maior, tratar dos assuntos mais relevantes das regiões e, consequentemente, motivar, incentivar e promover os meios para que nós pudéssemos desenvolver o turismo, com especialidade no Nordeste brasileiro.

O turismo tem sido uma das molas propulsoras do desenvolvimento de qualquer nação do mundo, com especialidade da nossa, que, apesar das dificuldades e dos poucos investimentos que ainda se faz nessa área,

tem dado demonstrações inequívocas de que é através deste segmento, desta prestação de serviço, que nós podemos gerar mais empregos, proporcionar oportunidade para que as pessoas conheçam as coisas mais belas do País e vender, sem dúvida nenhuma, a imagem do nosso País no exterior.

Apesar de termos uma das maiores áreas turísticas do mundo, belezas extraordinárias, nós precismos motivar mais, incentivar mais, Presidente, para chamar mais a atenção de todos, não só do turismo interno, mas, com especialidade, do turismo internacional. E, logicamente, que a Comissão não se restringe apenas a cuidar deste setor, desta área, mas também como um braço auxiliar do Governo e dos Ministério de Desenvolvimento Regional.

Eu tive o prazer muito grande de, aqui, desenvolvermos as mais diversas ações, inclusive, uma delas – acredito também que deve ter sido uma tecla tocada pelo nosso Presidente Valadares – foi cuidar exatamente da aviação regional, que é um gargalo muito grande, para que possamos desvendar mais o Nordeste, fazer com que as pessoas possam se sentir atraídas por aquelas maravilhosas regiões turísticas do País.

Nós tivemos alguns contatos, fizemos algumas audiências públicas, enfim, cumprimos com o nosso dever e com a nossa obrigação no exercício da Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Eu queria aqui cumprimentar os membros que compunham esta Comissão e que ainda hoje fazem parte dela, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, da Senadora Maria do Carmo. Em nome de V. Exªs, eu cumprimento todos os companheiros que compuseram conosco esta Comissão.

Sr. Presidente, por fim, que queria agradecer a V. Exª pelo gesto e pela inciativa de colocar na parede exatamente a fotografia dos presidentes que por aqui passaram, para que as futuras gerações que vierem desempenhar o mandato de Senador da República ou para que todos aqueles que participarem deste ambiente fechado de trabalho possam vislumbrar exatamente quais foram os políticos que, de certa forma, contribuíram para desenvolver este País, melhorar as condições regionais do nosso país e fazer com que as ações desenvolvidas nesta Casa e nesta sala possam refletir exatamente na estreiteza, na diminuição das desigualdades que, infelizmente, ainda são enormes, muito grande em um País que se desenvolve, País que ocupa a 6ª posição econômica do mundo, mas ainda temos um monte de dificuldades, com especialidade na Região Nordeste brasileira. Uma Região próspera, gigantesca e de uma capacidade de recuperação extraordinária, o seu povo tem dado demonstrações inequívocas da sua força de trabalho e, infelizmente, o País é devedor ainda, e muito, de um desenvolvimento mais equilibrado, mais equânime e mais justo para aquela Região. Mas gradativamente nós vamos ocupando os espaços, já foi muito mais distante. Graças à ação que é desenvolvida por muitos brasileiros nordestinos, nós temos ocupado alguns espaços.

Por isso, Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª, cumprimentar os demais Senadores, Senador Leomar, Senador Neuto e esta querida guerreira, extraordinária mulher, que representa com muita dignidade a mulher brasileira ao lado das suas outras companheiras no Senado Federal, que é a Senadora Lúcia Vânia.

De nossa parte, Presidente, muito obrigado.

Um abraço e meus cumprimentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, ex-Presidente desta Comissão, que nos honra com a sua visita e a sua presença.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Bom dia a todos!

Meu ilustre Presidente Antonio Carlos Valadares; meus caros Senadores Neuto de Conto, Benedito de Lira; minha conterrânea, Senadora Lúcia Vânia; ilustres Senadoras Maria do Carmo e Lídice da Mata; meus caros companheiros de trabalho, que foram muito importantes no período em que tive a honra de desempenhar as minhas funções nesta Casa, Roberto Menezes, que foi meu Chefe de Gabinete, a Lindaura, que foi minha Secretária e a nossa querida Selma, que foi a Secretária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; minha esposa Márcia, companheira de todos os momentos.

É, sem sombra de dúvidas, meu caro amigo e dileto Senador Antonio Carlos Valadares, um privilégio singular e uma honra muito grande para qualquer brasileiro ter a chance e a oportunidade de representar o seu povo nesta importante Casa do Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados. E eu sou uma dessas pessoas que teve essa honra e esse privilégio de, em determinado momento da minha vida, numa circunstância especial, ser escolhido pelo valoroso povo do meu Estado para representá-los aqui nesta Casa. E cheguei aqui carregado de emoções, com a cabeça cheia de ideias, imaginando realmente que teria muita condição de alterar a circunstância, o *status quo* e, sobretudo, contribuir para reduzir as dificuldades, o sofrimento da brava gente tocantinense, do bravo povo brasileiro.

Nesta Comissão, que se depara efetivamente com os grandes problemas nacionais, onde se vivencia esta dura realidade ainda no Brasil da desigualdade regional e, ainda, da brutal concentração de renda, nós

tivemos a oportunidade de discutir e desenvolver inúmeras ações que permitiram ao povo avançar, melhorar um pouco a sua qualidade de vida, refletindo efetivamente o alto significado, a grande importância que tem esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, como ferramentas de melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Eu vim de um Estado recém-criado, um Estado novo em que a carência, o sofrimento e a dificuldade eram ordem do dia, e permaneci por algum tempo nesta Casa e, com a contribuição dos meus pares, nossos companheiros de sentimento, de luta e de ideal, nós, efetivamente, conseguimos levar uma contribuição para o Brasil e particularmente para o meu Estado do Tocantins, que experimentou uma transformação acentuada na condição e na qualidade de vida da nossa gente, procurando, na visão, no escopo desta Comissão, reduzir essa desigualdade regional.

Recordo-me da luta grande para substituir milhares de casas de taipa, de palha, parede e cobertura, que havia, sobretudo, na região norte do meu Estado, de eliminar a inexistência de um insumo tão comezinho, tão natural e tão importante hoje na vida das pessoas que é o da energia elétrica, que nós não tínhamos; de facilitar a mobilidade, a vida das pessoas na sua locomoção, com estradas de terra que foram substituídas por estradas pavimentadas. São coisas que, às vezes, a população não consegue perceber que isso não é fruto do acaso, nem cai do céu: é o resultado do trabalho perseverante de muitas pessoas, sobretudo daqueles que carregam a responsabilidade do mandato popular exatamente para transformar a vida das pessoas.

Então, é uma honra e um privilégio – repito – poder ter participado das ações, das discussões, dos debates aqui travados e das decisões tomadas, tanto no âmbito desta comissão, quanto nas demais áreas desta Casa, ter podido dar uma contribuição ao desenvolvimento do meu Estado do Tocantins e desenvolvimento do Brasil.

Fico particularmente gratificado, Senador Valadares, e hoje aqui matando um pouco da saudade desse convívio enriquecedor, esse convívio tão produtivo que tive aqui, reconhecido pelo gesto, pela iniciativa de V. Exª de colocar a nossa fotografia juntamente com a fotografia de líderes importantes, como Neuto de Conto, como Lúcia Vânia, como Lira, e os outros que não puderam comparecer, a exemplo de Tasso Jereissati – teve mais um? – que teve a oportunidade de presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Tasso Jereissati, já me referi a ele.

É uma satisfação pessoal poder ter dado essa contribuição, essa modesta contribuição aos trabalhos desta Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

Senador Neuto de Conto, com a palavra V. Exª.

O SR. NEUTO DE CONTO – É com imensa alegria, meu caro e eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que aqui comparecemos para saudar os eminente colegas que presidiram a Comissão do Desenvolvimento Regional e Turismo, como o Senador Leomar Quintanilha, o Senador Benedito de Lira e a minha querida Senadora, vizinha de gabinete, por algum tempo, Lúcia Vânia.

Saúdo e cumprimento também, com muita alegria, a Selma Perpétuo Martins, que foi a nossa Secretária nesse tempo. Saúdo e cumprimento o Flávio Peruzzi, que nós dá a alegria desse encontro, da Abremar; o Cláudio, que sempre nos acompanhou em todo nosso tempo no Senado. Saúdo também os Senadores, a Senadora Lídice da Mata, Maria do Carmo. E, nesse momento, também se faz presente no plenário, o eminente catarinense, ex-Governador e Senador, Casildo Maldaner a quem saúdo.

Estava eu aqui a meditar e buscando, em um lampejo, o que eu poderia dizer em uma reunião tão importante para mim, quando vemos o País perplexo, uma turbulência social, econômica e política, quando encontramos o turismo, que, em função dos fatos, também é diminuído. Nessa reflexão eu retorno para dizer que um País dessa extensão, quinto maior território do mundo, a sexta economia do universo, um País que se destaca pelo trabalho, pela luta de sua gente, e que está, na área do turismo, principalmente no seu encaminhamento, muito distante desse quadro. Parece-nos que alcança quase o quadragésimo País em turismo.

Pensando no meu Estado, Santa Catarina, que tem somente 1,13% do território nacional, que é o quinto maior produtor de alimentos do País, a sexta economia do País e que tem uma exuberante área turística na serra, no mar, nos campos, em todos os quatro ventos daquele Estado.

Eu, lá, ocupei todas as Casas Legislativas do País. Meus nove mandatos, fui de Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e cheguei ao Senado da República. E que nos dá a oportunidade – além de ter sido Secretário de Estado e Presidente do meu Partido o PMDB – de conhecer todos os Municípios do Estado, a oportunidade de conhecer quase todo o Brasil e que nos dá também a responsabilidade na condução das ações das quais nós fomos guindados ao longo da vida.

E trago, nestas modestas palavras, um sentimento muito forte, um sentimento daqueles que veem a oportunidade extraordinária de colocar o turismo no mesmo nível das demais atividades da as demais atividades da Pátria, quer seja econômica, social, política, cultural, em igualdade os seus múnus perante o mundo.

E dentro dessas comparações é que eu alcanço e tenho a segurança e a certeza de que os homens de bem – e dando o contraponto daquilo que iniciamos a falar da turbulência nacional, elas estão aqui dentro, Senador Valadares –, os homens de bem que estão para refletir daqui para fora, minha cara Senadora Lúcia Vânia, para dizer que o Brasil tem soluções, tem caminhos e, principalmente, tem pessoas extraordinárias para conduzir os caminhos para o sucesso em todos os segmentos, e certamente o do turismo, que é um segmento econômico quase que inexplorado ainda no País, distante do seu lugar, mas que tem sim com a força da classe política, com as organizações que a compõem, a certeza de termos tão logo, tão logo um espaço tão grande quanto é o econômico, quanto é o social.

Por isso, eu venho aqui, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, todos quanto nos dão a oportunidade da escuta neste momento, para aplaudir aqueles que aqui trabalharam e lutaram, para homenageá-los um a um e para cumprimentá-los, deixando os meus parabéns por tudo o que fizeram e fazem pelo turismo, pela Pátria e pelo Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado, Senador.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, a quem eu cumprimento pelo seu desempenho à frente de todas as Comissões que tem presidido. Eu tenho tido a sorte de ser parceira de S. Exª em várias Comissões: Assuntos Sociais, agora, Desenvolvimento Regional, e tivemos grandes relatorias juntos, a principal delas, o Ato Médico, em que nós sofremos muito, mas demos uma boa solução para o problema.

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, a quem eu agradeço as palavras elogiosas a meu respeito. Cumprimento o Senador Leomar Quintanilha, meu conterrâneo, que nos honra aqui com a sua presença. Cumprimento o Senador Neuto de Conto, que também esteve conosco aqui durante um grande período e de quem desfrutamos da amizade e, principalmente, da vizinhança. É muito bom provar do queijo de Santa Catarina. Cumprimento a Selma, que foi o meu anjo da guarda aqui na Comissão e, cumprimentar a Selma, estendo os meus cumprimentos a toda a equipe do Desenvolvimento Regional. Cumprimento o Maldaner; cumprimento a Lídice; cumprimento a Maria do Carmo.

As minhas primeiras palavras hoje são de agradecimento. Primeiro agradecer os colegas Senadores que participaram da Comissão de Desenvolvimento Regional quando eu a presidi, no biênio de 2007/2008. Foi uma fase importante, em que eu tinha como Vice-Presidente o Senador Jonas Pinheiro, a quem eu faço uma homenagem póstuma e que era meu amigo e que, junto comigo, constituía o núcleo do Centro-Oeste aqui nesta Comissão. Esta é uma Comissão em que o Nordeste teve sempre um peso expressivo, naturalmente pelas dificuldades da própria Região e pela presidência de Parlamentares daquela Região.

Entre tantas gratas lembranças que tenho deste período, que estive à frente da Comissão, quero destacar a luta aqui, que já foi também enfatizada aqui pelo Neuto, que eu tive o prazer de colocar em votação aqui a Lei Geral do Turismo, negociada entre as entidades representativas do setor, por meio do Executivo, Legislativo, e demos ao País esse marco regulatório do turismo, que foi uma coisa importante e destacada dessa região.

Sempre mantive, durante meu período, uma relação boa da Comissão com a Confederação Nacional do Comércio, com o Ministério do Turismo e com a Frente Parlamentar do Turismo. São todas as instâncias que nos ajudaram a enriquecer o debate sobre o papel do turismo no desenvolvimento brasileiro. Realizamos o IV Congresso e o 10º Cbratur (Congresso Brasileiro de Atividade Turística). Apoiamos o Ministério do Turismo, subsidiando-o para a retomada do Prodetur. Essa retomada foi fundamental para que pudéssemos fazer investimentos expressivos no turismo, tanto no Nordeste, quanto nas Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. Promovemos várias audiências públicas debatendo essa questão. Foi uma época em que já prevíamos alguns movimentos em relação à Copa do Mundo.

Eu também tive a honra e o prazer de poder, aqui, capitanear a retomada da criação da Sudeco, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ocasião em que pude ser Relatora nesta Comissão, o que me deu a oportunidade de criar o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que hoje, ao lado do FCO, que já havia sido constituído pela Constituição brasileira, nós conseguimos resgatar, para a Região Centro-Oeste, o FDCO, Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que já havia na Sudene e na Sudam e que era imprescindível para a Região Centro-Oeste esse benefício. Hoje é um instrumento de desenvolvimento da minha Região, e é, para mim, um marco importante, porque eu pude, através da Comissão de Desenvolvimento Regio-

nal, estabelecer uma interlocução com o Governo Federal e promover a retomada da construção da Sudeco na Região Centro-Oeste.

Tive a oportunidade de debater vários temas importantes em audiências públicas e procuramos, durante esse período, tornar visível esta Comissão de Desenvolvimento Regional, porque, de certa forma, nós concorremos aqui com a Comissão de Infraestrutura e concorremos com a Comissão de Assuntos Econômicos. É uma Comissão específica de desenvolvimento regional, mas nós procuramos aqui o debate dentro da integração nacional, não só evidenciando o desenvolvimento das Regiões menos desenvolvidas, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, sempre colocados, mas olhando também para a Região Sul nas especificidades, nos focos de pequeno desenvolvimento ou de depressão nas Regiões Sul e Sudeste.

Portanto, acredito que cumprimos o nosso dever aqui. Felicito os companheiros, pois cada um, no seu período, pôde desenvolver um trabalho. Esta Comissão sempre deu continuidade às discussões. Eu sucedi o Senador Tasso Jereissati – de quem eu trago um abraço e os cumprimentos a toda a equipe da Comissão de Desenvolvimento Regional, especialmente ao Presidente Antonio Carlos Valadares –, que, obviamente, colocava em evidência a Região Nordeste, então, quando eu assumi, o meu foco foi a Região Centro-Oeste, tendo como resultado mais importante a recriação da Sudeco. E assim sucessivamente todas as regiões. Naturalmente, com o Neuto, a Região Sudeste foi também evidenciada, como também a Região Sul. E assim nós temos, cada um no seu período, dado um passo à frente. E a Comissão, ao longo do tempo, tem se firmado, e hoje, sem dúvida alguma, é uma Comissão da mais alta importância, presidida por um Parlamentar aplicado, um Parlamentar respeitado, um Parlamentar que, acima de tudo, tem um compromisso com o País.

Parabéns a todos!

Muito obrigada por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Antes de encerrar esta solenidade, e marcharmos, através deste corredor, para a aposição dos retratos, para a inauguração da Galeria dos ex-Presidentes, eu gostaria de registrar o meu agradecimento pelas presenças desses grandes Senadores, da Senadora Lúcia Vânia, que deram seu contributo na passagem por aqui em favor do desenvolvimento turístico e regional.

Sabemos da importância que representa o turismo para o desenvolvimento de qualquer nação. Levantamento recente realizado pelo Conselho Mundial de Turismo e Viagens demonstrou que o Brasil ainda vive uma situação de inferioridade em relação a muitos países no setor turístico, está em 52º lugar. Mas, apesar disso, esse setor dá força à nossa economia. Segundo levantamento do IBGE, 3,7% do PIB é a contribuição do turismo para a economia do nosso País.

Em relação ao panorama mundial, o turismo tem uma ação preponderante para a economia, de vez que 9,2% do PIB mundial se refere ao turismo, impulsionando, portanto, a economia de muitos países no mundo inteiro.

Em relação à posição turística, os Estados Unidos têm tirado o primeiro lugar em todos os levantamentos feitos ou pesquisas realizadas, ao lado da China. E, na Europa, nós temos a Espanha, Portugal, Itália. O Brasil, que vive um momento de dificuldades, já que o dólar está alcançando patamares indesejáveis e imprevistos, podíamos aproveitar este instante de instabilidade monetária para que incentivemos o turismo regional, o turismo local. O Brasil tem muitas belezas a apresentar, tem um patrimônio cultural e histórico incomparável, não só no Nordeste como em tantas outras regiões, e o turismo poderia ser estimulado, incentivado mais aqui no âmbito regional.

Várias discussões foram aqui realizadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a respeito deste assunto, da evolução do turismo regional. Inclusive nós fizemos um seminário, que teve a relatoria da Senadora Lídice da Mata, que apresentou a situação do Brasil com referência ao desenvolvimento turístico regional, mostrando as nossas potencialidades, que são muitas, e a evolução deste setor no Brasil seria, sem dúvida alguma, uma fonte de enriquecimento para a nossa região.

Por isso, antes de encerrar, concederei a palavra ao Senador Casildo Maldaner, que deseja se manifestar. Com muito prazer, tem a palavra V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a permissão do Presidente Valadares, serei breve. No entanto, eu não poderia deixar de, neste momento, Senador Valadares, que preside esta Comissão, prestar a minha homenagem aos Senadores ex-Presidentes desta Comissão, a exemplo da Senadora Lúcia Vânia, de Goiás; do Senador Benedito de Lira, de Alagoas; do Senador Quintanilha, de Tocantins. Quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata e também a Senadora Maria do Carmo. Eu também não podia deixar de cumprimentar o nosso catarinense Neuto de Conto. Também estendo os meus cumprimentos, mesmo não estando presentes, aos Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer. Ao cumprimentar o Senador Neuto, estendo meus cumprimentos aos demais Estados daqueles que serão aqui homenageados, em particular ao Senador

Neuto, pelas virtudes, pela vida pública, pelo que ele representa, não só no passado, mas no presente, em nosso Estado e perante o Brasil.

Não podíamos deixar de, neste momento solene, bonito em que o Senado reconhece e condecora os ilustres ex-Presidentes desta Comissão, sob a Presidência do Senador Valadares, homenagear as personalidades brasileiras que contribuíram para o turismo no Brasil. Ficamos muito felizes pelo fato de um catarinense participar dessa homenagem, não só pelo currículo extenso do Senador Neuto de Conto, mas, notem, que ele prega, ele fala manso, mas fala. S. Exª foi Secretário da Fazenda, em Santa Catarina, também foi Secretário dos Negócios da Agricultura e do Agronegócio e hoje é presidente de um banco de desenvolvimento da Região Sul, o BRDE. Então, hoje, ele é um empreendedor por natureza, além de presidir diversas empresas lá no Estado. E ele fala com uma calma naquilo que representa... Talvez seja porque ele tem um irmão que é bispo, isso tudo ajuda. Tudo ajuda. Ele é meio abençoado por todos os catarinenses aonde quer que vá. E entende até de costelão. Aliás, uma vez, aqui na CNBB, em Brasília, ele fez um costelão que estava uma loucura. Bispo, padre, tudo. Quem tinha bigode sambou, quem não tinha também. Foi uma loucura. Este é o nosso Neuto de Conto. É um homem de tradições, um homem empreendedor, um homem que acalma a todos, que conduz, que representa.

Então, eu não poderia deixar de, aqui, prestar essa homenagem ao Neuto de Conto. Como disse Ulysses Guimarães, certa feita, quando foi a Santa Catarina inaugurar a Ponte Pedro Ivo, ponte que liga o continente à ilha – à época eu era Governador –, que, nem que fosse a nado ele ali estaria. E eu digo que eu tinha que vir a essa homenagem ao Senador Neuto de qualquer jeito: a pé, a cavalo, mas eu tinha que vir aqui nesse momento.

Todo o gabinete está aqui, porque ele foi Senador, também para homenageá-lo. Todos os colegas, os funcionários, enfim, não só do atual gabinete, que a gente está representando, mas também dos que faziam parte da Comissão do Desenvolvimento Regional de Turismo.

Enfim, estendo minha homenagem aos demais ex-Presidentes desta Comissão.

Muito obrigado, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu que agradeço.

Eu gostaria de anunciar que estamos entregando aos Senadores que estão sendo homenageados algumas publicações na nossa Comissão durante esse período em que presido esta Comissão: "Desafios para o Desenvolvimento Regional" – esse trabalho envolve quase dois anos de atividades da nossa Comissão; os "Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte" – esse seminário foi realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados e esta Comissão; e o seminário "Novo Programa de Regionalização do Turismo", também em parceria com a Câmara dos Deputados, a Comissão de Turismo daquela Casa. E ainda falta a publicação, sob relatoria da Senadora Lídice da Mata, de um trabalho excepcional, que foi realizado em várias discussões e vários debates aqui nesta Casa, envolvendo o turismo regional. E V. Exª, Senadora Lídice da Mata, deu uma contribuição enorme para o fortalecimento do setor.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, concedo a palavra a V. Exª, que a havia solicitado.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para saudar, mais uma vez, a Presidência competente que V. Exª exerce nesta Comissão e, neste momento, fazer uma homenagem a todos os Srs. Senadores e Srª Senadora que desenvolveram tão bem os seus trabalhos.

Eu tive a oportunidade ímpar de poder, em certa medida, conviver com todos eles, ou quase todos. A Senadora Lúcia Vânia é uma companheira desde a Constituinte – nós fomos, juntas, Constituintes, integrantes da Bancada Feminina. E tive, como Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a possibilidade de, em diversos momentos, poder acompanhar o trabalho do Senador o trabalho do Senador Leomar Quintanilha e, especialmente, do Senador Neuto de Conto, com quem fizemos diversas ações conjuntamente durante o período da minha gestão. E ao Senador Benedito de Lira não preciso me referir, é um colega nosso, um companheiro de trabalho que, nesta nossa Legislatura, iniciou e deu o ritmo do trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Portanto, eu creio que a presença da Bancada de Santa Catarina para integrar essas homenagens ao Senador Neuto de Conto e a todos os outros Srs. Senadores registra o nosso reconhecimento e agradecimento pelo trabalho que todos os senhores puderam desenvolver nesta Comissão tão importante para o desenvolvimento do nosso País e do turismo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora Lídice da Mata, na próxima semana, haverá a última reunião, na qual V. Exª terá a oportunidade de fazer a leitura do seu relatório e obter aprovação do relatório pela Comissão.

Agora, iremos fazer a aposição dos retratos dos nossos queridos homenageados. Fica, então, marcada para a próxima semana ou V. Exª queria fazer hoje esse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Havia sido combinado para hoje. Embora eu tenha feito a leitura inicial na semana passada, houve modificações, contribuições dadas durante a semana.

Então, hoje, eu novamente leria o relatório. Mas, se puder ser assim, eu inclusive o agradeceria, porque tenho, agora, uma audiência pública na Comissão de Educação. Estão me aguardando para poder iniciar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Também temos reunião na Comissão de Justiça.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Dá para a gente garantir a presença de todos com o quórum, para, na próxima semana, aprovarmos esse relatório, pois temos uma obrigatoriedade regimental de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço-lhe, Senadora.

Peço aos Senadores que aguardem um pouco. Vou encerrar esta parte da reunião e iniciar uma outra para aprovação do requerimento de audiência pública a ser realizada em Fortaleza.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Convoco, imediatamente, uma reunião extraordinária para aprovação do requerimento visando a realização de um evento em Fortaleza, de iniciativa do Senador Inácio Arruda e também desta Presidência.

Passo a ler o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, de 2014 – Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência desta Comissão na Sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro de 2014, a partir das 9 horas para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações: Nos termos regimentais, coloco em votação o requerimento para realização de diligência desta Comissão na sede do Banco do Nordeste do Brasil, no dia 15 de dezembro, a partir das 9 horas, para debater sobre o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento como extrapauta.

O requerimento receberá o número 13.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, ao tempo em que convoco uma outra para a próxima quarta-feira.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE DEZEMBRO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões 15ª, 16ª e 17ª, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a discussão e votação das Emendas da CDR ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 – PLOA 2015 (PL nº 13, de 2014-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida o Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Inácio Arruda, para proferir o seu Relatório sobre as Emendas e as suas considerações. O Relator explana que

foram apresentadas 34 (trinta e quatro) Emendas de Apropriação, de autoria dos Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice Da Mata, Lúcia Vânia, Ruben Figueiró, Vicentinho Alves e Romero Jucá e mais 01 Emenda de Remanejamento por sua indicação, totalizando 35 Emendas ao PL nº 13/2014-CN. Após a leitura do Relatório, submetida a votação, a Comissão aprova 4 (quatro) Emendas de Apropriação de Acréscimo e 1 (uma) de remanejamento, distribuídas conforme segue: Emenda nº 1 (Apropriação)– UO 56101 "Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano" do Ministério das Cidades, Localidade Nacional, no valor de R$ 700.000.000,00; Emenda nº 2 (Apropriação)– UO 54101 "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística" do Ministério do Turismo, Localização Nacional, no valor de R$ R$ 550.000.000,00; Emenda nº 3 (Apropriação)– UO 56101 "Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento", do Ministério das Cidades, Localidade Nacional, no valor de R$ 500.000.000,00; Emenda nº 4 (Remanejamento) – UO 53101 "Apoio a Obras Preventivas de Desastres", do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 100.000.000,00 e Emenda nº 5 (Apropriação)– UO 53101 "Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água" do Ministério da Integração Nacional, Localidade Nacional, no valor de R$ 300.000.000,00;. EXTRAPAUTA. **ITEM** 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, DE 2014, que requer: "Nos termos regimentais, o aditamento ao RDR nº 13, de 2014, aprovado em 10/12/2014, para que a diligência seja realizada em 23 de dezembro de 2014". **Autoria:** Senador Inácio Arruda. Resultado: Aprovado. Em seguida, a Presidência comunica que nos termos dos artigos. 43 e 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a submete a aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nosso trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das Reuniões 15ª, 16ª e 17ª da CDR.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências".

Foi designado como coordenador das emendas o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente desta Comissão, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos diretamente ao relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (PLOA 2015), Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN.

As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão, conforme determinações constantes do Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN, nomeadamente: o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Esse anexo ainda estabelece os limites de emenda à despesa a serem apresentados por cada comissão permanente. Nesse sentido, cabe à CDR quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 34 propostas de emenda, todas de apropriação de despesa, apresentadas pelos Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Ruben Figueiró e Vicentinho Alves. Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer.

É o relatório.

Vamos, Sr. Presidente, à análise das proposições.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, assim como no Parecer Preliminar.

Subsidiariamente à Resolução nº 1, o Parecer Preliminar traça regras procedimentais para a confecção, a apresentação e a admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando à região ou localidade específica.

Como não houve nenhuma emenda relacionada à prevenção de desastres, na qualidade de Relator, tomei a iniciativa, dentro do limite que me é permitido, de apresentar uma emenda de remanejamento para a adoção de dotação para o Programa de Apoio a Obras Preventivas de Desastres.

Não se sabe por que o Governo não o propôs. Só age depois que há o desastre. Então, nós tomamos a iniciativa de também apresentar uma emenda de remanejamento nesse sentido.

Voto.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo da questão da oferta de água, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam: infraestrutura turística, transporte público e manejo de resíduos sólidos.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação e uma de remanejamento ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

Apropriação:

1. "Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água", do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$450 milhões;

2. "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", do Ministério do Turismo, no valor de R$ R$550 milhões;

3. "Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano", do Ministério das Cidades, no valor de R$700 milhões; e

4. "Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos", do Ministério das Cidades, no valor de R$ 500 milhões.

Remanejamento – uma emenda apresentada pelo Relator:

1. "Apoio a Obras Preventivas de Desastres", do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$100 milhões.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2014.

Sr. Presidente, são essas as propostas que nós buscamos acolher, porque elas representam o sentimento mais amplo da nossa Comissão. Praticamente, nós contemplamos todos os Srs. Senadores, tanto na questão do turismo, como na questão das cidades e, também, da integração nacional. E, no caso do remanejamento, por conta, exatamente, da necessidade de estarmos atendendo minimamente a prevenção de desastres em nosso País.

Então, esse é o nosso relatório. Peço a aprovação unânime dele.

E, na sequência, se for possível, Sr. Presidente, na nossa reunião, estou apresentando um requerimento para que possamos realizar, digamos, quase que uma última reunião ainda no prazo da discussão e do debate do orçamento, que é ligado à questão regional, ligado à área de atuação da nossa Comissão, o mérito da nossa Comissão, o desenvolvimento regional. Então, nós estamos apresentando um requerimento para que possamos fazer, ainda este ano, uma reunião no âmbito do Banco do Nordeste com a presença dos órgãos que são do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro. Se for possível, eu peço a V. Exª que, extrapauta, possa examinar esse nosso requerimento.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Obrigado ao Senador Inácio Arruda pelo relatório eficiente que conseguiu elaborar, apresentando quatro emendas de apropriação e uma emenda de remanejamento, que foram objeto de iniciativa dos Senadores desta Comissão: "Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água", do Ministério da Integração Nacional; "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", do Ministério do Turismo; "Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano", do Ministério das Cidades; "Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos", do Ministério das Cidades; e, ao final, "Apoio a Obras Preventivas de Desastres", do Ministério da Integração Nacional.

Acho que, com esse relatório, V. Exª conseguiu abranger todas as áreas que são objeto de preocupação desta Comissão relacionadas com as atribuições específicas da CDR. Por isso, os meus parabéns!

Ao fazer esse resumo, coloco em votação o relatório, com o respectivo parecer, do Senador Inácio Arruda.

Os que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer, por unanimidade.

Gostaria de dizer que amanhã estaremos realizando, Senador Ruben Figueiró – V. Exª está se despedindo desta Casa, teve uma participação, realmente, efetiva ao lado de Inácio Arruda nesta Comissão e está sendo convidado para amanhã –, nós faremos a última reunião do ano da CDR, quando V. Exª poderá fazer um relato também de suas atividades, que foram muitas – V. Exª foi um Senador atuante nesta Casa. E, no que diz respeito à sua região, V. Exª cumpriu religiosamente o seu papel.

Do mesmo modo, eu posso, para fazer justiça, dizer que o Senador Inácio Arruda, como nosso Vice-Presidente, foi encarregado de duas missões importantes que nós demos a ele: a primeira, uma audiência pública da nossa Comissão em Recife, Pernambuco, que teve um verdadeiro êxito com a presença dos diversos órgãos institucionais que fazem a cobertura da nossa região, a exemplo da Sudene, do Banco do Nordeste, DNOCS etc.

E, agora, na próxima terça-feira, haverá outra missão que entregamos a ele, em que estaremos presentes – eu e ele, e todos os Senadores e Senadoras desta Comissão estão sendo convidados –, para, na sede do Banco do Nordeste, debatermos as questões regionais, o fortalecimentos dos nossos órgãos, como o próprio Banco do Nordeste, a Codevasf, o DNOCS, a Sudene, enfim, todas aquelas instituições que direta ou indiretamente estão contribuindo para o desenvolvimento da nossa região.

Agora, atendendo a um pedido de pauta extra do Senador Inácio Arruda, coloco em discussão o Requerimento nº 14, de aditamento ao RDR nº 13, de minha autoria, aprovado em 10/12/2014, para que a diligência – que na realidade é uma audiência que vamos ter no Ceará –, em Fortaleza, seja realizada no dia 23 de dezembro de 2014.

Eu viajarei, saindo de Sergipe, na segunda, e, na terça pela manhã, debateremos durante toda a manhã, na sede do Banco do Nordeste, os problemas que mais interessam à nossa região.

O fortalecimento do Banco do Nordeste é imprescindível para que as nossas empresas, a nossa agricultura, o nosso comércio, enfim, todos os segmentos sociais e econômicos possam ser beneficiados com recursos que muitas vezes não vão na mesma proporção, como vão, por exemplo, para o BNDES e deveriam ir para o Banco do Nordeste, porque o Banco do Nordeste é uma instituição exemplar, histórica, que tem um enorme serviço prestado à nossa região, e é orgulho para todos nós que esta instituição permaneça forte e, cada vez mais diligente, podendo prestar a colaboração indispensável ao desenvolvimento regional.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o Requerimento nº 14 permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estão de acordo permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Antes de encerrar a reunião desta Comissão, quero anunciar aqui a presença de Chico do Correio, nosso Prefeito de Nossa Senhora da Glória, uma das regiões mais promissoras, o centro nevrálgico da produção de leite no Estado de Sergipe. Hoje é a verdadeira capital do Sertão sergipano, graças ao dinamismo, à inteligência e à capacidade do seu povo e à grande administração que está sendo executada pelo nosso Prefeito, do Partido dos Trabalhadores, meu amigo, que tem como vice um companheiro também do PSB.

Quero agradecer a presença de V. Exª. Sinta-se à vontade nesta Casa, Chico do Correio, porque V. Exª é um homem público que honra a sua história e a história do seu Partido.

Encerro a reunião, convocando outra para amanhã, às 9 horas.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Plenário nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo

Alves, Armando Monteiro, Vicentinho Alves, Acir Gurgacz e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião divide-se em duas partes: 1ª Parte – Votação do Relatório que objetiva instruir a avaliação de Política Pública no âmbito da CDR, definida pelo RDR 6/2014, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 44/2013 e do Artigo 96B do Regimento Interno do Senado Federal. Tema: "A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasilieiros", de Relatoria da Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. 2ª Parte – Deliberação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. **ITEM** 1– Projeto de Lei do Senado nº 511 de 2011 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiada. **ITEM** 2 – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2014 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberto a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Aproveito esta última reunião da CDR, do ano de 2014, para fazer algumas considerações sobre as transformações recentes, desafios presentes do Nordeste brasileiro.

Nos últimos anos, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal tem debatido, analisado e decidido questões importantes para o desenvolvimento de nosso País. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar sobre a questão do desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil. No último biênio, além de aprovar 48 projetos de lei, a CDR desenvolveu algumas atividades em prol do desenvolvimento do Nordeste e foram muitas.

Eu quero registrar a presença da Senadora, por Sergipe, Maria do Carmo, que tem sido uma presença constante nesta Comissão, apoiando todos esses projetos, participando ativamente das atividades de nossa Comissão.

Eu estava falando que vários projetos em prol do desenvolvimento do Nordeste foram apreciados por esta Comissão, como também diversas outras atividades, a exemplo de audiência pública com o Ministro da Integração, Fernando Bezerra, para apresentar a nova Política nacional de desenvolvimento regional;

– Ciclo de Debates sobre as Obras de Revitalização e Transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da região Nordeste;

– audiência pública sobre a Redução da Vazão do rio São Francisco – a oferta de água no âmbito de sua bacia hidrográfica;

– queda dos Valores dos *Royalties* transferidos aos Municípios do Sistema Chesf;

– seminário sobre o Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional, realizado em Recife em 14 de março deste ano;

– audiência pública sobre a produção de fertilizantes potássicos, especialmente sobre o potencial industrial da carnallita em Sergipe. Essa audiência pública teve grande repercussão, muito positiva, para o nosso querido Estado de Sergipe, porque, em razão dela, foi possível estabelecer um acordo entre os Prefeitos municipais de Japaratuba e de Capela para a industrialização da carnallita, o aproveitamento industrial da carnallita, com a participação também do Governo nessa audiência pública, que redundou, sem dúvida alguma, em benefícios comensuráveis para o Estado de Sergipe, porque a Vale do Rio Doce se fez aqui presente, através do seu Presidente, e se comprometeu de fazer os acordos necessários com esses Municípios e com o Governo do Estado para a realização

> desse grande empreendimento, o que realmente aconteceu. A Assembleia Legislativa também esteve aqui presente, assim como Deputados Federais e Senadores. Enfim, foi uma audiência pública altamente positiva para os destinos econômicos de Capela, de Japaratuba e, especialmente, do Estado de Sergipe.

Esta Comissão, portanto, teve uma participação importante na condução desse problema para a obtenção do acordo necessário entre os Municípios que estavam em conflito sobre a divisão do bolo tributário. Felizmente, com a participação das câmaras municipais, dos Municípios e da própria Assembleia Legislativa, esse acordo se tornou possível, mas nasceu aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nós também realizamos o seminário intitulado "O arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento da região agreste", realizado em Caruaru, em novembro de 2014; o seminário sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento regional, realizado em Aracaju, em agosto de 2013. Nesse seminário, nós conseguimos levar dois Ministros – o Ministro do Turismo e o Ministro da Integração Nacional –, que assinaram atos em benefício do nosso Estado de Sergipe, inclusive o anúncio pelo Ministério da Integração do Projeto Xingó. Foi dada, então, a ordem de serviço para a realização da licitação visando a execução do Projeto Xingó. E, a partir daí, a Codevasf local realizou várias audiências públicas com membros da sociedade civil e populações ribeirinhas, visando a aprovação desse projeto no que diz respeito às repercussões e aos impactos ambientais sobre a realização desse empreendimento.

Também realizamos audiência pública para discutir proposta do Movimento Brasil para reduzir as desigualdades regionais, conforme iniciativa do setor produtivo brasileiro; audiência pública sobre soluções tecnológicas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência na região, com os períodos de estiagem prolongadas, bem como de pós-seca; audiência pública para discutir a gestão do açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, na Paraíba; audiências públicas sobre projetos que alteram regras do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios; audiência pública sobre as obras dos aeroportos do Brasil; audiência pública sobre a estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Enfim, grandes atividades foram aqui realizadas, visando o fortalecimento regional.

Uma questão fundamental, que todos nós, políticos, e também os gestores públicos, os pesquisadores, os acadêmicos e todos aqueles que estudam a questão regional, nos perguntamos: qual será o futuro do Nordeste? Ou seja, as transformações que temos visto no passado recente apontam para qual futuro da região? Quais os impasses que se observam e quais as possibilidades que se observam à frente, visando o desenvolvimento da Região Nordeste?

Para que possamos começar a pensar as respostas para essas questões, há um conjunto de temas que devem ser investigados. Eu gostaria de abordar alguns desses temas, trazendo dados e reflexões que compõem a agenda do desenvolvimento do Nordeste para os próximos anos.

Falarei, primeiramente, sobre o maior dinamismo econômico alcançado pela Região Nordeste nos últimos quinze anos, as tendências para o futuro próximo e os entraves que se acentuam e deverão ser resolvidos. Depois, tratarei da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional forte para enfrentar os desafios que se apresentam ao Governo Federal e aos Governos Estaduais.

Sobre o dinamismo da economia do Nordeste, eu gostaria de lembrar um artigo do saudoso Governador Marcelo Déda, publicado no jornal *O Globo*, em fevereiro de 2011, o artigo intitulado "O que quer o Nordeste?" Nele, o Governador Déda já afirmava o seguinte – abro aspas:

> "O Nordeste brasileiro virou uma página da história. É passada a imagem quase caricatural de um território sem esperança, condenado à miséria, onde a única indústria próspera era a da seca, explorada por oligarquias políticas e grupos econômicos ávidos por recursos públicos.
> Nossa região ainda tem graves carências, mas o País não pode mais vê-la como problema. Ao contrário. É parte da solução. Somamos 14% do PIB, num mercado de 50 milhões de pessoas, desenhando uma economia que cresce a taxas superiores às nacionais.
> Os programas sociais dos últimos anos, aliados à recuperação do poder de compra do salário mínimo, mudaram o perfil nordestino".

E, ao final, diz o nosso saudoso Governador Marcelo Déda:

> "O sólido processo de inclusão social e o vigor da região colocam o Nordeste no centro da discussão sobre o desenvolvimento nacional."

Marcelo Déda tinha razão. Em 12 anos, de 1992 a 2009, enquanto a renda *per capita* do brasileiro subiu 59%, no Nordeste, subiu 84%. A indústria e o setor de serviços, com destaque para o turismo, cresceram em participação na economia da Região.

Vimos novos investimentos produtivos acontecerem e, com eles, verificamos mudanças significativas da estrutura produtiva da região em todos os setores da economia.

Na agricultura, o agronegócio avançou nos cerrados da região e a fruticultura irrigada se desenvolveu. Cresceu a participação da produção de soja e milho das regiões do sul do Piauí, Maranhão e oeste baiano, como, também, no Estado de Sergipe, que é o segundo produtor regional de milho.

Cresceu, também, a participação da fruticultura desenvolvida no Semiárido, Petrolina, Juazeiro e Assu. Enquanto isso, diminuiu a participação de culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, de base patronal, e a mandioca, de base familiar.

No setor industrial, o Nordeste viu ressurgir a grande indústria, como montadoras, estaleiros, siderúrgicas, refinarias, farmoquímicas e outras grandes fábricas, mas também se expandiram as pequenas e médias fábricas de calçados, confecções e alimentos.

Ganharam espaço os segmentos ligados à fabricação de bens intermediários e de veículos automotores.

Com a maturação dos novos investimentos em plantas automotivas e de construção naval é possível vislumbrar, para os próximos anos, um aumento da participação das fábricas de bens duráveis e de capital.

O setor dos serviços, por sua vez, foi o que apresentou o maior dinamismo setorial, principalmente nos últimos dez anos, com a expansão do consumo.

As atividades comerciais foram as maiores beneficiadas, mas houve crescimento significativo também das atividades ligadas à saúde, ao serviço de intermediação financeira, e as mobiliárias. Também cresceram os serviços educacionais, notadamente com a disseminação das faculdades e escolas técnicas no interior. Ou seja, a interiorização da educação superior e técnica.

Fortaleceram-se polos de serviços tecnológicos de comunicação. Na infraestrutura, o Nordeste recebeu projetos estruturantes e grandes investimentos: irrigação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, duplicação de estradas, ampliação de portos, ferrovias e aeroportos. O Banco do Nordeste juntamente com o BNDES tiveram importância fundamental para viabilizar esses investimentos.

Houve impacto positivo nas relações de trabalho na região, com incremento do emprego formal, a diminuição da taxa de desocupação e o crescimento do rendimento da pessoa ocupada.

Do ano de 2000 a 2010, o número de pessoas ocupadas cresceu em média 2,4% ao ano. Destacou-se o aumento do número de empregados com carteira assinada, que subiu de 3,8 milhões para 6,8 milhões de pessoas, um crescimento anual de 5,5%. Significa que temos hoje, no mercado de trabalho, uma participação maior de trabalhadores com proteção social e cobertura previdenciária do que tínhamos há 15 anos.

O produto regional do Nordeste cresceu acima da média brasileira, impulsionado pela expansão do padrão de consumo e o aumento do mercado interno. Do ano de 2000 ao ano de 2010, o PIB brasileiro cresceu em média 3,4% ao ano, enquanto o PIB do Nordeste acumulou em média 3,9%. Essa diferença anual resultou, ao fim da década, em um crescimento do produto regional, que é 5% maior do que o crescimento nacional. Com isso, a participação relativa da região no PIB nacional cresceu de 12,7% para 13,8%.

Em suma, o que temos visto na Região Nordeste é um dinamismo socioeconômico como nunca antes visto. Mesmo assim, esse maior dinamismo nordestino é de certa forma frustrante sob o ponto de vista do desenvolvimento regional. Esperávamos mais do que isso, porque em 1995 a participação do Nordeste no PIB nacional estava em 12%. Então, levamos 15 anos para ter um crescimento menor do que 2% na participação do PIB nacional. Esses números se referem ao PIB nominal.

A situação é mais dramática quando analisamos o PIB *per capita* do Nordeste, que se mantém abaixo da média nacional desde a década de 1950. Segundo estudo do Ipea, o Nordeste precisará crescer 2,2% acima da média nacional durante os próximos 22 anos para que a região alcance o patamar de 7,5% do PIB *per capita* nacional. Essa proporção considera-se aceitável para a distância entre as duas regiões.

De todo modo, o maior dinamismo socioeconômico alcançado pelo Nordeste, em decorrência dos investimentos e transformações recentes a que me referi, permite-nos apontar algumas tendências para o desenvolvimento da região num futuro próximo, assim como entraves e vulnerabilidades a serem enfrentadas.

Entre as tendências, está o desenvolvimento das cadeias produtivas associadas aos novos empreendimentos industriais e aos investimentos recentes na infraestrutura. Significa dizer que ainda estão por vir os efeitos indiretos na economia regional das obras em rodovias, portos e ferrovias e de novos complexos industriais. Os fornecedores de produtores e serviços locais ainda se beneficiarão muito do processo de manutenção desses investimentos.

Outra pendência são as transformações do perfil do campo e da cidade.

O agronegócio tende a seguir se expandindo seja na fruticultura irrigada ou na produção de grãos. A urbanização, por sua vez, deve se intensificar pelo interior, consolidando cidades de médio porte, como polos sub-regionais, que servirão inclusive como centros de referência em serviços notadamente os educacionais e os de saúde.

É evidente que essas transformações tornam mais claros os entraves e vulnerabilidades da região, que se tornam verdadeiros desafios para que o Nordeste siga no caminho do desenvolvimento.

Quero destacar três destas questões: primeiro, o baixo padrão de ensino e a insuficiente qualificação da mão de obra. Os Estados do Nordeste, com exceção do Ceará, ainda estão entre os últimos do *ranking* das notas do Ideb nos três níveis: fundamental inicial, fundamental final e médio. A taxa de analfabetismo, embora tenha caído de 26% para 19% entre 2000 e 2010, ainda está muito acima da média brasileira, que era de 9,6% em 2010. O limitado grau de inovação das empresas e deficiências na articulação entre a infraestrutura científica e tecnológica e a base produtiva regional e, afinal, os elevados índices de pobreza e de desigualdade.

A região ainda concentra metade dos pobres do Brasil, cerca de dez milhões de pessoas, sendo que a maioria está no meio rural nordestino.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, embora tenha melhorado mais do que em outras regiões nas últimas décadas, permanece abaixo da média nacional.

A desigualdade, portanto, também se verifica no mercado de trabalho. As regiões metropolitanas do Nordeste apresentam, de forma persistente, taxas de desocupação mais elevadas do que a média nacional.

Segundo pesquisa mensal do emprego do IBGE, em janeiro de 2014 a taxa de desocupação por região metropolitana no Brasil era de 4,8%, mas em Recife e em Salvador, por exemplo, alcançava 7, 4% e 8%, respectivamente.

Outro indicador de desigualdade no mercado de trabalho é o grau de informalidade que ainda permanece elevado no Nordeste brasileiro. Embora o trabalho formal, tenha crescido quatro vezes mais do que o trabalho informal nos últimos dez anos, a informalidade ainda predomina. Em 2010, o contingente informal ainda alcançava quase 60% da população, 12,4 milhões de pessoas. Se o ritmo de formalização seguir no nível atual, os trabalhadores formais passarão a representar metade das pessoas ocupadas apenas no ano de 2019.

Há outros temas de extrema relevância para o desenvolvimento da Região, mas que não poderei aprofundar neste pronunciamento, como o estado de saúde do Nordeste, o crescimento desordenados das cidades, os limites ambientais dos muitos ecossistemas lá existentes e a necessidade de respeito e promoção de nossa diversidade cultural, o aumento da violência. Esses temas também deverão compor agenda de desenvolvimento regional para os próximos anos.

Celso Furtado já identificava a necessidade de colocar a questão do planejamento no centro do debate. Sua reflexão era profundamente política e buscava modificações estruturais. Nesse aspecto é interessante que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional–– PNDR, formulada pelo governo do Presidente Lula, tenha superado a visão tradicional que circunscreve o problema regional brasileiro à dimensão macrorregional. Então, a política de desenvolvimento regional construiu no lugar uma abordagem nacional articulada por múltiplas escalas que permitem identificar, dentro de uma região, sub-regiões e localidades mais vulneráveis. É de se ressaltar também que a PNDR tem adotado uma abordagem participativa de construção e acompanhamento das políticas a partir do território no lugar da política baseada em grandes investimentos e sem controle social. No entanto, o Governo não logrou constituir os mecanismos necessários para uma fonte suficiente de financiamento e uma instância de articulação política capaz de implementar as suas propostas.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional permanece com isso, como uma promessa a ser realizada.

Um breve olhar histórico nos deixa apreensivos quanto ao futuro dessa promessa. Entre os anos de 1980 e 1995, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro fez com que o Governo Federal abandonasse as políticas de planejamento em geral, e as de desenvolvimento regional, em particular.

O processo de desconcentração industrial se interrompeu. Os Estados com mais autonomia deram início, aprofundaram e levaram ao limite a chamada guerra fiscal, no intuito de atraírem as indústrias.

A partir de 1996, as políticas de desenvolvimento regional foram sendo retomadas paulatinamente, e nos últimos anos, o Nordeste passou por transformações socioeconômicas, que mencionei.

No entanto, estamos passando hoje por uma nova crise fiscal no Estado brasileiro e a nossa economia tem agora uma abertura internacional incomparável ao que tínhamos antes de 1995. Somos obrigados a competir como país na esfera global, nesse cenário, as iniciativas de planejamento e a implementação de políticas de desenvolvimento regional ficam submetidas a um grande risco. Como evitar que elas fracassem ou que, simplesmente, sejam novamente abandonadas?

Defendo, primeiramente, a necessidade de uma política de desenvolvimento regional forte, ela deve ser uma política de Estado, não de Governo. Nossa Constituição Federal já estabelece que é objetivo fundamen-

tal da República Federativa do Brasil reduzir as desigualdades sociais e regionais. Mas é preciso que a política de desenvolvimento regional seja capaz de promover uma efetiva distribuição das atividades econômicas no Território Nacional.

Trata-se de viabilizar as condições de competitividade de nossa economia regional emergente. Significa assegurar e intensificar os investimentos em infraestrutura e logística, qualificação de recursos humanos, ciência, tecnologia e inovação, principalmente nas regiões como Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País.

Destaco a necessidade de investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia. São eles que poderão induzir uma verdadeira transformação política, econômica e social na Região Nordeste e em todas as regiões. Nesse campo temos o desafio de implementar investimentos de longo prazo em infraestruturas de conhecimento, mas também de aprimorar a regulação e estimular a interação academia-empresa. O Nordeste precisa de fomentar ciência, tecnologia, inovação apropriadas para o desenvolvimento regional, ou seja, iniciativas que possam se comunicar com a base produtiva da região. Isso vale para todas as regiões do nosso País.

É verdade, que há questões federativas que precisam ser resolvidas, isso diz respeito, inclusive, à necessária reforma tributária que tanto é discutida neste Congresso Nacional. A autonomia conferida pela Constituição de 1988, aos Estados, estimulou mais a competição do que a colaboração entre eles. A ausência de limites bem definidos para essa competição ajudou a consolidar as simetrias federativas. A guerra fiscal passou a ser vista como algo natural, no ambiente federativo.

Hoje, nos vemos na necessidade de construir uma solução definitiva, que reconheça os incentivos fiscais conseguidos e trace para o futuro mecanismos claros que favoreçam a redução das desigualdades regionais. É possível resgatarmos a ideia de cooperação regional identificando incentivos que sejam percebidos como vantajosos para todos. Para isso, precisamos de uma instância política que viabilize a definição de uma pauta comum, que construa uma ação coletiva dos governos estaduais perante o Governo Federal, ou ao menos que minimize os conflitos de interesse entre os Estados da região.

Atualmente, existe um conjunto de instituições dedicadas ao desenvolvimento regional. Elas devem compor o modelo de desenvolvimento integrado e, portanto, não podem ser pensadas de forma isolada. Refiro-me, por exemplo, à Sudene, como também ao Banco Nordeste, à Codevasf, ao DNOCS.

Além disso, é preciso que o Governo Federal e suas instituições de desenvolvimento regional interajam com os governos estaduais e, também, com os governos municipais, para que os esforços de planejamento de todos os entes federados possam convergir na definição de objetivos comuns e ações prioritárias.

Comecei esse pronunciamento dizendo o quanto nós, políticos, também os gestores públicos e pesquisadores, os acadêmicos, todos aqueles que estudam a questão regional, estamos preocupados com a visão de futuro para a região nordestina. É a visão de um futuro mais generoso e socialmente inclusivo, sem se esquecer de olhar para os desafios que estão postos no presente, não só para o Nordeste como para todas as demais regiões do nosso País.

Destaquei a necessidade de melhorar os padrões de ensino, de qualificar a mão de obra, de ampliar os investimentos e as condições de infraestrutura, de seguir reduzindo a pobreza e as desigualdades socioeconômicas. Tudo isso deveria tomar corpo no âmbito de uma política nacional de desenvolvimento regional forte, assumida como prioridade do Estado brasileiro, como medida prioritária do desenvolvimento nacional e da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Creio que esses desafios são peças fundamentais da construção de uma agenda de desenvolvimento regional para os próximos anos.

Enquanto não forem resolvidos os gargalos que mantém nossas regiões em níveis desiguais de desenvolvimento econômico e social, a questão regional terá lugar garantido na pauta nacional. Uma coisa é certa, o Brasil não pode crescer de forma sustentável em meio a essas desigualdades.

São essas as questões que entendemos serem importantes para o próximo mandato da Presidenta Dilma no que se refere ao desenvolvimento regional. São esses os problemas que queremos que sejam enfrentados.

No próximo mandato presidencial, estaremos aqui prontos para mobilizar esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e participar, no Senado Federal, dos atos de fiscalização das ações do Governo para contribuir sempre com a Nação e efetivamente implementarmos a agenda do desenvolvimento regional.

Comunico a esta Comissão que realizaremos diligências no Banco do Nordeste, uma espécie de audiência pública, em Fortaleza, no próximo dia 23, antes do Natal, às 9 horas, com a finalidade de debater o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional, conforme o Requerimento nº 13, de 2014, aprovado por esta Comissão e aditado pelo Requerimento nº 14, aprovado ontem, dia 16.

Convido os Senadores e Senadoras para, dentro de suas disponibilidades, participarem desse encontro em Fortaleza.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião será divida em duas partes, sendo a primeira destinada a debater o relatório da Senadora Lídice da Mata acerca da estruturação dos destinos turísticos brasileiros.

Em atendimento à avaliação de políticas especializadas na CDR em 2014, prevista na Resolução nº 44, do Senado, quero parabenizar a Senadora Lídice pela apresentação do brilhante relatório, analisando a política pública de estruturação dos destinos turísticos, escolhida como decorrência da aprovação do Requerimento nº 06, de 2014, de minha autoria e também da Senadora Lídice da Mata.

Considero tal política crucial para o desenvolvimento do setor no momento em que ela perpassa pelo apoio ao desenvolvimento das regiões turísticas, apoio à elaboração e implementação dos planos regionais de desenvolvimento turístico, melhoria da infraestrutura turística, mensuração da competitividade dos destinos turísticos e estruturação de segmento e programas e ações.

Dentre as diversas sugestões da Senadora, contidas em seu relatório, quero aqui destacar a contribuição da análise da política pública propriamente dita, ao sugerir a criação de um indicador que reflita o impacto específico da política de estruturação dos destinos turísticos, o estabelecimento de critérios para que os Municípios possam integrar o mapa do turismo brasileiro e uma verdadeira redefinição do objetivo da política, de maneira que se assegure e se reconheça a importância do turismo nacional.

Ainda destaca, em seu texto, a nobre Senadora, a necessidade do fortalecimento dos recursos humanos, por meio de contratações ou remanejamento, e sua maior qualificação; a importância da publicidade para criar a demanda pelo turismo e a priorização desse trabalho na América do Sul; e, por fim, a ampliação de incentivos fiscais para segmentos que atuam no turismo.

O Congresso tem, então, a sensibilidade política, a capacidade técnica e a autonomia institucional para produzir diagnósticos e sugerir aprimoramento no rumo das políticas públicas vigentes, de forma a aumentar o bem-estar da população. E é isso que a Senadora atinge com o seu relatório.

Dessa forma, com esse trabalho, a Comissão pode oferecer uma grande contribuição ao País ao fazer a avaliação dessa política de estruturação dos destinos turísticos brasileiros e apresentar sugestões, objetivando o crescimento desse setor.

Com a palavra, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, meus caros...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Se V. Exª nos der a honra, eu gostaria que se sentasse aqui, ao nosso lado.

Em seguida, passarei a palavra ao nobre e eminente Senador Ruben Figueiró, que está encerrando o seu mandato, que exerceu com muito brilho e devotamento, nesta Casa, dando uma contribuição enorme às atividades desta Comissão.

V. Exª, Senador Ruben Figueiró, é um ícone da política do seu Estado. Tenho certeza de que, como Deputado Federal, que foi por muitos anos, e como Senador, muito honrou a história dos homens públicos do seu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, na última reunião, o relatório foi lido integralmente. São 16 páginas de relatório, que foram já entregues a todas as Srªs e Srs. Senadores presentes, nesta reunião, e também a membros desta Comissão que não estejam aqui presentes.

Da reunião passada para a atual, foram feitas mudanças, apenas pequenos acréscimos na redação. Vou dar um exemplo: na página 5, quando nós tratávamos de ressaltar as qualidades da atividade turística, colocamos: "Como consequência, a atividade turística é estratégia por criar empregos." E nós acrescentamos "de boa qualidade.", ou seja, uma qualificação do tipo de emprego que o turismo gera.

No passado, já se combateu o turismo, a atividade turística, com a conclusão de que gerava empregos de baixa qualidade, empregos com pouca formação de mão de obra, empregos com pouca qualificação profissional e com baixos salários. Era a opinião até de alguns economistas, que desestimulavam, digamos assim, a atividade turística como atividade de peso numa economia regional, considerando que elas tinham essas características.

Hoje, o turismo é visto de outra maneira. É uma atividade econômica que, além de gerar muito emprego, gera emprego de boa qualidade, porque, cada vez mais, é exigida uma mão de obra qualificada de prestação de serviços, na disputa do mercado internacional, para a atração do visitante.

Cada vez mais, uma cidade, um Estado, um país se qualifica mais na busca de atrair o visitante, usando, como diferencial não apenas mais os recursos naturais ou a cultura do País, mas também a garantia do bom serviço.

E assim por diante, Sr. Presidente.

São modificações menores que foram feitas no relatório. V. Exª, já nessa última fala, sistematizou as principais ideias que constam no relatório. Na verdade, nós fazemos uma análise, ponto por ponto, do plano de estruturação dos destinos turísticos do Brasil, analisando o seu bom desempenho, a sua pequena execução – embora uma execução considerada média para boa, mas, ainda para nós, pequena – das obras na área do Ministério do Turismo, destacando as chamadas boas práticas desenvolvidas no Ministério do Turismo, ressaltadas aqui pelo Tribunal de Contas da União.

Após as dificuldades que o Ministério passou, isso obrigou o Ministério a adotar uma série de procedimentos que, hoje, serve de exemplo para outros ministérios e outros órgãos de política pública no Brasil, no sentido de garantir o controle, como também a transparência da aplicação dos recursos públicos no País. As contribuições que nós elencamos são para que sejam desenvolvidas na área da Embratur no sentido de tornar esta empresa uma empresa mais leve para o desenvolvimento da atividade de promoção turística do País no interior.

A ideia de rever essa política de promoção do País no exterior, garantindo a análise, até mesmo, dos principais mercados ou uma redefinição de mercados onde nós devemos prioritariamente aplicar os nossos recursos. Então, a constatação, já feita durante algum tempo pelo *trade*, de que muito tempo se levou fazendo a promoção do Brasil na Europa, quando, hoje, você tem, aqui, um mercado aberto aos países da América do Sul, em que muitos deles estão com sua economia dinamizada e podendo receber e atrair turistas vizinhos a nós. É o caso do Peru, que, hoje, é um *case* do turismo internacional, é um país que, utilizando-se do turismo, tem incrementado enormemente a sua economia, passa por uma boa fase na economia e que é visitado por brasileiros; mas poucos peruanos visitam o Brasil.

Então, a ideia é que o Brasil e a Embratur pudessem estabelecer uma política maior de promoção do Brasil aqui próximo, a nossos irmãos, nossos vizinhos. Não aceitar o argumento de que o Brasil não recebe muitos turistas externos porque é longe dos principais mercados turísticos, como Europa. Isso, hoje, é uma afirmação contestada, até porque países, como a China, como a Austrália, como a Índia e outros países vêm tendo uma enorme visitação e são países claramente distantes dos chamados países desenvolvidos e, portanto, emissores de turistas.

Então, é um relatório que se dedica a analisar, também, a política de infraestrutura dos destinos turísticos. E nessa razão, nós concluímos que não há, hoje, formas, caro Presidente, de o Ministério do Turismo e mesmo as instituição em geral analisarem de que maneira impactaram as obras efetivadas pelo Governo Federal numa determinada cidade, num determinado destino turístico – ter o antes e o depois daquela intervenção feita. Um exemplo claro: a aplicação do Prodetur no Nordeste brasileiro.

Nós, que somos nordestinos, temos convicção de que foi um programa extremamente importante para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, mas não há nenhuma pesquisa que demonstre, antes do Prodetur, o índice de visitação e, pós o Prodetur, o índice de visitação, e se essa visitação teve um impacto diretamente relacionado com as obras efetivadas.

Então, algumas sugestões são aqui apresentadas no sentido de garantir que a política de desenvolvimento do turismo brasileiro seja mais eficiente, aprofunde o seu processo de consulta democrática, porque esse tem sido um ponto extremamente positivo da construção do sistema nacional de turismo no Brasil; ser um sistema integrado de que participam Estados, nos Estados, os conselhos municipais, de maneira a garantir a construção de uma política de turismo feita de baixo para cima, ouvindo os destinos turísticos, ouvindo aqueles que fazem, na base, a aplicação da política.

E a compreensão de que o Ministério do Turismo, o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais devem agir no sentido de facilitar a atividade econômica do turismo, que é desenvolvida pela iniciativa privada, buscando uma relação proativa, o diálogo permanente com os principais agentes do turismo na iniciativa privada – hotelaria, restaurantes, bares –, a busca de contribuir, auxiliando com a qualificação de mão de obra ofertada por uma política estruturante do Governo Federal nessa direção. Enfim, todas aquelas questões que dizem respeito a estimular o desenvolvimento da cadeia econômica do turismo, que, para alguns, chega a incorporar 52 atividades econômicas. E reconhecer a força do turismo como uma atividade que deve ser considerada estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Alguns acham que o turismo pode ser para o Brasil o que a agricultura é hoje. Primeiro, porque ele emprega tanto ou mais do que a atividade agrícola no Brasil; segundo, porque ele tem potencial para se transformar em um grande vetor de desenvolvimento do País; e invertendo essa situação da balança comercial no Brasil, hoje desfavorável ao País, na medida em que os brasileiros compram mais no exterior do que os estrangeiros compram no Brasil. Nós precisamos, portanto, de um forte estímulo para o desenvolvimento daqueles que são

produtos que podem dar um novo tom a essa relação de compra e venda no Brasil, dentre eles o artesanato ou o que nós chamamos da produção associada ao turismo no nosso País.

Então, são muitas as ideias que estão aqui colocadas. Junto a esse relatório, segue a síntese das duas audiências públicas realizadas na Comissão. Estas, sim, foram a fonte principal para formatar as conclusões que nós fizemos nesse relatório.

Volto a agradecer aqui a contribuição especial, sem a qual nós não poderíamos fazer esse trabalho nem apresentar esse relatório, da Consultoria do Senado Federal, dos consultores, que foram de uma dedicação total, que estiveram disponíveis o tempo todo para trocar ideias comigo, para voltar a escrever algumas partes do relatório.

Volto a agradecer aqui a contribuição especial, sem a qual nós não poderíamos fazer esse trabalho nem apresentar esse relatório, da Consultoria do Senado Federal, dos consultores, que foram de uma dedicação total, estiveram disponíveis o tempo todo para trocar ideias comigo, para voltar a escrever algumas partes do relatório, enfim, a disposição, a gentileza de poderem construir juntos, ouvindo as contribuições dadas nas audiências públicas, mas também debatendo entre nós o resultado deste trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente. A V. Exª agradeço a confiança de nos ter escalado para essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Parabéns, Senadora Lídice da Mata, por esse trabalho primoroso que V. Exª realizou em benefício do turismo nacional e regional.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação do relatório da Senadora Lídice da Mata sobre a reestruturação das políticas públicas sobre turismo.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o parecer.

Informo a todos que esse parecer será editado e impresso pela Gráfica do Senado Federal e estará à disposição de todo este Colegiado, bem como daqueles interessados na Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra, que me foi solicitada, e fazemos questão de que ele use este momento para as despedidas – a saudade já está começando, Senador Ruben Figueiró – ao Senador Ruben Figueiró.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; minhas homenagens a V. Exª, Senadora Lídice da Mata, que acaba de fazer o preciso e percuciente relato das atividades que realizou como relatora desta importante Comissão, que exalta a problemática do turismo em nosso País; quero dizer a V. Exªs que concluo agora aproximadamente 40 anos de vida pública.

Fui Deputado Estadual, fui Deputado Federal – estadual por duas legislaturas, no meu antigo Estado uno de Mato Grosso, e Deputado Federal por três legislaturas, sendo que na última tive a honra de participar da Assembleia Nacional Constituinte, quando me foi permitido apresentar algumas contribuições que foram aproveitadas pelos meus pares – e hoje, por circunstâncias, estou aqui no Senado Federal, na condição de suplente, substituindo dois valores do meu Estado – V. Exªs naturalmente os conhecem –: primeiro, a Senadora Marisa Serrano, que está hoje no Tribunal de Contas do Estado; e o Senador Antonio Russo, que, por uma fatalidade, foi vítima de um AVC e está, infelizmente, impedido de exercer o seu mandato. Honra-me muito substituí-los.

Quero dizer que aqui estou, neste instante, atendendo a nímia gentileza do Senador Antonio Carlos Valadares, que acicatou-me, posso dizer assim, para que viesse aqui e prestasse contas da minha atividade parlamentar, especificamente nesta Comissão, e também para minhas despedidas de V. Exªs, dos servidores que aqui sempre estiveram presentes e solidários com nosso trabalho.

O que eu poderia dizer, Sr. Presidente, é que sou, pelo que verifiquei aqui da relação de membros da Comissão de Desenvolvimento Regional, o único titular que representa a Região Centro-Oeste. Honra-me muito isso, porque, nesse período de dois anos que aqui estou, consegui captar a realidade da problemática nacional, sobretudo do Nordeste. Conheço panoramicamente o Nordeste. Tive oportunidade de conhecer o seu Estado, aliás, apenas a capital, Salvador, Bahia. Não tive a honra de conhecer o Estado de Sergipe; talvez um dia possa fazê-lo. Mas conheço Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e tive a oportunidade de passar pelo aeroporto de Teresina.

No Norte do País, eu tive também condições de conhecer os Estados do Amazonas, de Roraima, do Acre, de Rondônia, do Amapá e do Pará.

Está aí, portanto, uma visão panorâmica da questão, mas detalhes eu só pude tê-los aqui, através das manifestações dos seus ilustres representantes, principalmente, permita-me destacar, pela palavra assídua de V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Exª, todas as vezes que se pronunciava aqui, lembrava-se dos problemas que o seu Estado e o Nordeste têm enfrentado. Eu tenho para mim que há de chegar um dia que nós

tenhamos um presidente – já tivemos presidentes do Nordeste e do Norte –, mas espero que algum dia nós possamos ter um presidente que se volte ativamente para os problemas que mais afligem essa importante Região do nosso País.

Sr. Presidente, para não ser longo nesta minha manifestação, eu quero reconhecer a gentileza e o espírito público de V. Exª, que me permitiu trazer aqui três problemas, os quais naturalmente estão registrados nos anais desta Comissão. Recordo-me perfeitamente de que esta Comissão promoveu uma audiência pública para apreciar os problemas do Pantanal sul-mato-grossense, talvez a maior zona alagada do mundo e que, por incrível que pareça, vive uma contradição: lá, hoje, nós temos uma região que é considerada como deserto aquático. Parece incrível que no Pantanal, uma região praticamente inundada por águas, exista um deserto que é justamente um deserto aquático, onde a fauna, a flora não têm condições de sobrevivência.

V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, permitiu que nós realizássemos uma audiência aqui que teve grande repercussão no País e, sobretudo, no meu Estado, e que possibilitou que o Poder Executivo da República se interessasse por ele. E hoje há um programa que há de permitir, a curto prazo ou médio prazo, melhor dizendo, um programa de recuperação da bacia do Rio Taquari, que é a razão maior desse chamado deserto aquático.

Quero dizer também a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, que nós aqui despertamos também para um outro importantíssimo problema que hoje interessa não só ao meu Estado do Mato Grosso do Sul, mas a todo o Centro-Oeste brasileiro, porque poderá permitir, num futuro também breve, que o Distrito Federal seja por ele beneficiado. Trata-se da construção de uma usina de beneficiamento de gás natural que vem no gasoduto Brasil-Bolívia. Há um trabalho muito grande no sentido de que se crie essa usina de beneficiamento que vai extrair, dos cem produtos que o gás natural boliviano pode fornecer, três: o butano, o propano, que permitirá a exploração ou engarrafamento no Brasil do chamado gás de cozinha, esse que nós utilizamos nos nossos domicílios. Para V. Exªs terem uma ideia, se nós conseguirmos isso, só em Mato Grosso do Sul, o gás de cozinha, o botijão de gás terá seu preço reduzido em pelo menos 50% do seu valor atual. E isso aí poderá permitir o mesmo, através da construção de ramais de gasodutos, para Mato Grosso, Cuiabá, para Goiânia, no Estado de Goiás, e atingir aqui, o Distrito Federal. Isso tudo é possível, está dependendo apenas de uma autorização da Petrobras para que a iniciativa privada tome essa providência.

Finalmente, Sr. Presidente, há outro assunto em que a Comissão de Desenvolvimento Regional teve participação também expressiva, com relação à concretização de um programa de recuperação de pontes de madeira, substituindo-as por pontes de concreto. É um fator importante. Inclusive, Senadora Lídice da Mata, já estão consignados até, no Orçamento da República, na proposta de orçamento, recursos para que se faça isso.

V. Exª, que tem uma militância intensa no seu Estado da Bahia, naturalmente conhece essa questão. Sobretudo os pequenos Municípios sofrem muito, porque não têm recursos suficientes para a recuperação das pontes de madeira, e hoje não se pode mais usar madeira de lei, porque o Ibama não permite. Os recursos são pequenos.Hoje nós poderemos perfeitamente resolver esse problema através de uma iniciativa do Estado de São Paulo, que é a recuperação através da construção de pontes de concreto, que dará condições para a solução dos problemas não só da região sudoeste, a qual também pode ser imitada em todo o País.

Só quero salientar que fiz um levantamento: só nos Municípios de Mato Grosso do Sul, há mais de três mil pontes em estradas vicinais que precisam de recuperação.

Mas, Sr. Presidente, quero dizer a V. Exªs, para finalizar, que, no Centro-Oeste, tivemos um grande homem, que foi quem iniciou a política indigenista no nosso País, o General Cândido Mariano Rondon. O General Rondon dizia "[...] nós construímos, nós destruímos, tudo depende de nós".

E quero lembrar também outra expressão, de um homem controvertido, sem dúvida alguma, mas que teve luzes para escrever um livro sobre a geopolítica do País – do qual V. Exªs têm conhecimento –, que foi o General Golbery do Couto e Silva. Ele fez o diagnóstico de toda a situação territorial do Brasil e chegou à conclusão de que precisamos fazer uma redivisão territorial. E essa redivisão territorial começou por Mato Grosso, com a divisão em dois Estados. Essa ideia prosperou na Constituinte, houve depois o Estado de Tocantins, que se separou do Estado de Goiás, e depois a criação, a transformação em Estados dos Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

Eu citei esses dois nomes, para dizer a V. Exªs, como despedida, que podemos produzir muito. Tudo vai depender de nós.

Quero que a intenção de todos nós seja construir, jamais destruir. E o General Golbery do Couto e Silva deixou-nos essa solução. Espero que essa política de divisão territorial também tenha um papel importante nas decisões futuras em nosso País.

No mais, Sr. Presidente, Antonio Carlos Valadares, quero agradecer a convivência que tive aqui, nesta Comissão. Quero ressaltar a liderança de V. Exª, abrindo oportunidades, janelas, para que todos nós discutíssemos os problemas nacionais.

Hoje, esta reunião se concretiza não só com sua prestação de contas, mas também com as explanações feitas aqui pela Senadora Lídice da Mata – que para mim será sempre lembrada com muita emoção – e também com a certeza que tenho de que, ao voltar para os campos da Vacaria, no meu Estado, eu poderei oportunamente ouvir, assistir às reuniões desta Comissão e relembrar, com muita saudade, a presença de V. Exªs.

Permita-me, Sr. Presidente, que eu agradeça a todos as atenções que me dispensaram, sempre gentis, cordiais comigo.

Desejo a todos um feliz Natal!

Que o ano próximo, de 2015, seja venturoso e que afaste para distante, para que não possamos ver, aquilo que seria ou pode ser ruim para a Nação brasileira! Nós precisamos, realmente, construir; jamais destruir.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Antônio Carlos Magalhães a....

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Valadares.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Oh! Perdoe-me. Não sei por que...

Quero dizer a V. Exª...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Certamente, a minha presença lembra a Bahia.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... que me perdoe; sinceramente, me perdoe.

Mas, para mim, quem merece as minhas considerações, com todo o respeito à outra pessoa, é Antonio Carlos Valadares, até porque a minha esposa também é da família Valadares.

Srª Senadora Lídice da Mata, meu profundo respeito à sua pessoa pelo que a senhora representa pelo Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – V. Exª poderia declinar o nome completo de sua esposa para ficar registrado aqui.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Ah, sim. Ela se chama Clea Ceres Fialho – porque é filha de um agricultor – e eu tive a honra de emprestar o meu nome também: de Oliveira. Eu não sou conhecido por Oliveira, sou conhecido apenas por Figueiró, porque preferi, porque é um nome...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Um diferencial.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... mais emblemático, vamos dizer assim. Mas me honra muito participar da família Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – A honra é minha, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Figueiró, eu quero aproveitar a oportunidade, também, para dizer da minha satisfação pessoal pela convivência com V. Exª, convivência absolutamente fraterna nesta Comissão, muito colaborativa. Sem dúvida nenhuma, todos nós que tivemos essa oportunidade de conviver com V. Exª sentiremos muito a sua falta. Um homem que tem 40 anos de vida pública certamente é um homem que deu uma contribuição enorme a este País.

Tive a oportunidade de ser Constituinte, como V. Exª, e ser testemunha da sua atuação objetiva naquele grande momento da vida nacional. O senhor volta com a admiração de todos os seus colegas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, V. Exª faz justiça a essa personalidade marcante da política brasileira, Senador Ruben Figueiró, que foi, como lembra V. Exª, constituinte e deu uma participação expressiva para a montagem de um novo sistema institucional e político com a nossa Constituição Cidadã. V. Exª merece, portanto, as nossas homenagens. Que retorne ao seu Estado certo de que o seu trabalho aqui é motivo de orgulho para os seus concidadãos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Chegamos ao final da 54ª Legislatura, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, com a impressão de que o tempo passou rápido, mas que, nesses dois anos, trabalhamos e desempenhamos corretamente as nossas funções. Por aqui, discutimos temas e aprovamos matérias relacionadas ao desenvolvimento de nossas regiões e ao fomento do turismo brasileiro, que, certamente, contribuirão para a constituição de um Brasil mais justo e democrático.

O momento é oportuno, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para fazer um balanço rápido de nossas atividades e prestar contas dos nossos trabalhos ao povo brasileiro e, especialmente, ao povo do meu Estado de Sergipe e à minha Região Nordeste.

Em março de 2013, tomei posse como Presidente desta Comissão, tendo como Vice-Presidente o Senador Inácio Arruda. Na oportunidade, expressei meu desejo de transformar esta Comissão em um ambiente de debates e projetos, visando à melhoria das nossas regiões, que sempre sofreram com a desigualdade.

Além de buscar as melhores formas de explorar o potencial turístico do nosso País, por ocasião dos megaeventos que tivemos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, e dos que ainda teremos, como as Olimpíadas e as Paralimpíadas, em 2016.

O sentimento é de dever cumprido. Recebemos ministros de Estado, governadores, prefeitos, entidades públicas e privadas, organizações não governamentais e diversos segmentos para pensarmos juntos e propormos um País mais equilibrado.

Aqui debatemos de forma intensa o desenvolvimento de nossas regiões, abordando os assuntos de interesse nacional como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; os impactos econômicos e o legado dos megaeventos para o turismo brasileiro; a segurança pública nas fronteiras brasileiras; os problemas da região centro-sul, que aqui foram focalizados pelo Senador Ruben Figueiró; e o novo modelo de gestão para a Embratur.

E também temas do interesse dos Estados, como a produção da carnalita em Sergipe; a gestão do açude Epitácio Pessoa, da Paraíba; o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília; a atuação da Embrapa Pantanal no Mato Grosso do Sul; e o desenvolvimento sustentável na região pantaneira, dentre outros.

Realizamos diversas atividades externas, como as visitas às 12 cidades-sede da Copa do Mundo: Brasília, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Cuiabá, Curitiba, Natal, Porto Alegre, São Paulo e Manaus, para o acompanhamento dos preparativos e vistoria tanto das obras dos estádios e aeroportos quanto das obras de infraestrutura e mobilidade urbana; além de sete seminários: Desenvolvimento Regional da Amazônia, em Macapá, Amapá; Contribuição do Turismo para o Desenvolvimento Regional, em Aracaju, Sergipe; Novo Programa de Regionalização do Turismo: erros e acertos do desenvolvimento turístico regional no Brasil, no Sesc Pantanal, Mato Grosso; Políticas Públicas do Esporte: inclusão social e promoção do Brasil no exterior, em Aracaju; Fortalecimento da Sudene, em Recife, Pernambuco; Arranjo Produtivo Local de Confecção e o Turismo como Vetores do Desenvolvimento da Região Agreste, em Caruaru, Pernambuco; Turismo Brasil, Rio de Janeiro; e mesas-redondas, conferências e reuniões.

Foram dois anos muito produtivos.

Na área legislativa, deliberamos 160 proposições, que incluem 8 projetos de lei do Senado terminativos; 37 projetos de lei do senado não terminativos; 1 projeto de lei da Câmara terminativo; 2 projetos de lei da Câmara não terminativos; 15 emendas a projetos de lei; 24 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO); 4 emendas à Lei Orçamentária (LOA), 2 emendas substitutivas; 63 requerimentos; e 4 ofícios "S".

Entre os projetos de lei aprovados destacam-se a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Foz do Iguaçu, a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe, a inclusão do Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia ocidental e às Áreas de Livre Comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Que a próxima legislatura seja tão produtiva quanto a atual, para podermos contabilizar resultados ainda mais efetivos em prol do desenvolvimento das nossas regiões e do turismo brasileiro!

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos!

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia vinte de novembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI e CYRO MIRANDA**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 40, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Otacílio Filho de Lima**

Araújo – Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (representante de: Eduardo Lopes); Sr. **Abrão Lincoln Ferreira da Cruz** – Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA; Sr. **Elizeu Augusto de Brito** – Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil – FAEP-BR; Sr. **Armando José Romaguera Burle** – Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura – CONEPE; Sr. **Luís Sabanay** – Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Benedito de Lira e o Deputado Paulo Rocha (PT/PA) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, registra a presença do Sr. Roberto Brandão Cavalcanti – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito De Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25º Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 40, de autoria do Senador Benedito de Lira, com a finalidade de discutir a eliminação da coordenação conjunta para gestão dos recursos pesqueiros entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e da Aquicultura.

Comunico a presença dos convidados:

Sr. Otacílio Filho de Lima Araújo, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e da Aquicultura;

Sr. Luis Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca;

Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores;

Sr. Elizeu Augusto de Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil e;

Sr. Armando José Romaguera Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Srs. Senadores, convidados, é uma alegria muito grande recebê-los mais uma vez.

Senador Moka, no início desta gestão, houve necessidade de fazermos uma audiência pública sobre o conflito existente entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Pesca. Em função de audiência pública realizada por esta Comissão, chegamos ao entendimento. O fato é que há sempre permanentes conflitos nesse setor.

Em diversas oportunidades, estivemos no Ministério da Agricultura para conciliar os interesses daqueles que exercem atividade pesqueira no País. Agora, recentemente, recebi o Presidente da Confederação, que nos trazia a preocupação de que havia um problema, está havendo um problema, com relação ao Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca.

Segundo informações da Confederação, o Ministério do Meio Ambiente teria feito uma relação de 4.500 espécies de peixes, e seria publicada esta portaria, considerando que estavam em fase de extinção, para preservar essas espécies. Solicitaram este encontro, esta audiência, para que pudéssemos tratar aqui, na Comissão, e posteriormente tentar fazer algumas modificações, se possível, dentro do entendimento entre os dois ministérios ou por meio de alterações nos regulamentos que tratam da atividade pesqueira no País.

Já podemos colocar, desde a antiguidade, que a pesca constitui para a humanidade uma fonte importante de alimentos, além de proporcionar emprego e benefícios econômicos àqueles que a ela se dedicam.

No passado, considerava-se que a riqueza dos recursos aquáticos era ilimitada. Contudo, o avanço do conhecimento e a evolução dinâmica das pescarias, após a Segunda Guerra Mundial, têm alterado essa concepção e demonstrado que os recursos aquáticos, apesar de renováveis, são limitados e necessitam de um ordenamento adequado para contribuir com o bem estar nutricional, econômico e social.

É sabida a importância que é a preservação de tais recursos e é sabido que o ativismo político no ramo é de alta relevância, tendo em vista que há uma falta de consciência das pessoas ao utilizarem recursos naturais de forma geral. Contudo, preservação não é, nem de longe, sinônimo de engessamento. A chamada gestão conjunta colabora de forma significativa para a falta de desenvolvimento no ramo da pesca e aquicultura no Brasil. O objetivo do Ministério da Pesca é, afinal, o desenvolvimento sustentável da pesca.

Inexistindo consenso entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, as normas simplesmente não podem ser alteradas. Várias normativas vigentes foram criadas pelo Ministério do Meio Ambiente

e Ibama antes do surgimento do Ministério da Pesca, que, simplesmente, não pode alterá-las, salvo se diante da expressa concordância do Ministério do Meio Ambiente. Afirmar que esse modelo tem funcionado seria uma inverdade. Prova disso é a cada vez mais frequente necessidade de intervenção judicial para garantir os direitos dos pescadores por meio de liminares.

Todo o exposto pode ser resumido de forma muito simples: o Ministério da Pesca jamais poderá contribuir efetivamente para o desenvolvimento do setor pesqueiro enquanto estiver tão amarrado à necessidade de obter anuência de um órgão que quase sempre atua como verdadeiro opositor.

Não sendo de interesse do Ministério do Meio Ambiente, o processo quase sempre acaba arquivado "por falta de consenso".

Portanto, devemos imediatamente nos opor ao atual modelo de gestão governamental aplicado ao ordenamento pesqueiro. A medida a ser adotada, conforme os documentos apresentados e as observações que foram feitas, seria a alteração do art. 27, §6º, da Lei n° 10.683/2003, colocando fim à chamada "gestão conjunta", concedendo maior autonomia ao Ministério da Pesca e Aquicultura e mantendo a gestão compartilhada, que é uma relação entre o Ministério da Pesca e a sociedade civil organizada.

Com essas observações, comunicamos aos nossos convidados que estabeleceremos um tempo de dez minutos para que cada um faça a sua apresentação. Em seguida, haverá um debate entre os convidados e as Srªs e os Srs. Senadores, para que possamos sair daqui com um caminho a seguir. E, logicamente, dando desdobramento a esta audiência pública, que possamos ter um encontro com o Ministério do Meio Ambiente a fim de fazer a conciliação e acabar com os conflitos que existem entre o Ministério a Pesca e a Confederação dos Pescadores, e, ao mesmo tempo, dar tranquilidade àqueles que exercem a atividade mais primitiva do mundo, a primeira atividade exercida pela pessoa humana, que foi pesca. E que diga mais sobre isso o nobre Senador Flexa Ribeiro, que é oriundo de um Estado em que se pratica muito a pesca para a sobrevivência das pessoas e, logicamente, para a distribuição de alimentos de melhor qualidade para a humanidade.

Assim sendo, composta a Mesa, concedo a palavra, como primeiro dos nossos convidados, ao Sr. Otacílio Filho de Lima Araújo, Secretário Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura.

O senhor tem a palavra.

O SR. OTACÍLIO FILHO DE LIMA ARAÚJO – Bom dia a todos.

Estamos nesta Comissão, nesta audiência, para tratar da pesca no País, somando nossos esforços para que haja o desenvolvimento da pesca nacional, da atividade pesqueira, inclusive da aquicultura, e somando os esforços de todos: do setor pesqueiro, da parte comercial deste País, do Ministério da Pesca e de todos os outros que participam do ordenamento pesqueiro nacional, inclusive o Ministério do Meio Ambiente.

A discussão que estamos travando é justamente para que possamos chegar a um entendimento sobre a melhor forma de conduzir o ordenamento pesqueiro nacional, a fim de colocar o nosso pescado, o pescado nacional, nas mesas brasileiras e aumentar seu consumo; que possamos buscar os desentraves, aquilo que impede que o setor cresça. Que todas as formas de pesca que têm sido praticadas aumentem, de maneira que a qualidade também chegue às mesas brasileiras.

Com essas palavras de abertura, digo que o Ministério da Pesca tem, junto com seus técnicos, buscado o melhor entendimento. Com seus esforços, o Ministro planejou, neste ano de 2014, toda uma reestruturação interna, uma gestão orientada ao resultado e uma melhor aplicação dos recursos, para que possamos ter resultados, e esses resultados apareçam no cenário nacional. Assim como a integração de todo o setor, vários encontros para a renovação de decretos para a frota brasileira, dentro do Programa Pró-Frota, e outras ações do Ministério para que possamos, em conjunto, buscar o desenvolvimento da pesca nacional.

O Ministro Eduardo Lopes se encontra em viagem. Ele está em Angola desde segunda-feira, numa missão de troca de questões técnicas da aquicultura e retorna hoje. Por isso, ele não está aqui nesta audiência, e eu estou aqui representando o Ministério da Pesca.

Venho, com muita satisfação, dizer ao setor que estamos nos esforçando, porque, no dia 17 de setembro de 2014, o Ministro assinou um aviso, encaminhado à Casa Civil, ao Ministro Ricardo Berzoini, relacionando estas ações: aquilo que havia em pendência de coisas para serem resolvidas entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Pesca.

Esse aviso foi encaminhado ao Ministro Ricardo Berzoini, para que pudéssemos, em conjunto, achar soluções para os problemas que, naquele momento, estavam causando entrave a algumas sequências do setor.

Bem, estamos aqui para ouvir e contribuir, para que possamos sair daqui com um entendimento melhor com vistas a esse desenvolvimento da indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Sr. Otacílio.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Armando José Romaguera, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Bom dia.

Eu peço licença, porque, primeiro, vou fazer uma breve leitura aqui. Depois, vou fazer uma explanação.

Quero agradecer ao Senador Flexa e ao Senador Waldemir Moka, cujas presenças aqui são muito importantes.

É pequena a leitura.

Hoje, eu queria dizer o seguinte: o pescado atualmente, no mundo, movimenta uma economia estimada em torno de US$200 bilhões – US$200 bilhões! –, representando o dobro – o dobro – da soma das economias geradas pela carne suína, carne bovina e ave. Ou seja, o peixe, no mundo, movimenta o dobro do boi, do frango e do porco. Isso no mundo. Aqui, no Brasil, a gente não consegue decolar.

Continuando a leitura, esse setor, no Brasil, é a principal fonte de renda de quase dois milhões de famílias brasileiras. Movimenta também, ao longo de toda a sua cadeia produtiva, o setor naval, indústrias de cabos, cordas, indústrias de motores e peças, fábricas de gelo, indústrias de embalagens, supermercados e diversos outros produtos de mercado interno e externo.

No ano de 2009, o setor pesqueiro comemorou a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, o que todos nós acreditávamos ser um reconhecimento do Brasil por uma das atividades mais antigas do mundo e por um setor que gera divisa para o Estado, renda para a sociedade e um dos alimentos mais ricos em proteína. Contudo, com o passar do tempo, o que era alegria e resultado de um reconhecimento se transformou em morosidade e falta de respeito. Descobrimos que, mais uma vez, a sociedade foi enganada.

O MPA foi criado totalmente deficitário de autonomia, de forma que "morosidade" é a palavra padrão que trata de dar resposta à sociedade e implementar recomendações justas. Segundo o próprio Abraão, o MPA não pode assinar um atestado de óbito de um peixe.

Atualmente, para a gestão dos recursos pesqueiros, temos o que chamamos de gestão conjunta, regulamentada pelo Decreto nº 6.981, que apresenta que, para qualquer aprovação de medidas relacionadas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros, é necessário que haja consenso entre o MPA e o MMA. Ou seja, você quer o consenso entre o ministério criado para fomento e um ministério criado para preservação ambiental.

É misturar óleo e água e ter uma mistura homogênea; não vai haver consenso nunca.

Na prática, a gestão conjunta se tornou um verdadeiro câncer para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Não somos a favor de uma exploração desenfreada e irresponsável, pois sabemos que o mau uso dos recursos pesqueiros hoje pode tornar-se uma economia falida no futuro, e não é isso que queremos para nossa sociedade ou para nossas empresas do setor pesqueiro.

Também temos conhecimento de que o MPA e seus técnicos não são irresponsáveis a ponto de fomentar uma atividade pesqueira insustentável ambientalmente. Na verdade, o que podemos observar na prática e por meio dos fatos é que o que deveria ser um debate entre as duas instituições do Governo para elaborar normas como justiça social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental se transformou numa verdadeira banca de negociação e barganha. O MMA, atualmente, para aprovação de regulamentação para gestão pesqueira, utiliza-se do artifício da troca de imposição, mesmo que sejam apresentadas medidas sustentáveis à aprovação. Dependerá de inclusão de tópicos adicionais que, na maioria das vezes, são imposições de ONGs internacionais, às quais apenas servem de barreira para exportação do produto pesqueiro brasileiro ou impedem o desenvolvimento da pesca nacional. Em muitas situações, essas normas proporcionam o desperdício de proteína animal através de milhares de toneladas de pescados jogados ao mar.

Eu vou parar um pouco minha leitura para dar o exemplo do que aconteceu no nosso Estado, Senador.

Quando o ex-Secretário de Pesca – que, inclusive, hoje é Secretário de Infraestrutura e está aqui , o Sr. Eloy, pode dizer se estou mentindo –, há dois anos, fez um acordo com o Ibama, nós tínhamos uma frota camaroneira no Pará que chegou a 250 barcos. Não havia defeso. Quem pediu para fazer o defeso foram as indústrias de pesca; então, não há irresponsabilidade nisso. Resumindo, para ser mais rápido, essa frota hoje é de 185 barcos e estava em quatro meses; e aumentou a produção de camarão. O Secretário Eloy, que era Secretário de Pesca, fez uma reunião com o Ibama, e o Zé Dias disse: "Olhe, não precisa mais haver defeso, Eloy; vamos baixar aqui. Agora, para não passar de quatro meses para zero, vamos passar para dois meses, durante dois anos, e depois passamos para zero". Tudo bem, foi feito isso. Foi feita uma INI que tinha validade de dois anos. Quando expirou essa validade de dois anos, que foi no ano passado, o Ibama disse: "Só dou se der uma área... Se... Se...", um bocado de se. O Ministro Crivella falou: "Mônica, Mônica, Mônica, não vai..." e fez na INI unilateral; e nós pescamos no ano passado.

Neste ano de novo, a mesma coisa. Queriam fazer uma área de exclusão na pedreira. Oxente, é onde a gente pesca 60% da nossa produção! Eu disse: "Vou pescar onde? Na Doca de Souza Franco?"

Nós propusemos baixar de 185 barcos para 110 e dois meses de defeso. "Não, só se houver área de exclusão." E ficaram cozinhando, cozinhando, cozinhando... Nós entramos na Justiça. Olhem, você entrar na Justiça Federal pedindo alguma coisa contra o meio ambiente no Brasil – é a mesma coisa na Justiça do Trabalho –, você já entra condenado duas vezes. E nós ganhamos. Infelizmente, perdemos um mês; foi publicada ontem. Houve a primeira publicação 15 dias atrás, e a juíza da primeira instância não botou bem clara: ela suspendeu duas portarias do Ibama, a 7 e a 9, mas não disse que a gente podia pescar. Aí, o procurador do Ibama disse: "Olhe, se sair, eu prendo". Ontem, o desembargador saiu: "É para pescar, pode pescar. Quero ver quem prende". Está lá. Agora, perdemos um mês, porque um técnico do Ibama quer botar uma área de exclusão, quer botar pequenininha e sair aumentando. Isso não pode continuar desse jeito. E, mais, com pesquisa financiada pelo Ministério da Pesca. Isso não foi irresponsável não. Nós temos pesquisa financiada pelo Ministério da Pesca, feita pela Universidade com cientista do Museu Emílio Goeldi, de Ronaldo Barthem, e o Ibama não quer saber disso. Então, é uma coisa sobre a qual não há dados: é porque quer. Ele senta em cima e passa o tempo. Isso é um caso que saiu ontem; tinha que continuar falando isso aqui.

Um exemplo claro é a criação dos CPGs (Comitês Permanentes de Gestão) de recursos pesqueiros.

Apesar de a Portaria Interminesterial MPA/MMA nº 2, de 2009, regulamentar a gestão compartilhada, os CPGs, para sua implantação, estão na dependência de o MPA aceitar a imposição do MMA de incluir a participação de ONGs ambientais nos assentos do Conape (Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca). Na verdade, elas não são impedidas de acessar esses assentos; para isso, basta que sigam os mesmos critérios e diretrizes que são exigidos para todas as entidades que solicitam cadeira no Conape.

Esse assunto vem aguardando solução há mais de dois anos. Vejam o absurdo: não se cria uma comissão porque o Ibama quer que se bote a ONG, mas a ONG não cumpre os requisitos criados pelo Governo para entrar lá. E aí, simplesmente, não se criam os CPGs. Isso fica parado. E, ficando isso parado, não sai portaria, não sai nada, e a gente fica sem pescar.

Além da situação acima citada, que impede a participação social...

(Soa a campainha.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Estou acabando.

Além da situação acima citada, que impede a participação social e a contribuição necessária à decisão do Governo, fatos mais agravantes são resultado da falta de eficiência dessa gestão conjunta. Isso tem impedido o direito de capturar recursos oceânicos mesmo dentro dos limites jurisdicionais.

No ano passado, embarcações arrendadas que contribuíam para a produção brasileira tiveram encerrados os seus contratos de cooperação com o Brasil, em virtude de o nosso País ter internacionalizado as recomendações da ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico), quase dois anos após o início das negociações entre o MPA e o MMA. A recomendação da ICCAT para mitigação das aves marinhas somente foi internacionalmente publicada após todas as exigências ambientais serem aceitas e é ainda mais restritiva do que as recomendações internacionais. É mais restritiva no Brasil. Essas exigências em nada contribuíam a mais para a proteção da referida ave marinha.

Em virtude da baixa de produção, o Brasil, não tendo como justificar a manutenção de sua cota para a captura de albacora branca, que era de 3,5 mil toneladas anuais, teve de ceder parte de sua produção a outros países, consequentemente baixando o seu limite de captura para 2,16 mil toneladas. Ou seja, pelo fato de não pescarmos, tivemos de dar a nossa cota para terceiros.

Exemplos outros poderiam ser apresentados, como o caso do Plano de Gestão da tainha na Região Sul – está havendo outro problema seriíssimo lá agora – e as regulamentações do defeso do camarão-rosa e da piramutaba. Regulamentações pendentes deixam o setor pesqueiro à beira de um colapso e sujeito à irregularidade, por falta de empenho e de eficiência do Governo.

Os efeitos negativos das influências exageradas no setor ambiental para engessar o desenvolvimento responsável do País são verificados não apenas na pesca, mas também na aquicultura, onde, se bem aproveitadas as suas potencialidades, o Brasil poderia tornar-se um dos maiores produtores de pescado do mundo, de produtos provenientes da aquicultura.

Diante disso, eu gostaria de pedir a atenção por parte desta Casa, para que lute em prol da sociedade brasileira e de um setor que muito contribui para o desenvolvimento do País. Neste caso, solicito apoio para que o Governo, com seu bom senso, elimine a gestão conjunta dos recursos pesqueiros entre o MPA e o MMA.

Quanto a essa questão da aquicultura, no nosso caso, Senador, pode-se ver que o Pará é um grande produtor de peixe proveniente da aquicultura, mas não há registro, porque ninguém tem licença para pescar. Todos são bandidos. Há a criação nos tanques. Todo mundo tem criação, mas não consegue regulamentar. A criação de tambaqui foi aprovada agora em Tucuruí depois de mais de cinco anos de luta, porque o Ibama di-

zia que o tambaqui era uma espécie exótica da Amazônia. Nem em piada você pode fazer um negócio desses. São coisas que eles fazem de propósito, com o intuito de parar por parar. O que poderia ocasionar essa questão do tambaqui? Sei lá!

Era isso o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequencia, concedo a palavra ao Sr. Elizeu Augusto de Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Benedito, Senador Flexa, Senador Moka, Secretário-Executivo do Ministério, Eloy, vários amigos aqui.

Eu gostaria de colocar uma coisa: esse compartilhamento, se não fosse exercida aquela atividade de sempre você dizer "estamos na presunção do que poderá acontecer", sem nenhum fundamento técnico, aí sim, isso é uma coisa terrível que para todo o setor pesqueiro. A pesca é a que mais sofre com essa posição, mas a aquicultura no Brasil é uma coisa com a qual se fica estarrecido quando há um normativo que não se pode usar.

Se os senhores prestarem atenção a uma coisa, recentemente, uma instrução normativa do Ministério da Pesca, conjunta com o MMA, por imposição do Ministério do Meio Ambiente, proibiu uma atividade pesqueira na Região Norte, de um peixe sobre o qual não existe nenhum estudo direto que mostre que ele está em extinção. Chama-se piracatinga.

A piracatinga, na Região Norte – acredito eu –, sustenta em torno de 20 mil pessoas que vivem dessa espécie de peixe. E com um simples argumento: como a pesca do boto é proibida, e algumas pessoas estavam pescando boto para fazer de isca, nós vamos proibir aquele peixe que tem preferência por essa isca. Mas seria mais fácil que o Ministério fiscalizasse e punisse os irresponsáveis que estavam desobedecendo à lei, e não penalizar os outros pescadores por conta de uns mil pescadores que cumprem a desordem. Quem cumpre desordem tem de ser punido, mas eu não posso punir a desordem de um prendendo quem trabalha corretamente. Isso é a mesma coisa de você deixar uma quantidade muito alta de pessoas passando necessidade por culpa de uma meia dúzia de pessoas que estão no setor.

Então, não é essa a situação. E por que isso acontece? Porque tudo que for aprovado tem que ser de consenso. Uma vez eu estava em uma sala em que – acredito, não estou bem lembrado agora – havia umas 22 pessoas, e 21 votaram a favor de uma coisa; só um disse: "Eu não aceito". E prevaleceu a tese de um.

Então, torna-se difícil demais administrar desse jeito. O Ministério da Pesca tem um conselho, que está na lei, tem um comitê de cumprimento, que tem regulamento. Tudo vem sendo estabelecido da forma mais coerente possível. Existem falhas? Existem, mas são falhas que, ao longo do tempo, vão sendo corrigidas e melhoradas a cada dia. É feita eleição de dois em dois anos, e isso é aberto à sociedade. Mas nós precisamos de sociedade civil organizada, que é o que a nossa Carta Maior rege.

Eu não posso ter, por exemplo, uma representação de uma pessoa se hoje vem Elizeu a representar; amanhã, vem Armando; depois de amanhã, vem Abraão. E é da mesma pessoa, e eu pergunto: você tem uma ata em que foi eleito para isso, para ser o representante? "Não, tenho, não; mas eu sou o representante". Isso, dentro de um conselho, nós não podemos, de forma nenhuma – eu, como conselheiro – aceitar, porque está aberto; é a sociedade civil.

Foi feito recentemente um conselho paritário pelo próprio MMA para ouvir os Estados, e eles não conseguiram viabilizar para ouvir os Estados. Então, eu não posso pegar uma associação de meio ambiente que não tem diretoria, que não tem CNPJ, que não tem reunião constante com seus filiados, lá – vou citar aqui – da Praia de Cajueiro, no Rio Grande do Norte, e trazer como representante nacional de uma certa atividade.

Então, teria de ser o representante dessas entidades espalhadas ao longo da costa brasileira, para que pudesse ser o representante nacional. Então, a grande imposição, o grande freio do CPG é esse: é porque ele quer pegar uma pessoa que não tem entidade registrada, que não tem uma ata de diretoria, e impor que ele seja representante nacional.

Então, isso se torna difícil. Tivemos uma eleição ano passado, o processo foi aberto, muito bem conduzido pelo MPA, muito bem conduzido com a sociedade civil, e ficou-se esperando que alguém se inscrevesse e colocasse os nomes. Se não apareceram, é porque não há documentação para tal.

Na pesca, isso é uma ação terrível, mas na aquicultura também não é diferente. Nós temos um regimento pelo meio ambiente que diz o seguinte: a princípio, sem um estudo mais alto, podemos usar até 1% da área de um espelho-d'água de determinado reservatório. Sabemos, principalmente no Nordeste, e hoje não é uma coisa só do Nordeste, é do Brasil inteiro, que dependemos do tempo. Nenhum criador de peixe ou de qualquer animal aquático, ou um pescador, quer acabar com a galinha dele. Ele quer aquilo lá para ter permanentemente, e quem primeiro zela pela qualidade da água é quem precisa dela. O peixe jamais vai poluir alguma coisa; ele sempre vai indicar se o ambiente está bom ou ruim. Se o ambiente estiver bom, ele está confortável, crescen-

do, engordando e dando lucro ao produtor. Se ele estiver numa área ruim, ele estará doente, não crescendo, consumindo alimento e dando prejuízo ao produtor. Então, não vejo isso como impedimento.

Para se ter uma ideia, 1% numa pequena barragem de 100 hectares, o máximo que posso usar é um hectare. E, desse um hectare, só posso usar 8%. Se você fizer uma colocação, é um copo d´água dentro de um oceano. Só posso usar – isso é normativo do Ibama – 1% daquele espelho-d'água e daquilo que foi determinado como parque aquícola, só posso usar 8%. Ainda faço reserva ambiental dentro do próprio parque aquícola, dentro da própria área aquícola. Isso fica todo dia engessando o setor. O setor poderia estar produzindo muito mais. Como o Armando falou, tornam-se marginais, porque quem produz sem licença, de qualquer maneira, está fazendo uma desobediência. E a desobediência ele está fazendo por necessidade, inclusive, de empregar todo o efetivo de pessoas da área ribeirinha; de tirar o pescador que, muitas vezes, pode estar com determinada espécie, sob determinado risco, e trazê-lo para o lado do cultivo, fazendo com que aquele recurso natural seja renovável.

Uma das atividades muito importantes disso é o camarão, o cultivo da tilápia e o cultivo do tambaqui. Dizer que o tambaqui, na Região Norte, é espécie exótica, é uma piada muito grande, porque o tambaqui hoje se reproduz e se cria confortavelmente no Nordeste.

Nós estamos destruindo água com criação de peixe? Não. À proporção que os açudes vão diminuindo, acendeu a luz vermelha, todo cultivo para. Ainda que não existisse o sinal vermelho, o criador ia parar, porque ia começar a faltar oxigênio para o peixe respirar. Ninguém quer botar dinheiro no lixo. Essa é a verdade. A gente tem pescadores diminuindo a atividade de pesca, trabalhando nas colônias de pescadores. Há um açude onde não é permitido que não se cultive nada. Alguns pescadores, realmente, através de uma associação, estão insistindo, estão fazendo, estão deixando de capturar e estão produzindo. Mas tudo com baixa densidade, tudo de acordo com o volume da água, porque, só lembrando, se o volume da água diminuir, a gente é obrigado a parar o cultivo.

Era isso o que eu tinha a dizer aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Sr. Elizeu.

Sequenciando a nossa audiência, concedo a palavra, para dar continuidade, ao Sr. Luís Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais do Ministério da Pesca.

Em seguida, o Presidente da Confederação, para encerrar os nossos debatedores e abrir o debate.

O SR. LUÍS SABANAY – Muito bom dia, Senador Benedito de Lira, em nome de quem quero cumprimentar toda a Mesa: Abraão, Armando, Elizeu, e o nosso Secretário Executivo, Dr. Otacílio. Acho que temos de tratar de duas questões, do ponto de vista da relação com a questão do meio ambiente brasileiro.

Primeiro, dizer qual é a nossa matriz de desenvolvimento do ponto de vista da política de pesca e aquicultura. Em se tratando, por exemplo, de atuação num segmento extremamente sensível, que é lidar com água, que é lidar com estoques públicos, que é lidar com produção e espaço físico em águas da União, que também... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Desculpe interrompê-lo, mas eu queria agradecer a presença do Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Continue, por favor.

O SR. LUÍS SABANAY – Muito obrigado.

Trata-se do atual desenvolvimento brasileiro, desde o processo da criação na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, depois no Ministério da Pesca e Aquicultura, herdando já todo um processo de desenvolvimento de políticas públicas que vem desde a Sudepe (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca).

Temos de considerar que a questão da sustentabilidade é um ente fundamental. Nós temos de considerar, obviamente, na nossa atuação, do desenvolvimento brasileiro, na produção de pescados, seja na aquicultura ou na pesca, as regras da sustentabilidade, do cuidado em manter água com qualidade e manter o ambiente natural sustentável para que o peixe possa continuar vivendo e sendo pescado.

Então, não é um tema muito simples, em se tratando do ponto de vista dessa relação do compartilhamento das nossas atividades no Governo. Na verdade, é o único Ministério que trabalha com esse tipo de atuação. Agora, à medida que as regras vão ficando claras, à medida que vamos pautando, ganhando o aprimoramento da nossa ação de políticas públicas no Brasil, na produção de peixe e na captura de pescado no Território brasileiro, também nós temos de aprimorar as nossas regras de atuação no meio ambiente, falando isso do ponto de vista do Ministério da Pesca. Com o aprofundamento e com o aprimoramento das nossas regras, obviamente nós vamos aumentar ou ampliar o nosso grau de independência nesse processo – não tenho dúvida disso.

Agora, a discussão sensível está exatamente porque... O exemplo que costumo dar na prática é que estamos fazendo um processo de herdar uma série de relações construídas no passado. Todos sabem que,

na sucessão do processo da criação do Ministério da Pesca ou da Política Pesqueira e Aquícola Brasileira, nós passamos pela Sudepe, pelo Ibama, pelo Ministério da Agricultura, até chegar aonde chegamos. Todos esses momentos tiveram o seu grau de relevância.

Agora, há outros aspectos, pois não é só a questão específica do meio ambiente que nós temos de tratar na relação do compartilhamento. Eu estabeleço o debate, por exemplo, porque precisamos estabelecer uma regra de compartilhamento com tudo aquilo que incide sobre as águas brasileiras. Por exemplo, temos petróleo na nossa costa, temos a mineração, temos a expansão do desenvolvimento de hidroelétricas no Brasil, nós temos a construção de grandes portos.

E todos esses elementos têm rebatimento em nossa política de desenvolvimento de pesca e aquicultura. Todos, todos!

Por exemplo, na regra ambiental brasileira, nós temos de considerar, nos licenciamentos ou nas regras de licenciamentos para a atuação desses empreendimentos ou grandes empreendimentos de desenvolvimento do Brasil, a questão do impacto sobre o recurso pesqueiro e sobre a atividade pesqueira e aquícola no Brasil. Não tenha dúvida disso.

Então, o ajuste fino desse processo, em minha opinião, após 12 anos de atividade na política pesqueira e aquícola brasileira, as regras, do ponto de vista do Ministério, têm de ser aprimoradas no que diz respeito à sua sustentabilidade, à sua atuação, e as regras do meio ambiente têm de ser compartilhadas a ponto de nos garantir um grau maior de autonomia de nossa atuação. Eu não tenho dúvida desse processo e de que nos temos de trabalhar com esse viés, mas também ampliar o debate para outras questões transversais à atividade do desenvolvimento da política ambiental brasileira e que dizem respeito a essas outras ações que nós precisamos regular, para que o espaço de atuação do desenvolvimento seja, pelo menos, equânime ou considerado.

Então, em nossa perspectiva, esta audiência pública nos traz e trará a riqueza deste debate, para que a sociedade, o setor pesqueiro, o setor executivo, da atuação do Governo Federal, representado pelo Ministério da Pesca, e o setor ambiental possam discutir como poderemos melhorar as condições, não só para agilizar nosso desenvolvimento, mas para que tenhamos nossos critérios e nossos espaços muito mais bem estabelecidos no compartilhamento de nossas responsabilidades como Governo e como sociedade também.

Então, a audiência pública, Senador Benedito de Lira, tem, na minha opinião, esse grau de relevância. Nós temos de, com certeza, ao longo de um período, fazer o aprofundamento exato da importância do desenvolvimento da pesca e da aquicultura, do pescado brasileiro e seu potencial de águas e o compartilhamento, não só das regras ambientais, como também das responsabilidades de ocupação de espaços no Brasil. Citei alguns exemplos, que precisam ser mais bem regulados para que a pesca e a aquicultura brasileiras possam ter seu grau de autonomia e de desenvolvimento adequados, conforme aquilo que o Brasil exige, principalmente na produção de alimentos, de renda e trabalho para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Luís Sabanay.

Como último convidado, concedo a palavra ao Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, Presidente da Confederação Nacional da Pesca.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira em nome de todos os Srs. Senadoras e Srªs Senadoras que estão aqui presentes, da Mesa, e também de meus companheiros que vieram de todos os lugares deste País para participar de um momento tão importante para nós.

Eu acho que o cidadão brasileiro fica,sim, se perguntando: como é que um País que tem 8 mil quilômetros de costa e 12% da água doce do Planeta é o maior importador de pescado da América do Sul? Temos grandes reservatórios, sem contar os rios e os lagos que poderiam ser aproveitados para produzir esta proteína mais nobre que há em nosso mundo, que é o pescado.

Será que todos os pescadores, aqueles que vivem da pesca, são incompetentes? Ou será que o Governo necessita olhar com outros olhos? Não com olhos protecionistas só para a questão do radicalismo da sustentabilidade que, muitas vezes, acaba com um bicho que está acima de todos os bichos, que é o bicho-homem.

O Brasil era para ser uma referência internacional na produção de pescado, seja ele da aquicultura ou da pesca extrativa.

Mas não, torna-se, Senador, uma das vergonhas mundiais.

Aqui, quando se fala em produzir, parece que se está falando em subversão, em criminalidade. Quando alguém tenta produzir essa proteína tão nobre, Srs. Senadores, é coibido. É impressionante como é demorado para se tirar um licenciamento, seja da aquicultura ou simplesmente, Senador Flexa Ribeiro, de um pequeno barco para pescar uma das espécies deste País.

Mas não é impressionante se verem os reservatórios do Nordeste, Senador Benedito Lira, V. Exª, como nordestino? Hoje, só quem se beneficia deles é o sol; completamente ociosos, podendo estar produzindo proteína, como colocou aqui o Presidente da Federação dos Engenheiros de Pesca. Os senhores imaginem: 1% de cada reservatório desses já faria deste País um grande produtor de pescado.

Se olharem para as embarcações que pescam no litoral brasileiro, vão encontrar uma resposta para ser considerado um país de Terceiro Mundo, talvez perdendo apenas para os países da África. E nós não temos a capacidade – o pescador tem, o empresário tem –, lamentavelmente, de ter uma convivência pacífica entre o Governo e o setor de pesca e aquicultura brasileiro.

Se é o camarão, Senador, todo produtor de camarão para ter o licenciamento tem de ganhar na Justiça; se é a tilápia, se é piramutaba, se é a lagosta do Nordeste, palco de grandes confrontos e que sempre teve o acolhimento do Senado e da Câmara Federal... Senão, neste País não se pescava mais uma lagosta, Senador Flexa Ribeiro, que nos auxiliou tanto nessa luta.

E a quem beneficia isso? A milhares de famílias do Amapá até o norte do Rio de Janeiro, que pescam lagosta, produzem, como aqui estão empresários do setor da lagosta também, como os pescadores, para produzir divisas de exportação para este País? Ou a ONGs internacionais que querem coibir a produção brasileira para que a produção dos seus países cresça, tendo um mercado na Europa, na Ásia e na América?

Estou falando isso porque sou brasileiro e percorro este País, cada Estado deste País, vendo o sofrimento do meu povo, que não quer pedir emprego para governo; quer o direito de produzir para dar uma vida melhor às suas famílias, para fazer com que seus Municípios cresçam, seus Estados, a sua Nação. E, lamentavelmente, na maioria das vezes, Srs. Senadores – e esta Casa é testemunha porque já contribuiu para evitar muitos conflitos e até derramamento de sangue –, é coibido pela polícia de produzir, sendo tratado como marginais.

Viemos aqui ao Senado, hoje, para pedir a intermediação e o auxílio do Congresso para fazermos uma única coisa com que todo cidadão e toda cidadã sonha: trabalhar para ter uma vida melhor, para ver o seu Estado e o seu País crescerem, porque, lamentavelmente, se temos de trabalhar, na maioria das vezes, temos de ganhar o direito na Justiça, como tem acontecido nos últimos anos em razão de conflitos internos dentro do Governo.

Eu entendo que a Presidente Dilma e o presidente Lula, quando criaram e mantiveram esse Ministério da Pesca, foi com esta visão de fazer com que um país que tem potencial, tem vocação para o setor primário e principalmente para a pesca e aquicultura, pudesse desenvolver-se; não ser o maior importador de pescado da América do Sul.

A quem interessa ver o Brasil nessa situação? A quem interessa ver milhões de cidadãos que trabalham todos os dias, diferentemente de todo mundo, e que terminam, vão para suas casas, muitas vezes em cima de um compensado com dois isopores dentro e uma vela, há algumas dezenas de milhas, sem ter nem onde se deitar, sendo obrigado a ficar esse tempo todo em pé, como é o caso do nosso jangadeiro nordestino, do nosso paqueteiro, para trazer a subsistência da sua família, e muitas vezes são recebidos à bala? A quem interessa isto? A quem interessa esse Brasil, um Brasil onde o bicho homem está abaixo dos outros bichos? É o que pergunto aqui para os Senadores presentes.

Quantas pessoas saíram de Rondônia, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul para vir aqui buscar essa resposta?

Nós queremos que o Governo dê um ministério de verdade, um ministério que tenha autonomia, não a autonomia que tem hoje o Ministério da Pesca, pois um técnico do Ibama se levanta em uma reunião interministerial, com a presença do setor produtivo, e diz "eu discordo e vou embora" e, simplesmente, empresários, trabalhadores e o resto do Governo têm que se submeter ao capricho de um cidadão. Esse não é o Brasil que nós queremos para o nosso povo. Nós queremos ter o direito de trabalhar, Srs. Senadores. E é por isso que nós sempre tivemos guarida aqui, no Senado e na Câmara, que o Congresso Nacional sempre nos intermediou.

Mas nós já estamos cansando, pela nossa falta de condições, de todos os meses de estar aqui dentro em crise, como foi, na semana passada, com a crise com que queriam fazer com que 80% ou 90% das nossas espécies comerciais simplesmente deixassem de ser pescadas. Por que estudo? Por qual estudo?

E eu queria fazer aqui uma denúncia muito mais grave para este Senado. Por que não se pega o dinheiro das compensações ambientais, principalmente das sísmicas, de onde o petróleos é explorado, do mar da gente, e as compensações das hidrelétricas, Senadores, e se cria um fundo nacional da pesca para discutir como a gente pode pescar, para fazer estudos, não para estar com estudos arcaicos e ultrapassados impedindo o desenvolvimento do Brasil e o crescimento da família brasileira que vive da pesca e da aquicultura? Para onde vai esse recurso que é oriundo, muitas vezes, do nosso sangue e do nosso suor, porque as plataformas estão em cima dos nossos pesqueiros, porque as hidrelétricas acabam com a piracema e com as pescarias das águas interiores brasileiras, e não vai para um fundo nacional da pesca e da aquicultura para que esse dinheiro seja retomado em favor do setor, de pesquisa e de aumento de produção? Fica aqui esta interrogação.

Por que não há um dinheiro, Srs. Senadores, que é fruto da nossa desgraça, porque, na hora em que uma plataforma está em cima de um pesqueiro, tirou o nosso ganha-pão, porque na hora em que uma hidrelétrica é construída, há um prejuízo irreparável para o nosso setor. Mas nós não podemos ser contra o desenvolvimento. Nós estamos precisando, sim, que esse recurso volte dessas compensações que vão para outros setores, outros segmentos, para poder se estudar e dizer para o pescador o que ele pode pescar e dar condições de ele pescar, não como São Pedro pescou, mas como os pescadores modernos do mundo pescam.

Era isso que eu queria colocar no primeiro momento.

Lembrem-se de que, diante do país que nós temos, ser o maior importador de pescado da América do Sul não é incompetência de quem vive do setor, mas falta de gestão, porque o conflito entre os órgãos do Governo é permanente e é por isso que o setor clama pelo fim dessa cumplicidade que até hoje não tem dado certo e que só tem dado prejuízo para a pesca e a aquicultura brasileira.

Faço este apelo a vocês, para intermediar junto ao Governo, para nós sairmos deste marasmo e deste conflito, que termina à barra dos tribunais ou desta Casa, para intermediar todas as vezes, para podermos trabalhar e fazer um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrada a apresentação dos nossos convidados, nós, agora, abrimos o debate.

Concedo a palavra ao primeiro orador, Senador Waldemir Moka, que precisará se retirar daqui logo em seguida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para ser objetivo, quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira pela propositura desta audiência pública.

Cumprimento o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, Abraão Lincoln da Cruz; o Dr. Elizeu; o Dr. Armando Burle; o Dr. Otacílio Filho e o Dr. Luís Sabanay.

Quero dizer, Sr. Presidente, que a mim foi passado que estão presentes aqui – pode ser que haja mais – as federações do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Ceará, do Pará, da Bahia, do Maranhão, do Amapá, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. E deve haver outras aí.

Quero saudar todos, em nome do Presidente da Federação do meu Estado, Armindo Batista dos Santos Filho.

Vou começar, dizendo o seguinte: sempre que escuto este debate, fala-se muito pouco em pesca de rio. Vocês falam muito de costa, de mar. Eu entendo isso do ponto de vista de recursos, da indústria. Não tenho dúvida disso, mas penso que temos de dar atenção também para os pescadores dos rios. E, no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, essa é a pesca que nós, que somos do Centro-Oeste, conhecemos.

Sr. Presidente, esta é a primeira coisa que ficou clara para mim: essa chamada gestão compartilhada entre o Ministério da Pesca e o Ministério do Meio Ambiente é realmente uma coisa muito difícil de acontecer, principalmente quando dizem "uma única pessoa". Quer dizer, se não houver consenso... Até parece aquela decisão do Confaz: se houver um secretário da Fazenda que não concorda, não se pode fazer mais nada.

Então, acho que a intermediação começaria por aí. Acho que a gente deveria começar discutindo, por exemplo, com o Ministro Chefe da Casa Civil e com o pessoal aqui, porque essa é uma decisão política. Nós precisamos fortalecer o Ministério da Pesca, que precisa ter mais autonomia.

Agora, é muito importante que essas pescas sejam controladas. Sou um daqueles que acreditam que o próprio pescador tem interesse nisso, porque ele não quer que isso acabe. Mas deve haver regras claras, definidas, para que o pescador não seja tratado como criminoso. Já existe o período de defeso. Por um tempo, por um período, o pescador não pode pescar. Agora, proibi-lo de pescar fora do período de defeso parece um contrassenso.

Essas coisas precisam ficar claras, Sr. Presidente.

Lamentavelmente – quero pedir desculpas –, eu, como o Senador Jayme, tenho de participar de uma audiência pública em que se vai discutir a guarda compartilhada das crianças. Eu presido a Comissão de Assuntos Sociais, cuja reunião começa às 10h, daqui a 17 minutos. Eu tenho de ir lá para receber os expositores, para que possamos fazer a audiência pública.

Mas considero este assunto aqui da maior importância. E, junto com o Presidente da Federação do meu Estado, o Armindo, quero, Sr. Presidente, colocar-me à disposição de V. Exª e dos representantes aqui para intermediar. O que é preciso é intermediação, é mediação política.

Para mim, ficou claro que, se não acabarmos com essa história de que uma única pessoa pode impedir a decisão de toda uma assembleia ou de um conjunto de vários segmentos que representam a cadeia, aí, realmente, será muito difícil algo acontecer.

Quero concluir, dizendo ao Armindo que, evidentemente, hoje, não participo deste debate como gostaria, mas o Presidente Benedito de Lira me conhece, os Senadores aqui me conhecem, conhecem a minha determinação e conhecem, sobretudo, a minha disposição de estabelecer convergência. Ao longo da minha vida política, sempre acreditei que é possível, e a gente sempre tem que ir para o lado da convergência, mas uma convergência em que não pode haver essa questão de uma única pessoa vetar decisões quase coletivas. Aí, não dá. Então, temos que, politicamente, destravar essa questão. É importante a questão da sustentabilidade. Eu não consigo ver o desenvolvimento da pesca no País sem a questão da sustentabilidade, mas a sustentabilidade também não pode atravancar o desenvolvimento e o progresso.

Imagina, Presidente, somos importadores de pescado, com o potencial que tem o Brasil, seja na costa, seja também nos seus rios!

Eu gostaria que fosse um pouco mais discutida essa questão dos pescadores de água doce, ou seja, dos rios brasileiros.

Muito obrigado.

Peço desculpas por ter que me ausentar.

Eu tenho certeza de que o encaminhamento aqui será no sentido de marcarmos uma audiência pública – permita-me, só como sugestão, Presidente Benedito – com o Ministro-Chefe da Casa Civil, com um representante, para a gente começar a discutir: essa é a questão. E a partir daí, evidentemente, chamar o Meio Ambiente, chamar o Ministério da Pesca, para ver como é que nós encaminhamos isso, no sentido de que os pescadores possam, realmente, ter essa liberdade. Que não seja tão difícil se conseguir uma licença; que não seja tão difícil, como disse o nosso Presidente aqui, o pescador trabalhar para ganhar o sustento da sua família e produzir riquezas para este País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Moka, mas queria dizer a V. Exª que – muito bem lembrado por V. Exª –, nós já tínhamos anotado aqui que iríamos promover gestão junto ao Gabinete Civil para um encontro desta Comissão com representantes da Pesca, a fim de começarmos a tratar desse assunto.

Eu gostaria de cumprimentar o nobre Deputado e futuro Senador Paulo Rocha, que se encontra presente.

Eu queria fazer uma comunicação à Casa e aos Srs. Senadores: tive a informação agora de que faleceu na madrugada de hoje o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos. Enviamos à sua família as nossas condolências.

Dando sequência, com a palavra S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Bom dia a todos.

Quero saudar o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, e os nossos convidados: Otacílio Araújo, Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura; Luís Sabanay, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Relações Institucionais; Abraão Lincoln, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores; Elizeu Augusto Brito, Diretor-Presidente da Federação Nacional de Engenheiros de Pesca do Brasil; o amigo Armando Burle, Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; o ex-Presidente do Conepe, o amigo Fernando Ferreira, hoje Vice-Presidente da Região Norte; Orlando Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará; e, em nome do Orlando Lobato, do Cláudio Botelho e da Tanise, quero saudar todos os pescadores do meu Estado.

Quero saudar também o Senador Paulo Rocha, eleito pelo Estado do Pará. Vamos estar juntos, a partir de 1º de fevereiro, ajudando a desenvolver econômica e socialmente o nosso Estado.

Apesar das divergências ideológicas e políticas, nós trabalhamos juntos pelo Estado do Pará há muito tempo. Paulo Rocha é aquele petista com quem dá para conversar, porque há o petista com quem não dá para conversar. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA – Tem também o PSDB que dá para conversar. (*Risos.*)

Bom, Senador Benedito de Lira, quero parabenizá-lo pelo requerimento.

Lembro que, mais de ano atrás, tivemos uma dificuldade sobre a questão da pesca, e ao Abraão Lincoln e outros companheiros vieram até mim, e eu disse: isso quem vai poder resolver é o nosso Presidente da Comissão. Fomos ao seu gabinete, fizemos uma extensa reunião, e, após essa reunião, o Senador Benedito de Lira passou a defender o setor com toda a sua competência e determinação que nós conhecemos aqui no Senado Federal.

Quero agradecer a V. Exª a ajuda que tem dado, a partir de então, ao setor.

Acho, Senador Benedito, que a sugestão do Senador Moka é muito importante: que V. Exª, pela Comissão, peça uma audiência ao Secretário da Casa Civil, Ministro Mercadante, para que possamos fazer uma reunião com S. Exª, se possível reunindo logo o Ministério da Pesca com o de Meio Ambiente e o Ibama, para dirimir essas posições que represam o desenvolvimento da pesca em nosso País.

Lamento que nesta reunião não estejam o Ministério do Meio Ambiente nem o Ibama.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas ele fica escondido ali, porque ele não gostaria de ouvir aquilo que ele tem para dizer do Ministério do Meio Ambiente.

Eu sou a favor, como o Abraão Lincoln disse, do bicho homem. Essa, sim, é uma espécie em extinção se nós não cuidarmos dela.

Então, lamentavelmente, o Ministério da Pesca foi criado, Senador Benedito de Lira... E, se não fosse – lembro muito bem – a sessão, no plenário do Senado Federal, em que nós votamos a criação do Ministério da Pesca... Eu estava, naquele dia, relatando a Lei da Pesca e disse que nós não votaríamos a criação do Ministério da Pesca sem antes votarmos a Lei da Pesca, porque, se não votássemos a Lei da Pesca, estaríamos criando um Ministério para ser cabide de emprego do Governo. E, lamentavelmente, pelo que aqui foi dito, o Ministério da Pesca não tem autonomia para fazer aquilo que lhe é devido: incentivar a pesca no nosso País, fazer com que o Brasil participe do mercado mundial da pesca.

Foi dito que o Brasil é o maior importador de pescado da América do Sul. Se for bacalhau, tudo bem, mas não é só o bacalhau. Mas o Brasil, pelo que sei, participa do comércio mundial com apenas 1% – era o número que eu tinha; não sei se já baixou. Aumentar, com certeza, não aumentou. Então, isso não é possível. Nós temos uma costa para explorar, temos as águas interiores também, como disse o Senador Moka, e somos, podemos ser um grande produtor mundial, rivalizando com outros países. E não conseguimos nem cobrir o mercado brasileiro. O consumo de peixe *per capita* no Brasil é um dos mais baixos do mundo, também, pela dificuldade.

Acredito, Senador Benedito de Lira, que nós precisamos ter também uma audiência com o Ministério do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente, onde pode ajudar, atrapalha. Todos nós defendemos a preservação do meio ambiente.

Todos nós queremos. Inclusive foi dito que os pescadores são os primeiros a defender a sobrevivência do peixe, ou não terão do que viver. O mesmo ocorre com o setor madeireiro. Se cortarem as madeiras todas, não terão sustentabilidade para suas atividades. Mas o Ibama, que é um órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente, age de forma, eu diria, quase repressiva, com violência. Como foi dito aqui, a agressão não se limita a não permitir que o barco saia para pescar. Vai às regiões mais distantes do nosso Estado, chega lá e, em vez de repreender, fazer uma fiscalização educativa, queima os equipamentos. Onde encontra um trator, toca fogo. Onde encontra uma retroescavadeira, toca fogo no equipamento. Eu fui verificar, e está na lei. O fiscal tem autoridade para tocar fogo no patrimônio dos outros, que o conseguem com grande sacrifício.

Mas, com relação à pesca, já foram registrados aqui todos os problemas da pesca. O meu Estado rivaliza com o Estado de Santa Catarina em relação a quem é o maior produtor de pescados do Brasil. Eu acho que é o Pará. O que nos falta, às vezes, é ter uma estatística correta e definir o pescado produzido no Pará.

Lembro-me de que, certa vez, estava no plenário do Senado, Senador Benedito de Lira, fazendo um pronunciamento, e comentei com o Senador Tasso Jereissati, que está voltando ao Senado, para honrar a nossa Casa: "Senador Tasso, a lagosta que o seu Estado do Ceará exporta vem do meu Estado do Pará. Ela é levada para o Ceará e, de lá, é exportada como pescada no Ceará". E ele me respondeu, brincando: "É, Flexa, eu já notei que a lagosta que está lá no Ceará tem sotaque paraense". É uma verdade.

Mas eu queria perguntar aos senhores, e é uma pergunta coletiva: qual a maior dificuldade que vocês enxergam nessa gestão compartilhada do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente? Que dificuldade é essa, que os dois Ministérios não conseguem fazer o que todos nós queremos: aumentar a produção de peixe, de cativeiro ou não, em nosso País?

Qual é a responsabilidade de cada Ministério no setor da pesca? O que o Ministério da Pesca tem como responsabilidade e o que o Ministério do Meio Ambiente tem como responsabilidade? Eu estou entendendo que o Ministério do Meio Ambiente está acima do Ministério da Pesca para o setor da pesca. Ele determina mais.

O que o pescado representa para a sociedade brasileira?

Eu gostaria, se possível, de confirmar a participação da pesca do Brasil no mercado internacional. Qual é a produção da pesca registrada pelo Ministério da Pesca no Brasil e até onde podemos avançar na produção e chegar a que nível, se tivermos o apoio correto do Ministério do Meio Ambiente e do Governo Federal?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Estava inscrito também para se manifestar o Senador Jayme Campos, mas parece que ele já deixou o ambiente.

Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

Logicamente, concedo a palavra aos nossos debatedores para que possam dar as informações solicitadas pelo Senador Flexa Ribeiro: quantitativo, capacidade de produção, qual é a dificuldade existente entre os dois Ministérios com relação à gestão compartilhada ou à gestão conjunta. Parece-me que não há uma discussão com relação à compartilhada, mas sim, um conflito com relação à gestão conjunta, considerando, inclusive,

esse episódio de que num colegiado, num conselho reunido, todos os conselheiros tomaram uma decisão e apenas um discordou e, consequentemente, o resultado não foi eficaz na decisão do conselho, por conta da divergência de um membro do conselho que representava naquela oportunidade o Ibama.

Então, é aquela mesma história, mesmo histórico do Confaz. Reúnem-se os 27 Estados com seus secretários de Fazenda para tomarem uma decisão; se houver a divergência de um, os 26 não representam absolutamente nada.

Então, tem a palavra... Vamos começar pelo Sabanay.

O SR. LUÍS SABANAY – Em relação ao desenvolvimento de pesca e aquicultura, Senador Flexa, o potencial brasileiro é a água. A pesca tem limites óbvios, o estoque que há no mar, nos rios brasileiros... Bem lembrado pelo Senador Moka, o continente tem uma vastidão de espaço onde a pesca extrativa é bastante presente no Estado do Mato Grosso do Sul, uma área muito sensível, que é a área do Pantanal principalmente, tem regras mais rígidas para essa questão da atividade pesqueira, mas o potencial do Brasil são as águas e a riqueza da diversidade dos estoques de pescados que o Brasil tem, uma riqueza imensa. Só na Região Amazônica, cerca de 4 mil espécies de peixes diferentes, que podem ser, de alguma forma, trabalhadas tanto de uma forma ordenada a pescaria, como também a questão do desenvolvimento da produção de aquicultura.

A segunda questão é por que ainda não alcançamos o patamar necessário do desenvolvimento. Aí, há um conjunto de fatores, mas, Senador Flexa, por exemplo, aquicultura brasileira cresce, em média, 10% ao ano, nos últimos seis anos. Nós saímos da produção de 1,1 milhão de toneladas para 1,7 milhão de toneladas, 1,8 milhão de toneladas nesse último período – não só de aquicultura, mas também da pesca. Como é um produto inicial no desenvolvimento e com diferenças... Porque não podemos falar no desenvolvimento em relação à água brasileira da mesma forma que falamos da terra, porque a terra é um ente privado, o solo é privado. O espaço das águas brasileiras é público e ele tem regras de múltiplo uso, necessariamente precisam ser consideradas no compartilhamento da ação do desenvolvimento. Então, não é só discutir por que não chegamos a um patamar de desenvolvimento de produção de 3 milhões de toneladas ao ano! Não é. Nós ainda estamos discutindo as condições de ocupação de espaço para o desenvolvimento, que são as águas do nosso País. Isso, por exemplo, na aquicultura, é um fator preponderante.

A segunda questão é que, na pesca brasileira, todos nós sabemos que temos um estoque diversificado, mas temos um estoque limitado de peixes.

Não dá para chegar e capturar, tem de ter... Podem-se capturar 2 milhões ou 3 milhões de toneladas de pescado? Pode. De fato é o que acontece, porque há uma pesca ainda que não está mensurada pela sua legalidade. Nós precisamos melhorar essa questão.

Há outro fator que são as condições de pesca que geram desperdício muito grande de pescado. Eu tenho dito o seguinte: se nós aprimorarmos a nossa regra de captura, com um manejo adequado na captura, nós podemos aumentar em até 20% a nossa produtividade de pescado, sem pegar um peixe a mais. Esse é um fato.

Outro fato é o acesso às condições econômicas para o desenvolvimento. Como o pescador não tem um patrimônio consistente – é água que ele ocupa não é um espaço fundiário –, ele não consegue dar uma contrapartida para um acesso a um crédito mais adequado para melhorar o seu barco, o seu apetrecho e as suas condições, apesar de isso ter melhorado ao longo dos anos.

São fatores que, ao longo desses anos, temos debatido, para saber como se aprimoram as regras e colocam a pesca e a aquicultura no seu devido lugar, para dar o salto de desenvolvimento de que o Brasil precisa.

Outra questão é qual é a dificuldade na relação com o meio ambiente. Não era para existir, mas são conceitos distintos. O meio ambiente tem o papel da conservação, uma série de políticas. As leis ambientais que o Brasil possuem uma das regras mais rígidas do mundo. Isso é fato.

O papel de pesca e aquicultura é fomento e desenvolvimento, é uma questão econômica e social. Como se equacionam essas relações? A questão do desenvolvimento do petróleo é um exemplo: é o mesmo espaço de atuação, a finalidade e o resultado também são, e há regras para que se possa explorar o petróleo de maneira adequada, porque é uma questão estratégica para o Brasil. A energia é a mesma coisa: ocupa o mesmo espaço, há também na regra o fator de desenvolvimento de atividade econômica, e já há regras estabelecidas. A dificuldade é exatamente o regramento que faça a leitura, na questão ambiental, de que nós somos uma entidade de fomento e de desenvolvimento para o Brasil, de que é fundamentada na questão do desenvolvimento econômico e social e de que temos de considerar na nossa política a sustentabilidade. Regras! Essa é a minha opinião.

Por último, encerrando a minha intervenção de respostas, qual é o papel de cada um? Na lei de pesca e aquicultura que foi estabelecida, existe um fator especificamente que é compartilhado, que é a questão do ordenamento da pesca. Por quê? Porque se fazia a leitura de que nós que atuamos no fomento e no desenvolvimento econômico e social do pescado brasileiro não podíamos estabelecer a regra em relação aos estoques

que são naturais, à ocupação de água ou ao cuidado com o pescado. Então, estabeleceu-se esse compartilhamento para que, em conjunto, nós pudéssemos desenvolver a política de ordenamento de pesca brasileira.

São dificuldades iniciais, porque, comparando, por exemplo, com o desenvolvimento agrícola brasileiro com mais de 150 anos, em que, em 80 anos, houve a soja, o café, as tecnologias aprimoradas, a criação da Embrapa há 50 anos, a exploração do cerrado, ainda somos uma ferramenta juvenil do desenvolvimento brasileiro, Senador Benedito de Lira. Juvenil! Então, nós estamos pagando o preço da nossa adolescência nesse processo. Mas, obviamente, se tivermos uma atuação regrada e adequada que faça a leitura da importância do desenvolvimento econômico e social da pesca e aquicultura brasileira, nós aprimoraremos as regras e poderemos agir com maior efetividade no resultado do desenvolvimento brasileiro do nosso setor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Dr. Otacílio Filho tem a a palavra.

O SR. OTACÍLIO FILHO DE LIMA ARAÚJO – O Brasil – algumas anotações que fizemos – é reconhecido como uma das nações de maior potencial de desenvolvimento da aquicultura e da pesca, o que torna imprescindível que a atividade pesqueira tenha um direcionamento voltado para o atendimento dessa demanda, permitindo impulsionar a atividade nacional a patamares semelhantes a um dos principais produtores e exportadores de pescado mundial.

Em termos legais, se você verificar a Lei da Pesca, que, quando diz atribuições com o MMA, o MPA faz a gestão compartilhada com o MMA, mas sob a coordenação do MPA. A coordenação é nossa. Em termos legais, compete ao MPA: a Política Nacional Pesqueira e Aquícola, abrangidos produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem, fomento da produção pesqueira e aquícola, implantação de infraestrutura de apoio à produção e ao beneficiamento, à comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura; organização e manutenção do Registro Legal de Atividade Pesqueira (RGP), sanidade pesqueira e aquícola, normatização e fiscalização de atividades de pesca e aquicultura, no âmbito de suas atribuições e competências; concessões de licenças, permissões e autorizações; pesquisa pesqueira e aquícola.

Alguns dados para que vocês possam anotar, ter ciência: está no cadastro do MPA cerca de 20 mil aquicultores cadastrados, 143 empresas pesqueiras, 3.015 armadores de pesca, 230 mil pescadores amadores, mais de um milhão de pescadores profissionais (podendo chegar a um 1,2 milhão), 42 mil embarcações pesqueiras, que atuam nas mais diversas modalidades de pesca.

Então, é uma atividade que está a pleno vapor e precisa ser fomentada, ser gerenciada, ser desenvolvida, renovação da frota, pesquisas e mais pesquisas. O Ministério se comprometeu, em 2014, contratando o IBGE, a fornecer, referentes a 2013, os dados da aquicultura, e também contratamos em 2014 um instituto de pesquisa para fornecer os dados da aquicultura referentes à 2013, para nós podermos publicar isso, para que nós não trabalhemos, planejemos ou executemos nenhuma ação sem sabermos a real dimensão do que é pescado, onde é pescado, como é pescado e o que se pesca.

Fazendo isso, nós teremos, sim, um melhor ordenamento pesqueiro, uma melhor forma de desenvolver o setor, de maneira sustentável, sim. Queremos, sim, desenvolver a pesca de maneira sustentável. A integração do setor, o fortalecimento da indústria nacional – como eu disse no início –, para que os nossos pescados, os produtos de pesca, estejam na mesa do brasileiro, do cidadão brasileiro, na nossa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente da Confederação, Abraão Lincoln. (*Pausa.*)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – O Abraão é mais fluente e demora mais, eu vou ser mais rápido aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL. *Fora do microfone.*) – O Abraão tem que ser rápido.

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Bom, eu vou primeiro agradecer a presença do nosso Senador Paulo Rocha. Muito obrigado por ter vindo.

A pergunta do Senador Flexa foi muito boa: qual é o conflito que existe?

O conflito é de conceito. Eu não tenho nada contra o pessoal do meio ambiente, muito pelo contrário. O pessoal do meio ambiente... Foi criado o Ministério para cuidar do meio ambiente. O Ibama foi criado para fiscalizar o meio ambiente. Então, toda a preparação dos fiscais é para a preservação, é ligada a ONGs, é preservação. Como que um camarada que é ligado à preservação vai fazer fomento? Nunca.

Não mata o peixe não, pelo amor de Deus, deixa o peixinho viver. Não corta a árvore não, deixa a árvore em pé. Não existe, não existe.

Vocês se lembram da soja transgênica, a confusão que foi aqui no Brasil para plantar isso. O meio ambiente quase mata todo mundo aqui.

Então, meio ambiente, o Ministério do Meio Ambiente é para fiscalizar, é para proibir excessos e pronto. Não é para fomentar. Nunca que o Ministério do Meio Ambiente vai fomentar. É você poder um médico legista e querer que ele salve vidas, ele não vai, ele vai dizer por que o cara morreu.

Acabou, não existe. Então, não existe. O conceito foi errado. Não existe. Meio ambiente tem que continuar forte, continuar fiscalizando para manter os estoques, mas é uma questão de conceito: meio ambiente é meio ambiente, é para fiscalização, não para fomento, nunca vai conseguir, sempre vai haver uma pessoa... É feito eu lhe disse, você entra na Justiça, quando há um conflito, e você já entra errado, porque meio ambiente no Brasil hoje, veja bem, se eu matar um Senador da República, eu tenho como ter um *habeas corpus*, agora, se eu matar um peixe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – ...um beija-flor, um peixe errado, é crime inafiançável, então é melhor matar Senador, porque é mais fácil de me defender. (*Risos.*)

Então, é um absurdo uma coisa dessa.

Vou falar agora com o Sabanay, meu amigo: parar de planejamento. Esse Ministério tem dez anos, amigo, está bom de planejar. Em dez anos, não planejou não?

O que eu acho é que tem que ser encarado esse Ministério e dar força, fortalecer. Em dez anos, tivemos seis Ministros. Em dez anos, nesse mesmo período, tivemos apenas dois Ministros do Meio Ambiente, a turma é a mesma lá. Agora, no Ministério da Pesca, só há o Sabanay nesse período. O resto, meu amigo, é tudo cara nova.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – E o Eloy também, que está... O resto muda todo mundo. Como é que alguém vai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Móveis e utensílios.

Como que você pode, veja bem, um Ministério que, em dez anos, teve seis Ministros. Quantos secretários executivos? Sei lá, dez secretários executivos. Não tem, como é que vai fazer? O camarada, quando aprende o caminho de casa, sai. O meio ambiente não, está lá a equipe formadinha, esse pessoal de que ele está falando, esse técnico que saiu está lá desde o tempo da Sudepe. Então, amigo, a gente apanha com pau de dar em doido.

Outra coisa: o petróleo. Falou-se aqui do petróleo, quem polui mais: peixe ou petróleo? Por que o petróleo sai? Porque é uma decisão de governo, precisa de energia, então vai sair. Agora, enche de plataforma – é ótimo, eu acho que deve explorar o petróleo mesmo –, a plataforma já é uma área de exclusão, porque, em toda plataforma que botam e em todo oleoduto, a pesca é proibida ali. E cadê essa compensação ambiental? São alguns milhões. Foram para onde? Para a pesca nunca vi um real. E danam-se a fazer a área de exclusão, danam-se a fazer a área de exclusão, na marra. Eu fui para uma audiência pública em Bragança, fui com o Deputado Federal Miriquinho, pedi para ele ir lá. Nem direito... O cara dizia: "Eu sou Deputado Federal.". E respondiam: "Cala a boca, fica aí sentado e toma um sanduíche."

E pronto, é desse jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – Você estava lá?

Perguntou: sanduíche ou coca-cola.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARMANDO JOSÉ ROMAGUERA BURLE – E estava o Secretário também do Ministério da Pesca. E o Secretário: "Não, não, você não fala não".

Então, que diabo é isso, amigo? Então, não há muito o que planejar e o que coordenar nisso aí não. Está bom de planejamento. São dez anos no mesmo Governo. Seis Ministros!

Nunca você vai conseguir, e não é com o Ministério da Pesca. Se você pegar qualquer Ministério, da Agricultura e Pecuária, qualquer Ministério, e botar o Ministério do Meio Ambiente, vai travar, porque a função dele é essa. Eles são fiscais de meio ambiente. Acabou!

O senhor vai fomentar o quê? O senhor lembra qual vez, quando está acontecendo tal coisa: "Olhe, eu vou pensar em liberar o peixe ornamental." Não pensa. Do peixe ornamental o Brasil era o maior produtor, hoje é tudo contrabandeado. As empresas que exportavam foram literalmente quebradas, lacradas, o pessoal con-

tinuar pescando e vai de contrabando, e nossos vizinhos exportam. E aí? E aí nada. Ninguém pensa no meio ambiente em fomentar. Quem é que pensa em meio ambiente: vou desmatar? Para completar, veja bem, se for do meio ambiente, e for Amazônia, e for Pantanal, piorou. No mês passado, houve a seca em São Paulo.

O Fantástico mostra que a seca em São Paulo é consequência do desmatamento no Pará e no Amazonas. Por isso falta água em São Paulo. Então, pagamos esse preço por estar na Amazônia, pagamos o preço por estar no Pantanal.

Senador Benedito, enquanto não for compartilhado, não vai para canto nenhum. Essa questão do compartilhamento é crassa. A fiscalização tem que existir, como existe em tudo. O compartilhamento – V. Exª não estava aqui Senador Flexa...

O servidor entra no Ministério do Meio Ambiente por concurso, é treinado, é um técnico bem treinado, o governo gasta dinheiro para fazer conservação do meio ambiente, mas ele não está preocupado com fomento nunca, não está preocupado com o PIB do Brasil. Ele não quer saber de PIB, não quer saber de exportação, ele não quer saber de geração de emprego e renda; isso não é problema dele. Isso é problema do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Pesca. Ele se preocupa com questões ambientais. E você não pode colocar um órgão ambientalista para fazer gestão de fomento, é uma questão de conceito. No meu ponto de vista não há como manter isso.

Uma coisa seriíssima no Ministério da Pesca é a rotatividade, como estou repetindo para o senhor, Senador. Em dez anos, foram seis Ministros, não sei quantos secretários, não sei quantos secretários executivos, técnicos. Começam mudando tudo, e não vai ter mais nada. Se em dez anos não conseguiu planejar, não vai planejar mais nunca, não é verdade? Está na hora de executar.

Vamos passar agora a palavra para o Abraão.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Queria falar para o Senador Flexa Ribeiro o seguinte: a avaliação que vamos fazer aqui num curto tempo é a de que, para quem está fora desta Casa, para a sociedade brasileira e para o mundo, o Brasil é o país mais incompetente em termos de setor pesqueiro e aquícola, por que, como já falamos daquelas razões do potencial todo, como um homem que está no Rio Grande do Norte ou do Ceará ao Rio Grande do Sul hoje, por exemplo, principalmente no Nordeste, entende o fato de o Governo chegar – claro que não podemos ser contra o desenvolvimento do Brasil, principalmente na área energética – e jogar uma plataforma de petróleo a quatro ou cinco milhas da costa, que é onde o pescador artesanal trabalha? Queiram ou não aquilo lá vira uma área de preservação, porque ninguém tem acesso a ela. Se chegar um barco nosso, meu Deus do céu, o mundo se acaba, porque já é uma área de preservação!

Quando nós temos, entre o litoral, por exemplo, de Icapuí, na divisa do Rio Grande do Norte, que é um Estado pequeno, e a cidade de Caiçara do Norte mais de 30 plataformas na área dos pesqueiros, do pescador artesanal e houve compensações ambientais, sabe o que acontece, Srs .Senadores e autoridades que nos escutam? Esses homens e mulheres que trabalham na região não têm sequer, como falou o Armando, acesso, Senador Paulo Rocha, a um real dessas compensações. Quando chegam lá, às vezes, é com um bombom, uma velinha de barco, como se fosse consolo para assinar um documento de compensação ambiental. Estou falando isso como Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e provo. Não existe compensação grande, capaz, porque a verdadeira compensação era para que o recurso fosse para o Ministério da Pesca, para um fundo nacional do setor, para, aí sim, ser investido na melhoria de vida daqueles que vivem naquelas áreas ocupadas justamente pelo petróleo, por exemplo, ou pelas hidrelétricas. E esse recurso voltaria para as pesquisas, porque entendo o Dr. Roberto Brandão, pessoa fina, grande Secretário de Meio Ambiente, entendo o papel dele.

Aqui eu pedi a esta Casa para criar o fundo nacional da pesca, para que parte dessas compensações ambientais não vá, por exemplo, para a associação de criadores de beija-flor – eu não tenho nada contra o beija-flor –, porque o dinheiro é da pesca.

Estava na audiência de Bragança junto com o Secretário e com o Presidente do Conep, onde simplesmente não tivemos o direito, Senador Paulo Rocha, de abrir a boca, porque já veio tudo orquestrado. Sinto-me à vontade para falar isso. E não é só lá: é no País inteiro!

Por que não pegar uma parte dessa compensação, que são bilhões, e jogar não na mão do pescador diretamente, mas num fundo nacional? Os recursos desse fundo serviriam para reformar embarcações para produzir melhor, para usar fibra em vez de madeira e para – aí, sim – fazer uma política ambiental sustentável.

Quando deixarmos de usar a madeira, passaremos a usar fibra. Motores menos poluentes. Ensinar o pescador que ele não pode pegar determinado tipo de produto, de pescado ou de crustáceo, porque está em extinção. E não com a força da polícia, mas com educação ambiental. Dar opção de vida ao pescador, não como fizeram na questão da lagosta, quando jogaram todos na marginalidade, mas dando a ele condição de sobreviver com esse recurso, que ninguém sabe para onde vai.

Então, Senador, é uma questão de conflitos. Nós precisamos fazer com que este Brasil cresça.

O senhor imagine o seu Estado – coincidentemente, há dois Senadores do Pará aqui –, que é o Estado com o maior número de pescadores; na minha visão, o maior produtor de pescado, porque, aqui para nós, não sabemos quantos quilos de pescado se produzem neste País! Não há uma estatística exata! Pelos números do Governo, cada pescador pesca 800 gramas de peixe por ano, Senador. Oitocentos gramas de peixe por ano! O cara está lá na Inglaterra, pega a estatística pesqueira do Brasil e vê que cada pescador – os senhores que estão me escutando, que estão me assistindo, ouçam – pesca 800 gramas de peixe por ano; ele vai chamar os pescadores brasileiros de preguiçosos, incompetentes, maus pescadores, quando, na verdade, a estatística que nós temos não é real!

Há um potencial adormecido anônimo neste País, que precisa ser recuperado. Não é que, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente entrave tudo. Tem uma grande parcela, sim. Grande. Não, por exemplo, pela Ministra, pelos secretários, que são pessoas que hoje estão na função, amanhã são outras; mas por algumas pessoas que, no saudosismo do tempo da Sudepe e do Ibama, tentam sonhar que vão controlar a pesca um dia ainda.

E a questão extrativista, que tanto se discute? Pessoal, ninguém mais do que o pescador quer manter. Está aí a questão do peixe-boi como exemplo para o Brasil. Quando os pescadores veem um peixe-boi encalhado, ou uma baleia, fazem todo o tipo de esforço para retorná-los para o mar. Mas é importante também que a gente cuide do bicho homem, esse bicho que faz o Brasil crescer.

Eu trago para vocês um dado interessante: eu tenho pescadores que ainda trabalham como trabalho escravo; sabem por quê? Porque aqueles peixinhos bonitinhos dos aquários de todo mundo, que todo mundo quer comprar, o Brasil produz em alta escala e é todo contrabandeado! Sabe por quê? Porque o Ministério do Meio Ambiente não quer regulamentar! E, lá no Pará, na Superintendência do Pará, existem servidores que trabalham sistematicamente e que inclusive já foram punidos pela Ministra, e hoje voltaram para as mesmas funções, para impedir a legalização desse tipo de pequenos peixes, que valem milhões de reais ou de dólares, que poderiam contribuir para a balança comercial brasileira e para melhorar a vida do pescador que pesca os peixes ornamentais no Amazonas e no Pará. Mas não! Ninguém quer discutir isso!

Ninguém quer discutir o fato de a lagosta, em alguns países, ser pescada de mergulho, Senador. Diziam para nós, quando a Confederação, os pescadores e as colônias não eram organizados, que não existia pesca de mergulho. Hoje, graças à internet e aos estudos que a Confederação tem feito, Cuba, Panamá, Austrália e outros países pescam de mergulho, sim, que é pescaria mais seletiva.

Agora, o que é preciso? É preciso educar o homem, investir na educação dele. Não botar a polícia em cima dele, porque ele está trabalhando para sustentar a família e fazer este País crescer.

Então, o que é que eu imagino, Senador? Uma reunião na Casa Civil, porque eu sei que a Presidente Dilma não pensa dessa forma; ela pensa e quer que este País, como todos nós queremos, seja um país de desenvolvimento, onde todo mundo produza, trabalhe para fortalecer a família e o Estado para chegar a um consenso.

Se um servidor tem raiva de outro, o Brasil para, Senador. O Brasil para no nosso setor. Se um servidor tem dificuldade de relacionamento com outro, entre as instituições, o Brasil para. E, se a gente quiser que aconteça alguma coisa, tem que ir para a Justiça e gastar dinheiro com advogado para as coisas poderem acontecer. Então, é um governo só.

Nós queremos a sustentabilidade ambiental? É claro que queremos, e mais do que o Governo, porque sem ela nós não temos produção.

Faço uma pergunta: por que o Ministério da Pesca é o único ministério deste Governo que tem que ter essas amarras? O Ministério da Agricultura está aí dando um exemplo para o Brasil. O agronegócio, o pequeno agricultor familiar está produzindo bem. E há essas amarras? Não! Porque ele sabe que também tem que proteger o meio ambiente para a sua economia poder sobreviver.

Nós sabemos disso. Agora, precisamos que o Governo tome conhecimento. O Governo também precisa saber, até para justificar a existência desse Ministério. É preciso haver produção. O Governo não pode investir milhões numa máquina que não dá justificativa à sua existência, como é o caso do Ministério da Pesca. E não dá não é porque os seis Ministros que passaram por lá, Srs. Senadores, sejam incompetentes, não; muito pelo contrário. Todos os Ministros, desde o Fritsch até o Eduardo Lopes, agora, têm se esforçado diariamente para que as coisas aconteçam, mas o conflito é permanente. O conflito não é mensal nem anual; é diário. Só se resolve uma coisa na barganha: "Eu faço isso, e você assina aquilo; eu só libero o camarão do norte se você assinar aqui que o tubarão preto tem que ser proibido." O Brasil não pode se submeter a este tipo de capricho de escutar técnicos ou seja lá quem for em nome do Governo, em nome do povo brasileiro. Está discutindo caprichos, e a nossa produção, diminuindo.

Por exemplo, o senhor imagina o Estado de Alagoas, Senador Benedito Lira, sem caranguejo? A pesca ia ser proibida, na semana passada, como o senhor sabe. E sem lagosta? Isso não atingiria só a pesca, Senador

Paulo Rocha, mas também o turismo do nosso País, que é o carro-chefe, por exemplo, dos nossos Estados: Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará, Bahia e outros Estados.

Quais seriam as decisões que iriam tomar diante da queda de braço que tiveram? Se não fosse o Senado e a Câmara, através do Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, através de Parlamentares do setor e do Presidente da Câmara, a esta hora não sei o que estaria acontecendo onde há água neste País de conflito. Sabe por quê? Porque não há entendimento.

Nós não estamos aqui para criticar o meio ambiente ou para criticar o Ministério da Pesca; muito pelo contrário. Nós necessitamos da existência dos dois, mas precisamos que se entendam. Sabe por quê? Porque, se eles se entenderem, nós vamos poder trabalhar, vamos poder produzir para este País crescer. E essa é a razão maior de estarmos aqui.

Por isso, eu quero pedir, aproveitando a presença desta pessoa maravilhosa, o Dr. Roberto, que converse com a Ministra para mudar os técnicos – são sempre as mesmas pessoas. Se verificarmos as atas das reuniões do GT, são sempre as mesmas pessoas que estão nas funções, há muitos anos, fazendo com que este País em que vivemos tenha o prejuízo irreparável que estamos tendo.

As cotas da ICCAT – o Dr. Armando se esqueceu de falar, mas acho que ele queria falar sobre isto – não foram cumpridas, porque nós não temos mais embarcações suficientes e todas estão obsoletas, tanto no setor empresarial como no artesanal. Quem vai investir recurso no setor se ninguém sabe o dia de amanhã? Ninguém vai investir! Ninguém vai empregar o seu capital para investir. Quem vai querer fazer negócio com um país que tem uma política duvidosa no setor? Amanhã pode parar tudo, e os contratos que foram honrados pelos empresários que estão aqui, escutando a gente falar, não serão cumpridos e honrados.

Então, tudo isso é uma interrogação que fica, não por acharmos que o Ministério do Meio Ambiente ou o Ministério da Pesca, um seja melhor do que o outro, ou pior, mas pelo entendimento de que nós somos brasileiros, nós precisamos trabalhar e, principalmente, fazer com que este País cresça, porque o momento que nós estamos aqui vivendo hoje é este: o Brasil precisa muito melhorar a balança comercial. O Brasil precisa muito de produção, seja agrícola, seja pesqueira, seja industrial, seja a que for; nós precisamos produzir para dar emprego e para fazer com que este País melhore.

Então, é isso o que eu queria pedir. Não vim aqui execrar o Ministério do Meio Ambiente, Dr. Roberto, que sempre me recebe com muito carinho e atenção, mas avaliar se, realmente, o caminho em que nós estamos não é um caminho que está à beira do precipício e pode fazer com que a estabilidade econômica de um setor que já rendeu tanto para este País vá para o fim do poço, porque é isso que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para encerrar esta rodada, concedo a palavra ao Dr. Elizeu, para suas considerações finais e comentários a respeito da pergunta formulada pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ELIZEU AUGUSTO DE BRITO – Em se tratando de caranguejo, a primeira visão de muitas pessoas é usar o não, quando poderiam usar essa palavra, mas em outra colocação.

Recentemente foi feito um estudo na região que envolve o Maranhão, uma parte do Pará e o Piauí, de melhoria da renda do pescador de caranguejo por um ato muito simples. Segundo estudos, o que vou falar aqui não os números reais, mas números aproximados, anteriormente, de tudo que se capturava, 50% dos caranguejos iam para o lixo. Um item estudado é que, hoje, nós temos um aproveitamento que está acima dos 80% – antes se perdiam 50% – simplesmente por terem educado o pescador, mudado a forma de pescar e a forma de transportar, acondicionando o caranguejo de forma correta.

O que é que está acontecendo? Como o pescador chega com o caranguejo todo vivo, ele está capturando menos. Ele está capturando menos.

Uma outra coisa aconteceu ali próximo, na divisa entre Alagoas e Sergipe. Houve uma doença que o pessoal chama vulgarmente de letargia, ou seja, o caranguejo não podia ouvir um grito que morria, mas o pesquisador foi lá e verificou que a influência para que aquilo ocorresse não era da captura e, sim, da entrada dos esgotos domésticos que ficam poluindo tudo e produziu um camarão resistente.

Agora, vejam bem uma coisa: os pescadores respeitaram as áreas que estavam dentro daqueles limites por seis anos, no mínimo, porque é o tempo do caranguejo se reproduzir e crescer. Então, não falta respeito por parte do pescador. Há alguns que erram, realmente, e esses devem ser punidos. O Meio Ambiente está aí para fazer isso. Agora, existem formas de a gente colocar as coisas com um não, mas esse não em uma frase, em posição diferente.

Então, não tenho notícia – o Presidente da Federação de Sergipe está aqui – de que pescador andou cortando rede das áreas que foram preservadas para que ninguém pescasse ali dentro. O caranguejo hoje está morrendo menos – não é, Presidente? – e a produção está voltando e voltando muito bem, obrigado.

Então, é muito simples eu chegar e dizer: proíba. Essa é a coisa mais fácil, quando o trabalho deve ser outro encaminhamento.

Abraão, eu vou discordar de você aqui quanto à história do retorno do dinheiro das compensações. Cito um fato que ocorreu bem ali, no Rio Grande do Norte. Eu fiz um projeto para pegar dinheiro de compensação. Mas, antes, eu entrei em uma segunda fase ou terceira, não sei. Antes havia um projeto em que foi feito – como o Abraão diz –, um "bubu" nos pescadores que era treinar as marisqueiras, treinar os pescadores, porque diziam que o Rio Grande do Norte não tem sardinha, mas tem, e um volume muito grande, mas todos os anos deixam de pescar porque não têm a quem vender. Então, o que acontece? Fica um estoque muito alto e aí é melhor parar de pescar do que pescar para jogar fora.

Precisam treinar o pessoal, treinar para pegar a sardinha e fazer o acondicionamento. Na hora de colocar na indústria, aí vem o problema: cadê o dinheiro para fazer a indústria, para que aqueles pescadores, mesmo artesanais, e as esposas deles, as marisqueiras, como é dito, sejam treinadas? Se sabem fazer o produto, coloquem no mercado, mas não podem fazer porque o dinheiro da principal fase não existe.

Depois, como se trata de alimento, aí concordo, não podemos relaxar com a segurança alimentar, porque alimentação é uma coisa de segurança – não podemos relaxar! Então, o que acontece? O frigorífico não pode ser feito, porque passa a custar um pouco mais caro. Se investiu, se treinou o pessoal, se deu a qualificação acerca de como fazer a sardinha, de como embalar, para isso, para fornecer para merenda escolar... No fim, faltou uma casa que custava R$1 milhão, com toda a infraestrutura, para que o pescador fosse lá trabalhar, acondicionasse e fornecesse ao povo para merenda escolar. Quer dizer, isso é uma compensação daquilo que chamo como o seguinte: gozação – eu treino você, lhe ensino, mas você não pode passar pela rua, você tem que andar por dentro do mato.

Quanto ao caso dos barcos de pesca, principalmente os artesanais, a gente não pode hoje pensar em construir um barco, porque o número de licenças é muito grande. Primeiro, tenho que esperar para saber qual é a espécie que posso capturar, depois começa todo o trâmite de documento, e aí a coisa fica ruim. Mas se as navegações mais modernas estivessem aí, o pescador estaria pescando menos e ganhando mais.

Vou citar um exemplo para concluir: se a gente estivesse trabalhando no Brasil inteiro com a mesma frota de táxi que tínhamos nos anos 80, não quero nem falar de um tempo mais atrás, teríamos um nível de poluição altíssimo. De 1980 para cá, a gente tem muito mais táxi na rua e um índice de poluição bem menor, segundo dados, bem menor do que aquele que tínhamos em 1980.

Então, o barco pesqueiro hoje é objeto de uma questão:precisa de uma compensação, de um programa para que se faça a substituição da frota. Para os taxistas, o Governo investiu, diminuiu impostos e ainda deu o direito de o cara vender a sucata. Para nós, hoje, não: se um pescador quer trocar um barco por um melhor, além de não ter um financiamento, precisa jogar o dele fora, não há ninguém que o compense de nada disso.

Dentro de um programa, essa frota – não por um programa a curto prazo – seria renovada e haveria, nesses moldes, uma quantidade para Estado por Estado. O pescador iria pescar menos e ganhar mais, porque o grande problema que o leva a se esforçar para pescar mais é porque o custo do produto realmente está muito alto.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Benedito de Lira, depois desta audiência, temos que dar continuidade para que possamos resolver essas dificuldades, esses impasses entre Meio Ambiente e Secretaria da Pesca.

Estive, sábado à noite, em Bragança, no meu Estado, e lá fui procurado pelos pescadores de Bragança, que alugaram três ônibus, viajaram mais de 2 mil quilômetros, para estarem aqui na audiência – não sei se já chegaram...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Isso é um absurdo, é um absurdo! Vejam como é que são tratadas as pessoas: viajam mais de 2 mil quilômetros, três dias de viagem, chegam aqui, e não podem entrar. Eu não sabia disso. Se tivesse sido informado, teria autorizado a entrada.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Senador, vieram não só do Pará, mas de outros Estados. Nós temos tradição nesta Casa de não criar tumulto. O senhor é testemunha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu reconheço isso.

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Todo mundo sabe que nós nunca criamos tumulto, somos pacíficos, viemos aqui para reivindicar, é histórica a presença dos pescadores aqui no Senado e na Câmara, sem estresse, e, lamentavelmente, nossos companheiros que vieram, há três dias, de ônibus, estão todos lá fora sem ter acesso à Casa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu lamento. Peço desculpas a todos eles, não só aos do Pará, mas aos de outros Estados que aqui vieram, em nome do Senado Federal. Isso é fruto da interpretação do Regimento da forma como o funcionário que está lá entende. Podiam ter participado e deveriam ter participado da audiência, porque vieram para isso.

Concluindo, Presidente, peço que possamos, já na próxima semana, pedir audiência ao Ministro Mercadante, vamos até ele, e, depois, com a intermediação do Ministro, tentar fazer uma reunião com o Ministério da Pesca e com o Ministério do Meio Ambiente para tentar resolver.

Os pescadores de Bragança me informaram que têm todos os barcos monitorados por satélite e são um número bem menor, como disse o Armando, do que os que já pescaram no passado. Eles respeitaram o defeso, pediram para respeitar o defeso e eles respeitaram, mas mesmo assim o Ibama não os deixa pescar, atividade de manutenção da vida de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Queria, com uma deferência toda especial, perguntar ao Deputado Paulo se desejaria fazer qualquer tipo de manifestação?

O SR. PAULO ROCHA – É quebra do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não é quebra do Regimento, é um gesto que a Comissão faz a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Não há quebra de Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O Regimento aqui quem determina somos nós.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Quando o Presidente autoriza e há consenso do Plenário, você pode falar, porque não há quebra de Regimento. Faça sua estreia.

O SR. PAULO ROCHA – Presidente, eu queria primeiro agradecer a deferência e depois saudar a todos: à Mesa, aos pescadores, aos Presidentes de Federação, ao nosso Presidente de Confederação.

Antes de vir para cá, eu passei cinco mandatos na Câmara Federal e participei em todos os momentos dessa questão da discussão da pesca, inclusive, fui um dos autores da emenda e da proposta que criou o seguro defeso dos pescadores. Então, tenho bastante relação com a área e experiência. Já fomos mobilizados para todas essas questões.

O Armando sabe e também o pessoal da região de Bragança, – aliás, está ali o nosso Prefeito de Bragança, que estava impedido de entrar, mas chegou –, desde o problema do tamanho do pargo, dessas questões todas que foram levantadas aqui.

Os companheiros do Meio Ambiente – não sei por que para a audiência pública não chamaram oficialmente o Ministério do Meio Ambiente, acho que deveria estar na Mesa – sabem que esse conflito, também sabe disso o pessoal que ajudou a criar o Ministério da Pesca, nasceu junto com a criação, entre os dois Ministérios. Realmente acho que os companheiros fazem crítica ao Governo quanto a essa questão do sombreamento – assim diria melhor: em vez de conflito, para amenizar, para amenizar a palavra "conflito", eu digo sombreamento –, um sombreamento de ações governamentais, porque realmente o nosso Governo já deveria ter resolvido, pois quem é prejudicado é o setor, o desenvolvimento, enfim.

Eu acho que, sem muito discurso e muita delonga, o encaminhamento que a Mesa deu – que a Presidência deu – é o adequado. Já deveria isso acontecer há bastante tempo para se processar, se for o caso, da parte da questão ambiental, a questão do arcabouço jurídico ou isso que o Sabanay colocou. Enfim, o fato é que isso é uma responsabilidade de Governo e não deste ou daquele Ministério; uma responsabilidade de Governo.

Acho que, neste caso, o encaminhamento está adequado: a gente ir à Casa Civil para poder administrar e buscar soluções conjuntas. Se depender do Parlamento, naturalmente, que o Presidente da Comissão se responsabilize por trazer para cá o debate sobre a questão da legislação. E, se for o caso de decisões governamentais, acho que o Congresso – o Senado – tem que exigir que o Governo resolva imediatamente, para que realmente deixe desabrochar um setor tão importante da economia do nosso País, com tanto potencial para ser, inclusive, uma das indústrias com desenvolvimento maior no mundo. E ter clareza de que ele alavanca outros setores fundamentais do nosso País, o que mostra a beleza do nosso País, a indústria do turismo, enfim, e por tudo isso que já foi levantado aqui.

Presidente, obrigado pela deferência. Contem, mesmo antes de assumir, com a minha participação nessa articulação e nesse debate, porque eu tenho participação efetiva desde o processo da construção e da criação do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Bem, Deputado, eu queria agradecer a V. Exª não só pela presença, mas pelas manifestações que agora faz.

E eu queria, ao encerrar esta audiência, em primeiro lugar, agradecer a todos que compareceram como nossos convidados.

No primeiro momento, nós fizemos uma análise para que nós pudéssemos dar como sequência uma segunda etapa no entendimento com o Ministério do Meio Ambiente. Evidente que o Ministério do Meio Ambiente e o da Pesca não podem conviver sem que tenham um bom relacionamento, cada um cuidando da sua parte: o Meio Ambiente cuida daquilo que é da sua competência e a Pesca, daquilo que é da sua competência.

Evidente que nós temos aí conflitos. Eu me lembro de que, logo no começo dessa gestão, Paulo, havia um problema muito sério com relação ao Ministério da Pesca e o Ministério do Trabalho. E procurado que fomos pelos representantes e, particularmente, pelo Presidente da Confederação Nacional da Pesca, fizemos uma audiência pública, desta feita em um ambiente bem maior, até porque eu dissera, na oportunidade, ao Presidente que seria interessante que a fizéssemos em um ambiente maior, com maior frequência de pescadores do Brasil inteiro.

Ao mesmo tempo, eu peço desculpas aos que ficaram lá fora. Infelizmente, a Mesa não foi cientificada disso. A informação que eu tive no primeiro momento é a de que estava havendo dificuldade para dar acesso às dependências internas do Senado. Então, chamando a assessoria da Comissão, a informação que eu recebi era de que, gradativamente, estavam sendo conduzidas pessoas para participar deste encontro.

Este encontro é muito mais importante para aqueles que fazem atividade pesqueira do que exatamente para nós, que somos apenas os interlocutores.

Mas eu queria dizer o seguinte, que a relação entre o Senado Federal, a Comissão de Agricultura e o segmento pesqueiro do Brasil tem sido uma relação muito boa, até porque eu tenho conversado frequentemente com o Presidente da Federação, da Confederação e com outros segmentos da atividade pesqueira, quer seja atividade normal, de pescador, como aqueles que praticam a comercialização da pesca, os empresários, que são responsáveis por um processo de comercialização e de exportação da atividade, do produto da pesca. Em alguns momentos, tivemos algumas audiências com o Ministério da Agricultura para apagar alguns incêndios, algumas dificuldades. E é natural isso. É natural, como bem disse o Armando, que quem fiscaliza fiscalize. Logicamente que eles estão para cumprir uma legislação. É lógico que não pode ser dente por dente nem olho por olho. Há que haver um processo de conciliação, de convivência que não traga dificuldade para a preservação do meio ambiente e tampouco traga dificuldade também para aqueles que vivem da pesca, quer artesanal, quer profissional.

E nós estamos aqui exatamente para, como parceiros desse segmento, que possamos encontrar caminhos para uma convivência pacífica. Que todo mundo possa trabalhar com absoluta liberdade e sem ter a pressão da coação ou a pressão da fiscalização e, ao mesmo tempo, que possam ter também as condições necessárias para que cada um possa desenvolver a sua atividade com absoluta tranquilidade. Além do mais, para encontrarmos caminho a fim de que tenhamos a segurança jurídica da atividade, não só para aquele que exerce artesanal e profissionalmente atividade interna, mas particularmente para aqueles que são responsáveis pelo processo de exportação, que é exatamente uma das ações desenvolvidas no País que têm mantido o equilíbrio da balança comercial brasileira, o processo de exportação. E ele está dentro do setor primário. Agricultura, pecuária, pesca, etc., são os segmentos da atividade produtiva do País que mantêm esse equilíbrio.

Como parâmetro nessa nossa relação, eu, ao terminar a audiência, irei imediatamente solicitar ao Ministério, ao Ministro do Gabinete Civil, Ministro Mercadante, esse encontro entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Pesca e o Gabinete Civil, que é exatamente o interlocutor, para fazer a intermediação entre os entes governamentais. E logicamente que, se for necessário protocolar uma ação legislativa, é evidente que faremos isso com a maior satisfação, para que possamos conciliar os interesses do País no que diz respeito a esse segmento.

Ao tempo eu queria cumprimentar a todos os que se deslocaram dos mais diversos Estados brasileiros, das mais distantes regiões, vindo a esta Casa, mais uma vez, para participar deste encontro, que é muito mais de vocês do que nosso, nós aqui estamos exatamente para proceder a ações capazes de lhes dar tranquilidade para que vocês possam exercer a sua atividade sem qualquer susto ou qualquer interrupção. É evidente que tudo isso tem uma regra. E as regras terão que ser conciliadas. Mas, em primeiro lugar, nós levamos muito em consideração a pessoa humana, a sobrevivência, porque, como foram dados aqui os números, vamos admitir mais de 1 milhão de pescadores profissionais e mais de 300 mil pescadores artesanais. Somando essas duas categorias, nós temos aproximadamente 1,4 milhão trabalhadores...

O SR. ABRAÃO LINCOLN FERREIRA DA CRUZ – Fora aquicultura. São mais de 2 milhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois bem, incluindo a aquicultura, como diz aqui o Presidente, são mais de 2 milhões de pessoas. Isso representa um segmento da maior importância, de quem quer fazer o seu dever, trabalhar.

É muito bom que as autoridades constituídas do País possam proporcionar oportunidade para quem deseja trabalhar, porque já temos muitos problemas neste País. Precisamos, na verdade, ocupar mais a mão de obra, aumentar esse potencial de trabalho para que cada um possa viver com dignidade. Esse é o objetivo maior daqueles que fazem o governo e, consequentemente, das pessoas que precisam de uma ação, não de proteção, mas de uma ação governamental para que possam ter tranquilidade, liberdade, dignidade para viver e dar dignidade à sua família. Isso é muito bom! A coisa mais decente que posso observar é quando as pessoas chegam a uma casa legislativa como o Senado Federal para pedir oportunidades para continuar trabalhando, para evitar a marginalização.

O setor primário precisa exatamente dessa ação do Governo, para evitarmos que as grandes cidades ou as médias cidades possam receber o êxodo rural, pessoas que não têm uma qualificação específica, porque, inclusive, os grandes centros não têm como receber nem dar condições de dignidade às pessoas. Eis aí o processo de marginalização, eis aí o processo de favelização, porque muitos deixam seu ambiente de trabalho, o seu habitat para se deslocar para as cidades, para os centros urbanos sem as menores condições, e o Governo tem que ter esta preocupação: manter o homem no seu habitat, no seu dia a dia, na sua atividade decente para que ele possa ter a sua sobrevivência.

Contem conosco, contem com o Senado Federal, contem com esta Comissão. Iremos fazer cumprir as etapas com a participação dos Srs. Senadores e daqueles que têm, direta ou indiretamente, uma ligação com o setor, quer seja no Pará, quer seja no Nordeste brasileiro, quer seja no Sul, no centro-sul, no Sudeste. Em todos as Regiões do País onde a atividade é exercida, ela terá que ter a proteção do Governo.

Por essas razões, eu queria, Presidente, meu caro Otacílio, Luis Sabanay, Elizeu, e Armando, agradecer aos senhores pela contribuição que trouxeram a esta Comissão na manhã de hoje, ao tempo em que daremos continuidade a esta audiência pública, logicamente que, agora, tentando marcar as audiências com as autoridades do Governo para encontrarmos o caminho da tranquilidade e pacificarmos esses conflitos que não vão ajudar a ninguém, nem ao Meio Ambiente, que tem que continuar cuidando da sua atividade primeira, nem, particularmente, ao Ministério da Pesca, que é um Ministério jovem, está na sua adolescência, precisa de mais apoio, precisa ter mais liberdade, precisa ter mais autonomia para que possa realmente cumprir fielmente o seu papel. Quando foi criado, foi porque havia um clamor daqueles que fazem a atividade pesqueira no País, por não ter um órgão que pudesse cuidar deles, cuidar de vocês, cuidar daqueles que, na verdade, fizeram a opção por essa atividade primária de trabalho.

Por isso, queria até, nesta oportunidade, cumprimentar o Presidente Lula, que foi quem criou o Ministério da Pesca e, logicamente, cumprimentar aqueles todos que passaram por lá, com a maior boa vontade, fazendo o máximo que puderam. No Ministério, como o cargo de Ministro é de indicação exclusiva do Presidente da República, é evidente que, por essas razões, em dez anos, seis ministros passaram por aquela casa. E é lógico que, se demorassem mais, consolidariam, sem dúvida nenhuma, as regras, as normas e as ações. Assim o Ministério talvez pudesse ser muito mais forte do que é hoje. Mas estamos juntos para fazê-lo grande, fazê-lo importante.

Tenho dito sempre: o Ministério da Agricultura, o Ministério da Pesca e o Ministério de Desenvolvimento Agrário deveriam ser os Ministérios primeiros da República, porque são eles que fazem com que possamos ter a produção, possamos fazer com que as pessoas possam pôr os alimentos na mesa dos brasileiros e das pessoas de fora do Brasil. Então, são Ministérios que mereceriam uma atenção muito maior do que recebem hoje do Governo, infelizmente.

Eu digo isso porque a minha origem é o campo. Eu gosto muito do campo e tenho sentido as dificuldades por que passam os pequenos, os médios e até os grandes produtores deste País. Não é possível, por exemplo, que um País que tem a dimensão do Brasil, com capacidade iminentemente agrícola, que, com relação à pesca, tem o maior potencial de água doce do mundo, a maior costa pesqueira do mundo, não seja um país que tem representatividade na produção do pescado.

Recentemente, fiz uma viagem a Israel, uma viagem de trabalho, com o Ministro Crivella, Deputado Paulo Rocha, e lá eu fiquei assustado e surpreendido ao mesmo tempo. Por quê? Porque as informações que temos é de que os de Israel vivem permanentemente de fuzil na mão, brigando uns com os outros, palestinos e israelenses. Quando cheguei à cidade de Jerusalém, confesso aos senhores a minha felicidade, eu não vi um policial na rua, eu não vi um fuzil nas mãos de ninguém, eu não vi uma criança na rua, eu não vi um pedinte debaixo de uma árvore, eu não vi uma favela! Vi um estado organizado. Saímos do centro urbano e fomos à zona rural. Era uma coisa impressionante comparar o solo daquele Estado com o solo brasileiro. Só as dificuldades fazem com que as pessoas possam ter amor pela sobrevivência!

Encontrei uma coisa fantástica no que diz respeito à piscicultura, criação de peixes em tanques! O que mais me chamou a atenção foi a criação de peixes a mais de algumas milhas da costa, mar adentro: criam pei-

xe a 50 milhas, a 100 milhas. E eu perguntei a alguns técnicos que acompanhavam a nossa comitiva: como é que vocês criam peixes aqui? Havia como se fosse uma jangada que ia aonde o mar mandava que ela fosse.Lá eles criavam peixes a 200 metros, 300 metros de profundidade, com capacidade de produção. Só esse campo é maior do que a produção brasileira. Perguntei: como vocês fazem para levar o alimento, para levar o oxigênio e para pescar? Eles fizeram um teste. Uma máquina fazia a sucção. Ainda bem que o Ministro esperou e estavam saindo os peixes, sugados lá do fundo do mar. Isso me deu uma visão diferente.

Pensei: meu Deus, como é que aqui fazem isso e no meu País, que tem o maior potencial de água doce, tem a maior costa pesqueira do mundo, tem um povo dedicado a essa atividade, infelizmente nós não somos ainda um país com capacidade de produção extraordinária?

Perdemos para muitas republiquetas que há aqui na região da América do Sul. Isso não é possível. Só é possível porque não temos uma política consolidada no que diz respeito a esse setor.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Roberto que, apesar de não estar à Mesa, fez questão de vir aqui. Quero agradecer. Que o senhor leve ao Ministério do Meio Ambiente os nossos agradecimentos e a certeza de que em breve, breve iremos fazer um encontro, dessa feita entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca, Gabinete Civil e autoridades constituídas do País, para que possamos encontrar os caminhos pacíficos de convivência entre esses dois entes e esses trabalhadores.

Quero cumprimentá-los pela ação que exercem, no cumprimento fiel do que diz respeito à origem do Ministério do Meio Ambiente e, ao mesmo tempo, cumprimentar aqueles que fazem o setor pesqueiro do meu País, não só os pescadores artesanais, profissionais, mas, particularmente, a todos os que estão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, vinculados a essa atividade.

Darei informação sobre o encontro. Comunicarei aos senhores exatamente no momento em que for marcada essa audiência com o Gabinete Civil da Presidência da República.

Estou vendo ali um cidadão levantando o braço.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Eu vim de Bragança, percorri mais de 2.000km, a bem dizer, sem dormir. Meu interesse aqui, Excelência, a minha vinda hoje aqui – vejo que aqui há vários empresários, e o pescador está lá fora – é para trazer a preocupação de Bragança e de outros Municípios. Bragança vive da renda da pesca. Aqui é a Casa da Lei. Eu quero que vocês olhem com muito cuidado essa decisão, porque o prejuízo que vai acontecer nessa região é muito grande. Tenho certeza de que nós, empresários e pescadores aqui, somos quem mais vai sofrer nessa região que vive da pesca. (*Falha na gravação*.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – ... com todo respeito, o que eu vejo é isso. Peço: tomem uma decisão com bom senso, olhem para essas famílias que vivem disso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria agradecer ao senhor e dizer o seguinte: no início desta audiência, tivemos as informações da dificuldade para o acesso. Chamei o pessoal da assessoria e, conversando com quem cuida da segurança da Casa, tive a informação, depois, de que, gradativamente, as pessoas estavam entrando. Ao final, tive a informação de que os pescadores que vieram de Bragança, do Pará, estavam na porta de entrada sem ter direito ao acesso. Eu queria pedir desculpas aos senhores, porque essa não foi uma decisão desta Mesa. Infelizmente, não fomos informados. O Senador Flexa Ribeiro, que é o 1º Secretário da Casa, quando soube dessa informação, saiu daqui dizendo: "Vou descer para autorizá-los a entrar", porque esta Casa não pode proibir as pessoas de terem acesso a ela, principalmente de quem vem para reivindicar uma ação de direito e, infelizmente, tem alguma dificuldade. Mas é uma Casa do povo, e nós aqui estamos abertos para recebê-los. Eu quero aqui pedir desculpas, em nome da Comissão, aos pescadores, aos empresários, às pessoas que vieram de tão longe, e, infelizmente, não tiveram oportunidade de participar desde o início desta audiência pública.

Todos os que aqui estão trabalham exatamente na direção daquilo que o senhor acabou de dizer: nós vamos dar continuidade e iremos encontrar caminhos, pois já tivemos outros conflitos e encontramos os caminhos. Para este caso, também, não tenho dúvida, encontraremos o caminho, para a convivência pacífica, até porque os Senadores que aqui vieram estão empenhados nesse caminho e, ao mesmo tempo, a Comissão de Agricultura tem sido parceira nestes encontros, nestas ações, nas decisões e continuará sendo a intermediadora, a interlocutora entre os conflitantes, para que possamos ter paz no segmento pesqueiro e paz no segmento de trabalhadores do País.

Eu queria, ao encerrar, agradecer, mais uma vez, a todos e dizer que continuaremos à disposição. Vamos tratar dos assuntos, dando continuidade a esta audiência pública.

Muito obrigado.

Um bom dia e um bom retorno para todos. (*Palmas*.)

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, WALDEMIR MOKA, JOÃO DURVAL, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Antonio Aureliano, Jayme Campos e Gim. O Senador Ruben Figueiró justifica a ausência, em razão de licença médica no período de 21 a 28 de novembro do corrente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura de expediente: comunica o recebimento e a juntada ao processo do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 10, de 2014, cujo relator é o Senador Ruben Figueiró, do Ofício nº 732, de 2014, subscrito pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, no qual encaminha informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País, em resposta ao Requerimento de Informações nº 642, de 2014 (Requerimento nº 28, de 2014, na CRA). Feita a comunicação, o Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM** 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 20ª Reunião em 2014. 6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka fazem uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. **ITEM** 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe

Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, o Senador Blairo Maggi faz uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. **ITEM** 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. Encerrada a deliberação dos itens da pauta, o Senador Acir Gurgacz alerta a Comissão para a emenda apresentada à Medida Provisória (MPV) nº 653, de 2014 (que altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas), cujo Relator é o Deputado Manoel Júnior, que determina que a fiscalização dos frigoríficos seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Em seguida, o Senador Acir Gurgacz apresenta os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014, contrariando informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, sobre a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que revelou aumento de 191% no desfloramento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. O Senador Acir Gurgacz alerta, ainda, para a necessidade da abertura da BR-319, haja vista o aumento da produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, para que os produtos possam chegar até os mercados de Manaus, de Boa Vista; da Venezuela, exportados via BR-174. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 732, de 2014, subscrito pelo Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, no qual encaminha informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País.

Informo que o expediente lido será anexado ao Requerimento nº 10, de 2014, da CRA, que trata das políticas públicas de crédito rural, tendo como Relator o Senador Ruben Figueiró.

A presente reunião destina-se à pauta deliberativa constante deste sumário.

Os itens 1 e 2, por solicitação da Relatora, serão retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.
2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).
3– Na 22ª Reunião da CRA realizada no dia 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
4– Matéria em fase de votação.
5– O Projeto constou também da pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 20ª Reunião em 2014.
6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013
– Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2, apresentada pela Senadora Ana Amélia, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.
3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto.
4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.)
Passamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.
Autoria: Senador Ruben Figueiró
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Waldemir Moka, para oferecer seu parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, que altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Relatório, Sr. Presidente.

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 201, de 2014, de autoria do eminente Senador Ruben Figueiró, do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e dá outras providências, para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

A proposição é composta por dois artigos. O art. 1º inclui o art. 4º-A na Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, acompanhado de dois parágrafos. O *caput* estabelece que os recursos oriundos de pesquisas realizadas pela Embrapa, da venda de produtos, matrizes biológicas e animais serão aplicados obrigatoriamente em suas unidades de origem.

O §1º aplica a disposição do *caput* a recursos captados pela Embrapa, seja mediante convênios ou contratos, no desempenho das atividades de que trata o art. 2º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, ou seja, aqueles decorrentes da promoção, estímulo, coordenação e execução de atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País, e aqueles decorrentes da prestação de apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

O §2º determina que os recursos de que trata o *caput* não serão objeto de repasse ao Tesouro Nacional quando da apuração do balanço patrimonial e do resultado econômico, no encerramento de cada exercício financeiro.

O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Sr. Presidente, o projeto tem análise, mas vou direto ao voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2014.

O que pretende objetivamente o projeto?

Pretende que os recursos de que trata a lei, de pesquisa, captados ou feitos por uma unidade – por exemplo, de Mato Grosso, de Rondônia ou de Mato Grosso do Sul – sejam utilizados integralmente pela própria unidade de origem, que fez a pesquisa e gerou os recursos.

Com isso, estimula-se a pesquisa em cada unidade, garantindo-se que esses recursos ali captados sejam novamente investidos na pesquisa, ou seja, reinvestidos na melhoria da própria unidade.

Eu achei o projeto meritório, embora seja autorizativo. Então, é um projeto que não é obrigatório. Salvo melhor juízo, ele autoriza o Governo a fazer isso. Quer dizer, o Executivo vai criar essas condições se entender pertinente.

Então, esses são o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz e Senador Moka.

Senador Moka, o seu relatório está condizente com o que se propõe. Como V. Exª diz, é um projeto autorizativo que não tem obrigatoriedade.

Embora – eu penso – estarmos trabalhando numa outra direção com a Embrapa, no sentido de dar maior liberdade não só à venda de produtos como os *royalties* que a própria Embrapa cobra sobre sua inteligência, sobre seus produtos que vão ao mercado, para que ficasse apartado, separado o que é dinheiro advindo do esforço, do trabalho dos pesquisadores e que esses recursos, de fato, pudessem fomentar maior ritmo de pesquisa agropecuária, seja em grãos, seja em fibras, no sucroalcooleiro, na parte de animais. A Embrapa tem um trabalho grande, tem muitos técnicos envolvidos nisso, e competentes.

Agora, o que tem acontecido é que, de fato, o Governo, além de levar esses recursos para o conjunto das contas do Governo, tem utilizado os poucos recursos que vêm para pagamento de salários e despesas da própria Embrapa. Então, a Embrapa hoje não se sustenta, não consegue sobreviver com os recursos que amealha trabalhando no mercado.

Então, a coisa é bem mais complexa do que está nessa discussão. Isso tem mérito; não há problema algum. Mas eu gostaria de fazer aqui um alerta de que se o Governo – e, quando falo Governo, refiro-me à sociedade – não entender o papel que a Embrapa tem no desenvolvimento da agricultura, da economia brasileira, não conseguiremos avançar.

A Embrapa foi – sempre tenho dito isso – a empresa mais importante de todos os tempos na agricultura brasileira. Foi ela que deu o pontapé inicial e fez as primeiras pesquisas, encaminhou técnicos para o exterior, preparou esses técnicos, que voltaram e fizeram a revolução que ocorreu no Centro-Oeste brasileiro. Mas isso foi – foi, isso é passado. Hoje, não acontece mais.

Outro dia, falei ao presidente da própria Embrapa e falei ao Ministro que a Embrapa vive muito hoje do seu passado, um passado glorioso, mas nós precisamos olhar para o futuro e, para o futuro, não estamos com a Embrapa no mesmo ritmo que estão as grandes empresas, os grandes *players* que trabalham em pesquisa em nível mundial, principalmente as multinacionais, que têm bilhões de reais à disposição, para fazer pesquisas de transgênicos, seja no aumento de produtividade, seja no aumento de resistência a pragas, no aumento da quantidade de óleos e teores de açúcar na cana. Enfim, é muito dinheiro que tem de ir, necessariamente.

Neste ano, fui convidado por uma empresa e a ir à Alemanha e fiquei impressionado, Senador Moka, ao ver os campos de pesquisa, a forma como fazem, a quantidade de dinheiro, a quantidade de gente, a infraestrutura que esse pessoal tem simplesmente para trabalhar com moléculas de pragas daninhas e também de insetos. Quer dizer, estamos muitos atrasados nesse setor.

Então, a minha fala aqui é mais no sentido de apoiar o projeto, sim, mas dizer que temos um caminho enorme a percorrer, e a sociedade brasileira precisa entender que temos de fazer isso. Não é que não adiante; eu diria que nós ficamos sob suspeita ou com uma espada no nosso pescoço. Quando falo assim, estou falando da agricultura brasileira, dessa pujança que é esse negócio do agrobrasileiro, uma vez que produzimos, temos capacidade, temos gente, mas a tecnologia utilizada hoje é toda comprada de fora. Estamos pagando *royalties*. Também não sou contra pagar *royalties*. Quem faz tem de receber. Do couro vem a correia, e não tem almoço de graça. A vida funciona assim, mas sempre há o risco de determinada empresa dessas, por uma questão política algum dia – falo em daqui a 50 anos, daqui a alguns anos –, dizer que o Brasil virou um *player* que incomoda a nação norte-americana ou qualquer outra, e não vamos mais transferir tecnologia para esse tipo de situação para o Brasil. E isso nos deixa 10, 15, 20 anos atrasados em relação ao que está acontecendo no mundo.

Tivemos muito isso, Senador Moka, e o Senador Acir também é testemunha, há muito pouco tempo atrás, na questão de máquinas. No entanto, era o processo inverso: tínhamos reserva de mercado internamente, não se permitia importar máquinas, não se permitia importar tecnologia. E nós tínhamos nossos CBTs velhos, aqui, o 2.105, os CBTs com queixo-duro, com direção dura. Nosso melhor trator era o Massey Ferguson pequeno. No momento em que se abriu e se permitiu importar, hoje temos tratores que puxam plantadeiras de 60 linhas. O Senador Moka visitou uma das fazendas lá em Mato Grosso, junto comigo, de altíssima tecnologia. Os tratores praticamente andam sozinhos, todos monitorados; fazem uma enormidade de trabalho por dia. O que nós demorávamos dois meses para plantar em Mato Grosso, numa semana hoje, nós fizemos, e conseguimos, com toda essa tecnologia, fazer com que dois plantios fossem realizados no Centro-Oeste brasileiro, praticamente em todo o Brasil, onde não existia isso. Quer dizer, duas safras por ano não é só porque chove mais. Não, pelo contrário: está chovendo menos. É que as máquinas são mais eficientes, os trabalhos são mais rápidos, e tudo isso é tecnologia. Infelizmente, não é tecnologia nossa. É tudo tecnologia comprada.

Então, nós somos grandes produtores, somos importantes na pauta de exportação, somos importantes na regulação da paz do mundo, vendendo produtos para o mundo inteiro, mas sempre sob a ameaça de um dia não poder fazer isso. E, assim, passamos por fertilizantes, por inseticidas, por um monte de coisas que há pela frente.

Então, aproveitando aqui o projeto que o Senador Moka relatou, de autoria do Senador Ruben Figueiró, mais uma vez, fazer esse alerta e dizer: nós, como sociedade brasileira, como governo, temos de priorizar uma empresa pública neste sentido, e essa empresa pública é a Embrapa, não nos esquecendo das demais, como a Fundação Mato Grosso, como o IBA, o IMA. São tantas outras iniciativas que há no mercado, que os próprios produtores estão conduzindo, e os próprios *royalties* lá gerados estão realimentando esse setor. E elas mesmas conseguem hoje até fazer certas parcerias com a Embrapa, no Banco de Germoplasma existente.

Mais uma vez, Senador Moka, nós somos importantes? Somos importantes. Reconhecidos como tal? Sim! Mas, no momento em que colocarem o dedo no respiro do nosso negócio, a gente morre. E eu não gostaria de ver isso. Não vejo essa ameaça hoje, mas ela poderá vir no futuro. E quem tem algum receio do futuro tem de tomar providências neste momento.

Parabéns, Senador Moka, parabéns ao Senador Ruben Figueiró também pelo projeto autorizativo, mas chamo a atenção para um problema que temos e sobre o qual nós devemos nos debruçar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só para dizer o seguinte: eu acho que o Senador Blairo já levantou essa questão aqui. Eu penso exatamente a mesma coisa. Agora, o projeto do Senador Ruben Figueiró tem o mérito de já começar a discutir o assunto. É claro que não é no nível em que o Senador Blairo Maggi coloca, e coloca com muita propriedade, porque temos desde um engessamento dos nossos pesquisadores. Os nossos pesquisadores, por exemplo, são proibidos de fazer convênio com empresas. É isso o que está errado. Há um viés que não deixa a empresa também deslanchar.

Eu acho que essa discussão precisa ser feita. Ela é mais ampla, mas acho que o projeto do Senador Ruben Figueiró tem o condão de começar, de iniciar essa discussão. Quem sabe esse projeto estimule uma discussão mais ampla? E que a empresa, a Embrapa – porque aqui o projeto visa a fortalecer as unidades de cada Estado, o que acho positivo – seja fortalecida, a Embrapa, a empresa, como um todo. E, aí, o Senador Blairo Maggi tem razão, nessa visão mais ampla que ele faz e na necessidade que temos de fazer com que a Embrapa volte aos bons tempos, nas décadas de 80, 90, quando geramos... Continuamos gerando, mas não na mesma proporção.

Apenas para dizer que é fundamental a discussão que o Senador Blairo Maggi levanta aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Transfiro a votação, tendo em vista que não temos quórum suficiente para aprovação da matéria.

Passamos ao item 4.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra ao Senador Moka, para leitura do seu parecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 236, de 2014, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei n° 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.

A proposição compõe-se de dois artigos. O art. 1º acrescenta o inciso III ao art. 3° da Lei n° 9.393, de 1996, a fim de isentar do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel cuja titularidade foi reconhecida pelo Estado em favor dos remanescentes das comunidades quilombolas, nos termos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O art. 2° estatui a cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

Sr. Presidente, o Projeto do Senador Randolfe Rodrigues tão somente isenta do ITR o imóvel que for reconhecido titulado pelo Estado como quilombola.

É uma proposição em que, se de alguma forma, o Estado está reconhecendo que é uma comunidade quilombola, eu não vejo... Sinceramente, eu olhei isso, pedi para a Consultoria do Senado... O Projeto é constitucional, ele atende, e tem uma abrangência social. Então, ele isenta do ITR a comunidade quilombola.

Eu acho que, em termos de Brasil, isso é pouco. E eu não vejo, realmente... Acho que o Senador Randolfe Rodrigues, ao propor isso, propõe exatamente porque, na maioria das vezes, são pequenas comunidades, com uma área pequena e com uma dificuldade para honrar esse Imposto Territorial Rural.

Penso que o projeto tem essa abrangência social, portanto, sou favorável.

O relatório é favorável.

Vou ler, aqui, o voto exatamente para concluir o meu relatório.

Voto.

Pelos motivos expostos, somos favoráveis à aprovação do PLS n° 236, de 2014, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

Na ementa do PLS nº 236, de 2014, onde se lê "dos antigos quilombos" leia-se "quilombolas", que é a denominação que se dá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Blairo. (*Pausa.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Waldemir Moka pelo relatório e dizer a S. Exª que também sou favorável ao seu relatório, uma vez que o rito das terras destinadas a essas comunidades quilombolas, os antigos quilombos, é muito parecido com o da questão indígena, e não existe imposto sobre terras indígenas. Não há ITR para terra indígena. Eu não vejo óbice também para que esse projeto, de iniciativa do Senador Randolfe, estenda isso às comunidades quilombolas, já que é um reconhecimento social, histórico, cultural, além de também não serem volumes significativos que possam interferir na economia de um Município, já que o ITR hoje é municipal.

Então, quero deixar aqui o meu voto favorável.

Normalmente, essas comunidades são muito pobres, com muitas deficiências, em que a terra é apenas o primeiro insumo, o lugar onde elas podem ficar. Isso é quase como o cidadão que compra um caminhão, mas se ele não colocar pneu, não colocar combustível, não tiver a documentação ele não vai conseguir fazer nada. É muito parecido com essa situação.

Então, vou acompanhar o seu relatório e parabenizar o Senador Randolfe pela iniciativa, que é uma iniciativa social e justa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e suspendo a votação por falta de quórum.

O Senador Cícero Lucena pediu para retirar de pauta o item 5.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014
– Não terminativo -

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE, em decisão terminativa.)

Eu queria dar uma informação ao Senador Blairo Maggi: o projeto de que S. Exª é Relator já se encontra na CAE e tem o número 341, dia 29 de junho de 2009.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Está bem, Presidente. Eu me sinto tranquilo, porque V. Exª me cobrou, outro dia, vir aqui relatá-lo. Esse projeto já passou e está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pois é. Só que ele foi para lá para poder vir para cá, porque ele é terminativo aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele é terminativo aqui. Quando chegar, aqui estarei para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, vou cobrar do Presidente da CAE que pelo menos paute esse projeto, que é da maior importância para o setor pesqueiro deste País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu sou titular lá e vou solicitar isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Então, eu pediria a V. Exª o obséquio de fazer essa solicitação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Agora, eu queria conversar com os Senadores o seguinte: o Senador Aureliano propôs uma audiência pública para que a gente pudesse tratar aqui do setor de criação de cavalos e pediu que fosse convidados 32 criadores de cavalo no País. Eu acho que nós deveríamos, aqui, estabelecer... É impossível colocar 32 pessoas para fazer apresentação ou fazer um debate aqui, como se todos tivessem participação efetiva nisso. Eu queria ouvir o Relator, Senador Acir, para que a gente possa tomar uma decisão aqui e estabelecer o quantitativo, porque eu acho que essa audiência pública não vai produzir efeitos. Ele deseja que sejam convidados 32 haras para discutirmos a criação de cavalos no País.

Com a palavra ao Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Senadores – Senador Moka, Senador Blairo Maggi.

Eu sou Relator do PLS nº 254. Nós realmente temos que debater esse assunto, e é importante a vinda dessas pessoas para discutirmos. Mas é claro que não dá para ouvirmos 33 pessoas em uma única audiência pública. Mas é importante que elas venham e nomeiem cinco pessoas entre elas para falar por todas. Minha sugestão é que seja mantido o convite para que as 33 pessoas participem da audiência pública, mas que, quando elas chegarem aqui, ou previamente, peçamos para que elas escolham quem vai falar por eles, quatro, cinco ou seis pessoas do mesmo segmento, de regiões diferentes do País, acredito eu, para falarem sobre o tema, porque os problemas são os mesmos e as soluções são parecidas. Portanto, sugiro que mantenhamos o convite e peçamos que eles identifiquem quem possa falar por todos eles.

Esta é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Alguém mais quer se manifestar a respeito? (*Pausa.*)

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que o problema é do Senador. Ele é que tem que conversar, porque ele é o proponente, Senador Acir Gurgacz. Então, eu acho que cabe a ele conversar com o grupo. Nós apenas aprovamos o requerimento; não dissemos... Nós estamos falando de organização. Agora, ele tem que, ao conversar com essas representações, estabelecer isso.

Na Comissão de Assuntos Sociais, que eu presido, nós criamos uma norma: nenhuma audiência pública pode ter mais que seis palestrantes. Com mais que isso, a audiência pública não cumpre o seu objetivo. Já acho que seis é um número relativamente grande. O próprio Plenário apoiou isso. Seis é o número máximo de expositores.

Minha sugestão é que o Senador Acir Gurgacz ou V. Exª peça para o Senador Antonio Aureliano para que ele – porque ele, mais do que todos, tem essa relação – estabeleça quem falará em nome desse grupo no dia da audiência pública.

É minha sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito bem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu entendo, Sr. Presidente que devamos manter o convite para que todos possam participar, mas que falem alguns escolhidos, dando suas opiniões em nome do grupo. É evidente que o propositor vai conversar com os convidados, o que pode ser feito no dia da audiência pública. Não há nenhum problema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, minha opinião também...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

Minha opinião é a mesma. É impossível colocar mais que seis pessoas à mesa. Cada um tem direito a falar por, no mínimo, 15 minutos, e dificilmente as pessoas obedecem ao tempo. É muito pouco para expressar todo o desejo de vir a uma Comissão como a de Agricultura, uma Comissão importante, e falar de temas importantes. Normalmente a gente não consegue sintetizar isso em 15 ou 20 minutos. Depois tem a réplica, tem a tréplica. Então, algo maior que isso levaria um dia inteiro. Não temos espaço para isso. Não temos tempo para isso aqui no Senado. Então, como os dois colegas aqui já se manifestaram, o Senador proponente tem que administrar isso. Pode convidar todos, há espaço físico, mas, efetivamente, quatro ou cinco à mesa para fazer o posicionamento a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Srs. Senadores.

Eu vou entrar em contato com o Senador Antonio Aureliano, que se encontra viajando, para apresentar a ele a sugestão dada pela Comissão. É absolutamente impraticável, impossível fazer uma audiência pública com 32 palestrantes. Não há espaço temporal para isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para alertar os Senadores, aos nossos colegas Parlamentares, para o fato de que chegou ao Congresso a Medida Provisória nº 653, de 2014, que trata de alterar a Lei nº 13.021, que fala sobre exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Lá foi colocada uma emenda sobre a fiscalização dos frigoríficos brasileiros, determinando que a fiscalização dos frigoríficos, que hoje é feita pelos Municípios e Estados, seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Isso vai inviabilizar completamente os frigoríficos brasileiros, principalmente os pequenos e médios, até porque o Ministério da Agricultura não tem pessoal suficiente para fazer essa fiscalização. É só um alerta que eu faço aos colegas, para que a gente possa acompanhar essa Medida Provisória que trata, Senador Blairo, de exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Não tem nada a ver com fiscalização de frigorífico.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O que tem a ver com fiscalização pecuária?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Colocaram ali uma emenda que trata da fiscalização dos frigoríficos, eliminando a autorização de Municípios e Estados fiscalizarem os frigoríficos brasileiros. Isso inviabiliza principalmente os pequenos e médios frigoríficos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Acir, V. Exª me permite?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com o maior prazer, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Só para eu entender. A emenda propõe que se tire aquela autorização e aquela fiscalização que o Município faz ao consumo municipal e ao consumo estadual?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eles mantêm a fiscalização do consumo municipal, mas a fiscalização do frigorífico municipal...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Certo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ..., que hoje fazem o comércio intermunicipal ficaria impedida.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Isso é impossível. Eles vão parar o sistema.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para o sistema. Até porque o Ministério da Agricultura não tem capacidade para isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. (*Falha na gravação.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – ... dos grandes frigoríficos. Como é que chama o carimbo deles?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O SIF (Sistema de Informações Fiscais.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – O SIF.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O SIF para exportação, principalmente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ele não tem gente para o SIF.

Temos vários Municípios, Presidente, que estão respondendo na Justiça, acionados pelo Ministério Público, por colocar pessoas à disposição do SIF, do MAPA, para ajudar lá no Município, para os frigoríficos conseguirem trabalhar. Quer dizer, imagina então se parar e ainda levar mais gente da inspeção federal para atividades que hoje são reguladas ou cuidadas pelos Municípios e pelos Estados. É coisa realmente impossível e vai travar tudo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E os pequenos e médios frigoríficos, Senador Blairo e colegas, vão ter que obedecer às regras do SIF e também da exportação, o que, evidentemente, vai inviabilizar a existência desses pequenos e médios frigoríficos.

Então, é só para alertar. Essa é uma medida provisória que ainda está na Comissão Mista, mas é importante que a gente a acompanhe para que não haja... O Relator é o Deputado Manoel Júnior. Eu ainda não tive contato com ele. Só estou acompanhando porque é um assunto que interessa muito à nossa Comissão e também ao nosso Estado de Rondônia.

Portanto, ao fazer esse registro, também aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer outra colocação sobre os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe que, divulgados ontem pelo Ministério do Meio Ambiente, revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 a julho de 2014.

No mês passado, dias antes da eleição, a organização ambiental o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Imazon, de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, divulgaram a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que constatou um aumento de 191% no desfloramento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado.

Além disso, acusaram o Inpe, que faz a medição oficial, de segurar dados do desmatamento da Amazônia no período pré-eleitoral. A verdade é que o Governo não segurou as informações. Naquela época, segundo a

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, os dados ainda estavam sendo tabulados pelo Prodes, que avalia os meses que integram o chamado "calendário do desmatamento", relacionado com as chuvas e atividades agropecuárias.

Portanto, agora o resultado é oficial. Ao contrário do que apregoavam as ONGs, o desmatamento reduziu mais uma vez nesse último período da Amazônia, assim como está reduzindo ano após ano. Isto porque não há mais necessidade de desmatar a Floresta Amazônica para o desenvolvimento mínimo das atividades produtivas na região, em especial as agropecuárias.

Para isso, basta usarmos as áreas degradadas ou fazermos as conversões das áreas de pastagens para áreas de plantio de grãos, uma vez que a pecuária tem se aperfeiçoado muito na região e já não necessitamos mais de grandes áreas para manter ou até mesmo aumentar o nosso rebanho.

Portanto, é por conta do avanço tecnológico de nossa agropecuária que o desmatamento está sendo reduzido na Amazônia.

Os números divulgados pelo Inpe são confiáveis, resultado de metodologia científica testada e aprovada, tabulados em programas sofisticados, a partir de uma base de dados e históricos captados a partir de satélites. O Inpe não trabalha com especulação; faz ciência da melhor qualidade.

Diante disso e do aumento da produção de grãos, carnes e pescados de Rondônia, podemos dizer que estamos fazendo uma agricultura cada dia mais sustentável, e é nesse caminho que nós estamos trabalhando e devemos seguir: o de aumentar a produção de grãos, de carne, de pescado sem aumentar o desmatamento. Não precisamos aumentar o desmatamento. Então, esse é um dado importante que é bom que nós possamos deixar claro para a população brasileira que não estamos aumentando o desmatamento da Amazônia. Pelo contrário. Nós estamos reduzindo o desmatamento da Amazônia e, mesmo assim, aumentando a produtividade.

Mais um alerta também. Nós estamos aumentando a produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, e registrando que ainda não está aberta a BR-319. Nós precisamos desta BR para que nossos produtos possam chegar até aos mercados de Manaus, de Boa Vista; exportarmos também via BR-174 para a Venezuela.

Então, faço esse registro e também celebrar esse índice de diminuição do desmatamento da Amazônia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir pelas informações.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria também de manifestar que estou de acordo com o parecer do Senador Waldemir Moka, inclusive pelas observações do Senador Blairo Maggi no que diz respeito ao projeto do Senador Randolfe Rodrigues, ainda mais tendo em conta o que foi observado, que já as áreas indígenas estão isentas do Imposto Territorial. Então, como guarda uma certa semelhança com as áreas quilombolas, estou de acordo com a manifestação de ambos os Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Suplicy.

Antes de encerrar a nossa reunião, convoco uma próxima reunião para o dia 4 de dezembro, uma audiência pública, para tratarmos da criação de cavalos no Brasil.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 17 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às oito horas e cinqüenta e dois minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador RUBEN FIGUEIRÓ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: EDUARDO SUPLICY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, WALDEMIR MOKA, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP e

IVO CASSOL. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Antonio Aureliano, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM** 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014. 6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Anunciada a matéria, a Senadora Ana Amélia solicita a palavra para informar a adequação do seu relatório, consolidando, em novo texto de Substitutivo, a Subemenda apresentada à Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), que altera o número do art. 21-A do art. 1º da Emenda CCT (Substitutivo) para 12-B. Resultado: A Presidência adia a votação do PLS nº 679, de 2011, para a próxima reunião deliberativa. **ITEM** 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka, o Senador Blairo Maggi faz uso da palavra para discutir a matéria. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 5– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra à Sra. Relatora, Senadora Ana Amélia, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. **ITEM** 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Antonio Aureliano. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. 3– A matéria será encami-

nhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. Encerrada a deliberação dos itens da pauta, o Senador Acir Gurgacz alerta a Comissão para a emenda apresentada à Medida Provisória (MPV) nº 653, de 2014 (que altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas), cujo Relator é o Deputado Manoel Júnior, que determina que a fiscalização dos frigoríficos seja feita somente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), praticamente eliminando a fiscalização que hoje é feita pelos Estados e pelos Municípios. Em seguida, o Senador Acir Gurgacz apresenta os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que revelam uma redução de 18% no desmatamento da Amazônia Legal entre agosto de 2013 e julho de 2014, contrariando informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), de Belém, junto com diversas ONGs ambientais, sobre a tendência de alta no desmatamento da Amazônia, baseado em um levantamento independente que revelou aumento de 191% no desfloramento em agosto e setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. O Senador Acir Gurgacz alerta, ainda, para a necessidade da abertura da BR-319, haja vista o aumento da produção em Rondônia, principalmente com relação aos produtos hortifrutigranjeiros, para que os produtos possam chegar até os mercados de Manaus, de Boa Vista; da Venezuela, exportados via BR-174. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Meus cumprimentos a todas as pessoas aqui presentes e minhas homenagens à Senadora Ana Amélia.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental.
2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo).
3– Na 22ª Reunião da CRA realizada no dia 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
4– Matéria em fase de votação.

5– O Projeto constou também da pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014.

6– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra a eminente Senadora Ana Amélia, Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente em exercício na Comissão, Senador Ruben Figueiró, estamos ainda sob o efeito do cansaço da longa sessão de ontem, do Congresso Nacional, em que se apreciaram as alterações nas metas do nosso superávit primário. Por muito pouco não deixei de comparecer, porque tive uma hipotermia. A sala do plenário estava extremamente fria, com uma temperatura muito baixa. Isso afeta as vias respiratórias. Até um Parlamentar do meu Estado... quem é gaúcho para sofrer frio? O frio estava muito grande. Como se diz lá, frio de renguear cusco. Cusco é cachorro no termo gaúcho. Quando está a geada sobre a superfície da terra, do barro, fica muito gelado, e o cachorro vira-lata caminha e gela as patinhas. Então, ele levanta uma pata para aquecer e anda claudicante. Nós usamos o termo espanhol *renguear*, caminhar claudicante. Então, quando está muito frio, e foi o que aconteceu ontem à noite lá, dizemos que é um frio de renguear cusco. Se assusta gaúcho, imagine as pessoas que moram no Nordeste o que sentiram com aquele frio, que é ruim para a própria saúde da gente? Era uma temperatura muito baixa e, à medida que diminui a lotação dentro do plenário, aquela temperatura, que era a mesma, parecia mais fria ainda. Até os funcionários ontem disseram que a temperatura estava abaixo da que normalmente está.

Foi uma sessão, eu acho, importante, porque a sociedade brasileira a estava acompanhando – eu e o Senador Ruben Figueiró estávamos comentando isso agora há pouco aqui. E eu penso que a responsabilidade do Congresso é exatamente esta: tentar recuperar um pouco a sua credibilidade, a sua independência do Executivo. Hoje estamos aqui sufocados pelo excesso de medidas provisórias, temos pouca capacidade de produção legislativa, por isso, penso que o embate deve ser e continuar desta forma: um embate respeitoso, um embate equilibrado.

O que me surpreendeu foi o número de mensagens que eu mesma recebi de pessoas se manifestando, contrárias à aprovação da iniciativa, de todas as partes do País; não só do meu Estado, mas do Nordeste, do Sudeste, da Bahia, do Ceará, pessoas estavam se manifestando. Então, eu acho que isso é o processo democrático.

A Oposição fez a sua parte. É evidente que, com a maioria esmagadora que tem o Governo, ele tratora as decisões, as deliberações. Claro, maioria é maioria, e a Oposição tem que cumprir o seu papel. Acho que fez o que deveria ter feito, embora o resultado seja conhecido.

Sou Relatora *ad hoc*, Senador, de matéria que trata de uma questão relacionada à política de agrotóxicos, para criar um agrotóxico mais natural. A autoria dessa matéria é a Senadora Ana Rita, e eu sou Relatora *ad hoc;* o Relator titular é o Senador Ivo Cassol. Assumi e fizemos uma matéria que aprovei porque já foi discutida – ela já foi discutida. Eu fui favorável à matéria. Ela está em caráter de definição terminativa aqui.

Nós não temos quórum para essa deliberação.

Então, deixaremos para a próxima sessão, quando tivermos quórum, para votarmos e aprovarmos a questão que institui – é iniciativa da Senadora Ana Rita – política nacional de apoio ao agrotóxico natural.

O meu voto é favorável a essa matéria, através de um substitutivo que já foi apresentado. Sugerimos a adequação no relatório com a finalidade de consolidar a subemenda ao texto, com a apresentação da Emenda nº 3 ao substitutivo.

Então, com isso, fica concluído o nosso trabalho e, agora, esperamos apenas a deliberação.

Então, elogio a iniciativa da Senadora Ana Rita, do Senador Cassol, e eu complementei esse trabalho.

Certamente, o Marcelo, nosso secretário, vai sobrestar, recomendar o sobrestamento, para votação na próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª, ao iniciar o seu voto como relatora, fez menção a uma questão muito importante, que o Congresso Nacional está decidindo.

Evidentemente, a expressão que V. Exª usou, "de renguear cusco", também é nossa, lá de Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, é?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – É.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Interessante. Tem muito gaúcho lá.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Aliás, em certa oportunidade, eu já disse a V. Exª que os mato-grossenses-do-sul são "matuchos", não é? Uma cruza de gaúcho com mato-grossense-do-sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É verdade, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, as expressões idiomáticas que o Sul usa, nós as usamos, também, com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu estive em uma cidade, Senador, se me permite, Chapadão do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E fiquei impressionada, primeiro, porque é um lugar belíssimo, lindo! A topografia é maravilhosa! Essa cidade deve ter uns 30 anos e uma população de 25 a 30 mil habitantes.

Eu estive lá a convite do Senador Waldemir Moka, que é seu colega do Senado, e fiquei impressionada: 95% da população de Chapadão do Sul são gaúchos. Essa população é formada por gaúchos, inclusive da minha terra, Lagoa Vermelha. Então, de todos os lugares do Rio Grande, ali estava um verdadeiro CTG, em Chapadão do Sul, e todos os hábitos foram levados para lá.

É uma cidade muito organizada, muito agradável, mas, sobretudo, a topografia do lugar, claro que com o espírito pioneiro desses agricultores, a maioria deles agricultores... Eu fiquei impressionada quando fomos lá discutir o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – A senhora me faz lembrar, também, das minhas ligações com Chapadão do Sul.

Eu, a pedido de um colonizador gaúcho, colaborei muito, porque eu era, à época, Deputado estadual por Mato Grosso e colaborei muito para a institucionalização de Chapadão do Sul, a princípio, como distrito e, depois, como Município.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Emancipação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu tenho razões atávicas, também, para rememorar aquela cidade, que é, hoje, uma das mais pujantes do meu Estado, porque talvez seja a maior produtora de grãos, hoje, em Mato Grosso do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ela está cercada de lavouras belíssimas.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Graças à fibra, ao espírito pioneiro do gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Que bom, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas eu estava dizendo a V. Exª, também, que a sessão que se realizou até esta madrugada no Congresso Nacional, da qual V. Exª participou ativamente – eu não pude, porque eu me encontrava, também, me recuperando de uma pneumonia dupla...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, aquele é pior ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... e o ambiente de lá não me permitia...

Fui lá apenas para votar os vetos, e a liderança dispensou-me. Eu fiquei de sobreaviso, apreciando a distância o sofrimento de todos os senhores e dos brasileiros, porque foi uma reunião que, historicamente, nós vamos lamentar profundamente. O Congresso Nacional se rendeu à vontade de uma pessoa, apenas para evitar que ela fosse, amanhã, penalizada através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu também recebi muitos *e-mails* de pessoas exprobrando a decisão que nós iríamos tomar. Infelizmente, nós somos oposição e não temos força suficiente para suplantar essa maioria esmagadora que o Governo colocou em plenário, mas eu tenho a impressão de que isso é mais um sentimento de revolta do povo brasileiro. A cada dia que passa, a decepção torna-se maior.

Eu confesso à senhora que, às vezes, tenho receio de que possamos ter uma manifestação tão importante da opinião pública brasileira que, não fosse esse sentimento democrático que nos anima, tenho para mim, que poderíamos sofrer alguns abalos não na estrutura da nossa democracia, mas um abalo nas relações entre os Poderes. Essa é a impressão que tenho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É, de fato, V. Exª tem a observação, primeiro, por sua experiência, pela percepção clara, pelo conhecimento, pela convivência com a atividade de Deputado Estadual. Toda a sua carreira política mostra uma experiência que permite essa visão, digamos, mais acurada do que pode acontecer.

Eu, como Senadora independente aqui, espero que haja equilíbrio nesse processo para evitar um mal maior ao País. Não torcemos, Senador, como também não o senhor – partilho da sua escola –, não queremos o "tanto pior, melhor". Não, não é isso que queremos. Queremos um Brasil com dignidade, com ética. Tudo que estamos vendo acontecer... a população se mobilizou e, graças a uma ação popular prevista no nosso instituto político, criou-se a Lei da Ficha Limpa. Foi a pressão que veio de fora sobre o Congresso Nacional. Não fosse isso, a matéria não teria sido aprovada.Então, a sociedade já teve e está tendo um ativo protagonismo nesse processo político, o que é extremamente saudável.

Lamento novamente o fato de as galerias terem sido evacuadas na noite anterior. Ontem foi proibido o acesso das pessoas, até de um grupo de 150 Vereadores de todo o País que tentavam assistir à sessão. O Presidente da União Brasileira de Vereadores pediu a minha interferência para falar com o Presidente para que eles pudessem assistir, mas, dado o tratamento recebido pela direção da Mesa do Senado e do Congresso Nacional, não foi autorizada a presença dos Vereadores que queriam participar daquele momento. Eram Vereadores de

todos os partidos, de todos os Estados. Certamente, os Vereadores não estariam lá para tumultuar, e, sim, para participarem e assistindo em um momento decisivo para a vida do País.

Como foi dito e eu até lembrei, um grupo de Prefeitos do Rio Grande do Norte ressaltou – e o raciocínio está claro, não é, Senador? –"se a União e o Presidente da República podem alterar a lei em seu benefício, os Governadores, que também estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal, igualmente podem pretender igual tratamento." Não cumprem a Lei de Responsabilidade Fiscal por uma série de fatores como os que foram alegados pelo Governo, de crise. Mas a crise mostra que, no nosso entorno, à exceção de alguns países como a Argentina e Venezuela, os países como Peru, Colômbia, a própria Bolívia, o Chile estão com um desempenho econômico de estabilidade, de controle de inflação, com inflação menor que a nossa. Por quê? Porque há um grau de confiança, estabilidade e segurança jurídica para as economias desses países. Então, penso que isso também levou a esse sentimento dos prefeitos dizerem: "bom, agora também temos o direito de mudar a lei."

Mas a mudança da lei não é boa para a sociedade. O que é a Lei de Responsabilidade Fiscal? É uma trava, um freio na gastança. Tivemos uma disputa presidencial, uma disputa nos Estados, que revelou quanto o processo da reeleição representa em relação aos gastos. Por isso, acho que uma das principais questões da reforma política será rever a reeleição. Não é uma coisa boa para o País. Não é. Temos, agora, quatro anos, também para Presidência da República e Governadores, o que também não é o tempo necessário. Cinco ou seis anos, e também sou favorável à coincidência de todas as eleições: Prefeitos, Governadores e Presidência da República. Acho que o Brasil já está pronto, depois das experiências de reeleição, para a ousadia de ter essa nova mudança no processo. Senão, vamos continuar tendo esses solavancos, como estão falando, de sustos, com essa formação de uma maioria sem sempre comprometida com programas ideológicos, mas apenas com interesse no exercício do poder e, não necessariamente com o interesse nacional.

E são muitos os problemas, gravíssimos problemas. Nós estamos, aqui no entorno de Brasília mesmo ou no próprio Rio Grande do Sul, o meu Estado, enfrentando uma crise financeira aguda. O Governador eleito, que teve o meu apoio, do PMDB, ex-deputado, ex-prefeito, José Ivo Sartori, como todos os Governadores... Não há um Governador que esteja em situação fácil do ponto de vista financeiro e administrativo. Ou seja: vai ser problemático também para os Estados.

Então, nós vamos conviver aí com dias de alguma preocupação e turbulência.

Vamos, agora, esperar o Natal passar, Senador, e vamos trabalhar nessa direção.

É esse o nosso negócio.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª manifestou-se de tal forma que representa não só o meu pensamento, mas o de muitas outras pessoas que estão preocupadas com os destinos do País. E, com essa decisão de ontem do Congresso Nacional, como dizemos lá no meu Estado – e acredito que também no Rio Grande do Sul –, abriu-se um boqueirão para que os Estados também tomem a mesma medida. É uma questão isonômica...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Abriram a porteira.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – É; abriram a porteira.

Meus cumprimentos a V. Exª pela exposição que fez.

A matéria constante do item 1, cuja Relatora é a Senadora Ana Amélia, mantém-se em fase de votação, pois não há número suficiente para apreciá-la agora.

O item 2 (PLS nº 201, de 2014), não terminativo, cujo Relator é o Senador Waldemir Moka, que não se encontra presente, fica, portanto, com a sua apreciação adiada.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
3– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.

Da mesma forma, o PLS nº 236, de 2014, não terminativo, cujo Relator também é o eminente Senador Waldemir Moka. Dessa forma, a sua apreciação fica transferida para a próxima reunião.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

O item nº 4 é de autoria da Senadora Ana Rita.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013
– Terminativo -

Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.
Autoria: Senadora Ana Rita.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.
2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.
3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto.
4– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA.
5– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Ruben Figueiró, eu vou deixar o relatório propriamente e vou passar diretamente à análise, para economizarmos tempo.

A proposição da Senadora Ana Rita é meritória, eis que busca atualizar o valor da multa sobre as infrações às normas de proteção ao trabalho rural, e, assim, combater de maneira mais efetiva os abusos contra o trabalho no campo.

Revisões pontuais, quando necessárias, devem ser feitas sempre que a realidade dos fatos assim o exija. Caso contrário infrações de grande potencial ofensivo continuarão a serem punidas com penas irrisórias, como é o caso que estamos a analisar.

O objetivo do projeto atende ao princípio da razoabilidade e, diante dos enormes danos que o desrespeito às normas trabalhistas pode causar ao trabalhador rural, constitui o instrumento mais apropriado a ser imposto aos infratores.

Quando de sua análise na CAS, o relator da matéria, com o intuito de adequar a proposição às normas da Constituição Federal, apresentou emenda convertendo em reais o valor da multa fixado em dois salários mínimos pelo projeto.

A mudança é necessária, tendo em vista que a instituição do salário mínimo tem por finalidade atender as necessidades básicas do trabalhador, não podendo este instituto ser desvirtuado, nem ter a sua função substituída pelo legislador, tornando-se inconstitucional qualquer ato desta natureza.

Assim, sua utilização para a formação da base de cálculo de qualquer parcela remuneratória ou com qualquer outro objetivo pecuniário (multas, indenizações, pensões etc.) esbarra na vinculação vedada pelo artigo 7º, IV, da Constituição da República, como está expresso.

Esse inciso diz o seguinte:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Todavia, ao se converter em reais o valor da multa (R$1,356,00), o projeto mais do que o atualizou, eis que o salário mínimo, ao longo desses últimos anos, além de ter seus valores corrigidos monetariamente, a ele vêm sendo agregado ganhos reais.

Em consequência, sua atualização, nos termos pretendidos tanto pelo projeto, quanto pela Emenda nº 1 – CAS, resultaria em aumento significativo de gradação da pena.

Com efeito, se corrigirmos o valor da multa, que, à época, era de R$380,00, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obteríamos o valor de R$833,36, bem aquém, portanto, dos R$1.356,00.

Desse modo, não há que se atualizar valor da multa, nem nos termos fixados pelo projeto, nem nos moldes adotado pela CAS.

Como vimos, ao projeto apresentamos emenda que estabelece o valor da multa de modo escalonado a depender do tamanho da propriedade do infrator. Porque seria injusto a aplicação de uma multa com o mesmo critério para um grande proprietário rural e para um agricultor com 20 hectares. Então, tivemos também a preocupação com esse aspecto e o levamos em conta.

Assim, no caso de propriedade com até 10 módulos fiscais, a multa será de 25% do salário base de cada empregado em situação irregular; com até 50 módulos fiscais, será de 50% do salário base de cada empregado; com até 100 módulos fiscais, será de 75% do salário base de cada empregado; com mais de 100 módulos fiscais, será de 100% do salário base de cada empregado.

Então, esse escalonamento, pareceu-nos, a nosso juízo, o mais adequado sob o nosso ponto de vista até da equiparação e da justiça social vislumbrada nesse projeto: pune de acordo com a capacidade do empregador.

Essa sistemática é a que mais se adapta à necessidade de atualização da multa proposta pelo projeto. Ao penalizar o infrator, de modo proporcional ao tamanho de sua propriedade, a sugestão contida na Emenda nº 2-CRA atende melhor ao princípio da razoabilidade, respeitando, igualmente, o caráter pedagógico que deve ter a sanção.

Por essas razões, acatamos a Emenda nº 2-CRA, que, com certeza, recompõe com mais justeza seu valor da multa aplicada aos infratores, no caso, da relação com os trabalhadores rurais.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, àquela que se reportava à questão do salário.

Esse é o voto, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – A Srª Senadora Ana Amélia, Relatora do projeto, conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2013, da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.

Não havendo quórum suficiente para a discussão da matéria, eu a transfiro para a próxima reunião.

Estou retirando de pauta os itens 5 e 6, para apreciação na próxima reunião.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Antonio Aureliano

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental.

2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto.

3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014
– Não terminativo -

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA.
3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE, em decisão terminativa.)

Consulto a Senadora Ana Amélia se deseja fazer alguma explanação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estamos chegando a este final, e seria natural que, após o prolongamento da sessão de ontem até quase 5h da manhã de hoje, fosse difícil estarmos aqui, hoje, agora, às 8h30, porque a nossa reunião começa às 8h30. Eu tive que sair à 1h da manhã, como falei, por conta da hipotermia. A saúde da gente tem que estar em primeiro lugar, não é, Senador? O compromisso já era muito grande.

Conseguimos a aprovação – eu fui Relatora na Comissão Mista de Orçamento, a CMO – do PLN nº 31, o primeiro item após a apreciação dos vetos, uma iniciativa do Executivo, para cumprir uma decisão judicial que autoriza uma provisão de recursos à Previdência Social para cumprir uma sentença judicial determinando que o Poder Executivo pague o valor devido aos aposentados do Aerus, que já estavam em vigília há bastante tempo, por mais de uma vez.

E quero fazer o registro de agradecimento ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, que permitiu essa vigília. Eles foram extremamente atenciosos, todos que estavam em vigília, e ontem, ao final da votação, no plenário do Congresso, víamos a felicidade deles, pessoas com 80, 83, 85 anos que não arredaram o pé até a hora da votação, o que aconteceu por volta de 23h.

Então, fico gratificada por ter me envolvido como Relatora na CMO e agradeço ao Presidente Devanir Ribeiro, que, por um acerto... a relatoria tem que pertencer à Comissão Mista de Orçamento. Conseguimos o apoio da Oposição e do Governo, porque a iniciativa era do Governo, e, então, tinha que ser cumprida.

Então, claro que, na questão regimental, os recursos foram usados e tal, e o retardamento não tirou a qualidade e a importância social da decisão aprovada ontem, beneficiando essas pessoas que trabalharam, que contribuíram, ao longo da vida, para um fundo de pensão, de aposentadoria complementar, mas a falha na fiscalização pelo Poder Executivo, pelo Governo, acabou prejudicando essas pessoas. Muitas delas estavam recebendo uma verdadeira esmola em relação aos direitos que tinham pela contribuição que deram ao longo do tempo para ter uma aposentadoria melhor do que aquela só do INSS. E aí é que veio o prejuízo.

Então, essa cobertura de R$248 milhões e alguns quebrados foi uma sentença judicial que o Governo cumpriu e agora tem que fazer o efetivo pagamento a eles. Nós tínhamos a preocupação de que isso ultrapassasse o exercício... Tem que ser pago agora. O Governo estava sendo multado.

Na sentença, a Justiça disse que o Governo teria multas de R$100 mil se não cumprisse a determinação legal. Mas, como era uma questão de suplementação orçamentária, de provisão orçamentária, era preciso o rito de apreciar na Comissão de Orçamento e também no plenário do Congresso Nacional, o que foi feito ontem.

Faço questão, de novo, de me referir à liderança da Presidente do Sindicato dos Aeronautas, da Graziela Bagio, que acompanhou a votação no plenário do Senado de cadeira de rodas. Ela foi retirada, na véspera, pelos seguranças, porque eles estavam de um lado das galerias e não estavam causando nenhum tipo de comprometimento, mas, como foi solicitada a retirada do outro lado da galeria, por solicitação da Deputada Jandira Feghali, que alegou ofensas à Senadora Vanessa Grazziotin, por isonomia ou igualdade, foram retirados também os representantes do Aerus que estavam nas galerias na noite anterior.

E a Graziela, então, que está de cadeira de rodas porque teve um problema, um acidente, que lhe rompeu os ligamentos e causou uma fratura no seu joelho, foi retirada pela segurança para evitar problemas. O próprio Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, se penitenciou e disse que aquilo não foi adequado, Mas é que, numa hora de tumulto, as coisas ficam realmente mais complicadas e mais difíceis. Então, o Senador Renan atribui...

Ela pôde assistir de dentro do plenário à votação dessa matéria muito importante de que tive a honra de ser Relatora na CMO e de ter defendido o acordo que havia sido fechado na semana anterior. Desse acordo participaram não só os Senadores do Rio Grande do Sul – Senador Paim, Senador Simon –, mas o Senador

Alvaro Dias também, do Paraná, que se envolveu e, na Câmara, o Deputado Rubens Bueno, que liderou uma comitiva que tratou muito do Aerus.

Foram várias reuniões na Casa Civil, na Advocacia-Geral da União e, enfim, ontem se chegou ao desfecho tão esperado por eles. Saíram pelo menos confortados, depois de tanto sacrifício e de uma vigília tão longa aqui no Congresso Nacional, com o apoio, claro, também do Presidente da Câmara, o Deputado Henrique Eduardo Alves.

Então, vamos continuar cumprindo com o nosso dever, não é, Senador Ruben Figueiró?

Daqui a pouco – aliás, eu quero convidá-lo especialmente a comparecer –, teremos na CAS, às 10h, uma audiência pública de grande relevância para tratar da prevenção ao câncer de intestino. Nós temos trabalhado muito, na CAS, nas questões de prevenção. Dizem que prevenir é o melhor remédio, não é, Senador? E a prevenção é mais barata também. Quando se ataca uma doença no começo, o tratamento é menor e menos dispendioso, seja para o paciente, seja para o Poder Público – é o caso daqueles que dependem exclusivamente do SUS –, seja para os próprios planos de saúde.

O objetivo dessa audiência pública é trazer especialistas do Brasil inteiro. Vem o Dr. Paulo Hoff, do Instituto do Câncer de São Paulo, que tem grande expressão nacional, é um especialista. Sei que abriram mão de suas agendas, do atendimento dos seus pacientes. Também vem a Drª Marlise, que foi quem me provocou, é do Rio Grande do Sul, da área de Proctologia, do Hospital Ernesto Dornelles, e várias outras autoridades, especialistas na área da saúde, especialmente da área do tratamento do câncer. Então, estão todos convidados a comparecer a partir das 10h. Estão vindo pessoas de outros Estados e, evidentemente, a realização dessa audiência será importante. O Senador Moka vai presidi-la, e acho que teremos um bom resultado. O senhor está convidado também e todos os nossos telespectadores que nos acompanham aqui pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelas explanações que fez, sobretudo com relação à votação, ontem, da medida provisória, que concedeu recursos extraordinários para pagamento desse compromisso que o Governo da República tem com esses ex-servidores, beneficiários da Aerus.

Eu sou testemunha do trabalho de V. Exª, do Senador Paulo Paim, do Senador Alvaro Dias, do Senador Pedro Simon. Durante vários, vários meses nós tivemos oportunidade, no plenário, de receber a visita dos funcionários...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dos ex-comandantes, comissárias e comissários, pilotos.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – ... dos comissários, comandantes, pilotos da Aerus. Era uma situação extremamente constrangedora para todos nós. Senhores de idade avançada, meus companheiros de idade, estavam lá, aguardando uma manifestação do Governo, de instâncias do Congresso Nacional.

V. Exª foi muito feliz ao relatar, ontem, o projeto. Eu apreciei a manifestação de V. Exª. Acho que ontem esse foi o ponto alto daquela reunião. Não fora a decisão do Congresso Nacional, votando a medida provisória, nós teríamos uma noite negra no Congresso Nacional. Meus cumprimentos a V. Exª pela oportunidade e felicidade de ter se manifestado favoravelmente a uma causa que nos estava constrangendo, porque era um direito que eles tinham, e o Governo, infelizmente, estava negando a eles.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Não há mais nada a tratar.

Vou encerrar esta reunião, cumprimentando a Senadora Ana Amélia e todos os aqui presentes.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES e VALDIR RAUPP. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Zeze

Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião se destina à apreciação dos Requerimentos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, decorrentes da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM** 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, de 2014. Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja o planejamento, a execução e o controle do crédito rural no País. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. Anunciada a matéria, após a leitura do relatório pelo Senador Ruben Figueiró, o Senador Waldemir Moka sugere que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a execução das recomendações feitas no relatório no final do próximo ano e o Senador Ruben Figueiró acolhe a sugestão do Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Ruben Figueiró. **ITEM** 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, de 2014 – Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no exercício de 2014, seja a política de recursos hídricos para a região semiárida nordestina. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Anunciada a matéria, após a leitura do relatório pelo Senador Acir Gurgacz, não houve oradores inscritos para discutir a matéria. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matéria decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Item 1.

Requerimento nº 10, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros, que tem por finalidade discutir, analisar as política públicas de planejamento, execução e controle de crédito rural do Brasil.

Informo que foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria em 10/6/2014 e em 04/11/2014.

Comunico ainda que foram encaminhados requerimentos de informação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como para o Banco Central do Brasil, sendo devidamente respondidos.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró, para proferir o seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eminente Senador Benedito de Lira, Sr. Senador Waldemir Moka, meu querido conterrâneo, foi um trabalho exaustivo, principalmente realizado pela nossa extraordinária equipe de assessores.

Só antes de adentrar o texto das minhas declarações, quero dizer a V. Exªs que foi um trabalho de mais de 216 páginas, trazendo um retrospecto minucioso dos trabalhos realizados pela Comissão, no sentido de levantar todos os dados referentes ao crédito rural no nosso Estado, planejamento, execução e controle.

Nesse período, Sr. Presidente, realizamos, ao longo dos últimos meses, trabalhos referentes à analise do planejamento, da execução e do controle do crédito rural em nosso País.

Por esse motivo, apresento para o conhecimento desta Comissão o relatório das principais atividades desenvolvidas.

Destacamos inicialmente a oportunidade e o acerto da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que estabeleceu o procedimento de avaliação de políticas públicas em ciclos anuais no âmbito das Comissões Permanentes. Essas avaliações sistematizadas, que foram inauguradas no ano em curso, serão instrumentos de grande importância para a qualificação do debate político.

É de prever, consequentemente, que terão também impacto altamente positivo nas nossas deliberações e na contribuição do Poder Legislativo para o aprimoramento das políticas públicas em geral.

As análises realizadas permitiram verificar a existência de pontos fortes e de desafios nas políticas públicas referentes ao crédito rural brasileiro. Ressalta-se, assim, a constatação de oportunidade de melhorais nessas políticas.

Partindo-se da comparação com as realidades norte-americanas e europeia, observa-se a existência de particularidades quanto à política agrícola brasileira e quanto ao ambiente institucional do sistema financeiro nacional, que justificam a preocupação especial do Governo em buscar as condições necessárias para viabilizar o acesso do agricultor ao crédito, de forma que a coordenação dos recursos vinculados, fundos públicos e das dotações orçamentárias destinadas à equalização de taxas de juros, reveste-se de singular importância dentro do contexto da política agrícola brasileira. Além disso, conquanto apresente custo significativo para o erário, o subsídio nacional é relativamente baixo, se comparado com o das nações desenvolvidas ou mesmo com o de nações emergentes e que apresentam perfil socioeconômico semelhante ao do Brasil.

A participação de bancos privados e de cooperativas ainda é intermediária na concessão do crédito agrícola no Brasil, se comparado com a dos bancos públicos.

Ademais, a importância das instituições oficiais de crédito é destacada tanto por sua significativa participação no mercado nacional de crédito rural como por sua atuação estratégica, assumindo o papel de executores das medidas anticíclicas preconizadas pelo Governo Federal, em contraponto aos agentes privados que operam basicamente com recursos oriundos do mercado financeiro internacional, ampliando suas atividades como operadores de crédito rural nos períodos de expansão econômica local e reduzindo sua participação em tempos de crise.

Em que pesem os avanços recentes, a diversificação das fontes de financiamento da agricultura pode contribuir para aprimorar a oferta de crédito no País, proporcionando alternativas aos produtores rurais, sobretudo os hipossuficientes.

Quanto ao planejamento, os desvios entre a previsão e o volume de recursos e sua efetiva aplicação vêm diminuindo para todas as modalidades de crédito. Além disso, as transformações ocorridas no planejamento da política de crédito rural brasileira tornaram esse crédito mais sustentável e transparente, com menor dependência das fontes públicas de financiamento.

Há, todavia, desafios a serem enfrentados no que concerne à estruturação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do crédito rural.

Entre as melhorias institucionais sugeridas, cita-se a necessidade de aprimorar o processo de prorrogação automática de operações de crédito rural e de repensar um modelo de renegociação de dívidas rurais do País, uma vez que o atual modelo de renegociação envolve: a) custo fiscal desproporcional; b) tendência de esgotamento das fontes de crédito; c) intensa necessidade de participação da esfera política na questão e distorção de incentivos, na medida em que o modelo tende a premiar, como se demonstrou em experiências recentes, o inadimplemento.

O aprimoramento institucional do crédito rural passa também pelo planejamento integrado ao de outras políticas públicas, cuja execução pode gerar efeitos de sinergia em relação ao crédito.

Quanto a esse assunto, verificou-se que há grandes espaços para avanços, seja com relação às políticas que dão suporte à atividade do crédito, seja quanto àquelas que se beneficiam do crédito para a consecução dos seus objetivos.

Merece atenção especial a política de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), que é importante na redução das desigualdades entre as regiões, uma vez que os níveis de desenvolvimento social e econômico, assim como o perfil fundiário regional, geram disparidades na aplicação dos recursos de crédito rural. Além disso, destaca-se a importância do sistema de Ater para a inclusão de parte considerável da agricultura familiar que ainda não tem acesso ao sistema de crédito oficial.

Com relação ao controle da política de crédito, não obstante a existência de avanço, ainda há desafios para o pleno funcionamento do sistema de operação de crédito rural e do Proagro/Sicor, quais sejam: a) tornar essa matriz acessível para a consulta de todos os cidadãos interessados no tema; b) a construção atualmente em curso de sistema em que será acoplado ao Sicor, referente às exigibilidades no crédito rural.

Essas medidas serão importantes para aprimorar o controle do crédito, proporcionando mais consistência e integridade dos ativos e dos passivos da política implementada.

Compreendemos que as análises e as conclusões deste relatório devam ser encaminhadas à Mesa do Senado Federal para envio, entre outras, a critério da administração da Casa, às seguintes entidades: à Presidência da República, ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Meio Ambiente, Ministério da

Integração Nacional, às Secretarias de Agricultura dos Estados e do Distrito Federal, à Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União.

No que diz respeito às recomendações ao Poder Executivo, sugere-se:

a) fortalecer, no âmbito do Banco Central do Brasil, a abrangência, a consistência, a integridade e a tempestividade das operações operacionais do crédito rural, com vista à transparência e à necessidade de suporte ao planejamento, à execução e ao controle por parte dos órgãos governamentais e da sociedade;
b) reduzir, nos escopos do planejamento e da execução, as instruções entre a previsão do volume de recursos e sua efetiva aplicação em todas as modalidades do crédito rural;
c) ampliar a diversificação de fontes, agentes e instrumentos de crédito rural;
d) desenvolver mecanismos de acompanhamentos em tempo real e de redução da inadimplência das operações financeiras do Sistema Nacional de Crédito rural;
e) manter a diferenciação de linhas de crédito, conforme o porte do produtor rural, como estratégia de fomento à agricultura familiar e de apoio ao médio e grande produtor;
f) reduzir a burocracia para acesso ao crédito rural, sem elevação do risco de impacto fiscal;
g) desenvolver mecanismos de prorrogação administrativa de operações de crédito rural no âmbito dos agentes financeiros, diante da incapacidade involuntária de pagamento do mutuário;
h) expandir a integração do crédito rural com uma política de pesquisa agropecuária e Ater;
i) aprofundar a integração dos instrumentos de crédito rural com outros instrumentos existentes;
j) aumentar a participação dos agentes financeiros privados e cooperativas na execução e no controle do crédito rural;
k) planejamento, a execução e o controle do crédito rural no Brasil se encontram intimamente inseridos nas prerrogativas constitucionais exclusivas do Poder Executivo Federal.

Por esse motivo, dificulta-se a ingerência do Parlamento nas iniciativas de aperfeiçoamento da legislação, no que tange à atribuição de novas funções aos órgãos da Administração Federal que planejam, executam e controlam o crédito rural no País. Assim, as vias de aprimoramento da estrutura, dos instrumentos e do funcionamento do crédito rural brasileiro, passam pela necessária interlocução do Poder Legislativo com o Poder Executivo, bem como pela análise apurada e pelo aperfeiçoamento oportuno das proposições iniciadas pela Presidente da República no âmbito do Congresso Nacional. No entanto, como objetivo de médio prazo, entende-se como oportuna a constituição, em articulação entre o Governo Federal e o Congresso Nacional, de um grupo de trabalho para iniciar estudos, com vista à consolidação da legislação rural, onde se incluirá a pertinente ao crédito rural.

Por fim, excelências, registro meus agradecimentos a todos os Senadores desta Comissão e a todos os convidados que participaram das audiências públicas realizadas com objetivo de avaliar as políticas de crédito rural no Brasil. Gostaria de lembrar que essas avaliações neste ano de 2014 são as pioneiras no quadro das atribuições conferidas pela Resolução nº 44, de 2013, e oferecerão poderosos subsídios à formulação e ao aprimoramento das políticas públicas na agropecuária e em todas as demais atividades da vida nacional.

Ainda, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos Consultores Humberto Mendes de Sá Formiga, Eduardo Simão de Souza Vieira, Fernando Lagares Távora, Henrique Salles Pinto, que honram a nossa Consultoria Legislativa do Senado Federal, pelo conhecimento técnico, comprometimento com as questões desta instituição e dedicação com os temas desta Comissão. Da mesma forma, quero agradecer também ao Dr. Marcello Varella e sua equipe pelo profissionalismo com que secretariaram esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srs. Senadores, seria impossível realizarmos o nosso trabalho sem o auxílio e a dedicação dessas pessoas que elevam o nome desta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, é essa a minha manifestação, mas desejo finalmente e especialmente destacar a atuação de V. Exª, que deu oportunidade a que todos nós relatores pudéssemos exercer um trabalho de tal forma que representasse realmente o pensamento desta Comissão.

Portanto, tem V. Exª os nossos agradecimentos e, sobretudo, as nossas homenagens pelo seu espírito público na conduta desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Figueiró, pelo seu relatório e pela maneira como V. Exª tem se comportado ao longo deste período, na condição de membro efetivo desta comissão.

Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, a Mesa Diretora, o Senador Renan Calheiros, ele criou esta modalidade, pela qual cada comissão permanente pode fazer, no final do ano legislativo, uma avaliação de uma política pública nacional no âmbito das várias comissões permanentes.

Hoje, à semelhança do que estamos fazendo aqui, votamos o relatório da Senadora Ana Amélia, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre política pública, a saúde integral da mulher, um relatório à semelhança desse do nobre Senador Ruben Figueiró.

E nós fizemos uma avaliação que eu quero compartilhar, porque se trata de um relatório para o qual foram feitas audiências públicas, autoridades vieram, deram depoimento e sobre o qual a Consultoria do Senado se debruçou. O Senador Ruben Figueiró apresenta um relatório amplo em que considera várias formas de planejamento, a forma do crédito, como deveria ser, faz sugestões críticas. Agora, eu penso que esse relatório, se nós não tivermos uma forma de aferir, de acompanhar, ele vai virar mais um relatório.

Então eu queria aqui, ao aprovarmos, que criássemos algum mecanismo. Por exemplo, que ao final do ano que vem, nesta mesma Comissão, a gente pudesse avaliar – e que isso ficasse registrado – o que aconteceu, em termos práticos, de avanços, com as sugestões, com as críticas que foram feitas nessa avaliação de uma política pública nacional, porque só assim, a meu juízo, é que essa sugestão, ou melhor, o que o Presidente do Senado, a Mesa Diretora colocou para as Comissões permanentes, realmente vai poder ter algum valor, senão será mais um relatório sem, na prática, alguma coisa em que se possa avançar. O relatório, prestei atenção, é muito amplo e muito bom. Então, agora, a Comissão teria que ter condições de acompanhar. Não sei se estou sendo claro, Senador Acir, Ruben Figueiró e meu caro Presidente, mas eu enxergo dessa forma.

E ao encerrar, quero alertar – já o fiz, eu sou da Comissão Mista de Orçamento – hoje, ao contrário do que se imaginava, você fez um acordo, votou-se já o relatório da receita, vamos evoluir para, até o final da tarde, votar a LDO, e há um compromisso de votarmos também a Lei Orçamentária. Aí, vale dizer, a Comissão de Agricultura terá que ter, até terça-feira, uma votação das chamadas emendas de Comissão.

E aí queria apenas e tão somente, como faço parte lá, Presidente, lembrar que o nosso prazo é muito curto e seria o caso hoje, aqui mesmo... Estive conversando com o Senador Acir Gurgacz e, quem sabe, o nosso Acir Gurgacz poderia ser o relator. Eu não estou... Porque eu vou fazer o da saúde, Presidente. Lá não deu nem tempo, como a sessão foi de manhã, para designar. Então estou avocando, pela dificuldade de prazo, mas aqui talvez V. Exª tenha condição de designar já um relator, e a gente poder apreciar isso e dar a nossa contribuição à Comissão Mista do Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito bem, Senador Moka, foram muito bem lembradas essas observações que V. Exª faz. Realmente, se não houver a continuidade desse trabalho, não tem sentido essas políticas públicas que nós estamos aprovando aqui.

Aproveito a oportunidade e já designo o Senador Acir Gurgacz para ser Relator das emendas da Comissão para o Orçamento, para a próxima semana, a próxima terça-feira... Não é isso, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Terça-feira é o último prazo, Presidente. Era até a meia-noite de terça-feira, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Para a aprovação e o encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão o relatório do Senador Figueiró.

Com a palavra o Senador autor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu achei extremamente oportuna a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka.

Eu quero dizer que é preciso que nós tenhamos sempre à vista os resultados desse trabalho. Aliás, aqui, na p. 8 do meu relatório, eu ressalto essa circunstância dizendo: "Assim, as vias de aprimoramento da estrutura e instrumento de funcionamento do crédito rural brasileiro passam pela necessária interlocução do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como pela análise apurada e pelo aperfeiçoamento oportuno das proposições iniciadas pela Presidência da República no âmbito do Congresso Nacional". E friso, finalmente: "No entanto, com o objetivo de médio prazo, entende-se como oportuna a constituição, em articulação com o Governo Federal e o Congresso Nacional, de um grupo de trabalho para iniciar estudos com vistas à consolidação da legislação rural, onde se incluirá a pertinente ao crédito rural".

A sugestão, portanto, é no sentido de acolher plenamente a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka. Assim, a Comissão de Agricultura do Senado terá condições de acompanhar *pari passu* a execução das recomendações feitas por esta Comissão, se aprovado agora o relatório que tive a honra de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa).

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências regimentais.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 10, DE 2014

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que a Política Pública de "Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil" seja avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no exercício de 2014.
Autoria: Benedito de Lira e outros
Relatoria: Ruben Figueiró.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Item 2.

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 12, de 2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros, que estabelece procedimentos de avaliação de políticas públicas de recursos hídricos para a região semiárida Nordestina.

Informo que foram realizadas audiências públicas para instruir a matéria em 10/06/2014 e 06/11/2014.

Comunico que foi encaminhado requerimento de informação ao Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato, as audiências públicas foram de fundamental importância para que esse relatório fosse feito.

Também aproveito a oportunidade para cumprimentar os consultores, que fizeram um trabalho muito importante e um bom trabalho de fato com relação ao relatório produzido. Os nossos Consultores foram o Dr. Frederico Andrade Tomich, Gustavo Cerqueira e Habib Jorge Fraxe Neto. Os meus cumprimentos pelo belo trabalho que fizeram os nossos consultores. Juntamente com as audiências públicas, eles puderam produzir um belo trabalho.

Apresentação.

Políticas públicas são programas de ação governamental para coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas no sentido da realização de objetivos que atendam demandas sociais e resolvam deficiências estruturais da realidade socioeconômica. Entretanto, não é o suficiente que as políticas públicas reflitam os anseios sociais, cabendo ao Congresso Nacional, como representante da sociedade, analisar se essas políticas de fato atendem tais demandas. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir da avaliação do impacto dos programas de governo quanto ao atingimento das metas para as quais foram criadas.

A Constituição Federal prevê, no art. 49, inciso X, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a de fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Com o objetivo de tornar mais sistemática a ação fiscalizatória do Senado Federal sobre as ações finalísticas do Executivo, foi editada a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevendo que a Casa realize a avaliação de políticas públicas no sentido de buscar, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º da norma, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. As comissões temáticas são o ambiente natural para essa avaliação, pois, nelas, se conduz o debate especializado sobre os principais setores em que se divide a realidade nacional.

No âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, um dos temas selecionados como objeto de avaliação refere-se às políticas públicas sobre recursos hídricos para a agricultura na região semiárida nordestina.

Inicialmente, aprovou-se o plano de trabalho para essa avaliação na CRA ,com propostas de atividades a serem realizadas pela Comissão. O conteúdo do presente relatório fundamenta-se nesse plano, conforme sumário a seguir apresentado.

Das políticas públicas sobre recursos hídricos para a agricultura no Semiárido nordestino dependem milhões de brasileiros que residem naquela região, onde se observam inclusive processos de desertificação,

agravados pelos recorrentes períodos de escassez de água. Avaliar essas políticas e propor medidas legislativas no sentido de aprimorá-las é uma tarefa fundamental para o Senado Federal.

O relatório foi divido em nove partes, para melhor enfatizar as questões mais relevantes sobre o tema em análise.

Na introdução, são apresentados alguns aspectos econômicos que caracterizam o Semiárido nordestino, destacando indicadores relacionados à distribuição populacional e ao desenvolvimento social e econômico. Também na introdução são levantados os aspectos ambientais relacionados à disponibilidade de água no Semiárido, com ênfase nas características de clima e relevo.

Na segunda parte, são apresentados os resumos das audiências públicas realizadas no âmbito desta Comissão, com o objetivo de enriquecer o debate sobre a matéria.

A terceira parte contém um resumo dos principais resultados e recomendações presentes nos relatórios de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em projetos públicos relacionados à mitigação do problema de disponibilidade de água no Semiárido.

Na quarta parte, discorre-se sobre o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e sobre a disponibilidade de recursos hídricos para o Semiárido.

Na quinta parte, discute-se sobre a irrigação do Semiárido, com apresentação de resultados de alguns estudos de avaliação de perímetros irrigados no Nordeste.

A sexta parte apresenta uma breve discussão sobre as políticas de gestão da escassez hídrica no Semiárido, tendo como pano de fundo os eventuais conflitos decorrentes do uso múltiplo das águas.

A sétima parte trata da vulnerabilidade e de formas de adaptação das populações e dos sistemas agrícolas do Semiárido aos efeitos da escassez hídrica.

Na oitava parte está um breve relato sobre as proposições legislativas relacionadas a políticas de recursos hídricos no Semiárido.

Na conclusão, são apresentadas as considerações finais.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório de introdução, Sr. Presidente, se compõe de mais de cem páginas. E muito bem feito, volto a dizer. E cumprimento os nossos consultores pelo belíssimo e importante trabalho que fizeram.

Como este relatório está à disposição dos Senadores e das Senadoras, eu peço permissão para pular essa introdução, Sr. Presidente, pelo tamanho do relatório. E passo às considerações finais.

Com fundamento nas informações contidas neste relatório, apresentamos as seguintes considerações no sentido de fortalecer as políticas públicas que cuidam dos recursos hídricos para a agricultura no Semiárido nordestino.

1) Em audiência pública, o Ministério da Pesca e Aquicultura informou sobre a identificação de áreas aptas para a produção, com estimativas de que se pode alcançar uma produção de 30 mil toneladas de pescado por ano, girando em torno de 5,6 mil empregos.

Considerando a população do Semiárido nordestino de, aproximadamente, 21,3 milhões de pessoas, essas metas de criação de empregos divulgadas seriam extremamente tímidas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informou, em audiência pública, que o potencial de irrigação para todo o Nordeste seria em torno de 1,3 milhão de hectares.

Dado o incremento da produtividade resultante de uma área irrigada, que pode chegar a até sete vezes a de uma área de sequeiro, programas de irrigação específicos para atender à população do Semiárido deveriam ser, cada vez mais, robustecidos, com foco não apenas na oferta de água, mas também na viabilidade econômica e na modicidade de custo do suporte energético.

Na mesma audiência pública, o mapa esclareceu que o consumo médio de áreas irrigadas é da ordem de 14 mil metros cúbicos por hectare por ano, com uma eficiência de 45%.

Se dobrada essa eficiência, o consumo seria reduzido a 7 mil metros cúbicos por hectare/ano, permitindo maior disponibilidade hídrica para outros usos.

Isso demonstra a importância de programas para inovação tecnológica e extensão rural, associados a métodos mais eficientes de irrigação, sobretudo para evitar a salinização de solos, comumente observada em projetos de irrigação no Nordeste.

Segundo o Tribunal de Contas da União, o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco não resolverá a escassez hídrica do Semiárido. Para tanto, serão necessárias obras complementares, para possibilitar que o projeto alcance uma porção significativa das regiões afetadas.

Além disso, a gestão hídrica precisará ser modificada no sentido de uma possível maior autorização, por meio de outorgas, por uso de águas nos processos produtivos, como no caso da agricultura.

Os órgãos responsáveis para tanto seriam, no plano federal, o Ministério da Integração Nacional e a ANA, e os Governos Estaduais na região afetada, com seus respectivos órgãos de gestão hídrica.

5) Um dos aspectos principais para diminuir a vulnerabilidade do Semiárido, as secas e as alterações climáticas será a implementação de programas para a recuperação das pequenas bacias hidrográficas, por meio da restauração de nascentes. Ainda, o fomento a atividades de exploração vegetal sustentável para uso como lenha, no fornecimento de energia à população rural.

6) Em relação às medidas recomendadas, em 2008, pelo TCU, por meio do Acórdão nº 2467, de 2009, a CRA poderia, como desdobramento deste Relatório, reforçar a importância dessas recomendações aos respectivos órgãos, pois o Acórdão nº 1404, de 2012, do Plenário do TCU, avaliou que as seguintes recomendações ainda não haviam sido complemente implementadas:

9.1) Recomendar à Casa Civil da Presidência da República, na condição de Coordenador do Comitê Interministerial sobre Mudanças de Clima, instituído pelo Decreto nº 6.263, de 2007, que estude formas de promover a articulação político-institucional, entre os diversos setores do Governo Federal encarregados de atuar nas questões relacionadas com as mudanças climáticas, com vistas a agilizar a avaliação dos riscos de tais mudanças para o País, bem como a elaboração de informações técnicas sobre o tema, em especial no que diz respeito ao Semiárido brasileiro, levando-se em conta o impacto que poderão sofrer os recursos hídricos na região.

9.2) Recomendar ao Ministério do Meio Ambiente que adote providências, por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, no sentido de obter as condições necessárias à implementação do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação, inclusive quanto à disponibilização dos recursos necessários a essa medida.

7) A gestão de recursos hídricos na Bacia do rio São Francisco pode ser aperfeiçoada em níveis estaduais e estadual, interestadual e estadual, por meio de novo planejamento para suas bacias e suas sub-bacias e pelo fortalecimento institucional dos respectivos comitês de bacia hidrográfica. Esse planejamento, consolidado nos planos de recursos hídricos, deve considerar a expansão das atividades econômicas, assim como a capacidade de suporte da bacia.

Para o produtor rural do Polígono das Secas, o acesso à água não é condição suficiente para o desenvolvimento, o que contradiz um dos mitos criados em torno das condições de pobreza dos agricultores no Semiárido nordestino.

Outros requisitos necessários para que possam produzir e se inserir de forma competitiva nos mercados incluem acesso a crédito, educação, escoamento da produção, acesso à assistência técnica e a tecnologias de irrigação eficientes, bem como soluções para o baixo grau de organização social.

Finalmente, em relação a medidas legislativas que poderiam ser apresentadas pela CRA para aperfeiçoar a execução dessas políticas públicas sugerimos:

1) alteração da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir inciso no art. 2º, no sentido de priorizar projetos destinados a garantir o abastecimento hídrico para consumo humano de sedentação de animais e atividades agrícolas familiares no Semiárido nordestino.

A inovação legislativa poderia ainda conceituar o termo Semiárido nordestino, com referência à legislação específica;e dar prioridade aos pedidos de outorga oriundos de Municípios do Semiárido nordestino, por meio de dispositivo específico ao art. 14, que regula a outorga do uso de recursos hídricos pela autoridade competente; incorporar programas e obras para a reservação hídrica no Semiárido aos planos de recursos hídricos voltados aos Estados da região, como o parágrafo único do art. 8º, e com previsões específicas sobre adequada gestão da quantidade e da qualidade da água reservada;

2) alteração da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação para:

I – incluir, entre os objetivos instalados no art. 4º, a prioridade na implantação e na manutenção de projeto de irrigação no Semiárido nordestino;

II – possibilitar processo de licenciamento ambiental simplificado para os projetos de irrigação a serem implantados no Semiárido, com inclusão de dispositivos aos artigos do capítulo V – da implantação dos projetos de irrigação, prevendo-se medidas para evitar a salinização dos solos, pois aproximadamente 30% das áreas irrigadas dos projetos públicos do Nordeste apresentam problemas de salinização.

Algumas dessas áreas deixaram de ser produtivas, e os custos para a sua recuperação são proibitivos.

Diante do exposto, requeiro dar conhecimento do presente relatório à Mesa do Senado Federal, para posterior remessa aos seguintes órgãos do Poder Executivo:

1) Presidência da República;

2) Casa Civil da Presidência da República;

3) Ministério da Integração Nacional;
4) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
5) Ministério da Pesca e Aquicultura;
6) Agência Nacional de Águas;
7) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gurgacz por esse brilhante relatório, que diz respeito às necessidades hídricas para o Nordeste brasileiro.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2014

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, consoante a Resolução nº 44, de 2013, que a Política Pública de "Recursos Hídricos para a Região Semiárida Nordestina" seja avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no exercício de 2014.
Autoria: Benedito de Lira e outros
Relatoria: Acir Gurgacz.)

Aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências necessárias.

Encerrada a Ordem do Dia, comunico aos Srs. Senadores que amanhã haverá, às 8 horas e 30 minutos, a aposição dos seis Presidentes da CRA e, em seguida, às 9 horas e 30 minutos exatamente, audiência pública para falarmos sobre criação de cavalos no Brasil.

Na próxima terça-feira, dia 16/12, haverá uma reunião deliberativa e, em seguida, a aprovação das emendas ao Orçamento, para o que está designado Relator o eminente Senador Acir Gurgacz.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e agradeço a todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá inicio à Cerimônia de aposição de retratos na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal: Senador Sérgio Guerra (2005/2006); Senador Joaquim Roriz (2007); Senador Neuto de Conto (2007/2008); Senador Valter Pereira (2009/2010); Senador Acir Gurgacz (2011/2012).

O Presidente convida os ex-Senadores Neuto de Conto e Valter Pereira, o Senador Acir Gurgacz e a Deputada Distrital Liliane Roriz, representante do ex-Senador Joaquim Roriz, para comporem a mesa. Após a manifestação dos homenageados, os Senadores Benedito de Lira, Waldemir Moka, Jayme Campos, Ruben Figueiró, Luiz Henrique, Antonio Aureliano e Casildo Maldaner usam da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às dez horas e dezenove minutos, convidando a todos para o descerramento da faixa na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Comunico à Comissão a abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, na origem, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015, e dá outras providências. A abertura do prazo começa hoje e se encerra na segunda-feira, às 18 horas e 30 minutos.

A presente reunião destina-se à solenidade de inauguração da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Lembro os cinco Senadores que ocuparam anteriormente a Presidência desta Comissão permanente: Senador Sérgio Guerra, no período de 2005 a 2006; Senador Joaquim Roriz, no ano de 2007; Senador Neuto de Conto, no período 2007 a 2008; Senador Valter Pereira, no período de 2009 a 2010; Senador Acir Gurgacz, no período de 2011 a 2012.

Convido a Deputada Distrital Liliane Roriz, representante do Exmº Sr. Senador Joaquim Roriz, para tomar assento à mesa.

Convido também o Senador Neuto de Conto, o Senador Valter Pereira e o Senador Acir Gurgacz para tomarem assento à mesa.

Composta a Mesa, queria cumprimentar os Senadores Moka e Jayme Campos, os demais convidados e familiares aqui presentes.

É uma alegria muito grande para esta Comissão, na manhã de hoje, praticamente ao encerrarmos as atividades deste ano de trabalho na Comissão, inaugurar a Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Lembro-me muito bem – e está aqui o eminente Senador Moka – que a Comissão de Agricultura na Câmara, quando éramos Deputados, era uma das Comissões mais importantes daquela Casa pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados não só à Administração, mas, acima de tudo, ao setor primário do País.

Nenhuma Casa Legislativa pode sobreviver com dignidade se não tiver, em seu quadro de comissões técnicas, a Comissão de Agricultura, que é, sem dúvida alguma, um instrumento de desenvolvimento da atividade primária do País. Através dela, de suas discussões, dos ensinamentos ali proporcionados, inclusive como processo de assessoramento ao Ministério da Agricultura e a outros órgãos, não só para o desenvolvimento da atividade agrícola, mas com especialidade também da pecuária brasileira.

Apesar de os homenageados serem outros, mas, me chamou a atenção, Senador Jayme Campos e caro Senador Figueiró, a atuação do Parlamentar Waldemir Moka. Eu imaginava, à época, ser um dos maiores latifundiários que tínhamos lá em Mato Grosso, tendo em vista a sua dedicação, a sua determinação e pela maneira como ele se comportava e trazia os problemas para a Comissão de Agricultura da Câmara, a ponto de ser o seu mais eficaz Presidente. Posteriormente, eu tomei conhecimento de que o Moka não era agricultor, pois ele não tinha um palmo de terra, não tinha uma vaca, não tinha um boi, e que ele exercia a atividade cuidar da saúde das pessoas. E, a partir daquele instante, passei a admirar profundamente este Parlamentar, com quem tive a honra de compartilhar o mandato de Deputado e agora tenho a honra de compartilhar o mandado com ele aqui no Senado Federal.

Por isso, meus cumprimentos aos ex-Presidentes desta Comissão. Sem dúvida alguma, esta Comissão trouxe para o Senado Federal, apesar da pouca idade de sua criação nesta Casa, porque somente a partir de 2005 passou a existir a Comissão de Agricultura no Senado Federal, a prestação de relevantes e inestimáveis serviços – repito –, e tem-se saído perfeitamente bem de suas atividades. Aqui são travados os mais diversos

debates em benefício do agronegócio e do desenvolvimento daquilo que realmente move o País, que é o setor primário: a agricultura, a pecuária, o agronegócio.

Tenho certeza absoluta de que o Senador Neuto de Conto, ao presidir esta Comissão, teve momentos de muita alegria, porque, através dos debates travados nesta sala, em outras salas desta Casa, pudemos oferecer e proporcionar ao País caminhos para encontrarmos soluções para o desenvolvimento do País e deste setor. Não é por acaso que o setor agrícola brasileiro, o setor agropecuário, o setor do agronegócio contrabalançam e equilibram nossa economia, apesar das dificuldades que estamos passando no momento, por conta da competitividade no País, competitividade que não tem acompanhado esse desenvolvimento, mas esse setor tem relevantes serviços prestados ao País.

Então, ao cumprimentar o Senador Neuto, eu queria dizer da nossa alegria por, hoje, inaugurarmos a Galeria de ex-Presidentes, da qual consta o nome de V. Exª como um dos ex-Presidentes.

Companheiro Valter, que conviveu conosco também na Câmara dos Deputados, grande Parlamentar, eu estava sentindo a sua ausência. Pensei até que você tivesse se mudado para outro país do mundo, porque ninguém o vê por aqui, a não ser em momentos dessa natureza.

O Valter foi um grande Parlamentar na Câmara dos Deputados, dedicado, foi Senador da República. E eu tive o prazer de ele haver me apresentado seu filho, que é Deputado Estadual lá por Mato Grosso...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – ... do Sul. Pois é. (*Risos.*)

Estão vendo como ele chama logo a atenção?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – ... Mato Grosso muito envaidecido. O sonho dele é que eu seja de Mato Grosso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É por isso que o Figueiró chamou logo a atenção: Mato Grosso do Sul.

É um prazer muito grande vê-lo, um jovem, entrando na vida pública, começando a vida, possivelmente, como prefeito e, agora, Deputado Estadual, e tenho certeza absoluta de que fará voos mais altos na vida pública, levando em consideração, sem dúvida nenhuma, o *pedigree* e o DNA do pai.

Valter, meus parabéns!

Muito obrigado por tudo quanto você pôde fazer no exercício dos mandatos que você exerceu nesta Casa em defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Eu queria cumprimentar aqui a jovem Deputada Liliane Roriz, que representa, nesta solenidade, seu pai, o Senador Joaquim Roriz.

Quem é que não conhece, neste País, a história do Senador Joaquim Roriz, que foi, sem dúvida nenhuma, depois de Juscelino Kubitschek, um desbravador desta região, desta cidade? Tendo sido Governador da Capital por quatro oportunidades e um homem vinculado diretamente ao setor pecuário brasileiro. Não tenho dúvida de que, ao passar por esta Casa, prestou relevantes serviços não só à sociedade brasileira, mas, particularmente, também ao setor produtivo do nosso País, como Senador da República e como um homem empreendedor.

Eu queria cumprimentá-la e mandar daqui o meu abraço para o Senador Joaquim Roriz.

Muito obrigado pela presença.

A SRª LILIANE RORIZ – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Por fim, eu queria cumprimentar este companheiro, o Vice-Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz, que tem sido uma das figuras proeminentes desta Comissão e desta Casa, destacando-se, como representante de Rondônia, como um dos valorosos homens públicos daquele Estado do nosso País.

É uma honra muito grande, uma alegria prazerosa, particularmente deste seu servo, participar desta solenidade e tê-lo como ex-Presidente da Comissão de Agricultura.

Assim sendo, antes de conceder a palavra a cada um dos homenageados, eu queria cumprimentar também a Deputada Federal Jaqueline Roriz, e convidá-la para tomar assento aqui na bancada da frente, Deputada, mais próximo de sua irmã. Então, quero dizer da minha satisfação em conviver com V. Exªs, meus companheiros que compõem a Comissão.

Posso dizer que, ao encerrar, na próxima semana, a minha participação como Presidente desta Comissão, terei a absoluta tranquilidade do dever cumprido, porque quem tem, na Comissão de Agricultura, os Senadores que temos, logicamente, se sentirá feliz ao encerrar o seu período, porque não passou aqui para deixar apenas um faz de conta, mas para deixar um trabalho em benefício da sociedade brasileira e, particularmente, do agronegócio nacional.

Quero, aqui, também cumprimentar o Senador Aureliano.

Neste momento, concedo a palavra à eminente Deputada Liliane Roriz para as suas manifestações.

A SRª LILIANE RORIZ – Bom dia a todos!

É uma satisfação muito grande, Sr. Presidente. Quero agradecer a homenagem e a V. Exª, Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão. Agradeço também a esta Casa, o Senado Federal, pela homenagem que está fazendo ao meu pai. Saúdo também a presença do Senador da República Neuto de Conto, que foi Presidente desta Comissão no período 2007 a 2008; a do Presidente deste Comissão, no período 2009 a 2010, o Senador Valter Pereira, bem como a do Presidente desta Comissão, no período 2011 a 2012, do Senador Acir Gurgacz. Saúdo minha irmã, Deputada Federal Jaqueline Roriz, a todos os Deputados; senhoras e senhores, é com uma satisfação muito grande e alegria que tive a incumbência de representar aqui o meu pai, que não pôde vir porque faz um procedimento de hemodiálise em casa, mas que ficou muito feliz por esta homenagem. Portanto, hoje, para nós, é um dia de muita felicidade porque aumenta a responsabilidade de saber que esta é também uma homenagem ao povo do Distrito Federal. Joaquim Roriz foi o único Senador do Distrito Federal a ocupar essa importante cadeira no Congresso Nacional, onde debates e decisões tão importantes sobre o futuro do nosso País são pautas constantes de apreciação. Agradeço, mais uma vez ao Presidente desta reunião e a todos aqui presentes. Trago o carinho e gratidão do meu pai e da minha família.

Sabemos que, nesta Comissão – usando palavras ditas por meu pai –, neste "País continente" a agricultura é sempre um desafio muito grande. Então, sempre o ouvi dizer que a agricultura é um dos setores de maior importância que este País tem e um desafio muito grande.

Agradeço essa homenagem e digo que estamos muito felizes por esse reconhecimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Deputada.

Antes de conceder a palavra ao próximo homenageado, corrijo um lapso de nossa parte quando deixei de fazer alusão ao nome do Senador, saudosa memória, Sérgio Guerra, que foi o primeiro Presidente desta Comissão, no período de 2005 a 2006. Sérgio Guerra, como todos sabem, pernambucano da melhor qualidade, foi um dos grandes Parlamentares não só como Deputado, mas, posteriormente, como Senador da República e, depois, como Presidente do PSDB.

Sérgio nos deixou prematuramente. Foi uma perda considerável para a sociedade pernambucana, particularmente, e, ao mesmo tempo, para a atividade político-partidária do País. Houve passagens relevantes em sua vida. Era também um homem diretamente vinculado à atividade agrícola e pecuária, já que era um dos grandes criadores. O Aureliano, hoje, prestará homenagem, porque é um dos grandes criadores de cavalo mangalarga, se não me falha a memória, conhecido não só no Nordeste, mas também porque estendeu sua capacidade criadora para o resto do País.

Então, eu queria, nesta oportunidade, prestar as nossas homenagens ao eminente Senador Sérgio Guerra, de saudosa memória, e queria cumprimentar o eminente Senador Ricardo Ferraço, que me parece um pouso assutado, ficando assim à distância... (*Risos.*)

Então, eu gostaria de convidá-lo a ocupar o espaço que lhe é reservado.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO – Tenho a imensa alegria de retornar a esta Casa e a esta Comissão, para saudar o nosso Presidente, Senador Benedito de Lira, e saudar os companheiros que compõem esta Mesa, todos ex-Presidentes desta Comissão.

Saúdo o companheiro e eminente Senador Valter Pereira; o eminente Senador Acir Gurgacz; a eminente Deputada Liliane Roriz, que representa o Presidente Joaquim Roriz.

Desejo cumprimentar ainda os Srs. Parlamentares Júlio Campos. Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Antonio Aureliano e a Deputada Jaqueline Roriz.

Cumprimento o Sr. Marcelo Varela, Secretário desta Comissão, que tão bem nos atendeu enquanto estivemos nesta Comissão. Não poderia deixar de citar a Srª Vera Gaudino, minha secretária em todo o período, quer como Deputado Federal, quer como Senador; o Sr. Cláudio Cerqueira, também presente; e o jornalista, que também me honra com a sua presença aqui, Marco Antônio.

Desejo saudar a todos e dizer que o Brasil foi abençoado por Deus, que nos deu a terra, nos deu a água, a chuva, o sol, a tecnologia e nos deu o homem.

Eu sou de um pequeno Estado brasileiro, com apenas 1% do Território Nacional, onde fui Secretário de Agricultura há 30 anos. É um Estado com minifúndios – 240 mil propriedades rurais; um Estado que se alicerçou na produção primária; um Estado que me deu a oportunidade de ter nove mandatos eletivos e onde ocupei quatro diferentes Secretarias de Estado. Portanto, tenho o dever e a obrigação de conhecer os quatro cantos daquela querida terra.

Como Secretário, lancei um programa muito forte, não aceito pela sociedade, mas nós passamos a vacinar os rebanhos doando a vacina. Num primeiro momento, eles a jogavam fora. Ora porque o animal tinha febre,

ora porque tinha alguns outros problemas; enfim, não dava certo. Aí, nós passamos a mandar um vacinador, que também enfrentava resistências. Então, nós passamos a vacinar com a presença da polícia, de propriedade em propriedade, onde o programa não era aceito. Hoje, somos o quinto maior produtor de alimentos e exportamos, como Estado livre de febre aftosa – o único Estado brasileiro e da América Latina com essas credenciais –, para 184 países do mundo e estamos presentes nos mercados mais difíceis e mais complicados para se entrar, como Japão e Estados Unidos.

Vou citar um dos fatos para não ir buscar os tantos outros que também nos deram essa oportunidade.

O segundo ponto, também muito forte na nossa trajetória, é dizer que este País é o quinto maior território do mundo e também, hoje, é o segundo maior produtor de alimentos. Vamos ser o primeiro, talvez ainda nesta década, principalmente por razões muito sólidas. Hoje, já somos 33% do PIB do País; o agronegócio é 34% das exportações e 37% dos empregos. São números tão fortes e tão sólidos, que eles bem representam o quanto representa esse setor da economia da nossa Pátria.

Lembro que, há três décadas passadas, quando nós produzíamos 70 milhões de toneladas de cereais, o grande objetivo de toda a sociedade brasileira era atingir 100 milhões de toneladas, que só fomos alcançar no ano de 2000. Agora, podemos já anunciar que, em 2015, alcançaremos 200 milhões de toneladas de cereais.

Temos neste Brasil, ainda, sem agredir o meio ambiente e sem desmatar, 70 milhões de hectares para integrar ao processo produtivo. O País tem 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, e podemos, ainda, consorciar a bovinocultura com a agropecuária – fala-se em torno de 20 a 25 milhões de hectares.

Com esses números, nós poderemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, triplicar a produção que nós alcançaremos em 2015. Sem dúvida alguma, é o principal produto da economia da nossa Pátria hoje, e será mais de 50% do PIB até o ano de 2025.

Se nós buscarmos uma visão mais universal, encontraremos a urbanização como uma realidade. A escassez de terras agricultáveis no mundo é, também, um fato concreto e, principalmente, o aumento da população. Hoje, o mundo tem 6,3 bilhões de pessoas. Os números da FAO e dos vários estudos nos dizem que, em 2050, seremos 11,5 bilhões de almas, quase dobrando a população atual.

Que visão mais ampla e mais clara tem uma sociedade que tem esse potencial econômico na mão, onde estarão os grandes negócios para o futuro? Seremos, sim, o celeiro de alimentos para o mundo.

Dito isso, meu caro Presidente Benedito – e, ontem, estivemos também numa solenidade igual, os dois homenageados na Comissão de Turismo, que presidimos –, eu venho a esta Casa com uma alegria contagiante. Chego, aqui, gratificado por poder reviver momentos muito importantes e debater esse setor extraordinário da economia do Brasil.

Por isso, antes de encerrar, eu gostaria, também, de fazer uma homenagem ao Sérgio Guerra.

Dizem os filósofos que a saudade é a presença dos ausentes e, certamente, ele está presente, porque aqui também trabalhou, lutou com esse objetivo nosso.

Por tudo isso e por tudo que pudemos fazer, quero saudá-los, cumprimentá-los e dizer a esta Comissão e aos seus membros que nenhum setor da economia do Brasil é ou será tão importante, tão forte. E todos os governos precisam a ela dedicar-se, sustentando-a em tudo o que for necessário; do contrário, não terão sucesso. O sucesso está na nossa Pátria, dentro da força alicerçada no trabalho do nosso homem, mas principalmente na sua produção de alimentos.

Quero aplaudi-los, homenageá-los e agradecer pela oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, é com muita alegria que retorno hoje a esta Comissão, numa circunstância extremamente generosa para aqueles que comandaram este órgão, já que estamos aqui para participar da inauguração desta Galeria, com o retrato dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura.

É uma alegria muito grande rever companheiros que militaram conosco em momentos importantes da vida nacional, como nosso amigo Neuto de Conto, colega da Câmara e depois colega do Senado; de companheiros como Jayme Campos, que é um produtor rural de grande conceito em toda a Região Centro-Oeste e, diria, de conceito nacional também, dado o trabalho que sempre desenvolveu nesta Comissão – foi orgulho tê-lo aqui como parceiro, como companheiro; o Senador Acir Gurgacz, que participou comigo não só da Comissão de Agricultura, mas de outros eventos importantes, como a Comissão Especial do Senado que cuidou da elaboração do novo projeto de Código de Processo Civil, que está na iminência de ser aprovado aqui pelo Senado Federal.

E é uma alegria estar aqui também com outros Parlamentares que não conviveram em nossa época conosco, mas que têm cumprido papel relevante para a instituição, para a sociedade brasileira, como meus conterrâneos Ruben Figueiró, Waldemir Moka, como o Senador Antonio Aureliano, a quem somente agora estou conhecendo. Conhecia-o de nome, mas não sabia a origem, não sabia aquilo que o Senador Benedito definiu como *pedigree*. Então, o Senador Antonio Aureliano, em matéria de *pedigree*, acho que poucos podem exibir um de tanto vigor como o seu, já que é filho do ex-Presidente Aureliano Chaves, figura que cumpriu um papel histórico na transição, dada a serenidade, a competência, a retidão com que se houve em um período tão delicado da vida nacional.

Aqui não está presente o Senador Joaquim Roriz, que foi meu companheiro de Senado, mas, em nome de suas filhas, Liliane e Jaqueline, suas sucessoras – acredito –, quero mandar um abraço a ele e, aqui, quero felicitar também a presença de outra mulher que tem dado muito orgulho a todos aqueles que acompanham os trabalhos do Senado Federal, que é a Senadora Ana Amélia.

Então, após essas palavras, quero iniciar minha intervenção que será curta. O que era para se falar sobre a agricultura já foi muito bem-dito por meu amigo Neuto de Conto, que é, indiscutivelmente, um homem público muito voltado não só para a agricultura, como para todos os assuntos que dizem respeito ao cotidiano de nossa vida nacional.

A Comissão de Agricultura, Senador Benedito de Lira, a que V. Exª se referiu, relembrando o trabalho profícuo que foi desenvolvido por entidade congênere da Câmara dos Deputados, presidida por meu conterrâneo, Waldemir Moka, cujo latifúndio, lá em Campo Grande, eu conheço e que é, mais ou menos, o tamanho do meu latifúndio, então, é uma Comissão que, na verdade, mostrou, tanto por sua investidura lá quanto por nossa investidura cá, ser um órgão que cumpre um papel fundamental, já que aqui se cuida de um segmento que, na verdade, tem sido o esteio da economia do País: o equilíbrio das contas externas do Brasil. Não dá para analisar as contas externas sem levar em conta o papel cumprido pela agricultura brasileira.

Aqui, eu não posso deixar de interromper minha conversa para homenagear meu velho amigo, Senador Luiz Henrique, ex-Governador por Santa Catarina. E a Comissão de Agricultura, na verdade, tem sido, desde seus primórdios, um refúgio para todo segmento primário de nosso País, já que sempre foi fustigado pelos humores da política econômica. Então, a questão do câmbio, a questão da política monetária, a questão das exportações, a questão dos conflitos fundiários, a questão dos conflitos indígenas, enfim, apesar de ser um segmento de tamanha relevância para a economia de nosso País, a agricultura a agricultura – na verdade, aqui está um dos agricultores tradicionais do meu Estado, que é o Senador Ruben Figueiró, que conhece bem isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALTER PEREIRA – Minifúndio... O seu é diferente do nosso. (*Risos.*)

Então, a agricultura sempre foi fustigada por esses humores que colocavam, e colocam, em xeque, vez por outra, este segmento que tem socorrido a economia com tanto vigor.

E aqui nós passamos por alguns desafios – está aqui o Marco Antônio, que me acompanhou, foi nosso assessor de comunicação; aqui, quero homenagear todos aqueles que nos assessoravam nessa época, porque ele e o Marcelo Varela, que era o coordenador dos trabalhos, e continua como coordenador dos trabalhos aqui. Este último sabe dos desafios que enfrentamos. Aqui, tivemos audiências públicas, com os problemas mais díspares, e muitos deles foram resolvidos por intervenção da Comissão. Tivemos audiências públicas fora daqui. Lembro-me de um conflito que houve no Pará entre produtores, Ministério Público, ambientalistas e indígenas. E esta Comissão se deslocou para Belém, e, lá, num episódio bastante tumultuado, deixou aquele Estado com o problema praticamente resolvido, porque, logo em seguida, o Ministério Público encontrou a solução para pacificar aquela situação, que estava ameaçando toda a produção daquele Estado.

Pois bem. Este é o papel: de refúgio do produtor. Este, quando está fustigado por problemas, sejam locais, sejam regionais, sejam problemas nacionais, sempre procurava – como certamente hoje ainda procura – a Comissão de Agricultura, porque sabe que aqui é o porto seguro, para que sejam chamadas as autoridades, sejam elas de um Poder, sejam de outro Poder, a fim de prestarem esclarecimentos e de pacificar aqueles pontos de conflitos.

Então, a Comissão de Agricultura, realmente – na minha avaliação –, é uma das mais importantes Comissões do Senado Federal, como certamente o é na Câmara dos Deputados. Acho que esse papel é o que continua sendo exercido. Por isso, acho que todos os atos, todas as ações que são desenvolvidos aqui são em favor da produção e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, com essas palavras, o me cumpre é agradecer a distinção do convite para estarmos aqui presentes e a distinção de inaugurar uma Galeria que assinala mais do que as pessoas, assinala os períodos em que ela cumpriu o seu mister e os seus deveres de servir a Pátria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Srªs e Srs. Senadores; nossos homenageados aqui presentes; em memória, o Senador Sérgio Guerra; Senador Joaquim Roriz, muito bem-representado pelas filhas Liliane Roriz e Jaqueline Roriz – sejam bem-vindas!–; nosso amigo, Senador Neuto de Conto; também homenageado hoje o Senador Valter Pereira e os nossos Colegas Senadores que participam ativamente desta Comissão, fazendo, realmente, a diferença nesta Comissão com a participação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadores, que fazem um trabalho importante, do tamanho da importância da agricultura para o nosso País. De fato, a agricultura e o agronegócio sustentam a economia do nosso País. Então, esta é a importância desta Comissão no Senado Federal.

Faço o registro de um pouco da história desta Comissão, de quando ela foi criada, em 2005, através de uma resolução, proposta pelos então Senadores Osmar Dias e Pedro Simon, assinada por eles, que deu início a essa trajetória da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Como muito bem colocou o Senador Neuto de Conto a importância da agricultura brasileira, para não ser repetitivo, quero apenas registrar um dos temas mais importantes que nós debatemos nesta Comissão quando tive a honra de presidi-la, que foi a reforma do Código Florestal Brasileiro. Para mim, entendo que foi a matéria mais importante que discutimos e debatemos enquanto tive o prazer de ser Presidente desta Comissão. Tivemos também um Relator da altura da importância do Código Florestal, que é o Senador Luiz Henrique.

Levamos esta Comissão a vários Estados brasileiros, em audiências públicas, para debater e discutir com a sociedade e ouvi-la, transcrevendo aquilo que a população agrícola brasileira, Senador Ruben Figueiró, queria do novo Código Florestal brasileiro, e procuramos atender a todos, Senador Moka, a toda a sociedade, que opinou e pediu que realmente fizéssemos um Código Florestal, para que pudéssemos avançar na economia e na produção agrícola e pecuária brasileira, em especial a nossa Região Amazônica e o nosso Estado de Rondônia.

Tivemos o prazer de levar também, por várias vezes, esta Comissão ao Estado de Rondônia, estimulando, dessa forma, o aumento da produção agrícola e pecuária naquele Estado. Continuamos a fazer o mesmo.

Para mim, é uma honra fazer parte desse grupo seleto de Senadores que presidiram esta Comissão, juntamente com o Senador Benedito de Lira, que, hoje, conduz muito bem os trabalhos desta Comissão.

Agradeço e cumprimentos todos os nossos assessores, através do Marcelo, toda a equipe que participa desta Comissão, que nos ajudaram e ajudam a fazer os trabalhos, para que possamos realmente estar, cada vez mais, promovendo o agronegócio, a agricultura, a agricultura familiar, o pequeno, o médio, o grande agricultor, também dando segurança, para que essas pessoas possam continuar trabalhando e produzindo para o sucesso do nosso País.

Agradeço mais uma vez a confiança dos meus pares à época, em 2011, que nos escolheram para conduzir os trabalhos nesta Comissão.

Meus cumprimentos aos homenageados e agradeço a atenção das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. (Pausa.)

Então, com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente Benedito de Lira, quero dizer da minha alegria de estar aqui hoje. A iniciativa de V. Exª vai, na verdade, colocar na história os Presidentes dessas comissões.

Quando eu era Deputado Federal, tive a oportunidade de conviver com o primeiro Presidente, o então Senador Sérgio Guerra.

Eu gostaria de me permitir – tenho certeza de que o Senador Jayme vai concordar comigo – dizer que, talvez, no Senado da República, houve um Senador que, na minha avaliação, foi o que mais atuou em prol da agricultura deste País. E ele não fez parte disso, não teve oportunidade, porque não havia, na época, a presidência da Comissão de Agricultura, e acabou indo prematuramente.

Quero me referir a ele e quero saudar a todos, fazendo uma homenagem ao Sérgio, mas referindo-me ao Valter, meu amigo lá do Estado do Mato Grosso do Sul; ao ex-Governador e Senador Neuto de Conto – as pessoas o chamam de "Couto", mas é Neuto de Conto; e ao Joaquim Roriz, na pessoa de sua filha, Liliana.

E eu queria lembrar aqui o Senador Jonas Pinheiro. Eu era Deputado Federal, e não havia Comissão de Agricultura no Senado – V. Exª se lembra disso, Presidente? –, e o Jonas era o grande defensor da agricultura aqui no Senado. Médico veterinário formado em Mato Grosso do Sul, mas cuiabano, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – De Santo Antônio do Leverger.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – De Santo Antônio do Leverger. Era técnico agrícola; depois, médico veterinário. Na verdade, quando o Jonas se formou, já era meio madurinho. Sei disso porque ele foi meu contemporâneo. Eu cursava Medicina e ele Medicina Veterinária. Então, quero dizer de sua importância.

O nosso Presidente, na verdade, vai consagrar, colocar na história, imortalizar todos aqueles que por aqui passaram.

E eu quero dizer ao ex-Governador e Senador Neuto de Conto que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Ex-Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ex-Senador. O Luiz Henrique não deixou, não é? Com certeza. (*Risos.*)

Quero dizer a V. Exªs que, na verdade, como o Valter disse, todos os problemas acabam vindo para a Comissão de Agricultura.

Ele lembrou – não sei se, na hora, ele falou isso – como de maior importância o fato de Santa Catarina ser o único Estado que exporta carne sem vacinação. Esse é o grande mérito de Santa Catarina. E fez tudo às custas do Estado.

Ontem, nós tivemos a oportunidade de discutir aqui um assunto. Havia uma medida provisória querendo fazer com que todos – imagine, Senador! – os nossos matadouros municipais, pequenos frigoríficos, todos fossem fiscalizados só pelo Governo Federal. Imaginem isso!

Falo isso para mostrar que Santa Catarina, com recurso provavelmente desse grande estadista que é o nosso companheiro Luiz Henrique, fez o dever de casa. O ex-Senador disse que, de início, até compulsoriamente, mas foi importante e precursor de uma das maiores riquezas. Só de carne, o Brasil exporta algo em torno, se somarmos o boi, a ave e o suíno, de R$8 bilhões! É muita coisa.

Encerro as minhas palavras pedindo desculpas. Eu tenho, realmente, um compromisso, mas vou voltar ainda para uma audiência pública que nós vamos fazer aqui.

Quero também dizer da minha alegria, Senador Valter Pereira, do meu Estado, de tê-lo aqui, junto com o Neuto, junto com Joaquim Roriz.

E aí, para encerrar, saúdo este extraordinário homem público, grande Senador pelo Estado de Rondônia, que o povo reelegeu inteligentemente, Acir Gurgacz.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, ilustres homenageados, meus ex-colegas; Senador Neuto do Conto, que colega eternamente será; meu caro amigo particular, Senador Valter Pereira; ilustre, eminente e competente Senador Acir Gurgacz; Deputada Liliana Roriz, que, neste ato, representa o Governador e ex-Senador Joaquim Roriz; a Deputada Federal Jaqueline Roriz; meu colega, Senador Antonio Aureliano; meu caro amigo Ruben Figueiró; meu caro Líder inconteste deste País, Luiz Henrique, brilhante homem público, homem de retidão e de caráter invejável, que todos nós temos como bússola na orientação das causas e interesses do povo brasileiro.

Quero dizer da minha alegria e do meu contentamento, Valter, de estarmos hoje participando deste evento que, sem sombra de dúvida, reputo da maior importância, na medida em que homem público, a bem da verdade, tem mais desprazeres do que prazeres. Todavia, este é um dos momentos de prazer, de alegria, de felicidade que estamos vivendo neste instante da nossa trajetória como cidadãos brasileiros, mas, acima de tudo, como cidadãos políticos, pois também contribuímos sobremaneira com o desenvolvimento socioeconômico, defendendo sempre políticas públicas de interesse de toda a coletividade deste País.

No entanto, para não me alongar, confesso que, quando aqui cheguei, representando meu Estado de Mato Grosso, participei da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Como bem disseram, o Neuto foi nosso Presidente; V. Exª, Senador Valter, foi o nosso Presidente; também o Acir, e, desta feita, o Benedito de Lira.

Trata-se de comissão importantíssima, como bem o disseram aqui, a exemplo do Senador Moka, por sermos um país que tem grande parcela de sua economia calcada no campo brasileiro. Eu, particularmente, tenho uma visão diferenciada, Aureliano, de que esse campo, que tanto tem contribuído com a balança comercial, sobretudo para geração de emprego e renda, não tem o devido respeito por parte das autoridades, principalmente por parte do Poder Executivo.

Eu represento aqui um Estado que é campeão nacional na produção de soja, que tem o maior rebanho bovino deste País, que hoje já é o segundo maior produtor de milho e é um Estado que, sem sombra de dúvida, mereceria ter o devido respeito. Todavia, esta Comissão discutiu, por dois anos consecutivos, o Código

Florestal Brasileiro, que é um instrumento, uma ferramenta que tínhamos que ter para dar segurança jurídica ao homem do campo. Os produtores rurais brasileiros, sejam grandes, médios ou pequenos, Liliane Roriz, que são os assentados – e Mato Grosso hoje têm 624 assentamentos –, não são respeitados pelo Governo, que assenta o cidadão e o deixa à mercê da sorte, tendo em vista a carência em assistência técnica, estradas, energia, educação, saúde etc.

Então, acho que a Comissão de Agricultura tem um papel preponderante, sobretudo quando vislumbramos a possibilidade de, se possível, em 2025, como disse o Senador Neuto de Conto, contribuirmos com 50% do Produto Interno Bruto, ou seja, do nosso PIB. Mas tudo isso poderá acontecer na medida em que tivermos boas políticas públicas.

O Brasil tem tudo para dar certo. Tudo. Nós temos clima, solo, época das águas, época da seca – como já o dissemos –, mas, agora, nós precisamos realmente ter um governo que respeite esses cidadãos, que lhes dê o devido valor.

Eu contava aqui e repito, Senador Luiz Henrique, que, nos Estados Unidos, eu participei de uma exposição em Houston, que tem a maior pecuária do mundo, e lá me chamaram a atenção algumas placas diferenciadas em alguns automóveis e camionetes daquele evento.

E quem me assessorava lá, de quem eu havia alugado uma Van, era um policial naturalizado americano, mas que era colombiano. Ele tinha uma empresa de aluguel de Vans. Ele dirigia uma, e a esposa dele, que também era policial em Houston, dirigia outra. Então, aquilo me chamou a atenção. Então, eu lhe perguntei: "Por que as placas desses carros, que estão aqui nos pátios desse recinto, são diferenciadas das dos outros veículos?" Ele me explicou que, em Houston, no Texas, onde há a maior agricultura e pecuária dos Estados Unidos, um policial, ao abordar um cidadão, já o identifica pela placa do carro, que é diferenciada. Já sabem que se trata de um produtor rural. Então, esse cidadão jé tem um tratamento diferenciado do tratamento dado ao cidadão comum a partir da placa, que é diferente. Então, ele é tratado de forma mais respeitosa; ou seja, o tratamento dado a ele é diferenciado, porque se sabe que aquele indivíduo não é bandido. Ele é trabalhador, é honesto, produz, contribui. Então, a abordagem policial é totalmente diferenciada.

Mas, aqui no Brasil, é o contrário: o produtor rural, aqui, é na porrada. É Polícia Federal, é Força Nacional, é Ministério Púbico etc., etc., etc. Lamentavelmente, o que nós temos acompanhado, muitas vezes, é o desrespeito a tudo aquilo que eventualmente esteja em nossa Constituição Cidadã. Não há esse respeito.

Veja os nossos assentados, Benedito de Lira: é uma vergonha! Vivem em estado de verdadeira miserabilidade por falta de assistência; não têm sequer o documento da terra! Ou seja, o mínimo seria dar-lhes o documento da terra em que foram assentados. Seria o mínimo dar-lhes o título definitivo, mas isso não ocorre na maioria dos assentamentos do Brasil.

Portanto, para não me alongar, quero dizer que eu participo feliz deste evento, ao ver que a Comissão de Agricultura está homenageando esse valorosos homens públicos. Isso, certamente, é o que nos resta, ouviu, Valter? Muitas vezes, na política, você leva muitas contrariedades para casa. Uns morrem antes da hora até, de insatisfação, de dissabores. Mas, aqui, esta homenagem é justíssima, principalmente por eu ter tido o privilégio de conviver aqui e de dar a minha contribuição nas discussões de grandes projetos, desde a questão do georreferenciamento deste Brasil, que era um escárnio. Para se liberar um georreferenciamento, era necessário, muitas vezes, pagar propina. Hoje, graças a Deus, depois de grandes eventos e debates, ele é automatizado. De forma simultânea, ao acessar o computador, já se tem o domínio do georreferenciamento.

Portanto, tivemos grandes avanços, como o Código Florestal e outras políticas aqui, discutidas com valorosos cidadãos do quilate, do tamanho, da grandeza de Osmar Dias, que também participou desta Comissão; do ilustre Senador Blairo Maggi, que atualmente participa desta Comissão; do próprio Jonas Pinheiro, pois quando aqui cheguei, em 2007, também dela participou, juntamente conosco, do início desta Comissão. Lamentavelmente, ele foi a óbito antes da hora, porque ainda era jovem, na minha visão, com 66 anos, mas Deus quis levá-lo para perto. Também do nosso querido Joaquim Roriz, com quem eu tive o prazer de conviver aqui no Senado Federal, brilhante, grande homem público que contribuiu sobremaneira, sobretudo para esta vasta região do Brasil, este Planalto Central da Região Centro-Oeste. Eu tenho a certeza de que o Governador eterno do Distrito Federal, Joaquim Roriz, contribuiu também, em que pese, muitas vezes, sendo de forma penosa, sei lá... Acho que fizeram uma política neste Brasil com alguns homens públicos que são políticas que, jamais, em um país que fala em Estado democrático de direito, de democracia plena, poderia acontecer. O Brasil de hoje é o País do denuncismo.

Muitas vezes, perguntam-me por que eu não disputei a reeleição. Eu preferi me recolher, em que pese a minha reeleição ser tranquila. Eu seria vitorioso – tenho certeza absoluta –, mas acho que o papel do Parlamentar aqui é muito insignificante diante de tudo aquilo que nós podemos fazer.

Portanto, quero, aqui, manifestar a minha alegria, o meu contentamento e cumprimentar V. Exª, na certeza absoluta, meu caro, ilustre e valoroso Senador Benedito de Lira, de que essa homenagem prestada por esta Comissão, capitaneada e liderada por V. Exª, vai ficar eternamente registrada nos *Anais do Senado Federal*.

Parabéns a todos os senhores!

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira, inicialmente, minhas homenagens a V. Exª por esta solenidade que dignifica aqueles que muito contribuíram, nesta Comissão e nesta Casa Alta do Congresso Nacional, em favor da agricultura.

Eu gostaria de saudar a todos os homenageados, os Srs. Senadores, a Srª Deputada Federal, que participam desta nossa solenidade.

Sr. Presidente, eu tenho uma longa vida pública. Eu diria que ela começou em agosto de 1945, quando ouvi um grande líder nacional, que pregava a democracia neste País, dizendo que "o preço da liberdade é a eterna vigilância". Eduardo Gomes. Faz mais ou menos 65 anos, talvez. Isso não quer dizer que eu seja velho.

Desde aquela época, talvez pelas minhas origens atávicas, fui uma pessoa ligada ao campo: meus pais, meus avós e tataravós sempre foram pessoas vinculadas, àquela época, à agricultura, como foi com a família do meu queridíssimo amigo, Senador Valter Pereira; e da família do meu querido amigo, também, e companheiro de Bancada, Senador Waldemir Moka. Ele, realmente, não tem um palmo de terra. V. Exª tem toda razão, mas a família dele teve e tem. E, talvez, seja esta a razão pela qual o Moka tenha essa aptidão de atender os reclamos do campo: ele tem origem. Isso é o importante.

Mas, Sr. Presidente, essas razões que rapidamente pincelei aqui são para dizer a V. Exª que estou aqui nesta solenidade não só para prestar minhas homenagens às pessoas que estão aqui distinguidas, mas também para concordar com S. Exªs sobre a importância da agricultura nacional.

Já no passado, Benjamin Franklin disse da importância do alimento, da importância da produção nos campos para sustentar os habitantes da cidade, e isso continua. O Brasil hoje ganha expressão internacional pelo que tem contribuído nesse sentido e também aqui, internamente, para fortalecer a nossa economia.

Portanto, cumprimento V. Exª, Sr. Presidente Benedito de Lira por esta solenidade que hoje traz à lume, homenageando ilustres companheiros nossos do passado e do presente, pois está aqui o Senador Acir Gurgacz, que realmente funcionaram como uma catapulta no sentido de projetar no cenário da consciência nacional a importância do agronegócio e da agricultura, inclusive familiar, no contexto da nossa formação econômica.

Eu gostaria de dizer à Srª Deputada distrital Liliane Roriz que, talvez, a não ser, é claro, o Senador Luiz Henrique que acho que já estava aqui em 1979...

Senador Luiz Henrique, V. Exª já estava aqui. Já era veterano àquela época?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim. Eu sou, talvez, o mais pré-histórico da Casa. (*Risos.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas ele há de se recordar também do então Senador pelo Estado de Goiás, Joaquim Roriz. Convivi muito com ele. V. Exª também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas, voltando: V. Exª àquela época não era Deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, V. Exª foi colega também.

Do senhor seu pai. Eu tinha um contato pessoal com ele amiudado. E, inclusive, muitas vezes eu levei questões de interesse de Goiás ou de sul-mato-grossenses que viviam e que vivem em Goiás, e ele sempre foi muito atencioso comigo.

Depois dessa ocasião, nunca mais o vi, mas quero que V. Exª leve a ele a expressão das minhas saudades e do meu respeito. Eu o considero um grande homem público deste País.

Quero também lembrar aqui do Senador Acir Gurgacz. V. Exª me impressionou desde os primeiros instantes em que participei com V. Exª aqui na Comissão de Agricultura: seu largo espírito público, conhecimentos profundos da atividade rural, e, sem dúvida alguma, V. Exª, com o mandato que se seguirá, terá oportunidades ainda maiores de servir à nossa causa.

O Senador Neuto de Conto eu já conhecia de nome e, talvez até, nas raras vezes a que assisti às sessões do Senado da República. Quero dizer a V. Exª que o respeito profundamente, sobretudo depois de ouvi-lo fa-

zendo um retrato muito perfeito da realidade da agricultura nacional, sobretudo do seu Estado; e a ênfase que deu com relação à questão das terras degradadas.

O Senador Valter Pereira sabe tanto quanto eu que, em Mato Grosso do Sul, temos mais de 10 milhões de hectares de terras degradadas e que precisam ser recuperadas, e o Governo da República não tem tido a sensibilidade para isso. Talvez, por ação desta Comissão, ele tenha condições de fazer programas, como houve no Estado do Paraná, no tempo do então Senador Osmar Dias e do Governador Alvaro Dias, quando se criou um programa de microbacias extremamente eficiente.

E tive a honra, como secretário de Agricultura do meu Estado, também, de implantá-lo lá. E, para as obras de implantação da microbacia, contei com um grande goiano, que foi o Ministro Iris Rezende, que possibilitou condições, não só com recursos, mas também com interferências junto ao BNDES, para que tivéssemos equipamentos, aqueles grandes tratores Muller. Tivemos, então, oportunidade de recuperação, num curto espaço, de mais de 300 mil hectares de terras degradadas no nosso Estado, àquela época, ou seja, em 1989.

Eu deixei minhas homenagens e minhas palavras finais a V. Exª, meu caro Senador Valter Pereira, pela admiração, pelo respeito que tenho pela sua ação política, parlamentar, que vem desde mil, novecentos e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Isso é que eu gostaria de saber. Desde 1974.

Passei a admirá-lo através das nossas divergências. Passei a admirá-lo e tornei-me seu amigo. V. Exª deve lembrar-se de um dia – V. Exª era muito ardoroso, combativo, representando as ideias do seu então partido, o MDB, e eu era da situação –, quando tivemos um debate muito sério. No final dele, eu disse a V. Exª que, um dia, o seu pensamento coincidiria com o meu. Mais tarde, V. Exª abraçou-me, anos e anos depois, dizendo: "Não, Figueiró, você tinha razão".

Tudo isso consolidou a nossa amizade e o meu respeito pessoal pela figura de homem público que V. Exª é, uma das pessoas mais destacadas da política do meu Estado. Quero aqui saudar o seu ilustre filho, o Deputado estadual Beto Pereira, que naturalmente vai trilhar o mesmo caminho de V. Exª para dignificar ainda mais a política do nosso Estado.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras, todas elas numa manifestação que sai do meu coração, de respeito aos homenageados e pelo muito que eles fizeram, aqui nesta Comissão, pelo agronegócio e pela agricultura nacional. Apenas isso. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu combinei com o ilustre Senador Antonio Aureliano, filho de uma das figuras mais importantes desta República, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, de precedê-lo, porque estou sendo chamado para a reunião da Comissão de Relações Exteriores. Então, eu pediria a V. Exª que me desse a precedência para falar neste momento. (*Pausa.*)

Eu entendo esta solenidade como de uma importância muito grande. Ela assinala um sentimento que, para mim, é o mais fundamental na política. Na política, a gente constrói amizades, a gente estabelece uma relação de companheiros. Essa palavra tem uma origem latina, vem de *cum panis*, ou seja, aqueles que se reúnem em volta do mesmo pão. Os antigos latinos faziam aqueles pães enormes, que ainda são vistos na colônia, colocavam-nos à mesa, e cada um tirava um naco daquele pão. Daí a palavra companheiros, quer dizer, aqueles que se reúnem em torno do mesmo alimento.

Nós nos reunimos em torno do mesmo alimento: o ideal de fazer desta uma nação não só democrática, mas também desenvolvida. A nação desenvolvida é a que cresce e propicia distribuição da riqueza e justiça social.

Eu me lembro do primeiro comício e do primeiro discurso feito pelo então iniciante, meio sem jeito, empresário, fazendeiro, candidato a Deputado estadual, Joaquim Domingos Roriz. Levado por duas figuras legendárias da política de Goiás, os irmãos Henrique e Ademar Santillo, fui lá prestigiar aquele comício. E lá conheci Joaquim Roriz, seu pai, Liliane. Foi aquele comício que desencadeou a carreira brilhante que ele teve na política. Aquele comício foi como o Ucayali, aquele pequeno ribeirão que vem de lá do Peru, da Cordilheira dos Andes, para formar o grande Amazonas.

Meu caro Acir, você falou no Código Florestal. Qual é a característica principal do Código Florestal? A da conciliação, da conciliação entre produção e preservação. E V. Exª, que tem um caráter conciliador, deixou a marca do seu caráter naquele código, reafirmando um dos documentos mais importantes que já foram produzidos na história mundial, que é a encíclica *Rerum Novarum*.

A encíclica *Rerum Novarum* estabeleceu o meio-termo entre comunismo e capitalismo, afirmando que era fundamental manter a liberdade de iniciativa e, de outro lado, dar ao Estado a força do arbítrio para, através

do poder regulatório, fazer com que a livre iniciativa não criasse um fosso entre ricos e pobres e não esfomeasse ainda mais a população esfomeada dos primórdios da Revolução Industrial, tão bem retratada nas obras de Charles Dickens sobre a exploração de menores, de idosos, de mulheres nas indústrias de Manchester, na Inglaterra, nos primórdios da Revolução Industrial.

Então, o nosso código tem essa marca. O que diz a *Rerum Novarum*? Sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social. E qual é a nossa hipoteca social? É a reserva legal e a área de preservação permanente. Para quê? Para produzir o bem comum.

Então, V. Exª saiba que, como Presidente desta Comissão, V. Exª imprimiu seu caráter conciliador no caráter do próprio código.

Ah, Valter Pereira! (*Risos.*)

Quantos sonhos navegamos juntos? Sonhos pela redemocratização do País. Eu me lembro bem da sua postura, sempre ousada, insistindo no desencadeamento das Diretas Já. Lembro-me de que o primeiro comício, feito em Goiânia, pequeno comício perto das multidões da Candelária, foi o desencadeamento daquele movimento que resultou na superação do regime autoritário.

Eu me lembro bem de um episódio, um episódio que afirmou na política nacional uma figura notável, o Dr. Wilson Barbosa Martins. O Dr. Wilson estava ameaçado, por uma ação da política velha, de não ser indicado candidato a governador, por alguém que não tinha, minimamente, a sua dimensão, o seu tamanho. O Senador Valter Pereira procurou o Presidente do MDB – eu estava, naquele momento, na Presidência –, e elaboramos, colocamos, então, no estatuto do Partido o regulamento das prévias partidárias, que permitiu que a grande maioria dos militantes do Partido escolhesse Wilson Barbosa Martins e desse ao Estado de Mato Grosso do Sul toda a pujança que ele tem hoje, seguida por uma plêiade de políticos fantásticos, como Ramez Tebet, como V. Exª, como o nosso Moka e como o atual Governador André Puccinelli e o Nelsinho Trad.

Meu caro Neuto...

Você olha para o Neuto ali e vê o caboclo do Euclides da Cunha. O que diz Euclides da Cunha nos primórdios de *Os Sertões*? Diz que, ao ver aquele cidadão, pálido, magro, desajeitado, não se imagina a força e a resistência que tem o caboclo do sertão.

Você olha para o Neuto e não vê nele um Afonso Arinos, mas ele legou ao País uma das obras políticas mais importantes das últimas décadas.

Eu me lembro de quando o Presidente Fernando Henrique me chamou ao Palácio... Aliás, o Fernando Henrique, então Ministro da Fazenda, me chamou ao Ministério e me perguntou quem, no MDB, seria o melhor para relatar o Real. Eu perguntei: Mas como relatar o Real? O Itamar não vai fazer isso por medida provisória?" Ele respondeu: "Não, nós vamos fazer por projeto de lei". Eu acho que nunca houve isto na história do mundo: implantar uma nova moeda por projeto de lei, discutindo no Congresso. E eu disse ao Fernando: "Olha, só tem uma pessoa hábil, capaz de fazer aprovar este projeto sem trauma".

E o Neuto de Conto foi esse Relator. Com agulha e linha caprichosa, ele fez a costura daquele projeto, que se tornou o símbolo da estabilidade econômica do nosso País.

Portanto, esta galeria, já integrada por figuras tão fantásticas da República – vejo ali o nosso Iris Rezende, assim como José Jorge –, vai engrandecer-se ainda mais com a aposição dos retratos de V. Exªs.

Parabéns. O Brasil deve a V. Exªs, e o Senado os cultua.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Deputada Jaqueline Roriz, Deputada Liliane Roriz, que aqui representam o nosso ex-Governador e ex-Senador Joaquim Roriz, pessoa por quem tenho muita estima e afeto, de quem tive a oportunidade de ser secretário de Estado do seu Governo há 20 anos, o que me honrou muito.

Gostaria de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Senador por Rondônia, que tanto enobrece esse Estado que se fortalece na agricultura nacional. Quero cumprimentar o ex-Senador Valter Pereira, grande representante de Mato Grosso do Sul, que tanto deu demonstração nesta Casa, como bem colocou o ex-Governador Luiz Henrique, da sua trajetória e ação política, no sentido de sempre buscar liberdade política neste País, sendo o homem público exemplar que foi. Gostaria de cumprimentar o Senador Neuto de Conto, que deu para nós a condição de realmente relatar a estabilidade econômica do País; que nos deu condições de, hoje, vivermos uma nova realidade tanto financeira quanto na agricultura e que teve a oportunidade, inclusive, de demonstrar ao mundo que, sem inflação, o Brasil é uma referência de competitividade e eficiência na agricultura. Quer

dizer, é um país continental, que deu a demonstração de que temos a capacidade de produzir com eficiência, inclusive ganhando das melhores economias do mundo, hoje passando até os Estados Unidos.

Sr. Presidente, vou ser breve. Quero apenas dizer uma coisa sobre a vida pública, como colocou bem o Senador e ex-Governador Jayme Campos. Essa figura exemplar deu exatamente uma demonstração, quando Governador, de que foi o grande o incentivador da expansão agrícola de Mato Grosso, dando condições para que este Estado, inclusive, ultrapassasse Minas Gerais no que diz respeito a maior rebanho. Minas tinha o maior rebanho bovino do País; hoje, Mato Grosso tem o maior rebanho e também o maior produtor de soja do País.

Então, quero dizer que é um momento extremamente importante, porque é o reconhecimento de um trabalho feito por todos vocês em benefício da agricultura, que é a base de toda a estrutura econômica do Brasil e, particularmente, do mundo.

Todas as transformações que aconteceram no mundo tiveram como ponto fundamental a agricultura. A Revolução de 1917, na União Soviética, teve como ponto base a agricultura, e a derrota do comunismo em relação ao mundo foi exatamente na agricultura. A incompetência e a ineficiência na agricultura geram este problema sério, e é fundamental que assim o seja.

O Senador Jayme Campos colocou uma coisa fundamental: precisamos lutar, Sr. Presidente, nesta Comissão, cada vez mais, sob a liderança de V. Exª, que está fazendo um belo trabalho nesta Comissão, para exatamente o homem do campo ter a respeitabilidade que merece num país continental, agrícola e pecuário como é o Brasil.

Então, é fundamental que nós, no Senado e na Câmara, e todos os produtores do Brasil e todos os produtores do Brasil, a comunidade brasileira e todo o povo brasileiro tenham a consciência de que o Brasil é um país continental e precisa necessariamente incentivar cada vez mais os seus agricultores e trazê-los para a convivência cada vez mais fraterna com a coletividade.

Meus parabéns a todos. É muita justa esta homenagem. Isso é fundamental.

Sempre relembro uma poesia linda do Padre Antonio Vieira, sempre muito voltado para a vida do agricultor, porque este só consegue fazer através das obras. A poesia é singela e diz o seguinte: "O falar que é pregar faz-se com a boca; o falar que é semear faz-se com as mãos. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras".

Estas os agricultores e os pecuaristas brasileiros estão fazendo pela sociedade brasileira.

Um abraço.

Parabéns a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado.

Convido todos os presentes para nos dirigirmos até o corredor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para endossar, Sr. Presidente, porque sei que o Senador Luiz Henrique já esteve aqui representando Santa Catarina, assim como o Senador Neuto de Conto, que foi Presidente desta Comissão, catarinense ilustre, nosso Senador.

Como ele já falou, quero endossar isso e estender aos colegas e aos amigos, não só os nossos catarinenses, como o Valter Pinheiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas dá rima com Pinheiro, Pereira. O Pinheiro não passou por aqui hoje também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já esteve por aqui também. Um Walter até exaltado pela Bahia.

Agora, este é o Valter, do Mato Grosso do Sul, amigo nosso. E o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, na época do Código Florestal, percorreu o Brasil, foi ao oeste catarinense. Quero associar-me a Rondônia e, inclusive, ao Distrito Federal, Joaquim Roriz, representado pelas suas filhas, Deputadas Liliane Roriz e Jaqueline Roriz. Que coisa bonita!

Fiquei entusiasmado não só com os colegas do Mato Grosso do Sul, aqui presentes. Não sabia, Senador Valter Pinheiro, que V. Exª é um jurista. V. Exª, no Senado, sempre se portou como tal. Não só o Sr. Ramez Tebet foi um grande jurista, como também V. Exª tem sido. E é do campo – não sei se também é professor universitário lá ou é fazendeiro. Pena que V. Exª está saindo, como a gente, mas é uma luz para todos nós.

E o Antonio Aureliano é igual ao pai. Minas Gerais encanta o País, com as palavras do Padre Antonio Vieira, com aquelas figuras todas: a mão que semeia, a produção, o alimento. Aquilo encanta a todos.

Então, quero associar-me a todos os amigos que fazem parte desta Comissão, neste momento de congratulação e de condecoração para os ex-Presidentes desta grande Comissão, do agronegócio brasileiro, que tem sustentado, inclusive, a economia nacional. Essa é uma grande verdade!

O mundo de hoje demonstra o grande potencial que temos ainda adormecido.

Enfim, meus cumprimentos a todos.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Como dizia, queria agradecer a todos e a todas, porque, se não tivéssemos ainda uma outra reunião, uma audiência pública para tratar de assunto relevante para a nossa Comissão, ficaríamos aqui ouvindo por mais tempo quem desejasse manifestar-se, porque o momento é significativo e da maior importância.

Convido-os para nos dirigirmos até os corredores desta Ala, a fim de que possamos fazer a inauguração oficial da nova Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agradeço as presenças, ao tempo em que, ao encerrar esta reunião, esta solenidade, eu os convoco para a nossa audiência pública logo mais, para que possamos cumprir um requerimento de autoria do Senador Antonio Aureliano.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia onze de dezembro de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência dos Senadores **BENEDITO DE LIRA e ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 35, de 2014, de autoria dos Senadores Antonio Aureliano e Ruben Figueiró, com a finalidade de Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Equideocultura Brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Celso Arras Minchillo** – Superintendente Geral da Associação Brasileira do Quarto de Milha – ABQM; Sr. **Marcelo Artur Motta Ramos Marques** – Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe – APFT; Sra. **Raquel Caputo** – Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Antônio Sérgio Quadros Barbosa** – Diretor Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Manga Larga Marchador – ABCCMM; Sr. **João Carlos Lóssio** – Diretor da Associação Brasileira do Cavalo Pampa – ABCPAMPA. Os Senhores Senadores Antonio Aureliano e Acir Gurgacz fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2014, de autoria do Senador Antonio Aureliano e do Senador Ruben Figueiró, que tem por finalidade instruir Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2014, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

Lembro que o Relator da matéria é o Senador Acir Gurgacz.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Srª Raquel Caputo, Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – eu a convido para ocupar a Mesa –; Sr. João Carlos Lóssio, Diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Pampa; Sr. Celso Arras Minchillo, Superintendente Geral da Associação Brasileira do Quarto de Milha; Sr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe; Sr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador.

Srs. Senadores, senhores convidados, composta a Mesa, eu queria comunicar aos nossos convidados que cada um terá dez minutos para fazer a sua apresentação. Depois, então, será aberto o debate, com as perguntas e as dúvidas que poderão ser dirimidas entre os Senadores e os nossos palestrantes.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano, autor do requerimento, para as suas iniciais considerações.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; senhores membros da Mesa; presidentes das associações de criadores de cavalos das mais diversas raças do País; Srª Chefe da Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Srª Raquel Caputo; Sr. Presidente da Associação Brasileira do Cavalo Pampa, meu caro João Carlos Lóssio; Sr. Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe, Marcelo Artur Motta Ramos Marques; Sr. Celso Arras Minchillo; representante do presidente, importantíssimo Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador, cumprimento-os. Quero cumprimentar também todos os Srs. Senadores e as demais autoridades aqui presentes.

Quero dizer ao Sr. Presidente que todas as associações – do Cavalo Mangalarga Marchador; do Cavalo Paint Horse, do Cavalo Appaloosa, do Cavalo Andaluz Brasileiro, do Cavalo Marajoara, do Cavalo Pantaneiro, dos Cavalos Crioulos, da Associação dos Criadores de Jumento Pêga, do Cavalo Árabe, do Cavalo Quarto de Milha, do Cavalo Pônei, do Cavalo Pampa, do Cavalo Campolina, do Cavalo Mangalarga, do Cavalo Bretão, do Cavalo Puro Sangue Inglês –, representantes de todas as áreas envolvidas neste tema, foram convidadas para participar desta reunião, desta audiência pública, porque é fundamental que se discuta de forma mais ampla esse importante tema que é a equinocultura brasileira.

Nós somos um país continental, e a equinocultura brasileira não está devidamente ordenada e incentivada, a população brasileira não tem verdadeiro conhecimento da importância econômica dessa atividade. Hoje, inclusive conforme o pesquisador Sr. Roberto Arruda Souza Lima, da Esalq, da Universidade Federal Luiz de Queiroz, de Piracicaba, que em seus últimos estudos... Inclusive, no projeto nós colocamos, Senador Acir, um valor que já ultrapassa R$10 bilhões para a atividade de equinocultura no Brasil – para se ter uma ideia da importância dessa atividade. Ela envolve a parte de saúde, através da equoterapia, ela envolve o turfe, corrida de cavalo, envolve cavalos de marcha, culturalmente envolve o País como um todo, porque o País é continental, é um país que precisa muito, inclusive, do cavalo como meio de transporte, é de extrema importância.

Então, Sr. Presidente, este projeto vem, exatamente, regulamentar e dar condições para que toda a população brasileira entenda essa atividade, desde o menor, desde aquela pessoa que tem o seu cavalo como fonte de renda no que se refere a transporte através de carroça, até os que exercem as atividades mais sofisticadas no que se refere ao desenvolvimento de animais na parte de pesquisa e na parte do turfe mesmo, na parte dos cavalos marchadores, que são de extrema importância.

No caso específico dos cavalos marchadores, eles acompanham toda a história da evolução do País. Se você quiser acompanhar a história político-administrativa do Brasil através do criatório de animais, particularmente os marchadores, você vai compreender toda a história política e econômica através da participação dos animais em conjunto com os homens.

Então, Sr. Presidente, este projeto é no sentido de dar, cada vez mais, condições para que essa atividade evolua de forma efetiva, trazendo benefícios para toda a sociedade brasileira.

Quero agradecer mais uma vez a presença do Dr. Antônio Sérgio, da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Marchador, que é atualmente a maior associação de cavalos genuinamente brasileiros que existe no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Aureliano.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, concedo a palavra para fazer as suas manifestações à Srª Raquel Caputo, Chefe de Divisão de Equideocultura da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Bom dia a todos.

Agradecendo o convite, cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os presentes neste plenário.

Primeiramente quero parabenizar pela iniciativa o Senador Aureliano. Realmente, a atividade tem uma importância econômica ainda pouco conhecida pela sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Drª Raquel, dois minutinhos. É que convidei o Vice-Presidente para assumir o comando da reunião, considerando que tenho um compromisso com médico agora, às 11 horas. Se ele disser que está tudo o.k., eu volto para cá.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Realmente, é uma atividade de extrema importância, e essa importância econômica ainda é um pouco desconhecida pela sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, eu quero fazer algumas considerações. Há poucos minutos, fiquei sabendo que esse projeto de lei foi encaminhado para o Ministério da Agricultura para que emitíssemos uma nota técnica, mas ele ainda não chegou. Foi encaminhado agora, esta semana, na terça-feira. Então, vamos emitir, obviamente, uma nota técnica sobre a redação do mesmo.

Mas antes quero fazer algumas considerações com relação à legislação hoje vigente de equideocultura. Existe uma lei vigente, que é a Lei nº 7.291, de 1984, que dispõe sobre a equideocultura no País. É uma lei abrangente, que contempla toda a questão de criação, de registro genealógico, de melhoramento genético, sanidade, abate, atividade turfística, exportação, *doping*. Enfim, tudo que estiver relacionado à equideocultura está contemplado nessa lei. Eu achei bastante interessante a iniciativa, mas creio que poderíamos conversar a fim de trabalhar, talvez, na atualização dessa legislação, para que não haja duas leis que tratam praticamente do mesmo assunto, porque, querendo ou não, a finalidade de ambas é o fomento da atividade, é o desenvolvimento da equideocultura.

Com relação a controles sanitários e até de dados estatísticos, o Ministério da Agricultura possui uma série de legislações. Eu não vou entrar, item a item, nos artigos, vou fazer apenas considerações gerais porque depois vamos nos manifestar com relação à redação e aos artigos específicos, por meio de nota técnica, assim que recebermos o projeto oficialmente. Como eu disse, o Ministério possui algumas legislações da Secretaria de Defesa Agropecuária que já dispõem que todo criador tem que fazer as vacinações, tem que informar para os seus Estados o número de animais, assim como quando há morte. Mas precisamos realmente é de capacitar melhor, levar mais informação para os produtores no sentido de que eles estejam mais conscientes, que atualizem sempre os dados, que sigam as legislações, que cumpram as legislações.

Precisamos unificar as informações, que são estaduais. Precisamos, de repente, dispor de recursos para unificar, elaborar um sistema que talvez possa unificar todas as informações com relação a números de rebanho e de abate. Por exemplo, hoje, com relação a abate em frigoríficos que possuem inspeção federal, já temos controles de número e de dados. Precisaríamos extrapolar isso para frigoríficos municipais e estaduais. Essa seria uma forma de unificar e de melhorar a informação e de expô-la ao público, pois ainda há algumas falhas nisso.

A lei hoje vigente, inclusive por conta da atividade turfística, define que as entidades têm a obrigação de pagar uma contribuição devida com relação ao movimento geral de apostas que recolhem. E esse dinheiro que eles pagam, que eles têm que pagar, tem que ser revertido para o fomento da atividade de equideocultura de forma geral, não apenas atividade turfística. Então, temos tentado, inclusive com as associações, divulgar que apresentem projetos de fomento, que apresentem projetos com escopo de melhoramento, de boas práticas de manejo, de alimentação, enfim, é bastante amplo, para que a gente possa apoiar e melhorar a atividade.

Este ano, a gente firmou uma parceria com a Universidade de Brasília para uma pesquisa de caracterização genética da raça Crioulo e está previsto um projeto similar já para o ano que vem, para a raça Mangalarga Marchador, com a Universidade de Lavras. Falta conseguir levar mais informação e falta um pouco de união do setor, de organização do setor como um todo, para trazer as demandas para a gente conseguir evoluir com isso.

Muitos dos itens que aqui estão, na verdade, já existem, como a questão de pesquisa, questão de capacitação. A gente já tem isso previsto em outras legislações, até mesmo nessa legislação maior da equideocultura. Então, muitas das coisas que estão aqui já existem, e a gente precisaria, de fato, trabalhar uma atuação da legislação vigente e conseguir que o setor se organize melhor, conseguir perante os criadores uma melhoria na capacitação. Isso pode, inclusive, ser escopo para um projeto.

Nós estamos, por iniciativa de uma colega do Rio de Janeiro, tentando, na parte de turfe, levantar a ideia de um projeto de capacitação para os jóqueis. Todos esses artigos, essas iniciativas, essas demandas, de certa forma, já caminham e têm um embasamento legal.

Eu acho que, neste momento, poderíamos unir esforços para melhorar o setor, que realmente tem um problema de organização. E, como todas as outras cadeias, temos problemas com relação a estatísticas, porque é complicado. Às vezes, não é só questão de sistema ou só de governo, mas também de conscientização dos próprios produtores e criadores. Por exemplo, temos nas associações os dados de registro genealógico, e muitos criadores não comunicam nascimentos, não comunicam principalmente mortes, que são informações importantes. Muitas propostas do projeto de lei têm o foco em nós, para terem essa informação de estatística. E nós ficamos prejudicados por uma desorganização da própria cadeia. Então, precisaríamos trabalhar isso de outras formas e não mediante uma nova lei.

A princípio, essa é a postura que o Ministério da Agricultura tem com relação ao projeto de lei. Achamos interessante, mas, como falei, talvez não nesses moldes como foi apresentado. Poderíamos juntar esforços para...

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL CAPUTO – ...melhorar o setor nesse sentido.

Era basicamente isso que a gente tinha para colocar. A gente fez algumas considerações pontuais aqui. Então, eu acho que valerão mais no momento em que a gente for tratar da redação propriamente dita. De forma geral, era isso que a gente tinha para trazer.

Se quiserem mais algumas informações específicas sobre quais programas a gente tem, onde poderiam ser disponibilizadas as informações que aqui mencionei, a gente pode passar. Mas é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigada, Drª Raquel Caputo.

Passo a palavra, agora, ao Sr. João Carlos Lóssio, que é Diretor da Associação Brasileira do Cavalo Pampa.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Bom dia a todos!

Gostaria de cumprimentar, primeiro, o Presidente, Senador Acir Gurgacz, também o Senador Antonio Aureliano, amigo fraterno de muitos anos, e dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui neste plenário, contribuindo para o desenvolvimento da equideocultura no Brasil.

A importância desse projeto para o fomento e desenvolvimento da atividade é muito grande. Estudos recentes da CNA apontaram que a equideocultura emprega mais, direta e indiretamente, que a própria indústria automobilística. Então, é de suma importância esse projeto para o desenvolvimento e fomento da raça; também para a qualificação da mão de obra para essa atividade, que é uma dificuldade muito grande hoje. O treinamento da mão de obra através do Senar seria de suma importância para o desenvolvimento da atividade.

A raça Pampa vai também trazer colaborações para esse projeto; encaminharemos para V. Exª, Senador, para que a gente dê nossa contribuição. Tudo isso é de grande importância para a atividade rural. Sem o cavalo, o campo não funciona. Nas grandes extensões de criação de bovinos, a atividade do cavalo é muito importante; não só o cavalo, mas também os muares, etc. Nós vamos contribuir, e estou muito satisfeito de estar neste momento nesta Comissão, para dar a nossa contribuição.

Agradeço pelo convite, e, em breve, vamos apresentar as sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Passo a palavra ao Sr. Celso Arras, Superintendente Geral da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha.

O SR. CELSO ARRAS MINCHILLO – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Parabenizo o Senador Gurgacz e, principalmente, o Senador Aureliano por esta iniciativa. Eu acho que a importância da equideocultura, realmente, é desconhecida pela sociedade. Então, qualquer coisa que se faça nessa linha eu acho que já é muito bem-vinda.

O Senador citou o trabalho que é feito pela Esalq, pela Faculdade de Jaguariúna, e, nessa nova edição, uma edição atualizada – eles tinham feito primeiro um estudo em 2006, que atualizaram agora em 2012 –, continua em evidência a importância desse setor. Segundo esse estudo da Esalq, da USP, o setor tem uma receita de mais de R$13 bilhões, movimenta mais de R$13 bilhões; mais de 3 milhões de pessoas são envolvidas direta ou indiretamente – aí vem a colocação do colega que me antecedeu –, um contingente maior até do que o que é empregado pela indústria automobilística. Esses números são muito grandes, mas são desconhecidos da sociedade brasileira. Então, eu acho que um dos primeiro objetivos desse projeto é exatamente trazer à tona para a sociedade essa importância. Eu penso que isso é muito bem-vindo.

Eu ouvi a explanação da representante do Ministério. Se já existe uma lei, nós temos realmente que trabalhar juntos, mas o fato é que isso, até hoje, é desconhecido. E eu estou aqui também representando a Câma-

ra de Equideocultura – o Presidente Flávio Obino não pôde estar presente –, mas não estou falando em nome dela porque lá o assunto ainda não foi debatido, e a Câmara não tem um posicionamento. Mas a gente sente na Câmara, um órgão que funciona com o apoio do Ministério da Agricultura, a dificuldade que o Ministério tem hoje de recursos – recursos humanos, recursos materiais – para nos ajudar a desenvolver minimamente alguns programas, para resolver alguns problemas que a gente leva para eles, talvez pela falta dessa estatística. Apesar de já existir eventualmente uma lei, apesar de existir a Câmara, eu acho que um pouco desse desconhecimento é pela falta de apoio que o próprio Ministério, que o corpo técnico do Ministério tem para poder colocar isso de forma organizada e disponível para toda a sociedade.

Então, eu acho que a primeira coisa é pensarmos, de alguma forma – não sei se através de projetos de lei ou de que forma, sou leigo nesse assunto –, em dar um apoio maior ao Ministério da Agricultura para que ele possa fazer parte deste trabalho que está aqui, principalmente o trabalho de divulgação.

Estão um pouco fora do assunto específico do projeto de lei, mas eu gostaria de tratar de alguns assuntos que, principalmente, para o Quarto de Milha, são uma preocupação grande hoje. São três assuntos.

Um já foi citado, que é a qualificação de mão de obra. Realmente, é um setor que está crescendo muito, e há uma dificuldade de qualificação de mão de obra para o manejo, para o treinamento. Eu sou da Associação de Cavalo Quarto de Milha, que é uma associação muito voltada para o esporte, para o cavalo do esporte. Então, sentimos uma falta de qualificação de mão de obra que eu acho que, através de Senar ou de outros órgãos, poderíamos desenvolver.

Um assunto que temos debatido muito na Câmara de Equideocultura, para o qual não vemos ainda uma solução, um debate grande sobre o assunto, é aquele ligado ao mormo, que é uma doença que abate os equídeos. Ela tem se manifestado mais ou talvez ela não tenha se manifestado mais, mas, por uma exigência de exames em Estados como, por exemplo, São Paulo, começam a se fazem exames e começam a aparecer mais casos. Eu acho que isso é uma política pública de sanidade que precisaria ser mais bem tratada e observada pelos órgãos públicos.

A outra parte é a parte do cavalo de esporte. O trabalho da Esalq e da USP tinha indicado, em 2006, que o setor gerava mais ou menos R$7,5 bilhões. Isso subiu agora para R$13,5 bilhões, quase dobrando em seis anos. E eles até concluem aqui – eu estou com esse estudo – que uma das principais razões desse forte crescimento está exatamente ligada à criação voltada para o público urbano tanto para lazer quanto para esporte. No esporte, há, muitas vezes, alguns problemas ligados à proteção de animais. Por exemplo, existem cidades no Estado de São Paulo onde não podemos fazer prova de tambor. Então, o esporte vai também ser afetado quanto a isso. Sabemos que existem, na Câmara Federal, projetos de lei que praticamente vão impedir o esporte com cavalos. Isso é uma preocupação grande, porque acho que, de novo, falta o conhecimento da sociedade da importância desse mercado, para se estar discutindo esse tipo de coisa. Isso talvez não tenha muito a ver com o projeto, mas é uma preocupação que eu acho que o setor inteiro tem a respeito do assunto.

Agradeço a oportunidade. Vamos trabalhar também, na Câmara de Equideocultura, a proposta, enviando contribuições adicionais ao assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós é que agradecemos a sua participação e as suas colocações, Sr. Celso Arras.

Passo a palavra agora ao Dr. Marcelo Artur Motta Ramos Marques, Presidente da Associação Paulista de Fomento ao Turfe. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Eu queria dizer o seguinte: é verdade que muita coisa que está aqui no projeto de lei está prevista na lei que a Drª Raquel citou, mas acontece que essa lei é de tal forma que não ajuda o setor, ela engessa o setor. Eu acho que esse projeto vem em excelente hora, até para revogar essa lei existente. Ele não é conflitante, ele vem modernizar a lei.

Eu falo, porque a finalidade da própria Câmara de Equideocultura, da qual também participo, é zero, uma vez que ela não consegue, no Ministério, seguir os assuntos em que vemos que há necessidade, assuntos prementes como a questão do mormo e tantas outras importantes.

Essa lei vem no momento exato, porque vai acabar ajudando o nosso setor a ajudar o Ministério, que também não nos pode ajudar. E ela fala uma verdade. Às vezes, há até recursos oriundos das apostas nossas para se aplicarem em projetos, mas não existem os projetos. Então, é coisa de Brasil que precisa crescer, é coisa de Brasil moderno com visão moderna.

O Senador está de parabéns por ter percebido este momento que a gente vem debatendo. As dificuldades são imensas, Senador. O senhor imagine o que passamos nós do turfe, então!

Eu ainda falava para ele que a equideocultura, quando todos falam em economia, emprega o desqualificado. É onde mais se precisa de emprego. Olha que eu sou conhecedor do turfe mundialmente. Levo isso muito a sério. Já vi páreos no mundo, em praticamente todos os hipódromos do mundo. Procuro conhecer e me informar. Por que para o turfe eles dão valor? Porque ele emprega o desqualificado, aquele cara que limpa o cavalo, que dá banho no cavalo, que dá comida. Nem cobrador de ônibus mais existe, porque agora há a catraca eletrônica. Então, é preciso colocar esse cara – esta é uma parte da população que existe e que vai sempre existir – para fazer alguma coisa, senão ele vai só matar ou assaltar. E, no trato do cavalo, não se consegue substituí-lo por robô, pela informática, porque o cavalo tem de comer. Então, é uma fonte de emprego para o desqualificado. Essa é a função maior e a importância maior da equideocultura. É isso que tenho falado.

Também acho que tenho de apresentar algumas sugestões. Eu as rabisquei aqui rapidamente. Eu as mandarei na de forma redação, com justificativa.

Acho que a Drª Raquel, do Ministério, teria a oportunidade de pegar da lei que existe o que é bom e colocar aqui. E o que ruim é preciso deixar para ser revogado. Acho que esse é o ovo de Colombo.

Isso era mais ou menos o que eu queria falar.

Agradeço a atenção de todos. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado por sua colocação, Dr. Marcelo, e por sua presença aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador.

Muito obrigado por sua presença conosco.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Obrigado, Presidente, membros da Mesa, Sr. Senador, demais membros participantes desta reunião.

É com satisfação que a gente vem aqui representando a Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador, que, hoje, é uma entidade que congrega quase 10 mil associados. Nós temos 500 mil cavalos registrados.

Nós temos uma atividade muito constante de eventos. No ano passado, nós realizamos 250 eventos. Esses eventos ocorrem nos fins de semana. Se vocês dividirem por dez meses – em dois meses, não se trabalha –, vocês verão que são 25 eventos por mês e que, por fim de semana, são quatro ou cinco eventos. Então, é uma atividade forte e constante. Nós temos 240 leilões chancelados, o que representa quase um por dia. Nós temos 62 núcleos do Brasil, três núcleos no exterior. São 56 núcleos no Brasil e cinco no exterior. Na Europa, há três; nos Estados Unidos, dois; e, na Argentina, um.

Temos uma atividade constante de reprodução. No ano passado, fizemos 30 mil potrinhos. Desses 30 mil potrinhos, 6 mil foram gerados por transferência de embrião. Talvez, esse seja o maior número de embriões feitos numa raça no mundo, principalmente porque a técnica é muito mais desenvolvida aqui do que no exterior. Inclusive, para esses núcleos no exterior temos de levar veterinários, para eles ensinarem a técnica de coleta de sêmen e de transferência de embrião, para facilitar a execução dos projetos.

Temos um convênio com a Apex, o que viabiliza a realização de dez eventos internacionais por ano. Neste ano, fizemos três na Alemanha, dois nos Estados Unidos e um na Argentina.

Na Europa, nós temos seis cavalos andando nas principais exposições – Arnhem, Equitana, Munique, Cavalli –, divulgando a raça nacional, que é o cavalo Mangalarga Marchador, cuja diferença básica é o andamento marchado, que faz com que ele seja extremamente apreciado por onde ele aparece. E eles não conheciam isso. A raça nacional, advinda agora desse projeto do Deputado Arthur Maia, nos deu esse título que muito nos honra.

Então, é com extrema satisfação que nós temos um associado aqui presente que veio patrocinar uma lei dessa natureza. Nós estávamos precisando de um padrinho e o achamos. Nós três aqui frequentamos a Câmara de Equideocultura e sabemos das dificuldades que nós temos para fazer um processo rodar. Para sair a decisão que se toma lá dentro e fazer virar lei ou fazer virar uma decisão oficial tomada, não é brincadeira. E agora, com o padrinho, acho que nós vamos para frente, porque isso é o que estamos precisando.

Em relação ao projeto, Sr. Presidente, nós fizemos aqui a leitura rápida dele, e há algumas considerações a fazer. A primeira delas, que já foi falada aqui, na nossa Mesa, é o maior obstáculo que temos hoje e se chama mormo. O mormo, Sr. Presidente, nos bloqueou. O mormo impede as transações internacionais todas. O mormo fez com que as nossas perspectivas de fazer exportação de animais, de sêmen e de embrião ficassem bloqueadas. As compras e vendas que o pessoal estava acostumado a fazer foram dificultadas barbaridade. Acho que nem se está conseguindo executar. A cada dia que aparece – e cada vez mais vai aparecer –, na medida em que melhora a legislação do mormo, nós vamos achar mais cavalos com mormo.

Eu estava consultando a Drª Liziè agora mesmo. Para isso, só existe uma saída: uma vacina. Não sei se isso é fácil, se é difícil, se é possível. Essa doença tem três mil anos. Então, não deve ser fácil, mas nós vamos ficar bloqueados por essa operação. Ela é um limitante. É o maior limitante que hoje a equideocultura brasileira tem.

Então, a sugestão, custe o que custar, senhora representante do MAPA – não há outra saída –, é fazer essa pesquisa, e todas as associações estão solidárias. Todos os nossos laboratórios particulares estão solidários em achar uma solução dessa natureza para suprimir essa barreira, que é uma coisa que está nos dando um prejuízo monumental.

Estive lendo também, Sr. Senador, que aqui, no projeto, nós temos que incluir o bem-estar animal, cujo coordenador é o Celso. Ele fez um trabalho muito grande. Nós tivemos aquele caso do Monty Roberts, que muito nos afetou. Tivemos que fazer às pressas uma cartilha do bem-estar, para que a peãozada recebesse as instruções para se comportar direito durante a última exposição nacional, e ela foi extremamente efetiva, porque não tivemos nenhum caso lá, inclusive com a presença física do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, ONGs e Meio Ambiente. De modo que o comportamento com o qual se vai tratar a partir do trabalho que o Celso está fazendo em relação a toda a equideocultura nacional vai ser muito bom.

Fundamental, senhor padrinho, é legalizar a nossa legislação tributária. Nós estamos equiparados a *pet*. O cavalo, na hora em que começou a ser objeto de legislação para ração, remédio, veterinária, foi colocado como se ele fosse um bibelô. E, na verdade, ele é o grande instrumento da divulgação e da sustentação da pecuária nacional, que é a maior pecuária do mundo, é a maior indústria de carne do mundo. Então, esse trabalho compete ao Congresso Nacional fazer e trazer equiparação dos mesmos números da pecuária à legislação pertinente aos equinos.

Tive aqui oportunidade também de apresentar ao nosso auxiliar, Secretário Gláucio, um projeto que fizemos para o Banco do Brasil para promover o custeio pecuário equino. Essa foi uma realização pessoal nossa, e depois de uma luta muito grande, há três anos, conseguimos implantar isso no Manual de Crédito Rural.

No Manual de Crédito Rural, há um espaço chamado "outros projetos", onde se encaixa o projeto Pecuária Equina – inclusive dei ao Gláucio a matriz, um boneco de como se faz isso. É baseado em cabeças de éguas que, naquele momento, forneciam R$2,5 mil por égua matriz em cada rebanho. Então, se você tiver 20 éguas, você recebe R$50 mil, o que dá para fazer o sustento anual do seu rebanho – isso também está aí.

Sobre as escolas para peões: nós criamos lá, com o Senar de Minas, Senador Aureliano, uma escola baseada naquele sistema francês, de fazer aulas durante 15 dias e a pessoa voltar para trabalhar 15 dias, são 600 horas em 6 módulos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – O senhor me permite só mais um tempinho, Sr. Senador?

Essas 600 horas são cinco degraus: é o peão trabalhos gerais, casqueamento, primeiros socorros, demonstração em pista, e o último deles é gerente de haras. Então, esse boneco está pronto, é só levar para os outros Estados; o Senar dá – dá o projeto, dá o dinheiro e dá o professor. Então, qualquer lugar do Brasil inteiro que queira fazer esse sistema... Esse sistema tem uma coisa interessante, Sr. Senador: é que ele mais ou menos trabalha com 20 alunos, e os 20 alunos saem empregados. A falta de mão de obra é tão grande, é tão dificultosa – profissionalizada, porque empírica há demais – que os meninos que saem de lá saem todos empregados. Então, é uma atividade na qual também já existe um caminho; depois de um esforço danado do Presidente, que fez isso lá com o Senar de Minas, isso já existe.

Peço licença, Sr. Senador, para pedir-lhe que, na primeira linha do seu projeto de lei, trocasse a palavra "incipiente" – da câmara setorial – para "esforçada", porque estamos aqui em três – esse pessoal aqui também é de lá. Então, eu queria que o senhor fizesse a gentileza de substituir a palavra "incipiente" por "esforçada".

Eu acho que nós não podemos perder a oportunidade de uma iniciativa como a sua. Mesmo que o senhor fique pouco tempo, veja se dá conta de viabilizar esse projeto no curto prazo, porque ele é a salvação não da lavoura, mas da equideocultura nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio Sérgio Quadros Barbosa, por suas colocações.

Vamos fazer a mudança da palavra, não há problema. Como Relator da matéria, digo-lhe que acatamos já, de pronto, essa modificação.

Coube a mim relatar essa matéria, com muito prazer, e nós, através desta audiência pública, queremos, atendendo um pedido do Senador Antonio Aureliano, concluir os trabalhos para que possamos votá-la na terça-feira próxima, para que possamos avançar. Nós temos uma prática aqui na Comissão de Agricultura de não

deixar que os projetos adormeçam nas prateleiras, nós procuramos avançar. Na terça-feira nós colocaremos em votação aqui nesta Comissão. Eu não sei se é terminativo...

Marcelo, é terminativo aqui? (*Pausa.*)

É terminativo aqui, nesta Comissão, e daqui irá para a Câmara dos Deputados – se aprovado e se nós conseguirmos quórum, porque para a votação terminativa nós temos que ter quórum, não é isso, Senador? Vamos trabalhar para termos quórum, porque o relatório estará pronto para votarmos, a seu pedido, na próxima terça-feira, às 14h30 – já marcada a nossa reunião da Comissão de Agricultura.

Passo a palavra novamente ao Senador Antonio Aureliano, para fazer as suas colocações. Também pergunto se na Mesa alguém gostaria de fazer mais alguma colocação para colaborar com os nossos trabalhos. Mas, inicialmente, passo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer inclusive a colaboração de todos no sentido de demonstrar que estamos juntos por um mesmo objetivo.

A Drª Raquel deixou suas ponderações no que se refere ao Ministério da Agricultura. Reconhecemos o trabalho que está sendo feito pelo Ministério, mas o fundamental é que haja uma ordenação e que o próprio Ministério tenha condições de atuar de forma mais efetiva. Sentimos que o Ministério está com boas ideias e tem inclusive uma estrutura, mas o próprio projeto de lei é de 1984 e nem está regulamentado ainda.

A SRª RAQUEL CAPUTO – É uma lei vigente.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – É vigente, mas...

A SRª RAQUEL CAPUTO – ... por um decreto...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Por um decreto, mas há uma série de engessamentos e precisamos dar flexibilidade a ela, entendeu?

A SRª RAQUEL CAPUTO – É que, por ser antiga, ela tem..

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Por isso mesmo é que é de extrema importância nós estarmos realmente juntos.

Por que a ideia? A ideia era a seguinte, mesmo porque a minha ideia foi dentro exatamente do estudo que estava sendo feito...

Grande criador e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Mangalarga Marchador, meu caro Antônio Quadros, quando eu usei a palavra – que vai ser trocada – "incipiente", não foi no sentido de insignificância. A significância é grande. É incipiência na quantidade. O número. O número é reduzido. Porque, na verdade, eu te digo, com toda sinceridade: como afirmou o Antônio Quadros, poucas pessoas no Brasil conhecem a importância da equideocultura, como ela é importante e como participou de toda a produção do País. Em termos econômicos e financeiros, ela ajuda diretamente. E também culturalmente.

Nessa regulamentação existe um assunto polêmico, que inclusive será discutido mais à frente. Polêmico no sentido mesmo de transporte. Por exemplo, aqui na Esplanada dos Ministérios, deveria existir um passeio, como existe em Nova Iorque, em Londres, na França e na Itália. Se você vai à Itália, há uma quantidade enorme de charretes passeando pelos monumentos de Roma. A parte de lazer é importantíssima. Portanto, também a regulamentação do próprio transporte.

Outro dia, eu falei uma coisa e alguém disse: "Mas que absurdo!". Não tem nada de absurdo. Por que incentivam tanto a bicicleta, e não o transporte a cavalo? Não é proibido andar a cavalo. Tem que ser regulamentado. É complexo? É. Mas, com certeza, o cavalo está presente em toda a vida do cidadão – toda a vida, você pode ver –, direta e indiretamente.

Também temos que resolver o problema da regulamentação, como afirmou o Antônio, porque está equiparado ao *pet*. Não temos nada contra *pet*, de maneira alguma. Quem gosta de um animal gosta de todos. Mas isso é fundamental.

E há esse absurdo que o Celso Arras citou. Eu não tinha conhecimento da intenção de se proibir o esporte. Nós estamos na contramão da história, totalmente na contramão da história, quando alguém fala em proibir esporte envolvendo animal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Não, isso é algo incabível, porque, na verdade, nós precisamos, cada vez mais, inteirar. Agora mesmo, alguém vai dizer que não se pode fazer equoterapia, que é algo extraordinário, o único tratamento em que existem três dimensões para crianças com problemas neurológicos. Não há nada que substitua a equoterapia. Nada. Estamos discutindo, na Câmara e no Senado, o uso da substância existente na maconha para curar problemas neurológicos. A equoterapia é mais importante e mais eficiente do que o canabidiol. Mais eficiente.

Drª Raquel, na verdade, temos que somar esforços. Somar. O projeto, no sentido de regulamentar, não está competindo com nada. Não está inclusive questionando a ação. Sabemos que o Ministério está procurando fazer, como disse o Marcelo. Ninguém está dizendo... A ideia do projeto é necessariamente haver uma política nacional.

Você pergunta nos Estados Unidos, você pergunta na França, na Alemanha, na Inglaterra, em todos os países, e vê que há políticas bem coordenadas, política nacional. Então, se nós tivermos, através do projeto de lei, uma política nacional em que a visibilidade da atividade fique...

Quando se fala em criador de cavalos, acham que o sujeito é simplesmente um milionário que está se metendo numa atividade de lazer. Esse é o erro! Na verdade, o empresário do cavalo é como outro qualquer, como o empresário da área do agronegócio, que dá uma contribuição enorme, que emprega pessoas, que dá condições, inclusive, de vida melhor para todos. Então, nós precisamos, e é importante, atuar juntos, Congresso Nacional e Executivo, no sentido de viabilizarmos uma ação imediata. Porque isso prejudica a equideocultura nacional.

Eram essas colocações que eu queria fazer. E agradeço muito, Presidente, essa colocação de V. Exª, que é um homem importante no setor e para o Senado Federal, no sentido de nós agilizarmos. É fundamental nós encaminharmos e aprovarmos o mais rápido possível para termos condições de ordenar e atuar, Parlamento e Executivo, em sintonia para esse projeto ser um agente catalizador no desenvolvimento da equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Aureliano. E cumprimento-o mais uma vez pela iniciativa do projeto, um projeto importante e que, de fato, vai trazer grandes benefícios para o setor.

Drª Raquel Caputo, com a palavra.

A SRª RAQUEL CAPUTO – Eu concordo, Senador Aureliano, com o que foi colocado no sentido de unir esforços. Não estou entendendo como uma lei que esteja competindo com nada, mas, justamente, devido àquilo que já comentamos aqui, esta lei vigente é de 1984, foi regulamentada pelo Decreto nº 96.993, de 1988.

Eu acho importante que a gente, antes de votar a redação desta lei, a estruture melhor, para conciliar e para não haver duas leis tratando de um mesmo assunto, sendo que esta seria uma ótima oportunidade para a gente reformular essa legislação que já está ultrapassada. Por quê? Porque, na época em que ela foi criada, a gente tinha a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), que era um órgão colegiado do Ministério da Agricultura, diretamente ligado à Presidência e extremamente fortalecido politicamente e financeiramente. Enfim, detinha um prédio inteiro no Rio de Janeiro, então, tinha uma estrutura forte capaz de fazer, de realizar tudo que estava previsto. E hoje a gente não tem essa estrutura. Hoje todas as atribuições ficaram a cargo do Ministério da Agricultura, e a gente não tem gente nem recursos para trabalhar com tudo da forma como está aqui. Então, acontece isso que foi colocado e a gente acaba engessado. A realidade era outra, a gente tinha outra realidade.

Eu só acho que a gente tinha que aproveitar este momento, aproveitar a oportunidade. Já que está sendo proposto um projeto para a atividade e que já há uma lei que dispõe sobre equideocultura no Brasil, por que não unir esforços e fazer uma atualização dessa legislação que, se dependesse de uma iniciativa dentro do Ministério, possivelmente a gente levaria talvez anos e anos, uns dez anos? Acho que a gente deveria unir esforços.

A nossa proposta é justamente no sentido de alterar a redação para ampliarmos e colocarmos o que há de interessante, de importante na lei hoje vigente e reformulá-la. Pelo que entendi, todos nós aqui temos a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Raquel.

Informo que nós estamos à disposição para nos reunirmos, de preferência até segunda ou terça-feira. Nosso consultor técnico está presente aqui, o Lagares. Nós poderíamos nos reunir com a senhora, Drª Raquel, para termos a sua contribuição, que para nós é muito importante.

De fato, não há competição. Realmente, o que querem os produtores e o que quer o Ministério são a mesma coisa. É só fazermos algo que seja importante para o Ministério e para os produtores também.

Então, nós estamos à disposição para nos reunirmos hoje ainda, se a senhora tiver tempo, ou amanhã, para que nós possamos...

A nossa preocupação, Senador Aureliano, é que, na próxima terça-feira, teremos a última reunião do ano da Comissão de Agricultura. Por isso a minha insistência em levarmos à votação na próxima semana. Poderíamos estender mais, não há problema, mas passaríamos para o próximo ano, e não teríamos aqui o Senador Antonio Aureliano para defender o projeto. Daí a importância de nós aprovarmos esse projeto na próxima semana. Eu creio que é importante para nós, da Comissão de Agricultura.

Mas ficamos à disposição. O nosso consultor está aqui e estará também à disposição para debater esse assunto tecnicamente e com mais objetividade em relação ao que estamos dizendo aqui, distinguindo, com mais precisão, o que pode e deve e ser mantido do que talvez tenha de sofrer algumas modificações no projeto de lei. A nossa intenção é fazer o melhor possível para o setor. O setor indo bem será uma contribuição maior para o nosso País, e é o que nós todos queremos.

Passo a palavra ao Dr. João Carlos Lóssio, para suas considerações.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Em relação ao rodeio de cavalos e de gado, há uma dificuldade enorme. Já houve convites para se fazerem dois rodeios aqui em Brasília neste ano, no Parque Leão e na Granja do Torto, mas houve uma dificuldade enorme em relação ao Ministério Público, que entende que gera maus-tratos aos animais.

Então, eu gostaria também que fosse contemplado um estudo no sentido de viabilizar essa atividade. O rodeio faz parte da cultura nacional, faz parte da cultura rural, mas está havendo uma dificuldade muito grande em todo o Brasil de se fazer essa atividade. As entidades de defesa dos animais entendem que pode haver alguns maus-tratos aos animais, coisa que não há. Nessa atividade, os animais são muito bem tratados, são treinados para aquela atividade, e não se gera nenhum risco para o animal, nem maus-tratos. Talvez seja preciso colocar nesse projeto alguma coisa no sentido de regulamentar isso, o que vai contribuir para essa atividade, que é muito importante para o interior. Aqui nós não pudemos fazer, na Granja do Torto, dois eventos dessa natureza, nem no Parque, por circunstâncias de legislação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Agradeço, João Carlos Lóssio.

De fato, o rodeio é uma prática forte no País. No meu Estado de Rondônia, é muito maior do que a média brasileira a prática do rodeio. Em todas as cidades, distritos do Estado de Rondônia, acontecem rodeios durante todo o ano. Realmente, é uma questão que, se conseguíssemos colocar nesse projeto de lei, seria importante. Então, peço ao Lagares que analise esse ponto. Se pudermos colocar nesse projeto algo para reorganizar a questão dos rodeios, será de uma contribuição muito grande para o nosso País.

O SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – A vaquejada, no Nordeste, também é muito importante, não é? É uma atividade que usa o cavalo e o gado e também tem restrições nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Sem dúvida.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, para suas considerações.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Presidente, acho que está tudo certo, mas o tempo é que está muito apertado. Realmente, esta é uma oportunidade única de reformar essa lei, que, segundo a doutora disse, engessa todo o setor e tem que ser reformulada. Ela tem razão. Havia uma Comissão, não tem mais nada disso, e a lei ficou. Isso é um dos grandes problemas do nosso setor como um todo. E esse projeto vem no momento certo.

Agora, eu não estou vendo como é que conseguimos... Mesmo quanto ao turfe, eu acho que deveria haver um capítulo do turfe, como deveria haver um capítulo dos esportes, tais como rodeio e vaquejada, específicos. O que acontece hoje nessas leis? Elas são interpretativas. E o Ministério Público hoje começa a atuar, como não atuava em 1988, em 1984 muito menos. Então, eles começam a interpretar. Se não for objetivo e claro, por exemplo, que atividades de esportes são rodeios e vaquejadas... "Ah, vai maltratar os animais". Não está maltratando nada, porque o rodeio tem regras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Claro.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Tem que ter comissão, como nós, no turfe, temos comissão de turfe e comissão veterinária presentes. Quer dizer, não existe isso. Pelo contrário...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nos rodeios também. A mesma coisa.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Então, o cara não entende isso.

Precisa haver o capítulo dos esportes, o capítulo do turfe. E precisa tirar esse entulho legal que é essa lei, esse decreto. Agora, eu não sei como conseguimos, Presidente – o senhor como Relator; eu queria contribuir, trazer um capítulo; a Doutora tem uma responsabilidade muito grande – , operacionalizar isso nesse tempo. Só isso que está me preocupando, porque nós estamos na quinta, e será na terça-feira. Eu vou para casa, estou em São Paulo...

A SRª RAQUEL CAPUTO – Teria de escutar o setor.

O SR. MARCELO ARTUR MOTTA RAMOS MARQUES – Não escutar o setor, porque o setor está aqui bem representado. Eu acho que é mais uma questão de a senhora conciliar com o assessor técnico e de o pessoal trazer contribuição da parte do esporte, que já foi citado aqui. Agora, eu não sei como operacionalizar isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dr. Marcelo, se me permite.

Senador Aureliano, nós podemos também transferir essa votação para fevereiro. Eu consulto os senhores: se entenderem que é melhor aguardar e contemplar o setor como um todo com mais detalhes, nós podemos fazê-lo. Eu fico no compromisso de dar sequência a esse projeto: continuar com a relatoria, pedir a relatoria, porque, ao final do ano, todos os relatórios voltam para as comissões e serão redistribuídos no próximo ano. Posso pedir para o novo Presidente a relatoria novamente e dar continuidade, fazendo outras reuniões. Como a Drª Raquel Caputo bem colocou, é uma oportunidade, até porque é terminativo aqui, no Senado. Se nós fizemos um trabalho maior, mais detalhista, não contemplando todos os setores, mas tentando abordar todos os assuntos pertinentes ao segmento, talvez fosse de uma importância maior.

Consulto o Senador Aureliano se concorda com a posição de nós continuarmos o debate. De antemão, eu convidaria V. Exª para continuar também nos debates junto conosco no ano que vem, para que possamos adequar melhor o projeto, se assim V. Exª entender que é necessário.

Com a palavra, o Senador Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, primeiro, fico muito satisfeito com o fato de V. Exª colocar a possibilidade de continuar sempre na relatoria, acompanhando esse projeto, porque eu sei da eficiência, da competência e da seriedade de V. Exª no trato de todos os projetos cuja incumbência da relatoria lhe cabe e da sua responsabilidade que sempre é de extrema importância para o Congresso Nacional.

A experiência nos diz o seguinte: é uma oportunidade no sentido de que temos condições de termos uma matriz clara do que é mais importante até terça-feira – eu tenho absoluta segurança disso. Visualizo que a discussão mais prolongada pode acontecer no decorrer do trâmite do projeto, mesmo porque, no trâmite do projeto, na verdade, pode haver emendas e podem surgir algumas outras ideias que venham a colaborar com o andamento do projeto.

Agora, eu vejo que seria muito bom que ele fosse votado na terça-feira. Na verdade, a colocação que eu faço é a de que se faça um esforço. Nós temos claramente... Eu sempre digo o seguinte: o que não se fez... A colocação, por exemplo, do Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador é de uma clareza e de uma limpidez, ou seja, a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador já está na frente, ela já está andando. O que eu quero é a contribuição dela para fazer também para o País como um todo, uma vez que a Associação Brasileira dos Criadores de Mangalarga Machador está andando. As coisas estão acontecendo.

Sr. Presidente, eu diria o seguinte: se fosse possível, eu, particularmente, pediria a V. Exª para votar na terça-feira e pediria a todos os membros daqui que dessem a sua contribuição o mais rapidamente possível. Eu entendo a posição do nobre companheiro Marcelo. Eu entendo perfeitamente, mas o problema é que, se não aproveitarmos este momento em que temos um Relator desta magnitude, desta competência, um homem voltado para a área, que conhece a área e que acredita na área... É um momento singular o que estamos vivendo. Então, eu pediria ao meu Presidente que votasse na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Senador. Vamos manter a votação na terça. Façamos as modificações que couberem na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Façamos dessa forma, porque, de qualquer forma, o projeto vai à Câmara dos Deputados...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... e terá nova discussão, novas audiências públicas. Aí, os ajustes nós poderemos fazer lá e ganharemos essa etapa, porque a preocupação nossa, senhores, é realmente não deixar que a gente perca a oportunidade também de fazer andar os projetos, e projetos importantes como esse não podem ficar paralisados. Passa um mês, passam dois meses e, de repente, passam seis e um ano.

Então, vamos atender ao nosso Senador Aureliano e faremos a votação na terça-feira próxima.

Eu consulto a Mesa se alguém gostaria de se pronunciar. (*Pausa.*)

Pois não, Dr. Antônio Sérgio.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO QUADROS BARBOSA – Eu vi que o nosso padrinho é muito animado com a equoterapia. Então, eu vou dizer ao senhor o seguinte: nós temos, para estimular esses eventos, lá na associação, um regulamento do funcionamento dos núcleos. Esses núcleos recebem pontuação por evento. Então, exposição ganha tanto, copa de marcha ganha tanto, cavalgada ganha tanto etc. Quem fizer mais vai para a Marchador Fest, ganhar um prêmio em dinheiro e ser fotografado por nosso Diretor de Comunicação, que está ali, o Álvaro Pereira, que é o coordenador do Marchador TV.

Então, todos esses presidentes trabalham com afinco para subir no palanque e um dos itens, que é consagrado nesse regulamento, é o convênio com as APAEs para fazer funções de equoterapia. Então, o Mangalarga Marchador fornece, para essas APAEs, para essas entidades que têm condição de fazer a equoterapia, os animais. Os professores são treinados aqui em Brasília, num órgão especial – Ande, não é? –, e as entidades mantenedoras, lá, sustentam essa operação. Cada vez que o menino faz uma aula de equoterapia, ele passa uma semana por que a mãe agradece, substancialmente, a gente. O movimento pendular faz com que haja um equilíbrio, durante a semana toda, na mente do menino que tem problema.

Então, isso aí fez com que a gente corresse demais nessa direção, porque todo mundo quis fazer.

A nossa amiga lá de Itatiaiuçu – acho até que o senhor a conhece – fez a entidade maior de equoterapia de Minas Gerais e obteve um patrocínio da escola, acho, de Ipatinga ou de uma daquelas universidades ali, e editou um livro, já está no segundo, de equoterapia – dessa grossura, assim, Senador –, distribuído no Brasil inteiro.

Então, não estava contemplado aqui e eu esqueci até de mencionar esse item, mas o cavalo, em si, ligado diretamente a essa atividade... É uma atividade social altamente remunerada para nós, pessoalmente, porque ela mexe exatamente no social, ela tem um objetivo social fantástico. Inclusive, quando você fala desse assunto... Por exemplo, na Argentina, eu estava dando uma entrevista para o canal rural de lá, e, na hora em que passamos para esse assunto, os outros assuntos morreram. Falamos de equoterapia durante meia hora, como é que funciona, de que jeito se executava isso.

Agora, Senador, estamos fundando outra coisa grande lá, nessa linha, que é para ajudar as pessoas com câncer. É um projeto que foi criado pelo pessoal do sul de Minas, lá de Varginha. Nós já recebemos inúmeras doações de criadores, durante o Marchador Fest, e vamos estruturar – está sendo feito agora – um apoio do Mangalarga Marchador a pessoas com câncer, então, criadores, funcionários, agregados do Mangalarga Marchador. Podemos fazer aquelas coisas que acontecem em Barretos, uma casa de apoio, dinheiro para a pessoa que esteja doente.

Aquela solidariedade humana aconteceu lá em Florianópolis, agora. Acho que recebemos três milhões em doações lá, em duas ou três horas, durante uma festa.

Então, essas coisas do lado social, que tiram um pouquinho o enfoque do financeiro, dão uma contribuição muito grande para equideocultura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antônio.

Consulto se alguém mais tem alguma colocação a fazer.

Então, agradeço a presença de todos: Drª Raquel Caputo; Dr. João Carlos Lóssio; Dr. Marcelo; Dr. Celso Arras; Antônio Sergio Quadros. Também agradeço a presença do Jornalista Álvaro Pereira em nossa audiência pública. Agradeço ao Senador Antonio Aureliano; mais uma vez, eu o agradeço pela iniciativa do projeto.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 03, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO AMARAL**, **GLEISI HOFFMANN, ACIR GURGACZ EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ HENRIQUE, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO E BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **BENEDITO DE LIRA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2014-CN** – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015 (**Mensagem nº 251/2014-CN – na origem**). O Senhor Relator, Senador Acir Gurgacz, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA: Emendas de Apropriação de Despesa: **Emenda nº 1 – CRA:** UO: 22101 –

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário; Valor: R$ 300.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA:** UO: 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Ação: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; Valor: R$ 250.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA:** UO: 49101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ação: 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; Valor: R$ 350.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA:** UO: 58101– Ministério da Pesca e Aqüicultura; Ação: 20Y1 – Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola; Valor: R$ 200.000.000,00. Emenda de Remanejamento de Despesa: **Emenda nº 5-CRA:** UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Apoio a realização de Eventos Agropecuários – Exposições e Feiras Agropecuárias – Seminários e Convenções; Valor: R$ 33.000.000,00. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às.quatorze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedita de Lira,** Presidente da COMISSÃO

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN (Mensagem nº 251/2014, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Esclareço que foram apresentadas 52 emendas à LOA, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz, para proferir seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o relatório, agradeço a V. Exª e aos nossos pares por terem me escolhido para fazer este relatório. O relatório ao Orçamento é importante para o País; portanto, para mim, é motivo de orgulho poder ser Relator nesta Comissão do Orçamento de 2015.

Com amparo nas disposições constitucionais tramita no Congresso Nacional, sob o nº 13, de 2014 – Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2015 – PLOA-2015, que se encontra na fase de apresentação de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Conforme a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a CRA pode apresentar até oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 52 propostas de emendas à despesa, sendo 51 de apropriação e uma de remanejamento.

Na análise, no Anexo a este parecer constam as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, unidade orçamentária beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, nesse parecer, as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e a minuta do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda – CAE e CMO, ainda pendente de entrega à CMO, mas que, em regra, mantém o mesmo disciplinamento dos anos anteriores.

As propostas são todas de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CRA. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas quatro emendas de apropriação desta Comissão.

Critérios para composição das Emendas da CRA.

Para as quatro emendas de apropriação, adotou-se o critério de uma emenda para o Ministério da Agricultura, uma para a Embrapa, uma para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e uma para o Ministério da Pesca e Aquicultura, escolhendo-se sempre a ação para a qual foram apresentadas o maior número de propostas.

O nosso voto, Sr. Presidente.

Como decorrência, votamos pela apresentação das quatro emendas de apropriação, todas do tipo acréscimo, conforme especificado a seguir:

A Emenda nº 1, aglutinando na Proposta nº 35, do Senador Romero Jucá, na ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura – no valor de R$300 milhões, as Propostas nºs 4, do Senador

Flexa Ribeiro, 10, do Senador Waldemir Moka, 20 e 21, do Senador Valdir Raupp, 25 e 28, de minha autoria, Acir Gurgacz, e 47, do Senador Benedito de Lira.

A Emenda nº 2, aglutinando na Proposta nº 17, da Senadora Ana Amélia, na ação 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, da Embrapa –, no valor de R$250 milhões, as Propostas nºs 6, do Senador Flexa Ribeiro, 7, da Senadora Ângela Portela, 14, do Senador Waldemir Moka, 22, do Senador Valdir Raupp, 26 e 27, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, 34, do Senador Romero Jucá, 39, do Senador Ruben Figueiró, 42, do Senador Rodrigo Rollemberg, e 45, do Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão.

A Emenda nº 3, aglutinando na Proposta nº 11, do Senador Waldemir Moka, na ação 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais –, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R$350 milhões, as Propostas nºs 29, de minha autoria, Acir Gurgacz, e 38, do Senador Romero Jucá.

A Emenda nº 4, aglutinando as Propostas nºs 23, do Senador Valdir Raupp, na ação 20Y1 – Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola, do Ministério da Pesca –, no valor de R$200 milhões, as Propostas nºs 8, da Senadora Ângela Portela, 13, do Senador Waldemir Moka, 31, de minha autoria, Senador Acir Gurgacz, e 33, do Senador Romero Jucá.

Votamos ainda pela apresentação da Emenda nº 5, de remanejamento, conforme a Proposta nº 9, do Senador Waldemir Moka, na Ação nº 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura, no valor de R$33 milhões.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CRA seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas.

Essa é a análise.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez, pela indicação para relatar essa importante matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz sobre as emendas ao Orçamento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado, o relatório será encaminhado para a Comissão Mista de Orçamento, para que sejam tomadas as providências regimentais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Quero fazer um pedido a V. Exª, para, em função da falta de quórum, nós encerrarmos esta reunião. E caso haja outra reunião não a abrirmos também devido à falta de participantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não a abriremos?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – A próxima reunião. Não sei se há outra.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Podemos fazê-lo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas, se houver quórum, a faremos!

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Encerraremos a presente reunião.

Requeiro a dispensa da leitura e aprovação da ata desta 31ª Reunião da CRA. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Aprovada a ata da 31ª Reunião.

Antes de encerrar a reunião, informo a V. Exª que, de acordo com a convocação, faríamos agora outra reunião, deliberativa, para apreciação e votação dos projetos constantes da pauta para deliberação de matérias. Considerando que não há quórum para aprovar as matérias, declaro cancelada a segunda reunião, por falta de quórum.

Eu gostaria de, antes de encerrar, dizer que considero que esta, sem dúvida alguma, deverá ser a última reunião desta Comissão, tendo em vista que, na próxima quinta-feira, boa parte dos Senadores, principalmente os que renovaram seus mandatos, deverá ser diplomada nos seus respectivos Estados. Assim sendo, não haverá mais nenhuma reunião nesta Legislatura.

Assim, resta-me agradecer aos Senadores e às Senadoras que compuseram esta Comissão. O trabalho que foi desenvolvido por todos nós aqui foi da maior valia e da maior importância para o setor primário do País. Todo o esforço foi fundamental.

Eu, ontem, dizia algo ao meu querido, prezado companheiro e amigo Senador Figueiró – faço um parêntese para dizer que eu estava em Alagoas, coincidentemente assistindo à TV Senado, quando se encontrava em plenário, inclusive, o Senador Aureliano – que eu imaginava que o Senador Figueiró fosse continuar conosco, mas somente hoje tive informações de que ele também encerra o mandato, pois elegeu-se em 2006.

Eu queria agradecer a contribuição, o trabalho, a dedicação, que foram emprestados a esta Comissão pelo Senador Figueiró, ao tempo em que também agradeço penhoradamente a participação de S. Exª o Senador Suplicy, que vai agora cuidar de outras atividades. Já passou muito tempo aqui no Senado, e deverá prestar relevantes serviços em outros segmentos para continuar ajudando o País.

Eu queria agradecer, Suplicy, a V. Exª, não só pela sua presença na Comissão de Agricultura, mas no Senado Federal. Parece-me que, durante 24 anos, V. Exª desempenhou, com dignidade, com respeito, com responsabilidade, o mais importante cargo do Legislativo nacional. Tenho certeza absoluta de que o Estado de São Paulo vai sentir a sua falta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Por tudo quanto V. Exª pôde fazer em defesa dos interesses do mais importante, do maior e do mais rico Estado da Federação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu, o Senador Moka, o Senador Acir e o Senador Aureliano continuaremos. Acho que, se não na Comissão, como Presidente, mas farei questão de participar da Comissão como membro, porque reputo uma das mais importantes comissões técnicas do Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Eu queria pedir desculpa a V. Exª, mas concedo-lhe a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua dedicação e trabalho aqui, nesta Comissão que, muitas vezes, começou na primeira hora de amanhã, e V. Exª sempre aqui presente, às 8h30, cobrando de todos nós que estivéssemos aqui realizando um trabalho de grande importância para a agricultura brasileira.

Eu fui o primeiro orador em comunicação inadiável. Vim logo para cá. Agora, tenho a informação de que se formou o quórum necessário. Se V. Exª assim o desejar, poderei ler o parecer do item 11, do qual sou Relator, que se refere à alteração do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas.

Como o Senador Waldemir Moka também chegou, parece-me haver quórum necessário para que a reunião continue.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Submeto o requerimento verbal do Senador Suplicy à apreciação dos Srs. Senadores.

Assim sendo, creio que possamos reabrir a reunião, considerando que não havia quórum, já que anteriormente eu a havia cancelado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estamos de acordo, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Confesso que tenho dificuldade de continuar mantendo esse quórum, porque sou também Relator das emendas, então, fiz questão de vir porque é, vamos dizer, a minha comissão do coração, mas sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Então, eu não sei se... Não quero também impedir o relatório. Talvez se o Senador Suplicy...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sugiro que o Senador Suplicy faça a leitura do seu relatório, já que esta é a última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – É o que podemos fazer agora: somente a leitura. Infelizmente, não há quórum para deliberar.

Concedo a palavra ao Senador Suplicy para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Peço permissão a V. Exª porque eu preciso reabrir a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às quatorze horas e cinqüenta minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, ANTONIO AURELIANO, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, LUIZ HENRIQUE, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann,, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Jayme Campos e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: **ITEM** 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1– Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2– A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3– Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4– Matéria em fase de votação. 5– O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª, 19ª, 20ª e 26ª Reunião em 2014. 6– Na 27ª Reunião, em 04/12/2014, a Senadora Ana Amélia adequa o seu relatório, consolidando, em novo texto de Substitutivo, a Subemenda apresentada à Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 7– Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. **ITEM** 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a Emenda nº 1-CRA. **ITEM** 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:**

Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, e da Emenda nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3– Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4– Na 27ª Reunião da CRA realizada no dia 04/12/2014, após a leitura do Relatório pela Senadora Ana Amélia, o Sr. Presidente adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 5– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM** 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil. **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Antonio Aureliano. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto. 3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA. 4– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Antonio Aureliano, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência encerra a discussão e adia a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **ITEM** 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 256, de 2014, com duas emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– O Projeto constou da pauta da 26ª Reunião da CRA. 3– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com três emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será apreciada pela CDH, CCJ e, posteriormente, pela CAS em decisão terminativa. Resultado: Retirado de Pauta. **ITEM** 8: PROJETO DE LEI DO SENADO N° 77, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Especifica os atributos da cachaça, estabelece regras para uso das indicações geográficas para o produto, tipifica a cachaça artesanal produzida por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelece requisitos e limites para a produção e comercialização da cachaça artesanal, define diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 77, de 2014. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 9: PROJETO DE LEI DO SENADO N° 258, DE 2010 – Terminativo – EMENTA: Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR). **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 258/2010 e das Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e da Emenda nº 3-CMA/CAE. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. 2– A matéria foi apreciada pelas Comissões: a) CCJ, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ; b) CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA e a Emenda nº 3-CMA; c) CAE, tendo sido aprovado Parecer favorável, com as Emendas nº 1 e 2-CCJ/CMA/CAE e a Emenda nº 3-CMA/CAE. 3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Retirado da Pauta. **ITEM** 10: PROJETO DE LEI DO SENADO N° 462, DE 2013 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da SUDENE dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Aécio Neves. (TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 547, DE 2013 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos demais municípios da SUDENE os benefícios de que trata esta Lei. **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013. 1– Não foram apresentadas emendas perante

a CRA no prazo regimental. 2– As matérias serão apreciadas pela CDR e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nº 3-CRA e 4-CRA, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013. **ITEM** 11: PROJETO DE LEI DO SENADO N° 289, DE 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento. **Autoria:** Senador Fleury. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 289, de 2014, com três emendas que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, para a leitura do seu Relatório. Resultado: Vista concedida aos Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka (art. 132, §§ 1º e 4º do RISF). **ITEM** 12: PROJETO DE LEI DO SENADO N° 254, DE 2014 – Terminativo – EMENTA: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira. **Autoria:** Senador Antônio Aureliano. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta. 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental. 2– Em 11/12/2014, a Comissão realiza Audiência Pública para instruir o Projeto. 3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, a Presidência concede a palavra ao Sr. Relator, Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu Relatório. Resultado: A Presidência encerra a discussão e adia a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa da Comissão. TEM 13: AVISO N° 74, DE 2014 – Não Terminativo – EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 2174/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária (TC 015.563/2012-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS n° 74/2014; pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ser apresentado ao Plenário do Senado Federal. 1– Aprovado o Relatório do Senador Ruben Figueiró, a Comissão tomará as devidas providencias para a realização da Audiência Pública e para a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS n° 74/2014 assim como pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual deverá ser apresentado ao Plenário do Senado Federal. EXTRAPAUTA: **ITEM** 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, DE 2014 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes; a situação dos assentados com relação à questão ambiental e a aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo, com a presença do seguintes convidados: Ministro do Desenvolvimento Agrário ou seu representante; Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seu representante; Representante do Tribunal de Contas da União. Resultado: A Comissão Aprova o Requerimento (RRA) nº 41, de 2014, oferecido como conclusão do Parecer da CRA sobre o AVS nº 74/2014, relatado pelo Senador Ruben Figueiró. **ITEM** 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, DE 2014 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca do item 9.8 e respectivos subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU –Plenário. Resultado: A Comissão aprova a apresentação para o Plenário do Senado do Requerimento (RRA) nº 42, de 2014, oferecido como conclusão do Parecer da CRA sobre o AVS nº 74/2014, relatado pelo Senador Ruben Figueiró. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedita de Lira,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Peço permissão a V. Exª porque eu preciso reabrir a reunião.

Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da 4ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Fazendo a inversão da pauta, vamos ao item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento.
Autoria: Senador Fleury
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 289, de 2014, com três emendas que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto é composto de dois artigos. O primeiro promove alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) com o fito enunciado na ementa, e o segundo prevê que a lei deverá entrar em vigor na data da sua publicação.

Especificamente, as modificações no CTB incluem: a) alteração do §4º do art. 115 – que mantém a obrigatoriedade de registro e licenciamento das máquinas agrícolas e de construção ou de pavimentação (desde que transitem em vias públicas), suprime a previsão de numeração especial e remete a matéria à regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito; b) inserção do §3º no art. 130 – para dispensar as máquinas agrícolas da renovação periódica do licenciamento; c) alteração do art. 144 e inserção do art. 144-A – para dispor separadamente sobre a habilitação necessária para a condução do trator de roda e dos equipamentos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, que passa a incluir também a categoria "B"; d) inserção de parágrafo único no art. 230 – para dispor que a condução de máquinas agrícolas em vias públicas sem registro e licenciamento constituirá infração leve se não houver reincidência, ou seja, caso não tenha havido aplicação de multa ao mesmo veículo anteriormente; e) inserção do art. 339-A – que excepciona da obrigação de registro e licenciamento para trânsito em via pública as máquinas agrícolas fabricadas antes de 1º de janeiro de 2015.

O autor esclarece que o objetivo central de seu projeto é regular o registro e licenciamento das máquinas agrícolas nos moldes do que foi definido pela Medida Provisória nº 646, de 2014, que perdeu sua eficácia em 23 de setembro de 2014, por não ter sido convertida em lei no prazo constitucional. Defende que a proposta traz uma solução intermediária a respeito da questão do registro e licenciamento: nem a isenção total, nem a obrigatoriedade completa. Apenas as máquinas novas ficariam sujeitas ao registro, devendo ser licenciadas uma única vez, e somente nos casos em que se opte pela circulação em vias públicas. As máquinas usadas ficam isentas dessas obrigações e seriam automaticamente regularizadas.

Quanto ao mérito, a medida é louvável e visa a atender a pleito do setor agrícola, que reivindica a redução das exigências legais para a circulação de maquinário agrícola em vias públicas.

Na forma como proposto no presente projeto, as máquinas agrícolas que já estão em uso ficam automaticamente regularizadas e autorizadas a circular pela via pública independentemente de registro ou licenciamento. Evita-se, assim, que todo o contingente de máquinas já existentes tenha que passar pelos DETRANs para registro.

Por outro lado, o registro das máquinas agrícolas novas que possam circular nas vias é medida salutar. A criação de um banco de dados público sobre a propriedade dessas máquinas trará maior segurança

jurídica aos negócios do campo. O registro no sistema Renavam e a emissão do Certificado de Registro Veicular (CRV) permitirão o rastreamento e o controle da transferência de propriedade. Além de o produtor ter maior segurança ao comprar uma máquina usada, a medida dificultará o furto, o roubo e o comércio ilegal dessas máquinas.

Nessa linha, a medida tem ainda o potencial de diminuir o valor dos seguros relacionados a esses bens, considerando-se a melhoria da rastreabilidade e o impacto sobre o número de sinistros.

Outro benefício que pode advir do registro desses bens, muitos deles de alto valor econômico, é a possibilidade dos produtores oferecê-los em garantia com maior facilidade, melhorando as condições e o acesso aos financiamentos. Afinal, um bem registrado estará em melhor alcance da Justiça para honrar os compromissos assumidos.

Sr. Presidente, são inúmeras as vantagens desta proposição, que me parece de bom senso. Eu acho que todos os Srs. Senadores já têm conhecimento do restante da análise aqui elaborada.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, a expressão "a categoria de habilitação para a condução".

EMENDA Nº – CRA

Suprimam-se os arts. 144 e 144-A, que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, propõe alterar na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 339-A, que o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2014, propõe acrescentar à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997:

> "Art. 339-A É facultativo o registro e o licenciamento para o trânsito em via pública dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza fabricados antes de 1º de janeiro de 2015."

Os agricultores presentes na Comissão entendem ainda mais de máquinas do que este Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para discutir o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, nós já discutimos a matéria nesta Comissão, por várias vezes. Lamento, inclusive, ser este o último projeto do Senador Suplicy nesta Comissão e nós sermos contra, porque entendemos que o licenciamento de máquinas agrícolas vem gerar mais um imposto para o agricultor. Os agricultores estão realmente muito preocupados com a possibilidade de terem que emplacar ou de terem licenciamento para máquinas agrícolas. Seria mais um entrave para a produção agrícola e pecuária, enfim, para o agronegócio brasileiro.

Nós gostaríamos de pedir vista do projeto, Sr. Presidente, para não eliminá-lo, para não votar contra, o que seria uma indelicadeza para com o nosso colega.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O projeto é do Senador Fleury. Eu sou o Relator. Note bem, V. Exª poderá ver com maior atenção, ao pedir vista, que a intenção do Senador Fleury foi exatamente a de facilitar toda a questão de licenciamento, que hoje é exigido em termos mais adequados e que já foi inclusive objeto de medida provisória da Presidência da República. Como a medida provisória não foi votada em seu projeto de conversão a tempo, acabou não valendo. Então, ele está querendo atualizar.

Muito bem. V. Exª, como conhecedor mais aprofundado da agricultura do que eu, terá os elementos necessários para avaliar. Mas me pareceu que a intenção do Senador Fleury é de bom senso. V. Exª conhece melhor que eu.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Então, peço vista, Sr. Presidente, para que possa avaliar melhor. E, felizmente, aquela medida provisória perdeu sua validade e fez com que nós não tivéssemos a obrigatoriedade hoje de emplacar os tratores, que

os agricultores não tivessem mais esse problema – digamos assim – na sua vida, tendo que emplacar as máquinas agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O pedido de vista é regimental e está concedido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

Só para justificar também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, depois da perda da vigência dessa medida provisória, o Senador Romero Jucá, Relator da 656, admitiu uma emenda que foi discutida com as entidades de classe, com o Denatran, e já faz parte, essa medida provisória já está na Câmara dos Deputados, uma emenda que vai transformar, porque ao invés de emplacamento, apenas se fará um cadastro das máquinas. Apenas as máquinas novas, adquiridas daqui para frente, passarão por um cadastro, dispensando o emplacamento. Ou seja, não vai haver nenhum custo, e esse cadastro servirá, evidentemente, como uma garantia, porque muitas máquinas são roubadas e, depois, há uma certa dificuldade na identificação delas.

Mas, eu gostaria de dizer ao Senador Eduardo Suplicy – permita-me – que eu tenho o maior respeito por V. Exª. O Senador Eduardo Suplicy é um cavalheiro, um homem extremamente educado, muito atencioso, com um compromisso muito grande com as causas que defende. Nós divergimos na maioria das vezes, mas – e tenho certeza de que falo em nome dos nossos pares – temos um profundo respeito e admiração, até pela determinação e a convicção com que V. Exª defende aquilo em que acredita. Então, eu quero, aqui na Comissão, uma vez que certamente não teremos outra oportunidade, dizer a V. Exª, Senador Suplicy, da minha admiração, mais do que isso, da amizade de que nós, ao longo deste tempo, pudemos desfrutar.

Quero agradecer-lhe a convivência e dizer a V. Exª que, aqui nesta Comissão, sempre será lembrado como um Senador cumpridor das suas obrigações e que, mesmo divergindo dos seus colegas algumas vezes, sempre o fez com muita educação e muita gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Certamente, a minha percepção do trabalho de V. Exª corresponde a esse mesmo respeito. E eu gostaria de cumprimentá-lo porque, sempre, ainda que tenhamos divergido em alguns pontos sobre alguns projetos, soubemos procurar dialogar até que chegássemos a um entendimento positivo e do interesse público. Então, também venho cumprimentá-lo pela forma com que nós sempre conseguimos construir soluções para o bem do povo brasileiro.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vista coletiva ao Senador Acir e ao Senador Moka.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria dar uma contribuição no que se refere tanto ao relatório do Senador Eduardo Suplicy quanto ao pedido de vista do Senador Acir Gurgacz.

No que se refere ao controle, ao emplacamento e ao registro, o fundamental que seja isento. Na verdade, tem que ser a seguinte: os tratores e as máquinas agrícolas entrarem na regulamentação do Denatran, mas com isenção, com placa diferenciada e isenção. Porque isso dará uma contribuição na organização do trânsito, dará condição de, eventualmente, em quaisquer acidentes, termos condições de fiscalização, mas tem que ser isento.

Então, quero contribuir com a proposta no sentido da aprovação do relatório. O Senador Acir Gurgacz pediu vista, e com muita propriedade, mas a colocação é a seguinte: conforme o relatório, mas com isenção.

Isso é o que eu queria colocar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado pela opinião, Senador Antonio Aureliano.

Essa questão já foi resolvida na MP nº 656 – modo de dizer – com uma emenda, pois a MP nº 656 ainda não foi aprovada; mas já inclui uma emenda que é exatamente isto: fazer o registro sem custo nenhum. Apenas o registro, para que as máquinas possam ter um controle com relação a furto, desvio, perda, trânsito, mas sem custo nenhum.

Eu peço a V. Exª, Sr. Presidente, inversão de pauta, se possível, para o item 12, que é terminativo, nós sabemos, mas aproveitando a presença do Senador Antonio Aureliano, que é autor desse projeto, que é da maior importância...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só votar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... eu peço a V. Exª que façamos a inversão de pauta.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, se o Senador Acir Gurgacz me permitir, eu já li dois projetos de lei aqui, eu posso até fazer uma breve exposição, que está aguardando apenas ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Depois nós faremos a inversão de pauta, porque já temos aqui dois projetos realmente.

Item 2...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse inversão de pauta em favor do item 13, porque é matéria não terminativa e se trata apenas de apreciar um aviso do Tribunal de Contas da União. Eu gostaria que V. Exª desse prioridade a esse item.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª será atendido.

Vamos fazer a explanação dos itens 2 e 3, cujos relatórios já foram lidos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e dá outras providências para determinar que os recursos oriundos do trabalho de pesquisas, da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente nas unidades de origem da empresa.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 201, de 2014.

Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka usarem da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA.

4– A matéria será posteriormente apreciada pela CCT em decisão terminativa.

Em reunião realizada no dia 27 de novembro, o Senador Waldemir Moka proferiu a leitura do seu relatório e concluiu pela aprovação do PLS nº 201, de 2014. Naquela ocasião foi iniciada e encerrada a discussão da matéria.

Em votação o relatório do Senador Waldemir Moka para o projeto de lei de autoria do Senador Ruben Figueiró.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA para aprovação da matéria.

A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de me manifestar neste instante, sobretudo para agradecer pela aprovação da matéria, graças ao parecer lúcido do eminente Senador, meu amigo e conterrâneo, Waldemir Moka.

Esse projeto, Sr. Presidente, decorre de uma manifestação dos servidores da Embrapa. Todos nós reconhecemos aqui os relevantes serviços prestados pela Embrapa à agropecuária nacional. Esse projeto vai permitir que os recursos levantados nas operações realizadas pelas unidades da Embrapa, em todo o Território nacional, não sejam, como agora, recolhidos à central da Embrapa, à Diretoria-Geral da Embrapa, onde, infelizmente, têm permanecido, sem que as unidades tenham o retorno desses recursos para aplicação principalmente no custeio.

Então, esse reclame feito pelos servidores da Embrapa teve o acolhimento no parecer do Senador Moka, que, sem dúvida alguma, é aqui um dos maiores defensores dessa instituição nacional que é a Embrapa.

Eu gostaria, portanto, em nome dos servidores, de agradecer a V. Exªs pelo apoio unânime que deram ao parecer do Senador Waldemir Moka e também de expressar a S. Exª o pleito de gratidão dos servidores

da Embrapa pela precisão com que ele proferiu o seu parecer, e que terá sempre o reconhecimento de todos aqueles que prestam na Embrapa serviços inestimáveis à Nação.

Fica registrado aqui, portanto, o meu apreço, o meu reconhecimento e as homenagens que eu faço em nome dos servidores da Embrapa ao Senador Moka e a V. Exªs que aprovaram seu parecer.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na verdade, o mérito é de quem apresentou o projeto, que é o Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Perfeito.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado também a todos os parceiros.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos, reconhecidas em títulos emitidos pelo Estado.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– Na 26ª Reunião da CRA realizada no dia 27/11/2014, após a leitura do Relatório pelo Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi usar da palavra para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.
3– O Projeto constou também da pauta da 27ª Reunião da CRA.
4– A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Em reunião realizada no dia 27 de novembro, o Senador Waldemir Moka proferiu a leitura do seu relatório e conclui pela aprovação do PLS nº 236, de 2014, com a emenda que apresenta.

Naquela ocasião foi iniciada e encerrada a discussão da matéria. Desta forma, o relatório do Senador Moka está em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1 da CRA.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Item 12, considerando a solicitação do Senador Acir, que é pela inversão.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2014
– Terminativo -

Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.
Autoria: Senador Antonio Aureliano
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 254, de 2014, com a Emenda que apresenta.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– Em 11/12/2014, a Comissão realiza Audiência Pública para instruir o Projeto.
3– A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, submete-se a exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 254, de 2014, de autoria do ilustre Senador Antonio Aureliano, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da equideocultura brasileira.

A proposição compõe-se de quinze artigos, distribuídos em oito capítulos. Eu peço licença para não lê-los, já que está à disposição dos nossos pares e a matéria foi amplamente debatida e discutida em audiência pública.

A análise é de que, de fato, é importante nós aprovarmos esse projeto, pois vai trazer mais segurança para que os nossos produtores tenham condições de ampliar o investimento nesse segmento que é importante para o nosso País.

Portanto, o nosso voto, Sr. Presidente, é para a aprovação desse projeto de lei, entendendo que a matéria é importante para o nosso País, principalmente para a produção pecuária e agricultura familiar. Esse projeto, com certeza, está contribuindo com produção brasileira.

Então, o meu relatório é pela aprovação.

Fiz uma síntese bem simples em função de nós todos estarmos aqui com muitas atribuições. O Senador Moka também tem compromisso na sua Comissão, então, eu pergunto se nós conseguimos quórum para a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Para apreciação de projeto terminativo, não há quórum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É terminativo.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso voto.

Meus cumprimentos ao Senador Antonio Aureliano pelo projeto, pela iniciativa de trazê-lo a esta Comissão. Tivemos o prazer, na semana passada, de fazer uma audiência pública para debatermos esse tema, em que nos trouxe várias informações, para que pudéssemos trazer este relatório para a aprovação hoje, Sr. Presidente.

Então, o pedido é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo quórum para deliberar, está transferida a votação.

Vamos ao item 13.

ITEM 13

AVISO Nº 74, DE 2014
– Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.174/2014 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente a indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária (TC 015.563/2012-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Ruben Figueiró.

Relatório: pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS n° 74/2014; pela aprovação do Requerimento de Audiência Pública que apresenta; e pela aprovação do Requerimento de Informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), a ser apresentado ao Plenário do Senado Federal.

Observações: 1 – Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, a Comissão tomará as devidas providencias para a realização da audiência pública e para a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, o Sr. Senador Ruben Figueiró, Relator da matéria, para proferir seu relatório.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, nobres pares, a proposição que me cabe relatar neste instante se refere a um aviso do Tribunal de Contas da União comunicando a esta Casa e a esta Comissão, especificamente, a realização de uma auditoria sobre indícios de irregularidades ocorridas na Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná, relacionadas com a estruturação de assentamentos da reforma agrária.

Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de fazer uma análise percuciente do aviso do Tribunal de Contas da União e cheguei à conclusão de que a matéria exige uma maior reflexão por parte desta Comissão.

Em razão disso, o meu voto, considerando as razões extensamente expostas no meu parecer, é o de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) aprove realização de audiência pública para, a partir dos problemas observados pelo TCU no Estado do Paraná, debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, com foco nos seguintes problemas: I) ocupação irregular de lotes; II) a situação dos assentados com relação à questão ambiental; III) aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos;

c) encaminhe requerimento de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento do atendimento das determinações do item 9.8 e de seus subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU – Plenário, nos termos da minuta a seguir apresentada; e

d) remeta o processado ao arquivo.

O requerimento, Sr. Presidente, dá-se nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2014 – CRA

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater o Programa Nacional de Reforma Agrária em nível nacional, especialmente a ocupação irregular de lotes, a situação dos assentados com relação à questão ambiental; e aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos no País, com o intuito de buscar alternativas para o aprimoramento desse processo com a presença dos seguintes convidados:

– Ministro do Desenvolvimento Agrário ou seu representante;

– Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou seu representante;

– Representante do Tribunal de Contas da União.

Passo a ler outro requerimento.

Nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito sejam requeridas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações acerca do andamento do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), acerca do item 9.8 e respectivos subitens, contidas no Acórdão nº 2.174, de 2014 – TCU –Plenário.

Transcrevo-os, aqui, na íntegra, Sr. Presidente.

Essa a manifestação que faço como Relator da matéria.

São, portanto, dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Ruben Figueiró. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Ruben Figueiró, que passa a constituir parecer da CRA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Passo ao item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.

Relatoria: Senador Antonio Aureliano.

Relatório: pela aprovação do PLS nº 135, de 2014, com duas emendas que apresenta.

Observações: 1– não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental;

2– a matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado parecer contrário ao projeto;

3– o projeto constou da pauta da 27ª reunião da CRA;

4– a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Antonio Aureliano, para proferir o seu parecer.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 135, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O PLS é composto por dois artigos. O art. 1º inclui o §9º no art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, estabelecendo para a Anvisa o dever de avaliar anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

O inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CRA a competência para opinar sobre proposições pertinentes à comercialização e à fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 135, de 2014, respeita a competência regimental desta Comissão, pois trata da fiscalização de alimentos no âmbito das ações de vigilância sanitária.

Tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo, além do mérito, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que se refere à constitucionalidade do PLS nº 135, de 2014, verifica-se, inicialmente, que as ações de vigilância sanitária estão circunscritas ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde, conforme dispõe o art. 200, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988. Além disso, a Constituição atribui, em seu art. 24, inciso XII, competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

A matéria não se encontra no campo da iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, CRFB), assim como não está inscrita entre aquelas de sua competência privativa (art. 84, VI, CRFB).

A espécie normativa a ser utilizada revela-se adequada, uma vez que se destina a alterar lei ordinária, tratando de matéria não reservada à lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição mostra-se coerente com os princípios de Direito aplicados à matéria; apresenta generalidade e abstração; apresenta potencial coercitividade; e atende aos princípios da adequação e razoabilidade.

Além disso, a proposição inova no ordenamento jurídico ao estabelecer, de forma inequívoca, a obrigatoriedade de que, no âmbito da competência estabelecida pelo art. 8º, §1º, inciso II, da Lei nº 9.782, de 1999, a avaliação da presença e da toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil seja realizada anualmente.

Relativamente à regimentalidade não foram verificados vícios na tramitação da matéria, encontrando-se apta para a apreciação terminativa nesta Comissão.

No que se refere à técnica legislativa, há que se reparar erro material na redação da proposição que, ao indicar a competência da Anvisa para a realização da avaliação da presença e toxicidade de agrotóxico nos alimentos, faz referência ao inciso III do §1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999. O referido inciso trata exclusivamente de cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.

Dessa forma, a redação deve ser corrigida para que faça referência ao inciso II do §1º do art. 8º da Lei nº 9.782, de 1999, que diz respeito aos alimentos. Além disso, a redação da proposição deve ser retificada para que conste o ano de 1999 como o de promulgação da Lei nº 9.782 e não o ano de 1996, como consta na redação original da ementa e do art. 1º da proposição.

Quanto ao mérito, a proposição busca dar efetividade ao direito à saúde, especialmente previsto no art. 196 da Constituição Federal, que deve ser garantido, inclusive, mediante políticas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

Muito embora deva ser ressaltado que a Anvisa conta com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) desde 2001, com publicação de relatórios anuais, é importante destacar que a aprovação da proposição contribuirá para garantir a perenidade do Programa.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014, com as emendas de redação que ora apresentamos:

Emenda nº – CRA

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 135, de 2014, substitua-se a expressão "26 de janeiro de 1996" por "26 de janeiro de 1999".

Emenda nº – CRA

No art. 1º do PLS nº 135, de 2014, substitua-se a expressão "inciso III" por "inciso II".

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Antonio Aureliano. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será adiada tendo em vista que a matéria é terminativa e não há quórum para deliberá-la.

Convido o companheiro Ruben Figueiró para assumir a presidência, considerando que sou Relator do item 10.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Item 10, tramitação conjunta.

ITEM 10
TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos Municípios da área de abrangência da Sudene dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo os benefícios de que trata esta Lei.
Autoria: Senador Aécio Neves.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros e dá outras providências, para estender aos demais municípios da SUDENE os benefícios de que trata esta Lei.
Autoria: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013.
Observações: 1– Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2– As matérias serão apreciadas pela CDR e posteriormente pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, Relator da matéria, para proferir à leitura de seu relatório e voto.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estão sob exame e em tramitação conjunta, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 462 de 2013, do Senador Aécio Neves, e 547, de 2013, do Senador Cícero Lucena, ementados em epígrafe.

O PLS nº 462, de 2013, contém três artigos.

O primeiro dispositivo altera a redação do art. 1º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para estender a toda a região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a autorização da concessão de subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referentes à safra 2011/2012.

O art. 2º do PLS nº 462, de 2013, condiciona a subvenção à prévia abertura dos créditos orçamentários correspondentes e limita em aproximadamente R$76 milhões o montante de recursos nas áreas abrangidas pela Sudene, mas não integrantes da Região Nordeste.

O art. 3º trata da cláusula de vigência.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, os Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, pertencentes à área da Sudene, sofreram o mesmo impacto da seca que assola a Região Nordeste, mas foram excluídos da possibilidade de seus produtores de cana-de-açúcar e etanol receberem subvenção extraordinária, em face de emenda supressiva durante a tramitação da Medida Provisória nº 615, de 2013, convertida na Lei nº 12.865, de 2013, na Câmara dos Deputados.

Argumenta ainda o autor que a subvenção de safra proposta tem natureza meramente episódica, razão pela qual não dá origem às denominadas "despesas obrigatórias de caráter continuado".

O PLS nº 547, de 2013, contém dois artigos.

O art. 1º altera a redação do art. 1º da Lei nº 12.865, de 2013, para estender a toda a região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a autorização da concessão de subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referentes à safra 2011/2012.

O art. 2º trata da cláusula de vigência.

Segundo o autor, a natureza econômica e social mostra que os Municípios não atendidos pela Lei nº 12.865, de 2013, apresentam as mesmas vulnerabilidades de Municípios considerados no Semiárido nordestino, razão suficiente para que não sejam prejudicados, e, ao contrário, possam ser beneficiados pelas políticas públicas governamentais para região da Sudene.

Em face da aprovação do Requerimento nº 676, de 2014, do Senador Eduardo Suplicy, os Projetos de Lei do Senado nºs 462 e 547, ambos de 2013, passaram a tramitar em conjunto por regularem matérias correlatas.

Análise.

A aprovação do Requerimento nº 676, de 2014, do Senador Eduardo Suplicy, traz racionalidade ao processo e fomento a economia processual na tramitação das matérias.

No entanto, em face de o fenômeno não ter sido superado, a safra 2012/2013 sofreu perdas similares, gerando prejuízos econômicos e problemas sociais de ordem mesmo maior do que em safras anteriores.

Toda a região tem sofrido muito na maior seca dos últimos 50 anos no Nordeste. Em face desse cenário, entendemos que a safra 2012/2013 deva também ser atendida.

Portanto, não há nenhuma razão para que os produtores de cana-de-açúcar mineiros e capixabas, igualmente afetados pela seca que se abateu sobre seus pares nordestinos, sejam excluídos da possibilidade de receberem subvenção extraordinária, cuja concessão foi autorizada pela Lei nº 12.865, de 2013.

Não é demais destacar, dentre os argumentos dos autores, que o impacto fiscal da extensão proposta é desprezível para a União, cerca de R$76 milhões, mas representa importante auxílio aos pequenos produtores da Região.

E, por meio do Decreto nº 8.079, de 20 de agosto de 2013, houve a aprovação do regulamento do pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível, os quais desenvolvam suas atividades na região Nordeste, no valor de R$148 milhões.

Somando esses valores, chegamos a um gasto máximo potencial da ordem de R$528 milhões para atender a Região Nordeste e mais R$76 milhões para atender aos municípios da Sudene fora do Nordeste. Portanto, seriam necessários cerca de R$604 milhões.

Assim, entendemos ser necessária emenda para inclusão da safra 2012/2013, com sua respectiva previsão orçamentária, que poderá, eventualmente, ser ajustada pelo Poder Executivo, caso seja necessária à ampliação do valor por meio da abertura de crédito extraordinário.

Por fim, em atenção ao preceito regimental do art. 260, II, "b", que estabelece que, na tramitação conjunta de projetos, terá precedência o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa, o PLS nº 462, de 2013, do Senador Aécio Neves deve ser aprovado. Mas, para o caso em tela, ressalto que o PLS nº 547, de 2013, do Senador Cícero Lucena, foi contemplado integralmente.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela rejeição do PLS nº 547, de 2013, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as seguintes emendas:

Emenda nº – CRA

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 462, de 2013, a seguinte redação:

> "Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1º. É a União autorizada a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referente às safras 2011/2012 e 2012/2013 na Região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

.....

.....

II – a subvenção será de R$12,00 (doze reais) por tonelada de cana-de-açúcar e limitada a 10.000 (dez mil) toneladas por produtor fornecedor independente em toda a safra 2011/2012 e em toda a safra 2012/2013; e

III – o pagamento da subvenção será realizado em 2013, 2014 e 2015, referente à produção das safras 2011/2012 e 2012/2013 efetivamente entregue a partir de 1º de agosto de 2011, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo.' (NR)

'Art. 2º É a União autorizada a conceder subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolvam suas atividades na área referida no caput do art. 1º, referente à produção das safras 2011/2012 e 2012/2013.

§1º A subvenção de que trata o caput deste artigo será concedida diretamente às unidades industriais, ou por intermédio de suas cooperativas ou do respectivo sindicato de produtores regularmente constituído, no valor de R$0,20 (vinte centavos de real) por litro de etanol efetivamente produzido e comercializado na safra 2011/2012 e na safra 2012/2013.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 462, de 2013, a seguinte redação:

"Art.2º .....

.....

II – tratando-se das áreas abrangidas pela Sudene referente à safra 2011/2012, mas não integrantes da Região Nordeste, até o montante de R$75.836.280,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil e duzentos e oitenta reais);

III – tratando-se das áreas abrangidas pela Sudene referente à safra 2012/2013, até o montante de R$604.000.000,00 (seiscentos e quatro milhões de reais)."

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Em discussão o parecer do eminente Relator Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir o parecer desta Comissão, pela aprovação do PLS nº 462, de 2013, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão, e pela rejeição do PLS nº 547, de 2013.

As matérias serão apreciadas pela CDR e, posteriormente, pela CAE, em decisão terminativa.

Com prazer, devolvo a presidência ao Senador Benedito de Lira, nosso eterno Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Senador.

As demais matérias o Relator Acir Gurgacz pediu para retirar de pauta, bem como a Senadora Ana Amélia.

Requeiro a dispensa da leitura da ata desta 32ª Reunião da CRA. (*Pausa.*)

Com anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

Antes de encerrar a reunião, concedo a palavra, pela ordem, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, são breves as minhas palavras.

V. Exª, no início desta reunião, manifestou-se, palavras que tocaram muito a minha sensibilidade de cidadão e de homem público.

Como V. Exªs sabem, eu estou deixando, no próximo dia 31 de janeiro, esta honrosa missão de Senador da República representando o meu Estado. Sinto-me extremamente confortado para dizer a V. Exªs que, nesses dois anos em que tive a honra de participar do convívio com V. Exªs e com os servidores da Casa, eu levo uma impressão extremamente favorável das ações desta Alta Casa do Congresso Nacional.

Quero dizer a V. Exª, Senador Benedito de Lira, que, nas primeiras reuniões das quais participei nesta Comissão, eu fui parceiro de V. Exª na luta em favor da pecuária leiteira do nosso País. V. Exª traçou um quadro que me impressionou profundamente com relação à pecuária leiteria do seu Estado, e eu falei – lembro-me perfeitamente – que, lá no meu também, ocorria a mesma tragédia.

Eu fui produtor de leite. Cheguei a produzir mais de mil litros diários de leite tipo B. E cheguei à conclusão de que não tinha condições mais de prosseguir, tal o prejuízo que estava me ocasionando.

Ainda recentemente, um grupo japonês construiu, em uma cidade próxima à capital Campo Grande, na cidade de Terenos, um grande laticínio, e infelizmente há poucos meses, depois de investimento de milhões de reais, eles foram obrigados a fechar a indústria, causando prejuízo imenso àqueles que acreditaram na possibilidade de se estabelecer uma indústria de laticínios sofisticada, tecnificada, para produzir leite, não somente para o abastecimento do mercado interno, mas inclusive para exportação.

Lembro-me, portanto, daquela advertência que V. Exª fez. Isso nos fez aproximar muito, porque sofremos os mesmos pesares de acreditar que o produtor rural deste País seria um apoio mais expressivo do Poder Público, o que não ocorreu naquela época em que tivemos prejuízo está ocorrendo neste momento.

Tudo isso eu citei, e fiz questão de citar, para dizer a V. Exª que muito aprendi aqui nesta Comissão, onde todos têm se preocupado pela projeção maior, pelo significado maior da agropecuária em nosso País.

Queira Deus que, em um futuro próximo, nós sejamos reconhecidos!

E é por essa razão, Sr. Presidente, com essa expectativa, que eu volto à minha terra, como disse outro dia, volto aos campos imensos da vacaria onde fui criado e das terras vermelhas da minha cidade de Campo Grande, volto com essa expectativa de que aqui ficarão homens interessados pelos valores maiores da nacionalidade, sobretudo, pensando que o campo é a única atividade econômica hoje que pode dar segurança e tranquilidade à economia do nosso País, tendo em vista o PIB, pela participação que o setor tem tido no PIB.

No mais, Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Antonio Aureliano, a todos os componentes desta Comissão, aos servidores desta Casa, a partir do Marcelo, que nesta Comissão sempre me deram uma atenção e uma recepção que muito me sensibiliza, a V. Exª, Sr. Senador Benedito de Lira, que foi tão gentil ao se referir à minha pessoa, e quero externar as manifestações do meu mais profundo apreço.

Espero ainda, em vida, cumprimentá-lo como governador do seu Estado, a grande Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Meu caro Figueiró, foi uma alegria muito grande eu ter tido a oportunidade, não só eu como todos os companheiros, colegas aqui do Senado Federal, de conviver com V. Exª.

Nós não nos conhecíamos, mas o dia a dia nos aproximou. Mato Grosso do Sul deve se orgulhar de tê-lo como seu representante, ao tempo em que, na sua trajetória ao longo de muitos anos, V. Exª é um dos grandes construtores daquele Estado, daquela região.

Vamos conviver ainda até o dia 31, não mais nesta Comissão, mas, antes, iremos nos cumprimentar,mas, desde já, eu quero desejar a V. Exª e à sua família, nesse período que antecede o Natal, que Deus os proteja. Seja muito feliz. Que tenha um bom, belo e extraordinário Natal ao lado de sua família e dos seus amigos.

Tenha a certeza, Figueiró, isso é muito importante, porque todos nós passamos pelo Senado, passamos pela Presidência da Comissão, mas o que fica são as ações desenvolvidas por cada um de nós. Essa relação que nos aproximou, pela convivência do dia a dia, quero dizer que sou um homem feliz por tê-lo conhecido, por termos convivido. Não tenha dúvida nenhuma de quando eu tiver muita saudade pegarei um jipe ou um avião e vou até Mato Grosso do Sul para ver V. Exª. Esse é o maior desejo. Não posso ir de jumento, porque fica muito longe, mas, aí, posso até tomar emprestado um cavalo, que o nosso querido Aureliano...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Cavalo mangalarga marchador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Cavalo mangalarga marchador. Quem sabe? Trinta dias depois, chegaremos lá... (*Risos.*)

... no Mato Grosso do Sul. E quero vê-lo com esta mesma fisionomia, com este mesmo riso, com esta mesma simpatia que V. Exª, ao longo desses dois anos, distribuiu com todos nós.

É uma alegria e um prazer muito grande termos convivido, nos conhecido e trabalhado juntos.

Figueiró, um grande abraço, amigo, e que Deus o proteja!

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Benedito de Lira. De coração, retribuo as suas expressões, e reafirmo o convite para que nos visite, o que será uma honra para mim e, sobretudo, pelo Moka, que ficará, aqui, sempre presente, para compartilhar das alegrias desta Casa e desta convivência tão fraterna aqui, na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Figueiró.

Não havendo mais nada a tratar, quero desejar a todos e a todas – funcionários, auxiliares, assessores – um bom Natal.

Que Deus proteja a todos!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às oito horas e cinquenta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Vital do Rêgo, Ivo Cassol e Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. 1ª Parte da Pauta: Avaliação da política pública "Programa Nacional de Banda Larga – PNBL", nos termos da Resolução nº 44, de 2013. O Relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela apresentação de recomendações e solicitação de encaminhamento, para conhecimento, a Órgãos Públicos e Entidades que relaciona. O relatório é aprovado. 2ª Parte, Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 540, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação com a emenda que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 5: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "..., nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. – Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. – Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos." A deliberação do Requerimento é adiada. Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2014,

de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão designa o Senador Anibal Diniz Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que

"Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão designa o Senador Benedito de Lira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 457, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão designa a Senadora Angela Portela Relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Alfredo Nascimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Alfredo Nascimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Anibal Diniz foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Anibal Diniz foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Benedito de Lira foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 29: Projeto de Decreto

Legislativo n.º 39, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Benedito de Lira foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Anibal Diniz. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Delcídio do Amaral foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Delcídio do Amaral foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL

DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Flexa Ribeiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Gim foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Cícero Lucena. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Cícero Lucena foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão." Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Alberto Souza foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente

a discussão e votação da matéria. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo." Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador João Capiberibe foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Marcelo Crivella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Ricardo Ferraço foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Sérgio Petecão foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Sérgio Petecão foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo." Em

11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Walter Pinheiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais." Em 11/11/2014, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão pela relatora ad hoc, Senadora Angela Portela. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data de 02 de dezembro de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência

Chegaram a esta Comissão os Avisos nº 1162-Seses-TCU-Plenário, de 12 de novembro de 2014; n.º 1212-Seses-TCU-Plenário, e n.º 1215-Seses-TCU-Plenário, ambos de 19 de novembro de 2014 em que o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, encaminha, para conhecimento, cópia dos Acórdãos proferidos pelo Plenário do TCU, nos autos dos processos nº TC 003.732/2014-2; TC 015.894/2014-2; e TC 015.896/2014-5 respectivamente.

O primeiro processo tem por objetivo coletar informações sobre a situação da governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal, atualizando o panorama traçado no ano de 2012.

Os outros dois processos têm por objetivo verificar indicadores, resultados e governança relacionados com contratos de gestão supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sendo o primeiro referente ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e o segundo referente à Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Nossa reunião será dividida em duas partes, sendo que, na primeira, virá a apresentação do relatório, resultado da proposição de avaliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que teve como seu Relator o Senador Anibal Diniz e decorre da previsão inserida no Regimento Interno do Senado Federal pela Resolução nº 44, de 2013.

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, pelo seu art. 96-B, que as Comissões Permanentes selecionarão, no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo para serem avaliadas. No caso da CCT, por meio do Requerimento nº 3, de 2014, este Plenário aprovou a indicação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com a política alvo dessa avaliação para o presente ano de 2014.

O Relator da matéria, Senador Anibal Diniz, apresentará, logo em seguida, na primeira parte da nossa reunião, o seu relatório, produzido após intensos trabalhos e a realização de várias diligências.

Ainda na expectativa do conteúdo do relatório trazido pelo Senador Anibal Diniz para apreciação deste Plenário, cumpre-nos destacar o mérito dos trabalhos realizados, que procurou abranger os mais diversos segmentos e atores relacionados ao PNBL, o que resultou certamente na produção de um robusto relatório final, que procurará avaliar a política de popularização da banda larga no Brasil e também apresentar eventuais sugestões e recomendações com o objetivo de sanear eventuais problemas de uma maneira edificante e construtiva.

Passemos, então, a palavra ao Senador Anibal Diniz, Relator da matéria, para o início das suas considerações. Logo em seguida à apresentação do relatório e suas deliberações, passaremos à pauta da segunda parte da nossa reunião.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e todos que nos acompanham pela rede mundial de computadores, quero, em primeiro lugar, cumprindo um dever de justiça, fazer um agradecimento especial a V. Exª pela confiança em mim depositada e também pela felicidade da escolha da política pública Plano Nacional de Banda Larga para ser apreciada por esta Comissão.

Devo dizer que recebi com muita honra essa missão e procurei me dedicar ao máximo possível a ela, inclusive no período eleitoral, fui criticado no meu Estado porque não estive completamente presente no período eleitoral, exatamente porque estava cumprindo as agendas que faziam parte do programa de trabalho que nós aprovamos aqui nesta Comissão. Foi uma decisão que considero muito acertada, porque todos os órgãos com os quais nos relacionamos, todas as operadoras que fazem parte desse grande sistema, que têm como objetivo a popularização da internet em banda larga no Brasil, se sentiram muito prestigiados por terem a presença do Senado Federal tratando desse tema e tentando entender todas as nuances tanto no que diz respeito aos seus avanços, quanto no que diz respeito às suas dificuldades, os seus gargalos, os seus problemas, que devem ser superados. E nós nos dedicamos completamente a esse trabalho.

Quero também fazer um reconhecimento a toda equipe da Comissão de Ciência e Tecnologia: à equipe técnica, que também esteve completamente à disposição; à Consultoria do Senado, na pessoa do consultor Rodrigo; à nossa Secretária da Comissão de Ciência de Tecnologia, a Égli; ao Ari, que também nos acompanhou em todos os momentos; à Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, na pessoa do Carlos Hetzel, que esteve, a todo momento, conosco; no meu gabinete, a Gabriela, o Edísio, de tal maneira que a gente teve um trabalho intenso, que contou com várias audiências públicas.

Além das audiências realizadas aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós fizemos também audiência em Rio Branco, representando todas as cidades da Região Norte, e fizemos uma audiência Salvador, representando todas as cidades do Nordeste brasileiro. Realizamos visitas técnicas. Fomos a São José dos Campo, visitamos o INPE. Visitamos também a Visiona, empresa responsável pela integração do satélite geoestacionário de defesa e comunicações, que vai atender, sob o contrato da Telebras, tanto a demanda do Plano Nacional de Banda Larga quanto a demanda de comunicação estratégia do Ministério da Defesa.

Na medida em que sentimos a importância do satélite para atender as áreas isoladas, particularmente o Norte e o Nordeste brasileiro, nós fizemos questão de compreender como é que estava o calendário, como estava a agenda em relação à construção, à integração e à colocação em órbita desse satélite, por isso fizemos essa visita técnica à Visiona. E por se tratar – a Visiona – de uma empresa que tem como principais acionistas a Embraer, com 51%, e a Telebras, com 49%, nós também fizemos uma visita à Embraer para entender qual é

o processo de incorporação de tecnologia, porque o satélite geoestacionário está sendo construído por uma empresa francesa, mas tem a Visiona, que é uma empresa constituída pela Telebras e pela Embraer, que tem a responsabilidade de incorporar tecnologia para que, no futuro, se possa ter mais componentes de satélites sendo produzido no Brasil. A visita ao INPE foi superinteressante, porque pudemos conhecer toda a *expertise* nacional na área de pequisa espacial e também na área de produção e colocação em órbita de satélites.

Também, como fruto dessa agenda, nós realizamos uma audiência pública específica sobre o Programa Espacial Brasileiro, aqui nesta Comissão, uma audiência pública de altíssimo nível em que colocamos, pela primeira vez, acho que pela primeira vez na história do programa espacial brasileiro conseguimos colocar desde o sindicato da equipe técnica, dos trabalhadores da área espacial com os pensadores estratégicos do Ministério da Defesa, a Visiona, o Inpe.

Então, tivemos um debate superaberto, com os pontos conflitantes todos sendo colocados à luz, de tal maneira que foi uma agenda, Sr. Presidente, muitíssimo bem aproveitada. Acredito que esse foi um aspecto.

Outro aspecto, dando um pouco mais de importância para esse trabalho da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, é que nós fomos a única comissão a cumprir com a avaliação de uma política pública, porque todas as comissões permanentes deveriam se ater a uma política pública. Nós escolhemos o Programa Nacional de Banda Larga e hoje estamos cumprindo essa missão fazendo a apresentação desse relatório. Pelo que sei, nenhuma outra comissão se dedicou a nenhum outro tema, a nenhuma outra política pública.

Portanto, nós fechamos este ano de 2014, digamos assim, com chave de ouro, porque cumprimos integralmente com as nossas atribuições da agenda normal e também com essa agenda especial.

Então, Sr. Presidente, esse relatório é um vasto relatório produzido com base em todas essas agendas de trabalho, pois pudemos coletar o sentimento das pessoas nas audiências públicas. Ouvimos, por exemplo, o Instituto de Defesa do Consumidor, ouvimos o Ministério Público, ouvimos entidades que não só representam os consumidores, mas que também fazem a defesa dos direitos dos consumidores, apresentando, inclusive, críticas contundentes em relação ao não cumprimento das metas estabelecidas para o período de 2010 a 2014. E também ouvimos os segmentos que mostraram claramente quais eram as suas responsabilidades e que passos foram dados. Ouvimos, por exemplo, a Telebras uma manhã toda. Fomos com toda a equipe da Comissão encarregada desse relatório e passamos uma manhã inteira na sede da Telebras, ouvindo toda a sua estratégia, que missões devem ser e estão sendo cumpridas pela Telebras, desde esse contrato para a construção e colocação em órbita do satélite geoestacionário até a rede nacional de fibra ótica, os percalços que a Telebras vive na relação com as elétricas brasileiras, a Eletrobras, a Eletronorte, porque elas dispõem de uma vasta extensão de fibra ótica que não está sendo plenamente utilizada pela Telebras porque não existe um entendimento fino entre a Telebras e a Eletrobras, o que gerou, inclusive, no nosso relatório uma indicação de que haja uma câmara setorial que possa discutir permanentemente essa política pública, porque política pública não é só concepção; mas concepção, planejamento e reuniões periódicas de avaliação. Se não há reuniões periódicas de avaliação, como é que se pode ter uma leitura clara da real situação, da radiografia do momento, de que passos foram dados e que passos precisam ser dados? Então, uma das indicações desse relatório é justamente essa necessidade de diálogo entre os integrantes do Governo responsáveis pela política pública Plano Nacional de Banda Larga.

Então, Sr. Presidente, eu não vou fazer a leitura integral do relatório, porque demandaria muito tempo, mas o relatório está registrado na Comissão de Ciência e Tecnologia e vai estar publicado para todos os interessados, e nós também temos recomendações para que ele seja encaminhado, ao final, à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério das Comunicações; ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; ao Ministério da Educação; ao Ministério da Cultura; ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; ao Ministério da Saúde; ao Ministério da Fazenda; à Agência Nacional de Telecomunicações; à Telebras, Telecomunicações Brasileiras S. A;, e também aos SindiTelebrasil, que é a entidade representativa das prestadoras de telecomunicações.

Então, para todos esses organismos, nós indicamos, ao final, que esse relatório seja formalmente encaminhado, para que seja do conhecimento de todos. Logicamente, Sr. Presidente, com a autoridade da Comissão de Ciência e Tecnologia e com a autoridade de um relatório aprovado por essa Comissão, nós procuraremos, também, pessoalmente, alguns desses organismos para tratar desse tema, justamente numa tentativa de contribuição, porque é a nossa intenção, por se tratar de uma política pública fundamental para o desenvolvimento econômico e social, para a inclusão digital, para a inclusão social e econômica de regiões isoladas do Brasil, e considerando, também, que não existe possibilidade de avanço científico, tecnológico e cultural sem acesso a internet de boa qualidade no Brasil.

Hoje, a internet caminha a passos largos para ser um direito fundamental. As pessoas, hoje, sem a internet, não conseguem viver a plenitude da sua cidadania, por isso, nós acabamos nos dedicando tanto a esse

relatório e à compreensão da dimensão, digamos assim, da magnitude dessa política pública. Exatamente por isso, a gente acabou adotando uma postura mais que técnica, eu diria uma postura apaixonada em relação a esse tema, exatamente porque o Brasil precisa demais que a gente faça acontecer esse Programa Nacional de Banda Larga, porque será uma grande possibilidade de elevação da cidadania do povo brasileiro se a gente tiver internet de boa velocidade em todas as regiões do Brasil. Por isso a nossa dedicação e a nossa cobrança no sentido de que todos os gargalos sejam superados, de que todas as dificuldades sejam identificadas, sejam entendidas e, na medida do possível, encontrem um tipo de solução, para que a gente tenha a internet de boa velocidade acessível para todos os brasileiros.

Assim, vamos fazer cumprir um direito fundamental, que é o acesso à internet de boa velocidade, para que todos os brasileiros possam usufruir da riqueza cultural, tecnológica e científica que está disponível na rede mundial de computadores. A gente não vai ter avanços no Brasil... Muito se fala, hoje, em escola em tempo integral e, a partir dessa convivência com a necessidade de internet de banda larga, eu diria que mais importante, hoje, no Brasil, do que escola em tempo integral é ter internet de boa qualidade e com boa velocidade em todas as residências, porque se tiver internet de boa velocidade em todas as residências, a gente proporcionará a cada família brasileira a possibilidade de ter uma escola em tempo integral dentro de sua casa, porque todo o conteúdo, todo o conhecimento científico e todo o conhecimento cultural estão inteiramente disponíveis na rede mundial de computadores.

Nós temos que enxergar a internet com essa dimensão e, exatamente por isso, nós temos que garantir não só o acesso à internet, mas o acesso à internet de boa velocidade, para que as pessoas possam baixar conteúdo e possam compartilhar conteúdo. Com isso, a gente vai contribuir para a geração de emprego, para o desenvolvimento de potencialidades, a gente vai colocar uma juventude toda incluída no mercado de trabalho, porque, a partir da internet de boa velocidade, a criatividade, a inventividade do povo brasileiro virá à tona e o restante, com certeza, a autonomia e a individualidade de cada um, a potencialidade, a capacidade, a inventividade, todas essas possibilidades juntas vão gerar uma nova ordem para a sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu vou direto às conclusões, exatamente porque é um relatório extremamente vasto, mas fica o relatório, na sua integralidade, disponível para todos, com todas as audiências públicas, vale ressaltar. O conteúdo de todas as audiências vai estar, também, juntamente com o relatório, no *site* do Senado Federal.

As pessoas que acessarem esse relatório vão poder, também, acessar cada uma das palestras e exposições que nós tivemos ao longo desse período de audiências e de atividades decorrentes da construção desse relatório.

Portanto, Sr. Presidente, indo às conclusões.

Os trabalhos Os trabalhos realizados no decorrer desta avaliação demonstraram que a publicação do Decreto nº 7.175, de 2010, que instituiu o PNBL (Programa Nacional de Banda Larga), foi um evento que assinalou o retorno da atenção do Governo Federal ao setor de telecomunicações. Por um lado, ele marca o início do planejamento da banda larga no País, mesmo que de forma ainda incipiente. Por outro lado, abaliza o retorno do investimento público para o setor.

De acordo com o modelo analítico proposto pelo Banco Mundial, o setor privado é responsável por prestar o serviço dentro da fronteira eficiente de atendimento, ou seja, nas áreas rentáveis. Nas demais áreas, compete ao Estado promover políticas públicas para expandir a infraestrutura em áreas de maior custo e oferecer subsídios às famílias que não podem pagar pelo serviço.

Naquele contexto, de reinício dos investimentos públicos no setor, as metas estabelecidas para atendimento a 35 milhões de domicílios e alcance em 4.278 Municípios brasileiros revelaram-se demasiadamente ousadas. É inegável que o baixo valor dos recursos destinados à Telebras, um dos principais órgãos executores do PNBL, afetou negativamente seu desempenho operacional. Mas igualmente impactantes foram os desafios inerentes ao restabelecimento e funcionamento de uma empresa pública, tais como contingenciamento de recursos, licitação e contratação de obras, serviços e materiais, realização de concurso público para preenchimento do quadro de funcionários.

Não obstante todas as dificuldades mencionadas, a Telebras desempenhou papel fundamental durante a Copa do Mundo de 2014, realizando as transmissões de todos os jogos do campeonato de forma absolutamente impecável. Como legado, as redes de fibra ótica instaladas pela Telebras nas cidades-sedes da Copa do Mundo 2014 para a transmissão dos jogos servirão agora para ampliar o PNBL, oferecendo serviços de transmissão de dados em altíssima velocidade.

Em resumo, houve extraordinários avanços em relação à inclusão digital dos cidadãos brasileiros nos últimos quatro anos. Observou-se um crescimento de, pelo menos, 80% das residências conectadas com banda larga fixa. Este crescimento é resultado direto da execução parcial e total não apenas das mais de 60 ações

previstas no documento-base do PNBL, em seis diferentes dimensões, mas também de importantes ações complementares, acrescidas ao PNBL durante o governo da Presidenta Dilma.

Entre as ações complementares, destacam-se o plano de "banda larga popular" e o REPNBL, ambos em parceria com o setor privado. Também se ressalta o lançamento do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação), com vistas a atender às demandas do Ministério da Defesa relacionadas à segurança nacional e assegurar o atendimento do PNBL em todo o Território nacional. Ainda em relação aos serviços via satélite, foi concedido um benefício fiscal às estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL, por meio da Lei nº 12.715, de 2012. Infelizmente, tal dispositivo até hoje carece de regulamentação pelo Poder Executivo.

Porém, apesar de todos os esforços empreendidos pelo Governo Federal nos últimos quatro anos, dificilmente o resultado das políticas executadas ultrapassará o percentual de 60% da meta prevista de 35 milhões de domicílios com banda larga fixa ao final de 2014. Em contrapartida, são bastante meritórios os resultados obtidos com a banda larga móvel. Como consequência de políticas acertadas nas licitações de radiofrequência, especialmente nas faixas de 2,5 GHz, de 450 MHz e de 700 MHz, que impuseram condicionalidades de investimento em infraestrutura de telecomunicações às vencedoras do certame.

Convém destacar duas realizações do Governo Federal. A primeira refere-se ao atendimento de parte das áreas rurais com banda larga móvel a partir deste ano, com a oferta de banda larga móvel incluindo atendimento gratuito às escolas públicas rurais. A segunda está relacionada à ampliação da cobertura da banda larga móvel para todos os Municípios brasileiros a partir de 2019.

Não obstante os resultados obtidos, os desafios para universalizar o serviço de banda larga no Brasil são ainda maiores. De acordo com avaliação feita neste relatório, existem ainda 38,4 milhões de famílias brasileiras sem acesso ao serviço ou com acesso inadequado. Para solucionar a questão, é necessária uma parceria entre o setor público e o setor privado.

Ao setor privado caberá o atendimento às áreas economicamente viáveis, sempre em consonância com os anseios e as demandas dos consumidores e com a necessidade de modernização da infraestrutura de telecomunicações no País. Assim, as prestadoras precisam se comprometer a atender melhor às 7,5 milhões de famílias que ainda usam formas inadequadas ou ultrapassadas de acesso à internet e oferecer uma evolução contínua do serviço às 18 milhões de famílias que já estão bem atendidas.

Ao setor público competirá levar a banda larga às famílias ainda desprovidas desse serviço. Para isso, esta avaliação aponta que seriam necessários investimentos da ordem de R$6 bilhões por ano, pelo Governo Federal, durante oito anos, para universalizar a banda larga no País, disponibilizando o serviço às 30,9 milhões de famílias que ainda não o possuem. O fluxo de investimento precisaria continuar por mais doze anos, para que ao final desse processo todas as famílias brasileiras tivessem acesso à internet com qualidade compatível com a de países desenvolvidos. Para que este projeto se concretize, basta aplicar integralmente os recursos recolhidos aos fundos setoriais: Fust, Fistel e Funttel.

É bastante provável que, num prazo menor que o deste projeto de universalização, talvez daqui a dez anos, a banda larga móvel já tenha se disseminado tanto quanto se popularizou o telefone celular nas décadas passadas. Que a banda larga móvel faça parte do quotidiano de todos os cidadãos brasileiros, ou já esteja bastante perto disso. No entanto, este possível cenário não afasta o dever do Estado brasileiro em "garantir a toda a população o acesso às telecomunicações a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas", conforme prevê a LGT, art. 2º, I.

Além disso, o projeto de universalização ampliará a infraestrutura de telecomunicações disponível no País, o que, por um lado, aumentará a competição neste segmento e, por outro, facilitará a atração de investimentos privados em serviços, aplicações e conteúdos digitais. Finalmente, a universalização da banda larga pelo poder público estabelecerá parâmetros mínimos de preço e qualidade do serviço, que balizarão as demais ofertas ao consumidor.

Quanto ao peso da carga tributária sobre o setor, reclamação reiterada das prestadoras de telecomunicações, este relatório é propositalmente silente em relação ao tema. De fato, é incontroverso que as alíquotas incidentes sobre os serviços de telecomunicações no Brasil são mais elevadas do que na maioria dos países.

Todavia, tais comparações são injustas, pois omitem a estrutura tributária de cada país. No Brasil, como é de amplo conhecimento, os tributos incidem de forma mais acentuada sobre o consumo do que sobre a renda. Assim, de forma geral, todos os bens e serviços são tributados por alíquotas superiores às de seus pares internacionais. Medidas que resultem em desoneração de bens e serviços precisariam ser compensadas com o aumento da incidência de impostos sobre a renda, remetendo tal assunto à muito debatida e esperada reforma tributária.

Ademais, embora seja inegável que, mesmo uma redução pequena nos preços da banda larga resultaria em aumento bastante significativa no número de usuários, não existe qualquer garantia de que a desoneração de tributos será repassada ao consumidor final.

Pelo contrário, a consequência mais provável seria a incorporação da desoneração fiscal aos lucros das prestadoras, resultando em transferência direta de recursos públicos a entidades privadas com pouco ou nenhum benefício para a sociedade.

Esse cenário provável decorrerá de duas razões: a primeira é o baixo nível de concorrência no segmento da banda larga, em que há apenas três concorrentes, disputando no mercado, o que reduz a dinâmica competitiva, que limitaria os preços a serem cobrados do consumidor; a segunda é a ausência de regulamentação sobre os preços dos serviços de banda larga que são prestados em regime privado. Assim, as prestadoras podem fixar livremente seus preços sem qualquer interferência estatal.

O uso da desoneração fiscal como forma de popularização da banda larga é uma política de grande custo social, que produz ganhos incrementais de eficiência no mercado. O custo social decorre da redução horizontal de impostos que atinge a todos, independentemente de sua capacidade de pagamentos, e os ganhos incrementais provêm apenas dos novos consumidores, que passam a ter condições de pagar pelo serviço.

Por fim, a desoneração fiscal, que é uma política acertada do Governo Federal, pode ser aperfeiçoada, no sentido de priorizar os benefícios àqueles que mais precisam. É o caso, repito, do REPNBL, Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga, que teve regulamentado o benefício para a tecnologia de fibra ótica, mas ainda carece de regulamentação para as estações terrenas de satélite.

Em breve síntese, apresentamos finalmente algumas recomendações que julgamos fundamentais para o sucesso do Programa Nacional de Banda Larga nesse período de 2014 a 2015.

As recomendações são as seguintes:

I – Em sintonia com os estudos realizados no âmbito do Ministério das Comunicações e da Anatel com o acórdão do Tribunal de Contas da União, Plenário nº 2.148, de 2005, Relator Ministro Ubiratan Aguiar, com o relatório em sintonia com os estudos realizados no âmbito do Ministério das Comunicações e da Anatel, com o acórdão TCU – Plenário nº 2.148, de 2005, relator Ministro Ubiratan Aguiar, com o relatório proferido pelo Deputado Paulo Henrique Lustosa, em 2009, e com o relatório final da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações do Programa Nacional de Banda Larga, aprovado na CCTCI da Câmara dos Deputados, em 2013, prestar o serviço de banda larga em regime público, reconhecendo o acesso à internet como serviço essencial de interesse público, de forma a promover sua universalização;

II – elaborar novo Programa Nacional de Banda Larga, de forma a orientar as políticas públicas relativas ao setor, de forma articulada e com horizonte de longo prazo;

III – divulgar periodicamente relatórios de acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga, com indicadores detalhados que permitam avaliar a evolução do programa;

IV – ampliar investimentos públicos para alcançar a universalização do serviço de banda larga em vinte anos, fortalecendo o papel da Telebrás como executora do Programa Nacional de Banda Larga;

V – estimular a entrada de agentes públicos e privados no serviço de banda larga, ampliando os investimentos no setor e a oferta de serviços ao consumidor;

VI – definir metas de investimento para acelerar a redução das desigualdades regionais;

VII – criar a "tarifa social" para o serviço de banda larga, fazer exatamente o que acontece, já hoje, com a tarifa de energia, porque, na medida em que se cria tarifa social, se permite um número cada vez maior de famílias terem acesso à banda larga;

VIII – reestruturar os fundos do setor de telecomunicações e, principalmente, fazer com que os fundos possam ser destinados a sua finalidade precípua;

IX – ampliar os investimentos públicos destinados ao lançamento de novos satélites de comunicação.

Vale ressaltar que os estudos feitos até o presente momento já apontam que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação, que será colocado em órbita em outubro de 2016, muito provavelmente já entrará em órbita saturado, porque a oferta não será suficiente para atender à demanda desse serviço. O ideal é que o Governo brasileiro, através da Telebrás, já comece a pensar em projetos futuros para o lançamento de outros satélites para atender plenamente a todas as regiões brasileiras.

X – fortalecer o papel institucional da Anatel, reforçando a regulação do setor e a fiscalização dos serviços prestados ao consumidor;

XI – ampliar a divulgação e revisar periodicamente as condições da oferta dos planos de banda larga popular;

XII – estimular a instalação e o uso de fibras óticas pelas empresas de energia elétrica.

Essa recomendação se faz acompanhar de um apelo para que os órgãos do Governo conversem entre si e entrem em entendimento, porque as redes elétricas têm a infraestrutura, a Telebrás precisa dessa infraestrutura, mas nem sempre tem sido possível lançar mão dessa infraestrutura exatamente por ausência de entendimento e por, digamos assim, ausência de clareza de possíveis compensações que as elétricas teriam pela utilização dessa rede de fibra ótica. Ou seja, não tem havido vantagem financeira para as empresas elétricas na utilização dessas redes de fibra ótica. Portanto, há que se encontrar um caminho de se compensar essas redes para que elas sejam plenamente utilizadas.

XIII – aumentar a velocidade da banda larga nas escolas públicas, urbanas e rurais, e integrar as políticas para a oferta dos equipamentos de laboratório, dos conteúdos digitais e da capacidade dos professores; e

XIV – fomentar o desenvolvimento tecnológico do setor por meio da aplicação dos recursos recolhidos ao Funtel.

Diante do exposto, Sr. Presidente, requeiro que se de conhecimento do presente relatório à Mesa Diretora desta Casa para que ela possa, posteriormente, remetê-lo aos seguintes órgãos do Poder Executivo, já citados anteriormente: Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; ao Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Saúde; Ministério da Fazenda; Agência Nacional de Telecomunicações; e Telecomunicações Brasileiras S.A.; e também ao sindicato das empresas de telecomunicações, o SindiTelebrasil, que representa todas as prestadoras de telecomunicações do País.

Eu gostaria, Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que peço a aprovação deste relatório, por esta Comissão de Ciência e Tecnologia, de fazer também um reconhecimento do trabalho do Senador Walter Pinheiro, que está ausente, que, legitimamente, seria a pessoa mais indicada para conduzir este relatório, por toda a sua vivência na área, por décadas de dedicação ao serviço de telecomunicações no Brasil. Ele é, sem dúvida, o Senador mais preparado na área de telecomunicações que nós temos nesta Casa e, eu diria, um dos técnicos mais bem preparados nessa área no Brasil. Portanto, ele é a pessoa que seria, digamos assim, a pessoa com mais legitimidade para conduzir este trabalho e para produzir este relatório. O Senador Walter Pinheiro não pôde ficar com essa responsabilidade por dois motivos. Um deles é sua saúde; ele não anda muito bem de saúde. Está fazendo um tratamento prolongado e precisa de atenção especial e exatamente por isso não pôde se dedicar a essa missão com tantas viagens. O outro motivo é sua necessidade de dar um acompanhamento especial ao seu Estado da Bahia. Ele, que é uma liderança muito expressiva no Estado da Bahia, precisava estar presente durante todo o processo eleitoral, que resultou numa magnífica vitória do Partido dos Trabalhadores naquele Estado, exatamente por poder ter contado com a presença efetiva do Senador Walter Pinheiro. Então, por esses dois motivos ele não pôde acompanhar esse relatório e sugeriu, assinando com V. Exª, que eu fosse o Relator dessa matéria.

Portanto, fica um agradecimento especial a V. Exª por ter me indicado Relator e também um agradecimento especial ao Senador Walter Pinheiro, que, impossibilitado de conduzir os trabalhos deste relatório, S. Exª me indicou para substitui-lo, o que me deixou muito honrado e procurei me dedicar para produzir o melhor relatório possível.

Então, é um relatório que tem críticas, mas não críticas paralisantes. São críticas no sentido de fazer com que o Programa Nacional de Banda Larga ganhe novo ritmo, e que a gente possa cumprir integralmente com aquele objetivo que foi, inclusive, objeto de compromisso de campanha da nossa Presidenta Dilma, ou seja, universalizar o serviço de internet de banda larga. Vale ressaltar que universalizar é bem diferente de popularizar. Popularizar é levar o serviço ao maior número possível de pessoas, e universalizar significa fazer com que todo o cidadão brasileiro, com que toda família brasileira tenha acesso à internet de boa velocidade, para que haja mais justiça social, para que haja mais inclusão social e desenvolvimento econômico, social e cultural em todas as regiões brasileiras.

Portanto, nesse período, Sr. Presidente, nos dedicamos a uma política pública que é fundamental para a cidadania brasileira, que é o Programa Nacional de Banda Larga. E esse relatório faz esses apontamentos no sentido de que o Governo se dedique ainda mais, dê as melhores condições possíveis à nossa Telebras, para que a Telebras cumpra integralmente com o seu papel de fazer chegar a internet de banda larga nos locais em que não há lucro, em que não há retorno financeiro e, portanto, aonde as empresas não chegam. Porque as empresas operadoras só vão "na boa", elas só vão até aonde chega o lucro. Nos centros onde há retorno as empresas prestadores chegam e chegam bem, mas nos rincões, como no Estado do Acre, no interior do Amazonas, em síntese, nas Regiões Norte e Nordeste, naqueles rincões onde não chega rede de fibra ótica, onde as dificuldades tecnológicas são muito maiores, as empresas prestadoras não chegam.

Por isso a necessidade de um regime público que possa juntar essas duas potencialidades: a das empresas operadoras nas regiões que são economicamente viáveis e a necessidade da Telebras levar a internet de banda larga a todas as regiões isoladas do País.

Então, é o meu relatório, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos Srs. Senadores para que aprovemos este relatório, para ter essa política pública como sendo resultado dos trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia ao longo deste ano de 2014.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado a V. Exª, Senador Anibal Diniz. Eu quero parabenizá-lo por este extraordinário trabalho.

Acho que esse exemplo que V. Exª está nos dando mostra a necessidade de cada comissão do Senado, como falou V. Exª, se especialize ou priorize um tema de política pública. Acho que essa é a grande contribuição que esta Casa poderia dar ao Executivo como sugestão, ideias.

V. Exª viajou o Brasil inteiro e ouviu todos os lados, coisa que o Governo deveria fazer e, às vezes, não o faz. Então, que o Governo tenha, eu diria, a inteligência de aproveitar esse relatório de V. Exª na íntegra, pois V. Exª viajou por todo o País e ouviu todas as partes, portanto, nos faz ver a necessidade que temos, hoje, de o Governo investir mais realmente em tecnologia, investir na expansão da banda larga, da internet.

Conforme V. Exª falou, e nós temos consciência disso, as empresas de comunicação, de telecomunicação são empresas que visam lucro. O Governo tinha que entender o seu papel social nesse processo e criar, de repente, até mecanismos, junto às operadoras, de isenção fiscal para determinadas áreas, para fazer com que a internet realmente chegue a esses locais de maior dificuldade País afora. Inclusive até pensando em números, pois sabemos a economia que o Brasil faria em outras áreas, como educação, se ele investisse mais na informação e na internet. Conforme citado por V. Exª, não existe mais quadro-negro e giz nas salas de aula.

Acho que a inteligência nos mostra, e a tecnologia está aí para provar isto, que o Governo, além de economizar nessa área, daria um grande impulso à educação, que é uma das prioridades do Brasil hoje. No dia em que o Governo entender e que nós entendermos que investir em informática não é despesa – é até economia, pensando-se friamente apenas nos números –, tenho certeza de que a própria educação no País vai dar um salto extraordinário. Extraordinário!

Então, parabéns a V. Exª – mais uma vez eu digo isso – por esse relatório minucioso e muito bem feito. Nós sabemos da dedicação que V. Exª teve durante esse período todo. V. Exª mesmo disse que sacrificou às vezes sua participação na política do seu Estado em prol desse relatório, mas acho que esse é o papel do homem público. Novamente lhe dou os parabéns pelo seu grande trabalho e que esse trabalho possa ser exemplo para outras Casas e aqui também no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Perrella. Fico muito agradecido pelo reconhecimento de V. Exª.

Gostaria, só a título de ilustração, de dizer que, em pleno segundo turno das eleições, quando tínhamos uma disputa super acirrada no Estado do Acre, nós estávamos cumprindo agenda lá no instituto técnico aeroespacial. Pudemos, então, ouvir da própria equipe técnica do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), do reitor e das pessoas que estavam à frente que estavam muito lisonjeados por, num período daqueles, numa agenda eminentemente eleitoral, poderem participar de um debate técnico de altíssima relevância sobre a importância da popularização da internet; e sobre como um instituto daquela magnitude, que tem estudos interessantíssimos em todas as áreas, pode dar grande contribuição, em parceria com o Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), sobre as possibilidades de satélite para popularização da internet no Brasil.

E, também, nesse mesmo período, nós fizemos visita a São José dos Campos e conhecemos uma experiência fantástica da prefeitura daquela cidade, que está universalizando a internet de boa velocidade para todas as escolas da rede municipal, situação que não vemos nem nas escolas particulares – confesso aqui. Minha filha estuda em escola particular aqui em Brasília, ao preço de R$1.700 por mês e não tem o acesso à tecnologia que têm todas as escolas públicas de São José dos Campos. Disponibilizam interatividade plena, com quadro interativo, com *tablets* para todos os alunos, sob a coordenação da monitora; ou seja, os alunos só acessam a internet quando a professora dá o comando. Ela tem total domínio sobre a situação, mostrando que a internet é um instrumento fantástico de formação e que nós só vamos ter ganhos em termos de crescimento científico e tecnológico se tivermos internet de boa velocidade para todos. E quanto mais cedo as crianças tiverem acesso a essas tecnologias maiores serão as potencialidades do nosso País.

E a Prefeitura de São José dos Campos – quero inclusive fazer um cumprimento especial ao Sr. Prefeito daquela cidade – o fez com iniciativa própria, com recursos próprios, a um custo de R$1.200 por aluno. Isso está permitindo que os alunos tenham pleno acesso a internet e possam utilizar dessas tecnologias para que

o trabalho pedagógico aconteça com muito mais prazer. As crianças são muito mais motivadas, e inclusive os pais são envolvidos no processo, porque os *tablets* são levados para casa, e os pais também são treinados para utilizarem o equipamento, ajudando os alunos nas tarefas escolares.

Então, experiências como essa, Senador Perrella, estão presentes nesse relatório. Está presente também a experiência do Floresta Digital no Estado do Acre, que é um programa que visa a universalizar também a internet em todas as áreas urbanas dos Municípios do Acre. Esse programa se iniciou com o Governador Binho Marques em 2010, coincidentemente exatamente quando foi lançado o Programa Nacional de Banda Larga, e teve continuidade com o Governador Tião Viana. Esbarra numa série de problemas, quase sempre em relação à necessidade de fibra ótica e de tecnologia e de infraestrutura, mas é um programa que tem uma visão absolutamente correta de fazer com que todos tenham acesso a internet em todas as escolas, em todas as praças, em todos os ambientes em que se permite instalar uma rede *wi-fi* e internet de graça para todos.

Então, experiências como essa estão acontecendo no Brasil. Há experiências, também no Rio de Janeiro e em outros lugares, de cidades digitais, cidades inteligentes. Então, o que precisamos fazer? Pegar essas experiências que já estão acontecendo com sucesso e fazer com que se multipliquem por todo o Brasil, porque assim estaremos produzindo justiça social e permitindo que mais e mais pessoas tenham acesso à internet, que é esse instrumento fantástico de propalação da ciência e tecnologia, da cultura e também do acompanhamento das ações de Governo através dos portais de transparência, que é outro mecanismo fundamental viabilizado pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Inclusive como sugestão, Senador, proponho que a gente mande esse relatório de V. Exª não só para esses órgãos citados aí, mas que mandemos também para os Governadores, já que entendemos que grande parte dessas políticas passam necessariamente pelos governos estaduais e federais.

Eu acho que seria muito interessante, pela magnitude desse relatório, que nós o encaminhássemos também para cada Governador de Estado. Tenho certeza de que esse relatório será bem aproveitado por todos eles.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito oportuna a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nós fazemos esse encaminhamento, Senador Anibal, através da própria Comissão aqui.

Em discussão o relatório do Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não havendo quem queira discutir, está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT sobre a política pública do Programa Nacional de Banda Larga.

Item 4:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2013
– Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CMA (Substitutivo).

2) Sendo aprovado o Substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 11/11/2014.

Nós passaremos a palavra, agora, para o Senador Benedito de Lira, que vai ler o relatório ao PLS nº 433, de 2013, que é terminativo. Então, faremos a leitura e obviamente votaremos em outra reunião.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em cumprimento ao rito legislativo, encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 433, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

Análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a esta CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O projeto se mostra alinhado com as disposições constitucionais. A vedação ao anonimato, prevista no art. 5º da Constituição Federal, ganha efetividade com a identificação obrigatória do código de acesso dos telefones que originam as chamadas. Os direitos à privacidade e ao sigilo das comunicações também se mantêm intactos, uma vez que apenas o destinatário da chamada é informado sobre o código de acesso do assinante que a originou. De fato, a disponibilização dessa informação é medida que contribui positivamente para se garantir tanto a privacidade quanto a inviolabilidade das comunicações, pois evita fraudes diversas que poderiam atingir o usuário do telefone chamado.

Da mesma maneira, não se observa qualquer problema na juridicidade da proposição.

Com relação ao mérito, verifica-se que a proposição garante aos usuários da telefonia um direito essencial à segurança de sua comunicação. Contribui para evitar o uso das redes de telefonia para a prática de crimes e de abusos contra seus usuários.

Vale destacar que a obrigatoriedade de identificação dos códigos de acesso dos telefones que originam chamadas, conforme prevê o projeto, não entra em conflito com a garantia de não divulgação do código de acesso do assinante, prevista no art. 3º, VI, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Isso porque a não divulgação do código de acesso do usuário, garantido pela LGT, diz respeito ao direito de não ter publicado, por quaisquer meios, o nome do assinante relacionado a seu código de acesso. Assim, a Lei Geral de Telecomunicações protege a privacidade e a segurança dos assinantes do serviço de telefonia, impedindo que se conheça o nome do assinante de determinado código de acesso ou que, a partir do nome de uma pessoa, se obtenha o seu código de acesso telefônico.

Do ponto de vista dos custos para as operadoras de telefonia, a gratuidade da identificação dos códigos de acesso dos terminais originadores das chamadas não terá impacto significativo. A maioria das linhas telefônicas ativas hoje já recebe essa identificação sem qualquer custo.

Com relação ao substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, verifica-se que as alterações introduzidas aprimoraram o projeto original.

Inicialmente, mostra-se interessante não realizar alterações na LGT, pois o projeto alcança unicamente os serviços de telefonia, e não as telecomunicações em geral.

Também a exclusão do dever imposto aos usuários de permitir a identificação de seu código de acesso se revela oportuna. Esse dever não deve ser imposto aos usuários, mas às prestadoras do serviço de telefonia, pois essas sempre têm meios de determinar o código de acesso originador da chamada.

Com relação a esse substitutivo, entendemos ser pertinente realizar alguns ajustes redacionais, para aprimorar a técnica legislativa, para adequar a terminologia utilizada no projeto aos termos consagrados na legislação das telecomunicações e para melhor explicitar os direitos que se pretende conferir aos usuários da telefonia.

Por fim, também nos parece apropriado conceder prazo de sessenta dias para que as prestadoras de serviços de telefonia possam fazer os ajustes em suas redes a fim de dar cumprimento aos dispositivos da lei.

VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2013, na forma da emenda que se segue.

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2013

Estabelece a obrigatoriedade da identificação dos códigos de acesso originadores de chamadas telefônicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade da identificação dos códigos de acesso originadores de chamadas telefônicas.

Art. 2º As prestadoras de serviços de telefonia fixa ou móvel oferecerão aos usuários, sem custo adicional, o serviço de identificação do código de acesso originador da chamada.

Art. 3º São vedadas a oferta e a comercialização de produtos ou serviços que tenham por objetivo impossibilitar ou dificultar a identificação do código de acesso originador da chamada.

Art. 4º Em todos os contatos telefônicos com consumidores, bem como nas ligações de empresas destinadas ao público em geral, será informado código de acesso telefônico que permita o imediato retorno da chamada, vedado o uso de numerações aleatórias que dificultem a identificação do originador da chamada.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no art. 173 da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997, sem prejuízo de outras constantes de regulamentos específicos, respondendo solidariamente a empresa contratante no caso de o contato telefônico ser realizado por empresa terceirizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Este é o parecer, Sr. Presidente. E é o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pelo fato de a matéria ser terminativa, então, nós não a colocaremos em discussão nesta reunião.

Vamos, então, para a apreciação dos itens terminativos.

Designo o Senador Anibal Diniz como Relator *ad hoc* do item 6 ao item 8, por favor.

Depois, do item 9 ao item 14, designo o Senador Benedito.

Então, dos itens 6 a 8, será o Relator o Senador Anibal.

E, depois, serão relatados os itens 10 ao 14, pulando o PDS nº 82, de 2014, que é do Senador Benedito Lira.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Anibal Diniz.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: pela aprovação.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: pela aprovação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeitamente!

Sr. Presidente, o item 6 da pauta trata de autorização à Rádio FM Conquista para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, no Estado do Paraná. Trata-se do PDS nº 66.

O item 7 trata de autorização à Associação Cultural e Comunitária de Califórnia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, no Estado do Paraná.Trata-se do PDS nº 93.

O item 8 trata do PDS nº 111, de 2014, que outorga à Universidade Estadual de Londrina a execução de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

O item 10 trata de autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Várzea Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, no Estado da Paraíba. É o PDS nº 61.

O item 11 renova a concessão outorgada à Rede Central de Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 102.

O item 12 outorga concessão à Fundação Raphael Montoro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 139.

O item 13 aprova o ato que outorga autorização à Associação ONG Rádio Comunitária Mão Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 7.

O item 14 concede autorização à Associação Comunitária e Escola de Rádio Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. É o Projeto de Decreto Legislativo nº 85.

Os item 15 e 16 são da relatoria do Senador Sérgio Petecão.

Se V. Exª me permite, já posso fazer também a relatoria, por se tratar de Senador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Por favor!

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatório: pela aprovação.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, DE 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatório: pela aprovação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O item 16 renova a permissão outorgada à Sompur São Paulo Radiodifusão LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O item 17 concede... O item 16 foi o que li. Falta agora o item 15, que concede autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Bairro Adelaide Menezes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, no Estado da Bahia.

Todos esses relatórios, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha esses PDSs não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos, Sr. Presidente, pela aprovação de todos esses relatórios lidos.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Quanto ao 19, o Senador Walter Pinheiro acaba de chegar.

Itens 9, 17 e 18, por favor.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: pela aprovação.
Observações:

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a esta Comissão para oferecer parecer no que diz respeito à outorga de autorização da Associação Cultural Comunitária de Tuiuti para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.

O 15 também Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não, os itens 15 e 16 já foram lidos, Senador. São os itens 17 e 18. O 19 é do Senador Walter, que acaba de chegar.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: pela aprovação.
Observações:

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a RÁDIO ESMERALDA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: pela aprovação.
Observações:

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – O item 17 aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Excelsior de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.

O item 18 autoriza outorga a Rádio Esmeralda Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, esses são os relatórios. São todos pela aprovação, considerando que todos os documentos e aquilo que estabelece o Regimento Interno da Casa foram cumpridos rigorosamente. Por sequência, nós opinamos pela aprovação dessas outorgas para funcionamento de radiodifusão nas cidades citadas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Vamos ao item 19, Senador Walter Pinheiro.

Trata-se do PDS nº 418, de 2013.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – PDS não existe mais não, não é, Sr. Presidente. Há muito tempo!

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Foi extinto.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. Seja bem-vindo, Senador!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Morada do Sol, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Sr. Presidente, opinamos pela aprovação dessa matéria, não tendo encontrado nenhum óbice, e, ao mesmo tempo, todas as exigências foram literalmente cumpridas.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Então, os itens 20, 21, 22 e 23, cujo Relator é o Senador Zeze Perrella, está sendo transferido, *ad hoc*, para a Senadora Angela Portela.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 457, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
Relatoria: Senador Zeze Perrella.
Relatório: pela aprovação.
Observações:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RADIO IMBIARA DE ARAXÁ ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Com a palavra a Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada, Senador.

Trata-se do Decreto Legislativo nº 457, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão a Rádio Belo Vale Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, no Estado de Minas Gerais.

O item 21 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Cedro, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.

O item 22 aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Progresso de Januária Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.

E o item 23 aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Imbiara de Araxá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Nosso voto em todos os casos é pela aprovação de todos esses Projetos de Decreto Legislativo, considerando que não existe nenhum reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa. Então, opinamos pela aprovação de todos esses projetos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A discussão e votação ficarão para uma próxima reunião.

Vamos, então, voltar ao Item 2, de relatoria do Senador Flexa Flecha.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.
Autoria: Senador José Agripino
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Srªs e Srs Senadores, esse projeto de autoria do Senador José Agripino é um projeto da maior importância e busca incentivar a formação e o fortalecimento das sociedade empresariais s*tart-ups,* aquelas de tecnologia.

O PLS do Senador José Agripino é o de nº 54, de 2014 que altera a lei que trata do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), para tornar dedutível da base de cálculo os valores em dinheiro integralizados no capital social de sociedades empresárias *start-ups*. O benefício da dedução vigorará pelo prazo de cinco anos, limitado a 20% do valor efetivamente integralizado, e não poderá ultrapassar o montante de oitenta mil reais por ano-calendário.

Para ter direito ao benefício, as seguintes condições devem ser atendidas: (i) o investidor deverá permanecer na condição de sócio cotista ou acionista, não podendo participar como sócio gerente, diretor ou administrador da pessoa jurídica investida; (ii) o investidor não poderá ter o controle majoritário das quotas sociais ou

ações da pessoa jurídica; (iii) os valores integralizados deverão permanecer por, no mínimo, três anos seguidos à disposição da pessoa jurídica investida, não podendo haver diminuição do capital social; e (iv) a *start-up* em que for investido o recurso deverá ser selecionada, melhor dizendo, por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Caso o contribuinte esteja em situação irregular em relação às condições estabelecidas, deverá pagar o imposto acrescido de juros e de mora como penalidade.

O autor destaca que a dedução proposta cria um estímulo aos contribuintes para investirem em projetos inovadores, reduzindo os riscos do investidor e tornando mais atrativa essa modalidade de investimento.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão e à CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente.

Inicialmente, destacamos a importância do tema. O Brasil não conseguiu desenvolver um ambiente propício às atividades de inovação. Diversas ideias promissoras esbarram diariamente em inúmeros obstáculos. Um desses obstáculos é a dificuldade de o empreendedor conseguir financiamento para colocar em prática ideias arrojadas, com alto potencial de retorno, mas, ao mesmo tempo, com elevado risco.

Para aumentar as chances de sucesso desses empreendimentos em estágio inicial e com elevado risco, surgiu a figura do "investidor anjo". Em geral, são pessoas com recursos disponíveis em busca de alternativas de investimentos de elevado retorno e que, ao mesmo tempo, possuem grande experiência com o desenvolvimento de negócios inovadores.

O investidor anjo identifica projetos com elevado potencial para realizar o investimento inicial, além de profissionalizar seu planejamento e sua execução.

O Governo Federal tem incentivado jovens empresas de base tecnológica, em especial na área de tecnologia da informação, por meio de programas, como o Start-up Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e da realização do Seed Forum, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que estimula empresas nascentes. No entanto, o alcance dessas iniciativas é limitado.

O projeto em tela inova no ordenamento jurídico ao estimular o aumento dos recursos aplicados pelos chamados investidores anjos. Dessa forma, incentiva o próprio mercado a identificar os projetos mais promissores.

Apresentamos emenda para dispor que a *start-up* deverá ser registrada em programa de incubação de empresas ou de parque tecnológico de Instituição científica e tecnológica. Dessa forma, evitam-se questionamentos quanto à constitucionalidade de se determinar que as empresas sejam selecionadas por ato do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Portanto, o PLS nº 54, de 2014, tem potencial para aumentar o volume de recursos financeiros disponíveis para investimento em empresas iniciantes com alto potencial tecnológico e, com isso, contribuir para elevar a taxa de sucesso desses empreendimentos.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2014, com uma emenda.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa.

A discussão e a votação ficam, então, para a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião.

Obrigado aos senhores.

(Iniciada às 08 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Às onze horas e dois minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Delcidio do Amaral, Marcelo Crivella, Ivo Cassol Benedito de Lira, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Gim e Alfredo Nascimento. Justifica a ausência o Senhor Senador Anibal Diniz. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador

Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 540, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT. Item 3: Requerimento n.º 25, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, que requerem, "... ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instrução ao Projeto de Lei do Senado n.o 54, de 2014, que trata da "permissão para deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups"." O requerimento é aprovado. Na sequência da reunião, a Comissão aprova o Requerimento nº 28/2014, Extrapauta, Item 89, de autoria do Senador José Agripino e Lobão Filho, de desistência do pedido de audiência pública. Item 4: Requerimento n.º 26, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros, que requerem, "... nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs. – Ministro de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz. – Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos." O requerimento é aprovado. Item 5: Requerimento n.º 27, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz e outros, que requerem, "... nos termos regimentais, a remessa do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, às seguintes instituições públicas e privadas: TCU, INPE, ITA, IDEC, PROTESTE, AEB, IPEA, Ministério Público do Estado do Acre, Ministério da Defesa, Câmara dos Deputados, SBPC, UPB, Visiona, Embraer, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ABINEE e Governos Estaduais." O requerimento é aprovado. Item 6: Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, com a subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. Item 7: Projeto de Lei do Senado n.º 433, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, "Dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da identificação de chamadas nas linhas fixas e móveis para que o usuário possa identificar a origem da chamada e altera o inciso VI e inclui o inciso XIII ao art. 3º e altera o art. 4º para inclusão do inciso IV, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir a identificação do número de acesso nas chamadas realizadas por meio da rede telefônica." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Ficam pendentes a discussão e a votação da matéria. Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 113, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE ASSOCIADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos fa-

voráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA AGUIARNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à MMA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Anibal diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE TERRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE NIQUELÂNDIA – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA.-ME para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Lobão Filho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 78, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL IZABELENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Co-

missão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA MATERNO INFANTIL DE SERRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 344, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – ARACOSSAF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 365, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PACATUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA DE LIMA – ARACOSROL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria ao Senador Valdir Raupp, em razão do Senador Kaká Andrade não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O Relator oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAÚ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da

matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 82, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto

contrário e nenhuma abstenção. Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Benedito de Lira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Benedito de Lira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 457, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 02/12/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 451, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radio-

difusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Anibal Diniz e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCT, aprovada por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 44, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprova-

ção do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 449, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 76, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 105, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Co-

municação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Cícero Lucena e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 80, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e,

após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 70: Projeto de Decreto Legislativo n.º 360, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 71: Projeto de Decreto Legislativo n.º 361, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo." O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 72: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador João Capiberibe, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 73: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 74: Projeto de Decreto Legislativo n.º 71, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 75: Projeto de Decreto Legislativo n.º 75, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 76: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 77: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão,

colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 78: Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 79: Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 80: Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 81: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 82: Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 83: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2014, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 84: Projeto de Decreto Legislativo n.º 393, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 85: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em vo-

tação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 86: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais" O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 87: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 88: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 11/11/2014, o Presidente da Comissão designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto por 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Extrapauta, Item 89: Requerimento n.º 28, de 2014 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino e outros, que requerem, "... a desistência do pedido de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao PLS nº 54, de 2014." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de dezembro de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

Chegou a esta Comissão o Aviso nº 1.242, TCU/Plenário, de 28 de novembro de 2014, em que o Exmº Sr. Vice-Presidente, no exercício da presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, encaminha para conhecimento cópia do acórdão proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº 007680/2014-7. O processo tem como objetivo verificar resultados indicadores do desempenho de governança relacionados com os contratos de gestão supervisionados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência das atividades da Comissão no período de 8 a 17 de dezembro para o cumprimento de agenda no exterior, conforme requerimento apresentado à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos deliberativos, aproveitamos para apresentar breve balanço dos trabalhos da CCT.

Ao longo do biênio 2013/2014, ocupamos esta presidência, mas, sem o apoio e a diligência dos demais membros da Comissão, certamente não conseguiríamos empreender os resultados alcançados, conforme verificaremos adiante.

Mesmo considerando 2014 um ano atípico, com a realização da Copa do Mundo e também do pleito eleitoral, contabilizamos 33 reuniões da CCT. A CCT realizou, ao longo desses dois anos de trabalho, 79 reuniões, entre deliberativas, audiências públicas, reuniões de trabalho e seminários. Foram apreciados e deliberados mais de 730 proposições, entre projetos de decreto legislativo, outorga e renovação de concessões de radiodifusão e outras matérias, como projetos de lei do Senado e da Câmara, requerimentos e ofícios.

Observando-se as competências das comissões e as audiências públicas realizadas, foram 22 debates sobre temas de telecomunicações e internet; 11 sobre tecnologia e inovação; outras quatro sobre comunicação e assuntos de interesse da CCT.

É importante destacarmos ainda alguns dos principais momentos que protagonizamos nesses dois anos. Um deles foi a Subcomissão de Terras Raras.

A partir do RCT 22, de 2012, foi criada a Subcomissão de Terras Raras, sob a Relatoria do Senador Luiz Henrique. Foram realizadas várias reuniões de trabalho e audiências públicas, que resultaram na apresentação e aprovação do relatório do Senador Luiz Henrique, que passou a se constituir em parecer da CCT, com várias sugestões para alteração do Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, o Marco Regulatório de Mineração, atualmente na Câmara dos Deputados, de onde também resultou a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2013, de autoria também da CCT.

Outro tema importante foi a destinação da faixa de 700 megahertz, com a realização de vários debates e audiências públicas em torno do processo e destinação dessa mesma faixa, atualmente ocupada pela radiodifusão, mas que, após a licitação, a Anatel destinou para a telefonia móvel de 4ª Geração, o 4G.

A CCT do Senado teve papel preponderante na definição de algumas questões primordiais. Citamos como exemplo a destinação de blocos dessa faixa para os órgãos também de defesa.

Outro tema importante foi a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014, que foi transformado em lei federal, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Essa lei, que contou com destacada participação da CCT em suas deliberações, colocou o Brasil na vanguarda mundial da regulamentação da governança da internet e inspirou vários outros debates pelo mundo afora.

A Lei das Antenas é um projeto originário do Senado Federal. O substitutivo da Câmara dos Deputados retornou este ano a esta Casa e pudemos nos debruçar novamente sobre a matéria e deliberar por seu encaminhamento para apreciação pelo Plenário, onde se encontra atualmente em pauta. Essa proposição significa um avanço maior em termos de regulamentação da infraestrutura e das telecomunicações no País.

Outro assunto importante foi o seminário "Caminhos para a inovação".

Avaliação de políticas públicas.

O Programa Nacional de Banda Larga também foi outro tema muito importante.

Tudo isso resultou na coleta de um grande volume de informações e, posteriormente, na apresentação de relatório, que, aprovado no último dia 2 de dezembro, passou a se constituir em parecer da CCT sobre o assunto, buscando contribuir para o desenvolvimento e incremento dessa política tão importante para o avanço do Brasil.

Esta Presidência ressalta, ainda, o empenho do Senador Anibal Diniz no desenvolvimento do trabalho que possibilitou a apresentação de um robusto relatório, que se encontra disponível para todos.

Por fim, vale citarmos também a edição do Ato nº 1, de 2013, que alterou os procedimentos da designação de relatores para os projetos legislativos que outorgam renovação em radiodifusão. A CCT demonstra, mais uma vez, o seu papel preponderante nos trabalhos, sempre com o apoio dos membros desta Comissão.

Agradecemos também o apoio dado pelos setores da Casa e também pelos veículos e entidades que cotidianamente acompanham os nossos trabalhos. (*Pausa.*)

Vamos para a pauta? (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a disponibilização, em sítio eletrônico da operadora, de listas de prestadores de serviços e de extratos financeiros relativos ao valor da contraprestação e aos serviços utilizados pelos beneficiários de planos privados de assistência à saúde.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações: 1) A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 02/12/2014.

Será Relator *ad hoc* deste PLS o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de passar a relatar o parecer do PLS nº 540, de 2013, eu gostaria de fazer o registro, nesta Comissão, do trabalho de V. Exª no comando da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Às vezes, o cidadão e a nossa comunidade, a sociedade não imagina a importância que têm os assuntos debatidos nesta Comissão. Todos os assuntos relativos à transmissão de dados e à radiodifusão passam, necessariamente, por esta Comissão. Todo assunto pertinente à inovação tecnológica e produtividade passa por esta Comissão.

Esta Comissão fez importantes audiências públicas, debatendo tanto o espectro de radiodifusão como seus processos licitatórios, com a melhoria na distribuição desses espaços, para que as nossas operadoras de telefonia pudessem dar ao cidadão uma melhor transmissão de dados, mais rápida e mais eficiente, o que hoje não há no Brasil. Nós temos dificuldades de telefonia celular graves, e esta Comissão tem dado uma contribuição significativa para que apareçam as soluções que a nossa sociedade tanto demanda. Isso tudo sob a augusta Presidência de V. Exª.

Portanto, eu aproveito esta oportunidade para parabenizá-lo no comando desta Comissão, com todas as dificuldades de ter quórum, porque ela confronta horário com outras Comissões também importantes. Mas, mesmo assim, V. Exª não desiste e mantém esta Comissão viva, trabalhando, produzindo, e produzindo em grande quantidade. Portanto, meus parabéns a todos os membros, mas principalmente a V. Exª no desempenho desse trabalho.

Passo agora a ler o relatório ao Projeto de Lei nº 540, de 2013, como relator *ad hoc* do Relator original, Senador Valdir Raupp.

Relatório

Vem ao exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que insere os arts. 18-A e 18-B na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O art. 18-A torna obrigatória a disponibilização, nos sítios eletrônicos das operadoras, de relação atualizada das clínicas e profissionais credenciados, contratados ou referenciados.

O art. 18-B prevê a disponibilização e o envio de extratos mensais com informações sobre os valores pagos e os serviços utilizados pelos segurados.

Após a manifestação deste Colegiado, a matéria seguirá primeiro para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e depois para a Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a deliberação terminativa.

Não foram apresentadas emendas a este projeto.

Análise.

O projeto possui a oportunidade e a legalidade. Portanto, o relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda nº – CCT (Substitutivo)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, DE 2013

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para obrigar as operadoras de plano de saúde a disponibilizarem, na internet, as informações sobre suas redes assistenciais e os extratos financeiros mensais para consulta dos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

"Art. 18-A. As operadoras dos produtos e serviços de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei disponibilizarão gratuitamente em seus sítios eletrônicos na internet, na forma de regulamento, as informações sobre a rede assistencial e os extratos financeiros do consumidor.

§ 1º O acesso às informações sobre a rede assistencial será franqueado ao público em geral.

§ 2º Os extratos financeiros, com periodicidade mensal, conterão as informações necessárias ao controle pelo consumidor dos pagamentos e procedimentos realizados.

§ 3º O consumidor poderá optar por receber, sem custos, o extrato financeiro por via postal."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Lobão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, lido pelo Relator *ad hoc* Senador Lobão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CCT – Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups.
Autoria: Senador José Agripino
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações: 1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2) Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

O item nº 2 já foi lido. Eu vou subscrever.
(*Pausa.*)
Então, vamos para o item nº 3.
Há um requerimento para instruir o item nº 2

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2014

Requeiro ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instrução ao Projeto de Lei do Senado n.o 54, de 2014, que trata da "permissão para deduzir da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Start-ups".
Autoria: Senador Walter Pinheiro

Em discussão o requerimento.(*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pois não, Senador Lobão.
O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Poderia me subscrever também no Requerimento 4 e no Requerimento 5?
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Sim.
O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E, logo após, poderíamos também colocar logo em votação o item 2, que é o PLS nº 54, de 2014.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Subscreve então o item 4, Senador Lobão?
O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Afirmativo.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É o requerimento do Senador Ricardo Ferraço, o RCT de número... São os itens 4 e 5, por favor.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação Comu-

nicação e Informática – CCT e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para tratar da proteção à inovação no Brasil. Para tal, solicito sejam convidados os Exmos. Srs.: Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz; Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a remessa do Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, às seguintes instituições públicas e privadas: TCU, INPE, ITA, IDEC, PROTESTE, AEB, IPEA, Ministério Público do Estado do Acre, Ministério da Defesa, Câmara dos Deputados, SBPC, UPB, Visiona, Embraer, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, ABINEE e Governos Estaduais.
Autoria: Senador Anibal Diniz

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Lobão, para relatar os itens 4 e 5, por favor.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Na sua justificativa, o requerimento diz que as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação são hoje componentes fundamentais da presença atuante e autônoma de um país no mercado global. A capacidade de inovar e comercializar novos produtos de alta tecnologia é cada vez mais um fator determinante na avaliação da competitividade de um país no cenário internacional. Parte fundamental do complexo processo de tornar a inovação viável é a proteção jurídica que se confere a ela a fim de que gere lucro.

Não obstante a existência de diploma legal, a Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, que rege a Propriedade Industrial, e de um Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), responsável pelo aperfeiçoamento, disseminação e gestão do sistema brasileiro de concessão e garantia de direitos de propriedade intelectual para a indústria, estamos atrasados em relação a outros países devido à burocracia e à lentidão na concessão de patentes.

A edição do dia 20 de abril deste ano, do jornal *Folha de S. Paulo*, traz dados para lá de preocupantes, segundo a matéria. Isso é um problema sério, porque durante o período de espera, as empresas que investiram tempo e dinheiro em inovação ficam sem poder vender seus produtos ou serviços e ainda ficam vulneráveis à pirataria e ao plágio. Em outras palavras, as empresas não têm condições de auferir ganhos econômicos de suas inovações tecnológicas.

A reportagem revela, ainda, que a situação tem se agravado nos últimos 14 anos, pois os pedidos de patente têm crescido três vezes mais rápido do que as concessões registradas pelo INPI. Isso faz com que o tempo médio de espera aumente oito meses.

Diante disso, a fim de debatermos as atuais condições de proteção à propriedade industrial no Brasil é que solicito o apoio dos meus pares na aprovação do presente requerimento.

São os dois relatórios a serem lidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito bem.

Quanto aos itens 6 e 7, nós não temos quórum para votar.

Em discussão os itens 4 e 5, lidos pelo Senador Lobão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, estão aprovados.

Quanto aos itens 6 e 7, como são terminativos e estamos sem quórum, tenho sugestão aqui, Senador Lobão e Senador Raupp. Nós já lemos tudo na reunião anterior. Falta ler agora do item 8 ao item 24.

O Senador Lobão poderia ler o relatório para a gente do item 8 ao 16, e o Senador Raupp, do item 16 ao 24?

Ressalto que o 20, o 21 e o 22 são redistribuições, já que o Senador Kaká Andrade não faz mais parte desta Comissão.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 113, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE ASSOCIADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 118, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA AGUIARNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 140, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à MMA COMUNICAÇÕES LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA RIO GUARANI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL VALE DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE TERRA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE NIQUELÂNDIA – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOM DA ILHA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA.-ME para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 128 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório referente ao item nº 8, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação.

Relatório referente ao item nº 9.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 113, de 2014, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Associada de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Associada de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 10.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 118, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Aguiarnópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 118, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Aguiarnópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aguiarnópolis, Estado do Tocantins.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 11.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 140, de 2014, que aprova o ato que outorga concessão à MMA Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 140, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à MMA Comunicações Ltda. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobradinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 12.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 142 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 142 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Rio Guarani para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Relatório referente ao item 13.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 104, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Vale do Sol para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Sol, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório.

Relatório referente ao item 14.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 135, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Terra Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

Relatório referente ao item 15.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Niquelândia – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 40, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Niquelândia – ACCN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Finalmente, relatório referente ao item 16.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda.-ME para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 77, de 2014, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Som da Ilha Comércio e Produções Ltda.–ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Turvo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo.

Esses são os relatórios até o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Lobão.

Do item 17 até o item 24, como relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 78, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL IZABELENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação
Observações: I

TEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA MATERNO INFANTIL DE SERRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 344, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTANA DO SÃO FRANCISCO – ARACOSSAF para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE PACATUBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ROSA DE LIMA – ARACOSROL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TAMBAÚ DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 128, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ALTO PIRANHAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação
Observações: Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, relatório referente ao item 17.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Izabelense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente, do relatório ao item 17.

Relatório referente ao item 18.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola Parque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto do relatório ao item 18.

Relatório referente ao item 19.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Mantenedora Materno Infantil de Serrinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrinha, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto ao relatório do item 19.

Relatório referente ao item 20.

Somos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santana do São Francisco (Aracossaf), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do São Francisco, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse, Sr. Presidente, é o voto do relatório ao item 20.

Relatório referente ao item 21.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Pacatuba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacatuba, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é voto do relatório ao item 21.

Vai até o 24.

Relatório referente ao item 22.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Rosa de Lima (Aracosrol), para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rosa de Lima, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Relatório referente ao item 23.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Tambaú de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Relatório referente ao item 24.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Piranhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos abrir a votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. *Fora do microfone*.) – "Sim"

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone*.) – Com os Relatores. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu voto com todos os Relatores em todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Há um requerimento do Senador Agripino.

ITEM 89

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 28, de 2014 – Não terminativo -

Requeiro a desistência do pedido de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao PLS nº 54, de 2014.
Autoria: Senador Zeze Perrella e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações: Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, acho que V. Exª vai ter que aguardar a gente terminar a votação dos projetos terminativos para depois submeter à votação o requerimento do Senador José Agripino. Eu vou subscrever com ele para possibilitar que ele possa sair e a gente esperar, porque não se pode votar duas coisas simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós estamos em aberto com a votação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Perfeito. Excelente observação, Senador Lobão.

Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Só um esclarecimento aos membros da CCT. O requerimento que está em apreciação e que foi objeto da manifestação do Senador Lobão Filho tem um objetivo. Qual é? As empresas-anjo ou os investidores-anjo são uma figura que existe nos países de economia moderna. São investidores que aplicam recursos pessoais em empresas pequenas de desenvolvimento tecnológico pioneiro. São investidores cujo aporte de capital proporcionará, sem sombra de dúvida, a multiplicação da atividade de pequenas empresas *startups*, que se voltam para a tecnologia de ponta, movidas quase sempre por jovens talentos, e que, com esse aporte de capital, poderão desempenhar a sua atividade de forma muito mais abrangente, muito mais consequente e muito mais produtiva para o padrão tecnológico do País.

O que objetiva o meu projeto? A isenção do imposto de renda para os investidores que aplicam por ano até R$80 mil em empresas *startups*.

O Senador Valter Pinheiro apresentou um requerimento de audiência pública que eu solicito que, sim, seja feita, mas na última Comissão, a Comissão que vai examinar o mérito da matéria, onde essa audiência pública poderia ser feita. Mas que o projeto tramite e possa ter tramitação na CCT, para chegar à última Comissão, onde aí, sim, será terminativo, e se possa realizar a audiência pública que se pretende, para esclarecer o assunto em instância final.

É, portanto, com essas explicações que eu peço o voto dos Srs. Senadores da CCT, para que esta matéria seja apreciada, votada e remetida para a Comissão onde o mérito vai ser apreciado e onde ela vai ser votada em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

Quanto à fala do Senador Agripino sobre o projeto que permite a dedução do Imposto de Renda até um determinado valor para os investidores nas empresas *startups*, eu fui o Relator na reunião anterior. Fiz – V. Exª não estava presente – e faço novamente agora, parabenizando V. Exª pela iniciativa do projeto, que é da maior importância, principalmente para o nosso País, que tem pouco investimento em inovação, e essa é uma possibilidade que se abre para que se possa fazer esse investimento, deduzindo parte dele do imposto sobre a renda.

Parabéns a V. Exª.

Presidente, Senador Zeze Perrella, voto com os Relatores em todos os projetos que foram aqui apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CALIFÓRNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE TUIUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tuiuti, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE VÁRZEA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ONG RÁDIO COMUNITÁRIA MÃO AMIGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO PROGRESSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DOS MORADORES DO BAIRRO ADELAIDE MENEZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapeaçu, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 84, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMPUR SÃO PAULO RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipê, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESMERALDA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 418, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL MORADA DO SOL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 457, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO BELO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO CEDRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio PROGRESSO DE JANUÁRIA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE rádio IMBIARA DE ARAXÁ ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 02/12/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 451, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio BURITI ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE TAVARES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PÁDOVA DE COMUNICAÇÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Pádua, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÉCULO XXI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 39, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO LOTEAMENTO DARCI RIBEIRO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE DE JANDAIA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações: 1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.
2) Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 421, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à E.F. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio DIFUSORA CACIQUE ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TV MUCURIPE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbalha, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 453, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mandirituba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 458, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PLANALTO FM STÉREO SOM S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SENTINELA PARA COMUNICAÇÃO DE BOZANO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bozano, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VIZINHANÇA FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 105, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E AMBIENTAL DE CURVELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curvelândia, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PINDORAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindorama, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 456, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à CASULO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA RIO FM DE RIO DOS ÍNDIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 64

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio MENINA DO ATLÂNTICO FM ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES DO RIO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 33, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE DE UBATÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatã, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 68

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PITANGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitanga, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 69

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE APICUM-AÇU-MA (ACCA-MA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açu, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 70

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 360, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 71

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO DISTRITO CAMPINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 72

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 91, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 73

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO FEDERAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 74

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VINHOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 75

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à V.P.D. EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 76

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Castelo, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 77

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SALDANHENSE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saldanha Marinho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 78

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DE BRAZABRANTES – GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brazabrantes, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 79

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 11, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA RÁDIO LIVRE TAQUARI FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 80

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 14, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO EDUCADORA DE PEIXOTO DE AZEVEDO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matupá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 81

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE AUTONOMISTA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DA TERRA DOS GÊMEOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido Godói, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 83

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 107, de 2014
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RESERVA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reserva, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 84

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 393, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE EBENEZER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 85

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 415, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE APOIO À CULTURA DOS BAIRROS SÃO JOÃO, SION, SANTA MARIA, ROCHEDO E SÃO FRANCISCO DE ASSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 86

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 416, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO CULTURA DE CAPINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 87

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 435, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DE SÃO JOAQUIM DE BICAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 88

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 444, de 2013
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES CIDADANIA ATIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação
Observações: Em 11/11/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Então, a Comissão aprova os projetos do item 8 ao 88 da pauta e a Emenda de nº 1,da CCT, referente ao item 49.
Esse é o resultado.
Vamos, então, votar o requerimento do Senador Agripino, que requer a desistência do pedido de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao PLS de nº 54, de 2014.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, V. Exª colocou em apreciação o requerimento que foi aprovado.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É. Falta o projeto.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – O projeto em si.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos retornar à pauta, então.
Chamem o Senador Flexa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Então, como Relator *ad hoc,* o Senador Lobão, já que o Senador Flexa não se encontra.
O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Tendo já sido lido o relatório, será colocado em discussão.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)
As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Está aprovado.
A matéria vai à CAE.
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu agradeço a V. Exª e ao Senador Lobão Filho pelo brilhante relatório *ad hoc,* aqui, que acaba de ser proferido. (*Risos.*)
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Foi aprovado o item de nº 2.
O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião.
Muito obrigado aos senhores.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2014.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2015

Às dez horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Angela Portela, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Zeze Perrella, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Senhora Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 13, de 2014 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015". Neste momento a Senhora Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Anibal Diniz, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de apropriação de despesa ao

Orçamento de 2014: **Emenda n.º 01** – Ação/Subtítulo 20UU.0001 – "**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional"** – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 149 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Anibal Diniz, Angela Portela, Valdir Raupp, João Capiberibe e Lídice da Mata. **Emenda n.º 02 –** Ação/Subtítulo 2345.0001 – **"Missão Antártica – Nacional"** – UO 52133 – da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, no valor de R$ 450 milhões, com base na proposta apresentada pelo Senador Anibal Diniz e Valdir Raupp. **Emenda n.º 03** – Ação/Subtítulo 20XE.0001 – "**Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional"** – UO 52121 – do Comando do Exército, no valor de R$ 100 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Angela Portela e Anibal Diniz. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, a Senhora Presidente Eventual submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e treze minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Angela Portela**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 16 de dezembro de 2014.

Hoje temos um item único na pauta, que são as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática, apresentadas ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária de 2015), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

A Comissão recebeu 26 emendas. Foi designado Relator das emendas o Senador Anibal Diniz, a quem concedo a palavra para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senadora Angela Portela, que preside esta Comissão neste momento.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal pode apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 (Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional).

As emendas a serem apresentadas pela Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião que as definiu.

No prazo estabelecido, foram apresentadas 26 propostas de emenda. Todas as propostas referem-se a emendas de apropriação e apontam para 16 ações orçamentárias distintas, destinadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ao Comando da Aeronáutica, ao Comando do Exército, à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Diante do fato de que esta Comissão somente poderá apresentar três emendas de apropriação, decidimos priorizar aquelas dirigidas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Comando do Exército e à Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Cabe destacar que, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, houve grande quantidade de propostas de emenda, de forma que foi necessário escolher apenas uma. Nesse sentido, acolhemos aquela com o maior número de indicações por parte dos Senadores.

Já para o Comando do Exército, priorizamos a proposta relativa ao Sistema de Comunicações Críticas, que tem como objetivo oferecer sistema de comunicações para ser operado pelas agências de governo, de defesa, segurança pública e infraestrutura, nos três níveis da Administração Pública, oferecendo amplitude de cobertura e alta disponibilidade através da padronização de tecnologia e compartilhamento dos seus recursos.

Por fim, acolhemos a proposta relativa à Missão Antártica, que necessita de apoio desta Comissão para continuar alcançando seus objetivos.

Nesse sentido, propomos que esta Comissão apresente as seguintes emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 que, no nosso entender, são as que melhor sintetizam as prioridades apontadas pelos diversos Senadores:

1. Ação/Subtítulo 20UU.0001 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional – UO 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Propostas nº 01, 08, 12, 16 e 28, dos Senadores Angela Portela, Valdir Raupp, João Capiberibe, Anibal Diniz e Lídice da Mata;

2. Ação/Subtítulo 2345.0001 – Missão Antártica – Nacional – UO 52133 – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – Propostas nº 02 e 13, dos Senadores Valdir Raupp e Anibal Diniz;

3. Ação/Subtítulo 20XE.0001 – Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional – UO 52121 – Comando do Exército – Engloba as propostas nº 09 e 15 dos Senadores Angela Portela e Anibal Diniz.

Não houve propostas de emenda de remanejamento.

Do voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação das emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2015 relacionadas a seguir:

a) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo 20UU.0001 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia, Fármacos e Medicamentos – Nacional – UO 24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – no valor de R$149 milhões;

b) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo – Missão Antártica – Nacional – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – no valor de R$450 milhões; e

c) Emenda de Apropriação – Ação/Subtítulo – Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército – Nacional – Comando do Exército – no valor de R$ 100 milhões.

É como voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em discussão o relatório do Senador Anibal. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos das arts. 43, 44 e 45 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, combinado com a Resolução nº 3, de 2008, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

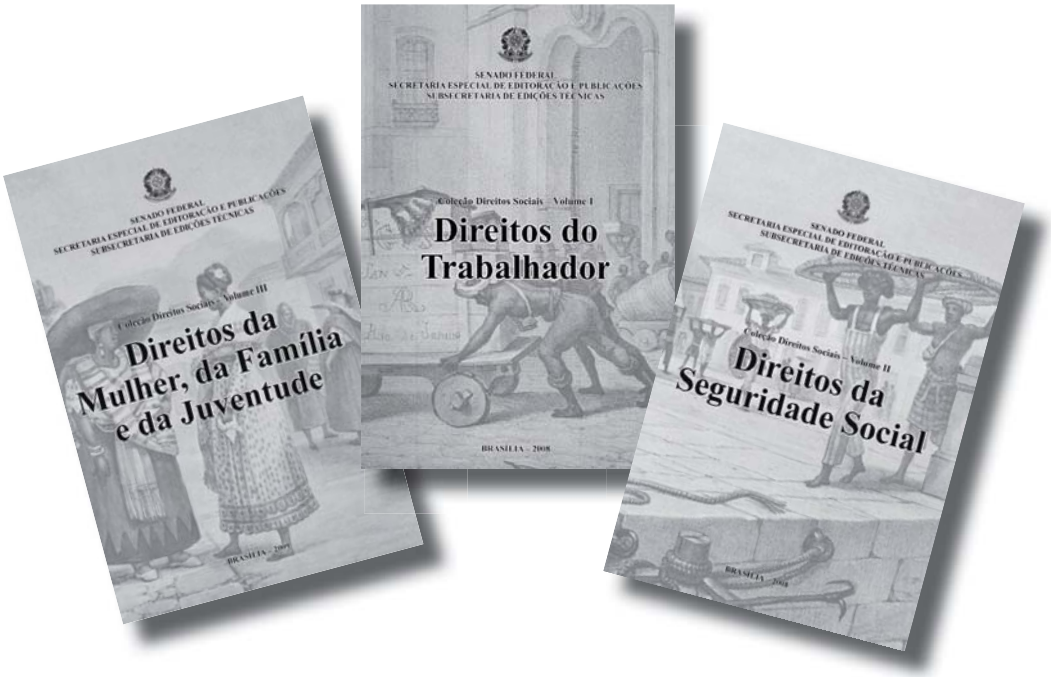
A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 690 páginas

(O.S. 15771/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL